



ANAIS DO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS “Desafio das Ciências Sociais para a compreensão do presente”¹

GT 1 – Gênero e sexualidade

Gênero e sexualidade nos terreiros: dos ritos de iniciação ao *bajubá*

Gabriela Costa Araujo²

Uma ampla bibliografia mostra a relação estreita entre gênero e sexualidade e as religiões afro-brasileiras. Autores como Fry (1982), Santos (2007), Silva (2010), Talga (2013) e outros, apresentam elementos que revelam a identificação das minorias sexuais e identitárias com esses cultos. Neste trabalho buscaremos entender a identificação de tais minorias com a religiosidade de origem africana, especificamente o Candomblé. Por se constituir enquanto uma tradição oral pretendemos entender como os ritos de iniciação são importantes para a continuidade da religião e de sua cosmogonia, mas também por suas transformações e dinamicidade. E como a identificação das minorias sexuais e identitárias com os terreiros propiciou o surgimento de um gíria comumente utilizada por esses grupos chamada de *bajubá*, que tem sua origem no ioruba-nagô (PELÚCIO, 2005). O *iroubá-nagô* é uma das línguas utilizadas nos terreiros de candomblé, pertencente a este grupo étnico-linguístico. Esta gíria se configura como um elemento de construção do *ethos* LGBT e está em um processo constante de formação, admitindo novos termos e expressões de outras línguas como o inglês e o francês, e produzindo tantos outros termos. A metodologia utilizada foi aplicada por meio de

¹ Lembra-se que, segundo o Edital para submissão dos trabalhos, “a revisão do texto é responsabilidade do(s) autor(es) / da(s) autora(s). A publicação na *homepage* reproduzirá, em formato PDF, o texto enviado e aprovado, sem quaisquer alterações.

² Mestranda do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, e bolsista de Mestrado da FAPEMIG.



entrevistas, observação participante e referências de autores/as da Antropologia como Mauss (1999), Gennepp (1977), bem como de pesquisadores/as das relações de gênero e sexualidade e das religiões afro-brasileiras.

Palavras chaves: gênero e sexualidade, candomblé, bajubá

Ritos de iniciação, gênero e sexualidade nos terreiros

As religiões afro brasileiras apresentam através de seu sistema simbólico³ uma multiplicidade e complexidade de relações a partir de suas mitologias, vestimentas, línguas, filiações e elementos. Ao longo dos mais de trezentos anos que durou o período da escravidão, essas religiões passaram por inúmeras transformações, das quais a incorporação de elementos exógenos, como os santos católicos e o caboclo, tipicamente ameríndio, constitui apenas a mais visível. O resultado dessa multiplicidade de processos foi a ramificação das mitologias africanas em vários tipos de Candomblés⁴, espalhados por todo o território brasileiro.

O Candomblé é uma tradição oral e muitos dos seus costumes são passados apenas aos iniciados (BERKENBROCK, 1998). A iniciação se consuma por meio de rituais que ligam o iniciado a um domínio tido como sagrado. A relação entre iniciado e iniciação é sempre de ruptura, passagem e conexão com as divindades. De acordo com Santos (2007, p. 19 apud VERGER, 2002, p. 139):

Uma iniciação sempre se inicia pela morte e ressurreição simbólica, que marca a ruptura do noviço com seu passado e mostra seu nascimento para uma nova vida, consagrada à divindade. (...) Ao longo do período da iniciação e mais tarde, no decorrer das cerimônias de evocação dos orixás, o noviço banhará seu corpo com infusão de folhas variadas, consagradas ao deus. [Seu corpo se transforma em] receptáculo misticamente preparado de

³ De acordo com Geertz (2008, p. 68) símbolos ou elementos simbólicos são “[...] formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças.”

⁴ Compartilharemos do posicionamento da pesquisadora Jaqueline Vilas Boas Talga (2013) que ao falar do Candomblé enquanto religiosidade de matriz africana de modo amplo utiliza a palavra em letra maiúscula.



uma força imaterial e de uma única força, assim como um recipiente que contém água doce será apto a receber peixes do rio e um outro, cheio de água salgada, poderá receber peixes do mar.

A iniciação se codifica em um sistema orientado por tabus, prescrições, oferendas, além de sacrifícios conhecidos como *ebós*⁵. A iniciação desempenha papel central para a religião, pois possibilita a transfiguração dos filhos de santo, que por essa via deixam para trás sua condição de profanidade em direção ao sagrado. Mauss (1999, p. 151) define o sacrifício enquanto “[...] um ato religioso que, pela consagração de uma vítima, modifica o estado moral da pessoa que o realiza ou de certos objetos pelos quais ela se interessa.” Em seu *Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício* este autor esquematizou as etapas comuns a essa espécie de ritos de sacrifício, isto é, aqueles que determinam a consagração definitiva do sacrificante. Todas essas etapas/elementos são observadas nos ritos de iniciação do Candomblé e são imprescindíveis para a continuidade da cultura e tradição dessas religiões. Elas correspondem à: entrada no sacrifício, para que o estado do sacrificante possa ser modificado. Assim a presença de um o sacrificador é indispensável. Em alguns rituais, esse papel é desempenhado pelo próprio sacrificante, e em outros, por um sacerdote que representa o divino. Porém, para que a imolação efetivamente estreite o contato entre o sagrado e o profano e, desta forma, não se resuma a um mero assassínio é necessário que o local e os objetos utilizados sejam dotados de um caráter sagrado. Todavia, é só através da morte que será obtida a consagração completa. No entanto, a morte não encerra o ciclo. Há uma etapa final, chamada por Mauss (1999, p. 185) de “saída”, pois “todos aqueles que tomaram parte no sacrifício adquiriram nele um caráter sagrado que os isola do mundo profano. É mister que possam voltar a este. É preciso que saiam do círculo mágico em que estão encerrados”

Não menos fundamental para o sucesso dessa transição, entretanto, é a observância das interdições, que podem incluir a raspagem do cabelo e prescrições alimentares e sexuais. Estas últimas foram percebidas, por exemplo, por Evans Pritchard (1993), que em sua monografia sobre os Azande citou a proibição ritual,

⁵ *Ebós* são sacrifícios ou oferendas realizadas em ritual e que tem entre diversos objetivos tranquilizar as divindades.



imposta aos homens, de consultar o temido oráculo do veneno logo depois de manter relações sexuais com mulheres. A proibição não se estende aos intercursos com outros homens, as quais, naquele universo cultural, eram até bem vistas, conforme assinala o próprio Pritchard (2012) em seu texto *A inversão sexual entre os Azande*. Ao contrário das mulheres, confirma o etnólogo, “*um rapaz não arruína o oráculo de veneno*”.

Igualmente observáveis nas iniciações⁶ do Candomblé são as etapas dos ritos de passagem apresentadas por Van Gennep (1977) em seu livro *Os ritos de passagem: separação, margem e incorporação*. De fato, os adeptos, ao “fazerem a cabeça” ou “nascerem para o santo” – ambas expressões utilizadas pelos candomblecistas –, passam por um processo de separação de seu status anterior que os lança numa espécie de limbo transitório. Nesse momento de transição ou passagem, os protagonistas se veem numa situação de margem, ou, na definição de Turner (1974, p. 117), numa condição de liminaridade, as entidades liminares estão suspensas entre as posições consagradas por leis, convenções e normas, o que lhes confere atributos ambíguos, ricos em símbolos representativos da transição social. Essa suspensão é encerrada pela fase final na definição de Van Gennep, chamada incorporação. No caso do Candomblé, ela se define pela atribuição do novo status hierárquico dentro do terreiro.

O Candomblé é, portanto, uma rede de linhagens que se entrelaçam, unidas na origem por um ancestral comum. No Candomblé a relação de parentesco se deriva através de um ancestral comum implantado pelo Axé. O Axé é o princípio que garante a continuidade das tradições no seio de diferentes linhagens e também norteia os intercâmbios entre elas e as transformações delas decorrentes. Ao mesmo tempo em que perpetua o Candomblé, confere-lhe dinamicidade e plasticidade. Assim, esse sistema é responsável tanto pela continuidade da tradição, como pelas mudanças no transcorrer das linhagens. Os candomblecistas percebem o universo da sua religião como um sistema de filiação e parentesco. O plano dos domínios iniciáticos a que estamos nos referindo é estruturado de maneira semelhante. O que os rituais de iniciação estabelecem são vínculos parentais que se estendem em linhagens

⁶ Os não iniciados não observam nem participam dos rituais de iniciação, apenas dos ritos públicos, que são as festas geralmente regadas a bebidas, comidas, cantos e danças (PRANDI, 2007, p. 14)



A partir dessas linhagens que possuem um ancestral comum, o Candomblé passou, por inúmeras mutações ao longo de sua história secular. Um traço especialmente marcante dessas mutações é a progressiva incorporação de características humanas aos orixás, que outrora eram pouco mais que personificações de forças da natureza (TALGA, 2013, p. 156). Progressivamente, essas entidades foram assumindo conotações muito mais complexas que as suas funções primordiais. Santos (2009, p. 49) assim resume esse processo:

As características particulares dos orixás cultuados no Brasil estão descritas em seus mitos e arquétipos. Cada um deles está vinculado a um domínio natural (água, terra, fogo e ar); local de culto ou moradia (mar, lagos, cachoeiras, matas, montanhas, florestas etc.); atividade a qual se relacionam (caça, guerra, justiça, maternidade etc.); santo(a) católico(a) correspondente que varia conforme a denominação religiosa ou região geográfica onde se localizam as diferentes manifestações de culto afro-brasileiro; cores, vestimentas e emblemas rituais; comportamentos e personalidades, incluindo aí seus atributos de gênero e sexualidade.

Mais ainda, os arquétipos de cada divindade podem incorporar traços da personalidade do indivíduo possuído, pois os orixás não são alheios às características, emoções e sentimentos humanos. Menos ainda à sexualidade de seus adeptos. Santos (2007, p. 14) chamou a atenção para a fluidez da relação entre sexualidade mítica e sexualidade humana dentro das religiões afro-brasileiras. É verdade que a personalidade dos filhos de santo pode, por exemplo, definir o respectivo orixá regente. Porém, a sexualidade é apenas uma entre as inúmeras características pessoais que determinam a escolha. Assim, se a relação do arquétipo do orixá com os filhos de santo pode ser tal que indivíduos afeminados possam pertencer a orixás femininos e indivíduos masculinizados, a orixás masculinos, essa correlação não é determinante nem necessária. Nem todo indivíduo feminino ou masculino pertencerá a um orixá correspondente a essa característica. No momento da possessão ritual, considera-se que os filhos, filhas, pais e mães de santo tornam-se efetivamente os seus orixás. Dessa forma, a sexualidade do possuído é indiferente, de modo que o fato de um homem ser incorporado por um orixá feminino ou uma mulher por um masculino não são necessariamente sugestivos de homossexualidade. Da mesma maneira, o sexo dos filhos no momento ritual, assim como suas preferências e identificações, são insignificantes.



Embora seja frequente entre os adeptos explicar a própria homossexualidade pelo fato de ser filho de determinado orixá, o quadro apresentado acima tornaria mais congruente o raciocínio inverso: não se é homossexual por ser filho de certo orixá, mas, pelo contrário, se é filho daquele orixá (foi escolhido como pertencente a ele) por ser homossexual, porque esta é uma das características que o colocam em identificação com as daquela divindade.

Ainda segundo Santos (2007, p. 23), essa inclinação que os indivíduos LGBTs sentem pelo Candomblé se deve também à restrição com que eles se deparam em outras expressões religiosas mais conservadoras, fazendo dos terreiros ambientes de não discriminação e acolhimento. A acentuar essa tendência à identificação, prossegue o pesquisador, temos que as minorias sexuais e identitárias⁷, assim como os adeptos do Candomblé, são estigmatizados como nocivos e perigosos. Para a sociedade, esses indivíduos, assim como os terreiros, estão em uma posição de marginalidade. Isso deve ao fato de que geralmente os candomblecistas, especialmente os que trabalham diretamente nos terreiros, são oriundos de classes mais baixas, residindo na periferia das cidades. Assim, como aponta Fry⁸ (1982, p. 80), há uma relação, no imaginário, entre a localidade dos terreiros e a classe social de seus adeptos. Percebemos que, para além do gênero e sexualidade, há outros marcadores sociais que atravessam as religiões afro-brasileiras, como a classe e a etnia.

Em entrevistas realizadas em Junho de 2016 em uma pesquisa de campo com candomblecistas homossexuais filhos de santo da nação *Ketu* em relação a inserção da comunidade LGBT dentro dos terreiros confirmamos isso, um dos entrevistados nos disse:

Eu acho que as religiões afro brasileiras são, acho que as únicas que acolhem homossexuais, a população LGBT, porque ela não diz que é certo, mas ela também não discrimina por ser diferente, sabe?! Ela não... é uma religião que não impõe desgraça pras pessoas que escolhem ser diferentes das outras ou que nascem diferentes das outras.

⁷ Para efeitos deste trabalho por minorias sexuais e identitárias serão compreendidos os indivíduos lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais que são grupos que sofrem discriminação por sua sexualidade e identidade. Entendemos que em alguns momentos do texto algumas identidades ou orientações sexuais serão mais compreendidas/os do que outras/os.

⁸ Peter Fry realizou sua pesquisa sobre a homossexualidade masculina e os cultos afro brasileiros em Belém, PA, na década de 70.



Outro filho manifestou sua perspectiva em relação a inserção dessa minoria dentro dos terreiros dizendo “a religião afro brasileira é a que tem mais adeptos LGBT, porque é uma religião que não interfere na nossa sexualidade [...]” e acrescentou:

[...] eu estou lá pra louvar meu Deus, pra fazer o cultivo dos orixás, o que eu sou aqui fora né, posso ser um homossexual, posso ser o que for, mas lá dentro eu sou uma pessoa como qualquer uma, estou lá pra louvar o meu orixá. Então isso lá cabe o respeito, onde cada um respeita o seu irmão, o seu pai, o seu tio de santo. Então é o respeito, é uma religião que respeita as pessoas que tem opção diferente.

Outro fator determinante para a proximidade entre as minorias sexuais e os cultos afro-brasileiros parece ser que estes oferecem uma linguagem capaz de repercutir as complexidades da sexualidade que se afasta dos padrões tradicionais. Na mitologia do Candomblé o tradicional dualismo masculino e feminino cede espaço para um terceiro elemento, representado pelas entidades ambíguas. A sexualidade mítica do candomblé tem uma estrutura triádica: masculino, feminino e ambíguo. Na linguagem utilizada nos terreiros proveniente, dentre outras línguas e dialetos africanos, do *ioruba-nagô*⁹, essas categorias são chamadas *aboró* (masculino), *iabá* (feminino) e *metá-metá* (ambíguo). Dessa forma, coexistem os orixás masculinos: *Exu*, *Xangô*, *Oxossi*, *Ogum*, *Oxaguiã*; os femininos: *Nanã*, *Iemanjá*, *Oiá*, *Oxun*, *Obá*, *Euá*; e o elemento ambíguo, representado por *Oxumaré*, que é uma divindade andrógena¹⁰, e também por *Logun-Edé*, que metade do ano é homem e metade mulher. Esses dois orixás transitam entre o feminino e o masculino. O Candomblé, além disso, afasta-se da moral judaico-cristã da sexualidade, centrada na biologia e reprodução, para uma complexidade de interpretações e compreensão das sexualidades.

Os papéis construídos socialmente em relação ao masculino e feminino dentro do Candomblé ganham, de certa forma, uma reconfiguração ao dismantelar a relação de feminilidade e masculinidade dentro dos rituais, resultando num grau expressivamente menor de discriminação em relação à sexualidade e/ou identidade e, por conseguinte,

⁹ Iorubá é a língua do povo da região africana da Nigéria *Yourubas*. Constituem um dos maiores grupos étnico-linguísticos da África Ocidental. Também conhecidos como Nagôs.

¹⁰ Indivíduos/entidades que possuem características externas e/ou comportamentais consideradas femininas e masculinas.



num ambiente reconfortante para essas minorias.

No entanto, não se observa nos terreiros um apagamento completo das atribuições dos papéis de gênero. Talga (2013, p. 159) relata em sua experiência etnográfica a manutenção das atribuições percebidas como de homens e mulheres nos afazeres do terreiro – apesar dos homens eventualmente realizarem atividades consideradas femininas como cozinha e faxina, na maior parte do tempo são as mulheres que desempenham essas funções. Há ainda aquelas tarefas que só homens podem executar, como sacrifícios e percussão de atabaques, são executadas pelos chamados *ogãs*. Segundo Talga (2013, p. 163):

As diferenciações e as equivalências sexuais existentes nos terreiros de Candomblé possuem explicações mitológicas, carregadas de símbolos e significações interiorizadas gradualmente por seus adeptos, mas também, em muitos casos, percebemos ao mesmo tempo uma reprodução de muito do que historicamente se naturalizou enquanto atribuições de homens e mulheres nas sociedades capitalistas modernas dentro desse universo religioso.

Podemos entender a partir disso que ainda que não seja uma religião discriminatória, uma vez que integra minorias atravessadas por marcadores sociais como os de gênero, sexualidade e identidade, rompendo, em muitos sentidos, o padrão heteronormativo¹¹, é comum que nesses mesmos meios sejam reforçados papéis historicamente construídos e designados como masculinos ou femininos, e que em muitos momentos os indivíduos transexuais e travestis não sejam compreendidos de acordo com a sua identidade, ainda que aceitos e respeitados dentro da comunidade religiosa.

Em uma pesquisa participante que realizamos em uma festa em um terreiro em que uma travesti era a sacerdote percebemos que dentro da hierarquia do templo ela era vista enquanto pai de santo, perguntamos aos entrevistados se eles conheciam travestis ou transexuais mães de santo, um dos nossos entrevistados disse:

¹¹ [...] a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p. 156 -157)



É, conheço um travesti sim que é sacerdote. Não podemos se dizer que ele é uma mãe de santo, uma ialorixá, que a partir de que ele entra no axé ele tem que ser a pessoa que ele veio ao mundo, se ele é um homem lá dentro ele vai ser um babalorixá, um ebomi, nunca uma mulher, então ele vai respeitar né?! a forma como ele veio ao mundo, a que fora ele pode ser um travesti, ele pode ser um transexual, mas lá dentro não, ele é um babalorixá, ele é um ebomi. Assim conheço, é muito respeitado, tem nome, a casa dele é muito respeitada, eu acho que é isso né?! o respeito que ele tem dentro da religião e o que ele é aqui fora não importa.

Outro adepto nos disse que já tinha ouvido falar de uma casa no Rio de Janeiro que têm muitas filhas de santo travestis e transexuais. Em uma conversa com um sacerdote ele nos disse que nem todas as casas/terreiros aceitam, mas que hoje no Brasil há lugares que têm travestis e transexuais filhas e até mães de santo, desse modo, constatamos que não há uma homogeneidade de posicionamento quanto a travestis ou transexuais se tornarem mães de santo. Não conhecemos mães de santo travesti ou transexual, no entanto, na experiência que tivemos dentro de uma festa conduzida por uma travesti pai de santo constatamos que sua sexualidade era respeitada e indiferente no momento em que ela se encontrava enquanto uma hierarquia no terreiro.

Fixada a relação entre as minorias sexuais e identitárias e as religiões afro-brasileiras, aqui especificamente o Candomblé, passaremos na próxima seção para o exame de uma gíria cujo florescimento está estritamente ligado à aproximação entre esses dois grupos. O *bajubá*¹², que tem sua raiz primária no *ioruba-nagô*, que ao longo do tempo integrou e ressignificou termos e expressões de outras línguas, vindo a tornar-se parte característica do *ethos*¹³ LGBT¹⁴.

O *bajubá*: do *ioruba-nagô* a constituição de um *ethos* LGBT

¹² *Bajubá* é uma gíria utilizada pela comunidade LGBT e que tem origem no *ioruba-nagô*, também utiliza expressões de outros idiomas como o francês e o inglês. As palavras e expressões dessa gíria foram compilados em um dicionário intitulado “*Aurélia, a dicionária da língua afiada*” (2006), nele podemos também encontrar a região brasileira onde os termos são mais utilizados ou tiveram origem.

¹³ Segundo Geertz (2008) “[...] “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.” (p. 93)

¹⁴ Utilizamos a sigla LGBT, frequentemente usada pelos/as ativistas dos grupos de minorias sexuais e identitárias, que corresponde a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros. Atualmente existe a proposição da inclusão de outras letras na sigla que abarcaria outras identidades, no entanto, utilizarei a sigla regularmente usada para melhor entendimento e fluidez do texto.



A língua portuguesa, em sua formação, sofreu acentuada influência de dialetos e línguas africanas, observável em palavras como “dendê”, “samba”, e mesmo “candomblé”. Segundo Pessoa de Castro (1983, p. 83), este vocábulo “vem do étimo banto "ka-ndómb-íd-é > kà-n-dómb-éd-é > ka-n-dómb-él-é", derivado nominal deverbal de "kù-lómb-à > kù-dómb-á, *louvar, rezar, invocar*, analisável a partir do protobanto ‘kòdómb-éd-á’, *pedir pela intercessão de*”. Outras palavras e expressões se formaram através da junção de palavras de origem africana a radicais ou sufixos e prefixos latinos, como em “candomblezeiro”.

Durante os séculos de escravatura representantes de grupos étnicos de diferentes partes da África Ocidental foram trazidos continuamente para o Brasil. Os *nagôs*¹⁵, de acordo com Santos (1986, p. 28), foram os últimos neste processo, tendo se estabelecido no Brasil entre o fim do século XVIII e o início do XIX. Segundo Santos (1986, p. 29):

Todos esses diversos grupos provenientes do Sul e do Centro da Daomé e do Sudoeste da Nigéria, de uma vasta região que se convencionou chamar de *Yoru Baland*, são conhecidos no Brasil sob o nome genérico de *Nàgô*, portadores de uma tradição cuja riqueza deriva das culturas individuais dos diferentes reinos de onde eles se originaram. Os *Kétu, Sabe, Òyó, Ègbá, Ègbado, Ijesa, Ijebu* importaram para o Brasil seus costumes, suas estruturas hierárquicas, seus conceitos filosóficos e estéticos, sua língua, sua música, sua literatura oral e mitológica. E, sobretudo, trouxeram para o Brasil sua religião.

Todos esses grupos possuem uma língua comum: o *ioruba-nagô*, mas com variantes dialetais. Ao chegar ao Brasil sua língua e cultura se fundiu com as manifestações e costumes, tanto as locais como as provenientes de outras regiões e etnias da África. Pessoa de Castro (1983, p. 104) nos mostra que mesmo com toda a influência do *ioruba-nagô* no português do Brasil e especialmente nas religiões afro-brasileiras nem todos os empréstimos lexicais são desse grupo étnico-linguístico:

Apesar dessa preponderância iorubá, é preciso considerar que nem todos os empréstimos lexicais africanos de influência religiosa no Brasil são de origem iorubá, lembrando ainda que os chamados cultos afro-brasileiros são o resultado global da interferência de orientações religiosas ameríndias e européias em diversas religiões africanas (Cf. a umbanda).

¹⁵ Segundo Santos (1986, p. 29) a palavra *Nàgô* foi a forma mais frequentemente utilizada no Brasil, assim como na Nigéria a palavra *Yorùbá*. Atualmente são utilizadas as duas formas.



Todavia, a influência da língua dos *iorubás-nagôs* é a que mais interessa para os propósitos deste trabalho, pois forneceu um vasto vocabulário que foi e é utilizado pelo “povo de santo” dentro dos terreiros e rituais.

São diversas as influências das línguas africanas no português do Brasil. Dentre a utilização das línguas africanas na língua de santo, Pessoa de Castro (1983, p. 88) percebeu que dentro dos terreiros os itens mais frequentemente utilizados em relação a linguagem proveniente dos idiomas africanos são:

1. nomes de divindades; 2. nomes iniciáticos; 3. nomes que se referem a objetos, lugares, flora, fauna, cozinha; 4. nomes de parentesco religioso; 5. expressões de exorcismo, de saudação, de benção, de pedido, de permissão, de interdição, de negação, de reverência; 6. nomes e expressões referentes a diversas funções sexuais, fisiológicas, à gravidez e a doenças; 7. itens que se referem aos órgãos sexuais, a diversas funções fisiológicas, a gravidez, ao homossexualismo; entre os casos assinalados por eufemismo, a maioria foi de étimos bantos, como *nena*, fezes, ou *fazer nena*, defecar (Cf. *kunena*, N1).

Essas expressões, utilizadas pelos adeptos das religiões afro-brasileiras, ultrapassaram os muros dos templos e deixaram de ser utilizadas apenas dentro dos cultos para serem incorporadas por outros grupos restritos, notadamente os homossexuais (SANTOS, 2009, p. 49), para os quais o emprego deste vocabulário, muito mais do que designar um pertencimento religioso, constitui-se num código de sociabilidade que abre caminho para a construção de uma identidade enquanto minorias sexuais. Segundo Silva (2010, p. 6) a presença de homossexuais dentro dos terreiros “levou a uma transposição do caráter litúrgico e ritualístico para uma configuração mais ‘profana’: o uso da língua-de-santo no seio da comunidade gay.” Essa gíria que emerge da confluência entre a identidade gay e o ofício ritual é conhecida como *bajubá*, ou *pajubá*. Embora, como colocado acima, as religiões afro brasileiras tenham tido influência de outras línguas africanas, entendemos, com base nos trabalhos existentes – apesar da escassez das referências bibliográficas sobre essa gíria –, que o *bajubá* teve uma influência mais significativa do *ioruba-nagô* que de outra raiz linguística.

A partir disso podemos analisar o *bajubá*, enquanto uma linguagem própria de um grupo dentro da qual se ressignificam termos, expressões e palavras e se constitui



um conjunto de signos, trocas, regras, que se manifesta em hierarquias, jocosidades, sociabilidades e, através dessas estruturas, em resistência por parte de um grupo minoritário.

Dessa perspectiva, podemos, portanto, ver a linguagem como uma estratégia de poder, pois através dela as minorias sexuais e identitárias repensam o não-lugar em que estão situadas, isto é, a condição de indivíduos abjetos e estigmatizados. Essa estratégia lhes permite que, ainda que dentro do processo de assujeitamento¹⁶, ressignifiquem a linguagem como resistência e produzam novos lugares, os quais serão responsáveis por sua identificação enquanto minorias, por suas sociabilidades e enfrentamentos. O movimento de resistência de grupos marginais passa, portanto, pela construção de códigos específicos, não passíveis de compreensão pelos que podem vir a ser uma ameaça a eles. Esboçado este quadro, podemos compreender de que forma o *bajubá* pôde se configurar enquanto mecanismo de resistência e de construção de um lugar comum de certas minorias sexuais.

Em outro momento das entrevistas foi perguntado aos adeptos entrevistados se já ouviram a “língua de santo” sendo utilizada pela comunidade LGBT fora dos templos, um dos filhos nos disse: “Já, já ouvi, no mundo gay, na sociedade homoafetiva, homossexual ela... são muito frequentes, são muito frequentes é um meio de comunicação, é muito legal pra te ser sincero”. É perceptível que, embora esse grupo esteja inserido na religião e apreendam essa identificação não percebem a relação direta da inserção da comunidade LGBT dentro dos templos e a criação de uma gíria própria desse grupo, ainda que grande parte dessas minorias compreendam e falem as palavras, expressões e termos que constitui o *bajubá*, não assimilam a relação entre a inserção da comunidade e a construção dessa gíria.

Um traço muito característico do *bajubá* pode ser revelador da comunicação enquanto resistência. Trata-se do seu caráter de deboche e despudor, de transgressão através da performance. Fry (1983, p. 101) definiu o ato performático e a expressão *fechação* como “um tipo de *desmunhecação* proposital e escandalosa” que, para ele, é

¹⁶ Referente ao conceito foucaultiano de assujeitamento que corresponde as práticas de dominação que produzem sujeitos subjugados.



uma “forma de humor, expressão de uma identidade grupal e meio de agredir os que têm preconceito anti-homossexuais”. A *fechação* seria uma maneira dos indivíduos LGBTs romperem com o padrão heteronormativo.

Um bom exemplo disso é a expressão *tombar*. No vocabulário *bajubá*, segundo a Dicionária Aurélia¹⁷ (2006), *tombar* significa “avacalhar, debochar, menosprezar ou ridicularizar algo ou alguém; reduzir os méritos; 2 arrasar, principalmente no modelão ou numa atitude: Tombou!” Já a expressão *cagar no maiô* refere-se de maneira despuorada a alguém que faz uma grande besteira, ou se acovarda. Percebemos que a ironia e a falta de pudor podem servir como alternativas de embate com o moralismo e a intolerância com essas minorias.

Ainda que o *bajubá* possibilite esse enfrentamento e resistência por meio da (re) criação de uma linguagem própria de um gueto, pode, por outro lado, ao difundir expressões pejorativas e fixar hierarquias, produzir o efeito de reforçar estereótipos. Silva (2010, p. 7) listou exemplos disso em seu trabalho, observando a maneira como os próprios indivíduos LGBTs, especificamente os gays, as travestis e transexuais, são designados dentro do *bajubá*: *finas*, que seriam os indivíduos LGBTs luxuosos, elegantes; *pão com ovo*, são as “bichas” pobres; *pintosas*, que agem com trejeitos femininos; *quá-quá*, faladeiras, contadoras de bafos e *trucadas ou boy*, que agem com trejeitos masculinos. Outras palavras denotam de maneira pejorativa lésbicas e/ou bissexuais, como a expressão *caminhoneira*, do que se chama uma lésbica masculinizada. Notamos também que muitos termos são utilizados pejorativamente no feminino, que evocam, segundo Silva (2010), a noção de que o feminino está usualmente ligado à ideia de algo impuro, imoral ou insalubre. Exemplo disso é o termo *a tia*, que no *bajubá* significa *aids*.

Embora concordemos que diversas expressões possam estar carregadas de conotações estereotipadas que reforçam alguns papéis de gênero, entendemos que o uso

¹⁷ De acordo com Silva (2010, p. 7) “No afã de compilar todos os verbetes, que compreendem o rico vocabulário do *bajubá*, foi editado em 2006, por Angelo Vip (o jornalista e cineasta Victor Angelo) e Fred Libi (definido no Aurélia como Joaquim Nozes do Rego Vanderley, mas que em entrevista, à época do lançamento do dicionário, não fora identificado) “Aurélia, a dicionária da língua afiada”, reunindo palavras/expressões do *bajubá* presentes nas grandes cidades brasileiras [...]”. Porém o lançamento da dicionária incomodou os familiares de um dicionarista brasileiro, reivindicando inclusive direitos autorais.



de muitas palavras no feminino e o do artigo feminino “a” antes de diversos termos e expressões masculinas pode ser lido como resistência à utilização da língua quase sempre no gênero masculino para se referir aos sujeitos de modo geral. O uso das palavras no masculino supõe uma expressão de pluralidade, da noção de igualdade entre todos os indivíduos, ou seja, de ideais que não encontram repercussão efetiva na cultura hegemônica, portanto, a linguagem também pode ser com construto sexista.

Outros termos têm origem em línguas anglo-saxônicas, por exemplo *close* é uma palavra do inglês e significa fechar, no *bajubá* utiliza-se a expressão *dar close*, que significa dar pinta, aparecer, fazer *fechação*. Outra expressão oriunda do inglês é *sair do closet*, que significa se assumir publicamente, mas também é utilizada a expressão brasileira sair do armário. Alguns termos utilizam palavras expressamente dos terreiros e oriundas do *iorubá-nagô*. Exemplo disso é a expressão *ebó mal despachado*, que de acordo com o Dicionária Aurélia (2006) seria uma *persona non grata*; indesejável. A palavra *erê* é usada pelo povo de santo e significa bofinho, adolescente, criança, jovem.

Os autores da Dicionária Aurélia em entrevista à Folha Online relataram que grande parte dos termos utilizados no *bajubá* foram cunhados pelas travestis. Acreditamos que elas utilizam o *bajubá* como uma linguagem de sobrevivência. Por exemplo, ao enunciarem *cuidado com o alibã*, que quer dizer cuidado com a polícia, elas refletem a realidade urbana desse grupo que muito frequentemente estão em condições de vulnerabilidade, trabalhando nas ruas em locais de prostituição, e denunciam as práticas abusivas por parte da polícia.

Por fim em nossa entrevista perguntamos aos entrevistados sobre a experiência deles enquanto homossexuais dentro dos terreiros, um deles nos disse:

[...] tá todo mundo vendo que você é gay, mas ninguém tá ligando, porque pra eles aquilo ali é normal como o deles, eu acho que eles veem como uma opção mesmo, eles não se intrometem nas opções dos outros, eu acho isso interessante, então a minha sexualidade é vista assim, ninguém vê a minha sexualidade. As pessoas dentro da religião vê **potencial**, a sexualidade é o de menos.

Destacamos a palavra potencial, pois todas as entrevistas apontaram para a mesma resposta: de que dentro da religião não importa a sexualidade do adepto, suas preferências e desejos não cabem à religião, e que dentro do templo todos devem se



respeitar. Outro candomblecista nos disse que em qualquer religião que uma pessoa estiver ela tem de respeitar as hierarquias e princípios e completou “se respeite e se dê ao respeito, respeite ao próximo e o mais importante de todas as religiões amar ao próximo, independente de cor, raça, e sexualidade, é isso ame o próximo”.

Considerações finais

Nos propomos neste trabalho pesquisar a relação dos cultos afro brasileiros, mais especificamente o Candomblé, e as minorias sexuais e identitárias. Embasando em pesquisadores como Fry (1983), Santos (2007), Silva (2010), percebemos a relação desta religião com os indivíduos LGBTs. Notamos a partir de autores como Mauss (1999), Gennepp (1977) a relação dos ritos de iniciação para a continuidade e dinamicidade da tradição do Candomblé, percebemos também através dos trabalhos de Talga (2013) o parentesco como um eixo essencial, e ainda por intermédio das pesquisas de Geertz (2008) entender conceitos chave para a compreensão da construção de um *ethos* LGBT e da pesquisa Pessoa de Castro (1983) na influência das línguas africanas no português do Brasil.

Inclinamo-nos, pelas razões expostas até aqui, para o entendimento de que a inserção das minorias sexuais e identitárias nos terreiros acontece por se tratar de ambientes de menor discriminação, regidos por entidades sexualmente ambíguas e que não se encaixam unicamente nos papéis duais (masculino x feminino). Outro motivo para tal identificação é que o Candomblé é uma religião que não se apoia na noção de culpa e pecado, como as judaico-cristãs, e pelo fato de tanto o Candomblé como as minorias sexuais e identitárias serem consideradas marginais.

Concluimos, assim, que o Candomblé através de seu sistema simbólico, propiciou aos LGBTs o surgimento, enquanto raiz primária, de uma gíria, oriunda de uma língua africana, que se constitui como parte da identidade de um grupo de minorias, vistos historicamente de forma marginalizada. Dessa forma, o *bajubá* representa uma linguagem de resistência, subjetividades e ressignificação.

Referências



BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos Orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BIRMAN, Patrícia. **Transas e transes**: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevoo. In: Estudos feministas, Florianópolis, vol. 13(2), 2005.

COUTO E LIMA, Jarbas. **Lévi-Strauss e as contribuições teóricas da linguística para a Antropologia**. Revista Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 4, n. 8, jul./dez. 2007.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Inversão sexual entre os Azande**. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2233/1667>. Acesso: 09 jun. 2016.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Trad. Mariano Ferreira. Apresentação Roberto da Matta. Petrópolis: Vozes, 1977.

GEERTZ, Clifford. A Religião como Sistema Cultural. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: HUCITEC/ EdUSP, 1991.

PRANDI, Reginaldo. **As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais**: Uma Conferência, uma Bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, São Paulo, n. 63, 1.º semestre de 2007. pp. 5-28

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos**: notas sobre a prostituição travesti?. Cadernos pagu, Campinas, v. 25, p. 217-248, 2005.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Das línguas africanas ao português brasileiro**. In: Afro-Ásia (14). Salvador, 1983.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagôs e a Morte**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.



SANTOS, Milton Silva dos. **Tradição e tabu**: um estudo sobre gênero e sexualidade nas religiões afro-brasileiras. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de São Paulo.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da. **De bajubá em bajubá, onde será que vai dar?** apropriações, classificações e relações de poder em Belém-PA. Disponível em: <http://sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/html/gt6.html>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da; RODRIGUES, Carmen Izabel. **Digressões homossexuais notas antropológicas sobre coming out, ethos lgbt e bajubá em Belém - PA**. Rev. NUFEN [online]. v.4, n.1, janeiro-junho, 44-58, 2012.

TALGA, Jaqueline Vilas Boas. **Eu estou no Axés**: relações de hierarquia e reciprocidades estabelecidas nos Candomblés. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia.

TURNER, Víctor W. **O Processo Ritual**: estrutura e anti-estrutura. Trad. Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

Grupo de Trabalho: GT 01 – Gênero e Sexualidade

Título do Trabalho: Das molduras do corpo à Potência *Queer*: Uma leitura sobre *A Garota Dinamarquesa* e a subversão da identidade

Nome: William Costa

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma leitura da obra *A Garota Dinamarquesa* a partir das Filosofias de Deleuze e Guattari, Judith Butler e Maurice Merleau-Ponty. Essa proposta de trabalho busca compreender a obra de David Ebershoff como uma representação artística do corpo e da sensibilidade, de modo a percorrer como hipótese a delimitação da pintura de Gerda Wegener como a expressão abstrata do inconsciente de Lili Elbe. Qual seja seu objetivo, a proposta desta investigação é, portanto, tecer algumas considerações articuladas sobre *A Garota Dinamarquesa* à luz da Filosofia, resgatando a problemática do gênero e do feminismo por meio da expressão do corpo e da possibilidade do *vir-a-ser*. Com efeito, esta pesquisa se desenvolve em dois momentos principais: no primeiro, buscaremos compreender a obra como a exposição da relação matrimonial de Gerda e Einar e da ruptura provocada no âmbito do *oikos*, de maneira a explicitar a ideia de Deleuze e Guattari sobre o *inconsciente-presente* e suas crítica à noção tradicional da psicanálise



sobre o inconsciente. A partir deste enredo, permearemos a filosofia dos autores como uma proposta de identificação e ruptura binária entre homem mulher, compreendendo, então, a formulação de territorialização e desterritorialização. Todavia expressa o entendimento dos pensadores franceses, articularemos suas posições à noção de *sujeito corporal*, de Merleau-Ponty, pretendendo suscitar como a corrente fenomenológica entende tal paradigma do gênero/sexo; o segundo momento, por sua vez, examina o diagnóstico de Deleuze, Guattari e Merleau-Ponty como performatividade de corpos em seu pleno devir. Trata-se, portanto, de investigar tal proposta como uma potência do corpo como seu devir no mundo, isto é, como uma potência *queer*.

Palavras-Chave: Fenomenologia, Potência-Queer, Feminismo, Gênero

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar uma leitura da obra *A Garota Dinamarquesa* a partir das Filosofias de Deleuze e Guattari, Judith Butler e Maurice Merleau-Ponty. Essa proposta de trabalho busca compreender a obra de David Ebershoff como uma representação artística do corpo e da sensibilidade, de modo a percorrer como hipótese a delimitação da pintura de Gerda Wegener como a expressão abstrata do inconsciente de Lili Elbe. Qual seja seu objetivo, a proposta desta investigação é, portanto, tecer algumas considerações articuladas sobre *A Garota Dinamarquesa* à luz da Filosofia, resgatando a problemática do gênero e do feminismo por meio da expressão do corpo e da possibilidade do *vir-a-ser*.

A partir da abordagem de Deleuze e Guattari (2008, p. 70), em *Mil Platôs*, buscamos entender a noção focal da obra como uma proposta que articula a noção do *inconsciente-presente*, isto é, do conjunto cognitivo que compõe o inconsciente humano e o representa a partir de junções reais e presentes das pulsões internas do Eu-Outro e do Outro-Eu. Para isso, esta proposta investiga um devir oriundo de uma estrutura binária (homem-mulher) e a entende, como destacam Deleuze e Guattari, como um processo do devir-mulher e do corpo-mulher. Nessa linha teórica, este trabalho vislumbra se apoiar na teoria molecular dos filósofos franceses como uma plausível explicação para o movimento do corpo. O corpo, nesta abordagem filosófica, é um lugar (*topos*) moldável e construído pelas interações sociais, que se deflagram como uma extensão disciplinar do *oikos* para a *pólis*, ou seja, da expressão familiar para a expressão coletiva, do corpo como *eros* à um corpo como *thanatos*. Com essa concepção, a ideia de corpo ganha



sentido muito um sentido duplo de interferência, o de aparelho biológico e o de aparelho maquínico. Dessa denotação, a proposta de Deleuze e Guattari nos permite a construir uma possível amálgama teórica: o corpo de Lili Elbe, recluso no corpo de Einar Wegener, só rompe com o ideal binário homem-mulher quando a noção *oikos-polis* é também rompida, isto é, quando os desejos presentes no *oikos* e na relação conjugal são ultrapassados em direção à pulsão interna de se firmar na *polis*.

A partir do projeto filosófico de Deleuze e Guattari acerca do entendimento do corpo como lugar biológico e maquínico, buscamos entender quais pulsões perceptivas corroboram para a representação do corpo no mundo. Para esta exposição, tomamos como limiar a fenomenologia de Merleau-Ponty, apresentada principalmente *na Fenomenologia da Percepção* e do *Espírito*. Com o emprego do corpo enquanto devir do ser-no-mundo, Ponty analisa a pintura como uma expressão corpórea em seu sentido fenomenológico-existencial, isto é, como uma explicação de que a existência delimita o corpo, mas não o sexo e/ou o gênero. O corpo, conferido por uma topografia inconsciente do presente em Deleuze e Guattari, se junta ao que Merleau-Ponty denomina de *fenômeno do corpo próprio*, ou seja, o reconhecimento do corpo enquanto experiência real das percepções presentes e passadas e da própria projeção deste corpo no mundo .

Juntamente com a tradição francesa de Deleuze, Guattari e Merleau-Ponty, Judith Butler percorre, sob a própria influência destes pensadores e também de Derrida, uma aproximação que pondera o gênero/sexo como constructo da realidade e do inconsciente. Essa noção que a autora norte-americana apresenta será abordada em suas obras como uma expressão do corpo para além do corpo, quer dizer, como uma exposição do corpo como uma performance de sua própria identidade e em seu próprio território. Dessa noção particular, a tentativa de reunir a tese de Deleuze, Guattari e Merleau-Ponty nos torna um desafio, na medida em que nos obriga a entender minuciosamente a composição filosófica de tais pensadores e seus pontos de confluência e dissuasão. Doravante, a problemática que se vislumbra esclarecer é o entendimento de uma identidade “emoldurada” como uma pintura e como uma demarcação do gênero/sexo.



1. A Prisão do Corpo e a Moldura Demarcada

No início das *Conversações* Deleuze faz uma inserção importante sobre a noção psicanalítica (em especial a de Freud e Lacan) do inconsciente. Iniciar a primeira sessão deste trabalho com essa aproximação deleuziana nos possibilita entender o corpo, enquanto objeto de sua análise, em dois sentidos subjacentes: um psicanalítico, movido pelos desejos conscientes e inconscientes, e um sentido corpóreo ou molecular, de expressão e representação do corpo. Essa proposição psicossomática formada pela interação mente-corpo possibilita a Deleuze e Guattari entenderem que a posição freudiana¹⁸ do inconsciente (*unbewusste*) é muito mais espaçosa do que os psicanalistas da tradição afirmaram, qual seja a de que as lembranças guardadas no aparelho psíquico são constituídas apenas por lembranças passadas sem interação presente com o corpo.

Esses dois sentidos tratados pelos pensadores franceses no início da década de 1960 são organizados como uma ideia bilateral de influências: ao mesmo tempo em que a *psique* interfere na construção somática, o *soma* interfere na projeção da mente humana. Deleuze e Guattari colocaram em questão uma ampla abordagem sobre o inconsciente desenvolvida pela tradição desde Freud. É exatamente nessa posição de superação da psicanálise tradicional, que os pensadores buscam compreender a relação de um corpo com pulsões e de uma mente que interage ao mesmo com o passado e com o presente.

Observemos, a partir da interface desenvolvida pelos autores, como tal relação se desencadeia. O inconsciente, segundo Deleuze e Guattari (1992, p.22) é uma máquina de produções constantes, quer dizer, um aparelho cognitivo que produz impulsos sensoriais e imagens a partir do âmbito de composições presentes do desejo real-social

¹⁸ Em Freud, o inconsciente compreende um conjunto de conteúdos representantes da pulsão que estão fixados em fantasias, histórias imaginárias concebidas como manifestações dos desejos (LAPLACHE & PONTALIS, 2001). Laplanche (1981/1992, p.115) completa a identificação do inconsciente freudiano como algo existente em cada ser humano, cuja operação é distinta e se volta, em grande maioria, para os contatos passados.



(dos contatos presentes, das conversas, do corpo)¹⁹. Seguindo o campo de visão de Deleuze, Guatarri propõe:

Há muito tempo recusei o dualismo consciente-inconsciente das tópicas freudianas e todas as oposições maniqueístas correlativas à triangulação edipiana, ao complexo de castração etc. Optei por um inconsciente que superpõe múltiplos estratos de subjetivações, estratos heterogêneos, de extensão e de consistência maiores ou menores. *Inconsciente, então, mais 'esquizo', liberado dos grilhões familialistas, mais voltado para práxis atuais do que para fixações e regressões em relação ao passado. Inconsciente de Fluxo e de máquinas abstratas, mais do que inconsciente de estrutura e de linguagem* (Guattari, 1992, p. 23 – grifo nosso).

A identificação de uma filosofia da inconsciência voltada para a práxis coloca Deleuze e Guattari em uma linha distinta da psicanálise freudiana do inconsciente. Se, por um lado, os pensadores franceses alertam à necessidade do campo social para a produção do desejo, do outro, alertam também para uma produção constante do desejo, reiterada pelo contato e pelas expressões do corpo como um *inconsciente-presente*, ou seja, como um inconsciente produzido pelo próprio tempo presente e não pelas lembranças e imagens passadas. É neste último limiar que Deleuze e Guattari compreendem, talvez, um equívoco do entendimento psicanalítico sobre o inconsciente. Aceitar, na visão dos filósofos, que o inconsciente é formado pela trajetória passada é aceitar a existência de territórios expressamente demarcados na mente humana, constituídos essencialmente pelo retorno às antigas lembranças e do aprisionamento do corpo aos velhos estigmas. Nesta linha teórica, as expressões sexuais e corporais seriam traduzidas por uma universalidade do inconsciente, de modo a atuarem como encaixes do inconsciente humano em possíveis categorias de gênero, do sexo e do comportamento. Essa posição propicia a crítica mais contundente que os filósofos franceses tecem à teoria de uma universalidade do inconsciente, que pode ser alcançado por uma categorização científica. Para os pensadores, a identidade (composta do inconsciente) é formada de um movimento de desterritorialização do passado e de (re)territorialização do presente, reificada pelo contato com outras pessoas no próprio presente e das invenções que produzimos como rotas de fuga:

¹⁹ Fundamentalmente, Deleuze e Guattari discordam da tradição filosófica e psicanalítica que considera o inconsciente como um aparelho cognitivo responsável apenas por lembranças passadas. Para os autores, o inconsciente é essencialmente movimento pelas pulsões presente do real.



Devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida. (...) quais são suas próprias linhas, qual mapa você está fazendo e remanejando, qual linha abstrata você traçará, e a a que preço, para você e para os outros? Sua própria linha de fuga? (...) você se desterritorializa? Qual linha você interrompe, qual você prolonga ou retoma, sem figuras nem símbolos? (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.76-77).

O intuito de Deleuze e Guattari na crítica à psicanálise está voltado para um objetivo bastante definido: a expressão sensível produzida pelo corpo como um pulsão do *inconsciente-presente-desterritorializado*²⁰. Guattari e Rolnik, em *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, compreendem que

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323).

Os pensadores partem de uma análise filosófica da psicanálise com o intuito de entenderem como o corpo se constitui materialmente e em que sentido são capazes de se transcender nos gestos, nos atos e nas expressões. É preciso destacar que o diálogo conceitual traçado pelos autores entende o corpo como uma matéria molecular *esquizo*, isto é, como um processo de interação entre a minha mente e meu corpo e a mente o corpo do outro. Essa composição social, mediada na práxis, faz com que a identidade se estabeleça a partir de características enunciativas por meio da matéria corpórea, em outras palavras, por características que podem ser notadas, como, por exemplo, pela feminilidade ou pela masculinidade, pela meiguice ou pela ternura. Desse modo, é possível compreender que o corpo é o resultado de um conjunto de forças que operam

²⁰ Esta expressão não é identificada do modo que apresentamos na obra de Deleuze e Guattari. No entanto, a ideia teórica do autor nos permite estabelecer tal formulação conceitual a partir de sua proposta teórica. A ideia de um *inconsciente-presente-desterritorializado* remete para a junção de três conceitos importantes vistos pelos filósofos franceses como um processo psicanalítico. Para os autores, diferentemente da tradição freudiana, o inconsciente não está voltado para os estigmas passados, mas sim para as interações sociais do tempo presente. Ao mesmo tempo em que este inconsciente está voltado para o tempo presente, sua formação se constitui a partir da desterritorialização do corpo, isto é, pelas escolhas feitas (Deleuze e Guattari propõem *linhas* ante à escolhas) e pelas composições que o corpo pode assumir a partir de seus desejos e de sua potência.



de modo estrutural a partir do inconsciente-presente e que determinam seu próprio processo de territorialização ou desterritorialização.

No escrito de 1967, *Em que se pode reconhecer o estruturalismo*, Deleuze traz um conjunto de estruturas que formam o desejo e a expressão do inconsciente (em geral, formados pelo real, imaginário e pelo simbólico) relacionadas ao local ou a posição em que os indivíduos se encontram, seja ela intrínseca ou extrínseca (DAVID-MÉNARD, 2005). Essa topografia que é apresentada em linhas gerais aqui retorna ao que foi expresso acima sobre a territorialização ou desterritorialização do corpo, haja vista que são tais estruturas reais, imaginárias e simbólicas que corroboram para a demarcação de um território, ou não, acerca dos corpos e da identidade humana.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1986 p.323).

A identidade combina, à vista de tais estruturas topográficas, uma posição de diferencial e de singular; em outras palavras, de uma exposição do inconsciente a partir da exteriorização da diferença e da singularidade que cada um possui. Essa extensão molecular denominada de *corpo* é entendida, então, como uma topografia que identifica as pulsões do inconsciente e as remetem para um contexto de relação ontológica do *Eu-Outro* e do *Outro-Eu*. Esse partícipe da teoria ontológica da diferença pressupõe uma delimitação da expressão da identidade, ou seja, de um enquadramento do *ser-do-Eu* e do *ser-do-outro*. Além dessa aproximação ontológica do Eu e do Outro, há, conforme Deleuze e Guattari, uma estrutura bastante rígida oriunda do binarismo²¹ homem mulher. A ratificação que os pensadores franceses explicitam é a de uma topografia que demarca as posições de gênero como posições herméticas, impossíveis de serem transgredidas. Desta impossibilidade estrutural, o inconsciente passa a ser reificado como um objeto construído pelo inconsciente do passado e pelas regras das estruturas

²¹ O binarismo que nos referíamos nesta pesquisa é, consoante a tradição francesa representada pelo pensamento de Derrida, uma expressão de pares considerados como opostos, como, por exemplo: natureza/cultura, realidade/aparência, causa/efeito, língua/fala, fala/escrita, significante/significado, homem/mulher, etc (RAJAGOPALAN, 2003, p.121).



binárias. Não há, portanto, espaço para transeuntes entre tais posições que se parecem opostas. Essa segmentaridade²² composta por representações estáticas denominadas de representações molares²³ são introjetadas nas sociedades como um modelo do *status quo* permanente e insuperável. Mas há uma possível transgressão que pode ser notada em → *Mil Platôs*. Para Deleuze e Guattari (2008, p.70), “todos os devires começam e passam pelo devir-mulher”, porque é o que está mais próximo do binarismo do poder fálico. Assim, se a ordem social é fundada, em primeiro lugar, pela oposição homem mulher – e só a partir daí as demais oposições, como classe, casta, raça, nacionalidade aparecem – o sexo/gênero pode ser também utilizado para “desenquadrar” ou “desemoldurar” tal binarismo. É por meio de uma ruptura com a sexualização binária que a segmentaridade molecular pode ser construída. Em outras palavras, é por meio da fissura da base do sistema binário que a ideia de *trans*²⁴ – em seu sentido de *transgressivo* – passa a incorporar a terminologia filosófica como um vir-a-ser.

Nesse sentido de transgressão, Judith Butler apropria da ideia de Deleuze e Guattari, mas confere uma exposição própria ao que foi apresentado. O “enquadramento” binário que é visto na argumentação dos pensadores franceses, visto também como um processo de outros pensadores no sentido de demarcar seus objetos de perícias, perscruta uma tentativa de apreender (em sentido de acolhimento ou repulsão) a vida, de colocá-la em uma moldura e de, somente a partir daí, julgá-la como inteligível, ou não (BUTLER, 2015, p. 21). Por isso,

A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas (...) Então apreendemos a precariedade da vida através dos enquadramentos à nossa disposição, e é nossa tarefa tentar estabelecer novos enquadramentos que aumentariam a possibilidade de reconhecimento? (BUTLER, 2015, p. 24 e 28).

²² Deleuze e Guattari preferem distinguir entre dois tipos de segmentaridade, uma “primitiva” e “flexível”, a outra “moderna” e “dura”, distinção que recorta todas as segmentações mencionadas há pouco (binárias, lineares e circulares).

²³ É pertinente apresentar que, para Deleuze e Guattari, Molar e Molecular são duas terminologias distintas, mas interagentes. Estruturas molares são estruturas rígidas e impenetráveis; estruturas moleculares, por sua vez, são estruturas flexíveis e moldáveis.

²⁴ Etimologicamente, a palavra *trans* deriva da língua latina e significa “além de”.



No contexto de sua obra, é essa demarcação fluida da vida (embora, em muitos momentos, essa demarcação seja um produto das tecnologias disciplinares sobre os corpos) que impõe ao corpo um conjunto de normas e padrões sociais. Ao serem quebradas as normas e os padrões sobre um gênero ‘estabelecido’ há, então, uma pulsão interna de desejos e de expressão, corporalmente. Esse desejo encontra uma pulsão singular que se exterioriza por meio do corpo e das performances que serão realizadas pelas vestes, expressões artísticas, gestos ou vocabulários.

O sentido que Butler emprega sobre o corpo segue o mesmo contexto dos filósofos franceses. Se resgatássemos o pensamento de Deleuze e Guattari agora, seria possível compreender, então, que a moldura do sistema binário de gênero é representada por uma entidade molar cuja estrutura é forjada sob a lógica masculina. *Transgredir* com tal estrutura e nos posicionar a partir da identidade de um devir-mulher deve ser compreendido, por ora, não como um processo de imitação²⁵ da mulher, mas sim na projeção de partículas que entrem na zona de vizinhança de uma microfeminilidade, ou seja, produzir em nós mesmos o substrato de uma mulher molecular (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 72).

De volta ao contexto butleriano, o devir-mulher seria uma possibilidade de *transgredir* a moldura binária homem → mulher e entendê-la como uma projeção tríplice de homem $\begin{matrix} \longrightarrow \\ \longleftarrow \end{matrix} trans \begin{matrix} \longrightarrow \\ \longleftarrow \end{matrix}$ mulher, na qual o trânsito entre estas categorias é totalmente permitido e possível pela própria molecularidade de cada ser. A moldura que engessa é, ao mesmo tempo, a expressão de algo demarcado e a liberdade de infringir tal demarcação em seu interior por meio de traços, linhas, curvas e imagens.

Ao *transgredir* no próprio interior da moldura, possibilitamos que o devir-mulher seja uma plena possibilidade de existência enquanto potência. Essa *transgressão* seria pensada, sob o viés de Butler, como um partícipe da teoria-*queer*, quer dizer, como uma outra possibilidade de se pensar as relações de gênero, sexo, identidade e fatores biológicos. A molecularidade que os pensadores franceses tematizaram já na década de

²⁵ Deleuze e Guattari (Mil Platôs, v.4, 1996, p.106-107) descartam a hipótese de imitações, pelo fato de que, segundo ele, “(...) nenhuma arte é imitativa, não pode ser imitativa ou figurativa: suponhamos que um pintor ‘represente’ um pássaro; de fato, é um devir-pássaro que só pode acontecer à medida que o próprio pássaro esteja em vias de devir outra coisa, pura linha e pura cor”.



1960 estaria, nesse contexto, possibilitada pela ruptura contrária às categorias *a priori* do binarismo tradicional. É preciso, no entanto, compreender que embora Butler tenha desenvolvido em grande parte, em *Gender Trouble*, a transgressão que o corpo pode realizar em direção à sua performatividade, a autora não desenvolveu possíveis teorias sobre o intersexo, protótipo que rompe com as categorias do corpo, do sexo, do gênero e da sexualidade (PRECIADO, 2008, p.59-60). Por isso, buscaremos encontrar na fenomenologia de Merleau-Ponty algum subsídio para argumentar ante ao que Butler tematiza sucintamente e para analisar Lili. Na corrente fenomenológica de Merleau-Ponty, a relação entre o corpo (sexo) e o devir pode ser identificadas nas palavras do pensador “particularmente, quando se diz que a sexualidade tem uma significação existencial ou que exprime a existência, não se deve entender como se o drama sexual fosse em última análise apenas uma manifestação ou um sintoma de um drama existencial” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 230).

O que Merleau-Ponty se intenta a fazer é romper com a tradição filosófica, principalmente a cartesiana, de uma dependência da racionalidade e da existência por meio de uma *res cogitans*. Contrariando a posição de Descartes exposta na Segunda Meditação de que “se eu penso, eu existo: é certo que eu existo porque eu penso”, Ponty interpreta que o intelecto não é o sinal da existência, haja vista que a presença é, senão, corporal, e a consciência é impensável sem o corpo que existe (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 86). Sob a influência de Husserl, Ponty (2002, p.196) ainda argumenta que “o espírito não é uma diferença específica que viria juntar-se ao ser vital ou psíquico para fazer um homem. O homem não é um animal racional. A aparição da razão e do espírito não deixa intacta nele uma esfera dos instintos fechados sobre si”. Dessa feita, a tese de *homem racional* identificada pela maioria dos filósofos será substituída pela tese pontyana de *sujeito corporal*, que no corpo encontra seu próprio substrato existencial.

Embora nossa análise tenha percorrido posições filosóficas de autores distintos, foi possível entender, nesta sessão inicial, a tese central que tal pesquisa pretende expor. Com isso, ao final desta primeira apresentação a hipótese filosófica acerca da obra é a de que há duas molduras sobrepostas sobre Lili. A primeira moldura, de caráter artístico, revela a sensibilidade de Lili enquanto devir-mulher a partir da retratação de



Gerda e da *transgressão* do sistema binário tradicional. Tal moldura demonstra que a relação matrimonial, sustentada no âmbito do *oikos*, se esvaece pela pulsão de um desejo; a segunda moldura, de cunho metodológico, é uma delimitação na noção focal da obra, isto é, da decisão de Einar em se tonar Lili e percorrer um longo processo interposto por fatores psíquicos, patológicos, sociais, biológicos e históricos.

2. A Performatividade Como Espaço Ontológico-Social do Feminino de Lili Elbe: Da Subversão da Identidade ao Reconhecimento de Uma Potência (*Dynamis*) Queer

Tratamos na primeira sessão do trabalho o corpo demarcado, como moldura, pelas identidades de Einar e Lili. Agora importa-nos compreender como Lili encontra seu próprio espaço e como a subversão de sua identidade se transforma em seu (auto)reconhecimento. É importante retratar que a transição que Lili faz não se confunde com um ato narrativo de descrever sobre uma possível existência²⁶; não há uma narração fictícia de uma personagem inexistente. Lili é um ser que existe e que se encontra na performance do feminino. Ela não imita outras mulheres, pelo contrário, ela permite que seu desejo a faça propriamente uma mulher, um devir próprio. Com tal implicação de um ser-mulher ou de um imitar a forma de mulher, Deleuze e Guattari trazem uma importante noção em *Mil Platôs* (1980),

Nem imitar nem tomar a forma feminina, mas emitir partículas que entram em aproximação de movimento e repouso, ou na zona de vizinhança de uma microfeminidade, isto é, produzir em nós mesmos uma mulher molecular, criar a mulher molecular. Nós não queremos dizer que uma tal criação seja exclusividade do homem, mas ao contrário, que a mulher como entidade molar tem que tornar-se mulher para que o homem também se torne ou possa tornar-se (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 338 – grifos nosso).

A potência molar do corpo, tal qual veem os pensadores franceses, permite homens e mulheres emitirem partículas de sexos opostos, pois, conforme argumenta Butler,

O corpo, efeito do ato de fala e do seu ritual, encontra um lugar epistemológico (através do ato de fala, o corpo torna-se inteligível), um lugar ontológico (o corpo torna-se regulável) e um lugar político (o corpo torna-se passível de legitimação e normatização). Os atos de fala limitam os contornos dos corpos, suas articulações possíveis, suas ações possíveis.

²⁶ Para os gregos, o ato de narrar histórias criativas é denominado de *diegesis*.



A imposição arbitrária num ritual iterável tem como efeito a fixidez e a inevitabilidade (BUTLER, 2004, p.217).

É, como mencionaram os filósofos acima, as escolhas sobre o corpo não se constituem como imitações artísticas. Isso porque as próprias escolhas sobre ele é, antes, um processo inconsciente de seu reconhecimento fenomenológico-existencial, que revela sua identidade por meio de sua aparição no mundo. Com esta mesma sequência de interpretação, Deleuze e Guatarri compreendem que

Os ritos de travestismo, de travestimento, nas sociedades primitivas onde o homem torna-se mulher, não se explicam nem por uma organização social que faria corresponder relações dadas, nem por uma organização psíquica que faria com que o homem desejasse ser mulher tanto quanto a mulher ser homem. A estrutura social, a identificação psíquica deixam de lado demasiados fatores especiais: o encadeamento, a precipitação e a comunicação de devires que o travesti desencadeia [...] É a mesma coisa para a sexualidade: esta se explica mal pela organização binária dos sexos, e não se explica melhor por uma organização bissexuada de cada um dos dois. A sexualidade coloca em jogo devires conjugados demasiadamente diversos que são como n sexos, toda uma máquina de guerra pela qual o amor passa (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 71, v.4).

Todavia, tal noção parece ir contrário ao estruturalismo erigido na teoria do Falo²⁷, de Lacan. Se aqui a identidade é um processo de reiteração da sensibilidade do corpo, em Lacan a identidade é um processo de diferenciação do se “ter” um falo e “ser” um falo. Esse estruturalismo linguístico – como propõe o autor – difere “ser” e “ter” como um complexo de símbolos que compõem a feminilidade e a masculinidade. Ter um falo, nesse sentido, garante a expressão de uma masculinidade projetada para aquele que não o tem. Fato é que, para o psicanalista, não ter um falo é uma condição ontológica para *ser-um-outro* e, portanto, para “ser” um falo. Este ser outro que não é dotado de um falo, mas que se apodera do Ser daqueles que o têm reflete a condição oposta da masculinidade e de sua auto-elaboração da identidade; reflete a condição de um Ser que-não-tem, de um ser-feminino. Ora, é preciso então nos questionarmos sobre tal posição, haja vista que Lili, enquanto Einar, *tem* um falo, mas enquanto Lili é um falo. Longe dos possíveis jogos de linguagem e da teoria argumentativa dos filósofos

²⁷ Para uma conferência sobre a definição de Falo, Lacan expõe "o falo é aqui esclarecido em sua função. Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia, caso se deva entender por isto um efeito imaginário. Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.), na medida em que esse termo tende a prezar a realidade interessada numa relação. E é menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza." (LACAN, 1998, p.696)



contemporâneos da linguagem, os jogos verbais – ter/ser – se tornam uma categorização ontológica *a priori*, isto é, ser definido a partir do sexo, antes mesmo da expressão de sua vontade, já constitui um imperativo simbólico introjetado na sociedade. Poderíamos, no entanto, resolver tal problema a partir de duas hipóteses distintas: na primeira, Einar, por ter um falo, mas por se portar como mulher, *seria* (nos remetendo ao *ser*) um falo; na segunda, Einar, mesmo se retratando como mulher, *têm* um falo, e, portanto, isso reitera sua masculinidade ainda que não a queira. Mas cada hipótese à sua maneira não consegue abarcar toda dimensão do problema filosófico. Tais categorizações hipotéticas, mais uma vez, servem para enquadrar Einar e Lili, não nos possibilitando entender, de fato, quais implicações jazem aí. Com tal prerrogativa, a noção de Lacan parece-nos não cingir uma explicação plausível para *A Garota Dinamarquesa*. Por isso, nosso intuito será estabelecer, a partir de então, uma explicação ontológico-social da performatividade de Lili e de seu reconhecimento enquanto potência-*queer*.

Seria pertinente antes de começarmos nossa exposição findar a teoria de Lacan sobre a identidade como constituída por meio do sexo, ou melhor, a partir do se *ter* ou *ser* um falo. É Foucault em sua *História da Sexualidade* que nos apresenta a seguinte convicção:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988, p. 117).

O que Foucault traz à tona é a noção de historicidade sobre o sexo e sobre a identidade. Fica patente, no entanto, que a teoria da linguagem de Lacan (*ser/ter*) é apenas um dispositivo para categorizar o ser, sem conferir-lhe alguma explicação filosófica que corrobore para a construção da identidade.

Ao apontarmos para outra direção – aquela que vê na performance o reconhecimento ontológico-social – nossa pesquisa passa a entender a tradição experimental, de Deleuze e Guattari, e a fenomenológica, de Merleau-Ponty, como um único fio intermeado por duas pontas. Tais posições, provavelmente banidas da possibilidade de estarem juntas, nos conferem aqui um eixo explicativo para o que



Judith Butler irá compreender como *performatividade* e como *queer*. Dessa maneira, tal como propôs Foucault sobre a ideia do corpo, Butler o vê como um postulado, na qual

O corpo postulado como prévio ao signo é sempre postulado ou significado como prévio. Essa significação funciona mediante a produção de um efeito de seu próprio procedimento, o corpo que ela todavia e simultaneamente afirma descobrir como aquilo que precede a significação.; ao contrário, é produtivo, constitutivo, pode-se até dizer performativo, visto que esse ato de significação produz o corpo que então afirma encontrar antes de qualquer significação (BUTLER 1998, p. 38-39).

O que ampara a teoria de Butler sobre o corpo, para além das influências diretas de Foucault e Derrida, é decerto a noção que a filósofa pretende estabelecer sobre a performatividade²⁸ que o mesmo desencadeia. Amiúde, em suas obras, a pensadora norte-americana tenta conferir uma posição prática à esta questão, buscando afastar-se em larga medida de qualquer justificativa metafísica²⁹. Neste sentido, Butler entende que “atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna – produzem na superfície do corpo. Gestos e atuações são performativos, pois representam uma suposta identidade ou essência que são fabricações”, sendo que “o fato de o corpo com gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separados dos vários atos que constituem sua realidade” (BUTLER, 2003, p.194).

O performativo que Butler por ora se debruça tem nos textos *Performativo-Constativo* (1958) e *Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação* (1962), de Austin, uma importante materialização teórica, uma vez que é propriamente em tais textos que a noção basilar de performance surge como um ato da linguagem. Esses espectros butlerianos, aqui traduzidos pela teoria da sexualidade (voltada especialmente para o corpo), de Foucault, e da linguagem, de Austin, possibilitam a filósofa compreender que o corpo é, talvez, o segundo espaço da performance, na medida em que, em primeiro, está o ato da fala, da expressão verbal e linguística.

²⁸ Sobre a noção de performatividade, diz Butler, ela deve ser entendida “não como um “ato” singular e deliberado, senão antes como a prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2002, p.18)

²⁹ Em *How Bodies Come to Matter*, Butler preocupa-se em apresentar que a noção metafísica/ontológica deve ser compreendida apenas como um “campo de contestação”, sem qualquer fundamento epistemológico de fato (BUTLER, 1998, p.279)



Com tal prerrogativa Butler rompe com as teorias cartesianas e fenomenológicas, da existência pela racionalidade ou pela corporeidade. Isso porque a autora, seguindo os passos de Austin, entende que a existência do *eu* é, senão, um ato da fala, da expressão de si ao mundo. A noção de corpo e racionalidade seriam, dessa maneira, existências dependentes da ordem discursiva, de modo que poderíamos enunciar “eu falo, logo, eu sou” ou “eu sou, pois eu falo”. Longe de tecer críticas acerca da ideia de Austin e Butler, devemos questioná-los, no entanto, como a linguagem possibilitaria a existência de um *eu* enquanto gay, lésbica, *trans*, drag, etc. Se sou, pois enuncio uma ordem linguística, daí decorre que somos seres universalmente iguais, independentemente do corpo ou da inteligência que possuímos. Mas segue-se, porém, que tal justificativa só tem validade enquanto permeada de uma relação metafísica-existencial, que consagra a noção de Ser pela propriedade da fala³⁰. No entanto, Butler busca romper com tal paradigma, na medida em que o entende como uma problemática tipicamente da *práxis*. Ora, mas tal aspecto – seja ele de cunho prático ou metafísico – não justifica a projeção do *eu* enquanto gay, lésbica, *trans*, drag, etc. Se anunciamos enquanto *trans*, em sentido de *práxis*, que somos porque expressamos uma ordem linguística, tal posição parece se esvaír com facilidade³¹. Se olharmos para o cenário mundial (longe da academia) perceberemos que a expressão de tal público ainda é confinada pelo preconceito e pelos estereótipos.

Tracemos aqui alguns pontos importantes. Quando Einar se porta como Lili, a expressão que a sociedade dinamarquesa conhece é propriamente a da prima de Einar, de uma mulher. Lili, dessa maneira, não sofre qualquer repúdio, pois ainda que tenha traços masculinos, sua identidade anunciada é expressamente de uma mulher. No entanto, se Einar se assume tacitamente como Lili, sem esconder sua real identidade, sua existência parece-nos ser colocada em dúvida. O sentido prático que se materializa

³⁰ Sobre tal questão, questionaríamos tais autores sobre os seres humanos impossibilitados da expressão discursiva. Se sou, pois expressei uma ordem linguística, segue-se que: se não enuncio algo, logo não sou. Sobre este viés a teoria argumentativa de Austin não conferiu qualquer análise. De modo similar, Butler parece-nos apropriar-se dos fundamentos austinianos, sem novamente explicitar tal questão.

³¹ Entendemos que embora a posição da *práxis* confira maior abordagem para a noção que Butler tenta entender, sua justificativa é plenamente uma posição ontológica. Se tratada por este viés (ontológica), a noção de Butler via Austin é totalmente plausível, no entanto, a simples conferência da *práxis* ainda é facilmente colocada em questão.



na linguagem não confere, à vista disso, o reconhecimento deste outro. Talvez esta questão, cuja importância é indemonstrável, não tenha sido expressa na obra com seu total vigor. Lili, embora seja a expressão de Einar, se materializa a partir de uma identidade feminina, mas nunca sobressalta-se à sociedade como um ser que *transgride* a posição binária do sexo. É certamente tal identidade social que Deleuze e Guattari trataram em suas críticas à noção tradicional de Freud e Lacan, isto é, a identidade, conferida como uma apresentação para a sociedade, é aquela que lhe confere o ser-no-mundo. Lili reafirma as normas engendradas na sociedade ao ser uma mulher e ao ter tal performatividade. Com esta posição, a noção focal a obra – aquela que busca elucidar a possibilidade de um devir-mulher – passa a reafirmar (possivelmente de modo não intencional) a heteronormatividade do ser. Embora a protagonista rompa com a posição binária do sexo e consiga perfazer-se a partir de uma identidade própria, a esfera social ainda lhe confere a impotência de se assumir como alguém que *transgride* tal estrutura. O fato é que o sentido social que a identidade assume tem, na filosofia butleriana, a demarcação estrutural que precisa ser rompida. É, talvez, nesse ponto que o conceito de *performatividade* reitera uma noção, quer queira ou não, transcendental. Isso porque a própria intenção de *transgredir* tal estrutura social produz significados performativos de caráter metafísico (PISCITELLI, 2002, p.7). Com tal pressuposto, o corpo fenomenológico produz a si mesmo um duplo sentido, a saber, aquele de primazia *ontológica*, na qual o Ser será representado como a plena existência de um devir sem categorias ou posições estabelecidas pela tradição binária, e outro de representação *social*, isto é, de interação e reiteração com outros seres e outras identidades. Tem-se com tal argumento, assim sendo, que a produção performática deriva de um atributo ainda mais específico, quer seja, como pensa Freud, um desejo pulsante, quer seja, como diria a corrente deleuziana, uma potência molecular.

Na obra de Ebershoff, quando Einar decide em se submete à mudança de sexo seu reconhecimento como Lili passa a delinear sua existência ontológica, reiterando o desejo de uma identidade subvertida. Tal evidência, posta sob o crivo filosófico, nos possibilita entender, na trama, que a escolha de Einar é, senão, uma escolha deliberada sobre sua existência (daí a performatividade ontológica) e sobre sua relação para com os



outros (daí a performatividade social). Dessa exposição decorre que, como previu Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, "ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino" (BEAUVOIR, 1967, p.9). Gênero e sexo, tal qual nossos autores apresentam, são modelos que engendram e categorizam o Ser, como se tal qualificação fosse possível, ou melhor, como se a posição binária reiterada inúmeras vezes pelo aspecto psicossocial de homem mulher fosse um padrão a ser estabelecido, uma moldura ontológico-social.

Em face deste pensamento, o devir-mulher retratado por Deleuze e Guattari na primeira sessão deste trabalho conflui para o que Beauvoir expôs. Dessa unidade de pensamento, a noção subvertida da identidade de Lili Elbe corrobora para a pulsão molecular de seu corpo, de seu gesto, de suas vestes e hábitos. Com outras palavras, a performatividade normativa, de Butler e Foucault, e a molaridade, de Deleuze, - ambas expostas como um moldura do corpo e da vida – são tomadas por fissuras que não impedem a potência interna de *transgredir-se*. Nesse ato constante, é o *transgredir-a-si-mesmo* que rompe com o paradigma social-normativo e nos permite a ser um ser-no-mundo enquanto ‘coisa’. Sobre este aspecto, o *transgressivo* é propriamente a possibilidade de ir além da *pre-sença*³², de suturar-se como transeunte entre os polos opostos sem necessidade de enquadrar-se como algo. Este ser-áí retoma o caos de forças pulsantes do corpo para diversas posições, de modo a revelar-se como uma potência molecular sem gênero/ sexo (DELEUZE; GUATTARI, 1991/1992, p.59).

Dessa maneira, a noção deleuziana de *potência*, tal qual é retirada e modificada da filosofia aristotélica, empreende em nosso texto uma postura talvez parecida com o que a psicanálise denomina de *tábua dos desejos*. Aqui, no entanto, a potência (*dynamis*) infere um próprio confronto entre o id e o ego, de maneira que se ato – enquanto escolha hétero, gay, lésbica, drag, trans, etc – seja um possibilidade constante. A potência, nesse sentido, não garante qualquer demarcação ontológica sobre a opção

³² Retratamos aí a noção heideggeriana de *pre-sença*, na qual o prefixo *pre* determina a existência do eu e sua abertura ao mundo (HEIDEGGER, 1985, p. 188).



sexual; ela apenas denota para uma exposição de si e de seus desejos ao mundo. Tal caráter ontológico possibilita o sujeito exprimir-se partir de sua *potência-queer*, isto é, a partir da heterogeneidade de desejos que compõem suas pulsões.

À vista deste entendimento, o performativo enquanto espaço ontológico-social – e, neste caso, como o espaço de Lili Elbe – demonstra que a identidade de Lili, embora projetada ao exterior, ainda apresenta fissuras das histórias e lembranças que não podem ser apagadas de seu passado. É pela compreensão de tal noção que enunciamos a ideia de *potência-queer*, uma vez que, sem a necessidade de se constituir enquanto identidade emoldurada, o *ser-queer* revela-se molecularmente como potência de seu ser para o mundo. Essa noção *queer* que se projeta poderia ser entendida, para o nosso propósito, como uma relação àquilo que fundamentamos na primeira sessão. Com a projeção fenomenológica e cartesiana interagindo ao mesmo tempo, o ser se materializa como um *eu-queer* em constante potência (*dynamis*) e em constante ato³³ (*energia*). Essa noção entre as propriedades filosóficas que fundamentos pode ser observada a partir da representação abaixo:



A interação corpo-mente possibilita, em primeiro plano, a noção de *ton aistheseon aisthesis*, quer dizer, a sensação dos próprios sentidos, da existência psicossocial. A sensação (*aisthesis*) provocada a partir da interação corpo-mente garante, então, a sensação da existência, que pode ser remetida à inúmeras potências-queers. Sob essa relação, a noção do Eu-potência-queer só pode existir, na medida em que ultrapassamos os conflitos internos que nos direcionam contrários à pulsão da vida. Lili Elbe é o reflexo da transgressão de seu eu, de maneira que, na obra, tal transgressão foi acompanhada da ruptura com a relação matrimonial (definida no ambiente do *oikos*). Na medida em que Lili ultrapassa a relação *oikonomica*, não só a estrutura binária (homem/mulher; falo/outro) passa a ser corrompida, mas a sua própria potência passa a exhibir sua molecularidade, a molecularidade de seu devir-mulher.

³³ Em sua *Metafísica* Aristóteles 1046b, 29-30 afirma: “*energei mono dynastai, otan me energei ou dynasta*”, isto é, a potência só pode existir no ato.



Considerações Finais

O intuito deste trabalho foi desenvolver uma análise filosófica acerca da obra *A Garota Dinamarquesa*, de David Ebershoff. A partir deste objetivo percorremos duas sessões centrais à nossa compreensão, tentando explicitar de que maneira a noção focal da obra corrobora sobre as teses de corpo, existência, performance, devir, etc., de Deleuze e Guattari, Merleau-Ponty e Judith Butler. Seguindo este fio condutor e indo além em certos momentos, nossa pesquisa tematizou Lili Elbe como uma protagonista emoldurada, isto é, como um sujeito à guisa de uma delimitação social de sua identidade, mas que, ao seu interior, consegue *transgredir-se* em direção aos seus desejos e pulsões. Toda esta noção, trazida da confluência das teorias filosóficas experimentais e fenomenológicas, ganharam fundamentos importantes com a noção de Butler sobre o ato performativo e sobre a *potência-queer*. Dessa maneira, esta investigação, ao seu modo, buscou importar as ideias centrais da existência como devir e como ser-no-mundo, donde resulta que o *eu* – mediado pelo cogito cartesiano da racionalidade – cede lugar ao *queer-eu*, ou seja, a um ser ou coisa que não é precedido de um ontologia binária do sexo/gênero entre homem \longrightarrow mulher.

Desta feita, o limiar que apontamos nesta pesquisa coaduna com as atuais debates feministas e de gênero da sociedade contemporânea. A obra, enquanto nosso objeto de análise, cumpre seu papel enunciativo de um problema reiterado de tradição à tradição, mas ainda assim tangencia alguns pontos importantes que, talvez pelo tempo da narrativa, não seriam possíveis de serem examinados. A tese que argumentamos acerca da obra é a de que Lili Elbe rompe com a subversão de sua identidade para projetar-se ao mundo, para expressar seu devir-mulher, em sentido deleuziano. Nesta medida, no entanto, sua expressão enquanto Lili não consegue romper com o ideal de uma identidade feminina, uma vez que a protagonista se assume não como alguém dotado de uma identidade prévia, mas como alguém que parece ter sido sempre subjetivada pela feminilidade. Nossa crítica principal não busca desencadear uma noção pragmática sobre tal necessidade, mas simplesmente apontar que, em certos momentos, a identidade de Lili parece ser conferida como uma necessidade *sine qua non* do abandono da identidade de Einar, e melhor, como se uma existência corporal não fosse possível de ser partilhada por múltiplas identidades *trans*.



Referências Bibliográficas

BARBARAS, Renauld. *De L'Être du Phénomène – Sur l'Ontologie de Merleau-Ponty*. Paris: Éditions Jérôme Millon, 2001.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

_____. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo"*. In *Cadernos Pagu*, n. 11: 11-42, 1998.

_____. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Routledge: New York & London, 1993.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *How Bodies come to Matter: An Interview with Judith Butler* Signs. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 23, n.º 2, pp. 275-286 (Interview with Irene Costera Meijer and Baukje Prins), 1998.

DAVID-MÉNARD, M. *Deleuze et la psychanalyse. L'Altercation*. Paris: PUF, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980. V.4

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade - A vontade de saber*. Vol. 1. São Paulo: Graal, 1988.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DURKHEIM, Émile. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

LACAN, Jacques. *A significação do falo*. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.92-703.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *L'Union de L'Âme et du Corps Chez Malebranche, Biran e Bergson*. Paris: Vrin, 2002.

_____. *La Structure Du Comprtement*. Paris: Quadrige, PUF, 2002.

PISCITELLI, Adriana. *Recriando a (categoria) mulher?* In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.



GT 01: Gênero e sexualidade

Título do Trabalho: A herança patriarcal como impulsionadora do elevado índice de mulheres HIV+ no distrito de Xai-Xai em Moçambique

Autora: Nosta da Graça mandlate (PPGS-IFCH-UFRGS)

As mulheres moçambicanas são as mais infetadas pelo HIV/SIDA no país, sendo Gaza, onde está localizado o distrito de Xai-Xai, a província que apresenta o maior índice de seroprevalência. As mulheres desta província são educadas a serem submissas aos seus parceiros. Os modelos de educação baseados no patriarcado influenciam a violência baseada no gênero e impossibilitam a negociação para a prática do sexo seguro. Neste texto analisamos duas práticas culturais, Kutchinha e lovolo, e suas implicações na maior propagação da doença com maior contaminação da mulher, A prática mágico-religiosa kutchinga que consiste em envolvimento sexual com a vista a purificação da casa, bens, filhos e viúva/viúva, e a prática lovolo que é o pagamento do dote pelo homem a família da sua futura esposa. Com o lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu marido e quando ele perde a vida ela deve ser purificada e tornar-se esposa de um dos irmãos do seu falecido marido e se ela se recusar perde o direito dos bens que construiu com o falecido marido.

Palavras Chave: HIV/SIDA, kutchinga, lovolo, mulher, violência e vulnerabilidade

Título do Trabalho: A herança patriarcal como impulsionadora do elevado índice de mulheres HIV+ no distrito de Xai-Xai em Moçambique

Autora: Nosta da Graça mandlate (PPGS-IFCH-UFRGS)

O texto que segue resulta de reflexões e da etnografia realizada no distrito de Xai-Xai na Província de Gaza no sul de Moçambique sobre a problemática do HIV/SIDA, buscando analisar as influências culturais para o elevado índice de seroprevalência com maior incidência entre as mulheres.

No sul de Moçambique sobretudo na província de Gaza os modelos de educação informal privilegiam o homem em relação a mulher. Nas zonas rurais muitas raparigas não têm acesso a educação formal e onde podem acede-lá as oportunidades são



reduzidas em relação ao homem, tanto pela maior responsabilização da rapariga em tarefas domésticas também por se conceber que o homem será o futuro responsável pela família e pelo seu sustento.

Apresentamos aqui duas práticas culturais que contribuem em grande medida para a submissão da mulher e a conseqüente infeção pelo vírus. A prática magico-religiosa kutchinga que consiste em envolvimento sexual com a vista a purificação da casa, bens, filhos e viúva/viúva, e a prática lovolo que é o pagamento do dote pelo homem a família da sua futura esposa. Com o lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu marido.

Decorrente dos papéis que a cultura tsonga confere a mulher, ela não detém de poder negociar a prática do sexo e muitas vezes não informam aos seus parceiros quando descobrem que são portadores do HIV, temendo a atribuição da culpa de terem trazido o vírus para o lar mesmo. Para a elaboração deste texto selecionamos oito entrevistadas.

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Escolaridade	Profissão	Idade	Estado Civil
Açafrão	Ensino Fundamental Incompleto	Do lar	59 anos	Viúva
Beladona	Ensino médio completo	Do lar	32 anos	Casada
Camélia	Ensino Fundamental Incompleto	Do lar	42anos	Viúva
Acônito	Ensino Fundamental Incompleto	Vendedeira	39 anos	Viúva
Cardo	Graduação Completa	Professora	35 anos	Casada
Glicínia	Graduação Completa	Professora	32 anos	Casada
Cacto	Graduação em andamento	Do lar	32 anos	Casada
Goivo	Ensino técnico médio completo	Técnica da Farmácia	25 anos	Casada

Fonte: elaboração própria.

A prática Kutchinga



Kutchinga é uma prática entre os tsonga, residentes do sul de Moçambique que exige a realização da purificação quando ocorre um falecimento, esta prática é realizada essencialmente por via sexual e atualmente devido a problemática do HIV/SIDA algumas famílias tem adotado o uso de ervas. A prática de purificação pós a morte é também realizada entre os sena, tewe e nyungwe no centro de Moçambique nas províncias de Sofala, Tete e Manica com outras particularidade e se denomina de pita-kufa.

Kutchinga é antropologicamente designado levirato, pode se observar este ritual no posto administrativo de Catandica, na Província de Manica a partir da etnografia realizada por Palmeri e Sterne,

Lerirate. According to the custom of levirate, a widow should marry a brother of her deceased husband. This kind of marriage is relatively frequent in Matundu. Local people say that the custom of levirate is to preserve family land within the family itself. In fact, a wife usually receives from her husband a plot of land with the agreement that it will be transferred to the children and not used to the benefit of a “foreigner” or other relatives of the wife (PALMERI; STERNE 2006, p.59).

No sul de Moçambique compreende se que quando ocorre a morte de um membro da família tudo que faz parte da casa, a casa, os bens, os filhos e os familiares onde decorreu o falecimento torna se impuro. Pois antes da realização deste ritual ninguém dos membros pertencentes a família deve praticar relações sexuais. Os bens e outros utensílios não podem ser deslocados para outros domicílios. A realização deste ritual tem em vista a purificação da casa e dos bens e liberação dos membros da família para a prática das suas atividades normais.

Se um dos membros da família praticar relações sexuais antes da realização deste ritual ou por engano os bens ou utensílios da família em luto serem deslocados para um outro domicílio e os membros dela se relacionarem sexualmente um dentre o casal irá contrair kooklola, uma doença tradicional que tem mesmas manifestações que a tuberculose quando diagnosticada pela biomedicina.



Entre os tsonga este ritual tem suas particularidades podendo ser realizado de diversas formas, pode ser realizado pelo casal se o morto tiver sido um dos filho do casal. Se o morto tiver sido o chefe da família ou a dona da casa, o filho do casal mais velho com a sua esposa ou namorada faz a purificação. Este ritual de purificação da casa, dos bens e dos filhos deve ser feito até ao sétimo dia pos o falecimento. Quanto a purificação da viúva ou do viúvo pode ser feita depois de seis meses ou mais tempo depedendo do que se decidir na assembleia familiar, se se trata do viúvo não há grande necessidade de realização da assembleia, pois com a conclusão efetiva do lovolo o homem ganha uma irmã mais nova da sua esposa, que quando crescer se ele quiser pode lhe tornar sua esposa.

Quanto a mulher se torna viúva deve se casar com um dos irmãos do seu falecido marido, independentemente dele ter já uma esposa e família. A decisão sobre com qual cunhado a viúva deve realizar o ritual e se casar é obtida em assembleia familiar. Se o falecido não tiver irmãos o ritual pode ser realizado por um primo ou neto, e se surgirem descendentes a partir desta união pertencem e ganham o nome do falecido. Em algumas regiões de Moçambique existem purificadores natos que são contratados para a realização desta cerimónia caso não exista pessoas dentro da família.

Se a mulher se recusar a realizar ritual é deserddada de todos os bens que construiu com o seu falecido marido.

Em Moçambique em pelo menos 10 mortes ocorridas no país 7 são provocadas pelo HIV/SIDA, apesar disso para a realização deste ritual não se averigua quais foram as razões biomédicas que fizeram com que houvesse o falecimento, porque as doenças são representadas pelos tsonga como manifestação do descontentamento dos espíritos sobre os violadores de regras e ainda no sul de Moçambique, onde está localizado o distrito de Xai Xai, os sintomas do HIV/SIDA muitas vezes se relacionam a casos de feitiçaria e também são interpretados como sendo cobranças ou retaliação feitas pelos antepassados devido a desobediência as leis e as normas sociais vigentes (PASSADOR, 2011, p. 4).



Com a problemática do HIV/SIDA introduziu se a realização da purificação com o uso de ervas, mas existe ainda adesão da realização deste ritual por via sexual, sobretudo pela consciência dos agentes e parálem da pressão social que sofrem para a adesão do ritual sob pena de consequências nefásticas para a família se se não realizar o ritual.

Em Schutz “a consciência, é compreendida como resultado de um conjunto de operações de abstração, uma contagem de simultaneidade pela qual se torna possível a representação simbólica do espaço e do tempo, e dessa forma e interpretação... das qualidades do mundo quantificáveis e qualificáveis” (CASTRO, 2012, p.56).

Uma das mulheres entrevistadas de 42 anos de idade, viúva, em tratamento antiretroviral-Tarv, que ficou doente e detetada HIV+ três anos após o falecimento do seu marido teve que ser purificada para proteger os seus filhos.

Pesquisadora: Foi purificada após a morte do seu marido?

Camélia vermelha: Sim, fui lá em dengue, lá mesmo em Utsopi, onde eu vivia com meu marido, antes dele falecer (**Camélia vermelha**, violência simbólica).

Pesquisadora: Foi alguém da família do seu marido?

Camélia vermelha: Haaa nada, não. Procurei fora, meu marido antes de falecer havia dito que não queria ninguém da família. Procurei fora, ele não queria ninguém da sua família, porque depois podia haver confusão, devia procurar alguém fora (**Camélia vermelha**, violência simbólica).

Pesquisadora: Foi você que procurou essa pessoa?

Camélia vermelha: Eeee, lá entre nós na minha zona, quando alguém perde marido, deve procurar alguém, que depois de dois meses para te purificar, procura alguém, homem para te fazer o que os costumes da nossa zona preconiza, para que seus filhos, sua casa, todas coisas que existem na família sejam purificados, e sobretudo os seus filhos não tenham medo de si, e eu fiz por insistência da igreja, porque sempre que eles me visitavam, me perguntavam se já havia feito, e eles falavam que estava a deixar meus filhos a deriva (**Camélia vermelha**, violência simbólica).

Uma mulher que se tornar viúva entre os tsonga, por mais que não queira mais se casar é necessário que seja purificada, pois ela não pode morrer com dzaka, impura.



Uma senhora de 59 anos de idade, viúva, também em tarv, teve que ser purificada para que não tivesse consequência da permanência de impureza no seu organismo, mas que não revelou o segredo pois não se devia compartilhar tais segredos com as crianças.

Pesquisadora: É de costume, após a morte fazer a purificação?

Açafrão: Em casa tem o costume de chamar alguém para fazer a purificação da casa, para que os filhos se sintam livres em casa. Porque ainda vivia com todos os meus filhos e eles deviam entrar nas suas casas com suas esposas e fazerem sexo, e sem purificação eles não podem entrar livremente. E deve se procurar alguém que conhece medicamentos tradicionais para banhar a casa e os filhos e a dzaka, aquela de ter perdido o marido essa vai ficar contigo que é a viúva. Lá na nossa zona procuramos pessoa para purificação da casa e das crianças, no terceiro dias após o funeral chamamos o bruxo para purificação (**Açafrão**, violência simbólica).

Pesquisadora: E a dzaka da viúva?

Açafrão: A dzaka da viúva, quem sabe é ela, e quem vêm purificar, costuma dizer quando achar que já choraste o seu marido, vais procurar alguém.

Pesquisadora: E você foi purificada?

Açafrão: Procurei naquele tempo (**Açafrão**, violência simbólica).

Pesquisadora: Isso é obrigatório fazer?

Mas a lei diz que as pessoas devem ser purificadas, só se for velha (**Açafrão**, violência simbólica).

Pesquisadora: E se não fizer o que acontece?

Açafrão: Tem muitas leis (**Açafrão**, violência simbólica).

Pesquisadora: Quais são?

Açafrão: Não posso te dizer, és criança, isso não apraz as crianças ouvirem (**Açafrão**, violência simbólica).

Pesquisadora: E estão juntos até agora com essa pessoa?

Açafrão: Ainda vem, só que é marido de dono, é marido de dono, mas ainda vem, vem uma vez por mês (**Açafrão**, violência simbólica).



Nas culturas moçambicanas acredita-se que a morte pode ser provocada pela feitiçaria e muitas vezes as mulheres são culpadas pela morte dos seus esposos e por conta disso são arrancadas os bens que herdaram do marido pelos familiares.

As mulheres são sempre vistas como potencialmente más: através de supostos malefícios voluntários perpetrados pela feitiçaria, colocam em risco homens e mulheres por colocarem em risco sua integridade como pessoas, por isso são temidas e objeto de desconfiança permanente (PASSADOR, 2010).

Uma das entrevistadas disse que ela e sua rival não puderam estar com o esposo quando ele começou a adoecer e não souberam que doença ele tinha.

Oooh, como quem seguia o tratamento era a mãe, não sei o que disseram, porque ela é quem saía para as tais consultas e ela trazia os medicamentos. Eu e minha rival, não sabíamos de nada e não nos incluíam disso. Talvez chegaram a pensar que nos é que sabíamos. Mas no fim Descobriram que tinha sido haambanissado com uma amante dele que tinha fora, com quem havia feito um filho que morreu e depois, aquela mulher se metiu com outro homem e por fim voltou para o nosso marido, daí contraiu a doença, mas que não conseguiram tratar. E se calhar ele sentia essas doença e escondeu (**Acônito**, acusada da morte do marido, violência psicológica).

Palmeri e Sterne (2006:59) afirmam que entre os tewe existem consequências se a viúva recusar a casar com um dos familiares do seu falecido esposo.

If a widow decides to marry someone outside the family of her deceased husband she must leave her house and all the property her deceased husband, including land. She will keep children if they are still under 8-10 years old; if the children are older, they will remain within the family of their deceased father. The widow will go and live elsewhere with her new husband who will be responsible of providing land and everything else for his new spouse and her new house.

Lovolo, o dote para se ter esposa

Em moçambique a mulher não tem parte na partilha de herança, o que faz com que ela dependa exclusivamente do seu marido. A dependência da mulher no sul do país é



muito elevada sobretudo entre os changana, habitantes de Xai-Xai, que é agravada com a prática do lovolo, um ritual local em que a família do noivo tem de pagar um dote a família da sua noiva para a concessão da sua mão em casamento.

O lovolo é um ritual simbólico que é praticado um pouco por todo país.

Em Moçambique, o lovolo constitui uma prática importante na sociedade urbana. Isso deve-se ao facto de o lovolo permitir estabelecer uma comunicação entre os vivos e os seus antepassados e a criação ou o restabelecimento da harmonia social. Ele inscreve o indivíduo numa rede de relações de parentesco e de aliança tanto com os vivos como com os mortos. O lovolo faz parte da identidade individual e colectiva, ligando seres humanos e mortos numa rede de interpretações do mundo e num conjunto de tradições em contínuo processo de transformação (BAGNOL, 2008, p.251).

Em algumas regiões do país, em caso da ocorrência da morte da esposa sem que o esposo tenha realizado o lovolo as cerimónias fúnebres não podem ocorrer antes que se pague o dote a família da malograda para que esta possa informar aos seus antepassados do sucedido, tanto do seu falecimento tanto de ter pertencido e gerado filho noutra família. A não realização deste ritual em vários pontos do país sobretudo na província de Gaza pode ser o vetor de graves problemas na família, desde o desentendimento entre o casal até a má sorte para os filhos, pois se pensa que a sorte venha da parte materna e sem a realização deste ritual os defuntos não tem como proteger os netos.

Atualmente esta prática perdeu aquele simbolismo, passou a ser vista como um ato negocial em que os familiares da noiva exigem muitos bens para a realização do ritual. Desde cedo a província de Gaza sempre foi tida como modelo na cobranças de lovolo, uma vez que a pastorice era abundante e o dote era feito através de um x número de cabeça de gado. E com a escasseis de gado e devido a vida urbana ele passou a ser pago em valores mometários.

As modificações na combrança de valores elevados no dote, agravou a concepção de que com o pagamento do lovolo a mulher passa a ser propriedade exclusiva do seu esposo e da sua família. E daí entre os tsonga, a mulher não participa na tomada de decisão e inclusive acerca dos seus problemas conjugais não dialoga direto com o seu



esposo, informa a sogra e esta faz chegar ao seu marido. E tem sido a sogra quem procura remédios do amigo ou da lua, remédios da lua são ervas tradicionais, que podem ser recebidas em banhos ou ingeridas pelas crianças para que não contraíam as doenças da lua, a epilepsia, o extrambismo e a hidrocefaleia. E em situações em que reside no mesmo domicílio com a nora e o filho é ela quem cuida do recém nascido.

A administração de medicamentos tradicionais é proibido em crianças que nasceram de mães de HIV+, mas muitas vezes tem sido difícil cumprir com essas recomendações, pois muitas mulheres não revelam que são HIV+ as suas sogras e inclusive aos seus maridos.

Uma jovem de 25 anos de idade que está em tarv e que aceitou a Prevenção da transmissão Vertical-ptv que mora ainda com a sogra afirmou que:

Goivo: Quem faz tudo é minha sogra, logo que amanhece ela lhe dá banho e lhe dá todos os medicamentos.

Pesquisadora: Contaste para a sua sogra que és portadora do HIV?

Goivo: Não. (**Goivo**, violência simbólica)

A situação torna-se diferente em caso em que as mulheres têm o seu próprio domicílio, assim ela pode receber o medicamento e não administrá-lo à criança. Uma mulher de 32 anos de idade, em tarv e que também aceitou a ptv, que devia ter efetuado a toma dos medicamentos de lua no seu filho porque nos olhos de todos que iam à sua casa para conhecer o filho detetavam que a criança tinha contraído a doença ainda no seu ventre.

Pesquisadora: E essa doença do amigo, a criança nasce com ela?

Glicínia: Posso dizer que sim, esta criança por exemplo, nasceu e no dia seguinte ele começou a se assustar, mas como devia seguir o que se disse no hospital eu não podia fazer nada, mas quando começou a tomar o xarope isso passou aos poucos (**Glicínia**, violência simbólica).

Pesquisadora: E as pessoas que viam não diziam nada?

Glicínia: E as pessoas vinham e diziam, porque as pessoas nunca deixam de falar, mas tu a mãe é que deves saber o que fazer com a criança, mesmo a própria minha



sogra vinha e dizia, mas eu dizia ok, mama vou dar e eu não dava, e ela não sabia se dou ou não porque ela mora na casa dela e eu na minha (**Glicínia**, violência simbólica).

A exclusão da mulher na tomada de decisão ocorre mesmo quando ela ainda não se casou. Ainda sob os cuidados dos seus pais ela é ensinada a realizar atividades que garantirão com que ela seja uma boa esposa e não envergonhe e desonre a família. Paulina Chiziane, afirma que quando nasce uma menina grita-se de alegria e dizem *atinguene tinpondo*, que significa que venha o dote e quando nasce um menino diz se *hoyo hoyo mate*, que significa que por meio do pagamento do dote entrará uma nora na família e é mais um diferencial na mão de obra (CHIZIANE, 2013, p. 8, grifos da autora).

Devido as essas representações sociais a mulher não detém de poder para negociar com o homem e sobretudo para a prática do sexo seguro, tornando as vulneráveis.

“A desigualdade de poder entre mulheres e homens nas relações sociais de género, ao restringirem a autonomia do exercício da sexualidade das mulheres ao mesmo tempo que naturalizam a liberdade sexual dos homens, contribuem para aumentar a vulnerabilidade das mulheres ao HIV” (WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA, 2007, p. 175).

A prática de violência baseada no género no distrito de Xai – Xai, influencia na propagação do HIV- SIDA, na medida em que a violência fragiliza e vulnerabiliza as mulheres, debilitando assim as suas capacidades de poder negociar a sua protecção contra a transmissão de ITS/HIV/SIDA.

Uma jovem de 35 anos de idade também em tarv e ptv, questionada acerca do uso do preservativo, afirmou que:

Não posso pedir isso para o homem, se a mulher pedir que se use o preservativo ela é tida como aquela vulgar, que vai a cama com todos ou porque ela está doente, por mais que a gente queira eles não aceitam e também na nossa cultura o homem dita tudo a se fazer (**Cardo**, violência simbólica).



As desigualdades de poderes entre mulheres e homens nas diferentes faixas etárias, nas relações familiares, comunitárias, assim como nos domínios social, económico, cultural, religioso e político, que outorga às mulheres uma posição de subordinação. Segundo Arthur (2004) estas desigualdades de poderes vigentes nas relações sociais entre homens e mulheres, é suportado por um modelo de dominação que é legitimado por um sistema simbólico e por relações de poder, isto é, ideologias e estruturas que violam os direitos humanos das mulheres e concorrem no sentido da sua manutenção e reprodução.

HIV/Sida representado pela cara Feminina

Em Moçambique as mulheres são culpadas por todos problemas sociais, se os jovens se desviam as mães são responsáveis por esse mau encaminhamento dos filhos e afirma se que não desempenharam bem o papel de educadora e essa concepção tem sido mais difundida atualmente que a mulher tem saído para trabalhar fora de casa. Quando o HIV/SIDA é diagnosticado no lar muitas vezes ela é acusada de ter sido infiel, por conta dessas interpretações elas abandonam ou não buscam pelo tratamento.

A feminização do Sida é a designação que se convencionou atribuir ao processo, produto de diversos e simultâneos factores, que tem culminado com um número cada vez maior número de mulheres infectadas e que continuam a infectar se a um ritmo mais acelerado do que os homens na mesma faixa etária (WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA, 2007, p. 18).

Algumas pacientes afirmaram que a não adesão tem sido pelo fato de temerem que os seus parceiros saibam que elas estão em tarv e algumas que sabem que os seus parceiros são HIV- e por conta disso pensam que se eles souberem que elas são seropositivas podem lhes abandonar.



Muitas vezes as mulheres mesmo tendo conhecimento de que os seus esposos mantêm relacionamentos extra-conjugais continuam se relacionando com eles desprotegidas e quando são diagnosticadas HIV+ nas consultas pré natais não informam aos seus esposos e fazem o tratamento escondido e em alguns casos preferem não aceder ao tarv e ptv por temerem ser acusadas de terem sido elas as vetoras de entrada do vírus no lar.

Pesquisadora: Como achas que contraíste esta doença?

Beladona: Iiii, eu não sei porque eu marido anda muito, agora ai... (**Beladona**, violência simbólica).

Pesquisadora: Anda muito?

Beladona: Ele namora muito, tem muitas namoradas. Eu desde sempre fazia teste anti-HIV de três em três meses, porque eu era ativista e educadora de pares, dna matéria de HIV/Sida, andava de aldeia em aldeia educando as pessoas e visitando aquelas pessoas que anbonaram o Tarv, e sempre eu levava as pessoas das aldeias para o hospital para fazer teste, e mesmo quando que me conheci com o pai destes aqui eu fazia teste ainda (**Beladona**, violência simbólica).

Pesquisadora: Já levaste a ele alguma vez para fazer o teste?

Beladona: Até a ele lhe disse para fazermos o teste, que não devia ter medo, mas ele nunca aceitou fazer teste comigo, não sei se ele já fes teste sozinho, comigo nunca aceitou. mas até eu também passei a ter medo de fazer o teste, porque o meu marido anda muito. E quando fiquei grávida daquela ai, fiz teste não tinha nada e nesta deste meu último filho já tinha esta doença e iiii. E sempre que lhe digo para fazermos o teste, ele diz que não está doente (**Beladona**, violência simbólica).

Algumas não informam aos esposos que são HIV+ por temerem ser rejeitada e elas preferem que os seus esposos adoçam e nesse momento descobrirão que estão deoentes. Em outras situações as mulheres apos serem diagnosticadas HIV+ preferem que os serviços de saúde mandem chamar o esposo e serem submetidos os dois ao teste.

Ele é chato, nem contei. Porque nós as mulheres é difícil por causa da reação dele, porque eu estou com ele desde 2010, e ele ficou doente recentemente teve problema da vista e ele qunqdo está doente vai a clínica e lá lhe fazem teste sempre e lhe fizeram o teste e sempre vejo deu negativo, e isso me toca mais. E os meus comprimidos eu deixo na bolsa e ele nunca mexe nas minhas coisas, e também



nunca pega o cartão da criança, acho melhor assim. Eu acho que na hora que ele ficar doente infetam terá que fazer e aí vai me mandar fazer então niguem vai culpar o outro (**Cacto**, violência psicológica).

Os modelos de educação patriarcal influenciam em grande medida para a maior propagação do vírus HIV no distrito de Xai-Xai em Moçambique e atingindo em grande medida as mulheres na medida em que elas não detem de poder de negociar com os seus parceiros o sexo seguro. São muitos fatores que influem na maior infecção da mulher, as representações sociais existentes no distrito acerca da mulher, as práticas culturais, a dependência económica das mulheres em relação ao homem, entre outros perpetuam a violência contra a mulher que muitas vezes ela não só ocorre protagonizada apenas pelo homem, a própria mulher participa deste processo de forma ativa, na medida em que para além de se submeter educa os filhos com vista a assumirem esta postura. Esta submissão é observada também em mulheres instruídas e empoderadas.

Entre os tsonga o número de mulheres que um homem tem determina o seu poder e a sua masculinidade. Em Xai-Xai apesar do elevado índice de seroprevalência muitos homens ainda mantém relacionamentos abertos e fixos com mais de uma mulher, para além dos relacionamentos extraconjugais secretos.

Referências Bibliográficas

ARTHUR, Maria José (2004) Não sofrer caladas. Violência Contra Mulheres e Crianças: denúncia e gestão de conflitos, in **Women and Law in Southern Africa (WLSA) Moçambique**.

BAGNOL, Brigitte, Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique, in *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008.

CASTRO, A Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz, Ciências Sociais, 2012

CHIZIANE, Paulina. Eu mulher... por uma nova visão do mundo. Abril, Rio de Janeiro, 2013.



PALMERI, Paolo; STERNE, Chase, Aids and Land Tenure in Africa: Two case studies in Mozambique and Tanzania, Cleup, Padova, 2006.

1.1 PASSADOR, Luiz Henrique, As mulheres são más: pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique in Cad. Pagu no. 35 Campinas Dec. 2010. *On-line version* ISSN 1809-4449 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200007>

PASSADOR, Luiz Henrique, Guerrear, Casar, Pacificar, Curar: O universo da Tradição e a Experiência com o HIV/AIDS no Distrito de Homoine, Sul de Moçambique, 2011.

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (WLSA) MOÇAMBIQUE, Representações e práticas da sexualidade entre os jovens e a feminização do Sida em Moçambique, Relatório 2007.

GT 01: Gênero e sexualidade

O lugar das mulheres segundo o pensamento dualista de gênero: construções sociais de relações hierárquicas

Priscila Muniz Coutinho

As discussões dos estudos de gênero proporcionam a desconstrução de pressupostos de várias áreas do conhecimento. No campo da Antropologia a obra de Levi-Strauss acerca das estruturas do parentesco resultou em análises das pesquisadoras feministas. O debate sobre o binarismo de gênero e a diferença entre os conceitos de sexo e gênero são fontes para o entendimento do processo de construção social da mulher, colocando em questionamento os preceitos naturalistas da opressão feminina. A produção sobre a organização social e o pensamento humano como um todo apresentam instabilidades quando pensamos as questões de gênero e as relações sociais baseadas no binarismo de sexo. Este trabalho consiste no resgate bibliográfico acerca do pensamento dualista e do princípio da reciprocidade relacionados as implicações da construção social binária do gênero para a mulher. Problematiza a condição das mulheres a partir da perspectiva delas sobre a dominação dos sexos, apontando para relações instáveis identificadas nas obras de Simone Beauvoir e Gale Rubin.



Palavras chave: gênero, sexo, mulher, reciprocidade, pensamento dualista

O lugar das mulheres segundo o pensamento dualista de gênero: construções sociais de relações hierárquicas

Priscila Muniz Coutinho³⁴

Introdução

Em meio aos estudos da Antropologia, as obras de Levi-Strauss representam grande contribuição para a compreensão do pensamento humano. A obra *As estruturas elementares do parentesco* (1949)³⁵ aborda o tratado da aliança, buscando as formas mais simples de alianças identificadas na instituição do casamento, e a álgebra do parentesco da qual parte integrante consiste na explicação sociológica do tabu do incesto. Desta forma, observamos no início do prefácio da primeira edição a clara definição do conceito de *estruturas elementares* relacionado com a organização social a partir de sistemas matrimoniais. “*Entendemos por estruturas elementares do parentesco os sistemas nos quais a nomenclatura permite determinar imediatamente o círculo dos parentes e os dos aliados, isto é, os sistemas que prescrevem o casamento com um certo tipo de parente*”. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.19)

Para o autor as estruturas elementares do parentesco originam-se de regras inconscientes que explicam os sistemas de transformação. Os indivíduos das diversas sociedades desenvolvem seu sistema simbólico partindo do fundamento ontológico da troca. O processo de significação acontece por meio do pensamento dualista e assim se identifica a representação da estrutura de parentesco partindo de metades. Nesta perspectiva, no sistema matrimonial a dualidade de sexo se desenvolve em função da procriação, onde a relação entre as figuras da mulher e do homem têm caráter de

³⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, 2016 - 2018.

³⁵ Data da primeira edição da obra.



oposição e complementaridade com uma diversidade de representações características de cada sociedade.

A organização dualista acarreta com efeito um certo número de consequências em todos os lugares onde se realiza. A mais importante é que os indivíduos se definem, uns com relação aos outros, essencialmente segundo pertençam ou não pertençam à mesma metade. Este traço exprime-se da mesma maneira, qualquer que seja o modo de transmissão do nome da metade. Quer esta transmissão se faça pela linha feminina ou masculina, veremos sempre os colaterais da mãe classificados em uma categoria e os do pai na outra. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.110)

Neste sentido, identificamos a oportunidade de construir uma crítica sobre a funcionalidade das mulheres no sistema de gênero binário concebido pelo dualismo do sexo. Para atingir os devidos fins deste trabalho faz-se necessário buscar referências que abordem o olhar da mulher sobre a sua condição e construção social. Neste sentido, o livro *O segundo sexo* (1970), de Simone de Beauvoir, constitui um aporte teórico importante para a nossa reflexão: “... *Descreveremos então, do ponto de vista das mulheres, o mundo que lhes é proposto; e poderemos compreender contra que dificuldades se chocam no momento em que (...) elas pretendem participar de um mitsein humano*” (1970, p. 23). Também recorreremos ao olhar da antropóloga Gayle Rubin, autora que se dedica aos estudos feministas desenvolvendo pesquisas sobre sistemas de parentesco e construções sociais de representação simbólica.

No primeiro momento deste trabalho a perspectiva binária do gênero se relaciona com a obra de Levi-Strauss resgatando os conceitos do pensamento dualista e o princípio da reciprocidade por constituírem pontos de ancoragem para a produção das estudiosas feministas. Em um segundo momento são apresentados o pensamento de Simone de Beauvoir sobre a condição social da mulher e os conceitos de sexo e gênero de acordo com Gale Rubin, visando avançar na discussão sobre a relação entre o princípio da reciprocidade e as relações dualistas de gênero. Desta forma, este artigo constitui uma reflexão baseada no resgate bibliográfico visando a apresentação da perspectiva da mulher sobre a sua condição social relativizando o conceito de complementaridade do gênero binário em alguns aspectos.



A perspectiva dualista e a oposição dos sexos: o princípio da reciprocidade na instituição matrimonial

A obra *Antropologia Estrutural* (1989), de Levi-Strauss, apresenta pontos importantes para a compreensão do pensamento dualista. Baseado nos estudos antropológicos de análise comparativa, o autor destaca a similitude estrutural entre sociedades da América e Indonésia, regiões geograficamente distantes. Compreendendo que o intercâmbio cultural é improvável em algumas situações, o autor aponta que as similitudes que caracterizam sociedades distintas evidenciam a existência de uma matriz estruturante inconsciente do pensamento humano. O pensamento dualista faz parte da matriz estruturante humana, identificando a organização dos sistemas simbólicos mais elementares pelo processo de associação de pares de oposição. “*A passagem do estado natural para o estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem de pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposição ...*” (LEVI-STRAUSS, 1982).

Com múltiplas possibilidades de desdobramentos, o princípio do pensamento dualista permite a construção das representações necessárias para a manutenção do princípio da reciprocidade. “*(...) Vê-se assim, desprenderem-se, num plano puramente empírico, as noções de oposição e de correlação, de que o princípio dualista define o par fundamental, princípio este que é apenas uma modalidade do princípio de reciprocidade.*” (LEVI-STRAUSS, 1982, p.122).

O modelo dualista e da troca simétrica nas estruturas elementares do parentesco atuam como princípios organizacionais. É importante destacar que as estruturas dualistas não são percebidas apenas pela faceta da reciprocidade positiva, pois nestas encontram-se instabilidades, evidenciando que nem toda a relação dualista tem caráter simétrico. Em seu texto *As estruturas dualistas existem?* (1989), Levi-Strauss, identifica o elemento triádico implícito que viabiliza a “passagem” de sistemas dinâmicos organizacionais, observando tríades disfarçadas de díades graças ao subterfúgio lógico que consiste em tratar elementos heterogêneos como dois termos homólogos. A reciprocidade positiva simétrica convive e se retroalimenta com uma reciprocidade negativa assimétrica, sendo assim, nem sempre se mantém a reciprocidade positiva entre os agentes da troca.



Foram tomados de três regiões diferentes e põem em evidência, o primeiro, a maneira como a organização dualista pode começar a existir, o segundo, as crises a que está exposta e o terceiro, as modificações específicas que traz a um sistema social capaz de ser observado independentemente de sua ação. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.115).

Apesar de abordada pela funcionalidade reprodutiva e não da troca, observa-se as relações de gênero marcadas pelo pensamento dualista. As relações dualistas de gênero baseiam-se no binarismo do sexo e estabelecem um universo representativo definindo papéis sociais na perspectiva de pares de oposição. A funcionalidade binária do gênero se identifica socialmente vinculada à instituição do matrimônio entre sexos opostos para proporcionar a constituição da base organizacional que configura a estrutura social do parentesco.

Este caráter fundamental do casamento considerado como uma forma de troca aparece de maneira particularmente clara no caso das relações dualistas. Este termo define um sistema no qual os membros da comunidade – tribo ou aldeia – são distribuídos em duas divisões, que mantem relações complexas, as quais vão da hostilidade declarada à intimidade mais estreita, e a que se acham habitualmente associadas diversas formas de rivalidade e cooperação. (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 108)

Nesse sentido, as relações dualistas diferenciam mulheres e homens enquanto duas metades da união matrimonial. Estas duas variações de gênero, diretamente vinculadas ao sexo biológico, desempenham papéis diferentes e essenciais para manter a estrutura social pela lógica de metades complementares. *Em suma o único caráter comum das metades seria apresentar-se como duas. E esta dualidade é destinada a desempenhar papeis muito diferentes conforme os casos* (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 113). Se desenvolve assim um universo simbólico que identifica e diferencia mulheres e homens transcendendo os aspectos biológicos ao definir funções e regras sociais específicas para dois polos de gênero. Nessa perspectiva a funcionalidade da dualidade do gênero consiste em instituir socialmente o binarismo do sexo para garantir a procriação e a formação do núcleo familiar, configurando universos simbólicos do feminino e masculino que mantêm a distinção entre os sexos.

Não somente o homem e a mulher não têm a mesma especialização técnica, dependendo, portanto, um do outro para a fabricação dos objetos necessários às tarefas cotidianas, mas dedicam-se à produção de tipos diferentes de



alimentos. Uma alimentação completa, e sobretudo regular, depende, por conseguinte desta verdadeira "cooperativa de produção" que constitui uma família. (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 79).

Os desdobramentos das regras matrimoniais de cada sociedade tornam as relações dualistas mais complexas. O processo de desenvolvimento das estruturas elementares do parentesco extrapola seus aspectos fundantes ocasionando a passagem para outros códigos, trazendo mais implicações para mulheres e homens. Neste sentido, Levi-Strauss identifica o tabu do incesto simbolizando a troca básica de cônjuges entre dois grupos estabelecendo uma aliança, evidenciando o processo elementar de significação e ressignificação de códigos que definem os sistemas de parentesco. Agindo com o princípio de regulador social, este tabu instaura mais peculiaridades ao delimitar os pares de casamentos possíveis, ou seja, essencialmente regras de troca que viabilizam o princípio da reciprocidade.

A partir do momento em que proíbo a mim mesmo o uso de uma mulher, que com isso passa a ser disponível para um outro homem, há, em algum lugar, um homem que renuncia a uma mulher que, por esse fato, torna-se disponível para mim. O conteúdo da proibição não se esgota no fato da proibição. Esta só é instaurada para garantir e fundar, direta ou indiretamente, imediata ou mediata, uma troca. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.91)

Assim, Strauss aponta para a universalidade do tabu do incesto. Estas regras matrimoniais que definem cônjuges permitidos *versus* proibidos; e a estrutura de parentesco entre indivíduos consanguíneos *versus* afins também se desenvolve no aspecto dual entre o natural e o cultural, racional e irracional; sendo este observado em todas as sociedades, porém com configurações de ordem cultural. Em função de seu caráter essencial para a estruturação das sociedades e do processo de racionalização necessário para instituir suas regras, não se atribui ordem natural ou cultural para o tabu do incesto, pois este está entre estas passagens.

É verdade que, pelo caráter de universalidade, a proibição do incesto toca a natureza, isto é, a biologia ou a psicologia, ou ainda uma e outra, mas não é menos certo que, enquanto regra, constitui um fenômeno social e pertence ao universo das regras, isto é, da cultura, e por conseguinte à Sociologia que tem por objeto o estudo da cultura. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.62)

A análise de Levi-Strauss no que faz referência às mulheres, merecem destaques algumas características que evidenciam a concepção do indivíduo feminino segundo a



lógica das estruturas elementares do parentesco. Observa-se a presença constante das mulheres enquanto objetos de troca na descrição das estruturas elementares de parentesco por Levi-Strauss: *“Tal é o caso da troca. Seu papel na sociedade primitiva é essencial, porque engloba ao mesmo tempo certos objetos materiais, valores sociais e as mulheres”*. (1982, p.102). Esta concepção da mulher nas sociedades evidencia o pensamento de que a funcionalidade destas consiste em viabilizar os processos de troca entre os homens por meio dos sistemas matrimoniais. Nesse sentido, não se verifica a funcionalidade do binarismo de gênero para manter relações recíprocas entre mulheres e homens por meio da união matrimonial, mas sim o princípio da reciprocidade aplicado nas relações entre os homens. Não há reciprocidade entre os gêneros opostos, pois por constituir o elemento que viabiliza as relações de troca, a mulher se torna o objeto do matrimônio que representa o “parentesco” entre os homens. Identificamos que as relações entre os gêneros binários, com base nos dados etnográficos da obra de Levi-Strauss, consistem no controle político masculino que determina circulação de mulheres.

A relação global de troca que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher como se cada um devesse e cada um recebesse alguma coisa. Estabelece-se entre dois grupos de homens, e a mulher aí figura como um dos objetos da troca, e não como um dos membros do grupo entre os quais a troca se realiza. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.155)

As mulheres apresentam-se vinculadas à funcionalidade de elemento de ordem familiar. *“A mulher é sempre o símbolo de sua linhagem.”* (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 156). Representando um meio para estabelecer vínculos entre os homens, de acordo com os termos culturais típicos de cada sociedade – de amizade ou inimizade –, a mulher constitui um bem transcendental das relações de parentesco e em torno da sua figura se constituem mitos e valores únicos: *Porque a própria mulher não é senão um dos presentes, o presente supremo, entre aqueles que podem ser obtidos somente em forma de dons recíprocos.* (STRAUSS, 1982, p.105).

A discussão das relações instáveis dualistas e/ou da reciprocidade negativa e positiva não são aplicadas no sentido de identificar o princípio da troca entre os gêneros. Levi-Strauss apresenta em sua análise etnográfica sociedades com modelos de



parentesco matriarcais e patriarcais, modelos comportamentais de mulheres e homens agressivos e/ou de mulheres dominantes e homens submissos e, em casos raros homens e mulheres ponderados. Porém, aponta que sociedades onde o princípio da reciprocidade não se identifica por meio da troca de mulheres pelos homens são situações atípicas, que caracterizam anomalias na constituição das estruturas do parentesco. Tais anomalias tendem a desequilibrar a estrutura social e possíveis resistências da mulher perante as implicações matrimoniais são consideradas sintomas característicos de desregulação, que ocasionam em fragilidades na estrutura social.

No conjunto das obrigações recíprocas de que uma mulher faz parte há uma categoria cuja execução depende em grau máximo da sua boa vontade. São os serviços pessoais, quer sejam de ordem sexual quer doméstica. A falta de reciprocidade que parece caracterizá-los nas ilhas Trobriand, como na maioria das sociedades humanas, é apenas a compensação de um fato universal: o laço de reciprocidade, que funda o casamento, não é estabelecido entre homens e mulheres, mas entre homens por meio de mulheres, que são somente a ocasião principal. (LEVI-STRAUSS, 1982, p.155)

Verificamos que Levi-Strauss não propôs a reflexão sobre o princípio da reciprocidade nas relações dualistas de gênero, mas sim nas relações recíprocas entre o gênero masculino. Para o autor o princípio da reciprocidade aplicado aos sistemas matrimoniais consiste nas relações de troca de mulheres entre homens. Fica destacado que para o desenvolvimento das estruturas de parentesco a figura feminina desempenha o papel de sujeito e não de agente ativo da troca. Desta forma, a mulher é concebida como um objeto de valor social e simbólico, pois o sistema matrimonial permite tanto “trocar” um indivíduo que representa o desejo universal - no que se refere ao coito -, quanto estabelecer vínculos de parentesco entre os indivíduos do sexo masculino.

Assim, destacamos o controle político nas estruturas elementares do parentesco dos homens sobre as mulheres na obra de Levi-Strauss. Identificado que a instituição do matrimônio consiste em relações de reciprocidade entre os homens, apesar de ambos os sexos serem necessários para a reprodução e a estrutura inconsciente do pensamento é a mesma para homens e mulheres. Neste aspecto, seguimos com a perspectiva das mulheres sobre a sua condição e construção social.



O olhar feminista sobre as relações dualistas de gênero: duas metades desarmônicas

O livro *O segundo sexo* (1970), de Simone de Beauvoir, tornou-se um marco para os estudos feministas. Nesta obra, a autora apresenta uma série de implicações do processo histórico e social de construção social da mulher. Fazendo referências à obra “As estruturas elementares do parentesco”, Beauvoir converge com Strauss acerca dos conceitos do “pensamento dualista” e o “princípio da reciprocidade” enquanto elemento da matriz de pensamento humana. No desenvolvimento destes pontos, Simone direciona seu olhar identificando que a mulher se encontra alienada por um Mito. O Mito da mulher consiste em uma criação masculina que condiciona sistematicamente o sujeito feminino para a submissão, configurando o universo simbólico do Eterno Feminino como um regulador sócio moral de opressão.

Há diversas espécies de mitos. Este³⁶, sublimando um aspecto imutável da condição humana que é o “seccionamento” da humanidade em duas categorias de indivíduos, é um mito estático; projeta em um céu platônico uma realidade apreendida na experiência ou conceitualizada a partir da experiência. Ao fato, ao valor, à significação, à noção, à lei empírica, ele substitui uma Ideia transcendente, não temporal, imutável, necessária (...). Assim, à existência dispersa, contingente e múltipla das mulheres, o pensamento mítico opõe o Eterno Feminino é cristalizada; se a definição que se dá desse Eterno Feminino é contrariada pela conduta das mulheres de carne e osso, estas é que estão erradas. (BEAUVOIR, 1970, p.299)

Com variações culturais características das sociedades, o Mito das mulheres perpetua este indivíduo subjugado em relações de dominação. Simone de Beauvoir constrói sua reflexão sobre a condição da mulher perpassando pelas ciências naturais (biologia), psicológicas (psicanálise) e sociais (teoria social do materialismo histórico) desconstruindo questões destas esferas que justificam e naturalizam a dominação das mulheres pelos homens, abordando estes “determinismos” como construções sociais com funcionalidade de sustentação da cultura machista.

As relações dualistas de gênero baseadas na submissão de uma das metades se constituem de maneira instável. Apesar de alterações no universo simbólico do feminino, a mulher continua categorizada pelo pensamento dualista como indivíduo

³⁶ Mito da mulher segundo Simone Beauvoir.



submetido ao poder masculino, pois o Mito das mulheres instaura relações de gênero desarmônicas e desvantajosas para um dos polos. Desta maneira, a autora aborda que a resistência das mulheres quando identificam os dispositivos de dominação que as oprimem são indícios da tendência à desconstrução do Mito, buscando viabilizar outra configuração social para as relações de gênero, uma vez que as relações de reciprocidade não são necessariamente relações de dominação.

Assim é exato que a mulher é a outra e essa alteridade é concretamente sentida no desejo, no amplexo, no amor; mas a relação real é de reciprocidade; como tal, ela engendra dramas autênticos: através do erotismo, do amor, da amizade e suas alternativas de decepção, ódio, rivalidade, ela é luta de consciência que se consideram essenciais, é reconhecimento de liberdades que se confirmam mutuamente, é a passagem indefinida da inimizada à cumplicidade. Pôr a Mulher é pôr o Outro absoluto, sem reciprocidade, recusando contra a experiência que ela seja um sujeito, um semelhante. (BEAUVOIR, 1970, p.299)

Ao transcender o aspecto biológico, o pensamento dualista dos homens marcou as mulheres como o *outro* e não como o *mesmo*. A aplicação do princípio da reciprocidade funciona por meio de relações entre iguais/mesmos a partir do momento que as relações estão baseadas no outro/diferente configuram-se relações de dominação. É possível identificar o princípio de dominação que subentende superioridade nas ideologias racistas, fascistas, xenófobas, entre outras. Porém, diferentemente das ideologias de superioridade que defendem o extermínio do outro, a ideologia machista perpetua a existência da mulher enquanto o Outro eterno em função da essencialidade biológica de ambos os sexos. “O laço que a³⁷ une a seus opressores não é comparável a nenhuma outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana”. (BEAUVOIR, 1970, p.13).

O vínculo de ordem natural determina relação de complementaridade biológica de mulheres e homens. Contudo a análise da dependência entre os sexos na espécie humana não implica em relações de dominação, uma vez que os dois sistemas reprodutivos são essenciais. Logo, a dominação do sexo feminino pelo masculino configura uma produção de ordem social identificada na esfera cultural. Desta forma,

³⁷ Nessa passagem a autora se refere a mulher.



nas sociedades humanas o conceito dualista de gênero marca a mulher enquanto o Outro, negando culturalmente o reconhecimento da importância de ambos os sexos.

O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolvelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. (BEAUVOIR, 1970, p.14)

Apesar de originadas na lógica de pares opostos vinculados aos sexos biológicos, as relações dualistas de gênero são marcadas pela dominação das mulheres. Na unidade do casal a mulher permanece socialmente alienada na esfera familiar, que a perpetua simbolicamente vinculada principalmente as questões materna e matrimonial, tendo suas capacidades resumidas pela funcionalidade reprodutiva. *“Quando a família e o patrimônio privado se apresentam sem contestação como bases da sociedade, a mulher permanece também totalmente alienada”*. (BEUAVOIR, 1970, p.104). O pensamento dualista do homem constrói simbolicamente os gêneros “masculino dominador” e “feminino dominado”, reafirmando a todo o momento a dependência dela, enquanto ignora a todo o momento a dependência dele.

Identificamos que o eixo masculino sobressai ao feminino em diversos sentidos, inclusive na linguagem é possível perceber o domínio constata do masculino. O eixo feminino assume o sentido negativo enquanto limitação; já o masculino desempenha o sentido positivo e neutro enquanto ação e padrão. Assim é possível verificar algumas representações linguísticas que evidenciam o caráter limitador do eixo feminino, quando por exemplo a palavra “mulher” pode designar tanto o indivíduo quanto a condição de esposa; e a ação e neutralidade do eixo masculino, quando a palavra “homem” é o indivíduo do sexo masculino e toda a humanidade dependendo do contexto.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* e sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p.9)

Para Simone de Beauvoir alegar que a dominação das mulheres se deve aos fatores naturais é uma perspectiva demasiado simplista. *“Trata-se de saber como a*



natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana” (1970, p. 57). Desconstruindo esta perspectiva naturalista, a autora problematiza que “ser” é diferente de “tornar-se” para evidenciar que as mulheres são condicionadas ao comportamento submisso. Revisando a teoria edipiana de Freud, a autora apresenta outra perspectiva do processo subjetivo de construção do gênero defendendo que o “complexo ou crise” da menina não consiste em desejar um pênis, mas sim em apesar de desejar tornar-se a figura dominante paterna ser sistematicamente condicionada para igualar-se à figura submissa materna; a instabilidade se concentra subconscientemente em questões representativas e simbólicas que são condicionadas socialmente aos fatores biológicos.

No sentido em que os psicanalistas o entendem, “identificar-se” à mãe ou ao pai é alienar-se em um modelo, é preferir ao movimento espontâneo de sua própria existência uma imagem alheia, é fingir ser. Mostram-no a mulher solicitada por dois modos de alienação; é evidente que fingir ser homem seria para ela fonte de malogro, mas fingir ser mulher é também ilusão. Ser mulher seria ser o objeto, o Outro, e o Outro permanece sujeito no seio de sua demissão. (BEAUVOIR, 71)

A produção simbólica das sociedades é marcada pela e para a dominação masculina. “(...) *A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta.*” (BEAUVOIR, 1970, p. 183). O mundo é uma produção do homem para o homem e desta maneira, a mulher também se torna uma produção do homem para o homem. O Mito das mulheres as coloca sistematicamente enquanto o Outro que está sempre a serviço do imaginário masculino e seu universo simbólico funciona a partir das necessidades do opressor.

Em sua análise do Mito da mulher, Simone de Beauvoir revela um fator importante para a compreensão da relação de dominação imposta pelo pensamento dualista do gênero: os homens temem as mulheres. O universo simbólico criado pelos homens para as mulheres as vinculam sistematicamente ao elemento “terra”, fazendo assimilação com a dinâmica reprodutiva. “*Pode-se, assim, considerar que, misticamente, a terra pertence às mulheres; elas têm o domínio a um tempo religioso e legal sobre a gleba e seus frutos.*” (BEAUVOIR, 1970, p.88). Esta vinculação da



mulher às questões de fertilidade revela uma personificação do eterno fantasma que assombra a humanidade, pois por meio da mulher o homem veio ao mundo, mas algo inevitável é o seu retorno para a “terra”. No inconsciente dos homens a existência e presença da mulher recorda a todo o momento a mortalidade dos seres vivos. Desta forma o homem concebe a mulher simbolicamente marcada pelo determinismo da natureza que a humanidade não conseguiu superar: a morte.

Tem, assim, a Mulher-Mãe um rosto de trevas: ela é o caos de que tudo saiu e ao qual tudo deve voltar um dia; ela é o Nada. Dentro da Noite confundem-se os múltiplos aspectos do mundo que o dia revela: noite e espírito encerrado na generalidade e na opacidade da matéria, noite do sono e do nada. (BEAUVOIR, 1970, p. 187)

Este Outro encarna a representação da vida e da morte configurando um mito. O universo simbólico feminino transcende a razão e o materialismo vinculando questões místicas e obscuras que permeiam a cultura de dominação masculina. A funcionalidade subjetiva do Mito da mulher corresponde em criar um universo simbólico onde o feminino é sistematicamente dominado pelo masculino, possibilitando inconscientemente que os homens reproduzam culturalmente por meio das mulheres a busca incessante pela superação dos determinismos naturais.

Pouco a pouco, o homem mediatizou a sua experiência e, em suas representações como sua existência prática, triunfou o princípio masculino. O Espírito superou a Vida; a transcendência, a imanência; a técnica, a magia; e a razão, a superstição. A desvalorização da mulher representa uma etapa necessária na história da humanidade, porque não era de seu valor positivo e sim de sua fraqueza que ela tirava seu prestígio; nela encarnavam-se os inquietantes mistérios naturais: o homem escapa de seu domínio quando se liberta da Natureza. (BEAUVOIR, 1970, p.95)

As alterações socioculturais constantes em torno da figura feminina não significam necessariamente construções dos sujeitos relacionados. Na maior parte das vezes, as mudanças culturais do simbólico feminino correspondem a marcações de significação produzidas pelo universo masculino. Neste sentido, identificam-se nos estereótipos de beleza as diferentes imagens das mulheres enquanto produções de ideais masculinos que se reafirmam no Outro. O corpo da mulher é caracterizado como objeto de domínio tornando-se um espaço de criação e representação do dominador.



(...) quando a mulher é entregue ao homem como um bem, o que ele reclama é que nela a carne esteja presente em sua pura facticidade. Seu corpo não é tomado como a irradiação de uma subjetividade, mas sim como uma coisa empastelada em sua imanência; esse corpo não deve lembrar o resto do mundo, não deve ser promessa de outra coisa senão de si mesmo: precisa deter o desejo. (BEAUVOIR, 1970, p.200)

Simone de Beauvoir ao descrever o que identificou como o Mito da Mulher contribuiu para a desconstrução da ideia de naturalidade submissa desse Outro. A partir desta reflexão podemos identificar que há uma cultura de dominação masculina que concebe o corpo, pensamento, valores, aspirações e desejo da mulher produzida pelos homens para manter uma estrutura social de dominação entre os sexos, sendo essas estruturas criadas e não formas elementares do pensamento humano. O pensamento que concebe toda e qualquer organização social como dependente de relações de dominação baseadas no gênero evidencia uma lógica de interesse dos homens e não da humanidade. A história das mulheres não representa uma produção delas e logo, toda a configuração social que as define como objetos ou indivíduos que devem ser subjugados está comprometida por atender aos interesses do dominador. A dinâmica social de dominação mantida pelo Mito das mulheres as nega a posição de metade e as apresenta sistematicamente como menor ou menos significativa que o homem, apesar de constituírem um elemento fundamental da estrutura social que depende da existência de ambos os sexos. “*Nenhum homem consentiria em ser uma mulher, mas todos desejam que haja mulheres.*” (BEAUVOIR, 1970).

Nas relações dualistas de gênero o princípio da reciprocidade transforma-se em relações de dominação. Compreendemos que o pensamento dualista é típico do pensamento humano, porém a distinção dos sexos baseada na funcionalidade reprodutiva resultou na criação de duas categorias desarmônicas de gênero. Analisando os sistemas de parentesco e as relações entre os polos de gênero, Gale Rubin desenvolveu o conceito de “... *sistema sexo/gênero, que é, por definição, um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas.*” (1993, p. 01).



Segundo Gale, em seu trabalho *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* (1993), gênero e sexo são conceitos diferentes que foram assimilados culturalmente de maneira unitária nas sociedades. Partindo da dualidade dos sexos, os indivíduos conceberam o gênero também na perspectiva dual, vinculando esses dois conceitos como se fossem necessariamente correspondentes. Gale problematiza que o gênero é uma construção social, sendo assim, a sua produção e concepção é construída de acordo com processos subjetivos dos indivíduos para além de questões biológicas. “*O domínio do sexo, do gênero e da procriação humana tem sido sujeito a uma contínua e milenar atividade social que o transformou. Sexo como o conhecemos – identidade de gênero, desejos e fantasias sexuais, conceitos de infância – é, em si mesmo, um produto social.*” (RUBIN, 1993, p. 5)

A difusão dos conceitos de sexo e gênero resultou no que Gale aponta como *Teoria da opressão das mulheres*. A perspectiva dualista de gênero não só distingue e determina socialmente um padrão para os indivíduos, como também hierarquiza os sexos. Desta maneira, na estrutura dos sistemas de parentesco identificam-se elementos responsáveis por reproduzir a lógica de dominação das mulheres.

A organização do sexo e do gênero já teve, uma vez, funções além de si mesma: ela organizava a sociedade. Hoje em dia, ela organiza e reproduz a penas a si mesma. Os tipos de relações de sexualidade estabelecidos no opaco passado humano, ainda dominam nossas vidas sexuais, nossas ideias sobre homens e mulheres e os meios de educar nossas crianças. Mas eles carecem da carga funcional que outrora possuíam. Um dos traços mais conspícuos do parentesco é que ele tem sido sistematicamente despojado de suas funções – política, econômica, educacional e organizacional. Ele tem sido reduzido à carcaça: sexo e gênero. (RUBIN, 1993, p. 20)

Segundo Gale Rubin os sistemas de parentesco não são suficientes para a análise das relações de gênero: “*Sistemas de parentes são e fazem muitas coisas. Mas eles são construídos a partir de formas concretas de sexualidade socialmente organizada, e as reproduzem. Os sistemas de parentesco são formas observáveis e empíricas de sistemas de sexo/gênero.*” (1993, p. 6). Não é possível fazer determinações sobre gênero baseadas nas observações dos sistemas de parentesco, pois estes também são construções sociais que, apesar de serem representações da dualidade do sexo biológico, não são próprios do pensamento humano. Neste sentido compreendemos que os



sistemas de parentesco fornecem dados para análise, mas não justificam as relações de dominação de gênero.

O esclarecimento e diferenciação dos conceitos de sexo e gênero são elementos importantes para a desnaturalização da opressão das mulheres. A lógica dual e polarizada entre masculino e feminino vinculada às questões biológicas não representa um elemento estruturante do pensamento humano e sim uma estrutura de hierarquia cultural e socialmente produzida. Rubin aponta para a possibilidade de reestruturação social do gênero superando o determinismo do sexo, uma vez que, tanto as relações de dominação das mulheres pelos homens, quanto as definições de gênero na perspectiva dualista são estruturas instáveis: *A evolução cultural no fornece a oportunidade de tomar o controle dos meios de sexualidade, reprodução e socialização, e de tomar decisões conscientes para libertar a vida sexual humana das relações arcaicas que a deformam.* (1993, p.20).

O engessamento da formação subjetiva do gênero ao binarismo do sexo biológico configura uma instabilidade social que vem sendo criticada por configurar uma estrutura de dominação. Gale Rubin questiona a construção social do gênero ao ponto de defender a extinção desta categoria de organização dos indivíduos: *“O sonho que acho mais fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), e que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor”* (RUBIN, 1993, p.22). A perspectiva de rompimento com padrões de gênero evidencia a ânsia dos indivíduos que estão na condição do “outro” ou “oprimido” por relações de reciprocidade, pois estes não reconhecem a essencialidade da estrutura social baseada em relações de dominação.

Conclusão

A obra *As estruturas elementares do parentesco* (1982) nos fornece a oportunidade de avançar na reflexão sobre a mulher na estrutura social. Como ressaltado, ao abordar as configurações do matrimônio nas sociedades e a instauração de regras e tabus – principalmente no tabu do incesto – Levi-Strauss apresenta várias observações que perpassam pelo dualismo de gênero, mesmo não propondo a discussão



deste campo de estudos. Direcionando o olhar para a relação entre o princípio da reciprocidade e o sistema dualista de representação dos sexos, é possível apontar algumas implicações que nos permitem desenvolver os estudos no campo das pesquisas de gênero, principalmente a construção social das mulheres.

As implicações do princípio da reciprocidade para as estruturas elementares do parentesco são elementos importantes para construir a reflexão segundo perspectiva feminista. As relações entre gêneros polarizados pelo dualismo limitam a subjetividade dos indivíduos ao sexo biológico e estabelecem relações desiguais entre as metades condicionando a mulher ao papel social do dominado.

As autoras relacionadas neste trabalho aprofundaram a análise das questões de gênero apresentando a perspectiva da mulher. O olhar das feministas proporciona a abordagem, ressignificação e construção de conceitos desenvolvendo potencialmente críticas sobre a história e concepção do gênero na perspectiva dualista, denunciando que o universo simbólico feminino enquanto uma construção dos homens para os homens. Tanto a teoria do Mito das mulheres, de Simone de Beauvoir, quanto a teoria da Opressão das Mulheres, de Gale Rubin, explicitam a opressão sistemática do sujeito feminino atendendo a uma organização hierárquica masculina de estrutura social. Para além de aspectos biológicos ou referentes ao princípio da reciprocidade, os estudos de gênero apontam que a condição social da mulher é uma questão de produção sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone De. **As Estruturas elementares do parentesco de Claude Lévi-Strauss**. Campos, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 183-190, 2007.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4 ed. Sao Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVI-STRAUSS, Claude. As organizações dualistas existem? In: **Antropologia estrutural 1**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 147-181p.



NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. 16/maio.

PEDRO, Joana Maria. Monumentos ao "Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 407-414, June 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun. 2016.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 211-218, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de jun. 2016.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sunderma, 2008.

RUBIN, Gale. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

Teor. e Pesq., Brasília, v. 29, n. 4, p. 469-470, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722013000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 jun. 2016.

GT 2: Novos movimentos religiosos

A performatividade de gênero no grupo *Godllywood*: o papel da mulher, o consumo e fortalecimento da igreja

Nayara Abreu

Neste artigo, pretende-se analisar a construção da identidade feminina pelo grupo *Godllywood*, que reitera normas sobre o que deveria ser o papel da mulher na sociedade. O grupo busca propagar os produtos e serviços ofertados pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que é uma instituição organizada a partir de moldes empresariais, com



o propósito de solidificar a igreja. Ceder um espaço destinado exclusivamente a mulheres não significa, nesse contexto, a possibilidade de aumentar a autonomia política feminina, pelo contrário, a finalidade é mantê-las submissas a uma ordem patriarcal reafirmada pelo discursos bíblicos e doutrinários baseados na Teologia da Prosperidade, e propagados nas redes sociais, no blog da Cristiane Cardoso e no site oficial da Igreja.

Palavras chave: IURD, Poder, Gênero, Teologia da Prosperidade, empreendedorismo

Introdução

O grupo *Godllywood* tem a missão de “resgatar valores que eles julgam esquecidos na sociedade atual”, mas em suas práticas, o que se faz é fortalecer certas normas binárias de gênero, definindo claramente o “papel” da mulher e do homem. Pretende-se assim formar mulheres “exemplares” à moda antiga, ou seja, busca regulamentar como as mulheres devem ser (como se vestir, como falar, como se comportar, como trabalhar) para supostamente agradar a Deus.

O grupo foi criado por Cristiane Cardoso, filha do bispo Edir Macedo, que além do *Godllywood*, é idealizadora de outros dois projetos: *Reabe*, destinados as mulheres que sofreram algum tipo de violência, e *T-amar* que busca apoiar mulheres, principalmente jovens, que criam seus filhos sozinhas, também designadas como “mães solteiras” no discurso social. Apresenta o programa *The Love School*, ao lado do marido Renato Cardoso, com ele também escreveu alguns livros. São livros de autoajuda que tratam do comportamento feminino e da relação a dois, oferecendo palestras e cursos para “blindar o casamento”. É ela também a responsável por ministrar as reuniões mensais do *Godllywood*, destinada exclusivamente às mulheres, que ocorrem no templo de Salomão e são transmitidos para todas as IURDs do Brasil.

O *Godllywood* surgiu em 2010 e foi primeiramente um grupo fechado destinado às fiéis da IURD. Para participar, é necessário já ser ativa em algum grupo da igreja (Evangelização, Força Jovem, Obreiros, Calebe³⁸). Esse grupo é chamado pelas mulheres que participam de “segredo”. Para entrar nesse grupo é preciso fazer um curso

³⁸ Grupo destinado às pessoas da terceira idade, são oferecidas palestras de autoajuda e atividades artesanais, onde se produzem objetos que serão vendidos posteriormente e os recursos obtidos voltarão para a instituição.



durante seis meses, chamado *rush*, e quando conseguem se “formar” (entrar no grupo), elas são novamente separadas de acordo com a sua faixa etária e seu estado civil, e recebem tarefas semanais, que estão notificadas em uma agenda que pode ser adquirida por cada uma das participantes. Mensalmente o grupo se reúne para o “momento *godllywood*” onde recebem orientações, de uma *sister*, de como melhor aplicar o que aprenderam com as tarefas, e se tornarem uma mulher V – virtuosa –.

Em 2016 o projeto teve uma ampliação e uma maior visibilidade, e foi criado outro grupo, o *Godllywood* autoajuda, que possui as mesmas premissas do grupo “fechado/secreto”, mas se destina à todas as mulheres que pretendem ser “melhor para Deus”, sendo membro ou não da Universal. Embora, para fazer parte, a mulher precise ter três iniciativas: 1) realizar a tarefa como oferta que a Cristiane Cardoso publica semanalmente em seu blog³⁹; 2) Convidar outra mulher para compartilhar os desafios, são chamadas de “amiga-irmã”⁴⁰, e 3) Frequentar as reuniões mensais que ocorrem no Templo de Salomão. Fica claro que as iniciativas requisitadas, estão diretamente relacionadas à Igreja, ao objetivo de aumentar os meios de sua divulgação, de difundir seu discurso e, por consequência, criam uma relação estreita com a instituição, pois vinculam em atividades produzidas pela mesma.

O objetivo de ambos os grupos é difundir um certo modelo de identidade feminina, o da mulher V – virtuosa –, que seria o oposto de uma mulher feminista. Em suas características está a predisposição para os serviços domésticos, a obrigação de cuidar da família e organizar o lar. Tais instruções estão no livro *Mulher V: Moderna à moda antiga* (2013) de Cristiane Cardoso, nele contém atributos de construção da identidade do que seria a “mulher ideal”. A autora usa de sua própria imagem (empreendedora, casada, feliz e bem-sucedida), para propagar seus ensinamentos e sua linha de produtos. Além de reiterar convicções e crenças próprias da IURD, como por exemplo, quando ela cita as ações necessárias para se tornar uma mulher responsável, diz que é essencial que você doe; em suas palavras: “Dar — ninguém pode dar por

³⁹ Endereço do blog: <http://blogs.universal.org/cristianecardoso>

⁴⁰ Alguma outra mulher que também queira participar do grupo, para compartilhar as experiências. Com o objetivo de que a mulher convide, cada vez mais mulheres, para participar, pois recomenda-se arrumar novas amigas-irmãs de tempos em tempos.



você. Se você está esperando receber antes de dar, é melhor se deitar no caixão e esperar que a enterrem” (CARDOSO, 2013, p. 30). Demonstra aqui uma ligação com a teologia⁴¹ seguida e aplicada pela Igreja.

A IURD se organiza a partir de moldes empresariais, baseados no modelo de gestão do “novo espírito do capitalismo”, que para um bom funcionamento deve seguir quatro padrões: 1) empresas enxutas que possam funcionar em redes; 2) organização do trabalho em equipes ou por projetos, se baseando no regime de urgência; 3) satisfação do cliente e 4) mobilização por líderes, que deve inspirar as pessoas, sem estabelecer ordens (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). Este estudo revelou a emergência de um novo “espírito” para guiar o capitalismo, que prevê a expansão da acumulação capitalista através da flexibilidade das funções e da adaptabilidade dos trabalhadores.

A IURD, em suas práticas, segue os mesmos preceitos. Edir Macedo, o proprietário, conseguiu gerir uma religião com êxito nos regimes flexíveis. Por meio de um corpo administrativo e uma rede de colaboradores (pastores, bispos, obreiros), organiza o “trabalho” por equipes e projetos, ou seja, a função de separar os fiéis em grupos como: *Godllywood*, *Intellimen*, Força Jovem Universal, Calebe, é estratégica. Pretende-se desse modo, aumentar o engajamento de seus “colaboradores” e consequentemente ampliar as tecnologias de controle que a Igreja possui.

O objetivo é construir uma identidade, uma forma de ser “a Universal”, e produzir indivíduos “ajustados” conforme a lógica neoliberal, e por regimes disciplinares baseados nos preceitos bíblicos, oscilando, dessa forma, entre categorias “arcaicas” e “modernas”. Incorpora em seus discursos e no modo de gerir a Igreja ideais neoliberais, concebendo valores da economia para a religião, de modo a transformar a relação com Deus em um negócio, capitalizando a fé, compreendida pelos fiéis como um investimento necessário para “chamar a atenção de Deus” e conseguir receber retorno.

Desse modo, a relação entre Deus e o fiel é de investimento no capital humano⁴² (BECKER apud VIANA, 2011), no caso do neopentecostalismo, é investir no

⁴¹Promete uma vida de abundancia material através da negociação com Deus, para receber bênçãos o fiel precisa doar.



comportamento pronto para assumir riscos, se igualando ao apostador em bolsa de valores, mas ao invés de “ter fé” no poder de lucro de determinada empresa, acredita no poder soberano de Deus, investe-se na fé buscando alcançar e multiplicar bênçãos.

Assim como a reafirmação, construção, aplicação e execução do neoliberalismo⁴³, a IURD também pratica suas formas de controle e disciplina sobre ideais regulatórios, baseados na bíblia. Neste artigo pretendo aprofundar a análise sobre as práticas heteronormativas aplicadas no grupo *Godllywood*, que visam manter o binaridade do gênero, definindo muito bem o papel da mulher e do homem, e assegurar a heterossexualidade como norma, tais preceitos são legitimados e ancorados nos escritos bíblicos.

O “papel da mulher”: a hetenormatividade como regra

As relações de gênero são relações de poder. Pela teoria foucaultiana, o poder é formado por redes de relações construídas discursivamente. Dessa forma, a IURD constrói discursos de verdade, admitindo a modernização da sociedade, de modo que as mulheres podem, hoje, ocupar espaços para além do ambiente doméstico, mas, ao mesmo tempo, defende que é dever e tarefa da “mulher” também ser o centro de sua família para mantê-la em ordem, de forma que as relações binárias de gênero continuem muito bem estabelecidas, reafirmando o “papel” da mulher. Conforme ressalta o bispo Macedo sobre a criação do grupo *Godllywood*:

“Na igreja existem diversos ministérios, diversas tarefas, como no corpo humano, mas Jesus é o cabeça. No corpo humano cada pedacinho é importante, assim também é na Igreja Universal do Reino de Deus. Mas tudo dentro de uma disciplina, tudo dentro de uma direção. Quem é o cabeça? É o bispo Macedo? Não, é Jesus. É o Espírito Santo que dá poder da pessoa falar as coisas certas para as pessoas certas. O Espírito Santo espera, tão somente, que

⁴²Conceito criado pelo economista neoliberal Gary Becker (VIANNA, 2011) e se confronta com a teoria elaborada por Karl Marx (2004), na qual a sociedade seria dividida entre os donos dos meios de produção (possuidores do capital) e os despossuídos dos mesmos. Para Becker, ao contrário, todos os indivíduos são donos do meio de produção, pois compreende que o meio de produção é o sujeito em sua totalidade. Desse modo, a ideia de capital humano dissolve a luta de classes uma vez que o indivíduo torna-se ele próprio um agenciador de capitais.

⁴³ Entendo neoliberalismo tal como Foucault (2008): como uma forma de governamentalidade, indo além de uma política de Estado, pois seus preceitos se generalizam por toda a sociedade, conduzindo o indivíduo a conceber sua vida pela grade econômica.



vocês mulheres veem ocupar o espaço de vocês e não tentar ocupar o espaço dos homens. (...) *Godllywood* um trabalho de mulher para mulher : há coisas que homens não tem acesso por serem homens. Ninguém alcança uma mulher se não a própria mulher, as Sisters fazem o que o pastor não é capaz de fazer”.⁴⁴

Desse modo, pretende-se pensar os papéis e identidades desse discurso da IURD, determinados pelo binarismo de gênero, como resultados de práticas culturais, que “fabricam” sujeitos através de diversos processos de objetivação e subjetivação a partir de discursos, que reitera uma norma, para disciplinarizar, enquadrar, normatizar o indivíduo (FOUCAULT, 1987, 1988, 1996). O *Godllywood* busca naturalizar e universalizar qual é o lugar da mulher na sociedade, seus deveres e direitos. “As tarefas do grupo não são um fardo, na verdade, são comportamentos e atitudes que a mulher já deveria ter e fazer no seu dia a dia”⁴⁵.

As “tarefas como oferta” semanais são pré-determinadas pela Cristiane Cardoso em seu blog oficial. São variados os afazeres, por exemplo: como as mulheres devem cuidar da alimentação para manterem um corpo dentro dos padrões de beleza, como devem se vestir com feminilidade sem parecer vulgar; como cuidar do lar e da família, saber controlar as finanças, além de incentivar que se divulguem os resultados nas redes sociais (Facebook, twitter, instagram) de suas realizações das “tarefas com ofertas”, de modo a difundir “esse modo de ser”, onde a mulher deve estar no centro da vida familiar.

Tereza de Lauretis (1994) nomeia esses processos de reiteração da lógica binária feminina/masculina de “tecnologia sexual”. O gênero seria uma representação – “o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas (LAURETIS, 1994, p. 209) – que é internalizada por cada indivíduo, visto a partir daí como uma auto-representação, como se partisse da sua própria vontade ser como se é. Mas segundo a autora, a materialidade do gênero nos corpos é produto de diferentes tecnologias sociais, como os discursos e práticas culturais que institucionalizam tais categorias.

⁴⁴Trecho retirado do vídeo em que o bispo Macedo apresenta o *Godllywood*, link: <https://www.youtube.com/watch?v=ePN2j7vcJKY> Acesso em: 20/06/2016

⁴⁵Trecho retirado do blog: <http://blogs.universal.org/cristianecardoso/pt/6-fatores-sobre-godllywood/>. Acesso em: 20/06/2016



O *Godllywood*, ademais, pretende realizar essa reiteração da norma, que busca materializar nos corpos o modo ditado pelo grupo como a “forma feminina” deve ser. Como mostra o testemunho de uma participante:

Eu era masculina, me vestia com roupas largas, usava boné o tempo todo e queria a todo tempo “competir”, ” mostrar que “eu era melhor”... e quantas não foram as vezes em que dizia: “tá pra nascer um homem que faça alguma coisa que eu não faça melhor!”
Hoje vejo o quão inoportuno e egoísta era esse sentimento.
Hoje sou feliz! Feliz em ser mulher...
Não quero, nem vou competir com homem algum. Sei o meu lugar e amo estar nele!⁴⁶

O grupo *Godllywood* atua de forma disciplinar. O filósofo francês Michel Foucault trabalhou amplamente a emergência da disciplinarização da vida social em sua obra “Vigiar e punir” (1987). O autor discorreu sobre o poder disciplinar, cuja função é criar indivíduos economicamente úteis e politicamente dóceis, e que para isso separa, analisa e arquiva saberes de cada um dos sujeitos. Para isso, o regime disciplinar usa como estratégia o modelo do panóptico, cuja máquina arquitetural coloca o indivíduo em uma posição em que é visto – vigiado –, mas não vê quem o vigia; desse modo, ainda que não seja controlado o tempo todo, cria-se uma relação tensa, que faz com que o próprio indivíduo se vigie. Por temer ações de correções, ele torna-se disciplinado, e dessa forma faz com que o poder funcione natural e automaticamente. Tal poder tem seu auge de penetração e operação social durante a modernidade, podendo ser encontrado em instituições escolares, hospitalares, prisionais, entre outras (FOUCAULT, 1987).

Na contemporaneidade, as redes sociais se constituem como uma espécie de panóptico virtual, por isso é incentivado que as participantes do *Godllywood* sigam as páginas da Cristiane Cardoso e que compartilhem nas redes as conclusões de suas “tarefas como oferta”, pois as redes sociais são uma tecnologia que se coloca “a favor” do indivíduo, mas ao mesmo tempo acumula saberes e informações pessoais que serão usados posteriormente para “melhor” conduzir os sujeitos com pretensões e interesses específicos, nesse caso, difundir as crenças da IURD e promover a sua variedade de produtos. Ainda sobre a rede social como panóptico, é de praxe que as participantes se

⁴⁶Trecho retirado do site: <http://www.godllywood.com/br/godllywood-uma-palhacada/>



exponham publicamente em seus modos já adequados ao divulgar suas tarefas executadas, fazendo assim, com que se reafirme a cada momento como “ser” ou “não ser” uma “Mulher de Deus”.

O bispo Macedo ressalta no vídeo de apresentação do grupo, que “o reino de Deus é disciplina”⁴⁷, ou seja, para se alcançar algo é necessário seguir uma norma. Na reunião do *Godllywood* realizada no dia 9 de abril, o tema central foi a autodisciplina. Cristiane Cardoso ressaltou que a disciplina é igual aos dez mandamentos, tem a validade de uma lei. Segundo ela, a mulher deve estabelecer prioridades em sua vida, uma delas é a vida amorosa, a constituição de uma família, que deve vir antes de uma escolha profissional. Para isso orientou que cuidem do próprio corpo, da alimentação e das tarefas pessoais, como a organização da casa, seu momento com Deus e etc. Em seu blog, ela diz: “O *Godllywood* não é uma forma de controlar a vida de ninguém. As regras do grupo são para formar nas mulheres uma disciplina em relação a forma de se comportar e de se vestir para Deus – só isso”⁴⁸.

O grupo exige que se tenha uma rotina disciplinarizada, com o claro objetivo de manter a ordem heteronormativa em funcionamento, com os papéis da mulher e do homem bem definidos, induzem a compreensão de que tal norma é natural, certa e verdadeira. Do mesmo modo, sustentam a efetividade de sua teologia, afirmando que basta seguir determinado método para alcançar o que se quer, seja se tornar uma Mulher V, ou apostar no poder de Deus através da lógica doação para receber retorno.

Constata-se que a IURD mescla os dois tipos de poder: o disciplinar, ao estabelecer uma norma de comportamento; e neoliberal no sentido de instaurar a percepção de que a relação entre Deus e o fiel é explicada pela lógica econômica, pois a doação, também chamada de “desafio”, é entendida como investimento, necessário para participar desse “jogo”, caso contrário pode ser aniquilado. É o que Foucault (2008) identificou como biopolítica⁴⁹ neoliberal, que se constitui a partir da noção de capital

⁴⁷ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ePN2j7vcJKY> Acesso em: 20/06/2016

⁴⁸ Trecho do blog: <http://blogs.universal.org/cristianecardoso/pt/6-fatores-sobre-godllywood/>. Acesso em 20/06/2016.

⁴⁹ Os fundamentos da biopolítica invertem o problema da soberania: não se trata mais de “fazer morrer e deixar viver”, como era a pragmática do poder soberano, mas “fazer viver e deixar morrer”. O fascismo e o stalinismo, utilizaram a biopolítica, a partir do binarismo das raças que previa a “exclusão e a



humano, ou seja, toda a vida do sujeito é potencializada no aprimoramento de seu capital que nada mais é do que ele mesmo: seu corpo, suas aptidões, suas disposições, sua subjetividade. Tal lógica foi aplicada agora na religião neopentecostal, a separação feita pelo corte biopolítico, nesse contexto, é entre os que fazem uma aliança com Deus e os que não, pois é a partir do investimento na fé que se terá retorno em formas de bênção.

O consumo: A comercialização da identidade da "mulher V"

O *Godllywood* nasceu de uma revolta sobre os valores errados que a nossa sociedade tem adquirido através de *Hollywood*. Nesse trabalho, nosso principal objetivo é levar as mulheres a se tornarem referência de mãe, filha, esposa, amiga e profissional. Elas desenvolvem laços e princípios que tem se perdido nos últimos anos⁵⁰.

A partir dessa citação, temos que o nome do grupo foi escolhido em oposição ao modelo de vida glamourizada por *Hollywood*, que segundo a IURD desvaloriza a mulher. A finalidade principal do *Godllywood* é indicar o rumo para um estilo de vida diferente, que tem a sua validade por ser um modelo de mulher idealizado por Deus. Nesses ensinamentos, o corpo é o primeiro que deve se adequar. Há sempre recomendações acerca de como a mulher deve se portar, e sobre como deve estar atenta às suas palavras, atitudes e vestimentas. É a partir de da execução dessas normas que a “feminilidade” existente em cada mulher despertará (TEIXEIRA, 2014).

Mais uma vez o que se exige é disciplina, que ao ser repetida se naturaliza, e passa a se realizar de forma automática. Ao caracterizar a mulher V, Cristiane Cardoso diz que ser disciplinada é ter uma vida organizada, e sugere que se faça sempre uma lista de tarefas para aumentar o controle do tempo e, assim, poder realizar tudo que

exterminação do politicamente perigoso e do etnicamente impuro” (FOUCAULT, 2010, p. 236). A biopolítica encontrará uma nova transformação e ganhará um novo sentido com a emergência do neoliberalismo, a partir da década de 1970, o princípio do fatalismo (as coisas são como são, não se pode ir contra o jogo do mercado) herdado do liberalismo, é radicalizado: a desigualdade passa a ser considerada parte inerente ao capitalismo, para satisfazer alguns, outros precisam ser prejudicados (FOUCAULT, 2008).

⁵⁰ Trecho retirado do site: <http://www.godllywood.com/br/rush/inscricoes-godllywood-2015/> Acesso em 20/06/2016



gostaria. Ressalta que os cuidados com a casa são habilidades que todas as mulheres possuem naturalmente e que só precisam aprimorá-las. Tais talentos teriam sido depreciados na sociedade moderna, mas diz ser importante resgatá-los.

Aqui está uma das minhas descobertas favoritas acerca da Mulher V: ela reconhece o seu talento doméstico! Esse é um talento exclusivo das mulheres; e no momento que ela o reconhece como sendo seu, ela se torna excelente nisso (CARDOSO, 2013, p.97/98).

Afirma, portanto, ser um talento nato da mulher as habilidades domésticas. Essa determinação do papel da “mulher ideal” – virtuosa –, baseado nos preceitos bíblicos, vai muito além da religião, trata-se aqui de poder, um poder patriarcal que prevê que o lugar preferencial da mulher ainda deve ser o meio privado, sem autonomia suficiente para desconstruir esse estereótipo tão difundido sobre o papel da mulher, vista como mãe e cuidadora do lar.

É cômodo para Cristiane Cardoso defender essa identidade, em vista de sua posição social e do status que possui: pode até ser prazeroso cuidar da casa, decorá-la e zelar pela sua família. Mas as tantas mulheres que consomem essa ideologia, muito provavelmente, não compartilham do mesmo nível social e econômico, e o trabalho doméstico colocado de forma compulsória e sendo obrigatoriamente e necessariamente feminino, transfere apenas para mulher a responsabilidade total em manter o bem-estar da família, e ela ainda deve sentir prazer ao fazê-lo.

A função: ampliação e solidificação da IURD

Para que a produtividade capitalista vigore, os indivíduos precisam se engajar, para isso é necessário impulsionar essa mobilização dos trabalhadores. Os ditos “espíritos” do capitalismo surgiram ao longo da história e aprimoraram o sistema, Weber (2004) em seu livro *A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo*, mostrou que o crescimento de uma religião individualizante combinava com o capitalismo industrial em seu desenvolvimento inicial. E, atualmente, o estudo desenvolvido por Boltanski e Chiapello (2009) revelou um “novo espírito do capitalismo” observado no caso francês, mas que se espalhou a nível global diante da expansão da acumulação capitalista flexível.



A mudança ocorreu a partir de uma onda de críticas feitas basicamente por dois extratos da sociedade: trabalhadores industriais, e executivos de elevado capital cultural. Os trabalhadores criticavam o sistema capitalista, visto como fonte de opressão e desigualdade; e os executivos reclamavam dos estilos de vida que lhe eram acarretados ao assumir as carreiras nas empresas. A resposta capitalista às críticas não atendeu as duas demandas, mas generalizou a crítica dos empresários por toda a sociedade, convertendo-a em ideologia da flexibilidade e da adaptabilidade a projetos efêmeros, e foi assim que o capitalismo alcançou seu novo espírito, segundo os autores.

Nessa nova forma de gestão há a redução de trabalho em atividade, de forma que o indivíduo é incitado a estar sempre em movimento (fazer qualquer coisa é melhor do que não fazer nada), além disso, deve ter a capacidade de aceitar riscos e inovações em todas as áreas de sua vida. O novo “espírito” neoliberal que conduz o capitalismo exige que o indivíduo seja cada vez mais desprendido, corajoso e audacioso. Tais características se igualam às exigidas a um fiel do neopentecostalismo.

Assim, no âmbito da Igreja, por meio de uma espiritualidade mágica, e se baseando na fragilidade dos indivíduos, seja ela material, emocional ou física, os integrantes são colocados frente a um Deus que apenas retribui. O indivíduo doador depende somente do seu sacrifício para conseguir alcançar a sua prosperidade (MARIANO, 1999). E assim, como no neoliberalismo, transfere-se para os indivíduos a responsabilidade por suas conquistas ou fracassos.

A IURD funciona como uma empresa, que tem objetivos claros de crescimento, desse modo, o objetivo da criação do grupo é motivar as mulheres dos pastores, formar uma rede de colaboradoras engajadas em um propósito específico. Nas palavras do bispo Macedo:

A mulher de pastor tem uma função dentro da igreja, a importância do grupo é para que a obra vá se desenvolvendo, a igreja se edifique, e se fortaleça. Aproxima as mulheres dos pastores com a igreja e tem menos risco do pastor ir fazer a obra por conta própria.⁵¹

Comprova-se que é uma medida estratégica ceder esse espaço exclusivo às mulheres, pois há nas entrelinhas vários outros interesses, inclusive econômicos, busco

⁵¹Trecho transcrito do vídeo que Edir Macedo apresenta o grupo das mulheres, link: <https://www.youtube.com/watch?v=ePN2j7vcJKY>



apresentar aqui alguns deles: comercializar a identidade da “Mulher V”, motivar as fiéis e esposas de pastores a se engajarem mais na obra, arrebanhar mais pessoas para fazerem parte da Igreja, e diminuir a evasão de pastores (funcionários).

Quem está nessa ordem, nessa disciplina de Godllywood, com certeza está sendo preparado por Deus, pelo Espírito santo. (...) dou valor a música que é o Espírito Santo, a música que sai do trabalho de cada vocês, que emerge de vocês, que sai no ar, e isso soa como o cântico, como os cânticos dos anjos para Deus, porque vai salvar almas.⁵²

Considerações finais

Segundo Foucault (1979), não existe prática de poder sem uma economia dos discursos de verdade. É importante compreender que o poder só se exerce em rede, ninguém tem a posse do poder, ele transita pelo indivíduo que ele constitui, e funciona em cadeia. Por isso as igrejas também constituem um campo em que há relações de poder, o neopentecostalismo acompanhou as mudanças ocorridas na sociedade, fazendo com que seu discurso sobre a verdade combinasse com tais transformações. Mas também retoma a ordem patriarcal, legitimada pela bíblia, de modo que: “Não só mantém o privilégio (de gênero) como ainda é um homem “de bem” por mantê-lo. Quem vai discutir com Deus, afinal?” (BRUM, 2016).⁵³

Conclui-se então que a IURD propaga um modo de “ser a Universal”, ao divulgar seus “milagres” pela mídia, mostrando uma “real” prosperidade a quem é fiel. Um modo que, muitas vezes, é acatado e interpretado como “verdadeiro”, por uma parcela da população, que passa a compreender e vivenciar o mundo através de tais discursos ideológicos, e assim “fabrica-se” indivíduos ajustados tanto pelo regime disciplinar, através de grupos como o *Godllywood*, quanto por preceitos neoliberais vinculados por meio da Teologia da Prosperidade.

Referências:

⁵²Trecho transcrito do vídeo que Edir Macedo apresenta o grupo das mulheres, link: <https://www.youtube.com/watch?v=ePN2j7vcJKY>

⁵³ Link: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/06/opinion/1465221319_595471.html
Acesso em 20/06/2016



BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 153-172.

BOLTANSKI, LUC; CHIAPELLO, ÈVE. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. A Vontade de Saber. Vol.1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. (org. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 21 de março de 1979**. In: _____. Nascimento da biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008. p. 329 - 356.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) Tendências e Impasses: o feminismo, como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 206-241.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Mídia e performances de gênero na Igreja Universal**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 34 n. 2, 2014. p. 232-256.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012. (Estado de sítio).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo e Antônio Flávio Perucci. São Paulo: Companhia das letras, 2004.



Práticas religiosas na saúde: a presença da benção nas áreas atendidas pela estratégia saúde da família em município mineiro

Autoras: Luiza Maria de Assunção⁵⁴
Leiner Resende Rodrigues⁵⁵

Resumo: Na dinâmica do campo religioso brasileiro contemporâneo, é possível detectar a interface entre religiosidade/espiritualidade e saúde. O presente trabalho, que está sendo desenvolvido em município do Triângulo Mineiro, busca compreender como o ofício da benção pode impactar no processo saúde-doença bem como procura caracterizar o modo como profissionais da atenção básica encaram a atuação de tais práticas nos territórios atendidos pela Estratégia de saúde da Família (ESF). Os atores sociais inquiridos são profissionais de saúde da atenção básica, usuários e benzedores. Trata-se de uma investigação qualitativa de caráter interdisciplinar, pois se vale de perspectivas da Sociologia da religião e da saúde coletiva. A intenção é captar as percepções dos diferentes sujeitos quanto ao impacto dos aspectos religiosos/espirituais na saúde. Confirmando estudos já realizados sobre a interface entre saúde e religiosidade/espiritualidade acredita-se que, a despeito das possíveis tensões entre os diferentes campos de saber (biomédico e religioso/popular), há uma interação entre eles, na busca humana por respostas as diferentes enfermidades.

Palavras-Chave: Benção. Religiosidade. Saúde. Atenção básica.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é desenvolver reflexão sobre o tema *Práticas religiosas na saúde: a presença da benção nas áreas atendidas pela estratégia saúde da família em município mineiro*⁵⁶. Tal empreendimento justifica-se pela importante relação que tem sido estabelecida nos últimos tempos entre saúde e espiritualidade/religiosidade. Estas últimas são diferentes entre si, ainda que frequentemente as pessoas façam alusão a elas indistintamente. Tais conceitos se distinguem, pois ao passo que a espiritualidade não envolve participação religiosa

⁵⁴ Pós-Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde da Universidade federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

⁵⁵ Professora Associada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Atenção à Saúde.

⁵⁶ O tema vem sendo desenvolvido sob a forma de projeto de pós-doutorado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Em fase de análise pelo comitê de ética, a pesquisa de campo terá início em Outubro/2016. Por enquanto, apresentaremos a ideia a ser desenvolvida e a discussão teórica em torno da temática.



formal, a religiosidade engloba questões como dogmas, sistematizações doutrinárias e participação em cultos (GUIMARÃES e AVEZUM, 2007).

Ao se falar de religião, religiosidade, espiritualidade é necessário apontar as diferenças que separam tais conceitos. A espiritualidade é definida como uma inclinação humana a perseguir sentido para a vida mediante concepções que superem o visível. Nessa direção, seria uma tentativa de se conectar com algo maior que si próprio. Esse algo não necessariamente envolve participação religiosa formal. [...] A religiosidade, por sua vez, envolve questões como sistematização de culto e doutrina, os quais são compartilhados por um grupo (GUIMARÃES e AVEZUM, 2007)

Busca-se entender como o ofício da benzedura tem impacto no processo saúde-doença e o modo como profissionais da atenção básica percebem a presença dessa prática nos territórios atendidos. Parte-se da perspectiva de que a prática da benzedura pode ser considerada uma alternativa capaz de conjugar os diferentes elementos - o físico, o mental, o social, o espiritual - propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O mundo ocidental, a despeito de possuir fontes explicativas como a filosofia e a ciência, tem nos mitos uma forma doadora de sentido, a qual foi introduzida no interior desse outro modelo racional. O mito proporciona explicações possíveis, onde a ciência não proporciona explicações plausíveis. Em outras palavras, vive-se numa sociedade fundada na razão, mas que se utiliza de mitos como fonte explicativa. Ainda que isso ocorra, a prática médica, e em saúde de um modo geral, tem uma tendência a não valorização das dimensões religiosa e espiritual da vida, rechaçando qualquer tipo de subjetivismo (LOTUFO-NETO, 1997, p. 28).

A medicina acredita que não precisa de meios simbólicos para intermediar o real, pois ela se crê portadora de meios técnicos para dominá-lo. Ela substituiu a intenção de dar um sentido ao mundo pela pretensão de controlá-lo. Assim, ela se convence de que por intermédio do positivismo obteve controle sobre a doença e a morte; quando, na realidade, somente perdeu o domínio sobre o universo simbólico. (QUINTANA, 1999, p. 38)

A literatura indica que a religião começa a atuar a partir do momento em que o mundo da técnica e da ciência mostram-se limitados para fornecer respostas a questões



urgentes. Tal evidência deixa claro que, mesmo com o desencantamento do mundo⁵⁷ do qual fala Weber (1982), ainda resta um espaço para a manifestação da religião e das práticas mágicas. Na verdade, essas nunca desapareceram, pois, o mundo desencantado não está acessível a todas as camadas sociais da população (PRANDI, 1991, p. 189). Ou seja, frequentemente a religião é tomada como um recurso quando há falta de perspectivas, quando a ciência com todos os seus “poderes reais” é desqualificada. Nesse momento, as modernas técnicas científicas passam a ser utilizadas em conjunto com “poderes sobrenaturais”, os quais acabam por proporcionar uma maior eficácia em algumas situações. (ASSUNÇÃO, 2010). Além do que, recordando Laplantine (1991), não é possível afirmar que hajam práticas puramente científicas ou puramente mágico-religiosas, visto que processos mágico-religiosos perpassam tanto as terapêuticas científicas quanto as terapêuticas populares.

Desse modo, há uma provável substituição tanto da ciência pela religião quanto uma associação de ambas em determinados casos. Isso ocorre devido ao fato de nos segmentos sociais em que a ciência, com toda a sua eficácia, não consegue penetrar é a religião que realiza milagres, nos momentos em que o conhecimento científico não se mostra competente para explicar todas as questões relacionadas ao sofrimento e à doença, a religião entra em cena (ASSUNÇÃO, 2010).

Tendo em vista essa realidade, é um equívoco ao poder médico-científico rechaçar as práticas religiosas/espirituais bem como não é possível que a religião ignore totalmente o pensamento mágico, ao qual também se recorre quando o religioso instituído não produz um conteúdo plausível. Muito já se debateu sobre a racionalização dos diferentes setores da vida e concluiu-se que o conhecimento científico e a sua tentativa de racionalizar todos os setores da vida, não colocaram fim à busca de elementos mágicos para a solução do sofrimento porque a vida comporta uma complexidade, a qual não pode ser entendida apenas através de simples modelos (SCHWEICKARDT, 2002, p. 89).

⁵⁷ Momento em que a religião não é mais a esfera privilegiada e detentora do saber, ela passa a ser uma questão de foro íntimo, de escolha individual. Este é o chamado desencantamento do mundo provocado pela ciência e racionalidade do mundo moderno, mas não recobre o desencantamento da magia pela religião profética.



Relativamente ao pensamento médico-científico é muito provável que a associação com a religião siga a mesma linha de raciocínio exposta anteriormente. Na medida em que a ciência médica não dá respostas suficientes à questão do sofrimento, ela deixa em aberto uma questão que é elementar na concepção do enfermo: ‘Por que eu estou doente?’. Em outras palavras, é possível afirmar que enquanto o saber médico explica “o ‘como’ das moléstias”, as terapias religiosas “procuram responder ao ‘por quê’ das enfermidades” (MONTERO, 1985). Sob esse ponto de vista, a religiosidade/espiritualidade pode proporcionar ao enfermo o resgate do sentido último, do por que determinada enfermidade recaiu sobre ele.

As práticas espirituais/religiosas de qualquer espécie têm em comum o poder de dar significados às demandas dos sujeitos. A eficácia simbólica, por trás das diferentes práticas espirituais/religiosas, está relacionada à compreensão do evento que acomete o sujeito, e tal compreensão se dá de modo metafórico e não racional como normalmente se quer. Assim, fazendo referência ao papel exercido pelo xamanismo junto a certas tribos indígenas, Lévi-Strauss, em seu clássico texto “A eficácia simbólica”, afirma que, ao compreender o que acontece, o doente além de se resignar, irá sarar. Trata-se de uma compreensão que não se restringe a aspectos cognitivos. Ela se dá em outro nível: o simbólico.

E nada disso [a cura] se produz em nossos doentes, quando se lhes explica a causa de suas desordens invocando secreções, micróbios ou vírus. Acusar-nos-á talvez de paradoxo, se respondermos que a razão disso é que os micróbios existem e que os monstros não existem. E não obstante a relação entre micróbio e doença é exterior ao espírito do paciente, é uma relação de causa e efeito, ao passo que a relação entre monstro e doença é interior a esse mesmo espírito, consciente ou inconsciente: é uma relação de símbolo à coisa simbolizada, ou, para empregar o vocabulário dos linguistas, de significante a significado (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 228)

Como já apontado, a medicina desautoriza os meios simbólicos como intermediários do real, visto que mediante a técnica ela substitui a intenção de dar um sentido ao mundo pela pretensão de controlá-lo. (QUINTANA, 1999, p. 38). Assim, é pertinente afirmar que se, de um lado, o saber biomédico é extremamente importante, de outro lado, ele pode vir a ser inadequado e perigoso (SANTOS, 2000). Isso porque sua prática homogeneizadora atua através da medicalização de modo a proporcionar o



arrefecimento do potencial cultural e simbólico dos sujeitos destituindo-os de autonomia para enfrentar situações que envolvam sofrimento, doenças e morte.

Estudos apontam para a presença de práticas alternativas ao saber biomédico como forma de suplantar a fragmentação e a coisificação dos sujeitos. Interessante estudo para pensar a integralidade humana foi realizado por Fleischer (2011), onde a autora procura compreender o universo simbólico que ultrapassa o ato de partejar. Assim, é apresentada a diferença entre o cuidado das parteiras e o cuidado da biomedicina. Ao trazer a importância do caráter holístico e de se considerar o sujeito na sua totalidade, Fleischer fala de uma relação, no caso das “buchudas”, que ultrapassa o parto. No momento da “puxação” o que ocorre entre a “buchuda” e a parteira é algo que sobrepuja o biológico e alcança relações outras, presentes na vida da gestante. Desse modo, na “puxação”, além da parteira penetrar em outras instâncias da vida da gestante, ela cria um laço de confiança com esta. Nesse sentido, há uma diferença importante no que diz respeito aos objetivos das parteiras e aos objetivos dos profissionais formados pela visão biomédica. Enquanto essa volta sua atenção para o recém-nascido, as primeiras atêm-se às “buchudas”. A prática das parteiras transcende o cuidado físico, há uma noção de cuidado que transborda o biológico, o foco está na “relação”. Essa reflexão é muito pertinente se cotejada à relação médico-paciente colocada em prática pelo modelo biomédico, que se concentra na doença e não na relação com o ser “doente” e suas demandas diversas.

1 A BENZEDURA RELACIONADA À SAÚDE: O IMPACTO SOCIAL DO TEMA

Nos últimos tempos, os benzedores têm conseguido espaço no sentido da regulamentação da sua prática. É o que tem ocorrido em algumas regiões do Brasil. No município de Rebouças (centro-sul do Paraná), mediante mapeamento, foi identificado um total de 133 benzedoras para um total de 14.176 habitantes da cidade. Essa constatação resultou num projeto de lei, que adveio da câmara dos vereadores, com intuito de regulamentar a prática da benzedura. Desde então, a supracitada cidade foi considerada o primeiro município do país a oficializar a prática de benzedores, curadores.



Levando em consideração a abertura que vem sendo proporcionada aos benzedores junto ao Sistema de Saúde é mister a busca por um maior detalhamento e reflexão sobre os diferentes papéis assumidos tanto por esses agentes quanto pelos profissionais de saúde junto aos usuários e de que modo essa relação tem desdobramentos na saúde de um modo geral e na vida dos sujeitos de um modo particular.

A exploração do tema em destaque pode se dar mediante o contato com Equipes Saúde da Família (ESF)⁵⁸. Isso porque somente por meio do auxílio dessas equipes é possível ter amplo mapeamento dos territórios e da vida comunitária bem como é graças a abordagem ampliada da saúde que é colocada em prática por esses profissionais no contato com as famílias em seu território de vida que é possível manter diálogo com essa população. Os profissionais das ESF, pelo fato de conhecerem e identificarem os recursos de comunidade (entre os quais instituições religiosas e outras práticas como a benzedura), são encarados aqui como os interlocutores, tanto com os usuários quanto com os benzedores. Tais profissionais das ESF são qualificados normalmente com vistas a concretização da Estratégia da Saúde da Família e, nessa direção, na consolidação do Sistema Único de Saúde e na reorientação do modelo de atenção.

2 AVANÇOS NECESSÁRIOS EM RELAÇÃO AO TEMA

A despeito da parceria entre as práticas populares e as políticas públicas voltadas para a saúde e, não obstante o espaço conquistado pela benzedura nas instituições de saúde, tal prática é muitas vezes negligenciada pelos profissionais da área de saúde. Dificilmente a participação real das religiões e práticas espirituais no processo terapêutico e de cura é consentida, ou até mesmo admitida, como sendo um fato para o qual se deve dar maior atenção.

Nessa direção, Buchillet&Garnelo (2006), em estudo sobre a taxonomia das doenças entre indígenas, falam da necessidade de respeito e melhor entendimento, por parte das políticas e agentes de saúde, no que diz respeito às características socioculturais dos povos atendidos. Esse respeito deve ocorrer principalmente em

⁵⁸ No caso da cidade pesquisada, Uberaba, há três distritos sanitários que são compostos por Equipes de Saúde da Família.



relação às concepções e práticas de saúde e doença desses povos. O obstáculo ao acesso e a utilização dos serviços da rede pública pelos índios reside no desconhecimento e nas percepções negativas em relação a essas representações por parte dos profissionais de saúde.

Em algumas comunidades indígenas, a concepção nativa de doença - diferentemente do que faz a biomedicina, a qual se limita ao plano da patogenia das alterações corporais - se apresenta com capacidade maior de resposta aos determinantes econômicos e socioculturais do processo saúde-doença (BUCHILLET&GARNELO, 2006). Já há algum tempo a Carta de Ottawa representa essa tentativa, tendo procurado superar o enfoque individual-biológico da vertente positivista da medicina partindo contrariamente para a defesa de abordagens totalizantes, que sejam capazes de correlacionar qualidade de vida e os níveis de saúde. A perspectiva indígena e suas representações bem como a prática da benzedura conseguem perceber a saúde na sua totalidade. Ainda que o modelo hegemônico atual seja o biomédico, tem aumentado a “exigência por enfoques totalizantes na produção dos cuidados de saúde” (IDEM, p. 257).

A realidade, especialmente dos países em desenvolvimento, vem mostrando que o modelo biomédico não é suficiente para dar conta da nova problemática, mostrando que evidentemente as promessas de saúde para todos no início do século XXI vão falhar (WESTPHAL, 2006, p. 639)

A benzedura, pode ser um desses enfoques totalizantes que, dentro dos seus limites, proporciona aos sujeitos uma possibilidade mais completa de ter acesso às suas demandas que não estão apenas atreladas à saúde biológica. Ao contrário, dirigem-se a uma atenção mais integral voltada para a perspectiva de uma saúde ampliada.

Desse modo, ao se pensar em temáticas preciosas no âmbito da saúde tais como promoção da saúde, integralidade, binômio saúde-doença não é possível deixar de resgatar a importância do corpo, fim último ao qual se dirige a promoção da saúde, integralidade, etc. Não simplesmente trata-se de um corpo biológico, traz-se à baila o corpo cultural. A mescla feita entre eles é responsável, inclusive, pela criação por parte da OMS da definição de saúde, a qual seria um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.



É mister considerar tal mistura e a totalidade/integralidade dela resultantes. Helman (2009), ao expor as definições culturais de anatomia e fisiologia, fala que o corpo não é simplesmente um organismo vivo que varia entre saúde e doença. Ele é alvo de uma totalidade de crenças relativas ao seu funcionamento, a sua estrutura e aos seus significados social e psicológico. Ao abordar a questão da dor, por exemplo, o autor procura evidenciar que ela não é apenas um processo fisiológico; questões culturais, sociais e psicológicas devem ser consideradas na sua avaliação. Nesse sentido, é preciso observar que nem todas as pessoas reagem a dor da mesma forma, há uma bagagem cultural que influencia na percepção e reação à dor bem como no modo como as pessoas a comunicam ou a escondem.

A despeito dessas constatações, o que se percebe normalmente nas instituições de saúde é uma tendência em patologizar qualquer tipo de ação que não esteja ligada ao que a esfera médica, detentora do saber específico da cura, determina como sendo normal. O desconhecimento de aspectos da cultura brasileira e de suas práticas religiosas/espirituais tem sido prejudicial para uma população majoritariamente adepta de alguma crença. Nessa perspectiva, acredita-se que, por ter como princípios doutrinários a universalidade, a equidade e a integralidade, o Sistema Único de Saúde (SUS) não deva desconsiderar a colaboração dessas práticas, no sentido de sensibilizar seus profissionais para acolherem essas necessidades sem discriminá-las.

3 O ENTENDIMENTO DA PRÁTICA DA BENZEDURA NA SAÚDE E OS SEUS BENEFÍCIOS

O benefício em se realizar semelhante análise reside na 1) abertura para reflexões sobre o papel da espiritualidade dos sujeitos junto à saúde; 2) possibilidade de apresentar os diálogos que podem ser travados entre o saber biomédico e o saber religioso/popular na busca por melhores condições de tratamento e por resultados mais eficazes nos tratamentos e cuidados dos pacientes; 3) valorização de práticas alternativas utilizadas pela comunidade e que, em associação ao processo de cuidado, podem ser um recurso a mais no restabelecimento dos sujeitos. Práticas estas que podem, por sua vez, auxiliar os profissionais da saúde no diagnóstico e tratamento dos seus pacientes.



Resulta desses benefícios, a possibilidade de dirimir possíveis preconceitos relacionados a aspectos culturais e étnicos presentes na sociedade brasileira assim como o entendimento dos potenciais e limites de cada uma das práticas (hegemônica e alternativa) no processo do cuidado e humanização na saúde.

Associado ao que foi exposto acima, outro resultado positivo é a possível sensibilização da comunidade científica para aspectos culturais da sociedade brasileira que, associados ao tratamento medicamentoso, podem proporcionar bons resultados tanto no processo de tratamento quanto no processo de cura.

A sociedade em geral se beneficia com esse estudo graças a valorização de práticas alternativas que se concretizam cotidianamente ao lado dos procedimentos convencionais executados no SUS. A intenção é resgatar práticas há muito utilizadas pela população brasileira no sentido de colocá-las lado a lado com a perspectiva da promoção da saúde proposta pelo SUS. Os benefícios sociais estão relacionados a sensibilização dos profissionais de saúde quanto a importância da valorização de práticas alternativas que associadas ao tratamento medicamentoso podem trazer benefícios no processo de cuidado e cura do paciente. Para o usuário o benefício é poder ter a sua demanda acolhida e não censurada. Aos benzedores a possibilidade de serem respeitados no seu ofício.

Nessa direção, este estudo abre caminho por sugerir um trabalho de sensibilização para com gestores e profissionais da saúde quanto à necessidade de atenção para com os aspectos religiosos/espirituais que possam estar presentes na demanda por cuidado dos pacientes.

4 A COMPREENSÃO DA BENZEDURA JUNTO A SAÚDE

A intenção é compreender como as diferentes equipes saúde da família (ESF) acolhem os aspectos espirituais/religiosos presentes na vida dos sujeitos que demandam por seus serviços. Precisamente, de um lado, isso auxilia a verificar como médicos, enfermeiros e agentes de saúde encaminham tais questões. De outro lado, ajuda a entender como e, em que moldes, se dá a participação da prática da benzedura associada ao tratamento biomédico ofertado.



As indagações possíveis de serem realizadas nessa investigação são: Como se dá a inserção da prática de benzedura nos territórios contemplados pela Estratégia Saúde da Família (ESF)?; De que maneira ocorre o diálogo entre profissionais da saúde e benzedores/benzedoras?; Como médicos, enfermeiros e ACS acolhem as demandas espirituais/religiosas dos sujeitos que procuram por seus serviços?; Como benzedores e usuários percebem o uso concomitante de recursos do saber biomédico e de recursos da religião?; Em que medida as práticas de curandeiros e benzedores podem contribuir para minimizar a medicalização social?.

5 DELINEAMENTO DO ESTUDO

A reflexão proposta traz a interface entre Ciências Sociais e ciências da saúde. Trata-se de metodologia de natureza qualitativa bem como de estudo descritivo e explicativo. Os instrumentos propostos para a coleta de dados são: questionários estruturados com profissionais da saúde (enfermeiros e ACS); entrevistas semiestruturadas com os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, ACS), usuários e benzedores.

Os sujeitos da pesquisa são benzedores, agentes comunitários de saúde (ACS), médicos, enfermeiros e usuários atendidos por Equipes Saúde da Família dos três distritos sanitários de Uberaba sem distinção de sexo, estado civil, condições socioeconômicas e religiosidade. Atualmente, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, há 50 (cinquenta) equipes saúde da família no município. A proposta inicial é investigar 124 sujeitos entre benzedoras/curandeiros, agentes comunitários de saúde, médicos, enfermeiros e usuários que atendam aos critérios de inclusão. Este número justifica-se por ser considerado adequado para contemplar as 50 equipes de saúde da família no período de 1 ano⁵⁹.

A ideia é entrevistar os profissionais que façam parte de ESF bem como usuários, os quais poderão compor uma amostra diversificada com relação a variáveis básicas como sexo e idade. A divisão ocorre do seguinte modo: 100 profissionais, 18 usuários, 6 benzedores. O andamento do estudo ocorrerá do seguinte modo:

⁵⁹ Tempo disponibilizado para a pesquisa de pós-doutorado.



inicialmente, questionários estruturados a 100 profissionais de equipes saúde da família (enfermeiros e agentes comunitários de saúde que responderão a questionários estruturados); posteriormente, entrevistas semiestruturadas com 6 médicos de saúde da família, 6 enfermeiros, 6 agentes de saúde, 06 benzedeiros e 18 usuários.

Se necessário, a amostra pode ser ampliada ou reduzida conforme o nível de saturação teórica - *theoretical saturation* (GLASER e STRAUSS, 1967). A saturação teórica é normalmente utilizada como critério para encerrar o processo de coleta de dados. O que usualmente denominam-se amostras fechadas por saturação teórica, utilizadas em pesquisas qualitativas, significam nada mais do que a definição do conjunto que dará subsídios para a análise e para a interpretação dos dados. Ocorre que, nas amostras não-probabilísticas, ou seja, intencionais o *modus operandi* é diverso e deve contar com a experiência do pesquisador.

Se não houve fechamento por exaustão (abordando todos os sujeitos elegíveis), deve-se justificar por que se interrompeu o processamento de novas observações e o recrutamento de novos participantes. Uma das maneiras de fazê-lo corresponde ao processo de amostragem por saturação teórica: interrompe-se a coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais apreendidos a partir do campo de observação (FONTANELLA et al., 2011, p. 389)

No estudo proposto a amostragem por saturação pode ser usada para estabelecer ou fechar o tamanho final da amostra em estudo de modo a interromper, quando necessário, a captação de novos componentes. Em outras palavras, deve ocorrer a suspensão da coleta de novas entrevistas a partir do momento em que os dados obtidos começarem a apresentar redundância ou repetição. Tal ocorrência aponta para a necessária interrupção da coleta de dados e evidencia que novas entrevistas pouco ou nada podem acrescentar ao que já foi coletado.

6 APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para conseguir realizar essa empreitada acredita-se que é mister fazer uso de uma pesquisa qualitativa de caráter interdisciplinar que contemple (i) diferentes perspectivas da Sociologia (Sociologia da saúde, Sociologia da cultura e Sociologia da religião) (ii) a perspectiva da Antropologia social (iii) a perspectiva da saúde coletiva.



Mediante a coleta de entrevistas semiestruturadas é possível captar as percepções dos diferentes sujeitos da pesquisa quanto ao impacto dos aspectos religiosos/espirituais na saúde e a abertura ou não dos profissionais de saúde para esses aspectos. De benzedores e profissionais da saúde, é possível extrair informações sobre como pensam o uso concomitante de práticas de benzeção e da medicina hegemônica. Dos usuários, é possível obter relatos que identifiquem não somente como percebem o uso paralelo de perspectivas distintas, mas também qual o papel desempenhado por cada uma no processo saúde-doença.

Valendo-se do arsenal teórico de Bourdieu (1983; 1999) relativamente ao conflito entre campos de saber distintos, é possível lançar o olhar sobre as relações entre religiosidade/espiritualidade e saúde na perspectiva do conflito entre campos detentores de conhecimentos específicos e que, muitas vezes, não se comunicam. Objetivando enfatizar a sua necessária autonomia, a perspectiva Bourdieusiana compreende a inevitável tensão entre os diferentes domínios.

Porém, na contramão desses estudos, é necessário acentuar que a relação entre os campos não é apenas de conflito, mas de diálogo, sendo muitas vezes possível, a depender da disponibilidade ideológica dos sujeitos que deles fazem parte, colocá-los em comunicação. Ou seja, a reflexão possível de ser feita em relação a essa temática é de que, embora exista o conflito entre campos de saber distintos, a análise da relação entre campos não se reduz a uma visão centrada no conflito, mas considera as frentes de diálogo possíveis, as brechas que possibilitam o seu agir comum.

Ao perseguir esse pensamento, compreende-se a participação da benzedura na saúde não como um empecilho ao funcionamento das instituições de saúde, mas como um recurso a mais de doação de sentido, na busca por respostas e por tentativas de restauração da saúde física e mental. Nesse sentido, a questão central é abordar a religiosidade/espiritualidade no seu vínculo com a saúde como um processo e não como produto; é pensar a religiosidade/espiritualidade na sua dimensão dialógica com outras esferas da vida.

Há diferentes formas de caracterizar o processo saúde-doença. Os distintos olhares, segundo Batistella (2007), não devem ser vistos enquanto superação linear. Ao



contrário, eles “convivem, complementam-se e/ou disputam espaços de compreensão e intervenção até os dias de hoje” (BATISTELLA, 2007, p. 28). Cada um cumprindo um papel significativo. O pensamento mágico-religioso, por exemplo, caracteriza-se pela forma integral com que trata o indivíduo. Isso acontece na medida em que o compreende “a partir do conjunto de relações sociais estabelecidas no interior de uma comunidade e de uma cosmogonia própria” (idem, p. 29). É, assim, por exemplo, que “os vínculos desenvolvidos entre o curandeiro e o doente são fundamentais no processo de cura” (IDEM). Compreendendo tal fato, muitas intervenções nas práticas de saúde têm buscado resgatar a dimensão subjetiva que compõe os processos terapêuticos e que tem sido desprezada pela perspectiva mecanicista e biologicista da medicina ocidental contemporânea.

No que concerne ao tratamento dos resultados obtidos com as entrevistas o ideal é o uso da análise temática. A partir desta, pode-se extrair elementos importantes e recorrentes nas entrevistas, mediante os quais é possível realizar uma análise aprofundada sobre a perspectiva aqui em pauta. Bardin (1979, p. 105) acredita que o tema seja uma unidade de significação que se solta de forma natural de um texto analisado a partir de determinada teoria que lhe serve de orientação.

Minayo (2007), por sua vez, pensa que realizar uma análise temática equivale a descobrir “os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2007, p. 316). A análise temática, segundo a autora, apresenta-se de modo bastante formal e mantém-se fiel a significação da regularidade. Apesar de tal técnica remeter a tradição positivista, ela se sobressai ao valorizar os significados em detrimento das inferências estatísticas.

As metodologias adotadas devem proporcionar espaço de diálogo e de escuta dos diferentes sujeitos da pesquisa (profissionais, usuários, benzedores). Mediante essa perspectiva, a intenção é dar enlevo às particularidades de cada segmento, proporcionando-lhes um momento de reflexão sobre os papéis que desempenham e que ocupam e o quanto o seu posicionamento (seja enquanto profissional, seja enquanto usuário, seja enquanto benzedor) pode interferir no processo saúde-doença. Nesse



sentido, a metodologia ideal é a que aposta nas distintas falas e depoimentos, possibilita o reconhecimento dos diferentes sujeitos e a sua participação singular no processo de elaboração e de acolhimento das diferentes enfermidades.⁶⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiências anteriores de pesquisa sobre as múltiplas relações entre os campos de saber médico-científico e religioso, especialmente no contexto do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP), deram a possibilidade de avaliar as possíveis relações de conflito e de aproximação entre atores sociais distintos (médicos, enfermeiros, voluntários religiosos, capelães e pacientes) e entre domínios (ciência e religião) igualmente distintos (ASSUNÇÃO, 2010).

De modo semelhante a essa experiência, a motivação desse estudo é avaliar a relação que ocorre em âmbito maior (ciência e religião) mediante a relação pontual entre benzedores, profissionais da saúde e usuários. Entende-se que, a despeito da tensão que ocorre entre os diferentes campos de saber, há uma interação entre eles, proporcionada por aqueles que fazem uso das diferentes perspectivas para obter respostas plausíveis as suas enfermidades.

A benzedura é a possibilidade do olhar ampliado em relação aos sujeitos, desprendido do caráter puramente biológico de modo a alcançar outros aspectos presentes na vida humana, como o psicológico, o espiritual, o social.

Afora as questões da complexidade da constituição humana, esse estudo que coloca em pauta a importância de práticas alternativas em detrimento do saber biomédico, como é o caso da benzedura, possibilita incluir na agenda das políticas de saúde o acolhimento e o melhor entendimento que se deve dispensar a práticas que escapam ao modelo médico-racional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁶⁰ Os sujeitos serão convidados a participar da pesquisa. Isso será feito individualmente e de forma presencial por meio do contato da pesquisadora em momento conveniente e adequado para que todas as informações sejam repassadas e esclarecidas com cautela.



- ALMEIDA, D.V. de. **A humanização dos cuidados em saúde: uma proposta conceitual.** Goiânia (GO): AB, 2012. 169 p.
- ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina (Org.). **Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras.** Rio de Janeiro (RJ): Editora FIOCRUZ, 1998. 248 p. Inclui bibliografia. ISBN 8573161515.
- ASSUNÇÃO, L. M. **Religião e migração: revisitando uma velha questão.** Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 2004. 165 p.
- _____. **Campo psiquiátrico e campo religioso: entre diálogos e tensões.** Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010. 309 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.
- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F. (org.) **O território e o processo saúde-doença.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. “Le champ scientifique”. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104 in **Pierre Bourdieu: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- _____. “Gênese e Estrutura do Campo religioso”; “Apêndice I: Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber” p. 27-98. In: _____. **A economia das trocas simbólicas** Sérgio Miceli (org). 5. Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. 361 p.
- BUCHILLET, D. e GARNELO, L. **Taxonomias das doenças entre os índios Baniwa (Arawak) e Desana (Tukano Oriental) do Alto Rio Negro (AM).** Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 26, p. 231-260, Porto Alegre, 2006.
- CANESQUI, Ana Maria (org.). **Ciências sociais e saúde para o ensino médico.** São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2000. 283 p.
- CAPRA, Fritjof; STEINDL-RAST, David. **Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade.** 7. ed. São Paulo (SP): Cultrix, 2008. 193 p. ISBN 978853160432.
- FLEISCHER, S. **Parteiras, buchudas e Aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial em Melgaço, Pará.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.
- FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan. 2008.
- _____. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(2):389-394, fev, 2011.
- GLASER, B.G., STRAUSS, A. L. AL. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research.** New York: Aldine de Gruyter, 1967.
- HELMAN, C. **Cultura, saúde e doença.** Porto Alegre: Artmed, 2009.



LÉVI-STRAUSS, C. **A eficácia simbólica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LOTUFO-NETO, F. **Psiquiatria e religião**: a prevalência de transtornos mentais entre ministros religiosos. Tese de livre-docência. São Paulo: Departamento de Psiquiatria/USP, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (orgs.). **Críticas e atuantes**: Ciências Sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. 708p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem**: a magia na Umbanda. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PANZINI, R. G. et al. Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo: Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP, v. 34, Suplemento 1, p. 105-115, 2007. <[Http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/](http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/)> Acesso em: 20/10/2008.

PERES, J. F. P. et al. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo: Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP, v. 34, n. 3, p. 136-145, 2007. <[Http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/](http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/)> Acesso em: 20/10/2008.

PRANDI, R **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo, Hucitec, 1991.

QUINTANA, A.M. **A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SCHWEICKARDT, J. C. **Magia e religião na modernidade**: Os rezadores em Manaus. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. “Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica” in **Revista USP**, nº 67, 2005, pg. 150-175.

WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais. In: **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 309-346.

WESTPHAL, M. F.. Promoção da saúde e prevenção de doenças. CAMPOS, G. W. et al. (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006, p. p. 635-667.



DAS DROGAS AO “ÓPIO DO POVO”:

ETNOGRAFIA NA CLÍNICA EVANGÉLICA DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS CASA DO OLEIRO

Ricardo Lopes Dias

RESUMO:

A crítica marxiana à religião no Século XIX dava a sua temporalidade como superada e a sua ação como alienadora, definindo a religião como uma droga: o “ópio do povo”. No entanto, em pleno século XXI, a religião não apenas se mantém dinâmica e envolvente, como também, contrapondo-se à metáfora, tem, na realidade, um discurso de enfrentamento direto de toda dominação psicotrópica no ser humano. Aqui está a provocação do título: o “Ópio” – a religião – como proposta de superação da dependência química. Enquanto o Estado busca o controle das drogas ditas “lícitas” e a contenção do avanço urbano das “ilícitas” via políticas públicas, combate policial ou por sua minimização via planejamento psicossociológico em parcerias com ONG, segmentos religiosos propõem um enfrentamento a partir de suas éticas, doutrinas essenciais, messianismos e proselitismos. Este trabalho tem como base uma etnografia acerca do uso da religião como processo de restauração pessoal realizada numa casa de recuperação evangélica de credo histórico-tradicional, situada no interior do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Alienação, Dependência, Drogas, Recuperação, Religião.

DAS DROGAS AO “ÓPIO DO POVO”:

ETNOGRAFIA NA CLÍNICA EVANGÉLICA DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS CASA DO OLEIRO

Ricardo Lopes Dias⁶¹

INTRODUÇÃO

A Casa do Oleiro é uma instituição evangélica que há vinte anos atua na recuperação de dependentes do álcool e de substâncias psicoativas. Mesmo em condições básicas de operação, a “Casa”, como chamam, de fato, tem obtido algum sucesso. É o que se percebe nos vários

⁶¹ Teólogo, Antropólogo, mestre em Ciências Sociais e doutorando do PPG Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC – São Paulo. E-mail: ricardo.lopes@ufabc.edu.br.



testemunhos de pessoas que passaram pela internação ali e hoje estão, como dizem, “limpos” – termo usado para dizer que estão sem usar qualquer substância psicoativa.

Mesmo já tendo conhecido havia algum tempo a Casa do Oleiro, alguns ex-alunos e o modo como pretendia a recuperação via religião, ou, como se diz, “pelo Evangelho”, só me pareceu oportuna uma pesquisa antropológica na Casa do Oleiro após a divulgação em rede social de um vídeo em que um jornalista desportivo falava abertamente acerca do enfrentamento das drogas, referindo-se a seu filho. Neste vídeo, o jornalista, enquanto pai de um dependente de crack, falava que a clínica de orientação religiosa, como a evangélica em que internou seu filho, teria melhor resultado e menor custo em comparação a outras clínicas de recuperação (CHICO, 2014)⁶². A afirmação intrigante foi bem comentada na rede e, a partir daí, passei a considerar a possibilidade de uma pesquisa na Casa do Oleiro, instituição muito acessível e onde poderia verificar de perto esta eficácia do tratamento, problematizando o uso da religião como mecanismo de recuperação e de ressocialização dos internos.

O curioso é que mesmo lidando com a alegada impossibilidade de recuperação completa de qualquer dependente, reza Claudinete Carvalho⁶³ - presidente da Casa do Oleiro -, bem como os seus “obreiros”, que cerca de 40% dos alunos internados desde a sua fundação há vinte anos atingiram sim a recuperação, ou “cura”. E o segredo do sucesso, segundo afirmam, é simplesmente “o Evangelho”.

O objetivo deste trabalho é, portanto, uma abordagem desse enfrentamento das drogas via religião que a Casa do Oleiro propõe para a “recuperação” dos dependentes químicos que ali se internam. Para isso, partimos do pressuposto, pelos relatos e testemunhos, de que a religião é apresentada-se como potencialmente reordenadora da perspectiva de vida. Assim, a Casa do Oleiro acaba por sugerir essa ressemantização da vida (sentidos de família, cura, drogas, felicidade) e para isso conta com o discurso cristão num sistema que envolve uma articulação de amigos, famílias e igrejas (optando por excluir o Estado e a política), sob a premissa de que sem “Deus” não há respostas para os dramas familiares e sociais decorrentes do uso de álcool e de outras drogas.

⁶² Francisco José Lang Fernandes de Oliveira (Chico Lang), Jornalista. Vídeo do programa Mesa Redonda – TV Gazeta do dia 12 de Janeiro de 2014.

⁶³ Claudinete Carvalho, presidente da Casa do Oleiro (Associação CAIC) tem formação em Economia e em Direito. Trabalhou 37 anos na saúde pública, inclusive em saúde mental, como gerente de posto.



Para chegar aqui, a metodologia empregada iniciou-se com (1) um levantamento de referências teóricas sobre o tema, especialmente na produção do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP); sendo também consultada a literatura de que dispõe a Casa do Oleiro (literaturas do psicólogo Edson Ferrarini e *Os doze passos de AA - Alcoólicos Anônimos*); Seguido por (2) um levantamento da história, da estrutura e dos posicionamentos da Casa do Oleiro; (3) Realização de entrevistas e conversas visando obter as histórias de vida dos internos entre Julho/Agosto de 2016, e também de ex-alunos e membros da diretoria da Casa do Oleiro. Foram realizadas ao todo 15 entrevistas (6 alunos; 3 ex-alunos; 2 obreiros; 2 diretores; o psicólogo e a esposa de um ex-aluno); finalizando com (4) a análise e a escrita deste texto.

MARX, MARXISMO E RELIGIÃO

A particular provocação no título deste artigo é à célebre frase do “jovem” Marx de que “a religião é a autoconsciência e o auto-sentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu [...] é o ópio do povo” (Marx, 1843-1844, p.1). É óbvio que não desmereço aqui a metáfora tão pertinentemente esclarecedora e, de certa forma, até reapropriada na crítica interna dos religiosos às religiosidades emergentes que lidam com fiéis como massas (ressalte-se que evangélicos, inclusive os líderes da Casa do Oleiro, costumam dissociar a vivência cristã sincera, que chamam de “Evangelho”, de uma mera prática religiosa aparente e institucionalizada, daí o desprestígio entre estes do termo “religião”, preferindo “Evangelho” como melhor representação sua prática).

Segundo Barros (2011, p.239), ao contrário do que normalmente se ouve de que Marx falava apenas de alienação do trabalhador quanto aos meios de produção, “podemos perceber, com base em uma análise mais sistemática da obra de Marx, que o tema da alienação realmente não desaparece do seu horizonte de análises”, ou seja, esteve presente desde cedo – a fase jovem de Marx - até o final de sua produção, quando então, “da alienação em geral ele passa a se interessar pelo estudo mais específico do modo de produção capitalista” (BARROS, 2011, p. 230). Barros (2011, p. 239) vê a alienação retornando, por exemplo, no Marx maduro do *Capital*, ressurgindo no “fetichismo da mercadoria”.



Apesar do ateísmo pessoal de Marx ser estruturante de sua teoria sobre a religião, Barros (2011) contrapõe *pensamento marxiano* (o pensamento teórico pessoal de Marx como autor, o *materialismo histórico*) ao *marxismo* (referindo-se aqui ao “programa de ação política” do qual o próprio Marx teria dito ironicamente não ser ele próprio “marxista”) e, assim, afirma que “o materialismo histórico, como arco maior de possibilidades, não é de modo algum incompatível com a religiosidade” (BARROS, 2011, p.232). Na verdade, nem o marxismo, mesmo enquanto movimento político-ideológico, seria incompatível e inacessível aos religiosos.

Assim também sugere Lesbaupin (2007), mas segundo ele, Marx teria trabalhado na sua primeira fase a religião como uma *alienação*, e na segunda, como uma *ideologia*, “algo que não terá mais razão de ser” num futuro realmente socialista (LESBAUPIN, 2017, p.17). A superação desta ideologia ocorreria quando o “processo de produção material” fosse racionalizado, pois “só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado” (MARX, 2013, p. 101). No entanto, a religião passa a ser tematizada diferentemente já a partir do próprio Engels, com seu olhar dirigido ao cristianismo dos primeiros séculos (Engels, 2011), comparado-o ao socialismo, como uma afirmação de um “movimento dos oprimidos” num Estado de escravidão.

Em autores marxistas sucessores como Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci, e outros relacionados por Lesbaupin (2017), a religião é vista como ambígua em sua utilidade, podendo ser tanto alienadora e aparelho ideológico estatal para tal, quanto aliada, como quando segmentos cristãos engajam-se atrevidamente na concepção marxista de militância em favor do pobre oprimido – pensando rapidamente na Teologia da Libertação de Leonardo Boff, Hugo Assmann e Gustavo Gutierrez, e no proeminente educador autodeclarado cristão e marxista, Paulo Freire (PAULO, 1997).

As alusões aqui a Marx, ao *pensamento marxiano* e próprio *marxismo* aqui são apenas para ressaltar que a religião não somente não foi (ainda?) historicamente superada na humanidade – muito pelo contrário, como sugere Weber houve até um “reencantamento do mundo” - como também tem sido objeto de estudos atuais como modo de se constituir identidades, etnicidades, tradições, sistemas simbólicos (GEERTZ, 2008), sendo especialmente relevante nos estudos étnicos.

Assim sendo, a partir dos avanços teóricos no campo religioso de Émile Durkheim, Max Weber, Clifford Geertz, dentre outros, e a superação dos discursos cientificistas – as “meta-



narrativas” que David Harvey (2008) identifica em sua obra sobre a modernidade e seus desdobramentos -, poderíamos dizer como Engels tantas vezes disse em seus sucessivos prefácios de novas edições do *Manifesto do Partido Comunista* (MARX & ENGELS, 2008), à medida que presenciava os avanços históricos das melhorias trabalhistas que Marx morreu sem ver: “Marx devia ter visto isso!”. Sim, devia porque a religião não foi suplantada - pelo menos não no sentido de ser abandonada definitivamente - e não parece mais ser o seu abandono a *conditio sine qua non* o ser humano consiga desenvolver técnica e intelectualmente.

UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DAS DROGAS:

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) destaca que o predomínio dos discursos médico/psicológico e político no que concerne às drogas ocorre por conta de uma “lacuna importante” deixada pelas Ciências Sociais, silenciadas quanto ao tema (LABATE, FIORE & GOULART, 2008, p. 25-26). Por isso, entendo que há espaço para contribuições antropológicas aqui, a partir de uma leitura da relação drogas-religião vivenciada no cotidiano dos alunos na Casa do Oleiro.

Os autores do NEIP foram esclarecedores na construção deste texto. Toda a produção teórica do NEIP no livro *Drogas e cultura: novas perspectivas* (2008) aponta para um repensar as drogas, não mais no viés proibicionista, naturalizado por uma formação religiosa e moral, mas revendo a história destas proibições – já que nem sempre a fronteira entre drogas e alimentos, ou mesmo entre drogas lícitas e ilícitas foi exatamente o que é e como está hoje, feita de-cima-para-baixo, e correspondente às pressões internacionais. Fala também da necessidade de considerar o uso de alucinógenos em contextos religiosos normalmente procedentes de tradições indígenas.

Sobre o termo “droga”, concordo que é um termo “carregado e ambíguo” (LABATE, FIORE & GOULART, 2008, p. 24), que expressa juízo valor sendo imediatamente associada a uma negatividade total “como perigo para a saúde pessoal e coletiva e por sua associação imediata com a criminalidade e a violência urbana [...] encarnação do mal” (SIMÕES, 2008, p.14) e está condicionado ao discurso político na delimitação de suas fronteiras de consumo, entre o lícito e o ilícito, gerando políticas criminalizadoras e proibicionistas para legitimar as



desastrosas “guerra às drogas” que mais parecem evidenciar moralismo e racismo (RODRIGUES, 2008), punindo, mormente, usuários e (com menor frequência) traficantes que a outros “crimes” (KARAM, 2008).

Diante disso, assim como eles, prefiro o termo *substâncias psicoativas*, mas não tive como evitar o termo *drogas*, especialmente nas falas dos atores porque só assim podia conservar o sentido que empregam em seu contexto de recuperação, neste caso, enquanto alunos da clínica e ex-usuários, lidam com o termo, não na sua abrangência (como em caso de drogas médicas, recreativas ou religiosas), mas o empregam em sentido negativo, referindo-se especificamente ao álcool, maconha, cocaína e crack e, normalmente, usando-o no singular: *a droga*.

Há também uma semelhança conceitual entre a “demonização” do mal, mais característico do discurso protestante neopentecostal (PINEZI, 2015) como forma de exteriorizar todo mal e assim vencê-lo via exorcização, e a associação das drogas ao Diabo nos discursos dos entrevistados. Ali, a droga, e ainda mais temido que ela, o vício, são sim pensados no viés do diabólico, servindo a droga como uma poderosa arma de destruição ou como um veículo para interiorização do mal. Assim, vencer a dependência da droga é vencer ao próprio Diabo.

O Diabo não é a droga, mas se “incorpora” nela. Esse pensamento evidenciou-se inicialmente numa dramatização promovida pelos alunos da Casa do Oleiro, na qual, enquanto o protagonista orava ajoelhado, um personagem representando “a droga” o rodeava, falando-lhe aos ouvidos, todo caracterizado como o próprio Satanás. E, de modo mais claro, reapareceu nas palavras de Amauri, 61 anos, aluno-auxiliar, que disse: “Eu acho que quando você ingere, sabe quando você cheira aquele pó [...] ou fuma aquela pedrinha lá... acho que o próprio Diabo incorpora naquela pedra ali, rapaz, e você ingere tudo pra dentro de você”.

Isso remete a um rápido paralelo com Lévi-Strauss (2012) quando os espíritos protetores (os *Nuchu*) e o xamã (o *Nele*) simbolicamente adentram a jovem Cuna até chegar ao útero onde *Muu* (a potência responsável pela formação do feto) provocava a complicação do parto, e assim, eficazmente resolvem o entrave e o parto ocorre. Todavia, um diferencial aqui é que a entrada xamânica se deu apenas por uma “manipulação psicológica” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 273), sem contato ou medicação alguma, ao passo que a entrada de Satanás se dá por via do consumo da droga, que funciona como seu veículo material para a invasão.



Assim, na Casa do Oleiro, percebe-se essa associação das drogas a um mal exterior, envolvente e dominante e, para superá-lo, além da vontade e da esperança, centra-se na leitura diária da Bíblia, tempo de oração, canções inspirativas com letras triunfalistas, testemunhos de ex-alunos que estão atualmente “limpos”, “laborterapia”⁶⁴, “espelhoterapia”⁶⁵, manutenção de um ambiente familiar entre os alunos, e uma inegociável abstinência de toda substância química. Eis o seu “tratamento”.

A CASA DO OLEIRO

Casa do Oleiro é o nome popular da clínica situada em Biritiba Mirim/SP. É gerida pela Associação CAIC - Centro de Assistência Integral à Comunidade. O local é uma propriedade doada para este fim à Primeira Igreja Batista em Guaianases/SP em 1995 por um pastor coreano, o Sr. Seug Yeol An.

Segundo Claudinete Carvalho, presidente da Associação CAIC, sua organização abrange três instâncias atuais, que são: (1) a *Madrugada com Carinho* – programa de visita semanal, evangelização e distribuição de sopa às pessoas em situação de rua no entorno da igreja; (2) a *Casa do Oleiro* - a clínica em si, destinada à internação daqueles que decidirem buscar ajuda; e (3) o *Grupo de Apoio Primeiros Passos* - que reúne-se às sextas-feiras nas dependências da igreja e tem como finalidade acompanhar as famílias dos alunos, acompanhar a reintegração dos ex-alunos, e é também quem faz a triagem e os preparativos para a internação de novos alunos.

Como clínica, a Casa do Oleiro disponibiliza até doze vagas por ciclo, sendo algumas destas, “vagas sociais” – ou seja, totalmente gratuitas. Todo aluno passa antes pela triagem do Grupo de Apoio Primeiros Passos e, então, ingressa após obter a documentação médica que comprova a dependência e assinar o *Contrato de Responsabilidade para Internação*⁶⁶ que prevê

⁶⁴ *Laborterapia* refere-se ao tempo de trabalho como terapia em atividades de limpeza e manutenção da Casa do Oleiro ou outras atividades como a agricultura para consumo interno.

⁶⁵ *Espelhoterapia* é um termo de Ferrarini (2008) para expressar o confronto do adicto com sua condição. Luis Henrique, obreiro da Casa do Oleiro, destaca-o como “mostrar o que a pessoa é” e “a pessoa exposta” diante de si mesma, em seu estado de dependência.

⁶⁶ O Contrato de Responsabilidade para Internação é um documento que fixa as condições mínimas para a permanência na clínica. Ressaltam-se o prazo, o comportamento ético e as práticas que implicariam no desligamento do aluno, como fuga, consumo de álcool, brigas, etc.



as condições para a internação e o comportamento na clínica. O tratamento é de seis a oito meses, prorrogáveis, se de comum acordo julgarem necessários a Clínica e o aluno ou seu responsável.

Uma condição inegociável é que o candidato verbalize consciente e espontaneamente o desejo de se recuperar ali. Como dizem os obreiros, “a casa não tem muros”, só fica quem realmente quer. Portanto, ninguém é aceito ali contra sua vontade, nem há resistência à decisão de qualquer aluno de interromper o tratamento a qualquer momento. “Vontade”, associada à noção cristã do “livre arbítrio” pelo psicólogo Edson Ferrarini (FERRARINI, 2001, p. 11), é pré-requisito para a Casa do Oleiro.

Há a consciência da necessidade de acompanhamento psicológico e, por isso a Casa do Oleiro conta com a orientação de um psicólogo voluntário. Paralelamente, a clínica conta com um diretor administrativo, Luis Henrique, teólogo; dois obreiros: Osmar dos Santos e Pr. Carlito Freire; e dois alunos que auxiliam a liderança, Amauri, 61 anos, teólogo, farmacêutico, conhecido como “pastor Amauri” e Warner, 23 anos, ambos finalistas do tratamento. Além desta equipe há um suporte da própria direção estatutária e de outros voluntários que vão à clínica em dias de culto (pastores, seminaristas e igrejas).

Na fase de coleta das histórias de vida havia onze alunos na Casa. Eram de diferentes perfis, mas predominantemente eram negros/pardos, entre 20-45 anos e de renda popular. Alguns tinham passagem pela prisão por delitos relacionados às drogas.

UM LOCAL DE “ESPERANÇA”

O nome da clínica em questão é sugestivo: *Casa do Oleiro*. É inspirado na metáfora bíblica de Jeremias capítulo 18 quando Deus, à semelhança de um oleiro que remodela o barro em suas mãos, se propõe a reconstruir a vida e a fé do povo judeu. Fala, *grosso modo*, de uma esperança de restauração, uma reelaboração da vida.

Pinezi (2004) aborda antropologicamente a noção de esperança como algo que “parece ser um dos universais” e que onipresentemente “permeia várias dimensões da vida humana, no plano individual e coletivo, e que se espelha para espaços privados e públicos em que se travam as relações sociais” (PINEZI, 2004, p.1). Mas, se num primeiro momento, a esperança é tão



multidirecionada nestas “várias dimensões” (para não ser exclusividade da religião), é na religião que se torna imprescindível, como “um elemento fundamental da dimensão religiosa”. Assim, a religião (ou religiões), que tem na esperança seu alicerce, passa a reelaborá-la para justificar e apontar sua lógica própria de visão do futuro. Agora é a própria religião que como um “sistema cultural” (GEERTZ, 2008) passa a ser, de algum modo, “a fonte da esperança”.

É quando aborda a esperança contrapondo dois segmentos protestantes - o histórico (no caso, a igreja presbiteriana) e o neopentecostal (a IURD e a IIGD), que Pinezi (2004) percebe os modos como estes grupos diferentemente “constroem a esperança neste mundo e ordenam as noções temporais e especiais de presente e futuro”. De tão diferentes, posto que enquanto os protestantes históricos lidam com a esperança no futuro pós-morte, no céu, e os neopentecostais, tendo reelaborado “a noção de céu” (PINEZI, 2004, p.56), o antecipam para já vivenciá-lo aqui mesmo, na terra, com toda ausência de mal e culpa (Teologia da Prosperidade), Pinezi fala de “esperanças, no plural” (PINEZI, 2004, p.6). Com isso, destaco o valor da construção religiosa da esperança como visão de futuro, mas não apenas o futuro celestial.

Engels (2011) havia feito algo assim quando comparou a origem do cristianismo (o cristianismo dito “primitivo”, ou dos três primeiros séculos), enquanto “movimento dos oprimidos”, com a origem do “movimento operário”, o socialismo. O autor viu muitas semelhanças, sendo que ambos pregaram “a libertação próxima da servidão e da miséria”, mas também percebeu uma diferença de apontamento, pois o cristianismo projetava a libertação desejada “para o além, numa vida depois da morte, no céu”, enquanto o socialismo a projetava já para este mundo, “numa transformação da sociedade”.

Em se tratando da Casa do Oleiro, as entrevistas apontaram que a esperança era tanto para o céu como também para a imediata intervenção do rumo da vida neste mundo, algo urgente, inadiável, seja isso semelhante aos pensamentos neopentecostal ou socialista, ou apenas cristão, se entendermos que o cristianismo também contempla melhoria de vida neste plano. Estes alunos estão dispendo-se a superar exatamente aquilo que lhes priva da realidade social, seja isso entendido como ação demoníaca ou como reflexo social de suas condições de vida. E o mecanismo para isso, por paradoxal que seja, é exatamente a religião.

Passo agora a análise das entrevistas feitas em Julho e Agosto deste ano.



CONCEPÇÕES DE DROGA, DEPENDÊNCIA E CURA

Para Amauri, 61 anos, aluno-auxiliar, existe um “problema psiquiátrico” sim, uma *doença* – aliás, é nesta perspectiva que também lidam *Os Doze Passos de AA* (1946) e Ferrarini (2001), duas leituras comuns na Casa do Oleiro -, mas a partir do momento em que o aluno começa o tratamento na Casa do Oleiro passa a entender que há mais que isso em jogo, que há uma “ação do inimigo através das drogas”, “descobre que por trás disso existe uma certa malignidade”, ou seja, também é diabólico. Foi de Amauri a fala acima de que o Diabo se interiorizaria por via do consumo de psicoativos.

Mas a droga é também *pecado*: “A droga não é ruim, ruim é a consequência. Desde quando o pecado é ruim? O pecado não é ruim, *ruim* é as consequências do pecado”, diz Amauri. Daí a necessidade de algo mais do que medicina para a cura. Porém, neste diagnóstico o pecado tem mais peso, é mais urgente, ou seja, prevalece e prioriza-se o espiritual. Sua compreensão é de que a cura aconteceria em qualquer lugar, mas a Casa do Oleiro, além de tudo, é lugar de “ouvir Deus falar”. A fala de Amauri de que tudo na vida é “permissão de Deus” chega a sugerir uma ação absolutamente soberana e arquitetada de Deus ao ponto de até “permitir” a dependência como forma extrema de atrair as pessoas a ele. “A droga é só uma consequência”, não é o problema central em si. O problema é o pecado, acentuado pela ação diabólica para o mal do homem. A cura principal na Casa do Oleiro é, portanto, a espiritual.

Quanto à dependência, a figura de Ferrarini (2001, p.151) é lembrada, a metáfora de “um leão adormecido” dentro do dependente que, mesmo “limpo” ainda terá que evitar despertar por toda vida. Varella (2011) diz que a dura abstinência inicial num tratamento até que é simples, perto do “martírio” que é permanecer abstinente pelo resto da vida.

Luis Henrique, 47 anos, diretor administrativo da Casa do Oleiro, é um dos ex-alunos exemplares quanto à superação da dependência. Sua trajetória na dependência química começou aos 13 anos de idade (cigarro, álcool, maconha e cocaína, sucessivamente) e permaneceu por 14 anos, conduzindo-o, inclusive, a uma *overdose* da qual entende que escapou por um milagre e que foi o marco para sua decisão de buscar livrar-se das drogas. Atualmente, há 20 anos “limpo” das drogas, considera-se livre, mas confessa abertamente ter “medo de cair”, para o que toma medidas como a evitação de ambientes de bebidas. Para Luis, leitor de Edson Ferrarini, um



adicto, ainda que recuperado como ele, “é uma pessoa problemática” porque está sempre em tratamento.

Luis Henrique Fala de uma “memória química”, fundamentado em leituras como VARELLA (2011), que apontam que a mente registra o prazer extremo, e passa a buscá-lo daí em diante. Com isso, Luis Henrique acredita que não há como apenas iniciar-se em drogas sem evoluir para a adição, nem tão pouco haverá uma cura cabal porque inconscientemente o adicto nunca se livrará dessa pulsão.

A “droga”, para Luis Henrique em sua prédica na Casa do Oleiro, é um “monstro químico” que “viola seus direitos, aquilo que você é, viola o que é Deus, viola a essência nossa” e aliena as pessoas da realidade a sua volta, daí uma “mentira”. É também um mecanismo satânico para a destruição: “Não vou dizer que é uma ferramenta, mas é uma arma poderosa, *né*, que ele tem poderosa nas mãos, porque realmente é de *grande poder e destruição*” e insiste: “Com certeza, é uma manifestação de Satanás, eu tenho certeza. Não que ela é o demônio em si, mas que ela é o elemento *pra* destruição, ou seja, como se fosse a essência *pra* fazer o mal”. Por sua vez, o vício é “uma transgressão”, que implica ser um pecado. Esta concepção da droga como pecado é essencial para a inserção da religião como mecanismo de recuperação. A adição, nestes termos, resulta da culpa pela desobediência ao Pai (FREUD, 2012; LIMA, 2006), Deus, e que o insere em sua lógica que apontará para a conversão e a conseqüente devoção comportamental. Luis Henrique continua e diz: “Não é que nós temos a solução, não é isso. Nós sabemos que a solução para o problema é Deus, é Cristo”.

É que a religião é, para os alunos, a única forma de “manter-se de pé”, usando aqui a expressão de um ex-aluno, João Paulo, 43 anos, que diz: “Se eu me afastar dos caminhos do Senhor, eu tenho certeza que eu volto para as drogas e inferno”. O mesmo se repete em Diego, 33 anos, envolvido com drogas desde os 16 anos, prisão por roubo, duas vezes sobreviveu a *overdose* sendo que afirma ter ficado consciente e ter sentido “a alma pegando fogo”, em alusão ao inferno que teme e que por isso não quer mais recair e perder sua salvação.

Medo é a palavra aqui, e Halbwachs (2004) sugere a sua origem a partir noção de *memória coletiva* que parte da ideia de que “nunca estamos sós (p.40)” por que trazemos conosco as lembranças de contos e narrativas de experiências compartilhadas socialmente. Um exemplo é a experiência vivida por Rousseau ao entrar na capela numa noite muito escura para buscar uma bíblia deixada ali por alguém. Ao entrar, narrou Rousseau, que “ouviu” sons



assustadores e ficou atordoado entre os bancos da capela, em profunda confusão (HALBWACHS, 2004, p. 42, 43). Halbwachs, então, argumenta que não havia ali inimigos reais, mas “inimigos imaginários”, povoados segunda lembranças construídas desde a infância. Seria uma memória de acontecimentos “vividos por tabela”, como aponta Pollak (1992, p. 2), uma memória “herdada”. Assim, a experiência do aluno Diego – e dos demais que também temem o inferno como o fim das drogas – seria o reviver essa memória coletiva cristã (ou dantesca) que compartilhamos socialmente acerca do Diabo e seu inferno de fogo.

Mas, além de assustar, há também outra função no medo, pois dizem que “o medo é bom!” (João Paulo e Luis Henrique). José Antonio, 26 anos, fala de medo de Satanás e diz: “eu tenho medo, cara, que o cara é destrutivo mesmo, você vê na televisão, só desgraça”; mas também diz que tem medo de Deus: “Você fica ali temente, *né*, a Deus. Você fica com medo de... que nem a gente, que tá seguindo ao cristianismo... você fica com medo... ó, faz três meses que eu não falo um palavrão aqui”. Assim, evidencia-se uma positividade do medo, que como o recurso, os mantém longe de recaídas e do inferno. Ora, Ronaldo, 29 anos, julga o medo até mesmo como o sinal de que, de fato, o aluno está habilitado a sair do tratamento e reencarnar o mundo lá fora, sem a ilusão de uma suposta força própria. Perguntado se está pronto para sair já que está completando seu quinto mês, ele disse que sim e o sinal é que “eu ter a certeza que eu não posso sair, por isso eu acredito que eu esteja pronto”.

Isso tudo tange dois pontos: o primeiro é se de fato há cura no tratamento, e o segundo, não muito diferente, mas dito de outra forma, é saber se não se está apenas trocando uma dependência de uma droga por outra, “o ópio do povo”, a religião. Aliás, estas eram as questões da pesquisa.

Retornemos às falas dos alunos, ex-alunos e obreiros para identificar respostas. Que há cura, Claudinete Carvalho não duvida: “Só Deus tem o poder de curar e, se, de verdade, a pessoa quer a cura Deus vai curar”. O exemplo maior que dá é o de Jackson, seu próprio marido, um ex-usuário de drogas por 20 anos, inclusive de crack, agora “limpo” há 17 anos. Mesmo assim, ela reafirma a necessária eterna tensão de cair:

Na verdade o tratamento nunca acaba, nunca acaba, mas aí: Poxa! Mas Deus não cura? Deus Cura. Mas o tratamento nunca acaba porque o dependente químico tem que ter a certeza de que todos os dias é um dia. Hoje ele está



bem, porque tanto para o dependente químico como pra nós que nunca usamos drogas, nós não sabemos o nosso dia de amanhã, né (Claudinete).

João Paulo, 43 anos, já citado acima, “se mantém” via religião e diz que “O meu tratamento, que isso vai para o resto da vida, é *se* manter na igreja, *se* manter na igreja se envolvendo na obra do Senhor, como eu me envolvi na Casa do Oleiro”. E Antonio Elson, 41 anos, ex-aluno, recuperado do crack, fala de não “atijar a ansiedade”, sinônimo de “não tentar a Deus” expondo-se em situações de risco, em lugares e com pessoas que remeterão ao passado de consumo de psicoativos.

Portanto, a cura é apenas iniciada na Casa do Oleiro. É o resultado do tratamento que envolve o reelaborar-se, mas especialmente, do reencontrar-se com Deus. A religião passa a ser a parceira que impedirá a recaída, que manterá o aluno no rumo certo, longe das drogas, e o preço: a dependência de Deus. Isso mesmo. Perguntado se isso não seria apenas trocar uma dependência por outra, Ronaldo, 29 anos, responde sem pestanejar: “Não, não, a droga é diferente da dependência de Deus. Completamente diferente. Droga... ela te destrói, Deus, ele constrói”. João Paulo respondeu: “Ah, eu prefiro depender de Cristo”.

Assim sendo, respondem positivamente a segunda pergunta, realmente troca-se uma dependência por outra, mas esta “dependência” de Deus não é tida por maléfica, opressora, destruidora, e sim como um suporte para permanecer “limpo”. Livre, embora dependente de Deus.

A maioria dos alunos também consumia álcool. Claudinete nos disse que há uma grande incidência de casos de dependência de várias substâncias psicoativas entre homens de 18 a 30 anos, mas entre os de acima de 40, predomina o alcoolismo. Um destes casos é Cristiano, 41 anos, que diz: “Eu costumo falar que o álcool é a pior droga que tem... porque o álcool é legalizado, em qualquer lugar você acha, qualquer lugar, qualquer horário você acha, e o poder destrutivo dele é muito grande”.

Assim, retornando à fronteira entre o lícito e o ilícito (KARAM, 2008) e de quem tem o poder de decidir isso (RODRIGUES, 2008), o álcool é emblemático por ser legal, acessível, produto mercantil tido até mesmo como alimento - pensando no vinho como cultural - e socializador, segundo Guarinello (2008). Se é o Estado quem pretende legislar quem é quem nas drogas, a religião – me refiro ao protestantismo - também o regula. Mesmo o vinho



representando o sangue de Jesus na Ceia, e também a alegria, como relembra Simões (2008), é intrinsecamente um grande risco a qualquer um - basta lembrar o mito em que até mesmo Noé, o justo patriarca, após o dilúvio plantou uma vinha e acabou por embriagar-se com o seu produto. É aí que a religião se mostra como poderosa reelaboradora de códigos e éticas até mesmo supralegais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como não chegar a este ponto questionando se consegui sintetizar tantas informações sem perder a vivacidade das entrevistas e das histórias ouvidas, dos discursos e das lembranças dos momentos vividos ali na Casa do Oleiro? Muito provavelmente retornarei a este tema para ampliar a análise, e também para problematizar outros temas aos quais esta pesquisa me pôs em contato. Um destes é a identidade no contexto de drogas, pois Antonio Elson, 41 anos, disse que de tanto ser chamado de *nóia* durante os 10 anos de consumo do crack, nem lembrava mais de que tinha um nome.

Quanto às observações acerca da Casa do Oleiro, a reelaboração dos sentidos de salvação, cura, Deus e Diabo, todos vistos e associados ao elemento droga, explicando causas, origens e caminhos, mostrou-se em si mesmo um profícuo campo de pesquisa. Em alguns momentos foi mais fecundo pensar que a Casa do Oleiro, antes de ser uma clínica de recuperação de dependentes químicos, era um internato teológico, ainda que voltada a este público. Isto porque as drogas, a dependência e suas consequências são vistas apenas como o resultado de um antigo mal. Origem mesmo é a desordem na relação religiosa do homem com Deus, ora conturbada, mas desafiada a se reordenar. Mas, se por um lado o foco está na salvação da alma, nem por isso o corpo (e então, a mente) fica desprivilegiado no discurso religioso. É que além de ser “limpo”, é necessário que incessantemente mantenha-se assim.

Se isso é ou pode ser alienação, o “ópio do povo” - a religião como tal -, continua intoxicando a humanidade. Os alunos da Casa do Oleiro a veem como outra dependência, não mais de substâncias psicoativas, mas “dependência de Deus”. No entanto, plenamente consciente disso, João Paulo, um ex-aluno, “limpo” há cinco anos diz: “E isso vai me mantendo em pé”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, José D'Assunção. **O conceito de alienação no jovem Marx**. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, v.23, nº 1, Junho de 2011, p.223-245.

BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada (ARA). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 1993.

CHICO Lang faz desabafo ao vivo sobre filho viciado em drogas no “Mesa Redonda” – TV Gazeta. Programa exibido em 12 de Janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YTMryhmoBPQ>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ENGELS, Friedrich. Contribuição para a história do Cristianismo Primitivo. 1895. In: ENGELS, Friedrich; LUXEMBURGO, Rosa. **Cristianismo Primitivo**. São João del-Rei: Estudos Vermelhos, 2011.

FERRARINI, Edson. **Como vencer, como prevenir**: orientação sobre drogas e alcoolismo. São Paulo: HR Gráfica & Editora, 2001.

_____. Espelhoterapia (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 09/04/2008, P.39). 2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5164832/pg-39-legislativo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-09-04-2008>. Acesso em: 24 ago. 2016.

FIORI, Mauricio. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 141-155.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. 1912-1913. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. Versão ePub.

GEERTZ, Clifford. A religião como sistema simbólico. In: _____. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13.reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.65-92.

GUARINELLO, Norberto Luiz. O vinho: uma droga mediterrânea. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p.189-197.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Vicente Pedroso (tradutor). Rio de Janeiro: CPAD, 1990.



KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 103-120.

LABATE, Beatriz Caiuby; FIORE, Maurício; GOULART, Lucia. Introdução. In: LABATE, Beatriz Caiuby Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 23-38.

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e religião. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. 2. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p.13-35.

LIMA, Edilene Coffaci de; LABATE, Beatriz Caiuby. A expansão urbana do Kampo (Phyllomedusa bicolor): notas etnográficas. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 315-344.

LIMA, Eloísa Helena de. A questão do pai em psicanálise: toxicomania e religião. In: CIRINO, Oscar; MEDEIROS, Regina (orgs). **Álcool e outras drogas**: escolhas, impasses e saídas possíveis. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 157-166.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 1843-1844. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=2420. Acesso em: 09 jul. 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 31.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Tradução de Pietro Nassetti. Coleção a obra-prima de cada autor. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

OS DOZE PASSOS de AA - Alcoólicos Anônimos. Bill W. 1946. Disponível em: <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/os-doze-passos>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

PAULO Freire: última entrevista, 2ª parte. 17 de abril de 1997. Vídeo enviado em 17 de maio de 2007. 08:45 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fBXFV4Jx6Y8> Acesso em: 22 ago. 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212 (em pdf: 1-15).

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 13-21.

VARELLA, Dráuzio. **A memória do prazer**. 2011. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/a-memoria-do-prazer/>. Acesso em: 24 ago. 2016.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby. Et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 41-64.



GT - 02 - Novos movimentos religiosos.

INTELECTUAIS CATÓLICOS E O INTEGRISMO NA REVISTA HORA PRESENTE (1968-1979)

Stela Niero – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

O presente trabalho pretende analisar o papel dos intelectuais católicos no período posterior ao Concílio Vaticano II. A pesquisa se constitui como um estudo de caso dos integristas ligados a revista “*Hora Presente*”, que passou a ser publicada no período de maior repressão vivido durante a ditadura militar brasileira. O objetivo principal é entender as relações estabelecidas pelos intelectuais católicos ligados ao pensamento integrista com os demais grupos católicos e o Estado brasileiro durante esse período de privação das liberdades e de repressão vivenciadas pela intelectualidade brasileira e mesmo por setores da própria Igreja Católica que foram apontados como subversivos. No Brasil a disputa entre essas duas correntes extrapolou seu caráter teológico e religioso e passou a ocorrer também no campo político. Diante desse argumento, a proposta desse trabalho é analisar como o discurso na revista “*Hora Presente*”, periódico de cunho integrista que apoiava os militares na política e que se contrapunha aos intelectuais de ideias progressistas e militantes da esquerda católica. O nosso objeto de estudo é constituído, portanto, pelos intelectuais católicos tidos como conservadores do período posterior ao Concílio Vaticano II, dentro dessa proposição o trabalho se insere na perspectiva da Sociologia da religião, em interface com a Sociologia dos intelectuais.

Palavras-chave: *Intelectuais, Igreja Católica, integrismo, secularização*

INTELECTUAIS CATÓLICOS E O INTEGRISMO NA REVISTA HORA PRESENTE (1968-1979)

Stela Niero – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

INTRODUÇÃO

Com o processo de secularização a Igreja Católica enfrentou uma crise de representação em seu interior, devido a perda da centralidade de seu poder perante as



mentalidades, essa crise gerou uma divergência de posicionamentos dentro da própria instituição em relação a qual caminho seguir para enfrentar esse conflito religioso que ganha maiores proporções com o Concílio Vaticano II (1961-1965), o qual leva a Igreja a enfrentar um acirramento no antagonismo protagonizado por católicos conservadores e progressistas.

No Brasil no mesmo período, o país enfrentava uma ditadura militar (1964-1985) que levou a um momento crítico nas relações entre Estado e Igreja Católica onde houve ameaça do rompimento entre a boa relação mantida pelas duas instituições, devido às ações da esquerda católica que se contrapunham aos interesses do governo batendo de frente com a política antissubversiva adotada por este. Por outro lado, setores mais conservadores do catolicismo brasileiro, ligados a corrente integrista apoiavam o posicionamento do governo, e buscaram diante desse conflito a oportunidade de acirrar o seu combate à esquerda católica a quem acusavam de estar destruindo o verdadeiro propósito da “Fé Cristã”, por manterem aproximação das ideologias socialistas/marxistas.

Essa luta se constituiu de diversas formas, e foi protagonizado por diversos grupos conservadores, como um de seus representantes dessa época, surge o grupo de intelectuais da “*Hora Presente*” que passou a difundir seus ideais e posicionamento através da publicação de suas revistas de mesmo nome. Esses intelectuais eram em grande parte, ligados a magistratura brasileira, o que refletiu efetivamente na forma da estruturação da revista, que buscava sempre relacionar as questões teológicas e filosóficas com a condição jurídica do período que estava inserida.

É a partir desse conflito entre os intelectuais que buscavam um catolicismo integral e defensores de uma doutrina que zelava pela teologia mais conservadora próxima a perspectiva medievalista, que apresentavam um posicionamento político antimodernista e apoiaram a ditadura, em oposição às correntes católicas progressistas como a teologia da Libertação que apoiavam uma teologia progressista, engajada na luta pela justiça social, cujos membros lutaram ativamente contra a opressão do regime militar, que se constitui a problemática dessa pesquisa, a qual busca entender



como a produção intelectual da revista “*Hora Presente*” articulou-se perante esses conflitos e contribuiu para a propagação da mentalidade integrista.

Para tanto o objeto de estudo consiste em compreender e analisar de que forma o grupo integrista que compunham a revista “*Hora Presente*” se relacionavam ao governo militar brasileiro (1964-1985), bem como as influências intelectuais recorrentes na revista, que permitiram essa relação, através da análise dos artigos da revista. Nosso questionamento em relação ao objeto parte da dualidade existente nas formas de pensar dentro de uma mesma instituição, no caso a Igreja Católica. Nesse sentido é preciso ter em vista que essa forma dual de pensamento e posicionamento em relação ao Estado, adotado por alguns seguimentos católicos no Brasil começou a se moldar ainda no período do Estado Novo, no entanto, foi no período militar que os conflitos entre as duas formas de teologia se tornaram mais evidentes.

O quadro teórico que se pretende aplicar na realização da pesquisa, se insere na discussão acerca do processo de secularização, resgatando alguns aspectos históricos de processo para entender as raízes das relações de conflito aqui abordadas, bem como abrangendo, por meio da revista, a produção intelectual desenvolvida pelos grupos de católicos integristas. Portanto, o trabalho se insere na perspectiva da Sociologia da religião, em interface com a Sociologia dos intelectuais, propondo, como mencionado, uma análise do posicionamento dos intelectuais católicos, tanto leigos quanto regulares, no período pós conciliar, observando como fonte privilegiada as publicações da revista “*Hora Presente*”.

A pesquisa é fundamentalmente qualitativa, e se divide em três momentos, partindo primeiramente de uma análise histórica do surgimento da corrente católica integrista, onde se faz necessário uma conceituação sobre o integrismo, mas sem deixar de considerar sua mentalidade e seus modos de aparecimento.

Num segundo momento é apresentado pressupostos da análise documental, onde é tomada a produção intelectual integrista a partir do periódico “*Hora Presente*”, e num terceiro momento buscar-se-á analisar a produção de intelectuais católicos conservadores na contemporaneidade, por concordarmos que “*O estudo do presente tem pelo menos como resultado obrigar a objetivar e a controlar as pré-noções que o*



pesquisador projeta sempre sobre o passado” (BOURDIEU. Pierre, 2000, p.34). Diante disso buscaremos apontar algumas discontinuidades e permanências em relação os conflitos abordados anteriormente evidenciando os acontecimentos mais contemporâneos que o catolicismo vem protagonizando.

O INTEGRISMO

O integrismo corresponde à teologia de caráter mais conservador e ortodoxo que entendeu o Concílio Vaticano II como uma oposição aos seus ideais. Com o surgimento de um catolicismo que almejava uma modernização que buscasse um equilíbrio entre a fé e as contribuições da intelectualidade, fez emergir em contrapartida um catolicismo comprometido em salvaguardar as tradições, que se pretendia integral, e único capaz de regenerar a sociedade. O conceito de integrismo não pode ser entendido, no entanto, como algo homogêneo e imutável em seu percurso, ele deve estar devidamente colocado dentro de cada momento histórico ao qual é empregado.

Diante desta proposição nos indagamos quais são as mentalidades e teológicas abordadas e defendidas pelos intelectuais integristas? Qual é a origem de sua trajetória? Como essa forma de perceber o catolicismo se organizou no ambiente nacional no período pós Concílio Vaticano II?

O integrismo é uma tendência teológica nascida no interior da hierarquia romana para resguardar-se do modernismo, por acreditar ser esse inimigo, o mal ao qual devem combater, essa forma de pensar se opõe também a outras religiões e não aceita os costumes e a moral a não ser aqueles concernentes ao catolicismo integral. Embora seja uma tendência teológica, muitas vezes transborda o campo religioso e alcança o campo político onde buscam preservar a relação e a aproximação entre Estado/Igreja, tendo sido recorrentemente na história simpático à governos antidemocrático e apresentando-se como opositor ao socialismo e suas tentações laicizantes.

Para Manuel Antunes, seja como mentalidade, teologia, programa eclesiástico de grupos católicos ou figura histórica opositora do modernismo, o integrismo é caracterizado por tendências que não podem ser entendidas como algo estagnado, mas



como fenômenos recorrentes manifesto em variados momentos históricos. Sendo assim, essa forma de pensar o catolicismo não vai se restringir à hierarquia da Igreja Católica essa forma de pensamento vai passar também a ser difundida, interiorizada e defendida pelo laicato, do qual vai originar uma gama de intelectuais cuja ressonância vai ser significativa no campo social.

Muitos autores acreditam que o surgimento dessa mentalidade nasce em reação a modernidade e seus pressupostos, de acordo com Daniele Menozzi o processo de secularização teria sido o responsável por essa separação de posições que os católicos vão adotar em relação à modernização da sociedade. Com a propagação das ideias iluministas e os resultados da revolução de 1789, a Igreja Católica vai passar por um momento novo e de crise de sua fé. O grande desafio é como enfrentar o advento da modernização e quais os caminhos a seguir para dar continuidade à missão evangelizadora católica.

A raiz histórica dessa forma de pensar o mundo é segundo Pierucci (1992) o catolicismo intransigente, do qual o integrismo derivou. O Catolicismo Intransigente, ou intransigentismo como foi denominado posteriormente, consiste em uma corrente católica que surgiu no século XIX, estruturada pela rejeição clara e decisiva da modernidade, por atribuírem a modernidade a responsabilidade pela ruptura da estrutura tradicional do "Cristianismo" que levou a sua descentralização e perda do domínio das mentalidades.

Pierucci (1992) destaca que esse movimento coincidiu com o ultracismo ocorrido na França, assim como foi demonstrado pelo trabalho de Rémond (1982), os ultras são considerados pela literatura especializada como a primeira extrema direita a surgir na história, a qual surge em defesa do Antigo Regime. Para o autor é importante compreendermos a aproximação entre esses dois movimentos, pois o fato nos informa que o intransigentismo e posteriormente o integrismo que dele deriva, é desde seu surgimento até os dias atuais a extrema direita católica.

Diante dessa conjuntura se organizaram dentro da Igreja formas díspares de se posicionar perante aos acontecimentos, onde alguns se apresentam mais favoráveis à



modernização, buscando conciliar sua posição teológica com as novas ideias e outros que recusam as ideias modernizadoras contrárias aos seus princípios conservadores. Como observamos acima, o integrismo vai ter origem nesse segundo grupo cujo posicionamento se faz contrário ao processo de modernização.

Os integristas podem ser caracterizados por dois princípios fundamentais, primeiramente, a convicção da existência do órgão supremo do papado como única forma de garantir a estabilidade do Estado e da sociedade. Em segundo lugar a oposição aos “*philosophes*” que colocam a razão acima da fé, sendo os responsáveis pelo ateísmo, princípio absolutamente condenado pelos integristas, pois para eles não pode haver sociedade sem religião e somente o poder hierárquico piramidal poderia colocar ordem em uma sociedade civil subvertida pelo iluminismo.

Nesse sentido, vai ser o poder do papado que dará os direcionamentos a essas divergências entre os diversos grupos ligados ao catolicismo, sejam esses componentes da hierarquia sacerdotal ou pertencentes ao laicato que se estendem até a atualidade. No entanto o entendimento dos líderes religiosos do catolicismo que sucederam a esses acontecimentos não foram homogêneos, hora se apresentando mais moderada a modernidade, hora mais favorável ao tradicionalismo, abrindo dessa forma uma intensa discussão e embate pelo campo simbólico normativo católico que perdura até os nossos dias.

A REVISTA “HORA PRESENTE”

Em 1968 período conturbado na política do país, em que a oposição ao regime militar ganhava forças, vai surgir um novo grupo de caráter integrista denominado “*Hora Presente*”, de acordo com Antoine (1980) esse grupo embora se refira aos valores da sociedade cristã é menos “católico” do que outros grupos integristas inseridos no mesmo contexto. Menos “Católico” por não estarem somente preocupado com questões especificamente religiosas em suas publicações.



Segundo Charles Antoine (1980) a revista “*Hora Presente*” apresenta uma característica bastante “política”, vinculando em seus volumes a análises acerca dos vícios do sistema democrático brasileiro e sobre a significação do regime militar. Esses posicionamentos vão se aproximar muito da própria visão do governo, ganhando algum determinado sucesso no recorte temporal adotado.

Em 22 de agosto de 1968 a revista integrista “*Hora Presente*” passa oficialmente a ser publicada bimensalmente, nesse momento o Brasil passava por um momento de contestação popular do regime político, como a Passeata dos Cem Mil⁶⁷, e um acirramento da repressão do governo que meses depois instituiu o Ato Institucional nº5 que restringia os direitos de liberdade. Segundo Antoine (1980) a “*Hora Presente*” apresenta-se antimodernista, sendo definido por Galvão de Souza como uma “contrarrevolução cristã” metodicamente organizada fazendo críticas ao progressismo em vários de seus artigos.

A revista em questão tem forte caráter político, e teve certa proximidade aos interesses do governo, principalmente das do Ministério da Justiça, observando que a influência da magistratura é latente, devido a significativa parte de seus intelectuais serem advogados e professores de faculdade de direito.

De acordo com a pesquisa de Charles Antoine (1980) e dados colhidos nos próprios exemplares da revista, dentre seus diversos leitores, esta era assinada por 22 juízes, 16 advogados e 83 professores de faculdade a qual caracteriza sua repercussão em um determinado público cuja transferência intelectual certamente foi difundida. Embora a revista tenha um cunho político não estava ligada a nenhum partido político, grupo econômico local ou internacional e a nenhuma entidade de vida financeira autônoma, ou seja, ela funcionava com recursos próprios. Outra característica concernente a revista é sua formação majoritariamente leiga, o que não significa que sua divulgação não era significativa entre padres, bispos, pelo contrário seus leitores eram em maioria formados por eclesiásticos, embora houvesse repercussão no laicato em geral (*Hora Presente*, nº 5, 1970, p.4).

⁶⁷ Protesto realizado pelo movimento estudantil que aconteceu em 26 de junho de 1968, que levou a prisão de mais de 300 estudantes.



O presidente da revista era o Adib Casseb Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica São Paulo e ligado ao ministro da justiça Alfredo Buzaid que junto com ele pertencera ao Partido Integralista. José Pedro Galvão de Sousa era diretor de redação e sem dúvida um dos líderes intelectuais da revista, tendo vinculado numerosos artigos a ela.

Segundo Antoine (1980) José Pedro Galvão de Sousa teve grande repercussão nacional e internacionalmente devido ao seu trabalho ligado ao laicato católico e aos meios intelectuais, foi professor de Teoria do Estado da Faculdade Paulista de Direito, professor da cadeira de Pensamento Filosófico Moderno e contemporâneo na Faculdade de Jornalismo de Casper Libero, além de desenvolver grande atividade intelectual como colaborador de várias revistas nacionais e internacionais (Hora Presente, nº 2, 1968, p.208).

Os artigos da revista tinham três grandes eixos temáticos: o combate ao progressismo, a relação entre Estado e Igreja e a teologia integrista. No primeiro eixo estão presentes os ataques aos católicos ligados ao “catolicismo social” apoiados pela política antissubversiva do governo. No segundo eixo a preocupação com a relação entre Estado e Igreja era evidente. Vários artigos em apoio ao governo foram veiculados pela revista e comumente os autores deixavam claro o seu objetivo de formular ideias legitimadoras ao governo.

Desse modo, esse grupo buscava sempre defender uma sociedade cristã integral, se denominavam como nacionalistas, mas o nacionalismo que defendiam se aproximava do conceito de nacionalismo integral de Charles Mourras. O terceiro eixo é caracterizado pela defesa de uma sociedade cristã integral, no qual os autores da Revista publicavam textos que visavam esclarecer de que forma uma sociedade comprometida com o catolicismo integral deveria caminhar, posicionamento esse que tem sua herança na produção deixada por Jackson de Figueiredo além de textos doutrinários confluentes com os valores tradicionais.

O apoio ao regime partia da percepção desses intelectuais de que a “Revolução de 64” apresentava em sua organização um déficit doutrinário político. Desta forma, a contribuição intelectual da revista estaria voltada a preencher essa lacuna



estabelecendo uma discussão sobre a reforma do Estado como ponto fundamental para sanar a crise política no Brasil, juntamente com os esclarecimentos de crise entre Estado e Igreja no Brasil.

Dentre os assuntos abordados pela revista, se destacavam ainda, a crítica ao Concílio Vaticano II, e a forma como este vinha sendo interpretado tal como ecumenismo pois acreditavam que a única religião verdadeira era o catolicismo em sua forma “integral”, criticavam também o novo missal que divergia do Rito Tridentino, classificavam como falsos católicos aqueles que segundo eles tinham aderido a ideologias mundanas como o socialismo e o liberalismo, acreditavam que a sociedade estava em caos devido ao seu afastamento da religião, a esse caos relacionam questões como as mudanças na sexualidade como o surgimento da “pílula”, a dissoluções dos matrimônios e o adultério, a permissão do divórcio pela sociedade civil, o uso de drogas como o LCD pelos jovens. Os integristas acreditavam que o único caminho para a solução dos “problemas” sociais seria um retorno a sociedade “verdadeiramente” cristã.

Junto à contribuição dos intelectuais estrangeiros, a revista paulista “*Hora Presente*” defendeu durante todo o tempo de sua publicação, a reforma política do Estado brasileiro, o apoio ao governo militar, a proximidade das relações entre Estado e Igreja negando a existência do conflito entre as duas instituições; o combate ao progressismo e a defesa do catolicismo integral regulador da verdadeira moral cristã. Essa revista juntamente com os demais grupos integristas de seu tempo, contribuíram para fortalecer a corrente integrista em sua luta simbólico e normativa e para que essa forma de pensar se difundisse na mentalidade de grupos católicos no Brasil que buscam “livrar” a fé cristã dos desvios trazidos pela modernidade.

RESSONÂNCIAS INTEGRISTAS NO CATOLICISMO CONTEMPORÂNEO

As relações religiosas da contemporaneidade apontam para um cenário cada vez mais submerso em situações de pluralismo religioso, nos últimos anos os cientistas sociais vem abordando o assunto de forma cada vez mais densa e aprofundada. Se por muitos anos a preocupação como o fenômeno religioso voltou-se para uma discussão



pautada no processo de secularização da sociedade ocidental, hoje os objetos acerca do fenômeno religioso ganham novos questionamentos. No entanto, isso não significa que devemos excluir o processo de secularização das conjunturas de análise dos cenários religiosos, mas entendê-la como uma variável possível, assim como o é o pluralismo religioso e os demais aspectos que motivam as relações do homem em torno do sagrado.

Ao dizermos que uma sociedade apresenta pluralismos religioso, entendemos que esta é uma sociedade que vive livre do monopólio religioso, onde os indivíduos podem manifestar suas crenças de forma livre e aberta.

A secularização e a laicização do Estado são fatores que em muitos casos contribuíram para contextos favoráveis ao surgimento do pluralismo religioso. Desta forma assim como assinalou Renato Ortiz:

O fim do monopólio religioso não coincide, portanto, com o declínio *tout court* da religião, sua quebra significa justamente pluralidade, diversidade religiosa, seja do ponto de vista individual, seja coletivo. (em termos lógicos não há pois necessidade de imaginarmos o “retorno” de algo que nunca expirou). A sociedade moderna, na sua estrutura, é multireligiosa. (ORTIZ, 2001, p.62)

No entanto, se por um lado a religiosidade no mundo contemporâneo apresenta diversos expoentes como bricolagem, trânsito religioso, campo religioso pluralista, privatização e individualização do sagrado, desinstitucionalização religiosa e a possibilidade da condição de indivíduos “sem religiões” que muitas vezes não representam indivíduos não religiosos. Por outro não significa a inexistência de situações de conflito nas relações vivenciadas dentro do fenômeno religioso de nosso tempo.

Hoje ao pensarmos em integrismos ou em posições religiosas reacionárias é comum o exercício de relacionarmos essas categorias as sociedades fora da lógica das sociedades ocidentais. Entretanto tais mentalidades não são condições superadas em nossa sociedade, ao menos podemos observá-lo no cenário do catolicismo o qual é o foco desta análise. Mesmo que os conflitos atuais não ganhem tanta notoriedade quanto nas décadas de 60 e 70 como observamos no caso estudado acima, não é incomum nos



depararmos como grupos católicos que se reivindicam integristas ou em que em suas práticas se posicionem em conformidade com convicções convergentes aos integrismos.

É importante observar o uso da palavra “integrismos”, no plural, pois embora esses grupos aos quais nos referimos apresentem similaridades, a cada um reserva-se uma parcela de particularidades. Em comum esses grupos compartilham o pressuposto da “verdade única” e “integral” onde o ecumenismo não encontra espaço, dando lugar algumas vezes a violências simbólicas com aqueles que não compartilham da mesma visão de mundo.

Dentro desses grupos no cenário atual, encontramos desde continuidades de grupos contemporâneos ao da *“Hora Presente”* como é o caso da FSSPX (Fraternidade Sacerdotal São Pio X) fundado no ano de 1970 por Dom Lefebvre e que hoje encontra-se sob a liderança de Dom Bernard Fellay, esse grupo embora ofereça obediência ao Papa, segundo suas próprias palavras *“nega e sempre se negou a seguir a Roma de tendência neomodernista e neoprotestante que se manifestou claramente no Concílio Vaticano II e, depois do Concílio, em todas as reformas que dele surgiram.”* (LEFEBVRE, 1974).

Tal grupo apresenta uma relação conflituosa com a própria Hierarquia Romana, a qual teve seus bispos excomungados em 1988 por João Paulo II, conseguindo a revogação da excomunhão em 2009 sob o Pontificado de Bento XVI, o que não significou uma reconciliação efetiva com a Igreja Romana, mesmo tem conseguindo a permissão do Papa Francisco para realizar os sacramentos da confissão e extrema unção em 2015, essa fraternidade não se encontra em plena comunhão com a Igreja, no entanto reúne um número significativo de leigos e religiosos que partilham da sua missão.

Outro representante dessa mentalidade também tradicionalista se encontra no grupo *“Permanência”* grupo de intelectuais católicos leigo fundado por Gustavo Corção no mesmo contexto do grupo *“Hora Presente”* o qual mantiveram relações estreitas no período da ditadura militar brasileira, onde compartilharam publicações de um mesmo grupo de intelectuais. Mas, diferente do grupo paulista *“Hora Presente”* o grupo *“Permanência”* mantém-se ativo nos dias atuais, onde conservam o movimento *“Permanência”* como um Centro Cultural que tem seu artigos veiculados de forma



virtual e mantém uma editora (editora Permanência) na qual publicam livros de referência ao movimento, cujos custos ajudam a manter a entidade.

Além desses grupos cuja ressonância se constituiu na permanências mais diretas com as mentalidades integristas oriundos da década de 60, há o surgimento de novos grupos católicos exclusivistas, como observou o cientista da religião Rodrigo Portella em sua pesquisa de campo em que analisa a organização Toca de Assis, o qual define como sendo “*de inspiração neofranciscana, carismática e que se caracteriza, entre outras coisas, pela defesa de um catolicismo idealizado no passado, cujas principais referências são a época medieval e o catolicismo tridentino.*”(PORTELLA, 2011).

Portella (2011) chama a atenção para o surgimento de práticas e discursos fundado em concepções maniqueístas pautados no dualismo entre bem/mau, verdade/mentira e Deus/Diabo entre grupos de religiosos cristãos. De acordo com o autor há o surgimento de uma nova tendência no mundo católico no qual determinados grupos principalmente aos de inspiração carismática que tem operado dentro de uma lógica “bélica espiritual” ao qual leva a relações de “violências simbólicas” para com outros grupos religiosos de outras vertentes religiosas ou mesmo de dentro do próprio catolicismo, mas que se posicionam de forma não condizente com a “verdade” religiosa vivencia por esse grupo.

Diferente dos dois primeiros grupos citados FSSPX e Permanência que em algum momento se denominam como integristas, esses novos grupos católicos não se reivindicam como tal, no entanto é observado uma continuidade entre seus discursos e dos dois primeiros, nos quais partilham a rejeição ao modernismo inaugurado com o processo de secularização e a missão de manter um posicionamento de vigilância e luta dos influxos procedentes da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que o processo de secularização, levou ao surgimento de conflitos dentro do catolicismo, onde a crise oriunda da modernidade gerou divergências no posicionamento entre grupos pertencentes a uma mesma instituição, no caso Igreja Católica, que desde a perda de seu monopólio sobre a sociedade ocidental,



enfrenta o desafio de escolher qual o melhor caminho a seguir para enfrentar as mudanças da vida religiosa frente a modernidade. Esse conflito originou duas correntes divergentes, presentes em diversos segmentos ligados à Igreja Católica uma de caráter mais conservador e tradicionalista e outra de posicionamentos mais progressista que acredita na necessidade de adaptação da Igreja frente a modernidade.

Identificamos que o integrismo, ou “integrismos” no plural vem se manifestando como fenômeno histórico em diferentes conjunturas sob faces distintas, no qual em análise ao caso da revista “*Hora Presente*” observou-se que durante o período dos governos militares brasileiro (1964-1985) que mantinham uma forte política antissubversiva, a corrente integrista viu a oportunidade de acirrar o seu combate à esquerda católica, por não concordar com a aproximação das ideologias socialistas/marxistas que essa parcela da Igreja vinha adotando, buscando estreitar os laços com o Estado.

Esse combate se organizou de diversas formas, e entre elas surge o grupo de intelectuais da “*Hora Presente*” que passou a difundir seus ideias e posicionamento através da publicação das revistas. Dessa forma concluímos que esses intelectuais eram, em grande parte, ligados a magistratura brasileira, o que refletiu fortemente na estruturação da revista, e que buscavam sempre relacionar as questões teológicas e filosóficas com a condição jurídica/política de seu contexto. Dessa forma, junto à contribuição dos intelectuais estrangeiros, a revista paulista “*Hora Presente*” defendeu durante todo tempo de sua publicação, a reforma política do Estado brasileiro, o apoio ao governo militar, a proximidade das relações entre Estado e Igreja negando a existência do conflito entre as duas instituições, o combate ao progressismo e a defesa do catolicismo integral regulador da moral cristã.

Essa revista juntamente com os demais grupos integristas brasileiros representou uma grande importância e força para a corrente integrista em sua luta simbólico e normativa, entre as décadas de 60 e 70, perdendo folego com a derrota da perspectiva medievalista no Concílio Vaticano II, e pelo desgaste enfrentado pelas tentativas de diálogo fracassados com Roma que duram até a contemporaneidade.



Diante disso, constatamos que embora essas divergências tenham sido mais marcantes entre as décadas de 60 e 80 do que nos dias atuais, não significa que essas correntes não continuem a desempenhar um papel significativo nas relações vivenciadas entre Igreja, Estado e sociedade, as faces mudam se adaptam as novas conjunturas, mas os conflitos ainda que em frequências mais brandas continuam a existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOINE, Charles. **O Integrismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Trad. João Guilherme Linke. Civilização Brasileira, 1980.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Org. Luiz Roberto Benedetti; Trad. José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter; Luckman, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido – a orientação do mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia reflexiva. **In: O Poder Simbólico** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os Usos Sociais da Ciência – Por Uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. São Paulo, Ed. UNESP, 2003.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CAMURÇA, Marcelo. Novos movimentos religiosos Entre o secular e o sagrado. **In: Ciências Sociais e Ciências da Religião**. In: São Paulo: Paulinas, 2008.

CIARALLO, Gilson. Estudos da secularização do Brasil nas Ciências Sociais : entre a explicação sociológica e a compreensão de individualidades históricas. **In: Universistas**



Humanas, Brasília: v. 6, n. 1, p. 41-58, jan. /jun. 2009. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/umiversitashumanas/article/view/852/695> Acesso em 07/03/2016.

DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)**. São Paulo. Trad. Eugênia Flaviana, PAULUS, 1989.

FILHO, Fernando Antônio Pinheiro. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil, In: Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a03v19n1.pdf> Acesso em 08/03/2016

FLORIDI, Alexis Ulysses. **O radicalismo católico brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil**. São Paulo: Hora Presente, 1973

FORMIGONI, Guido. Cattolicesimo Intransigente e la Chiesa in Italia **in: Dizionario Storico Tematico La Chiesa in Italia Volume II - Dopo l'Unità Nazionale** Voce pubblicata il janeiro de 15 Disponível em: <http://www.storiadellachiesa.it/glossary/cattolicesimo-intransigente-e-la-chiesa-in-italia-2/> Acesso em 01/08/2016

GONÇALVES, Marcos. **As tentações integristas. Um estudo sobre imprensa católica, política e catolicismo no Brasil (1908-1937)**. Curitiba: CRV, 2012.

_____. Integrismo Católico E Fundamentalismo Protestante Comparados: Historicidade, Aproximações E Distanciamentos. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 79-103, mar. 2013. ISSN 2317-3688. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/31086/19973>. Acesso em 16/06/2016.

_____. Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro não Concílio Vaticano II. **In: História**, Franca, v 31, n. 1, junho de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742012000100021&lng=en&nrm=iso Acesso em 09/03/2013.

JÚNIOR, Alfredo Moreira da Silva. O integrismo católico brasileiro e sua influência na diocese de jacarezinho. **In: Revista Brasileira de História das Religiões - ANPUH**.



Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 16/09/2015.

HERVIEU- LÉGER. A religião fragmentada – reflexões prévias sobre a modernidade religiosa. In: **O peregrino e o convertido – a religião em movimento**. Lisboa: Gradiva, 2005.

LEFEBVRE, Marcel. Declaração de 21 de novembro de 1974 In: <http://lareja.fsspx.org/pt/declara%C3%A7%C3%A3o-de-21-de-novembro-de-1974> Acesso em 01/09/2016

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne: Vozes, 2000.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo, Perspectiva, 2001.

MANOZZI, Danielle. **A igreja Católica e a Secularização**. São Paulo: Paulinas, 1999.

MARTELLI, Stefano. **A Religião na Sociedade Pós-Moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Trad. Rafael Borges. Lisboa: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012.

OLGUÍN, Fabián Gaspar Bustamante. El integrismo católico y sus construcciones semánticas del enemigo para la justificación del golpe de Estado en Chile. El caso de las revistas Fiducia y Tizona, 1965-19731 In: **Revista de Historia y Geografía**, Chile: N° 29 / 2013 p.55-72 Disponível em: 2013 Acesso em 07/03/2016

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16 n. 47. p. 59-74, out. 2001.

PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil - Entre o Povo e a Nação**. São Paulo, Ática, 1989 SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais in **RÉMOND, René (org.) Por uma História Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

PERRUSO, M.A. **Em busca do “novo” - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80**. São Paulo, Annablume, 2009.



PIERUCCI, Antônio Flávio. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, Brasil, n. 13, p. 144-156, may 1992. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25620>>. Acesso em 16/06/ 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/s_cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003&lng=en&nrm=iso Acesso em 6/07/2015.

PORTELLA, Rodrigo. Novos grupos católicos exclusivistas e a violência simbólica: Rastros de reflexão. In: Revista Tempo e presença – “Religião e Violência” Brasil, ano 6, n. 25, ago. 2011. ISSN 1981-1810. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/editorial.asp?cod_boletim=25 Acesso em 06/08/2016

Pro Roma Mariana. Disponível em: <https://promariana.wordpress.com/> Acesso em 09/04/2016.

REVISTA HORA PRESENTE – Coleção de 1968 a 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. Por um marco analítico para os estudos dos intelectuais. **In: Revista Espaço Acadêmico** –nº63 – agosto de 2006 ano VI mensal. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/063/63espschwartzman.htm>Acesso em 16/01/2015

SILVA JR., Alfredo Moreira da. Conservadorismo e integrismo católico no Norte Paranaense 1947-1961: um estudo sobre a atuação político-religiosa de D. Geraldo Sigaud na diocese de Jacarezinho. In: **V Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões**. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. **O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja**; Editora Rede da Paz, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Glauco Costa de. **Conflitos teológicos e políticos da Igreja Católica no Brasil presentes nos artigos das revistas Hora Presente e Permanência (1968-1974)**. Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012 (dissertação mestrado)



SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. **Do Vaticano II a um Novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Uma Fé exigente, Uma Política Realista**. Rio de Janeiro: Educam, 2008.

STEIL, Carlos Alberto; HERRERA, Sonia Reyes. Catolicismo e Ciências Sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 354-393, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S151745222010000100013&lng=en&nrm=iso> Acesso 02/03/2016.

GT - 02 - Novos movimentos religiosos

(PRE)TENSÕES DE EXISTIR: COMEC E SUAS (REL)AÇÕES DE PODER

Juliana Vaz da Silva

A política e religião tem uma relação múltipla e plural absolutamente presente na realidade política brasileira, que construiu seu estado maculado por essas relações que permanecem na contemporaneidade, ainda que sob a áurea discursiva de que é laico. Por isso propomos uma breve reflexão de algumas dimensões possíveis entre política e religião numa perspectiva local, circunscrita na cidade de Catalão entre a prefeitura municipal e um Conselho criado para representar o segmento evangélico. Assim o trabalho pretende primeiramente detalhar no que consiste a COMEC e descrever sua inserção, sob várias formas, no universo da política. Refletindo estas relações entre a religião e política, possamos compreender as relações atemporais do agora com o passado, como estas relações se dão através das características próprias do local e sua história política regional.

Palavra chave: Política, Religião, Comec

(PRE)TENSÕES DE EXISTIR: COMEC E SUAS (REL)AÇÕES DE PODER

Juliana Vaz da Silva

As relações entre política e religião são múltiplas e plurais, absolutamente presente na realidade política brasileira, que construiu seu estado maculado por essas relações que permanecem na contemporaneidade, ainda que sob a áurea discursiva de que é laico. Por isso propomos uma breve reflexão de algumas dimensões possíveis



entre política e religião numa perspectiva local, circunscrita na cidade de Catalão entre a prefeitura municipal e um Conselho criado para representar o segmento evangélico. Obviamente que esse artigo não esgota o assunto, mas apenas sinaliza alguns aspectos relevantes para o debate em questão. Nesse sentido o artigo se divide basicamente em dois momentos, o primeiro para detalhar no que consiste a COMEC e descrever sua inserção, sob várias formas, no universo da política. No segundo momento esboçaremos como alguns autores da teoria sociológica contemporânea, lidos e discutidos na disciplina nos ajudam a refletir sobre a temática. Em ambos os momentos construiremos algumas análises e interpretações a luz das leituras e debates realizados ao longo da disciplina.

Nesse sentido, seguindo a direção apontada por Giorgio Agamben, nosso intuito é que tomados por essa invisível luz, que é o escuro do presente, expresso no estranhamento com as imagens da cidade Catalana nas relações entre a religião e política, possamos projetar a sua sombra de forma que nos permita adquirir a capacidade de tornar pouco mais inteligível às trevas do agora que permeiam o debate a nível local, mas que pode dar significado também ao contexto geral.¹

A sigla COMEC, significa Conselho de Ministros Evangélicos de Catalão fundado em 2003. De acordo com seu estatuto a instituição, (...) *é constituída, por tempo indeterminado, uma sociedade civil de natureza religiosa, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de Catalão, estado de Goiás, composta por um número ilimitado de ministros evangélicos em todo o município.*²

O conselho não é constituído por todas as igrejas evangélicas da cidade, é formado principalmente por pequenas igrejas. Está presente nas redes sociais, via internet, como Facebook, blog Post COMEC entre outros espaços virtuais. Quanto aos valores morais arvoram como objetivo,

Promover a unidade de propósitos da igreja evangélica em Catalão e procurar ser relevante como conselho participativo e representativo perante as autoridades públicas e ser agente facilitador da materialização do reino de Cristo nesta terra. O conselho ainda buscará ser participativo e inclusivo sem acepção de denominações que professem a mesma fé em Cristo que comungamos.³

Perseguir a atuação do COMEC, entendido como dispositivo é se deparar com uma rede de relações de poder e de relações de saber. A instituição ao embrenhar-se na política tem importante papel em meio aos múltiplos processos de subjetivação, pois conectado ao poder visa produzir o seu sujeito, ou mesmo produzir seu sujeito como estratégia para conectar-se ao poder político. Como bem afirmou Agamben, na esteira de Michel Foucault, *na sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e sua liberdade de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento.* Concordando com este intelectual é que se faz necessário analisar os discursos e práticas do COMEC como uma *máquina de governo* que tenta converter sujeitos em numero de votos.⁴

Através do conselho os ministros religiosos envolvidos conquistaram certa visibilidade diante das autoridades políticas da cidade. Isso fica perceptível em alguns



episódios comemorativos, como por ocasião dos aniversários da cidade nos anos de 2013 e 2014, em que se celebrou dentre outras atividades com shows de renomados cantores evangélicos ou gospel, como preferem identificar. Em 2015, não teve comemorações com shows na cidade pelo endividamento do município, entretanto no desfile da cidade ocorreu a marcha para Jesus com a presença de todas as igrejas da COMEC. É preciso destacar que antes da atual presidência da COMEC, a decisão sobre os shows evangélicos ficava a cargo dos líderes das maiores igrejas da cidade com influência política, a saber: Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular.

Vamos analisar alguns registros dos referidos aniversários da cidade. Primeiro do aniversário de 2013, quando ocorreu um show do cantor Fernandinho, como parte das comemorações, dedicada especialmente aos evangélicos.

IMAGEM 1: Aniversário de Catalão 2013 (Da esquerda para a direita Cantor Fernandinho, Prefeito Jardel Sebba, Primeira Dama Anna Sebba)

FONTE: <http://www.catalao.go.gov.br/noticias/2013/08/19/catal%C3%A3o-154-anos-nove-mil-cantam-com-fernandinho-no-clube-do-povo/>.

Quero evidenciar na imagem acima, como se pode observar, a comitiva do prefeito entregando ao artista Fernandinho, durante a apresentação, a chave da cidade. Nenhum líder religioso evangélico subiu ao palco, o próprio cantor erguendo a chave recebida foi quem orou por Catalão e pelos administradores, num ato com grande valor simbólico, espécie de representação com o objetivo de demonstrar que a direção espiritual da cidade estava sendo entregue para o seguimento evangélico representado na ocasião pelo músico.

A imagem seguinte é referente a comemoração do aniversário de Catalão dedicado aos evangélicos no ano de 2014.

IMAGEM 2: Aniversário de Catalão 2014 (Da esquerda para direita: Primeira Dama Anna Sebba, Jardel Sebba, Artista Ana Paula Valadão. Ao Fundo em segundo Plano: Pastor Antônio (Presidente da COMEC)

FONTE: <https://www.flickr.com/photos/prefeituracatalao/14968033132/in/album-72157646210268948/lightbox/>. Acesso em: 05/12/2015.

No aniversário do ano de 2014, o palco foi ocupado pelo Presidente da COMEC Pr. Antônio, juntamente com o Prefeito e a primeira dama da cidade entregando a chave para a cantora Ana Paula Valadão. Presença bastante significativa, pois estava presente no lugar mais visível da celebração como liderança de todo seguimento evangélico. Além do destaque da instituição na figura do seu presidente, a COMEC se fez presente no evento através de faixas e cartazes espalhados pelo espaço, agradecendo a todos os religiosos de pertença evangélica pela participação, e demais presentes, segundo estimativa da prefeitura aproximadamente 13.000 pessoas.⁵

Na matéria dos meios de comunicação da prefeitura que noticiou o evento, contem uma fala do Pastor Antônio, que não foi identificado na mesma como presidente



da Comec, embora no evento em si ele foi apresentado ao público presente dessa forma. Após dar as informações de como foi o evento, que começou pontualmente e teve como ritual de abertura a oração do Pastor Antônio Carlos, da igreja Missão Vida Nova de Catalão. O referido líder da instituição religiosa se pronunciou da seguinte maneira, confirmando que a tempos os evangélicos esperavam ser lembrados pelo poder público e que o show seria uma confirmação dessa atenção a muito desejada, para ele *esse evento era algo muito esperado por nós, evangélicos. E hoje eu vi cumprir o sonho, não só de evangélicos, mas também de católicos, espíritas. Para nós, catalanos, foi um presente muito grande do prefeito Jardel Sebba.*⁶

A fala do líder religioso sugere certa satisfação com a administração do atual prefeito e proximidade entre a prefeitura e os evangélicos representados pela COMEC. Esse processo de aproximação foi marcado por idas e vindas. Começou com relativa distancia devido a candidatura de membros do conselho em partidos adversários, inclusive o próprio presidente que sob a nomeação de Irmão Antônio, candidatou-se a vereador pelo PDT. Mas antes que terminasse o período eleitoral foi selada a aliança do citado partido com o PSDB, ao qual pertence o prefeito de Catalão.

De lá para cá, as alianças são efêmeras e duram a medida dos interesses, trocas, influencias e favores mútuos, característicos do jogo político. O presidente da COMEC, já deixou claro sua pretensão de se ter uma bancada evangélica na cidade, bem como seu desejo de ser parte dela. O lema de sua campanha é um forte indicio dessa assertiva, que diz *onde o justo governa o povo se alegra*. Buscou como pode conquistar a adesão dos eleitores, sobretudo os evangélicos, como estratégia para se eleger.

A COMEC, seguindo a direção e projeto do seu presidente, demonstrou grande interesse pelos assuntos de dimensão pública. Qualquer coisa como transformar o espaço público numa extensão das igrejas vinculadas a COMEC, deixando assim as marcas e símbolos da pertença religiosa. A autora Rita Segato em “*A Faccionalização da República e da Paisagem religiosa como índice de uma nova territorialidade*”, faz uma leitura dessa ação típica por parte de alguns segmentos evangélicos. Como estratégia desse projeto de expandir a ação da igreja, os rituais são bastante significativos, pois funcionam de maneira a tornar puro aquilo que outrora não era, qualquer coisa como o domínio publico exorcizado e purificado para o suposto uso devido por parte dos religiosos envolvidos. Assim momentos como shows, inaugurações exemplificam a tentativa de expandir e demarcar o território. A transição de algo impuro para o puro implica a imprescindível presença de líderes religiosos que ritualizam a mudança de um espaço outrora impróprio para apropriado, graças a benção proferida e liberada a partir da oração de autoridades espirituais. Assumem o papel de colonizadores de territórios, como nos diz Rita Laura Segato, *as religiões são os marcadores dos novos territórios ou jurisdições*, é uma empreitada para eles como uma guerra do bem contra o mal.⁷

É interessante lembrar que antes do período de 2012, período das candidaturas para o pleito municipal, e após este ano a posse do Pastor Antônio nas atividades da COMEC, o conselho apenas aparecia com maior visibilidade na Marcha para Jesus. Naquele momento a instituição ainda não havia ganhado proeminência a ponto de participar de outras celebrações em parceria com a prefeitura. Todavia ainda que



discretamente o conselho criou alternativas para ganhar mais destaque diante dos evangélicos bem como de toda sociedade catalana, dentre essas participar e tomar frente dos principais debates e problemas do cotidiano político e administrativo da cidade.

Após 2012 o conselho se envolveu e divulgou intensamente suas ações. Evidenciado, dentre outros exemplos, pela a crise hídrica que afetou a região em razão do crescimento demográfico e falta de investimentos publico no sistema de captação, a COMEC se antecipou e agendou uma visita na SAE (Superintendência de Água e Esgoto) para se inteirar do assunto, propor alternativas e conscientizar e orientar a população, a visita foi logo noticiada nas redes sociais e blogs administrados pelo conselho afim de alcançar seus (e)leitores. O interesse principal de ações como essa é demonstrar que os pastores evangélicos são ativos e estão atentos as demandas da cidade e podem ser de grande utilidade para soluções de problemas, principalmente por contar não apenas com capacidade administrativa, mas de certa forma com poder sobrenatural. Observe como foi noticiado a referida visita,

(...) tendo em vista que foi a primeira vez que um grupo de pastores realiza algo desta natureza - fizemos também um clamor e um ato profético sobre as águas que abastecem nossa cidade. O ato profético foi embasado no relato de 2 Reis 2.19-21 “E os homens da cidade disseram a Eliseu: Eis que é boa a situação desta cidade, como o meu senhor vê; porém as águas são más, e a terra é estéril. E ele disse: Trazei-me um prato novo, e ponde nele sal. E lho trouxeram. Então saiu ele ao manancial das águas, e deitou sal nele; e disse: Assim diz o Senhor: Sararei a estas águas; e não haverá mais nelas morte nem esterilidade.”⁸

O destaque apresentado na inovação é emblemático, como tentativa de diferenciação, pois se colocam como os primeiros pastores a se interessarem pelas demandas municipais e se colocarem em ação. Esta fala justifica e legitima a nova forma da COMEC agir de forma participativa diante dos acontecimentos. Apresentam-se como responsáveis pelo zelo da cidade e seus principais intercessores.

Nas gestões anteriores do conselho o foco era direcionado em buscar recursos para a realização da Marcha para Jesus, mas principalmente incentivar a união das igrejas protestantes na cidade. Com a atual gestão se observa uma nítida mudança de posicionamento, a COMEC passa a ser utilizada como instrumento para participação no jogo político, se impondo, mostrando sua atuação e deixando sua marca em diferentes dimensões da realidade, para além simplesmente da esfera religiosa.

Outra ocasião em que o conselho também se pronunciou foi em relação a crescente criminalidade. Nesse sentido fizeram uma visita ao Batalhão de Policia, por causa do aumento de homicídios no município. A justificativa foi compreender os motivos responsáveis por intensificar a violência, mas também e principalmente apresentar uma interpretação e solução para o caso.

A igreja evangélica na representatividade deste conselho não está alheia ao que acontece (...) Temos total consciência que a segurança pública não é mais um problema só da policia uma vez que a violência evidencia uma falência da família e uma falência da



educação que hoje se divide em educação de primeira linha e educação de segunda linha em que os que podem pagar colocam seu filhos em escolas privadas, enquanto a escola pública que tem uma clientela maior não tem os recursos adequados ao grande número de ingressos na sala de aula. A família por sua vez perdeu a figura paterna que hoje no mundo moderno se abstém de seu papel dentro de casa. Podemos perceber como é criado o caos que tem como peça chave ainda a presença maligna que coordena os fatores de que degradam o ser humano.⁹

Neste fragmento a questão é tratada de forma generalizada, como se o problema das drogas fosse um problema de um núcleo familiar, além de que faz um tendencioso julgamento do uso de drogas como algo exclusivo as pessoas de baixa renda. Percebe-se além de tudo um discurso conservador que coloca a culpa na pobreza e na falta de educação. Transfere ainda uma questão de domíno público para a esfera espiritual, lendo o cotidiano e sua dinâmica a partir dos seus códigos e formas de ver o mundo baseados na religião, em que o problemas das drogas tem origem maligna e sobrenatural. Após as considerações sobre a criminalidade e o papel dos pastores em auxiliar o poder público no enfrentamento do mundo espiritual, deixaram o seguinte versículo como confirmação das suas ponderações, *Quem permanece na justiça viverá, mas quem sai em busca do mal corre para a morte. Provérbios 11:19.*

Outra atividade do conselho que chama a atenção dos moradores, trata-se de um evento de oração, normalmente fecham uma rua, montam um palco e/ou altar, colocam tendas para realizar dias de oração teoricamente ininterrupto, são 36 horas e/ou 72 horas orando por vários motivos que dizem respeito a cidade, mas se elege um motivo em especial que justifica e cria a necessidade do encontro. Um elemento relevante para se evidenciar desse rito é que acontece sempre no mês de Outubro, logo após a realização da tradicional festa da Nossa Senhora do Rosário. Inclusive um dos motivos que legitima as horas de oração é para pedir perdão em nome de Catalão por uma festa que cultua outras divindades. Como se fosse o dia do perdão, pois logo após a famosa entrega da coroa, momento ápice da festa católica, as orações são destinadas para pedir o fim da festa e a purificação da cidade. Poderíamos descrever com mais riqueza de detalhes cada uma dessas atividades realizadas pela Comec que acompanhamos, pois são ricas de significado, mas não além de demasiado extenso para esse texto fugiria da proposição. Por isso nos limitaremos ao que foi exposto.

Como já foi dito o conselho é constituído principalmente por pequenas igrejas, se fossemos enquadrá-las em alguma tendência, podemos afirmar que são neopentecostais. As grandes e mais influentes igrejas da cidade como Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular não estão vinculadas a COMEC e inclusive proibem seus membros de participarem das atividades promovidas por esta. As igrejas além de mais estruturadas do ponto de vista organizacional, material, numérico, elas mantem estrito relacionamento com os dois principais partidos da cidade que se alternam no poder há décadas, o PSDB e PMDB, inclusive com a participação de seus membros nos pleitos municipais e até mesmo nas secretarias da prefeitura. Como se nota a COMEC, não representa todo o segmento evangélico que é bastante fragmentado e não possui um laço comum que une as diferentes denominações. Isso mais em razão



dos interesses e divergências políticas do que propriamente por divergências teológicas, além das tensões promovidas pela disputa do domínio da representatividade do segmento, pois essa posição conferi ao detentor prestígio social, capital simbólico e consequentemente votos.

Um dos principais argumentos contra a existência da COMEC por parte daqueles que não a reconhecem ou não se sente representado por ela, se refere a acusação de se tratar apenas de uma instituição com finalidades políticas, embora seu estatuto advogue justamente o contrário, quando afirma no parágrafo 2º que *O COMEC, não compactua ou apoia políticos ou partidos políticos. Pode, no entanto, trabalhar em conjunto com os governos objetivando o bem comum, descrito conforme as finalidades deste Conselho.*¹⁰

O Conselho embora faça questão de mencionar distância em relação ao jogo político e partidário, garante sua participação junto aos governos. Segundo o estatuto se algum membro se candidatar a qualquer cargo político, deve antes entregar a carteirinha e se retirar do conselho, todavia não é vedada a participação nas reuniões e eventos. Isso faz com que a COMEC seja vista desligada a qualquer tipo de partido, embora na prática essa aproximação exista. Legitimado pelo discurso de estar em defesa do bem comum a instituição religiosa se faz presente no cenário político catalano. Já as grandes igrejas mencionadas não se preocupam em apresentar-se como imparcial, elas apoiam declaradamente partidos políticos e até mesmo candidatos específicos, inclusive com a apresentação dos mesmos nos cultos e demais liturgias.

Nas eleições de 2012, o presidente da COMEC, pastor Antonio, tentou montar uma chapa com prefeito e vice prefeito pelo partido do PDT coligado com o PT, mas sua tentativa foi frustrada pois devido a aliança nacional do PT com o PMDB, não permitiu que o PT a nível local disputasse a prefeitura contra o PMDB. Por isso o pastor saiu como candidato a vereador, teoricamente sem o apoio da COMEC, assim como prevê o estatuto. Contudo durante o período das eleições o Conselho foi acusado de estar apoiando o Pastor Antônio e por esse motivo não recebeu auxílio financeiro da prefeitura, na época sob a administração do PMDB, para a realização da *Marcha para Jesus*, que aconteceu sob a desconfiança de muitos devido a participação de pastores candidatos que apesar de subirem no palco, não puderam falar sobre suas candidaturas e demais problemas da cidade.

Mesmo diante da negação da COMEC de não tem intenção política, percebe-se que existe esse espaço de conflito ideológico e posicionamentos políticos. Primeiro pelos eventos que organizam onde circula muitos membros destas igrejas a ela conveniada, se faz conhecido por todos os seus membros. Nessas ocasiões o presidente sempre discursa em nome dos evangélicos da cidade, e como liderança que aponta e orienta qual o melhor caminho para o seguimento em todos os aspectos, sobretudo o político.

Dialogando com a obra de Giorgio Agamben podemos considerar que a COMEC funciona como um dispositivo, pois como afirma o próprio autor *chamarei literalmente de dispositivos qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.*¹¹ A instituição religiosa tem funcionado como um dispositivo nos termos apresentados porque tenta promover a



união das igrejas, motivando uma onda participativa dos religiosos evangélicos no sentido de aglutinar poder. Criando e promovendo a manutenção da ideia de uma luta contra o mau, delineando a própria noção de mau e a que e quem ele está associado, se colocar do lado oposto e justificar suas ações e interesses. Se colocando como o lado justo e correto, passa a ideia de que não está vinculado ao conselho seria qualquer coisa como não estar vinculado ao próprio Deus, desse modo, estar contra ele seria estar jogando do lado do mau, portanto do lado errado. Nesse sentido, os eventos promovidos são uma forma de transformar os *viventes* em *sujeitos* pelo *dispositivo*, que cria pensamentos e práticas moldadas nos indivíduos.

A COMEC tenta fortalecer um espaço em que todos os membros de todos os segmentos evangélicos se identifiquem. Que os unifica pelo *habitus*, conforme nos diz Pierre Bourdieu, *é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.*¹² O *habitus* construído e reforçado pela COMEC funciona no sentido de unir os mais diferentes e fragmentados grupos evangélicos. Através do simples fato de professar a mesma fé serve como pretexto para homogeneizar os religiosos, a despeito de todas as inúmeras divergências em termos de práticas, doutrinas, princípios, valores, interpretações e projetos absolutamente diferentes, conflitantes e heterogêneas. Como se vê nas publicações dos seguintes textos *O cristão e o direito de divergir* e a *Unidade* em que o presidente afirma que

Divergir em questões de encaminhamentos políticos não fere a nossa busca por unidade, o que a fere e de forma mortal é impor o contrário disso, ou seja, associar a tão nobre tese da unidade cristã às leituras, compreensões e decisões de ordem política. Se cometermos este erro infante estaremos construindo barreiras que nos impedirão de juntos caminharmos em marcha. Quero e lutarei pela unidade com a Igreja Evangélica X, mesmo que esta igreja não beba, politicamente, da mesma fonte que eu. Basta, para mim, saber que bebemos da mesma fonte espiritual e escriturística, isso sim, é critério de unidade.¹³

De uma maneira ou de outra a COMEC, no mínimo tem conseguido os *agrupamentos provisórios*, conforme bem pontua Pierre Bourdieu, pois em determinados momentos consegue agrupar ainda que temporariamente, ao sabor das circunstâncias e interesses, grupos diversos e até divergentes, embora essa aproximação em torno do Conselho se desfaça quase sempre num curto espaço de tempo.

Ainda na esteira de Pierre Bourdieu, o COMEC pode ser compreendido pela noção que implica a *pretensão de existir*, ou *classe provável*. Com base no argumento da necessidade da expansão do evangelho na cidade catalana, se percebe a pretensão de criar um grupo forte e influente que permita poder de diálogo com as autoridades políticas e conquista de seus próprios representantes no cenário político capaz de assegurar os interesses do segmento. Por isso a questão da Unidade tem sido o principal foco do Conselho, pois só assim ela se consolidará e se estabelecerá como mediador das relações entre os evangélicos e o mundo secular. Catalão possui dois vereadores



evangélicos, todavia eles não são reconhecidos pela COMEC, considerados pela instituição como políticos que se venderam, perderam o foco e não estão interessados na causa dos cristãos evangélicos.

Com base na autora Aline Coutrot no livro *Por uma História Política*, sobretudo no capítulo Religião e Política, nota-se a dificuldade em conquistar os votos dos cristãos, pois “*Trata-se de uma população até hoje numericamente muito importante, mas extremamente heterogênea pela idade, pelas características, socioeconômicas e geográficas e pelas experiências humanas.*”¹⁴⁷ O políticos que disputam esses votos precisam lidar com as questões das divisões entre as igrejas, as marcadas pelo processo histórico que as dividem entre igrejas históricas, pentecostais e neopentecostais, mas também aquelas de caráter interno, ou seja, no interior de uma igreja apenas que também não goza de plena homogeneidade. Nada mais evidente que isso do que a proliferação de igrejas que surge das divisões no interior de outra. Enfatizar a união é antes de qualquer coisa tentar construir um ambiente favorável para criar a necessidade de um representante político evangélico. A COMEC com todas as suas limitações representa a instituição, no âmbito local, que mais próximo chegou da realização efetiva desse projeto. Mesmo assim é permeado mais por expectativas do que propriamente por realização.

Além de enaltecer a busca pela unidade entre os evangélicos, COMEC também trabalha no sentido de produzir uma melhor aceitação da participação de religiosos na política. Para tanto se pautam de uma imagem de que a política é impura e que apenas com a inserção de homens de Deus pode transformar essa realidade de corrupção. Portanto advogam a presença dos evangélicos como parte de um projeto para desmacular o universo político local, caracterizado por partidarismos e não pela preocupação com o bem comum. Embora o entendimento de bem comum da COMEC esteja sujeito a direção das suas lideranças e de acordo com as convicções da fé que professam. Como reafirmam, *nosso papel é influenciar*, ou seja, levar outras pessoas a pensarem e agir conforme seus propósitos, tornar o bem comum adequado a visão de mundo protestante.

Como *homem religiosus*, conforme definiu Antonio Pierucci, os líderes da COMEC se preocupam mais com a vida real do que propriamente com a vida após a morte, ou como denominam o reino de Deus.¹⁵ Atuam no sentido de expandir a igreja para todos as dimensões da vida, até mesmo para os seus mais cotidianos afazeres. A vida, o mundo e as trivialidades são vistos pela ótica da fé. Nessa perspectiva até mesmo o sucesso econômico torna-se uma evidência de uma benção. Constroem uma visão de dois mundos, espécie de duplos opostos, um sendo perigoso e destrutivo, mas absolutamente atrativo e sedutor que enaltece o homem, do qual os evangélicos devem tomar distância. E outro mundo difícil de caminhar, que seria andar com Cristo em lugares pecaminosos e não se contaminar. A COMEC assim compreende a política como um caminho sujo, perigoso, atrativo, corruptor que só pode ser trilhado de forma segura e sem se contaminar por quem exerce um cargo político em nome de Cristo.

De acordo com as contribuições de Michel Foucault, consideramos que as relações entre a religião e o Estado em Catalão, a primeira representada pela COMEC, mas também para além dela, e o segundo representado pela prefeitura demonstram como as instituições religiosas tem sido colocadas como dispositivos que atuam em prol da manutenção do *biopoder* do Estado, capaz de dirigir os indivíduos os conferindo ao mesmo tempo uma ideia ilusória de liberdade. A sensação de liberdade se configura apenas numa forma de conduzir a condutas dos mesmos. A COMEC reconhece a importância de estar associada aos governos, da mesma maneira que o Estado reconhece o potencial de utilidade que uma instituição como esta pode assumir,



desta forma Estado e religião se retroalimentam numa colaboração mútua para o controle da sociedade civil. A COMEC exemplifica que as ações políticas de líderes religiosos tem boa receptividade por parte dos gestores públicos porque suas ideias, normalmente estão atreladas a uma base conservadora que fundamenta a sociedade civil, e não apenas os membros de um determinado segmento religioso.¹⁶

Gramsci, nas suas contribuições de *Cadernos dos Cárceres*, demonstra como a religião exerceu poder ao longo da história da humanidade, estando sempre a frente dos importantes processos decisórios da sociedade. Se imiscuindo na sociedade civil, regulando os costumes, definindo valores, construindo noção de moral, discernindo, em nome de todos, o que é certo e errado, o que deve ou não fazer um cidadão, entre outros. Não por acaso é tão difícil desvincular, por exemplo, o Estado Brasileiro de suas marcas do cristianismo.¹⁷

Seriam os fiéis ligados a COMEC espécie de homem sacer, ainda presos ao estágio da chamada vida nua, incapazes de pensar a vida por si, estariam esperando uma direção a seguir, um discurso que o molde que o oriente? Encerro com essa questão como forma de demonstrar que essa sucinta reflexão sugere inúmeros desdobramentos ainda em aberto. Espero como cientista social, ter a capacidade de ser contemporâneo, como bem sugeriu Giorgio Agamben, para não estar totalmente identificado com o meu tempo, a fim de conseguir me debruçar sobre esse fecho de trevas e analisa-lo da maneira mais percuciente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

SEGATO, Rita Laura. A Faccionalização da República e da Paisagem religiosa como índice de uma nova territorialidade. In: *SCIELO. Horiz. antropol.* vol.13 no.27 Porto Alegre Jan./June 2007. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832007000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 05/12/2015.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2011.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio Janeiro: FGV, 2003, pg. 335.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

PIERUCCI, Antônio F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 82.

FOUCAULT, Michael. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



GT 03: Estado, partidos e movimentos sociais

FRAGILIDADE DEMOCRÁTICA E DESIGUALDADE REPRESENTATIVA

DE CASTRO, Leonardo Aires⁶⁸

RESUMO: A representação política no Câmara dos Deputados possui forte desigualdade no que se refere a presença de minorias sociais em seu quadro político. Entendendo por minoria social grupos historicamente subordinados na lógica política, quais sejam, mulheres, não-brancos e classe baixa e por representação o conceito de descrição representativa, ou seja, aquela que expressa a sociedade na sua diversidade, esse artigo tem como objetivo analisar a atuação das deputadas federais nas votações referentes a reforma política, no ano de 2015, em matérias que tratam sobre o acesso a representatividade das mulheres, direta ou indiretamente. Partimos da hipótese de que essas parlamentares seguem a orientação partidária, devido a força dos partidos políticos sobre seus membros, afastando, assim, os interesses de identidade.

Palavras-chave: Representatividade; Minorias Sociais; Reforma Política.

INTRODUÇÃO

O sistema eleitoral e político do país, assim como a nossa democracia, encontra-se desgastados perante a opinião pública em decorrência dos diversos escândalos de corrupção que permeiam o circuito político nacional. Após a Constituição de 1988, múltiplos grupos de interesses saíram em defesa de reformas nos mais distintos campos de abordagens consagrados pela carta magna. No que tange as regras do jogo eleitoral, os debates em torno das formas de exercício do voto, da formação de coligações e de

⁶⁸ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás e mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos. Artigo fruto da disciplina Metodologia e Técnica de Pesquisa em Ciência Política, ministrada pela professora Maria do Socorro de Sousa Braga.



financiamento privado ou público das campanhas, por exemplo, passaram a ser debatidos por esses coletivos que atuam nos cenários da política ou círculos intelectuais.

O presente trabalho tem como objeto o estudo da representação das minorias sociais no congresso pelos seus membros descritivos, ou seja, aqueles correspondentes a identidades desses grupos de minorias, no contexto da reforma política de 2015, mais especificamente: as mulheres. Tal corte espacial compreende a necessidade de se ampliar o espaço desses grupos sociais dentro da representatividade política, elemento cotidianamente abordado na política nacional. A correção da sub-representação, por via reformista no congresso nacional, passa pelo crivo das oligarquias políticas e dos acordos partidários.

A reforma política é um instrumento de modificação das estruturas eleitorais e institucionais da forma do Estado. Normalmente emergindo em situações de graves crises econômicas ou políticas, ela objetiva transformar a realidade do sistema representativo através de novas leis que reestruturem a sua lógica de funcionamento (LIMONGI, 2006). Em regra, a sua mudança estrutural serve para responder positivamente às demandas internas e externas da vida política administrativa e parlamentar, atendendo interesses de bases eleitorais ou de grupos oligárquicos (BRAGA, 1996).

Para afirmar isso, basta observar as propagandas e as agendas dos partidos políticos durante as eleições de 2014, momento em que muitos candidatos, concorrentes aos mais distintos cargos, destacaram a necessidade imediata da reforma política brasileira. Após a ditadura militar, o mecanismo de funcionamento do sistema democrático tornou-se alvo de inúmeras críticas, provocando questionamentos justos e injustos sobre o sistema político e criando a necessidade dessas bases frente a intervenção dos eleitos na correção da construção institucional (KLEIN, 2007).

A Constituição de 1988 consolidou uma nova era do republicanismo brasileiro, agora assentado em uma cultura política democrática. Quase três décadas depois, esse sistema político que sofreu vários remendos ao longo do tempo, ainda sofre com suas



imperfeições. Aparentemente insatisfeita, parte significativa da classe política brasileira, distribuída nas mais diversas siglas partidárias, hoje manifesta apoio à reestruturação da lógica política que rege a vida eleitoral no Brasil.

Vale ressaltar que a instabilidade política é fator imprescindível para avivar a discussão sobre o tema prolatado. Utilizada como instrumento de oposição, ou de situação, a reforma política nacional atinge inúmeras estruturas do plano político e leva consigo a bandeira da ordem, vista como a ferramenta para abolir os males da república e aperfeiçoar a democracia no Estado brasileiro. Ela é apresentada como uma resposta a todo o descontentamento social, entendido como adulterado por interesses que ultrapassam os limites da vontade dos cidadãos comuns e da crise representativa (RENNÒ, 2007).

Entretanto, há de pontuar que existem autores que não concordam com a afirmativa "crise de representatividade" ou "crise política de representação". Entre eles temos Bernard Manin (2013), cientista político Francês que afirma que o aumento da participação não institucionalizada, por meio de manifestações, petições ou qualquer atividade não formalizada, é apenas um reflexo de uma nova fase da democracia. Para ele, esses agentes não políticos exercem a liberdade para pressionar as legendas eleitas e os agentes políticos institucionais.

No artigo "A Democracia do Público Reconsiderada", o autor esboça uma análise sobre a democracia do público. Em seu entendimento, os partidos políticos vivem uma crise de insatisfação popular em todo o mundo. Contudo, isso não significa necessariamente que eles estejam enfraquecidos, visto que a capacidade de atrair filiados e simpatizantes não seria o único objetivo dos partidos, tendo eles múltiplas intensões. A erosão da fidelidade partidária é uma realidade nos países democráticos. Fatores como a passagem de economias industriais para economia de serviços, o desgaste dos meios sociais tradicionais, os níveis crescentes da aquisição educacional e o aumento do poder dos meios de comunicação de massa espelham essa crise representativa mundial dos partidos políticos (MANIN, 2013).



A discussão compreende, portanto, que os partidos políticos não estão decaindo. O que mudou foi a relação do eleitorado com o partido. A fidelidade é apenas um dos tipos de relação com o partido. Nessa nova etapa democrática, os partidos são utilizados de acordo com o interesse e necessidade do eleitorado. Os eleitores não partidários apenas utilizam os partidos políticos como instrumentos para alcançar seus interesses.

Contudo, ainda persiste a força dos partidos políticos no que se refere a apreciação de matérias no legislativo. A força partidária frente a apreciação de matérias no legislativo é assunto pacífico no meio acadêmico. O Brasil possui altas taxas de fidelidades em relação aos votos individuais e a orientação partidária (LIMONGE, 2003).

Abordando especificamente a temática que envolve a ampliação da representatividade política de agentes que integram minorias sociais em nosso país, projetos como o da adoção de cotas legislativas e partidárias para as mulheres fazem parte de uma agenda alternativa direcionada à construção de um ambiente político mais democrático. Outras, como o financiamento de empresas nas eleições, fim das coligações e o sistema de voto interferem indireta e diretamente nas chances de conquistas eleitorais dessas minoriais.

De acordo com Luís Felipe Miguel (2014), a democracia e a representação política espelham "territórios em disputa". Essa constatação traduz a batalha constante entre minorias sociais e oligarquias para ocupar os espaços políticos de tomadas de decisão. O mesmo processo de disputas é verificado no campo das teorias políticas que analisam as estruturas do plano democrático e representativo.

Ana Cecília Dantas (2011), ao discutir a presença da mulher na política, destaca dois tipos de igualdades: de oportunidades e de resultado. A primeira diz respeito ao acesso à educação, aos bens materiais e à conscientização popular. A segunda compreende o campo das cotas, uma vez que em disputas eleitorais certas características como raça, gênero e origem social acabam se tornando fatores de exclusão e, em função



disso, as cotas adquirem o poder de inserir esses grupos nos cenários que propiciam a concorrência pelo poder decisório.

Logo, silenciadas pela sua ausência nas decisões legislativas, as mulheres não conseguem reverter a situação política de sua identidade justamente pelo próprio motivo que intentam modificar o sistema. A oligarquia masculina instaurada no mundo político manobra as matérias a serem votadas e suplantam as alternativas discutidas intensamente nos âmbitos acadêmicos e sociais, que visam corrigir a desigualdade representativa. A pergunta que procuramos responder aqui é se as mulheres congressistas votam de acordo com as orientações partidárias, ou se elas avaliam o que favorece a ampliação e consolidação da presença feminina nas instâncias legislativas.

A hipótese que defendemos é que as deputadas federais em geral não levam em consideração os impactos de suas escolhas em relação a esse fortalecimento político feminino, mas sim, consolidam a orientação dos partidos políticos que se manifestam na política brasileira de forma tão incisiva, por meio do colégio de líderes. O aporte teórico dessa hipótese é identificado nas pesquisas do professor Limongi, nas quais ele aponta a alta taxa de fidelidade dos congressistas perante a orientação dos líderes partidários, mesmo em matérias que desafiem suas bandeiras eleitorais ou posicionamentos ideológicos, ficando em torno de 91,8% de coerência nas votações (LIMONGE, 2003).

Assim, a metodologia do trabalho consiste no levantamento quantitativo de um banco de dados das orientações partidárias frente as votações das matérias que versam a chamada “reforma política”, conduzida no ano de 2015 e a votação individual das deputadas federais. Assim, pode-se avaliar a hipótese defendida, qual seja: as deputadas federais seguem a orientação de seus partidos mesmo que isso contradiga a lógica de fortalecimento representativo das minorias sociais no congresso nacional, especialmente das mulheres.

No primeiro momento, colhemos as orientações dos partidos políticos brasileiros em 3 votações de matérias que direta ou indiretamente atinge o grupo discutido. Essas matérias foram: o financiamento misto de campanha com participação de empresas; o



fim das coligações em eleições proporcionais, e; o sistema de voto “distritão”. O banco de dados foi montado com as seguintes variáveis: partidos políticos; financiamento misto com participação de empresa; coligações, e; “distritão”. Os valores dos itens foram, respectivamente: todos os partidos políticos na primeira variável e “1- a favor; 2- contra; 3- obstrução, e; 4- liberação (da bancada)” nas demais.

No segundo momento, outro banco de dados foi montado contendo as mesmas variáveis do primeiro, contudo, representado os valores na individualidade de cada congressista, ou seja, seu voto frente a matéria indicada. O número de deputadas federais eleitas e atuantes na reforma política na legislatura de 2015-2018 é de 51. Assim montamos os valores da primeira variável conforme a anterior e das demais o seguinte: 0- ausente; 1- a favor; 2- contra; 3- abstenção.

A metodologia também se pauta nos pressupostos qualitativos, tendo em vista a necessidade da adequação do método ao objeto de estudo: a reforma política, tema concomitantemente subjetivo e objetivo. Sendo assim, é necessária uma abordagem que faça valer não apenas os pontos de vistas empíricos, mas também a análise teórica de autores da ciência política. Faremos aqui uma pesquisa descritiva, tomando como base os dados retirados dos bancos de dados e a suas interpretações.

A CONDIÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

No Brasil temos uma política de cotas que completa 21 anos de sua implementação, com pequenas mudanças na estrutura proposta naquela época até os dias atuais. A Lei de cotas de 1995 (Lei n. 9 100/1995) estabelecia um percentil de 20% mínimo para a alocação de mulheres nas listas de competição eleitoral. Sob a Lei n. 9 540/1997, esse mínimo passou para 30%. Ainda, na Minirreforma de 2009 (Lei nº 12.034), as cotas passaram a ser obrigatórias, sendo os partidos passíveis a sanções caso desrespeitassem a regra.

Observando o conteúdo das leis supracitadas e estabelecendo uma relação lógica, a participação feminina tendia a ser ampliada, sendo essas cotas uma forte



conquista das mulheres. Contudo, como diversos trabalhos mostram, a lei de cotas foi insuficiente, se não nula, na busca da ampliação da presença das mulheres nos âmbitos políticos (BOLOGNESI, 2012; ARAUJO, 2009).

Apesar de serem mais de 50% da população, as mulheres só possuem 10% de representação na câmara dos deputados e 14% no Senado federal, segundo os dados da última casa. Nas assembleias estaduais os números acompanham o cenário nacional, enquanto que nas câmaras de vereadores os índices são ainda menores. Apenas no ano de 2016, a partir das eleições municipais do mesmo, é que serão penalizados por fraude os partidos políticos que lançarem candidaturas femininas apenas por formalidade legal.

O histórico da lei de cotas de 1995 não traduz um reflexo positivo no acesso representativo feminino nas esferas representativas. É isso que Bolognesi (2012) indica nos pleitos federais, o número de eleitos e não eleitos em relação ao sexo, mostrando que o quadro de exclusão pouco foi modificado. A pesquisa foi feita até os anos 2006, contudo o quadro exposto não é contravertido nas legislaturas seguintes, sendo 8,8% em 2010 e 9,9% em 2014⁶⁹.

Clara Araújo (2009) ainda menciona que o pequeno acréscimo de mulheres eleitas necessariamente não possui relação direta com o advento das cotas. Para ela, isso pode indicar que a variável “gênero” não é a única variável no jogo político seletivo. Também, que o preconceito não seria o único ou predominante fator no processo de impedimento do sucesso das candidaturas femininas, tendo como outros pilares as instituições, regras políticas e o complexo econômico desse grupo em específico. Portanto, a questão de identidade se torna relevante nesse debate.

As cotas eleitorais são instrumentos de fortalecimento de identidades frente as demandas coletivas de grupos sociais que não integram a oligarquia política vigente. A disputa de forças no reconhecimento político é ferramenta imprescindível para a afirmação desses coletivos como entes portadores de direitos sociais básicos. Essa construção revoga a concepção de democracia clássica, indicando a fragilidade na representação formal dos entes políticos (ARAÚJO, 2001).

⁶⁹ Dados encontrados no Tribunal Superior Eleitoral.



Logo, a questão primordial nas cotas eleitorais é a defesa dos interesses de grupos minoritários subordinados historicamente a interesses oligárquicos que inviabilizam o acesso aos direitos e a própria representação, pois constroem a instituição política por meio de reformas controladas, que enfatizam poderes de elites políticas e excluí da disputa o interesse desses coletivos à margem social (RENNÒ, 2007).

A PESQUISA

Finalizando a explanação geral sobre a condição feminina na política brasileira, os gráficos abaixo compreendem os temas: financiamento misto com presença de empresas, “distritão” e coligações. Outros temas também foram votados no processo de realização da reforma política brasileira, como o fim da obrigatoriedade do voto e cláusulas de barreiras, todavia, a decisão de abordar apenas estes temas se deve aos seus impactos na pesquisa em questão. As votações estão disponíveis nos anexos 1, 2 e 3, enquanto as orientações partidárias estão dispostas a seguir, nas tabelas 2, 3 e 4.

Abaixo, temos a tabela 1 que mostra a quantidade de mulheres distribuídas entre os partidos brasileiros. São 51 congressistas distribuídas em 17 partidos políticos que possuem representação feminina, deixando 11 que não contêm mulheres em seu quadro na câmara. Nas tabelas 2, 3 e 4 é visualizado as orientações partidárias que são frutos de negociações dos líderes partidários no colégio de líderes, não necessariamente seguindo os prognósticos dos partidos ou suas bandeiras eleitorais, privilegiando os acordos políticos que foram feitos no decorrer das negociações da reforma política (DE CASTRO, 2015).

TABELA 1: Representatividade partidária feminina

		Frequência	Porcentagem
Válido	PT	8	15,7
	PSDB	5	9,8
	DEM	1	2,0
	PCdoB	5	9,8
	PMDB	7	13,7

PSoL	1	2,0
PP	2	3,9
PPS	2	3,9
PR	6	11,8
PRB	2	3,9
PSB	4	7,8
PSC	1	2,0
PSD	1	2,0
PSL	1	2,0
PTB	2	3,9
PTN	2	3,9
PV	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Autor

TABELA 2 - Financiamento público exclusivo.

Partidos Políticos Brasileiros	Financiamento público exclusivo		
	A favor	Contra	Obstrução
	PSoL, PCdoB, PDT.	PMDB, PTB, PEN, PHS, PSC, PP, DEM. PTdoB, PMN, PPS, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PRB, PRTB PSD, PV. PROS, PSDB.	PT, Solidariedade.

Fonte: DE CASTRO, 2015.

TABELA 3 – O sistema de voto "distritão".

Partidos Políticos Brasileiros	Sistema de voto "distritão"		
	A Favor	Contra	Liberado
	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PCdoB, PEN, PHS, PSC, PP, DEM.	PT, PTdoB, PSoL, PMN, PPS, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PDT, PRB, PRTB PSD, PV.	PROS, PSDB.

Fonte: DE CASTRO, 2015.

TABELA 4 - Fim das coligações proporcionais.



	Fim das coligações proporcionais		
	A Favor	Contra	Liberado
Partidos Políticos Brasileiros	PSDB, PPS, PSoL, PSD.	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PCdoB, PEN, PHS, PSC, PP, PT, PTdoB, PMN, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PRB, PRTB, PV.	PROS, DEM, PDT.

Fonte: DE CASTRO, 2015.

As orientações são dadas antes do início da votação de cada matéria, para que os partidos, já previamente organizados pelos seus líderes, torne público a opinião institucional das agremiações. Os seus membros são convidados a seguirem essa orientação, constrangidos ou não por sanções internas do partido.

Constatamos na pesquisa que as mulheres votam de acordo com a orientação partidária, sendo ela positiva ou negativa para os interesses desse grupo em relação a ampliação feminina na política. Como podemos visualizar nas Tabelas 2,3 e 4 e nos anexos 1, 2 e 3, o traço de votação se delimita seguindo a lógica da orientação e não da identidade feminina. Portanto, não podemos afirmar que a identidade seja levada em consideração no tratamento da reforma política de 2015. Confirmamos nossa hipótese com a construção empírica demonstrada na pesquisa.

O que se pode indicar é que a tratativa de interesses da câmara pelos líderes partidários tem magna influência nos rumos das apreciações. A única forma notada de fazer valer sua voz em contrapartida do partido é o uso da abstenção ou ausência, mas que ainda pode ser considerada uma conciliação com seu eleitorado de base e não uma atitude de identificação feminina de fortalecimento. Predomina os interesses individuais da oligarquia congressista, desarticulando a coletividade feminina.

Os pequenos partidos políticos que advogavam em campanha pelo fim das coligações proporcionais e doações empresariais acabam mudando de posicionamento quando verificaram que o novo modelo não resguardaria espaço às legendas fisiológicas, característica peculiar às pequenas legendas partidárias em nosso país. O contrário ocorre com o distritão, que fortaleceria partidos regionalistas e concentrados



em regiões. Entretanto, o PCdoB, mostrando a influência dos acordos dos líderes, apoia o “distritão” mesmo que esse diminua a representatividade das minorias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar o artigo, vale lembrar o caráter precário no qual se deu a reforma política após a dissolução da Comissão Especial de Reforma Política e a captação do processo por grupos alinhados a interesses conservadores. Em decorrência deste cenário, acabaram ocorrendo manobras parlamentares que reverteram vitórias de propostas com significativa relevância, situação que acabou condicionando a decisão sobre o modo de funcionamento de parte importante do sistema político e eleitoral brasileiro para o Supremo Tribunal Federal.

As reformas políticas discutidas desde a constituinte de 1988 levantaram como uma de suas bandeiras a correção do desequilíbrio representativo feminino nas esferas políticas. Diversos atores da sociedade foram chamados para consulta, de acadêmicos a líderes de movimentos organizados, sendo produzido livros, dossiês, conferências, debates e inúmeros outros eventos que reunissem especialistas e a sociedade civil.

Contudo, até o momento tais instrumentos não foram efetivados, sendo produzida apenas a lei que agora tramita no senado e que se encontra paralisada pelos motivos expostos acima. O histórico aqui exposto revela a dificuldade de se construir uma política pública eficiente que responda aos interesses sociais pulsantes.

Nos dois últimos anos, a reforma política brasileira ocupou parte significativa dos noticiários e sites da internet. O desgaste social do nosso sistema político e eleitoral, provocado por uma série de escândalos de corrupção, fomentou o debate em torno da reforma política, tendo em vista que ela é um dos instrumentos de revisão dos diversos ordenamentos jurídicos que regulam a democracia brasileira. Nos fóruns sobre a reforma política, na Câmara dos Deputados, no Senado e em outras esferas de debate, observou-se uma série de discussões acerca da necessidade de se atenuar o imenso abismo de poder de representação no Brasil.



Considerando-se que a carência de leis que estruturam um sistema que acolha os múltiplos interesses sociais, respeitando sua heterogeneidade, ajuda a perpetuar o quadro de exclusão participativa que submete milhões de cidadãos à vontade de uma elite decisória, reverter esse quadro político e jurídico seria um avanço democrático.

Contudo, a tramitação de qualquer matéria que objetive modificar as bases do poder representativo ou da ordem decisória sempre acirrará as disputas entre os diversos grupos de interesse que integram o jogo de tomadas de poder. Vale salientar que atualmente estas disputas ocorrem no interior de um cenário político bastante conservador e desfavorável ao avanço dos direitos das minorias sociais.

De forma objetiva, para uma jovem democracia como a brasileira, isso é preocupante. Afinal, não é nenhuma novidade que as questões que envolvem a representação política e a participação social nos processos decisórios tornaram-se temas de grande relevância democrática desde o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte que originou a Carta Magna de 1988. É evidente que trabalhadores, mulheres, homossexuais, negros e indígenas, são grupos precariamente representados nos âmbitos legislativos e de poderes decisórios institucionalizados. As mulheres sequer garantiram o mínimo legal na sua representação política, ficando no limiar das sanções jurídicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. **As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais.** *Dados* [online]. 2001, vol.44, n.1. ISSN 0011-5258.

_____. **Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil:** as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 23, 2009.

BRAGA, M. S. S. Reforma política e coligações eleitorais. In: IANONI, M. (Org.). **Reforma política democrática:** temas atores e desafios. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

BOLOGNESI, Bruno. **A cota eleitoral de gênero:** política pública ou engenharia eleitoral?. *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*, v. 1, n. 2, 2012.



DANTAS, A. C. M. S. **O segundo sexo na política:** o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira. Maceió: Edufal, 2011.

DE CASTRO, Leonardo A. **Reforma do sistema político brasileiro:** as siglas partidárias e as suas propostas. In: I Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Regional Catalão - CONPEEX-RC, 2015, Catalão. ANAIS - I CONPEEX 2015, 2015. v. 1. p. 773-778.

KLEIN, C. **O desafio da reforma política:** consequências dos sistemas eleitorais de lista aberta e fechada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. São Paulo: **Novos estudos CEBRAP**, 76, Novembro de 2006.

_____. Mesa voto distrital, voto proporcional e coligações. In: Maria Victória Benevides, Paulo Vanuchi e Fábio Konder (Org.). Reforma Política e Cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. P. 462 a p. 466..

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação:** territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014

RENNÓ, L. R. Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis. In:

MULHOLLAND, T.; RENNO L. R. (Org.). **Reforma política em questão.** Brasília: UnB, 2008.

ANEXO I – Votação Fim das Coligações Proporcionais

		Fim das Coligações Proporcionais			
		Ausente	A favor	Contra	Abstenção
		Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
Partidos Políticos	PT	0	0	8	0
	PSDB	1	2	0	2
	DEM	0	1	0	0
	PCdoB	0	0	5	0
	PMDB	2	3	2	0
	PDT	0	0	0	0
	PEN	0	0	0	0
	PSoL	1	0	0	0
	PHS	0	0	0	0
	PP	0	0	2	0
	PMN	0	0	0	0
	PPS	0	2	0	0
	PR	2	1	3	0

PRB	0	0	2	0
PROS	0	0	0	0
PRP	0	0	0	0
PRTB	0	0	0	0
PSB	1	3	0	0
PSC	0	0	1	0
PSD	0	0	1	0
PSDC	0	0	0	0
PSL	0	0	1	0
PTB	1	0	1	0
PTC	0	0	0	0
PTN	1	0	1	0
PV	0	0	1	0
SOLIDARIEDADE	0	0	0	0
PTdoB	0	0	0	0

ANEXO II – Votação Financiamento Público/ Privado Empresas e Pessoas Físicas a Partidos

		Financiamento Público/ Privado Empresas e Pessoas Físicas a Partidos			
		Ausente	A favor	Contra	Abstenção
		Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
Partidos Políticos	PT	0	0	8	0
	PSDB	1	3	0	1
	DEM	0	0	1	0
	PCdoB	0	0	5	0
	PMDB	1	3	3	0
	PDT	0	0	0	0
	PEN	0	0	0	0
	PSoL	1	0	0	0
	PHS	0	0	0	0
	PP	0	1	1	0
	PMN	0	0	0	0
	PPS	0	0	2	0

PR	1	2	3	0
PRB	0	0	2	0
PROS	0	0	0	0
PRP	0	0	0	0
PRTB	0	0	0	0
PSB	1	2	1	0
PSC	1	0	0	0
PSD	0	0	1	0
PSDC	0	0	0	0
PSL	0	1	0	0
PTB	0	1	1	0
PTC	0	0	0	0
PTN	1	0	1	0
PV	0	0	1	0
SOLIDARIEDADE	0	0	0	0
PTdoB	0	0	0	0

ANEXO III – Votação Sistema de Voto "Distritão"

		Sistema de Voto "Distritão"			
		Ausente	A Favor	Contra	Abstenção
		Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
Partidos Políticos	PT	0	0	8	0
	PSDB	1	2	2	0
	DEM	0	0	1	0
	PCdoB	0	4	1	0
	PMDB	1	4	2	0
	PDT	0	0	0	0
	PEN	0	0	0	0
	PSoL	1	0	0	0
	PHS	0	0	0	0
	PP	0	2	0	0
	PMN	0	0	0	0
	PPS	0	0	2	0
	PR	1	0	5	0

PRB	0	0	2	0
PROS	0	0	0	0
PRP	0	0	0	0
PRTB	0	0	0	0
PSB	1	0	3	0
PSC	1	0	0	0
PSD	0	1	0	0
PSDC	0	0	0	0
PSL	0	0	1	0
PTB	0	1	1	0
PTC	0	0	0	0
PTN	1	1	0	0
PV	0	0	1	0
SOLIDARIEDADE	0	0	0	0
PTdoB	0	0	0	0

GT 03 – Estado, partidos e movimentos sociais

REFLEXÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁXIS POLÍTICA: CONCEPÇÕES, PROJETOS E UTOPIAS

Rejane C. Medeiros de Almeida

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar reflexões realizadas a partir de estudos de doutorado em Sociologia, sobre movimentos sociais e práxis política. Busca-se refletir sobre o conceito de práxis enquanto elemento norteador dos estudos sobre movimentos sociais, concepções, projetos e utopias. Enquanto práxis, utiliza-se o que (MARX, 2009, VÁZQUEZ, 2007) formulam em seus estudos, em que a filosofia, por si só, como crítica da realidade, não a transforma. Portanto, a passagem da filosofia à realidade precisa de mediação da práxis. Como conceito de movimentos sociais, adota-se o que Viana (2015) define ser movimentos sociais: mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social. A



metodologia usada é bibliográfica. O resultado parcial da pesquisa indica que os movimentos sociais para participar da realização da utopia, ou seja da superação da velha ordem burguesa, seja capaz de aglutinar forças à luta da classe trabalhadora e superar as contradições do sistema capitalista.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Práxis Política; Projeto; Utopia

REFLEXÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁXIS POLÍTICA: CONCEPÇÕES, PROJETOS E UTOPIAS

Rejane C. Medeiros de Almeida

Introdução

O presente artigo busca refletir sobre o conceito de práxis enquanto elemento norteador dos estudos sobre movimentos sociais, concepções, projetos e utopias. Far-se-á uma incursão sobre as dimensões da práxis, compreendendo a partir do que Marx (2009) formula em seus estudos, em que a filosofia, por si só, como crítica da realidade, não a transforma. Para mudar a realidade, a filosofia tem de realizar-se. Portanto, a passagem da filosofia à realidade precisa de mediação da práxis. A teoria, por si só, não transforma a prática, isso só ocorrerá quando a prática penetrar na consciência dos homens. Mas, isso só não basta, faz-se necessário determinar qual teoria e quais tipos de homens concretos, que ao elaborarem suas críticas, a transformam em ação, ou seja, em práxis revolucionária (VÁZQUEZ, 2007).

Sobre movimentos sociais, como centralidade da práxis nas ações políticas, tema deste estudo, ressalta-se que a idealização dos mesmos atrapalha suas análises. E o romantismo que lhe cerca dificulta sua compreensão. Isso porque evita-se a crítica. Para melhor entendimento sobre os elementos do conceito de movimentos sociais, adota-se o que Viana (2015, p. 53) define ser movimentos sociais: “[...] mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social”. Um



movimento social forja elementos importantes, porém difusos, como organizações, tendências, manifestações, entre outros aspectos.

No entendimento de Jensen (2014), quando um grupo social produz um movimento social, ocorrem mudanças no interior desse grupo, o que implica dizer que o grupo provoca mudanças na própria sociedade, e sobrevém, portanto, mudanças sociais no seu âmbito. Nessa perspectiva, todo movimento social é um movimento político.

Sobre o movimento de uma classe social e um movimento de um grupo social há diferenças, pois uma classe social está sempre em movimento, e o que determina sua condição de existência são as relações de antagonismos de classes. Isso significa que possui como característica a luta de classes, e mesmo quando há o isolamento e a não consciência de classe, a classe luta e é esta luta que lhe é determinante.

Também, apresentar-se-á uma reflexão sobre projeto e utopia, a fim de se entender os meandros dos movimentos sociais. Nesse sentido, busca-se em Bloch (2005) a categoria utopia para trabalhar com o princípio da esperança nas mudanças que os movimentos sociais e dos trabalhadores podem ser capazes de produzir. Para Bloch, “a razão não consegue florescer sem a esperança, a esperança não consegue falar sem a razão; ambas associadas numa unidade marxista” (BLOCH, 2005, p. 453). Implica, outrossim, em engajamento para a concretização do real, mediado por uma racional esperança que deve ser compreendida por meio do materialismo dialético, na perspectiva de Bloch. A esperança, nesse caso, é um princípio determinante da materialidade, da realidade objetiva.

1. As dimensões da práxis

A palavra práxis tem origem grega e era empregada na Antiguidade como ação, atividade humana. Designava uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou à sua atividade. A mesma foi usada por Aristóteles, que lhe deu um significado de *praxeis*, no sentido de descrever as atividades vitais dos animais e o movimento das estrelas, mas provoca reflexões a respeito do seu



uso em relação aos seres humanos. Aristóteles destaca que a práxis é uma das atividades importantes do homem, seguida por *Theoria* e a *poiesis*.

A sugestão é feita no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento, de acordo com o qual há três tipos básicos de conhecimento, o teórico, o prático e da *poiesis* (“o produtivo”), que se distinguem pela finalidade ou objetivo: para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático a própria ação. (BOTTOMORE, 2012, p. 431).

Para Vázquez (2007), a práxis na perspectiva marxista é compreendida como transformação objetiva do processo social, isso quer dizer que é transformação das relações homem-natureza, portanto práxis produtiva, e homem-homem, que significa práxis revolucionária. Nesse aspecto, a práxis significa o elemento norteador do conhecimento, o critério da verdade e a finalidade da teoria. A relação entre teoria e prática é uma relação de unidade dialética, na qual a teoria não se reduz à prática, mas, sim, sua complementariedade e sua efetivação se dão por meio da ação humana.

Como essência humana, se dá socialmente, e a prática é o fundamento que torna possível a atividade humana, uma vez que o homem é, essencialmente, um ser prático, produtor material. Nesse sentido, afirma Vázquez (2007, p. 407):

Se o homem só tem essência como ser social, tem-na também como ser que produz; mas, por sua vez, esse processo de transformação da realidade objetiva ao longo do qual o homem se produz a si mesmo é um processo que se desenvolve no tempo, o que impede de fixar o homem – como ser social e prático – em uma forma social determinada de sua atividade prática. Desse modo, a essência humana radicaria na natureza social, prática (produtora) e histórica do homem. O homem é um ser que produz socialmente, e que nesse processo se produz a si mesmo.

Para Vázquez (2007), ao usar a expressão atividade, Marx objetiva afirmar o caráter real e, sobretudo, objetivo da práxis, uma vez que a mesma transforma o mundo exterior, que é independente da consciência e existência humana. Por isso, o objeto da



atividade prática são os homens concretos. O fim dessa atividade é a transformação real do mundo social e natural para atender às necessidades humanas. O resultado é uma nova realidade social, que existe independentemente da vontade dos sujeitos que as criaram, mas que só existe pela criação do homem enquanto ser social. (VÁZQUEZ, 2007).

Sobre a crítica à ideologia burguesa, Korsch (1966) adverte que Marx propõe como objeto a crítica da filosofia burguesa, a crítica de todas as ciências humanas burguesas, pois a crítica da ideologia burguesa é a crítica a partir da classe proletária. Nesse movimento é que Marx (2009), nas *Teses de Feuerbach*, afirma que o grande problema do materialismo é que o objeto, a realidade, só é apreendido como forma de objeto ou da contemplação – crítica feita aos filósofos da época –, e não como atividade humana, prática. O autor afirma:

Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [...]. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (MARX, 2009, p. 119).

Na oitava tese, Marx faz uma crítica a Feuerbach, afirmando que a vida social é prática. E é errôneo definir a teoria sob o ponto de vista do idealismo, uma vez que a solução encontra-se na prática humana e na compreensão de como se realiza essa prática. E continua o diálogo com Feuerbach, afirmando que os filósofos interpretam o mundo, mas o que importa, sobretudo, é a transformação deste mundo. (MARX, 2009).

Vázquez (2007) chama atenção para o tipo de homens que serão os mediadores entre a crítica teórica e prática, e assinala a partir do que Marx define como relação entre a teoria e a práxis, destacando que, por si só, a teoria não se realiza, e sua efetivação depende da existência de uma necessidade radical. Esta, por sua vez, se expressa como crítica radical, e que torna possível sua aceitação. Isso significa que a passagem da teoria à prática, ou da crítica radical, é forjada pela história determinada. Implica dizer que a passagem da teoria à práxis revolucionária é determinada pela existência de uma classe social, que só libertará a si mesma libertando a humanidade.



[...] o proletariado não pode emancipar-se sem passar da teoria à práxis. Nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social garante por si só sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação.[...] a filosofia- diz Marx- não pode chegar a realizar-se sem a abolição do proletariado, e o proletariado não pode chegar a realizar-se sem a abolição da filosofia” (VÁZQUEZ, 2007, p. 118).

Entre as várias formas de práxis, destaca-se a atividade prática produtiva que o homem estabelece com a natureza, mediada pelo trabalho. É devido ao trabalho que o homem resiste às matérias e forças naturais e cria um mundo de objetos úteis para atender às suas necessidades. Mas isso só ocorre porque o homem é um ser social e realiza as transformações através de um processo determinado por relações de produção. Para Vázquez (2007, p. 227):

No processo de trabalho, o homem, valendo-se dos instrumentos ou meios adequados, transforma um objeto com relação a um fim. Na medida em que materializa certo fim ou projeto, ele se objetiva de certo modo em seu produto. No trabalho - diz Marx - o homem assimila “as matérias da natureza sob uma forma útil para sua própria vida”, mas só pode assimilá-las objetivando-se nelas, isto é, imprimindo na matéria trabalhada a marca de seus fins. Marx aponta essa adequação a um fim como um dos fatores essenciais do processo de trabalho: “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim – ou seja, o próprio trabalho-, seu objeto e seus meios”.

Para o autor, essa caracterização da forma e conteúdo do processo de trabalho revela as condições subjetivas (que são as atividades do trabalhador) e as objetivas (que são as condições materiais do trabalho), representadas pelos instrumentos ou meios que operam as transformações.

A práxis produtiva é, assim, a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades



humanas e que só podem ser produzidas na medida em que se plasman neles fins ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo. (VÁZQUEZ, 2007, p. 229).

Quanto à práxis política, constitui uma atividade prática que baliza e orienta para transformações na sociedade, que vão desde as relações econômicas, políticas e sociais. A práxis social, por sua vez, consiste em uma atividade de grupos e classes sociais que pode transformar a organização e a direção da sociedade, ou mesmo provocar mudanças no Estado. Essa forma de práxis é a atividade política. Nesse sentido, a política é uma atividade prática na medida em que a luta realizada pelos grupos ou classes sociais está ligada à determinada organização de seus membros, como é o caso dos movimentos sociais, instituições e partidos.

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade. Na sociedade dividida em classes antagônicas, a atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se assenta o poder material e espiritual da classe dominante e instaurar, assim, uma nova sociedade. (VÁZQUEZ, 2007, p. 232).

Pode-se afirmar que os movimentos sociais são agentes de mudança e que, através de uma luta consciente, organizada e dirigida, com estratégias e objetivos definidos, especialmente com projetos, são capazes de transformar a sociedade. Neste sentido, se o homem existe enquanto ser prático, afirmando-se como prática transformadora, a práxis revolucionária e a práxis produtiva constituem dimensões indispensáveis de seu ser prático. (VÁZQUEZ, 2007).

O tema movimentos sociais recorrente nos estudos das Ciências Sociais aparece com uma diversidade de definições, e por vezes com ausência de definições. As dificuldades nestes estudos remetem a problemas de ordem ideológica e teórico-metodológica, que, para Viana (2015, p. 7-8),



[...] Por não possuir uma base teórico-metodológica adequada, a definição de movimentos sociais passa a ser de forma pré-explicativa, geralmente empirista (indutiva) [...] Assim, alguns confundem movimentos sociais com manifestações, partidos políticos, classes sociais, ideologias, organizações, entre outras infinitudes de fenômenos e os definem a partir de tal confusão.

Na definição de Gohn (2011), movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural com variadas formas dos grupos se organizarem. Para a autora, os movimentos elaboram diagnósticos sobre a realidade social e com uma pluralidade quanto à forma de organização, desenvolve proposições para mudanças. O que caracteriza movimentos sociais na definição da autora:

[...] possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. (GOHN, 2011, p. 336).

A partir dessa definição, a questão que se coloca é: de que tipo de movimento social a autora está se referindo? Como se todo movimento fosse movimento social, ou seja, movimento sindical, movimento camponês, operário, enfim, tudo é considerado movimento social.

Ademais, nem todo movimento social apresenta caráter de permanência. Veja-se o movimento de tarifa zero, ocorrido em junho de 2013, que não apresentou um caráter de permanência e tampouco tinha, nas suas bases, uma concepção de sociedade, salvo em algumas regiões onde o movimento estudantil estava mais organizado. Porém, hoje já não opera com intensidade, como em 2013, quando o fenômeno apareceu no cenário nacional com força, mobilizando a juventude brasileira.



Um aspecto relevante para este estudo é compreender a relação entre movimentos sociais e classes sociais, pois a análise da composição social dos movimentos sociais e da hegemonia na sociedade e no seu interior é importante para o entendimento desta dinâmica. Para Viana (2015), é indispensável conhecer a dinâmica do movimento do capital, que, ao se desenvolver, gesta o processo de mercantilização das relações sociais e possibilita a criação de movimentos sociais, em virtude dos impactos que o capital exerce na sociedade.

Partindo do pressuposto de que os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais e que é pertinente para este estudo compreender o que é um movimento, “Consideramos mais adequado pensar essa categoria como sendo deslocamento, no tempo e/ou no espaço. O deslocamento espacial significa ir de um lugar para outro e o temporal significa sofrer alterações em sua composição original”. (VIANA, 2015, p. 22). O autor chama atenção de que é indispensável o acompanhamento do conceito social, entendendo que movimento social é um movimento de um grupo social.

Os grupos sociais se movimentam por questões internas e externas, e isso ocorre porque um grupo social só existe no conjunto das relações sociais estabelecidas em função de demandas produzidas pelas necessidades do próprio grupo, e na relação com a sociedade.

Para compreender um movimento social, faz mister conhecer a constituição do seu grupo social, que possui algo em comum, não estando necessariamente organizado. Por exemplo, os trabalhadores Sem Terra: o fato de serem Sem Terra não tipifica que configure um movimento social; o que o faz ser um movimento é a necessidade de trabalhar na terra, não possuir a terra para produzir seu sustento, e surge, nesse caso, uma necessidade, que existe sob determinada condição histórica.

Nesse sentido, um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o constituem possui algo em comum, que vai desde aspectos biológicos, que são, por exemplo, raça e sexo, quanto aspectos culturais e ideológicos, que nesse caso se constitui em projeto político (JENSEN, 2014).

Ademais, Jensen (2014), no seu artigo “Dez teses sobre movimentos sociais”, elabora uma reflexão em que destaca que o movimento social é importante para seu



grupo social, pois desenvolve um processo de experiência e de consciência nos seus membros, sobretudo adquire unidade e organicidade política, modificando os seus componentes, assim como a sociedade, o que implica em mudança social.

Partindo da premissa de que todo movimento social é provocado pelas determinações de relações de produção, que, por conseguinte, são relações de classes sociais, elencam-se alguns elementos fundantes para o entendimento do que são movimentos sociais. O primeiro elemento é entender a relação entre movimentos sociais e classes sociais, com formas de lutas, de resistências e de consciência. O outro elemento é pensar no movimento do capital e na dinâmica imposta pelo desenvolvimento deste modo de produção. E, sobretudo, no processo de mercantilização das relações sociais que este sistema promove e que provoca o surgimento dos movimentos sociais. E, por fim, não menos importante, a relação entre partidos, instituições e, especialmente, Estado.

Sobrepostas a todos estes elementos destacados, tem-se a hegemonia e a cultura que se delineiam em todos esses processos. Isso quer dizer que os movimentos sociais não podem ser entendidos fora da totalidade, que é a sociedade. (VIANA, 2015).

2. Movimentos sociais e tipologia

Outro fator indispensável para demarcar os estudos sobre movimentos sociais é que estes são diferentes dos movimentos políticos das classes sociais, pois os movimentos aglutinam como base grupos sociais e não classes sociais. Porém, os movimentos sociais estão envolvidos numa dinâmica da luta de classes, e, para Viana (2015, p. 56), classes sociais são “Conjuntos de indivíduos que possuem um determinado modo de vida comum, interesses comuns e luta em comum contra outras classes sociais a partir de uma determinada atividade fixada na divisão social do trabalho, gerada pelo modo de produção dominante”. Isso quer dizer que as classes sociais estão submetidas à divisão social do trabalho na sociedade e isso determina modo de ser e viver, interesses e luta de classes.

Marx (2009), em “A ideologia Alemã”, chama atenção para o fato de que:



Os homens são os produtores das suas representações, ideias, mas, os homens reais, são produtores a partir de suas relações de produção, condicionados às forças produtivas e, sobretudo pelas relações que corresponde até suas formações mais avançadas.

Nesse sentido, faz mister analisar a composição de classe dos movimentos sociais e a hegemonia⁷⁰ no seu interior, para entender sua organização, objetivos, tipos de mobilização e de insatisfação. São três os tipos de movimentos sociais, segundo Viana (2015): conservadores, reformistas e revolucionários. Tal divisão ajuda a compreender a sua composição de classe e hegemonia, visto que expressa uma determinada determinação cultural. Isso revela representações, valores e concepções que circula no interior do grupo. Nesse sentido, a composição social de um movimento traz como elemento fundamental o pertencimento de classe, que por sua vez gera cultura, acesso a bens e recursos, entre outros.

Parte-se agora para as características de um movimento conservador: pode ser monoclássista⁷¹ ou policlássista⁷², embora o seu predomínio seja monoclássista, mas isso vai depender da composição social dos integrantes do grupo que formam a base. É composto pela classe mais alta, de hegemonia burguesa; apregoa no seu bojo o caráter conservador; defende a organização da sociedade em curso, pois busca garantir a manutenção do *status quo*; e tem na intolerância seu aspecto amiúde. Defende um conjunto de valores, concepções que garantam a conservação do grupo social que está na base. A gênese de tais aspectos remete à sociabilidade capitalista, com bases na competição, mercantilização e burocratização, especialmente gesta elementos como o preconceito, a xenofobia, a discriminação, entre outros. (VIANA, 2015).

Já os movimentos sociais reformistas apresentam composição social policlássista. Uma característica desse movimento é a hegemonia burguesa ou

⁷⁰ Segundo Viana (2015, p.63), hegemonia é uma vigência cultural que pode ser e geralmente é marcada pela dominação cultural, mas também pela inércia e reprodução acrítica de determinadas ideias e concepções, seja pela predominância da mentalidade burguesa, que é seu elemento determinante, seja pelas mutações sociais e processos culturais que emergem a partir de certas necessidades, situações, etc.

⁷¹ Monoclássista: São aqueles que são realizados tendo por base grupos sociais compostos por indivíduos pertencentes a uma classe social. (VIANA, 2015).

⁷² Policlássista: Segundo Viana (2015), a base social de diversas classes, sendo que, em algumas, se manifestam indivíduos das classes desprivilegiadas e, em outros, indivíduos oriundos de classes privilegiadas.



burocrática, realiza uma ação reprodutora do capitalismo. Seu principal alvo é o Estado e tem na reivindicação sua principal força organizativa; desejam reformas sociais, atendimentos a demandas sociais, sobretudo mudanças na cultura.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil apresenta um caráter reformista e suas reivindicações cobram do Estado que assentem famílias em terras não produtivas, defendendo que a propriedade seja social.

O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viverem, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro, como casa, escola e comida [...]. Buscamos, em cada assentamento, desenvolver uma mentalidade e uma atitude de Soberania Alimentar, compreendendo que a nossa função social é produzir alimentos, sendo esta a nossa primeira tarefa histórica, eliminando a fome do meio das famílias camponesas⁷³.

Com esta definição sobre função social da terra, defendida pelo movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra, pode-se observar que o mesmo apresenta um elemento importante para o atendimento de demandas sociais. Busca, sobretudo, contestar a concentração de terras nas mãos de grupos poderosos, que são os mesmos que compõem o poder político no país.

Mas, mesmo apresentando um caráter reformista, os movimentos são diferenciados na sua constituição, como é o caso do movimento citado. A tendência revolucionária nos movimentos sociais reformistas é escassa e possui características de dissidências. O autor chama atenção de que essa tendência é marcadamente proletária. Apesar da tendência revolucionária no interior dos movimentos reformistas apresentar-se com certa inconsistência quanto à sua constituição, muda com facilidade, abandona sua posição revolucionária, no conjunto das suas contradições. “A hegemonia no seu interior é proletária, mesmo que com algumas ambiguidades, possuindo elementos de concepções burguesas e outras mescladas com concepções revolucionárias.” (VIANA, 2015, p. 87).

⁷³ Disponível em: www.mst.org.br/nossa-produção. Acesso em: 12 out. 2015).



Uma outra questão importante quanto aos limites e desafios para as tendências revolucionárias é que seus militantes sofrem perseguições e encontram muitas dificuldades para operar no seu conjunto, assim como os resultados da luta política não aparecem imediatamente na sociedade, uma vez que alterar as relações de produção capitalistas e constituir novas relações de produção é uma tarefa revolucionária. (VIANA, 2015).

Quanto às tendências revolucionárias, afirma Viana (2015, p. 91), as monoclássistas proletárias apresentam como forma de organização uma “[...] ação direta, seja nos processos de luta ou atuando no conjunto da classe e outros setores da sociedade, objetivando a união da classe em seu conjunto ou formação de um bloco revolucionário”.

3. Movimentos sociais: Projeto e produção de utopia

Utilizando o conceito de Sartre sobre projeto, Patrick Berger vai desenvolver, em seu artigo “Movimentos sociais, futuro e utopia”, a perspectiva de que o elemento indispensável aos movimentos sociais é o seu projeto. Usa o termo como uma adaptação a esta concepção. Destaca que o projeto é uma escolha e que o indivíduo nasce e só depois escolhe. Entretanto, adverte que o ser humano não é sobremaneira livre e, neste caso, não ocorre a liberdade de escolha, pois esta é determinada pela condição da existência desse ser no mundo, ou seja, suas escolhas estão relacionadas com o social, o político, o econômico e o cultural. (BERGER, 2015).

Para Marx (2009), os homens são resultado da sua produção, como produzem, com que produzem, e o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção. Mas, qual é o sentido e significado de projeto para os movimentos sociais? Scherer-Warren (1987, p.15) adverte que a práxis é em si mesma inconcebível sem a carência, a transcendência e o projeto. Pois é por meio “[...] de seu projeto que o homem se produz e supera a condição que lhe é dada, revela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se, pelo trabalho, pela ação”.

Nesse sentido, o projeto dos movimentos sociais são:

[...] projetos históricos e por isso remetem à determinada concepção de história, de passado, presente e futuro. A utopia é



o horizonte desejável e realização dos projetos históricos dos movimentos sociais quando superam suas ilusões e apontam para a superação da razão de sua existência e ilusões. Por isso é fundamental observar a posição dos movimentos sociais diante do futuro, o que também remete ao problema de suas posições sobre o passado e o presente. (BERGER, 2015, p.81).

Para Berger (2015), o projeto se constitui de objetivos imediatos e finais. Ao passo que os objetivos imediatos são a forma imediata de se atingir os objetivos finais, os objetivos finais são o elemento norteador do movimento, onde se busca chegar, o que se quer com a luta.

O autor ressalta que é possível um movimento social ter objetivo, mas não possuir projeto, o que representa um entrave, uma vez que não apresenta contribuição quanto à superação dos problemas que gerou o próprio movimento, ou seja, as demandas do grupo em processo reivindicatório. Isso quer dizer que um movimento social sem projeto torna-se uma presa fácil no processo de cooptação por partidos políticos, pelo próprio Estado, como também pela sociedade civil.

O fato de o movimento social possuir um projeto é determinante no modo de organização e encaminhamento de suas reivindicações. Isto porque, ao elaborar um projeto com objetivo final, como também com os objetivos imediatos, a fim de que seja possível a concretização da luta, os movimentos sociais podem ter no seu horizonte uma direção, sem que com isso se percam nos meandros da cooptação, corrupção e do imediatismo. Isso sem perder de vista o roteiro final, a concretização daquilo que os fez surgir.

Entretanto, um dos grandes problemas, afirma Berger (2015), é a dificuldade da formação dos integrantes do movimento e, sobretudo, uma formação pautada na teoria e na prática, como síntese das determinações dos processos sociais, políticos e culturais que os sujeitos estão envolvidos. Dessa forma, um elemento importante que marca o projeto é a força das ideologias e concepções dominantes que exercem influência de forma negativa nos movimentos sociais. (BERGER, 2015).

Uma outra questão levantada por Berger é: qual projeto? Essa pergunta é determinante para a análise dos movimentos sociais, pois “Os projetos dos movimentos sociais podem estar centrados no passado, presente e futuro. Isso quer dizer que, no



movimento do passado, o projeto apresenta características da busca de harmonia com a natureza, meio ambiente, tradição. “O apego às tradições, ao obscurantismo e misticismo, ao romantismo e sentimentalismo [...] a sua forma religiosa é a mais comum e forte em épocas de estabilidade” (BERGER, 2015, p. 85).

Na outra centralidade dos movimentos sociais há os que defendem o presentismo, ou seja, criticam o passado e o futuro, sendo a despolitização das suas ações, seguida pela negação da utopia, a sua principal característica, marcada com forma e conteúdo pelo utilitarismo e pragmatismo. Nesse caso, o autor chama atenção para o “sindicalismo de resultados” (BERGER, 2015, p.87).

O que passa a ser exigido são mudanças legais no interior da legalidade capitalista ou políticas estatais de acordo com os interesses dos seus integrantes [...] um pequeno direito aqui, uma breve lei ali, e nada mais. A ação de alguns se limita a questões jurídicas pontuais e limitadas, o que beneficia indivíduos mas não resolve o problema dos grupos. As chamadas ações afirmativas se incluem nesse contexto.

Nesse contexto de consciência presentista, o autor ressalta as relações entre movimentos sociais, partidos políticos e instituições burocráticas, afirmando que “as forças dominantes na maioria dos movimentos sociais atuais são presentistas, visam vantagens pessoais no interior da sociedade moderna sem apontar para uma transformação social” (BERGER, 2015, p. 87).

Ao contrário da consciência passadista e presentista, que o autor define como contraditórias ao projeto histórico da classe trabalhadora, adverte que é a consciência futurista o projeto emancipador, onde o mesmo centra suas análises, afirmando que este projeto possui características de utopia e rompe com os grilhões do passado e do presente. Diz Berger (2015, 87):

O projeto futurista é aquele que não está voltado para o passado, seja para retomá-lo ou exorcizá-lo, nem para o presente, seja para reproduzi-lo ou melhorá-lo. O projeto futurista aponta para o futuro, o que vem adiante e o que pode redimir a humanidade, libertar os seres humanos, abolir as formas de opressão e exploração, realizar a igualdade e a liberdade, ou seja, a utopia.



Mas, o que é utopia? Para o filósofo alemão Ernst Bloch, a utopia se apresenta como apartada da realidade presente, em que a grande centralidade é o presente. Destaca que as insatisfações e o descontentamento são referências para potencialidades que gestam a esperança humana.

A utopia, afirma Bloch (2005, p. 456), é parte da estrutura histórica do homem. Isso implica dizer que “o marxismo foi o único que promoveu a teoria prática de um mundo melhor, não pra esquecer o mundo presente, como era comum na maioria das utopias sociais abstratas, mas pra transformá-lo em termos dialético-econômicos”.

Nesse sentido, Berger (2015, p. 94) destaca que:

A passagem das utopias abstratas para a utopia concreta emerge com o surgimento do marxismo (a ciência da tendência, segundo expressão de Bloch). A topia concreta é aquela que, através da transformação do ainda- não-consciente, em consciente, do abstrato e sem mostrar o caminho da transformação para a reflexão das tendências realmente existentes, do fragmentário para o totalizante, do otimismo progressista burguês para o otimismo militante (pois o novo é uma tendência que enfrenta correspondências e por isso é preciso agir para o concretizar e reforçar sua possibilidade de realização).

Para Berger (2015), a utopia é uma crítica que, ao negar o capitalismo, dialeticamente afirma uma outra sociedade. O objetivo final é o que alimenta a trajetória de um movimento social. O seu projeto é marcadamente a grande empreitada que alimenta essa trajetória. Mas, para o autor, o movimento operário é o sujeito histórico revolucionário, e isso se dá devido à constituição das relações sociais nas quais esses sujeitos se constituem e são constituídos. Ou seja, na relação antagônica com a burguesia.

Considerações

Pensar o tema movimentos sociais é pensar a complexidade da sua existência, haja vista que possuem uma dinâmica na qual sua existência imbrica não no antagonismo, mas na oposição. As mazelas criadas pelo modo de produção capitalista



só serão resolvidas com a superação deste modelo, e isso significa que o proletariado deve protagonizar sua tarefa histórica, qual seja, criar novas relações de produção.

A consciência antecipadora e o otimismo militante são elementos fundamentais nesse processo e presentes na utopia concreta expressa pelo marxismo. A consciência antecipadora é o que permite pensar a “mudança radical”, a realização da utopia. A formação de uma vontade coletiva de transformação pressupõe uma “conversão do olhar”, o que significa superar a obscuridade do imediato, a reificação do cotidiano, e o deslocamento do presente para o devir, ganhando seu sentido em sua relação com o futuro. (BERGER, 2015, p. 94).

Os movimentos sociais têm um papel a cumprir, aliados ao do movimento operário. Essa aliança possibilitará a radicalização dos movimentos sociais, superando, no entendimento de Berger (2015), o passadismo e o presentismo, o que significa visibilizar o antagonismo que marca a luta de classes entre burguesia e proletariado. Sobretudo, para afirmar que “[...] todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito ao voto, não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si [...]” (MARX, 2009, p. 47).

Portanto, os movimentos sociais terão uma tarefa histórica, que é sua união com a classe operária, para que juntos possam destruir a velha ordem. Remete-se aqui ao que Marx, afirma na décima tese sobre Feuerbach, como síntese das reflexões aqui propostas: “O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade “burguesa”; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada”. (MARX, 2009, p. 126). Com isso, defende-se que os movimentos sociais para participar da realização da utopia, ou seja da superação da velha ordem burguesa, seja capaz de aglutinar forças à luta da classe trabalhadora e superar as contradições do sistema capitalista.

Referências

BERGER, Patrick. Movimentos sociais: futuro e utopia. *Revista Marxismo e Autogestão*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2015.



BLOCH, Ernst. O princípio Esperança. V.III. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2005.

BOTTOMORE, Ton. *Dicionário do pensamento Marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

GOHN, Maria. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, mai./ago. 2011.

JENSEN, Karl. Teses sobre os movimentos sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*. n. 1, ano 1, jan./jun., 2014.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto-Portugal: Edições Afrontamento, 1966.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHERER-WAREEN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora UFSC, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais: teoria e história*. Florianópolis: Bookess, 2015.

GT 03: Estado, partidos e movimentos sociais

Origem e formação da Classe Média no Brasil.

Me. Luciano Tiago Bernardo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU

Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

Docente do Instituto de Geografia - IG/UFU



O presente trabalho tem por objetivo fazer um breve levantamento histórico da origem e formação da Classe Média no Brasil. Apesar de relevante, não será abordada a discussão sociológica de classes sociais, ou seja, uma discussão entre proletários e burgueses, capitalismo e comunismo. Será discorrido ao longo deste trabalho como se deu a composição da Classe Média, quem foram seus elementos formadores e quais os fatores que a promoveram. Para tanto, serão analisados tanto questões políticas quanto econômicas do Brasil desde sua época colonial, na transformação de uma economia essencialmente agrário exportadora para uma economia industrial, ou seja, a mudança de um país rural para um país urbano. Verificou-se que a Classe Média, desde o início de sua formação, foi composta por inúmeros agentes da sociedade, o que a tornou uma classe heterogênea e, também, protagonista na sociedade brasileira nos dias atuais.

Palavras-chave: Classe média; camada média; classes sociais; pirâmide social.

Origem e formação da Classe Média no Brasil.

Me. Luciano Tiago Bernardo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU

Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

Docente do Instituto de Geografia - IG/UFU

Para se analisar como se deu a formação da Classe Média no Brasil deve-se levar em consideração a história política e a evolução econômica do país desde sua época colonial, na transformação de uma economia essencialmente agrário exportadora para uma economia industrial, da mudança de um país rural para um país urbano.



Apesar de autores como Guerra *et al* (2006) não considerarem um exagero afirmar que a Classe Média foi um corpo ausente durante o Brasil colonial, para outros pode-se dizer que ela já existia desde a época colonial.

Segundo Saes (1985) mesmo sendo um país escravocrata, com um mínimo de aparelho burocrático, insipiente indústria manufatureira e um corpo militar restrito, existia no Brasil uma pequena parcela da população que poderia se enquadrar como Classe Média. “Uma pequena burguesia tradicional de comerciantes e artesãos existiu antes e depois da ruptura do estatuto colonial.” (Saes, 1985, p. 27)

Com a independência do país, em 1922, algumas modificações passam a ocorrer na pirâmide social brasileira, composta à época basicamente por proprietários de terras, exportadores e comerciantes e, numa parte extrema, de escravos.

Na sociedade colonial, voltada para uma economia agrária e monocultora e, secundariamente, para atividades de comércio e administração, num extremo social, ficava o senhor da terra, representantes da Coroa, o comerciante atacadista e o exportador e, no outro, o escravo. (Mattoso, 2004, p. 127)

A partir da independência intensificou-se a necessidade de um corpo burocrático estatal e privado que pudesse assegurar a dinâmica administrativa tanto da esfera pública quanto da privada como, por exemplo, os órgãos públicos e as empresas privadas que já existiam na época e que começavam a aumentar em importância e número.

A consolidação do Estado nacional até 1850 e a integração, na mesma época, da economia cafeeira ao mercado mundial criaram, na região Centro-Sul, um novo aparelho urbano burocrático e de serviços, composto pelos agentes do Estado, os bancos, as empresas exportadoras e importadoras e os organismos de financiamento. (Saes, 1985, p. 4)

Aquela pequena parcela da população composta por comerciantes e artesãos, intermediária entre os aristocratas e escravos, começou a aumentar.

Paralelamente à formação de um Estado nacional a partir da independência, a economia cafeeira também começou a se fortalecer. Cabem aqui duas considerações distintas, mas que se relacionam entre si.



Primeiro, a formação e consolidação do Estado nacional exigiu a instalação de um corpo burocrático tanto civil (público e privado) quanto militar, enquanto que, segundo, o desenvolvimento da economia cafeeira exportadora desdobrou na necessidade de um “leque de opções” de serviços relacionados a ela.

Para Saes (1985, p.42), está aí o nascimento da Classe Média brasileira, denominada pelo autor de “camada média”.

O nascimento das camadas médias urbanas situa-se em um duplo contexto histórico: de um lado, consolidação do Estado nacional até 1850; de outro, expansão da economia cafeeira de São Paulo desde 1870. Se o primeiro fenômeno redundou na formação de um vasto corpo burocrático civil e militar, o segundo impôs a criação de um aparelho urbano de serviços anexo ao setor agrário-exportador.

Não mais escravocrata e sendo uma República, no final do século XIX (a partir da economia cafeeira exportadora cada vez mais fortalecida) o crescimento econômico se intensificou e ocorreu a formação de centros urbanos que passaram a concentrar um setor de serviços estreitamente relacionado à economia agrário exportadora cafeeira.

A aceleração do desenvolvimento econômico a partir dos fins do século XIX (sobretudo graças à economia cafeeira) provocou o crescimento dos centros urbanos e o aparecimento de uma classe média cidadina a prestar serviços (profissionais liberais, comércio importador e exportador, burocracia) ao complexo econômico agrário (Saes, 1975, p. 14);

Mas, considerando o fortalecimento de um setor terciário concomitantemente à urbanização da população, uma questão a ser levantada é: de onde surgiram (ou vieram) essas pessoas que se inseriram no setor de serviços que se desenvolveu e deu corpo à Classe Média na época?

Ocorreu que, a datar de meados do século XIX, houve um desenvolvimento das atividades rurais e uma intensiva concentração das propriedades. Muitos pequenos produtores rurais da zona de produção cafeeira, não conseguindo se integrar ao processo agrário exportador, se empobreceram e foram para os centros urbanos que se consolidavam em busca de novas oportunidades.



Devemos, aqui, fazer referência ao processo de concentração da propriedade rural por que passou a economia cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX. Até então, a pequena propriedade rural tinha existido em escala razoável na zona do café. (Saes, 1975, p. 33).

Muitos se tornaram profissionais liberais enquanto outros foram inseridos na burocracia pública e privada que se fortalecia. “Aos ‘aristocratas empobrecidos’, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, as profissões liberais, os postos de direção na administração privada.” (Saes, 1985, p. 43).

A composição da Classe Média no Brasil por pequenos produtores expropriados de suas propriedades devido à expansão da economia cafeeira e que foram absorvidos em cargos burocráticos públicos e privados (ou se tornaram profissionais liberais) encontra similaridade num contexto mundial de formação desta classe, com a diferença que no Brasil limitou-se, principalmente, a esses trabalhadores do campo, já que tanto o comércio quanto o setor de serviços ainda eram muito incipientes até final do século XIX.

A expansão do capitalismo em escala mundial acarreta, entre outras consequências, o crescimento numérico das classes intermediárias e do operariado. As classes médias, constituídas principalmente de nobres decadentes, artesãos e pequenos mercadores arruinados e de camponeses expropriados, são mobilizadas para acionar as máquinas burocráticas dos governos e das grandes empresas privadas. (Costa, 1973, p.29)

Em sua análise da formação da Classe Média nos Estados Unidos, Mills (1979) destaca que foram tanto os agricultores quanto os pequenos homens de negócios os principais personagens da formação desta classe, diferentemente do ocorrido no Brasil, limitado aos agricultores. Em sua obra “*White Collars*”, traduzida para “A nova classe média”, Mills (1979) considera como trabalhadores de colarinho branco aqueles não empenhados diretamente na produção de bens, sendo mensalistas e que utilizariam “roupas de passeio” em suas atividades profissionais. Contudo, a característica destes profissionais, para Miller, não estava somente em suas funções ocupacionais, mas também em outros fatores como prestígio, status social e nível de renda.



Compreendemos melhor o que se passou com o mundo do pequeno empresário examinando o que aconteceu a seus heróis: o agricultor independente e o pequeno homem de negócios. Esses homens, os principais atores da economia de classe média do século XIX [...]. Acima deles estão os grandes proprietários que, pelo dinheiro e pela organização, dominam os outros. Ao seu lado e abaixo deles está a massa de empregados e operários sem propriedade, que trabalha em troca de salário. (Mills, 1979, p.34)

Se a economia cafeeira impulsionou a formação de uma Classe Média no Brasil com a formação dos centros urbanos e o aparecimento de serviços terceirizados, a expansão da indústria ampliou o leque de serviços e comércio na economia.

O grande arranco da indústria nacional ocorreu precisamente na década de 1910; ora, essa expansão industrial provocará uma ampliação e diversificação do terciário urbano e legará, assim, à década seguinte, um setor intermediário menos inexpressivo dos pontos de vista numérico, econômico e social. (Saes, 1975, p. 99)

A diversificação do setor de serviços nos centros urbanos absorveu um maior número da população em atividades de Classe Média como cargos no poder judiciário e na administração pública, posições de direção na administração privada, cátedras das faculdades e demais oportunidades de serviço (Saes, 1985).

Essa característica de ocupações típicas de “Classe Média” também pode ser encontrada nos Estados Unidos. Naquele país:

[...] o motivo para a expansão dos empregos de colarinho branco é o desenvolvimento das grandes empresas privadas e públicas e sua consequência, o crescimento regular da burocracia, uma tendência da estrutura social moderna. (Mills, 1979, p. 89)

Se no início do século XX o Brasil estava em transformação com o começo da industrialização em substituição ao modelo agro exportador, na década de 1930 ocorreu um avanço ainda maior no processo de industrialização da economia e urbanização do país, criando bases para a ampliação das atividades assalariadas típicas da Classe Média.

[...] somente após a Revolução de 1930, o Brasil terminaria por alterar drasticamente o seu modelo econômico primário-exportador. A partir daí, com o avanço do projeto de industrialização nacional, que continha forte ênfase na urbanização, passou a ser difundido o padrão reprodutor de uma



nova classe média assentada no assalariamento urbano. (Guerra *et al*, 2006, p. 29)

Com o avanço do setor industrial na economia brasileira no Estado Novo (período que teve início em 1937 e durou até 1945, cujo presidente foi Getúlio Vargas), a trajetória de ampliação de atividades do setor terciário continuou. Dentre as atividades intelectuais e os quadros técnicos podem ser destacados administradores, economistas, engenheiros, técnicos etc.

Segundo Saes (1985) o profissional liberal foi, até os anos 50, o personagem típico das altas camadas médias brasileiras. Contudo, passou a ceder, progressivamente, seu lugar ao técnico, ao administrador e aos demais “homens de empresa”.

Para Guerra *et al* (2006, p. 23) “Essa época em que proliferaram os níveis de gerência, de administração e de supervisão no interior da grande empresa, foi justamente a fase de constituição de uma crescente classe média assalariada urbana.”

Essas alterações na década de 1950, citadas por Saes (1985), ocorreram devido ao desenvolvimento da indústria de bens de consumo no governo de Juscelino Kubitschek. Paralelamente, foi ocorrendo também uma ampliação da heterogeneidade da Classe Média nas funções urbanas.

Segundo Pochmann (2014, p. 42):

Na economia brasileira, a configuração da nova classe média assalariada deu-se a partir da instauração da industrialização pesada promovida pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, capaz de facilitar a instalação de grandes empresas, sobretudo no setor de bens de consumo duráveis.

Também para Guerra *et al* (2006) o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek possibilitou ao país começar a superar os principais entraves à industrialização pesada, desbloqueando a expansão dos empregos de Classe Média no setor privado. Para os autores, foi a partir deste momento que a Classe Média assalariada ganhou maior expressão no setor privado.

Industrialização, urbanização, aumento constante do setor de serviços constituído por profissionais liberais, ou assalariados, e, também, de ocupações



profissionais oriundas das indústrias que requeriam trabalhadores técnicos e administrativos. Todo esse quadro ocasionou não apenas no aumento da Classe Média no Brasil, mas também na sua heterogeneidade, ou seja, a composição por profissionais liberais e assalariados, ocupantes de cargos públicos e privados, remunerações elevadas e baixas, com os mais diversos costumes e anseios na sociedade.

Mas não apenas no Brasil poderíamos dizer que a Classe Média que se formava tinha por característica a heterogeneidade. Nos Estados Unidos, segundo Mills (1979, p. 84) os empregados que compunham a “nova classe média” também não formavam “uma só camada social compacta.”

Costa (1973), em sua análise da Classe Média urbana mundial, afirma que ela era composta pelos mais variados ramos de ocupação. A heterogeneidade era uma característica, sendo ela formada por três estratos:

Médios superiores, constituído por elementos que:

[...] compõem a camada burocrática – gerentes, administradores de empresas, técnicos e profissionais liberais de alto nível e servidores públicos graduados – juntamente com os comerciantes e industriais médios, formam os estratos superiores das classes médias urbanas, cujo comportamento e inspirações apresentam largo espectro de diferenciações. (Costa, 1973, p. 41)

Baixa Classe Média, no qual esta era formada por:

[...] pequenos funcionários públicos que se dedicam à limpeza, conservação, vigilância e outras atividades não qualificadas; humildes empregados do comércio e da indústria, particularmente os que trabalham em faxina, vigilância, transportes, comunicações, distribuição e serviços gerais de escritório; oficiais independentes, tais como pedreiros, ferreiros, eletricitas, remendões, carpinteiros, bombeiros, enfim, todos os profissionais que dependem da prestação de serviços basicamente vinculada a consertos, limpeza, conservação etc; pequenos vendedores autônomos, empregados domésticos e toda a sorte de fronteirços dos centros urbanos, como biscateiros, camelôs, prostitutas e comparsas pobres da jogatina, do contrabando, do tráfico de entorpecentes, da falsificação, etc. (Costa, 1973, p. 72).

E, por último, Costa (1973, 58) afirma que, em sua grande maioria, a Classe Média urbana era constituída por “[...] pequenos e médios burocratas da indústria, do



comércio e dos serviços públicos; dos comerciantes e industriais; e dos profissionais liberais pobres”, sendo assim denominada de média Classe Média.

Portanto Costa (1973) destaca que a Classe Média urbana poderia ser dividida ao que podemos chamar de classe média superior, baixa classe média e média classe média, sendo esta última a maior das três.

Ainda sobre a heterogeneidade da Classe Média, ou da Nova Classe Média, com referência à sociedade estadunidense, Mills (1979) considera que os empregados que a compõem não formavam uma camada social compacta. Para este autor:

A parte mais numerosa da nova classe média é constituída das categorias inferiores de renda, mas quaisquer que sejam os critérios usados para medir o status social, encontramos colarinhos-brancos em todos os níveis da sociedade moderna, com exceção do mais alto e do mais baixo. (Mills, 1979, p. 84)

No Brasil, e modo concomitante ao aumento da heterogeneidade das ocupações “relacionadas” à Classe Média, ocorreu tanto o aumento desta classe como um todo na pirâmide social, quanto das diferenças sócio econômicas dentro dela mesma.

Esse aumento e diferenciação interna da Classe Média na pirâmide social se aprofundaram nos anos a partir do golpe militar de 1964, que consolidou a formação do que Saes (1985) denominou de “novas camadas médias”.

É sabido que a política de desenvolvimento conduzida pelo Estado militar desde 1964 contribuiu, de maneira direta ou indireta, à melhoria considerável do poder aquisitivo de um vasto setor profissional da grande empresa privada ou pública – os gerentes, os funcionários, os técnicos, os engenheiros, os economistas etc -, aqui coberto pela expressão “novas camadas médias”. (Saes, 1985, p. 179)

Contudo, ao mesmo tempo em que a Classe Média se consolidava na pirâmide social brasileira, grande parte de pessoas que a compunham foram prejudicadas. Além das pessoas que estavam em uma situação econômica inferior aos pertencentes à Classe Média, os que não faziam parte dela, como os pobres e os miseráveis.

Segundo Neri (2011, p. 61):



(...) a renda dos 10% mais ricos sobe 66,68% entre os censos de 1960 e 1970. Se restringirmos a análise apenas aos 5% mais ricos o aumento foi ainda maior, de 75,42%. Os 50% mais pobres obtiveram um aumento de 15,26% no mesmo período. Ou seja, a renda da metade mais pobre cresceu 81,22% menos que a dos 10% mais ricos.

Considerando a Classe Média dividida em camadas, chamando assim de camadas médias (como faz Saes) podemos dizer que, durante o governo militar, ocorreu uma forte diminuição do poder aquisitivo das camadas mais baixas da Classe Média, bem como de toda a sociedade abaixo delas, enquanto que as camadas mais altas da sociedade, bem como as camadas mais altas da Classe Média se favoreceram neste período.

A política econômica do Estado militar favoreceu a consolidação e expansão do poder aquisitivo das novas camadas médias. A política fiscal não fez senão confirmar e agravar a distribuição regressiva da renda, impondo tributos proporcionalmente mais elevados às baixas camadas assalariadas e orientando-se, portanto, por uma intenção “seletividade inversa”. (Saes, 1985, p. 180)

Contudo estas camadas médias mais altas, denominadas por Saes (1985) de “novas camadas médias”, foram favorecidas por anos de impostos regressivos que penalizavam a parte de baixo tanto da parte intermediária da pirâmide, quanto da base da pirâmide.

Para Guerra *et al* (2006) a formação educacional superior foi outra variável que levou ao favorecimento de parte da Classe Média no Brasil e consequente contribuição para a concentração de renda. Para os autores:

O prolongamento do monopólio do acesso à educação média e superior garantiu a conformação de uma grande elite fundamentalmente branca no país, com a expressiva exclusão da população negra dos postos de trabalho da classe média. (Guerra *et al*, 2006, p. 31)

Essa concentração de renda fez com que a parte mais rica da população, classe alta e classe média alta se distanciassem, em termos de renda, da parte baixa da pirâmide social brasileira, composta pelos pobres e classe média baixa.

Pochmann (2014) também considera que durante a ditadura militar houve um intenso processo de concentração de renda e favorecimento de parte da Classe



Média, apesar deste autor não fazer a mesma classificação que Saes (para Pochmann “classe média assalariada” e, para Saes, “nova camada média”).

[...] o salto mesmo da classe média brasileira ocorreu na década de 1970, com a ditadura militar (1964-1985), estipulando políticas de proliferação de empregos associados à intensa desigualdade de renda. Foram também adotadas políticas públicas orientadas para os mais altos salários (crédito ao consumo, educação superior e política habitacional diferenciada), de modo que se tornou possível a modernização do padrão de consumo para a elite e a classe média assalariada no Brasil. (Pochmann, 2014, p. 42)

Porém, segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (2014), a elevada concentração de renda no Brasil não ocorreu somente no período do Estado militar, o pico de desigualdade de renda no Brasil ocorreu no ano de 1989, no qual neste ano:

[...] os 50% mais pobres tinham 10,56% da renda total, enquanto os 10% mais ricos tinham 50,97%; o grupo intermediário, por sua vez, tinha como parcela da renda total um pouco menos do que os 40% que representam na população. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, a desigualdade brasileira se manteve surpreendente mente estável: uma parcela próxima aos 50% mais pobres recebia cerca de 10% da renda; coincidentemente, os 10% mais ricos recebiam um montante próximo aos 50% da renda agregada. (Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2014, p. 17)

Ainda sobre a concentração de renda e seus efeitos sobre a Classe Média, segundo Pastore e Zysberstajam (1992, p. 195) “A classe média ‘engordou’ ao longo do século, sem dúvida, mas a distância entre o topo e a base da pirâmide social aumentou de modo extraordinário.”

Assim observam Guerra *et al* (2006, p. 13):

[...] há uma concordância de que a ascensão da classe média no Brasil é resultante do modelo de desenvolvimento nacional das décadas de 1930 a 80, concomitante à expansão da urbanização do país, aumento da participação do Estado na economia com reflexos diretos na atividade comercial urbana e na burocracia estatal.

A parte intermediária da pirâmide social brasileira ao longo do século passado aumentou consideravelmente, assim como o número de estratos de camadas médias, ocorrendo uma grande diferenciação entre as camadas formadoras da Classe Média como um todo. Porém a concentração de renda resultou na diminuição da parte



intermediária da pirâmide social, bem como na separação da Classe Média que a compunha, entre uma Classe Média Alta e uma Classe Média Baixa.

Esse processo de concentração de renda e distanciamento entre o topo e a base da pirâmide social, ocasionado, dentre outros fatores, pela aplicação de impostos regressivos, colocou o Brasil entre os países com maiores taxas de concentração do mundo.

Este processo de concentração de renda culminou numa diminuição da Classe Média como um todo. Tal fato ocorreu devido ao empobrecimento de grande parte de assalariados que compunham as camadas médias e baixas da Classe Média, devido ao aumento do desemprego e aumento do trabalho informal.

Desde a década de 1980, com a crise da dívida externa, o país abriu uma longa fase de estagnação da renda *per capita*, responsável por impor fortes constrangimentos à mobilidade social. No último quarto do século XX, o abandono do projeto nacional desenvolvimentista foi acompanhado pela emergência das políticas neoliberais de inserção subordinada à globalização financeira. O resultado foi a desestruturação do mercado de trabalho, com a expansão do desemprego – que passou de 2,7%, em 1989, para 15% em 2000 -, da informalidade e do desassalariamento formal. Assim, a marginalização dos operários foi acompanhada pelo próprio encolhimento da classe média brasileira. (Pochmann, 2014, 43)

Segundo Guerra *et al* (2006) o motivo das dificuldades que parte da Classe Média encontrou se deu devido às transformações da economia brasileira, o que fez com que ela tivesse dificuldade em se reproduzir. “Seus empregos tradicionais se esvaem, sua posição é questionada a todo o momento e as novidades tecnológicas a obrigam a malabarismos de adaptação impensável há poucas décadas atrás.” (Guerra *et al*: 2006, p. 41)

Essa desigualdade de renda começou a sofrer uma diminuição a partir de meados da década de 1990, e se intensificou ao longo da década de 2000. A parte intermediária da pirâmide social aumentou de tamanho e a Classe Média surgiu como um grande protagonista.



Considerações finais.

Ao longo do século XX, até os anos de 1980, ocorreu um intenso processo de urbanização e industrialização no Brasil. Acompanhando estes dois processos, ocorreu também o desenvolvimento do setor de serviços, comércio e atividades que vieram suprir as novas demandas que as cidades e as indústrias trouxeram. Muitas pessoas migraram do campo para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho. Porém não ocorreu a absorção destas no mercado de trabalho em sua totalidade.

A pirâmide social brasileira apresentou um considerável aumento em sua parte intermediária, composta por camadas cada vez mais heterogêneas de população. Porém, a concentração de renda iniciada a partir do período militar resultou numa posterior diminuição desta parte da pirâmide social.

A partir do início deste século, houve um movimento de uma intensa diminuição da base da pirâmide social brasileira, na qual estas pessoas saíram de uma situação de pobreza e ascenderam de posição econômica. A parte intermediária da pirâmide apresentou um enorme aumento em sua composição.

O aumento do mercado de trabalho formal (juntamente com aumentos de renda) que ocorreu na a partir do início deste século foi um dos principais fatores que possibilitaram a ascensão econômica de grande parte da população, ocasionando no que agora muitos estudiosos consideram como a formação de uma “Nova Classe Média”.

O que ocorreu a partir deste período foi uma diminuição da base da pirâmide social (constituída por grande parcela da população que vivia em situação de extrema pobreza) e um aumento em sua parte intermediária, o que leva a alguns estudiosos afirmarem que não houve aumento da Classe Média ou formação de uma “Nova Classe Média”, mas o surgimento de uma “Nova Classe Trabalhadora”, assunto este que é tema de próximos estudos.

Referências bibliográficas.



- COSTA, Bolívar. **O drama da classe média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- GUERRA, Alexandre *et al.* **Classe Média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MATTOSO, Cecília Lima de queiros. Classes Sociais e o comportamento das classes C e D: um levantamento bibliográfico. In: **Ciências Humanas**. Viçosa. v.4, n.2, p. 127-138, dez. 2004.
- MILLS, Wright. **A Nova Classe Média**. Tradução: Vera Borba. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- NERI, Marcelo Côrtes. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PASTORE, José e ZYLBERSTAJAM, Hélio. Tendências da mobilidade social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Estratégia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympie, 1992. p. 193-218.
- POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). **Assuntos Estratégicos: Social e Renda – A Classe Média Brasileira**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, n. 1, 2014. Disponível em: < http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/ebook_ClasseMedia1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

GT - 03 - Estado, partidos e movimentos sociais.

Movimentos sociais e política no Brasil contemporâneo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no governo Dilma Rousseff (2011-2014)

Marcos Willian Campos de Oliveira

O projeto lulo-petista conseguiu conquistar a hegemonia na sociedade brasileira, no período entre os anos de 2003 a 2010. Lula terminou seu mandato com forte índice de aprovação, o que



colaborou para a eleição de Dilma Rousseff. O governo Dilma buscou intensificar a linha desenvolvimentista dos mandatos anteriores. Porém, surpreendentemente seu governo foi perdendo apoio da própria burguesia brasileira. E com a política de ajuste fiscal foi perdendo também apoio na população em geral. Sendo que em 2013 grandes manifestações eclodiram por todo país. Nesse mesmo período o número de ocupações urbanas cresceu muito, boa parte sendo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A crise econômica e a política do governo federal acabou levando a um consequente aumento das bases sociais desse movimento, que durante a última década desenvolveu um método de organização que soube aproveitar bem essa conjuntura para intensificar suas mobilizações. Resta saber qual a importância desse movimento para uma transformação radical no país.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); ocupações urbanas; crise econômica; governo Dilma Rousseff

Movimentos sociais e política no Brasil contemporâneo: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no governo Dilma Rousseff (2011-2014)

Marcos Willian Campos de Oliveira

O contexto de surgimento do MTST

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu em 1997 em Campinas/SP. Sua origem em parte se deve a uma tentativa de organização de um braço urbano pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Naquela época o MST se constituía como um dos principais movimentos sociais de esquerda no Brasil, realizando forte oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, que incrementou a agenda neoliberal no país. Justamente na marcha nacional que o MST realizou em 1997, cuja repercussão foi significativa, o movimento decidiu liberar militantes para organizar trabalhadores no espaço urbano.

Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (CARTILHA DO MILITANTE, 2005 apud GOULART, 2011)



Com a marcha do MST passando por Campinas, uma grande ocupação foi realizada numa área denominada Parque Oziel. Essa ocupação foi realizada por movimentos urbanos da cidade com o apoio do movimento do campo. Surgia aí a primeira ocupação do MTST. Mesmo que as informações sobre a influência do MST no surgimento do MTST ainda não sejam totalmente precisas, é inegável que de alguma forma isso ocorreu.

Campinas era uma cidade propícia para a luta dos sem teto, devido as problemáticas que a cidade possuía na questão imobiliária. Rapidamente a ocupação no parque Oziel cresceu, chegando a mais de 10 mil famílias. O movimento que incorporava o método de organização do MST, enfrentou as dificuldades de organizar uma ocupação na zona urbana. Com o passar do tempo e o grande crescimento da ocupação, o movimento foi perdendo espaço para outros setores, sendo que, quando a área foi conquistada pelos ocupantes, em muitas negociações o MTST já não estava à frente.

O MTST percebeu que não se tratava de simplesmente aplicar o método advindo do MST na zona urbana. Era necessário estudar as condições materiais e conjunturais nas cidades e com isso conseguir desenvolver um método próprio para as suas ocupações e forma de atuação. Concomitante à ocupação em Campinas, o movimento até tentou se organizar em outros estados, como Rio de Janeiro e Pernambuco, porém as tentativas não avançaram e não necessariamente estavam ligadas ao movimento em São Paulo.

O MTST enquanto movimento anticapitalista

Depois da experiência em Campinas o movimento passou por um processo de reestruturação. Era necessário entender bem a conjuntura do país e das cidades, para assim traçar as estratégias de ação do movimento.

Na década de 1990 a partir do governo de Fernando Collor, o neoliberalismo começou a ser implementado no país, sendo consolidado principalmente nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. A implementação de uma plataforma neoliberal no Brasil caracterizou-se principalmente pela abertura da economia do país ao capital estrangeiro e pelo processo de privatização das empresas estatais. A partir de então a fração das classes dominantes que passou a ter a hegemonia política e econômica foi a fração do capital financeiro (FILGUEIRAS, 2006).



Sendo assim, houve forte processo de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, com retirada de vários direitos dos trabalhadores. Tudo isso obviamente impactou no movimento sindical, uma vez que os sindicatos perderam muitos filiados em suas bases, seja porque caíram na informalidade, seja porque, com o processo de terceirização (algo muito apoiado pelas políticas neoliberais), as bases de trabalhadores dos sindicatos sofreram uma grande fragmentação, impactando sobre a ação sindical.

Ademais, o desemprego cumpria a função de constranger a luta sindical posto que, em um cenário de baixo crescimento, informalidade e reestruturação das empresas, os trabalhadores preferiam negociar as perdas trabalhistas em defesa do emprego.

Esse foi justamente o contexto em que o MTST surgiu, e mesmo que o movimento tenha realizado o seu processo de reorganização nos anos 2000, a década de 1990 deixou um legado que influenciou muito o MTST a pensar sua configuração. Primeiramente, no que diz respeito à base de trabalhadores que eles organizariam. A experiência em Campinas serviu de alerta para o movimento notar a complexidade da classe trabalhadora no espaço urbano.

Com o desemprego e a reestruturação produtiva, aumentou uma parcela de trabalhadores precarizados que já não se organizavam mais no espaço sindical. Esses trabalhadores estavam presentes principalmente no setor de serviços. Em 2004 o número de trabalhadores empregados na indústria no Brasil era apenas de 21% (POCHMANN, 2006). O número de trabalhadores trabalhando por conta própria também cresceu, sendo que o número de trabalhadores assalariados no Brasil em 2004 era apenas de 72%. (POCHMANN, 2006). Mesmo as relações assalariadas, estavam marcadas por extrema precarização, com o crescimento da terceirização e da informalidade.

Todos esses fatores contribuíram para o crescimento de uma fração da classe trabalhadora brasileira, também denominada como subproletariado.

Em 1981, Paul Singer percebeu que sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente constituída, na realidade, fração de classe, a qual denominou subproletariado, e logrou quantificá-la, concluindo tratar-se nada menos que 48% da população economicamente ativa (PEA), contra apenas 28% de proletários (dados de 1976). (SINGER, A. p. 19, 2012)



A discussão sobre essa fração da classe trabalhadora ainda precisa ser mais aprofundada. Vários autores reconhecem sua existência, construindo diferentes nomenclaturas para ela, sendo que, cada nomenclatura carrega semelhanças e aos mesmo tempo diferenças sobre o que seria o conceito e uma definição clara sobre tal fração de classe. Não entraremos aqui em tal debate, nos importa reconhecer a existência desse segmento e no presente trabalho utilizaremos o conceito de subproletariado desenvolvido por Singer, lembrando todas as ressalvas que o mesmo pode ter.

O subproletariado é a massa de trabalhadores brasileiros precarizada e que cresceu significativamente com as políticas neoliberais. Cabe destacar que, apesar de a maioria desses trabalhadores não estarem organizados nos sindicatos, eles possuem uma característica em comum que é o território. Pela condição precarizada e como a moradia se torna cada vez mais cara para a reprodução da força de trabalho nas regiões centrais urbanas, estes trabalhadores são impelidos a morarem nas regiões periféricas das cidades. Todas essas características foram cuidadosamente analisadas pelo MTST em seu processo de reestruturação, decidindo então organizar o subproletariado nas regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. Esse processo teve início na região metropolitana de São Paulo. A principal forma para atrair essa base de trabalhadores era as ocupações de grandes vazios urbanos nessas regiões periféricas.

É no início dos anos 2000 e com a saída do Parque Oziel em Campinas, que o MTST decide se organizar na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Primeiramente porque muitos movimentos, que faziam a luta por moradia nas cidades da grande São Paulo, adotavam estratégias municipalistas e de barganha com o poder institucional. O MTST, todavia, vinha para organizar os trabalhadores numa lógica diferente desta. Em segundo lugar pois, desde a década de 90, a RMSP sofreu um forte processo de desindustrialização aumentando a precariedade da força de trabalho e o desemprego, além da precariedade das próprias moradias dos trabalhadores.

Analisando as condições concretas das cidades da RMSP, buscando organizar uma parcela específica da classe trabalhadora, o MTST foi se cunhando enquanto um movimento anticapitalista. Não era um movimento de moradia, mas sim um movimento



que se organizava a partir da questão da moradia, e através dessa demanda concreta, organizava parte da classe trabalhadora visando uma transformação social radical.

Para além das ocupações nas regiões periféricas serem importantes para organizar os trabalhadores através do território, em muitos casos a localização das ocupações é escolhida levando-se em conta a possibilidade de afetar a circulação de mercadorias do capital, tais como áreas ao lado de grandes rodovias, aeroportos etc. Mesmo que a luta dos sem teto não esteja diretamente inserida no conflito capital x trabalho, por não estar na esfera da produção, o prejuízo que ela pode causar à esfera da circulação, tende a afetar também os interesses do capital. O MTST se utiliza bastante também da ocupação de prédios públicos, visando assim pressionar o poder estatal e até mesmo da ocupação de prédios das instituições privadas ligadas à especulação imobiliária, como os prédios das grandes empreiteiras.

Outro aspecto muito valorado pelo movimento é o cultural. Desde o início das ocupações o movimento visa criar espaços que construam atividades culturais permanentes, para que se trabalhe através da cultura uma nova visão de mundo de seus militantes que não se resume somente ao atendimento das necessidades materiais. Nesse eixo o movimento busca fazer parcerias com coletivos culturais que são de origem dos bairros no entorno das ocupações. Esse trabalho de base nos bairros também é característica forte do movimento. O movimento visa criar referência nos bairros no entorno das ocupações para que mesmo com o despejo se mantenha uma referência da luta na região, inclusive para outras questões além da moradia, tal como água, saúde, educação etc.

O MTST desenvolveu uma complexa estratégia de ações para o seu processo de luta. Tal estratégia se renova constantemente e obviamente é permeada de contradições que necessitam ser superadas. Um aspecto é que o MTST possui uma forte hierarquia na sua forma de organização, o que, de um lado, facilita a organização e a organicidade das ações do movimento, porém, por outro, acaba gerando um distanciamento entre a base e os militantes da coordenação, cabendo muito mais aos últimos a formulação intelectual do programa do movimento do que aos primeiros.



Ao mesmo tempo em que foram consolidando seu método, foram expandindo-se no plano estadual e até mesmo nacional. Passaram por um processo de estadualização em São Paulo e recentemente alcançaram a nacionalização do movimento, ainda que não estejam organizados em todos os estados do país. Cabe destacar que o processo de nacionalização se deu justamente nos governos liderados pelo PT, mais especificamente nos anos finais do segundo mandato do presidente Lula. Adiante discutiremos a relação entre a nacionalização do movimento e as políticas adotadas pelos governos do PT.

Como dissemos, o MTST tenta organizar uma fração específica da classe trabalhadora, o subproletariado. Mesmo avaliando que essa fração de classe tem um papel muito importante na dinâmica da luta de classes brasileira, até mesmo crucial, o movimento não assume pra si o papel de vanguarda no processo de transformação da sociedade brasileira. Para ele é de suma importância a unidade entre as classes ou frações da classe trabalhadora. O MTST, por exemplo, esteve presente desde o início da organização da Conlutas, entidade que visa organizar para além do movimento sindical os diversos movimentos populares que se colocam no campo crítico às políticas neoliberais implementadas no país, inclusive pelos governos do PT, saindo da entidade recentemente por divergências políticas com outros setores.

Visa também construir a unidade com outros movimentos sem teto pelo país afora, que tenham uma orientação ideológica próxima ao MTST. A tentativa dessa construção é feita através da Frente de Resistência Urbana, criada em 2009 para, em âmbito nacional, lutar pela questão urbana com uma postura mais crítica e radical. A criação da Frente também coincide com a nacionalização do MTST e como dissemos se dá durante o segundo mandato do governo Lula.

Tais acontecimentos não são mera coincidência, por isso cabe agora uma breve análise sobre os anos do governo Lula para atender qual a relação das políticas adotadas pelo mesmo com o MTST.

Os anos de governo Lula

O debate em torno da natureza do governo Lula tem sido polêmico. Alguns autores entendem se tratar de um governo neoliberal, outros de um governo



desenvolvimentista, enquanto há os que o classificam como um governo progressista. Não entraremos nesta polêmica, mas nos interessa tão somente identificar alguns aspectos político ideológicos que ajudam a compreender a trajetória do MTST.

O primeiro passo é buscar entender o momento anterior a eleição de 2002, pois, principalmente com a “Carta ao Povo”, muitos consideram que este documento expressaria uma guinada na postura ideológica do programa político do PT. Nossa análise vai em sentido diferente daqueles que consideram que somente em 2002 o partido “ajoelhou e beijou a cruz”, pois, até então, mantinha uma postura radical de ruptura com o sistema capitalista.

Concordamos com a análise feita por Boito Jr. (2003) que vai nas raízes da fundação do próprio PT. Uma das correntes fundadoras do partido foi o grupo de sindicalistas advindos das metalúrgicas do ABC paulista, principalmente os trabalhadores das montadoras de veículos. Ainda no final do regime militar esse grupo protagonizou importantes greves, que alcançaram uma forte repercussão. Boito Jr. afirma que na época a ideologia desse grupo era a do corporativismo, buscando benefícios somente para a sua categoria, focando somente em aspectos econômicos.

A ação e os discursos dos dirigentes desse sindicalismo traduziam basicamente a aspiração elementar pela elevação do consumo individual no mercado, apostando, para tanto, na livre negociação salarial, e rejeitando o envolvimento do sindicalismo com a política. Lula, então dirigente sindical, não se cansava de repetir que os problemas dos trabalhadores seriam resolvidos com a livre negociação e rejeitava a participação do sindicalismo na luta contra a ditadura e pela Constituinte pois, como gostava de lembrar, o Brasil já tivera “cinco ou seis constituições” nenhuma delas resolvera o problema dos trabalhadores. (BOITO JR., 2003)

O que o grupo sindical de Lula não contava era a forte repressão que o regime militar faria sobre as greves. Também não esperavam que, devido a essa repressão, diversos setores populares apoiariam e a ajudariam a manter a greve. Com essas variadas influencias, o sindicalismo do ABC passou por um processo de politização e viu a necessidade de formar uma frente ampla da classe trabalhadora que culminaria na fundação do PT em 1980. Durante toda a década de 80, a postura do partido foi mais



combativa, até mesmo do grupo de Lula, que fundou a corrente Articulação Sindical, que viria a ser hegemônica dentro do partido⁷⁴.

Tanto é que depois da derrota de Lula em 1989, com a vitória de Collor e com a consolidação das políticas neoliberais no país durante a década de 1990, a postura da Articulação Sindical começou a mudar mais uma vez, refletindo assim tanto nas práticas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde a corrente também era hegemônica, como também do próprio PT. “O marco histórico dessa mudança foi a Plenária Nacional da CUT, realizada em setembro de 1990 em Belo Horizonte, quando, no dizer dos próprios sindicalistas, a CUT decidiu substituir o sindicalismo de confronto pelo sindicalismo propositivo” (BOITO JR., 2003).

Essa análise é essencial para entendermos parte da postura adotada pelos mandatos do PT e de Lula, a partir de sua eleição em 2002. Como citamos a “Carta ao Povo”, deixou bem claro que o governo não faria nenhuma mudança estrutural no Brasil, na verdade visava sinalizar para a burguesia brasileira que, em termos de política macro econômica, seria dada continuidade à política dos governos de FHC.

Por um lado o governo manteve a política de juros elevados, aumentou também a meta de superávit primário, realizou a polêmica reforma da previdência, enfim, tomou uma série de medidas que manteve e de uma certa maneira até aprofundou o núcleo duro das políticas econômicas neoliberais. Com isso manteve a burguesia do país tranquila, principalmente a fração ligada ao capital financeiro. Mas como anunciado na própria Carta ao Povo, era necessário fazer o país voltar a crescer, para que assim as outras frações da burguesia também se sentissem contempladas, mesmo que não se beneficiassem de maneira igual.

Neste sentido, as opções adotadas para tal crescimento foram bem planejadas e tiveram um público certo. Segundo André Singer (2012) as políticas de crescimento econômico adotadas pelo governo Lula, se por um lado beneficiaram o capital estrangeiro, por outro lado beneficiaram uma fração da classe trabalhadora, o subproletariado, principalmente localizado na região nordeste. O subproletariado se tornou a base de sustentação do lulismo. Outros autores, como o próprio Boito Jr., defendem que a hegemonia lulista foi construída não somente com o apoio do subproletariado, mas que através de diferentes políticas conquistou o apoio de diversas

⁷⁴ O que queremos assinalar é que a postura corporativista e economicista da Articulação Sindical pode se apresentar de maneira mais forte ou não dependendo da conjuntura.



classes e diferentes frações de classe da sociedade brasileira, construindo uma hegemonia "neodesenvolvimentista"⁷⁵.

As políticas do governo foram no sentido de aumentar o consumo do subproletariado, com isso aquecendo o mercado interno e movimentando a economia do país. A primeira política que Singer destaca é a criação em 2003 do Programa Bolsa Família. Nas palavras do autor o programa se tornou uma “espécie de pré-renda mínima para as famílias que comprovassem situação de extrema necessidade” (SINGER, A. 2012, p. 64).

Em 2004, o programa recebeu verba 64% maior, e, em 2005, quando explode o mensalão, teve o aumento de outros 26%, mais que duplicando em dois anos o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família, viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias, perto da eleição de 2006. (SINGER, A. 2012, p. 64).

A segunda política importante adotada pelo governo foi a valorização do salário mínimo. Essa política começa a ser efetivada principalmente a partir de 2005. Nesse ano o salário mínimo foi valorizado em 8,2%, mantendo um alto patamar de crescimento nos anos seguintes.

Por último podemos destacar a abertura do crédito consignado. Criado em 2004, permitia aos bancos que descontassem as parcelas do empréstimo diretamente da folha de pagamento do assalariado ou do aposentado. Essa foi mais uma medida que aqueceu o mercado interno através do consumo e que, juntamente com a valorização do salário mínimo e o Bolsa Família, teria proporcionado um crescimento da economia brasileira. Ao mesmo tempo esta política teria beneficiado o grande capital financeiro e o subproletariado. Para Singer essas medidas deslocaram a posição ideológica do subproletariado, segmento social no qual, nas eleições anteriores a 2002, o PT tinha pouca adesão. Somado a isso, a classe média começou a sentir-se ameaçada com essa “ascensão” do subproletariado e em 2005 com o estouro do escândalo do mensalão, algumas frações das classes médias se afastam do PT.

⁷⁵ Usamos o termo entre aspas, pois o desenvolvimentismo das políticas lulistas é extremamente desigual, basta ver a enorme diferença entre os gastos com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública em relação aos gastos com políticas sociais.



Com a reeleição de Lula em 2006, e com uma grande aprovação popular do governo, o mesmo passa a ter maior autonomia para investir mais nas áreas sociais. Mesmo que os aspectos conservadores não tenham sido eliminados da política econômica, o "desenvolvimentismo" ganhou mais força no segundo mandato. O salário mínimo teve uma maior valorização e a taxa de juros foi reduzida e o crédito continuou a ser expandido. O salário mínimo aumentou 13% em 2006. Outra importante política do governo inaugurada em 2007, foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa aumentou o investimento do governo em projetos de infraestrutura, principalmente no setor da construção civil. Todas essas políticas acarretaram uma drástica redução no desemprego. A taxa de desemprego caiu para 7,4% em dezembro de 2007 e para 6,8% em dezembro de 2008. Em 2010 a taxa de desemprego estava em 5,3%. (SINGER, 2012: 146-148).

Mesmo diante da crise financeira internacional de 2008, as políticas adotadas pelo governo conseguiram manter a economia nacional relativamente aquecida. Embora em 2009 tenha ocorrido certa estagnação, em 2010 o crescimento já havia sido retomado. Isso porque o governo, incentivou ainda mais o consumo de bens através da política de créditos, permitindo inclusive que a população adquirisse bens duráveis como casas, através de políticas estatais como o Minha Casa Minha Vida, que investiu dinheiro público no setor da construção. Com isso gerou empregos e ainda destinou à faixa dos mais pobres um subsídio que permitia que eles adquirissem sua casa através do pagamento de parcelas com valores mais baixos.

Diante deste quadro aqui apresentado, Singer afirma que teria havido uma redução da pobreza no país. De acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a taxa de pobreza absoluta teve uma redução de 36% entre 2003 e 2008. Porém nota-se que a desigualdade social no país não seguiu esse mesmo padrão de redução. O Índice de Gini, um referencial para medir a desigualdade, caiu apenas de 0,58 para 0,55 no mesmo período (SINGER, A. 2012, p. 139). Neste sentido, ao mesmo tempo em que a pobreza foi reduzida os mais ricos continuaram ganhando muito no país.



Tal realidade só foi possível devido a uma conjuntura econômica internacional favorável somada às políticas que o governo adotou, aqui citadas. Um dos carros-chefe do crescimento do PIB brasileiro, nos mandatos do Presidente Lula, foi o processo de primarização da economia brasileira através da exportação de commodities. Com o boom das commodities foi possível ao governo ter dinheiro tanto para garantir o lucro do topo da pirâmide social brasileira quanto investir em políticas sociais para a base dessa pirâmide.

Como as políticas adotadas durante os governos do PT afetaram o MTST? Um primeiro aspecto é que a base social do MTST se constitui de parte do subproletariado, a fração de classe que teria, segundo a análise de Singer, se transformado em importante base eleitoral daquele governo. É claro que a relação do MTST e do governo Lula com essa fração de classe é diferente. Ao mesmo tempo que o governo beneficiou com certas políticas essa fração de classe, outras políticas adotadas por ele a prejudicaram. O que uma mão deu, a outra tirou.

Durante os dois mandatos de Lula novos empregos foram gerados, porém é necessário refletir o caráter desses empregos criados. A maioria dos empregos foram marcados pela precarização e baixa remuneração. São empregos com um alto grau de instabilidade, localizados principalmente no setor de serviços e na construção civil. Além disso há também o forte endividamento desses trabalhadores. Em 2006, esse endividamento correspondia a 6% passando para 15% em 2010 (BOULOS, G., 2014, p. 96).

As políticas estatais como PAC e Minha Casa, Minha Vida, ao mesmo tempo que geraram renda e emprego, fortaleceram a fração do capital imobiliário. Grandes empreiteiras nacionais se internacionalizaram com o apoio do governo e passaram também a atuar em outros setores capitalistas.

A Camargo Correa passou a controlar a CPFL e conta com o apoio ativo da Previ e da Petros (fundos de pensão com controle estatal) para assumir a hegemonia nacional no ramo da transmissão de energia elétrica. A Andrade Gutierrez passou a ter uma atuação expressiva no ramo da telefonia, tendo força acionária na BrOi, empresa que resultou de fusão estimulada pelo governo. A Odebrecht não ficou para atrás: é hoje controladora da Brasken que, com o apoio decisivo



da Petrobrás, assumiu a hegemonia da indústria petroquímica nacional (BOULOS, G., 2014, p. 97).

O próprio Minha Casa, Minha Vida significou uma transferência de R\$34 bilhões para o capital imobiliário (BOULOS, G., 2014, p. 98). Com isso a especulação imobiliária cresceu nos mesmos patamares do fortalecimento dessa fração do capital. Em São Paulo entre janeiro de 2008 a dezembro de 2013 o crescimento do aluguel foi de 93,3% no Rio de Janeiro esse crescimento foi de 131,1% (BOULOS, G., 2014, p. 98).

Apesar do subproletariado ter um maior acesso a empregos formais (ainda que precarizados) e uma significativa valorização do salário mínimo, em contrapartida encontra sérias dificuldades de reproduzir sua força de trabalho vivendo nos grandes e médios centros urbanos, pois boa parte do seu salário é consumida pelo aluguel. Acaba sendo, portanto, cada vez mais expulso para as periferias das periferias das cidades, ou opta por outro caminho: a ocupação. Neste sentido, as políticas do governo Lula teriam engrossado as fileiras da base social que é organizada pelo MTST.

O movimento dos trabalhadores sem teto, entretanto, apresenta uma via muito diferente, para essa fração da classe trabalhadora, do que a via do consumismo apresentada pelo governo, que pode ter seus limites dependendo da conjuntura econômica. Singer apostava que a tendência do subproletariado, em função das políticas dos governos do PT, seria a incorporação ao proletariado. Boulos, todavia, chama atenção que tal tendência é questionável na medida em que as políticas desenvolvimentistas podem acabar dependendo da conjuntura econômica.

Alguns apontamentos sobre o governo Dilma e o MTST

O governo de Dilma, no primeiro ano do seu mandato, apresentou algumas políticas até mais progressistas do que o segundo mandato de Lula. Como a redução da taxa de juros, que apontava para um fortalecimento do capital produtivo brasileiro. Porém na metade do seu primeiro mandato começou a enfrentar um processo de estagnação econômica, devido a mudanças no cenário internacional, como a saturação de commodities. Isso mudou significativamente os rumos da política brasileira. Nesse



cenário o governo encontrou cada vez mais dificuldade de conciliar os dois polos da sociedade brasileira, ou seja os mais ricos e os mais pobres. Ao optar por uma política que beneficia, na crise, os interesses do capital, o impacto sobre a base social do MTST é imediato – o que produz consequências sobre o movimento, dinamizando-o e impulsionando-o para a condição de força social, segundo nossa hipótese geral, protagonista das lutas sociais no Brasil contemporâneo.

Em 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff ganhava as eleições presidenciais no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos, somando mais de 55 milhões de votos (G1. Eleição presidencial. 2010). Argumentava-se que um dos principais motivos da vitória de Dilma teria sido pelo fato dela ter “surfado” na popularidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em março de 2010 último ano de seu mandato o governo Lula tinha aprovação de 73% dos brasileiros (Datafolha. 01 de março de 2010). Durante toda a campanha eleitoral, a figura “carismática” de Lula da Silva teve forte presença. Todavia, não se tratava de mera transferência de prestígio do até então presidente Lula, na medida em que a eleição de Dilma Rousseff, tanto quanto a forte popularidade com que Lula fechou seu governo, indica que as políticas adotadas nos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores na presidência da República tiveram impacto na sociedade brasileira e que Dilma Rousseff tinha a missão de continuar o projeto político das gestões de Lula.

No início de seu mandato o governo Dilma Rousseff manteve o ajuste fiscal dos mandatos anteriores, porém logo depois começou a adotar uma política de isenção fiscal para o setor da indústria. Buscou então fortalecer a política "desenvolvimentista" em seu mandato, fortalecendo mais o setor produtivo que até então era constrangido com a hegemonia do capital financeiro. Sendo assim, reduziu a taxa de juros e tentou também controlar o ganho do capital, ao mesmo tempo desenvolvendo uma política de indução da economia através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém logo sofreu pressão do capital financeiro e teria tido que recuar seu projeto de "desenvolvimentismo" (SOLER, A., 2015, p. 25).

Em meio a isso a crise financeira internacional se agravava aumentando seu impacto sobre o Brasil. Então, em junho de 2013, grandes manifestações surgem em



todo país. Inicialmente motivadas pelo aumento da tarifa do transporte público, essas manifestações ganharam repercussão na grande mídia, em especial após a repressão policial voltar-se até mesmo sobre os jornalistas de órgãos importantes da imprensa nacional. Com tal repercussão somada, ao descontentamento popular com a situação econômica-política do país, grandes atos ocorreram em várias cidades brasileiras. As “jornadas de junho”, muito provavelmente, foram o evento político mais marcante do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Logo após as manifestações de junho, ocorreu um boom de ocupações de solo urbano por todo país. Haveria alguma conexão entre as manifestações e tais ocupações? Para Boulos, há sim uma conexão entre esse crescimento das ocupações e as manifestações de junho.

Aí vem junho de 2013 e mobilizações pelo país todo. Qual foi o recado deixado? Na nossa avaliação, foi que quando o povo se mobiliza e vai pras ruas, tem resultado. Afinal, a passagem abaixou. A partir de julho e agosto começam a pipocar ocupações nas cidades brasileiras de forma espontânea. Não foram os movimentos que previram isso. Os movimentos foram levados, inclusive... Acontece que teve uma convulsão social e abriram-se as comportas das ocupações. Só na cidade de São Paulo são mais de 100 ocupações de julho de 2013 para cá. (BOULOS, 2014).

Ou seja, a situação político-econômica do país, somada à repercussão das manifestações de junho, teria influenciado na capacidade organizativa do MTST. Esse movimento, que sempre foi crítico aos governos de Lula e também ao governo Dilma Rousseff, encontrou na conjuntura político social pós manifestações um cenário para intensificar suas ações e obter conquistas em sua pauta. Tanto é que foi um dos principais movimentos sociais protagonistas nas manifestações contra a Copa do Mundo, justamente por entender o evento como uma política que agravaria ainda mais a lógica da especulação imobiliária no país. Com isso, organizou não só manifestações denunciando o mega evento como realizou uma ocupação de terreno ao lado de um dos principais estádios da Copa para reivindicar a construção de moradias, mais especificamente através do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, uma modalidade do programa gerida por movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que o movimento denunciou as políticas do governo federal, de uma certa maneira, dependia



das políticas estatais de moradia para apresentar resultados concretos para sua base. Essa relação do MTST com o programa Minha Casa Minha Vida merece ser explorada pois ter o programa como foco central de conquista de moradias não significa que o movimento não tenha uma postura crítica ao governo, mas talvez, pode trazer certas limitações para a estratégia do movimento.

Buscamos aqui apresentar como o MTST se constitui historicamente e como esse processo de luta e organização se relacionou com as políticas dos governos petistas, que por um lado trouxeram melhores condições para a base social do movimento mas que devido ao pacto de conciliação de classes, colaboraram também para o agravamento da especulação imobiliária em todo país. O MTST parece se apresentar criticamente a tais políticas mas ao mesmo tempo é afetado diretamente por elas e sua própria ação pode influenciar num possível redirecionamento dessas políticas. Esse é apenas um esforço no sentido de compreender tais questões e deixamos aqui vários questionamentos ainda em aberto que merecem ser respondidos em outros trabalhos.

Referências Bibliográficas

BOITO JR. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Crítica Marxista no. 17. Rio de Janeiro : Editora Revan, 2003.

BOULOS, G. O boom das ocupações. Entrevistas concedida a Morris Kachani. Disponível em: <http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/>. Acessado em 20/08/2015.

BOULOS, G. Por que ocupamos? : Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CARTILHA do militante: movimento dos trabalhadores sem-teto. São Paulo, s/d Disponível em: <http://www.mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>. Data de acesso: 20 jan. 2008.

Datafolha. “Aprovação a Lula atinge 73%”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/03/1222225-aprovacao-a-lula-atinge-73.shtml>. Acessado em 20/08/2015.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9



G1. “Eleição presidencial”. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/index.html>. Acessado em 20/08/2015

GOULART, D. C. O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Marília: Universidade Estadual Paulista, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013.

POCHMANN, Márcio. Mapa recente da dinâmica do emprego formal no Brasil. In. MACAMBIRA, J. (Org.) *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SOLER, A. A Crise do lulismo – Ascensão e queda de um pacto social. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/A-crise-do-lulismo-A-Soler.pdf>. Acessado em 20/08/2015.

GT 03: Estado, partidos e movimentos sociais

Estado, Capital e Trabalho na crise orgânica do capital nos anos 1970: o caso inglês.

Thiago Romão de Alencar.

Resumo: Este trabalho visa analisar a crise orgânica do modo de produção capitalista ocorrida no fim da década de 1970, dando ênfase à crise do bloco histórico keynesiano-fordista na Inglaterra. O último governo trabalhista antes da ascensão neoliberal ficou marcado por profundos embates entre capital e trabalho, sinal de uma grave crise no bloco no poder. A hegemonia nos moldes do Estado de bem-estar demonstrava seu esgotamento e uma ampla campanha política e ideológica atacou de frente o principal pilar de sustentação da classe operária organizada e um importante partícipe do welfare: o movimento sindical. Imbricado organicamente com o Partido Trabalhista, o sindicalismo britânico trazia as marcas dessa conexão, útil no período de ascensão nos anos dourados do capitalismo do pós-guerra, mas, como ficaria mostrado, em tempos de crise, servia como conciliadora e neutralizadora com relação aos elementos mais radicais do movimento operário. A crise do welfare é a crise do velho trabalhismo, que passaria por uma ampla metamorfose dos anos 1980 em diante.

Palavras-chave: trabalhismo – Inglaterra – crise orgânica – Estado de bem-estar social – sindicalismo.



Estado, Capital e Trabalho na crise orgânica do capital nos anos 1970: o caso inglês.

Thiago Romão de Alencar.

Nos anos 1970, a Grã-Bretanha passou por uma explosão de greves históricas, que denotavam uma ampla mobilização operária. Na segunda metade dessa década, durante o governo trabalhista de James Callaghan, foram registradas anualmente em média 2.412 greves, alcançando mais de 11 milhões de jornadas diárias não trabalhadas em paralisações por local de trabalho. O total de trabalhadores sindicalizados atingiu na época o recorde de 13,5 milhões, 55% da força de trabalho em 1979⁷⁶. Com o desemprego ultrapassando a marca de 1 milhão de pessoas em 1976 – a maior no pós-guerra – e o governo trabalhista encurralado às voltas com negociações setoriais parceladas com os diversos sindicatos e a crescente oposição do patronato, ao mesmo tempo em que era obrigado a implementar mudanças estruturais devido a um empréstimo bilionário concedido pelo FMI no mesmo ano, o fracasso era eminente e os limites das políticas de bem-estar se mostravam cada vez mais claros.

Após um abrangente ciclo de greves entre 1978 e 1979, que envolveu paralisações de amplas funções públicas, como os lixeiros e coveiros, no que ficou conhecido como o “inverno do descontentamento”, os trabalhistas foram derrotados pelo renovado Partido Conservador liderado por Margaret Thatcher, que se notabilizaria por aplicar amplas reformas privatizantes e por uma virulenta atuação antissindical e antigrevista. Sob Thatcher, o desemprego, que no início de seu mandato atingia 5,4% da força de trabalho (o equivalente a 1 milhão e 234 mil trabalhadores), chegou a 12% três anos depois, ultrapassando a marca dos dois milhões para, dali a mais dois anos, alcançar o patamar histórico de mais de três milhões de pessoas sem emprego, em 1985. No entanto, apesar do crescimento dos índices de desemprego e de medidas altamente impopulares para amplas parcelas da população, Thatcher foi reeleita em mais três eleições, cada vez com mais votos. O que explica isso? Como o Partido Trabalhista não conseguiu capitalizar diante dos fracassos evidentes da política thatcherista com relação à classe trabalhadora britânica? Tentarei aqui discutir algumas possíveis causas deste fenômeno, avaliando as posições e políticas do Partido Trabalhista, tanto no poder como na oposição, e sua

⁷⁶ Todos os números referentes aos sindicatos, os trabalhadores e suas participação política foram colhidos em TAYLOR, Robert. *The Trade Union Question in British Politics: Governments and Unions since 1945*. Oxford: Blackwell, 1993.



relação com os sindicatos e centrais sindicais num contexto de crise econômica e reformas estruturais, priorizando a década de 1970.

O fim da aliança

A partir principalmente das décadas de 1960 e 1970, o Partido Trabalhista no poder passou a esbarrar no mesmo dilema estrutural: como se equilibrar entre as pressões da base sindical por melhorias salariais e por uma ampliação de independência de ações e negociações, a espiral inflacionária e a diminuição da produtividade, aspectos característicos da economia britânica no pós-guerra? Era possível manter o controle da inflação galopante e ao mesmo tempo atender às pressões tanto da grande burguesia inglesa como da classe operária organizada? A história do Partido Trabalhista nessas duas décadas foi a história da tentativa de equilíbrio entre essas tendências e reivindicações, visando manter um equilíbrio instável de compromissos dentro das margens e horizontes do Estado de bem-estar social britânico, equilíbrio esse impossível de ser mantido por tanto tempo sem que os “compromissos” assumidos se rompessem.

Os anos 1970 na Grã-Bretanha se iniciaram com o ministro conservador Edward Heath governando um país às voltas com problemas econômicos de grande monta, marcado por uma poderosa greve de mineiros, sindicato britânico mais importante da época, base da matriz energética do país. Através do *Industrial Relations Act*, fez-se a tentativa de registro legal dos sindicatos nacionais (forçando uma especialização e a adoção de sindicato único), forçando a judicialização e a regulamentação das relações entre sindicatos, Estado e capital, ao impor que apenas as negociações realizadas por sindicatos reconhecidos pelo governo e julgadas por um tribunal especial seriam reconhecidas. A medida sofreu forte oposição do movimento sindical, refletida numa forte campanha do TUC pelo não registro dos sindicatos no tribunal que foi o bastante para inviabilizar o *Industrial Relations Act*, revogado pelo governo trabalhista seguinte. Apesar disso, permanecia a questão do controle de preços e salários, com a imposição de limites aos reajustes salariais anuais visando conter a inflação, bandeira que surgiu com força nos governos Wilson durante a década de 1960, mas esbarrava na recusa dos principais sindicatos (NUM⁷⁷ e TGWU⁷⁸) em aderir à uma política salarial nacional que restringisse os ganhos possíveis com as negociações coletivas autônomas.

⁷⁷ *National Union of Miners*, Sindicato Nacional dos Mineiros.

⁷⁸ *Transport & General Worker's Union*, Sindicato dos Trabalhadores do Transporte e em Geral.



Na realidade, a querela quanto ao *Industrial Relations Act* reacendeu um debate mais intenso sobre o estatuto legal dos sindicatos e das ações de mobilização operárias. As disputas giravam em torno da permissão à greves e piquetes, à democracia interna dos sindicatos, à obrigatoriedade de certos setores e empresas de só contratarem operários sindicalizados⁷⁹, além da questão das punições aos sindicatos que incorressem em ilegalidades (punições penais ou civis/pecuniárias). Seriam estes, inclusive, os eixos principais de ataque do governo Thatcher ao movimento sindical nos anos 1980, o que só mostra como estas questões eram centrais para a dominação capitalista na Grã-Bretanha.

O principal órgão criado nos anos 1970 e que se tornaria na caixa de ressonância desses embates foi o Comitê Liaison, órgão criado em janeiro de 1972 e que reunia seis membros seniores do conselho executivo do TUC, seis membros do *Shadow Cabinet*⁸⁰ do Partido Trabalhista e seis membros da executiva nacional do Partido Trabalhista. Era a primeira vez desde os anos 1930 que havia uma tentativa real de reunir as três forças que impulsionavam institucionalmente o movimento operário britânico com vistas a elaborar em comum uma política quanto às relações industriais no país para um futuro governo trabalhista. Com o tempo, as incumbências do comitê foram se expandindo para a política industrial de uma maneira geral, além de questões previdenciárias e orçamentárias, tendo sido o comitê um dos artífices do programa eleitoral de 1974 do partido.

O governo de Harold Wilson, iniciado em 1974, é eleito, portanto, sob um programa denominado “Contrato Social”, que previa a manutenção dos níveis salariais e o congelamento dos preços dos itens de consumo básico – ambas medidas acordadas com o TUC no Comitê –, a renegociação do acordo de entrada na União Europeia, o controle da balança de pagamentos – afetada, entre outros fatores, pela alta do petróleo e a desvalorização da libra no mercado mundial – o combate à forte crise energética que o país enfrentava, e uma readequação das políticas sociais, buscando, entre outras medidas, ampliar o valor das pensões para idosos, desempregados, viúvas, deficientes e crianças carentes. Um maior controle sobre o mercado imobiliário visando combater a especulação que crescia no setor também estava em pauta. Para os líderes do Partido Trabalhista, a estreita cooperação entre capital e trabalho, sob a égide do seu partido, sustentaria o crescimento industrial britânico e solucionaria a crise, ancorados num Estado de bem-estar cuja pedra de toque era o “Contrato Social” negociado com o TUC. Uma

⁷⁹ O chamado sistema de *closed shop*.

⁸⁰ O *shadow cabinet*, ou “gabinete sombra”, em tradução livre, é uma instituição do parlamento britânico em que o partido de oposição forma ministérios de oposição aos ministérios da situação, implementando debates específicos no parlamento com relação às competências desses ministérios.



das principais estratégias do programa, acordados entre a alta cúpula do TUC e os representantes do partido no Parlamento integrantes do Comitê Liaison, seria a instituição de limitações anuais de níveis de aumento salarial, ao mesmo tempo em que previa o aumento dos gastos sociais com vistas a acalmar os ânimos das bases sindicais com relação à essas demandas, medida que muito agradava a burguesia britânica.

Na realidade, a administração trabalhista britânica no período se viu encurralada pelas consequências trazidas pela forma como se instalara e se sustentava a hegemonia da fração burguesa monopolista industrial no período, onde as negociações com sindicatos cujo principal objetivo se resumia à manutenção dos altos salários e dos compromissos estatais dos programas sociais esbarravam agora nos limites que o bloco histórico keynesiano-fordista trazia à taxa de lucros e à acumulação capitalistas, globalmente falando. Em nível estatal, a balança de pagamentos do Estado previdenciário britânico se mostraria insustentável, e isso num período em que a desvalorização da libra agravava o equilíbrio do orçamento, haja vista a dependência britânica do mercado externo em diversas áreas. As políticas de inspiração keynesiana se mostravam insuficientes para apresentar soluções frente à crise: a taxa de desemprego continuava aumentando, a distribuição de benefícios sociais já não dava conta da demanda e onerava cada vez mais o Estado, a inflação se elevou a níveis nunca antes vistos desde o fim da Segunda Guerra.

Wilson conviveu com forte oposição das camadas médias da população, ao mesmo tempo em que enfrentou uma forte oposição da ala mais à direita do seu próprio partido, que voltava carga contra o “corporativismo” dos sindicatos e seus “interesses seccionais” que desviavam a atuação “estável” do mercado capitalista, cujo controle por um Estado neutro árbitro entre capital e trabalho estava sendo desvirtuado por esses interesses, criando tensões dentro do Comitê e buscando isolar os elementos sindicais do TUC. Para esse setor do Partido Trabalhista, assim como para uma parcela não desprezível da população de uma forma geral, o governo se encontrava completamente dominado pela influência nociva dos fortes e arcaicos sindicatos, que não arcavam com o seu papel em tal acordo conciliatório, sendo o caso do próprio comitê um caso notório, posto que atuava da mesma forma no governo e na oposição: caberia aos sindicatos manter um nível salarial razoável que não onerasse e reduzisse os lucros dos capitalistas, posto que estes deveriam ser destinados aos investimentos que trariam de volta a competitividade à economia britânica, sendo esse o seu quinhão no esforço coletivo para se sair da crise.



No governo, reforçados pelo aumento da vantagem de cadeiras no Parlamento com relação aos conservadores ganho com uma segunda eleição no mesmo ano de 1974, os trabalhistas reiteraram seu programa de “Contrato Social”. Estes enfrentam a crise – que era do capitalismo e, ao mesmo tempo, do regime de acumulação e do modo de regulação específicos implantados no pós-guerra – com medidas paliativas ainda ligadas ao modelo que estava em cheque, fadadas ao fracasso. Pois, como bem apontou Poulantzas, referindo-se a crise dos anos 1970 na Europa,

as intervenções do Estado na economia, inclusive no sentido de uma jugulação da crise econômica, apresentam sempre limites, limites que não são outros senão aqueles da reprodução-acumulação do capital, à qual corresponde a estrutura mesma do Estado, o que entre outras coisas demonstra a impossibilidade de um capitalismo atual ‘organizado-planificado’, bem sucedido em evitar, em controlar ou em ‘gerir’ as crises por meio das intervenções do Estado.⁸¹

A solução dada pelos trabalhistas para a crise, no governo Callaghan – que assumira o poder após Harold Wilson se aposentar em 1976 –, envolvia o aprofundamento dos gastos sociais, do investimento público, do programa de nacionalizações, do congelamento de salários e preços, além de várias outras medidas que fortaleciam o capital estatal e industrial, ao mesmo tempo em que aumentavam o déficit orçamentário britânico num período de fuga de capitais. No entanto, as crises do petróleo, o aumento do preço das *commodities*, a inflação galopante, o aumento do desemprego, o baixo crescimento industrial e a crise na produção de energia, levaram o governo trabalhista a solicitar um empréstimo ao FMI, pela primeira vez na história. A Grã-Bretanha recebeu quase quatro bilhões de dólares e, em contrapartida, foram demandados cortes orçamentários de até um bilhão e meio de dólares nos primeiros dois anos – principalmente nos serviços públicos, na previdência e nos programas sociais em geral –, diminuição dos investimentos no setor público e um relaxamento maior no câmbio, medidas que iam no sentido contrário de todo o receituário keynesiano que caracterizara a política trabalhista desde 1945 e, principalmente, rompia de forma contundente o “pacto” estabelecido no Contrato Social, já que os gastos sociais foram diminuídos drasticamente, mas as contenções salariais continuaram. Os resultados da aplicação dessa política de austeridade e ajuste fiscal não tardaram a aparecer: no inverno de 1978-1979, a Inglaterra enfrentou uma das mais abrangentes ondas de greves do pós-guerra, que envolveu mineiros, estivadores, lixeiros e até coveiros,

⁸¹ POULANTZAS, 1977b, p. 18



período que ficou conhecido como “Inverno do Descontentamento”, onde ficou patente o rompimento definitivo entre o TUC e as lideranças dos principais sindicatos de base, como Arthur Scargill do N.U.M. e Jack Jones, do T&GWU. Ficava mais patente o afastamento entre as bases sindicais, certa elite sindical diretora, parlamentares e militantes do Partido Trabalhista.

A principal consequência disso não poderia ser outra: eleitos sob uma plataforma de conciliação e cooperação interclassista, rompido com o avançar da crise no governo Callaghan, os trabalhistas foram derrotados nas eleições de 1979 pelo Partido Conservador liderado por Margaret Thatcher, cujo principal objetivo era libertar a Inglaterra do modo de acumulação fordista e adaptá-la ao novo regime de acumulação que surgia. Nos quase vinte anos de reinado conservador, a Inglaterra sofreu modificações profundas na sua estrutura produtiva, com um ataque direto por parte do governo frente aos sindicatos, um violento programa de privatizações, um enxugamento dos gastos sociais, uma radical flexibilização dos contratos de trabalho e nas relações industriais, e a busca pelo fortalecimento da libra esterlina, tornando-a competitiva no mercado global de capitais. O controle da inflação via política monetária recessiva, o remanejamento da estrutura dos impostos (dando mais ênfase aos impostos indiretos sobre consumo, que incidem mais sobre a classe trabalhadora, do que aos impostos sobre renda e bens móveis e imóveis) e a abertura ao mercado externo de capitais, com a modificação da maior parte dos regulamentos financeiros do período anterior, explicitavam o cerne do programa thatcherista: o símbolo da Inglaterra não seria mais as minas de carvão de Gales e da Escócia, as fábricas têxteis de Manchester, as cooperativas de Rochdale ou as docas de Liverpool, mas sim a City de Londres, com sua Bolsa de Valores, seu diversificado setor de serviços e seu pujante mercado de capitais conectado ao sistema global da circulação financeira.

Coligado organicamente à ideologia hegemônica do bloco histórico keynesiano-fordista, o Partido Trabalhista Britânico passou por intensas transformações internas, que culminaram na sua reformulação e adaptação à nova hegemonia capitalista que se abriu nos anos 1980. O abandono das nacionalizações, da busca pelo pleno emprego e da relação intrínseca com os sindicatos sinalizaram essa metamorfose. Ao mesmo tempo, o “inverno do sindicalismo” britânico – como ficou conhecido o período dos anos 80 de queda vertiginosa das taxas de sindicalização – deve ser visto como a outra face dessa moeda, quando o TUC “passou a declarar (e muitos sindicatos decidiram aceitar) que o coletivismo seria substituído pelo individualismo e o produtivismo pelo consumismo”⁸². Qual seria, portanto, o real caráter histórico do reformismo trabalhista? Pode-se falar em reformismo, no sentido clássico da

⁸² MCILROY, 2002, p. 59



literatura de esquerda? Teria o Partido Trabalhista servido aos interesses do capital desde que alcançou o poder, se aproveitando da sua inserção entre a classe operária para desarticulá-la e ajudar na expansão do capitalismo no pós-guerra? Ou teria sido um caso de ingenuidade e equívoco tático perante os limites estruturais que o Estado capitalista impõe às forças de esquerda? Até onde se deve acreditar na autoimagem do partido nos anos 1970, “socialistas democráticos cuja missão é trazer uma mudança fundamental e irreversível no equilíbrio de bem-estar e riqueza a favor da classe trabalhadora e de suas famílias” ?

Ainda no programa eleitoral de 1983, os trabalhistas se declaravam socialistas democráticos cujo objetivo último era implementar o socialismo na Grã-Bretanha. A aposta num radical programa de nacionalizações esbarrou no novo arranjo do capitalismo mundial, que demandava medidas de natureza virtualmente oposta às defendidas pelo partido, enfraquecido e dividido internamente, afastado das bases sindicais que tanto o fortaleceram anteriormente, cuja profunda desconfiança com o real sucesso das promessas eleitorais dispersou o voto dos trabalhadores. O partido que personificara o keynesianismo na prática sofreu uma metamorfose que significou, em médio prazo, nada mais, nada menos que o fim do velho trabalhismo que caracterizara o partido desde o seu primeiro governo de maioria parlamentar em 1945 e uma pulverização do voto operário, além de um forte enfraquecimento do próprio movimento operário organizado, sustentado tanto pelo partido como pelo TUC, ambos enredados e conformados aos limites do próprio capitalismo britânico. Assim como dominara o espectro político durante os trinta anos gloriosos do capitalismo europeu, o fordismo-keynesianismo britânico, a ideologia orgânica do período, foi enterrado definitivamente na história, cedendo lugar à avalanche neoliberal que se seguiu, levando consigo uma parte importante da história do Partido Trabalhista e do movimento sindical britânico.

A desastre do Trabalhismo

Um grande debate se abriu na esquerda britânica durante os anos 1980 sobre os motivos do fracasso do trabalhismo naquele período⁸³. Os dados alarmantes iam se complexificando à medida que Thatcher avançava em suas reformas e ataques à estrutura sindical: a porcentagem de trabalhadores sindicalizados caiu de 55% em 1979 para 34% em 1991, de 13,5 milhões de trabalhadores em 1979 para apenas 8,2 milhões em 1994; a proporção de locais de trabalho que

⁸³ Uma importante referência é o livro de Hobsbawm, *Estratégias para uma Esquerda Racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.



reconheciam os sindicatos caiu de 66% para 53% no mesmo período, e apenas 30% das novas empresas surgidas dos anos 1980 em diante aceitavam representantes sindicais em seus estabelecimentos; o alcance da negociação coletiva, que atingia 71% dos empregados em 1984, caiu para 54% em 1990. O número de greves também caiu vertiginosamente: das 2.125 greves em 1979 envolvendo 4 milhões e 608 mil trabalhadores – índices já menores em relação à década anterior, mas ainda sim respeitáveis –, chegamos à apenas 369 greves em 1991, mobilizando 176 mil trabalhadores.

Percebe-se um claro enfraquecimento do movimento sindical britânico. No entanto, explicar este fenômeno apenas a partir do prisma da repressão thatcherista é ignorar variáveis igualmente importantes para uma melhor explicação desse fenômeno. Três dimensões devem ser levadas em conta para um entendimento pleno dessa situação: sem desprezar as medidas repressoras do governo Thatcher com relação aos sindicatos, deve-se dar atenção igualmente às modificações por que passava a estrutura produtiva e o mercado de trabalho britânicos e, principalmente, aos equívocos e enganos dos trabalhistas, que explicitaram o abismo existente entre o conjunto da classe trabalhadora britânica do pós-guerra, os sindicatos e o Partido Trabalhista.

As mudanças no próprio mercado de trabalho ajudaram a piorar ainda mais o quadro do sindicalismo britânico, que não soube se reformular. O desemprego no período atingira principalmente as áreas industriais com forte poder sindical: o número de empregados no setor industrial caiu em 2 milhões durante os anos 1980, enquanto o emprego na área de serviços, cuja taxa de sindicalização sempre fora historicamente menor, subiu na mesma proporção. O número de trabalhadores de meio período, temporários ou autônomos aumentou, assim como o de trabalhadores nas áreas administrativas e de profissões liberais. Daí a forte diminuição na taxa de sindicalização apontada acima: o sindicalismo britânico sempre sustentara-se nos setores industriais, principalmente nas indústrias do carvão e na siderurgia, entre outras atividades produtivas estatais, ignorando de forma sintomática a mão-de-obra feminina e negra, apesar do aumento exponencial da participação de ambos no mercado de trabalho, principalmente sob os novos regimes de contrato que passaram a caracterizar a economia britânica apontados acima, áreas em que, historicamente, o movimento sindical na Grã-Bretanha era mais fraco.

As eleições de 1983 trouxeram a confirmação dessas tendências e ainda fizeram sentir ainda mais os problemas da falta de renovação e de atração do sindicalismo e do trabalhismo: 35% de operários especializados votaram no trabalhismo, uma diminuição de mais de ¼ com relação à 1979; apenas 39% dos sindicalistas votaram no partido que fundaram, seguindo a



queda constante que vinha ocorrendo desde as eleições de 1964, quando 73% de sindicalistas votaram nos trabalhistas. Ao mesmo tempo e de forma ainda mais grave, cresceu o número de votos de sindicalistas em outros partidos: enquanto seu voto nos conservadores girava em torno dos 30% desde os anos 1960, 29% dos sindicalistas votou na aliança de Liberais e Socialdemocratas em 1983. Entre alguns setores específicos a situação também é indicativa dessa crise e dessa falta de representatividade: o voto das mulheres nos trabalhistas, em geral, caiu pela metade entre 1979 e 1983. Entre os jovens de 18 a 22 anos, participando de sua primeira eleição, os trabalhistas foram os menos votados, alcançando apenas 17% dos votos válidos, contra 41% na eleição anterior. Além do mais, um terço dos jovens sequer votou, um dos maiores índices de abstenção entre essa parcela da população desde os anos 1950. No total dos votos, o Partido Trabalhista ficou com apenas 29% dos votos válidos, menos de um milhão a mais que a coalizão Liberais/Socialdemocratas.

Conclusão

Esses números, analisados apressadamente, apontam para uma virtual falência do Partido Trabalhista em atrair o eleitorado para as suas propostas. De fato esta ocorreu, mas como conclusão de um processo de acomodação do Partido Trabalhista – e do sindicalismo ligado a ele – ao sistema político e econômico vigentes desde o pós-guerra. A orgânica relação entre Partido Trabalhista e o TUC (*Trade Unions Congress*, central sindical inglesa) marcaram as relações políticas na Grã-Bretanha ao longo do século XX, em especial durante a vigência do bloco histórico keynesiano-fordista, amparado num Estado de bem-estar social cuja busca pelo pleno emprego e seus amplos programas sociais se sustentavam nessa instável “aliança” entre Estado, capital e trabalho, forjada pelos trabalhistas, que caracterizou o período. Enquanto parte dos aparelhos ideológicos políticos e sindicais de Estado da formação social britânica, o Partido Trabalhista e o TUC acabam por se adequar aos limites vigentes, contribuindo de maneira crucial para a manutenção e perpetuação da relação de classes sob o Estado de bem-estar social. Como bem aponta Althusser,

os partidos operários socialdemocratas são perfeitos exemplos de ‘peças’ dos AIE burgueses que se deixam ‘digerir’, simultaneamente, pela Ideologia do Estado burguês, realizada nos AIE, e pelas ‘regras’ do ‘jogo político e sindical’ desses AIE. Sua ideologia é um simples subproduto destinado aos operários da ideologia burguesa: a ideologia pequeno-burguesa reformista (...)



O curso da luta de classes na Inglaterra levou ao triunfo de uma liga reformista, trade-unionista nos sindicatos, ‘trabalhista’ no Labour Party. Há, naturalmente, ‘movimentações’ na base, mas a direção das Trade-Unions e do Labour Party funcionam, no essencial e por enquanto, de mãos dadas. Resultado: as Trade-Unions e o Labour Party são, de fato, peças perfeitamente integradas ao sistema dos AIE sindical e político do Estado inglês de classe capitalista-imperialista⁸⁴.

Ao longo da segunda metade do século XX o Partido Trabalhista britânico tornara-se a “a leal oposição oficial de Sua Majestade”, atuando numa tímida oposição reformista de acordo com as regras do capitalismo britânico, conformando as opções políticas dentro do bloco histórico vigente, seguindo o horizonte limitado pelas diretrizes do keynesianismo. Cada vez mais, conservadores e trabalhistas se indeferenciavam no poder, e, neste sentido, o Partido Trabalhista já não podia contar de forma imediata com os votos cativos dos operários e trabalhadores, como havia se tornado comum no pós-guerra. Por outro lado, o alto número de greves e mobilizações esconde um movimento sindical altamente hierarquizado e institucionalizado, pautado por demandas setoriais e salariais de curto prazo, sendo raras as greves que ultrapassaram de fato o limiar “econômico-corporativo” ao qual Gramsci se referia. Esse “sindicalismo de resultados”, ao mesmo tempo em que arrancava vantagens salariais em períodos ascendentes da econômica britânica no auge do Estado de bem-estar social, passou a não conseguir mais o mesmo sucesso com a crise da libra nos anos 1970 – sendo inclusive acusado de ser um dos grandes causadores da crise, como parte da campanha ideológica da oposição conservadora para justificar as medidas thatcheristas. Forte nos setores públicos, baseado principalmente nas indústrias e na mão-de-obra masculina, o sindicalismo britânico possuía um perfil altamente seletivo com relação ao quadro mais amplo da força de trabalho daquela sociedade.

As medidas thatcheristas não podem ser ignoradas como grandes causadoras do “inverno do sindicalismo” britânico. No entanto, um movimento sindical setorializado, fragmentado, pautado por acordos autônomos parciais e voltado pra demandas econômicas de primeira instância, de onde uma política de classe autêntica era um horizonte muito distante e no qual as novas modificações na composição da força de trabalho eram uma realidade ignorada, direcionado por um Partido Trabalhista que falhava em politizar esse movimento, às voltas com obrigações parlamentares e compromissos de classe que à cada nova eleição faziam suas políticas e ambições, ainda que reformistas, recuarem ainda mais, devem ser avaliados como

⁸⁴ ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Págs. 123-124..



dois dos principais causadores do cenário terrível em que se encontrava o movimento operário e sindical britânico no período. A década de 1970 viu ruir a estabilidade e a força características do movimento sindical britânico, levando junto sua principal sustentação e braço político, o Partido Trabalhista. Sem ignorar seus limites estruturais, deve-se olhar mais para dentro das próprias práticas políticas dessa classe operária e de seus representantes, sejam sindicais ou parlamentares. Concordamos, portanto, com o veredito de Hobsbawm: “o triunfo de Thatcher representa um subproduto da derrota do trabalhismo”⁸⁵. Uma autocrítica dos limites das antigas formas de organização da classe trabalhadora servirá como forma de estímulo a novos movimentos que não repitam os erros do passado e que levem em conta o potencial da totalidade dos explorados no modo de produção capitalista, e não apenas de uma parcela destes.

Bibliografia:

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos (1977-1988)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MCILROY, John. “O inverno do sindicalismo”. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977a.

_____. (org.). “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977b.

TAYLOR, Robert. *The Trade Union Question in British Politics: Governments and Unions since 1945*. Oxford: Blackwell, 1993.

GT 04: Instituições, conflitos sociais e políticas públicas

⁸⁵ HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 80.



Constrangimentos internos e externos para um novo modelo de desenvolvimento: análise dos governos Dilma

Douglas Henrique de Souza Xavier
Henrique Ferreira de Souza
Ludmila Luísa Tavares e Azevedo⁸⁶

Resumo

Diante do cenário de profunda instabilidade social, política e econômica, observado no Brasil atualmente, o presente artigo busca apresentar uma contribuição à análise dos condicionantes do subdesenvolvimento e os entraves para sua superação. Nesse sentido, trata-se de uma investigação acerca das políticas econômicas adotadas nos governos Dilma, a fim de elucidar os constrangimentos internos e externos para a constituição do que seria um novo modelo de desenvolvimento. Para tanto, utiliza-se uma abordagem estruturalista, que passa pela discussão da formação e caráter da “burguesia” brasileira, além da discussão de Celso Furtado e da Teoria Marxista da Dependência a respeito do subdesenvolvimento e da posição subalterna a que o País está submetido na divisão internacional do trabalho. Com isso, objetiva-se construir um arcabouço teórico-analítico, capaz de investigar acerca da conjuntura, porém, sob a ótica estrutural, em contraposição a boa parte da literatura que leva em consideração apenas aspectos conjunturais, os quais são importantes, mas não suficientes para a adequada compreensão dos problemas que afligem a periferia do capitalismo.

Palavras-Chave: subdesenvolvimento; dependência; burguesia; estrutura; Dilma.

2 INTRODUÇÃO

É fácil perceber que nos encontramos, na atualidade, num momento delicado (estagnação econômica, inflação, crise política, etc.), o qual, acima de tudo, ou pior que tudo, é visto e analisado de forma conjuntural, vislumbrando primordialmente a aparência dos fatos e, esquecendo-se daquilo que mais importa: sua essência e estrutura.

A maioria dos debates recentes entre as correntes da economia não fugiram da aparência. A abordagem convencional - *o mainstream* - não com surpresa, apregoa o ajuste fiscal, inclusive com cortes em gastos sociais (“não produtivos”), culpando o excesso de condescendência da Política Monetária com a inflação, o descaso da Política Fiscal, extrapolando a confiança dos mercados frente à sustentabilidade da dívida. Além

⁸⁶ Mestrandos em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia UFU (PPGE/UFU).



disso, entendem que as intervenções realizadas foram inúteis na tentativa de ampliar o ciclo, e que o correto teria sido antecipar o ajuste, reduzindo transferências sociais, controlando o aumento do salário mínimo, abrindo espaço para o investimento privado.

Já parte da análise alternativa ao *mainstream*, ainda que por outro prisma, critica a funcionalidade do ajuste, visto que a inflação não seria apenas de demanda, e a elevação dos juros só viria a comprometer o próprio ajuste, já que o componente financeiro corresponde à maior parcela da dívida. Os incentivos fiscais, ainda que não tenham surtido efeito para uma recuperação econômica, foram fundamentais para manutenção da renda e do emprego por certo tempo e, a insistência no ajuste fiscal só comprometeria um crescimento com inclusão social (BARBOSA, 2015).

Assim, análises reféns da conjuntura deixam de colocar em pauta questões de maior alcance, como: posição internacional do país frente a sua estrutura dependente, relações centro periferia e perfil de consumo das elites, assim como da característica da nossa burguesia.

Com base nisso, o presente trabalho se propõe a olhar para questões que são a base da nossa sociedade, problemas estruturais de uma nação que ainda guarda resquícios de seu passado de colônia de exploração, escravocrata e monocultora. Para isso, buscaremos nas próximas seções, pensar na nossa natureza de economia dependente, a luz do pensamento de Celso Furtado e da Teoria Marxista da Dependência, bem como as características da burguesia no Brasil, por meio de Boito e Florestan Fernandes.

1. ANÁLISE DOS GOVERNOS DILMA

A década de 2000, mais precisamente sua segunda metade, foi marcada por elevado crescimento da economia brasileira, sendo o ano de 2010 o maior exemplo, o qual apresentou uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 7,6%. Nesse sentido, aponta-se três principais fatores responsáveis por esse crescimento, quais sejam: o aumento expressivo nas exportações brasileiras de *commodities* minerais e agrícolas, principalmente⁸⁷; a implementação de políticas econômicas com vistas a promover o investimento; e políticas sociais e de distribuição de renda, que impulsionaram a

⁸⁷A expansão da exportação de produtos manufaturados na primeira década dos anos 2000, principalmente entre 2005-2010, também foi considerável.



demanda das classes baixas e médias, aumentando assim o consumo agregado (ARESTIS e TERRA, 2015).

Ou seja, não foi apenas o aumento do preço e da demanda dos bens primários no mercado externo que proporcionou o ciclo expansivo de 2003 a 2008. Nas palavras de Barbosa (2015),

O ciclo expansivo foi possível graças a alguns elementos: grande defasagem entre salário real e produtividade acumulada ao longo dos anos 1990; desvalorização do real nos anos de 1999 e 2002; capacidade do Estado de retroalimentar via transferências sociais e investimentos públicos a dinâmica de acumulação puxada pelo mercado interno, e não restrita ao consumo das famílias; forte expansão das exportações das commodities, mas também, ainda que em menor ritmo, das exportações de bens industrializados até 2008; e papel ativo dos bancos públicos para a retomada do investimento. Ainda que as políticas adotadas no Governo Lula tivessem papel centrado no Estado – e se tratando de política não poderia ser diferente – obteve sua dinâmica, mas não rompeu com seus laços mais gritantes de dependência, de periferia, a sua estrutura. Neste sentido, seu padrão de desenvolvimento adotado, como não pudera ser de outra forma, não foi sustentável ao longo prazo.

A crise internacional de 2008, conhecida como crise *subprime*, bem como fatores domésticos, implicaram na reversão desse ciclo expansivo supracitado, a partir de 2011. Assim, a fim de contornar essa situação, o governo Dilma Rousseff programou políticas, sobretudo de estímulo a demanda doméstica, via avanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado no governo Lula, ampliação do Programa Bolsa Família, e também a manutenção da política de valorização do salário mínimo real⁸⁸.

A partir de setembro do mesmo ano, a Autoridade Monetária brasileira toma a decisão de iniciar uma tendência de redução da taxa de juros, vista como central para a retomada dos Investimentos Privados. Esta medida é adotada frente a alguns acontecimentos, sejam eles: piora da crise do Euro, redução do preço das *commodities* e, turbulência do setor externo com desvalorização do real. Os bancos públicos também

⁸⁸ Em 2011, a presidente instituiu um mecanismo de atualização do salário mínimo que é calculado com a correção da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, somada a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. Segundo o Dieese, esse aumento permitiu que o poder de compra do salário mínimo durante o primeiro Dilma tenha sido o maior em mais de 30 anos.



foram importantes instrumentos para a redução do *spread* bancário e, conjuntamente com a redução da taxa básica de juros, se apresentaram como fator de apoio aos investimentos privados. A queda da taxa de juros permaneceu até maio de 2013⁸⁹ (CORRÊA e SANTOS, 2013).

No que diz respeito ao comércio internacional, Dilma ampliou as relações com a China, principalmente no ramo aeronáutico e de carne suína. Além disso, assinou acordos com o Uruguai envolvendo T.I., nano e biotecnologia. As reservas internacionais, que haviam batido recorde no governo Lula, bateram novos recordes no governo Dilma, passando os 300 bilhões de dólares⁹⁰.

Não obstante, a implementação dessas políticas de estímulo a demanda agregada, não impediram o recuo do crescimento da economia brasileira no período 2011-2014, o que culminou com o crescimento nulo do PIB no ano de 2014, com taxa de inflação de 6,7%. Diante desse cenário, a expectativa de rebaixamento da classificação de risco da dívida soberana por agências de *rating*, levou o governo a implementar um programa de contingenciamento orçamentário para o ano de 2014, com continuidade no ano de 2015.

Devemos lembrar também que o gasto público primário teve expressiva expansão, uma vez que saltou de 16% do PIB em 2008 para 19% em 2013. Em um contexto de gastos crescentes, o crescimento fraco e o ambicioso programa de desonerações contribuíram para a diminuição da capacidade de arrecadação do governo. Com isso, para alcançar metas de superávit primário, o governo optou por recorrer a receitas atípicas, além de operações contábeis (MESQUITA, 2014).

Não foi apenas o aumento do preço e da demanda dos bens primários no mercado externo que proporcionou o ciclo expansivo de 2003 a 2008. Nas palavras de Barbosa (2015),

O ciclo expansivo foi possível graças a alguns elementos: grande defasagem entre salário real e produtividade acumulada ao longo dos anos 1990; desvalorização do real nos anos de 1999 e 2002; capacidade do Estado de retroalimentar via transferências sociais e investimentos públicos a dinâmica de acumulação puxada pelo mercado interno, e não restrita ao consumo das famílias; forte expansão das exportações das commodities, mas também, ainda que em menor ritmo, das exportações de bens industrializados até 2008; e papel ativo dos bancos públicos para a retomada do investimento.

⁸⁹ A taxa SELIC sai de 11,40% a.a. em 19/10/2011 para 7,40% a.a. em 17/04/2013 (BANCO CENTRAL)

⁹⁰ Apesar de ter sofrido o primeiro recuo em 13 anos em 2013.



Ainda que as políticas adotadas no Governo Lula tivessem papel centrado no Estado – e se tratando de política não poderia ser diferente – obteve sua dinâmica, mas não rompeu com seus laços mais gritantes de dependência, de periferia, a sua estrutura. Neste sentido, seu padrão de desenvolvimento adotado, como não pudera ser de outra forma, não foi sustentável ao longo prazo.

No governo Dilma, a “opção”⁹¹ em não realizar reformas estruturantes foi mantida⁹², e com “as derrapadas” conjunturais este caminho se tornou mais distante, tanto no nível da discussão como no da ação. Num primeiro momento, o Governo optou por elevar juros e cortar gastos com vista a agradar o mercado financeiro. Logo depois, fez o oposto, a fim de dar concessões à classe industrial, com redução de juros e desoneração fiscal, desconsiderando tanto o momento econômico como a característica da nossa burguesia. Mais a frente aumentou os juros e tentou agradar a indústria com mais desonerações e subsídios, frente à redução do crescimento com aumento da inflação. Por fim, rendeu-se ao mercado, à medida que tanto a crise economia quanto a política se agravam (BARBOSA, 2015).

Enquanto no governo Lula presenciamos uma melhora da balança comercial, de 2003 a 2010, tanto na participação de bens primários como manufaturados, mas primordialmente no crescimento das *commodities*, no governo Dilma a redução dos saldos da balança comercial foram a tendência, chegando a incorrer em déficits. Ainda que a queda dos saldos da balança comercial foi majoritariamente influenciada pela redução do preço nas *commodities* no mercado internacional.

O resfriamento da economia externa, pela nossa característica dependente, foi ponto fundamental na inflexão do crescimento brasileiro, ainda que este não tenha sido anteriormente puxado apenas pelo setor externo. A questão é que foi fundamentalmente no momento em que o governo deveria entrar com investimento público direto⁹³,

⁹¹ Essa opção decorre dos limites estruturais, tais como nossa subordinação ao interesse do capital privado internacional, e os interesses internos (que não são nacionais, por vezes). Além das questões políticas e de forças que estão a frente das decisões temos uma estrutura política débil que há muito demanda as tão debatidas reformas políticas.

⁹² Vale lembrar que “a política macroeconômica do governo Rousseff, ainda que jamais tenha formalmente abandonado o tripé macroeconômico básico estabelecido em 1999, apresentou desvios em relação ao mesmo ao longo do tempo no que se refere tanto aos objetivos de curto prazo quanto aos instrumentos” (MESQUITA, 2014, p. 1).

⁹³ Ainda que tenhamos tido o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2010, este focou primordialmente na questão habitacional (AMATO e MARTELLO, 2013).



fazendo frente à piora do cenário externo, ele opta por incentivar o investimento privado, via subsídios e desonerações fiscais. Contudo, essa “mudança no mix da política macroeconômica” não correspondeu a um aumento da produção. Além dos subsídios e desonerações, o governo Dilma foi marcado por grande número de concessões de setores chave da economia à iniciativa privada (ex: aeroportos, bacias de petróleo, transporte, etc.) (CORRÊA e SANTOS, 2013).

A continuidade do crescimento é essencial para a sustentabilidade de um Estado burguês, ainda mais quando políticas de transferência de renda (asseguradas na constituição de 1988) atreladas ao crescimento do salário mínimo estão sendo implementadas. Dessa forma, uma redução do crescimento leva a uma queda na arrecadação, enquanto as despesas, que são mais rígidas, se mantêm, o que acarreta em um déficit fiscal.

Com os aumentos reais do salário mínimo, redução da taxa de juros, aumento do crédito, desvalorização do câmbio e aumento da desconfiança dos agentes, a inflação pouco a pouco foi se aproximando do seu teto até rompê-lo⁹⁴. Verdade é que o governo ignorou as características da nossa sociedade e como se deu nosso ciclo expansivo. O que ocorreu, nos últimos anos, foi que o setor financeiro continuou se beneficiando dos altos juros (mesmo no momento em que se tentou uma redução do mesmo), os trabalhadores e empresários conseguiram ganhos graças à valorização da moeda, as classes ascendentes se saciavam apenas com mais consumo, enquanto a classe média, como também observa Barbosa (2015),

[...]torcia o nariz, mas nada dizia. Surpresa, ela procurava se acantonar para se diferenciar da “massa”, aumentando o consumo conspícuo. Fazia investimentos imobiliários, viajava ao exterior como “nunca antes” e aderira ao “private banking”.

⁹⁴ É importante frisar que temos como condicionantes da inflação tanto componentes de demanda como de oferta e, que nem sempre um aumento da inflação é de todo ruim, mas dado o grau de indexação da nossa economia e a esquizofrenia do mercado, há diversos componentes condicionantes de uma tendência inflacionária.

⁹⁵ Além disso, temos na escola estruturalista, que tem Celso Furtado como principal expoente brasileiro, a defesa da necessidade de mudança na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, ressaltando a necessidade da reforma agrária, da distribuição de renda e do controle dos capitais estrangeiros, entre outros. Isso porque, para a Escola, a inadequação de algumas estruturas como a agrária, por exemplo, faziam com que a oferta de alimentos e matérias-primas se tornasse inelástica, fator que gerava elevação dos preços nas áreas urbanas. Essa deterioração levaria a déficits comerciais e no balanço de pagamentos, forçando frequentes desvalorizações cambiais e alimentando, dessa forma, o processo inflacionário.



Apesar desse cenário, Dilma saiu vitoriosa nas eleições de 2014 com 51,64% dos votos, com a promessa de não adotar políticas contracionistas e um discurso de que a economia brasileira não entrava num ciclo recessivo como afirmava a oposição. A pouca diferença no percentual dos votos indicava os reflexos da instabilidade política e econômica, bem como as demandas por mudança que vinham desde as manifestações de 2013. Logo após as eleições as desonerações começaram a se reduzir, os subsídios à energia elétrica foram deixados de lado. Juntamente com sua eleição, iniciou-se um processo duplo, em que ao mesmo tempo em que a oposição buscava meios de questioná-la, a presidenta seguia um caminho oposto ao anunciado na campanha.

Em 2014-2015, a economia brasileira foi atingida por diversos choques⁹⁶, a saber: redução nos termos de troca, devido à redução do crescimento de economias importantes; grande crise hídrica, que encareceu o preço da energia e trouxe um cenário de incertezas quanto ao abastecimento; a operação Lava Jato, que trouxe consigo a redução do investimento em áreas com alto poder de encadeamento, principalmente as indústrias ligadas ao setor petrolífero; depreciação cambial, que leva a aumento da inflação. Como consequência, além de queda do produto e do emprego, a elevação da inflação, que possui diversas causas, trouxe redução da renda disponível e elevação da taxa de juros, juntamente com a necessidade de recompor o resultado primário para estabilizar a dívida pública que oscilava em torno de 55,48% do PIB em dezembro de 2006 e chegou a 69,5% do PIB em julho de 2016⁹⁷.

Dessa forma, indo além de uma análise conjuntural, buscaremos nas próximas seções entender as características da nossa “burguesia”, bem como, os laços de dependência de uma economia subdesenvolvida, marcada pela superexploração do trabalho e concentração de renda e riqueza, em que as medidas adotadas, principalmente, pelo governo Dilma não poderia nos levar a outro caminho senão esse.

⁹⁶ Alguns analistas, a exemplo de Pires (2016) já consideram que boa parte desses choques já se tornaram positivos ou neutros, com a recuperação dos termos de troca, acomodação da inflação causada pelo impacto da depreciação cambial, fim dos subsídios e o fim pela crise hídrica, visto que os reservatórios voltaram a crescer, volta dos investimentos públicos.

⁹⁷ Dados do Banco Central – Dívida Bruta do Governo Geral.



2. SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

A abordagem de Celso Furtado, que buscou analisar a questão do subdesenvolvimento, chegou à conclusão de que tal fenômeno não se trata de uma fase, ou seja, os países subdesenvolvidos não seriam países “em desenvolvimento”, eles são, na verdade, produto do mesmo processo histórico que os países desenvolvidos, o que os caracteriza como fruto do capitalismo instaurado, no qual a divisão internacional do trabalho assume necessariamente a forma do dualismo centro-periferia.

Nesse sentido, Furtado aponta que o subdesenvolvimento possui como característica a atitude das elites da periferia, que tentam elevar os seus padrões de consumo acima do nível sustentável para o desenvolvimento produtivo de seu país. Essa orientação das elites nacionais exclui grande parte da população, a qual tem que sobreviver em precárias condições, levando a uma espécie de “dualismo social”, que resulta em uma propensão à concentração de renda, “[...] fenômeno da heterogeneidade estrutural que se manifesta nos gritantes desequilíbrios setoriais, sociais e regionais que caracterizam o subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 2008, p. 77).

O processo no qual a incorporação técnica está relacionada à elevação de padrões de consumo, ao invés do avanço da capacidade produtiva, denominado por Furtado como modernização é o que o leva a apontar que o subdesenvolvimento não figura-se como uma fase a ser superada via crescimento econômico somente (SAMPAIO JR., 1999).

A modernização se constitui em um ciclo vicioso, que leva à formação atual da estrutura mundial e impõe ao subdesenvolvimento uma relação obrigatória entre dependência externa e superexploração do trabalho. Segundo Furtado (1974),

quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, as taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais (p. 81).

Além disso, uma importante característica de economias subdesenvolvidas é a incapacidade de introduzir e difundir o progresso técnico, o que aliado ao elevado excedente de mão de obra, impede o aumento da produtividade média do trabalho, bem



como, o repasse dos ganhos de produtividade para os salários, os quais acabam sendo absorvidos pelo lucro, intensificando a concentração de renda (SAMPAIO JR., 1999).

No entanto, para Furtado, não é a difusão do progresso técnico que modificará as estruturas, e sim o descolamento da curva de demanda, pois as características que o processo assume em um país subdesenvolvido faz com que o progresso técnico não leve, de forma direta, ao desenvolvimento. Na verdade, a incorporação de tecnologia importada de países desenvolvidos representaria outro entrave ao desenvolvimento. Isso se dá pelo fato de que essa tecnologia que é poupadora de mão de obra (em um país que ela é abundante) contribui para o crescimento do “exército de reserva”, reduzindo a possibilidade do trabalhador exigir repasse dos ganhos de produtividade para os salários, acentuando mais uma vez as desigualdades econômicas (HADLER, 2012).

Contudo, essa condição de dependência e de exploração não está ligada apenas ao resultado de um processo histórico que acabou condicionando grande número de países periféricos a se subordinarem ao centro. Na Teoria Marxista da Dependência (TMD) encontramos que essa é a lógica das economias capitalistas, em que o imperialismo é uma condição necessária e que se repete em várias dimensões.

De acordo com Marini (2005), um dos expoentes da TMD, a dependência é vista nas relações entre os países, já que, enquanto algumas economias são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras, os países do centro, de certa forma, são autossustentáveis, determinando os caminhos dos países periféricos.

Toda interpretação desta corrente parte do pensamento de Marx, em especial da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Esta lei demonstra a importância do exército industrial de reserva para a manutenção do sistema capitalista, uma vez que a modernização (aumento da produtividade) avança mais que a demanda por mão de obra. Dessa forma, há uma pressão na direção da redução de salários e benefícios, de maneira que a exploração que ocorre nesse contexto é a fonte de enriquecimento dos capitalistas, ampliada à medida que o capitalismo se desenvolve (DUARTE e GRACIOLLI, 2007).

Por meio da análise do processo de expansão capitalista que se inicia no século XVI e das relações das economias latinas com as demais economias do globo, Marini busca



na configuração da dependência o modo em que se deu o desenvolvimento de toda essa região frente a uma determinada divisão internacional do trabalho (ibdem).

A relação da América Latina com o comércio internacional já se inicia pela capacidade de ofertar alimentos, e posteriormente de matérias primas industriais. Somando estes fatores com o crescimento da oferta de trabalhadores e a elevação da produtividade nos países centrais, temos os pontos cruciais para o desenvolvimento da grande indústria. Nesse contexto, os países periféricos, não são apenas ofertantes de recursos físicos, mas contribuintes para que a dinâmica da acumulação industrial se descolasse da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, uma vez que contribuíam para a redução do valor social das mercadorias que a classe trabalhadora consome. Isso ocorre, pois à medida que cresce a oferta de bens primários no mercado mundial, os preços desses reduzem, contribuindo para a redução real da força de trabalho, além da deterioração dos termos de troca. Uma vez que os bens industriais são ofertados por mercados concentrados, sua (in)elasticidade preço da demanda é baixa, aumentando sua relação de troca com os produtos ofertados pela periferia. A deterioração dos termos de troca, dessa forma, constitui o principal instrumento para transferência de valor (ibdem). Com a ampliação desta transferência de valor, o que as economias periféricas tentam é corrigir este diferencial. Uma vez que esta correção não ocorre por via do comércio e das negociações, a opção é compensá-la via mercado interno, com a ampliação do excedente, que só consegue ser efetivado via intensificação do trabalho, devido a baixa capacidade de aumento produtivo. Esse processo, que corresponde a um aumento da mais-valia, se dá com a superexploração do trabalho que é, para a TMD, consequência da própria condição de dependência. Assim, a superexploração do trabalho se apresenta como um mecanismo de compensação frente às transferências de valor das economias dependentes às economias centrais.

Desta forma, uma característica marcante das regiões dependentes do capitalismo é que a superexploração do trabalho, a consequente apropriação do fundo de consumo do trabalhador e sua transferência para o fundo de acumulação do capital, acaba gerando um processo no qual o consumo da população trabalhadora é considerado secundário, uma vez que o desenvolvimento do mercado interno fica limitado pela concentração de



renda que a superexploração do trabalho aprofunda. Essa característica expressa “a tendência do capitalismo dependente a criar padrões de reprodução voltados aos mercados externos. É um capitalismo em que o poder de consumo dos trabalhadores das regiões para as quais exporta é mais importante que a própria economia local” (OSÓRIO, 2013, p. 60).

A condição de dependência tende a gerar a perda de autonomia para a formulação de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social frente ao processo de globalização. Nesse sentido, a TMD se apresenta como ferramenta indispensável na nossa visão, uma vez que busca criticar os processos de desenvolvimento, sobretudo dos países da América latina, dentro da integração com as demais economias do globo, tentando compreender as limitações para o desenvolvimento de economias atrasadas que entram neste processo em uma fase que já estão consolidados vários grupos econômicos e impérios.

Dessa forma, assim como Furtado, a TMD não enxerga o subdesenvolvimento como uma etapa a ser naturalmente superada, mas sim como um subproduto do desenvolvimento capitalista mundial. Além deste fator, esta teoria enxerga uma situação de dependência além das relações mercantis, como também, no movimento internacional de capitais, no investimento direto estrangeiro, na dependência tecnológica e no imperialismo, em que a união destes incorre na subordinação das economias latinas à economia internacional.

Assim, ainda que a TMD tenha se constituído nas décadas de 60 e 70 do século passado, sua interpretação de mundo, principalmente para as economias latinas, se apresenta com enorme lucidez, ainda que enganada enquanto a impossibilidade de progresso e melhoria de vida dentro do sistema capitalista. Nossa base técnica, mesmo já não sendo aquela do século passado, ainda hoje se encontra atrasada, quando comparada a dos países do centro. Assim, nossa contemporânea relação com o resto do mundo só reafirma a perda de autonomia do Estado, a relação de exploração entre capital e trabalho e, as vastas formas que caracterizam a Dependência.

Dadas essas caracterizações, a próxima seção buscará analisar ainda as características da burguesia brasileira, fator que acentua o caráter dependente do Brasil.



3. CARACTERÍSTICAS DA “BURGUESIA” NO BRASIL

O caráter duradouro do sistema colonial no Brasil, bem como seus desdobramentos e resquícios, tem influência no que Florestan Fernandes enfatizou como o atraso da revolução burguesa no Brasil. Mas antes de adentrarmos nessa questão definiremos Revolução Burguesa, tal como o faz Fernandes (2006, p.239) como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.

Assim sendo, a situação brasileira do fim do império e começo da república contém apenas o que seriam os germes do poder e dominação burguesa. Isso ocorre, dentre outros fatores, porque o conjunto de burguesias que se constituíram em torno do rural e das cidades não havia rompido as relações arcaicas que caracterizavam a sociedade brasileira desde o período colonial.

Essa situação se dá, pois, a “burguesia” no Brasil se estabeleceu, desde o início de sua formação, sob as bases de uma dominação política - contrariando o que ocorreu com burguesias de países centrais, cuja dominação se manifestou primeiro em âmbito socioeconômico. Isso teve como consequência o não rompimento da base de poder da aristocracia agrária, que “encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível” (FERNANDES, 2006, p. 240).

Essa transição “segura” para a aristocracia agrária permitiu que ela se infiltrasse nos novos negócios, resguardando, tanto quanto fosse possível, os elementos da organização aristocrática. Além disso, esta contribuiu substancialmente para a heterogeneidade da “burguesia” brasileira, que assumiu múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, políticas e sociais do país, não se estabelecendo, portanto, em torno de interesses bem determinados e com consciência de classe.

Disso pode-se extrair que a burguesia da qual tratamos possuía um espírito modernizador bastante moderado, uma vez que a modernização ficava restrita às condições ligadas a atividade econômica em geral, o que era conveniente aos interesses externos, isto é, a contenção do que poderia ser uma revolução burguesa na direção de



se constituir uma economia nacional que abandonasse a sua posição subalterna na organização capitalista mundial.

Essa falta de unidade e consistência da burguesia brasileira leva ao problema central investigado por Florestan Fernandes em “A Revolução Burguesa no Brasil”, que consiste na crise do poder burguês que se dá como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Essa transição foi propiciada, como aponta Fernandes, pelo grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que foi capaz de passar por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista, de forma rápida. Isso constitui-se em grande oportunidade para a burguesia brasileira que tratou de consolidar seus laços com o imperialismo.

A aliança com o imperialismo via capital externo foi levada a cabo, devido, também, às pressões que a burguesia sofria. A primeira era a pressão do capitalismo monopolista mundial, que vinha de fora para dentro. As outras duas eram de natureza interna: i) medo de uma possível revolução do proletariado; ii) aumento da interferência direta do Estado na esfera econômica (FERNANDES, 2006).

A solução encontrada pelos setores dominantes das classes alta e média foi se unirem em uma espécie de contrarrevolução, o que alterou a forma de dominação burguesa, subordinando o Estado a seus interesses, e o tornando um instrumento exclusivo do poder burguês, não só econômico, como político e social⁹⁸. Como sublinha Florestan Fernandes, esta reorientação não coincidia com a formação de uma estrutura econômica que rompesse com a condição de dependência, mas pelo contrário, foi instituída uma estrutura nacional de poder cujo papel foi a simples incorporação, de forma subalterna, às estruturas capitalistas internacionais, não superando, portanto, as forças responsáveis pela condição de subdesenvolvimento do país.

Análises mais recentes apontam que na década de 2000, observa-se, no Brasil, a ascensão política de uma nova burguesia nacional. Diferente da velha burguesia nacional⁹⁹ tradicional, esta trata-se de uma fração da classe burguesa à qual se aplica o

⁹⁸ Isso foi possível com a militarização via Golpe de 1964.

⁹⁹ Para os autores marxistas e de partidos comunistas do século XX, a classe burguesa, das revoluções burguesas tradicionais, poderia formar uma frente anti-imperialista com a classe operária.



conceito de burguesia interna elaborado por Poulantzas na década de 1970 (BOITO JR., 2012). O conceito de burguesia para este, em um contexto de globalização, diz respeito a uma burguesia interna que ocuparia, nos países dependentes, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional (capaz de executar ações de caráter anti-imperialista) e a velha burguesia compradora, associada ao imperialismo.

Nesse sentido, essa fração de classe, cuja ascensão política foi promovida no governo Lula, representa a confluência de duas características que corroboram a ideia da posição intermediária da burguesia no Brasil, quais sejam: a existência de base de acumulação própria e; a busca pela associação com o capital imperialista.

A questão que se coloca é que a grande burguesia interna hesita em aceitar as concessões que o governo Lula – e agora Dilma – exige dela. Isto se deve ao fato de que os grandes empresários, como coloca Boito Jr (2012), querem juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, BNDES e diplomacia empresarial, dentre outros benefícios, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo e o gasto com previdência, por exemplo. Essa espécie de conflito distributivo é uma das características essenciais para entender a atual crise econômica, política e de representatividade que o governo Dilma enfrenta.

4. POSSÍVEIS VIAS DE SOLUÇÃO

Em um momento em que a hegemonia neoliberal se reafirma, soluções que apregoem um Estado forte e uma economia mais autônoma frente à globalização ficam sem espaço. É certo que os equívocos do governo Dilma e os recorrentes escândalos de corrupção do governo petista foram determinantes para a crise que passamos, ainda que apenas para confiança, mas não podemos perder de vista que vivemos em um mundo dominado por grandes empresas transnacionais que subordinam os Estados-Nação à sua lógica privada de lucro, sem qualquer resquício de responsabilidade para com o desenvolvimento de territórios deprimidos na periferia do mundo.

Com uma elite que não detém para si qualquer ônus ou responsabilidade sobre o desenvolvimento do país; capturada por uma economia altamente financeirizada, em um ambiente macroeconômico que apresenta uma curva de juros invertida, o Estado não



deve deixar a mercê da iniciativa privada a condução do investimento, motor do emprego e da renda da nação.

Utilizando-se da análise de Celso Furtado, o Brasil teria como opção para atingir o desenvolvimento, mudar o perfil da demanda na direção da desconcentração de renda, a fim de ampliar o acesso da população às formas mais dinâmicas de consumo. Assim, a política de desenvolvimento deveria se dividir em duas frentes: uma que diz respeito às modificações do sistema econômico, por meio de planejamento; e a outra, na modificação do perfil da demanda global, contra o fluxo natural de concentração de renda no Brasil, para que o setor industrial conduza o crescimento e desenvolvimento.

Com isso, para Furtado, o desenvolvimento é subordinado à capacidade do Estado, via parâmetros institucionais, de limitar o campo de atuação da concorrência econômica e da luta de classes, de modo que a busca pelo lucro seja compatível com a vontade coletiva. A busca de soluções sem romper com a lógica capitalista foi dada, devido à necessidade do fortalecimento das instituições democráticas, para que os pobres, buscando a superação desse subdesenvolvimento, tivessem voz na disputa de poder contra as elites, que desejam modernizar seus padrões de consumo, acentuando as desigualdades sociais, perpetuando o ciclo do subdesenvolvimento (HADLER, 2012).

Contudo, Furtado ao buscar soluções dentro do capitalismo não pôde ir mais longe e perceber que as contradições inerentes ao sistema são inconciliáveis. Segundo Sampaio Junior (1999):

[...] o modo de Furtado tratar a autonomia relativa dos centros internos de decisão leva-o a superestimar as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia como demiurgo do desenvolvimento nacional. Tal fato revela que a sua crítica à dependência e ao subdesenvolvimento está limitada, em última instância, pela sua crença de que é possível encontrar soluções para os impasses do subdesenvolvimento sem romper com os marcos do regime capitalista (grifo nosso, p. 200).

Com isso, trazemos à discussão as reais possibilidades para uma possível agenda de desenvolvimento nacional, visto que atualmente nossas políticas públicas não fazem parte de um projeto articulado, num contexto estruturante; não representam parte significativa do orçamento público e não conseguem manter sequer articulação gerencial.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou extrapolar as análises meramente conjunturais dos fenômenos e refletir sobre as bases de formação do que seria a “burguesia brasileira”, apontando as peculiaridades em um contexto de um capitalismo dependente, sobretudo a associação dela ao imperialismo, como simples incorporação às estruturas capitalistas internacionais de poder de forma subalterna, não superando as forças internas e externas responsáveis pela condição de subdesenvolvimento do País.

Nesse sentido, foram apresentados aspectos da abordagem de Celso Furtado e da TMD, apontando que os países subdesenvolvidos, tal como coloca Furtado, são produto do mesmo processo histórico que os países desenvolvidos, no qual a divisão internacional do trabalho impreterivelmente assume a forma do dualismo centro-periferia, não sendo, portanto, o subdesenvolvimento uma fase a ser superada.

Apresentou-se, também, um breve panorama das políticas econômicas adotadas nos governos Dilma, no caminho de estimular a demanda agregada. No entanto, tais políticas não surgiram efeito, a nosso ver, devido - dentre outros fatores - a características de nosso próprio empresariado, que reluta em assumir riscos associados ao investimento produtivo (principalmente, diante da alta taxa de juros brasileira, que acaba servindo de estímulo à aplicação financeira de recursos), além de seu pouco, ou nenhum, comprometimento com o desenvolvimento econômico e social da nação.

Portanto, a condição de subdesenvolvimento não é um fator que pode ser superado, dentro da lógica capitalista. Contudo, isso não significa que devemos nos resignar por completo e desistir de um projeto de nação. O Estado, então, deve atuar com investimentos maciços na criação de infraestrutura, de saúde e de educação, assumindo setores-chave, estimulando a demanda agregada, melhorando as condições de vida dos cidadãos, a fim de atingirmos uma estrutura menos perversa e desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO F. e MARTELLO A. (2013) Investimentos do PAC 2 atingem R\$ 665 bilhões até agosto, diz governo. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/investimentos-do-pac-2-atingem-r-655-bilhoes-ate-agosto-diz-governo.html>> Acessado 16 de dezembro de 2015.

BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>



BARBOSA, A. F. (2015). Do Ciclo Expansivo ao Ajuste Fiscal: Uma Interpretação Estruturalista. **Carta Maior**. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-Ciclo-Expansivo-ao-Ajuste-Fiscal-Uma-Interpretacao-Estruturalista/7/33429>>. Acessado em 16 de dez. de 2015.

BOITO JR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. Organizadores: Armando Boito Jr. e Andréia Galvão. Alameda, 2012.

CORRÊA V. P., SANTOS C. H.. Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites. In: **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. Organização: Vanessa Petrelli Corrêa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

DUARTE, P. H., & GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **Colóquio Internacional Marx/Engels**, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Globo Livros, 2006.

FURTADO, C. M. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, C. M. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. M. O Subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.1, p. 5-20, ago. 1992.

HADLER, J. P. D. T. C. **Dependência e subdesenvolvimento**: A transacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. São Paulo: Alameda, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência in **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>

MESQUITA, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: **Coletânea de capítulos da agenda “Sob a Luz do Sol”**. Centro de Debate de Políticas Públicas. INSPER, 2014.

OSÓRIO, J. Fundamentos da Superexploração. In: **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Organizador: Niemeyer Almeida Filho – Brasília: Ipea, 2013.

SAMPAIO JR., P. de A. S. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.



SAMPAIO JR., P. de A. S. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, n. 22, p. 69-98, Jan./Jun. 2008.

GT 04: Instituições, conflitos sociais e políticas públicas

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O NOVO TRATO À QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Bruna Tamara de Souza Ferreira¹⁰⁰

RESUMO:

O novo trato à questão social que se inicia na década de 1990 tem nos governos FHC (1995 – 2002) o terreno (suporte) necessário para sua disseminação. A posse de FHC representa o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Fernando Henrique Cardoso; Estado, Reestruturação Produtiva, Responsabilidade Social Empresarial; Reforma do Estado.

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E O NOVO TRATO À QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Bruna Tamara de Souza Ferreira

INTRODUÇÃO

O governo no Brasil inicia, na década de 1990, a rediscussão sobre os princípios do modelo de Estado vigente e suas funções público-administrativas, e passam a reformular as parcerias público-privadas. Sendo assim, o fortalecimento do “terceiro setor” como forma e possibilidade de administração, no Brasil, surge a partir da

¹⁰⁰ Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFU). Email: brunaferracs@yahoo.com.br.



pressuposta necessidade de uma Reforma do Aparelho do Estado, e que se estabelece a partir da percepção do esgotamento do modelo administrativo burocrático. Por isso, se faz necessário salientar a importância dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), os quais foram responsáveis pela disseminação do termo e incentivo da prática deste “novo” setor em nosso país.

OS TRINTA ANOS DE OURO

Antes de mergulharmos no universo que explica o histórico da reforma proposta em nosso país, é preciso retornar a um momento anterior, para compreender os desdobramentos a um nível mais global.

Durante o intervalo que vai do final da Segunda Guerra até a década de 1970 o capitalismo alcançou índices econômicos inéditos. O produto interno bruto (PIB), ou seu valor per capita, os níveis salariais e os de renda familiar alcançaram patamares tão elevados que parte dos economistas que se debruça sobre o período costuma apelidá-lo de *trinta anos de ouro* ou *os trinta gloriosos*. Segundo Harvey (2000), os números são mais expressivos no centro capitalista do que na periferia. Assim, nos países de capitalismo avançado, pode-se associar tal desempenho a um fértil casamento: de um lado um modelo de acumulação fordista, de outro, a ação de políticas keynesianas e socialdemocráticas. Refere-se a uma importante relação de complementaridade, em certo aspecto, que possibilitava compatibilizar a produção em massa com um consumo igualmente massivo.

O fordismo pode ser entendido como um modelo de acumulação que impulsionou a racionalização e a especialização da produção. A esteira produtiva aprofundou a separação entre a concepção e a execução, além de simplificar o gestual do trabalho. Entretanto as transformações mais significativas podem ser vistas não naquilo que herda do Taylorismo e que ocorre no interior da fábrica, mas na sua preocupação com a vazão da volumosa produção. Elevações salariais combinadas com reduções da jornada anunciariam as novas exigências feitas pela linha de montagem. Apesar do esforço fordista, as iniciativas microeconômicas de contenção da crise de superprodução não surtem o efeito desejado. (BARBOSA E SILVA, 2008).

Segundo Harvey (2000), a especificidade do fordismo era justamente a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de



controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. Como observado por Gramsci (1980), o fordismo exigia um “novo homem”.

Nesse sentido, o Estado keynesiano responderia positivamente a algumas dessas demandas. No entanto,

[...] a manutenção desse estado de coisas pressupõe limites austeros à produtividade e à lucratividade empresarial, bem como produz pressões constantes sobre a situação fiscal dos Estados. Associados à intensificação das lutas sociais nos anos 1960, ao esgotamento do padrão fordista/taylorista que se tornou incapaz de responder à retração do consumo (ANTUNES, 1999) e à crise econômica dos anos 1970, temos os ingredientes para transformações significativas na forma de produzir a vida social. O universo corporativo esperava uma resposta para a ascendente sindical, os lucros decrescentes e uma produtividade reduzida. A experiência japonesa carrega parte das soluções para situações semelhantes embora em outro contexto. (BARBOSA E SILVA, 2008).

Foi nesse contexto, do quadro crítico a partir dos anos 70, que o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível emergiram no ocidente.

BREVE HISTÓRICO DO NEOLIBERALISMO

As políticas de ajuste de caráter neoliberal fazem parte de um movimento de *ajuste global*, que se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva. Esse processo de ajuste global na economia mundial caracteriza-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais, feito sob a égide de uma *doutrina neoliberal*, cosmopolita, gestada no centro financeiro e político do mundo capitalista. Assim, as políticas de corte neoliberal – consagradas em 1989 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado “Consenso de Washington” – caracterizam-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e organismo internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes”. (SOARES, p. 19, 2003)

Levando em consideração as premissas do neoliberalismo, entende-se seu nascimento em decorrência a mutações do modelo produtivo e de desenvolvimento,



centrado num Estado intervencionista; sendo assim, observa-se na experiência inglesa de conservadorismo de Thatcher¹⁰¹, a construção de uma “força estruturadora” participacionista do processo de acumulação do capital e de desenvolvimento. As consequências visíveis estruturais da adoção destas políticas podem estar diretamente ligadas ao desregulamento das condições de trabalho e à flexibilização dos direitos sociais, – em que há um conjunto de transformações que o capitalismo tem gestado no âmbito dos processos de trabalho, dos padrões de consumo, da desregulamentação dos direitos sociais, da expansão de fronteiras da acumulação do capital privado ou, ainda, das formas de atuação e de intervenção dos Estados e de organismos internacionais articuladores do capital como FMI, Banco Mundial ou mesmo os blocos econômicos.

A ESPECIFICIDADE DO BRASIL

Há na segunda metade do século XX, um deslocamento do Estado para a condição de problema. A reestruturação produtiva traz novidades para a vida estatal, assim se toma o enfraquecimento do Estado como diagnóstico e, para muito dos casos, também como prognóstico. Um Estado enfraquecido, com déficits de legitimidade e de soberania, precisaria ser urgentemente reformado. Em uma concepção mais conservadora, sua atuação, objetivamente reduzida pelas circunstâncias “globais”, deveria ser revista, readequada e circunscrita aos limites impostos pela realidade “pós-nacional”. Há assim, *a exigência de uma nova administração pública que a um só tempo consiga adaptar a gestão do Estado à nova realidade e espelhar a gestão privada dos grupos privados bem sucedidos nas últimas décadas*¹⁰².

A mais recente delas inspira boa parte da administração pública ocidental e responde pelo nome de Nova Administração Pública (NAP). [...]. Entende-se por NAP, o conjunto de teorias e políticas de gestão de inspiração privada

¹⁰¹ Segundo Antunes (2009), depois da ascensão de Margareth Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, a sociedade inglesa alterou-se profundamente, com graves consequências para o mundo do trabalho. Mutações ocorreram em seu parque produtivo, passando pela redução das empresas estatais, pela retração do setor industrial, pela expansão do setor de serviços privados, enfim, pela reconfiguração da Inglaterra na nova divisão internacional do trabalho. Além, de enormes repercussões na forma de ser da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores.

¹⁰² Barbosa e Silva (2008).



que, a partir dos anos 1980, hegemônica-se no interior dos aparelhos de Estado em boa parte do mundo. O seu ponto difusor encontra-se na Inglaterra de Margareth Thatcher, desdobrando-se pelos EUA, Austrália, Nova Zelândia e, na sequência, pelo restante do Ocidente. Suas manifestações nacionais revelam uma considerável diversidade e vários de seus intérpretes ofereceram tipologias – não raro de matriz weberiana - para orientar as leituras sobre as transformações recentes nas gestões públicas. O contexto de surgimento da NAP coincide com a emergência da globalização e das políticas neoliberais no centro capitalista, por isso é possível ver, num primeiro momento, governos conservadores inaugurando procedimentos gerenciais flexíveis. Atualmente, tanto o neoliberalismo, quanto as políticas da NAP são utilizados por governos cujos partidos foram historicamente comprometidos com setores populares, ou até mesmo, com o movimento operário. (BARBOSA E SILVA, p. 40 - 41, 2008).

Pode-se compreender então, que o surgimento da globalização e de duas grandes crises – a crise do bloco soviético e a crise capitalista dos anos 70 – conduzem ao aparecimento e à difusão da NAP. O ponto inicial de onde se pode perceber primeiro a inovação é a Inglaterra sob o governo de Thatcher. Os estudos sobre a Nova Administração Pública tomam o serviço público britânico como modelo.

O setor público britânico teve em sua organização sensíveis alterações devido às privatizações modificarem o raio de ação de algumas funções estatais. Tais privatizações acompanhavam novas orientações gerenciais de inspiração no mercado. É algo semelhante ao que Bresser-Pereira (1998) definiu como quase mercados ou concorrência administrada. A intenção é introduzir a concorrência como definidor das vantagens comparativas ou das competências particulares e, a partir de então, promover a prestação de serviço em padrões de excelência. Assim, desmontada a hierarquia verticalizada, seria possível dar a cada uma das instituições certa independência¹⁰³.

Para além das orientações gerenciais, ganha ênfase a ideia de ‘fazer mais com menos’, que se desdobra em preservar o valor do dinheiro, fazer uso de indicadores comparativos de desempenho, e de desenvolver sistemas de aperfeiçoamento de custos, informação e auditoria. Assim, o desperdício de recursos de toda natureza poderia ser superado por sua simples racionalização, possibilitando o “fazer mais com menos”. Segundo Barbosa e Silva (2008), está obvio que a intenção do lema é condenar o gasto e

¹⁰³ Nesse espírito nascem as agências *next steps* ou agências autônomas, chamadas no Brasil de agências executivas ou reguladoras. Imagina-se que submetidas à concorrência administrada e aos contratos estabelecidos mediante acerto de resultados, as organizações públicas (agências) estariam mais próximas do cidadão possibilitando a transparência, o conhecimento e um maior controle. Barbosa e Silva (2008).



a ineficiência de uma só vez, jogando para um patamar (ético e racional) o exercício da administração pública. Logo, desqualificar o opositor como desorganizado e irresponsável parece ser o ponto de partida para a afirmação das possibilidades do novo modelo¹⁰⁴.

A REFORMA DO ESTADO E A GESTÃO FHC

Se por um lado se ressalta que o governo no Brasil inicia, na década de 1990, a rediscussão sobre os princípios do modelo de Estado vigente e suas funções público-administrativas, e passam a reformular as parcerias público-privadas. É preciso, por outro, entender o contexto em que se inicia a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não há dúvida de que a vitória da chapa PSDB/PFL nas eleições de 1994 tem uma relação direta com o sucesso parcial do plano Real. O governo Itamar Franco e seu Ministério da Fazenda, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, colocaram em ação um plano engenhoso para cessar a memória inflacionária que resistia a uma sucessão de outros planos. O sucesso parcial pode ser percebido na queda brusca dos índices de preços, que até 1996 produzirá um aumento do poder de compra e, por conseguinte, uma leve redistribuição de renda. Seu limite, no entanto, irreconhecível para a grande maioria da população até os dias de hoje, aparece na incapacidade de aprofundar a distribuição de renda inicial, no uso de políticas contracionistas e na redução da noção de estabilidade econômica simplesmente ao controle inflacionário, deixando de lado outros parâmetros importantes (GONÇALVES, 2003 apud BARBOSA E SILVA, 2008).

Observa-se assim, que a vitória eleitoral responde ao assentamento de um conjunto de partículas conservadoras que pairavam no ar desorganizadas. Embora, desde o governo Collor se estabelecessem as bases para um contra-ataque aos avanços representados pela constituição de 1988.

¹⁰⁴ “Portanto, “fazer mais com menos” é mais um paradoxo do que um lema. Não se pode perceber suas partes como compatíveis quando são excludentes. Na medida em que se exaurem os recursos, ajustam-se as contas públicas, reduzem-se quadros funcionais e institucionais, torna-se claramente mais difícil ampliar a ação estatal. Se se deseja a ampliação da produção do funcionalismo, parece paradoxal reduzir seu número. Na mesma proporção, se se deseja que as instituições públicas prestem um serviço com mais qualidade, parece igualmente paradoxal retirar sua tranquilidade e recursos em prol dos efeitos milagrosos da competição.” O autor ainda alerta: “Esse lema somente faria sentido se se partisse de um serviço público absolutamente desorganizado e corrupto. E cujo gasto sem critério se fizesse sob a gestão de inescrupulosos funcionários públicos a partir da orientação de um Poder Executivo descompromissado.” (BARBOSA E SILVA, p. 47 - 48, 2008).



Deste modo, a posse de Fernando Henrique vai representar o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro. Em seu *Discurso da Despedida do Senado Federal*, proferido em dezembro de 1994 vai declarar encerrada a “Era Vargas”, em seu modelo interventor e de desenvolvimento autárquico. Nesse primeiro momento, a reforma se limitava a apagar o patrimonialismo, o corporativismo, o burocratismo varguista, dando vazão à força voluntária da sociedade civil, representada pelas organizações *neogovernamentais*, tal como as denomina o então presidente eleito.

O MARE

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), onde se consolidou a ideia de substituição do modelo anterior (considerado burocrático) pelo modelo gerencial. O “gerencialismo” parte da conjectura de que é necessária uma “flexibilização” na administração pública, para superar e reduzir o formalismo e a rigidez, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoem os mecanismos de controle do Estado, para se “adequar” aos governos democráticos contemporâneos.

Segundo Marini (2005), o ano de 1995 sinalizou o marco das reformas direcionadas à administração pública brasileira. Inicialmente, a Secretaria da Administração Federal (SAF) foi transformada, por iniciativa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em um novo ministério, o MARE, que, além das funções tradicionais de gestão da função pública, assumiu o papel de coordenador do processo de reforma do aparelho do Estado. O MARE foi assumido pelo ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira a convite de FHC, e, de acordo com o ex-ministro, no período de 1995 a 1998 ele foi o principal responsável por esta reforma. “A reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público profissional condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas” (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 71). Nesse sentido, a administração do Estado e do setor privado seriam similares na medida em que a reforma descentraliza e autonomiza as agências do Estado, define indicadores de desempenho para as organizações resultantes e cria quase-mercados e mecanismos de fiscalização social para seu controle em adição ao controle gerencial por resultados.



No primeiro semestre de 1995, foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e a emenda constitucional da reforma administrativa¹⁰⁵. De acordo com Bresser-Pereira (2000), a construção destes documentos foi baseada nas experiências dos países da OCDE, sobretudo, do Reino Unido, país no qual imperou, nos anos 1980, a segunda grande reforma administrativa da história do capitalismo.

Para Bresser-Pereira (2000), a reforma constitucional foi parte fundamental da Reforma Gerencial de 1995, em virtude de mudanças de instituições normativas fundamentais, no entanto, muitas mudanças foram infraconstitucionais. São exemplos as duas novas instituições organizacionais básicas da reforma, as “agências executivas” e as “organizações sociais”.

Em 1997, as duas novas instituições organizacionais básicas da reforma, as “agências executivas” (instituições estatais que executam atividades exclusivas do Estado) e as “organizações sociais” (instituições híbridas entre o Estado e a sociedade que executam os serviços sociais e competitivos) foram formalmente criadas, isto não dependeu da mudança na constituição. (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 61).

O Plano diretor consistiu em um documento norteador dos projetos da reforma. Teve como ponto de partida, uma reflexão conceitual sobre três formas de administração pública: patrimonialista; burocrática e gerencial – emergente e pretendida.¹⁰⁶ (MARINI, 2005).

O modelo de reforma proposto por Bresser-Pereira foi orientado pela definição entre os setores que o Estado opera, pelas formas de organização correspondentes e as estratégias de administração mais adequada a cada setor.

Os Estados modernos contam com três setores: o *setor das atividades exclusivas* do Estado, dentro do qual está o núcleo estratégico e as agências executivas ou reguladoras; os *serviços sociais e científicos*, que não são exclusivos, mas que, dadas as externalidades e os direitos humanos

¹⁰⁵ Em 1995, se iniciou no Brasil a Reforma da Gestão Pública com a publicação, nesse ano, do Plano Diretor da Reforma do Estado e o envio para o Congresso Nacional da emenda da administração pública que se transformaria, em 1998, na Emenda 19 (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998).

¹⁰⁶ “A administração patrimonialista é do Estado, mas não é pública, pois não visa o interesse público, refere-se à administração que confunde o patrimônio privado do príncipe com o patrimônio público. A administração pública burocrática é aquela baseada em um serviço civil profissional, na dominação racional-legal weberiana e no universalismo de procedimentos, expresso em normas rígidas de procedimento administrativo. E a administração pública gerencial é conhecida como nova gestão pública, similar à administração empresarial.” (BRESSER-PEREIRA, 2000).



envolvidos, demandam do ponto de vista técnico e ético que contem com forte financiamento do Estado; e, finalmente, o *setor de produção de bens e serviços para o mercado*. (BRESSER PEREIRA, 2000, p. 66 apud MIRANDA, 2008, p. 74).

Bresser-Pereira refletiu a partir da estrutura destes setores e buscou definir que um novo arranjo institucional, com a definição de que tipo de administração, que tipo de propriedade e que tipo de instituição organizacional deveria prevalecer. Sua primeira ação foi definir o tipo de administração como gerencial e reforçar o núcleo estratégico, ocupando-o com funcionários altamente qualificados e bem pagos. Assim, somente a alta cúpula teria seus direitos preservados, com estabilidade e “carreira” asseguradas por lei, enquanto os demais cargos deveriam ser flexibilizados tendo os seus direitos desintegrados aos poucos.

No que concerne à questão da propriedade, no núcleo estratégico e nas atividades exclusivas do Estado, a propriedade será por definição, estatal. Nos serviços não exclusivos a situação é mais complexa, para Bresser:

Se assumirmos que devem ser financiadas ou fomentadas pelo Estado, seja porque envolvem direitos humanos básicos (educação, saúde) seja porque implicam externalidades envolvendo economias de mercado não pode compensar na forma de preço e lucro (educação, saúde, cultura, pesquisa científica), não há razão para que sejam privadas. Por outro lado, uma vez que não implicam no exercício do poder de Estado, não há razão para que sejam controlados pelo Estado. (BRESSER PEREIRA, 2000, p. 68).

O ex-ministro sugere que se adote o regime da propriedade pública não-estatal, ou seja, usar organizações de direito privado, mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. Assim serviços sociais devem se tornar “propriedade pública”, deve dedicar-se ao interesse público, não deve visar o lucro, deve ser: “‘Não-estatal’ porque não é parte do aparelho do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 69).

Esta medida estabelecida pelo ex-ministro concretizará a passagem de uma sociedade organizada por referência aos direitos fundamentados na solidariedade coletiva para uma sociedade organizada pela ação solidária privada, transformada em responsável pela execução dos serviços sociais, ao lado da implantação de critérios seletivos das políticas previdenciárias (PAOLI, 2002). Há assim, uma passagem da concepção direito para a concepção de “serviços”.



Este domínio se estende à relação entre o aparelho estatal e a sociedade civil, afinal o MARE promove a redução do cidadão à condição de cliente. Num primeiro momento, tal redução expressa a mercantilização da relação. Mas em outro, permite-nos pensar também que a relação com a clientela não prevê articulação política entre os cidadãos, sendo tão somente uma relação entre o Estado e um indivíduo carregado de demandas por serviços. A atomização ou individualização do cidadão, pensa a cidadania fora dos sindicatos, partidos e classes organizados, ou contra eles. O cidadão cliente é despolitizado e fechado nas suas necessidades particulares, sem a transcendência deste para o universo do público, fundamentalmente recortado pelo conflito, pelos projetos e pelos interesses de classe. O recurso da despolitização encaminha a análise oficial para a naturalização das funções, do Estado, da sociedade civil e do mercado. Ainda que 94 positivistas e liberais não se acomodem nas mesmas poltronas quando se pensa a relação do Estado com o indivíduo, ambos utilizam-se do mesmo recurso. Aquilo que é natural possui características, funções e dinâmicas próprias, que se desapontadas revelam a crise. Respeitar a natureza do fenômeno social é permitir a manifestação de sua plenitude. Mas os membros do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente o Presidente e o Ministro do MARE sempre foram enfáticos em defender que todo o movimento empreendido a partir de 1995, no conjunto da obra ou em suas partes, não se assemelha ao que se viu em governos neoconservadores (sinônimo usado nos textos de Bresser-Pereira para designar os neoliberais). Outrossim, deve-se caracterizar o período tucano como de uma socialdemocracia moderna, atualizada, social-liberal. (BARBOSA E SILVA, p. 92 - 93, 2008).

Bresser-Pereira se considera um social-liberal e critica o modelo neoliberal, elege a Reforma Gerencial de 1995 como uma alternativa ao neoliberalismo.¹⁰⁷

Montaño (2003) afirma que as medidas tomadas pelo ex-ministro não configuram um pacto social-liberal, mas sim, a aliança da hegemonia neoliberal que substituiu com a reforma o pacto socialdemocrático dos anos 1980.

Nesse sentido, Bresser-Pereira elabora uma argumentação que levaria muitos leigos no assunto a concluir que sua proposta se remete a uma terceira via, distinta da socialdemocrata e da neoliberal, nem estadista, nem mercadista. Esta “terceira via” remete à teoria de *Anthony Giddens*¹⁰⁸, recriado no Brasil por Bresser. É enunciada como um novo setor público não-estatal, que se tornaria responsável pelos excluídos e deserdados que povoam a paisagem brasileira (PAOLI, 2002). A adesão da sociedade civil a esta nova estratégia se constitui como uma forma do governo legitimar sua auto-desresponsabilização social.

¹⁰⁷ “Oferece uma combinação de instrumentos administrativos e políticos, apostando que desta forma logrará superar a ineficiência e o autoritarismo da burocracia e oferecer uma alternativa ao individualismo radical da nova direita liberal” (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 72).

¹⁰⁸ (GIDDENS, 1998).



Montaño (2003) declara que os argumentos do ex-ministro da reforma são “pura retórica demagógica”, já que Bresser denomina como Reforma Gerencial aquilo que foi exatamente a continuidade do “ajuste estrutural macroeconômico” acrescido do desenvolvimento de novas áreas mais de ordem “institucional-legal”, como as reformas administrativa e da Previdência.

Para Montaño (2003), a reforma na realidade aspira: “Readequar a Constituição de 1988 aos ditames do FMI, BM, OMC e aos postulados do *Consenso de Washigton*” (MONTAÑO, 2003, p. 45). O projeto neoliberal, sob hegemonia do capital financeiro que orientou a reforma estatal, teve como aspecto principal a substituição dos postulados constitucionais para a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), por um novo trato à questão social.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E NOVA CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

A prática e o discurso da RSE, altamente difundidos no meio empresarial e com repercussão social, têm sido utilizados para conceituar uma nova modalidade de atuação das empresas que se apresentam como comprometidas com o fortalecimento econômico e social do país. Dessa forma, empresas passam a ter, através de institutos e fundações, forte e articulada atuação, sendo claramente funcionais a este movimento.

Portanto, a racionalização da política neoliberal imprimiu no país um movimento do qual se fez subsidiar os caminhos para a privatização de bens e serviços públicos e, também, o caminho reverso, o da publicização do privado (do mercado e das empresas), ou seja, transformar o que resta de público em privado. Expressão disso é o chamado “Terceiro Setor”. Logo, a nova maneira de comportamento do Estado com relação à questão social, que emerge via “terceiro setor”, se apresenta como infraestrutura de apoio que visa minimizar os impactos da barbárie capitalista num momento em que se desmontam as políticas sociais estatais.

Para as empresas o social emerge como um novo campo de oportunidades onde elas poderão obter mais competitividade através da agregação de valor social aos seus negócios. Para a comunidade e entidades representativas e beneficentes, o social surge como um espaço institucional de afirmação da



sua capacidade de mobilização e de eficiência operacional. Para o governo, a mudança será ainda maior. É hora de desfazer-se de suas estruturas burocráticas e ineficientes, de suas práticas clientelistas e assistencialistas e de sua gestão perdulária. Mas a maior mudança virá das empresas. Muitas delas já estão surfando na onda do Terceiro Setor. Vêm atuando de forma inovadora através de ações sociais de grande impacto na sociedade. [...] Hoje, já não basta satisfazer os clientes, obter qualidade e agregar valor. Necessário se faz atender aos apelos da comunidade e obter o tão desejado “selo social”. (MELO NETO & FROES, 1999).

Na tese defendida por Claus Offe de que “está em curso uma gigantesca reforma nas relações do cidadão com o governo”, ele tem o intuito de dizer que, ao lado do Estado e do mercado, entidades comunitárias como as ONG’s e as igrejas vão formar uma nova ordem social. Para Melo Neto & Froes, com a falência do Estado do bem-estar social e o apogeu do liberalismo, o Primeiro Setor (Estado) foi paralisado. Como resposta, os movimentos sociais, as ONG’s, as igrejas e os cidadãos mobilizaram-se para criar uma nova ordem social – é o advento de uma mudança radical nas relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Na concepção offiana, é a nova ordem social que surge, sendo a sua principal base a estruturação e o funcionamento do “terceiro setor”.¹⁰⁹

A atuação de um Estado grande e de um Governo forte é substituída pelo surgimento de uma ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora. Pode-se identificar ainda, uma mudança (inversão da noção de direito) na concepção de cidadania diante da abordagem realizada por Melo Neto & Froes:

Neste novo contexto social, cresce a conscientização e a educação para a cidadania. Agora, o cidadão não mais depende do Estado para lhe conferir cidadania. Ele próprio exige cidadania, pois sabe que à falta de um Estado provedor de cidadania, ele pode contar com os serviços comunitários provedores de cidadania. [...]. Não é aquela cidadania antes conferida e legitimada pelo Estado, carente das ações do governo. Mas, sim, a cidadania, que é obtida e assegurada através das ações efetivas da comunidade. Trata-se de uma “cidadania conquistada”, participativa e autossustentável, pois não depende de direitos assegurados, mas que nasce da luta e mobilização

¹⁰⁹ Nesta visão, a “nova ordem social” tem as seguintes características: predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial; mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo; surgimento de uma nova concepção de Estado; substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social; surgimento de novas instituições sociais; diminuição da influência da burocracia estatal e aumento da influência das entidades comunitárias; abertura de novos canais de reivindicações sociais; e emergência de redes de solidariedade social. (FERREIRA, p. 22, 2015).



constantes na defesa dos interesses do cidadão junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário. (MELO NETO & FROES, p. 3 - 4, 1999).

A definição do “terceiro setor” apresentada pelos autores (MELO NETO & FROES, 1999) é a explicitada por Ruth Cardoso na abertura da Assembleia Geral para a Abertura da 50ª Conferência Anual do Departamento de Informação Pública – DIP –, da Organização das Nações Unidas – ONU. A – naquele momento – Presidente do Conselho da Comunidade Solidária apontou algumas razões para o crescimento do “Terceiro Setor”: i) “o Estado sozinho não poderia confrontar os desafios do desenvolvimento equitativo e sustentável”; ii) “o crescimento das organizações não governamentais no campo de projetos sociais específicos”; iii) “a quebra da dicotomia tradicional entre as esferas particulares e pública, onde particulares significavam negócios, e pública significava Estado e governo”; e iv) “o esgotamento dos modelos de controle impessoal do Estado e da lei do mercado e de lucro”. Ruth Cardoso ainda, explicitando o conceito e a abrangência do “Terceiro Setor”, discorreu sobre as suas principais características: - *uma nova esfera pública, não necessariamente governamental; - constituída de iniciativas privadas e benefício do interesse comum; - com grande participação de organizações não governamentais; e – compreendendo um conjunto de ações particulares com o foco no bem-estar público.* Ao finalizar a sua apresentação, Ruth Cardoso reforçou o papel do “terceiro setor” como fator ativador da dinâmica social do país, tornando-a mais diversificada e complexa. (MELO NETO & FROES, p. 7-8, 1999)¹¹⁰.

O “TERCEIRO SETOR” EM NÚMEROS

Ao que se refere ao crescimento do “Terceiro Setor” – de acordo com os autores Melo Neto e Froes – hoje este setor movimenta recursos equivalentes a 4,7% do PIB mundial. Somente em 1995, as atividades sem fins lucrativos movimentaram cerca de US\$ 1,1 trilhão em 22 países. Sua presença é maior em países desenvolvidos, em especial, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suécia e outros. Somente nos Estados Unidos 40 mil fundações empresariais investem anualmente US\$ 400 bilhões em ações sociais. Ainda segundo eles, na Europa Ocidental, o “terceiro

¹¹⁰ (FERREIRA, 2015).



setor” corresponde em média a 5% da economia. Na América Latina, a média cai para 2,1%, e na Europa Central e do Leste é ainda menor – 1,3%. No Brasil, os investimentos sociais giram em torno de 0,5% do PIB do país. Os autores também citam uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Kanitz & Associados em que foi estimado em R\$ 1,728 bilhão o total de investimentos pelas maiores entidades filantrópicas do Brasil em projetos sociais. Acredita-se que em nosso país o total de investimentos das empresas privadas em atividades sociais deva gerar atualmente em torno de US\$ 300 milhões. Para Augusto de Franco, conselheiro e membro do comitê executivo da comunidade solidária, “estima-se que existam hoje no mínimo 250 mil organizações do “Terceiro Setor” no Brasil”. (MELO NETO & FROES, 1999).

Sobre as principais causas que têm levado o “terceiro setor” a um tal crescimento, os autores afirmam que, são diversas:

Crescimento das necessidades socioeconômicas; crise do setor público; fracasso das políticas sociais tradicionais; crescimento dos serviços voluntários; colapso do socialismo na Europa Central e do Leste; degradação ambiental, que ameaça a segurança das populações; incremento das organizações religiosas; maior disponibilidade de recursos a serem aplicados em ações sociais; maior apoio da mídia; maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial.

Os autores também ressaltam a força do “terceiro setor” em relação ao crescimento da empregabilidade – a pesquisa da Universidade Johns Hopkins apontou o “Terceiro Setor” como um segmento em franca expansão, sendo um dos indicadores do seu crescimento o alto índice de ocupação de mão de obra. Segundo dados da pesquisa, em oito países (EUA, Suécia, França, Alemanha, Hungria, Japão, Grã-Bretanha e Itália), o “terceiro setor” é responsável por 4,5% dos ocupados, o que representa cerca de 119 milhões de trabalhadores. Em 1995, o setor já empregava 18,8 milhões de pessoas, o equivalente a 30% dos postos de trabalho do setor público, 9,2% do setor de serviços e 5% de todos os empregos do mundo. Outros dados apresentam um quadro de crescimento acelerado do setor no Brasil. A pesquisa indica que o número de trabalhadores remunerados no “terceiro setor” cresceu 44,38% entre 1991 e 1995, saltando de 775,3 mil para 1,12 milhão. O número de pessoas ocupadas no “terceiro setor” ultrapassou o índice de emprego no setor de serviços, que cresceu 30,9%, passando de 10 milhões em 1991 para 13,1 milhões em 1995, de acordo com os



resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, de 1995, do IBGE. Em nosso país, estima-se um total de 600 mil pessoas trabalhando no “Terceiro Setor”, além dos milhares de voluntários, que hoje já chegam a 1,2 milhão. As áreas de alocação do pessoal ocupado, que apresentam os índices de empregabilidade no “terceiro setor”, se distribuem nos setores de saúde, assistência social, religião, educação e pesquisa, cultura e recreação, associações profissionais, desenvolvimento de defesa de direitos humanos e ambientalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de sinalizar um diagnóstico, este artigo faz parte de um projeto ainda em construção cujo objetivo é lançar luz sobre as raízes neoliberais iniciadas nos anos 1990, mais especificamente nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Para além das críticas ao “terceiro setor”, e aos programas de voluntariado realizados pelas “empresas cidadãs”, no que concerne a instrumentalização das ações dos trabalhadores, observa-se que há um legado conservador a ser enfrentado e digerido pelos governos posteriores, o que resultará numa certa ambiguidade na caracterização das políticas administrativas que virão. Pode-se notar, por exemplo, uma perda de radicalidade e o abandono de temáticas relevantes para a esquerda em razão da necessidade de se tornar viável eleitoralmente. Um deslizamento ao centro, devido a institucionalização e o deslocamento ideológico.

O processo de reestruturação produtiva que trouxe consigo uma nova fábrica, uma nova cultura e um novo Estado, além de imprimir na vida fora da fábrica inúmeras transformações – o risco, a incerteza, o pragmatismo, o empreedimentismo e o individualismo – solapou as bases do sindicalismo e do quadro de compromisso fordista-keynesiano. Ao eleger o funcionalismo como um dos grandes vilões da crise e alvo de suas críticas, fez emergir daí um Estado de poucas responsabilidades, fundamentalmente a estabilidade monetária e abertura econômica, além de um conjunto de reformas (tributária, previdenciária, patrimonial, financeira, trabalhista e administrativa). Requeria-se, conseqüentemente, uma nova administração pública, síntese de todas essas transformações e emulada dos procedimentos da gestão privada.



Longe de superar o modelo conservador, segundo o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) as últimas eleições sinalizaram uma guinada ao conservadorismo em nosso país. É nesse sentido, que se faz necessária a busca e compreensão do recorte aqui proposto, sinalizando não só os caminhos já trilhados, como também as possibilidades e desafios que surgirão no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARBOSA E SILVA, Leonardo. *O governo Lula e a Agenda dos anos 90: ambiguidade na política administrativa*. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2008.

BRESSER PEREIRA, L. C. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.34, n 4, julho 2000, p. 07-26.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

CONGRESSO eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **Estadão**, 6 out. 2014. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 05 de set 2016.

FERREIRA, Bruna Tamara de Souza. *Programas de Voluntariado nas Empresas e a Formação de um Novo Tipo de Trabalhador*. Dissertação (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GIDDENS, Anthony. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge, UK: Polity Press, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY. D. *Condição Pós- Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARINI, C. 2005. Aspectos contemporâneos do Debate Sobre Reforma da Administração Pública no Brasil: A Agenda Herdada e as Novas Perspectivas. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador – Bahia, s/v, n. 1.



MELO NETO, F. P. D. ; FROES, C. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e Questão social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAOLI, M. C. Empresas e Responsabilidade Social: Os Enredamentos da Cidadania no Brasil. In: *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 373-418.

SOARES, Laura Tavares R. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ANEXOS

Princípios da Reforma Administrativa Gerencial

	Forma de Propriedade			Forma de Administração	
	Estatal	Pública não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
Núcleo Estratégico Legislativo, Magistratura, Presidência, Cúpula dos Ministérios.	●				●
Atividades Exclusivas Regulamentação, Controle, Fomento, Polícia Federal, Seguridade Social.	●				●
Serviços não exclusivos Universidades, Hospitais, Centros de Investigação, Museus	"publicização →	●			●
Produção para o Mercado Empresas Estatais	Privatização →		●		●

Fonte: MARE, 1995



O saldo das privatizações federais até 1999	
Total da arrecadação do governo	US\$ 56,171 bilhões
Patrimônio vendido (valor do patrimônio líquido das empresas privatizadas)	US\$ 38,305 bilhões
Ganho com a privatização (valor obtido pela subtração entre a arrecadação na privatização e o patrimônio vendido)	US\$ 17,865 bilhões
Total dos benefícios concedidos pelo governo	US\$ 45,168 bilhões
-Moedas podres utilizadas no pagamento	US\$ 8,958 bilhões
-Financiamento concedido na venda	US\$ 16,003 bilhões
-Financiamento concedido após a privatização	US\$ 4,286 bilhões
-Isenção de Imposto de Renda pelo ágio pago	US\$ 10,560 bilhões
-Isenção de Imposto de Renda por dívidas anteriores	US\$ 5,359 bilhões
Folha de S.Paulo, 5/12/1999	

GT 04: Instituições, conflitos sociais e políticas públicas

OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS NAS ALTERAÇÕES DOS DIREITOS DOS MOTORISTAS NO BRASIL COM A APROVAÇÃO DA LEI 13.103/15

ALESSANDRA RODRIGUES FREITAS

O presente trabalho tem como objetivo dar continuidade às reflexões iniciadas na pesquisa de mestrado que analisou a lei 12.619/12 à luz da condição de trabalho dos caminhoneiros no Brasil. A referida lei teve como objetivo regulamentar a profissão de motorista e, mesmo antes de sua efetiva implementação, sofreu significativas alterações. Diante deste cenário, busca-se neste artigo problematizar como os interesses de frações do capital, especificamente da própria indústria do transporte e do agronegócio, influenciaram nas alterações legislativas proporcionadas pela lei 13.103/15. Para isso, busca-se analisar os documentos presentes nas casas legislativa, especialmente na Câmara dos Deputados, no projeto de lei 4.246/12 que



embasou a legislação de 2015, bem como as análises dos sujeitos políticos importantes ao processo quanto às alterações.

Palavras-chave: Transporte – Direito do Trabalho – Motorista – Caminhoneiro – Legislativo.

1. Introdução

Pela primeira vez na história do Brasil logramos regulamentar de forma ampla a profissão de motorista através da lei 12.619/12. Uma legislação que possibilitou pensar o impacto da profissão de motorista nos diversos ramos jurídicos, regulamentando a legislação trabalhista, bem como a legislação de trânsito nacional. Mesmo com esse salto qualitativo, a tensão de forças colocada provocou, diante de contraditórios interesses econômicos e políticos, limitações aos avanços no campo dos direitos sociais dos trabalhadores, tanto nas casas legislativas como através de vetos presidenciais no ato da promulgação da lei.

Mesmo diante de limitações, foram significativos os ganhos legislativos a fim de proteger juridicamente os trabalhadores (empregados e autônomos) da indústria do transporte, bem como a sociedade de forma geral, diante da busca pela redução de danos, como a redução de acidentes e outros, decorrentes da falta de regulamentação da profissão de motorista.

A complexidade da organização da indústria do transporte rodoviário no Brasil dificulta ainda mais todo esse processo. Mas entendendo a responsabilidade de trabalhadores e empregadores em seu trabalho que está diretamente ligado ao uso de rodovias e vias urbanas, a regulamentação do tempo de direção e sua aplicação para todos os motoristas do transporte rodoviário trouxe a esperança de reduzir drasticamente o número de acidentes rodoviários, bem como o consumo de drogas pelos motoristas (a exemplo da cocaína).

Passado o primeiro momento de exaltação desta grande conquista, diversas frações do capital diretamente atingidas pelas mudanças, principalmente, no



aspecto econômico, passaram a se manifestar contra a legislação que nem a efetividade havia ainda conseguido e, na câmara dos deputados, iniciou-se o debate para a revogação da lei então promulgada.

Proposta de Projeto de Lei protocolado por Jerônimo Goergen, do PP do RS, o PL 4.246 de 2012 foi o substrato para se debater e aprovar a lei 13.103/15 que alterou substancialmente eixos centrais da regulamentação da profissão de motorista no Brasil.

Diante do processo ainda inicial de analisar os fatos ocorridos após a pesquisa de mestrado que fornece as bases para essa reflexão, o objetivo neste artigo é trazer alguns apontamentos e destacar os sujeitos relevantes desse processo histórico para se pensar como interesses políticos e econômicos foram protagonistas na alteração da lei 12.619/12.

Para isso, utilizaram-se dados disponíveis nos meios digitais de comunicação, como documentos oficiais das casas legislativas, do Ministério Público do Trabalho, entrevistas e textos sobre o tema disponíveis, sem a pretensão de esgotar todas as vias documentais.

Pelas limitações colocadas, neste artigo analisarei somente os documentos presentes na Câmara dos deputados diante do debate de aprovação do PL 4.246/12, deixando para outro momento as reflexões sobre o debate corrido no Senado.

Apesar de este artigo ser focado em um processo legislativo, o objetivo aqui não é entrar no mérito da análise técnica-jurídica das legislações e projeto de lei abordados, pois isso exigiria outro tipo de esforço que não seria possível nesta proposta. Assim, as questões jurídicas apareceram conforme a pertinência da análise da questão política e econômica presente no ataque à lei 12.619/12.

Entretanto, acredito ser oportuno destacar que já tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5322), proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT). Até o momento, destaca-se o parecer da Procuradoria Geral da República que defende a



Inconstitucionalidade da Lei 13.103/15 em diversos aspectos. Como esse documento foi disponibilizado muito próximo à conclusão deste artigo não será utilizado, mas coloca-se como mais um documento importante para a análise desta disputa legislativa.

O presente artigo, portanto, se estrutura da seguinte forma: a) apresentação dos principais pontos da lei 12.619/12 que motivaram a propositura do projeto de lei 4.246/12; e b) análise dos interesses políticos e econômicos por trás do PL 4.246/12.

2. A lei 12.619/12 e seus impactos econômicos.

Em apertada síntese, os pontos regulamentados pela lei 12.619/12 que são relevantes de se destacar são: a regulamentação da jornada de trabalho e do tempo de direção, bem como os intervalos intra e interjornadas e as horas extras; e a proibição do pagamento por produtividade.

Na Lei 12.619/12, o tempo de direção era previsto da seguinte forma: o motorista profissional poderá dirigir por no máximo 4 horas seguidas, sendo necessário realizar uma pausa de 30 minutos após este período e permitido seu prolongamento, no máximo, em 1 hora caso haja alguma situação excepcional.

Entre o período de 24 horas, são necessárias no mínimo 11 horas de descanso, que podem ser fracionadas em 9 horas e 2 horas, desde que o cumprimento do total de 11 horas se dê no mesmo dia, conforme as alterações estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Pensando primeiramente nos caminhoneiros autônomos, estes poderiam, por dia, trabalhar durante 13 horas, retirando o tempo de descanso de 30 minutos a cada 4 horas, no total seria possível realizar um tempo de direção de no máximo 12 horas.

Os caminhoneiros empregados, além dos intervalos de 30 minutos a cada 4 horas de trabalho, deverão cumprir uma pausa de 1 hora para refeição, sendo que para os trajetos de longa distância poderá ou não coincidir com o descanso de 30 minutos.



Além disso, os caminhoneiros empregados terão direito à 35 horas ou, para as viagens superiores a uma semana, 36 horas de descansos semanais.

Por fim, os caminhoneiros empregados deverão seguir a jornada de trabalho prevista na Constituição Federal, de 8 horas diárias e no máximo 44 horas semanais. Podendo realizar, no máximo, duas horas extras e banco de horas desde que previsto em acordo ou convenção coletiva. Através desta determinação, os caminhoneiros empregados trabalham a princípio menos horas diariamente que os autônomos e possuem o direito resguardado de descanso semanal, mesmo para as viagens de longa distância.

Outro aspecto importante refere-se ao pagamento por produtividade. Segundo o art. 235-G da lei 12.1619/12, ficou *expressamente proibido* a remuneração por comissões, distância percorrida, tempo de viagem, dentre outras.

Em conclusões alcançadas durante a pesquisa de mestrado que embasa esta reflexão, a proibição da remuneração por produtividade coloca-se como um dos principais pontos no debate desta lei, uma vez que este é um dos principais elementos para as extensas jornadas dos caminhoneiros no Brasil. Assim, os caminhoneiros celetistas e autônomos buscam ampliar sua remuneração através do aumento do número de viagens realizadas ao longo do mês, proporcionada por meio da intensificação do trabalho.

Percebe-se que os pontos centrais de debate na lei 12.619/12 referem-se às formas de extração de mais-valor absoluto, seja pela tensão colocada quanto ao tempo de duração da jornada de trabalho dos caminhoneiros e o estímulo financeiro para maior intensificação do trabalho através do pagamento por produtividade.

Limitar o tempo de trabalho e proibir o pagamento por produtividade gerou tamanho descontentamento que foram os principais pontos atacadas pelo PL 4.246/12, conforme se destaca a seguir.

3. Os interesses políticos e econômicos por trás do PL 4.246/12



No final do mês de abril é sancionada a lei 12.619/12 pela presidenta Dilma, com vetos. Em 01 de agosto de 2012, três meses após a promulgação da legislação, inicia-se na Câmara dos deputados a tramitação do PL 4.246, de autoria de Jerônimo Goergen visando alterar aspectos substanciais da lei 12.619/12.

Segundo o projeto disponível no site da Câmara dos deputados, as mudanças seriam necessárias, pois as alterações na Consolidação das leis do Trabalho (CLT) e no Código de Trânsito Nacional (CNT) *provocaram “transtorno à toda a cadeia de serviço de motorista profissional e impactou o custo de produção, cujos os reflexos ainda estão sendo devidamente dimensionados”*¹¹¹. E segundo o autor do projeto, nesses três meses, foi possível constatar a **inviabilidade** de trabalhadores e empresas atuarem conforme a legislação.

Interessante destacar que por diversos motivos como fiscalização, criação de resoluções necessárias, debate sobre as estruturas necessárias para a realização dos descansos dos motoristas, dentre outros, em apenas três meses de promulgação da legislação em debate não foi possível sua efetividade. Chego a sustentar que não verificamos efetividade antes mesmo de sua alteração, justamente pelos esforços contrários à implementação da lei 12.619/12.

No projeto de lei original destacam-se os seguintes pontos da proposta de alteração da lei 12.619/12: a) autorização de prolongamento da jornada de trabalho em até 4 horas extraordinárias; b) 8 horas de intervalo interjornas, ou seja, a cada 24 horas e descanso semanal de 32 horas; c) O prolongamento de até 2 horas para casos excepcionais em que seja necessário garantir a segurança do veículo e da carga.

Em resumo, o objetivo do PL 4.246 era permitir o prolongamento da jornada de trabalho e do tempo de direção do motorista, através de aumento das horas

¹¹¹ Câmara dos Deputados. PL. 4.246/12, disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=552295>, acessado em 29/08/16.



extraordinárias e da redução dos tempos de descanso. Portanto, aumentar o tempo de direção com redução das pausas.

Farei uma interrupção na análise do projeto de lei e buscarei demonstrar sinteticamente como o objetivo do Projeto de Lei está diretamente ligado ao interesse do capital de produzir mais-valor no modo de produção capitalista. Isso para além da produção de mais-valor, principalmente, na forma absoluta com prolongamento e intensificação do trabalho que é perceptível desde o primeiro momento deste debate.

O movimento do capital e sua dialética forma conteúdo é o ponto de partida para entender a complexidade da indústria do transporte no modo de produção capitalista. Entende-se por indústria neste artigo, retomamos a definição de Marx, “*todo ramo de produção conduzido de modo capitalista*” (MARX, 1988, V.III, p. 39).

A dialética forma conteúdo analisada por Marx no estudo acerca do movimento do capital possibilita compreender qualitativamente e quantitativamente a relação entre produção e circulação no modo de produção capitalista. Neste artigo, o objetivo é compreender a relevância quantitativa deste movimento, a fim de se pensar a produção de mais-valor. Entretanto, pontuemos alguns aspectos qualitativos dos ciclos do capital em busca de elementos para o estudo quantitativo.

Tomemos como ponto de partida o *ciclo do capital-dinheiro*¹¹², assim, podemos visualizar o movimento do capital através da alternância de suas formas:

... D – M(F¹¹³t+Mp¹¹⁴) ... P ... M' (M+m) – D'(D+d) – M(Ft+Mp)... P ... M' – D'...

O capital na forma dinheiro (D) dá lugar ao capital na forma mercadoria (M), que por sua vez dá lugar ao capital na forma produtiva (P), alternadamente e

¹¹² Neste trabalho optou-se por adotar a expressão “capital-dinheiro”, utilizada na tradução brasileira publicada pela editora Civilização Brasileira, do que a expressão “capital-monetário” conforme a tradução da editora Nova Cultural que está sendo usada nas citações diretas e indiretas deste texto. Esta opção deve-se ao fato de a expressão “capital-monetário” tomar múltiplos sentidos quando Marx começa a analisar o capital a juros em seu livro terceiro.

¹¹³ Força de Trabalho.

¹¹⁴ Meios de produção.



dialeticamente. Estas formas de aparição do conteúdo capital permite observar o ciclo a partir de cada uma delas, o que permite compreender elementos que serão mais perceptíveis em alguns dos ciclos e mistificados em outros. Deste modo, Marx analisa separadamente e conjuntamente o ciclo do capital-dinheiro, o ciclo do capital-produtivo e o ciclo do capital-mercadoria.

Por isso, no ciclo do capital-dinheiro apresentado acima fica perceptível o processo de valorização do capital. O capital na forma dinheiro (D), despendido para a compra de mercadoria (M), ingressa no processo produtivo (P); interrompe-se a circulação do capital e é produzida uma nova mercadoria (M') acrescida em seu valor inicial despendido, valor apropriado na esfera de circulação na forma capital-dinheiro acrescido (D'). Portanto, o ciclo do capital-dinheiro representa a forma dinheiro que se valoriza.

Momento importante para se destacar que o mais-valor que aparece ao final do ciclo do capital-dinheiro não surge na esfera de circulação, mas como é perceptível neste ciclo, ao se interromper a circulação e iniciar o processo produtivo propriamente dito cria-se uma nova mercadoria, com um novo valor, superior ao valor inicialmente despendido para a compra de meios de produção e forma de trabalho. Assim *“pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, (...). A circulação ou o intercambio de mercadorias não produz valor”* (MARX, 1988, V.I, p. 132).

O valor é produzido, portanto, na esfera de produção, antecedida e sucedida pela esfera de circulação. Assim, a circulação é responsável pela construção das condições necessárias ao processo produtivo (compra de meios de produção e forma de trabalho) e, ao final, pela realização do valor produzido, permitindo a continuidade do movimento do capital e do processo de acumulação de valor.

Mesmo o valor sendo produzido na esfera produtiva, a dependência dialética desta para com a esfera de circulação está posta como descrito acima. Assim, não há produção sem circulação, mesmo que para cada uma dela existir tenha que negar



a outra. Produção e apropriação do valor no capitalismo estão interligadas de forma dialética.

Para completar perfeitamente esse movimento, o capital precisa percorrer, sem interrupções, seus ciclos. Assim, por *rotação do capital* se compreende a soma do tempo necessário para o capital sair de uma forma e retornar para esta mesma forma; ou seja, a somatória de todo o tempo necessário para a realização das etapas de produção e circulação até completar o ciclo.

Por isso, quanto menor o tempo necessário para o capital realizar a produção de valor e a circulação de valor, menor seu tempo de rotação, podendo em um menor tempo iniciar um novo ciclo produtivo.

Este debate é importante quando analisado o mais-valor em seu aspecto anual, ou seja, o valor produzido durante o período de um ano. Pois, quanto mais rápido for realizada a rotação do capital no período de um ano, maior seu potencial acumulativo, uma vez que poderá neste espaço de tempo delimitado explorar mais força de trabalho. Ou seja, não há nenhum “milagre” na esfera de circulação e sim a mais rápida liberação de capital para que se inicie um novo processo produtivo e coloque em movimento mais força de trabalho e, assim, possa ampliar a extração de mais-valor.

O objetivo central é buscar compreender o papel da indústria do transporte nesta relação dialética entre produção e circulação e seu impacto na produção de mais-valor. Entende-se aqui que o processo produtivo da indústria do transporte no modo de produção capitalista consiste no *deslocamento de pessoas e mercadorias na relação espaço-tempo*. Deste modo, a mercadoria produzida por esta indústria é consumida no seu próprio uso, não se materializando em uma forma corpórea/material.

Além de produzir mais-valor como toda indústria capitalista ao explorar a força de trabalho além do tempo necessário para sua manutenção e reprodução, a indústria do transporte tem o potencial de encurtar a relação espaço-tempo no deslocamento de pessoas e mercadorias e, assim, impactar decisivamente no tempo de circulação do capital e mesmo no tempo de produção.



A indústria do transporte, portanto, coloca-se como uma etapa estratégica para o capital superar suas barreiras no processo de acumulação de valor. Quanto menor o tempo de permanência da mercadoria no transporte, que por ser um processo produtivo agrega valor a esta, mais rápido potencialmente pode o capital completar seu giro e iniciar um novo ciclo.

Aqui está o ponto central para pensar toda essa resistência quanto à implementação da lei 12.619/12. Além da concepção de que o custo produtivo irá aumentar, não está visível para uma análise superficial a essência de todo esse debate, ou seja, como a limitação do tempo de trabalho na indústria do transporte representa redução dos ganhos no processo produtivo.

Portanto, o aumento da jornada de trabalho dos caminhoneiros representa a redução do tempo de rotação do capital, por deslocar mais rápido a mercadoria de um ponto a outro.

Tanto isso se comprova que os mais resistentes e orgânicos no combate à lei 12.619/12 é o setor do agronegócio, e os chamados embarcadores, ou seja, os donos das mercadorias. Não está em jogo somente os custos do processo produtivo que irão aumentar com a efetividade dos direitos trabalhistas, a lei 12.619/12 não permite que o tempo de direção se prolongue, não permite que o transporte rodoviário de carga ocorra de forma contínua, nem mesmo para os caminhoneiros autônomos que correspondem a mais de 40% da frota nacional.

Por isso, pela existência do atrelamento político ao econômico, deputados ligados à banca ruralista e do agronegócio foram os mais militantes em prol da revogação da lei 12.619/12.

Jerônimo Goergen, deputado do PP, além de ser um dos 5 deputados do PP investigado na operação lava jato, sempre se colocou ao lado do capital agropecuário apoiador de seu mandato. Exemplo disto é o protocolo recente deste deputado de 29



projetos para sustar atos da ex-presidenta Dilma de desapropriação de terra para fins de reforma agrária, quilombola e indígena¹¹⁵.

Buscando apoio em um fato político, o deputado Jerônimo Goergen afirma em entrevista¹¹⁶ dada à Rádio e TV Câmara que após a aprovação da lei 12.619/12 houve uma greve geral por parte dos caminhoneiros que não estavam satisfeitos com a nova legislação e, segundo o empenhado deputado, após ouvir todos os setores, protocolou o PL 4.246/12.

Importante mencionar que a greve de 2012 citada como fato político relevante pelo deputado Jerônimo Goergen foi objeto de investigação diante do indício da participação de empresas em sua realização. Diante da ilegalidade do locaute (greve patronal) o procurador Paulo Douglas Almeida de Moraes do Ministério Público do Trabalho declarou publicamente que havia vários indícios de que esta greve era de interesse dos empregadores e não dos trabalhadores¹¹⁷.

Assim, o interesse político na atuação de Jerônimo Goergen esteve atrelado ao setor econômico que representa, setor esse que viu na lei 12.619/12 um grande risco para seus lucros. Segundo Paulo Douglas Almeida de Moraes, em texto apresentado à Câmara dos Deputados em defesa da lei 12.619/12,

[...] a identificação dos verdadeiros beneficiários do atual sistema de transportes demanda a compreensão, ainda que superficial, da dinâmica deste segmento. Além de motoristas e transportadoras, há atores que, na verdade, protagonizam essa dinâmica – os tomadores dos serviços de transporte, mais precisamente as grandes embarcadoras e os grandes produtores rurais de commodities. (MORAES, s/a, p. 7).

¹¹⁵ Mais informações no site do deputado: <http://www.jeronimogoergen.com.br/>

¹¹⁶ TV Câmara. Palavra Aberta. *Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS) fala da jornada de trabalho dos caminhoneiros*. [http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/467805-DEP.-JERONIMO-GOERGEN-\(PP-RS\)-FALA-DA-JORNADA-DE-TRABALHO-DOS-CAMINHO-NEIROS.html](http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/467805-DEP.-JERONIMO-GOERGEN-(PP-RS)-FALA-DA-JORNADA-DE-TRABALHO-DOS-CAMINHO-NEIROS.html), acessado em 29/08/16.

¹¹⁷ FETRAMIG. *MPT deve investigar atuação de empresas na greve dos caminhoneiros*. <http://fetramig.org.br/index.php/noticias/rodoviario/73mptdeveinvestigaratuacaodeempresasnagrevedoscaminhoneiros>, acesso em 29/08/16.



Sem dúvida, em um país no qual o foco da exportação está calcado nos produtores rurais, dentre eles os produtores de soja, álcool e açúcar, a aprovação da lei 12.619/12 gerou diversas manifestações de descontentamento do agronegócio. Mas como destaca Moraes (s/a, p. 7) em seu texto, é importante incluir nesta análise os supermercados e montadoras que são também tidas como embarcadores, ou seja, os detentores das mercadorias transportadas.

Segundo Moraes (s/a), a regulamentação do trabalho de motorista no Brasil não significa aumento no custo do transporte, mas a cobrança pela sociedade e pelos trabalhadores de custos não pagos pelas empresas diante da lógicas de baixos frentes que vigora no Brasil.

Assim, usando dados de 2010, “(...) considerando o gasto total com pessoal obtido pelo IBGE, conclui-se que o custo oculto com horas extras não pagas pelas transportadoras, direito atualmente sonegado aos motoristas profissionais, chega a R\$ 36,61 bilhões ao ano” (MORAES, s/a, p. 5). Para o procurador, seria, além dos custos trabalhistas, repassar para os verdadeiros usufrutuários do transporte os custos que recaem sobre toda a sociedade.

Mesmo com todo o esforço do Ministério Público do Trabalho em garantir os direitos dos trabalhadores e a segurança na estrada, a Câmara e o Senado Federal estavam favoráveis às alterações. Contrários ao projeto de lei e defendendo a vigência da Lei 12.619/12 estavam somente a banca do PSOL e PCdoB. Nos demais partidos a grande maioria favorável ao PL 4.246, sendo que em votações decisivas, como a alteração do art. 235-C da CLT, PT, PSB, PRB e PPS deixaram sua banca liberada para o voto. A banca do PV orientou pelo Não, mas três deputados votaram pelo sim nesta alteração.

Ou seja, posicionados contra as mudanças de direitos trabalhistas estavam somente as bancas do PSOL e do PCdoB. Esse cenário político mostra o grande



atrelamento do poder legislativo, em especial a Câmara dos deputados, aos interesses econômicos do capital nacional.

Quanto ao papel das representações sindicais, sustenta o procurador Paulo Douglas Almeida de Moraes que com esforços do Ministério Público do Trabalho houve ampla discussão com os interessados na aprovação do projeto de lei que deu origem a lei 12.619/12. Apesar de ser o consenso entre trabalhadores e transportadoras um dos fundamentos de sua aprovação, não se tem uma investigação ainda efetiva neste sentido para avaliar o sujeito político deste processo, o que se coloca ainda como um campo a ser investigado.

No PL 4.246 que alterou a legislação atual percebe-se da análise dos materiais que o papel das representações sindicais no processo de aprovação da lei 13.103/15 ficou mitigado. Sendo a CNTTT justamente a proponente da Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei 13.103/15 em tramitação no STF.

4. Conclusão

Ainda estão em aberto diversos pontos para se compreender tanto a indústria do transporte no Brasil como as tentativas de regulamentação da profissão de motorista, principalmente quanto ao transporte de mercadorias.

Mesmo assim, é patente no momento histórico analisado que os interesses opostos que estão colocados no campo econômico se manifestam nas tensões de força presentes no cenário político.

Neste sentido, as alterações que houve na legislação original que regulamentou a profissão de motorista somente comprova como a complexidade do papel do transporte no modo de produção capitalista traz impactos para o direito destes trabalhadores.



Assim, além de passar a ser obrigado a arcar com o custo real de contratação da força de trabalho do transporte, passarão as transportadoras e produtores de mercadorias a terem que lidar com o aumento do tempo de rotação de seu capital e, por consequência, a redução de seu mais-valor anual.

Mesmo sendo concluída esta segunda etapa que alterou a lei 12.619/12, ainda é difícil afirmar que efetivamente a legislação esteja sendo cumprida, pois ainda colocam-se como dificuldades as formas de se viabilizar a aplicação efetiva desta legislação.

Ainda necessitamos de um amplo campo de pesquisa para pensar como efetivar os direitos ainda assegurados e evitar retrocesso que podem ainda acontecer, pois outros projetos de leis ainda tramitam nas casas legislativas visando alterar ou mesmo revogar as proteções jurídicas estabelecidas.

Assim, destaca-se como o atrelamento do processo legislativo/político aos interesses econômicos coloca em situação de constante fragilidade as garantias dos trabalhadores, ainda mais em um cenário político mais amplo que vivenciamos neste ano de 2016 de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários.

5. Bibliografia

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PL. 4.246/12*. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=552295>, acessado em 29/08/16.

FETRAMIG. *MPT deve investigar atuação de empresas na greve dos caminhoneiros*. <http://fetramig.org.br/index.php/noticias/rodoviario/73mptdeveinvestigaratuacaodeempresasnagrevedoscaminhoneiros>, acesso em 29/08/16.

Freitas, Alessandra Rodrigues. *O movimento do capital e a indústria do transporte: o trabalho dos caminhoneiros no Brasil e a conquista da lei 12.619/12*. Niterói: PPGSD/UFF, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, V. I a V, 1988.



MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 12ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. I a VI., 2008.

MORAES. Paulo Douglas Almeida de. *Momento decisivo para o sistema de transporte brasileiro e para o Brasil: desenvolver-se ou não? Salvar vidas ou não? Atender a sociedade ou na o?* <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/modificacoes-a-lei-no-12.619-profis-sao-motorista/audiencias-publicas/em-26.03.2013/apresentacao-do-sr.-paulo-douglas-almeida-de-moraes-26-03-2013>. acessado em 29/08/16.

TV Câmara. Palavra Aberta. *Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS) fala da jornada de trabalho dos caminhoneiros*. [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/467805-DEP.-JERONIMO-GOERGEN-\(PP-RS\)-FALA-DA-JORNADA-DE-TRABALHO-DOS-CAMINHO-NEIROS.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/467805-DEP.-JERONIMO-GOERGEN-(PP-RS)-FALA-DA-JORNADA-DE-TRABALHO-DOS-CAMINHO-NEIROS.html), acessado em 29/08/16.

GT - 04 - Instituições, conflitos sociais e políticas públicas

**Instituições Jurídicas e Políticas Públicas:
Percepções dos Conselheiros Municipais sobre estratégias de efetivação do direito
à saúde**

Luciana Cristina Caetano de Moraes Silva
Rosimár Alves Querino
Bruno Bismarques Silva

O estudo objetivou mapear percepções dos Conselheiros Municipais de Saúde de um município da Macrorregião do Triângulo Sul sobre instituições jurídicas (Judiciário e Ministério Público) e suas práticas na efetivação das políticas públicas de saúde. Trata-se de estudo exploratório, descritivo de natureza quantitativa e qualitativa. Os instrumentos de coleta foram questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos Conselheiros. Resultado do perfil socioeconômico indicou prevalência de homens (30,4%) na faixa etária entre 40-49 anos; maior nível de escolaridade foi observado no segmento dos profissionais (30,4%); maioria indicou ter conhecimento sobre judicialização (87%) e mediação da saúde (65,2%) e seus respectivos impactos. Em suas percepções, conselheiros reconheceram a judicialização e a mediação como caminhos legítimos de reivindicação do direito à saúde e apontaram ônus financeiro das demandas individuais para a gestão pública. Ministério Público foi concebido como parceiro do Conselho Municipal de Saúde.



Palavras-chave: Instituições Jurídicas; Políticas Públicas de Saúde; Participação Social; Direito à Saúde

INTRODUÇÃO

Estudos sobre judicialização e mediação da saúde têm promovido reflexões em vários pesquisadores (ASENSI, 2010; MERHY, 2012; PEPE et al. 2010; GOMES, 2013). Entende-se como judicialização da saúde a atribuição que tanto os cidadãos como os movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil deram ao poder judiciário elegendo-o como espaço privilegiado para a efetivação do direito à saúde, intervindo ou, às vezes, auxiliando na construção de políticas públicas. Tal eleição e as críticas remetidas ao poder judiciário como “passivo e mudo” (VIANNA, et al., 1997, p. 39 apud ASENSI, 2010, p. 40) permitiram,

[...] conhecer um reforço do papel institucional do Judiciário em tornar os direitos expressos formalmente em efetivamente exercidos pelos seus titulares. E o Judiciário passou a fazer parte da formulação das mesmas juntamente ao Legislativo e, com a ampliação dos instrumentos processuais – tais como a ação civil pública, a ação popular e a ação de improbidade –, passou a exercer controle direto nas ações do Executivo e a ter papel proeminente na efetivação de direitos. Com isso, a política passou a fazer parte do mundo do direito, o que ensejou transformações consideráveis nos sentidos, ações, competências e atribuições das instituições jurídicas. (ASENSI, 2010, p. 41)

O Ministério Público, por meio das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, constitui-se como outro canal de acesso aos cidadãos para que os mesmos possam recorrer quando seu direito à saúde é violado. Nesta perspectiva, inúmeras solicitações são encaminhadas aos promotores de justiça, porém, os instrumentos utilizados por estes operadores do direito diferem em relação aos dos juízes. Enquanto a judicialização é a via instrumentalizada pelos tribunais, o Ministério Público tem optado pela mediação, também denominada, por Asensi (2010), de *juridicização*, como a estratégia preferencial quando da garantia do direito à saúde do cidadão.

Os caminhos da judicialização da saúde ou da mediação da saúde são reflexos de duas culturas jurídicas distintas (ASSAGRA, 2014 apud CUNHA, 2014). Mecanismos de autocomposição como a mediação e a conciliação são ferramentas que inauguram o nascimento da “cultura do diálogo e do consenso” (ASSAGRA, 2014 apud CUNHA, 2014, p. 12) na sociedade brasileira.



De natureza permanente e deliberativa e de composição tripartite, os Conselhos Municipais de Saúde são constituídos por representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde, profissionais da saúde, governo e prestadores de serviços (BRASIL. MS, 1990). São considerados os representantes legítimos para a compreensão e definição das demandas por saúde eleitas prioritárias pela sociedade. Diante da dificuldade da efetivação das demandas, os Conselhos Municipais de Saúde têm recorrido ao Ministério Público (MP) com o intuito de solucioná-las. O objetivo deste trabalho consiste em tecer, preliminarmente, percepções dos conselheiros de saúde de um município da macrorregião do Triângulo Sul sobre as instituições jurídicas (Judiciário e Ministério Público) e suas práticas na efetivação do direito à saúde e seus impactos para as políticas públicas, no período de 2011-2015.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de estudo exploratório e descritivo em que foram empregados os métodos qualitativo e quantitativo. O estudo está em consonância com o projeto de pesquisa “A Arte do Diálogo: mediações da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde no acolhimento de demandas individuais e coletivas”, submetido à Plataforma Brasil sob o n. CAAE 33349214.8.0000.5154 e aprovado pelo Comitê de Ética da UFTM.

Como primeira etapa realizou-se a revisão da literatura por meio do levantamento bibliográfico na base de dados da Scielo a partir das palavras-chave “Direito à Saúde”, “Participação Popular” e “Ministério Público”. A segunda etapa constituiu-se do emprego da metodologia quantitativa por meio da aplicação de questionário junto aos conselheiros municipais de saúde com o objetivo de promover o levantamento do seu perfil socioeconômico e percepções sobre as instituições jurídicas e suas práticas para a efetivação do direito à saúde. Para cruzamento dos dados coletados utilizou-se o STATISTICA®. A terceira etapa foi caracterizada pelo emprego da metodologia qualitativa, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos conselheiros. Antes da efetivação das entrevistas, realizou-se um pré-teste que se constituiu de uma etapa de diálogo junto a um conselheiro de Saúde para validação do roteiro de entrevista. Após a validação do roteiro, procedeu-se a aplicação das entrevistas com os demais conselheiros para complementar e aprofundar o mapeamento

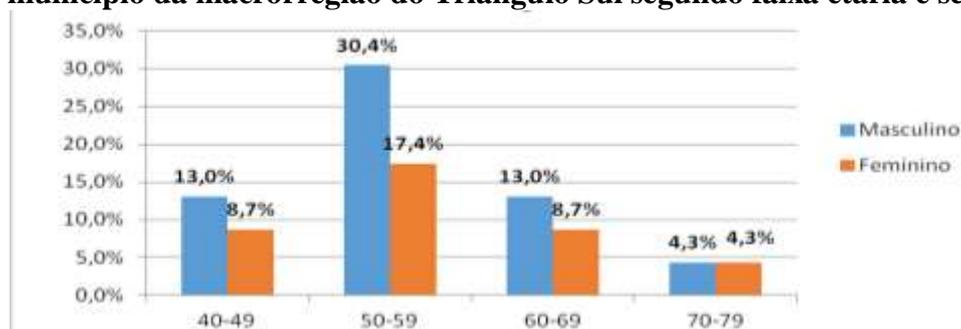


de suas percepções acerca da atuação das instituições jurídicas (Ministério Público e Judiciário) para efetivação do direito à saúde. Para a aplicação do questionário e das entrevistas, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido depois da apresentação e explanação dos objetivos da pesquisa. Foram entrevistados 18 conselheiros de um total de 24 conselheiros titulares. As entrevistas foram gravadas em MP3 e transcritas conforme orientação de Minayo (2010). Por questões éticas houve a substituição dos nomes dos conselheiros por ordem numérica. O período de realização da coleta dos dados¹¹⁸ mediante aplicação dos questionário e entrevistas ocorreu de 10/2014 a 06/2015. Para tratamento dos dados qualitativos, procedeu-se ao agrupando de trechos dos depoimentos dos conselheiros em categorias temáticas. Para este trabalho serão apresentadas as categorias “judicialização da saúde”; “mediação da saúde”; e “impactos da judicialização e mediação da saúde”.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A abordagem quantitativa permitiu a identificação do perfil socioeconômico dos conselheiros e sua percepção sobre judicialização da saúde e mediação da saúde e seus respectivos impactos para o município, conforme poderão ser observados nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição proporcional dos Conselheiros Municipais de Saúde de município da macrorregião do Triângulo Sul segundo faixa etária e sexo

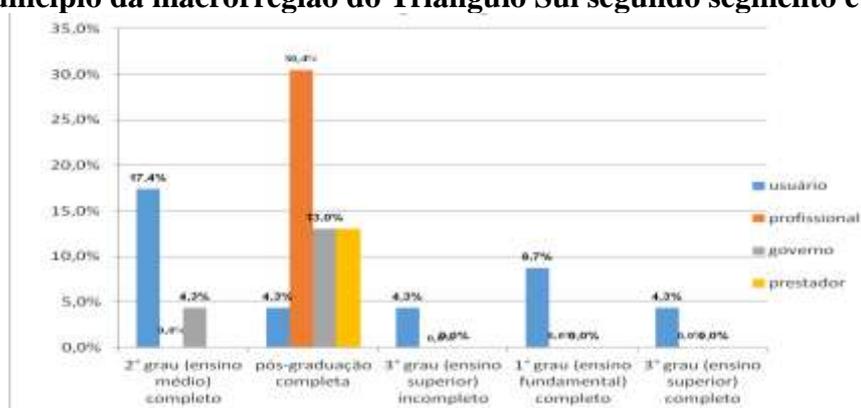


Fonte: Elaborado a partir da tabulação de dados dos questionários aplicados, 2015.

¹¹⁸ A coleta de dados foi realizada pelo acadêmico Bruno Bismarques Silva como parte das atividades de iniciação científica, na qualidade de bolsista da FAPEMIG.

No Gráfico 1, observa-se que dentre os conselheiros que responderam ao questionário, destaca-se que a maioria possui faixa etária entre os 50 a 59 anos com predomínio do sexo masculino (30,4%). Entre as mulheres esta faixa etária também é significativa representando 17,4% dos entrevistados.

Gráfico 2 - Distribuição Proporcional dos Conselheiros Municipais de Saúde de município da macrorregião do Triângulo Sul segundo segmento e escolaridade



Fonte: Elaborado a partir da tabulação de dados dos questionários aplicados, 2015.

No quesito nível de escolaridade por segmento, destaca-se o dos profissionais com prevalência para a pós-graduação completa (30,4%). Entre os usuários observa-se o segundo grau (ensino médio) completo como o nível predominante (17,4%). No segmento governo (13%) e no segmento prestador de serviços, a pós-graduação completa é o nível de escolaridade prevalente.

Gráfico 3 - Distribuição Proporcional dos Conselheiros Municipais de Saúde de município da macrorregião do Triângulo Sul segundo conhecimento sobre judicialização e impactos da judicialização da saúde



Fonte: Elaborado a partir da tabulação de dados dos questionários aplicados, 2015.

O Gráfico 3 representa o tema judicialização da saúde; 87% dos conselheiros municipais afirmam conhecer o significado de judicialização e 65,2% apontaram

conhecer seus impactos. Quando questionados sobre a mediação da saúde, atribuiu principal do Ministério Público, 65,2% dos conselheiros responderam conhecer o significado de mediação da saúde. Proporção similar pode ser verificada sobre o conhecimento dos impactos da mediação da saúde (60,9%), como pode-se observar no Gráfico 4. Comparativamente, os gráficos (3 e 4) permite-se inferir maior compreensão dos conselheiros sobre a judicialização da saúde (87%) em relação à mediação da saúde (65,2%). Não obstante, quanto se trata dos impactos de ambas para a saúde pública, o conhecimento dos conselheiros sobre esses processos está em grau relativamente proximal, sendo 65,2% para a judicialização e 60,9% para a mediação

Gráfico 4 - Distribuição proporcional dos conselheiros municipais de saúde de município da macrorregião do Triângulo Sul segundo conhecimento sobre o significado de mediação e impactos da mediação da saúde



Fonte: Elaborado a partir da tabulação de dados dos questionários aplicados

A abordagem qualitativa permite-nos identificar detalhes das percepções dos conselheiros a respeito da judicialização e mediação da saúde citadas em suas narrativas durante o processo de entrevista. Observou-se que a compreensão da judicialização e mediação da saúde se fundamenta no processo de trabalho dos conselheiros e no segmento ao qual representa, ou seja, na lógica da efetivação do controle social e da garantia do direito à saúde. Tal observância é identificada nas experiências dos conselheiros, no fazer da representação social e política dentro do Conselho. Na narrativa do conselheiro abaixo, observa-se o reconhecimento da judicialização da saúde como via de garantia de direito do cidadão, conforme observado na citação abaixo:

[...] muitas vezes somos obrigados a recorrer a outras instâncias que estão por fora do processo da saúde, mas são instâncias importantes no contexto e a gente tem que ir lá buscar esse recurso né que é o que eles chamam de judicialização da saúde, que acaba



sendo a alternativa que o cidadão tem pra se ver atendido na sua necessidade. (CONSELHEIRO n° 20)

O reconhecimento da morosidade do sistema judiciário e a relação dialógica exercida pelo Ministério Público (MP) na defesa do direito à saúde são destaques nos enunciados dos conselheiros representantes do segmento do usuários e trabalhadores do SUS. Comparativamente, relatam:

[...] eu acredito que o juiz, ele é uma solução; pode ser mais efetiva, pode. Mas a longo prazo ou a médio prazo, enquanto a Promotoria, dependendo da denúncia que ela receba, ela tem de dois a três dias úteis de discutir, criar uma multa, sabe, dar uma intimação... Eu acho que a Promotoria é o braço mais próximo do Conselho Municipal de Saúde [...], para que as coisas aconteçam. Agora, se não acontecer com a Promotoria, é claro, o conselho, ele tem que buscar resolver as situações independente de qual órgão seja. (Conselheiro n° 21)

É, um entendimento mais restrito da questão da ação, né? Agora, a Promotoria, ela vai avaliar uma série de questões. Então, eu acredito que a Promotoria tem um entendimento mais generalizado, mais global de como tem que ser os gastos. Então, envolve talvez essa questão aí. Se for um processo talvez de alta complexidade, talvez a Promotoria vai discutir isso melhor, pra avaliar se realmente é de direito ou se não seja. O juiz não; ele vai avaliar, não; é de direito, então ele vai mandar. Então eu acho que é isso. (Conselheiro n° 16)

Os relatos dos conselheiros reportam ao Ministério Público como instituição próxima ao Conselho, constituindo-se como parceira no acolhimento das demandas. Asensi (2010), chama a atenção para a atuação dialógica do MP com os atores sociais durante o processo de efetivação das políticas públicas.

No contexto brasileiro, o Ministério Público recebeu destaque enquanto instituição jurídica envolvida no processo de efetivação da saúde enquanto direito. De uma maneira geral, o MP desenvolve a capacidade institucional de criar um espaço de diálogos ao possibilitar a comunicação entre os principais atores que compõem o processo de formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas em saúde. A atitude ativa e dialógica que alguns membros do MP adotam permitiu resultados positivos na horizontalização da relação entre Estado e sociedade, sobretudo porque permite pensar em novos arranjos institucionais que não necessariamente conduzem à judicialização das demandas em saúde. Isso tem permitido ao MP superar uma lógica de efetivação centrada no juiz e propor outras alternativas de atuação calcadas na ideia de juridicização das relações sociais. (ASENSI, 2013, p. 50)

Entretanto, as narrativas dos conselheiros apontam que o MP não se apresenta como via final no fluxo de acesso ao direito à saúde. Neste caso, tanto MP como Judiciário se apresentam como espaços de cidadania, sendo o Judiciário o caminho derradeiro no estabelecimento do fluxo a ser exercido no processo de reivindicação de



direitos, segundo a percepção do conselheiro, representante do segmento trabalhadores do SUS.

Ah, o juiz, eu acredito que é a última instância, né. Cumpra-se! “Cumpra-se”. Aí gera multa, aí gera, né... é... muitas das vezes não tem como recorrer. Agora, a Promotoria, ela ainda dá, né, ao gestor a oportunidade dele se pronunciar. De fato, a Promotoria, ela tem esse diálogo. Ela vê em primeiro lugar o usuário, mas ela tem o diálogo também com o gestor. Eu nem poderia estar falando disso porque eu sou do seguimento do usuário, você entendeu? Mas é preciso que seja justo também com o seu município, né, o que é de competência dele, o que não é. (Conselheiro nº 10)

As percepções sobre a judicialização e mediação da saúde narradas pelos conselheiros contemplam os impactos resultante das mesmas. O comprometimento orçamentário foi fortemente evidenciado nos entrevistados representantes dos segmentos dos gestores e usuários do SUS, seja pelas urgências em que as judicializações se apresentam, seja pela realocação de recursos municipais para supri-las, conforme ressaltado abaixo:

Quando o cidadão vai lá, buscar no judiciário essa possibilidade de atendimento e o Estado, aqui representado pelo Município, se vê obrigado a atender. Eu percebo que no final das contas haverá um ônus orçamentário porque, o município querendo ou não, vai lançar mão da fonte vai deixar um buraco no orçamento de outra pasta. Mas, por um lado, ele tem a justificativa [...] (Conselheiro nº 10)

Oh, a consequência é um custo muito elevado; é o que eu estou te falando. Paga-se muito mais caro pelo, como por exemplo compra de urgência agora, tal medicamento. É muito mais caro. Vai tá resolvendo uma situação que nem sempre é a ideal...é..., e o atendimento do outro fica prejudicado. (Conselheiro nº 06)

Outro aspecto destacado pelos conselheiros está na complexidade da gestão em Saúde Pública, concomitante à questão orçamentária, ao planejamento e as regras da administração pública, conforme expressa o conselheiro:

[...] há um duplo interesse, como eu já disse. O usuário quer ser atendido, mas ele não pode atender. Mas de certa forma ele até incentiva. Por que se você for lá na Ouvidoria, muitas vezes a ouvidora aconselha a procurar a justiça, porque é a única maneira que o município tem de justificar atalhos que ele não pode fazer porque a lei de responsabilidade fiscal proíbe. (Conselheiro nº 10)

No que tange à categoria Mediação da Saúde, a percepção de alguns conselheiros de saúde, representantes do segmento dos trabalhadores do SUS, aponta para uma relação dialógica entre Ministério Público e Conselho de Saúde com vistas a garantir o direito à saúde.

Eu acho muito importante. Eu acho que tem sido um apoio muito bom pro Conselho, né? Pro município de [...] pra garantir que as verdadeiras ações elas sejam executadas. Então,



não só para o município [...], mas pra diversos outros municípios as Promotorias têm sido um instrumento da sociedade e do SUS. Ela realmente, para o SUS, é de extrema importância. (Conselheiro n° 16)

Olha, na verdade, assim, a gente tem tido muito... é... um resultado bom da Promotora. Ela tem nos dado resposta, tem nos dado respaldo, a gente sabe que há dificuldade. Há uma política atrás dessa situação toda, né? Então, assim, muita coisa a gente teria que resolver assim [...] né, num piscar de olhos. A gente sabe que não é assim. Uma demanda feita para a Promotora, ela também demanda tempo para respostas. Mas, assim, na medida do possível a gente tem tido essa resposta de uma forma, né, mais contundente. Então, pra mim, é sempre uma parceria que tem dado certo. (Conselheiro n° 04)

As narrativas de conselheiro, representante do segmento dos gestores, também expressam apontamentos sobre o tempo do processo de mediação e a resolutividade das ações do MP. Reiteram a necessidade de um acompanhamento longitudinal das demandas que chegam ao MP no certame efetivação do direito à saúde.

Então, eu acho que ele é muito...ele é muito atuante e pouco resolutivo. Acho que é isso eu te falo. Eu te atendi sua demanda hoje através da Promotora. Ela foi e determinou que fosse resolvido a sua situação. E pronto. Você virou um processo. Amanhã vem outro vira outro processo. Mas quando esses processos vão acabar e o município vai apresentar pra ele que resolveu isso. Falta esse acompanhamento, entendeu? Então quer dizer, todo mês você vai lá faltou sua medicação, você pede, ele manda um ofício cumpra em 24 horas, cumpra em 48 horas. Ele tinha que mandar um ofício cumpra em 24 horas e me apresente sua programação para o mês que vem e me mostra como você vai resolver pra isso não acontecer de novo. Só que ele não faz isso. Então vai sempre acontecendo a mesma coisa. (Conselheiro n° 06)

As entrevistas dos conselheiros, de maneira geral, reportam-se ao Ministério Público como instituição parceria do Conselho Municipal de Saúde, o qual promove escuta qualificada oportunizando acesso do cidadão ao direito à saúde. Tal atuação é compreendida por parte dos conselheiros como resolutiva. Somada a este quesito, emerge o suporte técnico concedido pelo MP ao Conselho, com destaque as orientações relacionadas à prevenção de danos e mediação de conflitos.

É parceiro, né. É uma parceria. Orientador, né, ele nos orienta. Muitas vezes agente recorre à Promotora não com o intuito de punição, mas de resolução, né? (Conselheiro n° 10)

É porque justamente pelo fato eles vão buscar é uma forma de tratamento que ainda, ainda não é reconhecido pelo SUS. O SUS através do seu programa e através do ministério da saúde, tem alguns, acontece muito em alguns casos que ainda não fazem parte do SUS. Eles vão buscar no Ministério Público uma forma de poder ter acesso à saúde através de alguma forma que em alguns casos ainda não foram reconhecidos ou autorizados pelo Ministério da Saúde, através do SUS. (Conselheiro n° 14)



Com certeza. Tanto é que muitas vezes a Promotora de Saúde ela sempre convidada a estar conosco nas reuniões e quando ela pode ela sempre vai. E isso já é uma forma de parceria importante que já desde a... pra que se torne mais fácil essa comunicação isso tem sido utilizado, né? Desde que eu comecei meu trabalho no Conselho de Saúde a gente percebeu essa presença e essa iniciativa do Conselho de estar sempre convidando a Promotoria para participar. (Conselheiro n° 16)

A compreensão dos conselheiros do segmento gestores/prestadores e segmento usuário do SUS sobre a mediação da saúde exercida pelo Ministério Público perpassa por sua percepção acerca do desempenho da Promotoria de Saúde no município que, por sua vez, está correlacionada à identidade e perfil de atuação do Promotor. O engajamento pessoal no que se refere à ampliação do canal de comunicação interinstitucional, além da própria atuação de ofício exercidas no acolhimento das demandas de saúde é reconhecido como positivo pelos Conselheiros.

Assim, eu acho que das poucas vezes que eu participei que eu tive contato, algumas reuniões, alguns momentos, eu vejo [...] que a Promotoria procura agir e age aos meus olhos. Pela minha forma de enxergar no sentido de buscar e garantir o direito do cidadão; mas eu vejo também essa abertura, essa disponibilidade de diálogo com o poder público. Porque a secretaria é chamada muitas vezes para conversar, a Promotora [...], eu acho ela sempre muito acessível. Em vários momentos eu já tive oportunidade de vê-la no Conselho. É uma pessoa que tem um acesso mais fácil né, está mais acessível pra tentar entender e enxergar os dois lados e eu acho que é por aí mesmo. Não adianta só entender, o que é direito do cidadão é direito e pronto e acabou; mas vamos enxergar as dificuldades que o poder público tem pra fazer a gestão. Existe todo um processo de planejamento que pode ser prejudicado, mas eu vejo o Ministério Público bem mais aberto, com essa abertura pra diálogo pra tentar ver ambas as partes. É o que te falei, eu tenho muito pouco contato, mas eu vejo dessa forma. (Conselheiro n° 07)

Extremamente atuante como instituição e a pessoa que tá na titularidade, uma dedicação total procurando ter conhecimentos da área de saúde, entender dos problemas. É uma pessoa que periodicamente visita as instituições. Vem no hospital de clínicas, vai na reunião dos conselheiros como na dos secretários municipais de saúde. Reunião do estado, reunião do município. Então, uma pessoa extremamente atuante em vários locais e na política de saúde. (Conselheiro n° 13)

Na medida do possível são boas. Às vezes, algum caso tem que ir no Conselho, chegar até nas autoridades maior, mas eu acho que tem coisas que levam e resolve numa boa, não tem dificuldade não. A Promotoria aqui é muito atenciosa. Eu acho que é pela Promotoria que não chega ao juiz porque a Promotora, ela toma providência e resolve o problema. Antes de ir pra instância maior. (Conselheiro n° 17)

A atuação do Promotor de Justiça próxima da realidade social, participante de processo de mediação e aberto à comunidade engendrou um novo promotor de justiça com perfil resolutivo (ALMEIDA, 2013) buscando resolver os conflitos por meio de



consenso entre as partes, evitando-se, quando possível, a judicialização dos mesmos. Os promotores questionam o efeito da judicialização da saúde ao ressaltar que a mesma é pouco efetiva, [...] só atacando no varejo e nas demandas individuais” (ASSIS, 2014 apud CURI, 2014, p. 24). A premissa que se estabelece no Ministério Público seria a judicialização da saúde estaria sendo utilizada na lógica do direito individual e não no contexto dos direitos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo tecer análises preliminares acerca da percepção dos conselheiros de saúde de município mineiro da macrorregião do Triângulo, sobre a judicialização e mediação da saúde e seus impactos para as políticas públicas. A análise dos dados quantitativos permitiu-nos observar que o perfil dos conselheiros municipais de saúde, no período analisado, tem prevalência na faixa etária dos 50-59 anos com predomínio do sexo masculino. No segmento dos profissionais encontra-se o nível de escolaridade mais alto, com pós-graduação completa. A maioria dos conselheiros afirmam ter conhecimento sobre judicialização e mediação da saúde e seus respectivos impactos para política pública.

O tratamento qualitativo das entrevistas realizadas junto aos conselheiros municipais de saúde proporcionou identificar detalhes da sua percepção sobre a judicialização e mediação da saúde. De modo geral, os conselheiros reconhecem a judicialização e a mediação enquanto caminhos legítimos do cidadão para reivindicação do direito à saúde. Principalmente o segmento dos gestores e usuários do SUS, apontam o ônus financeiro promovido pelo acolhimento das demandas individuais para a gestão pública. A maioria dos conselheiros compreendem as práticas das instituições jurídicas e as estratégias que conduzem à judicialização e à mediação da saúde no decorrer do seu processo de trabalho, segundo o segmento que representa. O estabelecimento de um fluxo que aponte para a via da judicialização ou da mediação da saúde efetiva-se a partir das experiências dos conselheiros e na dinâmica política do Conselho.

Reconhecem, ainda, o MP enquanto ator fundamental na solução dos conflitos com tendências a evitar a judicialização. Entre os segmentos dos conselheiros, o



Ministério Público é concebido como um parceiro, auxiliando a encontrar fundamentações legais que possam fortalecer os atos do Conselho. A maioria dos entrevistados concebem-no, ainda, como uma instituição muito atuante, mas, na percepção dos conselheiros do segmento dos gestores, pouco resolutiva no que tange às demandas coletivas. O desempenho do Ministério Público no acolhimento das demandas em saúde está condicionado na percepção dos conselheiros quanto à atuação do Promotor de Justiça. Nos dados coletados, observou-se que a maioria dos entrevistados se reportam ao MP apontando seu engajamento na luta pelo direito à saúde, promovendo a mediação das demandas encaminhadas, na escuta qualificada e nas orientações técnicas prestadas ao Conselho de Saúde municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Gregório Assagra. O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson. Temas atuais do Ministério Público. Salvador: Editora Juspopdivm, 2013, p. 45-104.

ASENSI, Felipe Dutra. Judicialização ou juridicalização? As instituições jurídicas e suas estratégias de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, RJ, n.20, v.1, p.35-55, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000100004&script=sci_arttext Data de acesso: 09 set. 2015.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco et al. A estratégia da triangulação: possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília/DF, 3 a 5 dez. 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf Data de acesso: 29 jun. 2014.

BRASIL. (MINISTÉRIO DA SAÚDE). **Lei 8142/90**, de 18 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm Data de acesso: 19 jun. 2014.

CUNHA, Neuza. Mecanismos para a solução de conflitos. Gregório Assagra mostra os caminhos de acesso à Justiça desde a Antiguidade e os desafios dos dias atuais. (Entrevista). Rede – **Revista Institucional do Ministério Público de Minas Gerais**. BH, Procuradoria-Geral da Justiça, ano IX, edição 22, mar. 2014, p. 08- 13.



CURI, Eduardo. Direito, saúde e cidadania. Rede – Revista Institucional do Ministério Público de Minas Gerais. BH, Procuradoria-Geral da Justiça, ano IX, edição 22, mar. 2014, p. 22-29.

GOMES, Fernando de Freitas Castro. **A judicialização da saúde em Minas Gerais: uma avaliação dos processos judiciais relacionados aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares no período de 1999-2009.** 99f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais). BH: UFMG, 2013.

MERHY, Emerson. **Saúde e direitos: tensões de um SUS em disputa, molecularidades.** *Saude soc.*, Jun 2012, vol.21, no.2, p.267-279.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2ª ed. SP: HUCITEC, 2010.

PEPE, Vera Lúcia Edais et al. **A judicialização da saúde e os novos desafios da gestão da assistência farmacêutica.** *Ciênc. saúde coletiva*, Ago 2010, vol.15, no.5, p.2405-2414.

GT 04: Instituições, conflitos sociais e políticas públicas

O QUE DIZEM DURKHEIM, WEBER E MARX SOBRE AS NOSSAS INSTIUIÇÕES?

Matheus Jones Zago

RESUMO

O estudo das instituições e as suas relações com a sociedade e os indivíduos fazem parte do objeto da Sociologia e estão presentes em grande parte no histórico da disciplina. Instituições como família, escola, religião, economia, mercado, política são frutos de análises dos mais diversos sociólogos. Buscamos nesse artigo explorar de maneira sucinta as obras de três autores considerados clássicos na Sociologia: Durkheim, Weber e Marx. A partir desse levantamento discorreremos os principais problemas e contribuições teóricas da Sociologia clássica para os estudos das instituições modernas. Neste artigo fazemos um resgate do pensamento de Weber, Marx e Durkheim no que tange em especial as instituições da sociedade e o seu funcionamento. Os autores fornecem bases teórico metodológicas para o estudo das instituições e seus apontamentos complementam o embate entre ação e estrutura que historicamente marcam as discussões dentro do campo das Ciências Sociais.



Palavras-chave: Instituições, Organizações, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que as instituições determinam o comportamento dos indivíduos? Ou que a sociedade funciona por meio da ação/interação destes? De que modo as ações dos indivíduos influenciam e interferem nas instituições? Ou até que ponto esses indivíduos são determinados por essa esfera coletiva?

Estas e outras questões fazem parte de um longo embate entre ação e estrutura que historicamente marca as discussões dentro do campo das Ciências Sociais.

O desenvolvimento da Sociologia esteve preocupado com a sistemática da interação social, o estudo das organizações, instituições, formas de governo e mudanças sociais. Desde o princípio, autores buscaram descrever as formas de interação entre indivíduo e a sociedade, formas e funcionamento das instituições, crises, problemas, mudanças sociais, dentre outras questões.

O estudo das instituições e as suas relações com a sociedade e os indivíduos fazem parte do objeto da Sociologia e estão presentes em grande parte do histórico da disciplina. Instituições como família, escola, religião, economia, mercado, política são frutos de análises dos mais diversos sociólogos.

Considerados sociólogos clássicos, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx também possuem aportes teóricos sobre as instituições. O objetivo desse artigo é fazer um levantamento teórico das principais obras desses autores no que tange a temática das instituições, sua caracterização e função na sociedade.

Buscamos através desse trabalho fazer um resgate do pensamento de Weber, Marx e Durkheim em especial sobre as questões em que se tratam das instituições da sociedade e o seu funcionamento.

Elencamos as principais obras de Durkheim: *As formas elementares da vida religiosa* (1989), Aula Inaugural do Curso de Ciências Sociais. (2001), *Da Divisão do Trabalho Social*



(1979) *As regras do método sociológico*. (2005), Weber: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004), *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva* (1999), *Ciência como vocação* (2002), *Política como vocação* (2002), Marx: *A ideologia alemã* (1987), *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* (2006), *A sagrada família* (2003). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. (1978), *O Capital*. (1988), *O Manifesto Comunista* (1988).

Iniciamos o artigo com Durkheim, sociólogo francês considerado um dos fundadores da Sociologia moderna, em sequência passamos à Weber e Marx ambos alemães.

DURKHEIM

Os sociólogos da escola durkheimiana são os primeiros que procuram dar à palavra instituição um sentido preciso. Durkheim buscou elaborar e delimitar a noção das instituições de sua época. As instituições são maneiras de fazer, de sentir e de pensar “cristalizadas” de uma sociedade, quase constantes, socialmente coercitivas e distintivas de um grupo social dado. (DURKHEIM *apud* BOUDON & BOURRICAUD p. 301).

Para Durkheim o caráter coercitivo das instituições e o fato delas regularem efetivamente a conduta dos indivíduos, garantem a condição de mobilizar sanções que asseguram a conformidade das condutas as normas da sociedade.

A instituição no contexto durkheimiano é um sinônimo regulação social: tudo que é social é institucional, já que tudo que é social é coercitivo. Para Durkheim a instituição se faz por uma coerção socialmente eficaz.

A instituição social funciona como um mecanismo de proteção, englobando o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam.

Observa-se um caráter de sistematicidade no pensamento do autor presente nas instituições. Buscaremos a seguir apresentar as características das instituições de acordo com o pensamento durkheimiano.

Para Durkheim, tanto as práticas religiosas, como os rituais da vida familiar, e até mesmo os pensamentos mais privados dos indivíduos resultam de forças sociais exteriores



presente nas instituições. Estas forças, ou "fatos sociais", como Durkheim preferiu estabelecer, são essenciais para a integração do social.

A integração social é observada pela frequência e intensidade de contatos sociais. O processo ocorre através do comprometimento que as pessoas possuem com a ordem social. É por esse meio que as instituições exercem o controle sob o comportamento dos indivíduos.

A integração é uma condição social que descreve os arranjos das partes ao todo social - uma família, um grupo, ou uma sociedade inteira. Denota a coordenação e a manutenção das relações entre as partes de uma coletividade social. Já a desintegração, refere-se ao conflito e a falta de ajuste entre as partes que constituem a vida social: o caos. Para Durkheim o estudo da sociedade é o estudo das instituições e suas inter-relações. (DURKHEIM *apud* NASH & CALONICO p.3 1993)

Ao estudar instituições básicas da sociedade, tais como religião, família, economia, governo e educação, Durkheim se baseia principalmente em termos de integração e desintegração, (solidariedade mecânica e solidariedade orgânica) para descrevê-las e diferenciá-las.

A análise que Durkheim faz é importante no estudo da Sociologia e os seus métodos. O autor busca examinar a forma como a sociedade opera através das suas instituições sociais, inclusive as instituições religiosas. Seu livro, *As formas elementares da vida religiosa* (1989) serviu como base para o desenvolvimento da Sociologia da religião, psicologia e principalmente o campo da Antropologia, que dava os seus primeiros passos.

Durkheim estuda a religião enquanto uma instituição social possuidora de funções sociais. Em seu texto "*As formas elementares da vida religiosa*" (1989), o autor tenta buscar o caráter fundamental contido em cada religião, apresentando seus fenômenos mais primitivos. A análise segundo o autor tem como objetivo elaborar uma teoria geral da religião, com base no estudo das instituições religiosas mais simples e primitivas.

"Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, isto é, separadas, interditas de crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja e todos aqueles que a ela aderem" (DURKHEIM 1989, p. 65). Esse conceito de religião engloba o que Durkheim pensa sobre a instituição religiosa e seu caráter coletivo e ao mesmo tempo coercitivo.



Em sua análise Durkheim ressalta o caráter institucional da dimensão simbólica da religião. O sagrado, por sua vez se apresenta por suas crenças, símbolos e ritos podem ser pensados como uma especulação realizada pelo coletivo. O papel da Sociologia é desvendar os traços desta realidade e constatar que neles estão remetidos às relações homem, natureza e sociedade.

A sociedade tradicional, de acordo com Durkheim, caracteriza-se por uma solidariedade simples, "mecânica" ou de coesão. A solidariedade mecânica é formada por baixa diferenciação social e alta semelhança entre os indivíduos.

Em contraste com as sociedades tradicionais "pré-modernas" de solidariedade mecânica, Durkheim concebe a organização social das sociedades industriais modernas, dentro de um sistema de orgânico de interdependências.

A solidariedade "orgânica", assim chamada, emerge do funcionamento de sociedades complexas e assemelha-se ao funcionamento de um organismo. Os órgãos, as partes e processos fisiológicos se relacionam para garantir o funcionamento do todo. Para Durkheim, a solidariedade orgânica é uma ordem social moral "mais racional", "mais humana", de natureza emergente, que ainda não está plenamente realizada (Durkheim 1979 *apud* CASEY 2002 p. 35).

Instituições tradicionais; ou não industriais, se diferenciam das sociedades que se constituíram em moldes industriais ou modernos. Nas sociedades, ditas "modernas" a divisão do trabalho social ocorre de maneira quantitativa e qualitativamente superior a sociedades "pré-modernas".

Na introdução de sua obra "*Da Divisão do Trabalho Social*" (1979) o autor reconhece a papel da indústria (instituição moderna) como força propulsora para o fenômeno da divisão social do trabalho na sociedade. A divisão do trabalho social para Durkheim tem como função regular as instituições sociais contemporâneas e não apenas ser um elemento genérico da civilização.

O aparecimento de sociedades altamente diferenciadas pela divisão social do trabalho promove uma ênfase maior no indivíduo. Para Durkheim, o destino da sociedade depende da manutenção de suas instituições de forma bem integrada tanto com suas unidades como também com o todo social.



Cada instituição, apesar de não estar completamente separada das demais, funciona como uma unidade. Como o funcionamento do corpo humano, onde cada órgão possui o seu papel fundamental para a sobrevivência do organismo social.

Fica claro na obra de Durkheim o papel do indivíduo. Para o autor a sociedade aparece acima do indivíduo, sua ênfase está na estrutura. A importância dessa relação indivíduo-sociedade é de central referência em seus textos.

Durkheim é conhecido por ser um dos primeiros sociólogos e defensor de uma Sociologia científica. O autor também é considerado um filósofo da moral. A questão da moralidade aparece em todos os seus textos.

Desde seu primeiro livro, *Da divisão do trabalho social* (1979), ao seu último, *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989). Durkheim procurou investigar o estado elementar de todas as coisas sociais. Seus esforços foram dirigidos na esperança de compreensão da sociedade.

Pensando a ciência da sociedade de maneira positivista, tomando como base teorias de Comte, Durkheim se preocupou para com estabelecimento de um método de investigação verificável em todas as práticas sociais. De um ponto de vista teórico, a Sociologia positivista de Durkheim esteve focada pela tentativa de formular um objeto de pesquisa, utilizando métodos e conceitos à luz das ciências naturais, para chegar à mesma objetividade, nas formas de controle sobre os fenômenos sociais estudados.

As obras *Da divisão do trabalho social* (1979) e *As regras do método sociológico* (2005) exerceram muita influência para a formação de uma Sociologia científica.

O livro *Da divisão do trabalho social* (1979) aborda as mudanças oriundas da sociedade industrial moderna, como resultado da expansão da produção econômica, racionalidade e urbanização.

Durkheim possui uma visão evolutiva sobre a sociedade, segundo o autor a sociedade passa por processos de desenvolvimento que vai desde um modelo tradicional até a sociedade moderna (que conhecemos), e esse processo ocorre através do desenvolvimento e expansão da divisão do trabalho.

Ele compara a sociedade a um organismo vivo, que possui diferentes partes que trabalham para garantir o funcionamento harmonioso e ordenado da vida. Por isso Durkheim é



muitas vezes considerado um autor funcionalista, pois considera a sociedade como composta de estruturas que funcionam em conjunto. Em seu texto o autor aborda o conceito de função e estrutura.

Em *Da divisão do trabalho social* (1979) afirma que a sociedade é constituída por indivíduos, mas ao mesmo tempo, a soma dos indivíduos, seus comportamentos, ações e pensamentos não correspondem na totalidade à sociedade. Para Durkheim a sociedade possui estruturas e existências próprias, que vão além dos indivíduos.

Ao influenciar e se sobrepor ao indivíduo, a sociedade opera por normas, sentimentos comuns e fatos sociais, enquanto instituições que afetam o nível do indivíduo.

Também em *As regras do método sociológico* (2005), Durkheim observa a importância das instituições para a vida em sociedade. O autor define que os fatos sociais devem ser tratados como coisas, e ser considerado exteriores aos indivíduos, exercendo coerção sobre ele e comum ao corpo social.

Para o autor, os fatos sociais funcionam como instituições, à medida que se referiam a “[...] todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade” (DURKHEIM, 2005, p. 30). Vale lembrar ainda que Durkheim concebe a Sociologia como “[...] a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento” (DURKHEIM, 2005, p. 30).

Durkheim em seus textos mais maduros enfatiza o papel central desempenhado pelos – “sistemas de crenças” e “representações coletivas” - estruturas cognitivas compartilhadas, que agem no nível das instituições e no indivíduo. O autor aponta que “as representações, as emoções e as tendências coletivas não tem como causas geradoras certos estados de consciência individual, mas as condições em que se encontra o corpo social em seu conjunto” (Durkheim, 2001 p. 67).

Ao dizer que “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (Durkheim, 2005, p.32) Durkheim, apresenta o conceito de fato social, tema relevante para o estudo de toda a sua obra.

A generalidade, exterioridade e coercitividade são características dos fatos sociais. Para o autor a realidade social funciona como um ser psíquico distinto de suas consciências particulares sendo capaz de ultrapassá-las temporal e espacialmente, impondo-lhes certas formas de pensar, ser e agir (Vares, 2011 *apud* Durkheim 2005).



Para Durkheim a sociedade e suas instituições possuem uma consciência própria e independente. “O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem vida própria” (2008 p.50). Durkheim chama esse sistema de “consciência coletiva”.

Os fatos sociais, embora produzidos pelas relações entre os indivíduos, adquirem uma "consistência" e uma "autonomia" em relação a cada indivíduo que contribui para sua produção. Contudo, o autor deixa claro que a autoridade da qual está investida a sociedade é antes resultado da associação dos indivíduos.

A consciência coletiva é exterior aos indivíduos, mas se impõe a eles quer de maneira espontânea, influenciando-os nas ações cotidianas, quer de maneira mais coesa, por meio de tradições, (instituições) normas e padrões de comportamento cristalizados, que coagem os indivíduos.

Trata-se de valores internalizados por meio do processo de socialização, capaz de transformar o indivíduo em partes integrantes da sociedade.

As instituições, formadas por normas e regras compartilhadas pela sociedade se firmam na consciência coletiva e funcionam com estruturas exteriores aos indivíduos.

Deste modo as instituições são conservadoras por essência, quer seja família, escola, governo, religião, polícia ou qualquer outra, elas agem contra as mudanças, pela manutenção da ordem vigente. Pelo seu caráter exterior coercitivo e geral.

Em resumo a instituição social em Durkheim é um mecanismo de organização da sociedade, conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização.

WEBER

Enquanto Durkheim se preocupava em descrever as funções, características e formas da sociedade em termos de satisfação das necessidades sociais, Max Weber deu uma importância maior aos aspectos econômicos da sociedade, priorizando o sentido da ação dos indivíduos.



Weber é um autor central para o campo das instituições. Seus estudos sobre a economia, sociedade, formas de dominação, papel da religião, desenvolvimento do capitalismo moderno, burocracia, relações sociais são pontos de extrema importância que nos auxiliam a identificar e classificar nossas instituições atuais.

Se para Durkheim as instituições sociais são equivalentes aos sistemas simbólicos, entendidos como sistema de crenças, representações coletivas e leis universais. Em Weber, embora o conceito de instituição não esteja explícito, sua preocupação é compreender a maneira pela qual valores culturais de um povo definem estruturas sociais e controlam a ação dos indivíduos, incluindo estruturas econômicas e comportamentos humanos.

De certo modo, Weber não esteve preocupado em buscar leis universais para descrever a realidade empírica. Para o autor, a ciência social é uma ciência da realidade, ou como ele mesmo afirmava: “[...] a ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos” (WEBER, 1987 p. 9).

A Sociologia para Weber é uma disciplina interpretativa, seu objeto de estudo é a ação social dos indivíduos, suas conexões, motivos, interesses e condutas. A compreensão da ação social implica na percepção do sentido que o autor atribui à sua conduta.

Segundo Weber, a Sociologia é a ciência da ação social, que quer compreender interpretando, cujo desenvolvimento quer explicar socialmente. Os três termos fundamentais de sua obra são: compreender (*verstehen*), interpretar (*deuten*), e explicar (*erklaren*). Aprender a significação, organizar o sentido subjetivo em conceitos e evidenciar as regularidades das condutas dos homens (WEBER *apud* ARON, RAYMOND 2008 p. 802).

Em sua obra mais conhecida, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004), Weber elabora uma teoria sobre o capitalismo ocidental moderno e a influência religiosa sobre a racionalidade econômica.

Pensando a religião não enquanto forma (como fez Durkheim), Weber analisa a religião enquanto fator determinante (mas não exclusivo) do comportamento econômico e das mudanças das instituições modernas.



Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004) Weber procurou demonstrar que a sociedade moderna provém a sua energia, vitalidade e lógica de motivações oriundas de instituições e crenças religiosas.

A ética protestante e o espírito do capitalismo é uma das tentativas de Weber de descrever o desenvolvimento do capitalismo. O interesse de Weber na religião esteve diretamente relacionado à sua tentativa de entender o processo de racionalização e a influência da ética religiosa sobre organização econômica.

Weber procurou compreender e interpretar as ações e as experiências humanas em termos de seu significado intrínseco. Sua tese passa por quatro temas-chave: a racionalização e os processos de dominação, a ideia de vocação, o ascetismo intra-mundano, e o "fundamento ético" do capitalismo moderno.

Em linhas gerais, entende-se que o termo racionalização utilizado por Weber, corresponde a redução da racionalidade à todos os aspectos da vida social. Esse processo, segundo o autor, ocorreu pelo desenvolvimento da sociedade moderna. Quando Weber se refere à racionalização no mundo contemporâneo ele tem em mente a importância crescente de instituições formalmente e substantivamente racionais. (Weber *apud* Thiry-Cherques 2009 p. 903).

Um aspecto importante em sua obra é a dominação. Em Weber a dominação é um tipo de relação de poder em que o governante impõe o seu domínio sobre os outros. Para o autor existem três tipos puros de dominação. Primeiro, de caráter racional, que se baseia na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal). Segundo, uma dominação de caráter tradicional, que se baseia na crença cotidiana da santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional). E por fim uma dominação de caráter carismático, a qual se baseia na veneração extra cotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens reveladas ou criadas pelo líder (dominação carismática) (Weber, 1999, p. 141).

Weber também apontou o peso do ascetismo religioso – no caso, o ascetismo intramundano dos puritanos – na origem das organizações racionais modernas. Segundo o autor,



a partir da ascese intramundana motivada puramente pela religião, se desenvolveu a ética voltada ao trabalho até então estranha ao capitalismo.

O ascetismo — a privação disciplinada — engendrado de racionalidade, cria uma nova forma de encarar o mundo. E somente a partir de uma conduta nesses princípios é que o indivíduo “prospera”.

A ideia de vocação também é importante para compreender a teoria de Weber. A ética vocacional assim fundamentada se encaixa à perfeição na mecânica de trabalho ascético, acumulação e reinvestimento que fundam o capitalismo moderno. Mesmo o homem comum não sendo senhor do seu destino tem necessidade de se assegurar da salvação e só pode fazê-lo mediante duas ordens práticas de conduta: vocacionado para servir a Deus e se salvar. (Weber *apud* Thiry-Cherques 2009).

A profissão ou ofício (*Beruf*) que aparecem nas instituições analisadas por Weber também ganham um sentido de Vocação. Observamos isso em dois famosos textos de Weber; *A política como vocação e A ciência como vocação*.

Weber separa o conceito de política em duas acepções, uma geral e outra restrita. No sentido mais amplo, política é entendida por Weber como “qualquer tipo de liderança independente em ação”. No sentido restrito, política seria liderança de um tipo de associação específica: a liderança do Estado. Este, por sua vez, é defendido por Weber como “uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território”. (Weber *apud* Tragtenberg 1997).

A política no sentido weberiano é uma política da dominação, que considera a força e a violência como momentos essenciais do processo sociais e da própria existência e funcionamento das instituições políticas.

Para que o Estado e outras instituições existam é necessário que as pessoas obedeçam a sua autoridade legítima, que está relacionada ao tipo de dominação – legal, tradicional, carismática.

É necessário compreender o conceito de Estado como uma "relação de dominação de homens sobre homens", na qual os dominados submetem-se à autoridade invocada pelos dominantes (Weber, 1999, v. 2, p. 526), como forma de um individualismo metodológico, postulado na teoria Weberiana. Na medida em que "as 'relações' existem apenas como ações



humanas de determinado sentido" (Weber, 1999, v. 1, p. 24), fica claro que o Estado não pode ter uma existência separada dos indivíduos. (Weber 1999 *apud* Bianchi 2014).

Em "*A Ciência como vocação*", Weber analisa como a prática científica pode ser exercida como vocação, indicando as diferenças estruturais, organizacionais e de funcionamento das instituições de ensino da América do Norte e da Alemanha. O autor tenta expor o papel da ciência de um mundo em rápida transformação.

Weber também busca refletir a questão da neutralidade da ciência, em torno do engajamento ou do distanciamento do cientista em relação à realidade social e seus juízos de valores. A compreensão dos fenômenos sociais e políticos, em termos científicos, só teriam validade a partir do momento que o cientista abnegasse seus valores e concepções pessoais e, finalmente, realizasse uma análise precisa sem mediações e ideologias.

O conceito de instituição (*Anstalt*) definido em Weber como: “uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência,” (Weber, 1999, v. 1, p. 32) ressalta o caráter corporativo que as instituições assumem em sua Sociologia.

O conceito também apresenta a visão moderna de uma estrutura que possui como tipo ideal a dominação legal.

O conceito de instituição, citado por Weber em seu livro *Economia e Sociedade* (2009) se torna cada vez mais importante pois se aproxima do conceito de empresa (*Betrieb*). Para o autor o nexo estabelecido nessa análise entre o florescimento da moderna empresa capitalista e o desenvolvimento das instituições modernas é muito forte.

Para que as instituições modernas pudessem prosperar, deveriam seguir um funcionalismo especializado e uma conduta racional típica dos países do ocidente. A tendência do desenvolvimento do Estado também segue em direção às formas modernas e racionais, acompanhada de uma tendência do desenvolvimento de instituições racionais e burocráticas.

Como já apontamos as instituições e organizações modernas derivam de acordo com o pensamento de Weber pelo desenvolvimento da racionalidade



Existe para o autor um nexos estabelecido entre a empresa capitalista e o desenvolvimento do estado moderno. Até mesmo o Estado, possui um caráter corporativo e burocrático.

O progresso da economia em direção às formas modernas das organizações racionais foi acompanhado de uma tendência ao progresso da política em direção às formas modernas do Estado (Weber *apud* Bianchi 2014).

Max Weber e outros individualistas metodológicos concebem a estrutura institucional como uma abstração das ações habituais dos indivíduos, ou seja, a instituição para Weber é interdependente de atores individuais. A realidade social é totalmente comprometida pelos agentes humanos e suas contínuas interações padronizadas. Não existe uma estrutura (tal como afirmava Durkheim) que ocupa uma posição central e pode ser reduzida a abstrações teóricas.

O conflito entre estrutura e indivíduo, a relação entre agentes – atores – e instituições – agências – são resultados sociais das ações dos indivíduos e concomitantemente filtros institucionais do agir individual ou de grupos de indivíduos.

Na obra de Max Weber concepção de instituição é subjacente a ideia de ação social. Ou seja, a instituição é relacionada à ação social, pois possui um valor significativo e simbólico compartilhado por indivíduos. Pela instituição podemos observar comportamento dos indivíduos e é pela ação desses indivíduos que aparecem as mudanças institucionais.

As instituições aparecem como forças reguladoras de problemas da vida social. As estruturas seriam mediadas pela ação dos indivíduos, por meio do sentido da ação social.

A ideia básica do individualismo metodológico é que, em última instância, quem age não são “as classes”, “o Estado”, ou “os grupos sociais”, mas os indivíduos. São eles os responsáveis pelas ações e, portanto, pelos fenômenos sociais. Assim, é preciso estudar esses fenômenos a partir das motivações individuais para a ação (Perissinotto, 2010).

Mais adiante a teoria de Weber é utilizada por atores institucionalistas que enfatizam a ideia de que as instituições funcionam como as respostas aos problemas que dos indivíduos em sua vida social.

MARX



Tratar as instituições e o Estado de forma sistemática nas obras de Marx é uma tarefa bastante árdua, pois não temos uma obra específica deste autor que sintetize a sua teoria do Estado e instituições por completo. A concepção de Estado vai se desenvolvendo a medida que Marx vai explicitando as suas análises sobre o sistema capitalista de produção.

Para Marx toda instituição é uma relação social, dentro de sua teoria social, as relações sociais possuem um momento ontogenético de origem, que são a produção das condições materiais de existência.

A teoria marxista aponta a questão das instituições de maneira diferente de Weber e Durkheim. A instituição em primeiro momento é o Estado e este é vinculado à manutenção do sistema ideológico ligado à superestrutura (instância determinante e base material da sociedade).

As ideias de Karl Marx sobre o Estado passavam sobretudo pelo materialismo histórico dialético. Para Marx, o modo de produção material de uma sociedade constitui o fator determinante de sua organização política e das representações intelectuais de uma época.

Para autores do estruturalismo marxista (Althusser, Poulantzas) grande diversidade de obras e os diferentes de períodos em que elas foram escritas, fazem de Marx um autor que possa ser classificado em duas fases. A primeira chamada período de juventude, compreendendo trabalhos escritos de 1841 a 1848 (publicados em vida ou postumamente) como *A introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Ensaio sobre a questão judaica*, *Manuscritos econômicos filosóficos*, *A sagrada família* e *Miséria da Filosofia*. Também obras que dão início à essa ruptura como *A ideologia Alemã* e *Manifesto comunista*. (Aron 2008 p. 187).

O segundo período pode ser classificado como maturidade. Marx transita de uma fase filosófica para uma fase sociológica, economicista e política. As obras mais importantes desse período são a *Contribuição à crítica da economia política* e a sua obra mais conhecida *O capital*. (Aron 2008 p. 187).

Marx em sua formação acadêmica pertenceu à esquerda hegeliana (juntamente com nomes como Feuerbach, Max Stirner, Bruno Bauer e David Straus). O autor rompe com essa corrente em seu período de juventude.

Embora muitos autores dividam as obras de Marx em dois períodos: figura de um jovem Marx e de um Marx mais maduro, alguns autores visualizam uma continuidade em suas obras,



reconhecendo saltos qualitativos ou adensamentos analíticos e teóricos (Gramischi, Karl Korchi e Lukaks).

Os seus textos *A Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A ideologia alemã* e *Teses sobre Feuerbach* mostram um Marx crítico ao idealismo alemão e ao mesmo tempo um autor que refuta o chamado materialismo vulgar. Marx faz uma apropriação materialista da dialética e mostra a necessidade de mudar a concepção abstrata, especulativa e metafísica da “essência humana” como se fazia na filosofia alemã de Hegel.

Não é nosso objetivo apresentar essa ruptura de Marx com os jovens hegelianos, tão pouco discorrer sobre o mérito da continuidade ou ruptura que perpassam o “jovem” e “velho” Marx, no entanto podemos perceber questões que dizem respeito a instituições como a família, sociedade civil e o Estado desde suas obras.

Em *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1979), escrita em 1843, Marx questiona a perspectiva hegeliana que concebe o Estado como expressão objetiva da ideia absoluta e fundamento das instituições. O autor se contrapõe à concepção hegeliana de que a família e a sociedade civil têm seu fundamento especulativo no Estado. Marx e Engels afirmam que a família e a sociedade civil são os verdadeiros sujeitos do Estado.

Hegel vê no estado a razão, demiurgo da realidade, inclusive das instituições e da sociedade civil como um todo. Marx inverte essa equação. É a sociedade civil o ponto de partida para o próprio Estado (expressão da materialidade).

A concepção de Estado de Marx é desenvolvida à medida que ele conduz a crítica à dialética hegeliana. Ao contrário de Hegel, Marx vê o Estado como um instrumento de luta de classes. Para Marx, a concepção de Hegel é ingênua, pois formula o Estado como a condição da sociedade.

Muitos autores questionaram a obra de Marx, por não esboçar de maneira sistemática uma teoria do Estado (Bobbio 1991, Carnoy 1990, Cerroni 1979) Mas Marx deixa claro em seus textos a determinação da natureza de classe do Estado.

Segundo Miliband (1981), Marx jamais tentou elaborar uma teoria completa e sistemática do Estado. Na *Crítica a filosofia do direito de Hegel*, Marx aborda importantes questões sobre essa questão e faz uma crítica a concepção hegeliana que trata o Estado de forma



abstrata. Para Marx, a concepção hegeliana esquece que as atividades do Estado são funções humanas, “os negócios do Estado, etc., nada mais são do que os modos de existência e atividade das qualidades sociais dos homens”

Em outra passagem, agora em *A ideologia alemã*, Marx e Engels, afirmam que “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 1987, p. 20). Essa passagem demonstra como Marx se contrapõe novamente ao idealismo de Hegel.

Segundo Marx, o que interessa são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência (o seu modo de vida e práxis, conjunto de atividades), pois é somente através do homem e da sua relação com os outros homens e com a natureza que ele constrói sua própria consciência.

Em complexa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento de reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida. Também as fantasmagorias no cérebro dos homens são sublimados do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a premissas materiais. (...) são os homens que desenvolvem a sua produção material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento (MARX, ENGELS. 1987).

Essa passagem é o ápice da superação do idealismo alemão e toda uma tradição filosófica na teoria social de Marx. O autor concentra seus esforços em compreender “os homens de carne e osso” movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da história.

Para compreendermos as instituições é preciso acima de tudo interpretar a história humana a partir das relações de produção, ou seja, o compreender o homem a partir daquilo que ele produz enquanto ser social.

Marx e Engels lançaram bases para explicar a vida social a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho, e de seu papel enquanto agentes transformadores da sociedade. Afinal, então o que quer dizer Marx ao definir o Estado e suas instituições?



Em *A sagrada família* (2003), Marx e Engels apontam os principais elos que conectam o Estado e a propriedade privada e a família (assim como outras instituições), ao afirmarem que “o Estado, a propriedade privada e assim por diante transformam os homens em abstrações, ou como os produtos são homens abstratos, em vez de serem a realidade do homem individual e concreto. (MARX e ENGELS, 2003 p. 216)

Nesta obra, Marx e Engels apresentam o Estado representativo democrático como o perfeito Estado moderno¹¹⁹. O estado moderno “baseia-se na escravidão emancipada, na sociedade burguesa (...) a sociedade da indústria, da concorrência universal, do interesse privado que livremente persegue as suas metas, da anarquia, da individualidade natural e espiritual auto alienada” a essência do Estado moderno é que ele “se baseia no desenvolvimento sem limites da sociedade burguesa, livre no movimento do interesse privado (MARX; ENGELS, 2003)

A teoria marxista da política implica uma rejeição da visão do Estado de agente da “sociedade como um todo” ou do “interesse nacional”. A essência de toda concepção marxista sobre o Estado está sintetizada com notável clareza na conhecida fórmula do Manifesto comunista “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (Marx *apud* Codato & Perissinotto 2001).

As instituições capitalistas na visão marxiana refletem a política de consolidação e dominação de uma classe social, a burguesia e uma classe oprimida, o proletariado. E este também é o reflexo do Estado.

Para Codato & Perissionotto (2001), as críticas que autores fazem a Marx por ausencia de uma “teoria do Estado” são incompletas, parciais e demonstram pouco domínio de toda obra de Marx¹²⁰. As obras *Burguesia e a contra-revolução* (1848), *As lutas de classe em França* (1850) e *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* (1852) apresentam uma concepção de Estado no pensamento de Marx.

Em Marx o Estado, ou melhor, as instituições, adquirem características históricas que simplesmente não as tornam uma força social “autônoma” ou “descolada” da sociedade. O

¹¹⁹ Estado Moderno burguês, cuja a perfeição adivinha do fato de que o “sistema político não está diante de qualquer exclusividade privilegiada” (Marx; Engels. 1979)

¹²⁰ Há duas versões dessa crítica. A primeira, sustentada por N. Bobbio, sublinha os efeitos dessa concepção restritiva da política e do Estado sobre a “teoria das formas de governo” (os regimes políticos); a segunda, cuja fonte são os autores “neo-institucionalistas” (T. Skocpol, F. Block), chama a atenção para as dificuldades decorrentes da ausência de uma “teoria do Estado” em Marx e nos marxismos posteriores. cf. Codato e Perissinotto 2001).



Estado moderno é a “forma política” da sociedade burguesa e o “poder de Estado” identifica-se plenamente com o poder de classe (ponto de vista reprodutivo). As lutas políticas de grupos, facções e frações de classe, são o Estado como “instituição” dotado de “recursos organizacionais” próprios, recursos esses que lhe conferem “capacidade de iniciativa” e “capacidade de decisão” (análise conjuntural). (Marx *apud* Codato & Perissinotto 2001).

As análises históricas empreendidas por Marx revelam, entre outros elementos bastante sugestivos, a ocorrência de uma luta intensa entre as classes e frações dominantes pelo controle desses aparelhos. (idem.)

Em *As lutas de Classes na França de e O Dezoito Brumário* de Luís Bonaparte, Marx supera a separação polarizada entre Estado (burocracia) e sociedade civil, bem como a existência da dominação da burocracia sobre a sociedade civil no Estado moderno. (Barbosa, 2004). Marx realça ainda o caráter instrumental que a ação política da burocracia de Estado assume, tendo em vista assegurar os interesses das classes dominantes, (relações de exploração, propriedade privada). Esses interesses e estabelecem no desenvolvimento do Estado capitalista moderno.

Nessas duas obras, Marx aponta que não é a classe dominante em geral que controla o Estado, mas uma fração dela. De qualquer forma o autor continua afirmar o caráter classista do Estado e seu papel guardião e defensor dos interesses da propriedade.

Em *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2006) Marx apresenta a natureza exata das instituições que o golpe de Estado de Luís Bonaparte instaurou. Max diz que o golpe de Estado, “foi a vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo (...) a nação transformou em lei a sua vontade geral, isto é, fez da classe dominante a sua vontade geral (...) perante o poder executivo ele renuncia a toda vontade própria e se submete ao mando superior de uma vontade estranha, à autoridade”, francesa. (Marx, *apud* Miliband 1981).

A instituição no pensamento marxista está vinculada à instância mantenedora do sistema ideológico como parte da superestrutura, composta por instituições jurídico-político e ideológicas (Estado, religião, artes, meio de comunicação, etc.) em que grupos dominantes se consolidam e perpetuam no poder. Exterior a essa esfera encontra-se a infraestrutura, que trata-se das forças de produção, base material e determinante da sociedade.



Os modos de produção, força de trabalho, relações sociais de produção determinam a base material de uma sociedade. A instituição nada mais é do que efeito das lutas sociais, ou formas de produção e nunca o efeito do desenvolvimento do espírito humano.

Marx compreende a instituição (organização burocrática) no contexto social e político do materialismo histórico e no conflito de classes que fornecem as bases materiais para um novo tipo de análise e compreensão da sociedade. O principal interesse de Marx ao analisar as instituições é definir a relação de poder nas estruturas das sociedades capitalistas em arenas econômicas, administrativas, políticas e estatais.

Segundo Marx, o aparelho administrativo do Estado, pautado sobretudo em ideologias e na burocracia, não representa os interesses públicos gerais que estão acima dos interesses individuais (como definia Hegel), mas em interesses particulares de uma classe específica¹²¹.

O foco da teoria de Marx está, principalmente nas classes sociais, embora a questão do indivíduo também esteja presente. Uma passagem muito conhecida reforça essa teoria: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Para Marx, existem condicionantes estruturais que levam o indivíduo, os grupos e as classes para determinados caminhos; mas todos têm capacidade de reagir a esses condicionamentos e até mesmo de transformá-los.

De maneira geral, as instituições sociais seriam determinadas pelo modo de produção da sua sociedade e uma determinada época. Junto a isso as instituições possuiriam o papel de consolidar e perpetuar o poder da classe dominante na sociedade.

¹²¹. Em Hegel, as instituições família e sociedade civil não poderiam existir sem o Estado, pois somente através do Estado que essas ideias são produzidas. Para Hegel o Estado deve ser concebido "como fim próprio e absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos" (HEGEL, 1990 p.225). O Estado é “a realidade em ato da ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e por que sabe" (HEGEL 1990, p.257). Desta forma o Estado para Hegel é um todo ético organizado, isto é, o verdadeiro, porque é a unidade da vontade universal e da subjetiva. Marx critica essa concepção idealista de Estado. Embora Marx e Hegel tenham em comum a crítica ao jusnaturalismo, Marx observa a sociedade civil como um campo onde as relações econômicas ocorrem em consequência dos conflitos de classe. O estado na concepção marxista representa os interesses da classe economicamente hegemônica e tem por função reproduzir os interesses dessa fração de classe.



Considerações finais

O conceito de instituição está presente nas obras dos três grandes autores apresentados (Durkheim, Weber e Marx) e não se restringe simplesmente à suas teorias, mas ao o desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência. Além disso, o termo se consolidou no debate contemporâneo, principalmente através de diversas linhas de pesquisas como o estruturalismo, institucionalismo, neo-institucionalismo e correntes mais recentes.

Podemos observar as instituições como estruturas mantenedoras da ordem social, ou representações simbólicas de uma sociedade a partir de seus mitos e rituais. Como fez Durkheim, ao pensar o papel central desempenhado pelos – “sistemas de crenças” e “representações coletivas” - estruturas cognitivas compartilhadas, que agem no nível das instituições e no indivíduo.

As práticas concretas englobando o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, é estudado por Durkheim.

O autor de maneira geral dá uma ênfase na estrutura que se sobrepõe ao indivíduo, a sociedade segundo ele, opera segundo normas, sentimentos comuns e fatos sociais, enquanto instituições afetam o nível do indivíduo. Para Durkheim os valores internalizados por meio do processo de socialização, transformam o indivíduo e as instituições em partes integrantes da sociedade.

Se para Durkheim as instituições sociais são equivalentes aos sistemas simbólicos, entendidos como sistema de crenças, representações coletivas e leis universais. Em Weber, o conceito de instituição não é explícito, e sua preocupação é compreender a maneira pela qual os valores culturais de um povo definem estruturas sociais e controlam a ação dos indivíduos,

Para Weber as instituições são reflexos das ações habituais dos indivíduos, ou seja, são interdependentes dos atores individuais.

A relação entre agentes (atores) – e instituições (agências) – é resultado das ações dos indivíduos e de filtros institucionais do agir individual ou de grupos de indivíduos.



A instituição está relacionada à ação social, pois possui um valor significativo e simbólico compartilhado pelos indivíduos. Através das instituições podemos observar comportamento dos indivíduos e é pela ação desses indivíduos que aparecem as mudanças institucionais.

A ênfase de Marx sobre o papel das instituições recai sobre a tensão que existe entre as classes, Para Marx é através da luta de classes que as mudanças institucionais são realizadas. Marx vê o Estado e suas instituições como um instrumento de luta de classes vinculado à manutenção do sistema ideológico ligado à superestrutura (instância determinante e base material da sociedade).

Para compreendermos as instituições é preciso interpretar a história humana a partir das relações de produção, ou seja, o compreender o homem a partir daquilo que ele produz enquanto ser social.

No caso dos autores clássicos da Sociologia, podemos afirmar de maneira geral que Weber se apoia em uma teoria da ação enquanto Marx e Durkheim estariam apoiados na estrutura, enquanto dimensão fundamental da vida social, embora diferenciadas entre si.

Buscamos nesse artigo fazer um resgate do pensamento de Weber, Marx e Durkheim no que tange em especial as instituições da sociedade e o seu funcionamento. Estas questões fazem parte o embate entre ação e estrutura que historicamente marcam as discussões dentro do campo das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. C., Bernhard G., Richard M., and Neil J. Smelser, eds. 1987. *The Micro-Macro Link*. Berkeley, Calif.: University of California Press

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

BARBOSA, W. Estado e poder político em Marx. In: BARBOSA, Walmir (org.). Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social. Goiânia: UCG, 2004.

BIANCHI, A *O conceito de estado em Max Weber* Lua Nova, núm. 92, maio-agosto, 2014, pp. 79-104 Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil

BOBBIO, Norberto (1991 [1979]). "Existe uma doutrina marxista do Estado?", em O marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal.



- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F.** *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CARNOY, Martin.** Estado e teoria política. 3. ed. Campinas: Papirus, 1990.
- CASEY, C.**, *Critical Analysis of Organizations: Theory, Practice, Revitalization*. London: Sage 2002.
- CERRONI, Umberto.** Existe uma Ciência Política marxista? In: **BOBBIO, Norberto.** et. al. O marxismo e o Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- CODATO, Adriano & PERINSSOTO, Renato.** O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. In: *Crítica marxista*. Nº 13. São Paulo: Boitempo, 2001.
- DURKHEIM, E.** *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- _____. *et al. Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2005
- DURKHEIM, Émile.** “Aula Inaugural do Curso de Ciências Sociais”. (Bordeaux, 1887). In: **CASTRO, Ana Maria de & DIAS, Edmundo Fernandes (org).** *Introdução ao Pensamento Sociológico*. Centauro, 2011.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich,** *Princípios da Filosofia do Direito*, Lisboa, ed: Guimarães, 1990, p 225.
- MARX, K.** O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. In: **FROMM, Erich.** *Conceito Marxista do Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo, Moraes, 1978.
- _____. *O Capital*. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Introdução. In: *Revista Temas de Ciências Humanas*. Vol. II. São Paulo, Grijalbo, 1978.
- MARX e ENGELS,** *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo, HUCITEC, 1987
- _____. *O Manifesto Comunista*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.
- MILIBAND, R.** Marx e o Estado. In: **Tom Bottomore (org.).** *Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 127-128.
- Nash, Jeffrey, Calonico, James.** *Institutions in modern society: meanings, forms and character*. New York, General Hall, 1993.
- Nee, Victor (1998),** "Sources of the new institutionalism", in **Mary C. Brinton e Victor Nee,** *New Institutionalism in Sociology*, New York, Russell Sage Foundation, pp. 1-16.
- PERISSINOTTO, Renato M.** *Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 25, p. 113-128, 2010.
- SELL, Carlos Eduardo.** *Sociologia clássica: Marx, Durkhiem e Weber*. 2ed. Petropolis, RJ 2010.



SCOTT, Richard. *Institutions and Organizations*. London: Sage, 1995

THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro v. 43 n. 4, p. 897-918, Aug. 2009

TRAGTENBERG, M. Apresentação. In: MAX WEBER: Textos selecionados. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores).

VARES, S. F., de. Sociologismo e individualismo em Émile Durkheim. *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 435-446, Aug. 2011.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Unb, 1999.

_____. *Textos Selecionados*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção “Os Pensadores”

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

GT - 04 - Instituições, conflitos sociais e políticas públicas:

Políticas Públicas de Regularização Fundiária e o Mercado Imobiliário Informal:
apontamentos sobre a dinâmica de compra e venda de imóveis em um loteamento em
regularização

Daniel Baptista Vio

Resumo

O trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado que tem como tema as políticas públicas de regularização fundiária em sua intersecção com o mercado imobiliário. O objeto do artigo é um loteamento público localizado no município de Osasco: J – Aliança de Cima. A área conta com 1081 lotes sendo que 330 deles foram regularizados em 2014 com a transferência de propriedade por meio do programa de regularização do município. O objetivo do trabalho é avaliar a efetividade da política



pública a partir da seguinte questão: as famílias regularizadas permaneceram residindo nos imóveis ou ao longo do processo de regularização houve expulsão pelo mercado? A metodologia da pesquisa contou com três etapas: na primeira foi feito levantamento de informações das famílias do loteamento na base de dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco, em etapa posterior foi realizada pesquisa quantitativa nos 330 lotes para obtenção de informações sobre os terrenos vendidos durante o processo de regularização, e a terceira etapa consistiu na realização de entrevistas com as famílias que nos últimos oito anos compraram terrenos na área.

Palavras chave: Políticas Públicas de Habitação; Gestão de Ilegalismos; Regularização Fundiária; Mercado Imobiliário.

Introdução

Este trabalho apresenta parcialmente os resultados obtidos no âmbito da pesquisa de mestrado que procurou compreender as transformações na dinâmica imobiliária em um loteamento, localizado no município de Osasco - RMSP, em processo de regularização fundiária.

A dissertação analisou como no território se transformam o mercado de alugueis e o de compra e venda de lotes. Os resultados da análise sobre a dinâmica de compra e venda serão apresentados no presente artigo que é dividido em duas partes. Na primeira são realizadas considerações sobre o enquadramento do objeto de pesquisa e apontamentos sobre a metodologia e desenvolvimento do trabalho de campo. Tais notas preliminares são fundamentais para que na segunda parte do trabalho possam ser mais bem compreendidos os resultados da pesquisa sobre o funcionamento do mercado no loteamento J¹²² e algumas transformações que ocorrem no território.

Um loteamento em transição

¹²² O objeto da pesquisa ao longo do artigo será chamado de J – Aliança de cima, loteamento J ou área J.



O loteamento J localizado no bairro Jardim Aliança em Osasco tem aproximadamente 4600 moradores que residem em 1080 lotes. De maneira geral é possível afirmar que a área apresenta boas condições de infraestrutura e acesso a equipamentos e serviços públicos quando sua inserção urbana é comparada a de outros bairros da cidade.

A ocupação da área se inicia nos anos 1970 quando foi promovida a retificação do curso do rio Tietê que reduziu sua margem alagável. Na década seguinte a ocupação do território se intensifica e o crescimento do loteamento é acompanhado pela paulatina urbanização da área. A partir de 2005 estrutura-se na prefeitura de Osasco uma política pública de regularização fundiária e tem início o processo de legalização do loteamento. O primeiro marco foi sua demarcação como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), com base na lei municipal 152/06. A partir de 2008 o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), do governo federal, chega à área J contemplando 980 dos 1080 lotes existentes. O programa previu aos participantes, entre outros elementos, a transferência de propriedade. As primeiras escrituras foram entregues em setembro de 2014, e até o final de 2015 (ver tabela 1) 75% dos terrenos encontravam-se regularizados com os titulares constando como proprietários dos lotes no cartório de imóveis da cidade.

Tabela 1: Regularização da área J e suas etapas	
Etapas	Lotes com propriedade transferida
1- setembro de 2014	330
2- março de 2015	346
3- novembro de 2015	62
Total	738

Fonte: Elaboração do autor

Um dos desafios metodológicos enfrentados pela pesquisa residiu na definição do recorte do objeto a ser estudado. Foi feita a opção por se investigar os 330 lotes cujas famílias tornaram-se proprietárias na primeira etapa de regularização. Esse recorte, portanto, considerou a temporalidade como fator fundamental ao se focar em



propriedades transferidas mais de um ano antes da realização do trabalho de campo que ocorreu em dezembro de 2015. A pesquisa se organizou em três etapas (Tabela 2):

Tabela 2: Etapas da pesquisa	
Etapa	Descrição da atividade
1ª Etapa: Levantamento junto à SEH DU	Levantamento realizado na base de dados da SEH DU de informações socioeconômicas das famílias residentes nos 330 lotes objeto da pesquisa.
2ª Etapa: Pesquisa de Campo nos 330 lotes	Pesquisa de campo nos 330 lotes a partir de questionário previamente elaborado.
3ª Etapa: Realização de Entrevistas	Entrevista com famílias que compraram imóveis no loteamento

Fonte: Elaboração do autor

Inicialmente foi feito levantamento de informações no cadastro da SEH DU com o intuito de se obter um diagnóstico socioeconômico da área J no período cadastral, ocorrido entre 2008 e 2009. A segunda etapa da pesquisa foi o trabalho de campo realizado entre dezembro e janeiro de 2016 nos 330 lotes da área. Nessa fase, procurou-se quantificar as famílias que desde o momento do cadastramento já não mais residiam no terreno onde foram cadastradas. Importante ressaltar que na segunda etapa os 330 lotes foram pesquisados, porém, foram obtidas informações de 280 deles; nos 50 restantes a pesquisa não logrou êxito devido aos ocupantes não se encontrarem em seus domicílios nos dias de realização da pesquisa. A terceira etapa, realizada em julho de 2016, consistiu na realização de entrevista com moradores que haviam comprado lotes na área nos últimos oito anos.

O loteamento deve ser compreendido como um território que transita entre o legal e o ilegal. Nele, cotidianamente novas configurações e rearranjos legais modificam as relações preexistentes entre os moradores e entre estes e algumas instituições. A área J desde 2008 atravessa um momento de transição, passando de uma área clandestina para uma regularizada. O escopo da discussão proposta neste artigo é compreender como as relações no loteamento se rearranjam neste processo de transição entre o informal e o formal, o ilegal e o legal, a área irregular e a regularizada.

O enquadramento do objeto de estudo como um espaço dinâmico deve superar classificações dicotômicas de irregular/regular, afastando-se, assim, de formulações que



concebam os territórios a partir de um olhar binário, que cliva o espaço entre uma lógica formal e informal, como na formulação abaixo:

As práticas econômicas que se estabelecem fora da forma de regulação institucional do Estado de Direito e dos seus sistemas de controle, recursos e punição podem ser definidas, em uma primeira aproximação, como práticas econômicas informais. Essas relações, quando recorrentes e asseguradas por alguma forma de regulação institucional paralela aos direitos, podem dar surgimento a um mercado, isto é, um encontro regular de compradores, vendedores de bens e serviços, cujas transações mercantis se reproduzem a partir de certa liberdade de ação e decisão dos seus participantes. Nesse caso, teríamos um mercado ou economia informal, um mercado que não estaria regulado pelo sistema de direitos do Estado de Direito, mas que garantiria o acesso a bens e serviços pela via de uma transação monetária e/ou mercantil. (ABRAMO, 2009, p. 6)¹²³.

Não há no loteamento práticas que estejam totalmente “fora da forma de regulação institucional do Estado de Direito”; as fronteiras não podem ser fixadas ou estabelecidas de maneira normativa. As diversas entrevistas realizadas durante a pesquisa indicam que o cotidiano das famílias na área é marcado simultaneamente por elementos formais e informais.

MAGALHÃES (2013) procura demonstrar que as favelas e assentamentos irregulares não podem ser entendidos como espaços onde o Estado e as ordens legais não atuem. Mas, antes disso, estes territórios devem ser compreendidos como espaços estruturados a partir do poder público e seu aparato jurídico que apresenta “fortes limites em absorver a ideia de que as favelas são parte integrante da cidade, reincidindo em disposições que reiteram os processos de segregação e dualização urbana” (2013, p. 28).

A presente análise pretende se aproximar das formulações da socióloga Vera Telles que, ao estudar o comércio praticado por camelôs no centro da cidade de São Paulo, procura definir o espaço de atuação desses atores como um campo de transitoriedade que não pode ser pensado a partir de categorias estanques. Para a autora:

As fronteiras do legal-ilegal não são lineares, muito menos dicotômicas. Dispositivos (e práticas) formais e informais, legais e ilegais operam como agenciamentos práticos, situados, fazendo a combinação de recursos e

¹²³ Outra formulação que parece apontar o mesmo sentido: “o mercado imobiliário informal é, assim, o somatório de duas dimensões: a urbana e a econômica, pois esse mercado não é regido por leis e/ou normas urbanísticas, jurídicas e tributárias”. (CYRILLO; NASCIMENTO, 2010. p. 3)



repertórios de um lado e de outro; algo como marcadores e pontos de referência que fazem o traçado de territórios rizomáticos transpassados por redes superpostas de coisas e pessoas, transversais às várias situações de vida e trabalho e que se desdobram em outras tantas situações (TELLES, 2015, p. 60).

Em sua análise, ao descrever a atuação de uma ambulante de CDs com sua banca instalada em São Paulo, a autora acompanha uma trajetória que circula em diferentes estruturas sociais, nas quais transita de maneira diferenciada entre o legal e o ilegal, e nessa fronteira se acionam diferentes redes de conexões: os produtores de CDs piratas, os “seguranças” que evitam furtos em sua banca. Na análise, entra em jogo, fundamentalmente, o papel do Estado que, conforme a circunstância, no interior desse espaço de transição entre o legal e o ilegal, pode atuar como “sócio”, cobrando através de seus fiscais algum dinheiro, ou como repressor, com os “rapas” da guarda-civil (TELLES, 2010).

A transitividade de bens e serviços na análise da autora se dá, portanto, em áreas com fronteiras imprecisas entre o ilegal e o legal, entre a lei e sua transgressão, e a partir delas se estruturam as relações no território. Vera Telles chama atenção ao fato de que, mais importante do que o reconhecimento da porosidade e transitoriedade destas relações, o aspecto central da análise deve recair sobre os jogos de poder que se tramam.

Embora haja porosidade nas fronteiras entre formal e informal, legal e ilegal, nem por isso a passagem de um lado a outro é coisa simples. Este o ponto a ser discutido: leis e códigos formais têm efeitos de poder que condicionam o modo como esses mercados e essas atividades se estruturam. Circunscrevem campos de força, e é em relação a eles que essa transitividade de pessoas, bens e mercadorias precisa ser situada. E, a rigor, descrita. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas de controle e também, ou sobretudo, os critérios e procedimentos de incriminação que pesam sobre essas práticas e atividades. Em outros termos: essas fronteiras são politicamente sensíveis, já que conformadas por leis e instituições, por dispositivos de controle e repressão. (TELLES, 2016, p. 511).

A seguir serão apresentados os resultados sobre as vendas de imóveis na área e análise sobre algumas transformações em curso no loteamento.

Dinâmica de Compra e Venda no Loteamento J



Os resultados da pesquisa de campo realizada no loteamento apontam (Tabela 3) que 86% dos moradores titulares cadastrados em 2008 pela SEHDU continuam residindo nos seus lotes oito anos depois do início do processo de regularização.

Tabela 3: Permanência dos moradores		
Morador ainda reside no lote?	Quantidade	%
Sim	240	86%
Não	40	14%
Total	280	100%

Fonte: Questionário estruturado aplicado junto aos moradores

Os dados obtidos contrariam um determinado consenso de que os moradores venderiam suas casas assim que possível e procurariam outra área para ocupar. A alta taxa de permanência aponta que o programa de regularização fundiária do município obteve êxito nesse território, proporcionando aos ocupantes do loteamento J a garantia ao direito à moradia.

Quanto aos moradores cadastrados em 2008 que deixaram de residir na área, ao se analisar as formas de saída são encontrados os seguintes resultados (Tabela 4):

Tabela 4: Saída dos moradores dos loteamentos		
Formas de saída	Quantidade	%
Venda	18	45%
Aluguel (onde o proprietário não reside no lote)	16	40%
Cedido	5	12,5%
Imóvel em Construção	1	12,5
Total	40	100%

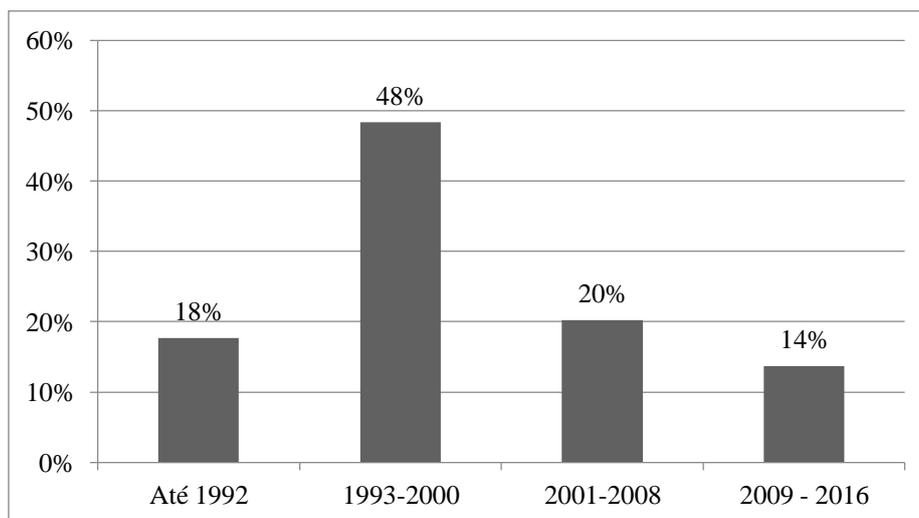
Fonte: Questionário estruturado aplicado junto aos moradores

As principais formas de saída do loteamento encontram-se na venda e no aluguel do lote, que somam 85% dos casos. Outras modalidades observadas foram a cessão do lote a parentes (mas, nesses casos, assim como nos de aluguel, as propriedades foram mantidas pelos titulares) e uma única situação em que a família havia demolido a casa e retornaria ao loteamento após a construção de sua nova moradia.

Os dados coletados em campo permitem uma clara contraposição aos resultados obtidos em análises como a de SILVA (2000), que, ao observar o mercado imobiliário em favelas, parte da hipótese de que “existiria um aumento de preços e de vendas, devido ao aumento da atratividade da favela urbanizada para faixas de maior renda” (SILVA, 2000, p. 1).

Caso a hipótese acima fosse adotada como verdadeira na presente pesquisa, seria preciso admitir de antemão que a regularização fundiária em curso aceleraria a saída dos moradores da área. Porém, ao se analisar o período de ingresso das famílias no loteamento, já incluindo o período de chegada dos novos moradores (compradores), o resultado aponta um índice de substituição menor do que o encontrado em períodos anteriores na área (vide Gráfico 1).

Gráfico 1: Proporção de famílias por período de chegada



Fonte: Arquivo SEHDU e Questionário estruturado aplicado junto aos moradores

Os dados demonstram que, durante a década de 1990 há um alto índice de substituição de moradores na área. No entanto, o número de famílias que deixaram o loteamento desde o início do processo de regularização é o menor entre os analisados. Dessa forma não há indícios de que a regularização fundiária, neste caso em análise, fomentou a saída de moradores.



Conforme já destacado anteriormente, apenas 6% dos lotes da área J foram vendidos entre 2008 e 2016. O dado surpreendeu quando coletado, já que a expectativa era encontrar um número de comercializações superior ao aferido.

De acordo com a bibliografia sobre o mercado imobiliário em favelas e áreas irregulares, os principais motivos para a venda de uma casa em área irregular estão relacionados: às péssimas condições de inserção urbana de determinada área; à localização da área, que muitas vezes é distante dos locais de trabalho; à violência em determinados territórios; à distância de parentes e volta para a cidade de origem.

Uma série de outras motivações poderia ser citada como razões explicativas para a venda de uma casa em área irregular. As vendas efetivadas nos últimos anos no loteamento parecem reger-se por vários dos motivos acima apresentados. A presente pesquisa não dispôs de tempo hábil para realizar entrevistas com os vendedores, porém, a análise das trajetórias pessoais pode revelar elementos significativos para compreender as principais motivações nessa ponta da transação.

A pesquisa identificou que, após a transação, 30% dos vendedores se mudaram para o Nordeste e 10% para o interior de São Paulo, o que sugere que boa parte da mobilidade após a venda estava possivelmente ligada à volta para cidade de origem. 60% dos vendedores residem no próprio loteamento, bairro ou bairros vizinhos; aqui, as razões para venda podem relacionar-se com o acesso a domicílios com melhor localização, o ingresso a novas ocupações de terra ou a aquisição de terrenos com menor preço.

De acordo com a bibliografia, as principais explicações para compra de casas em áreas irregulares estariam ligadas à saída do aluguel, ao mercado de trabalho e falta de poder aquisitivo para adquirir um imóvel em área regular e mais valorizada, e aos vínculos familiares no local de compra. Também para venda, a lista de razões apontadas nos levantamentos sobre o tema é enorme, mas todos os autores pesquisados indicam que as especificidades da área são elementos determinantes para que as transações ocorram em maior ou menor grau.



A trajetória descrita a seguir parece revelar alguns elementos importantes para a decisão de comprar um terreno na área J.

*Risoflora*¹²⁴ tem cinquenta e três anos, é dona de casa e chegou de Inhaúma, no Piauí, há duas décadas. Morou, logo que imigrou, no bairro Helena Maria, em Osasco, e ali ficou por muitos anos. De lá, saiu para Parelheiros, na Zona Sul de São Paulo, onde morou por três anos até se fixar na Vila São José, em Osasco, e após quinze anos pagando aluguel, conseguiu comprar uma casa na área J. Em 2001, um amigo de sua família a alertou sobre uma moradia à venda no Jardim Aliança, mas junto com seu esposo, não possuía, na ocasião, recursos suficientes para realizar a compra. Diante do impasse, *Risoflora* não titubeou ao reunir os filhos para que cada um pudesse contribuir com um pouco, de modo que a compra fosse efetuada. A vendedora parcelou a compra em trinta vezes, o que permitiu a conclusão do negócio. O preço da casa foi determinante para a família tomar a decisão, pois “foi onde a gente conseguiu mais barato por não ter condições de comprar em outro lugar”. Articulam-se na trajetória duas principais motivações: a fuga do aluguel e o preço possível de ser pago a partir de um esforço conjunto da família. Mesmo com a “fama do lugar” e o medo da violência, *Risoflora* acredita ter sido a melhor decisão da família mesmo com “o ponto de ônibus sendo mais distante” do que quando comparado à distância que percorria, na Vila São José, para apanhar um transporte coletivo.

A família construiu conjuntamente várias casas no terreno de aproximadamente 60m². O lote atualmente é um dos mais verticalizados da área J, possuindo cinco pavimentos, o que permitiu a ela e aos filhos saírem do aluguel e passarem a residir em casa própria.

Conforme já alertado o processo de regularização do loteamento transfere aos participantes do programa a propriedade, ou seja, a terra que antes era pública passa a ser particular. As discussões sobre a implementação de políticas públicas de regularização fundiária trazem consigo, em boa parte das experiências implementadas, o debate sobre o instrumento mais adequado para a regularização: se seria transferir a propriedade plena ou regularização da posse via concessão.

¹²⁴ Os nomes dos entrevistados são fictícios.



De acordo com a pesquisa de SILVA (2000), não há indícios de que o instrumento em si seria um elemento central para garantia de maiores índices de permanência dos moradores regularizados.

É melhor a propriedade plena ou a concessão de uso? Trabalha-se normalmente com a hipótese de que esta, de certo modo, reduziria o processo de substituição, impedindo a negociação num mercado formal. A prática de Diadema mostra que as transferências dos títulos de posse (CDRU) são normais e intensas. (SILVA, 2000, p.50)

No que tange à transferência de propriedade plena em processos de regularização fundiária promovidos pelo poder público, algumas formulações parecem compreender que a regularização que mantém a propriedade pública (por meio de concessões de uso, por exemplo) reforçaria o caráter do lote como valor de uso em detrimento de sua compreensão como valor de troca, que seria fortalecido pela transferência da propriedade plena. No entanto, os dados coletados permitem afirmar, com base no período de chegada dos moradores na área J, que as transferências eram maiores no período anterior ao da transferência da propriedade plena. Assim, antes do início da regularização, o lote já era um valor de troca para algumas das famílias da área J. Os dados demonstram que as comercializações aconteciam inclusive com maior frequência em momentos anteriores à privatização dos lotes. A própria história do município de Osasco e de suas áreas irregulares demonstra uma intensa comercialização de áreas irregulares públicas onde não raro os lotes eram vendidos com a conivência de integrantes do poder público.

Além disso, ao longo dos anos muitos são os relatos de técnicos de prefeituras da RMSP que alertam ao fato de que as transferências de concessão, por não serem devidamente controladas pelo poder público, acabam acarretando diversos ônus ao município.

No entanto, parece haver em grupos de técnicos certa resistência em relação à transferência de propriedade aos moradores de áreas em regularização. Parte-se do princípio que as terras deveriam ser mantidas como públicas para que fosse possível exercer controle sobre o perfil socioeconômico nas substituições de moradores. De



maneira grosseira, o processo ocorreria da seguinte forma: um morador, ao resolver sair de sua habitação acharia um comprador. O poder público realizaria um levantamento socioeconômico sobre o perfil da nova família e, a partir de um determinado enquadramento, autorizaria a substituição.

Tal processo encontra algumas dificuldades em ser praticado. Primeiro, as prefeituras poderiam se transformar em verdadeiras imobiliárias públicas que passariam a atuar como legitimadoras de transferências. No município de Osasco isso significaria particularmente um retorno à política pública praticada até o início dos anos 2000. Além disso, ARRETCHE (2012) aponta obstáculos para implementação de tal controle quando analisada a capacidade administrativa da maior parte dos municípios brasileiros, começando pela ausência de secretarias de habitação em grande parte das cidades.

A maioria dos municípios brasileiros possui um cadastro que lhe permite identificar famílias carentes. E também que mais de 70% dos municípios brasileiros contavam, em 2009, com alguma estrutura específica para gerir programas habitacionais, ainda que a esmagadora maioria destes tenha adotado o formato de um órgão subordinado a outro órgão ou a uma secretaria. Secretarias municipais exclusivas são um fenômeno raro. (ARRETCHE, 2012, p.19).

O processo de regularização no município de Osasco exige que planos específicos determinem os parâmetros construtivos para legalização das casas existentes e futuras construções. De acordo com a lei 152/06, cabe ao plano a “definição dos parâmetros de parcelamento, uso e ocupação específicos”. O plano de regularização da área J aponta que o coeficiente de aproveitamento máximo dos lotes é 4 e a taxa de ocupação máxima é 90%. A regularização da construção apresenta diversos aspectos fundamentais, entre eles, a incorporação dos bens da família a seu patrimônio e, ao menos teoricamente, a garantia de que a família resida em condições adequadas de habitabilidade.

A propriedade foi transferida aos moradores na primeira fase de entregas de matrículas que ocorreu em maio de 2014, e isso possibilitou que as solicitações de regularização das construções fossem obtidas junto ao poder público municipal desde então. Em consulta realizada em julho de 2016 ao Departamento de Uso do Solo (DUS) da SEH DU, obteve-se a informação que nenhuma das construções da área J estava regularizada ou mesmo que havia ocorrido ingresso de solicitação.



Há neste dado um elemento que aponta que, por mais que a política de regularização do município tenha obtido sucesso ao alcançar altas taxas de permanência dos moradores no loteamento, ela pouco tem avançado na direção da regularização das construções e, portanto, em proporcionar uma melhor qualidade de vida no ambiente construído. O dado também aponta a necessidade de que as legalizações das construções passem a fazer parte da agenda da política pública do município.

A passagem da informalidade para a formalidade, no caso da área J, não é linear; ao contrário, é cheia de idas e vindas. A transferência de propriedade trouxe consigo a regularização dos lotes. No entanto, não há um terreno sequer, dos mais de mil da área, que teve sua regularização edilícia realizada. Está em curso uma política pública específica que mantém a irregularidade dentro da regularidade: ao regularizar os lotes, não realizou (ou incentivou) a regularização das construções.

Qual o papel do estado nessa geração e/ou manutenção de (novas formas) de irregularidade? A própria compreensão do Estado é relevante para avançar nesta questão:

Se é importante entender o lugar do Estado e da lei nesses ordenamentos socioespaciais, isso nos leva a uma questão de ordem teórico-metodológica: de partida, será preciso desvencilhar-se das “imagens verticais” do Estado e das definições normativas da lei e do direito. (TELLES, 2015, p. 521)

A atuação do poder público municipal não pode ser compreendida apenas como uma instituição representativa da lei, mas, antes disso, como um aparato que cria uma rede complexa de ordenamentos que delimita as fronteiras do legal e do ilegal onde um novo conjunto de normas, criado a partir de uma política pública específica, acaba por ensejar campos de ambiguidades e novas ilegalidades. (TELLES, 2015, p. 523).

A regularização edilícia é uma das questões que emergem a partir desse novo *status* da área, que deixou de ser irregular. No entanto, o próprio processo capitaneado pela prefeitura manteve elementos de irregularidade. A partir da regularização, há um processo de reordenamento e redefinições de atuações do poder público e dos moradores do loteamento.



Ao analisar a produção de novos ilegalismos, Telles (2015) direciona ao Estado:

[...] o poder soberano de definir ou suspender as regras que permitem ou interditam que uns e outros exerçam suas atividades, colocando alguns no universo da ordem e da lei, jogando outros tantos no limbo social e também jurídico, no terreno incerto entre a ilegalidade e o crime, sob suspeita e sujeitos ao controle e à repressão, bem como ao uso da violência extralegal (chantagem, extorsão, expropriação de mercadorias) que, também aqui, faz parte dos modos de gestão e regulação da “ordem urbana”. (TELLES, 2015. p. 67)

Aos moradores, cabe a difícil tarefa de lidar com novas arregimentações e faces da irregularidade.

O relato de *Lúcia* parece significativo ao denunciar que tentou vender sua casa com o comprador obtendo um financiamento bancário. O adquirente levou a escritura até o gerente da agência, que lhe negou o crédito, e a moradora acabou por ver frustrada sua expectativa de retorno definitivo ao Piauí.

Lúcia sentiu-se enganada. Ela questionava se de fato era a proprietária do terreno, como a prefeitura havia a informado, sem saber que seu *status* de proprietária não fora questionado durante a transação: o que o gerente do banco exigiu para que o empréstimo fosse liberado ao comprador foi a averbação da construção na matrícula do imóvel.

Em seu relato, como nos diversos recolhidos durante a pesquisa de campo, surge um novo ator: o gerente do banco, que passa a ser fundamental para a efetivação da transação e ao mesmo tempo a faz descobrir um novo ilegalismo em sua trajetória. A passagem à regularidade faz com que atores ganhem importância e também que cada trajetória específica passe a enfrentar custos, não necessariamente financeiros, no processo de transição.

O processo de regularização edilícia apresenta uma série de passos e um custo considerado alto pelos moradores da área J. Há aqui um importante elemento a ser debatido: um aumento significativo do número de construções regularizadas, por exemplo, por meio de um programa público de assessoria técnica, poderia acarretar em



um aumento de comercializações a partir da possibilidade de venda mediante financiamento?

Esse aspecto já havia sido apresentado por SILVA (2000) ao afirmar que se a irregularidade edilícia e fundiária impede o acesso dos moradores que mais precisam a recursos públicos, como o do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), “por outro lado, talvez esteja impedindo uma subida de preços ainda maior e - na prática -- a vinda de famílias de maior renda” (SILVA, 2000, p.40).

Um conjunto de autores indica, no entanto, a partir da análise de experiências de programas de regularização, que há poucos indícios que a titulação das famílias signifique crescimento do acesso ao crédito no sistema financeiro. SMOLKA (2003) aponta dificuldades ligadas ao próprio instrumento de regularização para obtenção de empréstimos, já ROLNIK (2015) reconhece nas estratégias dos moradores de baixa renda outra dimensão para não solicitação de crédito formal.

Os argumentos (para o pouco acesso ao crédito formal) não apenas envolvem a continuidade de barreiras que impedem esse acesso, mas também questionam o interesse dos pobres em obtê-lo, em razão da necessidade de submeter-se a uma regularidade de pagamentos e às condições estabelecidas, que pouco dialogam com as estratégias econômicas dos grupos de mais baixa renda (ROLNIK, 2015, p. 213).

O aumento de vendas mediante financiamento de bancos é questão que não é aprofundada no presente artigo, sem que se deixe de reconhecer a importância de mais pesquisas sobre as conexões que existam entre a regularização (edilícia, inclusive) e o acesso ao sistema financeiro formal.

A expulsão pelo mercado merece um destaque a esta altura do artigo. ABRAMO (2009b) aponta um lugar comum nas opiniões sobre o tema:

A voz corrente e uma parte da literatura sobre favelas afirma que a mobilidade residencial nesses assentamentos é muito pequena e está restrita ao momento imediatamente posterior a uma intervenção de um programa de urbanização (melhoramentos). O senso comum, acadêmicos e técnicos que trabalham sobre os assentamentos informais afirmam que a mobilidade residencial se manifesta sempre sobre a forma de uma “expulsão branca”, isto é a saída de um número significativo de famílias do assentamento, e a sua substituição por famílias com nível superior de rendimento familiar, após uma



melhoria nas condições de saneamento, urbanísticas, etc. promovido por um programa público. (ABRAMO, 2009b, p. 9)

A observação acima é fundamental por revelar que há, em muitas das análises vigentes, uma passagem quase automática entre a valorização de uma área e o aumento das vendas para moradores com maior poder aquisitivo, como pode ser observada no trecho abaixo:

Vale a pena comentar o que acontece no *day after* de uma regularização - eis um tema ainda muito pouco estudado. Do ponto de vista analítico, no caso de um programa de regularização supostamente bem-sucedido, ou seja, em que se logre a efetiva integração da área beneficiada ao tecido urbano - o resultado, na melhor das hipóteses, é o *'creamming'* ou seleção darwiniana entre ocupantes que permanecem e os expulsos (mesmo que *'expulsão branca'* pela via de ofertas irrecusáveis) pelo mercado. Na hipótese de um programa malsucedido, a área se consolida como de baixa renda irregular. (SMOLKA, 2003, p. 16)

Abramo, ao pesquisar as vendas em dezesseis favelas cariocas, afirma que os dados coletados não apontam uma elevação significativa de renda dos compradores em relação aos vendedores: 79% dos compradores e 75% dos vendedores ganhavam, no período da transação, até três salários mínimos. (ABRAMO, 2009, p. 211).

As observações de Baltrusis, em seus estudos sobre as favelas de Guarulhos convergem com a análise de Abramo e reforçam a observação que nos espaços estudados não se pode observar um processo de expulsão pelo mercado a partir da ocupação da área por população de maior renda:

Cerca de 70% dos moradores que têm imóveis à venda e 80% dos que compraram percebem um rendimento mensal de até 3 salários mínimos. Acima de 3 salários mínimos encontramos 11% entre os vendedores e 10% entre os compradores. Cerca de 52% dos moradores que possuem imóveis para vender trabalham como assalariados. A maior parte dos moradores, tanto quem está vendendo (46%), como quem comprou um imóvel no último ano (54%), trabalha no setor de serviços. No setor de comércio encontramos 23% dos vendedores e 15% entre os compradores. O setor de serviços predomina, pois muitos dos moradores trabalham como domésticas ou em serviços de vigilância e como motorista. (BALTRUSIS, 2004, p. 18)

Os dados coletados permitem afirmar que não há uma substituição em massa de moradores no loteamento e, além disso, as entrevistas realizadas apontam que o perfil



socioeconômico dos compradores de terrenos na área é semelhante aos dos vendedores. Não está em curso no Loteamento J, até o presente momento, um processo de expulsão.

Com tal afirmação, registra-se no presente artigo a importância de análises que procurem, a partir de dados de pesquisa, demonstrar e analisar processos de expulsão populacional, sem antecipadamente considerar que uma determinada intervenção promova a gentrificação de seus moradores.

Na afirmação acima, porém, não há negação de que o processo de valorização de áreas tem promovido globalmente processos de expulsão de moradores. (ROLNIK, 2015). Apenas procura-se frisar a importância de pesquisas que demonstrem como tal expulsão opera.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v.10)

_____. Compro uma casa na favela: mercado informal, a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades. In: ENANPUR, 2009, Florianópolis. **Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Florianópolis: ENANPUR, 2009b.

ARRETCHE, Marta et al. **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional**. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Centro de Estudos da Metrópole, 2012.

BALTRUSIS, Nelson. O mercado imobiliário informal em favelas na região metropolitana de São Paulo: O caso de Guarulhos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO: balanço das experiências de implementação do estatuto da cidade, 3., 2004, Recife. **Anais**, Recife, 2004. (2004)

CYRILLO, Gustavo. NASCIMENTO, Denise. Mercado imobiliário informal e seus mecanismos de operação. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. **Anais**. Ambiens: Curitiba, 2010.

MAGALHÃES, Alex. **O direito das favelas**. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. Boitempo: São Paulo, 2015.



SILVA, Helena. Programas de urbanização e desenvolvimento do mercado em favelas brasileiras. Relatório de Pesquisa preparado para Lincoln Institute of Land Policy, 2000.

SMOLKA, Martin. Regularização da ocupação do solo urbano: o problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. In: ABRAMO, Pedro (Org.). **A cidade da informalidade**. Livraria Sette Letras: Rio de Janeiro, 2003.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. ARGUMENTVM: Belo Horizonte, 2010.

_____. As fronteiras da lei como campo de disputa. In: PERALVA, Angelina (Org.). **Ilegalismos na globalização: migração, trabalho e mercados**. UFRJ Editora: Rio de Janeiro, 2016.

_____. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusivas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patrícia et al. **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistência**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2015.

GT 04 - INSTITUIÇÕES, CONFLITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Título do Trabalho: ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS EM PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO: DEMANDAS POR ATENÇÃO INTEGRAL, PARA ALÉM DA JUDICIALIZAÇÃO.

SILVA, Luciana Maria da; COSTA, Laís Macedo; QUERINO, Rosimár Alves.

Resumo:

A presente comunicação objetiva apresentar os impactos da participação nas “Oficinas de Parentalidade” sobre o processo de reconfiguração de famílias, especialmente no convívio com filhos menores. As Oficinas consistem em projeto de extensão desenvolvido, desde 2014, pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro em parceria com a 8ª Promotoria de Uberaba-MG e atende famílias em processo de divórcio e/ou dissolução de união estável, processos litigiosos de guarda, visitas, alienação parental,



dentre outros. Trata-se de estudo qualitativo desenvolvido por meio de entrevistas com 62 genitores que participaram das oficinas. Na análise de conteúdo emergiram três categorias: impactos das oficinas para participantes e filhos; reavaliação de conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída; aprendizados com o Grupo. Os participantes relataram ser positiva tal participação, especialmente no que tange à reflexão sobre formas de comunicação violenta, alienação parental, abordagem e manejo de conflitos. Para além da judicialização, a atenção integral às famílias em processo de reconfiguração implica em novos desafios para as políticas públicas.

Palavras-chave: parentalidade; grupo de pais; integralidade; arranjos familiares.

1. Introdução

O processo de divórcio e/ou dissolução da união estável traz mudanças consideráveis na estrutura familiar e, por vezes, pode ser conturbado, havendo conflito de interesses em relação à guarda dos filhos e questões financeiras. (DA MOTTA CEZAR-FERREIRA; DE OLIVEIRA CERVENY; DE OLIVEIRA, 2011). Mesmo sendo um fenômeno frequente nas sociedades ocidentais, o divórcio representa um momento de grande exigência, em termos de adaptação social e psicológica dos diferentes elementos da família (LAMELA; CASTRO; FIGUEIREDO, 2010).

As consequências emocionais a partir desse processo podem se estender para todos os membros da família, principalmente para os filhos menores de idade. Há possibilidades de produção de sequelas psíquicas nos envolvidos, a partir das mudanças das relações familiares inclusive e, principalmente, por comportamentos e comunicações conflituosas entre os pais. Tais situações podem gerar grandes e graves sequelas, dificuldades de relacionamentos e comportamentos prejudiciais para as relações familiares (DA MOTTA CEZAR-FERREIRA; DE OLIVEIRA CERVENY; DE OLIVEIRA, 2011).

Atualmente, muito tem se discutido sobre ações e comportamentos alienantes do ex-casal em relação aos filhos, gerando graves e duradouras consequências emocionais



para crianças e adolescentes e afetando todos os aspectos de suas vidas. A alienação parental consiste no comportamento, geralmente após o divórcio, em que um dos genitores desqualifica ou desmoraliza o ex-parceiro para/e na frente dos filhos, sendo considerada uma violência praticada contra crianças e adolescentes. Tal tipo de abuso emocional pode ter sérias consequências psíquicas aos envolvidos; e em divórcios litigiosos as chances de ocorrer tal comportamento são agravadas (TRINDADE, 2007).

Tem-se discutido também sobre o despreparo dos pais e filhos para lidarem com o processo de adaptação e construção da nova configuração familiar. Nestes casos existe a necessidade de ações que auxiliem o ex-casal a tentar superar, ou ao menos amenizar estas situações. Ou seja, ensinar maneiras para entender e transformar os conflitos em oportunidade de melhoria da qualidade dos relacionamentos pessoais e familiares. Tais instrumentos atuam para a pacificação das relações, auxiliando os pais a protegerem seus filhos dos efeitos danosos de uma abordagem destrutiva de seus conflitos, reduzindo traumas decorrentes das mudanças das relações familiares (BRASIL, 2015).

A partir da demanda identificada pela 8ª Promotoria da Comarca de Uberaba/MG, referente às dificuldades encontradas durante os processos de divórcio, surgiu o projeto de extensão intitulado “Oficinas de Parentalidade”. Tal projeto, inicialmente desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), com o apoio e acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi implantado na Comarca de São Vicente-SP com o nome de “Oficina de Pais e Filhos”. A intenção do CNJ é que o mesmo tenha abrangência nacional e, em Minas Gerais, a implantação na Comarca de Uberaba-MG é a segunda experiência no Estado e a primeira no interior (SILVA et al., 2015).

Neste contexto, o projeto se configura como uma parceria entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a 8ª Promotoria da Comarca de Uberaba/MG e foi implantado na cidade de Uberaba/MG, desde setembro de 2014. Objetiva ser um desses instrumentos pedagógicos a favor das práticas salutares em benefício da família em processo de reconfiguração. Baseia-se na literatura sobre os efeitos do divórcio e na importância de os pais e demais membros da família procurarem maneiras saudáveis de lidar com o fim do casamento, assim como, na experiência de outros países, na



execução de programas educacionais voltados às pessoas em fase de reorganização familiar (BRASIL, 2015).

Assim como é necessário trabalhar com esta demanda de modo a contribuir com formas não adversárias de solução de conflitos psicoemocionais, também é de extrema necessidade que este tipo de intervenção seja constantemente avaliada e ressignificada. Deste modo, justifica-se um contato posterior com os pais que participaram das oficinas a fim de obter um retorno sobre as intervenções e analisar qual o impacto das mesmas na relação da nova família, a partir da ótica dos pais e mães (ALMEIDA; MONTEIRO, 2012).

A análise e avaliação constante das práticas realizadas com os pais podem possibilitar novos modelos de intervenção psicossocial da família em processo de divórcio, além de contribuir com a sociedade em geral. Os ex-casais que conseguem lidar de forma positiva com a separação garantem aos filhos um ambiente acolhedor e favorecem que eles não apenas sobrevivam, mas amadureçam positivamente após o divórcio (BRASIL, 2015).

De acordo com a necessidade de avaliar e ressignificar o trabalho desenvolvido nas “Oficinas de Parentalidade”, realizou-se outro projeto intitulado “Acompanhamento de famílias em processo de reconfiguração” no período de março/2015 a novembro/2015. Neste projeto foram realizados contatos com os genitores, dois meses após suas participações nas oficinas, com o intuito de verificar o impacto das mesmas no processo de vida dos participantes. A introdução deste momento de avaliação posterior contribui para a ressignificação das práticas propostas pelas oficinas de parentalidade e possibilita pensar uma atuação com a família reconfigurada para além da judicialização.

O presente trabalho tem por finalidade relatar o impacto das oficinas na vida dos genitores e no convívio com seus filhos menores, após terem vivenciado a experiência de uma oficina de pais junto ao projeto “Oficinas de Parentalidade”.

2. Método



Trata-se de estudo qualitativo desenvolvido por meio de entrevistas. O método qualitativo, segundo Minayo (2010), é a forma mais adequada de se compreender um fenômeno social e permite a descrição da complexidade de determinado problema, uma vez que se aprofunda no mundo dos significados. A adoção da metodologia qualitativa dá mais liberdade ao pesquisador e ao entrevistado, pois valoriza as diferentes percepções sobre determinado fenômeno. Além disso, possibilita a mobilização de diferentes perspectivas teóricas para a análise e interpretação de dados (CRESWELL, 2010).

2.1. Participantes

62 pessoas, entre pais e mães que participaram de alguma das “Oficinas de Parentalidade” entre novembro/2014 a outubro/2015. Os genitores aceitaram ser contatados após dois meses de participação em alguma oficina e deixaram seus contatos na ficha de avaliação respondida ao final do encontro. Esta ficha consta no material de apoio das “Oficinas de Parentalidade”, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nela, os pais emitem sua opinião sobre o trabalho realizado e têm a opção de deixarem contato telefônico caso autorizem o contato após dois meses de participação na oficina. Dos 106 pais que marcaram positivamente esta opção somente efetivou-se a realização das entrevistas com 62.

2.2. Instrumentos

O instrumento utilizado para a realização das entrevistas foi um roteiro estruturado com perguntas abertas, cuja ordem permaneceu invariável para os entrevistados. Dentre as principais vantagens de utilizar esse instrumento estão a sua rapidez e o fato de não exigir exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos (GIL, 2008).

Os roteiros de perguntas abertas levam o entrevistado a responder com frases ou orações e o pesquisador não está interessado em antecipar as respostas, apenas deseja uma maior elaboração das opiniões do entrevistado (RICHARDSON, 2011). As



perguntas elaboradas podem se referir ao que as pessoas sabem, pensam, esperam, sentem ou ao que fazem sobre um determinado assunto (GIL, 2008).

O roteiro constava de perguntas abertas relativas ao tipo de relacionamento entre pai/mãe e seus filhos antes e após a experiência nas oficinas, como por exemplo, se houve melhora nos contatos afetivos entre os membros, se algum filho apresentou problemas comportamentais e/ou afetivos como consequência de conflitos ainda mal resolvidos, se houve melhora na convivência do ex-casal, se há desejo e/ou necessidade de intervenção psicológica para algum membro familiar, dentre outras questões.

2.3. Procedimentos operacionais

A abordagem e entrevista dos genitores foi realizada via telefone após dois meses, no mínimo, da sua participação em uma oficina de pais. Este tempo foi preconizado pelo CNJ e estipulado pela cartilha nacional, conforme descrito anteriormente (BRASIL, 2015).

As ligações foram realizadas em uma sala da 8ª Promotoria de Uberaba, parceira do projeto e contava com equipamentos e ambiente adequados para o sigilo e a privacidade em relação às informações e participantes.

A entrevistadora passou por um treinamento anterior a fim de ter uma adequação de vocabulário, postura e acolhimento necessários para as diferentes demandas que os genitores pudessem apresentar, além de se apropriar do instrumento a ser utilizado. A entrevista realizada via telefone requer treinamento do entrevistador referente ao seu modo de comunicação verbal, afinal, palavras mal pronunciadas, dificuldade na audição ou dicção de palavras, podem resultar em prejuízos, uma vez que as pessoas respondem ao que ouviram (CASSIANI; ZANETTI; PELÁ, 1992).

As entrevistas foram realizadas no período da manhã (entre 8 e 11 horas) com os genitores que demonstraram disponibilidade e interesse em responder às perguntas, o que era verificado no início do contato telefônico. Todas as respostas foram anotadas no formulário próprio do roteiro simultaneamente à realização das entrevistas, conforme preconiza a literatura (GIL, 2008). Todas as respostas foram anotadas à mão em roteiros separados por participante e digitadas posteriormente.



2.4. Análise de dados

Os dados foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo a qual, segundo Bardin (2010, p. 40), "é um conjunto de técnicas das análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

Dentre os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo utilizados a partir da perspectiva qualitativa destacam-se os seguintes: categorização, inferência, descrição e interpretação (MINAYO, 2010).

As fases da análise de conteúdo organizam-se cronologicamente em: pré-análise, análise do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação) (RICHARDSON, 2011). Estas fases direcionaram a construção de categorias interpretativas analisadas e interpretadas à luz do referencial teórico.

As respostas emitidas pelos 62 participantes foram analisadas em seus conteúdos, qualitativamente. A partir disso, chegou-se a 3 categorias de análises, a saber: Categoria 1: Impactos das "oficinas de parentalidade" para a vida dos participantes e seus filhos; Categoria 2: Reavaliando os conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída; Categoria 3: Aprendendo com o Grupo. Os resultados obtidos foram organizados a partir dessas categorias.

3. Impactos das "oficinas de parentalidade" para a vida dos participantes e seus filhos

A partir das respostas pode-se perceber ser positiva a participação de pais e mães no projeto "Oficinas de Parentalidade". Grande parte dos entrevistados relataram perceber mudanças em suas vidas e afirmaram conseguir refletir sobre a forma de agir com os filhos menores a fim de lidar com os conflitos existentes.

Percebeu-se que a maioria dos entrevistados se lembrou dos conteúdos trabalhados, inclusive tiveram condição de elencar os tópicos como alienação parental, comunicação violenta, consequências emocionais do divórcio, dentre outros. O tema "alienação parental" surgiu como um dos que pode trazer mais prejuízos psicológicos



para os filhos, na visão dos participantes. Uma das questões da entrevista era “*Sua participação na Oficina de Parentalidade ajudou a lidar com os conflitos do seu processo? Como?*”. Os trechos das entrevistas citados a seguir retratam o modo como os participantes se referiram às contribuições da Oficina:

“Ajudou demais! O meu ex e meu filho estão conversando mais. Tem que ser com calma para o filho entender (...)” (Participante 01)

“Sim, gostei muito. Me deixou mais calma diante da situação, mais consciente.” (Participante 33)

“Sim. A mim ajudou bastante. Antes da oficina eu fazia coisas com meus filhos que eu não sabia que era prejudicial a eles e não percebia que estava fazendo.” (Participante 37)

Os participantes também foram questionados sobre “*Como era o seu relacionamento com seu/s filho/s antes da oficina? E como está agora? E com o ex?*”.

“Sim, claro! Você não pode usar os filhos para atingir outra parte. Devemos sempre tratá-los melhor e fazer o máximo por eles.” (Participante 13)

“Muito, muito! Eu achava que minha filha era obrigada a me visitar e agora sei que ela só vem se ela quiser.” (Participante 20)

“Sim, ver mais a individualidade dos meus filhos e escutá-los mais. Tento não proibir eles de ficar com o pai e a madrasta.” (Participante 33)

Durante algum tempo acreditou-se que todo divórcio causava traumas para os filhos, porém pesquisas mostraram que esse fato não é verdadeiro, afinal, percebeu-se que a exposição aos conflitos dos pais é mais danosa aos filhos do que o divórcio em si. Altos níveis de conflito entre os pais resultam em problemas emocionais, físicos e de autoestima para os filhos (ALMEIDA; MONTEIRO, 2012; BRITO, 2007).

Em consequência ao fato do divórcio poder representar um período de desestabilização emocional e psicológico surgiram programas de intervenção, cuja finalidade é ajudar as famílias a enfrentar os desafios trazidos por essa dissolução conjugal. Esses programas buscam, por um lado, a redução de comportamentos e



relações destrutivas e, por outro lado, a promoção da criação de novos limites relacionais, novas fronteiras e reorganização dos vínculos emocionais (LAMELA, CASTRO, FIGUEIREDO, 2010).

As Oficinas de Parentalidade representam um tipo destes programas de intervenção voltados à oferecer um espaço acolhedor e de aprendizado no qual os participantes são levados a refletir sobre suas atitudes e formas de comunicação. Nelas os participantes que exercem a parentalidade são instruídos que cabe a eles, oferecer ambiente adequado, seguro e de afetividade para seus filhos, visto que com a nova reconfiguração familiar, a família continuará a existir em diferentes moldes, principalmente para as crianças ou adolescentes envolvidos (SILVA et al., 2015).

Investigações realizadas acerca da eficácia desses programas mostraram, de uma forma geral, que as intervenções são válidas e apresentam resultados positivos tais como equilíbrio e bem-estar psicológico dos pais, diminuição dos fatores e padrões de risco aos filhos, fortalecimento dos fatores protetores através do empoderamento parental e o enfraquecimento e diluição dos conflitos parentais, verificando as necessidades desenvolvimentais dos filhos (LAMELA; CASTRO; FIGUEIREDO, 2010).

De acordo com Silva et al (2015, p. 23) “as oficinas possibilitaram um momento de reflexão e identificação dos pais com os temas discutidos, além de um espaço para que possam falar a respeito dos conflitos que estão envolvidos”.

Deve-se destacar que as Oficinas promovem um empoderamento aos pais, indispensável para que consigam administrar seus conflitos com responsabilidade e respeito, em prol do desenvolvimento emocional saudável de seus filhos (BRASIL, 2015).

4. Reavaliando os conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída

Observou-se que mais da metade dos participantes afirmaram que as oficinas ajudaram a refletir em relação ao ex-cônjuge. Além disso, pode-se verificar falas de participantes afirmando que as oficinas os ajudaram a entender e aceitar a presença do atual companheiro de seu ex. Os trechos das entrevistas abaixo retratam esse fato:

“Sim [...] Antes pegava mais no pé deles com o pai e a namorada, a gente é egoísta tem hora, mas agora vejo mais o



lado dos meus filhos, deixo eles mais a vontade [...] Com o ex antes já não brigávamos mesmo, mas agora estamos mais unidos em relação aos filhos. [...]" (Participante 27)

"Sim, porque a visão em relação a ex mudou, hoje vejo que os dois erraram e não só ela, como antes pensava" (Participante 42)

"Sim. Vejo que ninguém é obrigado a ficar com ninguém. [...] Ela tem livre arbítrio para escolher com quem quer ficar, hoje entendo mais isso." (Participante 49)

Atualmente, tem-se notado com frequência na sociedade um relacionamento hostil entre pessoas ex-casadas, representando vários tipos de condutas inadequadas, o que dificulta a reconstrução da integridade de cada cônjuge e de seus filhos. É possível verificar ex-cônjuges que possuem um comportamento amigável e passivo de discussões, porém o que se tem visto em grande maioria são pessoas trocando diversos insultos e envolvidas em prolongadas discussões (LEVY, 2010).

Uma das dificuldades enfrentadas pelo ex-casal no ajustamento da nova composição familiar é compartilhar determinados papéis, como o de pai e de mãe, com os novos parceiros amorosos de seu ex- parceiro (SILVA; TRINDADE; SILVA JUNIOR, 2012). Este fato pode ser confirmado em um trabalho realizado com grupos de ex-casais realizado por Brito, Cardoso e Oliveira (2010) no qual os participantes relataram que apresentam dificuldades em aceitar o envolvimento dos filhos com o (a) novo (a) companheiro (a) do (a) ex-cônjuge, afirmando que sentiam que seus papéis de pai e mãe estavam sendo ameaçados.

Ainda nesta pesquisa foi possível identificar a necessidade em relatar o quão difícil estava o relacionamento com os ex-cônjuges, indicando o quanto isto estaria influenciando no exercício da maternidade e da paternidade. Ademais os participantes relatavam o quanto o relacionamento conflituoso com o ex-cônjuge trazia uma série de perturbações às suas vidas, considerando que a raiva e a mágoa relativas ao cônjuge acabavam interferindo no convívio com os filhos (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010). De acordo com Silva et al. (2015, p. 25),



A maior vantagem que se pode obter da participação na oficina é a conscientização da família de que a fase do rompimento, embora delicada, pode ser transposta sem que a família seja destruída, tendo os filhos o direito de conviver com ambos os genitores em igualdade de condições.

O encontro de pessoas que vivenciam problemas semelhantes, em intervenções semelhantes às oficinas, proporciona enxergar sua própria situação de maneira diferente, enumerando novas alternativas, caminhos e possibilidades que não o simples enfrentamento com o ex-cônjuge. O estudo feito por Brito, Cardoso e Oliveira (2010) identificou reflexões importantes sobre o processo de separação, capazes de reformular pensamentos, promovendo, inclusive, uma melhora no diálogo com o ex-parceiro.

Desde que o projeto foi implantado em Uberaba-MG, foi possível perceber que muitos processos judiciais resultaram em acordo. Percebe-se, ainda, que muitos ex-casais que passaram pela Oficina de Parentalidade, chegam às audiências com conceitos absorvidos por essa experiência (SILVA et al., 2015).

5. Aprendendo com o Grupo

Observou-se que alguns participantes relataram que puderam aprender a lidar com os conflitos do seu processo com outras pessoas que participaram das oficinas e apresentavam problemas semelhantes aos seus. Este fato pode ser identificado nos seguintes trechos de entrevistas:

“Sim. Era tudo novo, eu não estava preparado para enfrentar os problemas do processo que estava passando. Hoje estou mais preparado, vendo como outras pessoas que estão passando por isso agem.” (Participante 07)

“Sim. [...] Aprendi com a experiência de outras pessoas que participaram, hoje separo os assuntos de adulto e de criança.” (Participante 49)

Percebeu-se, também, que as reflexões feitas durante as oficinas resultaram em um maior reconhecimento da importância do trabalho do psicólogo.

“[...] Procurei psicóloga do CRAS, afinal acredito que a criança precisa de psicólogo por causa do processo [...]” (Participante 01)



“Sim, muito. Inclusive fomos até em uma psicóloga e ela disse que estamos bem. Melhorou muito, segundo o juiz mais de 50%.” (Participante 56)

“[...] Ele está fazendo terapia, estamos na verdade, pois eu também estou fazendo [...]” (Participante 57)

Quando uma pessoa está inserida em um grupo ela pode tanto aprender como ensinar conteúdos para outros participantes, uma vez que além de efetivamente dar apoio à pessoa necessitada, amplia seus horizontes pessoais e relacionais, levando-a para uma reflexão interna (SOARES; CARVALHO, 2003). Acredita-se que no trabalho com grupos existem aspectos que contribuem para promover aprendizagem e mudanças na subjetividade e, em consequência, diminuir o trauma ocasionado (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010).

Os encontros proporcionados pelas "Oficinas de Parentalidade" não têm, a princípio, uma finalidade terapêutica. Porém, em última análise, se aproximam de grupos com essa finalidade, afinal apresentam um caráter acolhedor, proporcionando um espaço no qual as pessoas podem se relacionar promovendo trocas e ressignificações de experiências, com a garantia ética do sigilo das informações que são disponibilizadas durante as oficinas (SILVA et al., 2015).

Essas oficinas, além de levarem a pessoa à reflexão necessária, também pretendem apresentar recursos para que os participantes criem novas maneiras de agir, como por exemplo, procurar por ajuda de profissionais da psicologia. Mostrando que este fato não indicará fraqueza pessoal e sim uma alternativa para saudável para lidar com os conflitos do processo e atingir uma melhora significativa (PAIÃO, 2014).

6. Considerações Finais

O estudo evidenciou que as “Oficinas de Parentalidade” promoveram mudanças positivas no processo de vida dos ex-cônjuges, especialmente no convívio com seus filhos e com o ex companheiro. Muitos foram os relatos de que, após as oficinas, o relacionamento entre pais e filhos melhorou e temas que antes não eram considerados como danosos, agora o são, como por exemplo alienação parental.



Outro tipo de relacionamento que apresentou melhora foi entre os ex-cônjuges, os quais passaram a respeitar mais um ao outro visando garantir o bem-estar de ambos, como também dos filhos. Houve possibilidade de crescimento e aprendizagem com a experiência em grupo, inclusive com reavaliações importantes na esfera dos relacionamentos interpessoais e familiares, com o objetivo de proteger os filhos menores de idade de possíveis danos psicossociais decorrentes dos conflitos vivenciados.

Para além da judicialização, a atenção integral às famílias em processo de reconfiguração implica em novos desafios para as políticas públicas e projetos como este fomentam discussões acerca das prementes necessidades sociais contemporâneas e propõem práticas em favor da proteção à família. Os desafios estão postos à diversas áreas como, por exemplo, Judiciário, Saúde, Assistência Social e Educação.

A atuação intersetorial no atendimento às crianças e adolescentes e aos ex-cônjuges pode evitar inúmeros conflitos e impactos no processo de desenvolvimento de sujeitos que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são prioridade absoluta. Observou-se que a rede de proteção social e a rede de saúde não possuem projetos e ações específicas para tal público. Contudo, a vivência das oficinas tem contribuído para que os participantes acessem tais redes e demandem atendimento. Entende-se, assim, que as Oficinas fornecem solo fértil para a compreensão das demandas sociais desse público e, ao mesmo tempo, espaço para a construção de cidadania.

Referências

- ALMEIDA, N.; MONTEIRO, S. **Os meus pais já não vivem juntos**: intervenção em grupo com crianças e jovens de pais divorciados. Lisboa: Coisas de Ler. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (5. ed.). Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Justiça. Oficina de Pais e Filhos. **Cartilha do Instrutor**. Brasília, 2015.
- BRITO, L. M. T.; Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 32-45, 2007.



BRITO, L. M. T.; CARDOSO, A. R.; OLIVEIRA, J. D. G.. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 810-823, 2010.

CASSIANI, S. H. B., ZANETTI, M. L.; PELÁ, N. T. R. Entrevista por telefone: estratégia metodológica para coletar informações da população. **Revista Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 30- 34, 1992.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: Creswell, J. W. **Métodos Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 206-237.

DA MOTTA CEZAR-FERREIRA, Verônica A.; DE OLIVEIRA CERVENY, Ceneide Maria; DE OLIVEIRA, Euclides. **Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica**. São Paulo: Método, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMELA, D.; CASTRO, M.; FIGUEIREDO, B. Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 334-344, 2010.

LEVY. S. D. A continuidade pós separação: necessidades comuns aos ex-cônjuges e seus filhos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.650-663, 2010.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. In: Minayo, M. C. S. (Org.), **Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 61-77.

PAIÃO, I. C. F. Oficina de pais e filhos: o trabalho na comarca de Palmital. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**, Marília, v. 14, n. 14, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. (3. ed.). São Paulo: Atlas. 2011.

SILVA, L. M. et al. Oficinas de Parentalidade. **Participação**, Brasília, n. 27, p. 18-26, 2015.

SILVA, P. O. M.; TRINDADE, Z. A.; SILVA JUNIOR, A. As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n.3, p. 435-443, 2012.



SOARES, J. S.; CARVALHO, A. M. Mulher e mãe, novos papéis, velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8 n. esp, p. 39-44, 2003

STRAUBE, K. M.; DE PAULA GONÇALVES, M.; DE LOURDES CENTA, M. Percepção dos filhos sobre o divórcio dos pais. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 5, n. 3, 2003.

TRINDADE, J. Incesto e Alienação Parental – Realidades que a Justiça insiste em não ver. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007.

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica

Reestruturação produtiva e trabalho na atividade carvoeira: produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras, Norte de Minas Gerais

Joelena de Jesus Mendes

Resumo: Atividade de destaque na economia brasileira, a produção de carvão vegetal é expressiva principalmente no Estado de Minas Gerais, onde tem por principal destino a indústria siderúrgica. O carvoejamento foi marcado por processos de trabalho árduo, intenso e informal. No início do século XXI, a produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais começa a vivenciar o processo de reestruturação produtiva, esse processo alterou tanto a forma de produzir quanto a vida daqueles que produzem. Este trabalho tem por objetivo analisar a produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras-MG, nesse contexto de reestruturação produtiva, retratando o processo de trabalho e seus impactos. As técnicas da metodologia qualitativa; observação, entrevista aberta e semiestruturada, nortearam a coleta de dados. Constata-se que o processo de mudança na produção de carvão vegetal chegou ao município de Taiobeiras - MG transformou algumas técnicas envolvidas na produção, postos de trabalho, dentre outras alterações. Não é um tipo de produção que se tem por moderna e reestruturada, mas já vem apresentando sinais desse processo de “modernização”.

Palavras-chave: trabalho, produção de carvão vegetal, reestruturação produtiva



Reestruturação produtiva e trabalho na atividade carvoeira: produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras, Norte de Minas Gerais

Joelena de Jesus Mendes¹²⁵

“Que diabos, um homem pode gostar de ser acordado as 06:30 da manhã por rádio –relógio, pular da cama (...) comer correndo, escovar os dentes e os cabelos, enfrentar engarrafamentos para em um lugar onde ele faz uma fortuna em dinheiro para outra pessoa e ainda lhe é pedido que seja grato pela oportunidade?”

(Charles Bukowski, 1975)

Introdução

O trabalho é entendido em Marx (1980), como uma condição de existência humana, constituidor do ser social. No entanto, na condição de mercadoria tanto se reduz, quando reduz aquele (a) que o desempenha. O trabalho têm em si elementos fundamentais para a análise das sociedades e da trajetória histórica da humanidade. Assim, é um elemento fundamental na análise sociológica desde as sociedades ditas “primitivas” até as mais modernas, com o sistema capitalista altamente desenvolvido e tecnológico. E passou por uma série de mudanças, ao longo da história.

As transformações no mundo do trabalho apresentam impactos variados sobre a força de trabalho. Modelos de produção como o taylorismo e o fordismo configuraram e configuraram o processo de produção de forma geral a partir do século XX. A nova organização da produção, entendida como reestruturação produtiva surge na década de 1970, com a introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho. E essas mudanças, perpassam os mais variados setores, assim como, o setor carvoeiro.

No Brasil, a moderna indústria siderúrgica impulsiona a produção do carvão vegetal, importante fonte energética utilizada na produção de ferro. O que faz do país

¹²⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFG. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. joelena-mendes@bol.com.br

*** Este artigo é parte do trabalho monográfico desenvolvido na graduação, um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado: Reestruturação Produtiva na Produção de Carvão Vegetal no Norte de Minas Gerais, financiado pela FAPEMIG- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.



um dos maiores produtores de carvão vegetal do mundo, produzindo segundo dados do IBGE¹²⁶ (2010) 3.448.210 toneladas ao ano. Com a necessidade de abastecer o grande número de siderúrgicas instaladas no estado, Minas Gerais é o estado brasileiro que mais produz, sendo 2.798.653 toneladas/ano (2010). E o Norte de Minas contribui significativamente com esse resultado.

Nesta nova configuração da mecanização assim como as máquinas, a silvicultura do eucalipto toma centralidade. Segundo Leite (2012), o Norte de Minas, dentro do contexto mineiro de expansão do eucalipto detinha condições favoráveis, tanto climáticas quanto de investimentos. Por outro enfoque, não são apenas as condições climáticas, que tornam a região norte mineira favorável à monocultura de eucalipto ou a atividade de carvoejamento, mas sim jogadas de interesses e estratégias políticas. Prova disso são os conflitos entre os povos de comunidades tradicionais e as grandes empresas monocultoras, assim como, o envolvimento de detentores de poderes políticos e econômicos da região, que disseminam o discurso do desenvolvimento advindo dessa atividade.

Em favorecimento das empresas e conseqüentemente do sistema econômico sob o discurso do desenvolvimento o Estado concede terras e dá incentivos, *passando por cima das vidas enraizadas no lugar*. Com as florestas plantadas hasteadas na região, fruto do processo de modernização e promessa de melhorias que jamais podem ser cumpridas de tal maneira, empobreceu-se o solo, assorearam os rios, expulsaram espécies da rica fauna e flora do cerrado e alterou a forma de vida da comunidade, que em sua base viviam da agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca.

Neste contexto, este trabalho objetiva analisar o processo de produção do carvão vegetal no município de Taiobeiras – MG, considerando o processo de trabalho, apontando alguns dos seus impactos e seus sinais de reestruturação. Técnicas da metodologia qualitativa pautaram a prática no campo da pesquisa, onde possibilitou coletar dados documentais, realizar entrevistas estruturadas e semi- estruturadas e fazer uso da observação.

¹²⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <//www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/pevs2010.pdf >. Acesso em: 08 ago. 2016.



Alguns desafios se fizeram presentes na obtenção dos dados tanto documentais quanto empíricos. Não se tem - até na atualidade - muita abertura tanto das empresas, quanto de alguns trabalhadores no acesso e informações de dados, experiências e considerações a cerca da produção de carvão vegetal, principalmente no que tange a forma de produzir. Há uma cautela muito grande principalmente das empresas de carvoejamento em estabelecer contato com a nossa área de estudo. Isso se dá, sobretudo por se tratar de uma atividade produtiva que desde seu início gera muita polemica.

O contato tanto com a produção tradicional, quanto com a forma contemporânea de produzir, de início causa certo impacto. No caso da tradicional, o impacto veio do ambiente quente, turvo pela quantidade significativa de fumaça emitida pelos fornos, a situação de trabalho intenso e a expressão que cada trabalhador estampa em seus rostos. Enquanto a empresa de carvoejamento moderna, impressiona com a variedade de máquinas, equipamentos, tamanhos dos fornos, números de produção e um quadro pequeno de funcionários.

Transformações no mundo do trabalho

O trabalho é preocupação sociológica desde os teóricos clássicos da Sociologia, e como bem se sabe, passou por uma série de mudanças, ao longo da história. Essas transformações complexificaram com o sistema capitalista, visto que uma das grandes alterações sofridas pelo trabalho foi a perda de sua essência e particularidade do homem, sendo a divisão do trabalho o primórdio do afastamento do homem, trabalho e sua produção.

Como Marx analisa, a divisão do trabalho é um mecanismo na produção capitalista, que busca aumentar a produtividade com a otimização do tempo, mais que isso, essa divisão “deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas [...]” (MARX, 1980).

Como detalhou Marx em suas obras aqui citadas, um modo de explorar a força de trabalho, a divisão do trabalho faz com que o trabalhador se submeta ao comando do



capital, enquadra-o a um sistema hierárquico na produção e o distancia de sua independência, na medida em que o submete ao trabalho das máquinas, que acaba por determinar o seu ritmo de trabalho e o afasta da compreensão total daquilo que é produzido. Isso faz com que o trabalhador não se reconheça diante do produto e dê mais de si, com esse aumento de sua capacidade produtiva, acaba então por produzir em maior quantidade a *mais valia*¹²⁷.

Com a intensificação do desenvolvimento do capital, as significativas, as significativas transformações no mundo do trabalho, sobretudo nos países capitalistas afetaram tanto a estrutura produtiva, quanto a classe dos trabalhadores. Alguns modelos de produção como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo configuraram e configuram o processo de produção.

Visando maior produtividade e por consequência aumento dos lucros e fortalecimento industrial, a nova organização da produção, entendida como reestruturação produtiva surge na década de 1970 no período de aguda crise no capitalismo monopolista, com introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho, como destaca Tumolo (2001). Marca-se assim a passagem para um sistema de acumulação inteiramente novo. A esse conjunto de mudanças, denomina se aqui de processo de reestruturação produtiva.

Santana e Ramalho (2004) apontam que o resultado tem sido um aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e nos processos de negociação com os trabalhadores.

Vista por muitos como inevitável dentro da racionalidade do mercado, essa reestruturação, no entanto, tem trazido também graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Ao mesmo tempo em que os índices de desemprego se tornam elevados em muitos países do mundo – inclusive nas economias centrais-, nota se uma política de desmantelamento da ação do estado nas áreas sociais. Nos países subdesenvolvidos a flexibilização das relações de

¹²⁷ Conceito de Marx (1989) que equivale à quantidade de trabalho excedente apropriado pelo capital. É a base geradora do lucro. É a parcela de trabalho apoderado pelo empregador. É o trabalho exterior, na qual o trabalhador não se realiza nele.



trabalho só faz aumentar o mercado de trabalho informal e o desemprego. (SANTANA e RAMALHO, 2004, p. 8 e 9)

No mesmo sentido, como afirma Iamamoto (2008), a reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização do processo de trabalho, envolvendo a intensificação deste, ampliação de sua jornada, a redução dos postos de trabalho. É nesse contexto que cresce cada vez mais os níveis de exploração, desigualdade e desemprego, o que provoca o aumento do trabalho informal o que contribui para o surgimento de novas categorias de trabalho.

Dessa forma, entre as principais características do processo de reestruturação produtiva segundo Antunes (2009) destacam-se o avanço tecnológico, que exige profissionais qualificados, um trabalhador multifuncional, participativo, motivados, bem qualificado e dotado de maior flexibilização no espaço do trabalho. Em razão disso os trabalhadores que não apresentam tais características ficam a margem ou são excluídos do mercado de trabalho, sendo obrigados a buscarem novas alternativas para se inserirem no mundo do trabalho.

Reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal

Percebe-se então, que uma das marcas do sistema capitalista é sua capacidade de atualização e inovação. O que o empodera ainda mais, mantendo-o regente do acontecer econômico e por consequência social, cultural e político. Esgotando algumas ordens produtivas, emergem no sistema capitalista novas formas de organizar a produção, muda se com isso maneiras de produzir, produtos e produtores, geradores da riqueza desse sistema.

O uso do termo reestruturação produtiva em análise da produção capitalista no Brasil, não é consenso. Críticas que apontam que na ordem produtiva brasileira, não há o que se configura reestruturação produtiva, presente nos países desenvolvidos, chegando a denominar de desordem do trabalho. Quanto a isso se entende que

Trata-se, por conseguinte, da *ordem do trabalho* subordinada à *ordem do capital* e não da *desordem do trabalho* como vêm defendendo vários autores. Sob a ordem do capital, a ordem do trabalho não pode ser outra



senão a necessária busca das formas mais eficientes de explorar a classe trabalhadora. (TUMOLO, 2001 p. 81)

Essas mudanças no processo produtivo, caracterizados principalmente pela inovação tecnológica e organizacional, ultrapassa o terreno industrial e alcança à área agrária, dando-lhe fenômenos tal como os perceptíveis no ramo industrial. Neste contexto, a atividade de carvoejamento passa também por esse processo, em que a produção antes tradicional dá lugar à uma forma reestruturada de produzir.

- A produção tradicional do Carvão Vegetal

O carvão vegetal é um produto florestal sólido obtido por meio da carbonização da madeira. Numa descrição técnica, tem-se que

No processo de carbonização, a madeira é aquecida em ambiente fechado, na ausência ou presença de quantidades controladas de oxigênio, a temperatura acima de 300°C, desprendendo vapor d'água, líquidos orgânicos e gases não condensáveis, ficando como resíduo o carvão. (FONTES, *et al* 2005 p.937)

Em um panorama histórico da produção de carvão vegetal, mas que se reflete ainda hoje, essa se caracteriza como artesanal. A matéria prima para sua produção é a madeira, e quase toda madeira utilizada advinha das matas nativas. Segundo Brito (1990) no início da década de 1990, no Brasil 78% da matéria prima usada na obtenção do carvão vegetal tinha origem da mata nativa. Muito se desmatava, com o intuito de aumentar a produção agrícola, e essa madeira era destinada a produção de carvão, o que impulsionou o crescimento da siderurgia a carvão vegetal, que por algum tempo ficou sendo abastecida com carvão de origem nativa. Aos poucos a área desmatada foi sendo utilizada para a silvicultura de eucalipto.

A atividade de carvoejamento emite poluentes ao ar, com o processo de desmatamento há uma degradação ainda maior do ambiente. Isso fez com que muitos

rios fossem assoreados, diversas espécies da fauna abandonassem as áreas ou até mesmo entrassem em extinção, a flora minguou e o solo perdeu parte de seus nutrientes.

Quanto ao processo de produção, de forma rudimentar/tradicional, nos dias atuais, esse envolve o plantio (monocultura de eucalipto) e corte da madeira, carregamento e empilhamento, abastecimento dos fornos, carbonização, o esvaziamento dos fornos, ensacamento, montagem das cargas e o transporte. As funções/cargos iniciais eram; carbonizador, ajudante geral, chapa (ensacadores). Com o passar do tempo, com o aumento da produção, foram acrescentadas a essas funções, outras como: encarregado de turma, motoqueiro (operador de moto-serra), tratorista. Composto o ambiente da carvoaria, que é basicamente as florestas, os fornos, o barracão, que na maioria dos casos não apresentam boas condições de estadias.



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa: Reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais. (2013)

A produção de carvão vegetal artesanal envolve o *saber fazer*, um conhecimento tradicional com uso de ferramentas manuais, emprego de muito esforço físico e riscos a saúde do trabalhador. Toda essa atividade laboral é pesada e intensa, se dá em um ambiente insalubre, com altas temperaturas, poluição, nenhuma proteção contra os riscos que são muitos.

A pesquisa revelou que de modo geral, os trabalhadores ligados à produção tradicional de carvão vegetal, são da região em que estão trabalhando, de faixa etária variada, envolvendo tanto trabalhadores mais jovens como mais idosos. Esses mais idosos na maioria das vezes ocupam o cargo de carbonizadores, pois esse requer uma experiência maior e, em um grau de hierarquia ocupa um patamar mais alto. Os mais jovens executam atividades que requerem força física. Em sua maioria são casados e



possuem filhos, com pouco ou nenhum grau de escolaridade e não são filiados aos sindicatos. Há carvoarias em que os seus salários são pagos por produção, não obtendo seus direitos assegurados pelas leis trabalhistas, como salário, cesta básica, plano de saúde, férias e outros. Em períodos que não podem produzir, ficam sem receber o pagamento.

Quando indagados, se gostariam que os seus filhos trabalhassem nessa atividade a resposta é unânime, gostariam que seus filhos trabalhassem em algo melhor, mais digno, com menos sofrimento e com melhor retorno tanto financeiro quanto de satisfação em fazerem algo mais prazeroso e que gostassem. Nas faces desses trabalhadores está estampado o sofrimento, as marcas das lidas diárias frente a condições desumanas, a ilustração de descaso e do não reconhecimento do trabalhador carvoeiro.

- Modernização na atividade carvoeira

A partir do século XXI, a atividade carvoeira passa por algumas transformações, incorporando elementos de cunho tecnológico, tanto na forma de produzir, quanto na forma de gerir o trabalho. Ficou constatado que a modernização na produção de carvão vegetal é fruto das maneiras globalizadas de produzir, que com a valorização tecnológica se produz mais em menos tempo e com uso reduzido de mão de obra. Quanto à forma de gerir o trabalho nessa atividade marcada pela superexploração do trabalho, muito contribuiu a intensificação na fiscalização, a aplicação de algumas leis que garantem melhores condições aos trabalhadores. Além disso, impactou também nessa mudança, a incorporação de novos cargos e trabalhadores com maior grau de instrução.

Na produção de carvão vegetal nesse contexto de reestruturação produtiva, é abandonada de vez a madeira de mata nativa e o eucalipto passa a ser elemento fundamental para a produção. Como importante matéria prima passa-se então a fazer investimentos significativos na monocultura de eucalipto. Muito é investido pelas empresas em pesquisas, no intuito de possuir espécies cada vez mais resistentes e de rápido crescimento. Permitindo que em apenas quatro anos chegasse a ponto de corte e



não mais em sete anos ou mais como as primeiras espécies plantadas. Com formas mais “sofisticadas” de produzir, do plantio ao transporte existem máquinas para realização ou auxílio nas atividades.



1



2



3



4

Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa: Reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal no Norte de Minas Gerais. (2014) Na imagem 1 – o trabalhador monitora uma estufa, na imagem; 2- uma máquina que traça a madeira para carregamento e descarregamento dos caminhões/carretas, empilhamento da madeira e abastecimento dos fornos; 3- o trabalhador coleta por meio de um equipamento, a temperatura do forno, a fim de acompanhar o processo de carbonização, alimentando com tais dados, gráficos computadorizados no laboratório; 4- um forno em processo de carbonização é resfriado com um “barrelamento” via equipamento atrelado a um trator.

Nesse processo, toda a produção é medida qualitativamente e quantitativamente, podendo prever determinadas situações ou acelerar a produção conforme a demanda. Todas as etapas da produção são monitoradas e planejadas minuciosamente e envolve algum tipo de máquina, como ilustram as imagens acima. Essas máquinas auxiliam no corte da madeira, no empilhamento, no encher dos fornos, geração dos dados a cerca do processo de carbonização. Assessoram no momento de barrela dos fornos, assim como, no descarregamento dos fornos, avaliação da qualidade do carvão e carregamento dos caminhões/carretas.

Com isso é utilizada pouca mão de obra e é cobrada dessa mão de obra, qualificação permanente. É valorizado o conhecimento técnico e a capacidade de



atualização do trabalhador, não mais a força, nem o conhecimento adquirido ao longo da experiência. Diminui o número de trabalhadores envolvidos na produção, desaparecem alguns postos de trabalhos e originam outros. As funções/cargos se transformam e diversificam apesar de reduzir o número de trabalhadores, pensando em todo o processo de produção, as empresas reestruturadas dispõem dos cargos/funções tais como auxiliar de produção, monitor florestal, técnico agrícola florestal, operador de máquina, instrumentador, carbonizador, ajudante de carbonizador, auxiliar de descarga, técnico de segurança no trabalho, ajudante de laboratório, auxiliar de balança, encarregado de produção, motorista, auxiliar de carga.

O ambiente da carvoaria também é alterado, não se encontra mais os barracões, no lugar destes encontram as cantinas e os sanitários, além da área plantada e dos fornos, tem-se o escritório, as oficinas mecânicas e os laboratórios. O espaço torna um espaço industrial, sinalizado, uniformizado e limpo e os trabalhadores são transportados diariamente em ônibus fornecido pela empresa.

O uso da tecnologia e de maquinarias modernas faz com que o quadro de trabalhadores se reconfigure, passando a ser composto por maioria jovem. Essa é uma atividade que foi muito masculinizada, no início por entender que era uma atividade que requeria força, por ser pesada e desgastante. Mesmo se transformando e tornando mais leve, pouco se vê mulheres nesse ramo. Nos locais estudados quase não se tem a presença de mulheres nessa atividade de carvoejamento, elas estão na maioria dos casos nos viveiros, escritórios ou nos refeitórios. Lidando com as máquinas são poucas¹²⁸.

Em geral, nesse parâmetro contemporâneo de produção de carvão vegetal, é nítido o processo de terceirização, trabalham mais de uma empresa ligada ao ramo agroindustrial de florestas. No entanto, também existem casos de grandes empresas responsáveis por todo o processo. Além da terceirização, a flexibilidade acaba por tornar ainda mais precário o trabalho, ao tratá-lo de forma muito parcial, temporário e subcontratado. O que corrobora para diminuição do número de trabalhadores formais e gera um crescimento dos trabalhos informais.

¹²⁸ Não chegamos a ver nenhuma delas, pelas entrevistas detectamos que são duas. Ambas em um município do Norte de Minas Gerais. Em Taiobeiras não encontramos nenhuma trabalhando com máquinas de grande porte.



A produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras – MG no contexto da reestruturação produtiva

O município de Taiobeiras está localizado a uma distância de 683 km da capital mineira, na região Norte do Estado de Minas Gerais, na micro região do Alto Rio Pardo, possui uma área total de 1.194,527 km², com clima semiárido e predominância da vegetação de cerrado, tendo sua população estimada em 32.698 habitantes¹²⁹.

Esse município tem a atividade de carvoejamento como importante fonte de geração de emprego e renda. Essa produção se dá em empresas agroindustriais e florestais e em alguns casos por meio de pessoas físicas. A produção de carvão vegetal se dava em alguns casos ainda se dá, nas carvoarias em fornos de alvenaria; pequenos fornos de tijolos revestidos de barro, as ferramentas utilizadas eram manuais como carriola (carrinho de mão) e empregava homens, mulheres e crianças que na maioria dos casos se alojavam próximos aos fornos. Quase sempre se tratava de famílias que ficavam responsáveis por todo processo de produção e envolvia nesse, todos os seus componentes e tinham esta atividade como fonte de renda e de esperança de conseguir por meio dela melhores condições. Isso contribuiu para que as crianças fossem privadas do acesso à educação escolar, assistência à saúde entre outros.

Com o aumento da fiscalização essa atividade passou por algumas mudanças, mulheres e crianças foram afastadas da produção e os alojamentos passaram a ter melhores condições. Os trabalhadores deixaram de serem transportados em cima das cargas de carvão e passaram a ser transportados em carros apropriados.

Em meados da década de 1980 a atividade de carvoejamento tomou maiores proporções no município. Com o mercado aquecido e a monocultura de eucalipto no ponto de corte, as empresas de monocultura de eucalipto passaram a produzir carvão vegetal, com isso alocaram seus funcionários ligados à monocultura, nessa nova atividade, mesmo não tendo conhecimento a cerca da produção de carvão

¹²⁹ Estimativa do ano de 2013 segundo IBGE, fonte dos demais dados gerais referente ao município de Taiobeiras - MG



Eu não sabia o que era carvão. Aí quando eles falaram assim – Nós vamos fazer carvão agora! Eu pensei: Como é que eu vou fazer carvão? Eles fizeram um forno ali, uma carvoaria ali, e falou assim – olha o processo é esse. Me deu umas dicas por alto e eu fui e carbonizei o primeiro forno, foi eu que ajudei a encher o forno, carbonizei ele e ele deu um carvão mais ou menos, não deu assim de primeira que eu não sabia, né? Aí pelo aquele carvão eu fui eu mesmo aprendendo de cabeça, fui vendo que precisava ir tapando os tatu, porque os fornos tem tatu e tem baiana, eu barrero essa aqui primeiro depois eu tapo a outra e fui aprendendo a fazer carvão. E hoje eu faço um carvão de primeira. (Seu João – Janeiro/2014)

Esses trabalhadores desenvolveram o *saber fazer*, com a prática aprimoraram suas técnicas e fizeram de sua profissão. Isso ocorreu nas empresas monocultoras, no entanto já se tinha no município, conhecimento a cerca da produção de carvão vegetal, em pequenas carvoarias com uso de mata nativa.

Ligada a empresas a produção de carvão vegetal, a partir da década de 1990 começa a vivenciar o processo de terceirização.

[...] Desse tempo para cá passou para as empreiteiras né? Terceirizado. As vezes você era um cara que tinha condições, ai você pegava, outro pegava, os funcionários da empresa foram embora e continuou dando serviço para os empreiteiros. Os empreiteiros fichava o pessoal e entregava o carvão na praça. E a firma continuou puxando o carvão por conta dela. E mantém até hoje desse jeito. (Fala de um trabalhador – Janeiro/2014)

Com a terceirização e vivenciando um processo de flexibilidade do trabalho, os trabalhadores acabaram por perder parte dos seus direitos como estabilidade, carga horária conforme regem as leis trabalhistas, hora extras, dentre outros, além da força da união para lutar por eles. Atualmente boa parte dos trabalhadores carvoeiros no município de Taiobeiras/MG, trabalham na forma designada por tarefa e tem contratos temporário com as empresas prestadoras de serviço, quando chegam a ter. Esse sistema de tarefa é detalhado por um encarregado de turma como sendo

Por exemplo, geralmente tudo é medido, uma rua de eucalipto é 500 metros ai você da uma pessoa ali, ele ganha hoje R\$ 45,00 reais o dia, ai você fala assim, hoje você tem que desgaiar 2 ruas dessas, essa é a tarefa. Ai se ele terminou 9:00 ele ganhou o dia, se ele terminou 17:00



ele ganhou o dia, ele tem que cumprir com aquela tarefa que a gente deu ele ali. Por exemplo, eles têm que carregar um carroção em quatro pessoas, a pressa é deles, se eles terminaram ali até meio dia, até uma hora ganhou um dia. Outra hora a gente paga por carroção, hoje mesmo eu to pagando por carroção para juntar lá. Eles ganham 10,00 por carroção, por pessoa. Ai fica por 40,00 cada viagem. Ai se eles pegaram 10 viagens ou 05 ou 06 é como diz, esforço deles. (Seu José, encarregado de turma – Janeiro/2014)

Esse sistema de tarefas e o ganho por produção exerce uma função de pressão sobre o trabalhador, que se sente não só na obrigação de cumprir tal tarefa, mas ir além dela, na tentativa de mostrar serviço, fazendo com que ao produzir mais, gere mais renda e automaticamente mais lucro para a empresa. Atrelado a essa maior produtividade, esse sistema costuma gerar competitividade entre os trabalhadores, o que em alguns casos acaba por gerar conflitos.

A mecanização veio no ano de 2009, com a introdução de algumas máquinas, que passaram a auxiliar no processo produtivo do carvão vegetal. Como relatado;

Não é toda parte que é mecanizada não. Uma parte é feita com maquina, inclusive o carregamento de carvão é todo com maquina, e hoje uma parte é colhida com maquina e outra manual com moto-serra, os camaradas vão la no mato e carrega o caminhão ou carreta com trator e enche com mão e descarrega com mão.
(Seu Antonio – Janeiro/2014)

Esse processo de mecanização fez com que um número considerável de trabalhadores ficasse desempregado.

Vou te falar que foi um desemprego danado, viu. Se não fosse essas carvoarias que mexe com mão aqui, não existia esse Mirandópolis¹³⁰ não. Foi um desemprego grande. (Seu João – Janeiro/2014)

A pesquisa também verificou que as maquinas de grande porte¹³¹ chegaram a ser utilizadas nesse município, porem não foi por muito tempo, apenas por alguns meses em um regime de experiência num período de intensificação de produção.

¹³⁰ Comunidade do município de Taiobeiras/MG, uma das regiões de maior produção de carvão vegetal, sendo cerca de 18 mil metros/mês.

¹³¹ Entende se aqui por maquinas de grande porte, aquelas que auxiliam no corte e manuseio da madeira, capazes de cortar mil metros de madeira/dia.



O tipo de carvoaria e o modo de gerir o trabalho variam entre uma carvoaria e outra nesse município. Podendo ser encontrada desde bem rudimentares marcada por extrema exploração, como aquelas que envolvem máquinas e outros domínios do conhecimento que não se restringe ao saber fazer baseado nas experiências. Nas carvoarias maiores, ligadas as de renome nacional, a situação dos trabalhadores apresenta-se em melhores condições na medida em que há um cumprimento dos direitos básicos garantidos nas leis trabalhistas.

- **A questão social e econômica dos trabalhadores**

No município de Taiobeiras/MG, estão localizadas carvoeiras do tipo tradicional e semi-reestruturadas. A produção de carvão vegetal ligadas a esses tipos de produção configura uma superexploração do trabalho, onde parte dos carvoeiros taiobeirenses nessas condições são mal remunerados, não possuem registros trabalhistas e quando tem, os direitos apontados por esses registros não são respeitados, não contam com planos de saúde, direito a férias remuneradas, nem contratos que garantem estabilidade na atividade que desempenham.

[...] teve uma empresa que eu trabalhei desde 1993 e vim sair agora em 2013. Mas eu saía, dava baixa ficava uns dias parado e tornava entrar. Tornava dar baixa e voltava trabalhar de novo. Ah... isso é porque não deixa ficar muito tempo para não aumentar os tempos né, então eles dispensava nós, aí trabalhava um ano, 2 anos, agora mesmo trabalhei 1 ano e 08 meses saí dela agora, mas sempre eu trabalho na mesma firma direto. (Ezequiel – Janeiro/2014)

A questão da superexploração é ainda mais nítida diante das empresas e serviços terceirizados. Ilustra essa situação o serviço de chapas (ensacadores de carvão), onde não há um contrato formal, nem permanente e não configura vínculo com a carvoaria e recebem seus pagamentos por cargas montadas. Esse é o trabalho mais precário e desvalorizado. O trabalho dos chapas, ou melhor, essa função na produção de carvão vegetal vem desaparecendo. Com o uso da máquina e a mudança na forma de transportar o carvão, esse tipo de serviço, vem sendo cada vez menos requisitado. O carvão hoje é transportado em caminhão gaiola e não mais em cargas, não sendo mais necessário as sacarias.



Ligados à produção tradicional, esses trabalhadores e trabalhadoras tem pouco ou nenhum grau de escolaridade. Quanto aos trabalhadores vinculados às carvoarias que já vivenciam as experiências da reestruturação no modo de produzir, alguns são analfabetos, ou possui apenas as series iniciais, os outros possuem uma formação a nível médio ou técnico, tendo poucos com formação a nível superior. Esses últimos são engenheiros que passam pouco tempo na área de produção.

Esses trabalhadores com maior formação ocupam cargos de encarregado, supervisor de turma, auxiliar de produção, operadores de maquinas dentre outros cargos que empregam conhecimento técnico e pouca força física. São melhores remunerados e possuem vinculo direto com a empresa.

O trabalho intenso e pesado, ligado ao ambiente insalubre, provoca problemas de saúde, sendo os de maior frequência, apontados por eles; problema de coluna, dores nos joelhos e alergias. Há casos que embora com dores se vem obrigados a trabalhar para manterem seus empregos.

De modo geral, a situação de trabalhadores ligados à produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras/MG, tem apresentado melhorias na medida em que contam com ambientes mais limpos, barracões em condições de moradia, transporte adequado. No entanto essas melhorias, nem as condições dignas esperadas, que proporcione melhores salários, plano saúde, transporte de qualidade que os deixem em casa diariamente, adicional noturno, participação nos lucros e resultados (PLR), equipamentos de segurança, registros trabalhistas, direito a férias, 13º salário dentre outros direitos ainda não alcançaram a todos os trabalhadores do setor carvoeiro.

Antunes (2004), alerta que “se por um lado necessitamos do trabalho humano e do seu potencial emancipador, deve-se também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social”. Em melhores condições, esses trabalhadores geradores de riquezas, não só terão uma vida melhor, como também proporcionará vidas melhores a seus familiares e melhorias a sua região. Com mais disponibilidade a participação social e econômica.

Considerações Finais



A reestruturação produtiva na produção de carvão vegetal, não se deu, nem acontece nos moldes industriais, no entanto os estudos sobre a reestruturação nesse setor permitem uma análise e possibilita a compreensão do que vem ocorrendo no setor carvoeiro. O emprego das máquinas e da tecnologia na produção de carvão vegetal é um auxílio, para que se utilize menos esforço físico e amenize o sofrimento dos trabalhadores dessa atividade. Por meio delas, o desgaste do trabalhador ligado a produção de carvão vegetal é menor, e o uso da força é reduzido, na medida em que passa a requerer o uso da técnica em detrimento ao uso da força.

A autodeclaração de ser carvoeiro é feita pelos trabalhadores ligados a produção de carvão vegetal, cuja atividade desempenhada envolve o conhecimento adquirido pela experiência e uso da força física e ocorre também o reconhecimento social enquanto profissionais. Aos trabalhadores, que nessa atividade desenvolvem trabalho técnico ou operam máquinas não há esse reconhecimento autodeclarado ou social. O termo se restringe aos trabalhadores braçais. Designados como carvoeiros, esses trabalhadores demonstram em seu comportamento simplicidade, e às vezes vergonha da atividade que desempenham, por não reconhecerem o valor daquilo que fazem e a fortaleza de serem trabalhadores de lutas, mas ao mesmo tempo demonstram o orgulho do *saber fazer*.

A produção de carvão vegetal no município de Taiobeiras/MG, não é um tipo de produção que se tem por moderna e reestruturada, mas já vem apresentando seus sinais como a flexibilidade e uso de técnicas, além de algumas maquinarias. Apontando para a chegada nesse patamar de produção. Apesar de serem notadas algumas mudanças, o trabalho penoso, a situação desumana e desgastante ainda persiste em algumas carvoarias.

A ausência de representação de sindicato da categoria, nesse município e a não resistência dos trabalhadores, acoplado ao medo do desemprego, distancia ainda mais o trabalhador de seus direitos, que acabam por se submeterem as situações postas. Essa atividade tem muito que melhorar, se tratando das situações dos trabalhadores. O trabalho precário é latente nessa produção, cuja contribuição econômica no município é significativa.



Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros/MG, Março de 2006.

DIAS, Elisabeth Costa [et al] **Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil**. In: Caderno de saúde pública. RJ, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2010. Disponível em: <//www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/pevs2010.pdf >. Acesso em: 08 ago. 2012.

LEITE, Marcos Esdras. Mapeamento temporal do eucalipto no Norte de Minas Gerais. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro e PEREIRA, L. M. (Org.). **Conflitos sociais na história contemporânea do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012, 259p.

LUCENA, Carlos. **A humanidade, a natureza e o trabalho**. Revista HISTEDBR, Campinas, nº 24, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. Livro 1. V.1.

PEREIRA, Altamira. **Precarização e reestruturação do trabalho nas carvoarias**. Pegada, vol.8, N2, dezembro 2007.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SILVA, Ricardo dos Santos [et al.] **Carvão e trabalho: transformações na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais no início do século XXI**. VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo, 2013.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Reestruturação Produtiva no Brasil: Um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica**. In: Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77, dez.2001, p. 71-99.



GT – 05- Trabalho, Educação e tecnologia.

As consequências para o trabalho docente com a implantação das OSs em Goiás

Gustavo de Faria Lopes IFG/UFG

Lélia Moreira Borges UFG

RESUMO

Este artigo refere-se à comunicação de projeto de pesquisa a ser realizada para fins do meu doutoramento junto à faculdade de Sociologia da UFG (início/2015). O objetivo geral do projeto é investigar quais as consequências para a educação em um cenário de futura implantação pelo governo do estado de Goiás das OSs (organizações sociais) na administração da educação. Especificamente interessa saber quais as consequências para o trabalho docente sob a gerência das OSs. Nesta comunicação, dado à brevidade da exposição, eu abordo o tema levando em conta a seguinte forma. Em primeiro lugar cabe uma consideração sobre as bases legais que definem as OSs assim como o discurso que sustenta a necessidade urgente de implantação deste projeto. Para em seguida, apresentar algumas contradições presentes neste discurso. Para tal, analiso o plano do real amparado pelo o auxílio do conceito de classe social, a partir de uma perspectiva que considera o trabalho enquanto uma categoria ontológica.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente; Marxismo; Educação; Organização social; Terceirização.

Este trabalho se constitui em uma comunicação de pesquisa em curso a ser levada a cabo para fins do meu doutoramento junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás UFG.

O objetivo principal da pesquisa é investigar quais as consequências para a educação em um cenário de futura implantação pelo governo do estado de Goiás das OSs (organizações sociais) na gestão administrativa da educação. Especificamente interessa saber quais as consequências para o trabalho docente sob a gerência das OSs. A hipótese a ser verificada por este projeto é a de que a implantação das OSs na administração da educação estadual significa responder aos imperativos do capital dentro de uma lógica neoliberal de privatização e mercantilização da educação. Com efeito, pela natureza própria do capital, suponho que a efetivação do projeto de implantação das OSs acarreta em ampliação das condições de exploração, degradação e



precarização do trabalho docente, assim como uma inevitável perda de qualidade tanto do próprio trabalho desenvolvido pelos professores quanto do ensino em geral.

É de conhecimento geral que o modelo de gestão a ser implementado pelas OSs preconiza a substituição da contratação de professores públicos por meio de concurso previsto em lei, para adotar a contratação via CLT (consolidação das leis do trabalho) que é a forma de admissão por meio de um contrato de trabalho própria da iniciativa privada¹³². Para mim isto é um forte indício que aponta que a precária situação de trabalho e emprego em que já se encontram os docentes, certamente não melhorarão, como propagam os ideólogos desse projeto, mas se intensificarão.

Ao levar em conta a declaração pública feita pelo governo que a implantação das OSs corresponde a um processo irreversível, pondero que este, será um projeto a ser conduzido; com diálogo ou sem diálogo, sem violência ou com violência¹³³. E me pergunto: não estaria o governo correspondendo aos imperativos neoliberais para uma política econômica global, ajustada aos interesses de um capitalismo turbinado?

Sobrepunhando a soberania brasileira expressa na Constituição, defendo que o projeto em curso de terceirização da educação promovida pelo estado de Goiás contraria tanto a Magna Carta quanto a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), no que diz respeito a primeira; às formas de ingresso na carreira do magistério público (por concurso público de provas e títulos) e com relação a segunda: no que diz respeito à própria gestão das escolas (princípio da gestão democrática).

Nesta comunicação, dado à brevidade da exposição, eu abordo o tema levando em conta a seguinte forma. Em primeiro lugar cabe uma consideração sobre as bases legais que definem as OSs assim como o discurso que sustenta a necessidade urgente de implantação deste projeto. Para em seguida, apresentar algumas contradições presentes neste discurso. Para tal, analiso o plano do real amparado pelo auxílio do conceito de classe social, a partir de uma perspectiva que considera o trabalho enquanto uma categoria ontológica.

1- O que dizem serem as OSs: de FHC à Marconi Perillo

Peculiarmente, esta pesquisa em curso tem a oportunidade de acompanhar em tempo real o desenrolar do processo de implantação das OSs (organizações sociais) também

¹³² No estado de Goiás é público o fato de o governo ter suspenso os concursos para professores da rede desde 2009.

¹³³ Ao longo do processo de ocupação/desocupação das escolas estaduais, foram 31 os presos políticos, professores e alunos - muitos deles jovens com menos de 18 anos presos ilegalmente em cadeias. A maioria foi detida durante manifestação diante da sede da Secretaria da Educação, em 15 de fevereiro de 2015, contra a privatização da gestão das escolas estaduais. Veja entrevista com o Prof. Rafael Saddi, da Faculdade de História da UFG, após a audiência de custódia na 7ª Vara Criminal do Fórum Desembargador Fenelon Teodoro Reis, em Goiânia, na qual ele relata a truculência das prisões ilegais: <https://goo.gl/f4pCDQ>



em andamento, na gerência da educação no estado de Goiás. Processo este no Brasil, que digo sem dúvidas, gestado nos anos 90, no período de abertura do país ao capital internacional, o qual junto veio o argumento da inevitável e imprescindível reforma do Estado. No entanto, em Goiás, no que tange à educação, só ao final de 2009 é que medidas ainda que veladas, as quais serão devidamente tratadas ao longo da investigação a ser realizada, foram sendo tomadas para a concretização desse projeto, as quais lentamente foram ganhando forma no chão da escola até o presente.

Como em várias outras propostas, não só em relação à educação, mas de uma maneira geral, a fonte inspiradora deste projeto veio dos EUA, como bem coloca o professor Luiz Carlos de Freitas:

“*Corporate reformers*” – assim são chamados os reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, em termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch. Ele reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores, alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Naquele país, a disputa de agenda entre os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação vem de longa data.” (FREITAS 2012)

Localmente, o governo do estado de Goiás desencadeia oficialmente e publicamente os procedimentos e os condicionantes das orientações políticas dos reformadores empresariais da educação no estado, em 09 de Abril de 2015. Em oportunidade o governo do estado abriu uma Convocação de Qualificação das OSs.¹³⁴

No entanto, como dito anteriormente, esse processo germina no Brasil bem antes, na década de 90, em ocasião percebida pelo governo do ex Presidente da República FHC. Como visto, as OSs ganham guarita, sob o grande guarda chuva do argumento da imprescindibilidade de uma reforma ampla e irrestrita do Estado, dado à ineficiência dos serviços oferecidos por este. Reformas essas que tinham vistas, superar a crise que atingiu fortemente a maioria dos países do globo a partir dos anos 70, chegando ao Brasil na década de 80 e tendo seus efeitos ainda sentidos fortemente nos anos 90. Os integrantes do governo do planalto de então, não viam outra saída a não ser levar a cabo medidas de austeridade econômica com o objetivo de lograr o equilíbrio econômico e fiscal do país a *qualquer custo*.¹³⁵

Do ponto de vista desse pensamento, o vilão mor e responsável pela grande crise de então era o próprio Estado. A crise de 90 era entendida por estes, e ainda é - como foi possível acompanhar pelos debates em torno do *impeachment* da presidenta cassada

¹³⁴ <http://portal.seduc.go.gov.br/.../Convoca%C3%A7%C3%A3o%20OS%2...>

¹³⁵ Grifo meu



Dilma Rousseff - especialmente como uma crise do Estado, o qual se mostra demasiado ineficiente e incapaz de dar respostas adequadas aos diferentes aspectos envolvidos nesta. Pensamento este que de uma maneira geral apresenta a crise de 90, assim como a atual, fundamentalmente como uma crise fiscal, sobretudo, derivada da forma inadequada de intervenção do Estado no econômico e no social assim como de uma forma burocrática sobrecarregada e pesada para administrar este.

Para essa ala da economia política, no intuito de superar a crise, o Estado deveria assumir a forma do Estado social-liberal. Diferentemente do pensamento liberal que defende o Estado-mínimo como forma ótima para o funcionamento da economia, a centro-esquerda social liberal preconizava e ainda hoje, mais do que antes, preconiza que a reforma do Estado significa a:

“recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não estatais- **as organizações sociais** – para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial.” (BRESSER PEREIRA. P. 58. 1998).

Para o autor supracitado, o Estado deveria transitar de uma forma que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador desse desenvolvimento. Daí o papel central desenvolvido pelas OSs na estratégia de atuação do Estado e conseqüente superação da crise.

Na condução da reforma do Estado implementada no Brasil a partir de 1998 o então MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) elegeu quatro eixos principais; *primeiro*, uma questão econômico-político, a delimitação do tamanho do Estado; *segundo*, outra questão econômico-político, a redefinição do papel regulador do Estado; *terceiro*, uma questão econômico-administrativo, o aumento da governança; e *quarto*, uma questão política, o aumento da governabilidade. No entanto, para o aprofundamento da questão a ser tratada nessa exposição, me deterei com mais atenção no primeiro aspecto acima elencado que diz respeito sobre as funções a serem desempenhadas pelo Estado, isto é sobre o tamanho do Estado. Pois para os defensores do Estado Social-Liberal, com o objetivo de garantir uma maior eficiência, o Estado deve ser reduzido em seu tamanho principalmente em termos de pessoal, através de programas de privatizações, terceirizações e “publicização” como é chamado - carinhosamente - por essa corrente, o processo de transferência para o setor público “não-estatal” (as OSs e as ONGs) os serviços sociais, e neles inclui-se a educação, e os processos científicos.

Para esta corrente, ao longo do século XX o Estado cresceu demasiadamente em termos de pessoal e principalmente em termos de receita e despesa. Com efeito, esse crescimento demasiado acarreta inevitavelmente em ineficiência e descontrole fiscal. A



ideia por trás desse raciocínio é que o Estado então transfira para a iniciativa privada grande parte de suas funções, dentre as quais as atividades sociais tais como as escolas, as universidades, as creches, os museus, a saúde etc. No que diz respeito a esses serviços em particular, a solução encontrada foi justamente a implantação das OSs. Em um modelo baseado na experiência norte americana.

Mas antes de avançar na recuperação dos aspectos históricos que estão relacionados à origem das contradições deste discurso, é fundamental aprofundar um pouco mais nos argumentos que definem e sustentam a implantação de uma OS (organização social). Para esta tarefa me apoiarei na legislação relacionada à matéria e nos cadernos do MARE, Ministério da Administração e Reforma do Estado.

De acordo com a lei federal n 9.637 de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação das organizações sociais, em seu artigo primeiro temos que:

“é de atribuição do poder executivo qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.” (BRASIL, 1998).

A partir deste marco, portanto, inaugura-se no Brasil a possibilidade da criação legal das OSs. De acordo com o caderno n. 2 do MARE, dedicado às diretrizes gerais que justificam e conformam a criação das organizações sociais, a implementação destas se colocam como estratégia central da reforma do aparelho do Estado.

De acordo com essa estratégia, a reforma do aparelho do Estado distingue quatro setores estatais, dentre os quais, as OSs se classificam como serviços não-exclusivos do Estado pois:

“Correspondem ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado, mas este se faz presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem economias externas” relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços pela via do mercado. São exemplos desse setor as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.” (BRASIL. 1997. P. 10)

A partir do exposto digo que a estratégia não poderia ser mais clara, e os argumentos também bastante conhecidos. Para essa vertente tanto as OSs assim como as ONGS constituem no capitalismo contemporâneo um terceiro tipo de propriedade, além é claro da propriedade privada e da propriedade estatal. Trata-se da propriedade pública não-estatal, pois segundo os reformadores, estas se qualificam como entidades sem fins



lucrativos diretamente orientadas para o atendimento do interesse público e não pertencem a nenhum indivíduo ou grupo particular. O argumento cabal seria a de que esta parceria entre a sociedade e o Estado:

“além de viabilizar a ação pública com mais agilidade e maior alcance, torna mais fácil e direto o controle social, mediante a participação, nos conselhos de administração, dos diversos segmentos beneficiários envolvidos. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição.” (BRASIL. 1997.p. 11)

Significa que dentro dessa lógica, como visto, o inchaço do Estado torna a sua própria atuação ineficiente, já que pelo seu enorme tamanho não é capaz de responder com eficiência e qualidade necessária o atendimento das necessidades do cidadão. As OSs seriam ideais, pois os mecanismos necessários para sua qualificação, além é claro de sua natureza “desinteressada” em termos de lucratividade garantiriam uma maior eficiência e qualidade nos serviços prestados ao “cidadão-usuário”, com um custo muito menor, se comparados aos serviços prestados diretamente pelo Estado.

Diante desse cenário que se apresenta, é que essa pesquisa se propõe a uma análise crítica das bases teóricas que orientam essa estratégia, bem como identificar as contradições presentes nesse discurso. Para esta tarefa, me apoiarei nas análises marxianas e marxistas sobre os temas que perpassam essa discussão, tais como as questões relacionadas à crise global e local; a relação Estado/Mercado; a educação como mercadoria; e os pressupostos ontológicos do trabalho.

No que diz respeito ao campo empírico, proponho verificar em que medida os requisitos para a qualificação de uma OS são atendidos, inclusive os de controle. Ao mesmo tempo é de suma importância saber se os objetivos relativos a uma suposta maior eficiência, melhor qualidade do serviço prestado e custo menor, de fato se verificam, ou o que significam. Pois todos esses aspectos influirão diretamente na educação e na atividade docente, objeto desta pesquisa.

A hipótese aqui levantada é a de que as OSs são uma forma disfarçada de atuação do mercado. Apoiando-me no ponto de vista de classe, acredito que velhos e novos mecanismos próprios da gerência capitalista em relação ao processo de trabalho estarão sem dúvidas presentes nessa experiência. A saber, a separação entre a administração da escola, (o trabalho conceptual) e o trabalho dos docentes (doravante a ser tratado pelas OSs como trabalho de execução); a contratação via CLT, seja, fragmentando a categoria dos docentes por meio de diferentes tipos de contratos, ou pela instabilidade empregatícia; a intensificação do trabalho, a partir do aumento da jornada de trabalho (jornada dupla) e do aumento da produtividade do trabalho, e por fim o acirramento do



controle seja, pela meritocracia, pela figura do tutor (gerente) ou pelas metas de desempenho acompanhadas pelas avaliações do mesmo.

A meu ver essas questões se verificadas corroborarão para a tese central que orienta esta pesquisa; especificamente, que a implantação das OSs na educação, traz enormes dificuldades ao trabalho docente e de maneira geral e em consequência disto, abala a própria concepção de uma educação emancipadora. Já que as OSs estariam a serviço não da produção do ser, mas a serviço de uma nova cadeia produtiva, uma forma de facilitar a constituição de um mercado de produtos da educação por meio da; compra e venda da força de trabalho; da constituição de centros privados de formação agilizada de professores; da venda de sistemas pedagógicos impressos e on-line; das oportunidades abertas para as consultorias de gestão, dentre outros.

No que diz respeito à produtividade do trabalho docente e a despeito da definição conceitual e legal das OSs, como visto anteriormente, a qual indica serem entidades sem fins lucrativos. Observo que a instituição da contratação via CLT em detrimento ou abandono da carreira docente, como querem os defensores das OSs na educação, indica claramente para a tentativa de estabelecer os pressupostos próprios do mercado no que diz respeito à compra e venda da força de trabalho.

Com efeito se as OSs se colocam como estratégia não para a solução da crise do Estado, como argumentam os defensores do neoliberalismo, mas sim como estratégia de escape para a crise do próprio capital, no sentido de criar novos espaços para sua reprodução e ampliação, como será defendido nesta tese doravante. As transformações em curso sem dúvidas incluirão dentro da cesta de produtos da educação, o trabalho docente como elemento estratégico de sujeição da educação às necessidades do capital. Pois como veremos a seguir no modo de produção e reprodução capitalista, o trabalho aparece como a principal e única real fonte de produção de valor.

Com isso torna-se de fundamental importância realizar uma discussão teórica sobre a categorização a ser adotada nesta tese sobre o trabalho e mais detidamente sobre as especificidades do trabalho docente, definindo assim o escopo desta apresentação.

2- A educação como mercadoria

Em termos conceituais, a análise da possível degradação do trabalho do professor na forma das OSs, tem como ponto de partida o trabalho docente enquanto trabalho produtivo e a educação enquanto mercadoria. Para percebermos essa forma assumida pelo trabalho do professor, inicio a argumentação a partir da definição do conceito de trabalho desenvolvido por Marx¹³⁶.

No texto de "O capital", de imediato Marx anuncia que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. Mas o que isso quer dizer? A chave da resposta encontra-

¹³⁶ Marx Karl. "O processo de trabalho e o processo de valorização" In: O capital. Crítica da economia política. São Paulo SP. Boitempo. Livro I. 2013.



se no mesmo texto no parágrafo seguinte. Neste ponto Marx chama a atenção para sua definição do conceito do trabalho que se tornou clássica nos autores que tomam como referência esses escritos. Diz o autor:

“O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar, da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (Marx. 2013, p 255).

Ainda segundo este autor esta definição pressupõe o “trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem”. (Marx. 2013, p. 255). Isso porque poderíamos imaginar ou levar em consideração a atividade realizada pelos animais. Em outra clássica passagem, Marx pondera:

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.” (Marx. 2013, p. 255).

A grande diferença entre estes dois processos é que no trabalho realizado pelo homem como visto anteriormente, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador, isto é, o homem é capaz de idealizar e planejar antecipadamente em sua mente todos os passos necessários à realização de sua atividade. Neste sentido, o resultado da operação pode variar tanto quanto a forma da coisa pensada.

Como dito, essa é uma qualidade essencialmente humana. Na verdade, a criação do que chamamos humano é resultado desta interação metabólica entre homem e natureza. Na medida em que o homem interage com a natureza modificando-a, ele modifica a si mesmo ao longo de um conjunto de ações materiais e, portanto históricas, que só podem ser pensadas em sua generalidade enquanto um fenômeno social.

Entretanto, trazendo, a partir dessas poucas considerações, para a contextualização atual da atividade desenvolvida pelo docente fica difícil, num primeiro momento, enquadrar o trabalho do professor nesta categorização, pois seria possível dizer que a atividade exercida por este não estabelece uma relação metabólica direta com a natureza na produção de coisas úteis.



No entanto, esta categorização deve ser considerada dentro de uma conjuntura histórica que se modifica através dos tempos. O próprio Marx ainda em trecho de “O capital” alerta que:

“um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano não se desvencilhou de sua forma instintiva” (Marx, 2013, p. 255).

E outros tantos, mas não tão distante quanto o exemplificado pela citação separa o trabalhador que se apresentava nas guildas, do trabalho oferecido no mercado pelo trabalhador docente contemporâneo.

No entanto, a essência da atividade docente, quanto às consequências para o trabalhador parecem não terem mudado das descritas por Marx ao longo de sua obra, de fato sob o meu entendimento elas ficaram piores, vejamos como.

Harry Braverman em sua obra “Trabalho e capital monopolista” oferece uma estratégia capaz de enquadrar com mais precisão as metamorfoses sofridas pelo trabalho levando em consideração as transformações históricas ocorridas. Esta explicação se faz necessário ao considerar o suposto caráter não produtivo do trabalho docente. Inicialmente, Braverman toma como ponto de partida as observações feitas por Marx sobre o trabalho. E assim como feito anteriormente, neste texto, destaca o poder do pensamento conceptual humano no intercâmbio com a natureza, em contraste com os demais animais.

Ainda nesta comparação, o autor ressalta a diferença fundamental entre o trabalho humano e o desenvolvido pelo instinto. Nos seres humanos “a unidade de *concepção* e *execução* pode ser dissolvida” (Braverman, 1981, p 53). O que importa aqui no que diz respeito ao trabalho humano é que a *concepção* pode ser feita por uma pessoa e a *execução* por outra. Aspecto central para o entendimento do surgimento da gerência capitalista como forma de controle e dominação do capital contemporâneo.

Para Marx, assim como em Braverman, a capacidade de executar o trabalho é a força de trabalho. Entretanto, estamos aqui não com o objetivo de analisar o trabalho “em geral” próprio a todos os modos de produção pelos quais os homens efetivamente pela sua ação na natureza se criaram e continuam criando-se, e nunca é bastante repetir: ação essa que caracteriza a humanidade. Mas sim com o objetivo de analisar o trabalho nas formas em que ele assume sob as relações capitalistas de produção. Nesse sentido, Braverman assevera que “a produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* (com relação a modos de produção anteriores) é a compra e venda da força de trabalho” (Braverman, 1981, p 54). Vale ainda ressaltar mais uma vez o caráter histórico desse fenômeno. Apesar da compra e venda da força de trabalho estar presente em formações históricas anteriores é no modo de produção capitalista que ela assume forma determinante das relações sociais de produção.



É significativo para nossa análise do trabalho do docente sob a guarda das OSs, levar em conta o relevante trecho no qual Braverman tece considerações sobre a “emancipação do capital”. Em suas palavras:

“O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para expansão do capital, para a criação de um lucro” (Braverman, 1981, p 56).

Tendo isso em mente, duas sugestões feitas por Braverman serão levadas em consideração no desenrolar deste projeto, primeiro, o fato de ser temerário levar em conta o processo de trabalho como simples modo de trabalho, pois é justamente a criação de um lucro o que interessa ao capitalista que ao longo deste embate passou a controlar o processo de trabalho. Segundo, que a análise do trabalho docente levará a partir de agora em consideração a maneira pela qual o processo de trabalho é modelado pela acumulação de capital. Neste particular, poderia algum reformador empresarial da educação, esbravejar, as OSs são entidades sem fins-lucrativos. Entretanto se a segunda condição for verdadeira, isto é se o trabalho docente estiver sendo modelado pela acumulação de capital, resta saber para onde está indo e como o lucro resultante desta forma de exploração do trabalho está sendo obtido e/ou disfarçado.

Com efeito, a referida “emancipação do capital”, expressão supracitada, refere-se ao fato de que para o capitalista o que importa além da capacidade do trabalho na criação de valores úteis é principalmente o fato do trabalho poder ser comprado e vendido como uma mercadoria, como força de trabalho ancorado num regime que privilegia o valor da troca de mercadorias e não sua utilidade. Mas não uma mera mercadoria, e sim como uma mercadoria especial, a única capaz de criar valor, a única capaz de acrescentar um novo valor, sobre trabalhos passados cristalizados na matéria. Uma mercadoria capaz de produzir mais do que consome ou o que conhecemos como “trabalho excedente”. O qual pode ser compreendido como extensão do tempo de trabalho para além do ponto em que ele se reproduziu. Sobre esta característica Braverman observa que para o capitalista o que interessa no trabalho excedente humano é:

“Seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação de seu capital.[...] os meios que ele utiliza podem variar desde o obrigar o trabalhador a jornada mais longa possível, como era comum nos inícios do capitalismo, até a utilização dos mais produtivos instrumentos de trabalho e a maior intensidade deste.” (Braverman, 1981, p 58.)



Para estas análises levei em conta o alerta feito por Fontana & Tumolo (2008) para aqueles que se aventuram na categorização do trabalho docente. Esses autores chamam a atenção para o fato de que não é possível discorrer sobre o trabalho docente restringindo as análises ao processo de trabalho sem levar na devida consideração a relação com o processo de produção capitalista.

Neste ponto da análise sobre o trabalho docente o que está em jogo em uma investigação marxista sobre a questão é saber se o trabalho docente pode ser considerado um trabalho produtivo. A resposta afirmativa para esta questão é importante, pois ela permite perceber tanto o professor quanto a própria escola submetidos às relações características do modo de produção capitalista, qual seja um sistema que privilegia a produção de mercadorias como forma predominante da produção e a consequente exploração do trabalhador através do processo de produção de mais valor.

A meu ver as informações levantadas neste texto até este ponto, são suficientes para a compreensão do conceito de trabalho produtivo. Como vimos o processo simples de trabalho resulta na produção de um valor de uso, enquanto o processo de produção de capital tem como fim último a produção de mais-valor e consequentemente do próprio capital.

Em oportuna passagem de “O capital”, Fontana & Tumolo (2008) destacam que para Marx, trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, ou seja, é trabalho que produz mais-valor e consequentemente capital, acompanhemos o trecho:

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve á autovalorização do capital. (...) O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (Fontana & Tumolo 2008, p. 166 apud Marx, 1984, p. 105).

Ainda, tomando emprestadas as palavras dos autores em pauta, temos que:

“Isso significa que o trabalho produtivo está em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino” (Fontana & Tumolo 2008, p. 167).

No meu entendimento, certamente este é o caso do trabalho dispendido pelos professores que percebem salário, pois estes vendem sua força de trabalho em troca de uma quantidade em dinheiro, produz uma mercadoria - ensino - que pertence agora à



escola, no caso deste texto das OSs, e ao fazê-lo produz mais-valia e conseqüentemente capital. Em outra oportuna passagem de “O capital”, Fontana & Tumolo (2008) ilustram a questão com citação do próprio Marx:

“Se for permitido escolher um exemplo fora da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação”. (Fontana & Tumolo 2008, p 168 apud Marx, 1984, p. 105).

Portanto, a escola ao estabelecer relações de produção especificamente capitalistas com o trabalhador, permite a compreensão do trabalho docente em âmbito das OSs, enquanto um trabalho produtivo. Desmistificando a questão. Este aspecto permite por sua vez a utilização das categorias analíticas marxistas na análise do trabalho docente fundamentando teoricamente essa questão e justificando a adoção deste referencial.

Questão ainda a ser debatida em outra ocasião, é o fato de que as OSs nem precisam dispor de próprio capital, já que esse recurso é repassado diretamente dos cofres públicos para essas entidades, eliminando os riscos próprios de uma atividade capitalista, o melhor dos mundos para os que ganham com as OSs e o pior dos mundos, a meu ver, para aqueles que sem dúvidas perderão com a sua chegada: a classe que trabalha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da administração e reforma do Estado/secretaria da reforma do Estado. Organizações sociais. Brasília. (cadernos MARE da reforma do Estado; vol. 2). 1997.

BRESSER PEREIRA Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. IN: Revista Lua Nova. (On line). N. 45. P. 49-95.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>. 1998

BRAVERMAN. Harry. Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREITAS Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

FONTANA, Klalter Bez & TUMOLO Paulo Sérgio. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. In; Educação e Sociedade. Campinas. Vol. 29. n 102. p. 159-180. Jan/Abr. 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

------. O capital. São Paulo: Abril cultural, 1984. V. 1. T. 2



LEGISLAÇÃO

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm lei federal n 13.019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm lei federal n 9.637

http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2005/lei_15503.htm lei estadual n 15.503

Grupo de Trabalho 5 – Trabalho, Educação e Inovação Técnica

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: AS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.

Cílon César Fagiani¹³⁷

Resumo

As reformas educacionais adotadas a partir da década de 1990 explicitam o seu alinhamento aos interesses do capital privado internacional, ou seja, à lógica da acumulação. No Brasil e em Portugal as políticas educacionais estão vinculadas às determinações de instituições financeiras internacionais. Essas instituições vinculam seus projetos às liberações de recursos. Os dois países estão passando por um processo de reestruturação produtiva no contexto da globalização do capital e das políticas neoliberais, envolvendo a introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais, terceirizações, subcontratações e privatizações, afetando a força de trabalho e a vida de seus cidadãos. As políticas educacionais são então planejadas estruturalmente e pedagogicamente para a formação de força de trabalho demandada pelo sistema capitalista. De forma utilitarista e dual, limita e direciona a formação dos jovens trabalhadores. A diminuição dos investimentos e privatização nos serviços públicos diminui a qualidade de vida de seus cidadãos.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Brasil, Portugal

¹³⁷ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação. Pesquisador convidado na Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Portugal. Professor no Instituto de Ensino Superior Passo 1, unidade de Uberlândia. E-mail: cilsoncf@gmail.com



Introdução

Este artigo é parte da tese de doutorado defendida em 2016. Tem por objetivo analisar as reformas educacionais no Brasil e em Portugal adotadas a partir da década de 1990. Entende-se que tais reformas explicitam o alinhamento dos governos dos respectivos países aos interesses do capital privado internacional, ou seja, à lógica da acumulação em função, fundamentalmente, dos vínculos estabelecidos pelas instituições entre aprovação de seus projetos às liberações de recursos.

Entende-se que os dois países estão passando por um processo de reestruturação produtiva no contexto da globalização do capital e das políticas neoliberais, envolvendo a introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais, terceirizações, subcontratações e privatizações, afetando a força de trabalho e a vida de seus cidadãos. Guardadas as particularidades históricas, econômicas e sociais de Brasil e Portugal, bem como a posição de cada um em blocos econômicos diferentes, ambos tendem à uma aproximação na atualidade quanto às políticas neoliberais implementadas pelos seus respectivos governos dadas as exigências de ajuste fiscal promovidas pelos organismos financeiros internacionais como o FMI, BID e BM.

O artigo, organizado em introdução, desenvolvimento e conclusão, argumenta que as políticas educacionais são então planejadas estruturalmente e pedagogicamente para a formação de força de trabalho demandada pelo sistema capitalista. De forma utilitarista e dual, limita e direciona a formação dos jovens trabalhadores. A diminuição dos investimentos e privatização nos serviços públicos diminui a qualidade de vida de seus cidadãos

1 – A Educação sob a Influência do Capital Internacional.

O Brasil apresenta um histórico de endividamento com bancos internacionais muito longo, ou seja, já iniciado em 1824, após a declaração de sua independência, quando tomou emprestado uma quantia de 3 milhões de libras esterlinas da Inglaterra. Conhecido como “empréstimo português”¹³⁸ teve como objetivo cobrir dívidas do período colonial, as quais se elevaram muito com a vinda da família real ao Brasil em

¹³⁸ Grifos do autor.



1808 e atingiu situação crítica quando esta partiu para Portugal em 1821, e que na prática nada mais era do que um pagamento à Portugal pelo reconhecimento da independência brasileira e também o reconhecimento da soberania brasileira por parte dos ingleses.

No período imperial, entre os anos 1824 e 1888 foram contraídos ao todo 15 empréstimos, muitos com objetivos de sustentação financeira, ou seja, para pagar juros e dívidas anteriores (SILVA, 2009). Durante a República o cenário não mudou, entre negociações e novas contrações de empréstimos em 1934 a dívida brasileira batia a casa dos 237 milhões de libras esterlinas (HISTORIANET, 2015).

Nos anos 1930 as relações com os norte-americanos se tornaram estreitas ao ponto dos empréstimos começarem a ter como fonte os Estados Unidos da América em detrimento da Inglaterra. No período pós golpe militar, especificamente na segunda metade dos anos 1960, o cenário não muda, e não obstante as taxas da economia estarem elevadas e mesmo por isso, novos empréstimos são contraídos para sustentar o chamado “milagre econômico”¹³⁹ (HISTORIANET, 2015). A dívida externa (pública e privada) sofreu um aumento de 37,5% passando de 3,2 bilhões de dólares em 1964 para 4,4 bilhões de dólares no final de 1969 e até 1975 apresentou um crescimento de 400% chegando aos valores de 21,2 bilhões de dólares (PEDRAS, 2009).

As últimas operações financeiras de tomada de crédito entre o Brasil e o FMI ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ministro Pedro Malan nos seguintes anos e respectivas quantias negociadas: 1998/20 bilhões de dólares, 1999/32 bilhões de dólares e 2002/30 bilhões de dólares (BRASIL 247, 2015).

Segundo Chomsky apud Frigotto (2010) a expansão financeira do capital através dessas instituições financeiras internacionais, disseminam políticas, definidas pelas mesmas, que não beneficiam os que delas precisam, mas exclusivamente os “homens de negócio”¹⁴⁰.

Os programas ditados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial já ajudaram a dobrar a brecha entre os países ricos e

¹³⁹ Grifos do autor.

¹⁴⁰ Grifos do autor.



pobres desde 1960. As transferências de recursos dos países pobres para os ricos chegaram a mais de US\$ 400 bilhões entre 1982 e 1990, o equivalente, em valores atuais, a mais ou menos seis Planos Marshall “fornecidos pelo sul ao norte” (CHOMSKY apud FRIGOTTO, 2010, p. 92).

Para o Brasil, um importante documento de orientação de desenvolvimento socioeconômico regional, já que foi feito pensando na América Latina, teve origem em reunião realizada em Washington, em 1989, onde se sentavam na mesma mesa representantes de governos de países em desenvolvimento e desenvolvidos, ministros da Fazenda, representantes das instituições financeiras internacionais e presidentes de bancos centrais. Tal documento é denominado Consenso de Washington e descreve um modelo de reforma a ser aplicada pelos países já devedores e que precisem de mais empréstimos dos credores internacionais (SILVA, 2005).

Com diagnóstico que apontava para a vulnerabilidade apresentada pela situação dos países da América Latina trazia em um conjunto de medidas, chamadas de "as reformas de primeira geração"¹⁴¹, amplamente neoliberais, dentre as quais destacam-se aqui algumas:

- A disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários,
- A reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos,
- Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores,
- Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e a desregulamentação progressiva do

¹⁴¹ Grifos do autor.



controle econômico e das leis trabalhistas. (KUCZYNSKI e WILLIAMSON apud SILVA, 2005)

O Brasil, embora não tenha aceitado de imediato tais medidas, aplicou-as de forma muito contundente na década de 1990. Merece destaque também, neste mesmo contexto, a relação do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em ação conjunta com o governo brasileiro, em seus três níveis, municipal, estadual e nacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem como estratégia o desenvolvimento, por meio do setor privado, dos diferentes setores econômicos e sociais, tais como os de desenvolvimento rural e urbano, saúde, educação, modernização do estado, transporte e comércio, entre outros. Em documento (BID, 2012) que traz as estratégias de ação do banco com o Brasil destacam-se como as prioritárias,

A estratégia reflete as prioridades compartilhadas entre o Governo (PPA) e o Grupo BID (GCI-9) e estabelece um equilíbrio entre a definição de seis grandes objetivos estratégicos: (i) estimular a inclusão social e produtiva; (ii) melhorar as condições de infraestrutura no país; (iii) fomentar o desenvolvimento de cidades sustentáveis; (iv) aprimorar a capacidade institucional dos entes públicos; (v) incrementar a gestão sustentável de recursos naturais e as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e (vi) promover o desenvolvimento por meio do setor privado. O Banco atuará com os três níveis de governo, com ênfase nos subnacionais (BID, 2012, p. 1).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem sido o principal credor internacional para o setor público do Brasil. Em dados do banco até 2012, os empréstimos em execução consistiam em 105 operações de crédito com um montante de 8.56 bilhões de dólares aprovados (BID, 2012).

Na Área da Educação, desde a fundação do banco em 1959, observa-se no gráfico 1 que a década de 1990 foi a que apresentou um maior volume de dinheiro nas relações de empréstimos e cooperação técnica entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (IDB, 2015).



Gráfico 1 – Volume de dinheiro envolvido em empréstimos e cooperação técnica para o Brasil tomados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento na Área da Educação dentro das décadas desde 1959.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB, 2015).

Atrelando suporte econômico à adesão às suas recomendações de maior rigor em termos de gestão pública e contenção orçamental através de diversos tratados, essas instituições promovem a difusão e adoção dos ingredientes da chamada Nova Gestão do Estado (HOOD, 1995), ou ainda Estado Gestor ou Managerista (CARVALHO, 2006), fundadas na ideologia neoliberal.

Segundo Carvalho (2006), os principais traços do novo modelo de gestão do Estado Managerista são os seguintes:

a) a ênfase no controle financeiro, em que se procura aumentar os ganhos de eficiência, traduzidos na noção de ‘fazer mais com menos’, e aumentar o valor do dinheiro, desenvolvendo-se, para tal, sistemas de informação mais elaborados de monitorização e de controle de custos;

b) a gestão pela hierarquia, sustentada numa forma de trabalhar de comando e controle direto e vertical, na definição de objetivos claros e na avaliação de desempenho, aspectos que correspondem ao aumento do poder da gestão de topo;



c) a orientação para uma cultura de auditoria, tanto financeira como profissional, com ênfase em métodos de avaliação de desempenho mais transparentes, baseados no ‘*benchmarking*’, e no estabelecimento de protocolos de desempenho profissional;

d) a valorização da responsabilidade do prestador perante o consumidor, acompanhada de uma crescente importância atribuída ao papel reservado aos prestadores do setor não público e da ênfase na orientação para o consumidor;

e) a desregulação do mercado de trabalho, acompanhada da erosão dos acordos coletivos e do crescimento de acordos individuais, baseados em contratos em curto prazo, e no aumento do *turnover* nas posições de topo;

f) os constrangimentos na autorregulação das profissões, que produzem alterações no poder profissional, com o deslocamento deste poder para a área da gestão e/ou o aumento de papéis de gestão desempenhados pelos profissionais;

g) o desenvolvimento de formas de gestão menos burocráticas e mais empreendedoras;

h) a instalação de novas formas de governo e gestão assentadas na marginalização dos representantes eleitos.

Com tais medidas observa-se a ênfase do controle do Estado sobre os profissionais, através de restrições ao seu poder, com base no aumento do controle sobre os orçamentos disponíveis e no aumento das prescrições centrais acerca dos processos de prestação de serviços, seguindo-se uma imposição da disciplina de mercado e cultura empreendedora.

Embora chame a atenção para as particularidades dos países membros da OCDE, Hood (1995) identifica a nova realidade da gestão pública em todos os países a partir de sete dimensões de mudanças, quais sejam:

- a) Profissionalização da gestão nas organizações públicas
- b) Medidas explícitas e quantificadas de desempenho
- c) Ênfase no controle dos resultados
- d) Desagregação das unidades
- e) Tendência para aumentar a competição
- f) Insistência em estilos e práticas de gestão privada



g) Ênfase em maior disciplina e parcimônia na utilização dos recursos

Portanto, de acordo com Previtali e Fagiani (2015), o Estado não deixa de ser um agente regulador. O que muda é o foco da regulação que passa a ser a desregulamentação das relações entre trabalho e capital concomitantemente a abertura e garantia de novos caminhos para a acumulação do capital. Essas determinações fizeram emergir um período na história que entre outras consequências, tem se caracterizado pela destruição de direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, pelo enfraquecimento da luta coletiva e pelo agravamento das desigualdades sociais.

2 – Portugal e Brasil: algumas aproximações

Portugal, país vulnerável e periférico no bloco econômico europeu recorreu também à ajuda destas instituições financeiras e teve suas condições sociais, econômicas e educacionais amplamente agravadas em particular pelo desmonte do Estado Social (VARELA, 2013).

Desta feita, Portugal aderiu ao Fundo Monetário Internacional em 1960 e tomou dinheiro emprestado por três vezes, em 1977, em 1983 e a terceira vez, bem mais recente, em 2011. Nesta última situação, Portugal, em condições ruins economicamente, pioradas depois da entrada na zona do euro¹⁴², pediu dinheiro emprestado ao FMI, de aproximadamente 26 bilhões de euros, e também recorreu a Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu onde obteve um empréstimo de até 52 bilhões de euros (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2011; IMF, 2011).

Tais instituições formaram um conjunto de credores denominados de Troika, para a qual Portugal teria que se submeter às políticas determinadas no programa do empréstimo com supervisão periódica de resultados, feitas por visitas dos técnicos ao país em tempos determinados. Neste último empréstimo as supervisões estão previstas para ocorrer até 2021 (EXPRESSO, 2014).

¹⁴² Amaral analisa três períodos distintos no processo de entrada na zona do euro por Portugal, um primeiro em que o impacto foi positivo, com crescimento econômico, o segundo de preparação para a moeda única o que gerou problemas de competitividade externa à política macroeconômica seguida e às transformações do comércio mundial e o terceiro, que se estende até os dias atuais, em que a economia portuguesa entrou em crise e o elevado nível de endividamento condiciona as possibilidades de crescimento futuro. Para maiores detalhes ver AMARAL, J. F. O Impacto Econômico da Integração de Portugal na Europa, 2006.



Essa política baseada unicamente na recuperação econômica impõe sérios riscos às condições sociais e à diminuição da qualidade de vida de seus cidadãos já que estão amplamente constituídas e voltadas para privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e diminuição dos gastos públicos, principalmente no que se refere aos recursos humanos, seja com programas de demissão voluntária, reorganização das funções causando sobrecarga de trabalho e até diminuição direta dos rendimentos e benefícios já adquiridos. Dessa maneira os setores da saúde e educação públicas são muito afetados e tem a qualidade drasticamente diminuída. Somando-se a estas situações temos a entrega de empresas de fornecimento estratégico de bens de sobrevivência à iniciativa privada, tais como as de fornecimento de energia, gás, água, transportes e telecomunicação. Como mostram as imagens 1, 2, 3, 4 e 5, os seguimentos organizados do setor público mostraram seus descontentamentos e protestaram em passeatas pelas ruas de Lisboa.

Do ponto de vista do FMI, Portugal está no caminho certo e deve aprofundar as reformas rumo às privatizações. De acordo com um comunicado oficial do órgão emitido na imprensa em 12 de Fevereiro de 2014 (FMI, 2014):

É de louvar o empenhamento das autoridades portuguesas na execução do programa apoiado pelo FMI, não obstante os recentes contratemplos jurídicos. As autoridades promulgaram um orçamento para 2014 que é coerente com os objetivos do programa e introduziram medidas para compensar a componente da reforma das pensões [...] Será preciso resistir às pressões para o aumento da despesa pública e dar seguimento aos esforços para racionalizar a administração pública e reduzir a brecha entre as transferências sociais e as contribuições.

A “resistência às pressões” referida no comunicado está direcionada à resistência do governo aos movimentos sociais e de sindicatos contra as reformas quer seja através de ações de inconstitucionalidade no plano jurídico, quer seja através de manifestações sociais e greves como mostram as imagens. Segundo o órgão da segurança pública representado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) em 2012 ocorrem 579 manifestações em Lisboa (DIÁRIO DIGITAL, 2013).

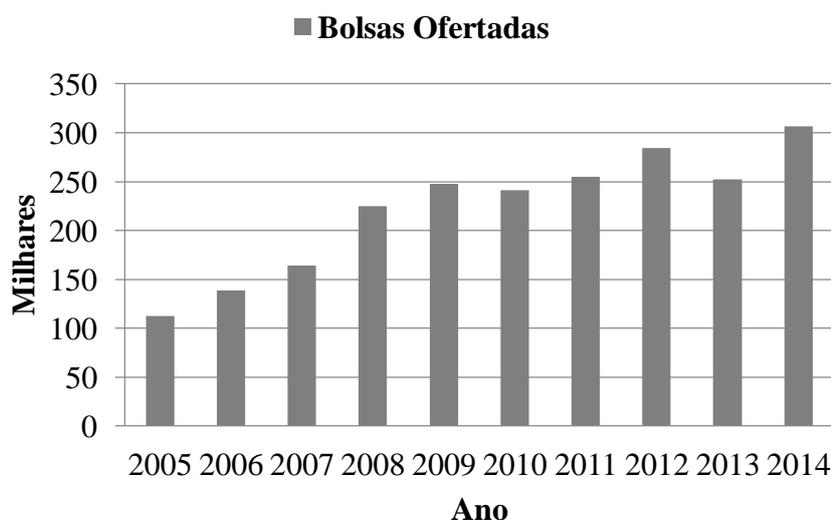
Na América Latina, em particular no Brasil, observam-se programas de governo que incentivam à iniciativa privada em atividades educacionais, no ensino superior com



financiamentos dos custos dos cursos particulares e com bolsas de estudo e na educação profissional com bolsas de estudo.

No caso do ensino superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado em 2005 (LEI nº 11.096), tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais. Até 2014 já atendeu 1,4 milhões de estudantes sendo 70% com bolsas integrais. No primeiro ano, em 2005, o programa ofertou 112.275 bolsas e em 2014 foram ofertadas 306.726, apresentando um aumento de 173% em uma crescente evolução durante o período (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Bolsas de estudos integrais e parciais ofertadas pelo Governo do Brasil no Programa Universidade para Todos desde a sua institucionalização.



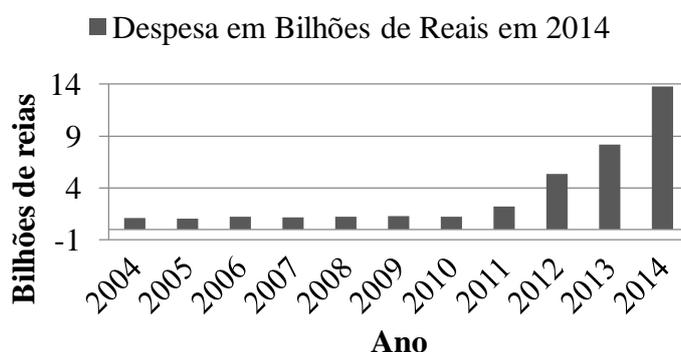
Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema PROUNI (2015).

Outro programa é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), institucionalizado em 2001 (LEI n. 10.260) para financiamento dos custos dos cursos superiores nas instituições particulares, que em 2014 se tornou o maior item de despesa em educação do governo federal, a exceção com gastos em pessoal, com 15% do total e uma quantia de 13.769 milhões de reais. Sua evolução no período de funcionamento,



desde 2004, apresentou tímido crescimento até 2010 e uma explosão a partir de então, até 2014 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Despesas do governo federal do Brasil com o programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) desde o início de seu funcionamento em 2004 até 2014.



Fonte: Elaborado a partir de MENDES (2015) com dados do Sistema Siga Brasil e IBGE, com deflator IPCA junho a julho de 2014.

Vale ressaltar que no primeiro semestre de 2015 os dois programas, PROUNI e FIES juntos, ocuparam 69% das vagas no ensino superior, ou seja, verba destinada as instituições particulares e 31% foram ocupadas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), este destinado as instituições públicas (G1, 2015).

Assim, não apenas no plano do discurso, mas também nas ações, os documentos da área dos credores enfatizam o papel da educação privada e, ao mesmo tempo, a necessidade de formação de trabalhadores flexíveis, adaptáveis as rápidas inovações tecnológicas, conferindo empregabilidade a estes e competitividade às empresas (IMF, 2011 e WBG, 2011).

Em documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe intitulado Estratégias Sobre a Política Social para Equidade e Produtividade (2011), que apresenta como prioridade a melhoria da qualidade da escola destaca-se,



To maximize the impact of this Strategy the Bank will seek the participation of the private sector both through the IDB's internal windows as well as through the mobilization of external resources, including through private foundations and corporations. The Bank will also work closely with other donors and multilateral institutions to identify comparative advantages and avoid the duplication of efforts (IDB, 2011, p. 36)¹⁴³.

No Brasil, a proposta de empréstimo feita ao BID pelo governo municipal de Manaus/AM (2014), inclui no projeto objetivos de expansão e melhoria da qualidade do sistema de educação pública em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Tal proposta foi aprovada com as condições de alinhamento do projeto aos documentos do banco,

Strategic alignment of the program. The program is aligned with the Bank's country strategy with Brazil (2012-2014) (document GN-2662-1), as part of the objective of fostering social inclusion in the priority sector of education, and is included in the 2014 Operational Program Report Update (document GN-2756-2). It will also contribute to the poverty reduction and equity enhancement lending priority of the IDB's Ninth General Capital Increase (GCI-9) (document AB-2764). It will contribute to the regional targets for the share of young people ages 15 to 19 who finish 9th grade and to the following outputs: (i) students benefiting from educational projects; and (ii) teachers trained. It is aligned with the Bank's Strategy for a Social Policy for Equity and Productivity (document GN-2588-4), linking improved educational quality and investment to effective early childhood development. According to the Education and Early Childhood Development Sector Framework Document (document GN-2708-2), it fits in with four priority dimensions for the Bank's intervention in education: (i) the high targets for student learning guide the provision and monitoring of educational service on all levels; (ii) new students join ready to learn; (iii) all students have access to effective teachers; and (iv) all schools have adequate resources and are able to use them for learning. (IDB, 2014, p. 5)¹⁴⁴

¹⁴³ Tradução: Para maximizar o impacto desta estratégia, o Banco procurará a participação do setor privado ambos através da janela interna do BID assim como através da mobilização de recursos externos, incluindo fundações e corporações privadas. O Banco também irá trabalhar estreitamente com outros doadores e instituições multilaterais para identificar as vantagens comparativas e evitar a duplicação de esforços.

¹⁴⁴ Tradução: Alinhamento estratégico do programa. O programa está alinhado com a estratégia de país do banco com o Brasil (2012-2014) (documento GN-2662-1), como parte do objetivo de promover a inclusão social no setor prioritário da educação, e está incluído na atualização de relatório operacional do programa de 2014 (documento GN-2756-2). Também contribuirá para a redução da pobreza e melhoria da equidade, prioridade do Nono Aumento Geral de Capital do BDI (GCI-9) (documento AB-2764).



Conclusão

Nesta nova fase do modelo capitalista, na qual contemplam-se o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias no sistema produtivo, o que está ocorrendo de forma muito acelerada é a inovação no mundo do trabalho, com o surgimento de diferentes tipos de trabalho, que nem sempre tem a mercadoria concreta sendo produzida. Busca-se, como esperado, maior produtividade na competitividade sem freio para a acumulação do capital. Esta nova fase do capital se volta para os sistemas educacionais e de maneira também globalizada, como tentaremos demonstrar analisando as situações de Brasil e de Portugal, no arcabouço dos princípios originais do modelo capitalista, planeja e avança com este planejamento na mesma relação de dominantes e dominados na conjugação do trabalho e educação, com objetivo de garantir a força de trabalho demandada pelo momento atual e manter a estrutura de classes, agora globalizada. Segundo Sanfelice (2008, p. 79),

A globalização, a mundialização e a transnacionalização – fenômeno econômico, político, social e cultural – trouxeram consigo a revolução tecnológica, a reestruturação do trabalho produtivo, a reorganização mundial da produção e do trabalho. O rol de perguntas que emergiram no campo da Educação passou a ser inusitado. Ante todos os novos componentes da capacidade histórica capitalista de ainda sobreviver, como se situa a Educação nessa "nova" ordem?

Os estudos sobre as políticas educacionais induzidas pelas Agências, sobre os pressupostos teóricos da "nova pedagogia da hegemonia", sobre a formação para o trabalho – qual trabalho? – a formação dos educadores, os parâmetros curriculares, os temas transversais, os sistemas de avaliação, a educação a distância, a especialização *versus*

Contribuirá para as metas regionais na participação dos jovens de idades entre 15-19, que terminaram o 9º ano nas seguintes atividades: (i) os alunos beneficiam de projetos educativos; e (ii) professores treinados. Ele está alinhado com a estratégia do Banco para uma Política Social para Equidade e Produtividade (documento GN-2588-4), vinculando a melhoria da qualidade educacional e investimento para desenvolvimento eficaz na primeira infância. De acordo com o Documento de Desenvolvimento da Estrutura do Setor Educação Infantil (documento GN-2708-2), ele se encaixa em quatro dimensões de prioridade para a intervenção do banco na educação: (i) as metas principais para a aprendizagem do aluno orientando a prestação e monitoramento de serviço educativo em todos os níveis; (ii) novos alunos prontos para aprender; (iii) todos os alunos ter acesso a eficientes professores; e (iv) todas as escolas terem recursos adequados e prontos para serem utilizados no aprendizado.



a formação geral, o financiamento, os níveis de ensino e dezenas de outras possibilidades demonstram que os "novos tempos" pautam, com destaque, a Educação.

Na América Latina, em particular no Brasil, observa-se programas de governo que incentivam à iniciativa privada em atividades educacionais, seja com a precarização do público, seja com políticas de incentivo ao ensino profissional e superior com transferência de dinheiro público para a iniciativa privada por meio de bolsas de estudo.

Assim, não apenas no plano do discurso, mas também nas ações, os documentos da área dos credores enfatizam as políticas voltadas a iniciativa privada na educação e, ao mesmo tempo, a necessidade de formação de um trabalhador flexível, adaptável as rápidas inovações tecnológicas, conferindo empregabilidade a este e competitividade à empresa. Observa-se então a importância do vínculo entre o movimento de internacionalização do capital e o planejamento de forma utilitária da educação tendo em vista o avanço do capital em direção a um elemento básico na formação do trabalhador que é o sistema educativo.

Verifica-se que a existência de condições amplamente vantajosas nas escolas privadas de ensino básico garante àqueles que a frequentam o alcance às melhores escolas públicas de ensino superior. E a grande maioria a qualificação para o trabalho. O planejamento de forma utilitária e a diminuição da qualidade das escolas públicas e da educação universalizada reforçam uma educação dual composta pelo ensino propedêutico, frequentado por poucos e o profissionalizante, frequentado pela grande maioria dos jovens da classe trabalhadora.

Assim constata-se a utilização da instituição escolar como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante e uma sociedade estagnada reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante é o que indica baixa qualidade da educação universalizada e sua dualidade em ensino propedêutico e profissionalizante. Para que a educação cumpra um papel transformador, o que deveria ser buscado insistentemente e sem dissimulações é a melhoria da qualidade do ensino básico público. Uma qualidade que necessariamente trabalha a qualificação voltada para o ser humano. Uma escola atrativa e prática constituída por artefatos e mídias



eletrônicas vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional, constituindo um aspecto significativo da cultura escolar para uso dissimulatório e manipulador

Portanto, a pertinência da discussão da relação entre o movimento de internacionalização do capital e a educação se mostra necessária tendo em vista o avanço do capital em direção a um elemento básico na formação do trabalhador que é o sistema educativo.

Referencias

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Brasil Estratégia do Bid com o País 2012- 2014**. 2012. Disponível em:

<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36850901> . Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL247. **Há 12 Anos, Brasil Pedia o Colo do FMI Pela Última Vez**. 2015.

Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/149113/Há-12-anos-Brasil-pedia-o-colo-do-FMI-pela-última-vez.htm>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CARVALHO, M. T. G. **A Nova Gestão Pública, as reformas no sector da saúde e os profissionais de enfermagem com funções de gestão em Portugal**. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas. 2006, p. 38-39.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2011. **FMI está pronto a ajudar Portugal pela 3.ª vez, diz porta-voz**. 2011. Disponível em:

http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1824377 Acesso em: 24 fev. 2015.

DIÁRIO DIGITAL. **Realizaram-se 579 Manifestações em Lisboa, 1,5 por dia, no Ano Passado**. 2013. Disponível em:

http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=620476 Acesso em: 13 mar. 2015.

EXPRESSO. **FMI Não Larga Portugal Até 2021**. 2014. Disponível em:

<http://expresso.sapo.pt/fmi-nao-larga-portugal-ate-2021=f866858#ixzz3SIZMKIGd>) Acesso em: 25 fev. 2015.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Comunicado de Imprensa n.º 14/55**. 2014.

Disponível em: Disponível em:

http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1824377 Acesso em: 24 fev. 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2010.



G1, 2015. **MEC diz que esgotou a verba para novos contratos do Fies em 2015.**

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/mec-diz-que-esgotou-verba-para-novos-contratos-do-fies-em-2015.html> Acesso em: 04 mai. 2015.

HISTORIANET. **A Dívida Externa Brasileira.** 2015. Disponível em:

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=211> Acesso em: 25 fev. 2015.

HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 20, No. 2/3, p. 93-109.1995.

IDB, Inter-American Development Bank. **Project to Improve Quality and Expand Coverage of the Manaus Municipal Public Education System (PROEMEM).** 2014.

Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39274452> Acesso em : 17 mar. 2015.

IDB, Inter-American Development Bank. **Strategy on Social Policy for Equity and Productivity.** 2011, p. 36. Disponível em:

<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35802223> Acesso em: 18 Mar. 2015.

IMF. International Monetary Fund. **Portugal: Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Fund Facility.** 2011. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11127.pdf> Acesso em: 24 fev. 2015.

IMF. International Monetary Fund. **Portugal: Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Fund Facility.** 2011. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11127.pdf> Acesso em: 24 fev. 2015.

PEDRAS, G. B. V. História da dívida pública no Brasil de 1964 até os dias atuais. In: SILVA, A. C. et al. (orgs). **Dívida Pública: A Experiência Brasileira.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009. p. 57-80.

PREVITALI, F. S. ; FAGIANI, C.C. Trabalho E Educação na Nova Ordem Capitalista: inovação técnica, qualificação e Precarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, outubro. 2015. pp. 58-72.

SANFELICE, J. L. Transformações no Estado-nação e Impactos na Educação. In.:

LUCENA, C.(org). **Capitalismo, Estado e Educação.** Campinas, SP. Alínea, 2008, p. 65-84.

SILVA, A. C. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA, A. C. et al. (orgs). **Dívida Pública: A Experiência Brasileira.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009. p. 33-56.

SILVA, M.A. O Consenso de Washington e a Privatização na Educação Brasileira. **Linhas Críticas, Brasília**, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

VARELA, R. Ruptura e Pacto Social em Portugal (1974 – 2012), In: PREVITALI F. S. (Org). **Novos Contornos do Trabalho, Educação e Alienação no Século XXI.** São Paulo: Xamã. 2013. p. 49 – 70.



WBG, World Bank Group. **Education Strategy 2020. Learning for all. Investing in People's Knowledge and Skills to Promote Development.** 2011. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/Education_Strategy_4_12_2011.pdf Acesso em: 5 fev. 2015.

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica

INFORMALIDADE NO SETOR CALÇADISTA BRASILEIRO: UM ESTUDO
COMPARADO ENTRE TRÊS MUNICÍPIOS

Luís Henrique Silva Ferreira – (Doutorando – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS – luishfbh@gmail.com)

André Junqueira Caetano – (Professor Adjunto IV – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS – acaetano@pucminas.br)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a informalidade dos mercados de trabalho do setor calçadista de três municípios brasileiros, localizados em diferentes regiões do território nacional, a partir de uma perspectiva comparativa. Na parte metodológica, criaram-se dois modelos de indústria calçadista, baseado em características de sua unidade produtiva e do seu mercado consumidor. Os dados analisados são referentes aos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010. Os principais resultados encontrados dão conta que em uma indústria calçadista menos estruturada, há maior quantidade de trabalho informal, com maior proporção de migrantes e mais horas trabalhadas.

Palavras-chave: indústria calçadista; mercado de trabalho; mercado de trabalho no setor calçadista; Nova Serrana-MG; Sapiranga-RS; Camocim-CE;

Abstract: The aim of this article is to analyze the informality of the labor market in the footwear industry in three Brazilian municipalities located in different regions of the



country, from a comparative perspective. For methodological effects, we created two ideal-type models of footwear industry based on characteristics of production, consumer market targeted and labor organization. The data analyzed refers to Census from 2000 e 2010. The mains findings shows that in a less structured footwear industry, there are more informal work, more migrants and more hours worked.

Keywords: footwear industry; labor market; labor market on footwear industry; Nova Serrana-MG; Sapiranga-RS; Camocim-CE.

INTRODUÇÃO

O setor calçadista brasileiro é um importante ramo da indústria de transformação, ocupando, de acordo com o Censo de 2010, cerca de 470.000 de trabalhadores, o que equivale a 6% do total dos ocupados na indústria de transformação. Os principais estados produtores de calçados do país são o Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Paraíba e o Ceará. No estado gaúcho destacam-se as regiões do Vale do Rio Sinos, do Vale do Rio Paranhana, Vale do Rio Taquari e a Serra Gaúcha. No estado de Minas Gerais, o polo calçadista do município de Nova Serrana. No Ceará, destacam-se os polos da Região do Cariri, de Sobral e o da região da capital do estado, Fortaleza. No estado de São Paulo, destacam-se os municípios de Franca, Birigui e Jaú. Em Santa Catarina, o Vale do Rio Tijucas. Na Bahia, sua região sul, e, na Paraíba, as regiões de João Pessoa e Campina Grande.

De fato, no Brasil, o setor calçadista tende a se aglutinar em alguns municípios polos, assumindo uma diversidade de arranjos da organização da produção e do trabalho e, por conseguinte, na composição da mão de obra e nas condições de trabalho. As condições de trabalho referem-se às características que determinam a qualidade do mesmo, desde o emprego com carteira de trabalho assinada até o nível de remuneração. Por composição da mão de obra entende-se as características sociodemográficas, especificamente sexo, idade, escolaridade e status migratório, que tendem a se associar às condições do trabalho.

Em vários setores da economia, nos arranjos produtivos mais informais e precários, a mão de obra ocupada tende a ser mais jovem, feminina, e ter uma proporção maior de imigrantes. Considerando a evolução da indústria calçadista em municípios polos e a diversidade dos arranjos organizacionais da produção e do trabalho nesse segmento, este artigo analisa a composição da mão de obra ocupada e as condições de trabalho neste setor nos municípios de Sapiranga, no estado do Rio Grande do Sul, Nova Serrana, em Minas Gerais, e Camocim, no Ceará. O objetivo da escolha desses três municípios é compará-los em dois



momentos distintos, 2000 e 2010, de forma a compreender como o componente trabalho se ajusta à organização produtiva, determinada pelo tipo de produto e seu público alvo, levando em consideração a evolução da atividade calçadista em cada desses municípios.

As condições de trabalho encontradas no setor calçadista são as mais variadas possíveis, desde o trabalho fabril, principalmente nas grandes indústrias, até o trabalho domiciliar. As formas de contratação e pagamento usadas pelo setor também são diversas, do trabalho formal assalariado com carteira assinada ao trabalho informal assalariado e ao informal autônomo na forma de contratação de terceiros com remuneração por produção em períodos determinados, prevalecendo os semanais e quinzenais.

A escolha de Sapiranga se deu pelo fato do município ter a gênese de sua indústria calçadista há mais tempo, já estar mais consolidada e com grau de maturação maior, sendo sua estrutura mais fabril. Já a escolha de Nova Serrana se deu tanto pelo seu destaque nacional na produção de calçados por adotar um modelo menos fabril. A escolha de Camocim se deveu ao fato deste município pertencer aos novos territórios da produção de calçados no Brasil, surgidos a partir de 1990. O propósito desta seleção é avaliar se o município cearense possui características de sua mão de obra e produção mais parecidas com o perfil de Sapiranga ou de Nova Serrana.

A INDÚSTRIA CALÇADISTA BRASILEIRA

Segundo Lima, Borsoi e Araújo (2011), a partir do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a modernização das indústrias de calçados tem-se caracterizado pela adoção de novas tecnologias e novos procedimentos na organização da produção advindos do processo de reestruturação produtiva. Isso se deve, principalmente, ao fato desta modernização ser caracterizada pelo trabalho intensivo, em que pese à adoção de inovações com relação aos produtos, materiais, maquinaria, informatização nas fábricas e aumento da produtividade das unidades de trabalho. Percebe-se, no âmbito produtivo uma rotinização da produção por meio da qual as indústrias adotam uma mescla de elementos organizacionais distintos, como a permanência de uma linha de montagem tradicional fordista-taylorista ao lado de equipes voltadas a produtos específicos, adotando estratégias como, por exemplo, o *kanban*.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011), no



ano de 2010, o Brasil produziu 893,9 milhões de pares de sapatos, com uma arrecadação da ordem de 12.340,4 milhões de dólares. Cerca de 348,7 mil empregados formais compunham a força de trabalho das 8,2 mil empresas formalizadas. As exportações chegaram à casa dos 143 milhões de pares, arrecadando cerca de 1.487,00 milhões de dólares. Já as importações somaram 28,7 milhões de pares, com um gasto de 304,6 milhões de dólares. O consumo *per capita* de pares de calçados no Brasil foi de 4,1. Analisando os dados para as principais regiões produtoras de calçado do país, o Sudeste foi responsável pela produção de 188,5 milhões de pares, ou seja, 21% do total produzido no Brasil no ano de 2010. Desse total, foram exportados 8,7 milhões de pares, 6% do total nacional, com rendimentos da ordem de 152,2 milhões de dólares, 10% do total arrecadado em exportações. São 89,7 mil empregos formais, 26% do total nacional e 4 mil empresas, 48% do total nacional. São responsáveis por esses números os estados de São Paulo e Minas Gerais.

A região Sul, a mais tradicional no segmento de calçados no Brasil, foi responsável no ano de 2010 pela produção de 302 milhões de pares, ou seja, 34% do total produzido no Brasil. Foram exportados 31,6 milhões de pares, 22% do total exportado pelo país. Essas exportações chegaram à ordem de 732,7 milhões de dólares, 49% do total de exportações. São 129,7 mil empregos formais, 37% do total nacional e 3,4 mil empresas, 41% do total nacional. Esses dados correspondem ao total produzido no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor da região.

A região Nordeste, atualmente é a maior produtora de calçados do país, respondeu em 2010 por 399,2 milhões de pares produzidos. Isso corresponde a 45% do total produzido no país. O Nordeste é também o maior exportador, sendo que atingiu a marca de 102,1 milhões de pares idos para o exterior, 71% do total nacional. Essas exportações chegaram à ordem de 595 milhões de dólares, 40% do total brasileiro, ficando atrás da região Sul, que arrecadou em 2010, 732,7 milhões de dólares, 49% do total nacional. Em 2010 eram 125,6 mil empregos formais, 36% do total nacional, e 627 empresas, 8% do total nacional, demonstrando um grande número de empregos para poucas empresas.



Em relação à produção por tipo de material usado no calçado, os dados disponibilizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2011) mostram que, em 2010, o Brasil produziu cerca de 487,4 milhões de pares de calçados feitos de plástico ou borracha, 54,5% do total de calçados produzidos. Os calçados feitos de couro somam 252,7 milhões de pares, 28,2% do total. Os calçados esportivos atingiram a casa de 88,2 milhões de pares, 9,8% e os calçados de outros materiais, 65,6 milhões de pares, 7,3%.

Os calçados produzidos a partir do plástico e da borracha são principalmente sandálias e chinelos. Essa produção é voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, principalmente marcas famosas como Havaianas. Essa produção encontra-se principalmente nos estados nordestinos. Os calçados produzidos a partir do couro, matéria prima mais cara e que precisa de maior elaboração, atende à demanda de calçados masculinos, mas, principalmente, de calçados femininos, especialmente botas e sapatos. Essa produção é voltada para a parcela do mercado interno com maior poder aquisitivo e também ao mercado externo. Já os calçados esportivos, produzidos a partir de materiais sintéticos, matéria prima de menor custo que simulam o couro, são produzidos tanto para o mercado interno de baixo poder aquisitivo quanto para exportação para países em desenvolvimento.

METODOLOGIA

Para análise selecionaram-se três municípios polos da indústria calçadista localizados em três estados distintos em que o setor calçadista tem presença importante no âmbito nacional. Esta seleção baseou-se na historicidade deste segmento industrial em cada um desses municípios, do surgimento à consolidação, na especialização da produção de mercadorias distintas para públicos-alvo diferenciados e, por conseguinte, na diferenciação e especificidades na organização produtiva. Os três municípios selecionados são apresentados a seguir.

O primeiro município, Sapiranga, localizado no estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, distante 62 km da capital do estado, através da



BR-116, em 2010 possuía uma população residente de 74.985 habitantes. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) dos anos de 2000 e 2010, o município possuía, em 2000, 268 indústrias de calçado, enquanto o estado do Rio Grande do Sul possuía 2.504, ou seja, em Sapiranga localizavam-se 11% das indústrias de calçado do estado. Em 2010, o número de indústrias de calçado em Sapiranga subiu para 423, um crescimento de 57,8% em 10 anos. Em relação ao total do estado, com 3.827 indústrias em 2010, as indústrias localizadas em Sapiranga representavam 11%, proporção pouco superior à de 2000. Sapiranga destaca-se ainda por sediar a calçados Paquetá, uma das maiores e mais tradicionais indústrias de calçados do Brasil, que contém unidades produtivas no Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e também na Argentina e na República Dominicana. Além disso, o município possui mão de obra altamente especializada, dado que existem escolas de treinamento voltadas para o setor instaladas no município. Os calçados produzidos em Sapiranga são em sua maioria feitos a base de couro, matéria-prima de alto custo, tanto para homens, quanto para mulheres. São sapatos sociais, botas, voltadas para um público alvo de alto poder aquisitivo, em relação à demanda interna e também para exportação, haja vista a boa qualidade dos produtos. Dessa forma, a organização do trabalho demanda determinada qualificação, uma vez que os produtos são altamente especializados.

Nova Serrana, Minas Gerais, está localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, distante 112 km da capital do estado e a 42 km de Divinópolis, principal cidade da região. A fabricação de calçados em Nova Serrana, de acordo com Suzigan e colegas (2005), iniciou-se a partir da produção de artigos de couro e botinas rústicas para atender a demandadas atividades agrícolas e de pecuária que ali existiam. É interessante observar que tanto o polo sulista, quanto o polo paulista, também desenvolveram-se da mesma forma, a partir do surgimento de atividades ligadas a pecuária e posteriormente ao trabalho do couro. De acordo com Suzigan e colegas (2005), o município é conhecido como a “capital nacional do calçado esportivo”. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2000, Nova Serrana possuía 570 indústrias de calçados, enquanto o estado de Minas Gerais possuía 1.237, ou seja, o município era responsável por 46,0% das indústrias de calçado do estado. Em



2010, o número de unidades produtivas no município aumentou para 879, apresentando um crescimento de 54,2% em 10 anos. Em 2010, Minas Gerais possuía 1.757 indústrias de calçados, ou seja, em Nova Serrana localizavam-se 50% do total, o que demonstra sua importância tanto em 2000 quanto em 2010. De acordo com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (2009), o setor calçadista do município concentra sua produção principalmente na fabricação de tênis e seus componentes, para os públicos masculino, feminino e infantil. Produz-se também chuteiras, chinelos, rasteiras, chinelos e calçados ortopédicos, principalmente a partir de material sintético. Esses produtos são de baixo custo, voltados principalmente para o mercado interno de baixo poder aquisitivo e quando para exportação, para países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Nesse contexto, a produção não demanda alto grau de especialização do trabalho, como tende a ser o caso Sapiranga.

Camocim, no estado do Ceará, distante aproximadamente 370 km da capital Fortaleza. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o município possuía, no ano 2000, uma unidade produtiva, de um total de 175 no estado do Ceará, isto é, em Camocim estavam 0,6% das indústrias de calçado do estado. Em 2010, o número de indústrias aumentou para cinco no município e no estado para 351 indústrias, isto é, em Camocim estavam 1,4% do total do estado. Camocim especializou-se na produção de calçados em couro natural ou sintético, tanto para os públicos masculino, feminino e infantil. A principal indústria de calçados da cidade, a Democrata Calçados, é oriunda do polo calçadista de Franca (SP). Nessa indústria, com uma unidade produtiva em Camocim, produz-se calçados masculinos, tendo como público principal o mercado interno brasileiro, porém parte da produção é destinada para exportação, principalmente para países da Europa, América Latina, Ásia e Estados Unidos. No caso de Camocim, percebe-se um processo de migração de unidades produtivas sediadas em Franca, no estado de São Paulo, para o Ceará, em busca de competitividade, baseada principalmente nas isenções fiscais e outros benefícios oferecidos pelo Executivo Estadual e pelas Prefeituras, no intuito de gerar empregos. Dessa forma, espera-se que o perfil de Camocim esteja mais próximo do perfil de Sapiranga, tanto pelo tipo de produto fabricado quanto pelo seu público-alvo. Ressalta-se ainda que no estado do



Ceará, a maior quantidade de indústrias calçadistas encontra-se localizadas nas cidades maiores, como a capital Fortaleza, com 98 indústrias e Juazeiro do Norte, com 156.

A base de dados utilizada foram as dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e as amostras acopladas a eles. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Demográficos reproduzem informações imprescindíveis para determinar o planejamento de políticas públicas e também dos serviços a serem utilizados pela população. Os censos e as pesquisas amostrais realizadas conjuntamente a eles constituem a única fonte de dados no âmbito nacional com representatividade para o nível municipal.

Para identificar os trabalhadores ocupados no setor calçadista dos municípios selecionados foram utilizadas as variáveis 'atividade', que permite identificar a atividade principal em que o indivíduo tinha o seu trabalho, ou seja, o principal ramo de negócio em que ele trabalhava. Mais especificamente, foram selecionados os indivíduos classificados na categoria 'Fabricação de calçados e partes de calçados, de qualquer material', conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar). Essa classe contempla grande diversidade de atividades relacionadas à produção de calçados e seus componentes desde a fabricação de calçados de borracha, couro, plástico e partes de calçados, tais como saltos e solados, até serviços de corte, costura e pesponto. A identificação por meio da atividade principal foi complementada com a utilização da variável 'ocupação', isto é, a ocupação do indivíduo no trabalho que tinha, sendo ele o único trabalho ou o principal, caso ela tenha mais de um. O trabalho principal é definido como aquele com o maior número de horas trabalhadas. Foram identificadas, de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (CBO Domiciliar), duas ocupações referentes ao setor calçadista: 'sapateiros e afins' e 'operadores de máquinas para fabricação de calçados e afins'.

A análise comparativa foi realizada por meio de tabulações cruzadas utilizando-se variáveis indicadoras da composição e características da força de trabalho empregada bem como das condições de trabalho no setor calçadista dos municípios selecionados de forma a situá-los entre os dois modelos.



Dessa forma, os dados dos Censos dos anos 2000 e 2010 foram utilizados para analisar a força de trabalho do setor calçadista de cada município, situando-os em relação aos modelos de organização da produção e do trabalho na indústria calçadista. Os resultados da análise são apresentados a seguir.

RESULTADOS

Com relação ao grau de informalidade, foi observado que entre os anos de 2000 e 2010, os municípios de Nova Serrana e Camocim apresentaram diminuição no percentual de trabalhadores informais, ao passo que em Sapiranga esse percentual aumentou. Mesmo apresentando um crescimento considerável de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, aumento de 34% no período, Nova Serrana, dentre os três municípios, tinha o maior grau de informalidade em 2010. Em Sapiranga, por sua vez, observou-se crescimento no percentual de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada, 20,9% no período.

No que concerne à composição por sexo dos trabalhadores do setor calçadista, observa-se que no ano 2000, nos três municípios, havia predominância de trabalhadores do sexo masculino. Em Nova Serrana, os homens representavam 52,3% do total de ocupados no setor, enquanto que as mulheres representavam 47,7%. Em 2010 os trabalhadores constituíam 55,3% do total dos ocupados no setor e as mulheres, 44,7%. Em Sapiranga, no ano 2000, as mulheres representavam 41,2% do total de ocupados no setor e os homens 58,8%. Em 2010, há uma inversão no município gaúcho e as mulheres passam a ser maioria na composição da mão de obra do setor. Enquanto que os homens eram 48,4%, as mulheres representavam 51,6% do total da força de trabalho do setor.

Com relação à informalidade por sexo, observa-se que em Nova Serrana e Sapiranga, tanto no ano 2000, quanto em 2010, as mulheres eram maioria na informalidade. No ano 2000, 50,8% das mulheres empregadas no setor calçadista do município mineiro não possuíam registro em carteira, enquanto que para os homens esse percentual era de 43,2%. Em 2010, comparativamente a 2000, a informalidade caiu para ambos os sexos. Nesse ano, 36% das mulheres e 31,1% dos homens encontravam-se na informalidade. No município gaúcho, em 2000, 18,5% das mulheres do segmento calçadista encontravam-se na informalidade. Entre os homens esse percentual era de 14%. Em 2010, para ambos os sexos aumentou a informalidade, passando para 21,4% entre as mulheres e 19,8% entre os homens.

Em relação à remuneração utilizou-se a informação padronizada em salários mínimos.



No ano 2000, o salário mínimo era de R\$ 151,00 e em 2010, R\$ 510,00. No ano 2000, em Nova Serrana e Sapiranga, tanto os trabalhadores formais quanto os informais eram maioria na faixa de até um salário mínimo. No município mineiro, 59,6% dos informais e 49% dos formais estavam nesse estrato salarial. Em Sapiranga, esses percentuais eram de 70,5% e 69,8%. Em Camocim, os informais eram 73,9% entre os que recebiam até um salário mínimo. Entre os formais, 93,1% recebiam até um salário mínimo e entre os informais 100%. Em Nova Serrana, tanto os trabalhadores formais, quanto os informais eram maioria na faixa de um a dois salários mínimos. Entre os formais, 72,3% e entre os informais, 60,2%. Em Sapiranga, os formais eram maioria entre aqueles no estrato entre 1 e 2 salários mínimos, 73,7%, enquanto que entre os informais, o maior percentual encontrava-se na faixa de até um salário mínimo, 48,4%.

No que diz respeito à participação de imigrantes na composição da população ocupada no setor calçadista nos municípios analisados, em Nova Serrana, no ano 2000, 47,1% dos trabalhadores informais residiam no município há menos de dez anos, ou seja, quase a metade dos informais eram imigrantes recentes. Entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era praticamente a mesma, 46,6%. Em 2010, percebe-se uma inversão. Entre os informais, 34,7% residiam no município há menos de dez anos e, entre os formais, 55,1%. Em Sapiranga, no ano 2000, 62,7% dos trabalhadores formais residiam no município há menos de dez anos. Entre os trabalhadores informais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 19,3%. Em 2010, entre os trabalhadores formais a proporção de residentes no município há menos de dez anos era de 66,2% e entre os informais 33,8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Nova Serrana, MG, verificou-se um crescimento da indústria de calçados, com aumento da população ocupada no setor e, também, o crescimento no número de indústrias. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento do poder de compra das classes de baixa renda, Neri (2008), para a qual os produtos fabricados no município mineiro são destinados. São, em sua grande maioria, tênis esportivos de material sintético para ambos os sexos, sandálias “rasteirinhas” também de material sintético, voltado para o público feminino e, as falsificações de calçados de marcas mundialmente famosas. Identificou-se também, o aumento, entre os 2000 e 2010, na formalização dos



trabalhadores do setor calçadista, no bojo da crescente formalização no Brasil após 2004 (BORGES, 2010). Em relação à composição sexual da força de trabalho do segmento, tanto no ano 2000 quanto em 2010, a maioria dos trabalhadores em do sexo masculino. No que se refere à remuneração, no ano 2000, tanto os trabalhadores formais quanto os informais recebiam até um salário mínimo e no ano de 2010 tanto formais quanto informais passaram a receber entre um e dois salários mínimos. Em relação aos migrantes com até nove anos de residência no município, entre 2000 e 2010, percebeu-se uma redução da sua participação entre os trabalhadores informais e aumento entre os formais. Essa tendência pode ser explicada pelo aumento da formalização das relações de trabalho no Brasil após 2004 (BORGES, 2010).

Em Sapiranga, RS, houve redução da mão de obra ocupada no setor e aumento do número de indústrias entre 2000 e 2010. A redução dos postos de trabalho se deveu provavelmente à migração das empresas daquela região para a região Nordeste visando diminuição de custos de produção. Em relação à informalidade, entre 2000 e 2010 percebeu-se aumento do percentual de trabalhadores sem o registro em carteira, apesar de Sapiranga apresentar alta taxa de formalidade em comparação a Nova Serrana. Em relação à composição sexual da força de trabalho do setor, em 2000 a maior parte era composta por homens e em 2010, por mulheres. As mulheres eram maioria entre os informais em ambos os anos. No que se refere à jornada de trabalho, percebeu-se um aumento substancial dos trabalhadores formais trabalhando mais de 44 horas por semana. No tocante à remuneração, os formais passaram a ganhar mais; para os trabalhadores informais o padrão salarial permaneceu o mesmo. Sobre a migração, entre 2000 e 2010, houve aumento dos trabalhadores formais e informais entre aqueles com nove anos ou menos de residência no município. Ainda em relação à migração, percebeu-se que o peso dessa variável é baixo para Sapiranga quando comparada a Nova Serrana. O município gaúcho apresenta taxas migratórias inferiores ao mineiro, demonstrando sua baixa atratividade para trabalhadores migrantes.

Camocim representa um caso particular, pois, apesar do aumento da mão de obra e do número de indústrias entre 2000 e 2010, o setor calçadista empregava um número relativamente pequeno de trabalhadores. Esse aumento provavelmente se deveu ao fato



de que a Democrata Calçados, grande indústria oriunda de Franca (SP), migrou parte de sua produção para Camocim atraída pela incipiente organização sindical, pelos incentivos tributários e fiscais oferecidos pelo estado e município (LIMA, BORSOI e ARAÚJO, 2011). De qualquer maneira, Camocim é o município, dentre os três analisados, com maior taxa de trabalhadores formais, tanto em 2000 quanto em 2010, com maior participação masculina em ambos os anos analisados, apesar de ter ocorrido um aumento da participação feminina. Em 2000, os trabalhadores formais ganhavam mais que os informais, o que não se verificou em 2010, quando havia equiparação salarial entre as duas categorias. Em relação à jornada de trabalho, os informais trabalhavam, em média, mais em ambos os anos e em relação à migração, percebeu-se percentuais muito baixos de imigrantes com até nove anos de residência no município. Em síntese, Sapiroanga e Camocim se distinguem de Nova Serrana por apresentarem proporção de trabalhadores informais substancialmente menor. Além disso, Sapiroanga e Camocim têm uma participação de imigrantes com menos de nove anos de residência no município bem inferior a Nova Serrana nos dois anos em consideração. Em que pesem as diferenças entre os três casos analisados, as diferenças nos níveis salariais e na jornada de trabalho são pequenas. Diante dos resultados encontrados, e levando-se em conta a complexa organização e diversidade da indústria calçadista nos diferentes estados e municípios, outras perspectivas analíticas emergem para avançar o entendimento das questões propostas neste artigo. Com relação ao trabalho, o nível educacional da mão de obra ocupada e os diferenciais por sexo no que se refere ao grau de formalização e aos rendimentos são importantes para a compreensão ampliada de sua adequação às orientações da produção. Ademais, a migração de indústrias calçadistas da região Sudeste para a região Nordeste, suas consequências no âmbito do trabalho e as diferenças entre regiões merecem análise específica e aprofundada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Ideias**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 13-24, 2003.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS-ABICALÇADOS. **Brazilian Footwear: Indústria de calçados do Brasil 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, dez. 2010.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, v. 20, n. 59, p. 111-170, out. 2005.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr. 2010.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS; INSTITUTO EUVALDO LODI; SINDICATO INTERMUNICIPAL DA INDÚSTRIA DO CALÇADO DE NOVA SERRANA. **Diagnóstico da Indústria Calçadista de Nova Serrana – 2009**. Belo Horizonte, 2009, 52 p.

IBGE. Censo 2010 – A Pesquisa em Andamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/anexos/anexo_5_3_pesquisa_andamento_port.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2014.

LIMA, Jacob Carlos.; BORSOI, Izabel. Cristina. Ferreira.; ARAÚJO, Iara. Maria. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.62, p.367-384, 2011.

NAVARRO, Vera. Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais a reestruturação produtiva**. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006, 304p.

NERI, Marcelo. Côrtes. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

POCHMANN, Márcio. O desemprego no governo Cardoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2000. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/p/pochmann5.doc>. Acesso em 7 mai. 2013.

POCHMANN, Márcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.

POCHMANN, Márcio. **Produtividade e emprego no Brasil dos anos 90**. Instituto de



Economia, Unicamp. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Acesso em 7 mai. 2013.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20 mai. 2013.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em 20 mai. 2013.

SUZIGAN, Wilson. ; ET.AL. A Indústria de Calçados de Nova Serrana (MG). **Nova Economia**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 15, p. 97-116, 2005.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005, Cap. 3, p. 91-126.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2002.

GT05: TRABALHO EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TÉCNICA

AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL.

Vívian Fidelis Vitório¹⁴⁵

Resumo

Pretende-se oferecer um panorama sobre as condições de trabalho dos docentes nas universidades federais, desde os anos de 1990 com as sucessivas políticas de governo, perpassando as reformas educacionais dos governos petistas aos dias atuais. A universidade pública encontra-se em crise em diversos países. Esta abrange aspectos institucionais de equidade, legitimidade, financiamento e gestão. A globalização e as políticas neoliberais que se

¹⁴⁵ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia, email: criolavivi@hotmail.com



edificaram nos anos finais do século XX fizeram com que esta instituição perdesse prioridade nas políticas sociais possibilitando uma ressignificação no conceito e função da universidade.

Palavras-chave: Precarização; educação , neoliberalismo; docentes, trabalho, crise

El trabajo tiene como objetivo proporcionar una visión general de la enseñanza de las condiciones de trabajo en las universidades federales desde la década de 1990 con las políticas del gobierno sucesivas, pasando por las reformas educativas de los gobiernos del PT de hoy. La universidad pública está en crisis en muchos países. Esto cubre los aspectos institucionales de la justicia, la legitimidad, la financiación y la gestión. Las políticas de globalización y neoliberales que fueron construidas a finales del siglo XX han hecho de esta institución prioridad perdido en las políticas sociales que permitan replantear el concepto y la función de la universidad.

Palavras-chave

la precariedad; la educación, el neoliberalismo; profesores, trabajo, crisis

A Universidade Pública em diversos países vivencia uma crise Institucional, acompanhada por uma redução da responsabilidade do Estado com a educação levando estas instituições de ensino público superior à descapitalização e agravamento da crise financeira.

Para Santos (2005), nos países democráticos a crise esteve relacionada com a imposição do modelo neoliberal a partir da década de 1980. Já nos países que vivenciaram a transição da ditadura para a democracia ocorreu à eliminação do controle político e a criação de um mercado universitário. As universidades tiveram de buscar outras fontes alternativas e se sujeitar a controles por parte do Estado e a opção foi a mercadorização da universidade. O autor identifica no processo duas fases: a primeira inicia-se no início dos anos de 1980 até a década de noventa com a expansão e consolidação do mercado universitário, e uma segunda fase que é a transnacionalização da educação superior, está relacionada com a redução do financiamento público, desregulação das trocas comerciais, defesa e imposição por parte das agências financeiras multilaterais de uma solução mercantil na educação, com mudanças decorrentes do uso cada vez maior de tecnologias que pela globalização atingem um maior contingente:

O desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade são duas faces da mesma moeda. São dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinada a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade



tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. (SANTOS, 2005, P.142)

A Universidade Pública é induzida a gerar suas próprias receitas principalmente através de parcerias com o capital industrial, passando a privatizar parte dos serviços prestados. Essa instituição apresenta diversas funções se contradizem umas com as outras e contribuem para agravar a crise: o ensino disputa recursos com a pesquisa, os interesses dos pesquisadores entram em conflito com os interesses do mercado, há contradições sobre o tipo de formação; mais generalista ou visando o mercado e os critérios seletivos chocam com a questão da mobilidade social.

Segundo Santos(2005), a crise do sistema universitário apresenta-se de três formas:

1) Crise de hegemonia, uma contradição entre o conhecimento de alto nível produzido anteriormente e a produção de conhecimentos funcionais; 2), crise de legitimidade decorrente da democratização dos saberes, a universidade anteriormente era um espaço restrito a poucos e como estado deve garantir que todos tenham acesso à educação, há um questionamento dos demais grupos quanto a esse acesso, 3) crise institucional com a imposição de modelos de organização pautados na racionalidade, controle, produtividade.

Para Chauí (2003) a informação e o conhecimento passaram a integrar o próprio capital e passam a depender disso para sua acumulação e reprodução. O poder econômico baseia-se, na posse de informações estas se tornam secretas e passam a ser alvo de competição econômica e militar, na sociedade do conhecimento a informação é regida pelo mercado (sobretudo o financeiro). Ainda de acordo com a autora um aspecto bastante enfatizado pelos organismos internacionais que discutem o ensino superior é que a sociedade do conhecimento é inseparável da velocidade, isto é, acentuada redução do tempo entre a aquisição de um conhecimento e sua aplicação a ponto dessa aplicação acabar determinando o conteúdo da própria investigação científica.

Santos (2005) aponta que as ideias que estão por trás da expansão futura do mercado educacional são: a) vive-se numa sociedade da informação e isso requer velocidade de informação necessária à competitividade, b) a economia baseada no



conhecimento exige mais capital humano, com criatividade no uso da informação, quanto mais elevado for o capital humano, maior a capacidade de transferência de capacidades cognitivas e aptidões constantes em processos de reciclagem; c) a universidade deve estar à disposição da sociedade da informação e do conhecimento, essas são ideias defendidas pelo Banco Mundial que prevê que o poder dos docentes e da centralidade das salas de aula reduzirá a medida da disseminação da tecnologia *on line*. Essas mudanças verificadas no âmbito da universidade vêm gerando inúmeros protestos em todo o mundo, muito afirmam que se trata de mercantilização do ensino e que não atendem as demandas sociais.

No Brasil, os primeiros cursos superiores surgiram após a vinda da corte portuguesa. Durham (2003) distingue períodos que acompanham as transformações políticas que ocorreram no país: o primeiro período de 1808 até o início da república, cuja característica é a implantação de escolas autônomas destinadas à formação de profissionais liberais e de iniciativa da coroa, segundo período primeira república de 1889 a 1930, o sistema se descentraliza e ao lado das escolas federais surgem outras públicas (estaduais ou municipais, quanto privadas). Até o final deste período não há universidades no Brasil, apenas escolas superiores autônomas centralizadas em um curso. O período subsequente é gestado na década de 1920 do século passado, mas se implanta em 1930 e coincide com o final da primeira república e a instalação do governo autoritário de Getúlio Vargas- o estado Novo, período em que são criadas as primeiras universidades no Brasil.

A universidade surge no início do século XX com cursos constituídos numa perspectiva positivista. A partir da década de 1950 ocorre a industrialização, modernização e urbanização gerando demanda educacional crescente por parte das classes médias. Segundo Bresser Pereira¹⁴⁶, entre os anos 1930 a 1970, o Brasil e países da América latina cresceram em um ritmo extraordinário aproveitando a fragilidade dos centros para criar estratégias de desenvolvimento que visavam proteger a indústria nacional (substituição de importações), promoção da poupança forçada. O Estado

¹⁴⁶ PEREIRA, L.C.B. Do antigo ao novo desenvolvimentismo. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares.



deveria fazer os investimentos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujo risco era alto, tal estratégia ficou denominada de “Nacional desenvolvimentismo”.

A universidade pública encontra-se inserida neste período no contexto nacional desenvolvimentista em que estado passa a ser responsável por sua gestão e pela produção do conhecimento. No período militar ocorreu uma expansão relevante do ensino superior privado, período de surgimento muitas das instituições que existem atualmente. As instituições públicas neste período tiveram baixa expansão mantendo-se com dificuldades e resistindo às tentativas de transformação em domínio privado. A universidade como instituição (unidade educacional), surge no Brasil a partir de 1968 tendo com base três elementos indivisíveis: ensino, pesquisa e extensão. A reforma universitária do período militar ocorre em virtude do descompasso entre a demanda e a oferta de vagas e das lutas dos movimentos em prol da democratização da educação superior.

Desde o último quarto do século XX tem-se o esgotamento do regime de acumulação rígida e a instituição do regime flexível (HARVEY,2007), com a redução do papel do estado e a adoção medidas neoliberais, o capital buscará outras formas de recuperação do crescimento através de medidas anti-sociais: adoção de privatização (incluindo a educação), redução dos direitos trabalhistas, redução da ação social do Estado, aumento da produtividade e ampliação do trabalho precário.

Segundo Pereira¹⁴⁷ a falência do nacional desenvolvimentismo ocorre nos fim dos anos 80 devido enfraquecimento das nações latino-americanas, o esgotamento da estratégia de substituição de importações pelo estado e predomínio da interpretação da dependência associada a América Latina no início dos anos 70, crise da dívida externa na década de 80, inflação alta, neoliberalismo. O nacional desenvolvimentismo foi substituído pelo Consenso de Washington constituído por políticas macroeconômicas ortodoxas, reformas institucionais orientadas para o mercado, liberalização financeira, substituição do conceito nação pela tese globalista, mercados livres inclusive o mercado financeiro.

¹⁴⁷ PEREIRA, L.C.B. Do antigo ao novo desenvolvimentismo. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares.



A educação superior a partir de 1980 passa a atender a lógica do mercado e perde a prioridade na política definida pelo Banco Mundial fazendo com que muitos países realizem mudanças para se adequarem às orientações dadas por tal instituição que implicou em redução de gastos com o ensino superior público, adoção de gestão empresarial e maior abertura neste segmento ao capital privado. Com passar do tempo a universidades públicas passam a ter seu quadro de professores sucateados dando lugar a contratação de professores substitutos. Direitos conquistados foram cortados pela reforma previdenciária e mudanças no Regime Jurídico Único, introdução de avaliação quantitativa e descaracterização da carreira docente.

Nos anos 90 tem-se um segundo movimento de expansão do ensino Superior caracterizado por medidas neoliberais e ampliação do setor privado . As bases desta expansão encontram-se na Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que delega a oferta de ensino superior ao setor privado e garante recursos públicos à entidades filantrópicas, confessionais e comunitárias. A expansão da educação privada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso encontra-se em sintonia com as orientações definidas pelo Banco Mundial.

Segundo Durham (2003) a LDB- lei nº 9394\1996 introduziu inovações em todo o sistema definindo a posição das universidades no sistema de ensino superior, exigindo associação entre o ensino e a pesquisa aplicável também ao setor privado e estabelecendo a produção científica como condição necessária para credenciamento e reconhecimento. A lei exigiu a maior qualificação do corpo docente, regime de trabalho condizente com a implantação da pesquisa: um terço do quadro docente constituído por mestres e doutores e de um terço de docentes em tempo integral.

Outra inovação da lei segundo a autora foi o reconhecimento periódico das instituições de ensino superior, precedidas de um processo de avaliação com vistas a corrigir distorções e deficiências no sistema existente e estabelecendo um controle sobre as unidades de ensino que não estavam sob um controle periódico. Os cursos passaram desde então por reconhecimento periódico. A lei reconheceu a heterogeneidade do sistema mas manteve rígido o controle burocrático sobre as instituições. O sistema



tornou-se bastante flexível ao mesmo tempo em que impunha o mecanismo de controle de qualidade.

A aprovação da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de dezembro de 1996, determinou a contratação de mestres e doutores em regime de dedicação exclusiva o que veio a contribuir para a expansão da pós-graduação no país.

A formação dos pesquisadores ocorreu via um sistema de pós-graduação produtivo e flexível e concomitantemente acentuaram-se as funções reguladoras da CAPES com intuito de promover a organização do sistema. Neste novo modelo os docentes são submetidos a exigências com impactos na avaliação trienal, ou seja: produção e publicação de uma média anual de produtos científicos classificados por agências, ministrar aulas na graduação e em cursos de pós-graduação, ter suas pesquisas financiadas por agências de fomento bem conceituadas academicamente, e que o docente obtenha algum tipo de bolsa de produtividade do CNPQ, realize palestras, conferências, participe de eventos nacionais e internacionais em uma conjuntura de competitividade por publicação e financiamento sempre muito abaixo da demanda e o individualismo. (SGUISSARDI, JÚNIOR; 2009)

O modelo de Pós Graduação Brasileira foi influenciado em algumas áreas pelo modelo de pós-graduação norte americano, principalmente em relação às temáticas e bibliografias estrangeiras. Houve uma busca por parte dos estudantes brasileiros de temas interessantes aos países desenvolvidos, já por outro lado o objetivo foi à implantação de um sistema de pós-graduação com vistas a de formação uma base tecnológica.

Ainda de acordo com os autores a reorganização dos modelos de avaliação aliada a fatores econômicos e gerenciais provocou mudanças no trabalho do pesquisador, tornando o mesmo um trabalho produtivo, intensificado submetido ao crivo da CAPES e avaliado pelo mercado. Entre as consequências para o trabalho docente tem-se: a exigência de graus pós-graduados para promoção docente, a carreira docente passou a ser dividida em níveis hierárquicos, o ingresso requer a aprovação em concursos de provas e títulos sendo necessária a obtenção de títulos acadêmicos,



financiamento da pós-graduação pelas agências de fomento como CNPQ, FINEP, CAPES entre outros.

Os recursos vindos das agências de fomento são direcionados a poucos grupos de pesquisas. Os docentes mais produtivos academicamente, que atendem o perfil desejado pelas agências conseguem obter mais recursos e podem orientar mais discentes, conseguem melhorar com os recursos obtidos suas condições de trabalho, mas por outro lado tem-se a sobrecarga dos professores-orientadores na pós-graduação.

Aqueles que possuem capacidade para produzir, mas não conseguem atingir o índice de produção estipulado pelas agências acabam sendo descredenciados dos programas de pós-graduação. No mundo contemporâneo do trabalho os critérios de seleção não se restringem apenas ao momento de conquista do emprego. A seleção é permanente, o indivíduo deve sempre que provar o merecimento por estar na instituição.

Dejours (1998, p.63) diz que há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estarem à altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo do trabalho, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução de diploma, de experiência, de rapidez, de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, de adaptação à cultura ou ideologia da empresa, à exigência do mercado e às relações com os clientes, os particulares e o público. As pessoas são mobilizadas por um fatalismo econômico em que não há lugar para todos e nesse sentido o autor utiliza metáforas cirúrgicas: “enxugar os quadros” tirar o excesso de gordura, “arrumar a casa”, “passar o aspirador de pó”, “desoxidar”, “tirar o tártaro”, “combater a esclerose ou ancilose”.

Dejours (1998, p.14) argumenta que as metáforas médico cirúrgicas são particularmente apropriadas para justificar as decisões de remanejamento, rebaixamento, marginalização, ou dispensa que causam às pessoas sofrimento, aflições e crises de que são testemunhas compulsórias os psiquiatras e assistentes sociais. Para este autor há mecanismos de banalização do mal nas empresas e instituições que são dispositivos que não estão presentes nos manuais de organização. São técnicas que dependem do trabalho sujo como, por exemplo, denunciar os colegas, humilhações, perseguições e demissões. O problema moral permanece no ambiente de trabalho, as



peças usam mecanismos de defesa psicológicos, coletivos. Um dos argumentos é a virilidade tanto para o homem quanto para mulher. Os mecanismos organizacionais não se encontram apenas nos discursos, mas também nas práticas, e parte das mobilizações dos trabalhadores é pelo medo e pela descartabilidade.

Os docentes são contratados para exercerem as atividades que constituem o tripé das universidades brasileiras ensino, pesquisa e extensão, mas em decorrências das reformas do estado incorporam a lógica do produtivismo acadêmico e a interioriza em si, de forma que eles passam a abrir mão dos momentos de lazer e descanso, intensificando o trabalho e propiciando o adoecimento. O trabalho intensificado gera fadiga física e mental e alterações emocionais.

Cada vez é exigida uma sobrecarga maior do docente para atender as necessidades do capitalismo e uma das formas de resistência contra este trabalho por parte do docente é a autonomia.

A intensificação do trabalho ocorre também com o aumento da qualificação dos docentes, quanto mais qualificado, mais atribuições o professor tende a assumir, outro fator é que a prática docente encontra-se vinculada aos padrões definidos pelas agências, órgãos públicos que demandam serviços e estipulam prazos para cumprimento dos mesmos, o que acaba por comprometer as atividades docentes de na graduação e na pós-graduação.

Há diferenças entre a intensificação do trabalho docente na graduação e na pós-graduação: a graduação apesar de possuir certo nível regulatório, segue uma autonomia institucional, o docente tem controle sobre o processo de ensino, incluída a avaliação.

Já a pós-graduação funciona sobre as determinações das agências de fomento, os docentes estão sujeitos a conflitos diversos, que podem ocasionar problemas de saúde, redução do trabalho ou mesmo abandono, a natureza do trabalho docente sai do seu controle e o processo de avaliação é predominantemente externo o que pode trazer sofrimento psicológico. Sua condição de sujeito de seu trabalho é substituída pela alienação

Sguissardi e Júnior (2008) apontam que outro ponto a influenciar a intensificação do trabalho docente é em relação ao uso das novas tecnologias de



informação e comunicação, pois estas contribuem para ajudar no trabalho mas, também podem contribuir para sobrecarregar o docente no sentido de que tempos atrás, algumas atividades que atualmente são de responsabilidade do docente como por exemplo a elaboração de provas, eram realizadas por um setor de mecanografia cuja responsabilidade era de um técnico administrativo.

Em tempos atuais os docentes são responsáveis por estas atividades administrativas como elaboração do material didático, provas preenchimento dos diários eletrônicos, enfim atividades que também sobrecarregam os professores. Isto pode ser observado estatisticamente pelo número de técnicos administrativos nas instituições de ensino no período de 1995-2004, tem-se um crescimento de 14% do crescimento do corpo técnico-administrativo, para 182% de aumento dos cursos e de 111,1% das matrículas na educação superior na região sudeste. (SGUISSARDI, JÚNIOR; 2009).

A política de expansão do ensino superior nos governos petistas insere-se neste contexto do Novo Desenvolvimentismo. Em 2000 a oferta de educação superior não consegue atender 30% da população jovem na faixa etária de 24 a 30 anos e a universidade é considerada elitista. Quando o Partido dos Trabalhadores chega ao poder procura estender o direito da universidade pública à classe trabalhadora. (Andes,2013)

Lula no início de seu governo cria uma comissão para avaliar a situação da educação superior no Brasil e propor reestruturação e democratização. O diagnóstico levantado pela comissão constatou a precarização das universidades federais, degradação da infraestrutura e do quadro de servidores. No setor privado verificou-se uma crise de inadimplência decorrente do processo de expansão iniciado nos anos 1990.

A educação a distância se torna uma alternativa frente à insuficiência de recursos para a expansão, principalmente devido aos altos custos da educação presencial. O MEC organizou alguns seminários para debater sobre o ensino superior no Brasil e a Reforma Universitária é colocada na pauta do governo.

Segundo Machado¹⁴⁸ as políticas voltadas à expansão Superior nos governos petistas tiveram como base a perspectiva de diversificação do sistema, dando

¹⁴⁸ MACHADO, M.P. O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior 2003 a 2013



continuidade e aprofundando o processo que constituiu diferentes modalidades institucionais de ensino, de titulação, de formas de acesso, de localização, de fontes de financiamento entre outros. Ao longo dos governos petistas este movimento transformou o sistema de educação superior nacional numa torre de babel, numa diversidade sem unidade, mas que responde impecavelmente às perspectivas fragmentadoras do enfrentamento da questão social, próprias da política social capitalista na contemporaneidade, contribuindo e consolidando a fragmentação dos trabalhadores enquanto classe.

A diversificação na educação superior foi recomendação do Banco Mundial já no início dos anos 1990, e em 2002 esta instituição passa a fornecer a mesma orientação. Tal medida cria uma concepção de educação terciária e de ensino massificado e sem relação com a pesquisa e produção do conhecimento.

No governo Lula a expansão ocorre por meio do a) PROUNI- Programa Universidade para todos que concede bolsas integrais ou parciais em Instituições privadas de educação superior b) educação à distância, uma modalidade que oferta cursos de graduação e pós-graduação sendo ofertada nos setores públicos e privado e o c) Plano de Reestruturação das universidades federais que tem por meta elevar a taxa discente para 18,1 elevar a 90% os índices de aprovação nos cursos.

O programa de apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) ¹⁴⁹ foi implantado por meio do decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Teve por objetivo criar condições de permanência na educação superior. A meta estabelecida é a elevação da taxa conclusão dos cursos presenciais superiores para 90% e a relação de alunos de graduação por professor para 18 alunos ao final de cinco anos. O programa estabeleceu novos paradigmas para o ensino superior, redefiniu o conceito de universidade e alterou a estrutura dos cursos de graduação.

Foi estabelecido um contrato de gestão no qual as universidades foram obrigadas a aderir se comprometendo com a elevação do número de estudantes, número de turmas, alunos por sala de aula e a relação professor\aluno. A abertura de concursos docentes foi condicionada à ampliação de vagas discentes. Diante desta situação muitas

¹⁴⁹ DECRETO nº6096 de 24 de abril de 2007



universidades ampliaram o número de vagas, mas nem sempre a ampliação foi acompanhada pela contrapartida de recursos, o que provocou deterioração da infraestrutura das universidades e más condições de trabalho docente.

Segundo a Andes¹⁵⁰ um dos exemplos é o Campus de Paulatina, que aderiu ao REUNI criou cinco novos cursos e o número de alunos passou de 300 a 2.200 alunos até 2015. A UFPR coube à construção de campus e a reforma do espaço já existente, contratação de docentes e técnicos administrativos suficientes ao desenvolvimento das novas atividades. No momento todos estão sofrendo com a falta de infraestrutura, falta de materiais pois os recursos não chegaram. O programa priorizou a expansão do número de alunos, a construção de prédios, mas não deu prioridade à contratação de professores. A questão da pesquisa obedece à regra dos editais, os professores precisam concorrer aos editais para realizar pesquisas. A universidade não tem possibilitado condições para que os docentes realizem pesquisas. É preciso concorrer aos editais do CNPQ, e como não há vagas para todos isto, estimula a concorrência causando interferência na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Segundo a Andes¹⁵¹ uma das justificativas para expansão foi Plano Nacional de Educação que determinou o ano de 2010 como limite para que 30% dos jovens estivessem incluídos no ensino superior, portanto de 2003 a 2007 houve uma expansão do número de campi e universidades federais e uma interiorização do ensino público federal e abertura de novos cursos. Esta expansão foi feita de forma desordenada sem requisitos para o atendimento de alunos e sem docentes em número suficiente. e o quadro de professores ainda está incompleto. Este projeto do governo para atender aos interesses do mercado gerou uma sobrecarga de trabalho aos docentes das universidades federais e a reorganização da carreira ocorreu de acordo com as pretensões do governo.

O movimento representante dos professores - Andes¹⁵² SN alega que sempre defendeu expansão das universidades brasileiras desde que pautada em critérios de qualidade, com respeito à autonomia das instituições, de forma democrática e com a participação de todos os envolvidos. A expansão ocorrida no período de 2007 a 2012

¹⁵⁰ ANDES . Dossiê Nacional 3 Precarização das condições de trabalho I. p.21

¹⁵¹ Ibidem. p23

¹⁵² Ibidem.p24



mediante o decreto nº 6.096 de abril de 2007 foi para acelerar um sistema que já vinha com um histórico de precarização e sucateamento de anos.

Muitos segmentos se posicionaram contra, pois consideraram as metas muito elevadas. A proposta do governo falhou causando mais agravamento nas condições de trabalho dos docentes das universidades federais.

Segundo a Andes¹⁵³ dados obtidos pela Comissão do MEC que avalia a expansão das universidades federais dão conta que enquanto o número de vagas ofertadas pela instituições cresceu 111% no período de 2003 a 2011 a quantidade de docentes cresceu 40% até 2012. O número de docentes cresceu de 40.523 para 67.635 enquanto o número de matrícula passou de 579.719 para 941.900. Os números são expressivos e revelam o efeito negativo das condições trabalho dos professores com a sobrecarga, queda na qualidade de ensino, queda nas atividades de ensino e extensão e prejuízos à saúde do docente em virtude do excesso de trabalho.

Para atender a demanda de professores necessários às universidades federais e tentar atingir as metas estabelecidas no REUNI, o governo optou pela contratação de pessoal acentuando a precarização e contribuindo para danos na qualidade de ensino. Os substitutos e temporários foram utilizados na expansão. Estes não possuem os mesmos direitos trabalhistas que os efetivos, estão fora do regime jurídico único, fora das atividades de pesquisa, seu contrato é por tempo determinado e o salário é sempre menor, apesar da carga horária e a titulação serem iguais. O crescimento de docentes substitutos nas universidades federais tornou-se possível graças à lei nº8.745/13 que limitava o percentual de professores contratados a 10%, posteriormente o governo aprovou uma lei mais recentemente foi autorizando a contratação de 3.591 professores temporários a serem distribuídos nas unidades conforme a necessidade. Segundo a Andes¹⁵⁴ para ampliar alternativas o governo passou a explorar de forma ilegal a mão de obra de alunos da pós-graduação e da graduação alegando à necessidade de disciplinar a concessão de bolsas de pós-graduação prevista então baixou a portaria nº 582/2008, que obriga os estudantes ao desenvolvimento de atividades acadêmicas na graduação

¹⁵³ Ibidem.p.25

¹⁵⁴ Ibidem.p.34



colaborarem com professores efetivos das disciplinas, em contrapartida recebem a bolsa. São muitas as modalidades de bolsas: monitoria, estudo, trabalho, iniciação científica, iniciação à docência, apoio acadêmico e outras.

Em 2012, ano de encerramento do REUNI o governo por meio da lei 12.677 de 25 de julho, que criou 19.569 cargos de professor de terceiro grau, mas a lei não garante que sejam para atender a demanda das universidades que realizaram as expansões nos últimos anos.

Outra questão refere-se a salários, apesar da retribuição por titulação os docentes do ensino superior nas universidades federais brasileiras recebem um dos piores salários entre os servidores públicos federal. O salário básico de um professor em início de carreira (professor auxiliar) está em torno de R\$1914,58 para vinte horas semanais de trabalho. A média de salários básicos para iniciante de carreira no serviço público federal é de R\$ 6.500,00. Um auditor federal ganha em torno de R\$13.600,00.

Para alcançar algo próximo o professor deve possuir a titulação de doutorado e mais os adicionais. Mesmo que o docente tenha dedicação exclusiva, o docente ainda receberá bem menos que outras categorias profissionais. Conclui-se que os docentes das Universidades federais públicas além de conviverem com as más condições de trabalho e com o sucateamento ao longo dos últimos anos não obtiveram melhoras salariais.

No final de 2014 o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sinalizou mais um dos movimentos do governo federal no sentido de aprofundar ainda mais a mercantilização da educação, retirando direitos sociais e precarizando as condições de trabalho dos servidores públicos federais e desrespeitando o regime jurídico único e a constituição federal do Brasil.

Segundo ele existe um debate sobre a educação superior, envolvendo a CAPES, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da educação já bem avançado na direção de constituir uma organização social para contratar docentes para as instituições federais, saindo do modelo de contratação em vigor com a justificativa de que o mesmo é moroso e nem sempre acerta muito. A medida a ser aplicada já tem bons resultados e foi instaurada no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, que recebe recursos para o pagamento de profissionais vindos de fora.



A justificativa dada pelo Presidente da CAPES é que a terceirização pode atrair docentes estrangeiros às universidades públicas brasileiras, o que contribuiria para internacionalização das instituições e facilitaria a contratação de grandes pesquisadores. Para os representantes da Andes tal medida reforça a continuidade do processo de reforma do estado iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e que foi dado continuidade nos governos de Lula e Dilma Bresser Pereira, diz que existe o público estatal e o público não estatal e as formas do privado são trazidas para o público. Um exemplo são os hospitais do SUS que já estão em sua maioria administrados pelas Organizações Sociais que são utilizadas para introdução de um modelo de gerenciamento empresarial na esfera pública.

O discurso da CAPES é no sentido de combater a realização de concursos públicos e o retorno à situação vivenciada no período de FHC, da não realização de concursos públicos, redução de vagas e uma opção de contratação por Organização social. A justificativa de internacionalização e contratação de professores estrangeiros não se justifica, pois o atual plano de carreira docente inclui a contratação de professores estrangeiros.

A ausência no repasse de verbas no período atual tem agravado muito a situação das instituições federais de ensino. O corte no orçamento tem contribuído para aprofundar o sucateamento, dificuldades para pagamento de contratos com empresas terceirizadas e contas relacionadas com a manutenção da infraestrutura. Os professores vivenciam um processo de contenção de gastos que atinge também o ensino e a pesquisa. As atuais condições vivenciadas pelas universidades, a crise econômica e responsabilização do partido dos trabalhadores pela crise tem motivado muitas mobilizações.

Conclusão:

Dos anos de 1990 até os dias atuais é possível perceber que as condições de trabalho de docentes das universidades federais tem se tornado cada vez mais precária. Com as práticas neoliberais e as sucessivas políticas educacionais, tem-se adoção de modelos gerenciais nas universidades e conseqüentemente os docentes são submetidos aos controles de avaliação em que a todo o momento este trabalhador tem que provar a



sua capacidade de atender as exigências a que ele está submetido, essa característica é própria do mundo corporativo. Para conquistar o reconhecimento e o prestígio acadêmico ele deve incorporar esta lógica e se não atender aos requisitos é descartado ficando às margens do sistema.

No caso dos Programas de pós-graduação tal situação fica mais evidente, pois o docente é cobrado pelas publicações, ele tem que produzir e ser bom para o programa.

Fora a questão das práticas empresariais que visam a atender a lógica do mercado, em decorrência de todas as mudanças pela qual a universidade vem vivenciando nos últimos tempos percebe-se que em termos salariais a carreira vem se desvalorizando, o salário dos docentes é menor que em relação a outras categorias do serviço público e vem perdendo seu poder de compra em decorrência das crises econômicas, e há também a perda de poder de negociação dos sindicatos que vem ocorrendo ao longo dos anos em várias categorias. Com a expansão da universidade nos últimos anos as condições de trabalho dos docentes se agravaram ainda mais, pois não houve a contratação de docentes necessária à expansão com pode ser percebido pela bibliografia.

Referências bibliográficas

ANDES-SN : **Precarização das condições de trabalho I** - Dossiê Nacional 3 Publicação especial do Andes 3,pag.1-108

ANDES-SN. **O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira**: disponível em:[HTTP://www.andes.org.br/Andes/print-revista-conteudo.andes](http://www.andes.org.br/Andes/print-revista-conteudo.andes) p.33-34

ANDES. Informandes. **O governo pretende terceirizar a contratação de professores federais via organização social**, informativo nº 40.

DECRETO nº6096 de 24 de abril de 2007

DEJOURS,Christophe.**A banalização da injustiça social**.7º edição. Editora FGV, 1999

DURHAN,E.R.**O ensino superior no Brasil: público e privado** NUPES ,2003.

CHAUÍ.Marilena **A universidade pública sob nova perspectiva** IN: Revista Brasileira de educação.Set/Out/Nov/Dez/2003 nº24.



GUIMARÃES, J.A. **A Internacionalização da universidade brasileira no presente contexto educacional, suas perspectivas e o papel dos professores titulares.**

SGUISSARDI, V., SILVA, JOÃO REIS. **O trabalho intensificado nas Federais, Pós-Graduação e Produtivismo acadêmico.** São Paulo Xamã, 2009 p.28-62

HARVEY, DAVID. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 16.ed. São Paulo: Loyola, 2007

JÚNIOR, João dos Silva. **Globalização e mudança no papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política.** Debate, na UFRJ.

MACHADO, M.P. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior 2003 a 2013.** 220 folhas Tese de Doutorado UFPR, Curitiba, 2013

ORLETTI, Elisabeth. **A universidade pública brasileira cresce para menos, Revista universidade e sociedade,** Andes SN, fevereiro de 2014.

PEREIRA, L.C.B. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares.**

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XX: Para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade** IN: Educação, sociedade e cultura nº 23, 2005, páginas 137-20

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PACTO
NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Natalia Aparecida Morato Fernandes; Gilson Marcos da Silva

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar uma análise da proposta de formação continuada em serviço para professores no âmbito do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Está fundamentado na análise do Documento



Orientador do programa e em dados coletados no processo de formação realizado pela equipe da UFTM. O programa foi instituído pelo MEC em 2013 e implementado nos anos seguintes por meio de parcerias estabelecidas com Secretarias Estaduais de Educação e Universidades, visando promover o redesenho curricular do ensino médio e a formação continuada de professores desse nível de ensino. A formação foi estruturada a partir de um curso de aperfeiçoamento, organizado em duas etapas, para ser desenvolvido nas escolas por meio de atividades coletivas semanais, utilizando-se da hora-atividade, mediadas pelo Orientador de Estudos. Os conteúdos do curso foram produzidos especificamente para o programa e disponibilizados aos participantes em tablets fornecidos pelo MEC aos professores da rede pública.

Palavras-chave: Formação docente. Formação em serviço. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Qualificação docente e novas tecnologias.

Apresentação

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) foi instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Trata-se de um programa que visa a indução do redesenho curricular do ensino médio com base na Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e da formação continuada de professores desse nível de ensino.

A criação do programa foi pensada a partir da articulação e coordenação de ações estratégicas entre Ministério da Educação (MEC) e Secretarias Estaduais e Distrital de Educação. Para sua implementação também foram chamadas a compor este Pacto as Instituições de Ensino Superior (IES). A referida Portaria, em seus artigos 6º, 7º e 8º, define as atribuições de cada partícipe nessa pactuação.

Nessa configuração, em linhas gerais, caberia ao MEC prestar apoio técnico e financeiro aos Estados e ao Distrito Federal no âmbito do PNEM, além de suporte às IES na formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio, disponibilizando as regras gerais do curso de formação bem como o material pedagógico a ser utilizado. Isso inclui o repasse de recursos às universidades para a realização dos cursos e seminários de formação e o pagamento de bolsas, via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), aos formadores e cursistas.

As Secretarias Estaduais e Distrital de Educação se responsabilizariam por: a) promover a participação das escolas no curso de formação de professores do ensino médio; b) instituir e viabilizar o funcionamento do Comitê Estadual (ou distrital),



formado principalmente por representantes da Secretaria Estadual e representantes das IES responsáveis pela formação; c) gerenciar e monitorar a implementação das ações do Pacto em sua rede, designando, para tanto, supervisores de formação; d) selecionar os formadores regionais e os orientadores de estudos entre os professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio de sua rede; e) “fomentar e garantir a participação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio de sua rede de ensino nas atividades de formação, sem prejuízo da carga horária em sala de aula” (BRASIL, 2013).

As universidades seriam responsáveis pela gestão pedagógica do curso de formação, cabendo-lhes: a) selecionar os formadores (professores das IES); b) promover a formação dos formadores regionais e acompanhar a formação dos orientadores de estudos, ambos oriundos da rede pública de ensino, indicados pela Secretaria Estadual de Educação; c) fornecer certificação à equipe formadores e aos cursistas concluintes.

A partir desse desenho foram sendo estabelecidas as parcerias, por meio da adesão formal ao programa e pactuação com cada Estado da Federação e Distrito Federal, por meio de suas Secretarias de Educação. Nesse processo, os próximos passos eram a adesão das universidades, a composição dos Comitês Estaduais, o desenho da formação em cada unidade da federação (a partir das diretrizes do MEC) e, a partir destes, a composição das equipes de formação pelas IES e a composição das equipes de supervisores, formadores regionais, orientadores de estudos e cursistas pelas Secretarias Estaduais.

Visando a preparação da equipe de formadores e de gestão do curso foram previstos Seminários Nacionais, Seminários Estaduais e Reuniões Técnicas com a equipe do MEC. A partir destes, as IES e as Secretarias Estaduais de Educação ficariam responsáveis por organizar as atividades formativas direcionadas aos Formadores Regionais e Orientadores de Estudos. Após estas atividades teriam início as atividades de formação na escola com os professores e coordenadores pedagógicos, acompanhados pelos Orientadores de Estudos.

O PNEM em Minas Gerais e a experiência da UFTM



Oito universidades do Estado de Minas Gerais participaram do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Uma especificidade do PNEM em Minas Gerais é que a sua implementação foi articulada a um programa estadual voltado para o ensino médio, em andamento naquele período (2013-14), o Reinventado o Ensino Médio (REM). Tal articulação foi estabelecida entre MEC e Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) no momento da adesão de Minas Gerais ao PNEM. Desse modo, o curso de formação desenvolvido pelas IES deveria abranger, além dos cadernos do PNEM, os conteúdos do REM. Algumas dificuldades surgiram a partir dessa situação, no entanto, não as trataremos aqui, pois extrapolam os objetivos desse texto.

Após a pactuação estabelecida entre o MEC, a SEE-MG e cada uma das universidades mencionadas foi constituído o Comitê Estadual do PNEM em Minas Gerais. Este Comitê era composto por representante da SEE-MG e pelos coordenadores geral e adjunto de cada universidade. Os trabalhos do Comitê foram organizados a partir de reuniões mensais, realizadas na SEE-MG, e por intensa comunicação via e-mail.

Coube à SEE-MG o cadastramento das escolas e dos professores que participariam do PNEM. Respeitando a definição do Documento Orientador, poderiam participar do curso de formação os professores que atendessem aos seguintes requisitos: “I- atuar como docente em sala de aula no Ensino Médio ou como coordenador pedagógico no Ensino Médio em escola da rede estadual, em efetivo exercício em 2014; e II – constar do Censo Escolar de 2013” (BRASIL, 2014, p. 19).

Após o cadastramento de escolas e professores deu-se início ao processo de composição das turmas e definição do orientador de estudos de cada uma delas, observando-se os requisitos:

I – ser professor do ensino médio, coordenador do Ensino Médio ou equivalente na rede pública de ensino a que esteja vinculado;



- II – ser formado em Pedagogia ou em Licenciatura;
- III – atuar há, no mínimo, dois anos no Ensino Médio, como professor ou coordenador pedagógico ou possuir experiência comprovada na Formação de professores de Ensino Médio;
- IV – ter disponibilidade para dedicar-se ao curso de Formação e encontros com o formador regional e ao trabalho de Formação na escola, correspondente a 20 horas semanais; e
- V – constar do Censo Escolar de 2013 da respectiva rede a que esteja vinculado. (BRASIL, 2014, p. 18)

De acordo com a estrutura de formação prevista para o PNEM, há ainda a figura do Formador Regional, ao qual caberia ministrar a formação aos orientadores de estudos. Em Minas Gerais, a SEE estabeleceu que ocupariam esses cargos profissionais da rede estadual de ensino em atuação nas Superintendências Regionais de Ensino (SRE).

Os demais participantes da formação eram definidos pelas IES, sendo eles: coordenador geral e coordenador adjunto, indicados pelo reitor da universidade a partir da adesão da IES no PNEM; formadores da IES – professores de ensino superior, aprovados em processo seletivo pela IES, responsáveis pela formação dos formadores regionais; supervisores – responsáveis por auxiliar o coordenador na articulação entre IES e SEE, apoiar e acompanhar as ações pedagógicas, realizar os registros e encaminhar a documentação necessária para a certificação dos participantes da formação.

Concomitantemente ao processo de cadastramento e composição das turmas, foi-se delineando a área de atuação de cada uma das IES formadoras do PNEM em Minas. Um fator preponderante nessa regionalização foi a estrutura que cada equipe IES teria acesso para o desenvolvimento das atividades de formação, pois, apesar de haver a disponibilização de recursos pelo MEC, seria necessário um forte apoio institucional das universidades para a efetivação das ações. Assim, das oito universidades participantes do PNEM em Minas Gerais, a UFMG ficou com a maior área de abrangência, seguida pela UFU.

Na condição de IES parceira, a UFTM ficou responsável pelo processo de formação envolvendo 4 Superintendências Regionais de Ensino (Uberaba, Unaí, Paracatu e Divinópolis), abrangendo 69 municípios, 193 escolas, 3.576 professores e 81



coordenadores pedagógicos. Para tanto contou com uma equipe composta por 01 coordenadora institucional, 01 coordenadora adjunta, 05 professores formadores, 04 supervisoras de formação, 07 Formadores Regionais e 195 orientadores de estudos.

Imagem 1. Área de abrangência PNEM-UFTM



Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

A metodologia do trabalho adotada no curso de aperfeiçoamento ministrado pela UFTM seguiu as orientações do MEC, definidas pela Portaria 1.140 (2013) e Documento Orientador do PNEM, e as definições e encaminhamentos dados pelo Comitê Estadual do PNEM em Minas Gerais:

- Formação dos Formadores Regionais:
 - Responsável pela formação: Formador da IES
 - Local da formação: IES
 - Objetivos: Estudo dos cadernos de Formação da primeira etapa, discussão metodológica e planejamento das ações formativas. Apresentação e indicação de materiais de apoio para a preparação da formação dos Orientadores de Estudos.
 - Formação inicial (24h)
 - Encontro de aprofundamento (8h)



- Encontro de acompanhamento (8h)
- Encontro de avaliação (8h)
- Formação do Orientador de Estudos
 - Responsável pela formação: Formador Regional com acompanhamento dos Formadores da IES. Os formadores da IES proferiram palestras para os orientadores de estudos sobre os cadernos e os formadores regionais realizaram oficinas com os orientadores de estudos sobre os conteúdos dos cadernos. As oficinas foram planejadas pela equipe IES e conduzidas pelos Formadores Regionais.
 - Local da formação: SRE
 - Objetivos: Estudo dos cadernos de Formação da primeira etapa, planejamento da formação na escola.
 - Formação inicial (24h)
 - Encontro de planejamento (8h)
 - Encontro de planejamento (8h)
 - Encontro de planejamento (8h)
- Formação do professor e do coordenador pedagógico
 - Responsável pela formação: Orientador de estudos
 - Local da formação: escola
 - Objetivos: Desenvolvimento de atividades conforme o planejamento da formação.
 - Atividades coletivas: encontros semanais no horário de Módulo II (50h)
 - Atividades individuais (50h)

A estrutura de formação apresentada acima foi utilizada para as duas etapas do curso. Os Seminários Nacionais e os Seminários Estaduais foram realizados como abertura e ou encerramento das etapas de formação. Assim, o 1º Seminário Nacional foi realizado em Curitiba-PR, em novembro de 2013 e o 1º Seminário Estadual do PNEM-MG foi realizado em março de 2014. O 2º Seminário Nacional ocorreu novamente em Curitiba, em outubro de 2014, e o 2º Seminário Estadual do PNEM-MG ocorreu em fevereiro de 2015. O 3º Seminário Estadual, com o objetivo de avaliação e apresentação de experiências exitosas do programa, ocorreu em julho de 2015. Já o 3º Seminário Nacional ocorreu em Curitiba, em maio de 2016.



Formação continuada de professores do ensino médio no âmbito do PNEM

Já em seu artigo 1º a Portaria 1.140, de 2013, aponta para um dos objetivos do programa que é a formação continuada de professores do ensino médio:

Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – Pacto, pelo qual o Ministério da Educação – MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso com a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei nº 9394, de 1996, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, instituídas na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

A formação prevista no programa deveria ocorrer por meio de cursos de aperfeiçoamento ou extensão, coordenados pelas IES participantes do PNEM. O curso tinha por objetivo contribuir com um processo formativo que valorizasse e envolvesse os professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio das redes públicas de ensino (distrital, estaduais e municipais), visando a promoção da qualidade deste nível de ensino a partir da reflexão e aprimoramento das práticas docentes, em conformidade com as DCNEM.

Por tratar-se de um programa implementado em âmbito nacional, o MEC estabeleceu, por meio do Documento Orientador do programa, alguns pontos da estrutura dos cursos bem como as atribuições dos envolvidos.

- I – as Instituições de Ensino Superior – IES formadoras, definidas pelo MEC em articulação com as Secretarias de Estado da Educação – Seduc, são responsáveis pela formação de formadores regionais e pelo acompanhamento da formação dos orientadores de estudo e dos professores e coordenadores pedagógicos nas escolas;
- II – os formadores regionais são responsáveis pela formação de orientadores de estudo; e
- III – os orientadores de estudo são responsáveis pela formação, na escola, dos professores e coordenadores pedagógicos da Ensino Médio (BRASIL, 2014, p. 4).

Nas referidas orientações, destaca-se que os cursos deveriam privilegiar a articulação entre teoria e prática no processo de formação docente, “fundamentando-a em conhecimentos científicos e didáticos, tendo a escola como locus da formação continuada, da reflexão e (re)construção coletiva do projeto político-pedagógico em



interface com as concepções de juventude e de direito à educação” (BRASIL, 2014, p. 4).

As características do curso de formação, conforme apontadas acima, evidenciam a estratégia da formação em serviço tendo, talvez, dois objetivos principais: a) ampliar o alcance do programa ao realizar a formação na escola (usando a hora atividade); b) preparar o maior número possível de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio para a reforma que se pretende para esse nível de ensino – o redesenho curricular a partir de áreas do conhecimento. Nessa perspectiva: “A formação contínua tende a articular-se em primeira linha com os objetivos do sistema, nomeadamente com o desenvolvimento da reforma” (NÓVOA, 1992, p. 9). Desse modo, o desenvolvimento profissional dos professores e o desenvolvimento organizacional da escola seriam consequências do processo desencadeado pelo programa.

Para além de seus aspectos formais, o desenvolvimento das atividades de formação revelou que o programa possuía um caráter inconcluso, em estado ainda embrionário, apontando para algo maior, complexo e contínuo, que não se esgotava na plataforma apresentada, mas que avançaria para reflexões e práticas que poderiam modificar não apenas o processo formativo dos professores, mas a própria identidade do Ensino Médio e as experiências do cotidiano escolar.

As atividades do curso foram focadas no professor e contemplavam atividades individuais e coletivas. Nas atividades individuais o professor deveria realizar as leituras dos textos básicos do curso e o registro de suas reflexões, os quais seriam apresentados nas discussões com o grupo na escola; realizaria ainda atividades propostas no material de estudo. As atividades coletivas foram previstas para serem realizadas na escola com a presença do orientador de estudos, consistindo no estudo das DCNEM, dos textos sobre os campos temáticos, sobre as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares.

Segundo Nóvoa (1992):

Práticas de formação contínua organizadas em torno dos professores individuais podem ser úteis para a aquisição de conhecimentos e de técnicas, mas favorecem o isolamento e reforçam uma imagem dos professores como transmissores de um saber produzido no exterior da profissão. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e



para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

Assim, podemos destacar como aspecto positivo da formação proposta no PNEM a realização não apenas com atividades individuais, mas também coletivas. Não queremos dizer com isso que o modelo adotado possa ser classificado como emancipador. Mas, quando comparado com outros programas de formação continuada, vemos no PNEM um avanço, seja porque, orientado pelas DCNEM, tem como foco a perspectiva da formação humana integral e para tanto pressupõem um conhecimento e uma reflexão mais críticos e mais amplos dos processos educativos, seja ainda pelo fato de, pelo menos parte dessa formação, acontecer dentro da escola.

Conforme destaca Nóvoa: “A organização das escolas parece desencorajar um conhecimento profissional partilhado dos professores, dificultando o investimento das experiências significativas nos percursos de formação e sua formulação teórica”. Desse modo, a escola é percebida pelos professores como seu ambiente de trabalho e não como espaço de sua formação profissional. Ao incorporar as atividades coletivas no curso de formação o PNEM acaba por promover uma ressignificação desse espaço para o professor, configurando-se como um espaço de interação e de troca de experiências – apesar de todas as dificuldades de operacionalização para que esses encontros pudessem acontecer.

O curso foi organizado em duas etapas, com 100 horas cada, divididas em 50 horas para atividades individuais e 50 horas de atividades coletivas. A primeira etapa teve como foco o estudo dos Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral, a partir da qual pretendia-se promover a compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e a reflexão coletiva sobre a prática no ensino médio. Para essa etapa foram programados o estudo dos seguintes eixos temáticos: Sujeitos do Ensino Médio e Formação humana integral; Ensino Médio e Formação Humana Integral; O currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral; Organização e gestão do trabalho pedagógico; e Avaliação no Ensino Médio. A segunda etapa teve como foco as áreas de conhecimento do ensino médio, visando



promover a reflexão sobre cada uma dessas áreas, além das relações entre elas e seus componentes curriculares contextualizadas no projeto político-pedagógico da escola.

A segunda etapa compreendeu o estudo das áreas de conhecimento, considerando a diversidade na garantia da educação para todos e os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, além de suas articulações com os princípios das DCNEM e o redesenho curricular do ensino médio. Foram abordados os estudos das seguintes áreas: Ciências Humanas (Sociologia, Filosofia, História e Geografia); Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia); Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna); e Matemática. Além dessas áreas também foi proposto o estudo da organização do trabalho pedagógico no ensino médio.

De acordo com o Documento Orientador: “Nessa etapa, devem-se contemplar, ainda, a análise e a reescrita coletiva do projeto político-pedagógico da escola e uma reflexão específica sobre a diversidade no sentido de garantir os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento para todos os educandos” (BRASIL, 2014, p. 5).

Para ambas as etapas houve a produção e disponibilização de materiais para subsidiar a formação, sendo organizados em cadernos de acordo com os eixos temáticos de cada etapa. Assim, para a primeira etapa foram produzidos cinco cadernos e para a segunda etapa seis cadernos. A coordenação da produção desses materiais ficou a cargo da UFPR (Universidade Federal do Paraná), tendo entre as equipes de autores, pesquisadores das diversas áreas e temáticas abordadas no programa, de diferentes regiões brasileiras.

Cabe destacar que os professores participantes do curso deveriam realizar os estudos e atividades individuais e coletivas relativos a todos os conteúdos do curso, independente de sua área de formação. Assim, professores de Língua Portuguesa, por exemplo, também deveriam o realizar o estudo do caderno de Matemática; o professor de Química estudaria não apenas o caderno de Ciências da Natureza, mas também todos os outros, incluindo o de Ciências Humanas, etc. Esse mesmo princípio aplicava-se aos orientadores de estudos e aos formadores regionais, que independente da sua área de atuação deveriam ministrar a formação para os professores e para os orientadores de estudos, respectivamente.



O material pedagógico produzido para o curso foi disponibilizado para os professores e coordenadores pedagógicos participantes do PNEM em tablets fornecidos pelo MEC. A distribuição desses equipamentos a todos os professores do ensino médio estava prevista em outro programa do MEC, o Proinfo Integrado, e foi aproveitado pelo PNEM.

O uso de *tablets* no ensino público constitui ação do Proinfo Integrado, programa de formação voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia digitais (BRASIL, 2014, p. 25).

Ocorreram vários problemas relacionados aos tablets registrados pelos cursistas, desde o acesso ao equipamento e sua habilitação, limites colocados à sua utilização, ou mesmo a sua baixa capacidade operacional. No entanto, formadores regionais e orientadores de estudos relataram que o equipamento estava sendo utilizado na formação. O material do curso também foi disponibilizado no site do MEC, dando aos participantes do PNEM e aos demais interessados acesso às produções por outros meios.

O curso teve a duração aproximada de um ano e enfrentou uma variedade de problemas em sua operacionalização, desde dificuldades na pactuação com alguns Estados, passando pela diversidade de estrutura das redes de ensino, além de problemas técnicos na plataforma de gerenciamento do curso e sistema de pagamento de bolsas. No entanto, uma das maiores dificuldades enfrentadas na operacionalização do programa está no âmbito dos limites da burocracia, pois sua execução pressupunha a articulação de instituições com seus trâmites burocráticos consolidados, os quais exigiam muito trabalho e negociações para que pudessem ser resolvidos (ou contornados), impondo muitas vezes atrasos e dificuldades na comunicação e execução dos processos.

Outra dificuldade que surgiu no desenrolar do programa, e que nos ajuda a compreender a realidade dos sistemas de ensino no Brasil, foi a de que uma grande parte do professorado das redes públicas de ensino não são efetivos. Com isso o alcance do programa se tornou mais limitado do que o projetado, além de gerar, por um lado,



soluções localizadas para tentar estender a formação ao maior número possível de professores do ensino médio e, por outro lado, a descontinuidade da formação por professores que no meio da formação deixaram de atuar no ensino médio, gerando assim, situações de formações parciais, seja para cursistas que iniciaram mas não puderam concluir o curso, seja para professores que ingressaram no curso apenas em sua segunda etapa.

Essa situação adquiriu contornos mais expressivos no caso de Minas Gerais devido ao julgamento em última instância de uma lei estadual (Lei 100/2007) que tornou efetivos professores que atuavam na rede pública de ensino há mais de cinco anos. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a referida lei que, como consequência, atingiu em torno de 96 mil profissionais da educação no estado. Muitos professores participantes do PNEM estavam nessa condição (de efetivados pela Lei 100) e tiveram que ser desligados do programa, a partir da decisão final da Justiça. Alguns impactos disso foram: redução da abrangência do Pacto em Minas Gerais; impasses na gestão do programa; remodelação das turmas de cursistas nas escolas; necessidade de retomada de todo o processo de planejamento das atividades nas escolas.

Apesar das dificuldades mencionadas, o modelo de formação adotado no programa traz inovações em relação a outras experiências. Mesmo sendo um programa formulado e implementado a partir da burocracia estatal, a configuração do processo formativo, com atividades individuais e coletivas, tendo como *locus* a escola, possibilitou ampliar a participação dos professores no debate sobre as questões que afligem essa etapa de ensino e envolve-los na construção de um redesenho curricular na perspectiva da integração de conhecimentos e da formação humana integral.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 15 abr. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CNE/CEB nº 2/2012. Disponível em:



http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=116 Acesso em: 15 abr. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Documento Orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio em 2014. Brasília, 2014. Disponível em:

http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/doc_download/3768-documento-orientador-das-acoes-de-formacao-continuada Acesso em: 17 abr 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Brasília, 2013? Disponível em:

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf Acesso em: 27 jan. 2016

BRASIL. Portaria n.º 1140, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2013. Seção 1, p. 24-25.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (org.). **Sociologia do Ensino Médio**. Crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortez, 2014.

GT 05 – Trabalho, Educação e Inovação técnica

Título do trabalho: “Biopolítica e os novos Modelos de trabalho flexíveis: uma análise foucaultiana sobre o trabalho pós-reestruturação produtiva”

Breilla Zanon

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa empírica realizada durante o mestrado e seu prolongamento em curso atualmente no período do doutorado. O interesse principal é evidenciar características biopolíticas em meio aos discursos vinculados aos novos modelos de trabalho flexível, tendo como objeto específico os escritórios de coworking. Usando como



aporte teórico principal as obras de Michel Foucault – bem como autores que ampliam e complementam seu debate – e todo o material teórico e empírico mobilizado durante esses anos de pesquisa, refletimos sobre como mecanismo biopolítico vincula-se aos novos modelos de trabalho flexível – a exemplo do *coworking* –, e introduz novas estratégias de alienação a fim de contribuir para a construção da sensação de liberdade e integração no ambiente de trabalho reestruturado e neoliberal ao passo que atenua conflitos, instabilidades e precariedades características das transformações pela qual passou a esfera econômica – e conseqüentemente, o mercado de trabalho – nas últimas décadas do século XX.

Palavras-chave: pós-reestruturação produtiva; biopolítica; *coworking*; novos modelos de trabalho flexível; alienação.

BIOPOLÍTICA E OS NOVOS MODELOS DE TRABALHO FLEXÍVEIS: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA SOBRE O TRABALHO PÓS-REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

1. INTRODUÇÃO:

As últimas décadas do século XX inauguraram diversas transformações econômicas, principalmente no que tange a dimensão da produção. Junto a elas, transformações no mercado de trabalho aconteceram conseqüentemente, o que acabou, da mesma forma, por influenciar de maneira direta a vida dos trabalhadores nessa nova fase do capital. É sobre esses últimos, e sua atualidade mediante as relações flexíveis de trabalho, que daremos foco em nossa análise.

Entre os novos modelos de trabalho flexível que têm se tornado tendência surge o *coworking*¹⁵⁵. Os escritórios de *coworking* são escritórios compartilhados por profissionais de diversas áreas que, nesses espaços ganham uma classificação em comum: *coworkers*. Os *coworkers* são em sua maioria autônomos, sendo que grande parte se denomina *freelancer* – além de empreendedores, empresários e empregados contratados por empresas – e, justificam sua opção por estarem cansados do isolamento dos *home-offices*, buscando por meio do *coworking* uma maior flexibilidade de horários, mobilidade e oportunidades de expandir a autonomia em relação aos projetos empreendidos, ao mesmo tempo em que também aumentam suas redes de contato profissional, as *networkings*¹⁵⁶. Em linhas gerais, são profissionais que sofreram diretamente ou indiretamente os resultados trazidos pelas estratégias de reengenharia empresarial que se tornou recorrente nas últimas décadas do século XX (SENNETT,

¹⁵⁵ Nota: Este artigo traz observações retiradas da pesquisa realizada durante o mestrado entre 2013 e 2015 e projeções sobre o que está sendo encaminhado atualmente durante o período de doutorado.

¹⁵⁶ Conceito de *coworking* disponível em: <http://wiki.coworking.org/w/page/16583831/FrontPage> . Acesso em: 09/06/2014



2009), uma vez que correspondem a uma parcela de trabalhadores relativamente jovem e com alto nível de escolaridade. Sendo submetidos ao desemprego ou realocados em trabalhos remotos, os escritórios de *coworking* começam a florescer como alternativa disponível a esses trabalhadores¹⁵⁷.

Para realizarmos a problematização que temos como objetivo, nos orientaremos partindo das perspectivas de Michel Foucault, entendendo que este autor traz contribuições que podem ser usadas de maneira original para além do campo de debate ao qual foi utilizado até agora. Inserir uma análise foucaultiana sobre o mundo do trabalho nos permite não só conceber uma genealogia sobre as relações trabalho dentro do sistema capitalista de produção a fim de entendê-lo em sua contemporaneidade, como também nos dá elementos para evidenciar estratégias de controle dos trabalhadores que extrapolam a configuração dos corpos, passando a submeter a mente, ou seja, a subjetividade do trabalhador em função de uma maior produtividade em concordância com uma previsibilidade e diminuição de conflitos. A essa forma de racionalidade e gestão, que podemos vincular a atualidade do próprio capitalismo, Foucault desenvolveu sobre o conceito de *biopolítica*.

Apesar de ser pouco explorado em meio as análises sociológicas relacionadas ao trabalho, as obras de Foucault se parecem cada vez mais necessárias para a problematização do trabalho pós-fordista. Ao iluminar as vias de reflexão que visam compreender as inúmeras faces dos processos que se constroem as relações de poder em meio a sociedade, o autor nos serve de ferramenta capaz de nos auxiliar a expor as intenções veladas por de trás dos discursos que atrelam autonomia, flexibilidade, liberdade e até mesmo o desejo do trabalhador, aos novos modelos de trabalho que, por sua vez, se encontram atravessados cada vez mais por fragilidades e instabilidades, sintomas de um sistema econômico que se reestrutura constantemente a fim de lidar com suas próprias crises. Dito de outra maneira, Foucault nos possibilita empreender uma análise atualizada das relações de poder e controle que perpassam os novos modelos de trabalho flexível, e os espaços de *coworking* são locais que nos revelam essas novas nuances.

Não se trata de basear essa análise em uma teoria foucaultiana – mesmo porque nos parece que o autor não teve uma pretensão teórica em si. Nosso interesse é demonstrar simplesmente como o conceito de biopolítica – suas estratégias, práticas e efeitos –, pode ser extremamente útil para pensarmos o mundo do trabalho hoje, principalmente quando se trata de refletir sobre as novas dinâmicas de trabalho que se utilizam de novas técnicas disciplinares voltadas para a modelagem de um novo perfil

¹⁵⁷ Os dados utilizados durante a pesquisa foram retirados do 2nd Global Coworking Survey, referentes ao ano de 2011. Esses dados são anualmente atualizados, no entanto usaremos o mesmo survey que nos orientou durante o trabalho de mestrado uma vez que as variáveis que traremos aqui não sofreram modificações drásticas ao longo desses anos. O 2nd Global Coworking Survey encontra-se disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/235076858/Deskmag-Global-Coworking-Survey-Slides-Lowres> e http://www.swivelspaces.com/Share/coworking_survey_booklet.pdf. Acesso em: 09/06/2014.



de trabalhador, coerente com a demanda capital. O *coworking* nos dá elementos que nos possibilitam essa problematização, uma vez que não só realocam esses trabalhadores qualificados que se encontram instáveis no mercado de trabalho, como também promove um discurso motivacional que perpassa tanto o espaço de trabalho como a relação dos próprios trabalhadores envolvidos por meio da exaltação de valores que atrelam o trabalho flexibilizado à liberdade e afeto desses indivíduos. Com isso, queremos avançar nas perspectivas que consideram a alienação pragmaticamente do ponto de vista da objetificação do trabalhador, de sua separação e não-reconhecimento em relação ao produto de seu trabalho e sobre si mesmo. Avançando nessa direção, o conceito de biopolítica contribui não só para dar um passo adiante na análise marxista sobre o trabalho alienado, como pode auxiliar no desenvolvimento do pensamento que o próprio Foucault delegou à definição de biopolítica, dialogando assim com as reflexões que posteriormente foram encaminhadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), Michel Hardt e Antonio Negri (2001) e Mauricio Lazzarato (2013), Boltanski e Chiapello (2009) e Peter Pál Pelbart (2003), as quais tiveram como intuito expandir o diálogo com Foucault em relação a esse termo, visando adentrar mais especificamente o campo das subjetividades e da modelagem dos interesses dos indivíduos em sociedade.

2. NOVAS PERSPECTIVAS PARA NOVOS CONTEXTOS

Foucault, em o *Nascimento da Biopolítica* (2008), observou o quanto a economia clássica havia negligenciado o papel dos trabalhadores em meio as relações do trabalho, vinculando a esses apenas um papel secundário ou passivo diante das atividades que eram precisamente determinadas pelos sistemas de produção. Tal concepção configurou-se historicamente como um dos argumentos críticos tomados pelo neoliberalismo em relação à perspectiva de análise clássica, o que para eles deveria ser ultrapassada por meio da inserção das considerações do trabalhador em meio aos processos de produção, pensando-o como elemento ativo e definidor. Dessas observações decorrem toda uma teoria – a qual tem entre seus principais representantes Theodor W. Schultz e Gary Becker – que visava incorporar as externalidades econômicas da sociedade sob a categoria do capital humano e junto a elas, dar um melhor significado às conduções políticas e filosóficas do capital. Como dissemos, tal análise configura-se como uma perspectiva neoliberal clássica do trabalho e Foucault a retrata a fim de demonstrar a concordância desse tipo de olhar com o surgimento de uma nova racionalidade tanto de mercado quanto de governo (FOUCAULT, 2008).

É preciso dizer que Karl Marx a despeito da maioria das obras marxistas, revela de maneira contundente a presença de um ser social e, depois, sua transformação no processo de individuação, dentro das relações capitalistas. A presença do elemento subjetivo desse ser social e, posteriormente, do indivíduo para Marx, nunca se tratou de



um elemento esquecido (SILVEIRA; DORAY, 1989). Resgatar esse panorama logo de início tem como objetivo apenas deixar evidente que as transformações pelas quais passaram o mundo do trabalho necessitam da incorporação de novos elementos teóricos no que tange a sua análise. Necessitam mais que isso, lançar luz para elementos desconsiderados. Elementos estes que não podem negar, muito menos pôr em dúvida toda a construção elaborada por Karl Marx, mas que, por outro lado, tendem a romper com alguns limites da análise marxista clássica que deriva do pensamento desse autor, principalmente no que diz respeito às formas de alienação dos trabalhadores no contexto de trabalho pós-fordista.

O avanço desses limites, a grosso modo, passa a ser demandado a partir dos últimos anos da década de 60, quando o capitalismo passa por um momento no qual suas relações de produção e distribuição se reconfiguram. São inseridos atributos tecnológicos na produção e na organização do próprio sistema. Conseqüentemente, o mercado de trabalho sofre também uma reestruturação de suas dinâmicas. Assim como observa David Harvey,

O mercado de trabalho (...) passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2012, p. 143)

A exigência por uma nova racionalidade não só no que tange a produção e distribuição, mas referente à própria estrutura do mercado de trabalho passa a ser uma prerrogativa intensa dentro do sistema econômico das décadas seguintes, seguindo a tendência dos fundamentos filosóficos do neoliberalismo que Foucault (2008) havia se debruçado. Os espaços de *coworking* e o perfil dos profissionais envolvidos nos mostram os resultados desses movimentos de inovação material e simbólica do capital. Esse novo modelo de trabalho se constrói coerentemente às cartilhas presentes dentro dos projetos e perspectivas de gestão daquilo que Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) chamaram de novo espírito capitalista. Sendo assim, os espaços de *coworking* concentram em seu interior um novo perfil de trabalhador além de reproduzir em suas dinâmicas uma nova agenda de gestão, seguindo as tendências que passam a ser demandas pelos sistemas flexíveis da mentalidade empresarial contemporânea (SENNETT, 2009).

Nesse processo de reestruturação, as dinâmicas de uma nova forma de acumulação capitalista ganharam força e legitimidade entre os trabalhadores ao aliar em seus discursos produtivos e organizacionais demandas advindas principalmente de reivindicações críticas em relação ao sistema capital. A agenda da reestruturação produtiva do capital passa a cooptar as reivindicações da massa, atribuindo uma perspectiva humana – principalmente a dos trabalhadores, e as transforma em fermento



para construir novos arranjos para estratégias já conhecidas. Peter Pál Pelbart (2003) descreve bem este momento, o qual Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) classificam como portador de um novo espírito do capitalismo:

Forjou-se assim um novo espírito do capitalismo, com ingredientes vindos do caldo de contestação ideológico, político, filosófico e existencial dos anos 60. Digamos, em linhas gerais, que as reivindicações por mais autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, até mesmo a crítica a rigidez da hierarquia, da burocracia, da alienação nas relações e no trabalho, foi inteiramente incorporada pelo sistema, e faz parte de uma nova normatividade que está presente nos manuais de management que seus executivos seguem hoje. (...) Significa que ao satisfazer em parte as reivindicações libertárias autonomistas, hedonistas, existenciais, imaginativas, o capitalismo pôde ao mesmo tempo mobilizar nos seus trabalhadores esferas antes inatingíveis. (...) A reivindicação por um trabalho mais interessante, criativo, imaginativo obrigou o capitalismo, através de uma reconfiguração técnico-científica de todo modo já em curso, a exigir dos trabalhadores uma dimensão criativa, imaginativa, lúdica, um empenho integral, uma implicação mais pessoal, uma dedicação mais efetiva até. Ou seja, a intimidade do trabalhador, sua vitalidade, sua iniciativa, sua inventividade, sua capacidade de conexão foi sendo cobrada como elemento indispensável na nova configuração produtiva. (PELBART, 2003, p. 96)

O *coworking* é um exemplo fértil que possibilita visualizarmos um tipo específico de trabalhador: flexível e motivado pelas conexões como forma de garantir melhores posições e liberdade dentro do trabalho. Não se trata aparentemente de um trabalhador alienado. Apesar dessa alienação existir em essência, algo de mais perverso se constitui. A própria representação e consciência do trabalhador sobre si e sobre seu contexto é reconfigurado de maneira a ser promovida e exaltada pelos próprios trabalhadores. Suas subjetividades são colonizadas com o objetivo de dar coerência às fragmentações e instabilidades que passam a ser submetidos a partir de então. A exploração não é mais evidente, pois as demandas por autonomia e liberdade aparecem dentro do próprio discurso capitalista como reivindicações que já foram conquistadas pelos trabalhadores por meio do trabalho flexível. O trabalhador deve se manter constantemente disposto a se renovar e isso passa a ser classificado como liberdade às práticas rígidas das fábricas e escritórios tradicionais. A subjetividade é mobilizada a tal ponto que se torna impossível não se identificar com o trabalho e, ao identificar-se, conhecer ou considerar suas facetas onerosas.

O *coworking*, portanto, é uma das arenas que deixam evidente o motivo pelo qual torna-se, imprescindível, portanto, um avanço teórico e analítico no que tange às problematizações sobre controle e alienação dos trabalhadores e Foucault, quando trazido para essa arena de debate, pode nos dar elementos preciosos na construção dessa temática.



3. A ATUALIDADE BIOPOLÍTICA

Vemos que a garantia que permite ao capital pós-fordista se basear na dimensão simbólica para fortalecer e expandir seus limites se deve às estratégias que contribuíram para legitimar uma racionalidade que borra as fronteiras entre a vida e o trabalho. Essa razão equivale àquela que Foucault (2008) se aplicou em construir no decorrer de sua trajetória, mas que foi conceitualmente debatida em um dos seus últimos cursos no Collège de France, que posteriormente foi transcrita e transformada em uma obra intitulada *Nascimento da Biopolítica*. Dessa forma, de acordo com Foucault (2008) biopolítica

[...] se caracteriza, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função [...] não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, [o] crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar. [...] é uma razão que funciona com base no interesse. [...] Agora, o interesse a cujo o princípio governamental a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2008, p. 39-61)

A biopolítica pode ser entendida como uma governamentalidade, ou uma forma específica de gestão que ganha força estratégica e legitimidade junto ao neoliberalismo e à toda corrente filosófica de valores que ele mobiliza. Ao tomar como relevante tudo aquilo que era externo à racionalidade econômica, a prática dos mercados no neoliberalismo transforma as estratégias de reprodução da mentalidade capital. Para além do pensamento pragmático que Foucault havia desenvolvido até então sobre biopolítica, atrelando-a a uma mentalidade de governo ainda sim estritamente quantitativa, preocupada com o indivíduo enquanto ser biológico dentro de uma população, nessa obra, nos parece que o autor amplia essa perspectiva ao considerar que os interesses, bem como as aptidões, os desejos e as vontades dos indivíduos, passam a ganhar outro patamar dentro das vias políticas e econômicas. Foucault (2008) visualiza a abertura de margem para a mobilização capital dos atributos humanos, ou seja, o capital humano. Aqui, portanto, parece que biopolítica refere-se a uma mentalidade que expande a gestão política para além das relações de gestão burocratizadas do Estado em si. Trata-se de uma nova razão que passa a percorrer toda a sociedade tendo como baliza em especial o mercado cuja filosofia política se fundamenta no neoliberalismo, e este por sua vez, aplica uma nova agenda pautada na liberdade como potência do indivíduo, na flexibilidade das relações de trabalho e de produção e na consideração de que a perspectiva do sujeito no que diz respeito ao seu



trabalho era de suma importância para o desenvolvimento produtivo do capital. Para essa nova racionalidade neoliberal:

A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador e, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir* fluxos de renda. (FOUCAULT, 2008, 309)

Vemos que essa nova etapa da razão governamental – que para Foucault era propriamente uma nova governamentalidade baseada no mercado como sistema de verificação – incide sobre a vida em sociedade de forma a não limitá-la ou constrangê-la tal como era empreendido pelas razões governamentais do soberano e do Estado disciplinar. A nova razão das formas de controle não toma para si próprio a autoridade e a moralidade da gestão, tal como se constituía a razão soberana. A despeito disso, trata-se, portanto, de uma autolimitação, não de um poder capaz de causar a morte dos súditos ou deixá-los viver, mas de “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 1988, p. 128). Dito de outra maneira, o mercado capitalista a partir do século XVIII configura-se como um elemento que constitui a baliza da razão e da verdade em meio às relações sociais.

Assim, diferente das práticas e efeitos governamentais de até então, a razão biopolítica que rege as dinâmicas neoliberais parte do princípio de liberdade e de implementação da vida dos indivíduos em sociedade e isso não restringe sua capacidade de previsão, controle e ordenação de suas relações. Essa perspectiva está, portanto, diretamente conectada à estratégia de mercado, que visa ser reconhecido como mantenedor da liberdade e da realização dos indivíduos e que é cada vez mais reforçada em meio aos novos modelos de trabalho flexíveis que se utilizam de discursos motivacionais, que adocicam cada vez mais as relações de trabalho desregulamentadas a fim de não só amenizar conflitos trabalhistas frente as inúmeras e crescentes fragilidades do mercado, mas também, em paralelo, garantir uma alta e dedicada produtividade por parte do trabalhador. No entanto, toda essa dinâmica nada mais é que a renovação de estratégias de controle, podendo ser até mesmo entendida como a evolução das formas de alienação.

Os autores dos anos 90, assim como seus predecessores, põem a questão do controle no âmago de suas preocupações. Um de seus problemas principais é o de controlar a "empresa liberada" (segundo expressão de Tom Peters, 1993 ©), feita de equipes autogeridas e trabalhando em rede, sem unidade de tempo nem de lugar. Não existe uma infinidade de soluções para" controlar o



incontrolável": a única solução é, de fato, que as pessoas se autocontrolem - o que consiste em deslocar a coerção externa dos dispositivos organizacionais para a interioridade das pessoas -, e que as forças de controle por elas exercidas sejam coerentes com um projeto geral da empresa (Chiapello, 1996, 1997). Isso explica a importância atribuída a noções como "envolvimento do pessoal" ou de "motivações intrínsecas", que são motivações ligadas ao desejo e ao prazer de realizar o trabalho, e não a um sistema qualquer de punições-recompensas impingido de fora para dentro' só capaz de gerar" motivações extrínsecas". Aliás, os autores dos anos 90 desconfiam da palavra "motivação", que conota uma forma de controle que eles se esforçam por rejeitar, dando preferência à palavra "mobilização", que remete à tentativa de motivação que supostamente evita qualquer manipulação". (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 110)

Dessa maneira, os escritórios de *coworking* além de agregarem em um só espaço novas categorias de trabalhadores considerados criativos, flexíveis, autônomos em sua maioria, interessados no trabalho em equipe, nos apresenta um fator fundamental para nossa análise: são locais que colaboram para a reprodução de um discurso que ressignifica o trabalho como algo dotado de personalidade, interesse e subjetividade do próprio trabalhador, elementos os quais, dentro desse próprio discurso, passam a ser internalizados como etapas do sucesso profissional e pessoal desses trabalhadores, ou seja, parece trabalhar em função dos seus próprios interesses, em função de sua própria vida.

Trazer o debate sobre biopolítica para o mundo do trabalho é considerar que as formas de alienação e reprodução capitalista expandiram suas definições a partir do momento em que o próprio capital passou a rentabilizar a perspectiva humana e subjetiva das relações de trabalho. Isso significa que, conseqüentemente, levamos o debate teórico para um outro nível de análise, o que permita traduzir – ou pelo menos tentar – as estratégias de dominação com a mesma acuidade e perspicácia utilizadas pelo capital em relação à condução dos novos sujeitos e demandas com as quais tem que constantemente lidar a fim de conseguir manter sua reprodução a despeito de suas crises cíclicas.

É simplesmente acima dessa trama de corpos, de casos, de paixões, dessa massa e de burburinho sombrio e às vezes sangrento, que se vai construir algo de frágil e de superficial, uma racionalidade crescente, a dos cálculos, das estratégias, das astúcias; a dos procedimentos técnicos para manter a vitória e fazer calar, aparentemente, a guerra para conservar ou inverter as relações de força. Portanto, é uma racionalidade que, à medida que vai subindo e que ela vai se desenvolvendo, vai ser no fundo cada vez mais abstrata, cada vez mais vinculada à fragilidade e à ilusão, cada vez mais vinculada também à astúcia e à maldade daqueles que, tendo por ora a vitória, e estando favorecidos na relação de dominação, têm todo o interesse de não as pôr de novo em jogo. (FOUCAULT, 2005, p. 62-64)



Trata-se, portanto, de problematizar a sujeição dos indivíduos em sociedade levando em consideração a transformação dos cenários, sujeitos, discursos e da racionalidade que emana desse novo momento histórico e com isso, trazer à tona as formas pela qual vem se construindo novas estratégias de acomodação de conflitos.

4. UMA EXPLORAÇÃO DE CORPO E ALMA

Foucault (2008) tinha como objetivo observar o surgimento de uma nova racionalidade tanto de mercado quanto de governo as quais refletiam como estatutos de verdade sob a sociedade atual. Essa é mais uma evidência que nos mostra o quanto as relações entre infraestrutura e superestrutura não podem ser postas em análise de forma separada. O que cabe a nós entendermos nesse processo é que a razão que parte do contexto histórico neoliberal fundamenta no próprio mercado a legitimidade da construção da verdade de sua sociedade, algo que até então era domínio da jurisdição, do direito (FOUCAULT, 2008).

Poderia-se dizer que, se agora é o mercado que convencionou a verdade, então estaríamos ainda tratando de questões determinadas pela materialidade, ou seja, pela infraestrutura. No entanto, o que se insere como elemento contestador dessa hipótese é que o mercado em sua atualidade transpõe as barreiras materiais e é necessariamente atravessado pela dimensão simbólica de seus produtos. Além disso, a vitalidade do mercado depende diretamente dessa biopolítica que se alimenta da dimensão simbólica e da maneira pela qual ela é absorvida pelos indivíduos, construindo seus desejos, vontades e verdades, os quais são alicerces fundamentais para a manutenção e reprodução do mercado pós-fordista. O que nos é interessante, é constatar que a partir desse movimento foi dada toda uma base racional política às transformações materiais e simbólicas pela qual passou os processos de produção capitalista e, como tal, passa influir diretamente nas relações em sociedade.

[...] haveria portanto uma coisa que no regime de governo, na prática governamental dos séculos XVI-XVII, já da Idade Média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido objeto privilegiado da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido o objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. É esse mesmo lugar, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E [em vez de] continuar a saturar esse lugar de formação de verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer – e é aí que as coisas acontecem – que se deve deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado. (FOUCAULT, 2008, p. 41-42)



Dessa forma, estamos tratando de uma nova racionalidade que perpassa desde as instituições até os próprios indivíduos em sociedade. Trazendo essa configuração para o debate no mundo do trabalho podemos dizer que, por ser a relação trabalhador-trabalho entendida como subjetiva pelo primeiro devido ao fato de corresponder a sua verdade, a dimensão da alienação de si deixa de existir para ele de forma aparente e isso porque a relação de controle e de gestão dos trabalhadores que existe agora é diferente da disciplina imposta aos corpos nas relações de trabalho fordista. Nessa nova relação, o corpo, agora, recebe o estatuto de liberdade. Pode estar fora do ambiente e das horas de trabalho e mesmo assim manter sua produtividade. Não mais depende das regras rígidas, das repetições e da constante vigilância que sujeitavam o trabalhador nas fábricas e escritórios tradicionais. O corpo, nesse novo momento capital, deve ser agora flexível, tanto pela necessidade produtiva, quanto pelo atendimento às reivindicações por autonomia por parte dos trabalhadores.

As sociedades disciplinares induzem suas próprias modalidades de resistência, mas estas são determinadas por aquilo a que se opõem. Os confinamentos são seus moldes: a fábrica constitui os indivíduos (os trabalhadores) em corpos inseridos num espaço moldado que adere à pele, com a vantagem, para o patronato, de vigiar cada elemento na medida em que esteja inserido no 'seu' molde (o preceito taylorista, mas também os dispositivos concretos que confinam o trabalhador no espaço físico das tarefas a realizar em seu posto). Em contrapartida, o trabalhador, isoladamente ou com o apoio de colegas próximos, pode resistir à pressão da disciplina desenvolvendo diversas estratégias de contrapoder, da mesma maneira que os sindicatos podem mobilizar uma massa de resistência (quanto às condições de trabalho, quanto aos salários), sem que as modalidades gerais de disciplinarização sejam postas em causa.

[...] Ora, segundo Deleuze a vida histórica dessas sociedades disciplinares tem curta duração: elas emergem com força no século XIX e logo estão em declínio, de modo que mergulhamos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento. [...] Isso significa também que as modalidades de resistência estão a largo passo em via de se extinguir, justamente por falta daquele referente, ora agonizante, a que pudessem se opor. (ZARIFIAN, 2002, p. 24)

A mudança da sujeição do corpo para a sujeição da mente também vai ao encontro da transformação de como o trabalhador entende sua relação com o trabalho, relações essas que se fundamentam naquilo que Foucault (2008) havia observado, ou seja, o mercado como o lugar da verdade. O corpo condicionado de outrora expressava de forma mais latente as dominações e explorações pelas quais passavam cotidianamente dentro dessa relação. Não significa que já nesse momento o trabalhador não esteja envolvido sob as veridicações do mercado. O fato é que o conflito e o antagonismo estavam escancarados e era fortemente sentido pelos trabalhadores de maneira geral. O compartilhamento da insatisfação diante essa condição possibilitava a



construção de reivindicações e lutas coletivas. Ao atender a demanda por autonomia e deixar o corpo livre, o capital já sabia que outra dimensão deveria ser colonizada. A mente do trabalhador passa a ser o alvo das novas estratégias de controle. O exercício sobre suas subjetividades passa a ser o ingrediente capaz de gerar um aumento da produtividade ao mesmo tempo em que servia para desmontar o sentimento de pertencimento e de coletividade entre os trabalhadores (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ao agir sob a chave da flexibilidade, o capitalismo vendeu a imagem da liberdade, onde as relações de trabalho poderiam agora ser personalizadas de acordo com o ensejo do trabalhador. No entanto, a ordem capital não se lançaria de maneira tão despreocupada aos desejos dos trabalhadores. Por isso, nesse mesmo compasso, passou a inserir de maneira sistemática discursos motivacionais que ao criar ânimo aos trabalhadores também inseriam a ideia de que eles eram os próprios responsáveis pelos seus sucessos profissionais, bem como pelos fracassos. Dessa forma, mesmo tendo libertado o corpo e lhe proporcionado autonomia nas decisões sobre como, onde e quando trabalhar, todo um fortíssimo trabalho semiótico¹⁵⁸ estava sendo consumido pelas mentes dos trabalhadores, fazendo com que a produtividade aumentasse mesmo em uma condição em que o trabalhador não mais estaria limitado às regras nem às horas do ambiente de trabalho.

Os espaços de *coworking* nos possibilitam problematizações sobre as estratégias que visam abrandar e justificar conflitos elementares do mundo do trabalho, pois carregam em seus discursos elementos que atrelam a subjetividade do trabalhador à sua realização no próprio trabalho. Isso não só permite uma maior exploração do tempo de vida do trabalhador, como embaralha as fronteiras daquilo que é encarado como vida e trabalho pelo mesmo. Observa-se também que esse discurso abre margem para um tipo de alienação mais perverso, pois ao construir uma subjetividade coerente à sua dinâmica, camufla as formas de estranhamento e objetificação pela qual o trabalhador é submetido. O indivíduo não entende a si como alienado, uma vez que recorrentemente é lembrado e motivado pelo fato de estar se realizando por meio daquela forma de trabalho, mesmo tendo cada vez menos tempo livre, mais percalços devido as instabilidades do mercado e tendo que se esforçar diametralmente mais no que tange ao desenvolvimento de uma empregabilidade coerente mediante um ambiente que não para de transformar suas demandas.

O que vemos agora não é a inexistência ou a transformação dos efeitos da alienação. A modificação se insere nas práticas, nas formas de controle e sujeição dos trabalhadores. Ocorre, nesse movimento, uma transformação dos mecanismos disciplinares. As formas de sujeição, rígidas às esferas institucionais transbordam para o campo do simbólico, da comunicação, do discurso, da subjetividade, como se o panóptico – ainda sim mantendo sua essência de “máquina maravilhosa que, a partir dos

¹⁵⁸ Nota: É possível encontrar um debate sobre a relação entre semiótica e dominação tanto nas obras de Gilles Deleuze quanto das de Félix Guattari, referidas na bibliografia.



desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 167) –, agora excedesse também sua rigidez e ramificasse seu propósito e mecanismos de aplicação dos corpos às mentes dos trabalhadores. Em grande medida, um dos elementos que propiciaram essa transformação foi algo que Foucault (2008) já havia mencionado anteriormente: a percepção do capitalismo a respeito da necessidade de trazer para a grade econômica tudo aquilo que lhe era externo, e o desejo, seria uma dessas externalidades. Deleuze e Guattari (2011) já haviam dito que o desejo é algo revolucionário, pois carrega em si a singularidade, a subjetividade do homem em articulação com o contexto em que vive. Como tal, Foucault (1987) complementaria que o desejo se configura como um mal extraordinário com o qual as formas disciplinares do capital devem agora lidar (FOUCAULT, 1987).

Nossa sociedade não é a de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos de seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens. (FOUCAULT, 1987, p. 170)

É possível ver nesse trecho, como Foucault (1987) também considerava os indivíduos – mediante a todo o aparato simbólico investido sobre eles – elementos imprescindíveis para a reprodução de todo um sistema de controle, como se a dominação não pudesse ser feita apenas por meio de uma máquina externa, mas necessitasse fundamentalmente da mobilização de todas as engrenagens que a compõem para ter sucesso em sua tarefa. A partir dessa definição podemos ver como o capitalismo ao mobilizar a inteligência, o sentimento, a cognição do trabalhador sequestra com isso sua subjetividade e seu desejo, transportando-as para o mundo do trabalho, como se este agora esse fosse o grande definidor de sua realização.

5. CONCLUSÃO:

Apesar de alguns autores defenderem a tese de que Foucault (2008) haveria construído o conceito de biopolítica a fim de relacioná-lo apenas ao governo das populações no que tange ao seus funcionamentos biológicos – saúde, moradia, sexualidade; é possível notar que ele já havia salientado considerações sobre a forma pela qual uma nova racionalidade governamental baseada no mercado como verdade, fundamento de suas realidades e, portanto, práticas, dá importância à gestão dos



interesses dos indivíduos em meio a sociedade, como se essa gestão pudesse ser um artifício de previsibilidade das crises, mas também das produções a partir das multidões. Ao pontuar a importância dos interesses, Foucault (2008) acaba por jogar na mesa uma infinidade de elementos possíveis que abrem amplamente o campo de análise, principalmente aquele que se refere a relação entre biopolítica e subjetividade.

A mente do trabalhador agora está acoplada ao trabalho de tal forma que sua identidade adquire o caráter que agora lhe é demandado dentro desse mercado. Em condições diferentes das de uma sociedade disciplinar, tal como observou Zarifian (2002) sobre as ideias de Deleuze, esse indivíduo não tem mais um referencial a se opor, dito de outra maneira, não mais sente falta daquilo que era percebido como uma contraposição entre um eu-sujeito e um eu-sujeitado disponibilizado pelo mercado e consumido por ele. Não existe mais uma identidade com a realidade explorada, subjulgada e um desejo pela conquista de uma identidade emancipada. O capitalismo conseguiu mesclar essas duas faces, por meio de uma construção simbólica e material do ideal de emancipação, o qual poderia ser conquistado apenas a medida que o indivíduo tomasse para si um perfil empreendedor que, nada mais é que o perfil capital. Ao assumir esse perfil, o trabalhador não tem mais nada a desejar, pois já conquistou aquilo que lhe era necessário para se sentir livre. Não existe mais uma outra opção a ser alcançada pois ele agora é a própria performance da liberdade. Da mesma maneira que simboliza o ideal de emancipação, fluidifica também de forma quase imperceptível as estratégias de subsunção da mentalidade e, conseqüentemente, dos corpos dos trabalhadores. Isso se dá por meio de elementos sutis que transmitem os valores capitais através de discursos e agendas empresariais, dos meios de comunicação, da publicidade, da estética e forma organizacional dos novos ambientes de trabalho flexível e até mesmo a partir das horas vagas de conversa entre os trabalhadores. O *coworking* é um exemplo fértil capaz de retratar esse movimento.

Como um novo modelo de trabalho flexível, o *coworking* possibilita que, diferente da alienação baseada em relações de poder e que previa resistência uma vez que permitia aos trabalhadores enxergar e sentir a existência de um novo mundo possível mediante a visível exploração pela qual passam diariamente, a dominação entorpeça os trabalhadores fazendo-os sentir já emancipados. A insuficiência das leis trabalhistas, a instabilidade dos mercados de trabalho, a exigência por uma produtividade cada vez maior, eram alguns elementos entre tantos outros que possibilitavam ao trabalhador visualizar a relação antagônica e contraditória, presente na própria precariedade das relações de trabalho capitalistas. Ele, de certa forma, colabora para que toda precariedade pela qual passara o trabalhador até então, e que era o que demarcava sua posição contrária ao capital, seja vista como uma etapa vencida. No entanto, algo muito interessante e perverso acontece nesse processo. Toda a precariedade até então existente não desaparece. O que parece desaparecer é entendimento sobre o que seria precário e também a sensação de que essa precariedade promoveria uma demarcação entre aqueles que são dominados e os dominantes e



consequentemente, traria os ensejos para a transformações ou até mesmo revoluções positivas em relação a uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores. A precariedade e todos os processos de precarização passam agora a ser compreendidos e legitimados pelo discurso empreendedor como fases imprescindíveis ao sucesso profissional e, consequentemente, pessoal.

Em linhas gerais, não quisemos aqui compor conclusões pessimistas sobre as relações de trabalho pós-fordistas, mesmo porque entendemos que todo poder investido sobre a vida também pode gerar potências e revoluções. Nosso objetivo em específico foi deixar claro que existe a necessidade de avanço sobre as análises críticas mediante transformações tão complexas do mundo capital, ou seja, a necessidade de um momento de avaliação cirúrgica sobre as relações de trabalho que, antes de se nortear em proposições de resistência conheçam de maneira precisa a atualidade de seus grilhões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO, Theodore. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-édipo*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- _____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- _____. *Micropolítica: cartografias do desejo*. – 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- HARDT, Michel. Negri, Antonio. *Império*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MARCUSE, Hebert. *Eros e a civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.



PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Orgs). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. Vertice, 1989.

SHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 64, novembro 2002, p. 23-31.

GT – 05- Trabalho, Educação e tecnologia

Sociabilidades e relações sociais dos adolescentes em conflito com a lei em Uberlândia/MG em 2016: sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos

Manuela Soares Silveira

Fabiane Santana Previtalli

RESUMO

O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a qual tem por objetivo conhecer as formas de sociabilidade e relações sociais em que estão inseridos os adolescentes em conflito com a lei do Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEU) – Uberlândia/MG, antes e durante sua responsabilização penal. Pretende-se também com a pesquisa, compreender essa realidade na perspectiva dos significados e sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos, seus familiares e os responsáveis pela instituição. Então, tem-se por hipótese que as sociabilidades desses jovens, são permeadas por situações de pobreza, vulnerabilidades, baixa escolaridade, exclusão e preconceito, para as quais estes buscam formas de resistência e sobrevivência, que podem se dar em suas relações familiares e comunitárias, no trabalho, por vezes informal, mas também na violência e práticas



ilegais. Acredita-se também que ao serem responsabilizados penalmente, há um agravamento dessa exclusão e a não ressocialização.

Palavras-chave: Adolescente em conflito lei. Sociabilidade. Trabalho. Educação. Relações familiares. Relações Comunitárias.

1- INTRODUÇÃO

Em detrimento das lutas e conquistas no âmbito dos direitos sociais para a adolescência, considerada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2010) como aqueles sujeitos entre 12 e 18 anos de idade, há ainda um descaso e uma precariedade na forma com que é tratada a questão dos adolescentes no Brasil, e mais gravemente aqueles que cometeram atos infracionais, por parte da sociedade e do Estado. O estigma e preconceito de “jovem problema” ainda persistem nas práticas dos responsáveis por lidar com esse segmento, e por isso os direitos por ele conquistados não têm sido de fato garantidos. Os segmentos juvenis que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, têm em suas vidas as expressões da questão social concretamente sentidas, em especial o desemprego, a baixa escolaridade e a violência.

Dentro desses segmentos, está o adolescente que cometeu ato infracional, que se encontra em um quadro de grandes vulnerabilidades, no qual diversos direitos são violados, como o direito à vida, o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à saúde, e o direito à proteção especial, ficando em evidência demandas e necessidades próprias a esse segmento. Antes de serem penalmente responsabilizados, esses jovens foram diversas vezes criminalizados, por terem destituídos seus direitos sociais mais elementares.

Nesse sentido, tendo em vista o contexto em que estão inseridos os adolescentes que cometeram atos infracionais no Brasil, **problematiza-se** aqui a forma como se constituiu a sociabilidade desses adolescentes, que cumprem medida socioeducativa (MSE) no Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEU) da cidade de Uberlândia/MG em 2016, em suas relações familiares, comunitárias, escolares, e de trabalho, e as correlações com a dinâmica macroestrutural, a partir dos 12 anos de idade, no contexto em que viviam antes de serem responsabilizados, e quais significados foram por eles atribuídos a essa sociabilidade; bem como, a maneira como a MSE construiu essa sociabilidade posteriormente ao cometimento de atos ilícitos, e se ela adquiriu algum sentido na experiência social desses sujeitos; por fim, problematiza-se as correlações existentes entre as formas de sociabilidade anterior e posterior à responsabilização jurídica do adolescente.



Diante disso, temos como hipótese que as sociabilidades dos jovens que aqui se propõe a pesquisar, são permeadas por situações de pobreza, vulnerabilidades, baixa escolaridade, exclusão e preconceito, para as quais buscam formas de resistência e sobrevivência, que podem se dar em suas relações familiares e comunitárias, no trabalho, por vezes informal, mas também na violência, consubstanciada nas práticas ilegais. Acredita-se também que ao serem responsabilizados penalmente, há um agravamento dessa exclusão e a não ressocialização.

Tais inquietações e hipótese têm origem no Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora, que teve por objetivo analisar as percepções dos jovens apenados da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) da cidade de Ituiutaba/MG acerca das determinações do ato infracional¹⁵⁹ e das suas formas de enfrentamento. A APAC é uma instituição na qual mais da metade dos presos que nela cumprem pena são considerados jovens, pois têm entre 18 e 24 anos de idade, e alguns já estiveram inseridos em MSE, atendendo ao critério para a escolha dos sujeitos da pesquisa: jovens autores de ato infracional.

Com o objetivo de conhecer a história da adolescência dos jovens da APAC, bem como suas percepções, seu olhar sobre essa mesma história, suas vivências e experiências, sobre as MSE como um todo, e em especial, acerca das diversas determinações do ato infracional, utilizou-se da história oral, através das entrevistas semiestruturadas com os apaqueanos que se interessaram em participar da pesquisa.

A partir desse estudo, percebeu-se que há ainda muitas lacunas no atendimento das demandas e necessidades da juventude brasileira, e mais especificamente dos sujeitos da pesquisa, condenados da APAC. Estes trouxeram relatos que retratam vulnerabilidades produzidas pela estrutura social e econômica, o não-pertencimento, e a denegação e ausência de direitos, contribuindo para sua atual condição de condenado do sistema penal. Assim, há uma reprodução da violência, como forma de resistência, de pertencer e ser alguém.

Suas falas trazem à tona a contradição entre estar integrado à sociedade, pertencer, poder consumir e ter o status que deseja, e viver o perigo da “vida bandida”, como trazem Trassi e Malvasi (2010) sobre esse dilema:

[...] assumir a ‘vida bandida’ como estilo de vida que implica estar exposto a situações limites de vida e morte, de privação de liberdade e de tortura [...] e, por outro lado, trabalhar no tráfico permite a integração a um sistema global de símbolos, redes e circuitos urbanos, estilos e formas de identificação que conferem *status* entre jovens e na comunidade local (p. 77, grifos dos autores)

¹⁵⁹ Conduta descrita como crime ou contravenção penal, cometida por um adolescente (BRASIL, 2010)



As narrativas dos condenados da APAC entrevistados, acerca de seu envolvimento com o ato infracional em sua adolescência, mostraram que este se colocou para os sujeitos como uma das formas de identificação e pertencimento a grupos com os quais se constrói uma identidade, da qual os jovens por vezes se utilizam. Nesse sentido, concordamos com Trassi e Malvasi (2010) que “A escassez de opções no mercado formal de trabalho, a ilusão de ganho fácil e rápido, as formas de identificação juvenil em torno do consumo de drogas e da participação em grupos criminosos são alguns dos aspectos que parecem seduzir os jovens” (p. 73).

As condições e experiências de vida vivenciadas e relatadas pelos entrevistados, são expressões da questão social sentidas concretamente por eles e suas famílias, e se constituem por vezes como determinações nas trajetórias seguidas, que não podem ser atribuídas de forma isolada aos indivíduos.

Dessa forma, para a realização do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, dessa vez no município de Uberlândia/MG, justifica-se a relevância social e a necessidade de se pesquisar sobre a sociabilidade dos adolescentes que cometeram atos infracionais deste município, através de um estudo de caso com os adolescentes do sexo masculino que cumprem MSE de internação no Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEU). Por ser um momento de constituição da subjetividade, da identidade, e de formação, os adolescentes têm grandes possibilidades de transformação, de mudança, de construção de novas trajetórias. Assim, o estudo proposto pode contribuir para aprofundar reflexões acerca das formas de sociabilidade e relações familiares, comunitárias, escolares, e de trabalho, em que estão inseridos os adolescentes que cometeram atos infracionais da cidade supracitada, antes e durante sua responsabilização jurídica.

Dessa forma, tem-se como objetivo geral conhecer as formas de sociabilidade e relações sociais em que estão inseridos os adolescentes que cometeram atos infracionais do CSEU – Uberlândia/MG, antes e durante sua responsabilização jurídica, a partir dos seus 12 anos de idade. Pretende-se também compreender essa realidade na perspectiva dos significados e sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos, seus familiares e os responsáveis pela instituição.

Como objetivos específicos pretende-se caracterizar os diferentes arranjos familiares a que pertencem os sujeitos, bem como os arranjos nas relações com a vizinhança e a comunidade dos bairros de referência, e os papéis atribuídos nessas relações; mapear os bairros de moradia e equipamentos sociais de utilização pelos sujeitos da pesquisa e seus familiares, antes e durante sua responsabilização jurídica, a partir dos seus 12 anos de idade; identificar as estratégias de sobrevivência encontradas pelos adolescentes entrevistados, e de sua família, antes e durante sua responsabilização jurídica, a partir dos seus 12 anos de idade; identificar o perfil e identidades dos sujeitos, no que diz respeito à idade, raça, classe social, escolaridade e trabalho; analisar as ações de



responsabilização jurídica por parte do CSEU nos quesitos: funcionamento e gestão das atividades, e ações socioeducativas.

2- REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nos últimos 40 anos do século XX, como respostas à crise do capital, foram engendrados processos para garantir sua manutenção e reprodução. Entre esses, a reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo, que trouxeram amplas transformações econômicas, políticas e sociais globais. Dessa feita os mais atingidos são os sujeitos da classe trabalhadora, que apesar de suas conquistas no âmbito dos direitos sociais, políticos e econômicos, tiveram esses desregulamentados e fragmentados, em detrimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, as quais tiveram por objetivo flexibilizar, precarizar e desmobilizar cada vez mais esses segmentos (VASAPOLLO, 2005; ANTUNES, 2007, 2009).

Como umas das formas de reafirmar as prerrogativas do capital e a defesa dos interesses do mercado, tem-se nesse contexto a expansão do aparato penal, como instrumento de contenção das desordens geradas pelo aprofundamento da insegurança social e da desigualdade trazidas pela crise e pelas “soluções” tomadas pelo Estado para resolvê-la (WACQUANT, 2012).

Assim, um fenômeno decorrente desse aspecto, é a penalização da pobreza urbana. Esse processo caracterizado por Wacquant (2012), é denominado por ele, em outros estudos, de “criminalização da miséria” ou “criminalização da pobreza”, como podemos encontrar em Wacquant (2003), quando propõe que a nova gestão da miséria se daria pela criminalização da pobreza, acarretando um processo de encarceramento em massa nunca visto na história da humanidade. Dessa forma, a criminalização da pobreza é percebida também pelo inchaço da população prisional, facilitado pelas tendências na política penal de aumento no tempo da pena e facilitação da prisão, em oposição à restrição e seletividade maior das políticas assistenciais, e redução da permanência nelas (WACQUANT, 2012).

Iturralde (2012) traz dados do International Centre for Prison Studies (ICPS), do ano de 2011, que mostram ser o Brasil um dos países da América Latina com as maiores taxas de encarceramento, já que no ano de 2006 existiam no Brasil 253 reclusos por 100.000 habitantes. Segundo dados consolidados do Infopen/Departamento Penitenciário Nacional (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DEPEN, 2012), em dezembro de 2012 havia no Brasil 548.003 presos registrados no sistema e na polícia. Estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, 2012), aponta para uma população de 193.946.886 habitantes no Brasil no ano de 2012. Dessa forma, a taxa de



encarceramento no Brasil no ano de 2012 é de aproximadamente 282 reclusos por 100.000 habitantes, um aumento de quase 12% em 6 anos.

Além disso, a ausência histórica de um sistema efetivo de segurança social, contribuiu para que houvesse a ênfase em “uma lógica punitiva e ao uso da prisão como respostas adequadas e necessárias perante populações problemáticas, particularmente os jovens desempregados e sem educação que vivem em centros urbanos” (ITURRALDE, 2012, p. 186). A população penitenciária da região da América Latina tem um perfil predominante de jovens do sexo masculino, com baixos níveis de educação e inserção no mercado de trabalho, e que são presos por crimes, em sua maioria, de menor gravidade (ibid).

Esse também é o perfil dos adolescentes que cometeram atos infracionais no Brasil. Podemos ver essa realidade, especificamente com os adolescentes inseridos em MSE de internação, em uma pesquisa (BRASIL, 2012) realizada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), que visitou de julho de 2010 a outubro de 2011, os 320 estabelecimentos de internação existentes no Brasil, e entrevistou 1.898 dos 17.502 adolescentes internos (aproximadamente 10%), e definiu seu perfil: a idade média total do jovem que cometeu ato infracional, inserido em MSE de internação é de 16,7 anos, e boa parte alcança a maioridade civil e penal durante o cumprimento da medida; com relação à sua escolarização o índice de adolescentes analfabetos é de 8% e a idade média em que estes adolescentes interromperam os estudos é de 14 anos, além disso 57% dos jovens declararam que não frequentavam a escola antes de ingressar na unidade, e 86% dos adolescentes entrevistados não concluíram a formação básica (ensino fundamental); aproximadamente 75% faziam uso de drogas ilícitas, o que mostra que “A alta incidência de uso de psicoativos pode, desta forma, estar relacionada à ocorrência dos atos infracionais” (BRASIL, 2012, p. 19).

Conforme Engels (2004), o trabalho é condição formadora do ser humano e por consequência da sociedade, e o distingue dos demais seres vivos, “Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano” (p. 4). Sendo assim o conceito de trabalho enquanto um direito, não deve ser reduzido a um mero posto de emprego, forma que assume sob o capitalismo (FRIGOTTO, 2004), mas enquanto condição fundamental de emancipação e formação do ser humano, forma de “criar e recriar seus meios de vida” (ibid, p. 181), e, consequentemente, aspecto constituinte da identidade do ser humano.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2007) mostram um quadro de profunda precariedade que atinge os jovens na América Latina e no Caribe (ALC). Dos 106 milhões de jovens na ALC, o desemprego atinge 16%, enquanto nos adultos esse índice é de 5%; 22 milhões (21%) de jovens não estudam nem trabalham, e mais de 30



milhões (18%) trabalham na informalidade ou em condições precárias. Segundo a OIT (2007)

O que mais diferencia os jovens dos adultos é o tipo de emprego a que eles têm acesso. Dois de cada três jovens trabalham em atividades informais, onde freqüentemente (sic) a remuneração é menor que o salário mínimo e sem cobertura da previdência social. Em termos de renda, uma jovem ganha, em média, 56% do que um adulto percebe (p. 15).

Diante dessas condições precárias de emprego, e muitas vezes do desemprego, os jovens buscam alternativas, as quais se encontram por vezes na informalidade, ou nas práticas ilegais, o que não significa um determinismo, de que os jovens pobres desempregados necessariamente irão cometer atos infracionais. Contudo, frente a essas condições, o “crime” ou o ato infracional, aparecem por vezes como forma de resistência e sobrevivência para esses segmentos, já que

O não-trabalho é o fruto mais recente do mundo do trabalho em que o avanço tecnológico, enquanto característica da modernização capitalista, vem criando não só o não-trabalho, mas uma multidão de não-trabalhadores na condição do mais excluído entre os excluídos. Com isso, este contingente de não-trabalhadores na condição de ‘marginália’, responde ao mundo das mercadorias de formas diferenciadas e com violência (PAULA, 2006, p. 21).

Dessa forma, a violência contribui de maneira significativa para a reprodução e fortalecimento do modelo de desenvolvimento capitalista, graças a fenômenos que aparentemente são independentes, mas que na verdade estão profundamente relacionados e articulados a ele. Um desses fenômenos é o narcotráfico,

[...] um dos pontos cruciais da produção capitalista que aparenta existir como uma força paralela mas se encontra nas fronteiras das trocas de mercadorias [...] Um segmento mercadológico que não tem interesse em se legalizar, pois transita tanto processos legitimados pela (sic) Estado, como aqueles que não o são (LUCENA et al., 2010, p. 38).

Segundo Oliveira (2007 apud LUCENA et al., 2010), o narcotráfico, juntamente com o crime organizado nos padrões do capital, são o escoadouro para o desemprego. Em especial para os jovens, que como já foi dito, são os mais atingidos pela reestruturação produtiva, e são um segmento populacional marginalizado economicamente, pois se encontra exercendo atividades de baixa qualificação e remuneração na estrutura ocupacional, assim



[...] A rentabilidade desse comércio é muito superior ao de qualquer outra atividade econômica, lícita ou ilícita [...] Estima-se que a entrega de drogas ilícitas em domicílio no Brasil gere oportunidades de emprego para aproximadamente 20 mil "aviõezinhos". Esses entregadores são, em sua maioria, adolescentes na faixa etária dos 10 aos 16 anos, cujo salário mensal varia de US\$150 a US\$200. Como esses menores geralmente vêm de famílias pobres, seus salários são frequentemente (sic) mais altos que os de seus pais. Seus colegas os têm em grande estima. Os traficantes lhes oferecem uma oportunidade de se sentir importantes e respeitados na comunidade. As oportunidades de emprego no setor formal para adolescentes de baixa escolaridade, principalmente negros, são muito limitadas. Além desses 20 mil adolescentes que já trabalham como entregadores de drogas, milhares de outros estão esperando por uma oportunidade de entrar nesse negócio altamente lucrativo. (ONU, 2005, p. 2 apud LUCENA et al., 2010, p. 44)

Além do desemprego, da informalidade, e da precarização do trabalho, Frigotto (2004) diz que há uma inserção precoce no trabalho por parte dos jovens pobres, que têm de abandonar os estudos, para complementar a renda dos pais. Diz ainda que essa precariedade, no que diz respeito à inserção precoce, à qualidade das ocupações e o nível de remuneração, atinge mais fortemente os jovens negros. Assim, levando em consideração a precarização do trabalho dos jovens, e o abandono dos estudos por parte desse grupo em decorrência daquele, é importante compreender também como se dá sua inserção na educação.

Da mesma forma como o conceito de direito ao trabalho deve ser revisto, assim também é o direito à educação. Esta deve ser emancipadora, com finalidades sociopolíticas, inserida na prática social concreta (LIBÂNEO, 1983), que articule ciência/conhecimento, cultura e trabalho, e não se defina “por uma vinculação imediata e pragmática, nem com o ‘mercado de trabalho’ nem com o ‘treinamento’ para o vestibular” (FRIGOTTO, 2004, p. 208). É preciso que o conceito de educação se constitua “enquanto prática política e, por conseguinte, o ato educativo como um ato político” (PAULA, 2006, p. 20).

Contudo essa perspectiva não é de fato consubstanciada na política pública de educação no Brasil. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010a), dos jovens de 15 a 29 anos apenas 35,8% frequentavam a escola da alfabetização à pós-graduação, ou seja, a maioria dos jovens dessa faixa etária (64,1%) já estava fora da escola, desses, apenas 812.854 (1,58%) nunca frequentou creche ou escola. Ou seja, há um amplo acesso à educação, entretanto não é garantida a permanência desses jovens, que evadem da escola por diversos motivos, entre eles, a necessidade de complementar a renda familiar.

Nesse sentido, é preciso problematizar que somente o acesso à escola não garante uma educação de qualidade. Para Frigotto (2004) são três fatores que se associam para



penalizar a juventude da classe trabalhadora: primeiro, a escola pública, uma escola de acordo com a classe social, que deve oferecer um ensino mais rápido e profissionalizante no sentido estrito de treinamento (concepção de educação para o mercado); segundo, o desmonte da escola básica, que deixa de ser direito e passa a ser filantropia; e, por fim, a adoção da ideologia mercadológica, a pedagogia das competências e da empregabilidade¹⁶⁰, sob a qual os trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade são classificados como “inimpregáveis”. Dessa forma, diz Paula (2006) que “O acesso e a permanência com qualidade e participação é uma conquista social e política que se reflete nas relações pedagógicas” (p. 25).

É preciso então identificar quem são esses sujeitos, conhecer e interpretar sua realidade, bem como suas percepções dela, entendendo de que modo se formam suas identidades, inseridas nas sociabilidades de que fazem parte, as quais são construídas nas relações familiares e comunitárias, as quais se dão nos bairros e nas escolas onde constroem suas experiências sociais.

Nesse sentido, para Paula (2006) o bairro pode se colocar enquanto mediação entre o particular e o genérico, “no sentido de colocar-nos mais próximos de um quadro econômico-político e cultural mais amplo” (p. 24). Por isso, é relevante o conhecimento acerca dos bairros de moradia e equipamentos sociais de utilização pelos sujeitos da pesquisa e seus familiares, pois possibilita um entendimento de totalidade acerca das formas de sociabilidade, de resistência e sobrevivência de que esses indivíduos fazem parte.

O que acontece no bairro, o abandono, o tumulto, a violência, a divisão entre os próprios vencidos e o ‘silêncio que consente’ por parte das autoridades, é um retrato do que ocorre genericamente no nosso país, em que as favelas, o tráfico, o Comando Vermelho, a criminalidade e as impunidades refletem em forma de resposta, ao mundo das mercadorias que os exclui pelo não-trabalho (p. 24).

Essa realidade cotidiana não está desvinculada do sistema produtor de mercadorias, pelo contrário, é a ele funcional, pois o capitalismo enquanto forma de dominação política e exploração econômica de um grupo social sobre os demais “se faz em meio a contradições, confrontos, conflitos entre classes, grupos, etnias e gêneros que se reproduzem entre os mais diversos espaços sociais e de formas variadas” (PAULA, 2012, p. 110). A pesquisa se propõe então a problematizar quais são as formas de resistência encontradas e criadas por esse grupo diante desses espaços.

¹⁶⁰ Ideologia que prega que a qualificação profissional e o adquirir competências consideradas adequadas pelo mercado é suficiente para garantir a conquista de um emprego, efetivando “a interiorização e subjetivação de que o problema depende de cada um, e não da estrutura social, das relações de poder” (FRIGOTTO, 2004, p. 197).



São situações com as quais os jovens não se conformam, e buscam alternativas, as quais por vezes se consubstanciam na prática de atos ilegais:

Nas últimas três décadas, o projeto de futuro baseado no grupo familiar e no modelo do trabalhador estável tornou-se problemático, e passou a concorrer com um 'antiprojeto' – o 'mundo do crime' – que propicia renda, possibilidade de consumo e status entre os pares geracionais. A maioria dos 'jovens da periferia' busca alternativas no mercado de trabalho legal formal e informal, e não no 'crime'. Mas essas alternativas nem sempre são viabilizadas; são fugazes (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 60, grifos dos autores).

O adolescente que comete ato infracional é responsabilizado através da MSE. No ECA (BRASIL, 2010), é destinado tratamento especial a esse segmento, sujeito dessa pesquisa, por meio das MSE. Este deixa de ser um mero objeto de intervenção, como era no passado, e passa, no plano legal, a ter garantida a sua inclusão social. Nesse sentido, o adolescente é penalmente inimputável, porém é penalmente responsabilizado frente ao cometimento de ato infracional. Tal responsabilização é feita através das MSE, aplicadas ao adolescente pela autoridade competente, de acordo com sua capacidade de cumprir, a gravidade e as circunstâncias do ato, quais sejam: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade (PSC); IV – liberdade assistida (LA); V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional. As quatro primeiras são cumpridas em meio aberto, e as duas últimas são cumpridas em estabelecimento de privação de liberdade, o qual deve ser, segundo o artigo 123 do ECA “entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração” (p. 76).

Alguns anos depois da promulgação do ECA em 1990, pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, institui-se o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), posteriormente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, inserindo-se aí o atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional desde o processo de apuração, aplicação e execução de MSE (BRASIL, 2006).

Segundo o SINASE (BRASIL, 2006), as MSE têm por objetivos a formação de “um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas[...]”, e ao mesmo tempo a garantia de “acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão” (p. 46), já que as medidas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma ético-pedagógica.



Busca-se então compreender, a partir da pesquisa, se a inclusão social do adolescente que cometeu ato infracional proposta pelo SINASE (2012) no plano legal, a partir da MSE de internação tem se tornado de fato efetiva, pois conforme o próprio documento, as mudanças e conquistas trazidas pelo ECA em relação ao conteúdo, método e gestão “ainda estão no plano jurídico e político-conceitual, não chegando efetivamente nos seus destinatários” (SINASE, 2012, p. 15).

3 - METODOLOGIA

Para atingir os objetivos que aqui se propõe, utilizar-se-á das pesquisas bibliográficas, documental e de campo. Será realizada uma revisão bibliográfica durante toda a execução da pesquisa na busca de um amplo levantamento dos autores e de suas respectivas produções científicas que sejam condizentes com o referencial e com a problemática proposta neste estudo. As fontes serão minuciosamente analisadas, principalmente acerca das condições em que os dados foram obtidos, bem como da corrente de pensamento que seguem, tendo em vista que teremos por base uma análise teórico-metodológica que se contrapõe à visão naturalista e determinista da realidade: o materialismo histórico e dialético de Marx. Essa escolha se deu em função de que essa teoria social possibilita a apreensão da essência dos fenômenos, de suas multicausalidades e configurações, numa perspectiva de totalidade, em um viés crítico e histórico. Tem-se por referencial teórico o Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE.

Na **pesquisa documental** utilizaremos instrumentos que produzam dados secundários e quantitativos para a elaboração do perfil do adolescente pesquisado, a partir dos processos judiciais e Planos Individuais de Atendimento (PIA) dos adolescentes pesquisados, que serão acessados no espaço do CSEU, somente para conhecimento mais detalhado da realidade, e não para divulgação ou cópias.

Optou-se pela pesquisa de campo para uma melhor aproximação da realidade a ser pesquisada, bem como uma interação com os atores que a conformam (MINAYO; GOMES, 2009). Nesta será realizado como método o **estudo de caso** da instituição (CSEU), utilizando-se de instrumentos que produzam dados primários, através da **observação** e da **entrevista**. Serão entrevistados os adolescentes internos do CSEU, seus familiares, e as pessoas responsáveis pela instituição, seus gestores e funcionários (como coordenadores, assistentes sociais e psicólogos).

A seleção dos sujeitos a serem incluídos no estudo será realizada por inclusão progressiva (MINAYO; GOMES, 2009), sem uma definição *a priori* da quantidade de participantes, de acordo com o critério de saturação: “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de



apresentação” (p. 48). Busca-se com esse método abranger a totalidade do problema proposto em suas múltiplas dimensões. A entrevista será semiestruturada, dando liberdade ao entrevistado de discorrer sobre o tema em questão, independente das perguntas formuladas, possibilitando a reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO; GOMES, 2009).

As entrevistas construirão dados mais subjetivos, enquanto que a pesquisa documental trará dados objetivos, possibilitando a construção de estatísticas sobre o grupo pesquisado, e seu perfil. Os dados das entrevistas serão complementados pela observação participante para melhor compreensão do contexto da pesquisa, das normas, regras e práticas vividas na instituição, através da construção de um diário de campo.

Vale-se então da pesquisa quantitativa e qualitativa, o que permite a apreensão dos resultados mais conectados à realidade do sujeito pesquisado, para além da simples quantificação dos dados, o que também é feito, pois é também importante como complementação à pesquisa qualitativa, não devendo se opor a ela, mas completa-la, como nos diz Minayo e Gomes (2009).

A presente pesquisa preocupa-se com os **procedimentos éticos**, em respeito a todos os sujeitos e instituições nela envolvidos, garantindo a **autonomia** destes em participar ou não do estudo, bem como o **sigilo** com relação a suas identidades. O acesso ao CSEU será feito através de **solicitação** por escrito e oral para a direção da unidade (em anexo), para a qual serão explicadas as intenções da pesquisa, a relevância social e prática que esta pode trazer, bem como acerca dos procedimentos éticos que serão tomados na sua execução, a saber: da liberdade dos sujeitos de não participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo ou constrangimento, bem como da condição de assinar o Termo de Esclarecimento para o menor, e o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o responsável legal pelo menor sujeito de pesquisa, e seus familiares, do sigilo das identidades, e da submissão desse projeto de estudo ao **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia-UFU**, para análise e parecer. O contato com os familiares será realizado no momento das visitas destes aos jovens na instituição.

Após a coleta dos dados, estes serão submetidos à quantificação e tabulação, lançados em exposição gráfica para melhor visualização. Todos os dados, a partir de então, serão analisados separadamente, considerando suas variações percentuais, para então serem discutidos em consonância com a base teórica, confirmando ou não o pressuposto levantado nesse estudo. Serão utilizadas também na análise dos dados qualitativos, as técnicas de descrição, interpretação e análise de conteúdo, a partir das narrativas dos entrevistados, levando-se em consideração os significados atribuídos pelos próprios sujeitos. Para nortear tal procedimento recorrer-se-á a algumas categorias analíticas, definidas no decorrer da pesquisa.

Sendo assim, se mostra importante o estudo das vivências e experiências dos sujeitos da pesquisa, no que diz respeito às suas relações familiares, comunitárias, escolares, e de



trabalho, de forma a compreender como o contexto macrossocietário e a totalidade concreta se refletem no cotidiano desses segmentos, e compõem suas diversas sociabilidades.

É nesses cenários que vêm se constituindo as diferentes sociabilidades dos adolescentes que cometeram atos infracionais, é nas suas relações familiares e comunitárias, nos conflitos de raça, na exclusão e na segregação, na resistência e na sobrevivência, que se gestaram suas experiências sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Programa Justiça ao Jovem. **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/programa_justica_ao_jovem_CNJ_2012 >. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 7.ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF, 2006. 100 p. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta: Em defesa da juventude brasileira**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2014cfessmanifesta_juventude_site.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **InfoPen: Dados Consolidados**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B2627128E-D69E-45C6-8198->



CAE6815E88D0%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 24 out. 2014.

ENGELS, Friederich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso 12 jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características da População e dos Domicílios do Censo Demográfico 2010**. Brasil: 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_pdf.shtm> Acesso em: 12 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Metodologia das estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2012**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2012/metodologia_2012.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

ITURRALDE, Manuel. O governo neoliberal da insegurança social na América Latina: semelhanças e diferenças com o Norte Global. In: BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 169-191.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da Associação Nacional da Educação – ANDE**, São Paulo, 1983. Disponível em: <www.aureliano.com.br/downloads/didatica/texto02.docxv>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LUCENA, Carlos. et al. F. A. Von Hayek e o Conhecimento Tácito: Uma Análise das suas Contradições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, 2010. p. 31-50. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art03_38e.pdf> Acesso em: 11 de agosto de 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu Gomes. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. In: **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 64-91



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho Decente e Juventude: América Latina**. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

PAULA, Sandra Leila de. Segregação e exclusão em bairros periféricos no capitalismo mundial. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, n. 5, Jan, Dez, 2006, p. 15-25. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20257>>. Acesso em: 05 ago. 2015

PAULA, Sandra Leila de. Segregação e exclusão em bairros periféricos no capitalismo mundial. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, n. 2, vol. 11, Jul, Dez, 2012, p. 108-120. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20257>>. Acesso em: 05 ago. 2015

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 304 p.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente Pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010. 123 p.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica.

SERVIDÃO INFOPROLETÁRIA DOS TRABALHADORES DOCENTES: a saúde mental dos professores universitários.

Larissa Isaura Gomes
Rosimár Alves Querino

Esta pesquisa trata das inter-relações entre a saúde mental e o trabalho docente em tempos digitais. A centralidade deste estudo recai na análise da constituição da saúde mental dos trabalhadores docentes considerando a identificação do modo com que os professores universitários usam e lidam com as tecnologias digitais no trabalho docente e no cotidiano da vida em geral. De natureza qualitativa e em uma interlocução entre a pesquisa bibliográfica e a de campo, a partir de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, esta pesquisa possui como objetivo geral: Identificar se o trabalho docente é intensificado pelo uso das tecnologias digitais e quais as repercussões desse uso para a constituição da saúde mental do trabalhador docente. Os resultados alcançados até o momento apontam para uma intensificação do trabalho docente pela natureza do uso que os professores fazem das tecnologias digitais com repercussões diretas para a constituição da saúde mental do trabalhador



docente.

Palavras-chave: Educação, Trabalho Docente, Tecnologias Digitais, Saúde Mental, Intensificação, Saúde do Trabalhador.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata das inter-relações entre o trabalho docente, a saúde e a vida de professores em tempos digitais. A centralidade deste estudo recai na análise da constituição da saúde dos trabalhadores docentes considerando a identificação do modo com que os professores universitários usam e lidam com as tecnologias digitais no trabalho docente e no cotidiano da vida em geral.

Na relação dialética entre as partes e o todo, entre o específico e o global, entre o uno e o diverso, o processo da pesquisa se define como um movimento contínuo de captura dos fatos e de estabelecimento de múltiplas inter-relações. Dessa forma, parte-se da docência em tempos digitais para assim destrinchar suas repercussões para a saúde dos professores universitários.

Para tanto, torna-se necessário recorrer aos autores que discutem o contexto que alicerça a temática deste estudo. Bauman (2001) nos fala em uma “modernidade líquida” marcada pela fluidez do tempo e do espaço em que as fronteiras geográficas parecem desfazer-se ou não existirem mais, em que tempo e espaço não se relacionam mais de modo linear, mas se tornam relativos, uma vez que milhares de quilômetros podem ser percorridos em questão de segundos por meio de um clique no teclado de um computador conectado à internet ou apenas com um toque na tela “*touchscreen*”.

Diferentemente das cartas que eram enviadas aos lugares, demonstrando fixidez, devendo ser informado o Código de Endereçamento Postal (CEP) exato para se obter êxito nesta empreitada, na atualidade as correspondências eletrônicas são enviadas para as pessoas, independentemente do lugar em que elas se encontrem, bastando apenas que elas estejam plugadas à internet. Nesse sentido, com a fluidez das variáveis tempo e espaço não se é mais possível saber do paradeiro do indivíduo. Ele existe no mundo e se conectado às tecnologias digitais existe na “plataforma de vida digital”. (NICOLACI-DA-COSTA, 2006).



Castells (2005, p.22) fala-nos da “Sociedade em Rede” e a define como “a sociedade de indivíduos em rede”. Nessa mesma direção, Negroponte (1996, p. 12) anuncia a “vida digital” e esclarece que “ela nada mais tem a ver com computadores, mas com a vida das pessoas”. Assim, em tempos de disseminação das tecnologias digitais não se trata mais de discutir a presença do computador e ou das tecnologias digitais na vida das pessoas, mas de, sobretudo, avaliar e repensar a vida das pessoas a partir da presença e do uso que das referidas tecnologias é feito.

A disseminação das tecnologias digitais perpassa várias dimensões da vida humana, não estando o campo da Educação e de modo específico, o trabalho docente, ileso a sua permeabilidade. Compreender as repercussões deste cenário para a constituição da vida e da saúde de professores universitários constitui a tônica desta pesquisa. Para tanto se faz necessário discutir, de modo gradativo e inter-relacionado, as seguintes categorias: “trabalho”, “trabalho docente”, “trabalho docente e saúde”, “trabalho docente intensificado e extensificado”, “vida de professores” no contexto da vida digital.

METODOLOGIA

Tida como um processo de permanente interlocução, a pesquisa em questão, de natureza qualitativa, constituir-se-á por duas fases: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de um levantamento em bases de dados eletrônicos, a saber, nos seguintes sites científicos: SCieLO – Scientific Electronic Library Online, BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, LILACS– Literatura Latino Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, Domínio Público – Biblioteca digital desenvolvida em software livre, ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e em periódicos das universidades federais do país que tenham produções relevantes nesta área e no acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Os artigos, dissertações e teses foram selecionados a partir dos seguintes critérios: a) conter no título e/ou nas palavras-chave do resumo um ou mais dos seguintes termos de busca: “trabalho docente”, “tecnologias digitais”, “trabalho docente



e tecnologias digitais”, “intensificação do trabalho docente e saúde mental dos professores” e “saúde do trabalhador docente em tempos digitais”; b) ter sido produzido nos últimos 20 anos; c) estar em Língua Portuguesa ou Inglesa.

Os critérios para exclusão do material bibliográfico são: a) não conter no título ou nas palavras-chave do resumo os seguintes termos de busca: “trabalho docente e tecnologias digitais”, “intensificação do trabalho docente e saúde mental dos professores”, e “saúde do trabalhador docente em tempos digitais” ou ainda que contiver os referidos termos de busca não apresentar correlação teórica e afinidade com os objetivos geral e específicos deste projeto de pesquisa; b) ter data de publicação fora do período de 20 anos e c) não estar em língua portuguesa ou inglesa.

A pesquisa de campo encontra-se em andamento. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por meio de uma amostra aleatória constituída por quarenta professores dos programas de pós-graduação modalidade *stricto sensu* da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) contemplando os cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado nas diferentes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq: 1- Ciências Exatas e da Terra; 2- Ciências Biológicas; 3- Engenharias; 4- Ciências da Saúde; 5- Ciências Agrárias; 6- Ciências Sociais Aplicadas; 7- Ciências Humanas; 8- Linguística, Letras e Artes; 9- Outros. A amostra aleatória dos professores sorteados para participar da pesquisa levou em consideração os seguintes critérios de inclusão: a) integrar o corpo docente do Departamento/Instituto do curso de pós-graduação sorteado para compor a pesquisa observado o seu pertencimento a uma das nove áreas do conhecimento segundo definido pelo CNPq, independente do tempo de formação e atuação na pós-graduação, sexo, deficiência física e outras questões culturais; b) consentir participar da pesquisa. Os critérios para exclusão dos sujeitos na participação da pesquisa constituir-se-ão por: a) não integrar o corpo docente do Departamento/Instituto do curso de pós-graduação sorteado para compor a pesquisa; b) não consentir participar da pesquisa.

Em uma primeira etapa, a coleta de dados está acontecendo por meio de entrevistas semiestruturadas e culminará, posteriormente, em um grupo focal com os professores. De modo específico, o grupo focal será realizado com 30% dos professores



entrevistados, isto é, será constituído por doze docentes que serão convidados a compor o grupo focal, resguardando-se a autonomia e o consentimento livre e esclarecido. Minayo (2010, p. 261-2) define as entrevistas como “conversas com finalidade” e, de modo específico, caracteriza a entrevista semi-estruturada como aquela que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” Pimenta (2014, p. 125) assim define os grupos focais: “[...] técnica de pesquisa qualitativa onde os pesquisadores organizam e conduzem, com o apoio de um (a) moderador (a), uma discussão com um grupo de pessoas, sobre temas e questões que interessam para a equipe da pesquisa.” O objetivo é compreender o que essas pessoas pensam e como se sentem a respeito de um determinado assunto, a partir da interação entre os participantes.

TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DIGITAIS

A compreensão da categoria trabalho docente é perpassada por uma diversidade de sentidos e significados. Dejours (2004, p.27) assim esclarece:

Para alguns trata-se antes de tudo de uma relação social (do tipo salarial); para outros trata-se, sobretudo, do emprego; para outros ainda, trata-se de uma atividade de produção social. [...] Para nós, a partir do olhar clínico, o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista do humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, em engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.

As palavras de Dejours (2004) contribuem para a compreensão do trabalho docente em suas múltiplas dimensões, seja ela salarial, do emprego ou ainda da produção social. O olhar clínico possibilita contemplar a amplitude da natureza desse trabalho o que também colabora para a compreensão da saúde do trabalhador docente.

Há uma indissociabilidade entre o trabalho docente e a vida dos professores. Esta pesquisa, em específico, possui como finalidade precípua compreender a tríade de relações “trabalho, vida e saúde” de professores em tempos digitais. Acerca das inter-relações entre trabalho e vida, Ludke e Boing (2007, p. 1190) assim posicionam:



Falar sobre o trabalho docente é falar sobre a nossa vida, ou pelo menos de parte muito importante dela. No caso do professor, é impossível separar a vida do seu trabalho. Não sabemos se em outras ocupações isso é possível, mas talvez no magistério essa relação fique mais evidente, já que se trata de um ofício que envolve, o tempo todo, o trabalhador em sua teia de relações com outras pessoas, alunos, colegas, funcionários e pais.

Ludke e Boing (2007) contribuem para a compreensão das inter-relações entre trabalho e vida, cuja natureza da relação é do campo da indissociabilidade. Inserido em uma teia de relações, o professor é acionado a todo o momento e em qualquer espaço. Fato intensificado com a disseminação das tecnologias digitais. Há de se considerar que no contexto da vida digital o professor trabalha dentro e fora da sala de aula, o que evidencia a existência de um tempo e de um espaço flexíveis, sinalizando traços de um trabalho intensificado e extensificado.

A intensificação, a extensificação e a precarização do trabalho docente é assim discutida por Cecílio e Reis (2014, p. 110):

[...] a vida social e as sociabilidades que dela emergem têm sofrido alterações significativas em função da compressão espaço-tempo e das mudanças no processo de produção e organização do trabalho relacionadas às reestruturações produtivas no mundo do trabalho e à introdução de tecnologias de base microeletrônica, com tendências à crescente precarização do trabalho. [...] Os que trabalham se vêem expostos a jornadas que excedem seus contratos. As atividades a cumprir nem sempre são concluídas na escola e o docente passa a levar mais trabalhos para casa e isso o priva de convívio com outras pessoas, pela falta de tempo disponível.

Cecílio e Reis (2014) apresentam e correlacionam as características inerentes à sociedade atual marcada pela compressão do espaço-tempo e pelas mudanças no processo de produção e organização do trabalho relacionadas às reestruturações produtivas no mundo do trabalho e a disseminação das tecnologias de base microeletrônica com a precarização do trabalho e para tanto discutem as consequências de todo este panorama para a vida social e as sociabilidades do professor. Imerso nesta configuração do trabalho, o docente leva para o espaço da vida pessoal as demandas do seu trabalho, suprimindo desta forma as possibilidades para o desfrute de outras sociabilidades. A dedicação parece ser muitas das vezes exclusiva e irrestrita para o trabalho. O que configura em um campo para uma análise acerca das



consequências deste modo de vida para a saúde do trabalhador docente.

Mancebo (2007, p.77) também discute a intensificação do trabalho docente pelas mídias digitais e assim a caracteriza:

E-mails a serem respondidos, celulares que tocam em casa e computadores portáteis garantem que o trabalho acompanhe o professor para além dos muros da universidade, nos momentos institucionalmente destinados ao descanso e ao lazer. O professor vai fisicamente para a casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as inovações tecnológicas possibilitaram a derrubada de barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional.

Com a disseminação e a consolidação das tecnologias digitais na vida e no trabalho dos professores há uma diluição das fronteiras até então existentes entre a vida e o trabalho. Trabalha-se a todo e qualquer tempo e espaço. E como elucidado por Mancebo (2007), o dia de trabalho parece não terminar, pois as demandas acompanham o professor independente do lugar em que ele esteja. De modo específico, o e-mail é assim entendido por Negroponte (1996, p. 186):

[...] estilo de vida que causa grande impacto na maneira como trabalhamos e pensamos. Uma consequência bastante específica disso é a mudança no ritmo de trabalho e do lazer. Trabalhar das nove às cinco, cinco dias por semana, e ter duas semanas de férias por ano é um esquema que, como ritmo dominante do mundo dos negócios, começa a desaparecer. As mensagens profissionais começam a misturar-se às pessoais e o domingo já não difere tanto da segunda-feira.

Negroponte (1996) suscita uma discussão um tanto prática e recorrente à rotina dos professores: o uso dos e-mails. De modo ininterrupto, seja dia de semana ou final de semana, os e-mails lotam as caixas de entrada dos endereços eletrônicos e demandam respostas e feedbacks imediatos por parte dos professores. Assim sendo, o e-mail configura-se em uma ferramenta que aproxima ainda mais o docente de seu trabalho. O e-mail tornou-se um aplicativo presente nos celulares e que acompanha o professor para além dos muros das universidades, contribuindo assim para a diluição da vida no trabalho e vice-versa.

Atrelada à intensificação do trabalho docente, Cecílio e Sousa (2009, p. 239) também esclarecem acerca da “precarização profissional”:

Os salários da carreira docente, de modo geral, revelam-se



incompatíveis com a necessidade de atualização do professor de modo a atender, a contento, sua missão técnica social. Sua remuneração mostra-se desproporcional ao aumento do trabalho a que é submetido, quando não até em questões discutíveis. Talvez seja esse um dos aspectos mais fortes da “precarização profissional.” [...]. Para esse processo, a informática parece concorrer, enquanto age na intensificação do ritmo de trabalho do professor, expondo-o a jornadas prolongadas dentro e fora da escola, em que o trabalho tende a extrapolar a jornada de horas e dias fixos. Trabalha-se em qualquer hora e em qualquer lugar. O professor empregado, como tantos trabalhadores, tem trabalhado mais e está mais sujeito a flexibilização das relações de emprego.

Cecílio e Sousa (2009) problematizam sobre a condição de incompatibilidade entre a remuneração dos professores, a complexidade do seu trabalho e as suas reais necessidades. A remuneração do trabalho docente não acompanha a intensificação do seu trabalho. Silva Júnior e Sguissard (2009) (re) inventam a intensificação do trabalho e a denominam de “extensificação do trabalho”, que pode ser compreendida como o prolongamento da jornada de trabalho para além dos espaços escolares com a intensificação do produtivismo acadêmico.

A intensificação e a extensificação do trabalho docente trazem repercussões para a saúde dos professores. Cecílio e Reis (2014, p.111) esclarecem:

[...] o trabalho intensificado pode ocasionar cansaço físico e mental, alterações emocionais, uma sobrecarga para o trabalhador, cada vez mais exigido na função que desempenha. Tudo isso para atender às exigências do capitalismo e ter no trabalho a possibilidade de superar cada vez mais os próprios limites e nele permanecer.

Faz-se indispensável compreender o modo com que as organizações se estruturam para assim identificar os seus reflexos na saúde do trabalhador ou, ainda, na exposição deste ao sofrimento e a outros agravos. Heloani e Lancman (2004, p. 78) assim se posicionam:

Entender as organizações do trabalho e seus reflexos na qualidade de vida, na saúde e no modo de adoecimento dos trabalhadores é de fundamental importância na compreensão e na intervenção em situações de trabalho que estejam gerando sofrimento e agravos à saúde do trabalhador.

No entanto, apesar de permearem a vida e o trabalho dos professores, os efeitos da intensificação do trabalho docente nem sempre são criticamente visualizados, o que



faz culminar em um trabalho, além de intensificado e “extensificado”, também alienado. A jornada de trabalho dos professores parece não ter fim. A docência parece ser uma vida sem intervalo. A carga horária diária mostra-se insuficiente para tantos afazeres e tantas demandas inadiáveis com prazos delimitados e/ou muitas das vezes até mesmo expirados. Muitos professores levam o trabalho excedente para casa e essas horas “extensificadas” não são remuneradas. Pelo contrário, configuram-se em uma “cortesia” ofertada como contrapartida a remuneração mensal correspondente a 40 horas semanais, mas que na prática não se restringem a esse quantitativo simbólico, pelo contrário, o extrapola consideravelmente. O descanso semanal remunerado assegurado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) perde campo para tantas atividades. O final de semana continua remunerado, mas não permeado pelo descanso. Nesse sentido, os trabalhadores docentes assumem a condição de “infoproletários” (ANTUNES; BRAGA, 2009) podendo transpor a condição de trabalhadores docentes a trabalhadores doentes.

O “trabalho imaterial, invisível e imensurável” é estudado por Lazaratto e Negri (2001, p. 21). Esse trabalho não quantificado existe e imprime marcas na constituição da saúde mental de professores universitários em tempos digitais. Imersos em uma “plataforma da vida digital” (NICOLACI-DA-COSTA, 2006), os professores ficam 24 horas conectados na docência na condição de “servos do trabalho”. Cumpre refletir que a produtividade em qualquer atividade de trabalho encontra-se atrelada à disponibilidade de condições de saúde, incluindo aspectos físicos, psicológicos e sociais. Premissa esta válida para todos os trabalhadores e não apenas os docentes.

Ao professor compete o desafio de visualizar-se enquanto um trabalhador, pois é esta a condição assumida por ele perante aquele que adquire a sua força de trabalho. Nas palavras de Marx (1985, p.13):

Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento podem ser meros assalariados; há um grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. O ator se relaciona com o público na qualidade de artista, mas



perante o empresário é trabalhador produtivo. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas.

Ao discutir essa dualidade de existência, o autor em questão desperta reflexões fundamentais, pois entender-se enquanto um trabalhador contribui para que o docente visualize a oportunidade de encampar uma luta em prol da defesa de direitos com reflexos diretos para o campo da saúde do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da reestruturação produtiva, do predomínio da lógica do capital e da disseminação e consolidação das tecnologias digitais no campo da Educação importa refletir e problematizar acerca das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho com impactos diretos para a saúde do trabalhador docente. A fluidez das variáveis tempo e do espaço aliada à precarização das condições do trabalho docente contribui para que o professor trabalhe para além do prescrito e transponha as possíveis delimitações existentes entre o trabalho e a vida. Vivem-se tempos em que o trabalho diluiu-se na vida e vice-versa. Além de precarizado, o trabalho docente passa a ser também intensificado e extensificado com repercussões diretas para a saúde desses trabalhadores. O descanso semanal remunerado tem cedido o espaço para o trabalho. Em tempos digitais, faz-se importante considerar que embora haja um contexto geral supostamente comum a todos, isto é, a “plataforma de vida digital”, cada professor usa e lida com as referidas tecnologias a seu modo. Nesse sentido, há uma singularidade na relação entre o trabalho e a vida. Fomentar e promover a conscientização da natureza desta relação contribui para o empoderamento politizado dos trabalhadores docentes com vistas ao rompimento das amarras desta servidão infoproletária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui. (Org). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. 251 p.



BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 64-106.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CECÍLIO, Sálua; SOUSA, Priscila Perim de. Entre telas e senhas: as reconfigurações do trabalho docente. **Revista Educação**, Santa Maria, v.34, n.2, p.391- 404, maio/ago, 2009.

_____; REIS, Briana Manzan. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Revista Trabalho & Educação**: Belo Horizonte, v.23, n.2, p.109-128, maio/ago, 2014.

Disponível: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1613/1504>>. Acesso em: 20/03/2016.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**. v.14, n.3, set/dez.2004, p.27-34. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a03.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico da investigação. **Revista Produção**. v.14, n.3. set. dez 2004. p.77-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a08.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2015.

LAZZARATTO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 112p.

LÜDKE, Menga; BOING, Luiz Alberto. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) cem números. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100 – Especial, p.1179-1201, out.2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>. Acesso em: 02/03/2016.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer.

Psicologia: reflexão e crítica. v.20, n.1, p.74-80. 2007. Disponível

em:<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 231p.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria (org) **Cabeças digitais**: o cotidiano na era da informação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo, Loyola, 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. Minicurso: Trabalho Docente Intensificado, Pós Graduação e Produtivismo Acadêmico. In: Reunião Anual da ANPED, n.32. **Anais**, Caxambu, 2009.



GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica.

A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Rodrigo Valadares
Rosimár Alves Querino
Larissa Isaura Gomes

RESUMO

A precarização do trabalho atinge amplos setores da população mundial, trazendo à luz debates sobre as dimensões da reestruturação produtiva e da questão do trabalho na atualidade. Como consequências político-sociais, evidencia-se crescente pauperização inclusive de trabalhadores inseridos ao mercado formal de trabalho, o que ocasiona instabilidade, insegurança e precariedade nos vínculos laborais. No centro deste fenômeno encontram-se as repercussões para a saúde e para o bem-estar do trabalhador.

Palavras-chave: Precarização social do trabalho. Reestruturação produtiva. Direitos do trabalhador. Trabalho na contemporaneidade. Saúde do Trabalhador. Divisão sociotécnica do trabalho.

INTRODUÇÃO

A precarização social do trabalho na atualidade resulta das percucientes modificações societárias neste setor aliadas a políticas sociais neoliberais. Também no Brasil, a experiência da precarização do trabalho é, segundo Alves (2007), elemento que compõe o novo metabolismo social oriundo da formação do Estado neoliberal. Objetivamente, intensifica a exploração da força de trabalho, além de fragmentar a resistência sindical-corporativa.

A compreensão desta questão exige uma análise efetiva da crise do capital e da capacidade de organização da classe trabalhadora nos espaços políticos e sócio-ocupacionais. Tornar o trabalho socialmente precário constitui uma condição elementar para o aumento das taxas de lucro, para a atenuação dos direitos e para a revisão das esferas gerais do contrato de trabalho. Ao lado das elevadas taxas de desemprego e da ausência ou redução do gozo dos direitos trabalhistas por parte do trabalhador, a precarização do trabalho expressa-se visivelmente na maleabilidade das condições e



relações de trabalho e dos direitos do trabalhador. Ademais, para Mészáros (2002), as práticas trabalhistas flexíveis constituem um eufemismo para a política de precarização da força de trabalho.

De acordo com Antunes (1995), sempre houve trabalho precário no capitalismo, porém a precariedade se “metamorfoseou”, ocupando uma posição estratégica na lógica de dominação capitalista. O trabalho precário já não é mais periférico ou residual, pois se institucionalizou mundialmente. A precarização, nesse sentido, está inserida em um âmbito liberalizante que transfere as responsabilidades do empregador para o trabalhador.

Machado et al (2004) sustenta que, paralelamente à precarização de postos de trabalho, há no Brasil uma ampliação do nível superior, e este passa a ocupar as funções de nível médio, como, por exemplo, ocorre entre os operadores de *telemarketing*.

Em contraponto ao assalariamento, por outro lado, o precariamento significa a institucionalização da precariedade do âmbito do *trabalho*, cuja categoria ainda assume centralidade na sociedade contemporânea. Diante do exposto, o objeto do presente artigo é a precarização social do trabalho na contemporaneidade. Seu objetivo é analisar e compreender as condições que conduzem a esta situação adversa para os trabalhadores. O método empregado para atingir os resultados almejados é a pesquisa bibliográfica.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A reestruturação produtiva corresponde aos frequentes processos de mudanças nas empresas e indústrias, assinalados pela desregulamentação e pela flexibilização do trabalho, provenientes da acumulação flexível e das novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica-Informacional, iniciada em meados do século XX.

A reestruturação produtiva originou-se na década de 1970 em meio ao processo de produção e acumulação industrial, e devido à grande crise do capitalismo e da derrocada do paradigma fordismo/taylorismo. No plano econômico, houve a retomada do modelo liberal, pautado no máximo predomínio do setor privado e na mínima



intervenção estatal na economia; e, no plano administrativo, houve a implementação do toyotismo como modo de produção e tônica do desenvolvimento. Contudo, é questionável a premissa de que este modo de produção significou, para os trabalhadores, um avanço rumo ao domínio do processo produtivo.

Isso por vários motivos: (...) as contrapartidas do 'toyotismo' inscrevem-se claramente numa estratégia de cooptação dos operários para participação nos objetivos da empresa; (...) precarização das condições de trabalho e o desemprego estrutural para contingentes cada vez maiores da força de trabalho. Mesmo para os trabalhadores que estão empregados pelas empresas centrais, o que se observa é a extensão da jornada de trabalho e uma pressão contínua. (MARCELINO, 2004, p. 114-115)

O trabalho especializado caracterizado por tarefas repetitivas foi substituído pela flexibilização das funções, na qual o trabalhador realiza diversas tarefas ao mesmo tempo. Ademais, a produção concentra-se na demanda do mercado, eliminando o acúmulo de produtos industrializados e, conseqüentemente, exigindo a máxima eficiência e a maior celeridade no processo de fabricação.

A reestruturação produtiva que ocorre em nível mundial impacta negativamente a vida e a saúde de vultosos contingentes de trabalhadores. No Brasil, este fenômeno não substitui as relações de trabalho tradicionais, mas as reforça mediante a utilização de novas tecnologias de produção. Deste processo resultam os altos índices de desemprego e a precarização das condições de trabalho, tornando a organização sindical fragilizada e afetando as conquistas históricas dos trabalhadores.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1992, p.143).

Nesse corolário, o perfil conservador das práticas capitalistas é galvanizado e, atualmente, os processos de trabalhos são influenciados pela produção flexibilizada e por algumas modalidades de organização do trabalho, com destaque para a reengenharia.



Reengenharia se fez por meio de uma nova concepção de organização baseada não mais na estrutura vertical e hierárquica, mas no foco nos processos organizacionais, fazendo com que a antiga visão verticalizada fosse substituída por uma visão horizontalizada. O organograma foi deitado de lado. A base fundamental da reengenharia foi a substituição de departamentos isolados por equipes multifuncionais de processos. (CHIAVENATO, 2003, p. 225)

Também, na reestruturação produtiva que ocorre no Brasil, enfatizam-se os aspectos organizacionais, não o investimento em ciência e tecnologia. A terceirização, entre esses aspectos, tornou-se uma estratégia uníssona ao ideário estabelecido pela reestruturação produtiva, a qual precede em termos históricos. Nas alterações geradas pela reestruturação produtiva, são essenciais o trabalhador terceirizado e a flexibilização dos processos de trabalho, assim como dos produtos, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo e dos direitos sociais.

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores. (PARENZA, 2008, p. 35)

A flexibilização do trabalho ocorre hodiernamente balizada na racionalização da produção e na acentuação do ritmo de trabalho que, consonante às políticas de gestão, transforma-se em alvo das estratégias empresariais para enfrentar o desafio da competitividade no mercado globalizado. No âmbito da reestruturação produtiva, a classe trabalhadora fragmentou-se, tornando-se ainda mais complexa e heterogênea. Em suma, tais características estão presentes em todos os segmentos dos trabalhadores na divisão sociotécnica do trabalho.

AS FACES DO TRABALHO

O trabalho, em uma sociedade produtora de mercadorias, constitui uma categoria que ocupa posição central. Apesar de uma minimização de ordem quantitativa no



mundo produtivo, o *trabalho abstrato* realiza um papel preempatório na produção de valores de troca, considerando-se que “as mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção” (ANTUNES, 1995, p. 75).

Para Marx (1975), a redução da subjetividade do processo de trabalho quanto aos fatores objetivos ou a elevação progressiva do capital constante quanto ao variável diminui relativamente, porém não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca.

Ademais, a lei do valor de troca não é refutada pela redução do tempo físico de trabalho produtivo nem pela redução do trabalho manual direto e pelo aumento do trabalho mais intelectualizado.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 1971, p. 54)

O valor de uso das coisas, no horizonte da sociabilidade produtora de mercadorias com que visam à criação de valores de troca, é ao mesmo tempo reduzido e subsumido ao seu valor de troca. O trabalho possui, com efeito, um duplo caráter: “como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – a quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (*Idem*, p, 50).

O trabalho concreto possui a dimensão essencial de possibilitar a base material sobre a qual as outras esferas da atividade humana podem desenvolver-se.

É importante reafirmar que o trabalho, entendido como *protoforma* da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o *momento único* ou *totalizante*; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera



do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação. (ANTUNES, 1995, p. 85)

Nesta perspectiva, a revolução tecnológica representada pela robótica, automação e microeletrônica, possui um claro sentido emancipador, desde que seja gerenciada pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente necessários e úteis, tal como preconizava Marx.

Em uma sociedade produtora de mercadorias, de valores de troca, como a atual, as revoltas do trabalho possuem estatuto de centralidade.

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução *no* e *do* trabalho. É uma revolução *no* trabalho na medida em que deve necessariamente *abolir* o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na autoatividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução *do* trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o *sujeito coletivo* capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador. (*Idem*, p. 88)

Incontestavelmente, o capitalismo potencializou as capacidades humanas com o avanço tecnológico, que ensejou o estranhamento para além do espaço de produção, sacrificando indivíduos pela indução ao consumo.

O processo de trabalho apresenta mudanças, que, na verdade, não obliteram os condicionantes elementares desse fenômeno social, contudo incitam o desencadeamento de ações contra as diversas manifestações do estranhamento e, nessa medida, apresentam considerável relevância no universo da sociabilidade atual, tão rondada pelo espectro da precarização.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é condição de existência do homem em todas as formas de sociedade e objetivação constitutiva do ser social. E, antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, no qual

O homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria



natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio (MARX, 1988, p. 142).

A precarização do trabalho requer a consideração das mudanças evidenciadas no mundo do trabalho sob a égide do capitalismo e consubstanciadas pelas alterações nos direitos trabalhistas, nos benefícios e proteções sociais, na segurança e higiene no trabalho, nas perdas salariais e na proteção sindical. A precarização, nesse contexto, constitui um regime político e está “inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando a obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (BOURDIEU, 1998, p.124-125).

Assim, dois fenômenos devem ser considerados na análise da relação entre saúde e trabalho, a saber: os efeitos do trabalho precário impelido pela subcontratação e pelas formas atípicas de trabalho, como o trabalho temporário, por exemplo, e os resultados da intensificação do trabalho constatada nas últimas décadas sobre a saúde física e mental do trabalhador, que insta ações de prevenção primária, assistência e promoção.

Isso significa adotar um olhar que não se detém apenas nos aspectos biológicos, incorporando o psíquico e o social e que requer a atuação sobre os problemas humanos no trabalho a partir de um outro *locus*, o do serviço de saúde. (SATO; LACAZ; BERNARDO, 2006, p. 283-284)

As ações inerentes à saúde do trabalhador têm como pressupostos recursos materiais, quadro de pessoal capacitado e suficiente, além de condições necessárias ao enfrentamento dos problemas complexos do setor, isto é, uma política de Estado harmônica com a proteção integral da saúde dos trabalhadores e com o intuito de superar a precariedade do trabalho na contemporaneidade. Nesta, o trabalho é um processo de valorização, apesar de nele ocorrer socialmente uma precarização.



À medida que o trabalho muda o jeito de ser, de pensar e de agir de cada ser humano e de cada cultura, torna-se condição de humanização e instrumento da liberdade, porque é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (e desejos) no mundo, ao mesmo tempo que se torna propriamente humano. (ARANHA, 1997, p. 23)

Notoriamente, a relação de trabalho não é equivalente à de emprego, na medida em que é possível existir uma relação de trabalho sem se estabelecer um vínculo empregatício entre o trabalhador e o prestador de serviços, fomentado pela flexibilidade.

O propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. (HARVEY, 1992, p. 144)

A precarização do trabalho é uma característica constitutiva da formação social do Brasil, sendo que o contexto de precarização, de subcontratação, de redução do padrão salarial em contraponto à ampliação de contratos de trabalho temporários e do desemprego é uma realidade que afeta a todos os trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica social da precarização do trabalho, composto pelo processo concreto de degradação salarial e pela pleora de experiências de rompimentos de condições formais de trabalho, é caracterizado tanto pelo cenário interno de reformas capitalistas, como pelo cenário externo de acentuada reação neoliberal de semblante político-ideológico.

A reestruturação produtiva ocorre mundialmente, impactando de forma negativa a vida e a saúde de uma gama considerável de trabalhadores. No Brasil, este fenômeno reforça as relações de trabalho tradicionais pelo uso de novas tecnologias de produção e provoca elevados índices de desemprego e, por consequência, a precarização das condições de trabalho. Inclusive, o próprio mercado de trabalho passou por uma



reestruturação radical, com vistas ao aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. Nesse processo, os patrões aproveitam-se do enfraquecimento do poder sindical e da mão-de-obra excedente de desempregados ou subempregados para impor regimes e contratos de trabalho ainda mais flexíveis.

A precarização nas relações de trabalho contemporâneas conforma uma intensificação da precarização intrínseca ao modo de produção capitalista. As transformações do trabalho insculpidas no emblema da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva podem, portanto, ser resumidas nos processos de flexibilização, desregulamentação e precarização social, que induzem grande parte da sociedade ao nível da vulnerabilidade.

A precarização social do trabalho não constitui, por outro lado, um fato marginal à existência dos trabalhadores: é, antes, um atributo da coletividade, e exige uma reversão imediata a fim de que o trabalhador possa readquirir o controle de sua própria vida. Por meio de um diagnóstico sobre a situação dos trabalhadores brasileiros, é possível embasar planos de ação plausíveis e consonantes com o real quadro de suas necessidades. Nessa perspectiva, torna-se imperioso apreender as novas experiências percebidas e vividas da precarização do trabalho como processos articulados dialeticamente e impostos aos trabalhadores em um horizonte de profunda reestruturação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Londrina: Práxis, 2007.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Trabalhar pra quê?** In: KUPSTAS, Marcia (org). Trabalho em debate. São Paulo: Moderna, 1997.
- BOURDIEU, P. **A precariedade está hoje por toda parte**. In: Contrafogos. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. rev. e atual. Elsevier. Rio de Janeiro: 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.



MACHADO, A. F.; HERMETO, A. M.; CARVALHO, N. F. **Tipologia de qualificação da força de trabalho:** uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. Belo Horizonte: Nova Economia v. 14, n. 2, p. 11-34, 2004.

MARCELINO, Paula R. P. **A logística da precarização.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **O Capital.** Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

PARENZA, Cidriana Tereza. **Trajetórias:** um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 93. São Paulo: Cortez, 2008.

SATO; Leny; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; BERNARDO, Márcia Hespagnol. **Psicologia e saúde do trabalhador:** práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo. In: *Estudos de Psicologia.* Campinas: 2006.

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação Técnica.

O negro entre a escravidão e o trabalho livre.

Ivan G. Barroso

Este artigo visa analisar o cenário social, econômico e político que se instaurou no Brasil entre 1888, inicialmente marcado pelo “fim” da escravidão e 1891 onde foi homologada a primeira constituinte da República. Este recorte foi escolhido por considerarmos que este relativamente curto espaço de tempo servirá de referência para um denso e complexo cenário que se instaurará ao longo do século XX e quiçá aos dias que estamos vivenciando no século XXI.

A escravidão terminava em 1888, carregando consigo quase que simultaneamente um império, que caía perante os esforços conjuntos do Partido Republicano (que representava, por sua



vez, os novos e ascendentes cafeicultores da região Oeste paulista) e do exército. A questão estava lançada: por um lado, a República surgia realçando os valores “liberais” da época, fincada em toda uma “imagem civilizatória”; e, ao mesmo tempo, com o final da escravidão era jogado no mercado uma grande massa que agora tinha direito a cidadania (já que, segundo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos). Schwarcz 1987, pg.38

Em outras palavras seria a transição ou pode-se dizer adequação do Estado que por mais de três séculos foi escravista se adequando minimamente aos moldes de um Estado liberal que fora adotado na Europa e Estados Unidos. A palavra de ordem do dia agora seria: Estamos na República, finalmente conseguimos ter condições de reger nosso próprio governo segundo nossas próprias regras.

Teresa Sales no artigo *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*, deixa evidente as sequelas deixadas do clientelismo na identidade da construção da cidadania no Brasil, onde a autora constrói a definição de cidadania concedida, onde estaria a raiz de toda a desigualdade, a autora encontra este dispositivo de controle nas onda migratórias dos trabalhadores rurais e até mesmo na fuga de escravos.

A cidadania concedida, que está na gênese da construção de nossa cidadania, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida dar-se-ia apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos de 1960. À abolição da escravatura, que poderia ser um marco para esse rompimento, seguiu-se o compromisso coronelista, ou, mais genericamente, os mecanismos de patronagem e clientelismo que marcaram toda a nossa Primeira República, contribuindo para perpetuar as bases sociais da cidadania concedida.

Segundo a autora a implantação de um governo democrático no Brasil após a queda do Império, ele não conseguiu romper com os laços de subserviência que como uma espécie de cimento manteria praticamente intocável as relações de cidadania. Uma maneira que comprovaria estes vínculos seria a permanência da estrutura agrária



assentada no grande domínio territorial, mantendo praticamente intocado as antigas estruturas de poder, em outras palavras seriam: haveria no país dois grupos distintos um que bem manda e outro que bem se pede e o significado destes verbos (mandar e pedir) estaria alicerçada a cidadania brasileira.

A herança do latifúndio não estaria reduzida apenas a questão econômica, seus traços seriam profundos e estariam presentes nas marcas de prestígios e poder do senhor rural que se estenderiam até o século XX, onde estes senhores controlariam toda a burocracia pública como, cartórios, nomeação de juízes e interventores como Sales nos aponta.

Contraditoriamente, os mesmos senhores rurais que estão na base do incomensurável poder privado que foi a marca incontestada de nossa formação histórica até o advento da República, esses mesmos senhores que controlam os aparelhos de justiça, os delegados de polícia e as corporações municipais, são eles que amparam o homem comum de todos esses controles sob a proteção do clã. Oliveira Vianna passa ao largo dessa contradição, situando apenas a segunda parte da equação, quando afirma que o homem que não tem latifúndio é permanentemente indefeso e nenhuma instituição de caráter social o ampara.

De acordo com Sales o pedir está mais encrustado na cultura brasileira que o obedecer, por fazer parte da cultura da dádiva o que implicaria diretamente em um provedor forte, que há um consenso em sua existência entre um número considerável de pesquisadores como Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Todavia esta euforia buscava apagar ou ao menos esconder de uma maneira oficial um passado não muito distante arquitetou-se em uma das formas de organização social do trabalho mais desumanas criadas pela humanidade que foi a escravidão, mas Grinberg (2002) observa que a nova constituinte mesmo sendo conservadora no sentido da cidadania passou a conceder alguns direitos mínimos aos recém libertos.

Essa legislação seria fundamental porque organizava o acesso dos escravos a liberdade, estabelecendo, entre as condições mínimas para um escravo pudesse se libertar, a posse de bens, exatamente uma das prerrogativas necessárias para o exercício da cidadania.



É neste cenário que esbarramos com diversos problemas que iremos tratar neste capítulo, passando pela alegação clássica porém elitista de Aristides Lobo que “O povo assistiu bestializado à proclamação da República”, passando pelo desenvolvimento das teorias racistas e conseqüentemente chegaremos a construção da cidadania republicana.

Uma dúvida que surge recorrente a esta construção do “povo” é que de acordo com o texto de José Murilo de Carvalho (2003) a nação desenhada recentemente poderia ser organizada em três tipos de povos como: O povo das estatísticas, O povo das eleições e O povo das ruas, cada um possuindo suas características próprias, tendo ainda como atenuante as marcas históricas deixadas pela dominação colonial e imperial portuguesa, tornando impossível a transformação dos Jecas de Monteiro Lobato em oradores romanos.

Assim, seguindo esta perspectiva podemos afirmar que mesmo aqueles que pegaram em armas e invadiram o Palácio da Guanabara também não tinham elaborado em suas cabeças de maneira precisa e objetiva o que fariam com o poder assumido de uma já decadente monarquia que já se arrastava como seu velho imperador.

Quem era menos preparado para a democracia, o povo ou o governo e as elites? Quem forçava os eleitores, quem comprava os votos, quem fazia atas falsas, quem não admitia a derrota nas urnas? Eram os grandes proprietários, os oficiais da Guarda Nacional, os chefes de polícia e seus delegados, os juízes, os presidentes das províncias ou os estados, os chefes de partido nacionais ou estaduais. Carvalho 2016, pg. 49

Afinal, os narradores oficiais de nossa história não conseguiram apagar as narrativas desta época, apenas queimando documentos e monumentos, pois além dos vastos trabalhos produzidos sobre a temática, carregamos suas heranças dentro de nós onde formos. Esta visão de segregação começa a ficar mais explícita passando a ganhar cada vez mais espaço na “ordeira” e letrada aristocracia que facilmente quase sem nenhuma crítica passa a aceitar como verdades, pois lhe convinham devido a sua condição social as teorias das pseudociências desenvolvidas por teóricos estrangeiros como: Gobineau, County, Agassiz etc) estes conceitos criariam os dispositivos raciais necessários que permitiriam legitimar as desigualdades raciais assimétricas maquiadas de sociais e econômicas no país.



Esta maquinaria perversa foi assunto de profundas discussões entre seus críticos e defensores do final do século XIX até ao final da Segunda Guerra Mundial, com as divulgações dos métodos de higienização étnica e social feito pelos nazistas.

No ano de 1929, Renato Kehl, no livro *Lições de eugenia*, decretou: “a nacionalidade só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”! Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Esta imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas. Políticas compulsórias como a restrição à imigração, a esterilização e o controle de casamentos estavam entre suas propostas. Diwan 2014, pg.87

Assim como no Antigo Regime, onde os papéis sociais e políticos recebiam sua sustentação teórica e filosófica, a partir, da teologia e pregação oficial da Igreja que dava legitimidade a escravidão e a posição do negro e do branco dentro da estrutura da sociedade estamental, de direitos e privilégios. Observamos que estes papéis sociais e políticos seriam dados ao nascimento fazendo com que o negro ocupasse “naturalmente” os lugares mais baixos e obscuros da sociedade.

Algo mudou e no discurso de legitimação das estruturas sociais na Europa, observamos cada vez mais o enfraquecimento da Igreja nas instituições públicas pois o pensamento racional e filosófico largamente influenciado pelo Positivismo de Comte se desenvolveria e ocuparia definitivamente o seu lugar.

Como as tendências europeias sempre tiveram um lugar mais do que privilegiado no cotidiano das elites brasileiras, esta nova linha de pensamento seria definida como filosofia norteadora do novo regime sem com que houvesse o cuidado mínimo de contextualiza-la a realidade brasileira, em outras palavras, o que é bom para a Europa é bom para o Brasil. Assim as elites brasileiras tornariam se ávidas consumidoras dos periódicos, artigos e livros publicados por autores europeus.

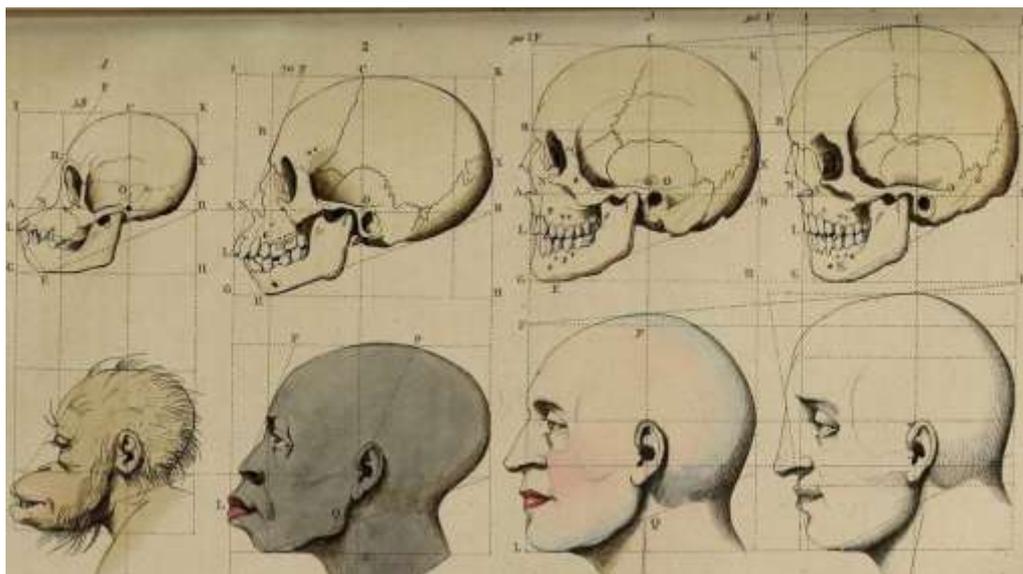
Podemos, se quisermos, designá-lo pelo nome de “racionalismo”; podemos, se não tivermos na cabeça senão conceitos prontos, dizer que o século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza de ordem científica. Foucault 1999, pg.75



Teremos agora um deslumbramento para uma nova forma de sociedade, a sociedade burguesa europeia no século XVII caracterizada pelo uso exclusivo da ciência e da razão para todas as explicações as inquietações e instituições que tangem a vida do Homem, não obstante como era de se esperar o Brasil também passaria organizar suas instituições utilizando estes princípios anunciados pelo Iluminismo e pelo Positivismo, mas diferentemente de uma revolução burguesa como a que aconteceu na Europa, no Brasil teremos estes princípios sendo utilizados pela aristocracia agrária que sempre esteve ligada ao lado da monarquia que agora passa a ocupar o centro nervoso da política.

De uma maneira contraditória, toda a euforia e princípios como a igualdade e a liberdade que este novo olhar lançou sobre a sociedade, a ciência assim como a religião desenvolverá maneiras para legitimar a rígida arquitetura social que seria desenvolvida nos primórdios de nossa República.

As teorias racistas do pensador francês Gustave Le Bon primo do naturalista Charles Darwin, que defendiam a ideia que os seres humanos deveriam ser escalonados em raças superiores e inferiores utilizando para isso critérios anatômicos, formato do crânio e cor da pele. Tiveram uma aceitação considerável entre os “homens da ciência” daquela época.



http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/05/ciencia/1454696080_059342.html Acesso: 05/07/2016



Porém diferente dos países europeus e até mesmo dos Estados Unidos que possuíam uma rígida segregação entre brancos e negros, no Brasil além destas duas etnias que desde os primórdios da colonização se interagiam de forma hierarquizada, teremos o mestiço ou seja o mulato que de acordo com o olhar destes intelectuais poligenistas seriam uma nova raça que herdaria todas as mazelas e limitações que cada raça pura teria, ou seja, o mulato herdaria a fraqueza física do branco assim como a fraqueza intelectual do negro.

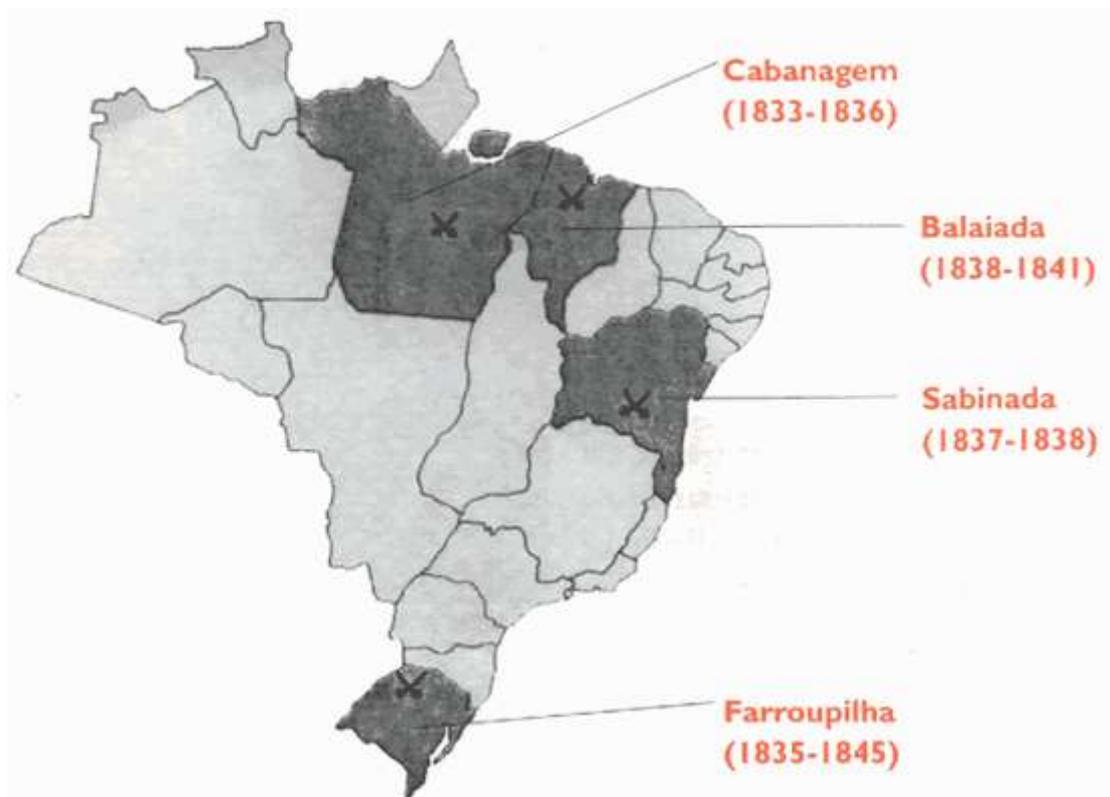
Esta pauta não causou tantos efeitos na ordem social brasileira, pois desde a formação do país a miscigenação foi uma prática incentivada pela coroa portuguesa como forma de suprir os grandes vazios demográficos no país e para compensar o baixo contingente de mulheres europeias na sociedade, além do mais por possuímos um número considerável de pardos que ocupavam lugares privilegiados na sociedade como fazendeiros, políticos e comerciantes.

Aceitar que ela fosse descrita como “degenerada” ou infértil ameaçaria um aspecto estabelecido e aceito na sociedade brasileira. Além disso, lançaria uma sombra sobre não poucos membros da própria elite. Na verdade, a miscigenação não despertava a oposição instintiva da elite branca no Brasil. Skidmore 2012, pg. 100

Não obstante, ao final do Império e primeiros anos da República a questão da ciência que legitimaria a hierarquização social seria um dos menores problemas que nosso país enfrentaria. Desde o período Regencial, onde foi o primeiro momento da história do Brasil em que os brasileiros assumem as “rédeas” da política brasileira afim de manter a estrutura política, econômica e geográfica que fora desenvolvida durante o governo de D. Pedro, desenvolve-se uma política denominada por coronelismo, onde os grandes proprietários locais ganhavam patentes de coronel do exército e o direito de manter milícias afim de desestimularem futuras revoltas populares e elitistas, como as que ocorriam no Norte e Nordeste brasileiro como a: Cabanagem, revolta de caráter popular que ocorreu na província do Grão-Pará sob a liderança do cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, o motivo principal desta revolta foi a nomeação de um político conservador para a província. A Sabinada que foi uma revolta de caráter elitista

que ocorreu no estado Bahia, sob a liderança do médico Sabino da Rocha, onde os rebeldes reivindicavam proclamar a República até o momento que D. Pedro II tivesse idade suficiente para assumir o trono. A Balaiada foi uma revolta também de característica popular ocorrida no Maranhão liderada por Raimundo Gomes conhecido como Preto Cosme, o motivo seria uma luta entre a aristocracia rural daquela região.

Em outras regiões como o Sul eclodiu uma das revoltas mais conhecidas de documentadas de nossa história, pois além de sua longevidade teve um desfecho diferente de todas as outras que aqui citamos, foi a Revolta dos Farrapos, com característica elitista sob a liderança de Bento Gonçalves, o motivo principal seria o preço do charque gaúcho que se encontrava em desvantagem em relação ao charque argentino. No mapa abaixo podemos observar que estas revoltas deflagraram-se em períodos de tempo muito próximos, afetando diretamente os interesses econômicos da aristocracia fundiária assim como incentivaria o surgimento de outros movimentos contestatórios ao governo.



<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=12017> Acesso: 02/08/16



Acreditamos que a política coronelista permitiu a construção de uma cidadania que não seria a mais adequada para a construção dos princípios da nova República e que ela “nasceria” baseada em arcaicos e profundos dispositivos reguladores como: Patronismo e clientelismo.

Estas raízes remontam ao período colonial de predomínio do grande domínio territorial de caráter privatista, originando uma cultura da dádiva que mediatiza as relações sociais e faz emergir um tipo de concessão de direitos que a nomeei de cidadania concedida. Mesmo depois que se funda a república, o compromisso coronelista e os mecanismos de patronagem e clientelismo a ele associados contribuíram para perpetuar a cultura da dádiva. As relações de mando/subserviência, que estão na base de nossa desigualdade social, são aqui analisadas pelo seu aspecto de violência, que tem sido uma das causas da constante itinerância da classe trabalhadora dos campos brasileiros. Sales 1992, pg. 18.

A cidadania concedida por Sales exprime que a cidadania jamais poderia ser entendida como um conceito fechado, pois ela é construída ao longo de todo o processo histórico, não obstante estaria nas bases da identidade do povo brasileiro e que ela deveria possuir adjetivos como que primassem pela liberdade individual, a propriedade privada, direito ao voto, assuntos pertinentes ao trabalho e acima de tudo a posse da terra.

Todavia esta liberdade e cidadania que foram construídas desenvolveu-se em forma de concessão dada pelos antigos senhores escravocratas e donos das terras, o que levaria a desenvolver a ideia de que o Brasil não teria povo e que se mesmo houvesse ele não teria como lutar por ela devido ao aparato que forma o sistema escravista, mas esta colocação de acordo com Mattos 2013 p. 45 não está correta, por não conseguir trazer com clareza os motivos que levaram o “desinteresse” da construção do “povo brasileiro, pois as narrativas históricas conservadoras e elitistas construirão esta imagem afim de manter sob seu controle os conflitos sociais e assim a manutenção do *status quo* da grande lavoura.

Uma sociedade construída sobre a escravidão necessariamente conferia significados específicos à noção de liberdade que orientava as ações daqueles indivíduos desenraizados e



despossuídos que constantemente produzia, inclusive por concessão ou compra de alforria.

Nestes aspectos a cidadania seria compreendida como uma espécie de dádiva onde os direitos básicos como à vida, justiça e todos os direitos civis seriam alcançados por meio da benevolência dos senhores de terras. Levando assim o desestímulo pela luta não pelo enfrentamento direto como ocorrido nas primeiras décadas da república como na Revolta da Vacina e da Chibata, mas pela falta de alicerces tanto intelectual quanto jurídico que daria maior sustentação a luta e a reivindicação dos menos privilegiados.

Não que estejamos nos referindo que apenas com o conhecimento regular e acadêmico seria possível organizar uma frente de luta consistente que suportaria aos ataques das elites, mas também não podemos despreza-los até mesmo pela maneira em que a metrópole durante o processo de colonização deixou sob responsabilidade da Igreja com escassos recursos para o ensino básico que após as reformas Pombalinas ela perde esta função e a metrópole não se preocupou em preencher esta lacuna na educação proliferando o analfabetismo de maneira tão avassaladora no território brasileiro que sentimos seus efeitos até hoje na sociedade atual, não obstante, quando surgiram as primeiras universidades no território nacional elas eram voltadas mais ao ensino profissionalizante e apenas os filhos e parentes próximos dos grandes proprietários teriam acesso ao ensino superior como nos aponta José Murilo de Carvalho 2016 pg, 29. Fazendo uma comparação com os países de origem latina.

Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola da América, três delas no México. Umas 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem, seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobre tudo a Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparados com os 150 mil da colônia espanhola, o número era ridículo.

A partir destes números podemos perceber de forma explícita os reais interesses que a metrópole tinham com a colônia em mantê-la no mais absoluto controle tanto



físico quanto intelectual, sem ainda citarmos os impactos que estas medidas trariam para o futuro da recém-proclamada república e na maneira que seria construída a nossa cidadania.

Em outra questão que percebemos o impacto causado por este exacerbado número de analfabetos é na imprensa brasileira, que somente começou oficialmente a funcionar, a partir, da vinda da Família Real para o Brasil onde teremos a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, imprensa esta que era minuciosamente censurada pelos instrumentos de controle do Estado.

Não obstante a obra de Schwarcz *Retrato em branco e preto*, trás para o debate de como os estudos utilizando os periódicos da época é possível traçar um perfil do modelo de jornal e panfletos que circularam nos últimos anos do século XIX, a partir destes texto a autora elucida o perfil público das identidades do período como exemplo o negro.

Nelas, o negro aparece com grande frequência e podemos encontra-lo envolvido em vários e diferentes espaços que vão como que definindo e redefinindo a figura e condição negra e escrava: existe o negro das “ocorrências policiais”, o negro violento que se evadiu, o negro que é o centro de notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal que é oferecido enquanto “peça de bom funcionamento” ou mesmo o negro “objeto” de discurso dos editoriais científicos. (1987)

É neste ponto que divergimos com as narrativas tradicionais, narrativas estas que buscam compreender o negro após abolição utilizando dispositivos clássicos como: desenvolvimento da cidadania, a policia coronelista que parece ser extremamente eficiente em conter as ações e manifestações do negro no Brasil, assim como os discursos médicos eurocêntricos desenvolvidos no período que buscava legitimar esta exclusão social, mas daí nos perguntamos: Será que neste cenário, o negro que passou por gerações e séculos como escravos compreendiam ou melhor buscavam de uma maneira oficial serem aceitos como cidadãos ou as permanências da escravidão os fizeram viverem outro tipo de realidade, as vezes uma realidade que mais se aproxime da realidade da população brasileira do que apenas convenções políticas, estruturas econômicas e de uma cultura oficial? Acreditamos que não! Por isso as próximas



páginas sejam as mais interessantes desta odisséia de dissertação, por trazer autores que constroem um outro tipo de atuação para o negro no cenário brasileiro, eles trazem personagens um tanto cômicos, outros trágicos, alguns ambiciosos e como não poderia faltar os trapaceiros. Para isso selecionei três episódios que estão nas obras dos autores citados para que possam elucidar nosso trabalho.

Uma das obras selecionadas para o desenvolvimento deste pensamento é o livro da professora Wlamyra Albuquerque *O Jogo da Dissimulação*, ele nos trás uma narrativa importante para entendermos o cenário da abolição na cidade de Salvador e os rumos que foram tomados pelos senhores, ex-escravos e libertos empobrecidos em geral, segundo a autora, faltando apenas alguns dias para o fim oficial da escravidão a cidade de Salvador ficou com um cenário social muito instável e com razão, pois o risco de perder o controle da população era muito grande e a ineficiência da polícia devido sua baixa qualificação e efetivo que alguns anos anteriores havia sido reduzido tornaria uma missão quase impossível em conter os mais exaltados.

Esta preocupação ficou tão evidente que as autoridades políticas locais tiveram que fazer Assembleia Provincial fazer várias reuniões para traçar ações que pudessem trazer a estabilidade social que se mantivera anteriormente, em outras palavras as ruas de Salvador não eram mais seguras para as caminhadas no final da tarde pelas senhoritas e galanteadores.

Na perspectiva dos políticos conservadores e dos proprietários, a polícia deveria ser capaz de empreender uma política de coerção e vigilância dos limites da cidadania da população de cor. Insuficiente numericamente e ineficaz “moralmente”, enquanto corriam os “dias de liberdade” evidenciava-se ainda mais o descrédito que a polícia inspirava. Faltava-lhe a “força moral”, que ainda restava a alguns proprietários. Albuquerque pg. 110.

Com esta instabilidade civil não faltou ideias que com a abolição a sociedade brasileira estaria prestes a entrar no “maléfico mundo comunista” o que ameaçaria diretamente os direitos de propriedades dos homens de bem da época. Mas pelo que tudo indica a população que agitava-se nas ruas e nos campos não eram movidos por ideias comunistas e tão pouco anarquistas, tudo parecia ser um misto de revolta, alegria



por terem conseguido finalmente alcançarem a liberdade, vingança sobre as maldades cometidas pelos grandes proprietários ou apenas pegar aquilo que eles consideravam ser sua parte no trabalho.

Um exemplo deste tipo de prática encontra-se na história de dois negros libertos: Romão e Pedro, assim que souberam do fim da escravidão aproveitaram uma viagem de seu ex-dono, Octávio de Souza Leite onde aproveitaram de sua ausência foram em sua fazenda e roubaram duas ovelhas, mas não demorou um deles o Pedro foi capturado pelo furto o mesmo com a idade de trinta anos já havia se casado e tinha vendido a ovelha para refazer a vida.

Este exemplo nos mostra que este tipo de furto serviria como uma espécie de reparo ou dívida que seu senhor tinha para com Pedro, que jamais tivera ruínas antecedentes. Não obstante, ele não poderia passar impune, pois se todos aqueles que foram explorados como ele foi, passassem a tomar esta “atitude reparadora” o caos seria a palavra de ordem da época. Mas felizmente o ex patrão de Pedro o perdoou em “nome de Deus” e ele seguiu sua vida.

Um outro relato importante na obra de Albuquerque é o evento que ocorreu no engenho de Maracangalha. Houve uma espécie de rebelião, onde os que a poucos meses foram libertos se recusavam a trabalhar, caíram na bebedeira e no samba até as tantas da madrugada, mas uma discussão entre o tenente José Rodrigues de Cerveira e o liberto Latino que na época era o feitor do engenho. Esta briga teve início quando o tenente acusou Latino de ter matado algumas reses do engenho Quibaca, o tenente foi ferido com um facão, mas conseguiu fugir e passaram três dias do acontecido e nenhum dos agressores havia sido intimado para prestar depoimento, não por causa de um possível arquivamento do caso, mas porque eles se recusaram a receber o escrivão.

Pelo que tudo indica o delegado estava achando que o engenho Maracangalha estava sob controle dos libertos e que era ausente o “respeito as autoridades constituídas” e que não conheciam leis além de sua própria vontade. E sob a liderança do preto Latino os “insurgentes” se recusavam a aceitar os conselhos do bom delegado de respeitarem o espírito das leis e o amor que deveriam ter pelo trabalho.



Mas o que mais nos chamou atenção no texto foi à análise feita por Walter Fraga Filho sobre o episódio de Maracangalha, pois segundo as testemunhas o preto Latino foi extremamente “injurioso”, “atrevido” e “grosseiro” com o coitado do tenente Cerveira, eles não conseguiam acreditar, melhor entender o elevado nível de insubordinação do preto as leis à tão poucos meses após o fim da escravidão, isto aconteceu em 16 de junho de 1888.

O fato é que àquela altura, mesmo nos engenhos, os senhores precisavam recorrer à punição para que lhes fossem garantidas a deferência que julgavam devida. Com a abolição, a fragilidade da autoridade dos senhores era ainda mais evidente. Parecia que os piores prognósticos ensaiados nas reuniões da União Agrícola e Comercial dos aristocratas baianos se concretizavam. Era a quebra da autoridade senhorial, que o barão e tantos outros esperavam ver preservada por mecanismos como a concessão de alforrias antes como um ato formal da princesa Isabel. Fora do tempo da escravidão, os libertos lhes pareciam ingratos e com ares de superioridade. Albuquerque pg. 117

O relato a seguir consideramos como sendo um dos mais impressionantes daqueles dias que antecederam a abolição e pelo que tudo indica mais que o receio de como ficaria o mundo do trabalho, o medo estava se tornando a palavra de ordem nas ruas de Salvador, os responsáveis por pela manutenção da ordem era apenas uma pequena força policial com baixíssima qualificação em conter os ânimos mais exaltados, conseguir manter o controle sobre a população pobre e de cor e defender até mesmo com a própria vida os atributos morais largamente defendidos pela sociedade escravagista.

De acordo com Albuquerque, estes receios de uma rebelião ou um arrastão generalizado seriam desdobramentos das ações dos abolicionistas e a falta de estrutura da polícia era uma reclamação comum até mesmo entre os delegados, as queixas foram ouvidas e no mesmo mês da abolição foi levado para a Assembleia Provincial a pauta que discutia uma reestruturação da polícia, acreditamos que esta ação fica evidente que as elites sabiam o que os ventos da liberdade trariam para as ruas de Salvador, era necessário redimensiona-la em seus fins e meios e o interessante que as discussões sobre o efetivo da polícia e seu papel foi ganhando ao longo de todo século XIX



maiores espaços na medida que percebia-se que o Estado reconheceria mais cedo ou mais tarde que a escravidão havia chegado ao fim.

Os jornais e periódicos da época também faziam exigências que houvesse um reaparelhamento das forças policiais que conseguissem garantir os atributos morais, mas para isso fosse possível seria necessário uma reformulação quase que inteira do quadro, começando pelos cargos mais rasos como os de soldados e cabos que em quase sua totalidade era ocupado por pobres que talvez até mesmo pudessem se juntar aos “libertinos”.

No distrito de Cachoeirinha a reclamação do chefe de polícia e de grande parte da corporação também não eram diferentes e se diziam “desmoralizados para reger a paz”. Feio mesmo estava era a situação dos lugares que tradicionalmente já eram considerados “as correrias de bandidos” e esperavam que com a presença dos libertos a bagunça pudesse se transformar na mais absoluta anarquia.

Como era apenas uma questão de tempo para a bomba estourar e ela estourou no dia 31 de maio, a menos de um mês da abolição no distrito de Boa Vista registrou o ocorrido. Dois libertos invadiram uma fazenda da região armados com facão, faca e uma arma de dois canos. O subdelegado Felipe Alves da Paixão se deslocou até o local e lhes deram voz de prisão e os libertos não se renderam. Como a negociação fracassara só restaria enfrenta-los a mão armada e esperar que após o grito de liberdade ações como esta tornar-se-iam cada vez mais rotineira no cotidiano da polícia.

Um outro excepcional historiador que produz narrativas minuciosas e intrigantes de dos últimos suspiros que antecederam o grito de liberdade é Sidney Chalhoub, este autor na obra *Visões da Liberdade*, desenvolveu uma notória pesquisa sobre as rebeliões de cativos no estado do Rio de Janeiro e algumas destas narrativas traremos para enriquecimento de nossa discussão que é o caso do comerciante de escravos José Moreira Veludo.

Segundo Chalhoub (1990), Veludo tinha em seu plantel de aproximadamente cinquenta escravos para serem comercializados e entre eles havia um por nome de Tomé que precisava de cuidados e Veludo cuidava de seus curativos há vários dias, no momento que Veludo descera ao dormitório, em média vinte escravos sob a liderança de



um mulato baiano conhecido por Bonifácio surpreendeu Veludo e lhe “desceram a lenha”, o negro por nome Marcos em um ato astuto conseguiu arrancar das mãos do enfermo Tomé uma palmatória que seria utilizada para espancar Veludo, outro crioulo por nome Constâncio usou um pau curto que trazia consigo e os demais “passaram a mão” nas armas como paus e lenhas que foram achando pelo caminho, à visão que temos deste cenário é como se fosse semelhante a uma briga de torcida organizada quando pega um torcedor do time rival.

De acordo com a narrativa, os negros estavam espancando Veludo sem misericórdia, mas por sorte chega ao local um caixeiro viajante por nome Justo que armou-se com um pedaço de madeira e pediu ajuda do guarda livros e saíram em defesa do patrão, Justo e o rapaz com muita luta conseguem arrastar Veludo para fora e o salva do possível linchamento.

Após o resgate de Veludo os ânimos dos negros ainda continuariam exaltados, mas não há relatos de tentativas de fugas dos escravos, neste ponto aqui é onde nos surgiu uma dúvida: Se eles eram um contingente de dezenas de homens e estavam além de organizados armados com palmatória, como apenas estes dois homens conseguiram tal façanha? E por que não aproveitaram a ocasião e fugiram?

Uma das ações que mais nos surpreendeu foi o caminho encontrado pelas autoridades para acabar com motim, foi armada toda uma operação de guerra pelo subdelegado de Santa Rita tanto é que até foi mobilizado um grupo de fuzileiros navais para organizar um cerco a loja de Veludo.

Mas as surpresas não acabam por aqui, quando a situação foi controlada e os responsáveis foram para a delegacia, no momento de colher os depoimentos de um dos que participaram da “anarquia” o crioulo Constâncio faz uma narrativa bastante rica em detalhes que revela que o ataque a Veludo já havia sido tramado há vários dias e dentre os motivos que motivaram tal façanha foi o fato deles estarem a vários meses na casa de José Moreira Veludo para serem vendidos e passavam por muitas humilhações e maldades feitas pelo comerciante. Assim eles viram que a única saída daquele lugar seria mantendo Veludo.



Mas de acordo com a narrativa de Chalhoub o depoimento de Constâncio relatava apenas alguns assuntos pontuais, como a premeditação na agressão a Veludo e o fato de terem conseguido manter o plano em sigilo por tanto tempo, mas a história possuía detalhes do plano que era muito maior do que um espancamento. Alguns crioulos planejaram derrubar o muro da propriedade para despertar a cólera de Veludo e assim no momento que ele fosse destilar seu ódio seria o disparador para o início da pancadaria e a derrubada deste muro também serviria como passagem para a fuga rumo a subdelegacia. Este episódio nos evidencia que havia entre os próprios cativos um sentimento de união e que deveriam juntos lutarem por justiça.

Outra narrativa importante que também faz parte da pesquisa de Chalhoub foi o caso de uma escrava doméstica conhecida como Francelina com idade entre dezesseis e dezessete anos que foi acusada de ter matado sua senhora Maria Soares da Costa Calheiros, colocando veneno em seu remédio que ela tomava todas as manhãs.

Nos depoimentos prestados por Francelina a polícia em que ela negava com convicção sua inocência no crime, ela deixa sempre escapar os suplícios diários com cabos de vassoura, lenha ou qualquer outra coisa que a velha encontrasse pela frente, mas afirmava que mesmo diante de tamanha violência física contra sua pessoa ela mesma não sentira ódio pela a agressora, até mesmo porque no dia de sua morte ela não houvera lhe batido, apenas lhe dado um “puxão de orelhas” no dia anterior.

Como prova das maldades da senhora Calheiros, Francelina tenta convencer o delegado que quem envenenou a velha misturando veneno em seu remédio foi uma crioulinha alugada de doze anos chamada Elvira. Segundo o depoimento das duas adolescentes quando a megera sentiu que havia sido envenenada, logo se apressou em fazê-las tomarem também do veneno e elas tomaram e quando o médico chegou para salvar a senhora havia tempo apenas para salvar as crioulinhas, todavia o mais intrigante ainda estava por vir, Francelina havia guardado uma surpresa que somente revelaria no dia de seu julgamento e este trunfo a absolveu por sete votos contra cinco.

No referido dia Francelina revela que ouviu de Elvira que a senhora que em tese tinha intenção de compra-la a maltratava todos os dias e posteriormente as surras ela se desculpava levando Elvira a se confundir nos motivos que a levaram a cometer o



envenenamento. Quando foi indagada se a senhora a punia com frequência sem um motivo justo, a criulinha respondeu que era espancada diariamente com pedaços de pau e que em uma destas sessões de espancamento lhe ferindo-lhe os olhos e que a agredia sem motivo e que o medo de ser definitivamente comprada pela senhora Calheiros e que os espancamentos após a sua posse pudessem aumentar foram os motivos que a fizeram tomar uma medida tão drástica.

Narrativas como esta torna-se cada vez mais frequentes a partir da segunda metade do século XIX naquilo que Chalhoub 1990 pg. 199, seria um “profundo abalo na nossa sociedade”. Uma mudança estrutural no fluxo de pessoas e etnias tanto no campo quanto na cidade.

Um grande expoente negro de seu tempo agora na luta mais formal contra a escravidão e após a abolição o racismo foi o engenheiro André Rebolsas ao qual Emília Viotti (2008) na obra *A abolição* e Hebe Mattos também aborda em um artigo intitulado de: *André Rebolsas e o pós abolição: Entre a África e o Brasil (1888-1898)* (2013) faz uma breve análise de seu histórico como engenheiro e militante abolicionista que em um rápido olhar pode não compreender suas intenções na luta, pois Rebolsas acreditava que sua militância abolicionista não deveria ser diretamente com os cativos, pois isto provocaria mais rancor, desilusão e ódio entre os seus, mas que deveria atuar na conscientização dos opressores o que causaria vergonha e constrangimento das práticas desumanas que sujeitavam o negro.



<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3377-andr%C3%A9-rebou%C3%A7as,-engenheiro-e-educador> acessado 26/08/2016



Segundo Viotti (2008), André Rebolsas era filho de uma família de políticos abastados da Bahia no ano de 1854 Rebolsas prestou concurso para o curso de Engenharia da escola militar e serviu o exército um ano depois, todavia o jovem militar além de se destacar como engenheiro, ele também se destacou em outras áreas como a botânica, matemática e astronomia, mas sua identidade era: engenheiro. Era para ser uma carreira promissora em um país que estava aceleradamente crescendo e que precisava dos serviços qualificados e capacitados e ele acreditou que seu brilhantismo intelectual e profissionalismo seria a senha para ser aceito no mundo dos brancos.

Não faltariam ocasiões em que a cor lhe pareceria um entrave. Embora educado e frequentando a alta sociedade, Rebolsas era negro. E ser negro em um país de escravos não era simples. Uma bolsa de viagem ao exterior lhe foi negada e Rebouças atribuiu o fato à sua cor. Mas acabou indo, graças a ajuda do pai. Costa 2008, pg.99

De acordo com Costa, nesta viagem que Rebolsas fez para a Europa ele acreditava que desenvolveria uma aceitação de si no meio elitizado, talvez por isso ele não poupou esforços e arregaçou as mangas e foi ao trabalho, inspecionou docas, viadutos, construção de pontes, aquedutos, visitou indústrias e quando achou que estava pronto para retornar ao seu país de origem para auxiliar em seu desenvolvimento se deparou com um problema que perdura até os dias do século XXI a política, Rebolsas assim que desembarcou no Brasil conseguiu alguns contratos, perdeu outros e não demorou a perceber que praticamente tudo estava relacionado diretamente com conexões políticas e que de certa maneira sua formação polida de engenheiro estaria a mercê dos intemperes daqueles que nem sabiam calcular.

Pelo que a narrativa indica é que para onde Rebolsas olhava em sua volta ele via as ramificações da sociedade coronelista, clientelista em que os favores estavam além das qualidades pessoais, pelo que tudo indica ele sentia-se irritado com tal situação, mas se via atado por depender destes conchavos para se manter.

Não obstante, não foi surpresa para ninguém no ano de 1870 Rebouças passa a integrar ativamente no grupo dos abolicionistas, a luta pela libertação dos escravos parecia aliviar seu coração das mazelas que juntaram no coração do negro vivendo no



meio dos brancos, mas que nunca foi tratado como igual, assim somente com o fim do trabalho cativo o homem poderia ser julgado pelos seus atos e não pela sua cor.

Nos anos de luta Rebolsas escreveu um projeto de emancipação dos escravos e dentro de suas diretrizes havia um proposta de criar um centro de assistência ao liberto, escreveu mais de uma centena de artigos, foi tesoureiro da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e da Confederação Abolicionista, evitava a frequentar comícios e preferia mais atuar nos bastidores.

Além de combater a escravidão, Rebolsas defendia a pequena propriedade, a autonomia municipal e a liberdade da indústria e do comércio. Chegou o treze de maio e pelo que tudo indica Rebolsas foi tomado de alegria, mas não aceitou a Proclamação da República e por isso decidiu-se a se auto exilar em 1889 na Ilha da Madeira na África e nunca mais voltou para o Brasil.

Estes são apenas alguns exemplos de como existe no Brasil uma história muito mais diversificada do que as que são narradas de maneira oficialmente pela história elitista e factual, esperamos aprofundar nossas reflexões após a qualificação da banca e assim concluir com êxito este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2009.

CARNEIRO, Manuela da Cunha, Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, o longo caminho. 21 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. Revista USP, São Paulo, nº 59, set-nov. 2003.

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo, Sp: Editora Unesp 2008

DIWAN, Pietra. Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2014



FEBVRE, Lucien. O problema da incredulidade no século XVI; A religião de Rabelais; trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2009

FERNADES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”), volume I – 5. Ed.. São Paulo, SP: Editora Globo, 2008

FLORENTINO, Manolo. Em Costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas; trad. Salma Tannus Muchail – 8 ed. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes; 1999

GRINBERG, Keila. Código civil e cidadania. Rio De Janeiro, Rj: Editora Zahar, 2002

LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração; trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres – 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio De Janeiro, Rj: Editora Zahar, 2000

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013

MENDONÇA, Joseli. Memórias da escravidão nos embates políticos do pós-abolição. In H673 Histórias do pós abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos – volume 1 / (org.) Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Hebe Mattos. – Niterói: Editora da UFF, 2014

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2008.

SALES, Teresa. Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil. 1992. 169 f. Tese (livre docência) - Departamento de Sociologia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Campinas, São Paulo 1992

SHWARCZ, Lilia M. Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 1987.

SKIDMORE, Thomas E.. Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2012



Sociologia Clássica e Fenômeno Social Contemporâneo: Alienação e estranhamento nas relações de trabalho do moto-taxismo

Dener Jesus Freitas de Melo

Partindo do entendimento que as teorias clássicas ainda são relevantes para análises da sociedade atual, este trabalho tem por objetivo articular os conceitos marxistas de alienação e estranhamento a um fenômeno social contemporâneo: as relações de trabalho no moto-taxismo. Ao relacionar dados obtidos em campo com o conceito marxista de alienação, foi possível observar que: 1) os moto-taxistas realizam um serviço em que há fixação do seu trabalho e no qual eles não se reconhecem; 2) apesar de algumas liberdades (horário, tempo de serviço e itinerário), em última instância o controle sobre a realização da atividade é exterior a estes trabalhadores; 3) atividade não desenvolve todas as potencialidades dos moto-taxistas, mas limitam a sua vida social à realização da sua profissão. A conclusão obtida pelo estudo é que o trabalho do moto-taxista configura-se como trabalho alienado, e a renda e forma de organização desta atividade são os fatores que permitem o estranhamento destes trabalhadores em relação a alienação presente nas relações de trabalho.

Palavras-chave: moto-taxismo; alienação; estranhamento; trabalho; marxismo.

INTRODUÇÃO¹⁶¹

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial a “crise dos paradigmas” passou a ocupar posição central nos debates da teoria sociológica. Um dos principais fatores que propiciaram o advento desta crise foi a idéia de obsolescência e insuficiência das teorias clássicas das Ciências Sociais, isto é, que estas teorias já não seriam mais capazes de responder as novas realidades, tornando-se necessário propor teorias atuais, capazes de entender de maneira mais satisfatória os novos fenômenos sociais.

A crítica aos modelos clássicos prosseguiram, se generalizaram e tornaram-se uma onda na teoria social. Começou, então, a se observar a formulação de novos arcabouços teóricos e metodológicos aplicáveis às sociedades avançadas, para superar de vez as teorias generalizantes da sociedade industrial do século XIX. Neste sentido,

¹⁶¹ Trabalho apresentado para avaliação na disciplina “Teoria Sociológica”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob os cuidados da Prof.ª. Dr.ª. Maria Lúcia Vannuchi. As discussões realizadas foram, posteriormente, incorporadas na dissertação, intitulada “Quando As Regras E Normas Não Estão No Papel: Uma contribuição da Antropologia Dos Sistemas Informais para a elucidação do trabalho dos moto-taxistas em Uberlândia – MG” (MELO, 2015).



alguns sociólogos rejeitaram por completo as teorias clássicas; outros combinaram os clássicos com as novas formulações; enquanto outros, por sua vez, aderiram às novas teorias, mas não desqualificaram os clássicos.

Entretanto, Ianni afirma que “há algo de imaginário no debate sobre a crise da Sociologia” (IANNI, s/d, pág. 03). O autor reconhece que há, de fato, impasses teóricos e metodológicos na teoria social contemporânea, mas que o debate sobre o objeto e o método da Sociologia sempre foi um campo fecundo para debates e controvérsias nas Ciências Sociais. Dessa maneira, o autor defende a idéia de que apesar da sociedade ter se modificado ao longo do tempo, ela guarda algumas características essenciais, que subsistem, ainda que de maneira recriada. Assim, alguns clássicos tiveram bastante êxito em revelar aspectos da realidade social de seu tempo, aspectos estes que permanecem presentes na sociedade até os dias atuais (mesmo que recriados), tornando importante a volta aos estudos clássicos para a elucidação da nova “roupagem” assumida por estes aspectos sociais na contemporaneidade.

Boaventura de Sousa Santos (1997), por sua vez, discute a importância e a relevância do materialismo histórico na atualidade. O autor também reconhece que a sociedade atual está passando por um momento de transformação paradigmática, em que o paradigma moderno dá lugar ao paradigma da pós-modernidade. Diante disso, ele faz uma excursão pela tradição do pensamento marxista para verificar até que ponto os pressupostos teórico-metodológicos desta vertente clássica da Sociologia podem ser utilizados para elucidar questões presentes na sociedade pós-moderna.

Dessa maneira, o autor destaca que, apesar do marxismo ser um conjunto de teorias utilizado para interpretar uma sociedade ultrapassada (a saber, a sociedade moderna)¹⁶², alguns de seus pressupostos teóricos e metodológicos ainda podem ser empregados para a elucidação deste novo momento pós-moderno, principalmente: 1) a sua atitude revolucionária e transformadora diante das situações de exploração presentes nesta sociedade (utopia marxista); 2) o método materialista e histórico, despido de determinismos, que privilegia a análise das contradições; e 3) o foco nas análises macro-estruturais. Assim, a teoria marxista continua sendo útil como ponto de partida ao estudo da sociedade pós-moderna, mas nunca como um ponto de chegada.

Sendo assim, diante do reconhecimento de Ianni da importância do arcabouço teórico e metodológico dos clássicos para a Sociologia contemporânea, e da lembrança de Boaventura de que o marxismo ainda é um importante e legítimo ponto de partida para realização de análises das contradições da sociedade atual, este trabalho tem por objetivo articular dois conceitos elaborados por Karl Marx, a saber, os conceitos de

¹⁶² Por exemplo: Boaventura de Sousa Santos (1997) afirma que a análise de classe realizada em Marx não é mais útil para pensar as classes sociais na sociedade pós-moderna, pois neste novo momento as classes não são definidas por meio das relações de trabalho.



alienação e estranhamento, a um fenômeno social contemporâneo, a saber, as relações de trabalho no moto-taxismo.

1. ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO EM MARX

O trabalho alienado foi um dos temas que mais despertou a atenção nos estudos e reflexões do “jovem Marx”. Dessa maneira, conforme verificado nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx se propõe a entender o fenômeno da alienação na sociedade capitalista moderna, partindo de um fato econômico de seu tempo, a saber, que quanto mais riqueza o trabalhador produzia mais pobre ele ficava, quanto maior era o número de bens por ele produzido menos remunerado ele seria. Então, foi a partir desta constatação que Marx dedicou-se a entender este fenômeno.

Para Giddens (2011), a obra de Marx busca, ao mesmo tempo, analisar e criticar a moral da sociedade moderna. Neste sentido, o conceito de alienação constitui o ponto primordial da sua interpretação e crítica desta sociedade. Nas palavras deste próprio autor: “Toda a crítica do capitalismo de Marx e portanto a sua tese de que a ordem burguesa pode ser transcendentalizada por um novo tipo de sociedade, se baseia no conceito de alienação” (GIDDENS, 2011, p. 301). Assim, é possível constatar a importância deste conceito na obra de Karl Marx.

Marx (2005) verifica três tipos de alienação na sociedade capitalista moderna, são elas: 1) alienação da coisa; 2) alienação na produção (auto-alienação); 3) alienação do ser (ontológica).

O autor lembra que no processo de produção capitalista o produto do trabalho é o trabalho fixado pelo trabalhador em uma mercadoria (objetivação do trabalho). Entretanto, neste processo o trabalhador não produz apenas mercadorias, mas produz também a si mesmo e o seu próprio trabalho assume forma de mercadorias. Além disso, Marx observa também que o objeto produzido pelo trabalhador opõe-se a este último como um ser estranho, como um poder independente do seu trabalho. A partir do momento em que “o trabalhador se relaciona com o objeto *do seu trabalho* como a um objeto *estranho* [...] quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos [...] mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio” (MARX, 2005, p. 112, grifos do autor). Ou seja, quando o trabalhador coloca a sua própria vida no objeto que produz, por meio da objetivação do trabalho, a sua vida deixa de lhe pertencer e passa a pertencer ao objeto por ele produzido.

O processo acima descrito é a alienação da coisa, isto é, a separação do trabalhador e o produto de seu trabalho, pois o primeiro passa a não mais se reconhecer no segundo. O produto do trabalho passa a ser um objeto estranho que domina o trabalhador que lhe produziu. Um dos reflexos mais importantes e devastadores deste processo é que “a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a



desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2005, p. 111, grifos do autor). Ou seja, os trabalhadores tornam-se objetos exploráveis (reificação) e as mercadorias por eles produzidos ganham vida (fetichização) – o homem vira coisa e a coisa ganha vida.

Após analisar a alienação do trabalhador observando apenas a sua relação com os produtos do trabalho, Marx se propõe a avançar no estudo da alienação, observando este fenômeno sob outras óticas. Neste sentido, o autor observa que para ser resultado do processo produtivo, a alienação deve necessariamente estar contida nesse processo de produção, pois “o produto constitui apenas resumo da atividade, da produção. Em consequência disso, se o produto do trabalho é a alienação, a produção em si tem de ser a alienação ativa” (MARX, 2005, p. 114). Uma das principais características da alienação do trabalho é que o trabalho é algo exterior ao trabalhador, não é algo que pertence à sua característica humana, e que, portanto, o trabalho não é uma atividade que realiza o homem, mas que o esgota física e mentalmente. “Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (MARX, 2005, p. 114, grifos do autor).

Dessa maneira a alienação na produção, ou auto-alienação, demonstra que a processo produtivo capitalista não se configura como um trabalho voltado para a satisfação das múltiplas necessidades dos trabalhadores, mas é, antes de tudo, o trabalho voltado para a produção de bens que atende os interesses de outrem, a saber, a classe detentora dos meios de produção (burguesia). Prova maior disso é que é a classe dominante que determina o que será e como será produzido, o trabalhador não participa desse processo de decisão, apenas cumpre as ordens determinadas hierarquicamente.

Até então Marx analisara a alienação da atividade prática humana (o trabalho) sob dois aspectos, são eles: 1) “a relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como um objeto estranho que o domina” (MARX, 2005, p. 115, grifos do autor); 2) “a relação do trabalho com o *ato da produção* dentro do *trabalho*. Tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento” (MARX, 2005, p. 115, grifos do autor).

Giddens (2011) também observa na obra de Marx “duas fontes parcialmente separáveis, mas diretamente relacionadas, de alienação, enraizadas no modo de produção capitalista” (GIDDENS, 2011, p. 306) que se aproximam dos tipos de alienação acima mencionadas. O autor designa estes dois tipos de alienação como “alienação tecnológica” e “alienação de mercado”. Neste sentido, para Giddens, “[alienação tecnológica] é a alienação no processo de trabalho, na actividade produtiva do trabalhador [... que] determina a especialização profissional como a fonte da fragmentação do trabalho em tarefas rotineiras e sem interesse” (GIDDENS, 2011, p. 306). Já a “alienação de mercado” é aquela em que o trabalhador separa-se do produto de seu trabalho, pois o “controlo do resultado do processo de trabalho [... refere-se ao fato de a] organização das relações de produção ser feita dentro de um sistema de



classes baseado no domínio e na exploração de uma classe por outra. (GIDDENS, 2011, p. 306)

É preciso destacar que Giddens lembra em nota que esta distinção “não corresponde exatamente aos vários sentidos que Marx atribui ao tema alienação, mas que [...] facilita uma distinção básica que serve aos propósitos [do seu estudo]” (GIDDENS, 2011, p. 306).

Entretanto, Marx ressalta que, a partir das duas formas de alienação já analisadas, há uma terceira determinação de trabalho alienado que deve ser compreendida. Este terceiro tipo de trabalho alienado “aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*” (MARX, 2005, p. 116, grifos do autor). Dessa forma, o trabalho alienado transforma o homem de ser lúcido a um ser que busca simplesmente adquirir os meios básicos necessários à sua existência.

Marx reconhece que os animais também produzem coisas pelo trabalho, mas o que diferencia a produção humana da produção animal é que os animais produzem apenas de acordo com as necessidades e apenas aquilo que é necessário à vida, sempre de uma mesma maneira, enquanto o homem produz de forma universal e livre. Entretanto, “na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento de sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua *vida genérica*, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico”. (MARX, 2005, p. 117, grifos do autor).

Assim, o trabalho alienado não aliena o homem apenas do próprio corpo, mas também da sua vida intelectual e da sua vida humana. Isto acaba por gerar a alienação do homem em relação ao homem, pois “quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra do mesmo modo em oposição a outros homens [...] bem como com o trabalho e com o objeto do trabalho dos outros homens” (MARX, 2005, p. 118). Dessa maneira, “a afirmação de que homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana” (MARX, 2005, p. 118).

Quando Giddens (2011) estuda a forma como Marx analisou e criticou a sociedade moderna, ele destaca a forma que este autor percebeu a maneira como o sistema de classes do modo de produção capitalista se diferenciou da sociedade que o precedeu na Europa, isto é, o modo de produção feudal, transformando “os laços da sociedade civil em puras relações de mercado” (GIDDENS, 2011, p. 319).

Giddens observa na obra de Marx que a constituição do sistema de classe na sociedade burguesa, por meio da expropriação material do trabalhador dos seus meio de produção, foi acompanhada “da alienação do homem em relação à ‘essência da espécie’, ao exercício das capacidades e faculdades que a sua participação na sociedade poderia *potencialmente* oferecer” (GIDDENS, 2011, p. 319, grifos do autor). Dessa maneira, o



capitalismo substituiu a alienação religiosa existente na sociedade feudal por outra forma de alienação, mais sutil e arrasadora, para aumentar a capacidade produtiva da sociedade burguesa. Nas suas palavras:

O capitalismo, por outras palavras, conseguiu aumentar enormemente a capacidade produtiva da sociedade, à custa, porém, de uma maximalização da alienação. Na sociedade burguesa, a ciência substituiu uma explicação racional do mundo à concepção religiosa deste [...] Porém, essa forma de alienação humana só foi abolida para se lhe substituir uma outra forma de alienação, o controlo dos homens pelas forças econômicas do mercado. (GIDDENS, 2011, p. 319).

Após explicitar os três tipos de alienação, Marx realiza algumas outras reflexões sobre este fenômeno na sociedade moderna burguesa. Uma das principais questões que ele se coloca é a seguinte: se o produto produzido pelo trabalhador lhe é estranho, a quem ele pertencerá? Para o autor, nos primeiros tempos, este produto pertencia a deuses e entidades sobrenaturais, mas na medida em que o homem passou a dominar a natureza, as intervenções divinas passaram a se tornar supérfluas. O resultado disso foi que o produto do trabalho humano passou a pertencer ao próprio homem. Mas, como o produto do trabalho é estranho ao trabalhador que dispensou força para lhe produzir, o produto não pertencerá a qualquer homem, mas “*a outro homem distinto do trabalhador*” (MARX, 2005, p. 119, grifos do autor).

A partir desta reflexão, Marx observou que a alienação dos homens se manifesta na relação destes homens com outros homens, conforme aponta o fragmento a seguir:

O homem, por meio do trabalho alienado, não só produz a sua relação com o objeto e com o ato de produção como com homens estranhos e hostis, mas produz ainda a relação dos outros homens com a sua produção e com o seu produto, e com a relação entre ele mesmo e com os outros homens. (MARX, 2005, p. 119, grifos do autor)

Dessa maneira, por meio do trabalho alienado, o trabalhador que dispense sua força na produção de mercadorias cria uma relação com outros homens, que realizam outro tipo de atividade, isto é, “que não trabalha e se encontra fora do processo” (MARX, 2005, p. 120). Ou seja, as relações de trabalho criadas pelo trabalho executado pelos trabalhadores (proletariado) faz nascer outro grupo de pessoas que executam uma atividade diferente do primeiro grupo, isto é, a burguesia detentora dos meios de produção.

Assim, o processo de alienação do trabalho está diretamente ligado ao surgimento da propriedade privada, pois foi a partir do seu nascimento que as classes



sociais se estabeleceram¹⁶³. Apenas com o nascimento da propriedade privada tornou-se possível observar dois grupos bem definidos de acordo com a sua posição nas relações de produção, a saber, a classe burguesa detentora dos meios de produção, e a classe proletária, proprietária da força de trabalho, que era vendida a outrem e utilizada na produção produtos que lhe eram estranhos, que não foram planejados por quem o produziu e que não permite a total realização deste trabalhador, que faz da sua força de trabalho uma mercadoria vendida em troca da aquisição dos meios de subsistência. Assim, ao analisar a propriedade privada a partir do trabalho alienado, Marx observou “de um lado, que ela é o *produto* do trabalho alienado e, por outro, que ela é o *meio* pelo qual se aliena, a *realização da alienação*” (MARX, 2005, p. 120, grifos do autor).

Após discutir o conceito de alienação na teoria marxista, resta fazer uma breve consideração acerca do conceito de estranhamento em Marx. Ranieri sublinha “que, na obra de Marx, diferentemente da forma trabalhada e consagrada pela bibliografia que tratou do tema, existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*)” (RANIERI, s/d, p. 1, grifos do autor). Para este autor:

[...] enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem. (RANIERI, s/d, p. 1)

Assim, para Marx alienação e estranhamento não são conceitos homólogos. Enquanto o primeiro refere-se a todo processo de trabalho em que a objetivação se faz presente, isto é, em que há transferência da força de trabalho ao objeto criado; o segundo refere-se aos obstáculos que impedem que o trabalhador se realize como ser e que o impede de perceber o processo de alienação (objetivação) em que está inserido. Ou seja, o estranhamento é condição necessária para a existência da alienação na sociedade moderna burguesa¹⁶⁴.

Em outras palavras, pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização

¹⁶³ Giddens (2001, p. 306) também reconhece que a “alienação Tecnológica” e a “alienação de mercado” também derivam da divisão do trabalho implicada na produção capitalista.

¹⁶⁴ Uma apresentação mais detalhada da diferenciação entre os conceitos de “alienação” e “estranhamento” em Marx pode ser verificada em: RANIERI, J. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.



por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento. (RANIERI, s/d, p. 1, grifos do autor)

Dessa maneira, Jesus Ranieri destaca que Marx entende que as superações das privações e insuficiências que a alienação causa aos trabalhadores, tais como privação, alheamento e insuficiência sócio-histórica das expectativas pessoais, só pode ser alcançada por meio da supressão do estranhamento e não através do fim das alienações, “pois estas últimas seguem a determinação de ser objetos e atos da produção e reprodução humanas e, portanto, derivadas da ineliminável atividade que caracteriza o homem” (RANIERI, s/d, p. 3). Dessa maneira é possível verificar que o caráter negativo da alienação está dado exatamente “pela sua forma estranhada de aparecimento e sua origem encontra-se no estranhamento do trabalho” (RANIERI, s/d, p. 3).

2. ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO MOTO-TAXISMO

Segundo Brasileiro (2005), o moto-taxismo¹⁶⁵ se fez notar na Nigéria, ainda na década de 1970, após uma grave crise econômica que obrigou os cidadãos a substituir o transporte em automóveis pelo transporte em motocicletas. No território brasileiro, o moto-taxismo apareceu em meados da década de 1990, na região Nordeste, existindo, portanto, há pouco mais de vinte anos (COELHO, 1997). No entanto, o novo tipo de transporte de passageiros por meio de motocicletas espalhou-se rapidamente para outras regiões do Brasil, conforme apontam alguns dados oficiais¹⁶⁶.

Assim, o moto-taxismo é uma modalidade de transporte individual, na qual os passageiros têm ampla liberdade de escolha do local de embarque e de desembarque, o que não acontece com a maioria dos veículos de transporte coletivo, que tem os pontos de embarque e desembarque previamente estabelecidos. O moto-táxi também apresenta vantagens em relação a outros serviços de transporte, principalmente por oferecer exclusividade no atendimento ao passageiro. Assim, o moto-táxi se apresenta como um serviço personalizado, em que há um acordo prévio entre passageiro e moto-taxista quanto ao itinerário e ao valor do serviço (MELO, 2012, 2015).

Importante ressaltar que o serviço prestado pelos moto-taxistas é o de transporte de passageiros, não se confundindo com o serviço dos *moto-boys*, que transportam mercadorias e outros objetos. Nas palavras de Silva (2007): “O mototaxista é o

¹⁶⁵ A palavra moto-táxi é um neologismo criado no Brasil por meio da justaposição do prefixo “moto” (redução da palavra “motocicleta”) e da palavra “táxi” (forma abreviada de taxímetro).

¹⁶⁶ De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o moto-táxi é o tipo de transporte público individualizado que mais cresce nos municípios brasileiros.



trabalhador que essencialmente transporta passageiros, porém os serviços de entrega também são feitos por estes trabalhadores, mas com menor intensidade. Já o motoboy faz entrega (*delivery*) de documentos, encomendas, jornais, revistas, pizzas, etc.” (SILVA, 2007, p. 106, grifo do autor).

Após realizar estas rápidas reflexões acerca do moto-taxismo, este trabalho tentará apresentar uma análise das relações de trabalho observada nesta atividade, verificando se há aproximações ou distanciamentos daquilo que Marx definiu como alienação e estranhamento.

Conforme verificado acima, o moto-taxismo é uma atividade cuja mercadoria produzida é o próprio transporte do passageiro de um ponto a outro, mediante remuneração por este serviço¹⁶⁷. Em algumas cidades em que a atividade não é regulamentada, como em Uberlândia, não há tabela de preços, sendo este definido por acordo prévio entre moto-taxista e passageiro, de acordo com alguns fatores, tais como: distância do destino final, quantidade de bagagem do passageiro¹⁶⁸, periculosidade do bairro de destino¹⁶⁹, dentre outros fatores.

Embora o produto produzido por estes trabalhadores não seja como aquele descrito por Marx, os moto-taxistas também fixam a sua força de trabalho na realização de Sua atividade. Assim, a objetivação do trabalho também ocorre no moto-taxismo, pois na medida em que estes trabalhadores transportam as pessoas de um ponto para outro eles fixam a sua força de trabalho nesta atividade. E, como o trabalhador não produz apenas mercadorias no seu processo de trabalho, mas também produz a si mesmo, o que se pode observar nas relações de trabalho no moto-taxismo é que os trabalhadores não se reconhecem na realização do seu trabalho. Ao transportar passageiros de um ponto a outro na cidade, por mais que sejam eles que saíam de um ponto determinado e levado o cliente até o seu destino, eles não vêm como parte integrante deste processo. O trabalho de moto-taxi é visto como algo penoso que estes trabalhadores devem se submeter para conseguir os meios necessários à sua subsistência e das suas famílias. Eles não realizam esta atividade porque gostam ou sentem que nela eles podem desenvolver as suas potencialidades, mas simplesmente porque este foi o único meio pelo qual eles conseguiriam sustentar a si mesmo e os seus dependentes¹⁷⁰. E

¹⁶⁷ Enquanto o trabalho analisado por Marx na sociedade moderna burguesa baseia-se na produção de mercadoria, o trabalho do moto-taxista é a prestação de serviço.

¹⁶⁸ Alguns passageiros procuram o transporte por motocicletas mesmo estando com muita bagagem de mão, principalmente pelo fato deste modo de transporte ser mais rápido em relação ao transporte público coletivo e mais barato que os outros transportes públicos particulares (como o táxi).

¹⁶⁹ Alguns moto-taxistas afirmam não realizar “corridas” para alguns destinos que apresentam índices elevados de criminalidade, devido as grandes possibilidades de assaltos.

¹⁷⁰ É preciso destacar que o moto-taxismo é uma atividade que nasceu em meados da década de 1990 em um período de recessão econômica em que os índices de desemprego subiram vertiginosamente e uma massa de trabalhadores desempregados foram alocadas no mercado informal de trabalho. Um grupo de trabalhadores, percebendo o crescimento das cidades, o mal funcionamento do transporte público urbano



como a remuneração do serviço não é muito alta, estes trabalhadores são obrigados a realizar as atividades por longos períodos de tempo, abrindo mão de sua vida social (lazer, férias, passeios, vida familiar, etc.) para desenvolver por mais tempo o moto-taxismo, conseguindo, assim, melhores remunerações. Dessa forma, estes trabalhadores não têm tempo para a vida familiar, para o engajamento em grupos sociais (associação de bairro, grupos religiosos, etc.), pois passam muito tempo realizando a sua atividade profissional, voltando para casa apenas para descansar para o próximo dia de trabalho. A vida social torna-se, assim, a realização da atividade profissional. As relações sociais, por sua vez, se limitam àquelas relações travadas no ambiente de trabalho – isto é, o contato com os colegas de profissão e a prestação do serviço de transporte aos clientes¹⁷¹. Assim, observa-se que as vidas destes trabalhadores deixam de lhes dizer respeito, passando agora a pertencer aos serviços por eles produzidos, isto é, o transporte de passageiros por eles realizado, pois a sua sobrevivência dependerá desse processo de trabalho. Dessa maneira, o moto-taxista é separado do seu produto de trabalho, uma vez que o serviço por ele realizado passa a ser um objeto estranho. Em suma, enquanto os serviços de transporte por eles realizados ganham vida por meio da objetivação do trabalho, os trabalhadores tornam-se coisas, objetos exploráveis.

Conforme visto anteriormente, o moto-taxismo não configura-se como um trabalho voltado para a satisfação das múltiplas necessidades dos trabalhadores, mas é, antes de tudo, o trabalho voltado para a realização de serviços determinados por terceiros. Vale destacar que, enquanto Marx afirmava que este trabalho era determinado pelo detentor dos meios de produção (burguesia), no moto-taxi o trabalho é determinado pelo contratante do serviço. Nas sociedades por quotas os moto-taxistas têm total liberdade de horários de trabalho, mas o destino a que eles se dirigirão é determinado pelo cliente que comprou o seu serviço de transporte – ou seja, por mais que ele possa escolher o itinerário, o destino final é sempre determinado por outra pessoa. Nesse caminho ele pode ser obrigado a passar por localidades perigosas, ruas movimentadas que lhe deixa estressado, dentre outros. Já nas centrais particulares, além destas determinações externas acima mencionadas, em alguns lugares eles têm horários a cumprir. Nesse último caso o dono da central tem poder de determinação no horário de serviço dos trabalhadores¹⁷².

e a facilidade de aquisição e manutenção da motocicleta, decidiram iniciar o transporte remunerado de passageiros por meio de motocicleta.

¹⁷¹ A relação entre os moto-taxista é mais ativa, uma vez que eles permanecem juntos por muito tempo enquanto aguardam as “corridas”. Neste período de tempo eles conversam sobre os mais variados assuntos: futebol, política municipal, mulheres, dentre outros assuntos. Já a relação com os clientes é mais superficial, uma vez que a motocicleta é um meio de transporte que não permite muita interação quando em movimento. Então, nestes casos, a relação é basicamente o acerto do preço do serviço. Entretanto, há o caso em que o contratante do serviço já é cliente do moto-taxista – neste caso há uma maior relação social entre ambos. Mas este último caso não é muito verificado nesta atividade.

¹⁷² No estudo realizado em Uberlândia, Melo (2012, 2015) verificou que o moto-taxismo se organiza de várias maneiras. Há sociedades por quotas em que um grupo de moto-taxistas compram um “ponto” e dividem as contas (energia, telefone, café, etc.) mensalmente – cada um tem a sua quota do ponto. Há



Marx identifica o surgimento da propriedade privada como um dos principais elementos da alienação na sociedade moderna burguesa, pois foi através do estabelecimento de classes (os que detêm os meios de produção e os que só detêm a força de trabalho) que a alienação se manifestou, de fato, nesta sociedade. Entretanto, conforme Boaventura de Sousa Santos (1997) aponta, é tarefa complicada pensar as classes sociais atuais da mesma forma que elas foram pensadas e definidas por Marx, isto é, por meio das relações de trabalho. Portanto, torna-se também complicado pensar alienação, estritamente no sentido marxista clássico, no moto-taxismo, já que esta é uma atividade de trabalho típica da sociedade contemporânea. Um bom exemplo desta descontinuidade entre teoria marxista e realidade atual é que, no caso do moto-táxi, nas centrais particulares, aquelas em que os moto-taxistas pagam diárias para trabalhar com a infra-estrutura oferecida pelo dono da central (alojamento, banheiro, telefone, rádios, etc.), os moto-taxistas não são apenas portadores da força de trabalho, mas também detentor das ferramentas de trabalho, pois em nenhuma destas centrais o dono da central oferece a motocicleta e nem capacetes aos motociclistas diaristas. Ou seja, o trabalhador (moto-taxista) tem, ao mesmo tempo, a posse da força de trabalho e da principal ferramenta de trabalho – motocicleta; enquanto que o dono da central oferece apenas o “ponto”, o telefone publicamente reconhecido para receber chamadas, área de descanso e entretenimento (bancos, camas, TV, rádio, etc.), dentre outros. Em vez do dono da central pagar pelo serviço de transporte prestado pelos moto-taxistas, são os moto-taxistas diaristas que pagam para realizar a atividade em nome da central de moto-táxi.

Dito isto, é possível observar algo extremamente excêntrico nas relações de trabalho no moto-taxismo: a renda pelo serviço de transporte prestado é do dono do principal meio de produção, isto é, do dono da motocicleta. Mas, como dito anteriormente, o dono da motocicleta não é o dono da central, mas sim o diarista deste estabelecimento (aquele que paga uma taxa diária para trabalhar com o nome e na infra-estrutura da central de moto-táxi). Neste sentido, o dono da central arrecada não com o volume de corridas realizadas por cada moto-taxista, mas pelo número de moto-taxistas vinculados à sua central. Entretanto, é preciso salientar que, o fato do moto-taxista diarista ser o dono do principal meio de produção nesta atividade (motocicleta) não

também centrais particulares em que um dono da central oferece a infra-estrutura básica de trabalho (telefone, local de descanso, água, café, banheiro, etc.) mediante o pagamento de diárias. Assim, os moto-taxistas pagam uma diária para receber as chamadas de corridas das centrais particulares. Vale destacar duas coisas: 1) os donos de centrais não oferecem motocicleta e nem capacetes aos moto-taxistas; 2) em algumas centrais as diárias valem por 24 horas, enquanto que em outras as diárias corresponde a 12 horas do dia. O preço destas diárias variam de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 em Uberlândia-MG. Além disso, há também aqueles moto-taxistas que trabalham individualmente, isto é, não participam de nenhuma sociedade por quotas e nem estão vinculados a alguma central particular. Geralmente este grupo de moto-taxista é composto por aqueles trabalhadores que já estão no ramo por muito tempo e já possuem uma clientela fixa, atendendo as chamadas através de seus telefones pessoais, já conhecido pelos seus clientes. Estes trabalhadores também ficam estacionados em locais públicos de grande circulação de pessoas (desde que não tenha nenhum outro “ponto” ou central de moto-táxi instalada no local) oferecendo o serviço aos transeuntes.



implica que este trabalhador esteja livre da exploração e precarização do trabalho, haja vista que ele é obrigado a desenvolver esta atividade de maneira intensa e ininterrupta por longos períodos de tempo para conseguir a renda necessária a sua sobrevivência e da sua família¹⁷³. Pelo contrário, nas cidades em que o serviço ainda foi regulamentado, como em Uberlândia-MG, este trabalhador exerce a sua atividade em condições bastante precárias (em centrais com péssimas condições de descanso e higiene, enfrentando os perigos do trânsito, convivendo com o risco de assaltos, trabalhando por longos períodos de tempo) e sem as garantias trabalhistas, por não apresentarem situação regular frente a legislação trabalhista (carteira de trabalho assinada), implicando em série de reduções de direitos, tais como férias remuneradas, décimo terceiro, auxílio doença, dentre outros.

Assim, como o moto-taxista, depois de pagar a diária ao dono da central, no caso das centrais particulares, ou pagar a sua parte nas contas da sociedade por quotas, pode realizar a atividade da maneira que bem entender, estes trabalhadores se sentem livres e independentes das “amarras” que os empregos convencionais impõem aos trabalhadores – como horários, metas, locais de trabalho, dentre outros. Durante a pesquisa de campo realizada em Uberlândia – MG muitos moto-taxistas afirmaram reconhecer os perigos da profissão (acidentes no trânsito, assaltos, etc.), mas disseram não conseguir se adaptar a outras profissões mais “ortodoxas” exatamente por não conseguir mais conviver com as regras e normas das empresas formalizadas¹⁷⁴. Além disso, conforme dito anteriormente, o fato de eles mesmos receberem pelos serviços de transporte prestado e, portanto, sempre terem dinheiro no bolso, causa-lhes a impressão de que, apesar das extensas jornadas de trabalho e de todos os perigos intrínsecos à profissão, o moto-taxista é uma atividade que lhes dá retorno financeiro satisfatório.

Neste sentido, partindo do pressuposto de que alienação e estranhamento são fenômenos relacionados, porém distintos, pode ser dito que a renda e a organização interna do moto-taxismo constituem o estranhamento desta atividade. Isto é, a renda obtida na atividade e a maneira com que o moto-taxismo é realizado/organizado são os obstáculos que impedem que o moto-taxista não perceba o processo de alienação (objetivação) que está inserido e, posteriormente, que este trabalhador não se realize como ser, desenvolvendo todas as suas potencialidades na sua atividade profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁷³ De acordo com a pesquisa de campo realizada em Uberlândia-MG, os moto-taxistas uberlandenses trabalham de 12 a 15 horas por dia, durante todos os dias da semana, principalmente nos finais de semana (dias em que há maior demanda para este serviço).

¹⁷⁴ Era comum ouvir nas entrevistas frases como “não agüento mais patrão enchendo o saco”, “aqui eu trabalho como eu quero, faço meu horário”, “trabalhar em lugares fechados é muito entediante”, dentre outras falas semelhantes.



Conforme demonstrado por Ianni (s/d) alguns estudos tornaram-se clássicos para a Sociologia exatamente porque responderam de forma bastante eficiente questões colocadas em seu tempo. E, partindo do pressuposto de que algumas características das sociedades persistem com o passar do tempo, ainda que recriadas de diferentes formas, estes estudos considerados clássicos ainda são úteis no estudo de questões e temáticas contemporâneas. Entretanto, conforme lembra Boaventura de Sousa Santos (1997), a sociedade contemporânea é diferente da sociedade moderna burguesa estudada por Marx, portanto, o paradigma marxista deve ser utilizado como um ponto de partida para o estudos das questões e temas da sociedade atual e nunca como um ponto de chegada no estudo desta sociedade.

Sendo assim, o que este estudo buscou realizar foi exatamente mostrar como duas categorias clássicas, isto é, os conceitos de alienação e estranhamento em Marx, podem ser úteis como ponto de partida na análise das relações de trabalho de uma atividade surgida a poucos anos, a saber, o moto-taxismo. Por meio da discussão teórica clássica e de renomados comentadores críticos da obra marxista, foi possível identificar os principais elementos destes conceitos para, posteriormente, “confrontá-los” com os dados empíricos colhidos em campo. Dessa maneira, a conclusão que se chegou é que o trabalho do moto-taxista é um trabalho alienado, e que a renda e forma de organização desta atividade são os fatores que permitem o estranhamento destes trabalhadores em relação a alienação presente nas relações de trabalho.

Para Marx o trabalhador na sociedade burguesa moderna produzia um produto em que ele não se reconhecia, por meio da fixação do seu trabalho, em um processo produtivo que lhe era exterior (ele não tinha controle sobre a produção) e que não possibilitava o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Já na pesquisa de campo foi possível observar que os moto-taxistas realizam um serviço, em que também há fixação do seu trabalho e no qual eles também não se reconhecem. Além disso, por mais que eles tenham algumas liberdades (tais como alguma liberdade na escolha do horário e tempo de serviço e do itinerário das corridas), em última instância o controle sobre a realização do serviço é do cliente, isto é, aquele que compra o serviço de transporte oferecido pelo moto-taxista. Por fim, pode ser verificado que esta atividade não desenvolve todas as potencialidades dos trabalhadores moto-taxistas, mas limitam a sua vida social à realização da sua atividade profissional e as suas relações sociais às relações com os colegas de trabalho e as rápidas relações econômicas com os clientes.

Todo este processo de alienação é encoberto pela sensação de que todo o “sacrifício” realizado no ambiente de trabalho vale a pena mediante a remuneração que adquirem com a atividade. Além disso, a organização da atividade faz com que estes trabalhadores se sintam como trabalhadores livres, sem patrões, a idéia de “empregados” é substituída pela idéia de “autônomo”, tornando extremamente difícil para estes trabalhadores perceberem todo o processo de alienação que existe na atividade prestada por eles.



REFERÊNCIAS

- BRASILEIRO, L. A. Um estudo de caso do transporte por moto-táxi. In: Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, Goiânia, 8 ago a 11 ago, 2005. In: **Anais 15º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. São Paulo: ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos, 2005.
- COELHO, Modesto Siebra. **A nova onda no transporte urbano: Mototáxi**, Sobral: Edições UVA, 1997.
- GIDDENS, Anthony. A Diferenciação Social e a Divisão do Trabalho. In: **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença, 2011, p. 301-322.
- IANNI, Octávio. A crise dos paradigmas na Sociologia: Problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. s/d.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 110-122.
- MELO, Dener Jesus Freitas de. **“Moto-Táxi Rodoviária”**: Um estudo sobre o cotidiano dos moto-taxistas de Uberlândia-MG. 159 p. Monografia de Conclusão de Curso em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 27 de jun, 2012.
- _____. **Quando As Regras E Normas Não Estão No Papel**: Uma contribuição da Antropologia Dos Sistemas Informais para a elucidação do trabalho dos moto-taxistas em Uberlândia – MG. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, 235 p.
- RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.
- _____. **Alienação e estranhamento**: A atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_ranieri.pdf; Acesso em: 15, jul, 2013. s/d.
- SILVA, Rejane Maria. **Acidentes de trânsito com envolvimento de motociclistas**: Uberlândia – 2002 a 2004. 154 p. Dissertação de Mestrado em Geografia e Gestão de Território. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 15 de fev, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também? In: **Pela Mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997, p. 23-49.



GT 5 - Trabalho, Educação e Inovação Tecnológica

O jornalismo na Era da Informação: a atuação das mídias alternativas em Porto Alegre

Pedro Dionizio de Mello

Se até o início da década de 1990 a televisão representava o veículo de informação preponderante da maioria das sociedades urbanas, depois desse período ela passa a sentir a concorrência acentuada da internet. Os impactos disso refletem-se em atores sociais que se colocam também na condição de emissores de informação, colaborando com a emergência de mídias alternativas. Assim, objetivo do estudo consiste em investigar quais os valores e os interesses que norteiam o trabalho de jornalistas vinculados a mídias alternativas, examinando, ainda, seus enquadramentos participativos junto aos movimentos sociais. Foram entrevistados dois jornalistas vinculados a duas mídias alternativas de destaque em Porto Alegre. A hipótese é de que há importantes transformações em curso nas aspirações dos trabalhadores. Assim, os indivíduos estão mais escolarizados e têm novos valores e interesses, e uma parcela não está mais disposta a seguir uma carreira burocrática e rotineira em mídias de comunicação tradicionais.

Palavras-chave: mídias alternativas – trabalho – jornalismo – movimentos sociais

Introdução

A temática da pesquisa insere-se na discussão do trabalho e dos movimentos sociais. O desenvolvimento tecnológico registrado a partir do último quartel do século XX vem engendrando transformações de caráter substantivo nas mais diversas esferas societárias. No âmbito específico da comunicação, é patente cada vez mais que os recursos tecnológicos disponíveis estão possibilitando aos atores sociais novas formas de engajamento social.

Se até o início da década de 1990 a televisão representava o veículo de informação preponderante da maioria das sociedades urbanas, depois desse período ela passa a sentir a concorrência, cada vez mais acentuada e significativa, da internet. Os impactos do acesso à informação através da rede mundial de computadores interligados refletem-se em atores sociais que não mais se limitam à condição de meros receptores



de informação, mas que também se colocam na condição de emissores, abrindo margem para a efetivação de relações de comunicação mais horizontais. Dessa forma, percebe-se o surgimento cada vez maior de novas mídias descentralizadas e diversificadas – conhecidas comumente como mídias alternativas –, atuando como verdadeiros contrapontos aos grandes conglomerados empresariais, os quais monopolizam o setor da comunicação em diversos países, tais como o Brasil. Com base nessas reconfigurações verificadas no âmbito das comunicações, o objetivo problema central do estudo consiste em investigar quais os valores e os interesses que norteiam o trabalho de jornalistas vinculados a mídias alternativas, examinando, ainda, seus engajamentos junto aos movimentos sociais. Como unidade de análise, o foco dirige-se a dois jornalistas vinculados a duas mídias alternativas de destaque em Porto Alegre: o portal Sul21 e o Jornal Já. Com base na leitura da obra “A Sociedade em Rede” (1999), de Manuel Castells, a hipótese geral é de que, na sociedade da informação, há importantes transformações em curso no perfil e nas aspirações dos trabalhadores. Assim, os indivíduos estão mais escolarizados e têm novos valores e aspirações, tais como autonomia, responsabilidade, desenvolvimento pessoal, e uma parcela importante não está mais disposta a simplesmente seguir uma carreira burocrática e rotineira em mídias de comunicação tradicionais/empresariais. Na esteira disso, os profissionais investigados vislumbrariam como elementos mais satisfatórios o reconhecimento profissional e pessoal em detrimento de uma carreira estável em um grande grupo empresarial de comunicação.

Método

Na seleção de profissionais investigados, buscou-se jornalistas de formação acadêmica envolvidos com experiências de mídias alternativas no presente. A seleção das mídias restringiu empresas com no mínimo cinco anos de existência. Através do conceito de “mídia alternativa”, adotou-se a perspectiva apregoada pelo Foro de Medios Alternativos da Argentina¹⁷⁵: meio que “atua como uma ferramenta para a comunicação no campo popular, sem deixar de lado a militância social, ficando implícito que

¹⁷⁵ Para ver mais, acessar http://obrerodezanon.org/article.php3?id_article=183



jornalistas e/ou comunicadores devem estar dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação”.

A investigação abrangeu somente o município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, entre os meses de abril e maio de 2016 e teve como objetivo essencial a tentativa de captar os interesses, os princípios e os valores que sustentam as atividades profissionais de jornalistas engajados em experiências de mídias alternativas. Como método utilizado, a pesquisa realizou um estudo de caso. Os dois casos foram escolhidos em função de suas trajetórias heterogêneas junto às experiências de mídias alternativas. Dessa forma, o primeiro caso é o do jornalista Milton Ribeiro, 59 anos, e que apesar de ter formação acadêmica em jornalismo, trabalhou durante boa parte de sua vida no setor de informática, até o ano de 2010 em que foi contratado para ser editor do jornal Sul21, mídia veiculada somente no formato eletrônico fundada em 2010 e com uma estimativa de 30.000 leitores diários. Já o segundo caso é o do jornalista Elmar Bones, 74 anos de idade, que durante 50 anos de profissão experimentou os principais momentos do jornalismo brasileiro moderno, transitando por desde alguns dos meios de informação mais prestigiados do país até fundar, na década de 1980, o jornal de bairro mais importante de Porto Alegre, o Já Bom Fim, onde se encontra, hoje, como editor. Além disso, foi um dos articuladores de uma das principais experiências de comunicação cooperativa já vistas no Brasil – o Coojournal, fundado na década de 1980 em Porto Alegre.

A coleta principal de dados foi realizada por meio de uma triangulação de informações a fim de apreender com maior profundidade a realidade. Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os dois profissionais supracitados. Além disso, a coleta de dados foi feita nas seguintes fontes documentais: currículo Lattes dos profissionais e o portal *online* de comunicação das mídias em que cada um dos entrevistados atua.

Referencial teórico

A fim de interpretar de forma mais clara os impactos da descentralização e da diversificação no setor da comunicação, o referencial teórico se debruçou sobre os



estudos de Castells (2013) sobre as redes de comunicação enquanto fontes decisivas de construção de poder.

A respeito da relação entre emissão e recepção de informações, Castells (1999, p. 359) afirma que a questão principal é “que enquanto a grande mídia é um sistema de comunicação de mão-única, o processor real de comunicação não o é, mas depende da interação entre o emissor e o receptor na interpretação da mensagem.” Para compreendermos de forma mais clara os impactos da descentralização e da diversificação do setor da comunicação, debruçemo-nos sobre a seguinte frase de Castells:

Em nossa sociedade, que conceituei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder (2013, p. 16).

Um ponto a ser sublinhado da frase acima é a questão do poder: ele é multidimensional e não se encontra, portanto, apenas retido na mão do Estado ou de grandes corporações financeiras monopolistas. Além disso, o poder, na sociedade informacional, encontra-se organizado em torno de redes, formando redes de poder, e é exercido através da influência sobre a mente humana. Considerando a virada no fluxo comunicacional, os processos de dominação social exercidos através de práticas discursivas que visam o consenso parecem perder força: sendo o conhecimento o motor dessa nova estrutura social do capitalismo, a sociedade em rede, novas formas de resistência e de organização social são empreendidas através da fratura da televisão como monopólio de informação e conhecimento. Assim, com a explosão da internet, Castells chama a atenção para a formação de movimentos sociais mais autônomos do Estado e outras instituições detentoras de poder:

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se,



em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (2013, p.18).

Na esteira desse processo em marcha de empoderamento dos sujeito, grandes manifestações de rua são convocadas e organizadas através das redes sociais. No mês de junho de 2013, no Brasil, uma série de manifestações de rua foi desencadeada em várias capitais do país, seguindo a mesma forma de convocação através das redes sociais. Em que pese a constelação de demandas e pautas reivindicadas pelos manifestantes, alguns aspectos dos protestos chamaram a atenção, como a forte rejeição aos partidos políticos. De forma diferente, o que se registrou foi uma valorização de formas organizativas e reivindicatórias mais horizontais e igualitárias, a tal ponto de alguns autores (NORRIS, 2011) afirmarem que as democracias liberais representativas se encontram em estado de crise. Outros autores (GOMES, 2010; BOBBIO, 1997), por outro lado, afirmam que não se trata de uma “crise da democracia”, visto que valores democráticos nunca foram tão valorizados como atualmente. O que esses autores argumentam é que ocorreu um aumento significativo da educação formal nas sociedades modernas, impactando positivamente no senso crítico e contestatório dos cidadãos, que passaram a conceber novas formas de participação social e engajamento cívico para além das instituições políticas ortodoxas.

Negação veemente a partidos políticos, formas horizontais de organização e comunicação, aumento da educação, maior autonomia relativa do ator social. De que maneira esses reflexos das manifestações podem ser compreendidos? À luz das contribuições teóricas de Ulrich Beck (2010), afirma-se aqui que tais reflexos são a expressão de um impulso social individualizatório. Em outras palavras, remetem a uma nova etapa da modernidade, qual seja, a destradicionalização das formas de vida da sociedade industrial. A passagem do tradicional ao moderno pode ser entendida de melhor forma por aquilo que o autor chama de “efeito elevador”: ou seja, aumento da expectativa de vida das pessoas, diminuição de tempo das jornadas de trabalho,



prolongamento do tempo ocioso e elevação de renda assalariada, elementos que reconverteram a estrutura social imanente da sociedade industrial:

Quer dizer, sobre o pano de fundo de um padrão de vida material comparativamente alto e de uma seguridade social bastante avançada, as pessoas foram dissociadas numa ruptura da continuidade histórica, de condicionamentos tradicionais de classe e de referenciais de sustento ligados à família, e remetidas a si mesmas e ao seu próprio destino individual no mercado de trabalho, com todos os seus riscos, oportunidades e contradições (BECK, 2010, p. 108).

Logo, instituições tradicionais passam por um processo de dissolução, visto que não encontram mais atualmente as mesmas condições sociais para a sua sustentação e reprodução.

Discussão

Um dos aspectos interessantes de se analisar na biografia dos dois jornalistas investigados é o do percurso profissional trilhado até ao emprego atual. Embora ambos tenham aprendido os fundamentos básicos de jornalismo em instituições de ensino superior, suas trajetórias profissionais até ao trabalho em mídias alternativas são diferentes. Assim, podemos dizer que um traçou um caminho de considerável pioneirismo na área do jornalismo independente e alternativo do Rio Grande do Sul, ao passo que o segundo delineou um caminho consideravelmente menos linear, atuando com o jornalismo a partir de uma situação impremeditada.

Analisando primeiramente a trajetória menos linear, tem-se caso do jornalista Milton¹⁷⁶, que, além de sua formação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 1982, também é graduado em Informática pela mesma instituição no ano de 1979, época em que era permitido aos alunos da UFRGS cursarem mais de uma graduação simultaneamente. Milton relata que desde muito cedo tomou gosto pela escrita e pelo consumo de notícias e devido a isso sabia que o curso de jornalismo acabaria sendo um caminho natural dentro do campo de suas escolhas profissionais. Apesar disso, pondera que, quando jovem, também tinha interesses por matérias das áreas de exatas e em função disso cursou a graduação de informática

¹⁷⁶ Ver mais em <http://www.sul21.com.br/quem-somos/>



paralelamente. Suas primeiras experiências profissionais foram na área de informática, setor em que trabalhou até o ano de 2010, período em que passou a se dedicar exclusivamente ao jornalismo. Vejamos sua fala:

Eu me formei em informática e trabalhei bastante tempo com a informática. Quando apareceu a internet, eu comecei a juntar a parte de Informática com a parte de escrever. Eu fui uma das primeiras pessoas que criou blog e começou a escrever em sites, eu fiz muito trabalho de *free lance*, montando, inclusive, site para editoras, como no caso da L&PM, que me chamou quando fez o primeiro site deles. Depois comecei a passar cada vez mais para a parte de jornalismo e divulgação dentro da internet. Curiosamente, ao mesmo tempo em que me aproximava da parte técnica da informática, eu me afastava do trabalho vinculado à informática e ia passando cada vez mais a um trabalho de jornalista. Então eu fiz muito *free lance* no jornalismo, mas ao mesmo tempo tinha meu trabalho fixo na informática. Aí foi somente em 2010 que isso virou, e a informática vem sendo deixada de lado cada vez mais.

Ou seja, Milton trabalhou, durante bastante tempo, na informática, mas foi a partir da emergência da internet no Brasil que conseguiu conciliar sua ocupação profissional original com o trabalho voltado ao jornalismo. Essa conciliação entre as profissões ocorreu através do ensejo aberto pela criação de portais na internet de empresas diversas, como o caso da editora L&PM mencionado pelo entrevistado, que demandavam serviços de divulgação textuais ou imagéticos. A dedicação exclusiva ao jornalismo ocorreu no ano de 2010, quando começou a trabalhar como editor da mídia alternativa Sul21. Sobre como se deu o contato com a mídia alternativa, Milton relata que foi através de seu blog disponível na internet, onde compartilha textos que era lidos por um dos sócios do Sul21, o qual, no ano de 2010, formalizou um convite para Milton trabalhar em seu jornal.

Na mídia alternativa, seu trabalho consiste, basicamente, em editar notícias na parte da manhã e, na parte da tarde, matérias da área cultural. Sobre sua relação com o trabalho, o entrevistado define-se como “100% envolvido”, pois, na sua concepção, é muito difícil encontrar profissionais trabalhando de forma residual na área do jornalismo: “A gente tá em casa vendo a Copa e já começa a desenvolver matéria, pensando, por exemplo, por que existe tanto descontrole emocional entre os atletas brasileiros e a partir daí já vai começando a montar uma pauta”. Percebe-se, portanto,



que seu envolvimento com o trabalho perpassa os horários pré-estabelecidas contratualmente. Com relação à sobreposição de trabalho, Milton relata que tenta evitar ao máximo, alegando ser uma realidade de muito desgaste, porque seu trabalho não é tradicional no sentido de “tu parar uma atividade e poder começar a pensar logo em outra coisa, não, quando tu sai daqui às vezes até sonhar com o trabalho tu sonha, então eu procuro evitar, mas é difícil”.

Sobre os aspectos mais satisfatórios de seu trabalho, Milton relata a possibilidade de incidir na realidade política do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre, principalmente. A incidência mencionada por Milton consiste em contrabalancear a influência exercida pelos grandes meio de comunicação na sociedade. Além disso, menciona a satisfação de poder ser lido não somente por pessoas de vinculação ideológica à esquerda:

quando a gente consegue sair do povo da esquerda e começa a ser lido pelo povo de centro, e nem vou falar do povo de direita, porque esse só entra para patrolar, mas enfim, quando a gente consegue dialogar com o centro político, isso é muito bom, nesse momento a gente sente que está fazendo a diferença. E isso é algo que recorrentemente acontece, ainda mais agora que deu uma acalmada na coisa, não tá aquele racha absurdo entre coxinha e petralha e a gente consegue imprimir uma posição mais equilibrada das coisas.

Milton ainda ressalta que como o jornal não utiliza e nunca utilizou verbas de governos para se sustentar, nunca houve a obrigação, no desempenho de suas atribuições, de defender determinadas pautas, o que confere à mídia, de acordo com Milton, uma posição mais equilibrada, apesar de reconhecer que o Sul21 é um jornal mais alinhado a partidos de esquerda, como PT e PSOL, nomeadamente.

Com relação aos aspectos menos satisfatórios em seu trabalho, Milton relata a frustração de não poder corresponder às expectativas de muitas pessoas que cobram do jornal a mesma velocidade de cobertura imprimida por grandes grupos empresariais de jornalismo: “tem muita gente que nos vê como um jornal absolutamente convencional, como se a gente tivesse que ter a mesma velocidade de uma RBS, então tem um pessoal que cobra que a gente não abordou determinada pauta e fica reclamando”. Como o Sul21 é composto, de acordo com as informações obtidas em seu portal eletrônico, por apenas quatro repórteres, muitas vezes não, com efeito, profissionais disponíveis no



jornal para cobrir todos os eventos em pauta: “muitas vezes não temos perna pra fazer determinadas pautas. Gera muita frustração e tristeza, porque o pessoal nos atribui uma função que muitas vezes é justa e a gente não consegue dar conta.”

Apesar dessas insatisfações relatadas, Milton se considera realizado pessoalmente: “como passo boa parte do meu tempo aqui dentro, quando a coisa aqui vai bem, eu me sinto realizado, eu fico feliz. Acho que estar trabalhando aqui no Sul 21, para mim, é o mais próximo da realização pessoal”. O entrevistado também afirma que o trabalho de editoria no Sul21 se concatena com seus projetos profissionais paralelos: “Muitas vezes o pessoal me convida para dar palestras sobre literatura e música, e quando eu chego para falar, sempre sou apresentado como editor do Sul21, então o Sul21 me dá um peso maior”. A mesma lógica se aplica a convites recebidos para dar palestras sobre jornalismo em universidades: “eu sei que se eu não fosse editor do Sul21, isso não aconteceria. Então, para as atividades que eu tenho fora do trabalho, o Sul21 é muito importante”.

No desempenho de suas atribuições, Milton relata se sentir contribuindo para os partidos de esquerda do Rio Grande do Sul e, principalmente, para os movimentos sociais. O entrevistado cita o caso do movimento social Lanceiros Negros, que em maio de 2016 correu o risco de ser despejado de sua ocupação em função de uma reintegração de posse que acabou não se concretizando:

no dia da tentativa de reintegração de posse eu saí totalmente da minha posição de jornalista do Sul 21 e saí berrando ‘olha, vai acontecer um absurdo, vão colocar pessoas na rua’. Era um dia muito gelado, então tu imagina colocar um monte de criança ao relento. Aí fica muito claro qual lado a gente tá, mas aí são mais momentos que a gente parte para um trabalho de colaboração.

Além da dimensão colaborativa do trabalho desenvolvido junto aos atores envolvidos em movimentos sociais, o entrevistado também relata que a seriedade com que são tratados os interlocutores nas coberturas do jornal Sul21, citando as coberturas feitas junto com os estudantes secundaristas do movimento Ocupa Escola/RS: “recebemos agradecimentos da gurizada, porque se tu fosse ler a outra cobertura que foi



feita pelos grandes jornais, era algo que só faltava chamar os guris de loucos, mas a gente respeitou o movimento deles e fizemos entrevistas com vários deles.

Sobre a forma de articulação da mídia com os movimentos sociais, Milton afirma que devido ao reconhecimento e ao *status* que o jornal tem junto a militantes sociais, ocorre uma relação de simbiose entre o Sul21 e os movimentos sociais

Como nós somos reconhecidos como apoiadores e divulgadores dos movimentos sociais, o pessoal liga para cá e pede cobertura. Naquela época dos escrachos, quando houve os 50 anos de institucionalização da ditadura militar no Brasil, a articulação era tão boa que o pessoal, quando ia lá fazer escracho na casa de um coronel torturador ou alguma ocupação, já nos avisava previamente. Aí eles chegavam e nos avisavam ‘olha, não conta para ninguém ainda, mas nós vamos fazer uma ocupação, um escracho na casa tal e no número tal’, e daí já diziam que iam precisar do nosso apoio através da cobertura. Então a articulação é total e muito fácil, pois o pessoal liga para cá e avisa o que vai acontecer e já pede um repórter. A gente avalia e, se der, a gente vai. Muitas vezes as pessoas nem se identificam, a gente pede o telefone e elas nem dão, apenas comunicam previamente uma ocupação, pois nos reconhecem como uma mídia amiga.

Portanto, através dessa relação íntima com a mídia, diversos movimentos sociais de contestação conseguem antecipar uma cobertura jornalística que acaba sendo estratégica, pois, além da visibilidade conferida aos movimentos, há o sentimento fundamental de confiança em estar sendo noticiado por um jornal reconhecido como apoiador das causas sociais.

Analisando a trajetória de maior pioneirismo na área do jornalismo independente e alternativo do Rio Grande do Sul, tem-se o caso do jornalista Elmar, que se formou em Jornalismo pela UFRGS em 1967, durante os primeiros anos de instauração da ditadura militar no Brasil. Elmar relata que sua família sempre teve problemas financeiros, situação que o induziu a se inserir no mercado de trabalho desde muito cedo. Passou por diversos empregos até preencher a vaga de revisor em um pequeno jornal do município de Santana do Livramento. A atmosfera descontraída do jornal somada ao seu gosto pela leitura, além da conveniência de já estar trabalhando na área o motivaram a cursar jornalismo:

Como o trabalho era à noite, eu entrava às 19 horas e o jornal fechava tarde. Quando o jornal encerrava suas atividades diárias, o pessoal saía todo junto para os bares, a turma era muito boa e eu gostava daquele ambiente. Eu



também me dei muito bem na função, depois comecei a fazer algumas matérias para o jornal, com isso, na época do vestibular, optei pelo jornalismo, já que estava trabalhando já nessa área.

Após concluir a graduação em Jornalismo, Elmar passou pelos principais grupos empresariais de comunicação do Brasil: Folha da Tarde, que era a maior empresa de comunicação do Rio Grande do Sul na década de 1960, Revista Veja, Folha da Manhã, Gazeta mercantil, Isto é, Jornal do Brasil. A partir de 1974, Elmar relata que começou uma busca por maneiras de fazer jornalismo fora do eixo das grandes mídias, pois essas estavam, nas palavras do entrevistado, “alinhadas com o regime, a imprensa estava muito oficialista e os espaços para trabalhar nesses jornais ficavam estreitos, a gente via que certas coisas não podia abordar e certas matérias não tinham espaço no jornal”. Sobre um tipo de incidente flagrante de manipulação de informações operadas por jornais alinhados ao regime militar, Elmar narra um caso ocorrido quando ainda trabalhava no jornal Folha da Manhã:

Tinha o caso do Pedro Simon, que era uma liderança da oposição que estava crescendo e fortalecendo muito. Quando ele fazia um discurso denunciando arbitrariedades, os jornais publicavam antes da fala dele já a resposta do governo através de uma manchete e só no final do jornal colocavam um resuminho do discurso dele. Então esses jornais alinhados invertiam a lógica, mas a gente não fazia isso, a gente operava dentro de um princípio básico, ou seja, se o Pedro Simon fez a denúncia, a matéria principal tem que ser dele. E isso começou a gerar uma pressão de fora sobre a empresa em que trabalhávamos, era algo que vinha dos empresários, do próprio governo. Enfim, criou-se um ambiente que se tornou insustentável na Folha da Manhã e eu tive que sair, até porque eu era o chefe da redação.

Após esse caso de abafamento de imprensa, que tornou sua situação insustentável dentro da Folha da Manhã, Elmar retornou a Porto Alegre disposto a desenvolver um formato de jornalismo que operasse dentro de uma lógica oposta à dos grandes jornais. Foi quando em 1975 Elmar e outros jornalistas conhecidos através da experiência na Folha da Manhã resolveram criar uma cooperativa de comunicação: a Coojournal. Mesmo durante o período de funcionamento da cooperativa, Elmar relata que ainda se viu obrigado a manter vínculo empregatício em paralelo com grandes empresas de comunicação, pois a Coojournal operava com déficits nos seus primeiros anos. Abafada pelo governo, a experiência durou até o ano de 1983, mas a partir desse



período Elmar já estava decido a trabalhar com um tipo de jornalismo independente e alternativo. Foi quando em 1986 fundou o Jornal Já, veículo onde trabalha até hoje.

Sobre os aspectos mais satisfatórios envolvidos no trabalho à frente de uma mídia alternativa, Elmar menciona a liberdade de poder trabalhar de acordo com seus princípios éticos e também a possibilidade de exercer um contraponto ideológico aos discursos emitidos pelos grandes veículos de informação

Acho que é fato de tu ter liberdade para fazer as coisas, isso é fundamental. As decisões aqui são nossas, não há uma coisa pré-estabelecida, uma decisão que vem de cima para baixo. Acho que esse ofício de informar ele é extremamente importante e fundamental, embora cada vez mais difícil, ele é uma tarefa que te dá uma satisfação, porque tu tá cumprindo uma tarefa importante que é ser contraponto, a gente não deixa os caras [jornalistas dos grandes veículos de comunicação] falarem sozinhos, não deixa certos assuntos morrerem. Se a gente não existisse, as coisas seriam ainda piores, porque tu teria uma opinião ainda mais monolítica, fechada sobre certos temas. Isso incide em determinadas segmentos da sociedade e temos um bom retorno sobre o nosso trabalho. As pessoas gostam, tanto é que recebemos contribuições, compram nossos projetos, apoiam. É uma relação direta com teu leitor, porque tu te sente fazendo um trabalho correto e realizando uma contribuição social, então nosso trabalho não é apenas um mero ganha pão. E tem a coisa da inconformidade com essa situação da comunicação, no Brasil, manipulada, então teu trabalho é uma maneira de tu se manifestar contra.

Sobre os aspectos menos satisfatórios envolvidos no trabalho à frente de uma mídia alternativa, Elmar menciona as grandes dificuldades encontradas no processo de financiamento do Jornal Já:

Fui percebendo que um jornal pequeno como o nosso ele dificilmente consegue ser autossustentável, porque como se trata de um jornal crítico, não pode depender de anúncios. A venda em banca de jornais é muito problemática, porque as bancas são dominadas por três ou quatro empresas que distribuem os jornais, e se tu não tá inserido na lógica dos grandes jornais, tu não tem espaço também nas bancas, porque 90% da receita das bancas vem dos grandes jornais, e se o dono da banca entra em atrito com eles, passa a não receber esse grande faturamento. Teve um caso concreto disso com o Já, na época em que o jornal tava crescendo, e bem que eu digo era 5 ou 6 mil jornais, mas para nós era muito, mas chegou um momento em que as bancas passaram a não distribuir mais nosso jornal. Nós fomos atrás para tentar descobrir o porquê e descobrimos que era pressão dos grandes grupos para não fazer vender mais o Já, que era um jornal crítico a eles. Tentei reverter isso junto à Câmara de Vereadores, à Associação Rio-grandense de Imprensa, mas não deu em nada, até porque era algo difícil de se comprovar, porque o cara da banca te falava isso, mas se tu pedia para ele formalizar uma declaração, ele não dava, até porque ia estragar o negócio



dele, portanto foi muito difícil de tipificar o negócio. Foi nisso que percebemos que o Já dificilmente se auto sustentaria.

Apesar das grandes dificuldades de sustentabilidade financeira encontradas, que implicam em incertezas a cada mês sobre a viabilidade de segmento ou não da mídia alternativa em questão, Elmar pondera que esse panorama é compensado pelo poder de trabalhar com aquilo que realmente gosta de forma autônoma: “eu escrevo aquilo que eu quero, do jeito que eu quero e ninguém fica dizendo o que eu tenho que fazer”. Na visão do jornalista, a forma mais completa de se relacionar com o mundo é através do trabalho. Dessa forma, não poderia se encontrar mais satisfeito se não estivesse trabalhando com o que lhe desse prazer: “para mim, o essencial é ter uma relação satisfatória com o trabalho, de uma forma que eu esteja fazendo aquilo que eu queira fazer. E a minha opção é por isto: ter uma situação financeira de dificuldade, mas poder fazer aquilo que eu quero”.

Como forma de suprir as lacunas financeiras da mídia, Elmar relata que durante a década de 1990 o Jornal Já realizou projetos paralelos ao campo do jornalismo, voltados à produção de livros, edições especiais de revistas, organizações de seminários de temas jornalísticos, entre outros: “Essas foram fontes de receita que permitiram a gente manter um trabalho jornalístico com uma certa independência e permitiram a manter a sobrevivência do grupo que estava trabalhando”. Foi dessa forma que a empresa cresceu e chegou a ter 40 profissionais contratados. A ascensão do Jornal Já perdurou até o ano de 2001, período em que o jornal publicou uma matéria sobre o irmão do ex-governador do Rio Grande Sul, morto meses antes da reportagem, que lhe rendeu um processo judicial de prejuízos incalculáveis. Nas palavras de Elmar, “passamos cinco anos de batalha recorrendo a todas as instancias e afundando cada vez mais, mas mesmo assim ainda conseguíamos sobreviver”. A sobrevivência mencionada por Elmar ocorria através de parcerias com duas grandes empresas – Aracruz e Votorantin – que, no início dos anos 2000, se instalaram no Rio Grande e buscaram através de parcerias com veículos de comunicação formas de aproximação com a comunidade local. Essas parcerias, contudo, foram suspensas em 2008 em função da crise financeira mundial que assolou diversas empresas. Desde então a mídia opera com



muitas dificuldades financeiras, situação que foi relativamente amenizada em 2011, quando o processo imputado contra o jornal foi transferido para a Corte Interamericana de Direitos Humanos: “esse processo continua lá, mas pelo fato de estar lá, conseguimos ganhar mais um tempo de sobrevivência, porque aquelas cobranças judiciais que tínhamos foram amenizadas”.

Sobre a forma de articulação da mídia com os movimentos sociais, Elmar afirma que o Jornal Já trabalha no sentido de dar voz aos militantes enquanto sujeitos legítimos de reivindicação sociais. Na medida do possível, a cobertura feita junto aos movimentos consiste em noticiá-los cotidianamente e de forma integral, e não apenas nas situações de greves e reivindicações: “todas as atividades organizadas pelos sindicatos são ignoradas pela grande mídia, elas só viram pautas quando eclodem em greves. Nossa ligação com os movimentos é justamente para se contrapor a isso”.

Considerações finais

Esta pesquisa se tratou de uma incursão qualitativa – ainda em andamento, o que permite que sejam feitas apenas conclusões preliminares – no campo empírico da comunicação alternativa em Porto Alegre, baseando-se fundamentalmente em entrevistas abertas com os editores-chefes de duas mídias alternativas de destaque. Os objetivos do trabalho foram apresentar o ponto de vista desses agentes sociais sobre a viabilização de suas experiências alternativas de comunicação, levando em consideração a os interesses e os valores que os orientam, bem suas articulações com movimentos sociais

Em termos dos interesses que orientam a atuação profissional dos jornalistas investigados, percebe-se, em ambos os casos, a busca pela autonomia de poder noticiar informações sem pressões externas de anunciantes e demais atores do campo econômico que se articulam ao campo da comunicação. Isso se deduz das críticas feitas por ambos os agentes sociais ao *modus operandi* de trabalho realizado em grandes mídias. As mídias alternativas, nesse sentido, emergem para esses profissionais como “instituições” capazes de dar voz aquilo que a mídia convencional (ou comercial) não é capaz de dar em razão de interesses econômicos. A possibilidade de mediar o espaço público a partir



de premissas éticas e poder contrabalancear o peso dos discursos ideológicos emitidos pelos grandes grupos empresariais é visto como um valor central. O reconhecimento conferido ao trabalho desses profissionais, seja por movimentos sociais ou demais membros da sociedade civil, também aparece como uma dimensão de interesse valorizada pelos profissionais investigados.

No que se refere às formas de articulação com os movimentos sociais, têm-se, no caso do jornalista Milton, uma relação estratégica que lhes confere coberturas antecipadas e contatos de confiança; já no caso de Elmar, têm-se uma articulação que procura conferir aos movimentos sociais uma cobertura continuada e cotidiana, de modo a reportar o máximo possível a integralidade dos movimentos contestatórios.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Editora 34, 2010.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura.)

_____. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

NORRIS, Pippa. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SILVA, Sivaldo P. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. Campinas: **Opinião Pública**, vol.11 no.2. 2005.

GT 05. Avanços e limites do Programa Ensino Médio Integrado, refletindo sobre as categorias Trabalho, Cultura, Ciência e Tecnologia.



**AVANÇOS E LIMITES DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INTEGRADO:
REFLETINDO SOBRE AS CATEGORIAS TRABALHO, CULTURA, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA.**

Ubiratan Augusto Domingues Batista¹⁷⁷

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar os resultados de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha “Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação”. O objetivo da pesquisa tratou-se de investigar os limites e avanços presentes no Programa Ensino Médio Integrado, lançado pelo Governo Federal, no período de gestão do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT) em 2007, e pelo Governador do estado do Paraná Roberto Requião (PMDB), em 2006. Ambas as propostas foram construídas a partir de Seminários Nacionais e Estaduais, conduzidas por intelectuais do GT Trabalho e Educação da ANPED, membros da Secretaria da Educação dos estados brasileiros e do MEC, membros da sociedade civil e diretores de escolas. O Programa EMI visa integrar a formação geral de nível médio com cursos de formação profissional e fundamenta-se em categorias teóricas marxistas, sendo elas: o Trabalho (como princípio educativo), a Cultura, a Ciência e a Tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio Integrado, Avanços e Limites, Categorias Teóricas do Programa.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio Integrado é um programa de formação profissional que vincula-se ao Ensino Médio regular e na modalidade EJA. O mesmo foi criado pelo Governo Lula em 2004, mas só entrou em vigor no ano de 2007, após amplo debate promovido pelo MEC, ao qual participaram membros da sociedade civil, diretores de escola, secretários de educação, membros da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC) e intelectuais da linha

¹⁷⁷ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus Paranaguá. E-mail: ua.batista@gmail.com



Trabalho e Educação, tais como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Acacia Kuenzer, entre outros.

O Programa possui fundamento marxista em seu documento base (BRASIL, 2007) e pauta-se primeiramente na categoria Trabalho (como princípio educativo) e nas categorias Ciência, Cultura e Tecnologia como norte para consolidar um programa de formação profissional vinculado ao Ensino Médio numa perspectiva crítica e contrária aos interesses do sistema capitalista.

No Paraná, o Programa Ensino Médio Integrado foi lançado em 2006, antes mesmo do lançamento nacional, uma vez que o estado tem por hábito antecipar-se ante aos programas educacionais lançados a fim de desenvolver os programas de modo pioneiro. Os intelectuais que orientaram as discussões do Programa em escala nacional contribuíram nas discussões de cunho estadual, dando origem a um documento base específico para o estado¹⁷⁸.

Pretende-se no presente trabalho apresentar parte dos resultados da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, o qual teve por objetivo analisar os princípios e bases dos documentos orientadores do Programa Ensino Médio Integrado lançado pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED-PR).

Nesse momento, analisaremos as categorias Ciência, Cultura e Tecnologia, adotadas pelo programa, tendo como aporte as leituras de Marx e de intelectuais marxistas que discutem essa questão. Em seguida, faremos algumas considerações críticas acerca do documento base, no que tange aos limites e aos avanços que a proposta integrada representa no cenário educacional brasileiro.

CIÊNCIA, CULTURA E TECNOLOGIA.

Para o documento-base a Ciência, a Cultura e a Tecnologia são tidas como categorias primordiais para a compreensão da realidade, sob a perspectiva da totalidade, atingindo as dimensões política, econômica, histórica e ontológica. É a partir do trabalho ontológico que o

¹⁷⁸ O documento intitula-se “Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos” (PARANÁ, 2006)



homem produz conhecimento, relaciona-se com outros homens e transforma o meio em que vive.

Por Cultura o documento aponta como fruto dos valores, costumes e ideologias criadas a partir das relações sociais. Entende-se por cultura o conjunto de representações e significados e, paralelo a isso, uma prática constituída pelo tecido social e também dele constituínte. Também entram nessa concepção os valores construídos historicamente pelo homem, mediante sua relação com a sociedade e com a própria natureza. Esse conjunto de conhecimentos é transmitido às novas gerações como uma forma de repassar o que já fora produzido, com o intuito de preservar e estimular seu desenvolvimento. Contudo, é importante salientar que a transmissão do conhecimento não ocorre de maneira linear e acrítica, mas sob uma dimensão material, constituída de maneira histórica e dialética.

Deste modo, a cultura é fruto do conhecimento do homem diante do mundo, conhecimento que se constitui a partir da relação do homem com a natureza e com o próprio homem. Além do mais, a cultura encontra-se intimamente ligada com a ciência e com a tecnologia, pois ambas possuem a mesma origem e compõem o real como um todo. A cultura expressa os valores, as ideias, as crenças; e a ciência, juntamente com a tecnologia, expressa o conhecimento adquirido pelo homem, tendo em vista a necessidade de atender e aprimorar as maneiras de suprir suas necessidades.

Ao posicionar-se diante da relação entre ciência e tecnologia, o documento (PARANÁ, 2006) defende um posicionamento contrário à concepção homogênea e linear dessas categorias, ou seja, como elementos que possibilitam o avanço da sociedade, não deixando de considerar as dimensões sociais, políticas, econômicas, entre outras.

A concepção homogênea da ciência e da tecnologia criticada pelo documento-base denota uma compreensão de neutralidade, uma vez que garante a erradicação da pobreza, mediante o progresso econômico e social da sociedade. Este cientificismo “[...] compartilha com o positivismo a convicção de que todos os processos – sociais ou físicos – podem ser analisados, entendidos, coisificados, mediante uma colocação científica para encontrar uma solução objetiva e politicamente neutra.” (PARANÁ, 2006, p.31).

Ao discutir Ciência e Tecnologia, o documento faz uma breve historicização desses conceitos, a partir de Galileu, Descartes e Bacon, traçando nesse momento a construção dessas duas categorias. Partindo da noção de C&T de Galileu, em que a tecnologia gera novos campos



para o desenvolvimento da ciência, e de Descartes, o qual afirma ocorrer o contrário: a tecnologia é constituída do domínio do conhecimento científico marcado pela relação do homem sobre a natureza.

Na tentativa de superar a polêmica referente às concepções de ciência, tecnologia e sociedade, o documento fundamenta-se em Dagnino (2002, *Apud*: PARANÁ, 2006), o qual classifica tal relação sob duas abordagens: a noção de avanço contínuo e inexorável da C&T, que decorre das relações sociais, exercendo ou não influência sobre a sociedade e; o reconhecimento da íntima relação entre as três categorias, tendo em vista que o avanço da ciência e da tecnologia reflete os interesses e necessidades da classe dominante que visa intensificar o processo produtivo, reduzir o número de trabalhadores no modo de produção e, conseqüentemente, acumular cada vez mais capital, substituindo o homem pela máquina. Assim sendo, a ciência e tecnologia não são neutras:

A ideia da neutralidade pressupõe que a C&T não se relaciona com o contexto no qual é gerada. Ao contrário, é condição para produzir ciência o isolamento do contexto social. Essa concepção leva a concluir que são impossíveis desenvolvimentos em C&T alternativos, pois só existe uma única verdade científica. As diferenças sociais, econômicas, culturais ou geográficas ficariam, em um plano secundário, subsumidas pela verdade científica, como objeto de adaptações. (PARANÁ, 2006, p.30)

Deste modo, não se pode pensar a formação profissional a partir da neutralidade do progresso da ciência e da tecnologia, que garantiria a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, independente de sua classe social.

Contrário a essa neutralidade política, o documento reconhece que

[...] a C&T gerada por uma determinada sociedade, está de tal modo comprometida com a sua manutenção que não pode servir a outra sociedade com finalidades distintas, ou alavancar o processo de transformação de relações sociais existentes tendo em vista a construção de outras distintas daquelas sob a égide das quais se desenvolveram determinadas forças produtivas. Portanto, não basta à Educação Profissional, gerida por uma elite de especialistas que atuam no campo da esquerda, viabilizar o acesso ao conhecimento científico-tecnológico que permitiu ao capitalismo desenvolver-se. Permanecer nesta tese conduz a uma posição de tal modo



imobilista que, ao desconsiderar a existência de contradições, justificaria a negação da educação para os trabalhadores, dado o caráter de irreversibilidade decorrente do desenvolvimento das forças produtivas determinado pelo capital. (PARANÁ, 2006, p.31)

Tendo como base a ciência do ponto de vista da ontologia, Andery afirma que tal categoria “[...] é determinada pelas necessidades materiais do homem, em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere”. Além disso, a ciência “[...] caracteriza-se por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana.” (ANDERY, 1994, p. 13)

Gramsci (2006) evidencia o caráter histórico que o conhecimento científico possui, suas bases objetivas, porém, não definitivas. Caso contrário, a ciência resumir-se-ia à mera repetição do conhecimento já obtido pelo homem. Se é assim, o que interessa à ciência não é tanto a objetividade do real, mas o homem que elabora os seus métodos de pesquisa, que retifica continuamente os seus instrumentos materiais que reforçam os órgãos sensoriais e os instrumentos lógicos (inclusive as matemáticas) de discriminação e de verificação, isto é, a cultura, a concepção do mundo, a relação entre o homem e a realidade com a mediação da tecnologia. (GRAMSCI, 2006, p. 174)

Calcado em Gramsci, aponta o documento a importância em compreender a ciência e a tecnologia sob a perspectiva da contradição, entre o capital e o trabalho, proporcionando aos trabalhadores participar dos espaços decisórios que tanto definem a educação profissional quanto a própria política de C&T.

Embora a autonomia para a intervenção política tenha severos limites impostos pela hegemonia do capital, esta hipótese recoloca a organização da Educação Profissional sobre bases diferentes das que historicamente estão em desenvolvimento. Em primeiro lugar, reafirma o compromisso histórico dos governos com a classe trabalhadora e indica a urgência de tornar disponível a educação científico-tecnológica e sócio-histórica, ampliada e de qualidade, para todos os que vivem do trabalho. (PARANÁ, 2006, p.32)

Ao analisar as bases teóricas que sustentam o documento-base, pode-se perceber o compromisso do governo assumido com a classe trabalhadora, ao estruturar um programa de



formação profissional que não se limitasse aos ditames dos setores produtivos, mas que oportunizasse aos filhos dos trabalhadores uma formação abrangente.

Por essa razão, os intelectuais defendem que o Ensino Médio Integrado deve partir da categoria ciência, da cultura e da tecnologia, pois tal articulação possibilitará ao aluno compreender a realidade criticamente, entendendo que nada surge do nada e que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1988, p. 7).

Em relação a isso, Gramsci (2006) considera que a ciência expressa uma concepção de mundo. Portanto, ao tomá-la como práxis, pode libertar o homem da ilusão ideológica, permitindo aos jovens compreender a estrutura organizacional do capitalismo a partir das contradições presentes nesse contexto social.

O modo como essas categorias foram incorporadas pelo documento da SEED/PR, como dissemos anteriormente, reflete o esforço dos intelectuais dedicados ao estudo da área do trabalho e educação em orientar as discussões acerca da nova proposta de Ensino Médio, intitulada como Ensino Médio Integrado.

Percebemos também, ao analisar o documento, a importância de um modelo educacional que objetive articular conhecimento tecnológico, científico e cultural, proporcionando uma formação politécnica, que vise ao esclarecimento do aluno frente ao trabalho, à cidadania e à efetivação da democracia, tal qual apregoa Kuenzer (2000), o que proporcionará também o conhecimento das diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Partindo dessas categorias, Ramos (2008) confere à formação integrada três sentidos complementares, sendo eles: a formação omnilateral; a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica e; a integração dos conhecimentos gerais e específicos como totalidade. Ao discutir o primeiro sentido, a autora elenca três dimensões fundamentais da formação humana, sendo estas: o trabalho, a ciência e a cultura.

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os



conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (RAMOS, 2008, p.03)

Ao pensar na categoria totalidade incorporada ao currículo integrado e transmitida para os alunos, sob uma perspectiva dialética, o conjunto das disciplinas deve compor a síntese de múltiplas determinações que englobam o aspecto social, econômico, político, científico, cultural, histórico, ontológico. Assim, ao partir da dimensão ontológica do trabalho para nortear a proposta do Ensino Médio Integrado, entendendo o uso do mesmo para produzir conhecimento, tanto no âmbito científico quanto no cultural, a teoria passa a ser entendida como o real elevado ao campo do pensamento e transformada em conhecimento.

Sob essa afirmativa, apresenta Frigotto a necessidade

[...] de desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. Como lembrava Gramsci, na década de 1920: uma formação que permita o domínio das técnicas, as leis científicas, a serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica. Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista de realidade humana. (2005, p. 74)

Contudo, para que os jovens possam obter tais requisitos torna-se necessário que o Ensino Médio supere a ênfase na formação do cidadão produtivo. Para tal, o Ensino Médio necessita estruturar-se a partir dessas quatro categorias, visando instigar discussões frente ao desenvolvimento humano e sua relação com o capitalismo, englobando nessas discussões as contradições existentes no sistema capitalista.

Baseado em Kuenzer (1998 *Apud.*, PARANÁ, 2006) o documento aponta a necessidade educativa gerada

[...] quanto mais há forças produtivas, mais a ciência se simplifica, faz-se prática e cria tecnologia. Ao mesmo tempo, a tecnologia se complexifica, faz-se científica; ambas fazem uma nova cultura, criam novas formas de



comportamento, ideologias e normas. Dissociados por efeito das formas tradicionais de divisão do trabalho, o trabalho e a ciência voltam a formar uma unidade pela mediação da tecnologia, em consequência do próprio desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e como forma de superação aos entraves postos ao processo de acumulação. Como resultado, estabelecem-se novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais, que passam a demandar o domínio integrado dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. (PARANÁ, 2006, p. 33-34)

O Ensino Médio Integrado parte do princípio de tornar acessível aos jovens, filhos e futuros trabalhadores, a sistematização do conhecimento construído pelo homem ao longo de sua história. Tal conhecimento percorre o campo da ciência e da cultura, o que tem tornado complexa a relação do homem com a natureza e com a sociedade, relação esta que é permeada pela atual estrutura ideológica do capitalismo e que sofre mudanças no processo produtivo, a depender das crises que o sistema sofre de tempos em tempos. Tudo isso engendra processos de reestruturação produtiva para manter vigente o poder do sistema.

Em outras palavras, a proposta integrada no documento-base do Paraná adota como objetivo o enfrentamento das contradições sociais e, conseqüentemente, a formação crítica dos alunos, estimulando a participação dos jovens nos processos decisórios da sociedade.

Para a legitimação da proposta por parte das escolas, afirma o documento a necessidade de construir uma proposta que contemple:

- a articulação entre conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- a articulação entre a gestão da Educação Básica, da educação dos trabalhadores e da educação superior, nos diferentes níveis: federal, estadual e municipal;
- a participação efetiva dos que vivem do trabalho na construção das propostas educativas e das formas de sua organização e gestão. (PARANÁ, 2006, p.34)

Vale lembrar que a educação não possui o poder de transformar a sociedade. O papel que compete à educação, sob um ponto de vista crítico, é possibilitar ao aluno analisar



criticamente a sociedade em que está inserido, para que este possa identificar as ideologias criadas pelo capitalismo.

Portanto, acredita-se que esta proposta possa permitir ao aluno apreender os fundamentos técnicos e tecnológicos, políticos sociais e culturais presentes no mundo da produção, desde que os educadores se comprometam a articular e integrar os conhecimentos histórico-sociais, como condição para uma sólida formação científico-tecnológica caracterizada como indutora de uma educação emancipatória que busca garantir o acesso e o direito de todo cidadão brasileiro e paranaense ao trabalho. (PARANÁ, 2006, p.41)

Desse modo, podemos concluir que o documento base da SEED/PR possui bases teóricas provavelmente nunca utilizadas antes em um documento do governo, o que representa um avanço histórico ao pensar na trajetória dual vivida pela educação paranaense e brasileira, o que não quer dizer que o documento tenha poder suficiente para superar a dualidade estrutural. Entretanto, pela primeira vez conseguimos legalizar uma proposta educacional com bases críticas, dando-nos condições de organizar o Ensino Médio sob um viés crítico.

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS LIMITES E OS AVANÇOS DOS DOCUMENTOS BASE.

Ao verificar a forma como as categorias foram incorporadas pela proposta, bem como, a forma como o documento-base do programa foi elaborado, faremos as seguintes arguições:

Primeiro, verificamos que o documento base atribui e reforça a ideia de que cabe à sociedade civil implantar com êxito a proposta integrada, descentralizando a culpa pelo fracasso ou sucesso da proposta, como podemos ver a seguir:

Portanto, acredita-se que esta proposta possa permitir ao aluno apreender os fundamentos técnicos e tecnológicos, políticos sociais e culturais presentes no mundo da produção, desde que os educadores se comprometam a articular e integrar os conhecimentos histórico-sociais, como condição para uma sólida formação científico-tecnológica caracterizada como indutora de uma educação emancipatória que busca garantir o acesso e o direito de todo cidadão brasileiro e paranaense ao trabalho. (PARANÁ, 2006, p.41)



Se não houver um grande esforço em ofertar cursos de formação continuada para trabalhar sob a perspectiva integrada, bem como, se não houver um quadro fixo de professores, dificilmente o esforço dos educadores será suficiente para que a proposta integrada seja aplicada de modo eficaz.

Além do mais, como os filhos dos trabalhadores terão a acesso a esses cursos integrados, se nem todos os alunos conseguirão frequentar os cursos ofertados no período integral? Quando o curso é noturno, os alunos conseguem conciliar escola e trabalho, mas e quando o curso é ofertado durante todo dia? Dificilmente esses alunos conseguirão matricular-se nesses cursos. E mesmo que os alunos se matriculem em cursos oferecidos no período noturno, se este não pode escolher o curso que quer cursar, então não podemos afirmar que esses cursos são ofertados para todos os alunos.

Entendemos que tal fato descaracteriza a própria proposta de Ensino Médio Integrado, que tem por objetivo, fornecer a todos os alunos, filhos da classe trabalhadora, a sistematização dos saberes construídos historicamente pelo homem, através de uma modalidade de ensino que articule a formação profissional com o ensino regular.

Se a proposta integrada é destinada aos filhos da classe trabalhadora, mas alguns alunos não possuem acesso a todos os cursos – pelo fato de alguns serem ofertados no período integral –, percebemos que a proposta não torna o ensino tão igualitário e preocupado com a formação da massa, o que de certa forma, descaracteriza a premissa dos documentos-base frente à superação da dualidade estrutural. A pergunta que fica é: o Ensino Médio Integrado é acessível a todos os jovens, filhos da classe trabalhadora?

Já no âmbito teórico, percebemos que ambas as propostas representam grande avanço ao incorporar categorias marxistas em sua fundamentação teórica. Mesmo que sua aplicação seja comprometida devido ao pouco investimento do governo em formação continuada para os docentes, a proposta reflete os ideais de intelectuais progressistas que orientaram a proposta – orientação esta que também é uma novidade, pois até então esses intelectuais não tiveram tanto poder participativo nas discussões sobre a criação de uma proposta de ensino.

No Paraná, a participação desses intelectuais se deu com um peso ainda maior, pois a SEED/PR possibilitou autonomia aos intelectuais para a elaboração das discussões e organização do documento-base.



Entretanto, apesar do esforço em elaborar uma proposta crítica, percebe-se que há falhas teóricas que, de certa forma, colocariam em xeque a aplicabilidade da proposta. Teórica no sentido de que essas falhas deixariam vagos alguns conceitos fundamentais e necessários para o professor pensar num modelo educacional crítico. Dentre esses conceitos, destacamos o conceito de “Práxis”. Pretere o documento da SEED/PR a noção de práxis para Marx enquanto crítica radical da sociedade, limitando tal categoria à mera compreensão do real e à tomada de consciência do trabalhador, desconsiderando dois fatores: primeiro, adotar uma concepção de práxis, baseada no marxismo, pressupõe a luta pela transformação da sociedade, não bastando apenas a tomada de consciência, mas, sim, o embate contra o sistema; em segundo lugar, é preciso que ocorra uma mudança estrutural em todo sistema educacional, para que a escola não mais centre seus esforços no atendimento à demanda do capitalismo, mas adote como foco a derrubada do atual sistema.

É importante frisar que a tomada de consciência requer uma teoria fundamentada historicamente, tendo como elemento central a reflexão sobre a realidade para construir uma consciência crítica na classe trabalhadora. Em outras palavras, para que a transformação ocorra, não basta apenas obter a teoria que fundamenta a prática, é preciso estabelecer um posicionamento crítico frente ao processo, o qual Vázquez (2007) denomina como crítica radical – que nada mais é do que a tomada de consciência do homem sobre si mesmo e a adoção de uma postura revolucionária visando à emancipação humana.

Mesmo não amadurecendo a noção de práxis, chamamos atenção para o fato de o documento apontar a necessidade de o trabalhador obter consciência sobre seu papel, considerando a sua prática como uma atividade produtiva alienante, uma vez que ele produz determinado objeto, mas não se reconhece enquanto sujeito transformado em objeto pelo seu empregador. Desse modo, chama atenção para a necessidade de superar a dicotomia teoria e prática, proporcionando uma visão histórica dos processos sociais, produtivos e científico-tecnológicos.

No que diz respeito à educação politécnica, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) indicam que sua implantação só é possível em uma realidade diferente da capitalista, pois, como já vimos no primeiro capítulo, a politecnicidade constitui-se numa “[...] concepção de educação que busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da sociedade”. (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p.44). Dito de outro modo, a politecnicidade somente se efetivaria em



uma sociedade em que a superação da divisão social do trabalho já estivesse posta. No entanto, mesmo no capitalismo, é possível considerar a politecnia como instrumento de ampliação do domínio científico-tecnológico visando à consciência e ao enfrentamento das condições desiguais desse sistema.

A proposição do documento torna evidente o posicionamento da Secretaria da Educação do Estado do Paraná no que se refere à noção de politecnia, uma vez que a mesma compreende para além da concepção tecnicista. Ao articular teoria com a prática, ressalta a necessidade de sistematização do conhecimento – fruto de uma totalidade constituída histórico, político, cultural, econômico e socialmente.

Assim, com base nos estudos de Kuenzer, o documento (PARANÁ, 2006) critica a concepção capitalista de trabalho e educação, concepção que já foi defendida pelas diretrizes curriculares para a educação profissional nos governos anteriores e que se pautava na mera necessidade de formar trabalhadores para suprir a demanda produtiva, formando trabalhadores com iniciativa, que soubessem trabalhar em equipe, entre outras coisas.

Do ponto de vista da integração, esse modelo de trabalhador deverá estar preparado para além da demanda da flexibilidade, exercer maior participação na sociedade, compreendendo seus limites e suas contradições, com vistas à superação do sistema. Em outras palavras, os futuros trabalhadores deverão estar preparados para vivenciar inúmeras situações contraditórias, pois ao mesmo tempo em que devem atender às necessidades do capital, vendendo sua força de trabalho para o sistema, confrontam-se constantemente com a dura realidade que os cerca e com a possibilidade de entendimento e, quiçá, de superação dessa realidade.

[...] enfrentar a dimensão que tem estruturado a Educação Profissional ao longo de sua história, como oferta pública: a dualidade estrutural. Para tanto, já no primeiro capítulo, define a educação em seu conceito mais amplo, admitindo que supera os limites da educação escolar que ocorre no interior das relações sociais e produtivas. Reconhece, pois, as dimensões pedagógicas do conjunto dos processos que se desenvolvem em todos os aspectos da vida social e produtiva. (PARANÁ, 2006, p.20)

Paralelamente à proposta de enfrentamento da dualidade estrutural, no que tange aos limites da educação no sistema capitalista, o documento-base ao menos reconhece que a educação assume uma função específica em cada modo de produção, bem como, que a escola



incorpora em sua proposta pedagógica a lógica desse modo produtivo sob suas dimensões ideológicas, normativas e comportamentais.

Com base nessa perspectiva, o documento denomina a dualidade estrutural como sendo um reflexo da influência que o capitalismo exerce na educação brasileira, destinando um modelo educacional para os dirigentes e outro modelo diferenciado para os trabalhadores. Para sustentar tal arguição, faz-se referência à Gramsci, em especial ao texto “*Americanismo e fordismo*” (1968), salientando a eficiência dos processos pedagógicos na valorização do capital, tendo em vista a formação de um novo modelo de homem, marcado pela fragmentação do trabalho.

Nesse contexto, a escola

[...] constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão, ou seja, como o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico, divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para elaborar o conhecimento. Assim, fruto da prática fragmentada, a escola expressa e reproduz esta fragmentação por meio de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão. (PARANÁ, 2006, p.22)

Portanto, o fato de o documento-base ser fruto de uma política do governo, não o torna, necessariamente, ideológico – no sentido negativo da palavra. Sabemos que o Estado cria situações que impedem a efetivação de um modelo educacional contrário à lógica do capital, porém, seria um erro desconsiderar o avanço histórico que a proposta de integração representa na história da educação brasileira, pois, apesar dos desafios em incorporar um modelo pedagógico crítico, é a primeira vez que os intelectuais puderam contribuir, de fato, na elaboração de um documento orientador – e incluir na fundamentação teórica desse documento os seus ideais e visão de mundo.

Portanto, acredita-se que esta proposta possa permitir ao aluno apreender os fundamentos técnicos e tecnológicos, políticos sociais e culturais presentes no mundo da produção, desde que os educadores se comprometam a articular e integrar os conhecimentos histórico-sociais, como condição para uma sólida formação científico-tecnológica caracterizada como indutora de uma educação emancipatória que busca garantir o acesso e o direito de todo cidadão brasileiro e paranaense ao trabalho. (PARANÁ, 2006, p.41)

Vale ressaltar que a consideração do trabalho como princípio educativo não é de todo aceita pelos intelectuais marxistas, uma vez que acreditam que uma escola que supere a



formação desigual só poderia se efetivar em uma sociedade baseada na propriedade coletiva. No caso do capitalismo, a forma criativa do trabalho, em seu sentido ontológico, subsume-se à lógica de valorização do capital e, portanto, da exploração do trabalho humano, do estranhamento. Nesse sentido, cabe questionar se é possível capturar a potência criativa e emancipadora do trabalho em uma realidade alienada/estranhada.

Além do mais, vontade política, ou até mesmo a criação de um documento que expresse a necessidade de romper com o modelo de escola atual, não garante a mudança estrutural no cotidiano escolar, pois essa mudança deve ser social. A sociedade deve ser modificada para que a escola possa refletir tais mudanças.

Marx elenca a revolução como a única forma de romper com o capitalismo. Contudo, salienta Tumolo (2005) a necessidade de ter em mente que a revolução significa a tomada do poder e não uma simples ação militar que possibilitaria o “assalto ao poder” ou dar um golpe de estado. “A revolução é a expressão da ruptura, do salto de qualidade, sem a qual é impossível passar da velha para a nova forma histórico-social.” (TUMOLO, 2005, p.03).

Sob esse aspecto, fundamentado em Rosa Luxemburgo, Tumolo (2005) alerta-nos que a superação do sistema implica certo amadurecimento econômico e político, fruto da consciência maciça da classe trabalhadora no que se refere à identificação e à luta contra as contradições do sistema capitalista.

Acreditar, portanto, que a revolução é o desdobramento de um processo de reformas do capitalismo é cair na ilusão da tese reformista, é transformar a revolução em conceito vazio. Se a revolução é o salto de qualidade que ocorre a partir de um acúmulo de quantidades, isso não significa que a revolução seja fruto de um acúmulo de quantidades de reformas, mas ao contrário, de um acúmulo de quantidades de dificuldades e impossibilidades de realizá-las, ou seja, acúmulo de agudização de suas contradições internas. (TUMOLO, 2005, p.05).

Portanto, as reformas nada mais são do que medidas superficiais que não alteram substancialmente uma dada realidade, elas solucionam paliativamente alguns problemas e não atingem os elementos essenciais, a base das contradições que compõem o sistema capitalista. Por outro lado, as lutas por reformas, mesmo não possibilitando grandes mudanças estruturais, possibilitam aos trabalhadores obter consciência diante da estrutura organizacional do capitalismo.

A luta por reformas só pode adquirir um caráter de tática proletária quando seu objetivo é muito menos o de conquistar posições no capitalismo e muito



mais o de denunciar os limites da capacidade do capitalismo em se reformar. É justamente na luta pelas reformas que a massa do proletariado pode ir percebendo os limites do capitalismo e, com esta base, começar a construir a consciência da necessidade de sua superação. (TUMOLO, 2005, p.06).

Assim sendo, a obtenção de uma consciência de classe por parte dos trabalhadores implica uma formação teórico-educativa, buscando a superação do senso comum e a apreensão das contradições e da estrutura organizacional do capitalismo em sua totalidade histórico-social concreta. “[...] Isto porque a realização da revolução implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se pretende transformar” (TUMOLO, 2005, p.08).

Em outras palavras, a revolução dos trabalhadores demanda uma transformação histórico-social, a ruptura com o sistema vigente e a instituição de um novo sistema que não mais defenda unicamente os interesses de uma minoria. Contudo, diante da impossibilidade de tal transformação, o documento-base, não podendo transformar a sociedade, ao menos possibilita o seu enfrentamento, conscientizando os alunos/futuros trabalhadores diante das contradições presente em nossa sociedade.

Considerando o cenário econômico atual, sob a égide do capitalismo, acreditamos ser pouco viável a implantação de uma proposta de ensino que supere as desigualdades sociais e o próprio sistema que o gera; entretanto, pode-se dizer que o Ensino Médio Integrado oportuniza ao menos o seu enfrentamento no campo didático, ao problematizar questões que permeiam o mundo do trabalho sob um olhar crítico com os alunos.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, Maria Amália. Introdução: Olhar para a história: caminho para a ciência Hoje. In.: ANDERY, Maria Amália (et. al.) **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 5.ed. Rio De Janeiro: Espaço e Tempo, 1994.
- BRASIL. MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento base. Brasília, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc. [online], vol.26, n.92, pp. 1087-1113. ISSN 0101-7330, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. A ciência e as ideologias científicas. In.: **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 2000

MARX, Karl. **Os 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital**. 14. ed. Livro primeiro, vol.1. São Paulo: Bertrand Brasil S.A, 1994.

PARANÁ. **Diretrizes da educação profissional**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba, 2006.

RAMOS, Marise. Concepção de Ensino Médio Integrado. In.: PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**: concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação - ANPED - v.12 - n.34 – 2007.

TUMOLO, Paulo. Sérgio. **Educação dos trabalhadores, consciência de classe e revolução social**: a atualidade de velhas questões. In: I EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2005, Bauru. I EBEM - Anais, 2005.

VÁZQUEZ. Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GT 05: Trabalho, Educação e Inovação técnica.

A economia política neoliberal e a expansão do cooperativismo educacional no Brasil.

Marcelo Augusto de Lacerda Borges

O objetivo fundamental desse trabalho é situar material e concretamente, correspondendo ao método marxiano, a expansão do cooperativismo educacional no Brasil como um constructo gestado pelas transformações na ordem econômica do capitalismo contemporâneo. As contradições promovidas pelo receituário neoliberal acabaram por alterar a disposição do Estado na formulação das políticas educacionais, nutrindo a expansão significativa das escolas cooperativistas no Brasil.

A eclosão do cooperativismo educacional no Brasil representa uma manifestação singular dessas mediações, a reorganização da educação realiza-se como partícipe da totalidade dos fenômenos histórico-sociais que circundam o momento. As transformações na ordem societal do país, regidas pela força neoliberalizante, trouxeram um conjunto de efeitos que afetaram o conjunto da vida social e, em particular, a



educação. As alterações nos sistemas educacionais e a oferta da escola cooperativista na educação têm sua gênese e desenvoltura cravadas nessa processualidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Estado; Educação; Cooperativismo.

A economia política neoliberal e a expansão do cooperativismo educacional no Brasil.

A proposição central desse trabalho é situar material e concretamente, correspondendo ao método marxiano¹⁷⁹, a expansão do cooperativismo educacional no país como um constructo gestado pelo conjunto de transformações na ordem econômico-material do capitalismo contemporâneo. Por desdobramento, as contradições promovidas pelo receituário neoliberal acabaram por alterar a disposição do Estado na formulação das políticas educacionais, nutrindo a expansão significativa das escolas cooperativistas no Brasil.

O fundamento metodológico proposto assenta-se na ideia de que a explicação das formas jurídicas, políticas, espirituais, ideológicas, pedagógicas e de consciência, encontra-se nas relações de produção que constituem a base econômica e material da sociedade. Nas palavras do próprio Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” (2015, p. 301).

Nesse propósito, a totalidade das relações sociais, os sistemas políticos, estatais, religiosos, jurídicos, ideológicos e a produção das ideias teóricas, devem ser compreendidos e explicados como emanações das condições materiais de produção. É nesse ângulo que a estratégia neoliberal será concebida, destacando sua multiforma

¹⁷⁹ Segundo a concepção materialista da história, na produção da vida social os homens geram também outra espécie de produtos que não têm forma material, quais sejam: as ideologias políticas, as concepções religiosas, os códigos morais e estéticos, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento filosófico e científico, representações coletivas, etc. Este conjunto é conceitualmente denominado de *superestrutura*. Em suma, afirmam Marx e Engels: “são os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. [...] Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda aparência de autonomia” (2009, p. 95).



econômica, política e ideológica como artifícios da recomposição hegemônica do capital.

1. A economia política do neoliberalismo: elementos gerais

A expressão “economia política”, no seu sentido mais geral, é constantemente utilizada como sinônimo de economia, indicando uma área do conhecimento que se dedica ao estudo da alocação de recursos e sua relação com uma determinada atividade produtiva. No significado mais específico do tratamento marxiano, a “economia política” relaciona-se aos estudos sobre a distribuição e a acumulação do excedente econômico produzido, relacionando a determinação dos preços, salários e empregos à eficácia ou ineficiência das medidas políticas no processo de acumulação do capital.

Partindo de tal princípio teórico, no entendimento de Chauí, a respeito das origens histórica e social da agenda político-econômica neoliberal,

o que conhecemos com o nome de neoliberalismo é a economia política proposta por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, que, em 1947, reuniu-se na Suíça, em torno do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Ao término da Segunda Guerra, esse grupo opunha-se encarniçadamente à instalação da social-democracia em países como Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca e Alemanha, sendo portanto, contrário ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo keynesiano (2011, p. 311).

Avançando na mesma linha de reflexão, a arquitetura material e política que sustentava o Estado de Bem-Estar Social – desenhada pelo padrão fordista de gestão na produção, pela inclusão dos indivíduos a partir das políticas de pleno emprego e pela ação reguladora do Estado nacional diante da questão social – foi amplamente atacada pela afirmação de que o modelo de Estado Providência suprimia a liberdade dos cidadãos e o potencial de competição dos mesmos nos mercados. Conjuntamente às medidas econômicas, políticas e jurídicas, a formulação estratégica do projeto neoliberal apontava também, um conjunto de mudanças culturais e ideológicas a respeito da crise que assolava o regime capitalista de acumulação.

É nesse assalto ideológico-político, que as prédicas de Friedrich A. Hayek e Milton Friedman expressavam com veemência esta preocupação fundante para as suas



obras: o modelo de Estado intervencionista prejudica a liberdade individual e permite a formação de um modelo político centralizador, descambando na força imperativa dos governos totalitários, impedindo o desenvolvimento da democracia e dos méritos do livre-mercado.

No viés em questão, o projeto neoliberal, em seu espectro mais ampliado de significação histórica, conseguiu impor uma intensa transformação histórico-material e, simultaneamente, foi também capaz de uma reconversão cultural e ideológica exacerbando o culto ao individualismo e à eficiência do mercado. Nessa arena ideológica, a responsabilização do indivíduo como produtor do seu “sucesso econômico” ou do seu temido “fracasso” na vida material, torna-se um ideário largamente difundido pelos principais expoentes intelectuais, com o objetivo de forjar um novo imaginário social (senso comum) que legitima a lógica do livre-mercado.

Por certo, a penetração social do discurso neoliberal não foi o resultado exclusivo da capacidade dos seus mentores e oráculos ideológicos, posto que as condições estruturais devem ser substancialmente consideradas. Na análise de tal coalizão de fatores históricos e ideológicos que escudaram o desígnio neoliberal, Gentili afirma que

Será no contexto da intensa e progressiva crise estrutural do regime de acumulação fordista que a retórica neoliberal ganhará espaço político e também, é claro, densidade ideológica. Tal contexto oferecerá a oportunidade necessária para que se produza esta confluência histórica entre um pensamento vigoroso no plano filosófico e econômico (embora, até então, de escasso impacto tanto acadêmico quanto social) e a necessidade política do bloco dominante de fazer frente ao desmoronamento da fórmula keynesiana cristalizada nos Estados de Bem-estar. A intersecção de ambas as dinâmicas permite compreender a força hegemônica do neoliberalismo (1996, p. 9).

A natureza e o sentido histórico do projeto neoliberal devem ser compreendidos expressamente como saídas engendradas pela crise global de acumulação do capital, vinculada ao esgotamento do padrão acumulativo fordista – já tratado anteriormente no capítulo anterior – iniciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. O solapamento do padrão fordista de acumulação criou um clima ideológico que, segundo Hobsbawm (1995), situava o percurso do neoliberalismo como alternativa única e natural, partindo da concepção daqueles teólogos econômicos ultraliberais.



No diapasão da reconstrução estratégica da hegemonia do capital, as mudanças requeridas pela força neoliberalizante buscam, segundo Neves e Sant'Anna (2005), superar a crise estrutural da acumulação do capital, reestruturando as relações internacionais de poder e garantindo a expropriação contínua do trabalho pelo capital.

Em oposição às políticas levadas a cabo pelo keynesianismo, sob a acusação de sua modelagem intervencionista e reguladora, as investidas de Hayek e Friedman ganharam audiência pela suposta capacidade de diagnosticarem e formularem respostas à crise econômica do início dos anos 1970. Na avaliação dos arautos da proclamação neoliberal, o poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores, pressionou o aumento das taxas salariais e o Estado, no sentido de assegurar os ganhos jurídico-sociais que resguardavam a classe trabalhadora, fazendo regredir as taxas de lucro, desencadeando um processo inflacionário descontrolado.

No feitiço da sua diagnose, o roteiro neoliberal passou prontamente a formular seus prognósticos, quais sejam: 1) um Estado capaz de desmobilizar os sindicatos e os movimentos operários, no intento de regrar a norma pública de investimento, cortando os gastos sociais; 2) um Estado proeminentemente promotor da estabilidade monetária; 3) um Estado que operacionalizasse uma reforma fiscal para o incentivo dos investimentos privados, retraindo os impostos sobre o capital e sua circulação; 4) um Estado que garantisse seu afastamento institucional em direção ao mercado, deixando operar a lógica da liberdade do mercado, abolindo os investimentos estatais na produção e o controle estatal sobre o fluxo das finanças e; 5) um Estado amplamente regido por programas de liberalização, privatização e desregulamentação, capaz de conter os reflexos sociais desse programa, tais como as greves e as tentativas de resistência por parte das organizações sindicais, elevando a repressão sobre a classe trabalhadora.

Na observação sistemática do conjunto das medidas que procuram sanear a crise acumulativa do capital, no último quartel do século XX, Saes (2001) comenta que toda pragmática neoliberal consiste no desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, no enfraquecimento das políticas de promoção do pleno emprego (keynesianismo), no recuo institucional do Estado no planejamento do bem estar social (welfare state) e na retirada do Estado como mediador dos conflitos



socioeconômicos. Na avaliação do autor, esse desmonte é conjecturado por três ações específicas,

A primeira delas é a *política de privatização* das atividades estatais: não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal, etc. A segunda delas é a *política de desregulamentação*: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a *política de abertura da economia ao capital internacional*: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico (2001, p. 82, grifos do autor).

À vista disso, tais processos tiveram um impacto profundo nas economias capitalistas centrais e, com suas especificidades, nas economias da periferia também, fazendo da América Latina, na concepção de Gentili (1996), um verdadeiro laboratório de experimentação neoliberal, com destaque para a experiência chilena iniciada em 1973. Na compreensão de Gadotti (2010), para a extensão da análise do tema, a ofensiva neoliberal, iniciada com a ditadura de Pinochet, no Chile, provocou um processo desmedido de desestruturação e reestruturação da educação nos seus aspectos políticos, legais, curriculares e pedagógicos. As políticas de ajuste promovidas principalmente pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional buscavam a imposição das matrizes que transformavam a educação numa mercadoria, provocando a incorporação dos mecanismos de mercado na educação e desresponsabilizando o Estado diante do seu dever de educar.

Os ajustes estruturais de orientação monetarista e neoliberal, fundamentalmente conduzidos pela batuta coercitiva das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento) materializaram as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, liberando a força expansiva do capital e suprimindo o estatuto social dos compromissos do Estado com os efeitos perversos fabricados pela lógica excludente do modelo capitalista de produção e distribuição.

Em rota de concordância com a perspectiva analítica de Silva Júnior (2007), percebe-se que, ainda que as políticas mantenham certa especificidade, elas ainda



guardam uma relação orgânica com as transformações de ordem material, o que sustenta a ideia de que o paradigma educacional deve ser decifrado pela linha de desenvolvimento da totalidade social. É nesse panorama de reestruturação da hegemonia burguesa que o Estado e a formulação das políticas sociais acabaram por assumir uma nova feição no Brasil, dando suporte ao desenvolvimento das cooperativas educacionais, como será desenvolvido a seguir.

2. A ofensiva neoliberal e o Estado: os impactos na educação e a expansão das cooperativas educacionais no Brasil

A eclosão significativa do cooperativismo educacional no Brasil representa uma das facetas do soerguimento do cooperativismo nacional, como experiência recente na história brasileira. É um ramo que demonstra como manifestação singular dessas mediações, a reorganização da educação como integrante dinâmico, partícipe da totalidade dos fenômenos histórico-sociais que circundam o momento. As transformações econômicas e sociais no país, regidas pela força neoliberalizante, trouxeram um conjunto de efeitos perversos que afetaram todo o conjunto da vida social e, em particular, o campo da educação. As alterações nos sistemas educacionais e a oferta da modalidade cooperativista na educação têm sua gênese e desenvoltura cravadas no processo de complexificação das forças produtivas.

É nessa avaliação que Mészáros (2006, p. 90) entende que a “crise estrutural” do capital afeta todo o sociometabolismo do modo capitalista de produção e atinge a educação como uma esfera definidora das condições de reprodução da vida social. E nesse aceno de espraiamento da crise, comenta o autor que “nenhuma pessoa em sã consciência negaria que a educação está hoje, em crise”, pois está submersa no mesmo “espírito comercial” de reificação que circunda a lógica mercantil da produção. Na partilha dessa compreensão, nota-se que a ampliação das cooperativas educacionais no Brasil coincide com esse movimento histórico (de crise orgânica do capital) e com o mote da “crise da educação pública brasileira” como parte do painel histórico elementar que justificou as origens das cooperativas educacionais.



Em termos metodológicos, as origens e a expansão do cooperativismo educacional no Brasil devem ser avaliadas a partir dessas mesmas combinações estruturais (materiais) e superestruturais que gestaram a ampliação dos empreendimentos cooperativistas no país, nas décadas previamente apresentadas.

Partindo dos apontamentos teóricos de Montañó e Duriguetto (2011), as conjecturas arregimentadas pela nova ordem neoliberal são as seguintes: a lógica premente da reestruturação das forças produtivas, a “desresponsabilização” do Estado diante dos impactos sociais fabricados pela nova lógica acumulativa e a fragmentação das lutas sociais, ramificando e “setorializando” as demandas sociais por meio de agentes institucionais deslocados do núcleo decisório do Estado (como as organizações não governamentais, o terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público e as cooperativas, por exemplo).

Na concepção de Chauí (2011), diferentemente do *modus operandi* keynesiano, em que o Estado se definia como agente econômico regulador do mercado com o objetivo de promover investimentos nas políticas sociais, o padrão neoliberal dispensa e rejeita a presença social do Estado no mercado. Em decorrência disso, explica Chauí,

a ideia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer porque o que era um direito se converte num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os dotados de poder aquisitivo para adquiri-la (2011, p. 321).

As novas formas de acumulação do capital implicaram numa mudança nas atividades do Estado, retraindo sua condição de provedor de serviços sociais. Nesse movimento, transfere-se a educação da esfera dos interesses públicos para a esfera do mercado propriamente dita, configurando a potência mercantilizadora das relações sociais no âmbito do capital, numa força de conversão da educação como um *direito* para a condição da educação como *propriedade* adquirida no mercado pelos indivíduos.

Sobre tal processualidade, Neves (2005) avalia a perda de espaço do Estado de bem-estar social para o Estado neoliberal, onde o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas e da sociedade civil, em detrimento da sua anterior condição de produtor de bens e serviços. A transfiguração do Estado em estimulador de iniciativas privadas é uma movimentação fundamental para o entendimento da formação



das cooperativas na educação, como será posteriormente apresentado. Ainda com as categorias analíticas de Neves (2007), o bloco histórico que se apodera do Estado, e passa a coordenar as políticas neoliberais, de um modo geral, aplica as mesmas diretrizes no plano educacional em recorte: promove-se a redução dos gastos públicos, focalizam-se as ações governamentais, descentralizando os encargos e açulando a participação dos diversos setores da sociedade na sua operacionalização. Novamente, entende-se aqui que a expansão das escolas cooperativas no Brasil configurar-se-á como um efeito típico desse momento de retração da figura do Estado e do estímulo da participação da sociedade civil.

Nos estudos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 149), a partir da década de 1980, o “panorama socioeconômico brasileiro indicava uma tendência neoconservadora para a minimização do Estado, que se afastava de seu papel de provedor de serviços públicos, como saúde e educação”. Na década de 1990, esse modelo de ação política instituiu-se e, em certa medida de razoabilidade, mesmo no século XXI, o referido padrão de ação do Estado não foi superado.

Ao analisar a inserção do Brasil no quadro do mercado globalizado comandado pela lógica do capital financeiro, Saviani (2008) também entende que, em qualquer conjuntura, seja de um país de economia capitalista central ou periférica, é possível detectar uma matriz constante de operacionalidade, qual seja: a subordinação das políticas sociais às políticas econômicas. Reedita-se aqui, a ideia da privatização e do afastamento do Estado em relação à oferta e prestação dos serviços sociais, munindo a iniciativa privada de recursos políticos e financeiros para a execução desses serviços em questão.

Ainda nesse conjunto de avaliações teóricas que auxiliam na compreensão da temática proposta, Gohn (2000) alerta que o retraimento do Estado não significa a perda do seu papel de articulador das forças sociais, na medida em que ele coordena os atores sociais e as organizações na implementação das políticas (em especial, nas políticas educacionais) abrindo espaços para a participação das agências privadas e da sociedade civil, enfraquecendo politicamente os canais tradicionais de negociação. Em outro momento de suas reflexões, Gohn (2011) destaca essa tendência das organizações



privadas, sem fins lucrativos, mobilizando as suas forças diante das políticas de desativação das atividades do Estado, sob o formato das cooperativas, atuando como alternativas de qualificação dos trabalhadores.

De acordo com Frigotto (2015, p. 59), numa abordagem crítica sobre as novas configurações políticas engendradas pelo neoliberalismo, a “ideia do Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital”. Nessa avaliação do autor, postula-se que o desmonte do Estado no Brasil fragilizou a sua capacidade de “financiar a educação e outros serviços”. Por consequência, o corolário do Estado mínimo produziu também – como matriz das políticas educacionais – um mecanismo ideológico que promulgava a “descentralização” e a “flexibilização” do Estado na educação, sob a frágil alegação de uma nova processualidade em curso, qual seja: a “democratização” da educação, onde a sociedade civil exerceria o seu protagonismo histórico ao imprimir os seus interesses na organização dos processos educativos demandados pela nova ordem social em fundação.

Tais processos se concretizaram na cessão das funções do Estado para a sociedade civil, delegando as demandas sociais à própria “comunidade”, dentro de uma tradição que, segundo o autor: “apresenta fórmulas mágicas e, portanto, inorgânicas para resolver a questão educacional”, fazendo emergir todo tipo de experimentalismo pedagógico e de voluntarismo comunitário na educação. Como exemplo desta ideia, nota-se

O estímulo que o governo vem dando à classe média e mesmo às classes populares para que organizem nas empresas públicas onde trabalham, tipo Banco do Brasil, Petrobrás, ou nos bairros e conjuntos habitacionais, escolas cooperativas. O governo, por esta via, dissimula o desmonte do sistema educacional mediante a ideia de cooperativa (2010, p. 176).

Partindo para a empiria dos fatos materiais e sociopolíticos em questão, nas correlações de força – que impactaram a expansão das cooperativas educacionais no Brasil – entre o mercado, a educação e o Estado, faz-se necessário compreender que o processo de abertura econômica, desregulamentação e liberalização, iniciado nos anos 1990, pelo governo Collor, inseriu a economia brasileira no estratagema da política



neoliberal e inaugurou a era das reformas como força introdutória da era flexível do capital. Segundo Torres,

Collor venceu as eleições com um discurso pretensamente modernizador, em sintonia com a agenda internacional do “Consenso de Washington”, que preconiza abertura comercial, superávit fiscal, privatização das empresas estatais, enxugamento das máquinas públicas e desregulamentação (2004, p. 168).

No momento político seguinte e mais significativo, a vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1994, colocou a reforma do aparelho de Estado na agenda política brasileira, demonstrando o afinamento da história política recente da socialdemocracia brasileira com as políticas modernizantes do neoliberalismo. Seguindo uma anuência global que indicava imperativamente a necessidade de uma reforma administrativa¹⁸⁰ como passaporte para a modernização nacional, o governo Fernando Henrique Cardoso iniciou os trabalhos de discussão e implantação dos fundamentos de uma nova forma de gestão pública. O tema da reforma administrativa foi sendo constituído naquele momento, do ponto de vista de sua representação intelectual orgânica, pelas ações do ministro Luis Carlos Bresser Pereira, que na ocasião, comandava o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Em novembro de 1995, o então Presidente da República apresentou à sociedade o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹⁸¹, promovendo um diagnóstico da gestão burocrática (apontando também o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado), sendo esta considerada a principal responsável pela morbidez do Estado e por seus vícios patrimonialistas e clientelistas. Adiante, o documento

¹⁸⁰ De modo sintético, a reforma administrativa e gerencial do Estado brasileiro foi conduzida pelas seguintes orientações teóricas, assumidas pelo próprio Luis Carlos por Bresser Pereira (1998): a *eficiência administrativa* (relacionada com a economia política thatcherista), a *enxugamento e a descentralização da gerência pública* (ideia importada dos modelos organizacionais do setor privado, principalmente na redução do número de funcionários) e a *procura pela excelência* (influência advinda da teoria administrativa das “relações humanas”) enfatizando a mudança da cultura organizacional a partir do modelo privado de gestão.

¹⁸¹ O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995. Em seguida foi submetido ao Presidente da República, que o aprovou. Em linhas gerais, o Plano Diretor da Reforma do Estado buscava expor um diagnóstico das formas de gestão pública, situar as relações entre o Estado e as formas de propriedade, definir os objetivos da nova gestão proposta e estipular a estratégia de transição entre os modelos, com a apresentação dos seus projetos e estratégias.



anuncia a necessária adesão à tendência mundializante do modelo gerencial como responsável pela eficácia e excelência dos serviços que o Estado deveria almejar, emulando a necessidade de um Estado eficiente e lépido, sob a inspiração dos modelos flexíveis de gestão da produção social.

Assim, o receituário neoliberal norteou politicamente os caminhos pelos quais trilhou a Reforma do Estado no Brasil, cujas diretrizes aparecem detalhadas no Caderno 1 (1997) editado pelo MARE, de autoria do então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, a partir da indicação de quatro componentes básicos: a) a delimitação do tamanho do Estado, reduzindo suas funções através da privatização, terceirização e publicização, que envolve a criação das organizações sociais; b) a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; c) o aumento da governança, ou seja, da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal e; d) o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

A delimitação da nova funcionalidade do Estado é claramente expressa pela tríade ideológica da “privatização, publicização e terceirização”, essenciais para que o Estado torne-se – pelo menos no discurso – mais eficiente na sua atividade. Nesse conjunto de redirecionamentos estratégicos, percebe-se a influência explícita dos modelos flexíveis de produção (pós-fordismo/neofordismo e toyotismo) que migraram da esfera privada para corporificar-se na vida pública, como pretensa solução da crise instituída no corpo do Estado, em busca de seu enxugamento funcional e estrutural, sempre mirando a ideia-força da eficiência no atendimento ao cidadão-cliente.

De um ponto de vista crítico, contrariando a tese da “reforma do estado para a cidadania”, os fundamentos dessa matriz de Estado apontam claramente para a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa; indicam uma retração do Estado de direito conseguido com a luta das forças sociais que buscaram ampliar o escopo da democracia brasileira; declaram a instrumentalização dos direitos sociais pela racionalidade econômica e revelam um retrocesso na construção da cidadania. É nesse enfoque instrumental admitido pelo modelo gerencial de Estado que, segundo Lima (2008, p. 148), “o processo educacional torna-se secundário, privilegia-se o produto, o



que desvia o Estado de sua função tradicional: prestar serviços sociais, com a qualidade social”.

As novas funcionalidades do Estado no Brasil, a partir da Reforma, foram assim definidas: a) o Núcleo Estratégico – compreende os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público; b) Atividades Exclusivas – serviços que apenas o Estado pode realizar, como regulamentar, fiscalizar e fomentar; c) Serviços não exclusivos – produção de bens e serviços, como escolas, universidades, centros de pesquisas científicas e tecnológicas, hospitais, museus, deslocadas do núcleo exclusivo do Estado e sublocadas como atividades competitivas que podem ser controladas pelo mercado e pela sociedade civil; d) Produção de bens e serviços para o mercado – compreende o segmento produtivo e o mercado financeiro.

Sobre os seus desdobramentos no campo da educação, é justamente no núcleo de “serviços não exclusivos” que o Estado realizou suas transformações mais objetivas no que diz respeito às novas modalidades de interação da sociedade com o mercado, a partir dos seguintes objetivos: transferir os serviços não exclusivos para entidades denominadas de organizações sociais, buscar autonomia e flexibilidade na prestação desses serviços, buscar a participação da sociedade/comunidade mediante o controle desses serviços através de conselhos de administração, com centralidade na figura do cidadão-cliente, fortalecer a parceria entre Estado e sociedade através do contrato de gestão e *fomentar formas autogestionárias e associativistas* de organização da classe trabalhadora.

Como consequência de tais propostas são fortalecidas as estratégias de desmonte das organizações coletivas tradicionais – e da cidadania como produto coletivo – enfeixadas no discurso enganoso sobre a “sociedade civil”, remetendo-se a esta, a responsabilidade no encaminhamento de projetos que deem conta dos novos contornos da “questão social”. De acordo com as reflexões de Ferreira, a respeito dos impactos dessas novas configurações do Estado para as políticas educacionais, a autora avalia que

As reformas educacionais empreendidas no governo FHC são caracterizadas, por grande parte dos estudos realizados sobre o período, por práticas descentralizadoras, de controle e de privatização. A reforma buscou consolidar a figura de um Estado gerencial, com capacidade de regulação social mediante a transferência a outros



setores/instituições da responsabilidade de prestação dos serviços sociais (2013, p. 256).

3. A expansão do cooperativismo educacional no Brasil.

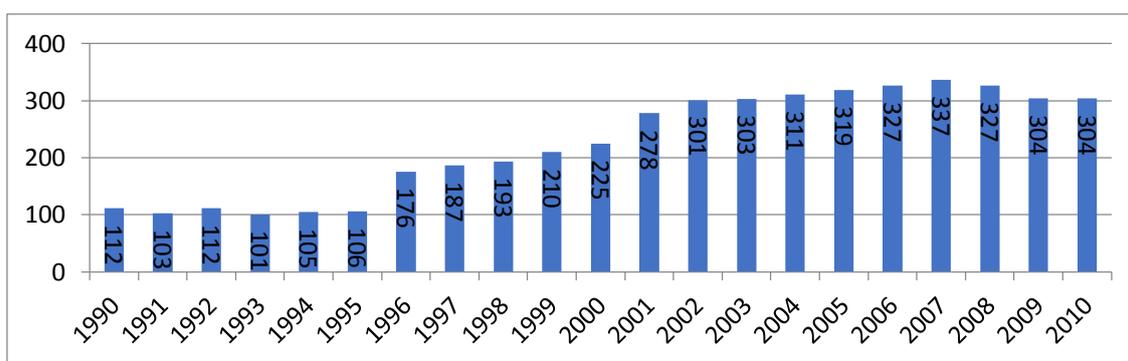
Nesse contexto, as reflexões de Camini (2013) também apontam para a tese de que as novas diretivas do Estado, no arremate de suas políticas educacionais, buscou incorporar como públicas as instituições educacionais não estatais ou comunitárias, prestando serviços que antes eram de responsabilidade do Estado. O molde ideológico dessa orientação política, segundo a autora, opera a partir do discurso da incapacidade do Estado em atender às demandas educacionais, possibilitando a defesa da iniciativa privada como sinônimo de eficiência na gestão educacional. No centro dessas argumentações, colocava-se o debate sobre a necessidade de modernizar a máquina administrativa do Estado, objetivando recuperar sua eficácia administrativa a partir da diminuição de suas ações perante as políticas sociais, decorrendo dessa visão, o avanço das parcerias público-privadas e dos processos de terceirizações de serviços públicos delegados à figura da sociedade civil.

É nessa dinâmica que a contenção dos investimentos e das ações provedoras do Estado no setor educacional público forneceu as condições para a expansão do setor privado, levando as famílias, principalmente de classe média, a optar pela escola particular ou buscar paliativos em outras formas institucionais, como o cooperativismo.

Para Cunha (1995), “o descontentamento com a deterioração da gestão das redes públicas, além de abrir as portas à iniciativa privada, levou a sociedade civil a propor soluções concretas”. No concerto dessas forças em questão, Gomes (2001) também compreende que a privatização, a terceirização e a desobrigação do Estado brasileiro em relação aos serviços básicos, dentre esses a educação, proporcionou de forma contundente a expansão de diversas alternativas tramadas pela sociedade civil, entre elas o arranjo cooperativista na educação. No que diz respeito ao problema em questão, na análise do autor, a expansão das cooperativas educacionais no Brasil escudou-se, em grande parte, no discurso típico dos setores da classe média que apontavam a degradação e a deficiência da escola pública como motivo fundamental para a organização de um novo formato para a gestão da educação no país.

Nos dizeres da própria OCB, “as cooperativas estão sendo a melhor solução para pais e alunos, pois se tornam menos onerosas e realizam uma educação comprometida com o desenvolvimento endógeno da comunidade, resgatando a cidadania em plenitude” (BRASIL, 2016). É justamente nesse contexto exposto que podemos perceber a expansão das cooperativas educacionais no Brasil, de acordo com que segue.

Gráfico 1 - Evolução das cooperativas do ramo educacional no Brasil.



Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2010; Elaboração: GEMERC/OCB.

Em termos gerais, a história recente da educação brasileira foi delineada, em grande parte, pela ascensão da escola pública mediante a ação direta do Estado. Nos tempos mais recentes desta trajetória, particularmente a partir dos anos 1980, manifestou-se com maior clareza a recrudescência das investidas do capital privado, alterando o cenário dos agentes envolvidos nas políticas educacionais. Segundo Araújo e Gomes, a partir de então, se estabeleceram três setores:

o primeiro composto pelo poder público ou governo; o segundo formado pelo mercado; e o terceiro constituído de fundações, organizações não-governamentais e movimentos grupais, que geralmente refletem a mobilização da sociedade civil, ocorrida precisamente a partir dos anos 80, isto é, da “década (pelo menos economicamente) perdida”. Em outras palavras, o espaço entre o público e particular se preencheu com maior número de alternativas (2006, p. 313)

Por fim, é nesse movimento histórico de redirecionamento dos agentes públicos e privados, de recuo do Estado diante da educação pública e do avanço do capital sob a forma das escolas privadas, que as cooperativas educacionais vão avançar como experiências alternativas de organização. Na sua entonação mais geral, no caso brasileiro, essas cooperativas estão historicamente vinculadas às frações da classe



média, insatisfeitas com a qualidade da escola pública e resistentes em negociar com as altas mensalidades praticadas nas escolas particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, G.L.C.; GOMES, C.A. **Cooperativismo: alternativa viável para a gestão escolar? Um estudo de caso.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 87, n. 217, p. 313-326, set./dez. 2006.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado dos Anos 90.** Brasília: Cadernos do MARE, n.1, 1997.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.** São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.
- CAMINI, L. **Política e gestão educacional brasileira: uma análise do plano de desenvolvimento da educação/plano de metas compromisso todos pela educação (2007-2009).** São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2011.
- CUNHA, L. A. **Educação pública: os limites do estatal e do privado.** In: OLIVEIRA, R. P. Política educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERREIRA, E. B. **Políticas educativas no Brasil no tempo da crise.** In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (orgs), Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, G. **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.** In: GENTILI, P. A. A. & SILVA, T. T. (orgs), Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GADOTTI, M. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2010.
- GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs). Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.
- GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2011.



GOHN, M. da G. M. **Educação, trabalho e lutas sociais**. In: La Ciudadania Negada, Políticas de Exclución em La Educación y el Trabajo, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Buenos Aires, p. 89-106, 2000.

GOMES, A. J. **Cooperativas educacionais no Brasil – A busca de alternativas para a escolaridade básica de segmentos da classe média**. 2001. 202 f. Tese de Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, A. B. **Estado, Políticas Públicas e Educação no Brasil**. In: LUCENA, C. (org), Capitalismo, Estado e Educação. Campinas: Alínea, 2008.

MARX, K. Prefácio à “**Contribuição à Crítica da Economia Política**”. In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 2015, v. 1.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, C. & DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, L. M. W. **A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia**. In: NEVES, L. M. W. (org), A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Brasil Século XXI: propostas educacionais em disputa**. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (orgs), Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.

NEVES, L. M. W; SANT’ANNA, R. **Gramsci: o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia**. In: NEVES, L. M. W. (org), A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). **O ramo do Cooperativismo Educacional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2016.

SAES, D. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA JÚNIOR, J. R. **O longo período do esgarçamento do pacto social liberal: breves considerações**. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (orgs), Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.



TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GT 5: Trabalho, Educação e Inovação Técnica

Trabalho, educação e gênero: a participação feminina no setor de Tecnologia da Informação

Flávio Henrique da Silva

Tania Ludmila Dias Tosta

Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre a inserção das mulheres no mercado da Tecnologia da Informação - TI. Para tanto se busca conhecer a trajetória das egressas e dos egressos dos cursos de “Técnico em Informática para Internet” ofertado pelo Campus Goiânia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) entre os anos de 2012 e 2015 e analisar os diversos discursos presentes no meio social que contribuam para o processo de segregação ocupacional entre as mulheres. Objetiva-se identificar os discursos que podem ser compreendidos como sexistas, patriarcais e segregadores e avaliar seus efeitos sobre a entrada e permanência das mulheres neste setor específico do mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho, Educação, Gênero, Tecnologia da Informação

Introdução

Na atual conjuntura do sistema capitalista, a existência de diversos mecanismos de divisão, gerenciamento e de exploração do trabalho e das/os trabalhadoras/es, contribui para a segregação ocupacional. Estes mecanismos são impulsionados por discursos que embasam a flexibilização e a acumulação flexível do capital, elementos que propiciam a manutenção da ordem organizacional do sistema do capital tendo nos avanços técnicos e



tecnológicos uma de suas principais argumentações para legitimar as formas exploratórias e práticas de exclusão.

Inserido e constituidor desta conjuntura capitalista e tecnológica encontra-se o setor de tecnologia da informação – TI, termo sobre o qual não existe uma definição conceitual clara. Desta forma, as interpretações partem de alguns pressupostos já existentes na literatura específica sobre a temática, abrindo um amplo campo para debates e investigações. Barbara Castro (2013, p.17) compreende, no entanto, “que a polivalência - fator que provoca a ausência de um consenso sobre o termo - é justamente seu traço mais significativo e o que o caracteriza”.

Para a realização deste trabalho partimos da concepção de segregação ocupacional presente em Ana Maria Oliveira:

A segregação ocupacional por sexo se refere à concentração de homens e mulheres em diferentes ocupações, empregos e locais de trabalho. Embora as formas de segregação mudem ao longo do tempo, há uma tendência de que a maioria dos homens e mulheres esteja concentrada em diferentes e desiguais tipos de ocupações. A segregação ocupacional por sexo envolve também um maior leque de ocupações para os homens e a concentração de mulheres em setores e ocupações que tendem a pagar menores salários, a oferecer menos segurança e perspectiva de promoção (1997, p.1).

As justificativas de exclusão e da invisibilidade feminina em determinados setores e ocupações no mercado de trabalho não podem ser atribuídas a mecanismos e processos excludentes próprios do mercado, como os discursos meritocráticos e discursos sobre a baixa qualificação da mão de obra. Desta forma, nosso trabalho busca realizar um estudo sobre a segregação ocupacional presente neste segmento laboral a partir de dados quantitativos relacionados à participação feminina em cursos técnicos que contemplam as exigências deste setor. Propomos, para tanto, uma investigação localizada em uma instituição específica da sociedade, a educação formal. O *locus* para a realização desta pesquisa é o Campus Goiânia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

A escolha desta instituição educacional como campo de investigação deve-se à sua posição privilegiada em relação à formação e à qualificação da força de trabalho para o setor de TI. Apesar das diversas rupturas históricas no campo socio-educacional que



alcançaram esta instituição, ainda é possível perceber continuidades nos mecanismos de marcadores sociais da diferença de gênero.

A divisão sexual do trabalho e segregação ocupacional

A definição conceitual do termo trabalho a partir da década de 1970 começou a sofrer revisões por diversos grupos feministas. Segundo Helena Hirata e Philippe Zarifian: “O desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente questionado nos anos 1970 com o desenvolvimento de pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho” (2007, p.254).

Esta perspectiva de reconfiguração para a categoria trabalho nas pesquisas científicas impulsionou análises sobre atividades laborais que até então eram consideradas como meramente reprodutoras, como exemplo o trabalho doméstico, possibilitando assim a problematização sobre as formas de divisão sexual do trabalho presentes no meio social. Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira apresentam que:

A reestruturação do conceito de trabalho para alcançar as duas esferas é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista. As teóricas da divisão sexual do trabalho que se inscrevem na tradição da teoria crítica, do materialismo histórico, produziram uma ruptura epistemológica ao redefinir o conceito de trabalho a partir da esfera produtiva e reprodutiva (2014, p.15).

Foi justamente neste ponto que as reformulações da categoria trabalho tiveram origem. Nas palavras de Marcel Maia (2016, p. 226): “A problematização da “divisão sexual do trabalho” se firma, assim, como conceito capaz de enfrentar os estudos sociológicos cegos às gritantes diferenças de experiências de trabalho vividas por homens e mulheres”.

As feministas materialistas francesas, como Danièle Kergoat (2001), mencionam que existem três formas de divisão do trabalho: a divisão social do trabalho, que dá origem às classes sociais; a divisão racial do trabalho, que sustenta a construção dos grupos “racializados” e a divisão sexual do trabalho, que engendra a divisão da humanidade em dois grupos “sexuados” (homem e mulher).

Esta forma de divisão do trabalho organiza as relações sociais de sexo, as quais se assentam em dois princípios fundamentais: o princípio de separação, que divide os trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio de hierarquização, devido à



atribuição maior de “valor” ao trabalho considerado de homem em detrimento do trabalho considerado de mulher.

Estes mecanismos excludentes se entrelaçam com elementos exteriores ao mercado de trabalho que, por sua vez, são polarizados, naturalizados e legitimados, podemos citar como exemplo: os discursos patriarcalistas¹⁸², os discursos sexistas (determinismo biológico) que se referem à incapacidade feminina em atuar em determinadas atividades laborais ou o não interesse das mulheres por certas áreas e setores da produção.

Todos estes elementos discursivos, sejam eles próprios do mercado de trabalho ou exteriores a ele, tornam-se discursos legitimados no meio social codificando-se como “verdades” que são amparadas pela sua reprodução incessante, o que acarreta sua interiorização e naturalização por parte dos indivíduos.

A partir destas perspectivas, podemos observar que os processos de segregação ocupacional das mulheres no mercado de trabalho ocorrem embebidos por discrepâncias entre os discursos empreendidos e as reais intenções dos mecanismos de inserção social. Os mecanismos da divisão sexual do trabalho em conjunto com a perspectiva da flexibilização, tanto do mercado quanto do trabalho, em nossa ótica, proporcionam formas “camufladas” de segregação entre as mulheres nas mais diversas ocupações laborais.

O lugar do setor da tecnologia da informação

O constante desenvolvimento da tecnologia da informação (TI) enquanto meio de automação e articulação dos mecanismos de processamento, armazenamento e difusão de dados e informações provoca um amplo debate sobre suas consequências nas formas de organização da produção, do trabalho e das/os trabalhadoras/es.

A partir de 1990 o mercado vem passando por modificações profundas, em função dos novos paradigmas tecnológicos trazidos pela informatização, causando mudanças tanto na dimensão da demanda por trabalho, quanto no perfil dos profissionais deste segmento. Entretanto, Maria Aparecida Bridi (2014, p.277) chama

¹⁸²O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. (Delphi, 2009, p, 173).



atenção para os perigos que as/os trabalhadoras/es estão sujeitos com estas mudanças organizacionais, “os “trabalhadores informacionais” encontram-se imersos em condições de trabalho diversas e heterogêneas e sob o signo de novos paradigmas organizacionais assentados, por exemplo, na flexibilidade nas formas de contratação e do trabalho”, fator que tende a acobertar a exploração do trabalho presente neste setor.

Compreendemos que a tecnologia da informação é a área de conhecimento responsável por criar, administrar e manter a gestão da informação através de dispositivos e equipamentos para o acesso, operações e armazenamento dos dados, de forma a gerar informações para tomada de decisões empresariais e governamentais. No entanto, não é difícil de relacionar TI somente com atividades que exigem uma maior complexidade, como exemplo: na criação e no desenvolvimento de softwares ou nas análises de grandes sistemas em redes.

A utilização da tecnologia da informação não é algo recente. Desde 1950 é empregada mesmo que de forma restrita em algumas instituições governamentais, universidades e principalmente no meio militar, mas a partir de 1960 a TI chega nas grandes e médias corporações empresariais alavancada pelo uso contínuo e intenso de computadores juntamente com os avanços da informática, que por sua vez se deram a partir da melhoria do hardware, o que proporcionou redução dos custos das empresas.

A inovação no gerenciamento dos dados e das informações se acentua na década de 1980, fato que proporcionou a acessibilidade destas tecnologias em microcomputadores e em softwares de baixo custo. Desta forma, novas estratégias comerciais de empresas com base em TI foram criadas, principalmente as de telecomunicações que foram as responsáveis por expandir a TI para todo o mundo.

No século 21, a TI se expande e organiza-se de forma nunca vivenciada, marcada pela velocidade em suas transformações, que atingem os âmbitos da produção, gerenciamento e empresarial. Tais fatores afetaram diretamente a vida cotidiana dos indivíduos, pois estas novas formas de se organizar somaram-se com mudanças estruturais da sociedade contemporânea que passou a interagir de forma intensa com mecanismos e componentes tecnológicos desde microcomputadores portáteis aos mais modernos celulares. Estamos presenciando uma sociedade em rede, que, nas palavras

de Manuel Castells (2005, p. 20) “é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes”.

Desta forma, o setor de TI a partir dos anos 2000 exige uma nova demanda de profissionais, pois inicia-se um processo de intensa ramificação de atividades laborais neste segmento: desde cargos que exigem melhor qualificação a atividades em que essa qualificação não necessita ocorrer de forma profunda, fato que contribui para uma intensa dinâmica ocupacional e mercadológica neste setor. Podemos observar no quadro 1 algumas dessas ocupações no setor de TI que são caracterizadas pela CBO.

Quadro 1: Algumas Ocupações no setor de T.I. (Brasil, 2015)

Analistas	Em TI (2124)	Desenvolvimento de sistemas (212405)	De redes e de comunicação de dados (212410)	De sistemas de automação (212415)	De suporte computacional (212420)	De negócios e Informação (212425)
Administrador	De tecnologia da informação(2123)	De bancos de dados (212305)	De redes (212310)	De sistemas operacionais (212315)	Em segurança da informação (212320)	De Sistemas (212325)
Gerentes	De TI (1425)	De rede (142505)	Desenvolvimento de sistema (142510)	de produção de T.I (142515)	Segurança T.I (142520)	Suporte técnico de T.I(142530)
Técnicos	Apoio usuário informática (helpdesk) (317210)	Manutenção eletrônica (313205)	Em operação e monitoração de computadores(3172)	Manutenção equipamentos informática (3132-20)	Técnico eletrônico (313215)	Manutenção circuitos elétricos (313210)
Operadores	De rede e teleprocessamento (372205)	De computador e micro. (317205)	De suporte técnico (4223)	De rede de teleprocessamento e afins (3722)	Equipamentos de entrada e transmissão de dados (4121)	De telemarketing (4223)

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2015.

Mesmo não possuindo regulamentações específicas, esta atividade laboral abrange diversos segmentos e nichos diversificados de mercados que abarcam todas as camadas sociais. Segundo Jordão Nunes, Matheus Guimarães e Tatiele Souza:

Embora os trabalhos na área de TI exijam alto grau de conhecimento em diferentes linguagens de programação, cursos de certificação ou/e superiores, não há regulamentação profissional. Assim, não existe uma legislação que defina quem pode exercer a profissão, qual é a escolaridade mínima, piso salarial ou regulação do número de horas trabalhadas (2015.p.9).

Desta forma, a inserção no mercado de trabalho neste setor não se limita a diretrizes canceladas por instituições, fato que abre espaço para a validação e



legitimação profissional que são adquiridas a partir da *expertise* das/os trabalhadoras/es deste segmento.

A participação feminina no setor de TI

Para problematizarmos o setor de TI a partir dos mecanismos de segregação ocupacional feminina será necessário direcionarmos o nosso olhar para a história das ciências e a participação das mulheres nos processos de produção científica. A evolução das ciências e seu desenvolvimento se deram paralelamente aos avanços da matemática, sempre se pautaram em discursos sexistas e de segregação, não permitindo assim a ascensão das mulheres de forma plena e contundente nesse meio.

Discorrendo sobre esta temática, Lindamir Casagrande e Juliana Schwartz (2006, p.257) nos apresentam que, “Ao considerar a informática como mais uma área da ciência não se imagina que as mulheres podem ter contribuído de forma ímpar para o seu progresso”. Alguns anos antes Judith Morris havia evidenciado o problema da construção de estereótipos entre mulheres e tecnologia:

As crianças estão sujeitas às pressões dos sexistas a partir de uma variedade de fontes, tanto de seus pais, professores, colegas, e, evidentemente, da mídia, que surte efeito mesmo sobre as crianças de pouca idade, através da comicidade e da televisão. Os computadores e as pessoas que operam com eles são exibidos muito mais como parte de uma cultura masculina (1992.p, 13).

Podemos observar que estes domínios, e em particular a tecnologia, são considerados coisas de homens. Tais discursos que se enraizaram no meio social que mencionam e atribuem ciência e tecnologia como “coisa de homem” contribuem diretamente para a baixa procura de mulheres em cursos de alta qualificação no setor de (TI), Michele Lima apresenta a pesquisa de Fiona Wilson para apresentar as influências que estes discursos causam:

Os estudos de Wilson apontam que as características estereotipadas do cientista da computação também podem contribuir para um menor interesse das mulheres na área: sexo masculino, anti-social, obsessivo e passa dia e noite sentado na frente do computador, fascinado com a máquina. Os resultados de sua pesquisa apontam que garotas de 15 e 16 anos se desligam da carreira que envolve computadores porque acham os jogos violentos e imaturos. Quando elas escolhem jogos e softwares, preferem os altamente qualificados em vez dos que “matam muito”. É como se os softwares fossem criados por homens e para eles, provenientes da área e de quem, supostamente, se interessa por ela. (2013, p, 802)



Assim, a participação feminina no meio científico tecnológico tem enfrentado alguns problemas que consideramos históricos, reproduzidos e legitimados por parte da sociedade. Estas observações estão vinculadas a partir de discursos empreendidos em cada período histórico do desenvolvimento e avanços científicos. Se nos debruçarmos sobre as análises destes discursos sexistas, patriarcais e segregadores, nos depararemos na contemporaneidade com os mesmos discursos empreendidos no século XIX. Todavia, agora grande parte destes discursos encontram-se camuflados e velados no meio social, acarretando assim uma invisibilidade na participação das mulheres nestes segmentos.

O setor de TI e o mercado de trabalho neste segmento é constituído predominantemente por sujeitos do sexo masculino. De acordo com dados disponíveis do IBGE no ano de 2014, dos 558.439 indivíduos inseridos no mercado formal na prestação de serviço neste setor 221.934 são mulheres, o que corresponde a 39,7% do total, apresentando assim um claro marcador social de gênero nesta atividade laboral.

Uma das explicações para esta predominância masculina permeia exatamente a construção de estereótipos na relação entre mulheres e tecnologia. De acordo com Clevi Elena Rapkiewicz:

Apesar da participação cada vez maior das mulheres na esfera dita produtiva, o senso comum lhes atribui uma incompetência na área científica e tecnológica. Estes domínios e em particular a tecnologia, são considerados coisa de homem. Diferentes razões têm sido apontadas na literatura internacional buscando identificar este problema. Certos estudos buscam a razão nas próprias mulheres, seja fornecendo uma explicação de inferioridade biológica, seja dizendo que as mulheres não se interessam por ciência e tecnologia (1997, p.171)

Essa predominância masculina embasa-se em diversos fatores, como exemplo: os discursos sobre as funções ocupacionais que as mulheres devem exercer no meio social, juntamente com incentivos “limitados”¹⁸³ para a inserção feminina em cursos

¹⁸³ Quando consideramos a existência de uma limitação no incentivo para a participação das mulheres em cursos de TI, estamos nos referindo a políticas afirmativas, pois há um grande número de grupos e instituições específicas que buscam discutir questões de gênero ou aproximar mulheres da área de TI. Podemos citar como exemplo, o grupo "Meninas Digitais", vinculado à SBC que organiza há 10 anos o WIT - Women in Information Technology que é uma iniciativa para discutir os assuntos relacionados a questões de gênero e a tecnologia de informação (TI) no Brasil. O programa C que é vinculado a Unipampa-campus Alegrete, e que mantém um grupo de pesquisa e trabalhos chamado "Gurias na



técnicos e superiores do setor. Ressaltamos que, de acordo com os dados do censo escolar produzidos pelo o INEP, existe um aumento na participação das mulheres em cursos superiores em setores que eram “território” masculino como é o caso das engenharia. Segundo os dados entre 1991 e 2002 o número de alunas nas engenharias cresceu de 25,5 mil para 42,8 mil – um aumento de 67,8%. No mesmo período, a quantidade de homens nesses cursos ampliou-se em 38,7%. Com essa diferença, a representatividade feminina em relação ao total de matrículas subiu de 17,4% para 20,3%.

Há um claro avanço nos processos de inserção feminina em setores que são considerados territórios masculinos, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a desconstrução de discursos que estão arraigados no meio social e que ainda contribuem para a segregação das mulheres na tecnologia. Quando evidenciamos a participação feminina na área, é possível verificar que estes marcadores sociais se intensificam quando observamos dados relativos a cor e raça dos sujeitos que ocupam este setor juntamente com a discrepância salarial entre mulheres e homens.

De acordo com Jordão Nunes, Matheus Guimarães e Tatiele Souza

Conforme dados do Censo demográfico 2010 produzido pelo IBGE, o agrupamento TI6 é composto por 426.861 ocupados, desses, 78,8% são homens e 21,2% mulheres. No que se refere aos rendimentos, constata-se que a média em números de salários mínimos para o agrupamento ocupacional TI é de 7,44 para homens e 6,49 para as mulheres. Embora seja uma diferença significativa, não é tão elevada como quando se realiza articulação entre gênero e cor/raça. Essa articulação revela que os homens da cor branca recebem a maior média salarial, 7,84 s.m., seguido pelas mulheres da cor branca 6,84. Logo após, está o homem no segmento cor/raça parda com a média salarial de 5,98 s.m. seguida pelas mulheres de cor e raça preta 4,71 e, por fim, com uma diferença pouca significativa em relação a esses está o homem no segmento cor/raça preta com média salarial de 5,56 e as mulheres pardas com média de 4,60 salários mínimos. (2015,p.9)

Desta forma é possível constatar que o mercado de trabalho no setor de TI é composto predominantemente por homens brancos e que as mulheres ainda permanecem na invisibilidade deste segmento, fator que é agravado quando tratam-se de mulheres negras. Além dos estereótipos construídos pelos discursos sexistas legitimados

computação" e o Grupos Mulheres na Tecnologia que organizam o evento "Elas e os Bitis" que neste ano de 2016 ocorreu na cidade de Goiânia.

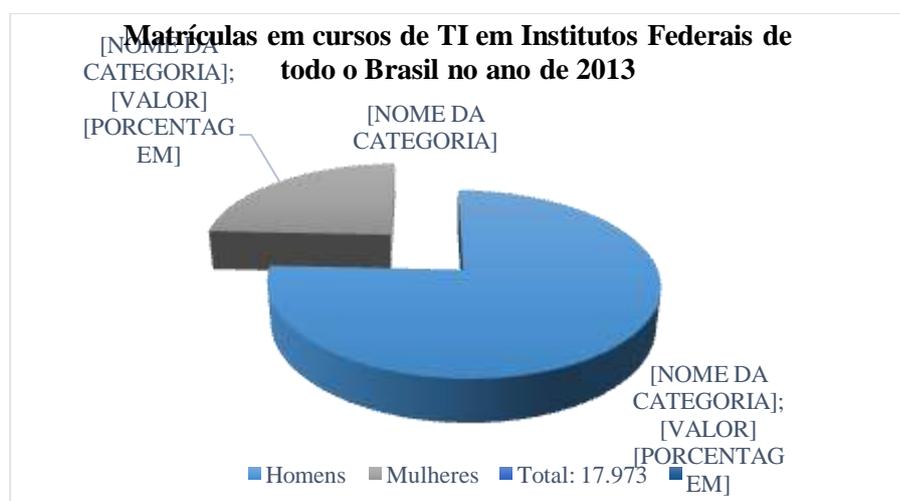
no meio social, as mulheres ainda convivem com salários menores em relação aos homens para exercerem as mesmas funções, fator que soma-se aos diversos arranjos familiares que as mesmas enfrentam para conseguir se inserir no mercado e a maior dificuldade em permanecerem no mesmo.

A inserção das mulheres nos cursos técnicos em TI: a oferta e a procura nos IFs

A discrepância entre a participação feminina em relação à masculina em cursos relacionados ao setor de TI nos salta aos olhos quando lançamos luz sobre alguns dados que se referem ao sexo dos sujeitos matriculados. Desta forma, a partir das análises quantitativas buscamos com este trabalho trilhar caminhos e apontamentos para o desenvolvimento de nossa pesquisa agregando elementos teóricos e empíricos que contribuam para a compreensão dos discursos que legitimam a segregação entre mulheres e homens no mundo e no mercado de trabalho, no setor de TI.

Iniciamos nossas análises a partir dos dados do ano de 2013, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde foi possível evidenciar um universo de quase 18 mil matrículas realizadas nos Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia (IFs) de todo o país. Destas, apenas 4.164 foram de mulheres, correspondendo a 24% do total, enquanto as matrículas dos homens foram de 12.973 (76% do total), apresentando assim uma evidente predominância masculina, como podemos verificar no gráfico 1.

GRÁFICO 1



Fonte: Construído com base em microdados (INEP). Censo educacional 2012.



Esta diferença quantitativa entre mulheres e homens nos cursos de TI ofertados pelos IFs confirma que as atuais políticas públicas¹⁸⁴ e programas para a inserção das mulheres neste segmento são de extrema importância mas não suprem as diferenças dos marcadores sociais de gênero no setor de TI, fato que confirma a nossa problemática em torno da necessidade de desconstrução dos diversos discursos presentes no meio social sobre a separação das atividades laborais destinadas a mulheres e homens.

Direcionando as análises destes dados para os campi dos IFs no Estado de Goiás, verificamos que o percentual das matrículas de mulheres em relação aos homens acompanha esta diferença. Entre 2010 e 2015, há 3.461 matrículas em cursos do setor de TI, das quais 2.360 (68,1%) foram realizadas por homens enquanto 1.101 (31,9%) foram de mulheres. Embora haja um maior percentual de matrículas de mulheres do que no país como um todo, ainda há uma baixa participação feminina que confirma a manutenção de estereótipos construídos sobre as ocupações destinadas às mulheres e aos homens.

No campus Goiânia, que é o objeto de estudo de nossa pesquisa, foi possível verificar que entre os anos de 2010 e 2015 a predominância masculina se evidencia, pois das 535 matrículas realizadas, 418 (78,2%) foram realizadas por homens e 117 (21,8%) por mulheres.

Pode-se observar a partir deste dados a discrepância entre a procura, participação e classificação a entre mulheres e homens. No período de quatro anos houve uma procura de 6.074 sujeitos para concorrerem a 1.291 vagas nos cursos no segmento de TI em todos os campi do IF em Goiás, sendo que a procura de mulheres por estes cursos foi de 2.032 (33%) e dos homens 3.632 (67%), em todas as modalidades de ensino técnico ofertadas pela instituição. Em relação à classificação em primeira chamada, o número de mulheres classificadas foi de 363, o que corresponde 28%; os homens classificados foram de 928, o que representa 72% dos aprovados.

Quadro 2. Número de mulheres e homens nos cursos em TI nos eixos 2 e 3

¹⁸⁴ Mencionamos aqui como exemplo o programa Mulheres na Ciência que é vinculado ao Ministério da Justiça e Cidadania e tem como objetivo estimular a participação das mulheres no mundo científico e nas carreiras acadêmicas. O Programa Mulher e Ciência foi criado em 2005.



Goiás (2009-2012)

INSTITUTO FEDERAL		Demanda	Vagas	Mulheres concorrentes	Homens concorrentes	Mulheres Classificadas 1ª Chamada	Homens Classificados 1ª Chamada
2009	Automação Industrial	60	30	25	35	13	17
	Eletrônica	165	25	33	132	5	20
	Eletrotécnica	316	86	52	264	13	73
	Informática	394	100	184	210	43	57
	Informática para internet	442	30	198	244	8	22
2010	Automação Industrial	51	30	27	24	14	16
	Eletrônica	169	30	26	143	4	26
	Eletrotécnica	346	90	66	280	15	75
	Informática	415	90	171	234	38	52
	Informática para internet	508	30	212	296	7	23
2011	Automação Industrial	63	30	23	40	9	21
	Eletrônica	170	30	24	146	4	26
	Eletrotécnica	328	90	62	266	22	68
	Informática	333	90	122	211	21	69
	Informática para internet	1096	120	449	647	38	82
2012	Automação Industrial	32	30	6	26	4	26
	Eletrônica	124	30	16	108	3	27
	Eletrotécnica	249	90	55	194	21	69
	Informática	188	90	56	132	32	58
	Informática para internet	625	150	225	400	49	101
Total		6074	1291	2032	3632	363	928

Fonte: Construído com base nos dados disponibilizados pelo sic IFG e INEP.2016.

Em relação aos dados que evidenciam as diferenças de gênero, podemos inferir sobre a segregação das mulheres em todas as etapas do processo, desde a demanda até a conclusão dos cursos. Tomaremos como base de análise o curso em informática para internet para elucidarmos a trajetória das mulheres nas etapas deste processo.

O curso técnico em informática para internet está presente nos IFs desde 2009, tendo como objetivo formar profissionais que desenvolvam programas de computador para internet, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação utilizando ferramentas de desenvolvimento de sistemas, para construir soluções que auxiliam o processo de criação de interfaces e aplicativos



empregados no comércio e marketing eletrônicos. No estado de Goiás este curso é ofertado em três campi do IF, Goiânia¹⁸⁵, Luziânia e Formosa, tendo a carga horária dividida na seguinte forma 3.294 h em disciplinas, 200 h em estágio curricular e 120 h em atividades complementares totalizando 3.614 h. Podemos verificar os dados deste curso na tabela a seguir.

Tabela 1: Dados específicos do curso técnico em informática para internet nos campi do IFG (2009-2012)

Concorrência		Porcentagem			Classificação 1ª Chamada		Porcentagem aprovação		
Ano	Demanda %homens	vagas	Mulheres	Homens	% mulheres	% homens	mulheres	homens	% mulheres
2009	442	30	198	244	44,8%	55,2%	8	22	26,6%
	73,4%								
2010	508	30	212	296	41,7%	58,3%	7	23	23,3%
	76,7%								
2011	1.096	120	449	647	41%	60%	38	22	31,6%
	68,4%								
2012	625	150	225	400	36%	64%	49	101	32,6%
	67,4%								
Total	2.671	330	1.084	1.587	40,5%	59,5%	102	228	30,9%
	69,1%								

Fonte: Construída com base nos dados disponibilizados pelo sic IFG e INEP 2016

O curso de informática para internet destaca-se como o mais procurado no segmento TI pelos sujeitos em todos os campi do Instituto, representando 43,9% (2.671 pessoas) da demanda e oferece o maior número de vagas: 25,5%. Em contrapartida, o curso em automação industrial é o menos procurado, representando apenas 3,3% (206 sujeitos) para um total de 120 vagas (9,2%). Um dos fatores que pode explicar essa diferença entre os cursos é a oferta do curso em informática para internet na modalidade EJA e o curso em automação industrial não contempla esta modalidade de ensino.

O campus Goiânia é responsável por grande parte da demanda e das vagas do curso em questão, como pode ser observado no tabela 2.

Concorrência		Porcentagem			Classificação 1ª Chamada		Porcentagem aprovação		
Ano	Demanda %homens	vagas	Mulheres	Homens	% mulheres	% homens	mulheres	homens	% mulheres

¹⁸⁵ O curso em questão foi extinto no campus Goiânia, Anápolis e Cidade de Goiás no ano de 2013 pela resolução nº46, de 13 de novembro de 2012 assinada pelo presidente do conselho superior Paulo Cesar Pereira.



2009	442	30	198	244	44,8%	55,2%	8	22	26,6%
73,4%									
2010	508	30	212	296	41,7%	58,3%	7	23	23,3%
76,7%									
2011	546	30	221	325	40,5%	59,5%	9	21	30%
70%									
2012	332	30	89	233	27,6%	72,4%	7	23	23,3%
76,7%									
Total	1.818	120	720	1.098	39,6%	60,4%	31	89	28,8%
74,2%									

Tabela 2: Dados específicos do curso técnico em informática para internet campus Goiânia

Fonte: Construído com base nos dados disponibilizados pelo sic IFG 2016.

Em relação aos demais, o campus Goiânia foi responsável por 65,7% da demanda dos candidatos ao curso, tendo como representação 36,3% do número de vagas. Em relação ao sexo das/os candidatas/os ao curso, o número de mulheres em relação aos outros campi foi de 64,4% e dos homens de 69,1%. No que corresponde a classificação em primeira chamada em relação aos outros campi que ofertam o curso, as mulheres representavam 30,3% e os homens 39,3% do total. Estes dados nos apresentam que aparentemente houve uma falha na escolha da extinção do curso neste campus, pois em termos de representatividade feminina o mesmo contempla o maior número de inserção neste curso.

Em relação a matrículas, a tabela 3 irá nos auxiliar para a compreensão da divisão por sexo dos sujeitos no curso técnico em informática para internet no campus Goiânia.

Tabela 3. Matrículas no curso técnico em informática para internet campus Goiânia

Matrículas	Mulheres	Homens	Total	%Mulheres	%Homens
2009	5	25	30	16,6%	83,4%
2010	7	25	32	21,8%	78,2%
2011	11	22	33	33,3%	66,7%
2012	6	25	31	19,3%	80,7%
Total	29	97	126	22,8%	76,2%

Fonte: Construída com base nos dados disponibilizados pelo sic IFG 2016

Podemos verificar a partir destes dados que a segregação feminina permanece recorrente. Das 126 matrículas realizadas em um período de 4 anos, as mulheres foram responsáveis por 22,8% enquanto os homens de 76,2%. Verificando os concluintes do curso no campus no mesmo período identificamos que as mulheres representaram 25,6% enquanto os homens tiveram 74,4%, como visto na tabela 4.

Tabela 4: Concluintes no curso técnico em informática para internet campus Goiânia

Concluintes	Mulheres	Homens	Total	%Mulheres	%Homens
2009	4	15	19	21,5%	78,5%
2010	6	20	26	23%	77%



2011	9	12	21	42,8%	57,2%
2012	2	14	16	12,5%	87,5%
Total	21	61	82	25,6%	74,4%

Fonte: Construído com base nos dados disponibilizados pelo sic IFG 2016.

Ao realizarmos o cruzamento dos dados entre demanda, classificação e matrículas das mulheres foi possível identificar a discrepância quantitativa em relação aos homens no curso em questão. No entanto, um fator torna-se pertinente para problematização, mesmo tendo um número bem inferior em todo este processo de inserção ao curso é possível verificar que a evasão em números proporcionais entre matriculadas/os e concluintes, as mulheres evadiram menos em relação aos homens.

Das 29 mulheres matriculadas, 21 concluíram o curso, o que representa um percentual de 72,4% de concluintes. Quanto aos homens, das 97 matrículas no mesmo período, 61 concluíram. Isso dá um percentual de 62,8% dos concluintes, ou seja, as mulheres apresentam uma taxa de conclusão de cerca de 10 pontos percentuais a mais do que os homens.

Considerações finais

A tecnologia da informação está cada dia mais presente em nossas vidas. Ao discorrermos sobre essa temática, observamos que se trata de uma questão debatida por diversas autoras e autores, em vários períodos históricos, com uma ênfase maior a partir da década de 1970, o que creditamos à necessidade de se dar visibilidade a indivíduos e grupos excluídos pelo sistema do capital. Entretanto, cabe aqui salientar que se trata de uma problemática que ainda necessita de pesquisas que possam contribuir para o avanço teórico no setor das ocupações da tecnologia da informação, mais precisamente, em setores que exijam uma “qualificação menor” por parte do indivíduo.

Como esta comunicação tem por base uma pesquisa ainda em andamento, nossas conclusões ainda são parciais, mas os indicadores quantitativos apontam para a existência de uma segregação entre mulheres e homens na área de TI que está ancorada em uma série de discursos e suas ressignificações no meio social. Em sua nova reformulação o sistema capitalista se alinha para que estes discursos sejam realizados e internalizados de forma a beneficiar sua lógica exploratória e individualista. Consideramos que tais discursos hegemônicos são a peça motriz na sustentação do



sistema e que a partir da sua legitimação a sua disseminação no meio social se torna mais fácil, abarcando, assim, todas as instâncias da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, B. Maria; FERREIRA, Veronica. Org.: **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Realização SOS CORPO, Instituto Feminista para Democracia. Recife, 2014.
- BRIDI, Maria Aparecida. **O setor da tecnologia da informação: o que há de novo no horizonte do trabalho?** In. Revista de Ciências Sociais, nº 41 Outubro de 2014.p-p. 277-304. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho>.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 2ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 1999.
- CASTRO, Barbara. **Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho na trajetória dos profissionais em TI**. 2013. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.
- ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: Acesso em: julho de 2016.
- HIRATA, H.; ZARIFIAN, Ph. **Dicionário crítico do feminismo**- São Paulo. Ed. UNESP, 2009.
- HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise. [et al] (org.). **Dicionário crítico do feminismo**- São Paulo. Ed. UNESP, 2009.
- IBGE. “**O setor de tecnologia da informação e comunicação no Brasil: 2003-2006**”. In: Estudos e Pesquisas, Informação Econômica. Rio de Janeiro, nº11, 2009.
- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2012**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In. HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**, São Paulo: UNESP, 2009.
- LIMA, Michele Pinto. **As mulheres na ciência da computação**. Estudos feministas, Florianópolis, 21(3): 496 Setembro-Dezembro/2013.
- MAIA, Marcel Margion. **Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação**. In. Cadernos Pagu (46) janeiro-Abril de 2016.
- MORRIS, Judith. **Mulheres na Computação**. Trad. Tereza Cristina feliz. Rio de Janeiro: Ed. LTC. 1992.
- NUNES Jordão, MELLO Matheus, SOUZA Tatiele: **Reconhecimento e profissionalização no campo da tecnologia da informação**. XVII Congresso



Brasileiro de Sociologia-GT 20- Ocupações e Profissões. 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre, RS.

RAPKIEWICZ, Clevi. Elena. **Informática: domínio masculino?** Cadernos. Pagu (10) 1998: p.169-200.

SCHWARTZ. Juliana; CASAGRANDE, Lindamir, S.et al. **Mulheres na informática: quais foram às pioneiras?** Cadernos Pagu (27) julho- dezembro de 2006: pp.255-278.

SOFTEX. **“Software e Serviços de TI: a indústria brasileira em perspectiva”**. Observatório Softex, n. 1/V.1, Campinas: [s.n.], 2009.

GT 06: Controle social, crime e violência

No limiar da masculinidade agressora: para se pensar a construção dos homens a partir da violência sexual

Glauber Lucas Ceara Silva
Rita de Cássia Santos Freitas

Resumo: A violência sexual é um grave fenômeno que aflige muitas mulheres, e tal crime, segundo estatísticas, é cometido majoritariamente por homens. A proposta do trabalho é contar este outro lado da história. Argumenta-se, aqui, que a patologização e a criação de estereótipos promovem a invisibilização da questão da violência sexual. As conclusões se dão a partir da pesquisa realizada no ano de 2014 para o trabalho de conclusão de curso, em Serviço Social, onde se pode ter acesso aos prontuários dos detentos (SEAP-RJ). Nessa experiência pode se ver que não eram monstros que estavam presos; assustadoramente, eram homens normais. Por isso, pensar gênero é pensar múltiplos modos de enfrentar a violência e romper com a própria engrenagem punitiva que foi forjada dentro do patriarcado. Não se busca aqui desresponsabilizar esses homens mas pensar: pode haver uma mudança nos paradigmas se ainda continuamos usando as mesmas armas que nos ferem ?

Palavras-chave: Gênero; Violência; Estupro; Dominação Masculina; Patriarcado; Masculinidades.

INTRODUÇÃO



Quando no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2016, foi noticiado o caso da jovem que havia sido violentada por no mínimo trinta e três homens, uma ferida foi reaberta no seio da sociedade, e o fantasma do estupro voltou a rondar a comunicação das pessoas. Não havia telejornais ou mídias informativas que não relatassem o que havia ocorrido, e com o ar da barbárie tão refinada o assunto aos poucos foi sendo esquecido. A vítima precisou ter sua identidade e endereços mantidos sob sigilo, e sobre os demais suspeitos, as investigações devem estar ocorrendo, mas as manifestações midiáticas sobre isso cessaram.

Entre os discursos que se alongavam nas conversas dos bares e esquinas e nas postagens eletrônicas onde havia isso sido noticiado, os velhos argumentos repaginados apareciam caudalosamente. Desde a culpa inerente da vítima até à instintividade masculina, foram os argumentos lançados vertiginosamente de todos os lados.

O ato da violência sexual é um dos mais odiosos crimes, mediado por sanções institucionais duras, e quando, no mais extremo dos casos, com ações populares violentas, sendo o linchamento ou o assassinato as práticas mais comuns. Porém, sem nunca entrar no cerne da questão, a vida segue e o número de estupros ainda está em níveis insuportáveis no cenário brasileiro, ainda que subnotificados. As mais vitimadas pela violência são as mulheres negras, que compõem forte extrato das camadas populares.

Sobre a violência sexual, temos que somente no Rio de Janeiro atingiu-se o número percentual elevado à 80% tanto para tentativa como na realização de estupros contra as mulheres. Tantos dados nos levam a pensar e reconsiderar o estado de exceção desse crime, dada a sua sistematicidade.

Entretanto, ainda assim, as conversas ainda estimulam um pensamento patológico e de desvio psicológico para “justificação”, ou melhor, “entendimento” da causa desse crime. Os homens são vistos como “monstros” ou “doentes” – necessariamente, alguém diferente de nós. Vale salientar ao leitor que não é desconsiderado na análise aqui feita a existência desse sujeito patológico e dessas



motivações. Para estes sujeitos existem outros modos de gestão, que envolvem outros modos de abordagem e atendimento. Não obstante, deve-se aqui, também, salientar o caminho percorrido por Saffiotti (2004) ao lembrar o filme *Lanternas Vermelhas*, onde a pesquisadora salienta que até a loucura é produzida num sistema de opressão. Ainda que o uso dessa metáfora seja de outro caminho no livro, esse caminho nos é útil para considerarmos os usos políticos de uma determinada forma de agressão.

Afinal, colocar no bojo da loucura todo e qualquer ato de violência sexual despotencializa-se o ato, fazendo-o migrar para a área do obscuro, do não inteligível e do anormal, fazendo esconder as matrizes operacionais patriarcais por detrás dessa forma de ação.

Mesmo que um assustador ato criminoso gere insinuações sobre o retorno à animalidade daquele que cometeu, tal notícia não se dá sem que antes tenha ficado claro que o bandido já tinha atravessado a fronteira daquela vala cinza, já tenha deixado de ser plenamente humano, preservando-se mas uma vez a ideia de humanidade. Vemos como tanto humanidade quanto animalidade são instrumentos dispositivos manejados com fins políticos. (NASCIMENTO, 2015, p.37)

Considerar que seja um ato individual e não estrutural é uma forma de responder as questões sem antes tocar no ponto nevrálgico da questão. O estupro é a expressão materializada da gestão dos corpos sexuados na ordem patriarcal. Por isso, não é possível a diminuição e até extinção desse tipo de crime, se antes não houver um investimento maciço nas práticas masculinas e numa nova maneira de incentivarmos uma subjetividade cada vez menos violenta. Por isso, esse limiar é demonstrativo de uma sociabilidade, e de um projeto político generificado e opressor, onde é frutífero que a violência e a masculinidade continuem se conectando.

A FORMAÇÃO DOS HOMENS E DAS MASCULINIDADES:

Pierre Bourdieu é um dos autores mais usados quando desejamos discursar sobre a dominação masculina. Mesmo considerando as limitações de sua obra, nela se encontram partes de suas categorias e de seus pensamentos que nos servem de



ferramentas para compreender a dinâmica da supremacia dos valores ligados aos homens e ao masculino. Sua produção nos é útil pelo fato de servir esquematicamente de explicação para muitos de nossos dilemas e persistências de violências para com as mulheres na dinâmica relacional dos sujeitos contemporâneos. As considerações aqui presentes partirão do conhecido livro *A dominação masculina* (2014).

Bourdieu ao atentar para as instâncias simbólicas da regulação dos sentidos e práticas nos leva a entender a justificação acionada para determinada ação sexuada. Nas suas palavras “a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (2014, p.41). A atividade e a potência são ações próprias requeridas dos sujeitos masculinos. Essa rotina mesmo sem intenção gera a produção de um *habitus* dando um caráter de objetividade histórica a todas as ações e aos sentimentos ligados a cada sujeito, onde a todo o momento acontece uma luta de significação a tudo e a todos.

Ele continua nos alertando que “como já estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos para apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (Idem, p.17).

A violência simbólica então é afirmada, e bem efetivada no dia-a-dia dos homens e mulheres, sendo recompensados ou castigados de acordo com a adequação ao *habitus* imposto. Por exemplo, desde pequenas as meninas são ensinadas a fecharem as pernas, como modo de guardar a honra da família e demonstrar pudor e recatamento. Desde pequenas as meninas são ensinadas a esconderem seus corpos como maneira de guardar o que há de “precioso”. Porém, outra coisa está implícita aí e que poucos se atentam: a ideia presente do senso-comum de que uma mulher descuidada, que exhibe seu corpo, convida a ser acessada é a ideia de que o homem não possui freios sexuais (a violência sexual aparece aqui como constitutiva e instintiva do homem). E isso se reflete nas falas de que uma mulher pediu para ser violentada ao andar com determinada vestimenta.



A violência simbólica não aparece nas zonas centras da ação cotidiana, mas nas regiões periféricas e obscuras. Essa continuidade, falseados da eternidade dos “instintos” masculinos e femininos servem como modo de divisão e inculcação de práticas, e produz uma naturalização comportamental dos sujeitos, justificando, dependendo do contexto a violência praticada pelos homens.

Após, defender isso, e manifestar em sua obra a criação de um *habitus* sexuado, onde cada espaço possui um valor assimétrico, ele nos leva a considerar como os corpos masculinos criam práticas de que dificultam o acesso a determinados objetos e práticas para com as mulheres.

No filme *North Country*, 2005, (Terra Fria –BR), estrelado por Charlize Theron, é demonstrado como os jogos de virilidade são impostos a todo o momento, isso se olharmos para as partes “cotidianas” do filme. Os jogos de virildade servem como afirmação de não feminidade por partes dos homens, e para as mulheres é um meio de desmaculinizar suas práticas, lhe afirmando seu lugar de fraqueza e subordinação à “cosmologia sexual”.

A força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ele acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada*. O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nominação que oriente e estructure as *representações*, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros) [...] que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais. (BOURDIEU, 2014, p.40 –grifo do autor)

As considerações que este autor nos traz poderia nos render infinitas colocações, contudo, o que nos atemos aqui é o modo de diferenciação sexual exerce sobre os homens a propensão à dominação, e às mulheres a submissão; sem esquecer, entretanto, que no meio desse caminho, existem práticas de resistência, aliás. Devreux (2014) aponta para os momentos de insurgência das mulheres cabila em pequenas práticas desconsideradas por Bourdieu.



Na mesma esteira, Daniel Welzer-lang (2001) ao falar dos homens e do masculino, argumenta que a construção do masculino se dá na promoção da dominação masculina e na construção da homofobia. Seguindo o mesmo esquema, ele vai trabalhar entre a construção de uma ordem simbólica e em práticas discursivas baseadas na violência e na virilidade como capital necessário para ser reconhecido como homem. Essas justificações, para ele, dão ideia da superioridade do homem devido a heteronormatividade cosmológica. Definição que em outro escrito ele vai definir como uma visão androcêntrica das análises sociais (Welzer-lang, 2004).

Para ele “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres [...] na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p.461). Essa dominação e esses privilégios, relacionalmente constituídos, transformam as vantagens dos homens em desvantagens para às mulheres. Esse modo de percepção de mundo

“mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres”(Idem,op cit).

Entretanto, se com Bourdieu vemos como é a dinâmica sexual entre os gêneros, Welzer-lang vai demonstrar como no interior desse contingente masculino as hierarquias, diferenças, expectativas e violências são encaradas, promovidas e valoradas. Ele vai desenvolver a argumentação de que, em todo o momento, os homens estão em constante processo de homossociabilidade, que seriam espaços constituídos somente por homens, onde os saberes são passados; estádios de futebol, partes de templos religiosos, bares, fraternidades etc. Nesses lugares, jogos eróticos são promovidos num código de prazer e dor, negando a homossexualidade, mas promovendo jogos onde se ensina.

Esse processo ocorre naquilo que é chamado *A casa-dos-homens*. Essa casa apresenta vários cômodos, que aos poucos são apresentados pelos mais velhos aos mais novos. Semelhantemente aos Baruya da Nova Guiné, a casa-dos-homens em nosso



cotidiano, diante da fratura de um membro masculino, pune. Imaginemos os homens que decidiram se cuidar mais, hoje conhecidos como metrossexuais, que romperam com o modo rude de masculinidade corporal, que diante dessa escolha tem sua sexualidade a todo o momento questionada. Ou, dos homens que decidem gerenciar as decisões domésticas e que são motivos de chacotas por seus conhecidos como alguém que é mandado por mulher. Mais uma vez a violência simbólica se apresenta e exerce grande poder sobre as subjetividades dos sujeitos, ao questionar seus mais profundos modos de se colocar no mundo, inquirindo como resposta de ser homem atos de violência.

Na linguagem do sociólogo francês, existe uma promoção interna entre os homens que passam “o saber ser homem” que se constitui “no sofrimento [...] com a dor [...] nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem” (WELZER-LANG, 2001, p.463). As instâncias realizadoras desses “ensinamentos” se constituem na modelagem de seus próprios corpos, e posteriormente na assunção da dominação como dominador, na subjugação dos outros corpos, reafirmando a diferença simbólica e objetiva.

Contudo, a mesma casa que danifica é a mesma na qual os homens adquirem prestígio e reconhecimento de seus iguais. É um espaço onde a dor é parte do chamamento a fazer parte dessa irmandade, e ressignificada não como abuso mas como algo “normal”. E essa irmandade não se constitui num determinado período da vida; ela vai no decorrer do avanço etário assumindo colorações mais diversificadas e apresentam outros modelos de sociabilidade que dão conta dos dilemas que a responsabilidade de ser um homem em determinado período da vida exige.

É essa continuidade, ou melhor, essa carreira que produz a admiração e a ideia do valor que, acima de todas as pressões, é melhor continuar. Esses valores se engessam, e são repassados de geração a geração. A forma de manter sua continuidade é a reafirmação do padrão naturalista, tão bem lembrado por Bourdieu e Welzer-lang, calcado numa perspectiva heteronormativa, exercida na virilidade, enquanto ação afirmativa violenta.



VIOLÊNCIA, ESTUPROS E HOMENS

O percurso feito até o momento tentou mostrar como a construção da masculinidade normativa se exerce no constante acesso à violência, que é direcionada entre os homens e como escoar em direção a todos aqueles que promovem outro modo de ser efetivar enquanto sujeitos. Ao considerar essas propostas vemos que não é somente um quadro psicológico que regula as violências contras as mulheres e os demais sujeitos que fogem à ordem heteronormativa. Vemos que a violência se torna constitutiva para a afirmação da masculinidade.

Ligada a um processo estrutural de construção de práticas podemos desmitificar as ideias que regulam o imaginário: não é o diabo, nem mesmo a instintividade masculina, etc. que é a matriz da violência efetivada pelos homens, mas sim o patriarcado. A violência contra as mulheres está ligada a esse sistema que alimenta a noção da superioridade dos homens enquanto sujeitos mais dignos de poder e respeitabilidade, dando força e vigor a dominação que exercem sobre as mulheres.

Mesmo sabendo e considerando todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, podemos ter o mesmo pensamento que Castells (2013), nos levando a refletir e constatar que o patriarcado vem sofrendo uma forte pressão para o sua supressão, mas mesmo diante desse cenário se encontra forte e violento. O que nos leva a considerar que a proximidade entre masculinidade e violência não é uma afecção mas o produto bem azeitado de modo de sociabilidade.

No tocante a violência sexual vemos que existe uma rede de comentários que nos levam a patologizar e individualizar essa questão a todo o instante. É necessário que aquele que cometeu tal crime seja enquadrado dentro de uma lógica animalista ou irracional. Porém, o próprio sistema de punição nos leva a paradoxos constantes: se os homens que cometem tais crimes são “loucos” por que não se encontram em hospitais de custódias? Seria porque mesmo com todo esse imaginário, que nos leva a taxá-los



como “loucos”, a própria justiça em seu procedimento sabe que isso não advém somente de um desvio psicológico?

Contudo, esses mesmos padrões viris e violentos que tanto denunciemos são os mesmos usados para a aplicação da pena, seja a jurídica seja a extrajurídica, onde se é reafirmado a mesma noção de dominação masculina que oprime as mulheres. O homem que cometeu estupro sofre agressões e é transformado em ... “mulher” – novamente desprestigiando esse sujeito. A resignificação que a categoria mulher sofre para com eles é a imagem da submissa e que se encontra à disposição sexual! Ou seja, aquela que realiza os desejos sexuais e domésticos. Outra parte da aplicação da pena é a validação que o estupro recebe, homens que estupram são também estuprados.

Existe um paradoxo que afirma e reafirma a plausibilidade do estupro, o dividindo em estupro considerável e o inadequado. E essa noção abre os precedentes para os estupros que ocorrem contra as mulheres trabalhadoras do sexo, a mesma noção que faz com que os delegados desconfiem do testemunho de uma mulher que foi violentada, e que faz com que outros homens seja violentados. Deve-se salientar que não são somente “estupradores” que são estuprados; homossexuais, gays e lésbicas sofrem violência sexual em determinadas regiões de modo a corrigir ou afirmar sua posição.

Estamos a todo o momento usando o patriarcado e afirmando sua lógica, e a usando como válida e única. Deve-se deixar claro que não há concordância com esse crime, e que a punição jurídico-penitenciária deve ser aplicada com todo o rigor, contudo, sobre quais ditames e sobre quais normativas? Numa perspectiva ainda mais patriarcal, ou numa abordagem de gênero e feminista?

Mudar o patriarcado não é somente empoderar as mulheres, ou reconsiderar os privilégios dos homens, é também remodelar as instituições seculares que foram moldados sob sua égide e propor outros caminhos que nos levem a repensar e quebrar com o seu círculo. Romper com a violência e a produção dos homens é romper com as instituições que os próprios homens criaram.



BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão não é aqui afirmar que “todo o homem é um esturador em potencial”, mas que o modo de gestão dos corpos e divisão sexual em que vivemos inscreve desde a mais tenra idade que aos homens foi dado o poder sobre o desejo e às mulheres a ideia de estarem submissas a esse desejo. A ideia que resta e sedimenta a violência doméstica é: Todo o homem deve estar pronto a “comer”; e isso requer que ele seja viril e desconsidere a vontade alheia. O estupro é o sumo aplicado de uma sociedade ainda patriarcal e violenta.

É considerada a existência da realização desse crime por outros motivos e por isso consideramos e não descartamos que existem sujeitos com alto grau de perversão e com sérios desvios psicológicos que, motivados pela maldade, cometem este crime aos quais cabe à psiquiatria ou à psicologia explicar. Desses não nos ocupamos e não foram alvo de nossas investigações, porém sua presença, e os argumentos que a eles são empenhados nos foi útil. O que apontamos a partir desse crime é que há um certo tipo de psicologização do patriarcado, enquanto esfera particular e individual. Não devemos esquecer, mesmo numa esfera ligada a psicologia, que “essa perversão, no que diz respeito à prática do estupro, é legitimada pelos modelos sociais construídos e impostos pelos processos civilizatórios que têm como marco o início da história” (CAMPOS, 2016, p.5)

É a existência dele que nos mostra o modo como temos permitido e como temos sido lenientes a uma sociabilidade androcêntrica ainda em áreas importantes da sociedade. E essa “aceitabilidade” a certos comportamentos se reflete no modo como propomos caminhos de responsabilização para esses homens: punição viril, no qual a pedagogia é a afirmação da sobrevivência, conclamando assim a lógica patriarcal quando se deveria retirá-la.

Não se pode fazer as críticas mais em moldes dicotômicos e essencialistas, que perpetuam papéis. A produção é a síntese das múltiplas determinações da estrutura patriarcal, capitalista e ocidental moderna. Os modos de punição são patriarcais, as



instâncias, leis e normativas são viriarcalizadas e exigem dos que estão sob sua jurisdição uma postura viriarcalizada – “seja homem” é o que é dito e não “seja outro tipo de homem”. Tomamos aqui a violência sexual como o ponto mais emblemático que esconde e exhibe contradições e nos coloca o desafio de produzirmos mais análises de gênero que nos façam repensar e romper a cada dia com o patriarcado, pois, no limiar da masculinidade se encontra a dominação masculina, suas inscrições, tendo a violência como protocolo de efetivação.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução: Andrpe Duarte, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar in Mulher, Gênero e sociedade org. Andréa Brandão Puppim e Rose Marie Muraro, Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

ANDRADE, Camila Damasceno. Por uma Criminologia crítica feminista. Revista Espaço Acadêmico nº 183 – Dossiê: Feminismo, Machismo e a Cultura do Estupro. Org. Antonio Ozaí da Silva

ARENDDT, Hannah. A condição humana, 12ª ed. revista, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BIRMAN, Joel. Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Record, 2009

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de janeiro: Best-Bolso, 2014. p17-115
_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, São Paulo: Papirus, 1996

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do Estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. Revista Espaço Acadêmico nº 183 – Dossiê: Feminismo, Machismo e a Cultura do Estupro. Org. Antonio Ozaí da Silva

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade, a era da informação :economia, sociedade e cultura, volume II, tradução Klauss Brandi Gerhardt, São Paulo. Ed. Paz e Terra, 7ª reimpressão, 2013, p.169-278

CHANTER, Tina. Gênero: conceitos-chave em filosofia. Tradução Vinícius Figueira; Revisão Técnica Edgar Rosa Marques –Porto Alegre: Artmed, 2011.

CONNEL, R. W. Masculinities. University of California Press. 2005



COURTINE, Jean-Jacques et al. História da Virilidade, Volume III: Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio : Petrópolis: Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2013, p.7-12

DELPHY, Christine. Verbete Patriarcado in Dicionário Crítico do feminismo. Org. Helena Hirata et al – São Paulo: Editora UNESP, 2009

DEVREUX, Anne-Marie. Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos: uma lucidez obstruída in O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Org. Danielle Chabaud-Rychter et al. Tradução Lineimar Pereira Martins. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber; Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Graal, 1999

_____. Em defesa da sociedade. Tradução Maria Ermantina Galvão – 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Coleção obras de Michel Foucault.

INSTITUTO SEGURANÇA PÚBLICA - RJ. Dossiê mulher 2016 / organizadores: Andréia Soares Pinto, Orlinda Claudia R. Moraes. – Rio de Janeiro : Instituto de Segurança Pública, 2016. Disponível em http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher2016.pdf . Acesso em 03/08/2016

MEDRADO, Benedito; **LYRA**, Jorge. Por uma matriz feminista de or uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. 2008.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. Umbrais de Giorgio Agamben: para onde nos conduz o homo sacer? São Paulo: LiverArs , 2014

SAFFIOTI, Heleieth, I..B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos." *Educação e Realidade* 16.2 (1990): 5-22.

GT 06: Controle social, crime e violência.

O efeito da legislação brasileira sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo sobre a Lei da Palmada

Michelle Cristinne Pereira da Silva

O Brasil tem como sua essência a concessão de direitos e a proteção integral universalizada às crianças e adolescentes. O objetivo deste estudo é analisar o efeito da



legislação brasileira sobre a violência contra crianças e adolescentes a partir do estudo pormenorizado da Lei n.º 13.010/2014 (Lei da Palmada). Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental, a partir da legislação e de estudos sociais e psicológicos. Obteve-se que o contexto social que recebeu a referida Lei apresenta pontos de discussão com relação (a) à eficácia (ou não) da punição física como método educativo, (b) à forma em que os conceitos foram introduzidos pela lei, (c) à abordagem pré-existente da violência doméstica contra crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro e (d) à interferência do Estado no poder familiar. Apesar disso, concluiu-se que a Lei da Palmada representa um avanço ao prever medidas de orientação. É necessário, no entanto, reconhecer que fatores socioculturais colocam desafios significativos a sua aplicação, principalmente no que se refere à dificuldade de notificação das ocorrências da violência que tem na família sua ecologia privilegiada o que faz com que os casos não sejam conhecidos.

Palavras chaves: Violência doméstica – criança e adolescente – Lei da Palmada.

1. Introdução

A infância e a adolescência durante muito tempo não foram reconhecidas como fases importantes do desenvolvimento humano. As crianças, ao adquirirem alguma autonomia física, passavam a serem vistas e tratadas como adultos em miniatura. Foi apenas no final do século XVII, com a mudança da escolarização, que se iniciou o reconhecimento e a preocupação com tais etapas da vida, e a família, finalmente, passou a ser o grupo referência e a responsável por cuidar, acompanhar e zelar pelo bem-estar das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, a família e a escola ganharam o lugar de socialização e disciplina (ARIÈS, 1981), e a violência familiar passou a ser estudada com maior atenção – sendo a violência contra crianças e adolescentes uma de suas formas mais nocivas.

A violência contra crianças e adolescentes pode ser definida como toda ação ou omissão capaz de causar lesões, danos e/ou transtornos ao desenvolvimento integral dos mesmos, caracterizando uma relação assimétrica e desigual de poder expressa pela força física, pelo poder econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou



geracional (UNICEF, 2005). Conforme Azevedo e Guerra (1995) essa forma de violência pode ser de natureza física, psicológica, sexual ou manifesta em forma de negligência. Constitui, de um lado, em uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Nega o direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Essa forma de violência pode ser encontrada em relatos clínicos que datam de fins do século XIX. Entretanto, somente no século XX, mais precisamente na década de 60, o fenômeno da violência doméstica passou a constituir um problema de saúde, reconhecido sob a epígrafe “síndrome do bebê espancado — SIBE¹⁸⁶” (the battered baby syndrome). No Brasil, esse reconhecimento emergiu na década de 1980, ampliando a discussão em diferentes áreas do saber (DESLANDES, 1994).

Foi só a partir do século XIX, com o caso Mary Ellen, que o estudo sobre violência contra crianças e adolescentes ganhou visibilidade. Mary Ellen, abandonada pela genitora e órfã de pai, passou a viver com a madrasta e o novo companheiro aos oito anos de idade, e era submetida a severas violências. Todavia, não havia no sistema jurídico leis que possibilitassem a punição dos agressores. Por esse motivo, o caso foi denunciado na *Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade com Animais*, criada em 1866, sob a alegação de que a criança pertencia ao reino animal e merecia ser protegida contra a crueldade que lhe afligia. E foi a partir de leis sobre crueldade com animais irracionais que, em 1874, houve a primeira sentença condenatória por violência doméstica contra crianças de que se tem registro. Após esse fato, em 1875, fundou-se em Nova Iorque a primeira associação de defesa dos direitos das crianças, a *National Society for Prevention of Cruelty to Childrem* (NSPCC) (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2002).

No Brasil, de acordo com o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) da Universidade de São Paulo, entre 1996 e 2007, foram notificadas 159.222 situações de

¹⁸⁶ A *Síndrome do Bebê Espancado* pode ser definida como uma condição clínica que afeta particularmente crianças lactentes vítimas de maus tratos físicos, que frequentemente causam sequelas lesionais no sistema nervoso central (SNC) ou mesmo a morte (MIZIARA, SERRANO, KÖK e MARQUE-DIAS, 1988).



violência doméstica contra crianças e adolescentes. Desse total, 65.669 (41,2% do total) representavam situações de negligência, sendo esta a categoria de maior incidência. Em segundo lugar aparecem os casos de violência física, com 49.481 notificações (31% do total). Esses dados expressam apenas a "ponta do *iceberg*" do fenômeno, pois, por ocorrerem em âmbito doméstico, existem muitas ocorrências que não são notificadas (MOURA et. al, 2008).

Tendo em vista a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em proteger as crianças e os adolescentes contra toda forma de violência, crueldade e opressão e o aumento da violência contra crianças e adolescentes, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2654/2003, que estabelecia o direito de a criança e o adolescente não serem submetidos a nenhum tipo de castigo corporal, ainda que com propósitos pedagógicos.

O tema de que trata o referido projeto de lei foi bastante discutido nacionalmente, e estimulou posicionamentos favoráveis e contrários no âmbito político, social e acadêmico. Por esse motivo, a tramitação do projeto perdurou por mais de dez anos, quando, em 26 de junho de 2014, foi finalmente promulgado na forma da Lei 13.030/2014.

Essa lei ficou conhecida como “Lei da Palmada”, sendo também apelidada de “Lei Menino Bernardo”, em homenagem a Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, que foi morto em 2014 em um caso que tem como principais suspeitos do crime seu próprio pai e sua madrasta (DOMINGOS, 2014).

Diante do debate histórico e social no qual essa Lei se insere, este trabalho tem como objetivo analisar o efeito da legislação brasileira sobre a violência contra crianças e adolescentes a partir do estudo pormenorizado da Lei n.º 13.010/2014 (Lei da Palmada).

2. Método

Para a consecução do objetivo expresso acima, foi realizada uma ampla revisão *bibliográfica* e *documental* a partir da legislação, da doutrina e de estudos interdisciplinares.



A *revisão bibliográfica* enquanto método consiste em uma pesquisa direcionada que revela as contribuições científicas de autores sobre determinado tema, a partir de articulações de ideias, identificando posições semelhantes e divergentes (SANTOS e CANDELOURO, 2006).

A *revisão documental*, por sua vez, é aquela realizada partindo da documentação direta (questionários, entrevistas, formulários etc.) ou indireta (publicações oficiais ou privadas encontradas nos arquivos) de uma ou várias fontes. Via de regra, baseia-se em materiais brutos que ainda não passaram por análises e que podem ser reelaborados a partir dos objetivos do estudo realizado. Sua relevância se dá, principalmente, pelo fato de que, por meio dessa pesquisa, informações dispersas passam a ser organizadas, criando um novo sentido e expressando uma nova forma de interpretação dos fatos (LOPES, 2006).

3. Resultados e Discussão

3.1. A Proteção da Criança e do Adolescente no Brasil

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 e assinada pelo Brasil no mesmo ano. Esse importante dispositivo estabelece garantias, extensivas à criança e ao adolescente, que buscam defender a dignidade da pessoa humana e o direito à vida, à liberdade, à justiça social e à paz mundial. Seu texto pontua que a infância tem direito a cuidados e assistências especiais (ONU, 1948).

Pouco mais de 40 anos depois de subscrever a DUDH, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDC) por meio do Decreto 99.710 de 21 de setembro de 1990, sendo ratificado pelo Congresso Nacional em 14 de setembro de 1990, pelo Decreto Legislativo 28. Tal Convenção foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 (ONU, 1989).

Segundo David apud Silva (2016) a CIDC é uma importante transição para um momento marcado pela concessão de direitos e pela proteção integral de crianças e adolescentes. Ela contribuiu para que família passasse a ser considerada um grupo



fundamental da sociedade – um meio privilegiado para a promoção do crescimento e do bem estar de seus membros, em especial das crianças e adolescentes (SILVA, 2016).

Em linha com essa noção, o art. 227 da Constituição Federal de 1988 dispõe que

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim, não apenas a família, mas a sociedade e o Estado brasileiro têm como dever constitucional proteger crianças e adolescentes de toda forma de violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A definição desse dever foi ampliada em 1990, quando foi promulgada no Brasil a Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe uma mudança substancial no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. Estes, independentemente de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, e como pessoas em desenvolvimento. Ademais, eles passaram a ser vistos como prioridade absoluta e sujeitos à proteção integral do Estado.

Nesse contexto, o Sistema de Justiça, partindo do princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente (art. 227, caput, da Constituição Federal), deve atuar sempre que necessário para assegurar que o conteúdo infanto-juvenil contido na Constituição, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente cumprido (DIÁGICOMO e DIÁGICOMO, 2013).

3.2. A Lei da Palmada

Na mesma corrente dos dispositivos legais supracitados, a Lei da Palmada, promulgada em 26 de junho de 2014, surgiu como instrumento de orientação e de educação social e familiar, apresentando um caráter não penal, mas civil e pedagógico.

A atuação da Lei 13.010/2014 se dá em três planos: familiar, na *esfera educadora*, voltada aos pais ou a qualquer pessoa que tenham sob seus cuidados crianças e adolescentes; na *esfera estatal*, quando impõe ao Estado políticas públicas de



resguardo, informação e proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência dos adultos; e na *esfera comunitária*, uma vez que amplia a atuação e as responsabilidades do Conselho Tutelar e da sociedade em geral em casos de castigos físicos e maus tratos a crianças e adolescentes (FONSECA, 2014).

Tal diploma legal altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) da seguinte forma: modifica o Artigo 13, no Capítulo I do Título II; insere os Artigos 18-A e 18-B, no Capítulo II do Título II (BRASIL, 2014).

A referida Lei modifica o Art. 13 do ECA quando acrescenta os casos de suspeita ou confirmação de *castigo físico* e de *tratamento cruel ou degradante* aos casos de *maus tratos* já tratados na antiga redação. O Art. 13 passou a vigorar da seguinte forma:

Os casos de suspeita ou confirmação de **castigo físico**, de **tratamento cruel ou degradante** e de **maus-tratos** contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990).

Essa adição representou uma ampliação das ocorrências abarcadas pela Lei. A definição dos novos termos introduzidos, bem como as medidas administrativas a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar, por sua vez, estão expostas nos Artigos 18-A e 18-B.

O Artigo 18-A, que foi inserido no ECA pela Lei da Palmada, dispõe que

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medida socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 1990).

Percebe-se, dessa forma, que o legislador preocupou-se não somente com os pais, mas com os cuidadores em geral, os guardiões e/ou servidores públicos de instituições que tem o dever de cuidar das crianças e adolescentes. Inclui também aqueles que exercem um múnus público, como os tutores ou gerentes de estabelecimentos e que possuem a função de guardião. Todos eles estão abrangidos pela ordem legal e podem sofrer fiscalização do Conselho Tutelar (FONSECA, 2014).



Além disso, o Artigo 18-A estabelece, no seu parágrafo único, a definição dos termos *castigo físico* e *tratamento cruel e degradante*. A Lei considera *castigo físico* qualquer ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em *sufrimento físico* ou *lesão* (art. 18-A, parágrafo único, inc. I, letras ‘a’ e ‘b’, ECA). Já *tratamento cruel ou degradante* é conceituado como conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize (art. 18-A, parágrafo único, inc. II, ECA).

Por fim, o Artigo 18-B dispõe que

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; V - advertência. Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990).

3.2.3. Pontos de Discussão

Apesar de sua aparente simplicidade, a Lei da Palmada gerou polêmica e controvérsias. O debate resultante concentrou-se em quatro questões: (a) a eficácia (ou não) da punição física como método educativo, (b) a forma em que os conceitos foram introduzidos pela lei, (c) a abordagem pré-existente da violência doméstica contra crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro e (d) a interferência do Estado no poder familiar.

a) A (In) eficácia da Punição Física como Método Educativo

Comumente, quando se refere no por que da punição física doméstica, são respostas frequentes, como relatam Azevedo e Guerra (2010, p. 19): “para discipliná-los, isto é, para controlá-los, submetendo-os a uma certa ordem que convém ao



funcionamento do grupo familiar ou da sociedade em geral; para castigá-los, ou seja, puni-los por faltas reais ou supostamente cometidas”.

Azevedo e Guerra (2010) concluem que o ato de bater nos filhos apresenta algumas constantes:

todas as modalidades do bater são práticas destinadas a atingir o corpo da criança e/ou do adolescente; a finalidade real ou confessa pode ser tanto o disciplinamento quanto a punição; todas as práticas que atingem o corpo da criança e do adolescente produzem dor física; todas as práticas podem ser distribuídas num continuum de gravidade, conforme a natureza das consequências a curto, médio e longo prazo.

Argumentos favoráveis à punição corporal doméstica, frequentemente, fundamentam-se em preceitos bíblicos. Muitos desses fornecem a orientação de que os filhos devem ser educados e disciplinados a partir da punição corporal doméstica. Outros argumentos se baseiam, ainda, na ideia de que esse tipo de punição é um procedimento eficaz na educação das crianças e adolescente e de que muitos dos profissionais, como pediatras e médicos da família, utilizam dessa prática (AZEVEDO e GUERRA, 2010).

Por outro lado, Rossato, Lépure e Sanches (2014) afirmam que a alteração legislativa advinda da Lei da Palmada é benéfica, uma vez que a maioria dos especialistas da medicina, psicologia, pedagogia e serviço social entendem que a ausência de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante é pressuposto para a educação de qualidade e para a convivência familiar e comunitária.

Afirmam ainda que o castigo físico moderado ou considerado irrelevante abre portas para a prática de atos violentos de maior intensidade, causando sérios prejuízos físicos e psicológicos às crianças e aos adolescentes (ROSATO et. Al, 2014).

Como principais argumentos desfavoráveis à punição corporal doméstica temos a ideia de que esta prática conduz a uma escalada para níveis de violência mais elevados e a de que a punição corporal pode ter consequências negativas para as crianças e adolescentes.

b) Introdução de Conceitos

Embora o Artigo 18-A defina os conceitos introduzidos pela nova lei, uma boa dose de dúvida sobre sua aplicação ainda persiste. Uma palmada, por exemplo, não



poderia, a rigor, ser considerada castigo físico, posto que, via de regra, não resulta em *sofrimento físico* ou *lesão* (embora deva ser notado que o próprio conceito de sofrimento físico é, em si mesmo, vago). Deste modo, o ato da palmada não estaria vedado pela lei. Por outro lado, é possível defender que, ainda que não cause sofrimento físico ou lesão, a palmada é uma forma de *tratamento cruel ou degradante*, pois implica humilhação e ridicularização de quem a recebe.

A subjetividade de conceitos acaba se refletindo na leitura e interpretação da lei. Fonseca (2014), por exemplo, por vezes parece crer que a lei abarca desde beliscões, palmadas ou tapas até agressões imoderadas que causam um dano maior ao corpo dos sujeitos. Todavia, em outros momentos o autor entende que

evidentemente, não decorre da Lei que, doravante, crianças e adolescentes sejam ‘intocáveis’ ou que esteja banida qualquer palmada, sob pena de indevida intromissão estatal na disciplina pertencente ao clã familiar e à sua intimidade (FONSECA, 2014).

Este tipo de confusão enfraquece a aplicação da lei, e submete sua aplicação a interpretações das mais variadas. Em certo grau, coloca um ônus sobre os próprios órgãos envolvidos em sua efetivação, que se veem obrigados a tecer julgamentos fortemente embasados em convicções pessoais e subjetivas acerca do que é ou não aceitável.

c) A Abordagem Pré-existente da VDCA no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Sabe-se que antes da promulgação da referida Lei, a violência doméstica já era abordada em diversos dispositivos legais.

Nesse sentido, o art. 227, parágrafo 4º da Constituição Federal, já previa que casos de abuso, violência e exploração sexual da criança e do adolescente devem ser punidos severamente pela lei.

Em uma abordagem comparativa com a legislação já existente, destaca-se que a Lei da Palmada não possui cunho penal, mas enumera medidas administrativas a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais cabíveis. Nesse sentido, ela parece atuar no sentido de adicionar efeitos de orientação às demais



penalidades já previstas na legislação. No entanto, os efeitos que ela adiciona são significativamente mais brandos do que os já previstos anteriormente.

Além do previsto na Constituição Federal, o aparato legal brasileiro já continha diversos dispositivos que tratavam da punição, maus tratos, sofrimento físico e lesão causados a crianças e adolescentes, como os apresentados a seguir. No art. 129 do Código Penal (CP), crimes de lesões corporais, que versa sobre a ofensa à integridade corporal ou a saúde de outrem; art. 132 do CP, perigo para a vida ou saúde de outrem, que versa sobre a exposição da vida e da saúde de outrem a perigo direto e iminente; art. 133 do CP, abandono de incapaz, que versa sobre o abandono de pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono; art. 134 do CP, exposição ou abandono de recém-nascido, que versa sobre a exposição ou o abandono de recém-nascido, para ocultar desonra própria; art. 135 do CP, omissão de socorro, que versa sobre a não prestação de assistência à criança abandonada ou extraviada, quando possível fazê-lo sem risco pessoal; art. 136, maus-tratos, que versa sobre a exposição ao perigo, a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina; art. 147, ameaça, que versa sobre ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, capaz de causar-lhe mal injusto e grave (BRASIL, 1940); Art. 1º, inc. I, parágrafo 4º, II da Lei 9.455 de 1997, define os crimes de tortura, que versa sobre o constrangimento de alguém com emprego de violência e grave ameaça, causando sofrimento físico ou mental (se cometido contra criança aumenta-se a pena de um sexto até um terço) (BRASIL, 1997).

O ECA já assegurava em seu art. 5º que a criança e o adolescente não seriam objetos de qualquer forma de violência:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, **violência**, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).



Outros dispositivos dessa mesma Lei como o art. 13 e o 18 também já abarcavam o assunto. Neles consta o seguinte conteúdo:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. **Art. 18.** É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor

Dentro do Capítulo II, que trata do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o Art. 17 estabelece que o direito ao respeito consiste na *inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral* da criança e do adolescente (BRASIL, 1990). Surge, então, o questionamento de se esse dispositivo já não estaria abarcando a proibição de castigo físico e de tratamento cruel ou degradante acrescentados pela Lei da Palmada. Além disso, o ECA considera crime submeter criança ou adolescente que estejam sob autoridade, guarda ou vigilância de alguém a vexame ou a constrangimento, o que pode ocorrer por ocasião de humilhação ou ridicularia previstos no conceito de tratamento cruel ou degradante (FONSECA, 2014).

Fonseca (2014) afirma que a Lei não inova ao proibir qualquer tipo de agressão a crianças e adolescentes, já que condutas agressivas já poderiam ser enquadradas no art. 1º, inc. II, da Lei nº 9.455/97 (Lei de Tortura), ou nos arts. 129, 132, 133, 134, 135 ou 147, do Código Penal, mencionados acima.

Agressões, maus-tratos ou abusos sexuais já previam o afastamento do agressor, pais ou responsável do lar, com possibilidade, inclusive, de fixação de alimentos provisórios à criança e ao adolescente agredido (art. 130 e par. Único, ECA) (BRASIL, 1990).

Pereira (2014) acredita que a Lei em tela não traz inovações significativas, apesar do apoio e da satisfação de parcela da população quando de sua promulgação. Isso porque, segundo o autor, o ECA já trazia disposições expressas para casos de violência infantil. Ademais, já cabia ao Conselho Tutelar a adoção de medidas para solucionar questões envolvendo situações de risco a infantes. Dessa forma, ele considera que o ato de criar novas leis como a 13.010/2014 deve ser substituído pelo desenvolvimento de ações que deem efetividade à legislação já existente.



Fontoura (2014) concorda que a Lei 13.010/2014 não apresenta novas punições aos autores de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante, argumentando que as penalidades já estavam previstas no Código Penal e no ECA. Todavia, ela reconhece que a nova norma traz contribuições relativas à conceituação mais precisa de tais condutas contra crianças e adolescentes, bem como à efetivação de ações em busca da educação sem violência.

Moreira e Trevizane (2012) asseveram que outros argumentos favoráveis se relacionam ao fato de que os diplomas legais não pacificavam as dúvidas quanto à ilicitude do uso de qualquer tipo de violência. As autoras consideram que a inclusão dos dispositivos ao ECA não criminaliza a violência moderada, mas explicita que essa conduta não condiz com o direito.

d) Interferência do Estado no Poder Familiar

Na legislação brasileira, *Poder Familiar* no Código Civil (CC) de 2002 veio a substituir a expressão *Pátrio Poder* (CC de 1916), tendo em vista as modificações nas funções e estruturas familiares ocorridas em nossa sociedade contemporânea (LUZ, 2009).

Poder familiar pode ser definido como as obrigações dos pais relacionadas à pessoa e aos bens dos filhos menores, assim como a permissão de que os primeiros exerçam suas autoridades com relação aos últimos. Possui natureza personalíssima e é irrenunciável e indelegável, salvo os casos previstos no ordenamento jurídico brasileiro (LUZ, 2009).

A esse respeito no Art. 22, parágrafo único do ECA temos:

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei (BRASIL, 1990).

Grande parte da discussão pública em torno da Lei da Palmada centrou-se em uma suposta contradição entre seu texto e o conceito de *Poder Familiar*. É possível argumentar que, ao interferir nas relações e nos métodos educativos existentes entre pais



e filhos, essa lei representa uma interferência do Estado no âmbito da família, reduzindo a autoridade e autonomia dos genitores e/ou responsáveis.

4. Conclusão

Ao estudar a violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil na atualidade, fatalmente se depara com dados dispersos, fragmentários ou até mesmo episódicos. Amiúde, algumas modalidades do fenômeno, como a violência física e sexual, são privilegiadas ao passo que a violência psicológica e negligência, por vezes, se mantêm ocultas (AZEVEDO e GUERRA, 2005).

Ao realizar o presente estudo, constatou-se que em virtude da recente promulgação da Lei da Palmada, há escassez de produções científicas sobre o assunto. Ainda assim, é possível concluir que, a despeito da sobreposição e redundância em relação a dispositivos legais já existentes, essa lei representa um avanço ao prever medidas de orientação. Essas medidas têm o potencial de exercer um efeito transformador mais profundo do que as consequências punitivas previstas na legislação que existia anteriormente.

De qualquer forma, é necessário reconhecer que fatores culturais colocam desafios significativos a sua aplicação – desafios esses majorados pela subjetividade dos termos da lei, que contingencia sua concretização aos critérios pessoais daqueles responsáveis por cumpri-la e à dificuldade de notificações dos casos, que por terem na família sua ecologia privilegiada, faz com que os casos se mantenham maquiavelicamente ocultos.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. “**Um cenário em (des)construção**” In: Direitos Negados – A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil (UNICEF), 2005.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Editora iglu, 2010.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Lei 13.010 de 26 de junho de 2014. **Lei 13.010**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2014.

BRASIL. Lei 9.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1990.

BRASIL. Lei 9.455, de 07 de abril de 1997. **Lei de Tortura**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1997.

DAVID, Pedro R. Sociologia Criminal.- 6a ed.- Buenos Aires: Depalma, 2003.

DESLANDES, S. F. *Care of Children and Adolescents Suffering Domestic Violence: Analysis of a Service*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 177 – 187, 1994.

DIÁGICOMO, M.J.; DIGIÁCOMO, I.A. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado. Paraná: Ministério Público, 2013.

DOMINGOS, M. **Lei Menino Bernardo amplia rede de proteção a crianças e adolescentes**. Brasília: Jornal do Senado, 2014. Disponível em <https://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/11/11/lei-menino-bernardo-amplia-rede-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes>. Acesso em 22 de abril de 2016.

FONSECA, A.C.L. Prévias anotações à Lei da Palmada. In. Criança e Adolescente. Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público. 9ª ed. Rio Grande do Sul, 2014.

FONTOURA, C.B. **Lei Menino Bernardo: breves considerações sobre as políticas públicas propostas para coibir o uso de castigo físico e difundir formas não-violentas de educação de crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34088/lei-menino-bernardo-breves-consideracoes-sobre-as-politicas-publicas-propostas-para-coibir-o-uso-de-castigo-fisico-e-difundir-formas-nao-violentas-de-educacao-de-criancas-e-adolescentes/2>. Acesso em 22/04/2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Pequenas Vítimas. Relatório UNICEF - Situação da Infância Brasileira**. Brasília: UNICEF, 2005. Disponível em: www.unicef.org. Acesso em 21 abril de 2016.

LOPES, J. **O fazer do trabalho em Ciências Sociais aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LUZ. V.P. da. **Manual de Direito de Família**. São Paulo: Manole, 2009.

MIZIARA, Carmem S. M. Galego; SERRANO, Virginia A. Gelmenti; KOK, Fernando and MARQUES-DIAS, Maria Joaquina. Síndrome da criança espancada: aspectos neurológicos em 7 casos. Arq. Neuro-Psiquiatr. [online]. 1988, vol.46, n.4, pp.359-364.



MOREIRA, L.M.R.; TREVIZANI, G.B. **Lei da Palmada: Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 106, nov 2012.

MOURA, A. C. M., SCODELARIO, A. S., CAMARGO, C. N. M. F., FERRARI, D. C. A., MATTOS, G. O., & MIYAHARA, R. P.. **Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.** São Paulo: SMADS, SEDES Sapientae, 2008.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2. p. 87-193, jul-dez. 2002.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.** 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em 16 de abril de 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php Acesso em 21 de abril de 2016.

PEREIRA, P.H.S. **Observações prefaciais à Lei, Lei Menino Bernardo**, 2014. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/30179/observacoes-prefaciais-a-lei-13-010-2014-lei-menino-bernardo>. Acesso em 23 de abril de 2016.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentado artigo por artigo.** 6ª ed., São Paulo: RT, 2014.

SANTOS, V.; CANDELORO, R.J. **Trabalhos Acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas.** Porto Alegre: AGE, 2006.

SILVA, M.J.G. da S. **Tratados internacionais de proteção infanto-juvenil.** Rio Grande: *Âmbito Jurídico*, 2016. Disponível em <http://www.ambito-ridico.com.br>. Acesso em 23 de abril de 2016.

GT 6 – CONTROLE SOCIAL, CRIME E VIOLÊNCIA

O RACISMO INSTITUCIONAL COMO FORMA MODERNA DE ESTADO DE EXCEÇÃO

Andreia Sousa de Jesus¹⁸⁷

¹⁸⁷ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES.



Resumo

O presente trabalho analisa a relação entre o racismo institucional e o estado de exceção. A identidade dos indivíduos é construída a partir das suas relações com seus respectivos meios, além de constituir por meio das marcas de diferenças, determinados estigmas. Tais estigmas favorecem a classificação negativa de indivíduos que detém poder de mando, com relação a outros indivíduos tidos como comuns, permitindo relações discriminatórias. Dessa forma é perceptível que o Estado, na representação da polícia, age de maneira discriminatória ao executar sua função, pautando-se em estigmas que tem a cor da pele como elemento principal de suspeição. O uso do conceito de racismo institucional se adequa à forma de atuação das organizações policiais, uma vez que a polícia reflete o desvio comportamental presente em diversos outros segmentos. A constituição de um ideário subjetivo em torno do que é considerado elemento suspeito passa por uma filtragem racial. O racismo se apresenta difundido socialmente em diversas instâncias, inclusive no Estado. Já o estado de exceção se relaciona de forma estreita com o conceito de racismo institucional à medida em que permite ações discricionárias dentro da legalidade prevista.

Palavras-chave: Estado, Racismo Institucional, estado de exceção.

A construção da identidade na modernidade

É perceptível que a atuação do Estado na contemporaneidade, no que diz respeito à segurança pública, perpassa por práticas excludentes as quais hierarquiza os indivíduos de acordo com a identidade. Tal hierarquização ocorre de maneira camuflada e sutil, por mais óbvia que seja a ação dos representantes – os policiais, por exemplo – deste Estado. A construção da identidade é um fenômeno arquitetado em meio a fatos cotidianos e instauração de estigmas que acompanham o indivíduo em seus processos de socialização.

Com relação ao estigma, é um termo criado pelos antigos gregos e referia-se a “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava”. (GOFFMAN, 1963. P. 11) Tratava-se de sinais corporais que identificavam de imediato um escravo, um criminoso ou um traidor. Tais sinais eram feitos com cortes ou fogo. Já na Era Cristã, o estigma apresentou duas noções: a primeira designava sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; a segunda, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico.



O conceito atual é amplo. Considera-se estigmatizante qualquer característica, não necessariamente física ou visível, que não se harmoniza com o quadro de expectativas sociais acerca de determinado indivíduo. O indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real – a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir – inclui um atributo que frustra as expectativas de normalidade. Dessa forma, o estigmatizado deixa de ser considerado um indivíduo comum, sendo reduzido. (Goffman, 1963).

Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que nos leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação. (GOFFMAN, 1963. P. 12-13)

O termo estigma refere-se a um atributo profundamente depreciativo. Reduz um indivíduo aplicando um efeito de descrédito. Goffman (1963) distingue três tipos de estigma: as deformações físicas, sendo as deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto, dentre outras; os desvios de caráter, representados pelos distúrbios mentais, vícios, doenças associadas ao comportamento sexual, reclusão prisional, etc.; e estigmas tribais, relacionados com a pertença a uma raça, nação ou religião. Assim, um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui uma característica diferente da prevista, um estigma.

Quando se relaciona estigma com identidade, o intuito é estabelecer um elo que comprove a hierarquização da identidade por meio do processo de diferenciação.

A identidade e a diferença coexistem numa relação de estreita dependência. Enquanto a primeira tem como referência apenas a si própria, sendo autocontida e autossuficiente, a segunda é concebida como autorreferenciada, ou seja, simplesmente existe, remetendo a si própria. A identidade é afirmada pela diferença por meio de relações comparativas de negação, sendo o ponto original relativamente ao qual se



define a diferença. Diferença esta que derivada da identidade. Assim sendo, a diferença e a identidade estão mutuamente determinadas. Para além, os dois elementos em análise são criações sociais e culturais os quais resultam de atos de criação da linguística. A língua é um sistema de diferenças. No entanto, a linguagem é constituída por um sistema de significação com uma estrutura instável. Tal instabilidade é decorrente de uma característica fundamental do signo. (Silva, 2014)

O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto (o objeto 'gato'), um conceito ligado a um objeto concreto (o conceito de 'gato') ou um conceito abstrato ('amor'). O signo não coincide com a coisa ou o conceito. (SILVA, 2014. P. 78)

Além disso, nenhum signo pode ser reduzido a si mesmo, ou seja, reduzido à identidade. A existência de um signo é marcada pela diferença que sobrevive em cada signo como traço. Portanto, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem. (Silva, 2014)

Na conjuntura da modernidade, no que diz respeito ao multiculturalismo, existe um vago apelo ao respeito para com a diversidade e a diferença. Sob a óptica da diversidade, diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, essencializadas. A posição socialmente aceita é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Verifica-se que esse contexto de "tolerância" reflete um posicionamento liberal, uma vez que a identidade está envolvida em um processo de disputa por recursos simbólicos e materiais da sociedade. A enunciação da diferença e a afirmação da identidade traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Um campo de conflito é instaurado quando a identidade e a diferença são impostas - e não simplesmente definidas - e colocadas em um espaço de disputa hierarquicamente estabelecido. Dessa forma, é perceptível que a identidade e a diferença estão em conexão com relações de poder. (Silva, 2014)

Silva (2014) ainda destaca que a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. No entanto, há outros processos que remetem a essa diferenciação ou que com ela mantém uma estreita relação. Dentre as formas de marcas da presença do poder estão: incluir e/ou excluir determinando pertencimento ou



não, de determinado grupo; demarcação de fronteiras, que é o espaço entre o “nós” e o “eles”; classificação entre bons, maus, puros, impuros, desenvolvidos, primitivos, racionais, irracionais; normalização, qualificando entre os pertencentes ao grupo como normais, e os não pertencentes como anormais. (Silva, 2014)

A classificação é um processo que está centralizado na vida social, podendo ser compreendido como uma ação de significação pelo qual se divide e se ordena o mundo social em grupos. A identidade é o ponto de partida pelo qual as classificações são feitas, e assim, dividir e classificar é também uma forma de hierarquizar. (Silva, 2014)

Uma análise da concepção de racismo por meio dos mecanismos de poder

Conforme analisou Foucault (1999), a noção de guerra foi eliminada da análise histórica pelo princípio da universalidade nacional, sendo esta uma guerra das raças. O tema da raça é retomado por meio do racismo de Estado ainda no século XIX, a partir da tomada de poder sobre o homem enquanto um ser vivo, ou seja, por meio da estatização do biológico. O pensamento de Foucault (1999) perpassa a teoria clássica da soberania, à qual o direito de vida e de morte eram elementos fundamentais, apesar de não serem fenômenos naturais, mas de escolha do soberano, o qual impõe o direito de fazer morrer ou deixar viver. A vida e a morte do súdito só se tornam direito pelo efeito da vontade soberana, assim os súditos são sujeitos neutros, tendo o direito de estar vivo ou morto de acordo com o desejo do soberano. Por meio da análise apresentada, o autor em estudo considera que a questão da vida começa a problematizar-se no campo do pensamento político, especificamente, da análise do poder político.

Verifica-se que surgem técnicas, dentre os séculos XVII e XVIII – especificamente, final do século XVII e decorrer do século XVIII – centradas no corpo individual. São procedimentos que asseguravam a distribuição espacial dos corpos individuais e a organização desses corpos em um campo de visibilidade, ao mesmo tempo, eram técnicas de treinamento, técnicas de racionalização e de uma economia estrita de um poder que se devia exercer. Para além, tais manejos ocorriam mediante um



sistema de vigilância, hierarquia, inspeção, o que constituía a *tecnologia disciplinar do trabalho*. Durante a segunda metade do século XVIII, surge uma nova organização do trabalho, a qual não exclui a primeira: a *tecnologia do poder*. Esta possui todas as características da tecnologia anterior, no entanto, rege a multiplicidade dos homens. É individualizante ao mesmo tempo em que é massificante. No fim deste mesmo século nasce a *biopolítica* da espécie humana. Esta constitui-se de um conjunto de processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que compõem, no século XVIII, junto com uma porção de problemas econômicos e políticos, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. O campo de ação da biopolítica concentra-se na natalidade, na morbidade, nas incapacidades biológicas diversas, nos efeitos do meio. Conseqüentemente, verifica-se: a) o aparecimento do corpo múltiplo por meio da noção de população; b) passa-se a levar em consideração a natureza dos fenômenos. Fenômenos estes que são coletivos, sendo pertinentes somente no nível da massa, além de serem aleatórios e imprevisíveis. Para além, aparecem com seus efeitos políticos e econômicos; c) a biopolítica vai implantar mecanismos que tratarão de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, estabelecimento de mecanismos reguladores disciplinares. (FOUCAULT, 1999)

(...) portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a 'população' enquanto tal, sobre o homem quanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de 'fazer viver'. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (...) a manifestação desse poder aparece concretamente nessa famosa desqualificação progressiva da morte (...). (...) a grande ritualização pública da morte desapareceu, ou em todo caso foi-se apagando, progressivamente, desde o fim do século XVIII até agora. A tal ponto que, agora, a morte (...) tornou-se, ao contrário, aquilo que se esconde; ela se tornou a coisa mais privada e mais vergonhosa (e, no limite, é menos o sexo do que a morte que até hoje é objeto de tabu). Ora, eu creio que a razão por que, de fato, a morte tornou-se assim essa coisa que se esconde não está numa espécie de deslocamento da angústia ou de modificação dos mecanismos repressivos. Está numa transformação das tecnologias de poder. (FOUCAULT, 1999. P. 295)



Considera-se que o poder intervém para aumentar a vida, controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, enfim. Enquanto que no direito de soberania a morte era o absoluto poder do soberano, agora a morte será o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, voltando-se a sua parte mais íntima. (Foucault, 1999)

Comparando a tecnologia regulamentadora da vida com a tecnologia disciplinar do corpo, Foucault (1999) avalia que se tem duas séries: a série corpo, a qual está voltada para o organismo, disciplina e instituições; e a série população, composta pelos processos biológicos, mecanismos regulamentadores e o Estado. “Um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, (...) e, de outro lado, um conjunto biológico estatal: a bio-regulamentação pelo Estado”. (FOUCAULT, 1999. P. 298). Avalia-se que os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro.

O elemento que vai transitar entre o disciplinar e o regulamentador é a norma. Esta pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. Assim, a sociedade de normalização é uma sociedade em que atravessam a norma da disciplina e a norma da regulamentação, de acordo com uma articulação ortogonal. Percebe-se aqui, um poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, da vida, de modo geral, com o pólo do corpo e o pólo da população. Está localizado assim, o biopoder o qual permite identificar os paradoxos que aparecem no limite de seu exercício: de um lado, o poder atômico que, “no poder de fabricar e de utilizar a bomba atômica, temos a entrada em cena de um poder de soberania que mata mas, igualmente, de um poder que é o de matar a própria vida”. (FOUCAULT, 1999. P. 303). O poder exercido nesse poder é capaz de anular a vida; por outro lado, o movimento é de excesso do biopoder sobre o direito do soberano. Tal excesso surge quando “a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, (...), de fabricar vírus incontroláveis e universalmente destruidores”. (FOUCAULT, 1999. P. 303)



O motivo pelo qual o racismo foi inserido nos mecanismos do Estado foi a urgência do biopoder. A partir desse momento, o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, assim como se exerce nos Estados modernos, fazendo com que não haja funcionamento moderno do Estado sem que se passe pelo racismo. Para tanto, Foucault (1999) define racismo como sendo:

(...) um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT, 1999. P. 304-305)

A análise Foucault (1999) acerca dos mecanismos de poder e do racismo permite interligar a noção de racismo institucional presente na contemporaneidade. Tal conceito surge para explicar as práticas discricionárias dos policiais, por exemplo, no que dizem respeito às abordagens e à identificação de indivíduos considerados suspeitos, especificamente, os indivíduos de identidade negra. É perceptível que o Estado moderno se pauta de fatores biológicos para executarem suas ações socialmente estabelecidas e sobscritas por normas.

Sobre o Racismo Institucional

A partir da década de 1960 fatos como a luta contra o Apartheid na África do Sul, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e o fim do colonialismo nos países africanos e asiáticos representaram mudanças acentuadas nas análises acerca do racismo no mundo. Reconheceu-se que as instituições, práticas administrativas e estruturas políticas e sociais podiam agir de maneira adversa e racialmente discriminatória ou



excludente. Também se reconhecia que os processos discriminatórios têm vida própria causalmente, independente da ação de uma pessoa individualmente racista. O conceito de racismo foi ampliado para cobrir as formas de racismo institucional e racismo estrutural. (SANTOS, 2012. P. 23)

Assim, o racismo passou a ser identificado enquanto situação que pode ocorrer, independentemente da vontade individual, ao reconhecer que determinadas práticas realizadas por instituições são capazes de discriminar, obstaculizar, impedir e prejudicar interesses de um grupo étnico. (Santos, 2012)

Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton (1967) (...) ao escreverem o livro *Black Power: the politics of liberation*, em 1967, apresentaram a distinção entre racismo individual, racismo estrutural e discriminação racial nos Estados Unidos. Para os autores, o racismo apresenta-se de uma forma aberta e associada aos indivíduos, e, de outra forma, não declarada e institucional. O importante dessa análise é que passa a dissociar o racismo de atos e intenções ou da consciência de alguns atores. (...) Em 1945, uma decisão do Ministério da Educação pôs em prática uma lei para corrigir as condições dos negros americanos. Sequencialmente, foi instituído o Programa dos Direitos Civis, para penalizar a discriminação, e programas assistenciais, para assegurar a pobres brancos e negros receberem um mínimo de auxílio social. Segundo a crítica dos ativistas negros, e de Carmichael e Hamilton, mesmo parecendo que o racismo estivesse sendo atacado e a discriminação racial penalizada, os negros permaneciam em situação de inferioridade. Então, argumentaram que, embora o governo não estivesse nas mãos de racistas e a discriminação racial estivesse sendo penalizada, 'as próprias instituições normais para o funcionamento da sociedade americana estavam a provocar consequências que eram prejudiciais para os negros e representavam uma espécie de racismo institucional' (Rex, 1988:170 *apud* SANTOS, 2012, P. 25)

O racismo institucional revela-se por meio de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas – explícitos ou não – que dificultam a presença dos negros nesses espaços. O acesso é dificultado por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos. A ação é violenta na medida em que atinge a dignidade humana. A especificidade desse racismo foi incorporada na discussão dos movimentos negros na América Latina, especialmente no Brasil, auxiliando na explicação da permanência dos negros em uma situação de inferioridade por mecanismos não percebidos socialmente. Há racismo institucional



quando uma instituição cria um fato social hierárquico, com estigma visível ou espaço social reservado, porém, não reconhece as implicações raciais do processo. Dessa forma, o problema está no funcionamento da sociedade na qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros, sem que haja necessidade de teorizar ou tentar justificá-los pela ciência. A discriminação pode ser sistêmica e, por sua vez, mais difícil de identificar e de compreender, quando está internalizada e naturalizada por discursos de que se vive em um país miscigenado. Sendo assim, o racismo institucional gera hierarquias através de práticas profissionais rotineiras, ditas universalistas, dentro de instituições, sejam elas públicas ou privadas, que controlam espaços públicos, serviços ou imagens (Santos 2012).

Compreende-se que, para além de uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes. É ainda, um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo para alcançar coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos indivíduos mais claros, contribuindo também para a negligência e a deslegitimação das necessidades dos indivíduos negros (SEPPIR, 2012).

A segurança pública é uma das instâncias da ação estatal em que a seletividade racial se torna mais patente. Há diversas formas de a administração pública atuar sobre o quadro de injustiça racial, manifestado nas taxas de violência desiguais contra a população negra. O processo de produção da segurança pública consiste em atividades de controle da criminalidade e da violência pelo sistema de justiça criminal, que é composto por instituições ligadas aos poderes Executivo e Judiciário, que atuam em etapas encadeadas e sucessivas de controle social que definem o papel do Estado na consecução da ordem pública. Como representante do Estado nas ruas, o policial deve, por lei, tratar os cidadãos de forma universal, imparcial, sem distinções de classe, cor de pele, gênero etc. Isso se dá, porém, no campo ideal. Negros são maiores vítimas de agressão por parte de policiais que brancos. Como mostra a Pesquisa Nacional de Vitimização, 6,5% dos negros que sofreram uma agressão no ano anterior tiveram como



agressores policiais ou seguranças privados (que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga), contra 3,7% dos brancos (IBGE, 2010 *apud* IPEA, 2011. P. 23).

Rotineiramente o policial fardado em atividade utiliza-se da suspeita e da abordagem enquanto instrumentos de trabalho, para os quais procura estabelecer fundamentos ou racionalizações. Ou seja, o policial, que se pauta da subjetividade na sua ação, deveria ter argumento articulado para tomar a decisão de parar e revistar um cidadão, uma vez que tal ato constrange à liberdade (IPEA, 2011).

A abordagem policial é fundamentada no Código de Processo Penal (CPP), que, em seus Artigos 240 e 244, trata desse tema, definindo que, mesmo sem mandato, o policial pode realizar busca domiciliar ou pessoal em caso de fundada suspeita. No entanto, o termo *fundada suspeita* é muito subjetivo, sendo a determinação de sua existência dependente da discricionariedade do poder de polícia (Teixeira Júnior, 2001 *apud* IPEA, 2011).

Retomando à análise de Goffman (2012) e Silva (2014), acerca do estigma e da identidade, o estigma da cor acompanhou o negro na caracterização de suspeitos. O racismo de autoridades policiais associa o negro ao ócio, à violência e à permissividade sexual. Aparentemente, a violência cotidiana pode afetar a todos os indivíduos em igual intensidade, independente de classe social, fenótipo, idade e sexo. As mensagens veiculadas midiaticamente reforçam essa percepção. Porém, análises mais recentes apontam que nem todos são atingidos da mesma forma pela violência. As taxas de homicídios são mais altas nos bairros mais pobres, favelas e onde os serviços urbanos são mais deficientes (Santos, 2008).

Nas abordagens policiais na rua, em que a atuação policial é menos sujeita ao controle de outras esferas do Estado, surgem mais oportunidade para que preconceitos relacionados com o fenótipo adquiram maior peso na aplicação da lei e da ordem. Para além, tomando por base o exposto, considera-se que o fator cor da pele, uma característica de identidade e de marcação da diferença, é elemento motivador da ação policial, ou seja, do Estado. A constituição de um ideário subjetivo em torno do que é considerado elemento suspeito passa por uma filtragem racial.



A “Vida nua” e o “estado de exceção”

Verifica-se que, por meio da análise acerca do racismo institucional e da caracterização de suspeitos, a vida biológica condiciona fatos politicamente decisivos, nesse caso, ao indivíduo negro não é permitido o trânsito livre a todos os espaços sociais disponíveis. Contrastando às análises descritas, percebe-se, nesse contexto entre racismo institucional e identidade, no que tange a suspeição de indivíduos negros, uma relação entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder.

Agamben (2004) analisa que o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder não podem ser separados uma vez que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário do poder soberano. Por “vida nua” (Agamben, 2002) entende-se a “vida matável e insacrificável do homo sacer, cuja função essencial na política moderna pretendemos sacrificar”. (AGAMBEN, 2002. P. 16). A vida natural (zoé) condiciona a vida qualificada (bíos). Isso quer dizer que os fundamentos da vida social, politicamente se tratando, estão pautados na caracterização biológica dos indivíduos, ou seja, a fundação da democracia se estabelece por meio de uma inclusão excludente da vida nua. Agamben (2002) considera ainda que

A tese foucaultiana deverá, então, ser corrigida ou, pelo menos, integrada, no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da zoé na pólis, em si antiquíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o progresso pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, bios e zoé, direito e fato entram numa zona de irreduzível indistinção. (AGAMBEN, 2004. P. 16)

A democracia moderna se apresenta desde o início como uma reivindicação e uma liberação da zoé, que ela procura transformar a mesma vida nua em forma de vida e de encontrar o bíos da zoé. No entanto, a política não conseguiu construir a articulação entre zoé e bíos e, assim, a vida nua está presa à política sob a forma de exceção, ou seja, algo é incluído somente através de exclusão.



De forma comparativa, percebe-se uma estreita ligação entre o estado de exceção e o racismo institucional: o primeiro instaura uma guerra civil legal que permite a eliminação física de categorias de cidadãos que pareçam não integráveis ao sistema político (Agamben, 2004); o segundo utiliza de mecanismos de controle que impedem a presença dos sujeitos negros em determinados espaços, não permitindo sua ascensão social. O estado de exceção se apresenta como o paradigma de governo dominante na política contemporânea, além de se mostrar como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (Agamben, 2004)

O significado imediatamente biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão aparece claramente na ‘military order’, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a ‘indefinite detention’ e o processo perante as ‘military commissions’ (...) dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas. (AGAMBEN, 2004. P. 14)

Dessa forma, o estado de exceção se apresenta enquanto suspensão da própria ordem jurídica, definindo seu conceito-limite. De acordo com Agamben (2004), uma análise do estado de exceção nas tradições jurídicas dos Estados ocidentais mostra um fracionamento entre ordenamentos que regulam o estado de exceção o texto da constituição ou por meio de uma lei, e ordenamentos que preferem não regulamentar explicitamente o problema. Tal estado apresenta-se como uma medida ilegal, mas perfeitamente jurídica e constitucional, que se efetiva na elaboração de novas formas. No entanto carrega consigo uma zona ambígua e incerta, onde os procedimentos, legais ou não, se transformam em direito e as normas jurídicas indeterminam-se em fato. Aqui, verifica-se que fato e direito tornam-se indiscerníveis.

Considerações finais

O estado de exceção apresenta-se, na sua gênese, enquanto a suspensão do Estado de Direito por meio do próprio direito, ou seja, em momentos de crise – ou que



sejam oportunos aos “soberanos” – é necessário que se suspenda a legislação vigente e atue dentro de uma inconstitucionalidade, porém, mantendo a legalidade da suspensão. De forma sistemática, considera-se que há estado de exceção em circunstâncias em que a lei prevê que o indivíduo não pode se pautar da legislação para sua defesa. Aqui, é perceptível que em uma atuação policial ostensiva, em que o agente do Estado de Direito conta com seus instrumentos subjetivos de trabalho, tais como a abordagem policial pautada na filtragem racial, não há chances de defesa que se concretizem por parte do indivíduo abordado. Isso ocorre porque, legalmente, é permitido ao policial que utilize da força física durante a sua abordagem. A segurança pública resguarda ao mesmo tempo em que agride.

A “guerra civil legal” citada por Agamben (2004) pode ser comparada, por exemplo, à “guerra contra o tráfico de drogas” – a qual não tem validade – decretada pelo Estado democrático de Direito no Brasil, que se apresenta como transitória, permitindo a eliminação de indivíduos da esfera pública e política por parte do Estado. A “soberania” deste Estado está no poder de eliminar os indivíduos de acordo com a situação em que os agentes de segurança se encontram. Eliminação esta que acontece de forma inconstitucional.

As ações policiais no que tange à utilização da força física de forma truculenta atingem em maior proporção os indivíduos negros entre 15 e 29 anos. Dessa forma, o estado de exceção compõe, categoricamente, recortes – racial e etário – no que diz respeito à atuação da soberania do Estado. Há racismo institucional onde a administração pública não permite que sujeitos negros ascendam socialmente ou são impedidos de ocupar determinados espaços os quais as oportunidades são, ou deveriam ser, abertas a todos os indivíduos. A convivência do Estado para com a eliminação desses indivíduos negros em tais espaços, de forma legal mesmo que inconstitucional, caracteriza um estado de exceção em sua forma moderna.

Referências



AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução: Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Michael Schröter (org.). Tradução: Vera Ribeiro. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 / 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada / Erving Goffman; [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. – 4.ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2012

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim de Análise Político-institucional**. N.1 (2011). Brasília : Ipea, 2011.

SANTOS, Ivair Augusto dos Santos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPPIR). **Racismo institucional**: Uma abordagem conceitual. <Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Crime e corrupção: interpretações de internautas sobre o esquema de corrupção da ODEBRECHT

Tayanne Ferraz da Silva Poberschnigg
Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

RESUMO

No Brasil, as investigações sobre esquemas de corrupção nas organizações ganharam maior expressão pela Operação Lava Jato. Nesse contexto, consideramos esquema de corrupção envolvendo a Odebrecht, o qual tem sido bastante divulgado nacionalmente



pelos jornais *online*, como foco de nossa pesquisa, com o objetivo de analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht. Para tanto, realizamos uma análise de conteúdo dos comentários encontrados no jornal Folha de S. Paulo *online*, identificando cinco assuntos mais recorrentes nas discussões: empresário de bem e empresa sanguessuga, conteúdo e censura do jornal, causas da corrupção, consequências da corrupção e os culpados e o combate à corrupção. Os resultados indicam que os internautas estão atentos aos fatos e procuram se posicionar a respeito. Além disso, a maioria dos internautas autores dos comentários acredita que a corrupção pode ser combatida e que ela está associada aos políticos e ao setor público.

Palavras-chave: Odebrecht; Corrupção; Internautas.

INTRODUÇÃO

A corrupção envolve um desvio de conduta (IJEWEREME, 2015; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004), sendo referida por alguns autores como o uso abusivo do poder com finalidade de ganhos pessoais (AMUNDSEN, 1999; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016a). Em geral, a corrupção pode impactar negativamente a sociedade, o ambiente, a economia e a política (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b), trazendo consequências financeiras e para a liberdade das pessoas, além de riscos para a saúde e, em casos mais extremos, até para a própria vida, conforme o Transparency International (2016b).

Levando em consideração as importantes implicações e a atualidade do assunto, neste artigo, nos orientamos pelo seguinte questionamento: “quais as interpretações dos internautas sobre o esquema de corrupção que envolve a Odebrecht?”. Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado, na imprensa nacional, sobre o caso de corrupção na Odebrecht.



Para tanto, adotamos a pesquisa de base qualitativa, analisando os comentários postados nas reportagens do jornal Folha de S. Paulo online sobre o assunto, abrangendo o período de junho de 2015 até dezembro de 2015. Nós escolhemos a Folha de S. Paulo por esse ser um jornal de amplo acesso, tanto impresso quanto digital, e por ser considerado um dos principais jornais brasileiros em circulação.

Optamos por analisar os comentários de internautas devido ao objetivo deste estudo, à facilidade de acesso ao material para análise e pela internet ser um dos meios de comunicação mais utilizados pelos brasileiros (BRASIL, 2014). Em relação à organização, elegemos a Odebrecht, pois, além de essa ser uma multinacional brasileira, é um dos casos de corrupção de maior repercussão, dado que a empresa é uma das protagonistas do esquema deflagrado pela Operação Lava Jato.

Além desta introdução, o artigo conta com uma revisão da literatura para embasar este estudo, abrangendo conceitos, causas, efeitos e combate à corrupção; procedimentos adotados; a apresentação e discussão dos resultados; e as considerações finais, retomando o objetivo geral, além de expor as contribuições do estudo, bem como suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

CORRUPÇÃO: CONCEITO, CAUSAS, EFEITOS E COMBATE

A corrupção é um fenômeno social cuja definição não é comum para todos os estudiosos da área (IJEWEREME, 2015; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004; GICO JR; ALENCAR, 2011). Ainda, sua ocorrência pode ser observada ao longo de nossa história e em diversos países, não sendo apenas uma preocupação local e atual (GICO JR; ALENCAR, 2011; LEAL; RITT, 2015).

O termo corrupção tem origem do latim *corruptionis*, remetendo à ideia de devastação e apodrecimento, sendo composta por dois termos conectados, *cum* e *rumpo*, que indicam “rompimento total”, conforme Leal e Silva (2014). Os autores também destacam que nem sempre a palavra corrupção esteve associada à política. Inicialmente, ela era vista como um ciclo natural na biologia, possuindo o sentido de degradação ou decomposição.



Leal e Ritt (2015, p. 16) apresentam a corrupção como um “[...] comportamento nefasto para a sociedade, que traz como maiores prejudicados as pessoas mais carentes, com poucos ou nenhum recurso com relação à saúde, à educação e a políticas públicas [...]”. A corrupção consiste na prática e consequência de se corromper e aos demais (PEREIRA, 2002). Em seu estudo, Ijewereme (2015, p. 2) concluiu que a corrupção, seja ela política ou não, “[...] implica em qualquer ação que viola regras eleitorais/os deveres formais de qualquer papel, regra ou norma pública com respeito a confiança pública”.

Relacionando a corrupção à política, Amundsen (1999) afirma que os tomadores de decisão política vão usar o poder que lhes é atribuído pra conseguir mantê-lo. Na mesma direção, o Transparency International (2016a) acredita que a corrupção envolve o emprego do poder de forma abusiva por quem o detém, em busca de favorecimento pessoal. Ambos expõem que a corrupção pode ser considerada pequena, ou burocrática, quando os atos corruptos ocorrem por parte de colaboradores públicos de baixo a médio nível, ou grande, envolvendo um nível alto do sistema político.

Complementariamente, Pereira (2002) discute que ações corruptas podem acontecer em diversos níveis e áreas do setor público, como, também, o seu alcance é variado, podendo-se conceituar a corrupção a partir de quatro enfoques, segundo Brei (1996): mercado, regulamentações formais, interesse público e opinião pública. Partindo da perspectiva de mercado, o mesmo autor aponta que a corrupção está relacionada à “[...] compra de favores de burocratas responsáveis pela formulação e administração de políticas econômicas do governo” (BREI, 1996, p. 65-66). Ainda, Brei (1996, p. 66) discorre que “tais pagamentos não são legitimados por processos políticos e administrativos corretos. São apropriados pelos burocratas, e não pelo Estado mediante o recolhimento devido”.

Embora não haja um consenso sobre em que consiste a corrupção, é reconhecido que a mesma pode estar em diversas sociedades (AMUNDSEN, 1999; LEAL; RITT, 2015) e que possui consequências negativas, resultando em vários problemas sociais, econômicos, políticos e/ou ambientais (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). Por isso, além de ter noção sobre seu conceito, é relevante



compreender suas causas (KUBBE, 2014; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004), efeitos (AMUNDSEN, 1999) e como essa pode ser combatida ou reduzida (GICO JR; ALENCAR, 2011; KUBBE, 2014).

Conforme Amundsen (1999), o modo como a corrupção política é vista pode variar conforme o regime político. Em países mais autoritários, ela não é uma prática evitada, mas desejada e aplicada, sendo entendida como um processo normal. Já em países mais liberais e democráticos, o autor afirma que, apesar de a corrupção estar presente, ela ocorre de uma maneira mais ocasional.

Anand, Ashforth e Joshi (2004) discutem que, geralmente, a corrupção não é causada apenas por uma pessoa, envolvendo um número maior de participantes em um ambiente de trabalho. Ainda, existe uma tendência de que os crimes de colarinho branco não sejam vistos como tal pelas pessoas que o praticam; e as mesmas utilizam de práticas de racionalização e socialização como forma de evitar esse caráter negativo da corrupção, enxergando-a como uma ocorrência comum e aceitável em seu cotidiano.

Tendo-se introduzido as causas do fenômeno da corrupção, é importante também discutirmos os seus efeitos, os quais podem abranger as dimensões sociais, econômicas, políticas e/ou ambientais (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). No âmbito social, o Transparency International (2016b) diz que a corrupção corrói a sociedade, o que remete ao sentido inicial do termo (LEAL; SILVA, 2014).

Na medida em que se alastra pela sociedade, a corrupção gera uma desconfiança acerca de seus líderes e do próprio sistema por parte das pessoas que não tomam iniciativas de combate, por ser algo comum (SCHILLING, 1999; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). Assim, ainda não existe um real interesse de combate à corrupção, não havendo uma postura proativa para a resolução desse problema, segundo Pereira (2005).

Ao se estudar corrupção, apontam Leal e Ritt (2015), deve-se levar em conta as características históricas e culturais da localidade, a fim de compreender os limites de aceitação dessa prática pela sociedade. Afinal, se a população, em geral, tende a aceitar e praticar atos imorais ligados à corrupção, não se pode descartar a possibilidade que



seus representantes sigam a mesma conduta. Complementariamente, Furtado (2012) apresenta que, além da questão cultural, inúmeras oportunidades para ações desviantes e a certeza da impunidade colaboram para que a corrupção permaneça.

Dessa forma, Amundsen (1999) aborda as consequências políticas e econômicas da corrupção. Em relação aos efeitos políticos, o autor diz que, independentemente, se a lei, os direitos humanos e a divisão do poder são respeitados em um país, a constante incidência de corrupção representa um risco para qualquer sistema democrático. Isso, pois, nada mais é do que um obstáculo ao regime, transgredindo seus princípios essenciais de transparência, igualdade, prestação de contas e equidade (KUBBE, 2014).

Quanto às consequências econômicas, embora reconheça que há particularidades, Amundsen (1999) discute que, em geral, a corrupção é nociva para o desenvolvimento econômico, ao passo que inibe a iniciativa privada, como, também, os investimentos e auxílio externos, por exemplo. O impacto na economia dependeria do quanto centralizada, coordenada, organizada e disciplinada a corrupção é no país. Complementariamente, o Transparency International (2016b) cita que, a fim de se beneficiarem, os políticos corruptos vão priorizar investir em usinas de energia e refinarias, por exemplo, ao invés de destinar recursos às escolas, hospitais e estradas. Assim, tem-se como consequência econômica o esgotamento da riqueza nacional.

Há também agravantes ambientais. Quando não são cumpridos os regulamentos e legislações que remetem ao meio ambiente, ou até mesmo quando eles não existem no país, pode haver muitos danos ao sistema ecológico, em virtude de sua má exploração (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b).

Diante desses danos apresentados, faz-se necessário compreender como a corrupção pode ser reduzida ou combatida (GICO JR; ALENCAR, 2011; KUBBE, 2014). Zancanaro (1995) acredita que há somente duas formas para enfrentar o fenômeno: investir fortemente em Educação e punir pedagogicamente os infratores. Schilling (1999), por sua vez, diz que, para combater a corrupção, é necessário que as pessoas acreditem na mudança. Para a autora, deve-se confiar que os órgãos vão cumprir seu papel no que se refere a investigar, julgar e punir casos de atos corruptos, ou seja, uma postura não apática em aceitar os crimes leva a resultados.



No Brasil, Pereira (2008) diz que, *a priori*, cabe ao Estado estabelecer a moral na sociedade, combatendo, constantemente, os atos corruptos em prol dos princípios de um regime democrático, os quais são violados pelas práticas ilícitas, segundo Kubbe (2014). Porém, no caso do Brasil, encontra-se uma corrupção sistêmica, não bastando somente essa governança responsável. Faz-se necessário, também, uma mobilização da sociedade civil e da política em prol de controlar aqueles que detêm o poder (PEREIRA, 2005).

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nosso estudo é de natureza qualitativa, pois tem por objetivo analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht. Essa empresa é uma organização inquirida pela Operação Lava Jato, a qual teve início no ano de 2009, sendo considerada a maior investigação referente à lavagem de dinheiro e à corrupção no Brasil (BRASIL, 2016b).

Por meio das interceptações, foi descoberto que o doleiro Youssef havia doado um automóvel para Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Após o acontecido, em março de 2014, começaram, efetivamente, as investigações, e o Ministério Público Federal (BRASIL, 2016a) recolheu diversas evidências de que havia um esquema de corrupção ocorrendo há, pelo menos, 10 anos. Participavam desse esquema empreiteiras, dentre as quais, a Odebrecht, que pagavam propina à alta administração da Petrobrás e a outros agentes do setor público (BRASIL, 2016a).

O foco da operação nas empreiteiras ocorreu em 2015, colidindo na prisão dos presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, no dia 19 de junho de 2015 e marcando o início da 14ª fase da Operação Lava Jato. Junto com o presidente desta organização, Marcelo Odebrecht, foram presos, também, os diretores Alexandrino Alencar, Márcio Faria e Rogério Araújo (MACEDO, 2015). Em vista disso, o período no qual baseamos nossa pesquisa compreendeu de 19 de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Escolhemos os comentários de internautas como objeto de estudo, pois a internet é bastante utilizada no Brasil (BRASIL, 2014), sendo considerada um espaço para



interações complexas e apresentando uma variedade de jornais disponíveis *online*. Optamos pela Folha de S. Paulo, o maior jornal pago em circulação no país (ANJ, 2014).

Assim, realizamos uma busca no *website* do jornal com a expressão “corrupção Odebrecht”. Ao todo, foram encontradas 309 notícias na Folha de S. Paulo relacionadas ao esquema de corrupção na Odebrecht, no período estabelecido para a pesquisa. Dessas, descartamos aquelas que não continham comentários, o que resultou em 193, as quais, juntamente com os comentários, constituem o corpus desta pesquisa.

Quanto aos comentários, foram encontrados 5.197, o que consideramos que seja o suficiente para atingir o nosso objetivo. Escolhemos essa fonte de informações para a nossa análise, pois, em pesquisas da área de organizações, segundo Medeiros, Valadão Jr e Miranda (2013, p. 620), “[...] as postagens de internautas são uma fonte rica para análise quando se pretende compreender opiniões e concepções heterogêneas e multifacetadas sobre determinados aspectos relacionados às organizações e gestão”. Entendemos que os comentários postados nas notícias publicadas colaboram para esta discussão, de modo que, além de exporem suas opiniões a respeito do assunto, os internautas podem conversar e debater entre si. Ainda, apesar de ter sido muito abordado o quanto a mídia pode ser especulativa ao longo dos anos, pouco se investigou a opinião dos leitores, ou usuários de internet, relacionada ao conteúdo produzido.

Para a operacionalização da análise, partimos de questionamentos ligados à temática que orientaram a análise das interpretações dos internautas: Como a população expõe sua opinião sobre casos de corrupção? Ao opinarem, os internautas tendem a concordar com o que é publicado em reportagens de jornal a respeito do esquema de corrupção ligado à Odebrecht? Os internautas sugerem medidas de combate à corrupção?

Para respondê-las e atingir nosso objetivo, utilizamos a análise de conteúdo, a qual é adequada para pesquisas qualitativas (HSIEH; SHANNON, 2005). Essa técnica utiliza de diversos materiais como base de análise, dentre os quais podem ser citados fotografias, vídeos, relatórios oficiais, relatos autobiográficos, revistas e notícias de jornais, sendo essas as fontes de informação utilizadas em nosso estudo.



Posteriormente, fizemos um recorte, separando comentários com frases semelhantes e identificando cinco categorias que se diferenciavam. Agrupamos esses comentários em categorias comuns, de modo que cada comentário é apresentado na sessão seguinte pelo código “C(i,j)”, em que “i” indica o número do comentário e “j” a sua categoria. Finalmente, fizemos a interpretação da interpretação dos internautas, articulando os achados com o que foi apresentado na revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, analisamos os comentários dos leitores da Folha de S. Paulo *online* em notícias a respeito do esquema de corrupção envolvendo a multinacional Odebrecht. Ao todo, encontramos 5.197 comentários, dos quais 405 foram destinados às publicações de 19 de junho de 2015 no referido jornal, dia que ficou marcado pela prisão do presidente da organização em questão, Marcelo Odebrecht.

Ainda, percebemos que, mais da metade das notícias pesquisadas, 162, e de seus respectivos comentários, 3032, datavam de junho a julho de 2015, o que indica que os usuários de internet procuraram se posicionar frente à denúncia de corrupção envolvendo as empreiteiras, realizada na 14ª fase da Operação Lava Jato.

A seguir, discutimos as temáticas identificadas pela análise de conteúdo.

Temática 1: Empresário de bem e Empresa sanguessuga

No que tange à Odebrecht, poucos internautas defenderam ou acusaram a organização diretamente. A maioria apresentou comentários que acusavam políticos e partidos.

Em reportagens próximas ao dia 19 de junho de 2015, encontramos comentários como os que seguem:

Meu Deus conheço o Marcelo pessoa de bem em nada desabona sua conduta. Não estou acreditando. Tem que um basta somos um pequeno empresário e tudo isso repercute na nossa vida e nos nossos negócios. O Marcelo e os outros executivos de todas essas empresas envolvidas tem que continuar com suas inteligências do bem fazendo no Brasil ser forte. O que de benéfico uma prisão de pessoas de bem vai trazer nesse momento. Deus ilumine (C3.1).

Grandes empresários deste País, responsáveis por milhares de empregos, estão na cadeia sem sentença transitado em julgado, considerando bandidos



e malfeitores por terem, segundo denuncia, praticado corrupção ativa, para manter seus negócios e renda para muito pobre. [...] (C18.1).

Além disso, outros comentários próximos à data se referiam, primordialmente, a Marcelo Odebrecht com certo respeito, chamando-o de “senhor”. Alguns faziam apelos para que ele delatasse os demais envolvidos, como “se eu fosse diretor fazia logo a delação premiada, afinal de contas, embora executivo da empresa, era só um empregado. Diga tudo o que sabe e salve a sua pele. É ruim fazer rolo pro patrão e acabar na cadeia. Inteh” (C7.1).

Comentários como o anterior, nos quais consideram a empreiteira e os responsáveis pela tal mais como vítima do que culpados, foram mais comuns no início das acusações. No decorrer do tempo, até o final de 2015, o posicionamento predominante dos internautas aparentemente mudou.

Discursos como “essa Odebrecht é uma sanguessuga do povo brasileiro” (C11.1), “O que esta em julgamento é o caráter dos administradores destas empresas, a maquina da corrupção neste caso só foi possível por que estas empresas no interesse próprio, decidiram alimentar políticos corruptos [...]” (C16.1) e “a lei deve ser igual para todos, independente de situação financeira” (C28.1) começaram a ser mais frequentes, principalmente este último.

Temática 2: Conteúdo e censura do jornal

A princípio, quando nos deparamos com internautas que tentavam escrever o nome de organizações de outra forma, vide o último comentário exposto, ou até mesmo de personalidades, como Lula que foi referido, entre outros, por “Brahma”, “*nine fingers*”, “Barba” e “Lola”, não demos tanta importância ao fato. Mas, a frequência com que isso ocorria nos chamou a atenção e encontramos comentários que denunciavam a falta de liberdade de expressão.

Dica para o pessoal que está sendo censurado: coloque um apóstrofo (') na frente de todas as palavras que a 'Folha de S.P censura. O difícil é saber quais palavras estão sendo censuradas. Mas, uma vez fazendo isso na palavra censurada, ela irá ser automaticamente aceita. Para palavras em Caixa Alta, recomenda-se o uso do ponto final (.) entre as letras. Exemplo:



L.U.L.A...L.A.D.R.Ã.O. Eles censuram também a palavra "ladrão". Flexões possíveis: "ladrão, 'ladrão, /ladrão, e assim vai (C11.2).

Ainda sobre o jornal, encontramos poucos comentários que apontavam abertamente concordância ou discordância com as reportagens. Alguns elogiavam, “muito boa esse tipo de reportagem porque traz para a realidade o que significa a vida na prisão para qualquer um e talvez sirva para quem ainda insiste em delapidar o país, repensar o comportamento. [...]” (C15.2), enquanto outros não acreditavam muito no que estava sendo colocado, “a mesma enganação nos noticiários de sempre só para iludir o povo, e no fim fica arquivado e impune” (C5.2).

A maioria das pessoas apenas comentava a respeito das notícias, não questionando se o conteúdo publicado pela Folha de S. Paulo era verídico ou não. Entendemos que esse silêncio indica que os internautas tendem a não procurar diversas fontes sobre uma notícia antes de formarem suas opiniões e comentá-las, ou que, de fato, acreditam e concordam com o que o jornal está noticiando.

Temática 3: Causas da corrupção

Começando pelas causas, foram identificadas o baixo grau de formação e conhecimento daqueles que ocupam cargos de confiança, a falta de transparência dos políticos, o descaso das autoridades e das empresas com os bens públicos, a presença de cargos com salários baixos ou não compatíveis com a importância atribuída à eles e a falta de punição. Alguns acreditam que a corrupção no Brasil existe desde a época do seu descobrimento:

A corrupção é endêmica e está em metástase. Jura que vcs acreditam que isso começou apenas em 2003? O Brasil funciona assim desde 1500. TODOS os governos atuais e anteriores são corruptos (federal, estaduais e municipais), pois em tudo há uma grande festa da impunidade. [...] (C3.3).

Outros afirmam que a corrupção que presenciamos é decorrente da época da ditadura, por terem desacreditado da democracia e dos brasileiros. Alguns internautas apontam que os motivos de delações ainda não terem sido feitas e de todos os responsáveis não estarem presos se referem aos interesses particulares envolvidos.



Portanto, na opinião dos leitores da Folha de S. Paulo *online*, as causas para a corrupção são culturais, como foi mencionado por Power e González (2003), além de ter influência do desenvolvimento econômico e do período relativamente curto da democracia no país, fatores discutidos por Kubbe (2014). Também destacam a não transparência e a presença de impunidade e desinteresse público, os quais são abordados por Furtado (2012) e Pereira (2005), respectivamente.

Temática 4: consequências da corrupção

No que se referem às consequências, os internautas argumentam que a corrupção leva a criação de cidades “monstruosas”, cheias de edifícios e com poucos parques e jardins, além de estradas, pontes e escolas mal feitas. Além disso, inibe o desenvolvimento do país, desencadeia o surgimento de favelas e resulta na falta de educação e de recursos para hospitais, na volta da inflação e aumento de tarifas, na desigualdade social, no desemprego em massa e em obras sem necessidade e com superfaturamento.

Enquanto o resto do povo brasileiro está no fundo do poço, pagando caro o preço dos erros cometidos por essa senhora e seus antecessores, desde as privatizações para bancar o plano Real, e os endividamentos do povo com reduções de IPI e programas minha casa minha vida, fora os investimentos perdidos na âmbito elétrico, pre-sal, porto em cuba além da corrupção e da Copa furada, a grana foi pro brejo e agora e tirar das costas do povo brasileiro, que não soube aproveitar reeleição e não aprendeu a votar (C16.4).

Dessa forma, a opinião pública, representada pelos usuários da internet, acerca das consequências que a corrupção pode trazer ao país e à população em geral, é condizente com o que a literatura diz a respeito, como pode ser visto nos estudos de Amundsen (1999) e Kubbe (2014) e no *website* do Transparency International (2016b).

Temática 5: Os culpados e o combate à corrupção

Os internautas realizaram sugestões que, em suas opiniões, seriam ações necessárias para combater a corrupção instaurada no Brasil. Alguns clamaram para uma movimentação dos cidadãos, fazendo alusão ao processo de *impeachment* da presidente Dilma ao dizer “vamos para as ruas. A criadora da “mulher sapiens” não tem mais



condições de presidir o país” (C1.5). Ou, até mesmo, incentivando a violência: “[...] A população deveria ser armada, invadir os palácios de mármore e vidro, para cortar a cabeça de todos, sem do nem piedade” (C3.5).

Outros acreditam que o povo deveria julgar os crimes cometidos que estão sendo investigados pela Operação Lava Jato e que ações devem ser tomadas “[...] Pelo fim da reeleição nos legislativos municipais, estaduais, distrital e federal” (C6.5). Há a necessidade que o país seja “passado a limpo”, como também que reformas administrativas e políticas sejam feitas.

Ao invés de ficar nesta baboseira dos mesmos temas, em início de mandato, que tal pesquisar sobre temas de reforma política: Qual o custo para o país desta elite política? Quanto pagamos para manter o legislativo, executivo e judiciário? como separar estes poderes de fato. Que tal extinguir o senado? e se à reeleição de deputados e vereadores ficasse submetida à aprovação do restante dos eleitores que não votaram nestes políticos, assim só seriam reeleitos por maioria (C21.5).

Os internautas também sugerem que haja um padrão para fazer prisões ou libertações e que todos estejam sujeitos à lei e sejam penalizados severamente, o que é bastante mencionado entre os comentários. Ainda, exigem transparência e comprovantes de transações, além de haver comentários que defendam privatizações de empresas ou mudanças da forma de governo, sendo citados o Parlamentarismo e o Regime Militar.

A minoria acredita que a população também tem culpa e deve fazer a sua parte para combater esse fenômeno social: “se cada um fizer a sua parte mudaremos este País. Se cada um cuidar da sua porta a cidade ficará limpa. Seja a mudança que você quer ver no mundo... alguém muito sábio já disse isso” (C11.5). Outro comentário interessante foi:

O problema do Brasil não são só os peixes grandes. A maioria das transações comerciais envolve p/r/o/p/i/n/a e isto vem acontecendo por décadas. Na publicidade é assim (10 a 15%), na construção civil, na arquitetura (RT), para entrar na gôndola do supermercado, enfim tudo funciona na base de "comissão". A única saída seria educar as crianças de hoje e daqui a 40 anos vamos ter um país decente. Portanto, esqueça, pois isto não vai acontecer (C24.5).

Diversos internautas ansiavam que as investigações e delações conduzissem à prisão do ex-presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, e possuíam uma



imagem negativa do partido ao qual está afiliado, o PT - Partido dos Trabalhadores: “já serviram os canapés e a salada, muito bem!...Agora já é hora de trazer o prato principal: os políticos com a sobremesa, o lula!” (C36.5) e “o muro da blindagem do PT está começando a ruir, obviamente, construído pela Odebrecht” (C37.5).

Poucos comentários incluíram personalidades de outros partidos envolvidos, sendo o mais citado, neste caso, Aécio Neves do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira. Assim, é possível dizer que houve o predomínio de citações sobre o Partido dos Trabalhadores, com menções à Lula e Dilma, a qual, no momento de finalização da pesquisa, encontra-se afastada de seu cargo como presidente.

Contudo, grande parte dos internautas almeja justiça e que todos os envolvidos sejam punidos conforme a lei, independente de cargos, partidos ou classes. Concluímos isso ao observamos comentários como estes: “seja lá quem for que for, de que partido for se no curso da investigação estiver envolvimento, deverá ser punido. Isso é que os brasileiro espera da justiça” (C38.5); e “acho excelente o combate a corrupção, mas acho horrível o pré julgamento e a prisão sem fundamento sólido. Prisão não deve ter espaço para contestação” (C33.5); e “esse é o caminho... agora o phethe... depois o peessedebê... o peemedebê... e assim por diante...” (C35.5).

Assim, os internautas tendem a acreditar que a corrupção está ligada aos políticos e ao setor público no Brasil, sendo eles os principais culpados pela crise que o país está passando. Concordam, assim, com a definição de corrupção proposta por Ijewereme (2015) e com o que é discutido pelo Transparency International (2016a).

Ainda, há aqueles que pensam conforme Schilling (1999) e Zancanaro (1995) sobre não haver ausência de culpa, afinal “[...] para que haja a corrupção é preciso haver um corruptor. Não sei quem é pior, o corrupto ou o corruptor. Eles ficaram bilionários as custas de dinheiro que deveria ter sido investido em saúde e em educação” (C30.5). É “tudo farinha do mesmo saco” (C32.5), diz outro comentário.

Quando raro a população deixa de ser a vítima nos discursos, as acusações envolvem a má escolha de candidatos a cargos políticos ou a falta de interesse da população em colaborar para uma mudança, o que remete à questão apontada por



Zancanaro (1995) e nos comentários dos internautas da necessidade de se investir em educação.

Finalmente, ao analisarmos os comentários, percebemos que algumas pessoas estão descrentes quanto às investigações da Operação Lava Jato, dizendo “vai dar em nada, O STF vai mandar prender o juiz Sergio Moro por abuso de investigação!” (C6.4) e que no nosso país se “prende e solta, solta e prende.... daqui a pouco todos estarão soltos, livres e leves. E com os bolsos cheios e rindo dos tontos (nós)” (C17.4). Mas, essa não é a opinião que prevalece.

A maioria dos internautas brasileiros acredita na mudança, o que para Schilling (1999) é crucial a fim de combater a corrupção, e que as investigações estão sendo conduzidas como tem que ser. A esperança deles está nas ações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Juiz Sérgio Moro e da imprensa livre. Contudo, como argumentado por alguns internautas, é necessário que cada um faça sua parte, pois no Brasil a corrupção é sistêmica, como diz Pereira (2005), indicando que deve haver real interesse e mobilização de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso estudo abordou a opinião de internautas sobre a corrupção no Brasil, especialmente no que se refere ao esquema de corrupção envolvendo a Odebrecht, umas das empreiteiras investigada na Operação Lava Jato. Os escândalos corporativos são frequentemente divulgados pela mídia e, devido às relações e implicações das ocorrências de corrupção nas organizações com o Governo e a sociedade, nos pareceu interessante realizar este estudo a partir da opinião pública.

Entendemos que o objetivo de analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht foi alcançado, pois identificamos, por meio de uma análise de conteúdo dos comentários encontrados nas reportagens, cinco assuntos principais discutidos pelas pessoas. Esses assuntos foram agrupados nas seguintes categorias: (1) empresário de bem e empresa sanguessuga, (2)



conteúdo e censura do jornal, (3) causas da corrupção, (4) consequências da corrupção e (5) os culpados e o combate à corrupção.

De modo geral, internautas leitores da Folha de S. Paulo *online* acreditam que a Odebrecht é responsável pelos atos corruptos e, ao mesmo tempo, não é. Comentários que atribuem culpa à empresa foram mais recorrentes no final de 2015, meses após a prisão do presidente da companhia. Neste sentido, foi identificado que a empresa se aproveitou da situação e tomou atitudes para o benefício próprio, como também é questionado o caráter de Marcelo Odebrecht.

Por outro lado, os comentários que defendem a organização afirmam que ela foi influenciada pelo Governo, de modo que não é certo denegrir sua imagem, uma vez que emprega muitos brasileiros. Quanto ao empresário, a defesa ocorre de forma semelhante, sendo referido, primordialmente, de forma respeitosa. Mas, vale ressaltar que a maioria dos comentários encontrados a respeito do esquema de corrupção na Odebrecht não focou na organização ou nos empresários envolvidos, mas em argumentos contra o Lula e o PT.

Em relação ao conteúdo e censura do jornal, em algumas notícias foram identificados comentários que denunciavam a censura às suas opiniões, seja por meio de exclusão ou não publicação do comentário ou por tentativas de evitar isso escrevendo de outra forma as palavras que podiam ser o motivo de censura. Poucos internautas questionaram o que estava sendo publicado. Embora expressões a favor de reportagens e de seus autores fossem também escassas, entendemos que o fato de, justamente, não haver esse questionamento, indica que os internautas tendem a concordar com o que foi publicado.

De modo geral, no que se refere aos culpados pelo esquema de corrupção abordado neste artigo, embora grande parte dos internautas anseie por justiça, muitos desses apenas se posicionaram contra o ex-presidente Lula e o partido ao qual é filiado, o PT, alegando que eles seriam os principais culpados.

Contudo, embora alguns aspectos tenham sido condizentes com o que encontramos em outros estudos, especialmente sobre o que se entende por corrupção, no que se refere a essas últimas três categorias, foram também encontrados novos



elementos não mencionados na revisão da literatura sobre o tema. Assim, este estudo apresenta colaborações teóricas e práticas. No primeiro caso, entendemos que contribuímos para as pesquisas sobre corrupção no contexto das organizações, assunto que ainda é pouco explorado no país, ao apontar a necessidade de desenvolver novos referenciais para análise desse fenômeno.

Os itens que não foram mencionados pelos autores referidos neste estudo, mas que foram encontrados nos comentários dos internautas sobre as causas foram: baixo grau de formação e conhecimento, salários baixos ou não compatíveis com o cargo e não transparência dos políticos. Nas consequências, os elementos diferentes foram: o surgimento de favelas, a inflação, o aumento de tarifas e o desemprego.

Quanto ao combate, as novas contribuições são: reforma administrativa, reforma política, padrão de prisão e libertação, aplicação da lei para todos, violência contra corruptos, manifestação popular nas ruas, transparência e comprovante de transações. Dessa forma, o que encontramos colabora para uma melhor compreensão sobre o porquê existe a corrupção e como esse fenômeno, que traz tantos danos à sociedade, pode ser solucionado, além de chamar a atenção para os estudos na área.

REFERÊNCIAS

AMUNDSEN, I. Political Corruption: An Introduction to the Issues. Chr. Michelsen Institute Development Studies and Human Rights. **Working Paper**, 1999.

ANAND, V.; ASHFORTH, B. E.; JOSHI, M. Business as usual: The acceptance and perpetuation of corruption in organizations. **The Academy of Management Executive**, v. 18, n. 2, p. 39-53, 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. Para o cidadão. Atuação temática. Combate à corrupção. Portal de combate à corrupção. Especial Lava Jato. Atuação na 1ª instância. **Por onde começou**. Brasília: Ministério Público Federal; 2016a. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Para o cidadão. Atuação temática. Combate à corrupção. Portal de combate à corrupção. Especial Lava Jato. **Entenda o caso**. Brasília: Ministério Público Federal; 2016b. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 24 maio 2016.



BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Apresentação. **A pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: SECOM, 2014. 153 p.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996.

FURTADO, L. R. **As raízes da corrupção: estudos de caos e lições para no futuro**. 2012. 499 f. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Derecho Administrativo, Financiero y Procesal, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2012.

GICO JR, I. T.; ALENCAR, C. H. R. Corrupção e judiciário: a (in) eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 1, p. 75-98, 2011.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative health research**, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005.

IJEWEREME, O. B. Anatomy of Corruption in the Nigerian Public Sector. **SAGE Open**, v. 5, n. 2, p.1-16, 2015.

KUBBE, I. **The Bigger Picture of Corruption: Europe in Comparative Perspective**. Center for the Study of Democracy, UC-Irvine. 2014.

LEAL, R. G.; RITT, C. F. A democracia considerada como o melhor sistema político para o enfrentamento e combate à corrupção, v. 01, 2015. In: XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. **Anais...** Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, p. 1-19, 2015.

LEAL, R. G.; SILVA, I. S. **As múltiplas faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

MACEDO, F. Presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez são presos pela Lava Jato. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2015. Política, Blogs. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lava-jato-deflagra-nova-operacao-e-cumpre-12-mandados-de-prisoas/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MEDEIROS, C. R.; VALADÃO JR., V. M.; MIRANDA, R. Guilty or innocent? Comments from internet users about white-collar crime. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n.6, 2013, p. 617-628.

O'CONNOR, S.; FISCHER, R. Predicting societal corruption across time: Values, wealth, or institutions?. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 2011.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **REGE - Revista de Gestão**, v. 12, n. 2, p. 1, 2005.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública, 7. **Anais...** Lisboa, Portugal, p. 1-22, 2002.

PEREIRA, J.M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 4, n. 1, 2008.



POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 51, 2003.

SCHILLING, F. O estado do mal-estar: corrupção e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 47-55, 1999.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. What is corruption?. **How do you define corruption?**. 2016a. Disponível em: <<http://www.transparency.org/what-is-corruption/#define>>. Acesso em: 05 maio 2016.

_____. What is corruption?. **What are the costs of corruption?**. 2016b. Disponível em: <<http://www.transparency.org/what-is-corruption/#costs-of-corruption>>. Acesso em: 05 maio 2016.

ZANCANARO, A.F. A corrupção político-administrativa no Brasil. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 3, n. 10, 1995.

GT – 06 Criminalidade e Violência.

Jovens em Conflito com a Lei e a Seletividade do Sistema de Justiça Juvenil em Goiânia/GO

Lélia Moreira Borges UFG

Gustavo de Faria Lopes IFG/UFG

RESUMO

Neste texto apresento alguns aspectos relacionados à minha pesquisa de mestrado em andamento junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFG, que tem como objeto principal verificar se o direito à ampla defesa previsto na CRFB/88 e no ECA são efetivamente implementados no caso dos jovens submetidos ao Sistema de Justiça Juvenil do Estado de Goiás. Para tratar essa temática apresento inicialmente alguns dados, nacionais e locais (atinentes ao Estado de Goiás), importantes que relevam a seletividade praticada pela Justiça Penal Juvenil que privilegia a aplicação da internação em detrimento a medidas socioeducativas em meio aberto, destinadas a um grupo específico de jovens, os de classe social popular. Ainda nesta parte exponho sucintamente algumas estratégias para a pesquisa no campo. Na segunda parte do texto apresento abordagens teóricas sobre juventude, paradigmas das legislações juvenis ao longo da história e aspectos do direito de defesa importantes para a compreensão do



tema apresentado, a partir dos quais sustento a hipótese de que o Estado não promove a efetivação do direito à ampla defesa dos jovens condenados por ato infracional pela Justiça Penal Juvenil goiana.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem em Conflito com lei; Paradigma da Situação Irregular; Paradigma da Proteção Integral; Seletividade; Sistema Socioeducativo.

1- Dados sobre Sistema de Justiça Penal Juvenil e a Pesquisa

Início a abordagem com dados que ilustram muito bem o contexto brasileiro atual e particularmente o goiano sobre jovens inseridos no sistema socioeducativo. De acordo com informado pelo Levantamento Anual da Coordenação-Geral do SINASE em âmbito nacional (SNPDCA/SDH/PR) houve aumento significativo da privação e restrição de liberdade total no período de 2010-2013, vejamos:

(...) uma série histórica de restrição e privação de liberdade indica um aumento constante e regular desde 2010, com predominância para a aplicação da modalidade de internação (64%). Destaca-se, ainda, o significativo número em internação provisória, representando cerca de 23% do total de adolescentes em 2013.(BRASIL, 2015, p. 17)

No Estado de Goiás o atendimento socioeducativo, segundo o Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (GECRIA) - vinculado à Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho - informa que a medida de internação, a mais gravosa segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi a mais aplicada, em detrimento das medidas em meio aberto¹⁸⁸. A internação foi cumprida percentualmente pelos adolescentes em (75%), seguida da medida cautelar de internação provisória em (24%) e a regressão/sanção em apenas (1%).

O referido órgão acena para os fatores que podem ter contribuído para tal crescimento:

(...) indícios de uma cultura de institucionalização presente no Judiciário sustentada principalmente em fundamentações

¹⁸⁸ Conforme o artigo 112 do ECA, as medidas socioeducativas podem ser de seis tipos: I- Advertência; II- Obrigação de reparar o dano; III- Prestação de serviços à comunidade; IV- Liberdade assistida; V- Inserção no regime de semiliberdade; VI- Internação em estabelecimento educacional. (BRASIL,1990).



extrajurídicas que, a rigor, se contrapõem ao próprio ordenamento legal; a exposição da população adolescente a territórios que concentram indicadores de violência; o fenômeno da expansão do crack e outras drogas junto à população jovem; as desigualdades sociais, a concentração de renda, a dificuldade ao acesso a políticas públicas (GOIÁS, 2015, pgs.29-30)

E para compreender melhor as circunstâncias relacionadas ao Sistema de Justiça Juvenil, menciono outro dado importante constante no documento acima referido e que me auxiliou na fundamentação de minha preocupação com este quadro, é aquele que indica o percentual de atendimento nas Unidades Socioeducativas de acordo com a cor em 2013. Segundo essa tabela “os adolescentes de cor parda predominam no âmbito do atendimento socioeducativo (63,81%), seguidos da cor branca (22,32%) e preta (12,14%). Ao somarmos os adolescentes de cor parda e preta temos 75,95%” (GOIÁS, 2015, p.32)¹⁸⁹.

No tocante à situação financeira, os dados relativos à renda apontam que se trata de jovens de camada social baixa. “Mais de 60% destes possuem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos” (GOIÁS, 2015, 32). E mais, dentre os atos infracionais, o roubo se destaca, pois corresponde a (63,23%) do total, ou seja, as infrações cometidas são predominantemente patrimoniais, ao contrário do que afirmam a maioria dos meios de comunicação de que são perpetrados crimes graves, como o tráfico de entorpecentes associados à atentados contra a vida. (GOIÁS, 2015).

Como aponta nota técnica¹⁹⁰ publicada pelo NECRIVI (Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência) da Universidade Federal de Goiás:

Essa nota técnica apresenta três achados em relação à situação real vivida pelas crianças e adolescentes no Estado de Goiás. A primeira é que esse grupo etário é vítima e não agente da violência criminalizada (homicídios): Goiânia mata mais

¹⁸⁹ A definição de cor aqui apresentada, conforme anunciado no plano estadual, considerou os critérios definidos pelo Estatuto da Igualdade Racial (LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010) em seu Parágrafo único, define a população negra como: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁹⁰ Resultado de pesquisa empreendida em 2015 pelo NECRIVI sobre adolescentes em conflito com a lei em Goiás: atos infracionais, vitimização e perfil socioeconômico. Disponível em: https://necrivi.cienciassociais.ufg.br/up/789/o/Nota_Tecnica_Necrivi_2015-junho.pdf?1435687908. Acesso em 28.08.2016.



adolescentes do que São Paulo e Rio de Janeiro. Os atos infracionais praticados por esses jovens são majoritariamente pequenos delitos contra patrimônio e não contra a vida. (LIMA, et. al., 2015)

Os dados acima apresentados acenam para uma contradição entre a realidade do sistema socioeducativo e os direitos e garantias do julgamento justo, previstos na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB/88) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É a partir desta reflexão que pergunto: Os jovens submetidos à medida de internação no Estado de Goiás tiveram garantidos seus direitos a ampla defesa na tramitação de seus julgamentos? Com base nos dados e estudos preliminares sobre o tema, suponho nesta pesquisa que não. Ao problematizar nesta investigação a realidade do julgamento desses jovens¹⁹¹ das classes populares indico a hipótese de que os direitos relacionados à ampla defesa não são observados pela justiça penal juvenil goiana. E para confirmação ou não desta hipótese pretendo encontrar no campo elementos objetivos e subjetivos capazes de demonstrar como os instrumentos jurídicos de defesa, na prática dos julgamentos por ato infracional, são manejados. Para tanto será realizado um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, referentes ao direito de defesa, contidos nos processos, que tramitaram perante os órgãos jurisdicionais do Estado de Goiás competentes para o julgamento de atos infracionais, são eles: Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia/GO (JIJ-Goiânia/GO), Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), e também nas narrativas extraídas das entrevistas aos defensores públicos, bem como da observação das audiências realizadas no JIJ de Goiânia/GO. Pretendo com isso, reunir um conjunto de dados levantados a partir de autos processuais, de entrevistas aos defensores públicos e das observações das audiências, para então analisá-los a partir das teorias sociológicas do controle social pelo Estado no processo de criminalização da juventude da camada social popular brasileira num contexto histórico de desigualdades sociais, paralela ao recrudescimento

¹⁹¹ O termo “adolescência” contém uma ideia de linearidade, universalidade que contrasta com a complexidade desse assunto, por isso, neste estudo será utilizado o termo jovem em lugar de adolescente, por entender que o termo juventude abarca uma abordagem sócio histórica da condição juvenil mais adequada para os fins desta pesquisa.



das ações punitivas pelo Estado. Utilizarei também, estudos¹⁹² já realizados sobre o julgamento de jovens acusados de prática de atos infracionais, os quais indicam a permanência do paradigma da situação do menor nas fundamentações das decisões dos juízes na aplicação da internação em detrimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto e ao arrepio das provas e alegações oferecidas em prol do adolescente. Pretendo utilizar também trabalhos realizados¹⁹³ sobre a realidade dos julgamentos de jovens acusados por ato infracional sob a perspectiva da defesa judicial, as quais auxiliaram na compreensão da realidade da defesa oferecida pelo Estado por meio das Defensorias Públicas, sendo assim, verificarei se em Goiânia/Goiás, a Defensoria possui todas as condições necessárias ao patrocínio da defesa dos jovens da camada popular, tais como: quantidade de servidores, estrutura física e tecnológica. Com isso, entendo ser possível verificar se há ou não um descompasso entre avanços na conquista de direitos e garantias das crianças e jovens e o controle penal operacionalizada pelo Sistema de Justiça Juvenil goiana.

2- Juventude, Paradigmas da Situação Irregular e da Proteção Integral e Direitos de Defesa.

Do ponto de vista teórico, concordo com BOURDIEU (1983), pois para ele estudar juventude significa assumir o desafio de compreender o jovem em seus múltiplos prismas, especificamente quanto a sua diversidade nas sociedades atuais, cabendo a nós repensar as definições que tratam a juventude como experiência igualmente vivida por todos e utilizando como critério uma etapa natural do desenvolvimento humano, marcada por conflitos e rebeldia como se a experiência da juventude fosse a mesma para todos.

¹⁹² Estudos tais como o de Ana Paula Motta Costa sobre o direito à defesa de adolescentes em processos judiciais: Limites e possibilidades no contexto jurídico brasileiro e de Maria Liduina de Oliveira sobre o controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo.

¹⁹³ Estudos realizados pela ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente que reúne trabalhos realizados por diversos centros de defesa de direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma organização da sociedade civil, que possui como objetivo a defesa dos direitos humanos infanto-juvenis. Maiores informações disponíveis em http://www.anced.org.br/?page_id=223. Acesso em 29.08.2016



Na literatura sociológica a unicidade do conceito de juventude é questionada em razão da heterogeneidade das trajetórias individuais impostas pelas diferenças sociais, dentre outras, como afirma Pierre BOURDIEU (1983). Conceber a juventude como um fenômeno unívoco, a revelia de desigualdades sociais, corresponde a uma deturpação da realidade, vez que não considera as diferentes oportunidades vivenciadas por jovens de distintas classes sociais. Para o autor, a juventude vivenciada pelos filhos da burguesia é bem diferente da vivenciada pelos filhos dos operários. Para SPÓSITO (1997) definir a categoria juventude representa um problema de investigação sociológica na medida em que seus critérios definidores, enquanto sujeitos, são históricos e culturais e devido a sua complexidade compreende diversas dimensões, seja ela etária, geracional ou de classe.

Para a minha pesquisa utilizo o termo juventude e não adolescência por entender ser necessária uma maior aproximação da abordagem sociológica, privilegiando o caráter social e histórico da condição juvenil e entender que juventude aborda questões mais amplas que a definição etária adotado no ECA¹⁹⁴. Com efeito, acredito ser imprescindível compreender que a negação dos direitos sociais, tais como: escola, acesso ao trabalho e dentre outros tantos, o da ampla defesa nos processos judiciais, devem ser consideradas para melhor compreender a relação entre a aplicação da medida de internação e o controle social de jovens oriundos de classe social popular.

O jovem em conflito com lei recebeu ao longo da história diversos tratamentos pelas legislações brasileiras, conforme aponta MENDEZ (1999) em seu artigo Adolescentes e Responsabilidade Penal: um debate latino-americano. O autor apresenta três diferentes tratamentos conferidos pelo Estado concernentes à responsabilização penal juvenil no contexto regional da América Latina. Num primeiro período a base sócio-jurídica é chamada de *penal indiferenciado*, o segundo de *tutelar* e o terceiro de *responsabilidade penal*. No Brasil o primeiro período, denominado de *penal indiferenciado* surge com os primeiros códigos penais do Brasil e se estende até 1927,

¹⁹⁴ art.2º do ECA considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Diferenciação decorrente de política legislativa, que leva em conta uma média da época provável de transição da infância par adolescência, com o escopo de disciplinar a responsabilidade pelo ato infracional.



nesta etapa crianças e adolescentes eram tratados praticamente como os adultos, sendo submetidos aos mesmos trâmites processuais dos adultos. Esse tratamento, certamente, reflete a ideia que vigorava à época segundo a qual a criança era vista como um adulto em miniatura.

O segundo período, denominado por MENDEZ (1999) de *tutelar*, caracterizou-se pelo paradigma da justiça/direito e inaugurado com Código de Menores de 1927 (Código de Mello Mattos) que no período da Ditadura Militar sofreu uma reforma em 1979 a qual reforçou o tratamento menorista de caráter assistencial, preventivo e curativo que vigorou até 1990. Durante esse período adotou-se a Doutrina do Direito Penal do Menor ou Doutrina da Situação Irregular, para a qual as crianças e jovens não deveriam ser destinados à uma instituição de correção, mas para uma instituição de educação e de assistência social como forma de controle social. Essa doutrina propôs diretrizes fundadas nas ideias de que a criança é um ser frágil, dócil e puro, incapaz e irresponsável por seus atos, portanto, precisavam ser tuteladas. A ideia base desse período *tutelar* era a visão da época de que as instituições especiais – Serviço de Assistência Social (SAM), Fundação do Bem Estar Social do Menor (FEBEM) e Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), visavam ao atendimento em regime fechado específico para recuperação dos “menores abandonados e delinquentes” (SILVA, 2005, p. 58).

É neste período que surge no Brasil, em 1924, o Juizado de Menores, por força de pressões do Movimento dos Reformadores e da Declaração dos Direitos da Criança de 1923. O Decreto 16.273 introduziu a autoridade do “Juiz de Menores” na administração da justiça, cuja autoridade do Juiz era absoluta e o destino de crianças e jovens era decidido um julgamento subjetivo, não se aplicava neste período, o devido processo legal, o Juiz fundado na chamada doutrina da Situação Irregular considerava não só a conduta praticada pela criança ou jovem, mas, sobretudo por suas condições de “moléstia social”, ou seja, se vítima de maus tratos, negligência, crueldade por parte da família ou pela própria sociedade como o caso do abandono. Nesse sentido, concordo com SILVA (2005) de que o paradigma da Situação Irregular fortalecia a judicialização



das questões sociais reforçando a discriminação entre “crianças” e “menores”, segunda a autora:

(...) ter ou não ter cometido infração, ter ou ter as garantias constitucionais era irrelevante, pois o objetivo central era a prevenção dos “desvios” de crianças, adolescentes e jovens “potencialmente perigosos”. O que estava em jogo era um ideal de sociedade a ser construída. (SILVA, 2005, p. 61)

Os “menores” inseridos no sistema de controle penal juvenil do Estado eram destinados a estabelecimentos denominados de Patronatos, Colônias Agrícolas e Centros de Recuperação, os quais se assemelhavam à verdadeiras prisões de adultos. ADORNO (1993) em seu texto A experiência precoce da punição descreve com eram realizadas as classificações e a destinação institucional desses “menores”, vejamos:

(...) Com vistas ao tratamento adequado, sugeria uma classificação dos "menores" e conseqüente confinamento nos seguintes termos: (a) para os idiotas e imbecis profundos, os asilos privados; (b) para os indisciplinados, delinquentes, tarados, pervertidos e perversos, os reformatórios; (c) para os surdos, míopes e cegos, escolas especiais; (d) para os débeis, colônias agrícolas com orientação profissional; (e) para os tuberculosos, pré-tuberculosos, sífilíticos, cardíacos, sanatórios ou hospitais adequados; (f) para os extraviados sexuais, colônias de trabalho; (g) retardados e anormais de boa índole, aproveitamento em emprego adequado. (ADORNO, 1993, p. 182)

No Código de Menores de 1979, o “vagabundo”, o “ocioso” e o “delinquente” eram considerados em Situação Irregular e que, portanto demandavam atendimento institucional, nos dias atuais essa lógica permanece, ou seja, aos jovens da camada pobre da sociedade atingidos pelo desemprego, pela falta de escola e outros direitos sociais recai sobre eles a visão de que são uma ameaça à reprodução da sociedade e de que apesar das ações afirmativas de garantia dos direitos da juventude instituído pelo ECA sofrem com o aumento de instrumentos de controle legal e de intervenção judicial e policial.

Nos anos 80 o Brasil vivenciou um processo de transição político democrática passando por grandes reformulações legais, neste período a Doutrina da Situação



Irregular sofreu profundas críticas por movimentos sociais mobilizados nacional e internacionalmente em prol da defesa dos direitos da criança e da adolescente¹⁹⁵. Essas lutas protagonizaram essas manifestações instituições religiosas, Pastoral da Criança da Igreja Católica e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), além de organismos internacionais como a UNICEF que exigiam a desconstrução do paradigma da Situação Irregular. Várias foram as críticas ao tratamento preconceituoso das crianças e jovem chamados de “menores”. Uma delas era a punição fundada na Situação Irregular, situação essa de que não tinha qualquer responsabilidade, pois ocasionada pela pobreza de suas famílias e pela falta de políticas públicas eficientes para sanar as dificuldades materiais. Outra crítica foi a privação de liberdade de crianças e jovens sem o devido processo legal, sem o direito a defesa.

Resultado de importantes manifestações sociais tanto nacionais como internacionais e mudanças na política brasileira foi promulgada a Constituição Federal Brasileira de 1988, que dentre outros princípios e normas consagrou em seu artigo 227 a proteção e o cuidado à criança e ao jovem. E à luz das recentes orientações constitucionais e internacionais ratificadas pelo Brasil, em particular a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, das Regras Mínimas de Bejing de 1985, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade de 1990 (Regras de Tóquio), as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de RIAD) e as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), instituiu-se o Estatuto da Criança e Adolescente em 1990 (ECA) e a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo 2012(SINASE) as quais revogam integralmente o Código de Menores e introduz a defesa da criança e do jovem no Brasil.

Inaugura-se o período da *responsabilidade penal dos adolescentes*, como afirmado por Mendez (1999,) caracterizado por um conjunto de normas que definem as bases jurídicas e as diretrizes de tratamento destinado à criança e ao jovem,

¹⁹⁵ Segundo Abramo (2005) este é o termo mais difundido na sociedade brasileira devido à luta de movimentos sociais dos anos 80.



implementando um sistema considerado garantista¹⁹⁶ porque defende a responsabilização penal do jovem rompe com a concepção tutelar de controle social e impõe a observância de um conjunto de direitos, entre os quais, podemos citar o devido processo legal; o princípio do contraditório; à ampla defesa; o duplo grau jurisdicional; a presunção da inocência; a assistência judiciária, dentre direitos próprios de um estado democrático de direito.

A juventude que nas legislações menoristas de 1927 e 1979 recebia um tratamento de criminalização jurídica da pobreza, passa a ser tratada a partir da lógica do devido processo legal penal. Porém, na prática, tal mudança legislativa não significou uma verdadeira mudança de paradigma para um modelo democrático de direitos. Os jovens pobres, em conflito com a lei, os “selecionados”, para o aprisionamento, continuaram, salvo raras exceções, recebendo o mesmo tratamento de antes. De um extremo a outro o controle penal do Estado recai sob uma categoria muito bem definida de jovens, que continuam sendo vítimas da criminalização de suas condutas em razão de suas condições sociais, econômica, culturais e raciais.

Apesar do reconhecimento de direitos terem sido produto das lutas sociais históricas, marco da redemocratização do país, passados mais vinte e cinco anos podemos afirmar que segundo os dados recentemente publicados, e aqui mencionados, o ECA não foi efetivado, o paradigma da proteção integral não repercutiu de forma concreta na vida de milhares de crianças e jovens vítimas da persecução penal seletiva e severa orientada por diretrizes neoliberais denominada de “ditadura sobre os pobres”. (WACQUANT 2001).

Permanece a tendência em associar pobreza à violência, como uma relação de causa e efeito que repercute em ações de repressão contra as classes populares, numa visível afronta ao princípio da proteção integral que deve reger todo ordenamento jurídico infanto-juvenil, inclusive no âmbito do julgamento de jovens autores de atos infracionais. Essa associação demonstra o caráter discriminatório que encobre a enorme desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. A inferiorização das classes

¹⁹⁶Termo que remete a uma vertente importante da cultura jurídica italiana e designa com ela o respeito aos princípios fundamentais do direito (penal) liberal (NT).



populares sempre esteve presente nas ações do Estado em face da juventude pobre, como se pode observar o paradigma da Situação Irregular contida no Código de 1927, denominado Código de Mello Mattos¹⁹⁷, segundo o qual os mais pobres têm certa "tendência natural à desordem". Portanto, para aqueles que pertenciam a esse segmento da população, considerados "carentes, infratores ou abandonados" eram impostas a vigilância ou a segregação.

Essa associação perversa culpabiliza e criminaliza especialmente os adolescentes pobres, negros e de baixa escolaridade como revela o perfil dos adolescentes submetidos ao Sistema Socioeducativo em Goiás, conforme informado abaixo:

A situação socioeconômica dos adolescentes atendidos nos CREAS de Goiânia revela que, no ano de 2012, 55,2% dos adolescentes estavam fora da escola e este índice subiu 14,6% no ano seguinte. Em 2013, 69,8% não frequentavam escola. O mesmo ocorre nos cursos profissionalizantes, 94,8% dos adolescentes não frequentavam cursos profissionalizantes no ano de 2012, 4,0 % em 2013 (LIMA et. al., 2015).

A meu ver, essa seletividade no tratamento da justiça juvenil alimenta um ciclo de violência perpetrada pela desigualdade social, esta sim pode ser mencionada como um dos fatores responsáveis pelo aumento da violência. Nesse sentido, é preocupante a repercussão do discurso apresentado por diversos meios de comunicação fortemente centrados no sentimento de insegurança e medo associado ao jovem em conflito com lei e também das iniciativas do legislativo no sentido do recrudescimento penal aos que respondem judicialmente por ato infracional¹⁹⁸. Por isso, o tratamento pelo Estado conferido à questão da violência social levanta dúvidas sobre se o princípio democrático da igualdade é aplicado ou não pela justiça goiana.

¹⁹⁷ Art. 1º. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

¹⁹⁸ Como o exemplo o Projeto de Emenda Constitucional 171/93 mencionado na pág. 8



Os Estudos realizados por SILVA (2005)¹⁹⁹ em 843 processos que tramitaram no Juizado da Infância de São Paulo revelaram alguns dados que contribuem para perceber que a resposta punitiva de aplicação de medidas socioeducativas continua sendo aplicadas aos pobres:

A leitura quantitativa do breve perfil dos adolescentes que compõem os 843 processos reúne elementos que dão uma visão geral dos dados da atuação dos operadores do direito (...) Concernentes à escolaridade, 45% estudam e 55% não estudam. Em relação grau de instrução: 1% nunca estudaram e 89% concluíram o ensino fundamental, 9% o ensino médio 1% fizeram o 2º. grau incompleto.(...) Do tipo de infração: 92% infracionaram contra o patrimônio e 8% contra a pessoa.(...) Da defesa, todos tiveram defesa: 92% de defensor público e 8% de advogado (particular). (SILVA, 2007, p. 30).

HAMOY (2000)²⁰⁰ em sua pesquisa sobre o julgamento de jovens em conflito com a lei em Belém apresenta alguns dados que revelam falhas na defesa técnicas, vejamos:

(...) foram analisados 44 processos já sentenciados na comarca de Belém-Pará. Em 90% dos casos, o advogado não apresentou defesa prévia e, em 65,94% deles, a defesa concordava com os termos da acusação (Ministério Público). Os adolescentes, em 60% dos casos, confirmaram estar insatisfeitos com sua defesa e 46,6% nem mesmo sabiam que estavam sendo defendidos. (HAMOY, 2000, p. 28)

Estudos como esses revelam a recorrente ausência de advogado nos procedimentos realizados no âmbito do processo judicial juvenil, e além disso, revelam que em muitos casos tanto os advogados como a equipe disciplinar decidem em comum acordo com o juiz e com o Ministério Público de que a medida mais adequada ao acusado seria a internação, sob a argumentação de ela seria a melhor decisão para o menor. Como se pode ver a “proteção” tem sido o fundamento para o controle social

¹⁹⁹ Tese de doutorado realizada por Maria Liduina de Oliveira no programa de pós-graduação em serviços sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2007, intitulada: O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a proteção e a punição.

²⁰⁰ A Associação Nacional dos Centros de Defesa (ANCED), por meio de seu Grupo de Trabalho (GT) sobre Ato Infracional realiza estudos, levantamentos e posicionamentos voltadas às crianças e aos jovens que respondem processo judicial.



arbitrário de jovens, o que demonstra a permanência da Doutrina da Situação Irregular como o paradigma predominante na atuação dos sujeitos que atuam junto ao Sistema de Justiça Juvenil, conforme apontado em uma de minhas hipóteses para essa pesquisa.

As Defensorias Públicas não possuem a quantidade de defensores capazes de efetuar a defesa técnica em sua plenitude. A CRFB/88, em seu artigo 133, prescreve que “o advogado é essencial à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” e ainda o artigo 134 dita que “a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados na forma do artigo 5º LXXIV da CF”.

Conforme os dispositivos acima o acesso à assistência judiciária integral exige a atuação de advogados na defesa daqueles que não possuem condições financeiras para arcar com os serviços de um advogado particular, no entanto, a realidade da seletividade da justiça revela sua face mais cruel. E se o Estado não disponibiliza defensores públicos disponíveis na quantidade e em condições materiais de garantir o pleno acesso à Justiça por parte da maioria dos jovens acusados de praticar ato infracional. O que demonstra uma incoerência da administração da justiça, uma vez que a maior parcela da população que cumpre medida de internação é composta de jovens com pouco acesso à educação e provenientes de famílias com baixa renda, incapazes de custear advogados para sua defesa.

A falta de condições estruturais impede que o defensor promova uma defesa técnica de qualidade, uma vez que o exercício da defesa depende do contato com o jovem acusado de prática de ato infracional, diligências no sentido de reunir provas e se manifestar nas audiências, autos processuais o acompanhamento do processo até o final e ainda a interposição de recursos em favor do jovem. descreve as condições precárias de trabalho do defensor. Ana Celina Bentes Hamoy, a advogada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente descreve a realidade do defensor público no âmbito da justiça juvenil:

(...) Muitas das vezes a única oportunidade que ele tem de contato com o adolescente é em audiência. Como compreender e preparar uma boa defesa nessas condições? Que provas pode



apresentar em favor do adolescente? Como deve se sentir um advogado nessas condições? Não é fácil entender a falta de investimento estatal para prover infra-estrutura ao principal mecanismo de acesso à Justiça pelos excluídos incapazes de custear a contratação de advogados. (HAMOY 2005, p. 30).

Não houve, portanto, uma ruptura com os pressupostos do projeto de sociedade consolidado pelos Códigos de Menores de 1919 e 1979. Segundo Mendez (1999), o Estatuto da Criança e do Adolescente tem passado por uma crise de implementação e de interpretação que se deve a não ruptura de um modelo tutelar para o garantista, além de apontar para o déficit de financiamento e consequente ineficiência e não efetividade das políticas voltadas para a proteção das garantias preconizadas tanto pela CFRB quanto pelo ECA.

O fato é que a juventude pobre no Brasil sofre pela falta de atendimento de suas necessidades mais prementes, da alimentação à defesa judicial, realidade esta em total dissonância com as normas jurídicas de proteção à criança e jovens. Normas jurídicas essas que reconhecem a condição peculiar da criança e do jovem como pessoas em desenvolvimento, determinando o respeito à essa condição peculiar, tal como previsto no artigo 227²⁰¹ da CRFB e no artigo 4^o²⁰² do ECA, segundo os quais a criança e do adolescente merecem atenção especial por sua vulnerabilidade, por serem pessoas ainda em fase de desenvolvimento da personalidade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. *Juventude e adolescência no Brasil. In: O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. Org. Maria Virgínea de Freitas. Ação Educativa, nov.2005, p. 19-39

²⁰¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

²⁰² Art.4º. E dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.



ADORNO, Sérgio. *A experiência precoce da punição*. In: O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil. Coord. José de Souza Martins, Ed. Hucitec. São Paulo, 1993, p. 191-208

BOURDIEU, P. A *"juventude" é apenas uma palavra*. In Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. *Consolidação das leis de assistência e proteção a menores*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm . Acesso em 07.03.2016

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. *Código de menores*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123. Acesso em 07.03.2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*. Brasília n. 191-A, 05.10.1988.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 06.10.2014.

_____. Proposta de Emenda a Constituição nº 171 de 1993. *Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)*.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493> Acesso em 07.03.2016.

_____. Lei nº 12.594, de janeiro de 2012. Sistema de Atendimento Socioeducativo.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12594.htm Acesso em: 07.03.2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015. Disponível em:

<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-2013>. Acesso em 28.08.2016.

COSTA, Ana Paula Motta. *O Direito à defesa de adolescentes em processos judiciais: Limites e possibilidades no contexto jurídico brasileiro*. ANO VIII N. 21 Periodicidade: quadrimestral. Impresso em julho de 2012. Porto Alegre/RS. Departamento de Artes Gráficas do TJRS. Disponível em: <http://jij.tjrs.jus.br/paginas/material-de-apoio/edicao-21.pdf> Acesso em 20.08.2016

GOIÁS. Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho. 2015. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-10/plano-socioeducativo-de-goias---versao-final---cedca.pdf> Acesso em 07.03.2016

HAMOY, Ana Celina Bentes. *Apuração do ato infracional quando praticado por criança*. ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente Organizado por: Flávio Frasseto – Procurador do Estado de São Paulo.



Disponível em: <http://www.anced.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Apuracao-de-Ato-Infracional.pdf> Acesso em 24.08.2016

LIMA, Ricardo Barbosa de Lima e outros. *Nota técnica adolescentes em conflito com a lei em Goiás: atos infracionais, vitimização e perfil socioeconômico.*

Disponível: https://necrivi.cienciassociais.ufg.br/up/789/o/Nota_Tecnica_Necrivi_2015-junho.pdf?1435687908. Acesso em 09-08-2015.

MENDEZ, E. G. *Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano.* Relatório do XVIII Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. Gramado: ABMP, 1999. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/7061/4377> Acesso em 07.03.2016

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. *O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo.* Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SPÓSITO, Marília Pontes. *Estudos sobre juventude em Educação.* In: Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação São Paulo: ANPED, números 5 e 6.

WACQUANT, Loic, *Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social* in: BATISTA, Vera Malaguti(org) *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.* Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. *As prisões da miséria.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GT 6 – Controle Social, Crime e Violência

Os mercados das drogas ilícitas no Triângulo Mineiro: entre o atacado e o varejo

Márcio Bonesso

RESUMO

Este artigo apresenta como objetivo principal quatro modelos de mercados das drogas ilícitas na região do Triângulo Mineiro/MG. O modelo Político-Empresarial toma como base o relatório conclusivo da CPI do Narcotráfico de MG. O modelo da Rota Caipira revela mercados das drogas nas fazendas via transporte aéreo, descobertos por operações da Polícia Federal e publicadas pela imprensa. O terceiro é o modelo Periférico situado nos bairros pobres. Por fim,



o último modelo é o Cult com mercados envolvendo a população artística e intelectual universitária. Conclui-se que os dois primeiros modelos possuem uma associação com a economia do atacado arregimentada por profissionais liberais de classe média e alta, o terceiro mescla a economia do atacado e do varejo nos bairros periféricos com mudanças oriundas a partir do fortalecimento do PCC na região e o último descreve múltiplos mercados de classe média do varejo dentro e no entorno de uma universidade federal.

Palavras-chave: Sociologia da violência. Antropologia das sensibilidades jurídicas. Economia das drogas.

Introdução

Com a virada do último século, os mais populosos e alguns dos menores municípios do Triângulo Mineiro, seguiram a tendência dos demais municípios de outras regiões mineiras em relação ao aumento dos crimes violentos (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2009). A relação causal entre a economia das drogas, criminalidade e a violência urbana se tornou discurso hegemônico entre diversos agentes e instituições ligadas à segurança pública.

Em 2003, com a criação de um novo programa estadual de gerenciamento das políticas de segurança pública, especialmente o eixo da prevenção à criminalidade obteve resultados expressivos, reconhecidos e até premiados como modelo eficaz de redução aos tipos de crime violento e combate ao tráfico de drogas. Se em alguns contextos brasileiros, as experiências de gestão administrativa compartilhada entre intelectuais, políticos e militares geraram conflitos de grandes proporções que culminaram até em histórias narradas em longas metragens também premiadas do cinema brasileiro; em Minas Gerais, as relações entre pesquisadores professores universitários, policiais e políticos foram construídas ao longo do período de redemocratização. Inicialmente ele foi articulado por um dos sociólogos pioneiro nas pesquisas sobre polícia no Brasil, Antonio Luiz Paixão (1982) e depois desdobrado por alguns intelectuais que foram seus orientandos, sobretudo professores e/ou pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Fundação João Pinheiro (FJP).

Nesse contexto, os desdobramentos práticos do gerenciamento das políticas em Minas Gerais tiveram resultados mais harmônicos e colaborativos do que em outras regiões ou entes federativos brasileiros. O discurso hegemônico entre esses atores sociais criou um imaginário de ligação quase naturalizado entre os mercados das drogas estarem circunscritos em localidades periféricas e classificados como áreas de risco. Segundo os manuais de prevenção à criminalidade criada pela (SEDS) Secretaria do Estado e da Defesa Social:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que **o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual**. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, **as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização**. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição



espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georreferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade sócio-espacial (Governo do Estado de Minas Gerais, 2009, p. 34).

Assim, a falta de oportunidade material aliada à desorganização social de certos bairros pobres e o desenvolvimento de mercados de drogas ilícitas tornaram-se as principais narrativas por parte desses atores de justificativa aos aumentos das vendas, dos usos de drogas ilícitas e dos tipos de crimes violentos nos municípios mineiros.

Os modelos de mercados das drogas no Triângulo Mineiro

O gerenciamento das políticas estaduais de segurança pública nos municípios do Triângulo Mineiro seguia a primazia de focar no modelo de mercado periférico das drogas ilícitas. Algumas evidências demonstram que a organização dessas economias nas cidades mineiras apesar de ocorrer, ter crescido e arregimentar jovens moradores nas atividades ilícitas, não se restringe às populações e às localidades pobres. Nesse atual contexto, deve-se considerar também que o *modelo periférico* dos mercados das drogas ilícitas sofreu uma forte influência dos mercados das cidades metropolitanas brasileiras de outras unidades federativas, sobretudo paulista e carioca.

Desde a década de 1990, se menciona na imprensa local homicídios consumados motivados por disputas de controle territorial desses mercados. Em alguns bairros são estabelecidos códigos de “não poder roubar dentro da comunidade”. Esse tipo de moralidade também resultou na morte de muitos jovens considerados “ladrões de varais” que tiveram orelhas e dedos decepados para servirem de exemplo. Com a virada do século XXI a influência paulista se intensificou e as dinâmicas destes mercados periféricos do atacado e varejo se alteraram com a suposta consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) nos municípios da região.

Nas cidades de Uberaba e Uberlândia, houve mudanças significativas de teor nas mensagens dos muros pichados. Se na década de 1990 predominavam pichações sobre bandas de rock ou punk, percebe-se nos últimos anos uma hegemonia de siglas como: PCL, PCS, PCR, PCT, PCM, PCU. Tais nomenclaturas sugerem uma articulação territorializada local do comércio e serviço de bens ilícitos que corroboram as falas de técnicos sociais, professores e moradores. As duas primeiras letras da sigla sugerem primeiro comando, e a última a inicial do bairro na qual há supostamente uma gerência deste primeiro comando. Com exceção da última – PCU – que sugere um comando unificado e específico para a cidade de Uberlândia. Também é fácil localizar em vários muros de distintos bairros das cidades, a investitura da sigla do PCC; 1533; Paz, Justiça e Liberdade. Mesmo que as pichações sejam sinais adscritivos de tais agrupamentos supostamente juvenis, conjectura-se que esses distintos dispositivos de segurança, às margens dos poderes consagrados, ainda muito recentes, estão se acomodando na cidade. Não há dados precisos para entender as relações de alianças (harmônicas e/ou conflitivas) entre essas formas de normatização na cidade, apesar de algumas inferências feitas



e alguns indícios aditados e narrados, pela expansão territorial do coletivo paulista sobre os traficantes tradicionais, como relatos de pessoas conhecidas de supostos traficantes que nasceram nos bairros e não podem mais comercializar na localidade sem a permissão prévia. Esse modelo é até hoje o mais visibilizado pelos atores da segurança pública e pelos meios de comunicação de massa sugerindo um quase monopólio desse tipo de mercado na totalidade da economia da droga.

Todavia, em 1999, com a aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI do Narcotráfico, o grupo de trabalho de parlamentares redigiu um relatório final descrevendo como em vários municípios de pequeno, médio e grande porte populacional e instituições prisionais houve irregularidades envolvendo o modelo de mercado *político-empresarial*. Nos maiores municípios do Triângulo Mineiro e também em alguns menores; uma série de políticos, empresários, fazendeiros, advogados e funcionários públicos foram acusados e alguns presos após as audiências da comissão por supostamente estarem envolvidos em mercados da droga no atacado.

Nos trabalhos em Minas Gerais foram afastados das funções públicas pela ação da CPI: uma ex-Diretora de uma Penitenciária; um ex-Diretor de Segurança de uma Penitenciária; um ex-Diretor Financeiro de uma Penitenciária; um Inspetor da Polícia Civil; um ex-Diretor-Geral de uma Penitenciária; um Delegado; um ex-Agente Penitenciário; um Carcereiro de uma Cadeia Pública. Foram colocados à disposição da justiça dois supostos traficantes e foram abertas sindicâncias para apurar as acusações contra um Sargento da PM; um Delegado de Polícia; um Inspetor de Segurança; um Carcereiro de uma Cadeia Pública. Houve a condenação de uma Delegada; dois Detetives; um Capitão da PM; um Cabo da PM. Por fim, as ações da comissão indicaram 15 indivíduos, cujas identidades e exercícios profissionais não foram revelados.

Apesar das inúmeras acusações que incidem diretamente sobre deputados, secretários e prefeitos; e indiretamente sobre governadores e secretários estaduais responsáveis pela área da segurança pública; não houve nenhum desdobramento do inquisitorial que atingiu os políticos acusados previamente. E mesmo resultando em uma “expressiva” prisão de servidores públicos, muitas investigações foram encerradas e não chegaram a condenar outros servidores investigados e citados no relatório conclusivo, incluindo os casos descritos da região do Triângulo Mineiro. Ademais, deve-se ressaltar o esforço de servidores públicos: políticos, delegados, servidores da polícia militar dentre outros servidores públicos de serem os principais acusadores desses esquemas ilícitos dentro das instituições públicas mineiras e de seus próprios colegas, demonstrando a heterogeneidade de convicções.

Outro mercado de drogas ilícitas que possui forte intersecção ao modelo político-empresarial é o da *rota caipira*. Utiliza-se das rotas em aviões de pequeno porte e das fazendas como áreas para o pouso e descarregamento de pequenos e grandes lotes de drogas ilícitas. Com a forte influência do estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro possui nessas rotas vários mercados de drogas distribuídas tanto no atacado quanto no varejo. Tendo forte difusão no interior do estado paulista (PERALVA, SINHORETTO E GALLO, 2012) em regiões próximas a Ribeirão Preto, esses mercados também se ampliaram e abastecem os municípios do Triângulo Mineiro ou servem como entreposto para a distribuição em cidades e unidades federativas mais distantes. Em alguns casos, como mencionado no relatório da CPI, até mesmo aeroportos de pequenas cidades eram utilizados para um mercado do atacado e o carregamento escoltado por policiais civis. Nessas investigações dos parlamentares foi comprovado o vínculo dessa rede de



empresários, funcionários públicos da segurança, com traficantes cariocas (incluindo o traficante mais procurado do Brasil na época, proprietário de fazendas em municípios do pontal do Triângulo Mineiro) e com uma rede mais ampla de tráfico internacional.

Por fim, o *modelo cult* do mercado das drogas ocorre em vários bairros classe média/alta e instituições públicas/privadas. Tomando como base um estudo etnográfico no local conhecido como jambolão situado em uma universidade federal é constatado modelos de mercado no varejo que são conhecidos como *barcas*. Quem realiza a gestão das barcas são os *patrões*. Diferente do modelo periférico, os patrões das barcas apesar de realizarem toda a transação financeira e logística para a obtenção das mercadorias ilícitas, não são considerados e reconhecidos como traficantes de drogas. Essa economia ao ser movimentada por pequenos e intensos mercados no varejo, por relações de transação e consumo coletivo que apesar de envolver relações de poder e conflito, não desencadeiam nenhum tipo de vínculo violento ou demanda por uma logística armada de segurança como ocorre nos três primeiros modelos mencionados. Contudo, veremos a seguir, como as zonas de circularidade entre esses mercados, nos últimos anos, criou no modelo *cult* contatos com outros mercados violentos.

As zonas de circularidade entre os mercados: o caso Jambolão

Como vimos se existem ao menos quatro modelos de mercados das drogas ilícitas com dinâmicas próprias, esses mercados devem ser interpretados também em suas dinâmicas relacionais denominadas de *zona de circularidade*. No caso jambolão, desde a década de 1990, há relatos de o local de lazer dentro de uma universidade federal servir como um espaço público de uso de drogas²⁰³. Mesmo sendo uma prática habitual, vale mencionar que a maioria das pessoas que utilizavam a área de convivência não eram usuárias de drogas. Nesse sentido, a repercussão sobre o uso de substâncias ilegais no espaço, muitas vezes, foi normatizada por alunos não usuários, professores, seguranças públicos, funcionários terceirizados e demais autoridades que possuíam conhecimento sobre os hábitos ilegais, mas mantinham boa convivência com os alunos usuários das substâncias ilícitas.

Situado em um dos bairros considerados o “novo centro” de uma das maiores cidades do Triângulo Mineiro houve a partir da década de 2010, tanto no espaço de convivência quanto no bairro um processo expansivo dos mercados violentos da droga, se desdobrando em conflito entre a *dimensão utilitária do mercado de drogas*, com a disputa violenta pelo comércio ou pelas sanções aos endividados; em contraposição, houve também a permanência do *mercado ilegal antiutilitário* (MAUSS, 2003) das drogas ilícitas, realizado, sobretudo, por jovens universitários moradores de repúblicas e artistas frequentadores do espaço jambolão.

Se a dimensão utilitária é mais visível de ser percebida pelo processo violento que é empreendido aos usuários que não pagam suas dívidas ou pelas disputas de mercados nos territórios urbanos, a dimensão antiutilitária das trocas de drogas ilícitas em meio aos alunos

²⁰³ A descrição etnográfica apresentada está amparada pela intensa convivência do pesquisador no local. Entrou no curso de ciências sociais na Universidade Federal de Uberlândia em 1997. No ano de 2003 tornou-se professor substituto da instituição, trabalhando até 2004. Nesse ano, com bolsas de estudos, voltou a estudar fazendo disciplinas isoladas no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Ciências Sociais.



que frequentavam o espaço para estudar nos blocos, ou simplesmente ficar curtindo o local, não era pautada na relação de consumo utilitarista

“do toma lá dá cá”, da pouca conversa, do dinheiro na mão ou até mesmo da figura do traficante. Entre o período etnográfico de vivência descrito, a violência nunca existiu nas relações ilícitas entre usuários de drogas no local. Isso não significa que essas relações eram apenas harmônicas. Vários conflitos eram estabelecidos em um contexto parecido com os *potlatches*²⁰⁴.

Os mais frequentes dentre todos eram relacionados às pessoas consideradas *serrotes* – aquelas pessoas que “nunca colocam nem um cigarro fino para a galera”. Em outras palavras, os *serrotes* são considerados pessoas que frequentam o espaço, participam dos grupos reunidos nas mesas, mas nunca colocam um cigarro de maconha para ser fumado publicamente. É comum essas pessoas também terem como hábito

“*serrar*” cigarros industriais. Nesse sentido, o trânsito entre as mesinhas de jambolão, outros locais mais ermos da universidade e o acesso a algumas repúblicas que ficam nas ruas do entorno da universidade executam uma estratégia bem planejada por parte dos grupos de jovens, ao criar barreiras a certos colegas ou grupos indesejáveis ao consumo público compartilhado.

Os deslocamentos propiciam certos interditos, principalmente quando saem do espaço da universidade e adentram as repúblicas. Ao se deslocarem para a república de alguém, os *serrotes* indesejáveis não aparecem. Todavia, um dos pontos de maior conflito registrado entre os usuários no jambolão é a reclamação pública perante a roda, de que a pessoa *serrote* sempre fuma, mas nunca coloca um cigarro dela. Elas se tornam mais agudas ainda, quando a pessoa mencionada é acusada em meio ao público de ser vista “fumando um” sozinha ou com outras pessoas em alguma “quebrada” da universidade.

Nesse circuito de trocas nem todas as pessoas consideradas eminentes *serrotes* eram mal vistas ou tencionavam as relações. Alguns *serrotes* colaborativos executavam uma série de ações sociais que de certa forma retribuía seu vínculo social no contexto do jambolão, criando uma distinção moral entre o *serrote* “gente boa” de espírito altruísta e o *serrote* “sugador” aquele que só deseja ganhar vantagens em fumar gratuitamente.

Neste vínculo antiutilitário existe outro personagem importante: *os patrões das barcas* – movimento de compra e partilha coletiva das drogas ilícitas. Como de hábito boa parte dos usuários estocam em média 50 gramas de fumo, apesar de algumas estocarem maiores e outras menores quantidades. Tal quantidade referida é considerada ideal para o estoque por muitos usuários, pois consideram que uma quantidade maior propicia um envelhecimento do fumo e um valor considerado não muito caro. Dessa maneira, as barcas são feitas com certa frequência na medida em que esse estoque, apesar de variável (de pessoa para pessoa ou de turma para turma) pode durar uma média de 15 dias até um mês. Na maioria dos casos, as barcas eram de 50 gramas a um quilo, sendo muito também comum a barca de 250 gramas e a barca de meio quilo. Nota-se que o padrão agenciador da barca, em muitos casos, recolhe o dinheiro de um número variável de pessoas dependendo da quantidade.

²⁰⁴ Sobre o assunto o antropólogo Marcel Mauss discute a relação entre a teoria da dádiva, a noção de pessoa e os rituais dos *potlatch*.



A configuração da barca pode ser de várias maneiras: i) o patrão arrecada o dinheiro de certas pessoas com antecedência, para poder ter dinheiro e efetuar o pagamento da barca no momento que adquire o produto; ii) o patrão compra a barca toda e combina com dois ou três amigos uma suposta quantidade a ser dividida. Esses dois ou três amigos serão os patrões de outros interessados em pedaços menores da partilha do fumo. Dependendo da quantidade e da configuração esse desdobramento pode ser feito várias vezes; iii) o patrão compra a barca toda e depois revende em quantidades menores; iv) o patrão recolhe o dinheiro de todas as pessoas que participam da barca.

Os lucros dos patrões são bem variados nesse mercado. Em muitos casos, apenas livram o seu pagamento da quantidade adquirida da barca. Em outros, retiram um lucro maior e em outros não ganham nada, apenas efetuam a mediação. Nesse período de observação foi difícil identificar qual das três configurações foi a mais comum. É certo que os patrões que realizam barcas com mais frequências, também não são considerados traficantes. Assim, com mínimas ressalvas, percebe-se como a categoria traficante utilizada para classificar os mercadores das drogas ilícitas das periferias é invisível na composição social dos mercados antiutilitários da classe média.

Muitas pessoas com expectativas e desejos diferentes são os patrões de uma barca. Como é criado um mercado em rede, uma barca pode conter inúmeros patrões responsáveis pelas mais variadas quantidades. Varia desde a pessoa que negocia a totalidade da barca até uma pessoa que pegou apenas 10 reais e dividiu a metade com um colega ou a namorada. Por mais que alguns tenham pequenos lucros, esses mercados dos patrões não possuem um vínculo utilitário do “toma lá dá cá”, amparado por dispositivos violentos inculcado na figura do traficante.

Em alguns casos é interessante notar nesse mercado até mesmo certas contrariedades para se vender o produto ilegal. Quando uma pessoa conhecida aborda outra e pergunta a ela se tem algum cigarro a oferecer, em muitos casos, ela responde que não, mesmo tendo pouca quantidade. Agora se um amigo, que sempre “fortalece” para ela, pergunta se essa pessoa tem “um a mais” para ele fumar depois, o usuário detentor de uma pequena porção tem certa obrigatoriedade de oferecer de graça ou vender a preços módicos ao menos um “fino” para o colega. Assim, nesse mercado, em muitos contextos, vender como uma doação só é vantagem na medida em que poderá ser retribuído em um momento futuro, ou por outros fins não utilitários, como o vínculo de amizade, por exemplo.

Se fizermos uma análise comparativa entre os modelos de mercados apresentados presume-se que a figura do patrão, na maioria dos casos, são alunos de classe média, universitários ou artistas que garantem para si mais contatos e maior capacidade em arregimentar as *barcas*. Em todo o percurso etnográfico houve apenas dois alunos que em certos momentos se autodenominavam traficantes. Mesmo assim, apesar de vários usuários não utilizarem os seus serviços por que eles “vendiam apenas cigarros picados” nunca houve conflitos. Nunca estipularam exclusividade, monopólio do comércio ou do território. Com frequência esses supostos traficantes também eram patrões das rodas, adjunto a outras pessoas que possuíam fumo por outros *canais* – termo muito utilizado para dizer quem sabe onde comprar as substâncias ilegais. Assim, nesse período, nunca se ouviu um relato de conflito violento em função dos mercados antiutilitários dos ilícitos das drogas, apesar das tensões simbólicas e das relações de poder descritas em torno dos *potlachs* das “mesinhas de jambolão”. Em Uberaba e



Uberlândia esses *potlatchs* ocorrem em vários segmentos e espaços da classe média/alta, tais como as repúblicas, bares, praças centrais que acolhem shows públicos, parques, etc.

Assim, os padrões são personagens apenas nas rodas, não carregam essa investidura corporal em outros momentos. Pode-se dizer que a expressão é quase fenomenológica: “quem é o padrão hoje?” se restringe em saber que tem um cigarro a oferecer no aqui e agora. Como há um enorme rodízio de pessoas que colocam cigarros na roda, o padrão é a pessoa comum, o amigo ou o colega que em certo dia colocou um cigarro para a turma fumar e no dia seguinte será recompensado ao fumar do cigarro de uma ou mais daquelas pessoas que fumaram o cigarro que ele colocou. Apesar desse rodízio, existem pessoas consideradas mais padrões do que outras, por colocarem cigarros de forma mais recorrente nas rodas e terem certo prazer e/ou pequenos lucros em agenciar as barcas, essas pessoas também não são consideradas traficantes, mas carregam uma investidura corporal de saber dos *canais*.

Apesar das coisas estarem mudando a partir de 2010 para os antigos frequentadores do universo jambolão (muitos trabalham atualmente como técnicos, professores ou continuam alunos) foi entre maio e junho de 2014 que todo esse universo antiutilitário do modelo *Cult* começa a ganhar novos contornos utilitários, narradas em uma série de reportagens. No dia 4 de junho, uma delas, intitulada *Tráfico e Uso de Drogas ocorrem livremente nos campi da UFU em Uberlândia* o repórter inicia a matéria descrevendo o espaço do jambolão:

Sexta-feira, dia 23 de maio, 18h40. As áreas de convivência entre os blocos 1H, 1W e 1I (o conhecido “Jambolão”) do campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está repleta de adolescentes e jovens. Alguns não parecem ser estudantes da universidade. No ambiente, um cheiro forte. Um rapaz, aparentemente menor de idade, está sozinho em uma das mesas. Duas ou três vezes, algumas pessoas se aproximam. Eles conversam pouco, trocam algo. O que é dinheiro parece ser entregue ao menos. Em retribuição, ele passa para essas pessoas um objeto semelhante a um cigarro (MACHADO, 2015b)

Toda repercussão dessa reportagem de tom policialesco e de outras que saíram em dias subsequentes foi motivada por um fato ocorrido em dias anteriores: a prisão de alguns jovens traficantes que mantinham em cárcere “privado” um suposto consumidor endividado, conforme descreve a reportagem vinculada no dia 20 de maio de 2014, intitulada *Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter usuário refém na UFU*.

Três jovens, sendo um deles menor de 16 anos, foram detidos em Uberlândia nesta segunda-feira, 20 de maio, suspeitos de sequestrar e agredir um usuário de drogas, de 18 anos, e exigir pagamento de R\$ 600 por uma dívida com o tráfico. A mãe da vítima foi quem acionou os militares indicando que o filho havia sido sequestrado. O jovem disse à nossa reportagem que em data anterior a PM pegou drogas dos suspeitos num ponto já conhecido como biqueira, no momento em que ele estava comprando maconha. “*Eu fui lá uma vez e teve polícia lá e pegaram as drogas deles. Eles falaram que eu tinha que pagar as drogas que eles perderam, que dava R\$ 580. Depois falaram que eu devia pagar R\$ 600*”. Ainda segundo a vítima, ela apanhou durante horas. Os suspeitos o fizeram ligar para a mãe pedindo o dinheiro do resgate. A Polícia armou um encontro com um dos suspeitos para entregar o dinheiro na Avenida Rondon Pacheco. Pego em flagrante, o jovem levou os militares até uma área



de livre circulação dentro do campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A equipe da análise criminal do campus foi acionada e viu o momento em que a vítima era agredida por alguns indivíduos. A vítima foi tirada do poder dos supostos traficantes. Foram presos A, de 21 anos, e B, de 25 (VILELA, 2015).

Segundo a reportagem, o fato que desencadeou o sequestro do jovem usuário pelos supostos traficantes foi a história de policiais terem ido à casa dos traficantes “pegarem” as drogas deles. Os traficantes atribuíram a culpa do roubo da droga pelos policiais ao jovem que supostamente “deu bandeira” e entrou na casa no momento errado. Não houve qualquer esclarecimento por essa ou outras reportagens na ocasião sobre essa suposta ação dos policiais.

Por coincidência, nesse mesmo dia, ocorreu um evento sobre segurança no *campus* promovido por discentes de um programa de pós-graduação. Dividido em dois momentos, o primeiro foi o “sarau de varal” que ocorreu no espaço de convivência do jambolão e o segundo uma mesa redonda que foi realizada no anfiteatro. As ameaças e agressões foram presenciadas durante a primeira parte do evento pelos participantes, alguns técnicos sociais dos programas de prevenção à criminalidade e alguns alunos até tentaram mediar os conflitos, cujos desfechos foram ações repressivas de prisão dos supostos traficantes. Nesse contexto, vários conflitos entre estudantes moradores de república do entorno e moradores viciados em *crack* também ocorreram obrigando repúblicas consideradas tradicionais no bairro se mudarem da localidade.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, a descrição etnográfica do *potlatch* no espaço do jambolão demonstra como o consumo e o comércio das substâncias ilícitas no varejo não se restringem aos bairros considerados áreas de risco, aos jovens supostos membros de gangues e às relações violentas dos mercados utilitários do atacado e do varejo. Em relação às conexões de sentido entre aspectos territoriais, o tráfico de drogas e a criminalidade urbana, realizadas como discurso hegemônico dos atores das instituições de segurança pública e da justiça mineira, os seus limites também são visibilizados com as informações obtidas no relatório da CPI do Narcotráfico e as reportagens sobre o tráfico internacional de drogas, além da etnografia do jambolão.

Nos últimos tempos, a dinâmica criminal nos municípios do Triângulo Mineiro, com a provável expansão do coletivo paulista gerou inclusive certo desuso da alcunha gangue por parte dos moradores dos bairros periféricos, termo muito usado na capital. Por outro lado, as zonas de circularidade entre os mercados denominados utilitários e antiutilitários, demonstraram como os mercados antiutilitários foram se reconfigurando em certos espaços urbanos, gerando aproximações, conflitos e violências quando se vincula a outros mercados.

Nesse cenário, a lenta profusão dos programas estaduais de prevenção à criminalidade para as cidades do interior de Minas Gerais dificultou ainda mais a ação dos seus profissionais e a consolidação de uma estrutura burocrática, se comparada às regiões de Belo Horizonte e



Metropolitana. Além disso, diferente do modelo da implosão espacial da capital mineira verificou-se junto aos dados estatísticos uma configuração social mais dispersa da ecologia dos crimes de homicídios, demais crimes violentos e registros de drogas nos municípios interioranos.

Os diferentes resultados apresentados sob o amparo das teorias ecológicas do crime, entre a figuração urbana da criminalidade em Uberlândia e Belo Horizonte, não vislumbram refutar suas premissas teóricas tão importantes para a expansão das pesquisas sobre criminologia em várias cidades do mundo, incluindo a capital mineira. Nesse aspecto, os limites teóricos da desorganização social demonstram como em Uberlândia, para além das áreas de risco e anéis da criminalidade, outras variáveis substanciais que envolvem o mercado ilícito das drogas, no atacado e no varejo, composto por segmentos populacionais de todas as classes sociais, demonstram uma necessidade de uma compreensão mais ampla da dinâmica criminal que envolve as relações ilegais, de violência, os usos e tráficos de drogas e o controle social do crime na cidade.

Por fim, vale ressaltar que, com o passar dos anos, a constituição de um campo do terceiro setor e de empresas culturais, que desenvolvem projetos e oficinas nas periferias classificadas como áreas de risco, com crianças e adolescentes “vulneráveis” à criminalidade, foi arregimentado ou criado por muitos desses ex-alunos que conviviam no jambolão. Por ironia do destino, alguns desses profissionais das artes e das ciências humanas hoje trabalham como gestores, técnicos sociais e oficinheiros, cujos objetivos consistem na execução de políticas de prevenção à criminalidade, com ênfase no combate aos homicídios e tráfico de drogas.

Referências

- COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/MG. Relatório Estadual da CPI do Narcotráfico/MG. **(CPI/MG)**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/870/713870.pdf>. Acesso em: 27 mar 2015.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2009.
- MACHADO, D. Tráfico e uso de drogas ocorrem livremente nos campi da UFU em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/trafico-e-uso-de-drogaocorrem-livremente-nos-campi-da-ufu-em-uberlandia/>. Acesso em 10 abr 2015.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- OLIVEIRA, K.B. & OLIVEIRA.G.G. (Org.) **Olhares sobre à prevenção a criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.
- PAIXÃO, A. L. **A organização policial numa área metropolitana**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, pp. 63-85. 1982.
- PERALVA, A. SINHORETOO. J. GALLO, F.A. Economia da Droga, instituições e



política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. in AZAIS, C. KESSLER, G. & TELLES V.S. (Org.). **Illegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VILELA, C. Suspeitos de tráfico são presos por agredir e manter refém na UFU. **UIPI**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <http://uipi.com.br/destaques/destaquesvideos/2014/05/20/suspeitos-de-trafico-sao-presos-por-agredir-e-manter-usuario-refemna-ufu>. Acesso em: 10 abr 2015.

GT 06: Controle social, crime e violência.

RETRATOS DAS VIOLÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS: O OLHAR DE ADOLESCENTES
PELAS LENTES DO *PHOTOVOICE*

Ailton de Souza Aragão
Rosimár Alves Querino
Ana Angelina Amatangelo Oliveira

A exposição midiática da violência tem reduzido o agressor à sua autodeterminação, cujas intervenções reforçam a ostensividade e a reclusão. Imagens e ações que deixam as causas da violência incógnitas. A pesquisa analisou a percepção da violência nos territórios urbanos vulnerados sob a perspectiva de adolescentes frequentadores de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na cidade de Uberaba, MG. O procedimento adotado foi o *photovoice* seguido da audiogravação sobre o entendimento dos adolescentes sobre os temas contidos nas fotografias. Dentre os 77 participantes dos 8 SCFV, durante o ano de 2015, as violências retratadas aparecem como tema recorrente: as pichações nas praças, as depredações de equipamentos de uso público; a presença de terrenos baldios e, fundamentalmente, a promovida pelo tráfico de drogas. As vulnerabilidades territoriais revelam-se violentas quanto a inexistência ou a precariedade dos equipamentos públicos e colaboram para a estigmatização das comunidades em decorrência da violência estrutural.

Palavras-chave: Adolescentes. Territorialidade. Metodologia. Violência. Photovoice.

1. INTRODUÇÃO

O estudo reconhece o adolecer como processo social, compreendido em suas contradições. Desse modo, o adolecer não está restrito ao caráter biológico ou psicológico, pois ambos os processos de desenvolvimento estão imbricados em contextos territoriais também históricos. Logo, apontamos para a necessidade de compreensão contextualizada do processo de vida.



Certo é que o subsídio da discussão da experiência dos adolescentes é a afirmação de sua condição de cidadãos, presente no arcabouço jurídico e político desde a década de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990. Esta perspectiva é completamente diversa daquela que vigorou ao longo do século XX, expressa de modo lapidar no Código de Menores de 1927.

Em sua afirmação histórico-jurídica o ECA opera uma transformação quando da leitura dos direitos de crianças e adolescentes como “um processo dinâmico e histórico onde estes direitos emergem gradualmente de lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que estas lutas produzem”. (BOBBIO, 1992, p. 32).

Os estudos de Carvalho e Buss (2008) se apoiando em Dahlgren e Whitehead (1991) dentre outros apontam os determinantes sociais de saúde como um modelo explicativo do processo saúde-doença que agrega vários elementos e acena para a necessidade de se trabalhar com as dimensões micro e macroestruturais do processo de vida. Assim, esses autores definiram diversos planos de determinação do processo saúde-doença: idade, sexo e fatores hereditários; estilos de vida dos indivíduos; redes sociais e comunitárias e condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais.

Desse modo, os impactos dessa análise na elaboração de políticas e na organização de serviços são inovadores, pois remete ao enfrentamento das “causas das causas” que impactam nos processos saúde-enfermidade – esta compreendida em sua experiência subjetiva. Compreensão que evidencia a superação dos modelos estritamente biológicos, focados na doença em sua manifestação física. Essa assertiva aponta para a necessidade de irmos para além do sistema de atenção à saúde pois reconhece-se que as intervenções nas condições socioeconômicas, ambientais e culturais são fundantes de novas ações, aqui, as interdisciplinares e intersetoriais. [...] E, sobretudo, em políticas de desenvolvimento, voltadas para a distribuição mais equânime dos recursos socialmente produzidos, subordinando a economia ao bem-estar social. (CARVALHO; BUSS, 2008, p. 160)

O debate avança na direção na efetivação de análises do processo saúde-doença com a adoção do modelo de determinantes sociais de saúde encontra no conceito de vulnerabilidades denso aporte teórico-metodológico. Na definição de Ayres et al. (2003) podemos apreender as vulnerabilidades em três dimensões: vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática.

Por seu turno, Dachs, Bambas e Casas (2005), corroboram tal interpretação ao discutir os impactos da iniquidade em saúde, ou seja, não temos somente indivíduos vulnerabilizados, temos segmentos sociais e comunidades inteiras vivenciando processos de vulnerabilização que resultam de macrodeterminantes e, portanto, de processos políticos mais amplos. Assim, o enfrentamento das vulnerabilidades demanda, por exemplo, o envolvimento comunitário e a participação política nos processos decisórios e na formulação de políticas públicas capazes de contribuir com a autonomia dos sujeitos.

Para que essas políticas se convertam em ações concretas urge compreendermos a reprodução de vulnerabilidades e, a partir delas, é que novas estratégias de organização sociopolítica se apresentam como alternativas. Alternativas que objetivam a promoção dos



sujeitos enquanto constroem políticas públicas intersetoriais, integradas e integrais. (VILLASANTE, 2002; NJAINE et al., 2008; MIOTO, 2002; MENDES, 2008)

A efetividade dessa premissa requer que coloquemos em “xeque” alguns enunciados, como sugere Michel Foucault, e suas genealogias, como estratégia de elaboração de uma crítica dos modelos hegemônicos de interpretação do processo saúde-doença. É o caso da abordagem da saúde de adolescentes que tem sido elaborada com ênfase na prevenção de riscos e agravos de indivíduos potencialmente perigosos.

É assim, por exemplo, que o documento “Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde” (BRASIL, 2010), embora traga uma compreensão ampliada da saúde de adolescentes e jovens e defenda a atenção integral e políticas intersetoriais, eleja como ações estratégicas aquelas voltadas à prevenção:

[...] é fundamental que a saúde desse segmento populacional seja incluída nas análises de situação sanitária das regiões de saúde para orientar a construção de estratégias, integradas interfederativamente e intersetorialmente com as ações, programas e políticas em desenvolvimento no país, principalmente para a promoção da saúde; na prevenção aos agravos e enfermidades resultantes do uso abusivo de álcool e de outras drogas e dos problemas resultantes das violências; na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e Aids e para a melhoria do atendimento ao crescimento e ao desenvolvimento, à saúde sexual e à saúde reprodutiva, notadamente à gravidez na adolescência e ao planejamento sexual e planejamento reprodutivo. (BRASIL. MS, 2010, p. 15. Grifo nosso)

Como se constata, a promoção da saúde está situada na habilidade de autocuidado por parte dos adolescentes, pontualmente educados pelos profissionais de saúde. Contudo, como se constata ao longo do Documento, é fundamental a constituição de serviços públicos e se capital humano capaz de orientar ações para além da prevenção, porém, paradoxalmente, os enunciados “limites estruturais” estão postos como impeditivos dessa orientação.

Essa constatação expressa de modo emblemático as dificuldades de governos e de profissionais para construir ações e projetos voltados à promoção de saúde haja vista o quadro das situações de vulnerabilidade, derivada, dentre outros fatores, da amplitude dos determinantes sociais e da forma como as vulnerabilidades são re-produzidas. Assim, isoladamente os serviços públicos ou da sociedade civil não obterão êxito em enfrentar as vulnerabilidades e, por exemplo, promover a saúde de adolescentes.

Compreender o *adolescens* como processo nos auxilia na apreensão crítica da concepção etária e biológica desse segmento demográfico e na crítica ao modelo assistencialista de política social e suas implicações históricas na efetividade dos direitos sociais de crianças e adolescentes. Buscar superá-las é construir novos saberes que promovam o debate e a proposição de ações que incluam, por exemplo, a territorialidade da produção da saúde do adolescente. (AYRES et al., 2003; SILVA JÚNIOR, 2006; BATISTELLA, 2007; FERNANDEZ; MENDES, 2007).



Neste contexto, o presente expõe as perspectivas de adolescentes de Coletivos ProJovem a respeito das vulnerabilidades nos territórios em um município de médio porte do Triângulo Mineiro obtidas por meio do método do *photovoice*.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A partir de atividades de extensão em desenvolvimento com adolescentes desde de 2012, constatamos a necessidade de um maior envolvimento dos mesmos no processo de diagnóstico de demandas locais para serem discutidas nos Coletivos. Assim, os adolescentes que integram a política de fortalecimento de vínculos sociais e familiares (PAIF), em desenvolvimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) participaram das ações que vieram a converter em pesquisa.

Elaborou-se um estudo de caso de tipo exploratório desenvolvido com a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Participaram da pesquisa 77 adolescentes de oito Coletivos ProJovem. Como aludimos, aqui expomos um dos métodos empregados na pesquisa: o *photovoice*, que destaca a relevância da produção iconográfica dos sujeitos da pesquisa. O método se caracteriza por um processo pelo qual os adolescentes são dotados de um papel ativo e capazes de captar as nuances que se alteram nos territórios vividos sob a forma de imagens. Estas, serão selecionadas e convertidas em narrativas que buscam situar o fotógrafo-sujeito no território à luz de suas experiências de temores, desejos, expectativas, realizações, projetos... (MARQUES, 2004).

Em sua operacionalidade,

[...] São fornecidas câmaras fotográficas a elementos do grupo ou comunidade em estudo para que ajam como documentadores e intervenientes activos na reflexão sobre as imagens captadas [...] (MARQUES, 2004, p. 08)

Cada adolescente recebeu uma máquina fotográfica digital e, sob a orientação da equipe, foi convidado a produzir fotografias das comunidades/territórios onde vive. A ênfase se deu nas características que consideravam positivas e aquelas avaliadas como situações/condições de vulnerabilidade (drogas, violências, acidentes, assaltos, meio ambiente, educação, espaços públicos de lazer dentre outros). Foram realizadas oito oficinas de *photovoice* nos oito coletivos de ProJovem durante o ano de 2014 e 2015.

Esse é um método bastante utilizado com cidadãos marginalizados e estigmatizados, a fim de oferecer oportunidades de observação e discussão crítica de situações referentes à realidade vivenciada por tal público, além de favorecer o empoderamento de ações transformadoras. (MGRATH; SHABAZIAN; HERNANDEZ, 2014).

Por sua vez, Schell, et al. (2009) concordam ao afirmarem que o *photovoice* possibilita que os indivíduos não apenas percebam os impasses locais, mas sim os analisem e discutam a respeito, com o intuito de pensar em alternativas de transformação. Essa constatação é significativa pois de acordo com Wang et al. (2004), a consciência crítica é promovida a partir do englobamento de questões de natureza histórica, social e política.



A partir da documentação iconográfica produzida, procedemos à discussão do universo do adolescente. Cada qual selecionou três fotos para expor sua leitura da mesma. Os depoimentos foram feitos nos Coletivos, audiogravados, transcritos e analisados na modalidade de conteúdo temática.

O processo do *photovoice* se insere no rol de:

[...] técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p.42)

Em sua operacionalidade metódica, a análise de conteúdo temática pressupõe (a) contato exaustivo com o material; (b) apreensão das particularidades do material gerado pela pesquisa original, identificação e recorte temático dos dados considerando as questões norteadoras do estudo; (c) organização do material, considerando critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (constituição do corpus); (d) determinação de ideias centrais dos dados, organizadas em gavetas de investigação; (e) análise e exploração do material, visando alcançar os núcleos temáticos e, na sequência, as temáticas; e (f) elaboração da síntese interpretativa a partir das categorias temáticas. (MINAYO, 2010).

Como o método permitiu a emergência de uma ampla gama temática, focamos em dois: *Drogas: entre os traficantes e os usuários, os adolescentes; Sentidos de lazer, lugares da sociabilidade nos territórios.*

3. DROGAS: ENTRE OS TRAFICANTES E OS USUÁRIOS, OS ADOLESCENTES

O tema das drogas nos territórios de vida dos adolescentes frequentadores dos Coletivos as imagens e suas respectivas narrativas ilustram um cenário atravessado pela presença do tráfico, dos usuários e, praticamente, ausência do Estado, enquanto força repressora e ostensiva. Contudo, há elementos que tornam o cenário ainda mais complexo, como a violência familiar, social bem como a adoção dos espaços públicos pelos usuários de drogas para consumo.

As análises sobre a problemática das drogas a revelam como um fenômeno multifacetado em seus determinantes. Porém, as intervenções têm se reduzido à higiene social dos usuários das áreas centrais das cidades por meio da adoção de forças policiais de caráter ostensivo. Como uma resposta do poder público ao fenômeno. Outras têm sido as iniciativas referentes às formas de internação (voluntária, involuntária ou compulsória), seja em serviços públicos de saúde mental ou em comunidades terapêuticas, de caráter privado.

O tema adquire maior relevância quando adolescentes dos territórios e em condição especial de desenvolvimento são colocados diuturnamente em contato com traficantes e usuários e passam a ser assediados para o consumo e/ou para a venda de drogas, realidade comum nos grandes centros, como constatou Nancy Cardia et al. (2012), mas também verificável pelos próprios adolescentes:

[...] Fica fumando no banco, daí começa, daí já entra chutando a bola. E.



[...] e essa esquina aqui é os pontos dos ‘noiados’, sempre andam com uma arma na mão. D.

E é fácil comprar droga [...] é só você chegar ai dá um e eles já te entregam e você leva embora. R.

Cara eu morava perto de uma [boca de fumo] eu não vou saber? Eu já vi pedra no chão... assim ó [aponta para o chão]. M.

A exposição constante dos adolescentes ao tráfico e ao uso de drogas se converte em violação de Direito Fundamental, logo, uma forma de violência, na medida em que têm Direito ao Convívio Social e Comunitário (BRASIL, ECA, 1990; CARDIA et al., 2012). Porém, os relatos indicam espaços “sitiados” no interior dos bairros, cujos acessos são controlados pelos traficantes ou pelos usuários de drogas. Verifica-se que o território vivido dos adolescentes guarda significados intrínsecos à lógica do mercado das drogas: espaços proibidos, códigos de conduta, logística e acesso facilitado às drogas.

A situação de vulnerabilidade econômica do grupo familiar, maus tratos físicos ou psicológicos no ambiente doméstico, abandono da escola associados ao imperativo de socialização pelo consumo, necessidade de autoafirmação são alguns dos elementos que facultam o ingresso do adolescente no tráfico de drogas, satisfazendo todas as demandas de imediato. (PINSKY; BESSA, 2004). Uma das estratégias pode ser a entrega de mercadorias furtadas por usuários de drogas e que podem ser vendidas pelos adolescentes.

Uma vez eu passei e o cara ofereceu um celular pra vender, roubado, queria que eu vendesse por 8 reais e falei ‘ocê tá doido’? C.

Esse cenário tem desafiado os agentes sociais institucionais que atuam na promoção dos direitos dos adolescentes. Pois a compreensão do fenômeno ultrapassa a mera atuação sob os seus efeitos, como retirar os usuários dos locais de circulação da comunidade, em geral, e dos adolescentes, em particular. Pois o fenômeno do consumo de drogas impacta nos comportamentos de todos os moradores de um determinado território.

Do lado da minha casa tem um cara que bate na ‘muié’, aí ela perdeu o neném dela. A.

O povo aqui é muito violento. M.

A violência associada ao tráfico de drogas produz relações de desrespeito aos direitos dos adolescentes e de outros sujeitos vulneráveis, como mencionado acima. Mas o tráfico de drogas demonstra seu real poder contra aqueles que não honram seus compromissos, situação que demonstra seu *modus operandi* “pedagógico” aos olhos da comunidade e dos adolescentes.

Por causa ele tava devendo droga, aí ele não pagou e fizeram isso com ele [...] Deram um tiro na boca dele, na garganta e outro na bunda, e depois tacaram fogo nele. J.

Mas o que estamos entendendo por violência?

Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p.5)



O fragmento acima indica que a força do tráfico de drogas, a força física do homem contra uma mulher ou o constante assédio dos usuários sobre os adolescentes podem ser compreendidos como formas de violência. Pois os cenários “sitiados” no cotidiano resultarão em deficiência do desenvolvimento integral dos adolescentes.

Contudo, essa violência é atravessada por outras violências de caráter social, logo, históricas. Com isso, não pretendemos isentar a violência promovida pelo tráfico/uso de drogas, mas acrescer que há outras naturezas das violências, como a social, estão a gerações fomentando outras formas de violências nos territórios, como a psicológica, a interpessoal, dentre outras. Violências essas que favorecem a reprodução das condições de vulnerabilidade. São nesses cenários de vulnerabilidades históricas que estão os indicadores de homicídios entre adolescentes e jovens no Brasil, entre 12 e 19 anos, residentes em territórios de alta vulnerabilidade, do sexo masculino, (KRUG et al., 2002; MINAYO, 2009; UNICEF, BRASIL, 2010).

4. SENTIDOS DE LAZER, LUGARES DA SOCIABILIDADE NOS TERRITÓRIOS

“[...] No lugar conhecemos o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. Desta forma, o futuro, mais que o passado, torna-se nossa âncora. (SANTOS, 1996, p.34)

As imagens e as narrativas dos espaços de lazer nos territórios demonstram que essa categoria pode ser subdividida entre “espaços de lazer” e “atividades de lazer”. Essa estratégia permite uma compreensão dos usos que os adolescentes fazem dos espaços comunitários ou privados em relação aos tipos de atividades preferidas.

Assim, na acepção de Milton Santos (1996) os “lugares” preferenciais apontados pelos adolescentes dos oito Coletivos estão as igrejas, com quatro menções; as sorveterias, as quadras, as praças e os clubes particulares, com duas referências cada; campo de futebol, shopping, padaria, CEMEA (Centro Municipal de Educação Avançada), fazenda, casa, com uma citação cada. E dentre as atividades preferenciais estão jogar futebol, com seis menções; soltar pipa, queimada, assistir jogos de futebol pela televisão com duas citações cada e educação física, internet/redes sociais, brincar com cães nas ruas, festas na quadra com uma menção cada.

O direito ao lazer é um dos Direitos Fundamentais expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois sua efetividade, por meio de políticas públicas, promove o desenvolvimento biológico, psíquico e social da criança e do adolescente, portanto, da saúde considerada em sua integralidade.

No tocante ao processo de sociabilidade do adolescente a atividade de lazer permite trocas simbólicas, desenvolvimento de estratégias de negociação, administrar conflitos, apropriação do território, desenvolver a tolerância bem como a abertura para novas relações e experiências no território vivido.

[...] vamos jogar bola, curtir, lugar fresco [na praça]. L.

[...] Eu gosto de ir pra igreja. Participo do grupo de jovens. G.

Tem missa dia de quarta, domingo e sábado, que sábado eu faço catequese. P.



Tem dia que eu vou com a [Orientadora Social], pra jogar bola. F.L

A praça, a igreja e o campo de futebol são espaços de sociabilidade disponíveis em praticamente todos os territórios dos adolescentes e por eles são utilizados como forma de proteção contra os riscos presentes nos territórios de vulnerabilidade, mas também de descontração, de interação social, ou ainda de compartilhar significados, de socialização secundária.

Contudo, essa socialização está para além da mera integração social, numa acepção funcionalista, quando se trata de adolescentes de territórios de vulnerabilidade. As experiências plurais experimentadas pelos adolescentes remetem à produção de novos significados, ora nem sempre de reprodução funcional.

O moço nem deixa entrar lá [no clube privado] tem vez. [...] Uai, se der [para pular a cerca] ninguém segura né? G.

Tem gente que vai lá [no clube privado] pra namorar, é isso? O.

[...] Ô na roça é bão porque você tem lugar pra fazer tudo. I.

[...] tem mais igreja que casa. M.

[...] não, não tem nenhum lugar, só um [a sorveteria]. R.

A entrada proibida num clube privado, a exaltação do espaço da zona rural e a insatisfação com grande número de igrejas e existência de apenas uma sorveteria no bairro revela que os adolescentes dos territórios pesquisados requerem de mais espaços de sociabilidade e até mesmo de consumo. Mas não quaisquer espaços: estes devem ser atrativos, que combinem os aparelhos de um clube privado com a amplitude de um espaço rural e a oferta de atividades prazerosas, como tomar sorvete, e poder namorar em segurança.

Aqui as praças e ruas, clubes e campos de futebol, inevitavelmente se convertem nesses múltiplos espaços/lugares de sociabilidade dos adolescentes de ambos os sexos, de todas as idades. Logo, os espaços públicos permitem os encontros entre os adolescentes para jogar futebol, soltar pipas, jogar queimada ou participar de festas nas quadras dos bairros, ou seja, lhes permite manifestar sua singularidade e pluralidade, simultaneamente.

Sob a ótica do lazer, são adolescentes do mesmo território e essa é uma categoria que os aglutina: pela experiência vivencial das ausências de espaços de lazer originários de políticas públicas participativas; espaços que oportunizem e que congreguem as expectativas de um momento particular do desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos. E que cujas buscas implicam, mesmo, na ruptura com o acesso privado ao lazer a qual pode ser interpretada como forma de resistir, individual ou coletivamente, à uma sociedade estruturalmente violenta que os coloca e os mantém à margem da efetividade do direito ao lazer, por exemplo. (ARAGÃO et al., 2013; MINAYO, 2009)

O acesso a esses espaços de lazer pode gerar e fortalecer o sentimento de pertencimento, de reconhecimento, de identidade, sem conduzir a monolitismos de quaisquer naturezas, acadêmicas ou políticas, posto que essas identidades sejam históricas no tempo e no espaço, próprios da condição de ser do adolescente.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem demonstrado que o tráfico e o uso de drogas se converteram em experiências cotidianas dos adolescentes nos territórios vulnerados. Ao mesmo tempo em que coagem os adolescentes a construírem estratégias de enfrentamento, das quais, se ausentarem dos espaços públicos de uso coletivo ou os impele a limitar as formas de sociabilidade nos mesmos espaços devido às ameaças que o tráfico de drogas e os usuários passam a representar à segurança, à integridade física e/ou psicológica.

O direito ao lazer nos territórios encontra nos adolescentes elementos de uma resistência: buscar alternativas criativas ao romper com a lógica da propriedade privada ilustra que os limites das cercas estão aquém do direito. Contudo, verifica-se que as alternativas de lazer, em grande medida, estão atreladas à capacidade de consumo; disposição que não está ao alcance de alguns adolescentes.

Ao mesmo tempo, o acesso aos espaços públicos para atividades de lazer está restrito nos territórios, pois a vulnerabilidade programática, como aquela que se origina da ineficiência do poder público em propor ações ou gerir programas nessas localidades, limita o acesso dos moradores desses territórios a equipamentos de uso coletivo para prática de atividades de lazer.

A efetividade do direito ao lazer; à dignidade, ao respeito e à liberdade; direito ao convívio social e comunitário como dispostos no ECA têm enfrentado limites estruturais para sua plena efetividade por meio de políticas públicas que por vezes reforçam a vulnerabilidade de caráter programático. Contudo, a efetividade desses direitos se revela nas estratégias criadas pelos próprios adolescentes a partir das possibilidades verificadas nos próprios territórios. Assim, de um lado não podemos considerar os adolescentes como meramente destinatários das políticas públicas locais ou mesmo federais, posto que, por meio do *photovoice*, diagnostica-se o potencial desse ciclo de vida no reconhecimento dos limites e das potencialidades presentes nos próprios territórios.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. S.; FERRIANI, M. G. C.; VENDRUSCOLLO, T. S.; SOUZA, S. L.; GOMES, R. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. v.21, esp. p.1-7. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692013000700022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jul 2016.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003, p.117-139.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angela (Org.). **O território e o processo saúde e doença**. Rio de Janeiro: ESPJV, FIOCRUZ, 2007. cap. 02, p.51-86.



BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p. Disponível em: <http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. UNICEF. **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2005/2007**. Unicef; Secretaria de Direitos Humanos; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência; Programa de Redução da Violência Letal. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 136p.

CARDIA, N. et al. **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012. 413p.

CARVALHO, A. I.; BUSS, P. M.. Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In: GIOVANELLA, L. et al. (orgs.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p. 141-166.

DACHS, J. N. W.; BAMBAS, A.; CASAS, J. A. Determinantes sociais e econômicos de desigualdades em saúde. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. **Críticas e atuantes**. Ciências humanas e sociais em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.11, supl. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte. n.24, set/dez 2003, p.40-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2013.

FERNANDEZ, J. C. A.; MENDES, R. Gestão local e políticas públicas para a qualidade de vida. In: FERNANDEZ, J. C. A.; MENDES, R. (Orgs.). **Promoção da saúde e gestão local**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007. cap. 2, p.41-60.

GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KRUG, E. G. et al (Eds.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2016.

MARQUES, B. G. **PhotoVoice**: olhares de idosos sobre Políticas Públicas voltadas às atividades físicas. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação Física, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2013/224.pdf>. Acesso em: 14



fev. 2015.

MARQUES, S. C. S. **Photovoice**: uma opção metodológica. 2004. Disponível em: <http://www.antropophoto.com/article_files/Photovoice_Uma_Op%E7%E3o_Metodol%F3gica.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2016.

MCGRATH, C.; SHABAZIAN, A. N.; HERNANDEZ, K.. Photovoice as a Pedagogical Tool: Examining the Parallel Learning Processes of College Students and Preschool Children through Service Learning. **Creative Education**. Los Angeles, USA. 2014, v.5, p.1947-1957. Disponível em <http://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=51922>. Acesso em 10 jun. 2016.

MENDES, E. V. **O plano estratégico da saúde em Minas Gerais**. 2016. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/o-plano-estrategico-da-saude-de-minas-gerais.pdf> Acesso em: 23 jul. 2016.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.. (Orgs.). **Impactos da violência na saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; EAD-ENSP, 2009, p.21-42.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIOTO, R. C. T. O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. **Katálysis**, Florianópolis, SC, v.5, n.1, p.51-58, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5870/5423>>. Acesso em 20 abr. 2016.

NJAINE, K. et al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, supl. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PINSKY, I.; BESSA, M. A. **Adolescência e Drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador. v.4, n.1, p.34-39, 1996. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113/2230>. Acesso em 20 jul. 2016.

SHELL, K.; FERGUSON, A.; HAMOLINE, R.; SHEA, J.; THOMAS-MACLEAN, R.. Photovoice as a Teaching Tool: Learning by Doing with Visual Methods. **International Journal of Teaching and Learning in Higher Education**, Georgia, USA. 2009, v.21, 340-352.

SILVA JUNIOR, A. G. **Modelos tecnoassistenciais em saúde**: o debate no campo da saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S.. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte. jul/dez 2002, v.14, n.2, p.133-147.



UNICEF. BRASIL. **Homicídios na adolescência no Brasil**: IHA 2005/2007. Unicef; Secretaria de Direitos Humanos; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência; Programa de Redução da Violência Letal. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 136 p.

VILLASANTE, T. R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WANG, C.; MORREL-SAMUELS, S.; HUTCHISON, P.; BELL, L.; PESTRONK, R.. Flint Photovoice: Community Building Among Youths, Adults, and Policymakers. **American Journal of Public Health**, 2004, v.94, n.1, p.911-913.

GT 07 Identidades, etnias e mobilidades

A política imigrante e o preconceito: conjunturas de uma criação nacional de racismos

Luiz Otávio Costa Santana

Resumo: o adiante trabalho trata de problematizar como a política imigrante após a abolição da escravidão e implantação da República possuía o papel de disseminar o profundo racismo engendrado pelas elites contra a maioria da população afrodescendente brasileira. Com a introdução desta política, os imigrantes se viram dentro do universo de exploração que os negros e mestiços vivenciavam em todo seu contexto social, econômico e cultural. Os vários grupos que sucederam esta política ou mesmo adentraram no Brasil, presenciou não somente aspectos de extrema exploração perpetuada pela elite, mas também foram criados preconceitos para com estes vários grupos dado à insatisfação daqueles que obstruíam seus interesses. Deste modo, este trabalho visa refletir como os preconceitos estiveram de algum modo aliados a política imigrante e seus reflexos na sociedade brasileira como um todo.

Palavras chave: Imigrante; Afrodescendente; Brasil.

O início do século XX foi marcado por uma intensa movimentação de populações de imigrantes que fizeram parte do novo modelo perpetuado pelas elites no que se refere à formação de uma nova nação brasileira recém formada por uma República. Dentro deste movimento entrou no Brasil uma série de imigrantes advindos da Europa tais como: portugueses, espanhóis, alemães, italianos e também um forte movimento da Ásia, como: turcos, sírios, libanês e principalmente de japoneses.



Antes de se adentrar ao processo de imigração no Brasil torna-se necessário observar os reflexos da implantação da República e principalmente a abolição da escravidão no país. Para Azevedo (1985) o processo da abolição da escravatura no Brasil estava ligado ao fato do país estar se organizando no novo contexto capitalista, onde promove a vinda de trabalhadores livres ao contrário do reducionismo do mercado escravista de uma economia pré-capitalista que por fim levaria o escravo ao condicionamento de uma situação irracional, incapaz de acompanhar a direção avançada que o capitalismo se encontrava. (AZEVEDO, 1985, p.8)

Sob outro aspecto, Fausto (1994) alega que após a abolição houve um grave problema de escassez de mão-de-obra no país fazendo com que se desenvolvesse o pensamento de se introduzir um novo contingente populacional para a resolução deste problema, dada a importância econômica que infringia a exportação de café brasileiro, principalmente advindo de São Paulo. Diante deste problema, Fausto incorre duas perguntas acerca da mão-de-obra nacional, sendo que a primeira seria a negação do escravo como um novo trabalhador livre após a abolição e a segunda estaria na exclusão da participação de povos brasileiros advindos principalmente do nordeste do país.

A resposta a primeira pergunta envolve dois aspectos: de um lado, o preconceito dificultava ou mesmo impedia que eles imaginassem a hipótese de regime de trabalho da massa escrava; de outro, é duvidoso que, após anos de servidão, os escravos estivessem dispostos a ficar em uma situação não muito diversa da que tinham. (...) A resposta a segunda pergunta tem a ver com a argumentação racista que ganhou a mentalidade dos círculos dirigentes da nação, a partir de autores europeus como Buckle e Gobineau. Eles não desvalorizavam apenas os escravos ou ex-escravos. Os mestiços nascidos ao longo da colonização portuguesa eram também considerados seres inferiores, e a única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível. Ao lado deste fator cultural, outros devem ser considerados. Entre eles, o fato de que os senhores de engenho e plantadores de algodão do nordeste haviam-se desfalcado, recentemente, de mão-de-obra escrava e não veriam com bons olhos a transferência de sua força de trabalho sob seu controle para o Centro-sul. (FAUSTO, 1994, p.205)

O que pode se observar a partir do pensamento de Fausto é que houve um artifício racista de exclusão e segregação não somente dos ex-escravos presentes nas fazendas, mas de todos os afrodescendentes. A ordem que as elites seguiam estava sob o foco que todos os problemas nacionais estariam ligados a grande massa de população negra ou afrodescendente no país e tornava-se necessário adentrar uma nova população branca, livre e capitalizada como afirmou Azevedo.

A solução embasada pelas elites brasileiras acerca de uma nova imigração, notadamente branca, não despontou somente em razão do âmbito da falta de mão-de-obra condizente ao ideal capitalista da época. Esta já se encontrava no ideário das elites a momentos anteriores a abolição, com a utopia de se branquear a nação. Acerca desta solução estaria então a pretensão de se branquear a população brasileira e assim incluir não somente a mão-de-obra necessária ao novo capítulo econômico que estava sendo



proposto pela elite, mas também um novo aspecto racial a nação brasileira, que ainda se encontrava com batalhões de negros e afrodescendentes.

A presença de estrangeiros no Brasil, no decorrer das primeiras décadas do século XX, e sua importância no processo de redefinição dos caminhos do país, após a abolição da escravidão e proclamação da República, foi abordada sob diferentes óticas. No entanto, os grupos que merecem maior destaque nas reflexões de historiadores foram os provenientes do continente europeu. Esse interesse, em certa medida, acompanha as projeções e expectativas das elites do país, que viam nesses sujeitos liames identitários comuns, que remontavam aos nossos laços ibéricos, decorrentes da experiência de colonização portuguesa. O entusiasmo das elites passava igualmente, pelas possibilidades de colocar em prática o tão sonhado branqueamento do país, ilusão acalentada por longas décadas, como a panacéia para resolver a excessiva negritude e mestiçagem que caracterizavam o Brasil. (SILVA, 2008, p.41-42)

Com a introdução de imigrantes europeus no cenário brasileiro com o apoio das elites, começa-se a evidenciar o movimento de controle político da nação por parte destas no que se refere não somente a nova mão-de-obra europeia, mas também os preceitos racistas que desejava afastar o negro no qual se tornou indesejável não somente ao cafeicultor, mas em toda a esfera trabalhista, social e cultural. O Brasil vai se tornar um dos grandes polos de imigração na América, sobretudo no sul.

O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de trabalho e ascensão social. Ao lado dele figuram, entre outros, os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá. Cerca de 3,8 milhões entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período de 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. (...) A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes, mas após o fim do conflito (1918) constatamos uma nova corrente imigrante que se prolonga até 1930. (FAUSTO, 1994, p.153)

O que se nota com a entrada de imigrantes não é somente o grande número de pessoas, mas sua origem dada a real conotação racial para com os seus ingressos. A grande maioria destes imigrantes eram europeus, notadamente brancos. A partir deste princípio pode-se afirmar que preconceito e a elite estavam movimentando diretamente a política a favor da imigração como solução para a nascente República que havia se tornado.

A solução apresentada pelas elites brasileiras, desde meados do século XIX, encaminhou-se na defesa de uma política migratória que propiciasse o branqueamento da população, idéia que foi reforçada pelos sucessivos governos republicanos, com o argumento da necessidade de braços e da excelente qualificação moral e técnica do trabalhador europeu. Reverenciados inicialmente por uma idealização positiva engendrada com base em sua condição de estrangeiros brancos e europeus, portadores dos símbolos do progresso e da civilização, esses homens foram pensados mediante seus atributos culturais e pessoais, projetados nas suas características elementares da vida cotidiana, em seus hábitos alimentares e culturais, nos conhecimentos diversos e habilidades nas artes mecânicas, nas suas construções, nos modos de lidar com os desafios e na beleza de suas mulheres. (SILVA, 2008, p. 43)



A realidade da época estava marcada pelo pensamento que o europeu estava carregado de todo o artefato cultural, social, intelectual e étnico que a nação necessitava, desprezando os já presentes trabalhadores e ex-escravos, de forma preconceituosa, que até então era a principal força motriz nacional. O preconceito estava tomado de tal forma que esta mesma elite acalentava que o Brasil não possuía um povo como outras nações, afirmando toda a gama de preconceitos em uma nação que acabara de abolir a escravidão que por base teria valores de se incorporar os afrodescendentes dentro do novo modelo de República. Ou seja, a elite e a inclusão destes brasileiros junto à carta magna estavam em lados opostos do mesmo momento. (SILVA, 2008, p.42)

Os afrodescendentes antes da abolição já sofriam com o desprezo de afirmá-los como seres inferiores aos brancos dado a suposta superioridade evolutiva e positiva destes últimos para com todas as outras etnias que não fossem brancas, sobretudo os afrodescendentes. Esse mesmo desprezo que haveria de ser erradicado ou pelo ao menos diminuído após a abolição aumentou dada a igualdade prometida pela República que vigoravam apenas no sentido de possuir os direitos e não de exercê-los. Ou seja, neste momento estes novos cidadãos negros ou mestiços se viram diante de um recrudescimento do racismo e de políticas imigrantistas. (MARTINS, 2009, p.30)

A tônica nacional remete que o preconceito a partir destas políticas de imigração se tornou como conceito base para afirmar códigos raciais que valessem desde a questão cultural até o fenotípico daqueles que serviam ao momento que a elite necessitava ou mesmo aqueles que confirmavam os preceitos racistas da necessidade do branqueamento da nação brasileira da época. Infelizmente estes preceitos encontravam adeptos dentro da ciência para sua afirmação que não se incluía somente a população afrodescendente, mas também a população indígena brasileira.

Segundo a teoria do branqueamento, a miscigenação produzia naturalmente uma população mais clara, em razão de dois fatores: o primeiro, o branco era biologicamente superior ao negro; o segundo, as pessoas tendiam a procurar parceiros mais claros a se casar. A união de casais mistos desencadearia o surgimento de uma população mestiça, sempre disposta a se tornar mais branca, tanto cultural como fisicamente. Essa teoria foi exposta por João Batista de Lacerda(1846-1915), médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional. Ele foi o único delegado latino-americano, que participou em julho de 1911, do I Congresso Universal das Raças, em Londres. O eminente cientista previa que no curso de mais um século a “raça” negra desapareceria do Brasil: “Provavelmente antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos da raça branca, latina e para mesma época o negro e o índio terão certamente desaparecido desta parte da América.” (DOMINGUES, 2003, p.255)

No aspecto científico o “embranquecimento” tornou-se, entretanto, na capacidade da nação brasileira de absorver o grande número de afrodescendentes e indígenas, e assim gradativamente retirar todo o aspecto retrogrado destas populações do cenário nacional. (GUIMARAES, 1999, p.55) O aspecto para a absorção destas várias etnias somente poderia ocorrer com a introdução de “raças” europeias, dadas



como mais evoluídas. A afirmação de raças mais evoluídas na verdade fazia parte de todo o aspecto explicativo fundado no racismo científico e sua variedade de raças.

O racismo científico propõe, sob diversas variantes, uma pretensa demonstração da existência de “raças”, cujas características biológicas ou físicas correspondiam às capacidades psicológicas e intelectuais, ao mesmo tempo coletivas e validas para cada indivíduo. Esse racismo está carregado de um determinismo que, em certos casos, pretende explicar não apenas os atributos de cada membro de uma suposta raça, mas também o funcionamento das sociedades ou das comunidades constituídas de tal ou tal raça. (WIEVIORKA, 2007, p.23-24)

Para entender como o racismo e a política imigrante andam juntos é necessário recorrer a alguns grupos que fizeram parte do processo histórico-social desta época e como estes processos ainda desencadeiam uma série de novos preconceitos na contemporaneidade. Dentre os vários grupos que adentraram o Brasil, abordaremos alguns deles para elucidar como a prática do preconceito se ambientou não somente com os povos afrodescendentes, mas também com os grupos imigrantes em solo nacional.

A imigração italiana é um exemplo de como imigrante foi colocado como força de trabalho no lugar dos antigos ocupantes afrodescendentes e o tratamento que lhes foi dado em razão deste posto. Existia o modelo de imigrante ideal que se preconizava na época que seria do “trabalhador europeu, branco e cristão” que se tornaria o padrão oficial para todos aqueles que almejassem a entrar no país, já visando à carga de sucesso capitalista e social proveniente do continente europeu. (SILVA, 2008) Os números da imigração italiana apresentam o quão importante foi esta imigração não somente para economia brasileira, mas para toda a sua formação étnica e social.

Entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, percentual que sobe para 57,4%, se examinarmos apenas o período 1880-1904. Em segundo lugar, mas longe, os portugueses, depois os espanhóis e enfim, os alemães. O Brasil colocava-se, assim, 3º lugar no fluxo incessante de emigração italiana entre os 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos (5 milhões entre 1875 e 1913) e a Argentina (2.400.000). (TRENTO, 1989, p.18)

A entrada destes imigrantes no Brasil corresponde aos dois preceitos básicos que a elite tanto almejou, a necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café e a introdução de dezenas de pessoas “brancas” que começaram a mudar o aspecto populacional do país. Se para a elite brasileira a imigração estava inicialmente correspondendo ao êxito de toda a política que se preconizava, para o imigrante não faltavam dificuldades.

A verdadeira odisséia do emigrante começava durante a viagem cuja duração, de dois meses de veleiro na metade do século (mas de fato, até o fim dos anos 70), é reduzida para 21-30 dias com navegação a vapor. As descrições da travessia são sempre terríveis, mas não deformam uma realidade que, muitas vezes é mais dramática ainda. Apinhados em navios habilitados para



transportar um número de passageiros inferior em até um terço, pessimamente alimentados, quando não o eram com comida deteriorada, deitados no convés inferior em beliches empilhados ou diretamente no assoalho, sujeitos a epidemias, principalmente de varíola, os emigrantes conheciam um índice de mortalidade elevado, em particular infantil. Quando não ocorriam epidemias, ou somando-se a estas, outros fatores de que as companhias eram tanto ou até mais culpadas, faziam vítimas durante a travessia. Assim, em 1898, em dois navios que rumavam para o Brasil – o “Matteo Bruzzo” e o “Carlo Raggio” – contaram-se 52 mortos de fome e, em 1899, “Frisca”, 24 por asfixia. (TRENTO, 1989, p.43-44)

O respeito pela vida humana estava totalmente desligado a estes italianos como se observa no trecho acima. Os navios que faziam o transporte eram na sua maioria dedicados ao transporte de cargas, principalmente de carvão que se transformaram em traslado de cargas de carne humana, amontoada e desprotegida através do oceano que muitos chegavam já doentes, enfraquecidos sem contar também com aqueles que não suportavam a difícil condição e acabavam morrendo.

A chegada em seu destino, na grande maioria em São Paulo, estes eram alojados em hospedarias que devido ao grande número não comportava todos os imigrantes que se viam obrigados a vagar pelas ruas da cidade ou se amontoar até o limite do possível nos dormitórios das hospedarias. “A situação nesses lugares era, sobretudo em momentos de superpopulação, insuportável e a de São Paulo (denominada como o grande matadouro de emigrantes)” (TRENTO, 1989).

A vida destes imigrantes italianos estava regrada de dificuldades que não paravam de suceder uma após a outra. Um aspecto que tornou mais difícil ainda a vida destes imigrantes eram os contratos dos fazendeiros, que pagavam suas passagens e estadias no Brasil. Estes contratos vão se tornar a moeda da qual os fazendeiros obrigavam aos imigrantes todo o trabalho e suas condições que antes era feito pelos afrodescendentes. Os primeiros contatos do imigrante com a fazenda costumavam ser traumáticos. Estes candidatos a nova etapa social e econômica do Brasil, estavam habituados a privações e fadigas na Itália, mas que ainda detinha certo grau de liberdade que não acontecia em solo brasileiro.

O imigrante começou a presenciar na pele todo o tratamento que era dado aos afrodescendentes junto às fazendas de café. De condições insalubres de suas moradias até a violência física contra os seus era na verdade a realidade do seu dia-a-dia.

O mundo do café era um mundo fechado, impenetrável, sujeito as leis próprias, onde o fazendeiro era senhor absoluto (...). Habitado a comandar os escravos, o proprietário fundiário não abdicava da sua mentalidade, e só depois de muitos anos começou a fazer algumas concessões no plano da disciplina e dos métodos para mantê-la. Assim, os imigrantes encontravam-se imediatamente diante de uma fileira de capangas, e seu cotidiano era marcado pelo toque do sino no início e no fim do trabalho. Ninguém podia afastar-se da fazenda, nem mesmo no domingo, ou receber parentes e amigos sem a autorização do fazendeiro ou do administrador. Acontecia também que os



filhos do colono fossem mantidos como reféns, até que este saldasse dívidas eventuais. Mas os abusos verificavam-se, sobretudo no plano da violência física generalizada, que previa o emprego descarado do chicote, como nos tempos da escravatura: “Os pobres colonos – os servos infelizes da gleba, os párias do novo mundo – sangrados pelos patrões e chicoteados até sangrar pelos capangas”. (TRENTO, 1989, p.48)

A conotação de “escravo branco” usada por Trento evidencia o trato destes imigrantes junto às fazendas de café que se tornaram os novos empregados desta elite que comandava em sua maioria estes imigrantes. Estas severas condições vão fazer com que estes imigrantes fugissem ou mesmo adotassem as jornadas de greves para desnudar o mundo de dificuldades do qual estavam inseridos. Estes acontecimentos vão colocar em pauta a questão da política imigrante pelas elites brasileira dada a trajetória dos italianos que foram reduzidos a “anarquistas” e “rebeldes”. (SILVA, 2008, p.50)

O que se observa facilmente neste momento da história da imigração brasileira é que o italiano foi colocado como a “peça chave” que resolveria todos os problemas nacionais, principalmente no que se refere à economia e ao plano social. Quando o italiano se viu nas mesmas condições que os antigos escravos estavam, ele se rebelou não aceitando o sistema de extrema violência no qual havia se abrigado na política imigrante dos fazendeiros. A partir deste momento o italiano não era visto mais como a solução para o Brasil, este era de fato um “rebelde” e “anarquista” que não se adequava ao modelo proposto não somente de trabalho, mas de condição de imigrante que estava inserido.

Tal modelo de preconceito aconteceu da mesma maneira com outros grupos de imigrantes, os sírios e os libaneses. Estes imigrantes mesmo não estando nos moldes da política imigrante acabaram entrando no país para integrar os contingentes de mascates que trabalhavam com seus próprios recursos, vendendo suas mercadorias em regiões longínquas do Brasil. O preconceito se tornou presente com estes grupos desde sua chegada, qualificando os mesmos como “vagabundos e exploradores” como alega Silva.

Outro episódio que é notável ressaltar foi à negação da entrada dos chineses como imigrantes para solucionar a suposta falta de mão-de-obra. Junto com os povos “africanos”, os chineses foram considerados como inoportunos e inclusive foram barrados por leis pelo poder executivo após a proclamação da República.

Para isso, as leis que foram formuladas, logo após a proclamação da República, trataram de garantir que os contingentes considerados indesejáveis, como os “africanos” e “asiáticos”, não entrassem no país, o que foi definido pelo Decreto-lei n.528, de 28 de junho de 1890. Essa decisão foi fruto de intenso debate ocorrido no país, durante a segunda metade do século XIX, na imprensa e no Parlamento, sobre a inconveniência de aceitação dos chineses como imigrantes. (SILVA, 2008, p.48)

Esse embate político acerca dos asiáticos se deu em razão da vinda novos imigrantes vindos de outras regiões que não fossem somente a Europa dado o resultado



dos próprios italianos e suas reivindicações. O barão de Ladário em missão especial ao Extremo Oriente, para com a política imigrante, sobretudo China e Japão, optou pelos japoneses, alegando que a “imigração chinesa seria um mal moral para o Brasil”, em correspondência ao poder executivo. (BUENO, 2008, p.141) “Os chineses foram considerados um povo de moral duvidosa –fraco e consumidor de ópio- e socialmente decaído, decorrente de vícios do regime servil a que estavam acostumados, o que os tornava péssimos trabalhadores, qualificados de preguiçosos e indolentes.” (SILVA, 2008, p.48)

A política imigrante e seus idealizadores mantinham ainda um modelo extremamente racista para com os novos ingressos. Mesmo sob a intensa reivindicação de melhores condições de trabalho e tratamento para com os imigrantes italianos estes idealizadores acreditavam na existência de “raças” superiores e mais “dóceis” a outras para exercer o papel que tanto necessitava no país. É importante observar que o conceito de “raça” estava de fato ligado a corrente de pensamento poligenista, onde os seres humanos possuiriam uma gama de linhagens diferentes para as “raças humanas”.

“Raça” é um conceito relativamente recente. Antes de adquirir qualquer conotação biológica, “raça” significou, por muito tempo, “um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum” (...). Foi com esse sentido literário que o termo passou a ser empregado, na maioria das línguas européias, a partir do início do século XVI. Teorias biológicas sobre as “raças” são ainda mais recentes. Datam do século XIX as teorias poligenistas nas quais a palavra “raça” passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintas tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental”. Mas, no pós-guerra, o conceito passou a ser recusado pela Biologia. (GUIMARAES, 1999, p.23)

Infelizmente este conceito no Brasil vai perdurar por muito mais tempo na consciência das pessoas mesmo estando fora do meio científico. O conceito racial estava tomado de tal forma pelas elites que ao delegar a nova procura de povos a adentrar no Brasil, os japoneses encabeçavam de fato os princípios evolutivos e raciais ideais que a elite necessitava frente o “atraso” que outros povos asiáticos se encontravam, principalmente os chineses, como foi observado acima.

Em 1908, inicia-se a imigração japonesa, sobretudo em São Paulo. De acordo com Cardoso (1995), entraram no Brasil no período de 1908-1914 aproximadamente 14.800 imigrantes. De 1923-1941 a autora afirma que o Brasil se tornou o país de maior interesse dos japoneses, a imigração neste momento é de aproximadamente 150.000 emigrados, o que correspondia por 75% dos emigrados antes da Segunda Guerra mundial. (CARDOSO, 1995, p.34)

Os custos da viagem destes imigrantes japoneses também ficavam inicialmente a cargo dos fazendeiros que os contratava para trabalhar nas lavouras de café. As companhias de imigração obrigavam os candidatos a formar grupos familiares para se adequar ao ideal de produção que os fazendeiros necessitavam, acabando por formar



“famílias compostas” que seria a adoção de membros ou mesmo casamentos arranjados para se ater aos princípios contratuais da política imigrante. (DEZEM, 2008) Ou seja, muitas famílias imigrantes que chegaram ao Brasil foram organizadas artificialmente em contraposição à família natural, apenas para fins de registro.

Tal como os imigrantes europeus, ou ainda mais, dada a distância dos costumes orientais para os ocidentais, os japoneses encontraram uma série de dificuldades que se foram aparecendo em razão de sua chegada. A língua, o clima, as vestimentas, a alimentação, a arte e a habitação faziam parte de um conglomerado de novos conceitos que o japonês não imaginava encontrar tanta diferença. A mudança para um novo *modus vivendi* como afirma Cardoso, estava em cena para a própria sobrevivência destes imigrantes. (CARDOSO, 1995, p.115)

As dificuldades tomaram a cena na vida destes imigrantes. A dura realidade das fazendas logo evidenciou para estes imigrantes que sua sobrevivência seria colocada a prova, dada sua nova condição. As numerosas propagandas de fácil enriquecimento, onde existia um Brasil rico e de largas extensões de terra produtiva, onde o japonês enriqueceria rapidamente e assim voltaria a sua terra natal, acabaram caindo por terra logo nos primeiros dias.

Trabalhar nos cafezais colhendo os frutos com as mãos, capinando, enfrentando o calor, vivendo em casa de chão batido com paredes de barro e pau a pique foi uma experiência impactante. (...) Todos na família participavam. Crianças com mais de doze anos já eram consideradas aptas ao trabalho na lavoura, sendo, portanto “uma enxada” das três necessárias por família. Os mais idosos ajudavam nas tarefas domésticas ou no cultivo das culturas permitidas pelos fazendeiros. Os japoneses logo se puseram a plantar arroz perto dos cursos de água, que depois era batido em pilões manuais para o consumo familiar. (...) A adaptação no novo lar foi difícil para todos. A alimentação teve que ser adaptada. A língua, aprendida. Os hábitos do dia a dia, como o do banho diário, por exemplo, tiveram que ser adaptados. Para se ter carne e gordura, os imigrantes se viram obrigados a passar por cima de tabus seculares ao matar porcos, o que no Japão era considerado tarefa impura, limitada aos marginalizados *burakumin*. (SAKURAI, 2007, p.247)

A exploração destes imigrantes se sucedeu tal como os italianos já haviam comprovado em momentos anteriores. O imigrante japonês, italiano ou o próprio afrodescendente era considerado ainda como um “escravo” daquele sistema fechado, onde o fazendeiro ordenava e desordenava tudo e todos como havia afirmado Trento.

Aqui também nos deparamos com sofrimentos e fracassos dos imigrantes, desacostumados com o clima, a alimentação, o tipo de vida e o modo de ser dos brasileiros; a verdade, porém, é que os fazendeiros de então pareciam não pensar em como agir para que os empregados pudessem trabalhar em paz; só se interessavam em fazê-los trabalhar com salários baixos, extorquindo-lhes o máximo de rendimento. Isto nos dá a prova de que permaneceu forte nas fazendas a concepção de trabalho herdada dos tempos da escravidão. Mais tarde, inventou-se a expressão “escravo assalariado”; mas, na verdade, não se



tinha por outra coisa senão escravo a quem se pagava salário. (HANDA, 1987, p. 68)

O imigrante “dócil” desapareceu com as várias greves e protestos que ocorreram nas fazendas se tornando comum dado ao malogro que estes se viam, principalmente depois do primeiro ano de trabalho, quando os rendimentos se mostravam muito abaixo e seus esforços muito além dos resultados. “Com muito trabalho e muita poupança, as famílias tentavam guardar um pouco de dinheiro para, no futuro, comprar terras próprias. Algumas optaram por fugir para se desvencilhar do contrato de dois anos que as obrigava a permanecer nas fazendas.” (SAKURAI, 2007, p.247)

Os japoneses por compor “famílias compostas” não demoraram por ser taxados de “bárbaros” e de famílias “estruturadas em torno de uma mulher e vários maridos”. O preconceito para com estes japoneses foi organizado tal como outros grupos imigrantes. Com o passar dos anos, os japoneses começaram a organizar núcleos coloniais que abrigavam seus imigrantes auxiliando-os com alimentação, educação, moradia e trabalho cooperativo que conseqüentemente começou a dar bons resultados no que se refere à agricultura.

O sucesso dos japoneses, especialmente nas colônias dirigidas, chamou atenção. Na década de 1930, alguns políticos brasileiros alertaram o governo para “o perigo que o Brasil corria” com a presença desses imigrantes. A preocupação maior era se o Japão tinha planos de introduzir no Brasil esquemas semelhantes aos da Coréia e Manchúria. A rede criada pelo governo japonês no Brasil, com o estabelecimento de instituições de apoio, educação e saúde, de fato provocou receio na elite política brasileira. Diante disso, e movida por preconceitos vários, a Constituição brasileira de 1934 restringiu a entrada livre de japoneses, estabelecendo cotas para os novos ingressos. (SAKURAI, 2007, p.252)

O preconceito para com esses imigrantes somente aumentou após esta medida. No contexto de 1934, a “imigração japonesa” foi levada ao debate pela elite política por se tornar indesejável em razão do isolamento destes imigrantes, caracterizada pelo domínio apenas de seu idioma, o que denotava resistência à integração aos costumes e valores da sociedade brasileira. No entendimento desta elite, a situação descrita colocava em risco a soberania nacional. (SILVA, 2008, p.53)

Apesar dos embates políticos acerca da imigração japonesa, esta estagnou após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, dada a declaração de guerra aos países do Eixo que o Japão se encontrava. Após o fim da guerra o Brasil começou a receber imigrantes japoneses em menor número e com outro perfil, diferente do momento anterior. A maioria destes imigrantes eram homens jovens, com média de idade de 25 anos e com qualificação profissional obtida em escolas técnicas e universidades. Esta imigração acontece em razão do momento que o Japão vivenciava no pós-guerra de grandes contingentes populacionais e pouco espaço na área alimentícia, habitacional e trabalhista. (SAKURAI, 2007)

Em situação pior que o imigrante neste capítulo da história brasileira, estava o afrodescendente. Ele não foi excluído somente do universo trabalhista pela política



imigrante, mas em todos os âmbitos, tal como social, educacional, cultural e jurídico. A teoria do branqueamento embutida na política imigrante já afirmava a necessidade de se afastar o corolário afrodescendente da população brasileira.

Os níveis de desigualdade sociais entre negros e brancos eram facilmente verificados: no acesso e na perda de emprego; na contratação para determinadas ocupações, sobretudo aquelas que exigiam contato com o público; na mobilidade ocupacional; nas condições de trabalho e salário. Na formação do mercado de mão-de-obra assalariada em São Paulo, o negro era o último a ser admitido e o primeiro a ser demitido. (DOMINGUES, 2003, p. 127)

Lamentavelmente esses níveis de desigualdade permanecem na atualidade, metamorfoseados por uma série de racismos que se vincularam à consciência nacional através destes tipos de políticas governamentais e acompanham a sociedade brasileira desde os seus primórdios. No campo da cidadania estes setores da sociedade são esquecidos ou mesmo negados em um conjunto de práticas racistas já normalizadas pelo cotidiano nacional.

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distancias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas. (GUIMARAES, 1999, p.59)

O racismo se tornou algo tão natural que o mesmo não gera mais preocupação por parte daqueles que se veem atingidos por tais práticas ou mesmo aqueles que usufruem deste, dada a sua generalização de princípios. A nova etapa do racismo contemporâneo se ateve em não mais afirmar uma hierarquia das raças, mas uma negação de aceitar as diversas diferenças dos vários povos em qualquer tramite. Este conceito se tornou um dos pontos mais críticos do real racismo atual, onde torna-se necessário estudar quais os meios para acabar com o mesmo.

Doravante, a argumentação racista não se fundamenta mais na hierarquia, mas na “diferença”, não mais nos atributos naturais imputados ao grupo “racizado”, mas na sua cultura, sua língua, sua religião, suas tradições, seus costumes. O novo racismo, nessa perspectiva, insiste na ameaça que a diferença dos grupos visados faria pesar sobre a identidade do grupo dominante. Ele exprime, no caso, um sentimento de ameaça sobre a homogeneidade nacional. (WIEVIORKA, 2007, p.34)

Conclusão

A história social brasileira é marcada por um universo de políticas nas quais o preconceito se tornou a “arma” principal de se fugir dos reais problemas nacionais e seus reflexos nas várias conjunturas. A política imigrante no Brasil trouxe a tona um novo racismo que foi transfigurado para o novo modelo político brasileiro, que não mais se organizava no conjunto escravista, mas em uma nova etapa de exclusões e preconceitos que validavam a sua época.



O imigrante presenciou a vasta exploração que o afrodescendente vivia e como por um pequeno momento na história seus contingentes populacionais foram reduzidos a meras “peças” que foram entendidas como necessárias a aquele momento. A redução do ser humano a simples trabalhadores que poderiam ser substituídos a qualquer momento explicitou o quão grave foi não somente a política imigrante, no entanto toda a política escravista que séculos há séculos participava deste cenário.

Dentro do quadro do qual os vários grupos imigrantes e do próprio afrodescendente é notável a manifestação preconceituosa que foi se construindo no universo social brasileiro. Atualmente se verifica que estas manifestações ainda estão presentes na consciência e na própria realidade nacional onde o fenótipo marca a presença muito antes do próprio cidadão.

O racismo se transmutou para diversas áreas da sociedade abrangendo não somente ao seu local, mas que aliado a tecnologia o mesmo se tornou um grave problema nacional, devido a sua velocidade e sua amplitude. A elite brasileira ainda se encontra carregada de preceitos racistas para com qualquer grupo que não faça parte dos seus interesses, como foi observado atualmente no repúdio de profissionais da área médica e suas formas de tratar outros profissionais da mesma área de outros países em solo brasileiro.

A questão racial tomou formas que até então não haviam sido expostas a reflexão como a imigração interna do país onde se observa a normalidade com que a população sulista trata preconceitosamente povos de outras regiões, sobretudo nortistas e nordestinos, colocados como: preguiçosos, desordeiros e selvagens. Na verdade este trabalho vem refletir sobre como os preconceitos estão de alguma forma ligados a todo universo imigrante, sendo ele externo do país ou não, e quais as serão as devidas ações para tentar solucionar com o tempo os vários resultados destes na nação brasileira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Negro livre no imaginário das elites:** (racismo, imigrantismo e abolicionismo em São Paulo) Dissertação (Mestrado em História – UNICAMP). Campinas, 1985.

CARDOSO, Ruth. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo.** São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

DEZEM, R. Um Exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no estado de São Paulo(1910-1930). In: HASHIMOTO, F. **Cem anos da imigração japonesa:** história, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada:** negros, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: SENAC, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.



GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1987.

Martins, Carlos Augusto de Miranda e. **Racismo anunciado: o negro e a publicidade no Brasil (1985-2005)**. São Paulo: Dissertação de mestrado em artes e comunicação USP, 2009. (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-04042010-182647/pt-br.php>)

SAKURAI, C. **Os japoneses 2**. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Z. L. Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade. In: HASHIMOTO, F. **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GT-07 Grupo de Trabalho: Diversidade, Identidades e Direitos.

Herança Bantu Africana no Congado Brasileiro

Ms. Tatiane Pereira de Souza

Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em Ciências Sociais em andamento na UNESP. Procuramos trazer uma breve reflexão sobre alguns elementos civilizatórios bantu-africanos que compõem as africanidades presentes no Congado. Conhecido popularmente como Reinado, o Congado se caracteriza como uma festa maior de fé, reverência aos ancestrais, coroação aos reis do Congo e louvor aos santos negros padroeiros. Essa manifestação simboliza a memória bantu em reconhecimento aos antepassados africanos nas terras do Antigo Reino do Kongo. Na concepção bantu, vêm dos mais velhos e dos antepassados o conhecimento, o ensinamento da sabedoria, dos provérbios; da disciplina e organização; das leis e da justiça na comunidade; da força e do trabalho; da cura e da manipulação das ervas, da dança, do canto e da fabricação dos



instrumentos musicais. A partir dos valores observados no congado explicitaremos alguns dos elementos civilizatórios que vêm influenciando e estruturando a permanência e a manutenção de práticas culturais dentro do Congado.

Palavras-chave: Bantu – Elementos Civilizatórios - Africanidades - Congado.



Sankofa - “Olhando para trás para avançar”²⁰⁵

Bantu foi a categoria utilizada a partir de 1860 com os estudos de W. Bleck para definir os grupos étnico-linguísticos-culturais que habitavam a região centro-sul do continente africano. Apesar das inúmeras diferenças de hábitos culturais e crenças, percebeu-se que os povos bantu possuíam aproximações e semelhanças da língua, da organização social, concepções da religiosidade e cosmologia de mundo a partir de uma partícula comum “NTU”. Esse termo BANTU resulta da combinação de ntu que significa pessoa no singular, acrescido do prefixo ba, que designa o plural de pessoa. Sendo assim bantu é o plural de pessoas (SOUZA, 2006: 86).

E com o declínio do antigo Reino do Kongo e do Ndongo entre os séculos XVI e XVIII após a invasão dos portugueses, milhares dessas pessoas incluindo servos e nobres, foram escravizadas e trazidas para o Brasil, com isso passaram a recriar e reatualizar suas culturas de origem. Entendemos o Congado Brasileiro como uma cultura da continuidade bantu-africana, uma das manifestações culturais mais antigas em solos brasileiros, sendo relatada por viajantes desde do século XVII no Brasil e em outros lugares da América Latina.

²⁰⁵ Adinkra são formas de comunicação e escrita utilizada pelo povo Akan residentes em Gana, país da África ocidental. Essas figuras são escritas que compõem um sistema ideográfico de conteúdo simbólico, cultural, filosófico e epistemológico que trazem em seus significados provérbios das dimensões do mundo visível e do mundo invisível no universo africano.



Para Souza (2012) o Congado é uma festa maior de fidelidade a Deus (N'zambi), realizada por grupos que representam nações diversas, possuidoras de uma história comum no passado escravista, que se juntaram para homenagear os ancestrais, louvar e coroar os reis, rainhas e santos negros, vistos como antepassados africanos (BRASILEIRO,2001; MARTINS,1997). Segundo Gabarra (2008, p.3-4), o congado “é uma manifestação de cultura popular criada no âmago da diáspora africana, em louvor de santos negros e homenagens a reis e rainhas Congo”, que traz como significado a reverência a “um reino, cuja organização social é baseada na interdependência de clãs africanos na sociedade escravocrata”. Uma maneira simbólica de “representar a convivência das diferentes etnias africanas reunidas pela dependência de um reino, através do louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito”, Santa Efigênia e outras entidades negras (p.3-4).

O congado é uma expressão das africanidades que se configura como a recriação da cultura africana em solos brasileiros, reelaborações produzidas nas individualidades e no coletivo que atribuíram um novo teor as culturas de origem, revelando um jeito próprio de ser africano, isto é, de ser afro-brasileiro, de exercer essa cidadania, sua identidade, sua história e respectiva cultura.

De acordo com Luz (2000, p. 358) essa manifestação representa e traduz a resistência africana desde as estratégias e táticas utilizadas contra os invasores portugueses e sua imposição católica até a travessia transatlântica da África à escravidão nas Américas. Para Martins “essa recriação dos vestígios e reminiscências de uma ancestral organização social remete-nos ao papel e função do poder real nas sociedades africanas transplantadas para as Américas”, nas quais o rei e a rainha, “representavam os elos maiores de ligação e de mediação entre a comunidade, os ancestrais e as divindades (MARTINS, 2002, p.78-79). Na visão dos povos bantu²⁰⁶, esses espíritos são os intermediários entre a divindade suprema regida por N'zambi e a humanidade.

A concepção de N'zambi Mpungo, cuja expressão significa Deus, ancestral original, supremo criador do universo e da humanidade, perpassa toda a ideia de fé e

²⁰⁶ Os bantus trazidos para o Brasil, influenciaram a cultura brasileira, principalmente nas expressões e linguagem, cujas línguas africanas quicongo, falada no Congo, em Cabinda e em Angola; o quimbundo e o umbundo, faladas em Angola contribuíram na formação da cultura, da religiosidade, da música popular brasileira e da língua portuguesa falada aqui (CASTRO, 2001; MUKUNA,2006).



culto aos antepassados. Para os bantu, os ancestrais estão mais próximos a N’zambi Mpungo e os antepassados mais próximos aos humanos, por isso a necessidade de rituais que aproximem tais entidades do mundo invisível, mundo espiritual dos mortos, ao mundo visível, mundo dos vivos tal qual se vivencia em realidade. Entretanto, para se tornar um antepassado a pessoa deve ter vivido e morrido de maneira digna e exemplar demonstrando respeito aos ancestrais, as mulheres, as crianças, aos filhos e aos mais velhos, assim após sua morte física passa a ter a iluminação da sabedoria divina para orientar sua descendência. Tal concepção garante não somente a comunicação entre os dois mundos, mas assegura a mediação dos espíritos evoluídos entre os vivos e Deus. Além do mais, propicia a solidariedade e a estabilidade da comunidade a partir do legado transmitido pelos espíritos dos antepassados, por isso a importância da veneração dessa herança espiritual.

No entanto, apesar das especificidades entre as etnias bantu essa compreensão está presente em toda a filosofia desses povos, pois possuem elementos culturais e políticos semelhantes para além do parentesco linguístico. As diversas etnias africanas, entendem e identificam seus reis, os antepassados e os ancestrais como elementos de união e equilíbrio da comunidade (LOPES, 2008; LUZ, 2000). Aliás, “a cosmovisão africana retira do culto aos ancestrais praticamente todos os seus elementos” ritualísticos de fé, celebração e força vital para viver (OLIVEIRA, 2003, p. 61).

Segundo Martins (1997, p.37) e Souza (2012) o saber bantu está presente no universo do Congado por meio da transmissão dos conhecimentos, da crença e do elo com a ancestralidade intergeracional, de mais velho e experiente para mais novos e menos experientes. Nessa concepção bantu, vêm dos mais velhos e dos antepassados o conhecimento, o ensinamento da sabedoria, dos provérbios; da disciplina e organização; das leis e da justiça na comunidade; da força e do trabalho; da cura e da manipulação das ervas, da dança, do canto e da fabricação dos instrumentos musicais. E no congado tal concepção não é diferente. Todo o conhecimento é transmitido, ensinado e aprendido oralmente, de corpo inteiro a qualquer momento e lugar, seja por meio das conversas profundas ou pela observação sistêmica.



Podemos afirmar com Hampaté Bâ (1997) que essa socialização e aprendizagem ocorre durante toda a vida. A própria vida é um processo educativo desse ensinamento cultural. E é a partir da palavra que a relação humana se projeta no mundo visível com as forças que sustentam o mundo invisível colocadas a serviço da vida. A tradição oral é a grande escola que transmite história, saberes e valores civilizatórios africanos. Uma “herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (HAMPATÉ BÂ, 1982, p.181).

Essa tradição é a palavra falada, é a oralidade que acentua a memória da história, e se constitui como a base da transmissão do saber e da perpetuação da visão de mundo. Neste sentido, podemos falar a partir de Hampaté-Bá, numa ciência da vida que através da oralidade vai construindo, transmitindo e compartilhando conhecimento na escola da vida, onde tudo ocorre num processo que está interligado, é interdependente e interage; uma aprendizagem contínua e constante, do nascimento à morte, do mundo visível ao invisível. Essa tradição só é mantida pela vitalidade - entre mais velhos e mais jovens - gerada pelos antepassados na vida dos vivos, um elo imortal dessa força vital.

Estruturada por essas relações de parentesco, a organização social bantu em África compõem-se de linhagens ligadas a unidades familiares filiadas a clãs que por meio de casamentos, disputas entre territórios e alianças políticas foram formando Reinos com um Reinado que agregava outros povos étnicos à estrutura social (NGOU-MVE, 1994). Por isso que o Congado ficou conhecido como Reinado, pois além de congregar em grupos a junção de várias etnias na instalação do império negro com reis e rainhas não somente como ultraje ao período colonial, mas como reterritorialização de uma África Ancestral; o Congado também servia como acalento para lidar com a dor e a saudade de casa. Um território físico e simbólico de sociabilidade onde os africanos exercitavam sua espiritualidade, perpetuavam sua cosmogonia e dramatizavam as relações conflituosas construídas no novo mundo pela diáspora africana²⁰⁷.

²⁰⁷ A diáspora africana, também conhecida como diáspora negra é considerada a 6ª região da África, justamente porque consideram que esse fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu no continente africano obrigou a imigração forçada e em massa de populações inteiras, traficadas para as Américas pelo comércio dos escravagistas mercantis que perdurou da Idade Moderna ao final do século XIX. .



Segundo Martins (1997), se para os brancos escravizadores, a coroação dos reis negros significava um maior controle entre os escravizados, para os negros, essa celebração significava o retorno às origens com suas formas ancestrais de organização social e ritualística. Celebrar o Reinado desde essa época até os dias atuais é uma estratégia cultural de reatualizar a ancestralidade e equilibrar a função social, espiritual, política e cultural dessa ontologia africana.

Assim, fruto desse legado cultural, os elementos presentes no ritual do Congado têm funções e performances “africanizadas” conforme as variações e diversidade dos grupos, denominados como guarda, banda, batalhão, ternos ou cortes de Congos/Congadas, Moçambiques, Marujos, Catopés/Catupés, Vilão, Caboclos/Caboclinhos e Cavaleiro de São Jorge. Cada grupo além de representar um povo africano, desempenha papéis e funções específicas conforme sua linhagem étnica dentro da estrutura e simbologia do Congado. As performances, ritmos, danças, cantos, instrumentos e vestimentas de cada um desses grupos têm caráter próprio e diferenciado ligados à tradição do congado, ao histórico de criação de cada terno e à nação africana que ali se faz representada.

Apesar das diferenças de papéis, há confluências entre os grupos que seguem fundamentos estabelecidos pelos antepassados africanos, transmitidos ao longo do tempo e supervisionados pelos anciões mais velhos, conhecidos como Majores e Comandantes. Esses anciões, percorrem o Reinado participando das festas de sua comunidade e região, justamente para celebrar, verificar e instruir os grupos e as pessoas sobre os preceitos e fundamentos que orientam os ternos nas celebrações do Congado. De acordo com Martins (2002, p.78-79), os rituais dessas celebrações além de contarem com a participações desses vários grupos, se concretizam por meio de rezas cantadas e dançadas numa performance mitopoética e interpretativa, repleta de cerimônias e cortejos, por vezes, embaixadas, autos, dramatizações e encenações de lutas entre reinos, mouros e cristãos.

Logo, utilizamos o termo Congado no singular, justamente por entendermos que há uma unidade e um conjunto de significados que identificam essa tradição e que



conferem identidade e reconhecimento a seus grupos e participantes. Já o termo permanência anuncia a sobrevivência e a continuidade de uma tradição africana que foi lentamente recriada, traduzida e reordenada em solos brasileiros, mas que não perdeu seu elo ancestral com o outro lado do oceano atlântico, porém passou por mudanças, readaptações e estratégias de reelaboração a partir dos corpos, de seu ethos de ascendência e dos diálogos com os novos territórios. Tratamos permanência como uma continuidade do legado cultural africano que propiciou reinventar o Brasil e civilizar esta terra. Um legado continuamente tecido e atualizado no presente, do passado ao futuro, não somente nesta ordem, a partir da transmissão, da persistência e da continuidade de elementos das culturas africanas que sobreviveram na diáspora.

Apesar do infortuno da colonização e escravização, Bastide (1960) indica que os africanos conseguiram manter sua cultura por meio das representações e da consciência coletiva de suas próprias culturas, recriadas a partir de mutações construtivas da África para o Brasil. Para Kazadi wa Mukuna (2014) os elementos africanos e sua conceituação cultural vieram da África, mas sua formulação prática dialogou com o novo território para expressar sua origem. O que podemos chamar de uma inovação afro-brasileira, que por vezes ora deu continuidade a significação e uso inicial dos elementos culturais em África, ora realocou suas funções devido aos diálogos, lembranças e transformações situacionais no Brasil.

Assim, ao dizer “permanências” africanas nos referimos aos valores e elementos culturais e ritualísticos que de forma material ou imaterial africanizam a cultura, expressam suas raízes e garantem vínculo simbólico e ancestral com as tradições da África bantu²⁰⁸. Dizendo de outro modo, ao intitular a pesquisa de doutoramento como “Permanências Africanas no Congado Brasileiro” queremos apontar a transmissão oral desse legado, considerando a presença de uma África diaspórica na América Latina, em

²⁰⁸ Refere-se ao mundo africano entendido como um universo de sentidos e significados tecidos nas redes das culturas africanas tanto em África quanto na diáspora, que relevam sua concepção e cosmovisão presentes num conjunto de processos civilizatórios que influenciam modos de ser, pensar e agir, desde uma perspectiva racional, filosófica e cultural própria de povos africanos e sua descendência entre diferenças e semelhanças. Há elementos culturais, tais como ancestralidade, oralidade, dentre outros, concepções de força, vida e morte, que constituem a gênese de tal perspectiva, por exemplo.



especial no Brasil com toda sua capacidade de recriação cultural e ideológica a partir de sua origem étnica.

A África aqui sobreviveu e passa muito bem, porque a corporeidade de seus descendentes carregou em si um complexo sistema cosmogônico acumulado por anos em seu continente de origem. A África que aqui sobrevive; vive e revive subvertendo as lógicas do sistema, criando expressões de si mesma dentro daquilo que foi possível forjar no Novo Mundo em meio ao contexto violento e colonial. Essa África que “fornece recursos de sobrevivência hoje”, traz “histórias alternativas aquelas impostas pelo domínio colonial e as matérias-primas para retrabalhá-las de formas e padrões culturais novos e distintos”. As “sobrevivências” da continuidade africana “em suas formas originais são sobrepujadas pelo processo de tradução cultural, que recria novas expressões” (HALL, 2009, p.41).

Portanto, para compreender os mecanismos de transmissão, preservação e permanência das tradições de raiz africana, a exemplo do Congado é imprescindível realocar o olhar e a observação a partir dessa concepção. A tradição congadeira é a própria memória da história que institui origens, lembranças e percepções sobre os grupos e suas trajetórias de criação e participação social.

Tais memórias repletas de lembranças coletivas do cativo, trazem simbolicamente nos rituais o elo com a ancestralidade africana; isto fica evidente quando observamos certos cantos dentro dessa celebração. Tal representação é constantemente rememorada pelos congadeiros que localizam esse infortuno como uma experiência coletiva oriunda da vinda dos negros para o Brasil. Relembrar neste caso, dá acesso às memórias das experiências que recontam as trajetórias e percursos pelas quais as pessoas construíram suas histórias pessoais e coletivas. Para Gomes & Pereira, tradições como o Congado

[...] não se mostram à superfície das ações cotidianas, é possível detectá-las através da memória dos descendentes de uma história marcada pela escravidão. Não se pode ignorar o caráter produtivo da memória, pois é por meio dela que os negros contemporâneos



encontram estímulos para situar-se dentro da sociedade regional e nacional (2000, p.182).

Esse universo cheio de possibilidades emergentes, das narrativas e da relação complexa entre as experiências memoráveis do passado com o presente vivido, que reconfigura todo o território vivo, mítico e simbólico do Congado. É das histórias, relatos e experiência dos mais velhos que as pessoas congadeiras têm diferentes oportunidades de aprender a cultura do Congado e se manter dentro dela e com isso fortalecer seus laços consanguíneos e de pertencimento à sua comunidade (SOUZA, 2012). Essas são percepções históricas da memória que comunicam saberes e que produzem sentidos às narrativas das histórias cheias de histórias, valores e africanidades.

Como afirma Martins (2010, p.64) “a África imprime suas marcas e traços históricos sobre os apagamentos incompletos resultantes das diásporas, inscrevendo-se nos palimpsestos que, em inúmeros processos, transcriam e performam sua presença nas Américas”. Neste sentido, a cultura negra é local de muitas convergências e divergências, sobretudo de estratégias. A “cultura negra é o lugar das encruzilhadas” (idem, p.64), de junções opostas e justaposições homônimas frutos de transgressões políticas que se entrecruzam por caminhos ligeiramente parecidos, mas totalmente antagônicos, que se complementam para conviver perante o caos, mas que se comunicam como água e óleo, leite e café, num trânsito intenso, sistêmico e epistêmico fruto de “processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e dialogam, nem sempre amistosamente, registros, concepções e sistemas simbólicos diferenciados” (idem, p.65). Nessa perspectiva, a encruzilhada se estabelece como uma plataforma flexível de intersecções e sobreposições que traduzem, interpretam e compreendem os contextos e as realidades que se apresentam através de uma centralidade enunciativa dos conhecimentos ali constituídos.

Em suma, o Congado consiste numa festa maior que reúne as diferentes nações africanas representadas pelos diferentes grupos e, apresenta uma hierarquia e organização social própria, um espaço religioso em que se congrega santos católicos e



entidades africanas dentro de um sistema ritualístico e simbólico, extremamente complexo e fascinante.

No entanto, embora se tenha elementos católicos, esses elementos foram traduzidos e ressignificados conforme a visão de mundo bantófona, ocorrendo uma “justaposição” entre culturas, uma correlação signíca e cínica de cosmologias distintas que engendram um diálogo estratégico da dupla significância (MARTINS, 1997; 2001; SOUZA, 2012). Por isso, podemos afirmar com Bastide (1989) e Silva (2010) que os africanos tornaram o catolicismo negro. Dizendo de outro modo, os africanos introduziram seus elementos culturais ao catolicismo da igreja, o que era para ser somente imposição dos brancos escravistas, passou a ser um catolicismo negro imerso na religiosidade africana. Apesar da imposição católica como estrutura litúrgica no Brasil, o negro nunca deixou de cultuar seus ancestrais ao se referir a qualquer santo católico, o que está em jogo não é o que está aparente e materializado em imagens, mas sim o que está materializado na mente e na intenção daquilo que se reza.

O Congado é uma vivência do sagrado segundo a ritualística e simbologia bantu que flui pelo axé, energia vital, sempre em alusão à natureza, aos antepassados e ancestrais africanos. O que nos permite entender que dentro dessa manifestação os congadeiros elaboram suas identidades negras a partir da África ancestral celebrada e cultuada nos rituais. Mas, por conta dessa ligação com o catolicismo tal identidade é constantemente questionada. O que pouco se sabe é que o catolicismo vem sendo africanizado desde o antigo Reino do Kongo, fruto de reelaborações e disputas políticas ainda em solos africanos. Há um senso comum e uma certa utopia em buscar uma essência pura ou seu sentido híbrido como justificativa.

Entretanto, nesses territórios do sagrado África e Europa se aproximam, se encostam, friccionam e se atravessam, mas não se fundem, nem se tornam sincréticas ou diluídas uma na outra (MARTINS, 2010; SOUZA, 2012). E as permanências africanas revolucionam, sobrevivem, mesclam, misturam, compõem, sobrepõem, traduzem e transformam as imposições da cultura dominante em encruzilhadas das culturas negras,



transformam as ambiguidades do sistema em retomadas do relacionamento comunitário e das estratégias políticas na diáspora.

Não há um hibridismo cultural, mas sim uma reelaboração da cultura africana “em solo brasileiro, mediante as imposições do sistema e as formas de resistência desenvolvidas pelo negro”(GOMES & PEREIRA, 2000, p.19). Como parte deste processo, além de assumir variações de acordo com as características, histórias e o contexto de cada lugar, o Congado foi sofrendo acréscimos e supressões ao longo do tempo fruto dos acordos e negociações de cada realidade. Nesse processo de reelaborações históricas, a “força de conviver com a diversidade e integrar as diferenças sem perder o horizonte da matriz simbólica originária é a principal característica do jogo negro” (SODRÉ, 1988, p. 130).

O enredo dessa representação simbólica da organização africana em solos brasileiros, nos chama atenção não somente por trazer os aspectos da resistência congadeira ainda presente nos dias de hoje (SOUZA, 2012), mas principalmente por impregnar-se de elementos repletos de simbologias, sentidos e significados que nos motiva a querer conhecer e indagar tais concepções em sua origem bantu, uma vez que as culturas bantu, em comparação com as culturas sudanesas, carecem de mais estudos e investigação de suas tradições, linguística, religiosidade e cosmogonia.

É sabido as etnias Bakongo, Kimbundo e Ovimbundo, têm um papel preponderante na formação do Brasil. Esses povos bantus foram os primeiros e a maior parte dos escravizados sequestrados para o Brasil e até hoje suas culturas e raízes étnicas ainda são pouco (re)conhecidas, estudadas e valorizadas pela curiosidade epistemológica, científica e social. Muitos estudos têm sido elaborados no esforço de compreender as culturas africanas, há também muitas pesquisas sobre congado e congadas, mas poucas, ou quase nada, trazem em sua abordagem teórico-metodológica referências que nos permite compreendê-las a partir do seu contexto de origem, a África do continente e da diáspora. Algumas pesquisas conferem a tais manifestações um caráter folclórico, muitas vezes destituindo o ethos cultural que as orientam como culturas. Há um desconhecimento sobre esses povos que em sua maioria africanizou o



Brasil e que muito contribuiu e, que são sumariamente desconhecidos tanto pela sociedade quanto pela academia. Há um senso comum em algumas pesquisas e por vezes conceituações que não conseguem compreender o fenômeno tal como ele se apresenta, justamente por querer engessá-los em conceitos que não dão conta de explicar ou compreender tal complexidade.

Percebemos concepções preconceituosas sobre a cosmovisão bantu advindas do nagocentrismo no século XX, com ideias reducionistas a procura de uma certa “pureza da cultura nagô no Brasil” que contaminou os estudos africanos no país a partir da década de 1940, alimentada por Nina Rodrigues, Edison Carneiro, Arthur Ramos, Roger Bastide e Pierre Verger. Estudiosos que influenciaram tais ideias que, por conseguinte, além de dicotomizar, classificar e hierarquizar culturas superiores e outras inferiores, reforçou a ideia supremacista de que os bantu possuíam uma mítica paupérrima, com ausência total de mitos cosmogônicos, linguísticos e fundantes (ADOLFO, s/d), razão pela qual os estudos deveriam se debruçar prioritariamente nos povos sudaneses que atendiam seus critérios científicos. Contrária a essa postura, a proposta desta pesquisa é alargar essas compreensões, expandindo-as do status de folclore para o de cultura, concepção essa que alimentou e alimenta não somente o cotidiano dessas pessoas e grupos, mas que orienta toda uma vida neste território africanizado. As culturas africanas, em especial as de origem bantu também subsidiaram a cultura brasileira; portanto, para entender o Brasil é preciso entender essa África bantófona. Como parte dessa necessidade de (re)conhecimento, precisamos investigar os elementos culturais da África Bantu - sua cosmovisão, valores e ritualística - que permanecem nas celebrações, concepções e práticas, a saber no Congado.

3 BIBLIOGRAFIA

ADOLFO, Sérgio Paulo (UEL/NEEA). Candomblé bantu na pós-modernidade. s/d. Acesso em 14 mar 2016. Disponível em <http://www.dhi.uem.br>

ALVARENGA, Oneyda. **Música popular brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1960.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. Trad. Magda Lopes.



São Carlos,SP: EdUFSCar, 2007

BASTIDE, Roger. **As religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia das interpretações de civilizações. 3 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Festa do Santo de Preto**. Rio de Janeiro, FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore. UFG, Goiânia, 1985.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Revista Sociedade e Cultura, v. 10, n.1, p. 11-27, jan/jun. 2007 (a). Acesso em: 15 agos. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1719>

BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. Ed. Itatiaia: Belo Horizonte, 1978.

CUNHA Jr, Henrique Antunes. NTU. In: **Revista Espaço Acadêmico**. v. 9, n. 108, Departamento de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Maringá: Paraná, 2010. Acesso em 19 set. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/>

FONSECA, Dagoberto José da. **África – Desconstruindo mitos**. Secretaria de Educação Municipal de São Paulo, CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade: São Paulo, 2008.

GABARRA, Larissa. Memória de uma Tradição-Entrevistas com os congadeiros mineiros e imagens da África Central. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, Identidades, Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, Núbia P. M.; PEREIRA, Edimilson A. **Negras raízes mineiras: Os Arturos**. 2.ed.Belo Horizonte: Mazza edições, 2000.

HAMA, Boubou & KI-ZERBO, Joseph. “Lugar da história na sociedade africana”. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **HGA, I: Metodologia e pré-história da África**. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, p. 23-35.

HAMPATÉ-BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História geral da África: I. Metodologia e pré-história da África** / J. Ki-Zerbo (org). São Paulo: Ática; (Paris): Unesco, 1982, p.181-218.

_____. **A educação tradicional na África**.In; Revista THOT n. 64, p.23 – 26, 1997.

HEYWOOD, Linda M.(org.) **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACHADO, Vanda. Tradição oral e vida africana e afro-brasileira. In: SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré. **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Acesso em 24.jun.



2013. Disponível em:

http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira_cIII.pdf

M' Bokolo, Elikia. **África negra**. História e civilização. Até ao século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

_____. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia. **Performance, exílio, fronteiras**: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 69 - 91.

MARTINS, Saul. **Congado**: Família de sete irmãos. Belo Horizonte, SESC, 1988.

MELLO e SOUZA, Marina de. **Reis Negros no Brasil Escravista**: história da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. **Catolicismo negro no Brasil**: Santos e Minkisi, uma Reflexão sobre Miscigenação Cultural. In revista afroasia, 2002. Acessado aos 25/10/2014. Disponível em <http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/catoliscismo.pdf>

MUKUNA, Kazadi wa. Contribuição bantu na música popular brasileira. São Paulo, Global Editora, 1977.

_____. Entrevista Especial TV UFBA - Novembro Negro: ritmos afro-brasileiros. Acesso em 24.março.2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_jKSDNqG6t4

NGOU-MVE, Nicolás. **El África Bantú en la colonización de México** (1595-1640). Madrid:

Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Agencia Espanhola de Cooperación Internacional, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmvisão Africana no Brasil: Elementos para uma Filosofia Afrodescendente**. Fortaleza: LCR, Ibeca, 2003.

_____. **Filosofia da Ancestralidade – Corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades negras**: Outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). Anna Blume, São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Rubens Alves da. **Negros Católicos ou Catolicismo Negro?** - Um estudo sobre a Construção da Identidade Negra no Congado Mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOUZA, Tatiane Pereira de. **Áfricas**: Processos Educativos Presentes no Terno de Congada Chapéus de Fitas. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2012 (no prelo).

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: UNESCO. História Geral da África -



Vol. I. São Paulo: África/UNESCO, 1982. Disponível: <http://www.casadasafricas.org.br/>

GT 07: Identidade, etnias e mobilidade

“Sobre a cidade dentro dos muros: Uma investigação da rotina do habitacional Via Mangue III ”.

Antonio Marques Silva Lima

Nathielly Darcy Ribeiro Araújo

O presente trabalho, é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2015, no residencial Via Mangue III, localizado na Imbiribeira, com o objetivo maior de identificar a rotina e a dinâmica entre os moradores desse residencial. Dessa maneira, procuraremos identificar os aspectos que dizem respeito à formação de uma “identidade” nesse grupo, mais primeiramente, em que contexto se deu essa formação, e quais foram os elementos que contribuíram para que isso acontecesse

Palavras chave: Identidade, espaço, lugar, Via Mangue III.

Dispostos entre centenas de prédios de classe média, entre muros, ao som da música brega recifense, lavando carros, alguns moradores puxam uma mangueira de um buraco no muro. Da rua principal só se vê a fachada dos primeiros blocos, coloridos por fora e alguns ainda sem reboco por dentro. Nesta mesma rua em uma parada de ônibus encostada no muro a frente do habitacional se lê: “Via mangue III” em um lindo mosaico de cerâmicas voltado para um terreno descampado, onde do outro lado, consegue-se enxergar uma grande placa escrita Shopping Center Recife.

Os prédios todos perfilados coloridos e com algumas plantas cultivadas pelos moradores, recriam sua individualidade, disputando espaço com carcaças de eletrodomésticos, garrafas pets e metais em geral. O barulho das crianças vindo da escola, atravessa o jogo de dominó de um grupo de homens próximo ao campo de terra, onde antes existia uma grama verde. Mulheres se



reúnem em pequenos grupos para conversar, enquanto as comidas são preparadas, panelas no fogo, cheiro no ar denunciam que a metade do dia vem chegando.

As famílias que ali moram vem, como foi dito mais anteriormente, das comunidades de Xuxa e Deus nos Acuda. Favelas encrustadas no manguezal, que cresciam da noite para o dia, em palafitas que pareciam flutuar dentro do rio. As diferenças, no entanto, aparecem já nesse contexto: as palafitas disputavam espaço com casas de alvenaria, algumas chegando a ter três pavimentos. Porém, em sua grande maioria, era composta por barracos de madeira, dispostos ao longo dos aterros do mangue. Agora, cada família dispõe de um apartamento de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As áreas de convivência comum, tais como o campo de futebol e os banquinhos que formam uma pequena praça, são ocupados durante todo o dia pelos moradores. Sempre que podem, estão reunidos para conversar, como frisa Maria, nossa entrevistada: *“Depois que os meninos estão na escola, a gente fica aqui conversando, faz a unha, corta verdura aqui fora, fofoca com as vizinhas e assim vai. Quando vê, o dia passou”*.

A rotina do habitacional, no entanto, parece ter mudado após alguns anos da realocação. Quando da entrega dos apartamentos, a prefeitura se fazia mais presente, organizava reuniões com os moradores, trazia projetos, fato que não acontece mais. Segundo Seu Marcos, era tudo muito organizado, toda semana havia uma pessoa da prefeitura para fiscalizar o uso dos equipamentos de uso comum: o campo dava gosto de se ver, as luminárias não eram quebradas e as plantas eram sempre bem cuidadas, realidade que não mais é atual, como nos conta uma entrevistada: *“O problema daqui é quando é de noite, os meninos aí de trás ficam vendendo droga a noite toda e num tem polícia num tem nada. A gente troca as luminárias pra ver se fica mais seguro, mas não adianta, eles quebram tudinho”*. O habitacional, em seu ideal, seria o local perfeito para abrigar famílias, provenientes de uma realidade precária, no entanto, parece ser mais um espaço feito para esconder os problemas da cidade, não mais recebendo a atenção necessária, dada quando a entrega do mesmo aos moradores : (...) *“a gente tem que se virar por aqui mesmo, autoridade nenhuma liga mesmo”*. É visível o anseio dessa população por um órgão mediador nas relações dentro do condomínio, que mais se assemelha a uma terra sem lei: (...) *“eles que colocaram a gente aqui com um povo que a gente nem conhece, e o povo vende as casas e vem pessoas aí que a gente nem sabe de onde veio”*. A identidade que antes era mediada pela trajetória de luta, pelo direito a moradia é trocada pela lógica do mercado.

Marta levanta cedo todos os dias para abrir o fiteiro que construiu com o marido dentro do habitacional: *“Não podia fazer nada aqui dentro, era um luxo só, tudo arrumado, pintado, parecia um sonho. Mas eu perdi meu emprego, meu marido adoeceu.”* Marta abriu um fiteiro dentro do habitacional, vende cigarros, pipocas e doces *“é para ver se da mais um dinheirinho, eles num deixam, mas a gente tem que fazer isso, fazer o que?”* Segundo as normas da prefeitura, não poderiam ser instalados pontos comerciais dentro das casas, prática extremamente comum nessas comunidades. No entanto, as famílias tem buscado novas maneiras de se adaptar a nova realidade em que foram colocados.

Modificar essas estruturas, é uma iniciativa astuciosa, porém, é a única arma dos moradores, que, para se verem incluídos dentro do plano de habitação em que foram colocados, acabam tendo que modificar as estruturas, que abrigam não só suas famílias, mas também práticas e ideias. A transferência dessas famílias, não se dá apenas em termos físicos: ela leva toda uma carga de organização dos moradores, que se originou no ambiente antes ocupado por eles. Como



isso não é calculado nas diretrizes gerais que conduzem a realocação, alguns aspectos que dizem respeito ao cidadão como indivíduos possuidores de características únicas e particulares não são respeitados. Muitos perderam seus empregos, e passaram a viver as consequências de um cotidiano diferente do que possuíam antes da realocação, e que não seria tão agravado se houvessem cláusulas que favorecessem não apenas o lado técnico, mas também o social.

A praia ainda é o local de trabalho de muitos ali que agora se desdobram para ir até a orla de Boa Viagem vender seus alimentos e produtos. De fato a prefeitura não levou muito em conta a rotina que muitos realocados tinham antes de se mudar para o habitacional. A distância agora dobrou e os vendedores de caldinho, por exemplo, tem de pegar ônibus pra ir ao trabalho, rotina bem diferente dos tempos em que estavam a

10 minutos do mar. Seu Marcos²⁰⁹, morador do habitacional, vendedor de caldinhos em Boa Viagem e no Pina, há mais de 10 anos, nos diz que agora tem que sair mais cedo de casa e pegar ônibus para chegar à praia, o que fez com que sua renda diminuísse: *“Acabo chegando tarde na praia, perco muito cliente, tem dias que eu volto com as garrafas ainda cheias, antes isso não acontecia”*. Esse é um sinal de que a projeção dos habitacionais não foi pensada para os moradores, não se levou em conta a rotina anterior deles, confirmando mais uma vez essa política de embelezamento da cidade camuflada por um projeto de moradia.

As consequências de um mal planejamento desses habitacionais são visíveis dentro dos discursos dos moradores. Somos informados de que a corrida por um pedaço do mangue é ditada pelos boatos de uma casa própria, ainda por cima, é ofertada a melhora na qualidade de vida com a saída das palafitas. Justamente nesse processo de transição entre a invasão e o realocamento, que é forjada a identidade cultural dessa comunidade. A organização dos moradores a fim de resolver os impasses comuns ajuda a criar uma consciência coletiva voltada para um fim prático: conseguir uma casa. A partir dessa tomada inicial de consciência é que os afazeres mais cotidianos inerentes ao coletivo dentro desses prédios podem ser pensados: desde a coleta de lixo, quanto ao lugar que as crianças podem brincar é uma espécie de consenso da comunidade.

Por estarem inseridos nesse contexto, os moradores são conscientes quanto ao seu papel na comunidade. Quando perguntados acerca da noção de comunidade, as respostas são as mais variadas, mas condizentes com a realidade em que vivem:

“Comunidade é meu lugar, é onde eu moro”; *“Comunidade? São nossas casas, é aqui o Via Mangue, era lá na Xuxa, é onde a gente tá. É quando a gente se junta pra trocar uma lâmpada que quebram, organizar um torneio de futebol com os meninos, o copinha de futebol arena V3. Aqui também teve festinha do dia das crianças. Sempre que dá a gente se junta e faz, por que é pra todo mundo”*. Ela me conta a prefeitura no começo mediava algumas relações, nomeavam síndicos e delegados do orçamento participativo, mas depois foram embora e deixaram a

²⁰⁹ Os nomes utilizados são fictícios, para preservar a identidade dos entrevistados.



organização por conta dos moradores, foi inevitável que houvesse um esforço maior por parte dos moradores para se organizarem em conjunto. Eles se ajudam a fim de manter de forma mais fácil a vida no contexto coletivo.

Identificamos um caso, que pode ser claramente configurado como de formação de identidade comunitária dentro do habitacional, ou pelo menos, de formação de liderança, e, portanto de organização de um grupo em torno de uma pessoa que visa benefícios para a comunidade mais ampla. Uma enfermeira que meses depois do realocamento das famílias, comprou um apartamento, agora auxilia na independência do grupo, ajudando nos procedimentos básico de saúde e servindo como um “posto de saúde da família” tratando e orientando os moradores. Essa figura é respeitada pelos moradores: *“Desde que ela chegou pra morar aí ela ajuda. Dá remédio, faz curativo.*

Dia desses trouxe pomada pra mim, e não cobra nada viu? É melhor do que ir no posto.

Só quando é o jeito. Mesmo sem ser daqui, ela é muito boa pra gente”.

Percebe-se então na fala dos moradores, essa noção do que é identidade, e mais especificamente identidade comunitária. Essa formação que se deu inicialmente na luta por uma moradia digna, e que teve suas origens ainda nas comunidades anteriormente ocupadas, está presente nas redes de sociabilidade do local. No emaranhado das relações, as posições de lideranças são ocupadas por poucos, mas praticadas por muito. Quando se reúnem em prol de uma solução para algum tipo de problema no

habitacional, esses moradores já se organizam enquanto líderes do seu espaço.

Outro aspecto que deve ser tratado aqui, é como esses indivíduos se veem como moradores desses habitacionais. Como foi dito mais detalhadamente na fundamentação teórica, a cidade em si, funciona como espaço de perpetuação de desigualdades, e os habitacionais seriam então locais de segregação, criados para camuflar a parte feia da cidade, escondendo-a entre muros. Um dos aspectos importantes foi frisar a noção de violência dentro desses habitacionais: como em um gueto a violência é vista como endêmica dentro do núcleo da comunidade e é transferida para a nova comunidade. A violência intrínseca às grandes ocupações urbanas, tomam outros ares dentro dos portões do residencial, acirrando a prerrogativa de que os pobres são todos passivos diante de crimes e da violência ao seu redor e que acima de tudo contribuem para que a experiência de uma habitação digna se transforme em um fracasso. Como residentes dos habitacionais, eles se vêem muitas vezes esquecidos pelo poder público: *“A polícia num vem aqui não, passam de vez em quando aí pela frente mas nem entram. Às vezes era melhor nem vir, eles já vem batendo, tudo alterado e num dá em nada”.*

A condição de favela, parece aqui inalterada. As casas mudaram, mas o status de pobre/favelado e rótulo policial permanecem o mesmo. Os moradores carregam as marcas de suas origens na favela, como o estigma do cárcere numa prisão sem muros, na verdade um gueto onde o estigma persegue sua condição de morador. “Só é possível compreender as práticas sociais associando-as aos significados construídos e atribuídos aos lugares enquanto suporte



prático e simbólico da vida pública cotidiana (LEITE, 2008, p.37). Perguntados como se sentem sendo moradores do habitacional os moradores respondem: *“Pra mim é a mesma coisa, só é bom por que agora não é mais palafita, isso é bom. A gente não tem que correr quando a maré enche, mas o pessoal da vizinhança sabe quem é daqui. Lá fora são casas, aqui mesmo sendo prédio já é favela mesmo, ou como o senhor disse mesmo? Comunidade!”*; *“Mas aqui a gente é uma coisa só. Só quem trabalha fora é que se comunica com o povo de lá, aqui todo mundo se conhece, mesmo quem chegou depois. “As duas comunidades tiveram que se juntar senão o negócio ia ficar feio, e já é.”*

Portanto um novo espaço significa uma nova reorganização, novas práticas e novas ligações afetivas, a essência da prática do dia-a-dia dos afazeres cotidianos está pautada na relação que o indivíduo tem do meio em que vive e com as pessoas que o cercam, neste caso a vizinhança é muito mais praticada devido ao apelo que as estruturas comuns fazem a coletividade na gerência e resolução de serviços. Até as relações amorosas se modificam junto a posse de um domicílio *“eu tinha um marido, a gente veio junto, mas num deu certo e ele foi embora né? A casa ficou pra mim, tá no meu nome aí ele foi embora”*. Essas desapropriação material dos sujeitos é muito mais do que simplesmente mudar de um lugar para o outro, mas separa as pessoas dos lugares onde viviam e transformas as praticas de uso dos espaço .

De uma forma ou de outra é um ganho considerável se vemos que a esperança reacende na vida dessas pessoas, na chance de uma nova vida, uma nova casa: *“com certeza que aqui é melhor que a favela”*, a identidade que nasce de uma situação como essa é a de orgulho, em meio a um lugar onde agora podem construir uma nova vida coletivamente segundo Wacquant (2008): *“O gueto é um motor de combustão cultural que faz ruir as divisões no seio do grupo confinado e alimenta o orgulho coletivo”*. Nas duas faces dessa mudança destaco justamente a de que a formação de uma identidade passa justamente por essa afinidade que o novo espaço pode proporcionar, de uma decisão em conjunto, das lembranças da trajetória da beira do rio para uma casa sua, o orgulho que se pode ter e da tentativa de mudar a trajetória de vida dessas pessoas.

A cidade como espaço de perpetuação das desigualdades

Falar em desigualdade socioespacial remete-nos a uma intervenção capitalista no processo de urbanização das cidades. Desde a sua formação, percebe-se que o ideário de cidade tem sido construído e oferecido para uma minoria, preocupada apenas em mostrar-se distinta do restante da população, fazendo dos espaços urbanos comuns locais diferenciados, feitos por encomenda para atender interesses restritos. Esses interesses podem acarretar consequências para a parcela que se encontra fora do padrão imposto. Ainda assim, a segregação é um aspecto importante e que dita as normas que regem o espaço urbano: *“Essas regras variam cultural e historicamente,*



revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se interrelacionam no espaço da cidade” (CALDEIRA,2000,p.211).

Tereza Caldeira nos dará suporte teórico, no sentido de que nos fará percorrer, através do exemplo dos três padrões de segregação espacial da cidade de São Paulo: questões relativas à classe, a formas de interações urbanas e a outros aspectos que estão imbricados no que diz respeito à segregação espacial. A autora, nos fala de três padrões de segregação espacial. O primeiro, segundo ela teve como resultado uma cidade concentrada, onde vários grupos se encontravam reunidos em um espaço urbano pequeno, separados por determinados tipos de moradia: em seguida, por volta dos anos 1940, os estratos sociais passaram a se distanciar; as classes mais abastadas passaram a ocupar espaços centrais e melhor planejados, sendo que as parcelas mais pobres direcionavam-se às periferias. O terceiro e último padrão proposto por ela, seria a configuração em que as diferentes parcelas da população, antes separadas pela distância do combo centro-periferia, agora encontram-se muito próximos, separados por muros, e por muitas vezes, barreiras invisíveis (Caldeira,2000).

O que chamamos aqui de barreiras invisíveis é o que a autora denominou de “enclaves fortificados”. Muitas vezes, essas barreiras são perceptíveis, aparecendo como espaços segregados de trabalho ou lazer, altamente protegidos e monitorados, para dar maior suporte e “segurança” aos que integram e ocupam esses espaços. Justificam-se muitas vezes o uso dessas trincheiras urbanas como artefato contra o crime violento. Esses locais, são ocupados agora por quem deseja uma maior sensação de segurança, e por quem pode custeá-los. Para as ruas, restam apenas os marginalizados, e os pobres, que mesmo estando muito próximos a esses espaços, não podem adentrá-los, mostrando, dessa maneira, o quanto a segregação é uma característica importante das questões urbanas e socioespaciais.

Além de objetivar refazer o mapa da segregação do campo estudado, outro objetivo proposto pela autora e que nos será mais propriamente utilizado, é o que diz respeito a como “essas mudanças espaciais e seus instrumentos estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público” (CALDEIRA,200,p.211). Sendo assim, buscaremos, a partir disso, entender também o cenário em que se encontram as lutas por direitos urbanos dos realocados do habitacional Via Mangue III, aprofundando mais propriamente na sua formação de identidade comunitária, e como isso se liga diretamente à questão da segregação socioespacial.

Os conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura, com o intuito de proporcionar a uma parcela menos abastada da população melhores condições de moradia, acabaram por se tornar elemento de segregação e, dessa maneira, de distinção dos espaços cercados pelas barreiras invisíveis. Esses prédios foram planejados em discordância com o restante do espaço urbano, tendo sua infraestrutura completada pelos moradores realocados, que, reunindo-se, acabaram por concluir a construção do seu lugar de moradia. O que se percebe com isso é que esses locais foram construídos apenas para diminuir o impacto visual que possíveis palafitas ou barracos, davam às áreas mais nobres e colocadas dentro dos seus muros, vigiados por tecnologias cada vez mais modernas e que perpetuam as desigualdades. A urbanização das periferias, quando não feita pela iniciativa do Estado, acaba sendo feita pela própria população, expulsa dos centros.

Assim como na cidade de São Paulo, onde os moradores da periferia acabaram sendo negligenciados, pelo fato de não poder contar com financiamento para construir suas casas



(CALDEIRA,2000),em Recife não foi diferente do caso paulista, os moradores de periferia por iniciativa própria, ocupando terrenos ilegais, preencheram altos de morros, e beiras de rio, com barracos e palafitas, realizando a ocupação das classes pobres e desamparadas pelo Estado. Isso, no entanto, afetava gravemente a política dos espaços planejados, para isso, deu-se a construção de conjuntos habitacionais, com o intuito primeiro de proporcionar a essas pessoas, melhores condições de moradia.

2.1 O Recife enquanto espaço de segregação

Assim como em São Paulo, quiçá na maioria das cidades brasileiras, a cidade do Recife apresenta elementos de segregação espacial, e isso é perceptível em grande parte dos seus bairros. Bairros nobres e periferias fazem fronteira e mostram como essa disparidade se mostra presente e margeia as relações e toda a dinâmica social:

“enquanto elemento estruturante (produtor ativo), a configuração urbana tem o poder de legitimar, influenciar e alterar as relações na sociedade”(DUARTE,2013,p.20).

A nova configuração que se apresenta modifica a relação da população com o espaço. A discussão da noção de espaço, segundo Milton Santos, não se resume apenas à noção de estrutura espacial, organização espacial, mas de encontrar categorias de análise para essas estruturas. Para ele, o espaço é uma “realidade relacional”, o espaço é

conjunto de relações, portanto, estará sempre ligado a outras realidades.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS,1988,p.9).

Desse modo, podemos aferir a questão da posição das massas urbanas frente ao espaço que ocupam, tanto no que diz respeito à periferia, quanto aos grandes centros altamente habitados. Essa aferição toma uma posição mais desafiante se trouxermos a questão do espaço como realidade relacional, contrapondo os “enclaves fortificados” às favelas. O espaço é um conjunto de coisas e relações juntas. No espaço por nós estudado, mais propriamente, as relações se dão em forma de interesse e favorecimento de parcelas mais favorecidas. O espaço nessa dinâmica se torna caro,inacessível e disputado, e a parte que é cedida como direito às classes menos abastadas pode ser vista como forma de compensação aos direitos não proporcionados a essa parcela da população.

A realocação dessas pessoas, para novos espaços, vai muito além da promoção de um direito, ou da concretização de metas de políticas públicas habitacionais, mas se configura como um processo de apropriação de espaço,de maneira que, a partir da apropriação dos lugares, estes se tornam específicos e únicos, pois os que passaram a habitá-los farão deles receptáculo de identidade. Em outras palavras, passarão a conferir ao lugar a sua marca, a sua cara e ,mais propriamente, adicionarão os elementos que lhes são necessários, e que não foram pensados para eles.



2.2 Gentrificação e segregação dos espaços urbanos

Neste tópico trataremos dos conceitos que cercam o uso das cidades, para as diferentes classes e como os empreendimentos modificam as paisagens e reafirmam a segregação econômica. Passaremos pelos conceitos de gentrificação e como suas aplicações interferem e moldam as práticas sociais e tentam disfarçar as tensões na luta pelo espaço urbano.

As configurações espaciais do Recife remetem a sua formação histórica, seu crescimento e povoamento. Uma das análises que traremos aqui é a de que a área de adensamento urbano não é um movimento natural, mas, na verdade, um espaço moldado a partir das assimetrias de poder no espaço urbano e suas modificações são um reforço deste papel excludente.

O termo gentrificação designa justamente essas ações que visam revitalização e enobrecimento de áreas urbanas degradadas e empobrecidas: a palavra se origina do inglês *gentrification*, que quer dizer enobrecimento, uma clara demanda de agregar valor a áreas pobres, ou melhor, áreas ocupadas por moradores pobres. Esses empreendimentos em sua maioria consistem em modificar a paisagem, no entanto essas modificações deixam em evidência no plano físico as assimetrias simbólicas de poder que estão postas num plano político-ideológico e que culminam numa desapropriação do espaço enquanto área habitada e do lugar enquanto espaço apropriado e dotado de significados:

A noção de paisagem articula-se, assim, a uma dimensão simbólica do poder: práticas de gentrification não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade (LEITE, 2007 p.63).

Essas práticas são segregadoras, a tal ponto que quando não forçam a saída dos moradores pobres para áreas mais baratas, conseqüentemente menos atrativas, obrigam a retirada à revelia dos moradores para outro terreno, formando conjuntos de moradias de baixo custo e que raramente verão investimentos do tamanho da gentrificação nas áreas centrais da cidade. Trata-se de um possível processo de *guetificação*, em certo sentido, entendido aqui como um processo que se assemelha à formação do gueto clássico, mas se diferencia em algumas partes:

[...] Nascido nas primeiras décadas do século passado sob o impulso das grandes migrações de negros dos estados do Sul, descendentes de escravos libertos, o gueto é uma forma urbana específica que conjuga os quatro componentes do racismo recentemente repertoriados por Michel Wieviorka – preconceito, violência, segregação e discriminação – e os imbrica numa mecânica de exclusão total (WAQCUNANT, 2008. p. 18).

Neste caso, há um processo de retirada forçada para um local comum, de uma população, mesmo que não pertencente a um mesmo grupo étnico, discriminada e que é induzida a criar laços de solidariedade, para a sobrevivência da comunidade que se forma neste ambiente. Um outro aspecto dessa guetificação é esse fechamento da comunidade. Neste caso os muros do habitacional e seu portão funcionam como os muros invisíveis que segregam em outros locais: o processo de realocação nada mais é que a concretização da exclusão institucional de uma população considerada perigosa, violenta e miserável:



[...] fonte de superpopulação, promiscuidade e miséria, superpõe-se um emaranhado de medidas discriminatórias e vexatórias, seguidas de restrições econômicas, que incentivaram os habitantes a se prover de instituições específicas, instrumentos de ajuda mútua e fontes de solidariedade interna que funcionavam como proteção contra a alienação então na própria estrutura do espaço urbano(WACQUANT, 2008. p. 18).

O que falamos aqui é sobre a manutenção das relações de poder, mesmo em um empreendimento voltado para a melhoria da vida dessas pessoas, funcionando como um adensador das assimetrias a que os moradores eram submetidos antes. Com a gentrificação desses espaços, os lugares onde a população pobre de alguma maneira construía suas ligações e seus sentimentos e conotavam seus significados, dão lugar justamente a espaços de uso da elite, onde os antigos ocupantes são barrados socialmente. Nesse caso, muito mais do que uma segregação do espaço, há uma busca da classe média urbana, para manter seus estilos de vida, buscando áreas públicas que ofereçam lazer e segurança em um mesmo ambiente (LEITE,2007).A gentrificação, nesse caso, assegura dois aspectos perversos: abre espaços para a especulação imobiliária, enquanto cumpre o papel de modernizar áreas degradadas e abandonadas, prometendo beneficiar e dinamizar a economia local: calar uma população altamente desfavorecida, e tira das vistas a pobreza inerente ao crescimento e a gentrificação as avessas.

Podemos distinguir dentro do movimento de retirada dos moradores o ponto inaugural de um gueto, visualizando os quatro elementos constitutivos deste: o estigma,

a coerção, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional (WACQUANT,2008) Tendo em vista que a própria realocação não cumpre plenamente esse papel tanto por seu teor imediatista, quanto pelo papel perverso de minimizar os contatos entre os membros deste grupo com as classes mais abastadas, evitando ameaça de corrosão e contágio simbólicos dos quais são portadores (Wacquant, 2008),nada mais que uma espécie de violência coletiva praticada no espaço urbano.

Temos que reconhecer portanto, a dupla face que essa guetificação tem, tanto no sentido de excluir e confinar esse grupo marginalizado do convívio da cidade e tirá-los do caminho dos projetos de reestruturação da cidade, quanto de aumentar a sua solidariedade interna, aumentando a coesão e a criação de instituições próprias para gerir as demandas que os velhos problemas remodelados trazem.Nesse caso o processo de guetificação é fundamental para que se forme uma identidade coletiva no grupo segregado: “O gueto não é só o meio concreto e a materialização da dominação etnorracial pela segmentação espacial da cidade; é também uma poderosa máquina de identidade coletiva(WACQUANT, 2008, P. 88).

Esse efeito produz uma identidade altamente estigmatizada, forjada através da coerção e exclusão sofrida pelo grupo, uma vez que a identidade formada entre esses moradores é fruto de uma avaliação negativa que recebem da sociedade de fora de seus muros. É nessa ambiguidade que crescem os filhos das políticas de habitação: se por um lado o confinamento “forçado” cria uma coesão no grupo, por outro lado, os transforma em seres exóticos, mesmo que já o fossem antes: agora são amontoados como uma espécie só. Dentro dos muros,as disparidades de classe tendem a diminuir em razão da criação de um orgulho coletivo que rege a luta no novo habitat. Alvos de todo tipo de preconceitos, são de toda forma tratados como um, desde o Casarão do Cordeiro, apelidado com nome das mal afamadas penitenciárias do país tal como Carandirú e



Bangu. O simbolismo os prendem aqui para depois prender lá, duas prisões, dois estigmas andando juntos, a cerca que cerca os dois sai da mesma política: ressocializar, incluir essas pessoas dentro da lógica da sociedade capitalista, mas como? Limitando seus horizontes, não enxergando as potencialidades locais, quebrando laços, forçando o cotidiano. A prisão nada é mais que uma extensão do gueto, encontram-se familiares, amigos, rivais, dentro da mesma lógica de fora, aprisionados todos juntos, esperando o governo estender a mão a uma redenção: *“Descobri que o inferno era mesmo o conjunto habitacional. Lá, a coisa é séria. É terra de ninguém. Fomos obrigados a deixar para trás o que ganhamos com tanto esforço”* (Wellington, Fonte: JC Online).

A pergunta que podemos fazer é em que sentido essa identificação do grupo é violenta ou benéfica à organização socioespacial do grupo, essa identidade pode ser uma chave para dar voz a esse grupo? De que maneira essa construção forçada pode agir em benefício do grupo?

Referências:

ANDERSON, Benedict – Comunidades Imaginadas

CALDEIRA, Teresa Pires Rio – Cidade de Muros

Trabalho Técnico Social E Plano De Reassentamento Habitacionais via Mangue I, II e III – Prefeitura Do Recife

LEITE, Rogerio Proença - Contra Usos das Cidade

WACQUANT, Loïc – As Duas Faces do Gueto

GT 07: Identidade, etnias e mobilidade

Identidade e não inclusão da população de cor na sociedade brasileira da Primeira República: uma reflexão, por meio da literatura machadiana, sobre o negro abandonado

Murilo Vilarinho

O povo brasileiro assistiu bestializado ao alvorecer da República, conforme José Murilo de Carvalho, em Os bestializados. Esperou-se que essa forma de governo contemplasse a inclusão social da população de cor, antigos cativos, todavia o



abandono caracterizou a realidade desse grupo étnico, o qual, em primeiro momento, não se constituiu como grupo coeso e organizado, segundo Florestan Fernandes, em O negro na sociedade de classes. Em face disso, propõe-se a pensar a identidade e a não inclusão social do negro na Primeira República. Para isso, será feito o uso do entendimento de demiurgos do Pensamento Social Brasileiro, bem como de alguns textos literários de Machado de Assis. A literatura, elemento de memória, de acordo com Ricoeur, permite ao indivíduo mergulhar no passado. Dessa forma, os escritos machadianos predisporão informações, mesmo que ficcionais, sobre o cotidiano dezenovesco, em que o escravo se tornou um liberto e, por conseguinte, um abandonado pela sociedade classista e pelo poder administrativo do Estado.

Palavras-chaves: negro abandonado, identidade, inclusão social, literatura machadiana, Primeira República brasileira.

Introdução

A Proclamação da República, no Brasil, foi consequência do golpe de 1889, orquestrado, principalmente, por círculos militares, pela elite rural, e recebida pela população da Corte (Rio de Janeiro), de modo aturdido. Evidentemente, o povo bestializado assistiu ao alvorecer de uma nova época, ou de uma “República que não foi,” parafraseando José Murilo de Carvalho, em Os Bestializados. Além disso, o ato de abolição da escravatura foi um dos mais significantes petardos para a queda do Império escravista de Pedro II, conforme o entendimento de Oliveira Vianna, na obra Ocaso do Império.



Figura 1 Convento de Santa Tereza e Arcos da Lapa. Richard Bates.
<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/convento-santa-teresa-1820.html>

No que concerne aos negros, o Estado nacional brasileiro, no ano de 1888, tinha concedido a liberdade a esses; todavia, apesar de estarem libertos, ainda estavam presos à estrutura social escravista e à mentalidade patriarcalista seculares. Desse modo, mesmo estando os negros livres da opressão da chibata, não conformaram uma identidade enquanto povo, conforme destaca o pensamento de Florestan Fernandes, no escrito O Negro na Sociedade de Classes.

Esperou-se que a Primeira República fosse justa e acolhedora em relação às classes menos abastadas, mas se verificou o contrário, a população de cor, termo cunhado por Florestan Fernandes, foi abandonada pelas ordenações públicas, momento em que os ventos liberais sopravam de modo efusivo, em favor da antiga possessão lusitana. Os negros, além de abandonados, foram excluídos da tessitura urbana. A política de reforma urbanística de Pereira Bastos, por exemplo, empurrou, para a periferia da cidade do Rio de Janeiro os antigos escravos, que ali se aglomeraram, após a promulgação da Lei Áurea, segundo a concepção de Sevcenko, em História da Vida Privada Brasileira. Esse cenário da capital da



República indica qual o tipo de conjuntura permeava a sociedade brasileira do período.

Em face do exposto, almeja-se, de modo geral, pensar a identidade e a exclusão social de parte da população que foi abandonada, no Brasil da Primeira República, momento em que os negros se deveriam ter tornado grupo étnico coeso ou classe organizada, com a finalidade de estabelecer suas necessidades e de captar atenção dos poderes estatais.

De modo específico, propõe-se a discutir o universo do negro por meio da literatura machadiana, referenciando, em especial, a crônica de 10 de maio de 1894, a qual representa o negro no Brasil republicano, cujas falas revelam muitas nuances da sociedade oitocentista. Essas, caracterizadas no discurso fictício, evidentemente convergem para o real em vários aspectos, segundo a concepção de Paul Ricoeur, em História, Memória e Esquecimento, para quem o texto literário é considerado um elemento de memória.

Por fim, a proposta em destaque justifica-se, em termos de significância, pelo fato de contribuir para os debates epistemológico e científico não só da Sociologia da Literatura, mas também do Pensamento Social Brasileiro.

**Entre o final Segundo Império e a Proclamação da República no Brasil:
identidade, não inclusão e abandono do negro**



Figura 2 Negros no carro. Jean Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

O escravo, desde o início da montagem do sistema colonial, sustentou o desenvolvimento e a construção do Brasil, como apresenta a figura de Debret que abre esta parte do texto. Sobre o negro, que características o definiam? Gorender (2001, p.47), em o Escravidão Colonial, menciona que “(...) sua pessoa é a propriedade de outro homem, sua vontade está sujeita a autoridade do seu dono e seu trabalho ou serviço são obtidos através da coerção.”

Embora esses aspectos caracterizassem o negro e seu dia a dia; em maio de 1888, sua situação parecia modifica-se positivamente, pois era extinta a escravidão no Estado brasileiro, processo que havia conformado séculos de história do país.

O desmonte do sistema escravista foi lento, endossado por uma série de leis de cunho abolicionistas que gradualmente foram minorando o dinamismo da escravidão.

Dessa forma, as Leis Eusébio de Queiroz, Vente Livre, Sexagenários, à medida que ia sendo promulgadas, iam desarticulando o comércio que nutria o sistema escravista. É evidente que, em curto médio prazo, a escravidão perderia espaço para a era moderna, baseada na liberdade e na essência capitalista.



O escravo, ao ser libertado pela Lei Áurea, não deixou de ser escravo para a sociedade branca, porque os anos de cativo, de fato, criaram uma imagem do negro em termos de fenótipo, ligado ao atraso, corroborando a manutenção da mentalidade senhorial, eivada pelo preconceito de cor. Além disso, a ingerência, o trabalho braçal são algumas das concepções que permaneceram no imaginário do branco e, por conseguinte, continuaram a caracterizar a população de cor no momento posterior à abolição da escravatura.

Abolição foi, sem dúvida, uma das principais causas da queda do Império de Dom Pedro II. Apesar de esse ter sido um monarca esclarecido, o sistema agroexportador brasileiro ainda estava habilitado, sendo os braços dos escravos um dos sustentáculos econômicos do país.

Boris Fausto (2010) enuncia que a crise imperial se inicia a partir de 1870. O Movimento Republicano, as divergências entre Igreja, política imperial e Exército foram alguns dos aspectos coadjuvantes da derrocada da Casa dos Bragança; entretanto foi a libertação dos escravos o mais proeminente (VIANNA, 2006)

Essa indicação baseia-se na fala do Barão de Cotegipe, o qual disse a Regente Princesa Isabel “Vossa Alteza libertou a raça, mas perdeu o trono.” (CRUZ, 2016).

Celso Furtado, em Formação Econômica do Brasil, assevera que:

(...) constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma hecatombe social (FURTADO, 2003, p.138).

Considerando-se o pensamento de Furtado e o discurso do barão, verifica-se a mudança estrutural provocada pelo fim do sistema escravista. Não só a sociedade deixou de ser senhorial, mas também a cultura, a política, as ideologias passaram por transformações. Entre essas transformações, pode-se dizer que a política foi a mais expressiva. Nesse sentido, em 1889, o poderio monárquico era substituído, de uma vez por todas, pelo mando militar (republicano).



No que concerne ao Brasil da Primeira República, o Rio de Janeiro era o coração pulsante do país. Todas as atenções estavam concentradas na antiga Corte. O negro, nesse “novo” espaço, nesse “novo” Brasil, parecia não ter lugar, conforme a concepção de José Murilo de Carvalho (1987).

O que ocorria no Rio de Janeiro simbolizava o que também acontecia nas demais porções territorial do Brasil. Na capital, houve o crescimento da população de escravos livre, advindos das fazendas, das áreas cafeicultoras. O mercado do trabalho livre não conseguiu assimilar esse contingente que, conseqüentemente, aumentavam o número de desempregados, de pessoas carentes, de indivíduos que se evadiram para o banditismo e similares, de marginalizados, de abandonados pela República, que deveria, em tese, fazer jus ao lema liberdade, igualdade e fraternidade, heranças iluministas, que foram amadurecidas pelo advento da Revolução Francesa.

O abandono do negro pode ser entendido, consoante o pensamento de Florestan Fernandes (1965, p.01), que se segue:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Em relação ao negro, os poderes políticos e sociais, no contexto pós-abolicionista, deveriam ter discutido a alocação dos remanescentes da escravidão, mas não fizeram. O Brasil da Primeira República poderia ter inserido a população de cor na sociedade de classes, que emergia; contudo, nota-se que essa perspectiva não se confirmou.

A inserção do negro na sociedade começou a ser mitigada e depreciada, quando da promulgação da Constituição de 1891. Sobre ela, José Murilo de Carvalho (1897, p.43), esclarece:



No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. O mesmo se pode dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência da renda, mantendo da alfabetização.

Por meio da reflexão do intelectual brasileiro, certifica-se que a população de cor estava excluída da participação política e alijada da cidadania²¹⁰, portanto da própria tessitura social, haja vista que essa não era letrada, requisito exigido pelos poderes da administração pública.

Exceto em alguns casos, como poderiam ser instruídos os antigos escravos, indivíduos criados para o trabalho árduo, explorados e espoliados. Claramente, continuou o negro a ser um pária, um exilado em sua própria terra.

Outros mecanismos de exclusão dos negros, por exemplo, a política do “bota-abaixo,” foram empregados. Essa, conformada durante a administração Pereira Bastos, no Rio de Janeiro, desmantelou a habitação da população pobre e negra que viviam no centro da capital da nova República e, por consequência, expulsou-a para a periferia da cidade. Os tempos do abandono estavam sendo edificados.

O negro, para Alfredo Bosi (1992, p.271), “(...) é expulso de um Brasil moderno, cosmético (...). O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado (...)” Além disso, Bosi²¹¹ pontua, de modo substancial que “(...) Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele.”

Em termos de identidade do negro, Maria Arminda Arruda, estudiosa do pensamento de Florestan Fernandes, expõe uma vertente significativa sobre o assunto. Desse modo:

O centro dinâmico da sociedade em formação girará em torno das personagens centrais do fazendeiro e do imigrante, aguçando as dificuldades de ajustamento dos negros, vedando-lhes o acesso aos princípios da socialização emergente. Na base de tal processo, encontram-se o “desajustamento estrutural” e a “desorganização social” típicos da condição de negros e mulatos, não se operando a reclassificação no âmbito da sociedade. A vivência dos estados de anomia e heteronímia, por parte desse contingente de marginalizados, diluíram a construção da nova identidade que em última instância sequer se forma. (Arruda, 1996, p.197).

²¹⁰ Idem, 2008.

²¹¹ Idem.



Em suma, o negro, após abolição, apesar de ser livre, teve o preconceito de cor conservado, perante a mentalidade senhorial, que ainda se propagava na contextura social dezenovesca e imperial, em vias de transformação republicana.

A Proclamação de 1889, liderada por Deodoro da Fonseca, apoiada por setores proeminentes do Brasil, colocou em xeque a inclusão da população liberta. Esses não se inseriram na sociedade de classes nascente. O abandono, por conseguinte, tornou-se a nova realidade do negro em uma nação republicana, que não contemplara democracia racial, como defendia Gilberto Freyre (1994), por exemplo.

Se a população negra tivesse conformado uma identidade forte, coesa, organizada, pautada pelo ideário de uma raça, mesmo que miscigenada, e por um *ethos* cultural, em contraposição à vivência de alguns estados depreciativos, sublinhados por Arruda, talvez sua condição tivesse sido diferente, já que teria condições de mobilizar-se, em face da sua situação de marginalização, de abandono.

O negro abandonado, representado na literatura realista machadiana: uma breve análise ilustrativa da crônica de 10 de maio de 1894

Ricoeur anuncia que o texto literário é fonte de memória, capaz de informar sobre o *ter-sido*. O passado é resguardado nas entrelinhas do escrito, o qual, ao ser lido, por meio de uma operação hermenêutica, é capaz de refratar entendimentos sobre Outro, sobre sua vida.

A literatura não necessariamente é o mero reflexo da realidade social como muitos imaginam. Terry Eagleton acredita que:

A literatura poderia então dizer-se, não está numa relação reflexiva, simétrica, unívoca, para com o seu objeto (a realidade social). O objeto é deformado, refratado, dissolvido – reproduzido não tanto no sentido em que um espelho reproduz o seu objeto, mas, talvez, mais como uma representação teatral reproduz o texto dramático (...) a representação teatral



é, manifestamente, mais do que um reflexo do texto dramático; pelo contrário (...) é uma transformação do texto num produto com características únicas, o que implica a sua reelaboração de acordo com as exigências e condições específicas da representação teatral. (...). (EAGLETON, 1978, p. 68).

O texto literário evidencia, de modos reelaborado e crítico, uma sociedade, e representa, por exemplo, seus indivíduos, por meio de personagens. Essa representação não apenas reflete o cotidiano, mas também destaca os aspectos mais prementes de um grupo, em termos de comportamento, de mentalidade.

Desse modo, a literatura machadiana, material empírico, é capaz retratar rotina da sociedade brasileira à época da transição entre Império-República.

Machado de Assis, escritor carioca dezenovesco, foi expectador de seu tempo, falou sobre o Rio de Janeiro, sobre o Brasil e sobre seus acontecimentos mais marcantes.

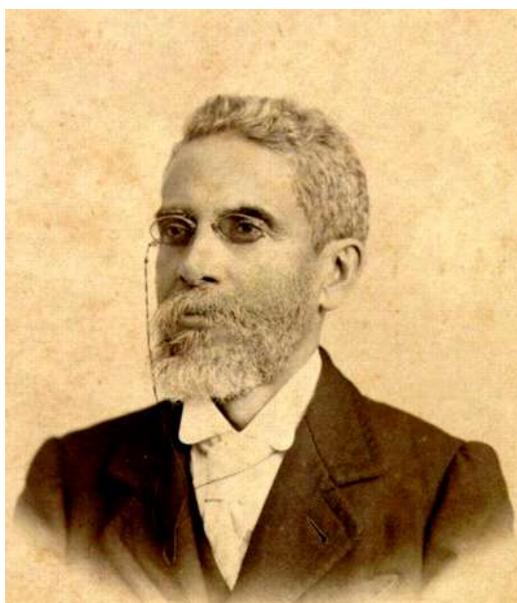


Figura 3 Machado de Assis. Academia Brasileira de Letras.

Abolição da escravatura, a Proclamação da República, segundo a biógrafa Lúcia Miguel Pereira, foram temas de sua produção, de suas críticas e de sua fina ironia. Nesse sentido, romances, crônicas e contos revelavam o tom arguto e perspicaz do literato em refletir a vida dezenovesca brasileira.



A situação árdua do negro não passou despercebida ao olhar do escritor Machado de Assis, embora muitos o apontem como um indivíduo que não foi homem de seu tempo e de seu país, isto é, não se comprometera, de modo dinâmico e político, com os assuntos que reclamavam mobilização social.

Machado de Assis fez uso da escrita, da pena e da imaginação, com a finalidade de expor, ao seu modo literário- realista. O que, de fato, ocorria na sociedade senhorial.

Entre sua vastíssima bibliografia, as crônicas são relevantes, para se ilustrar sua textura contemporânea, pois uma das características dessa natureza textual é lidar com fatos diários de maneira crítica, humorística e leve (CANDIDO, 1992).

Em se tratando do negro abandonado, ressalta-se a história de uma crônica em especial, publicada em *A Semana* (10/06/1894). Nessa, Machado de Assis faz uso da personagem burro, referindo-se ao antigo escravo, vivendo na Primeira República. Além disso, o ano de publicação da crônica mostra a temporalidade que marca alguns anos, depois do advento da Proclamação.

O escrito, uma espécie de fábula, fala sobre um burro que entra em um jardim, é surpreendido pelo dono do lugar e, em seguida, iniciam um interessante diálogo.

A personagem (burro), ao ser questionado por seu interlocutor, sobre qual seria sua senhoria, no sentido de nome, responde-lhe, diretamente, que não tinha senhoria; e que nomes apenas cavalos de raça os teriam.

É possível depreender que Machado de Assis queria expor que o negro não tinha nome, não tinha identidade, não tinha cidadania, não era pessoa que merecesse um nome, tal como percebido pela sociedade senhorial, configurando aspectos de seu abandono. Além disso, quando a personagem diz que nomes sós cavalos de raça os têm, seguramente estaria referindo-se ao homem branco, dono de terras, portador de títulos.

Se a crônica foi escrita na primeira década da República, era o negro da República que estava em destaque. O diálogo prossegue entusiástico. O burro fala



ao seu interlocutor que esse interceda por ele, por uma classe inteira e que tenha compaixão dessa.

Ao final da crônica o burro exorta ao senhor dono do jardim que não o abandone como nos tempos em que os burros eram parceiros dos escravos. Sem dúvida, aqui Machado de Assis está fazendo uma associação à abolição, quando ao negro foi dada a liberdade e os primeiros passos rumo ao abandono, uma vez que deixaram de ser mão de obra, portanto necessários.

Por fim, o pedido ao senhor do jardim delinea a questão do abandono. A história da crônica dialoga com o entendimento de demiurgos do pensamento social brasileiro (Florestan Fernandes, José Murilo de Carvalho, por exemplo) que acreditam na exclusão e no abandono da população de cor pelos poderes públicos da República, quando necessitavam de auxílio para se integrarem.

A literatura machadiana, que refletiu o cotidiano social do Rio de Janeiro dezanovesco, de modo realista, permite ao leitor o acesso ao *ter-sido* de um grupo marginalizado. O texto do literato apresenta-se como um rico elemento de memória capaz de representar a vida do negro em profundidade.

À Guisa de conclusão

A literatura machadiana auxilia a compreensão da condição do negro no Brasil dezanovesco. A vida em sociedade foi refletida pelo escritor em suas obras, elementos que carregam pedaços da memória do povo brasileiro.

A abolição de 1888, apesar de positiva em termos de libertação, não legou aos escravos a inclusão social. Esses foram abandonados à própria sorte. Pensou-se que a República iria modificar o perfil do antigo cativo, mas sua Constituição, por exemplo, assinalou, de uma vez por todas, o abandono da população de cor.

Os negros deveriam ter-se organizados, de modo coeso, enquanto classe, identidade, porém não se estabeleceram nesses termos. Infelizmente, foram



relegados ao descaso e à marginalização, quer seja pela raça, pela seja pelo estabelecimento da condição de atrasados, advindo da mentalidade senhorial centenária.

A reflexão sobre o negro na Primeira República é importante para a Sociologia, pois sua história ainda está sendo escrita e sua inserção ainda não está completada. A sociedade brasileira deve aos significantes afrodescendentes considerações e credito, pois foram eles uma das engrenagens que moveram uma nação chamada Brasil.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Machado de Assis*. Disponível em: http://www.academia.org.br/abl_minisites/media/ma_iconografia3.jpg. Acesso em: 18. Ago 2016.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Dilemas do Brasil Moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: _____ MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ-CCBB, 1996, p.195-203.
- ASSIS, Machado de. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, “A Semana!” (1892-1900). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Disponível em:< <http://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20A%20semana,%201892.htm> >. Acesso em: 11 de agosto de 2013.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In _____ et. al. *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.p.13-22.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CRUZ, Antonyo Comendador. *Dona Isabel do Brasil, a Redentora*. Disponível em:<http://www.brasilimperial.org.br/layout/layout2.php?cdConteudo=200&codigo=34>:. Acesso em 17 Ago.2016.
- DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução: Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limita da; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. (Reconquista do Brasil 3 série especial; vols.10,11 e 12)



FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol2. São Paulo: Ática, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Bons dias! Machado de Assis; introdução e notas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6a ed. São Paulo: Atica, 2001.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e bibliográfico*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida Privada Brasileira – volume 3*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

GT 07: Identidade, etnias e mobilidades

CICATRIZES DO AGRONEGOCIO EM TERRITÓRIO XAVANTE: ESTUDO DE CASO DA TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDE

Leonardo Rocha²¹²

Vicente de Paulo da Silva²¹³

Edsolanja Lemes²¹⁴

²¹² 1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonardorochoa@iftm.edu.br

²¹³ Professor Doutor, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: Vicente@ig.ufu.br

²¹⁴ Graduanda em História pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: pandoralemes@hotmail.com



Resumo: A Terra Indígena Marãiwatsédé está localizada no nordeste mato-grossense e abriga 2.427 indígenas da etnia Xavante (IBGE, 2010). Suas terras foram expropriadas durante a década de 1960 em decorrência do avanço da fronteira agrícola, e os indígenas transferidos compulsoriamente para a missão salesiana de São Marcos, a 400 km de seu território tradicional. Nos anos 1960, surgiu a Agropecuária Suiá Missu, considerado o maior empreendimento agropecuário do mundo, com área em torno de 1,5 milhões de hectares. Desde então, os Xavante buscaram retornar ao seu território tradicional, que permaneceu ocupado por não índios até 2012. No ano de 2013, por meio de uma longa batalha judicial, os Xavante retomaram seu território; entretanto, encontram seu território tradicional totalmente descaracterizado, matas deram lugar a extensas áreas de pastagens e lavouras de grãos, córregos e rios foram assoreados e contaminados, denunciando um avançado estágio de degradação ambiental que, por sua vez, tem refletido negativamente na cultura e nas tradições do povo Xavante. Diante desse quadro ambiental em que se encontra a Terra Indígena Mãraiwatsédé, essa pesquisa busca caracterizar os principais impactos ambientais dentro dos limites da área estudada e para tal lançaremos mão de dados secundários e do Sistema de Informação Geográfica-SIG a fim de se alcançar os resultados esperados.

Palavras Chaves: Território, Mãraiwatsédé, Povos Indígenas, Impacto Socioambiental.

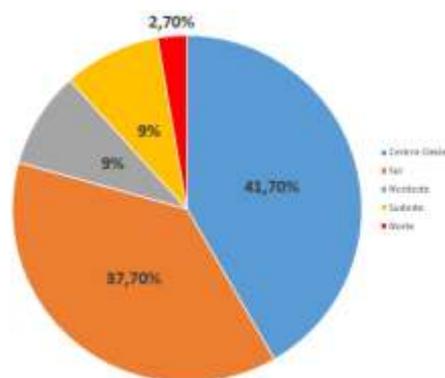
INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado no cenário mundial como um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* agrícolas. Em 2015, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as exportações do setor somaram US\$ 9,13 bilhões, sendo os principais produtos exportados a soja, com 49,1% de participação; as carnes, com 14,6%; os produtos florestais, com 9,8%; o complexo sucroalcooleiro, com 7,5%; e o café, com 4,9%. Estes produtos alcançaram o total de US\$ 7,85 bilhões; somente a soja movimentou US\$ 4,48 bilhões (MAPA, 2015).

A cada ano o país supera seu próprio recorde de produção e, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o país ocupará a liderança mundial das exportações do setor em 2024. Essa projeção está associada a inúmeros fatores, dentre os quais o aumento da produtividade das áreas já cultivadas e também na expansão de novas áreas de cultivo (G1, 2015).

Quanto às regiões produtoras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) aponta que a região Centro-Oeste tem liderado com 41,70% da produção nacional; segue em produtividade a região Sul, com 37,70%; Sudeste e Nordeste somam 9% e, por fim, a região Norte participa com 2,70%, conforme apresenta o Gráfico 1.

Gráfico 1: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas por região



Fonte: IBGE, 2014

A expansão do agronegócio brasileiro tem sido positiva economicamente. Regiões até pouco tempo “esquecidas” ganharam destaque nacional na produção de *commodities* agrícolas, como é o caso da região do Araguaia-Xingu, que atualmente vive um *boom* econômico sem precedentes (ROCHA; SILVA, 2013, p. 305).

Esse crescimento transforma a região do Araguaia-Xingu como um todo, ou seja,

[...] a economia da região, que desde a década de 1960 se baseava na pecuária extensiva, tem sofrido uma transformação substancial, havendo a conversão das áreas de pastagens em extensas lavouras de grãos, o que tem estimulado uma corrida de grandes grupos privados nacionais e internacionais para a região em busca de terras destinadas a produção de *commodities* agrícolas (ZANATTA, 2013, p. 26).

Por outro lado, esse crescimento vertiginoso da produção agrícola na região do Araguaia-Xingu tem gerado efeitos socioambientais negativos, apresentando impactos direta e indiretamente, tais como desmatamentos e queimadas de extensas áreas de vegetação nativa, contaminação de mananciais hídricos por defensivos agrícolas e



pressões sobre áreas em que vivem populações tradicionais, sobretudo os povos indígenas, cujos territórios são ameaçados e invadidos pela cadeia produtiva do agronegócio.

A região do Araguaia-Xingu (Figura1) comporta duas importantes áreas de grande relevância ambiental e étnica: o Parque Indígena do Xingu – PIX, que abriga 16 etnias e a Terra Indígena Mãraiwatsédé, que pertence ao povo Xavante.

Figura 1 - Região do Araguaia-Xingu, na porção nordeste do Estado de Mato Grosso.

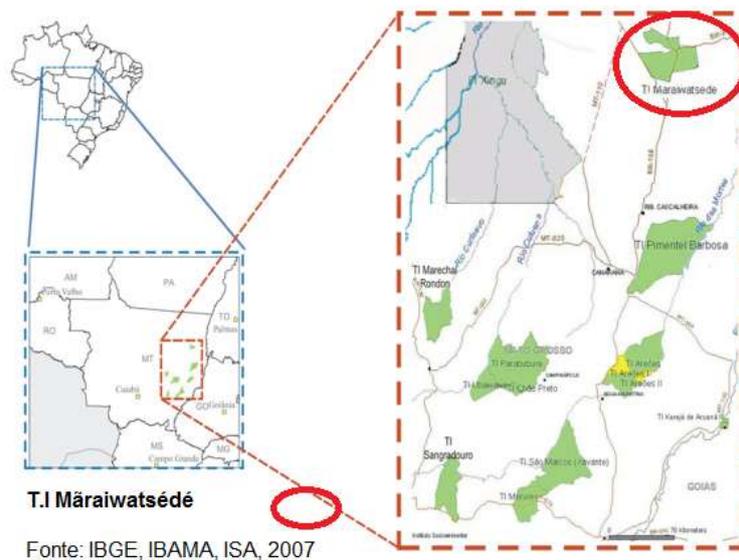


Fonte: ISA, 2012.

Historicamente, antes do processo de ocupação da região por não índios, essa grande área que engloba as bacias hidrográficas do Rio Araguaia e Xingu já era ocupada por diversas etnias, entre elas os Xavante, Xinguaianos, Kayapó, Tapayuna, Bororo, Karajá, Tapirapé, Kinsêdjeê e Naruvotu, que perdem gradativamente suas terras ancestrais para o modelo econômico imposto na região desde meados da década de 1960, gerando, com esse processo, inúmeros impactos sociais sobre os diversos povos indígenas da região, bem como impactos ambientais que incidem sobre a cultura de sobrevivência desses povos (ISA, 2012, p. 68).

A Terra Indígena M̄araiwatsédé (Figura 2) está localizada na região do Araguaia-Xingu e, desde a década de 1960, tem seu meio ambiente agredido por dinâmicas decorrentes do avanço da fronteira agrícola na região. Especificamente, como já mencionado, há desmatamentos, queimadas, contaminação de mananciais hídricos por defensivos agrícolas e, conseqüentemente, diminuição da fauna. Tais ocorrências agem negativamente no meio de vida e na organização socioambiental do povo Xavante, que depende diretamente dos recursos naturais para manter sua subsistência, tradições, cultura e seu modo de vida tradicional.

Figura 2 - Localização da T.I M̄araiwatsédé.



O histórico de ocupação do território Xavante intensifica-se a partir de 1962, quando Ariosto da Riva e o Grupo Ometto constituem juridicamente a Agropecuária Suiá-Missu, sobreposta à área que tradicionalmente pertence ao povo Xavante. Na formação da fazenda com vista à produção de gado e lavouras de arroz, a mão de obra empregada na derrubada da vegetação nativa para a formação das pastagens, de roças de arroz e pista de pouso de avião, foi, em sua maior parte, a dos próprios indígenas (OPAN, 2013).



Damião Paridzané, cacique da Terra Indígena Mãraiwatsédé afirma que a mão de obra utilizada na abertura da fazenda foi análoga à escravidão. Conforme narrado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, Damião afirma que

[...] foi trabalhando como [...] escravo, morreu muita gente. Trabalhando sem receber dinheiro, sem ganhar nada, sem assistência de saúde nenhuma. (Em referência a Ariosto da Riva) só dando comida, arroz limpo. Não é arroz inteiro, é quebradinho.”, diz outro trecho do relatório. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, p.203, 2014)

Já no ano 1966, a sociedade entre Ariosto da Riva e o grupo Ometto se desfez. Para vender a empresa Suiá Missu ao grupo Italiano Agip Petróleo, 263 indígenas de Mãraiwatsédé foram transferidos compulsoriamente de seu território pela Força Aérea Brasileira (FAB) para a Missão Salesiana de São Marcos, a mais de 400 km ao sul de seu território tradicional. Nas décadas seguintes, parte desse grupo indígena se dispersou por inúmeras Terras Indígenas e acabaram desestruturados politicamente, pois parte das lideranças morreram nos primeiros anos da transferência, vitimada pelo sarampo e pela gripe (OPAN, 2013).

Mesmo desorganizados, os Xavante iniciaram uma luta histórica para a retomada de seu território, que pareceu ter fim em 1992, quando, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ECO 92), o grupo italiano Agip Petróleo, detentor da área, fez menção de devolver as terras ao povo Xavante. A promessa acabou não se concretizando, uma vez que a área foi invadida por políticos, posseiros e fazendeiros da região, que permaneceram na área até 2012, mediante liminares que lhes garantiam a posse “temporária da área”. Assim, em 2013, após uma longa batalha judicial, o Supremo Tribunal Federal concedeu a posse definitiva aos indígenas e determinou a imediata desintrusão das terras Xavante.

Mesmo com a retomada definitiva de seus territórios, os Xavante passaram a enfrentar outros problemas relacionados à própria sobrevivência, ou seja, como manter-se em seu território, já que extensas áreas de vegetação nativa foram substituídas por pastagens e lavouras, córregos e rios encontram-se assoreados e contaminados como resultado de



décadas de ocupação, impondo, por conseguinte, um enorme desafio para se reestruturarem e manterem suas tradições, cultura e modo de vida tradicional.

Diante de toda essa problemática, esse texto faz uma análise histórica do processo de ocupação do território Xavante, bem como dos principais impactos ambientais decorrentes do avanço do agronegócio em território Xavante até o presente momento.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: na primeira etapa, buscou-se, a partir do referencial teórico-conceitual, subsídios que possibilitassem entender a dinâmica de ocupação da Terra Indígena Mãraiwatsédé e os principais impactos socioambientais oriundos do avanço do agronegócio sobre o Território Xavante. A segunda etapa consiste nos procedimentos metodológicos, que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, apresentam-se os resultados e discussão e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

Este trabalho orientou-se pela investigação na forma de revisão bibliográfica. O intento foi pesquisar o que há produzido sobre o avanço da fronteira agropecuária na região do Araguaia-Xingu. O desenvolvimento do texto igualmente foi balizado por um trabalho de campo, realizado como atividade de reconhecimento da região e dos conflitos socioambientais ora abordados. O trabalho de campo, nessa fase da pesquisa, ainda não foi alvo de desenvolvimento de atividades que produzissem conhecimentos, apenas para referenciar, ao pesquisador, o tratamento teórico suscitado.

REFERENCIAL CONCEITUAL

Desde o período colonial é garantido aos povos indígenas o direito à terra, surgido a partir do “direito originário dos povos indígenas”.

Durante o século XVII, a Coroa Portuguesa editou diplomas legais que visavam consolidar o processo de colonização, resguardando direitos territoriais aos povos



nativos, por meio do Alvará Régio de 1680. Esse instrumento jurídico é considerado o primeiro a reconhecer a autonomia e direitos territoriais dos indígenas. Em seguida, a lei de 06 de junho de 1755, editada pelo Marquês de Pombal, firma esses direitos. Juntos, esses diplomas reconheceram o caráter originário e imprescritível dos direitos dos indígenas sobre suas terras, compondo a base dos direitos territoriais indígenas que, posteriormente, é consagrado no Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (FUNAI, s./d.).

O território é fundamental para o desenvolvimento dos costumes, tradições e modo de vida dos povos indígenas, conforme o Art. 231 da Constituição Brasileira (1988):

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No entanto, esses direitos foram ignorados por décadas em nome do modelo econômico seguido pelo Brasil. Assim, os povos indígenas assistiram a seus territórios ancestrais sendo gradativamente invadidos e devastados em prol do “desenvolvimento nacional”, que possuía como único objetivo a reprodução do capital nacional e internacional.

Os impactos socioambientais sofridos pelos povos indígenas da região do Araguaia-Xingu, portanto, remontam à década de 1960 e estão intimamente relacionados às políticas de ocupação da região oeste do Brasil, que se inicia com a conhecida “Marcha para Oeste²¹⁵”. Essa política foi idealizada no governo do então presidente Getúlio Vargas, durante a década de 1940. Seu principal objetivo era desenvolver economicamente a região amazônica e integrá-la aos centros consumidores, (ROCHA; SILVA, p. 305, 2013).

Entre os objetivos da Marcha para o Oeste destacavam-se o mapeamento oficial das terras localizadas na porção oeste do país, identificar e contatar os povos indígenas que

²¹⁵ A “Marcha para Oeste” foi Iniciada na década de 1940 pelo então presidente Getúlio Vargas, objetivando desbravar uma parte do Brasil, até então desconhecida e isolada do contexto nacional, e realizar obras de infraestrutura para permitir sua ocupação por não-índios e integrar economicamente o Centro-Oeste ao Norte e Sul do país (Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm>).



posteriormente seriam deslocados compulsoriamente das áreas de interesses estratégicos. Este processo estava vinculado à Fundação Brasil Central²¹⁶ e foi coordenada pelos irmãos Villas Boas, que tiveram papel importante na demarcação e criação de Terras Indígenas no Estado de Mato Grosso, entre elas o Parque Indígena do Xingu – PIX, criado em 1961 (ISA, 2012).

Posteriormente, nestas áreas consideradas estratégicas, seriam implantados, sobretudo nas décadas de 1960/1970, os projetos agropecuários e de colonização, consolidados durante o regime militar. A partir da década de 1960, por meio dos incentivos fiscais e dos projetos de colonização promovidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM²¹⁷ e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, respectivamente, o espaço amazônico como um todo passa por uma nova dinâmica de ocupação, possibilitando a região do Araguaia-Xingu se tornar mais atrativa para os setores ligados ao agronegócio.

Nas décadas seguintes, a região passou a ser o principal destino de migrantes de várias regiões do país, sobretudo sulinos, paulistas e goianos que, atraídos pelos créditos, incentivos fiscais e pelo baixo valor da terra, se comparado às regiões agrícolas já consolidadas, viram a possibilidade de enriquecimento na região (OLIVEIRA, 2006).

A esse proposto, Martins (1988, p. 19) ressalta:

A partir dos incentivos fiscais, terras que estavam fora do circuito do capital e que, portanto, praticamente não tinham preço, pôde ser obtidas com poucos recursos, o que permitiu a aquisição de imensas glebas de terras pelas empresas do Sul. Outras vezes, terras públicas ou terras indígenas foram transformadas em terras particulares mediante a falsificação de documentos, corrupção de funcionários públicos ou simples expulsão violenta dos ocupantes da terra.

²¹⁶ O Decreto-Lei n. 5878, de 04 de outubro de 1943, instituiu a Fundação Brasil Central, destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental.

²¹⁷ A SUDAM foi criada em substituição à SPVEA, e passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento. Foi criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional (Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/acessoainformacao/institucional/historico>).



Na década de 1970, é colocado em prática outra política de investimento para a região Amazônica, denominada Programa de Integração Nacional (PIN)²¹⁸, que se pautava na construção de obras de infraestruturas, tais como a construção da BR-230 (Transamazônica), ligando o Norte e a BR-010 (Belém Brasília) à Amazônia Ocidental, e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), ligando o Estado do Mato Grosso à Transamazônica.

Tais investimentos possibilitaram diversas regiões da Amazônia “saírem” do isolamento e se tornarem, ao mesmo tempo, atrativas do ponto de vista econômico, como ocorreu na região nordeste do Mato Grosso. A economia nacional, ao traçar os planos de desenvolvimento para a região, possibilitou a criação de diversos empreendimentos agropecuários, entre eles a Agropecuária Suiá-Missú em 1962, que foi consolidada em território Xavante. No entanto, a presença de índios na região tornava-se um entrave na expansão dos projetos agropecuários. Nesse contexto, ISA (2012, p. 44) afirma que “Nesse processo de ocupação com vista a reverter o ‘vazio populacional’ do território, os índios eram vistos como a primeira barreira do progresso: as várias etnias tiveram que abandonar suas terras ancestrais assim como seus modos de sobrevivência”.

À medida que a região se transformava e era ocupada pelas grandes propriedades instaladas, os indígenas gradativamente, e mediante pressões de diversas ordens, acabavam sendo expulsos de seus territórios. As ocupações das terras na região por meio da força não eram reservadas apenas aos territórios indígenas, muitos posseiros também sofreram tentativas de expulsão de suas posses e povoados, o que contribuiu para desencadear ainda mais conflitos na região (ISA, 2013).

Observa-se, no entanto, que o processo de ocupação territorial na região amazônica como um todo se mostrou extremamente desastroso e prejudicial aos povos indígenas. Moreira (2013, p. 121) afirma que, “ao longo do processo de ocupação os povos indígenas tiveram seus modos de vida e sua reprodução social, cultural, econômica, submetidos, subjugados e explorados”. Ainda, segundo a autora, essa degradação no

²¹⁸ A partir do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 foi criado o Programa de Integração Nacional, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm).



modo de vida dos povos indígenas está intimamente relacionada à visão autoritária imposta a estes, que segundo Moreira, 2013,p. 122 ocorreu, sobretudo,

a partir de uma concepção autoritária de desenvolvimento, onde o Estado determinou (ou buscou determinar) de cima para baixo, qual deveria ser o lugar dos índios do Brasil. A partir de uma política indigenista pautada na noção de inferioridade étnica e necessária aculturação, somada ao recente processo de modernização conservadora do campo, com o pacote industrial da Revolução Verde, o Estado buscou o desenvolvimento nacional.

Assim, percebe-se que os povos indígenas acabaram sendo marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e gradativamente foram sendo confinados em territórios que em sua maioria são descontínuos, como é o caso dos Xavante. Atualmente, há cerca de 14.000 indígenas que se encontram espalhados por nove terras indígenas: Sangradouro, São Marcos, Areões, Pimentel Barbosa, Parabubure, Chão Preto, Ubawawe, Marechal Rondon e, por fim, Mãraiwatsédé.

Gomide (2011, p. 2), afirma que:

“ a reprodução cultural e física dos povos indígenas dentro de seus territórios, está condicionada em grande parte á demarcação de territórios indígenas, considerando a territorialidade e o modo de vida indígena.” O que acaba não ocorrendo com os Xavante, ao contrário, a demarcação ocorreu de forma descontínuas, causando inúmeros conflitos socioambientais que alteraram o modo de vida desse povo”

Assim, os Xavante de Mãraiwatséde vem desde 2013, após décadas de exílio, buscando reconstruir seu modo de vida, suas tradições e cultura em um território descaracterizado pelo agronegócio.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O agronegócio é, sem dúvida, uma atividade econômica de grande relevância para a economia brasileira, pois tem contribuído na geração de emprego e renda. No entanto, esse setor da economia tem sido apontado como responsável por inúmeros impactos socioambientais, tais como desmatamento e queimadas de extensas áreas de vegetação

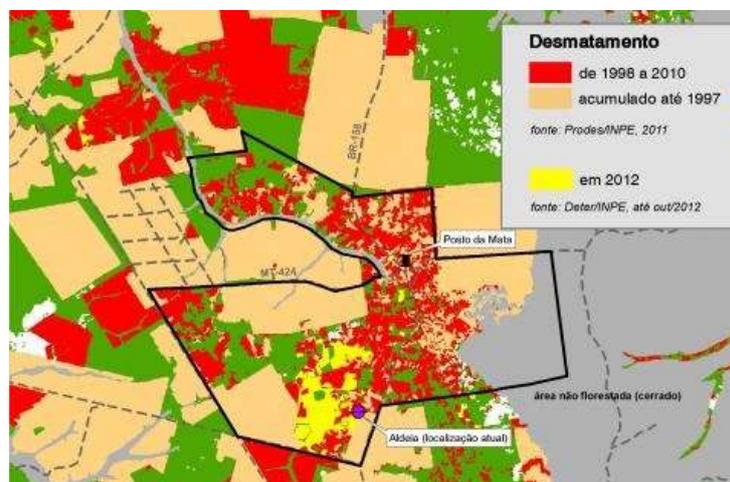
nativa, contaminação de mananciais hídricos por agrotóxicos, conforme mencionado anteriormente, o que vem afetando direta e indiretamente as populações tradicionais, como é o caso dos Xavante.

Localizada na Amazônia Legal, a Terra Indígena Mãraiwatsédé tem apresentado “cicatrices” profundas que refletem as décadas de exploração e de ocupação por não indígenas, fazendo com que a Terra Indígena se torne a mais desmatada da Amazônia Legal.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2012), o desenvolvimento de atividades ligadas ao agronegócio fez com que o desmatamento avançasse dentro e fora do território Xavante, provocando pressões de ordem socioambientais como redução substancial da caça, coleta de frutos e raízes bem como o estoque de matéria prima das quais os Xavante necessitam para a produção de seus artefatos.

Em 2011, a Terra Indígena Mãraiwatsédé foi apontada como a Terra mais desmatada no país de acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe). Os dados apontam que 71,5% da área foram desmatados até aquele ano (Figura 3).

Figura 3 - Desmatamento acumulado na Terra Indígena Mãraiwatsédé (1998-2010).



Fonte: ISA, Deter/INPE, 2012.

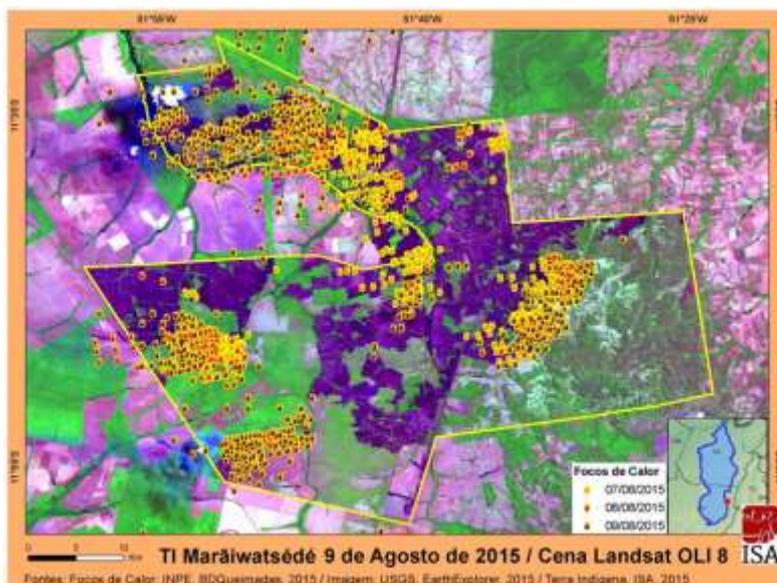


A imagem aponta que a evolução do desmatamento na Terra Indígena está intimamente relacionada ao período em que a área estava ocupada por não índios, que compreende o período de 1992 a 2012. Cerca de 60% da área foi desmatada até 2009. Desse total, cerca de 40% da área já havia sido desmatada antes do ano de 2000, indicando um aumento considerável em torno de 20% entre os anos de 2000 e 2009 (AXA, 2013).

Mesmo após o processo de reocupação da desta terra pelos Xavante, os problemas ambientais ainda persistem. As queimadas criminosas têm se configurado como um grave problema de ordem ambiental e de risco ao modo de vida e a integridade física dos Xavante. O INPE (2015) aponta que, em 2015, registrou-se um dos maiores índices de queimadas em M̄araiwatsédé (Figura 4). Somente entre os dias 24 de julho e 10 de agosto de 2015, período mais intenso dos incêndios criminosos, a Terra Indígena apresentou mais focos de calor do que em todo o ano de 2014. O INPE aponta que naquele período M̄araiwatsédé ocupou o primeiro lugar no ranking de queimadas em terras indígenas.

De acordo com Elídio Tsōrōné, da etnia Xavante, os incêndios criminosos têm sido práticas constantes no interior de Terra Indígena. Elídio relata que “Desde que voltamos para o nosso território o pessoal vem e coloca fogo em nossa terra”, Referindo-se aos fazendeiros e posseiros insatisfeitos com a retomada da terra pela comunidade indígena.

Figura 4 - Focos de calor na Terra Indígena M̄araiwatsédé.



Fonte: INPE,USGS, EartExplorer, ISA, 2015.

Mesmo após a desintrusão da área em 2012, as invasões e a exploração da Terra Indígena por não índios persistem. Conforme AXA (2015), somente entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 foram devastados 89 km² de florestas dentro dos limites de Mãraiatsédé, que corresponde a 5,4% da área.

A água é outro problema enfrentado pelos Xavante: o rio que se encontra a 500 metros da aldeia está com pouca vazão e assoreado em função dos desmatamentos em toda a sua extensão. Para beber e cozinhar os xavantes tem que recorrer a um poço artesiano que tem sua água bombeada por um gerador de energia (AXA, 2014).

Mediante todos esses problemas, os Xavante têm buscado apoio em órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bombeiros, brigadistas, anciãos, homens, mulheres, jovens que têm se reunido para traçar estratégias de prevenção e combate ao fogo. Assim vão gradativamente traçando estratégias de combate aos incêndios criminosos.

Tem-se observado que os Xavante utilizam estruturas deixadas pelas antigas fazendas que se localizavam na área de Mãraiatsédé e nelas têm desenvolvido atividades de subsistência como o plantio de arroz, milho tradicional, mandioca, feijão xavante e

frutas (Figura 4 e 5), bem como a utilização das antigas pastagens para o pastoreio de gado, que mesmo insipiente tem tido bons resultados.



Figura 4 - Parte da colheita do Milho Xavante.

Fonte: AXA, 2014.



Figura 5 - Plantio de Frutas como Manga, Laranja e Abacate.

Fonte: AXA, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, percebe-se que o avanço do agronegócio na região do Araguaia-Xingu possibilitou com que essa região sair do isolamento econômico e se integrar aos circuitos do capital nacional e internacional. No entanto, tais avanços foram os principais responsáveis pelos impactos socioambientais na região, como um todo. Nesse processo, o povo Xavante de Mãraiwatsédé, bem como outras etnias endógenas, foram os que mais sofreram os reflexos desse crescimento que parece não ter levado em conta a cultura e as tradições dos povos indígenas.

Para que sobrevivam, as culturas indígenas precisam preservar ou recuperar a base principal de sua sustentação, isto é, a terra. A partir dela, com a recuperação da flora, da fauna e dos recursos hídricos elas podem sinalizar a reprodução de aspectos tradicionais de sua sobrevivência, garantindo, assim, a permanência de seu povo.

REFERÊNCIAS

AXA. **Mãraiwatsédé, terra dos Xavante**. Disponível em



<<http://www.maraiwatsede.org.br/content/mar%C3%A3iwats%C3%A9d%C3%A9-terra-ind%C3%ADgena-mais-desmatada-da-amaz%C3%B4nia>>. Acesso: 06 ago. 2016.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V.5 - violações de direitos humanos dos povos indígenas. Disponível em <http://200.144.182.130/cesta/images/stories/CAPITULO_INDIGENA_Pages_from_Relatorio_Final_CNV_Volume_II.pdf>. Acesso: 08 ago. 2016.

Gomide, M. L. C., **Território no mundo A'uwe Xavante**. *Rev. Franco Brasileira de Geografia*. Disponível em <<https://confins.revues.org/6888?lang=pt>>. Acesso: 04 ago. 2016.

IMAZON. **Por trás das queimadas está o desmatamento**. Disponível em <<http://infoamazonia.org/pt/2015/11/behind-the-fire-there-is-deforestation-with-88-more-in-amazonas-state-brazil/#!/map=49&story=post-14024>> Acesso: 06 de Agosto de 2016.

Instituto Socioambiental – ISA. **Povo Xavante da Terra Indígena M̄araiwatsédé (MT) mobiliza-se em defesa de seu território**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povo-xavante-da-terra-indigena-maraiwatsede-mt-mobiliza-se-em-defesa-de-seu-territorio>. Acesso: 05 ago. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Focos de queimadas em M̄araiwatsédé**. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/namidia/img/clip26082013_09.pdf> Acesso em: 10 ago. 2016.

G1. Globo Rural. **Brasil será maior exportador agrícola mundial em 2024, dizem OCDE e FAO**. 01 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/07/brasil-sera-maior-exportador-agricola-mundial-em-2024-dizem-ocde-e-fao.html>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Exportação do Agronegócio deve crescer US\$ 2,5 bilhões em 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/exportacao-do-agronegocio-deve-crescer-us-2-5-bi-em-2016>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, Ver. Sociol. USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio de 1996.

MOREIRA, E. M. **Os direitos indígenas frente aos conflitos no campo em 2013**. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>>. Acesso: 1 set. 2016.

OLIVEIRA, Umbelino de. **Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros**. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1004>. Acesso: 1 ago. 2016.

OPAN. **Crimes em M̄araiwatsédé**. Disponível em <http://amazonianativa.org.br/materias.php?subcategoriaId=0&id=174&pagina=18&pagina=19&>>. Acesso em: 1 de ago. 2016.



ROCHA, L.; SILVA, V. de Paulo. O avanço do agronegócio e os povos indígenas do Araguaia-Xingu. Encontro Internacional de Vulnerabilidades e Riscos Socioambientais. Rio Claro (SP). *Anais...* 2014. p. 305-311.

ZANATTA, M. A nova fronteira do Agronegócio. *Estadão*, 15 de set. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-fronteira-do-agronegocio-imp-,1074916>. Acesso: 2. set. 2014.

GT 08: Debates epistemológicos e metodológicos nas Ciências Sociais

A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO GLOBALIZADO:

Perspectivas a partir do Sul global

Debora Maria Borges de Macedo²¹⁹

Resumo

Este trabalho propõe uma análise sobre as possíveis transformações no âmbito da produção científica das Ciências Sociais²²⁰ no contexto da globalização, bem como a circulação dessa produção. Pretende avaliar diferentes aspectos da produção sociológica, considerando a divisão norte-sul global. A hipótese considerada parte da ideia de que a produção do sul global, mesmo diante um contexto de globalização, não se equipara à produção das Ciências Sociais da região norte, especialmente a América do Norte e países da Europa. Da mesma forma, buscar-se-á demonstrar que a circulação dessa produção não é globalizada; isso quer dizer que a globalização pode ter contribuído para maior abertura da produção e circulação da ciência, mas de forma concentrada nas direções norte-norte e do norte para o sul, demonstrando no campo da Sociologia mais um fator de desigualdade. A proposta de 'livre' circulação de ideias é, portanto, falaciosa, pois os países do sul global continuam a importar aspectos da produção científica do norte.

Palavras-chave: Ciências Sociais; globalização; produção científica; circulação de ideias; norte e sul.

²¹⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade de Brasília (SOL/UnB) e Assistente de Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DISOC/IPEA). Email: deboraborgesm@hotmail.com.

²²⁰ Aqui, será considerada a perspectiva da produção científica nas Ciências Sociais, de forma abrangente. A escolha pela categoria mais ampla "Ciências Sociais", e não da especificidade da "Sociologia", se deve aos dados encontrados e utilização da categoria ampliada pela maior parte dos autores utilizados.



Abstract

This paper proposes an analysis of possible changes in the scientific production of the social sciences in the context of globalization and the movement of this production. Intends to evaluate different aspects of sociological production, considering the global north-south division. The hypothesis considered part of the idea that the production of the global south, despite a context of globalization, does not equalize the production of social sciences in the northern region, especially North America and European countries. Likewise, it will seek to demonstrate that the movement of this production is not global; this means that globalization may have contributed to greater openness of the production and circulation of science, but in concentrated form in the north-north directions and from north to south, showing the field of sociology another a factor of inequality. The proposed 'free' flow of ideas is therefore fallacious because the global south countries continue to import aspects of scientific northern production.

Key-words: Social Sciences; globalization; scientific production; circulation of ideas; north and south.

I – Introdução

Cremos, com frequência, que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Nada é mais falso. A vida intelectual é o lugar, como todos os outros espaços sociais, de nacionalismos e de imperialismos (...) (BOURDIEU, 2002, p.220).

O objetivo deste trabalho é mostrar, a partir da bibliografia proposta, a realidade da produção do trabalho científico social na época da globalização; fazendo-se valer da hipótese de que, neste campo, as produções científicas, assim como sua circulação, não se inserem num contexto de ampla inclusão, em especial a inclusão e equiparação das Ciências Sociais produzidas ao sul do globo. Essa hipótese se baseia na contraposição da ideia de que no contexto da globalização as Ciências Sociais, assim como muitos dos seus efeitos também em outros aspectos, tornam a produção intelectual do mundo mais internacional (Heilbron, 2013).

A escolha do objeto de análise – as Ciências Sociais – se deve à conjuntura epistemológica do trabalho – no momento de intensificação da globalização – e ao fato de que os elementos usuais estudados nas Ciências Sociais são indiciais e localmente incorporados, o que faz com que o processo de internacionalização de sua produção e circulação sejam



compreendidos com menos obviedade e rapidez, se comparados a outros aspectos do processo de globalização (GINGRAS, 2002; GINGRAS; HEILBRON, 2009).

Para que a análise seja feita, busca-se interpretar os dados divulgados, em 2010, pela UNESCO sobre “onde as Ciências Sociais são produzidas no mundo” (Gingras e Mosbah-Natanson, 2010). A ideia é mostrar indicadores que ilustrem a realidade da produção nas Ciências Sociais em perspectiva geográfica, nas regiões: América do Norte, Europa, Ásia, América Latina, África e Oceania. Os dados mostram também a evolução dos últimos 20 anos – considerando a época da ‘intensificação da globalização’ – no nível de colaboração entre os continentes e o fluxo da circulação dessa produção entre os países.

Outros dados, de maneira adicional e descritiva, são explanados com o intuito de observar características mais usuais da produção intelectual da ciência, tais como a língua em que é produzida e a colaboração científica entre as regiões²²¹. É importante ressaltar que essa análise é feita considerando a vigilância epistemológica necessária, mas tendo em mente que a autora/pesquisadora que a faz se expressa do lugar, da posição geográfica e institucional a qual está inserida, da América do Sul – mais amplamente, do Sul Global -; e, desta posição, não foge da concepção do nacionalismo e imperialismo lembrados por Bourdieu.

Ao que tange o fenômeno da globalização a partir da década de 1980, e no qual o trabalho de análise do objeto se baseia, considera-se que existem diversas abordagens e conceituações sobre o tema. Aqui, contudo, não foi adotada apenas uma vertente, ou um conceito em específico em que se basear; mas sim a própria diversidade de suas interpretações na tentativa de conectá-las às suas questões contraditórias na produção e circulação científica. Por isso, o objetivo deste artigo não é conceituar ou, e ainda menos, tentar explicar o que é globalização.

Entretanto, a perspectiva do Sul global pode ser explicada a partir das considerações e dos aspectos globais, não somente geográficos, mas sob a ótica das desigualdades existentes entre os dois polos norte e sul. Isso quer dizer que, no parâmetro de um campo emergente, as perspectivas do Sul podem ser analisadas por distintas situações e aspectos, tais como política, econômica, cultural e intelectual; considerando que seus significados têm muito a ver com a virtude de seu contexto frente ao capitalismo e ao colonialismo (Rosa, 2014).

²²¹ Outros dados - como a origem da citação dos autores - também são mostrados no 2010 World Social Science Report; entretanto, para este trabalho foram escolhidas apenas essas vertentes para análise.



II – A produção e a circulação das Ciências Sociais no contexto da globalização

Não há, ainda, uma fórmula para se estabelecer relações democráticas e não hierárquicas em qualquer campo dos intercâmbios sociais. Tampouco no que diz respeito às relações intelectuais e científicas, especialmente quando questões e processos históricos são intrínsecos à equação; leia-se o capitalismo e o processo de colonização. Apesar de que o objetivo aqui não seja contrapor ou articular teorias pós-coloniais/*decoloniais*, é impossível não considerar alguns dos aspectos, que as próprias teorias vêm propondo. É a partir delas que se faz um olhar sobre o processo de globalização atual e a disparidade que existe na produção e circulação das Ciências Sociais. Isso, partindo do pressuposto de que as Ciências Sociais passaram a ser globais também (Heilbron, 2013), mesmo em posições de desigualdade²²².

O processo de globalização, portanto, compreende relações, processos e estruturas que ‘integram’ as diferentes regiões em escala global (Ianni, 1998). É preciso verificar, contudo, se nesse processo de internacionalização, as relações intelectuais e de produção científica mantiveram as estruturas hierárquicas da colonização, do Sul sob dominação e assimilação do Norte global. A utilização dos dados tem, justamente, o intuito de verificar essa questão, que envolve a manutenção das relações de soberania e hegemonia; no caso, uma soberania *euro-americana* da produção das Ciências Sociais.

Gingras e Mosbah-Natanson (2010)²²³ analisam duas bases de dados: The Thomson Social Sciences Citation Index (SSCI) of the Web of Science (WoS) e a Ulrich, que identifica as revistas existentes no campo das Ciências Sociais, o país de publicação – dentro de uma determinada região²²⁴ –, a língua utilizada, o país de origem da edição, entre outras informações. É preciso lembrar que os próprios autores que analisam as bases de dados concluem que, assim

²²² Heilbron (2013) estuda o processo histórico da internacionalização das ciências sociais e difere a forma atual “globalizada” das formas passadas de circulação do conhecimento; caracteriza a época globalizada pela estrutura núcleo-periferia.

²²³ Na metodologia utilizada pelos autores, a análise dos dados corresponde a uma divisão do mundo em sete regiões, a saber: Europa, América do Norte (Estados Unidos e Canadá), América Latina (incluindo México e países do Caribe), África, Ásia (incluindo países do Oriente médio), Oceania (Austrália, Nova Zelândia e ilhas), e antiga União Soviética (como Comunidade dos Estados Independentes – CEI).

²²⁴ A divisão regional utilizada pelos autores e pelas bases de dados não correspondem ao entendimento político e geográfico da autora deste texto. Entretanto, serão utilizadas dessa forma para que não haja incongruência da análise.



como outras fontes, há limitações nos dados; apesar de fornecerem um bom entendimento sobre as mudanças ocorridas durante a época da globalização.

A tabela 1 apresenta os dados das duas bases de dados, que correspondem a 6.640 revistas acadêmicas em todo o mundo e 3.046 periódicos especializados, e em que duas variáveis são identificadas: a origem geográfica da revista (por região) e a base de dados utilizada.

Tabela 1: Revistas e Artigos em Ciências Sociais – por base de dados e região

Região	% Ulrich: revistas acadêmicas em 2004 (n=6.640)	% Ulrich: revistas especializadas em 2004 (n=3.046)	% Thomson SSCI: revistas 1980-2007 (n=1.162)	% Thomson SSCI: artigos 1998-2007 (n=226.940)
Europa	47,8%	43,8%	46,1%	38,0%
América do Norte	29,4%	37,0%	46,5%	52,2%
Ásia	11,2%	8,6%	3,7%	8,9%
América Latina	5,3%	4,7%	1,3%	1,7%
Oceania	3,9%	4,2%	1,9%	4,7%
África	2,2%	1,8%	0,4%	1,6%
CEI	0,6%	0,2%	0,1%	1,2%

Fonte: GINGRAS e MOSBAH-NATANSON; In: 2010 World Social Science Report.

Tradução e adaptação da autora.

É possível inferir que, mesmo havendo diferenças entre os dados e em determinados períodos distintos²²⁵, os países das regiões europeia e norte-americana predominam na produção e publicação acadêmica em geral, e também nas especializadas em Ciências Sociais²²⁶. Em revistas e artigos, nenhuma outra região chega a 10% do número de publicação em Ciências Sociais, e juntas não alcançam o percentual de publicação norte-americana de artigos entre 1998 e 2007. Ao que tange o período mais amplo indicado pela base Thomson SSCI, América do Norte e Europa praticamente se igualam no percentual de revistas, e juntas compreendem 92,6% até 2007, o que significa 1.076 revistas somente nessas regiões. A América do Norte predomina no número de artigos publicados entre 1998 e 2007, compreendendo 52,2% do total de 226.940, o que significa 118.463 publicações.

²²⁵ Os autores explicam que revistas dessas regiões (América do Norte e Europa) são mais visíveis na base de dados Ulrich, porque é uma base mais seletiva e mais focada nas revistas de língua inglesa – o que pode demonstrar também uma preponderância para algumas publicações específicas, fortalecendo o argumento da desigualdade entre as regiões.

²²⁶ Heilbron (2013) lembra que muitas das revistas internacionais das ciências sociais têm uma história mais longa do que é comumente assumido, muitas delas tendo sido criadas no século 19 – claro, em países em que as instituições acadêmicas já eram consolidadas – o que também contribuiu para a soberania institucionalizada das ciências sociais.



Um aporte interessante feito por Sztompka (2009) sobre as questões do pluralismo e desigualdades nacionais e regionais nas Ciências Sociais - considerando o processo de globalização da sociedade - aponta dez características das especificidades das Ciências Sociais, mais precisamente da Sociologia. Uma delas tem correlação direta com dados também apresentados por Gingras e Mosbah-Natanson (2010), que é a língua em que artigos acadêmicos e científicos são produzidos nas Ciências Sociais ²²⁷. A tabela 2 abaixo considera ainda os dados resgatados das fontes Ulrich e Thomson SSCI, de uma relação de 10 línguas mais utilizadas na produção de artigos e revistas especializados nas áreas de Ciências Sociais.

Tabela 2: As dez línguas prevalentes nas revistas de Ciências Sociais – por base de dados

Língua	% Ulrich: revistas especializadas em 2004 (n=3.046)	% Thomson SSCI: artigos 1998-2007 (n=226.984)
Inglês	85,3%	94,45%
Francês	5,9%	1,25%
Alemão	5,4%	2,14%
Espanhol	4,0%	0,40%
Português	1,7%	0,08%
Chinês	1,5%	0,00%
Holandês	1,5%	0,01%
Japonês	1,0%	0,06%
Polonês	0,9%	0,00%
Italiano	0,6%	0,01%

Fonte: GINGRAS e MOSBAH-NATANSON; In: 2010 World Social Science Report.

Tradução e adaptação da autora.

Segundo Sztompka (2009), a língua, na qual as ideias são articuladas e comunicadas, pode ter influência independente no estilo de pesquisa. Constata-se, a partir dos dados, o uso predominante da língua inglesa nas revistas e artigos até o ano de 2007, comprovando uma correlação, que é na verdade, de dependência e hegemonia da produção científica norte-americana e britânica e sua língua prevalente nas revistas e nos artigos publicados. Ou seja, a língua pode influenciar o estilo de pesquisa – a forma como é construída, pensada, articulada – mas ainda, quantitativamente, verifica-se a utilização da língua materna (inglesa) da região com o maior percentual total de artigos publicados nas áreas de Ciências Sociais (que somente na América do Norte significa 52,2%).

²²⁷ Os outros nove ‘fundamentos’ de Sztompka (2009) nos quais as distinções nas ciências sociais podem se assentar em sua variação local e regional são: nacionalismo metodológico, o ambiente dos *problemas sociológicos*, a teoria e o método, as personalidades (autores de determinados países e sua influência), a conexão com outras disciplinas, os tipos de pesquisa, os tipos de valores incorporados na pesquisa, o desenvolvimento institucional e os conceitos típicos – reflexos das características sociais de cada região.



A essa “predominância”, da língua e dos percentuais de publicações concentrados nas regiões da Europa e América do Norte, relaciona-se os conceitos de dependência acadêmica: “um fenômeno que é análogo ao imperialismo econômico e político (...) o que é também equivalente ao colonialismo” (ALATAS, 2003). Segundo o malaio Alatas (2003), o imperialismo acadêmico é oriundo do período colonial, desde suas configurações e do controle direto das escolas, universidades e editoras das potências coloniais sobre as colônias. Dessa relação, Alatas (2003) aponta seis dos principais traços de exploração: tutela, conformidade, papel secundário de intelectuais e estudiosos dominados, racionalização da missão *civilizadora* e a ‘inferioridade’ do talento de pesquisadores de países especializados em estudos da colônia. A esses seis traços, adiciona-se aqui a imposição da língua do colonizador²²⁸.

Alatas (2003) afirma que esses traços do imperialismo colonial permanecem nas relações e nas produções intelectuais atuais. Contudo, na época da globalização, o que era antes imposto de forma direta, se verifica agora como um imperialismo acadêmico indireto, respaldado pelas leis internacionais, pelo poder comercial e bancário, pela intervenção militar, pelo poder das instituições e suas influências; o que chamou de *neo-imperialismo acadêmico* ou *neo-colonialismo acadêmico*, quando há, ainda hoje, o controle do conhecimento científico social, por determinado polo²²⁹.

Essa polaridade, afirma Alatas (2003), alimenta a manutenção do poder de alguns países (colonizadores) que, hoje, geram a produção de pesquisas em Ciências Sociais na forma de artigos científicos, revistas, livros e documentos; que têm maior alcance global – das ideias e das informações dessas pesquisas; que têm a capacidade de influenciar as Ciências Sociais de outros países devido ao consumo de obras originárias desses locais de poder; e que comandam um grande reconhecimento, respeito e prestígio no país de origem e em países estrangeiros. “Se no passado colonial, o imperialismo acadêmico era mantido via poder colonial, hoje o *neo-colonialismo* é mantido via condição de dependência acadêmica”²³⁰ (ALATAS, 2003).

Ao que tange a circulação de ideias e a colaboração da produção científica social, os dados utilizados por Gingras e Mosbah-Natanson (2010) mostram que na época da globalização, há uma inflexão dessa relação norte-sul, colônia-metrópole, em que África, América Latina,

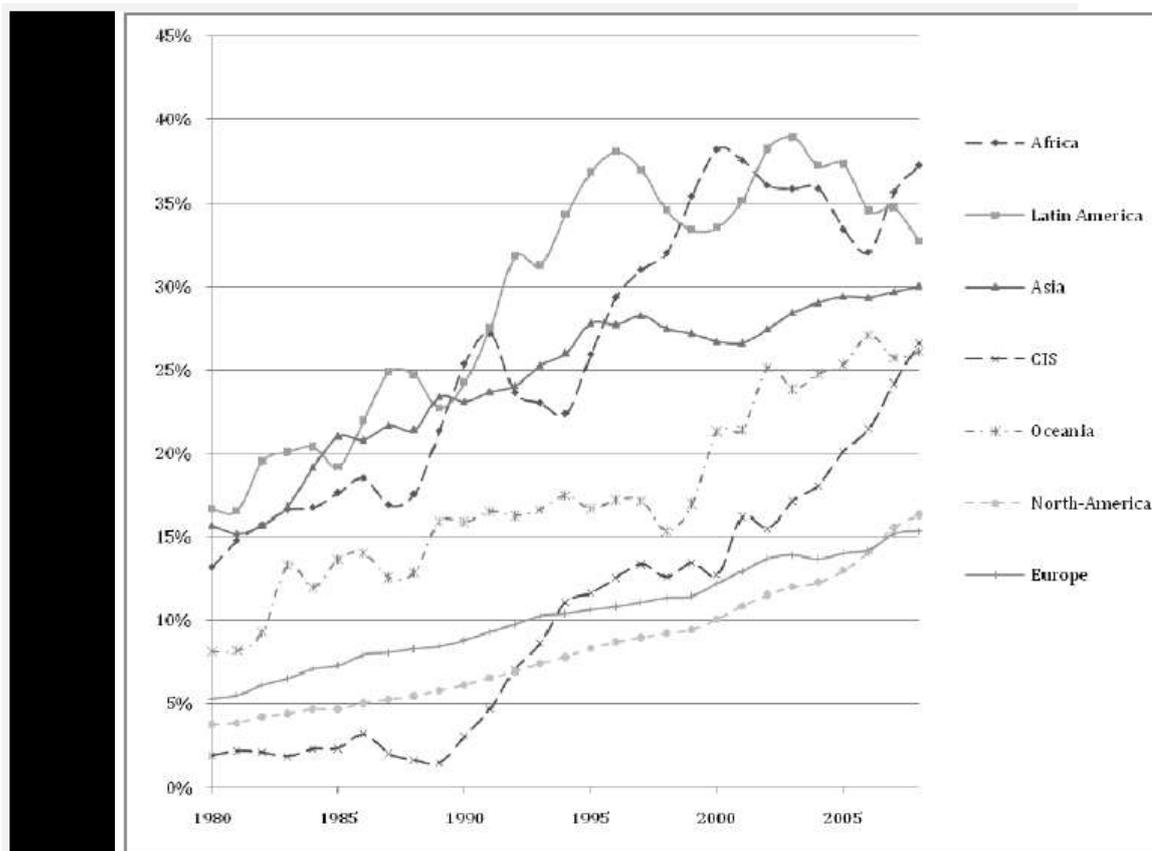
²²⁸ A esta questão, muitas outras podem ser incluídas, tais como a imposição dos hábitos, da cultura, da discriminação da identidade, etc., mas que neste artigo não serão exploradas.

²²⁹ Neste caso, Alatas (2003) se refere aos polos “Oriente” e “Ocidente”, e não “Norte” e “Sul”, o que não altera em substância a análise crítica dos conceitos de imperialismo.

²³⁰ Tradução própria.

Ásia e CEI mostram um maior crescimento. Na análise temporal da década de 1980 a 2005, as regiões que tiveram uma menor produção proporcional em artigos colaborativos foram, justamente, a Europa e a América do Norte (Figura 1). Esse resultado, entretanto, não surpreende; pois, segundo Heilbron (2013), no campo científico países em regiões de menor produção tendem a colaborar mais com outros países em mesma condição – mais do que com regiões em que a produção é maior²³¹.

Figura 1: Colaboração inter-regional nas Ciências Sociais



Fonte: GINGRAS e MOSBAH-NATANSON; In: 2010 World Social Science Report.

Os dados da Figura 1 mostram que no período considerado de intensificação do processo de globalização, a relação entre todas as regiões cresceu, e a colaboração da produção

²³¹ Sobre como o conhecimento circula, Heilbron (2013) entende que existem dois tipos de instituições, que têm um significado particular: as disciplinas e os sistemas acadêmicos nacionais. Sinteticamente, refere-se à crescente tendência à interdisciplinaridade ou a “transdisciplinaridade”, e às próprias fronteiras dos Estados na circulação das ideias (que no contexto da globalização têm se tornado uma questão central).



científica aumentou. Também sugerem que as regiões da Ásia, África e América Latina se tornaram mais integradas no mundo das Ciências Sociais, por meio do crescimento da colaboração com outras regiões, principalmente com a Europa e América do Norte (Gingras e Mosbah-Natanson, 2010).

Esses dados corroboram a hipótese de que a relação da produção entre as regiões se mantém de forma vertical: quando não entre norte-norte, do norte para o sul. E isso porque, os autores concluem - baseados numa realidade bem clara - que os cientistas sociais das regiões periféricas da produção (o Sul) procuram a colaboração com outros pesquisadores de origem das regiões onde há maior produção e maior prestígio nas Ciências Sociais (leia-se os países da Europa e da América do Norte²³²).

Da mesma forma, esses dados ilustram o crescimento da dependência acadêmica das regiões com menor produção nesses dois centros científicos e de poder. Outros dados apresentados por Gingras e Mosbah-Natanson (2010, p.10), a partir de um mapa de fluxo distributivo, demonstram que entre 1998 e 2007 as regiões da América do Norte e Europa foram as mais atrativas em termos de colaboração inter-regional do trabalho científico social; entre elas a colaboração chama atenção: dos artigos produzidos na Europa, 82,3% foram em colaboração com pesquisadores americanos ou canadenses, enquanto na América do Norte 68,6% da produção tiveram cooperação dos europeus. Em colaboração com outras regiões, o percentual da América do Norte e da Europa não chega nem a 10%²³³. De todo modo, a Sociologia deve lidar com o fato de que o domínio do que é universal em uma sociedade humana se expande rapidamente, ainda mais num contexto de internacionalização da ciência, e que o domínio do que é particular - local - tende a encolher (Sztompka, 2009).

Ainda sobre as desigualdades existentes na produção científica, Connell (2012) analisa o imperialismo acadêmico sob a ótica da 'teoria', que é, para a autora "o trabalho que o centro faz", e que as formas dos trabalhos científicos nas Ciências Sociais "que constituem e direcionam o processo de produção de conhecimento estão concentradas principalmente nas instituições de elite do Norte global". Os dados apresentados por Gingras e Mosbah-Natanson

²³² Mais a frente na análise dos autores, alguns dados apresentados por Gingras e Mosbah-Natanson (2010) mostram que dois subgrupos podem ser identificados, ao que tange a circulação de ideias e colaboração nas pesquisas: África, Oceania e CEI que têm colaborações principalmente com a Europa, e a América Latina e a Ásia em maior colaboração com os países da América do Norte. Para mais detalhes, ver anexo I (Figura 3: *Ten main collaborative countries and regions*).

²³³ Os países da Ásia - especialmente a China - também são significativos no fluxo de distribuição, com 29,3% de sua produção em colaboração com a América do Norte e 19,3% com os europeus.



(2010) apontaram que as relações de colaboração, o intercâmbio do conhecimento e a própria quantidade de produção estão concentrados nas regiões do Norte e, intrinsecamente ao trabalho da produção da ‘teoria’ também. E segundo Connell (2012), essa ‘teoria social’ envolve a *reificação* da experiência social do Norte, sustentando as características da metrópole, em posição imperialista, sobre a região Sul; mantendo assim, um ciclo de hegemônico da produção, da teoria e do poder de concentração do conhecimento na região Norte.

As conseqüências intelectuais são menos discutidas, mas são profundas. Para publicar em periódicos da Metrópole, deve-se escrever seguindo os gêneros da Metrópole, citar a literatura da Metrópole e tornar-se parte do discurso lá produzido. Para um cientista social, isso significa tanto descrever sua própria sociedade *como se fosse a metrópole*, suprimindo sua especificidade histórica: ou descrevê-la em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. Neste último caso, o cientista social torna-se o informante nativo para o mundo intelectual da metrópole (CONNELL, 2012, p.11).

Diante tantas implicações da desigualdade da produção científica nas Ciências Sociais – tanto as quantificáveis²³⁴ e quanto as mais subjetivas -, claramente, também frutos do processo histórico de colonização, do imperialismo do Norte sobre o Sul. Resta compreender se há, no Sul, uma resposta (e/ou resistência) na própria ciência social, diante ao fato de que grande parte dos recursos mundiais para a produção do trabalho intelectual está concentrada no Norte global.

III – Perspectivas das Ciências Sociais em Sul global

Segunda Rosa (2014), as narrativas sociológicas do Sul foram construídas sobre as teorias norte-americanas até então; mas sob uma nova perspectiva, da própria ciência social como ferramenta da disputa geopolítica, os principais desafios das Ciências Sociais produzidas no Sul são epistemológicos e “tentam reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (ROSA, 2014, p. 46 apud SANTOS e MENESES, 2009, p.12). Diante da disparidade quantitativa da produção e da sua circulação, da ‘apropriação’ teórica, do imperialismo europeu e norte-americano, e da dependência acadêmica,

²³⁴ Connell (2012) também cita a questão material da problemática, enfatiza que as circunstâncias materiais de pesquisa também criam uma dependência de pacotes teóricos e metodológicos já prontos oriundos da metrópole.



o Sul – e sua construção da ciência social – corresponde a uma forma de reparação, e de resistência, do capitalismo colonial.

Os povos do Sul teriam, então, se adaptado e criado modernidades alternativas. Outra saída aos povos do Sul: a instituição de um “cosmopolitismo subalterno”, “significando tolerância, patriotismo, cidadania global, comunidade global de seres humanos, culturas globais, etc” (ROSA, 2014, p. 47 apud SANTOS, 2009, p.41).

Essa ‘adaptação’ pode ser considerada também como uma forma de resistência, uma maneira possível de sobrevivência do processo de colonização e do próprio capitalismo. No processo em que o Sul foi colonizado, nas pesquisas em Ciências Sociais as sociedades sempre foram tratadas como exóticas, ‘não civilizadas’, como objeto de pesquisa excêntrico e ‘à margem’ do tradicional (Comaroff, 2011). Seria o processo de globalização, então, uma ‘oportunidade’ de alteração da relação imperial do Norte sobre o Sul? De certa forma, alguns autores (tais como ROSA, 2014; os COMAROFF, 2011; CONNELL, 2007; VESSURI, 2014; e até mesmo BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS e MENESES, 2009) indicam que o processo de ‘abertura’ global, em que processos sociais do Sul passam a se espalhar mais pelo mundo, pode ser o indício da mudança dessa configuração de dependência e hegemonia.

Ainda sobre o processo colonizador e a relação norte-sul, o argumento de Connell (2007) se aproxima, de certa maneira, do argumento dos Comaroff (2011) no que diz respeito à centralidade da produção do conhecimento nas regiões do Norte e a marginalização das outras formas de conhecimento do que não é produzido no centro. Entretanto, Connell (2012)²³⁵ define o Sul por uma relação intelectual, uma dependência que tem muito a ver com os aspectos *centro-periferia* e com a apropriação e o acesso material – tais quais no processo de colonização -: “enquanto a coleta e aplicação de dados acontecem nas colônias, as teorizações são privilégio das metrópoles” (CONNELL, 2007).

Connell (2012) enfatiza que as condições de trabalho afetam a produção intelectual; e essa ‘carência’ material também acaba criando uma relação viciosa de dependência de “pacotes teóricos e metodológicos já oriundos da metrópole”. Em aspecto intensificador da dependência, as teorias do Norte nunca se dispuseram a pensar COM (em colaboração) os pesquisadores do Sul; e sim de maneira sempre vertical: SOBRE o Sul, mantendo as relações colonizadoras e se

²³⁵ Enquanto os Comaroff (2011) entendem essa relação mais fortemente sob o aspecto econômico.



distanciando de uma possível relação democrática. E, mesmo quando há uma abertura, por menor que seja, para o diálogo e a colaboração acadêmica, a exigência é que ocorra na língua e na forma ‘tradicional’, ou seja, colonial (Rosa, 2014, apud CONNELL, 2007).

Outro aspecto da relação vertical norte-sul, apontado por Vessuri (2015), tem a ver com a posição do pesquisador, que muitas vezes se encontra em caráter de constrangimento. Enquanto autor, teórico, pesquisador, o cientista social do Sul acredita estar produzindo e contribuindo para uma teoria universal válida – qualquer que seja no campo das Ciências Sociais –, tendo socializado com os valores centrais da ciência, publicado na língua ‘tradicional’, em veículos internacionais, etc., mas seu conhecimento, sua produção, com frequência é entendido apenas no âmbito regional ou local, não tendo sua validade reconhecida universalmente. Porém, para que a produção intelectual seja validada, e aceita socialmente, há de haver, também um engajamento do pesquisador em se “associar” ao *mainstream* da disciplina e aos sistemas acadêmicos nacionais²³⁶.

Apenas a título de reflexão, pode-se pensar também na quantidade de instituições dedicadas à pesquisa no âmbito das Ciências Sociais. Apesar de os países da América do Sul e África terem demonstrado um enorme crescimento nos últimos anos, é ainda nos Estados Unidos, Canadá e nos países da Europa onde se concentra o maior número de instituições, acadêmicas e de pesquisa, da produção do conhecimento nessa área. São essas instituições, historicamente reconhecidas e consolidadas, que ‘abrigam’ também grande parte dos pesquisadores do Sul na busca pelo acesso tanto material quanto teórico. Apesar do movimento crescente do Sul em busca de sua “independência” e afirmação de sua originalidade, é extremamente difícil competir – até mesmo quantitativamente - e progredir num movimento de retratação histórica, sem se ‘aliar’ à metrópole.

Muitos dos pesquisadores do Sul propõem alternativas à relação de dependência e imperialista do Norte, como estratégias de resistência à hegemonia acadêmica norte-americana e europeia. Mas, o que chama atenção aqui, são as proposições feitas por Connell (2012), que ressalta a necessidade de uma revolução da teoria social. Para a autora, é preciso (i) enfatizar as distintas tradições nacionais e os estilos de trabalho intelectuais realizados no Sul; (ii) buscar sistemas indígenas de conhecimento, entendidos como contextos para produção de um conhecimento que esteve originalmente fora do sistema euro-centrado e que talvez ainda possa

²³⁶Apontados por Heilbron (2013) sobre a forma como o conhecimento circula e a ‘dependência’ institucional.



estabelecer uma base para autonomia; (iii) criticar o pós-colonial do pensamento europeu, comum no trabalho de Edward Said - a tentativa de '*provincializar* a Europa' e os projetos *de-coloniais* que discutem a América Latina - ; e (iv) tentar encontrar, fora das tradições europeia e norte-americana, bases para um universalismo alternativo.

Para Connell (2012) essas estratégias não visam apenas realocar o trabalho do Sul no globo, tornando-o central; trata-se, da perspectiva do Sul, de democratizar o processo de produção e circulação do conhecimento nas Ciências Sociais , dirigido pela teoria. É preciso, portanto, racionalizar o processo de resistência, tanto teórica quanto metodológica, intervindo também na coleta e no tratamento dos dados de pesquisa, a fim de reconfigurar o campo das Ciências Sociais de forma mais verdadeira e universal (Vessuri, 2015). As possibilidades são reais e as tarefas para a mudança envolvem refazer os currículos nas instituições acadêmicas do Norte, desenvolver novas formas de conexão entre os intelectuais e encontrar formas de financiar a produção do trabalho que não reproduza, apenas, a agenda formulada no Norte (Connell, 2012).

IV – Conclusões

O que se pode concluir é que “existem relações imperialistas no mundo das Ciências Sociais que são paralelas às do mundo da política-econômica internacional” (ALATAS, 2003); e que mesmo num contexto de abertura e '*internacionalização das ideias*' – da globalização - as Ciências Sociais continuam a ser um produto do centro, da metrópole, do Norte. A sua produção e circulação no Sul global, ainda que inscrita – proporcionalmente - nas línguas regionais, mesmo que trate de questões regionais, com metodologia própria, é ainda um desdobramento da cultura do centro ²³⁷. E ainda, que o efeito da globalização e internacionalização das pesquisas continuou a favorecer, essencialmente os atores hegemônicos (Europa e América do Norte), que já se encontravam em posição dominante. Apesar de a tendência ser forte em interpretar qualquer aumento na internacionalização da produção

²³⁷ Não se pode ignorar o fato de que, neste trabalho mesmo, os próprios dados utilizados são frutos das produções do Norte, publicados em inglês e analisados por pesquisadores lotados em instituições norte-americanas (canadenses). E que grande parte da bibliografia – e mesmo havendo uma tentativa exaustiva em se utilizar '*fontes*' próximas e do Sul - estão publicadas e foram produzidas na língua hegemônica da produção: em inglês (e/ou traduzidas dessa língua).



científica como um sinal de abertura, não se pode ignorar o fato de que ainda há uma relação de dependência (Gingras e Mosbah-Natanson, 2010)²³⁸.

Algumas propostas de resistência do Sul diante a soberania do Norte, aqui mostradas, visam promover uma relação democrática da produção científica, desconstruindo o Sul como apenas objeto de pesquisa, (re) construindo-o como ator ativo, em teoria, método, colaboração e produção. Entretanto, para que essa relação se estabeleça, mais uma vez, o Sul parece ‘esperar’ e/ou contar com ‘assistência’ do Norte.

Para se desconstruir uma forma hegemônica seria preciso construir outra, agora povoada com a imaginação também dos colonizados (...) Este tipo de saída elíptica não nos ajuda a superar o colonialismo epistemológico, pois mantém intacto o dilema entre ou a imposição de uma epistemologia (geral e que dê conta das diversidades) ou a aceitação de várias epistemologias (que não necessariamente se comunicam ou querem se comunicar) espalhadas pelo mundo colonizado em condições, durações e com consequências tão diferentes (ROSA, 2014, p.47).

A proposta de Santos e Meneses (2009) parece um pouco ‘distinta’²³⁹ à de outros autores, pois sugere a promoção, por meio de um diálogo das diferenças classificado como uma *ecologia dos saberes*, de um ponto em comum não hierárquico entre o conhecimento científico (do Norte) e o tradicional (do Sul). Por mais que o Sul seja, nessa visão, concebido como o encontro entre a ciência e outras formas locais, são suas qualidades não científicas – seus outros saberes – que recebem a atenção da pesquisa (mas ainda assim, mantendo o Sul como objeto de pesquisa).

De todo modo, considerando que os objetos das Ciências Sociais são mais locais, e em diversos aspectos endógenos, é possível inferir que são melhor estudados por pesquisadores locais, utilizando fontes locais, metodologia e teorias locais; mesmo que sua visibilidade no cenário internacional permaneça baixa²⁴⁰. Mesmo diante os dados apresentados – em que o percentual de maior produção em duas regiões e o crescimento da colaboração dos países do Sul

²³⁸ Destaca-se ainda que as regiões que, proporcionalmente, produzem pouco, tendem a colaborar, principalmente com as regiões que mais produzem.

²³⁹ E talvez um pouco mais ingênua.

²⁴⁰ É claro, para que isso seja possível, o fator ‘condições materiais’ - já mencionado por Connell (2012) - deve ser considerado com mais seriedade e investimento pelas instituições ao Sul.



no contexto de globalização -, Gingras e Mosbah-Natanson (2010) concluem que muita internacionalização pode induzir à tendência a estudar mais os problemas ‘centrais’ em detrimento dos locais, mesmo sendo estes socialmente importantes.

Portanto, é importante dizer que mesmo numa disposição mais ‘incluída’ – no processo de globalização - o Sul permanece à margem da produção nas Ciências Sociais, proporcionalmente muito menor que os países da região Norte. E ainda que haja um grande esforço na produção do Sul, tanto entre pesquisadores quanto minimamente institucional, a relação permanece hierárquica, de dependência em relação ao Norte – em que seja necessária a contribuição das instituições e a ‘consciência’ dos pesquisadores do Norte. Resta, aos autores e pesquisadores das Ciências Sociais, a condição de colônia, mas com a consciência de que é preciso absorver aquilo que Norte propõe – mesmo que numa posição soberana – até que possam, com o uso das ferramentas ‘emprestadas’, concluir seu processo de independência.

V - Referências Bibliográficas

ALATAS, S. F. A. **Academic dependency and the global division of labour in the social sciences.** *Current Sociology*, vol. 51(6): 599-613, Sage Publications, 2003.

BOURDIEU, P. **The social conditions of the international circulation of ideas.** In: R. Shusterman (ed.), *Bourdieu: a critical reader*. Oxford: Blackwell, p.220-228, 2002.

COMAROFF, J. **Entrevista: Teorias do sul.** *Mana*, v.17, n.2, p.467-480, 2011.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. **Theory from the South: or how Euro-America is evolving toward Africa.** London: Paradigm Publishers, 2011.

CONNELL, R. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science.** Cambridge: Polity, 2007.

_____. **A Iminente revolução na teoria social.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol.27, nº80, outubro, 2012.

GINGRAS, Y. **Les formes spécifiques de l’internationalité du champ scientifique.** *Actes de la recherche en sciences sociales.* Paris, 2002.

GINGRAS, Y.; HEILBRON, J. **L’internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006).** In: Sapiro, G. (ed.), *L’espace intellectuel en Europe, XIXe - XXe siècles.* Paris, La Découverte, 2009.

GINGRAS, Y.; MOSBAH-NATANSON, S. **Where are the social sciences produced?** IN: 2010 World Social Science Report: Knowledge Divides. International Social Science Council, UNESCO, 2010. (versão estendida)

HEILBRON, J. **The social sciences as an emerging global field.** *Current Sociology* 0(0) 1-19, 2013.



IANNI, O. **As Ciências Sociais na época da globalização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13 nº 37, 1998.

ROSA, M. **Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre os limites e perspectivas de um campo emergente**. Dossiê: Diálogos do Sul. Civitas, v.14, n.1, p.43-65. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Almedina-CES, 2009.

SZTOMPKA, P. **One Sociology or Many?** The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions, cap. 1, 2009.

VESSURI, H. **Global social science discourse: A Southern perspective on the world**. Current Sociology, vol.63(2), p.297-313, 2015.

ANEXO I

Table 3: Ten main collaborative countries and regions

Country	Africa		Latin America		Asia		CIS		Oceania		Europe		North America	
	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007	1988-1997	1998-2007
USA	60.3%	47.2%	75.5%	61.6%	73.9%	62.2%	60.7%	48.4%	45.0%	38.3%	74.1%	70.4%	-	-
UK	22.1%	29.3%	11.8%	16.5%	8.9%	15.8%	9.2%	16.5%	23.7%	30.6%	-	-	18.5%	22.6%
Australia	4.1%	3.3%	1.8%	2.6%	5.5%	7.4%	-	-	-	-	7.4%	8.9%	7.0%	6.0%
Canada	6.1%	8.4%	5.3%	5.9%	9.3%	8.7%	5.7%	5.8%	13.1%	8.7%	12.6%	11.9%	-	-
Israel	-	-	-	-	-	-	1.7%	2.4%	-	-	3.6%	4.5%	10.0%	5.5%
Germany	1.9%	3.9%	2.1%	3.1%	2.2%	4.2%	6.1%	11.1%	3.0%	3.8%	-	-	5.7%	7.6%
France	5.0%	8.1%	3.0%	5.1%	2.2%	3.7%	7.4%	9.2%	-	1.7%	-	-	6.4%	7.0%
Netherlands	2.1%	6.9%	1.8%	2.6%	2.4%	3.4%	3.5%	4.3%	2.3%	3.3%	-	-	4.0%	5.7%
Japan	-	-	0.9%	-	-	-	-	2.4%	2.8%	3.3%	2.1%	2.7%	4.7%	3.8%
China	-	-	-	-	-	-	-	-	1.6%	5.1%	-	-	-	6.6%
Italy	-	-	0.6%	2.0%	0.6%	-	-	1.5%	-	1.9%	-	-	2.8%	3.6%
Spain	-	-	4.4%	7.4%	-	1.4%	-	1.7%	-	-	-	-	-	3.5%
New-Zealand	-	-	0.7%	-	-	1.5%	-	-	-	-	1.0%	2.6%	-	-
Belgium	1.3%	2.0%	0.6%	1.4%	0.9%	1.5%	2.6%	2.4%	-	-	-	-	2.6%	-
CIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.9%	2.4%	-
India	1.1%	1.7%	0.6%	-	-	-	-	-	1.3%	-	1.8%	-	2.8%	-
South-Africa	-	-	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	1.1%	2.5%	-	-
Brazil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.2%	1.7%	-	-
Sweden	1.1%	2.0%	0.6%	-	0.7%	-	2.6%	1.7%	-	-	-	-	-	-
Singapore	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.9%	-	-	-	-
Switzerland	-	1.8%	-	1.4%	0.7%	-	2.2%	-	-	-	-	-	-	-
Indonesia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.2%	1.6%	-	-	-	-
Norway	1.0%	2.0%	-	-	-	-	3.1%	1.5%	-	-	-	-	-	-
Denmark	1.0%	1.8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hong-Kong	-	-	-	-	-	-	-	-	2.0%	-	-	-	-	-
Portugal	-	-	-	1.2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poland	-	-	-	-	-	-	1.7%	1.9%	-	-	-	-	-	-
Austria	-	-	-	-	-	-	1.7%	1.9%	-	-	-	-	-	-
Mexico	1.0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



GT 08: Debates epistemológicos e metodológicos nas Ciências Sociais.

Uma Investigação sobre Visões de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Marcelo Di Filippo Bastos

Em 1959, a ideia de “duas culturas” foi formulada por Charles Snow, referindo-se aos desentendimentos cultivados entre “cientistas” e “literatos”. Ao longo das décadas que se seguiram se constituiu internacionalmente um amplo campo de reflexões sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade (campo CTS), o qual tem revisto a natureza do saber científico e de sua prática, a organização dos diversos saberes e a relação destes com a(s) cultura(s). A partir dessa leitura pretendemos investigar como as reflexões do campo CTS e áreas afins das Ciências Humanas têm encontrado eco nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, marco normativo construído nos anos 90 e referência, ainda hoje, para a organização curricular dessa etapa escolar. Percebemos a partir da análise de documento a predominância de uma dissociação estanque entre as áreas do conhecimento, de uma visão “neutra” da ciência e de uma concepção determinista e linear sobre tecnologia, o que inviabiliza uma reapropriação legitimamente contextualizada e emancipatória da *tecnociência* em diferentes contextos socioculturais. Entendendo o currículo como expressão das visões CTS hegemônicas em uma sociedade, esse trabalho reflete o início de uma investigação que pretende alcançar a Base Curricular Nacional Comum colocada em discussão a partir de 2015.

Palavras Chaves: Ciência, Tecnologia e Sociedade; Ciência e Cultura; Tecnociência; Tecnologia Social; Diretrizes Curriculares; Cidadania.

1. Introdução



Os desafios contemporâneos, em face da insustentabilidade social e ambiental que se instala por toda parte, demandam visões e ações que possam dar conta da complexidade dos mesmos. O conhecimento sobre a Natureza e sua manipulação através da *tecnociência*²⁴¹ e os novos mecanismos de sociabilidade e controle que surgem com as novas tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's) não podem prescindir de efetivos redirecionamentos políticos e éticos. Tal condição só se efetivará com a qualificação do debate sobre fins e meios do saber e do fazer científico-tecnológico e sua incorporação nos debates e embates atuais sobre cidadania, democracia e emancipação.

A releitura conceitual e política sobre as concepções modernas (eurocentristas) de cidadania e democracia têm se ancorado na demanda de novos agentes e movimentos sociais ao longo da segunda metade do século XX. Os movimentos e reflexões pós-coloniais com suas reivindicações sobre identidade e alteridade, os movimentos feminista e ambiental são importante marcos nos novos embates que se impõem. As cidadanias tradicionais são “pulverizadas” diante de novas demandas e dinâmicas socioculturais. (NUNES, 1999)

Não dissociado dos movimentos apontados acima, temos também uma revisão do modelo de desenvolvimento tido como ideal. O padrão urbano-industrial capitalista não poderia mais ser implantado em todos os lugares sem que se reproduza insustentabilidades por toda parte. Percebe-se o risco inerente da concepção de desenvolvimento linear e inesgotável promovido pela “Ciência”, antes tida como promotora cumulativa e exclusiva de bem estar.

Torna-se nítido que a capacidade de previsão e mitigação de riscos é muito menor do que o impacto promovido pela *tecnociência* e que a concepção tecnocrática de gestão do conhecimento científico e tecnológico, amplamente difundida e notadamente antidemocrática torna-se incapaz de atender a demandas tão diversas. (BECK, 2010)

²⁴¹ Desde já deixamos claro a adesão ao termo *tecnociência*, que por si só já denota um novo entendimento sobre ciência e tecnologia trazido, também, pelo Campo CTS, como se verá.



Diante desse abismo ainda presente entre quem é capacitado para discutir os rumos da tecnociência e a maior parte da sociedade que não deve se envolver nisso, Boaventura de Sousa Santos (2000) defende a ideia de um “novo senso comum” que adviria de uma maior interlocução entre diferentes áreas do conhecimento científico e destas com saberes locais, tradicionais. Tal interlocução teria como premissa, a possibilidade das diferentes populações participarem dos direcionamentos técnicos, cognitivos, políticos e estéticos dos diversos saberes, incluído o conhecimento científico. Não se trataria mais, portanto, de uma “explicação” unilateral do conhecimento científico para um público “leigo”, mas do empoderamento desse público que incorpore também seus próprios saberes para que ele possa participar do redirecionamento técnico-científico possível e desejável a cada contexto.

No pensamento desse autor, a ideia de “senso comum” é colocada como categoria, referindo-se a “espaços de saberes, de discursos e de práticas” que estão fortemente ligados à ideia de comunidade. Não existe, portanto, um senso comum universal, mas sim espaços contextualizados de referências discursivas comuns. A própria ciência constitui um senso comum, o dos cientistas. Na verdade, cada campo do saber tem seu próprio senso comum, mais ou menos definido, mais ou menos permeável, mas nunca autônomo, isolado.

Essa nova concepção de senso comum, apoiado em uma perspectiva emancipadora, vai, portanto, contra a concepção tecnocrática de gestão do conhecimento científico e tecnológico, amplamente difundida e notadamente antidemocrática. Vai contra, também, o que Milton Santos coloca como o “absolutismo das técnicas”:

“O período atual tem como uma de suas bases o casamento entre técnica e ciência, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como frequentemente a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico nem sempre é um progresso moral” (SANTOS, 2000, p 65)



Assim, parece-nos claro que dentro dessa discussão e dos horizontes que ela nos traz, as novas demandas por cidadania não podem prescindir de um novo tipo: a **cidadania científica**. Esta,

“refere-se à possibilidade de, no âmbito dos direitos evocados no desenvolvimento da cidadania, o acesso à informação e às controvérsias produzidas pelos atores sociais no âmbito dos processos criativos científicos e de seus desdobramentos éticos, políticos e mercantis, como dimensões fundamentais aos processos de democratização da ciência”. (MOURA, 2012, p.21)

Na teoria de Boaventura Sousa Santos (2000) o “conhecimento-emancipação” é aquele que advém, em cada lugar, de um “novo senso comum”, considerando a multiculturalidade e a defesa da alteridade. Esse autor defende, assim, a construção de “mecanismos de tradução” forjados por uma concepção de radicalização da democracia no contexto contemporâneo.

Entendemos que o pensamento de Boaventura Sousa Santos (2000) nos é útil ao relacionar explicitamente a reconfiguração do saber científico com uma teoria emancipatória centrada na radicalização da democracia (democracia de alta intensidade), na alteridade, no multiculturalismo, e na sustentabilidade ecológica.

Procuraremos demonstrar como a busca por uma contextualização mais densa no trato com os saberes escolares pode contribuir para a mudança desse quadro ainda hegemônico, tecnocrático e corporativista de gestão e de entendimento da tecnociência a partir da própria escola e da juventude, inseridos que são em contextos sóciotécnicos e culturais os mais diversos.

Trataremos, então, ainda que de maneira bastante breve, da constituição do campo de estudos ao qual se tem referido como “Campo CTS” com o objetivo de demonstrarmos como ele tem construído e desconstruído, ao longo das últimas décadas, diferentes visões sobre ciência, tecnologia e sociedade (Visões CTS). Após esse panorama poderemos tratar de como parte de suas contribuições tem se inserido (ou não) nas Diretrizes Curriculares estudadas.

Deixamos claro, desde já, que para além de alguns pontos de consenso, o campo CTS constitui um terreno bastante plural, e como qualquer outro “campo”, na



concepção de Bourdieu (2004), palco de disputas. Para Latour, “CTS pode ser defendido como campo, pois é formado a partir de outras áreas que na hibridização, criaram um *locus* próprio de pesquisa (LATOURE, 2000).

2. O Campo CTS: um breve panorama.

Afirmada dentro do paradigma positivista, influente na transição entre os séculos XIX e XX, a “Ciência” era tida como prática autônoma em relação a outras esferas sociais; um campo essencialmente neutro, objetivo, empirista e cumulativo. Gradativamente, entretanto, novas abordagens e reflexões sobre a “Ciência” e das suas relações com a sociedade vão desconstruindo com diferentes graus de radicalidade essa “raiz” positivista marcada por: a) Rigidez do “método científico”; b) Exaltação do cientista; c) Linearidade e Cumulatividade; d) Concepção a-histórica; e) Caráter simplificador e fragmentador; f) Neutralidade e universalidade. (SISMONDO, 2011)

Na primeira metade do século XX, Robert Merton teve um importante papel como “precursor” do que hoje denominamos “Campo CTS”. Debruçando-se sobre a Real Society, importante órgão inglês de agremiação e difusão científica na virada entre séculos, ele elaborou uma Sociologia “internalista” e “funcionalista” da Ciência, segundo a qual esta seria uma atividade social autorregulada por sistemas internos de normas e recompensas. Para Merton, o que diferenciaria a Ciência de outras práticas seria sua organização específica segundo quatro normas práticas e morais a serem adotadas pelos cientistas, as quais constituiriam o *ethos* científico: a) universalismo: a descoberta da “verdade” (universal) a partir da aceitação ou rejeição das proposições científicas só se dará com a aplicação de critérios impessoais de seus produtores; b) comunalismo: os resultados da ciência pertencem à toda comunidade, de modo que a ideia de “propriedade intelectual” de um cientista vai contra essa premissa. c) desinteresse: os cientistas não são movidos por interesses pessoais e elementos extracientíficos: são honestos e dedicam-se à busca da verdade; d) ceticismo organizado: existe um ceticismo *a priori* no trato com as novas descobertas, medida para que não se deixem influenciar convicções pessoais. Dessa forma, todo cientista deve estar receptivo a críticas. (SISMONDO, 2010; SHIN e RAGOET, 2008).



Percebemos, nesse quadro, que Merton faz um deslocamento no entendimento da Ciência da Filosofia para o que seria uma Sociologia “interna” do fazer científico, a qual destaca pela primeira vez o papel de uma “comunidade de pesquisa”. Ainda assim, mantém atributos positivistas como a “busca pela verdade”, a negação da subjetividade do cientista, a neutralidade e universalidade do método científico e a autonomia da ciência em relação às outras esferas sociais.

A partir dos anos de 1940 temos uma nova onda de contribuições através da crítica implementada pela Escola de Frankfurt, através, particularmente, de seus primeiros expoentes, dentre os quais Adorno, Horkheimer e Marcuse, ao entenderem a Ciência e as técnicas como instrumentos de desvendamento da natureza funcionais ao desenvolvimento capitalista. Para tal Escola, segundo Dagnino: “a tecnologia é um dos recursos mais importantes do poder que se exerce sobre as sociedades modernas. (...) a democracia política tem estado obscurecida pelo enorme poder exercido pelos especialistas dos sistemas técnicos”. (2008, p.114)

Na década de 1950, uma importante conferência de Snow sobre as “duas culturas” (humanista vs. Científica) traz também sua contribuição para o que em breve se constituiria uma virada na compreensão do fazer científico.

Nos anos 1960 duas obras surgem e causam grande impacto: “Silent Spring” (Primavera Silenciosa) de Raquel Carsons²⁴², e “A Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn²⁴³, ambas de 1962. A primeira denuncia a emergência de inúmeros e importantes impactos ambientais frutos da inserção de um meio técnico científico desprovido de consideração sobre seus impactos negativos na sociedade e no meio ambiente clamando por um engajamento político ante os impactos da ciência e da tecnologia. A segunda proporciona uma nova visão sobre o próprio fazer científico.

Kuhn desafia as concepções então dominantes na Filosofia e História da Ciência, rejeitando a visão formalista e normativa e seu status de “neutralidade”.

²⁴² CARSON, R. Primavera Silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1964. (primeira edição em português)

²⁴³ KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.



Contrastando a visão positivista de que mudanças na teoria se dão apenas a partir de novos dados sobre a “realidade”, indica que tais mudanças ocorrem devido a novas “visões” dos cientistas. Tais visões são forjadas em seu contexto de atuação dentro de um **paradigma**, ou seja, dentro de um campo contextual e semântico que uniria os cientistas com um reconhecimento mútuo sobre os principais problemas e questões a serem tratadas e que em nada se encontra imune a interesses pessoais e contingências históricas. (SISMONDO, 2010)

Contra o progresso linear e cumulativo, Kuhn destaca que há períodos de “ciência normal”, marcados pela estabilidade de práticas e conceitos dentro de um paradigma, mas também momentos de ruptura. Tais rupturas iniciam-se com “anomalias” dentro do paradigma vigente, que gradativamente exigem uma revisão das práticas e conceitos até que ocorra a “crise paradigmática” suscitando uma nova organização teórico-conceitual e atuação dos cientistas. Suas contribuições teóricas colocaram os estudos sobre a ciência em novo patamar ao considerar os interesses pessoais e corporativos dos cientistas e seu contingenciamento histórico, bem como a uma múltipla forma de organização da Ciência, contra a visão de bloco homogêneo e cumulativo colocados pelo pensamento positivista.

Sobre as contribuições de Kuhn, e para destacar a não linearidade das interpretações sobre as relações CTS, cabe lembrar a similaridade de sua teoria com estudos precedentes do bacteriologista polaco Ludwik Fleck que já na década de 1930:

“clarificou o modo como todo o conhecimento é produzido a partir de associações activas entre elementos heterogêneos no quadro de estilos de pensamento específicos. As associações activas não se estabelecem de maneira arbitrária, elas estão ligadas a experiências e pertencem de actores a diferentes ‘colectivos de pensamento’ e de práticas, e condicionam as escolhas de temas e as linguagens e imagens mobilizadas na atividade científica”. (NUNES, 2007, p. 16)

Percebemos na citação acima a similaridade da concepção Kuhniana de “Paradigmas” com a proposição de Fleck²⁴⁴ sobre os “Coletivos de Pensamento”. Além

²⁴⁴ FLECK, L. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. (primeira edição em português)



disso, esse pensador já expressa, nos anos 1930, a percepção dos inúmeros fatores contingenciais que permeiam a prática dos cientistas. (NUNES, 2007)

A partir das décadas de 1960 e 1970, com a reivindicação por maior participação nas decisões em políticas científicas e tecnológicas, notadamente nos Estados Unidos e na Europa, a partir de uma insatisfação generalizada com os fins bélicos e a visibilidade da insustentabilidade ecológica dos “avanços” científicos no contexto pós-guerra, inicia-se uma pluralização tanto das reflexões sobre as relações CTS como de sua inserção no campo político diante do apelo a uma maior participação da sociedade nas decisões sobre política científica.

A este ponto, percebemos que as contribuições colocadas já sugerem um caráter dual nas contribuições do campo que começa a emergir: temos, por um lado, uma **revisão teórica**, que conta com um vasto arcabouço de contribuições acadêmicas que buscam, ainda que em diferentes termos e graus e a partir de diferentes referências, compreender as intermediações dos termos usados na expressão CTS. E temos, também, uma **investida política**, visto que tais contribuições influem em concepções e práticas de políticas públicas - particularmente nas áreas científico-tecnológicas e educacionais – e reivindicações emergentes que surgem com os movimentos ambientalistas, feministas, pós-coloniais e outros. Da mesma forma, tais reivindicações emergentes também influem nos direcionamentos acadêmicos do campo teórico CTS.

2.1 O “Programa Forte” da Sociologia do Conhecimento e a Teoria Ator-Rede.

Nos anos 1970, David Bloor dá início ao Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, o qual construiu um importante quadro de referência para as reflexões que se seguiram. Tal quadro deu-se em cima de quatro princípios que podem ser sintetizados da seguinte maneira: a) causalidade: o conhecimento tem causas externas, sociais e outras; b) simetria: a Sociologia deve explicar tanto o “sucesso” como o “insucesso”, baseando-se em causas da mesma natureza. Não é possível explicar a ciência com base na metafísica idealista-teleológica, e as crenças em base a ‘condições



sociais”; c) imparcialidade: a Sociologia do conhecimento não tem como objetivo estabelecer a validade ou falsidade do conhecimento, mas explicar as condições e processos de sua produção; d) reflexividade: as mesmas premissas do programa devem ser aplicadas à própria Sociologia do conhecimento. (PESTRE, 1996)

Na Teoria Ator Rede (TAR) proposta, dentre outros, por Latour (2012) e Law (1992), a própria distinção sujeito/objeto, natureza/cultura é desconstruída, colocando-se como interesse de investigação as “redes” de agenciamento entre objetos humanos e não humanos que agregam e tecem o social. Para essa teoria, não faz sentido a divisão entre humanos, políticos, e não humanos, uma vez que ambos fazem parte da mesma rede que constitui, afinal, a sociedade.

Apesar da dificuldade de percebermos a simetria entre elementos humanos e artefatos técnicos ou elementos da “natureza”, mergulhados que estamos na dissociação que rege nossa compreensão, a TAR nos oferece uma metodologia de investigação poderosa e instigante que põe em terra nossa organização acadêmica e disciplinar, ao mesmo tempo que contribui para explicá-las. Sobre isso Latour (1994) nos faz refletir apontando que:

“talvez o quadro moderno houvesse conseguido se manter por mais algum tempo caso seu próprio desenvolvimento não houvesse estabelecido um curto-circuito entre natureza, de um lado, e as massas humanas de outro. Enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, são humanos, pois são nossa obra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós. São locais ou globais? Os dois. (LATOUR, 1994,p.54)

Diante dessa “hibridez” que se impõe e sobre os dilemas que a ciência enfrenta no seu trato, prossegue o autor:

“estamos no campo da biologia, da Sociologia, da história natural, da sociobiologia? A bomba demográfica é global ou local? Os dois. Portanto, tanto do lado da natureza quanto do lado do social, não podemos mais reconhecer as duas garantias constitucionais dos modernos: as leis universais das coisas, os direitos imprescritíveis dos sujeitos.” (LATOUR, 1994, p.54)



Para Latour, por exemplo, “as crises ambientais ou ecológicas, divulgadas com tanta amplitude nas últimas décadas, se manifestam muito mais como um problema de constituição política generalizada” (2004). Tal “problema” deu-se ao longo da tentativa – frustrada, segundo esse autor - do projeto da “modernidade” ocidental de se constituir assentado em pressupostos “sólidos”, como a divisão sociedade x natureza e consequentemente política x Ciência. (LATOUR, 1994; 2004)

Percebemos, então, que as ligações entre as “humanidades” e as “ciências” na verdade nunca deixaram de existir. Não há e nunca houve, nessa perspectiva, dissociação entre ciência, tecnologia, sociedade e cultura, ou sociedade e natureza. Cada um desses “termos” não apenas influem o outro, mas são forjados em redes que são tanto *tecnocientíficas* como *tecnosociais e tecnoculturais*. (LAW, 1992; LATOUR, 1994; NUNES, 1999).

A dissociação foi feita por aqueles que, particularmente desde os séculos XVIII e XIX, inspirados pelo Iluminismo e pelo Positivismo europeus, ocuparam-se de separar o que é natureza do que é sociedade, o que é ciência do que é senso comum ou superstição, o que é real do que é sonho. Esse foi um dos pilares sobre os quais se apoiou o projeto da Modernidade Ocidental, disseminado mundo afora, e a constituição da “Ciência Moderna”, a seu serviço; pilares estes que “entram em crise” ao longo do século XX. (SOUSA SANTOS, 2000). Ao final das contas, tudo que se produzira foram “híbridos” do que deveria ser “moderno” com o que não deveria e hoje percebemos que na realidade “*jamais fomos Modernos*” (LATOUR, 1994).

A abordagem ator-rede se apresenta, enfim, como um espírito radical, visto que ela não apenas apaga as divisões analíticas entre agenciamento e estrutura, entre o macro e o micro social, entre a “natureza” e a “sociedade”. Ela também propõe tratar diferentes materiais – pessoas, máquinas, ideias, e tudo o mais – como efeitos interativos e nenhum deles como causas primárias. (LAW, 1992)

Sismondo (2010) refere-se à TAR como uma proposta “supersimétrica”, em analogia ao princípio de simetria proposto inicialmente pelo Programa Forte. Mas agora



não se trata mais de dar o mesmo peso para aspectos científico-tecnológicos e sociais, mas sim coloca-los em uma perspectiva relativa e materialista em que humanos e não humanos têm definidos seu lugar na rede em relação aos outros objetos, sem uma diferença metodológica significativa entre eles.

Estabelece-se, então, no lugar de uma “sociedade”, separada da economia, da cultura, da geografia, da ciência, da técnica e põe-se no lugar uma rede que é *sóciotécnica* e heterogênea, cujas “malhas” poderiam ser trilhadas. Tal rede sóciotécnica, como já demonstramos, é constituída tanto por elementos humanos, como por elementos não humanos, todos dotados de algum tipo de agenciamento.

Procuramos ter deixado claro nos tópicos anteriores a desconstrução e a revisão de concepções sobre ciência, tecnologia, sociedade - e sobre as relações CTS - empreitada nas últimas décadas por diferentes contribuições inter/multidisciplinares do que acabou por se constituir como campo de reflexões e debates: o Campo CTS. Cabe destacar, no entanto, importantes contribuições de áreas afins, notadamente da História Cultural das Ciências para a qual, segundo Pimentel:

“en lugar de estudiar la ciencia en la cultura, la ciencia es vista como cultura, una distinción que puede parecer escolástica, pero que revela concepciones muy diferentes de lo que es la ciencia y también de la propia tarea del historiador. Respecto a la primera, una concepción cultural entiende la ciencia como una realidad diversa e mutable (las culturas son diversas y mutables), diferente a la antigua concepción universalista y permanente del conocimiento.” (PIMENTEL, 2010, p.423)

Assim, para Pestre (1996):

“é preferível abandonar a categoria “Ciência”. O postulado da unidade das ciências, apoiado em uma maneira particular de tratar os problemas - ou seu uso implícito através do emprego do adjetivo “científico” - é certamente reivindicado por numerosos cientistas, mas nada obriga a toma-lo como líquido e certo; (...) parece preferível considerar os diversos momentos e espaços como tanto quantos espaços com regras epistemológicas, sociais, materiais e retóricas específicas – cada um deles sendo, além disso, muito mais uma soma de sistemas e representações parcialmente articuladas do que um conjunto unificado.” (p.15)

Por fim,



A história se encarrega de situar em qual medida a produção científica responde às questões do seu tempo. A cultura científica está intrinsecamente relacionada ao universo histórico e cultural na qual ela é produzida”. (BELLENS, PORTO, 2009, p.25-26)

3. Ciência, Tecnologia e Sociedade no contexto brasileiro e latino-americano.

Herrera (1995) destaca que há, desde o princípio, uma “desconexão” entre os sistemas de ciência e tecnologia na América Latina como um todo e as reais demandas dessas sociedades e os problemas básicos da região. Uma visão neutra e determinista de ciência segundo a qual a ciência e tecnologia são tidas sempre como uma necessidade essencial, é propagada pelas elites que, ao mesmo tempo em que se encarregam da modernização, procuram manter estruturas sociais e econômicas que reproduzam seus privilégios. Em seu discurso, o desenvolvimento científico será sempre positivo por si só, independente das reais e potenciais transformações sociais. Referindo-se ao desenvolvimento científico e tecnológico na região, Herrera (1995) aponta que:

“el atraso científico de esos países, tal como lo hemos definido, no es simplemente el resultado de una carência, de una falta, que podría por lo tanto ser corregida con la ayuda externa, sino una consecuencia necesaria de su estructura económica y social.” (HERRERA, 1995, p. 119)

Esse embate entre transformação social e manutenção do status quo manifesta-se, no campo científico, através do embate entre políticas científicas explícitas, presentes nos discursos oficiais e triunfalistas a respeito dessa atividade, e políticas públicas implícitas, efetivamente levadas a cabo pelos grupos dominantes via corporativismo estatal. (HERRERA, 1995) Afinal, como aponta Dias, “no âmbito do Estado capitalista, a Política Científica e Tecnológica é também uma política que atende aos interesses de um determinado conjunto de atores sociais (ou de uma classe social específica)” (2011, p. 316). Para Dagnino, em tom de desabafo:

“a Política Científica e Tecnológica predominante nos países latino-americanos, ainda hoje, é caracterizada pela mistura da velha e mimética concepção linear-ofertista, que serve aos tradicionais setores corporativos da comunidade de pesquisa, e uma concepção eficiente, que serve a outros setores desta mesma comunidade, autodenominados pragmáticos e modernos, que tentam cada vez mais



orientar a PCT para atender o que eles afirmam ser o interesse das empresas.” (DAGNINO, 2009, p.113)

É nesse contexto de novas demandas econômicas, mas de permanência das visões CTS tradicionais, que se dará a inserção das reflexões CTS no contexto brasileiro e latino-americano. Tal inserção, entretanto, diferentemente do que ocorreria em nações “centrais” do capitalismo, se dará a partir dos próprios gestores de nossa política científica e tecnológica, a comunidade científica, e não pela reivindicação cidadã por maior participação e democratização nas PCT’s (tradição norte-americana) nem pelo viés acadêmico (tradição europeia).

3.1 A Atitude Revisionista da História Cultural das Ciências Latino-americana.

No contexto latino-americano, na virada do século XIX para o século XX, adotou-se um marco conceitual que buscava demonstrar como a ciência europeia, tida como universal e “civilizatória” se realizava em seus territórios, de modo que, para Saldaña (1987), pode-se afirmar que tal enfoque ao invés de historiar a prática científica **da** América Latina buscava historiar a ciência europeia **na** América Latina. Para esse autor, “procurando pelo esperado a história tradicional da ciência não viu o existente” (SALDAÑA, 2000, p.16). Tratava-se, assim, de uma concepção positivista que via na ciência moderna (europeia) o prenúncio do progresso do ocidente para a humanidade. (BELLENS; PORTO, 2009)

A despeito disso, a partir das últimas décadas, e mais enfaticamente a partir dos anos 1980, surge através de diferentes trabalhos uma nova vertente historiográfica da ciência que coloca em pauta a definição do que seria ciência deslocando a compreensão desta como prática social contextualizada. (BELLENS; PORTO, 2009).

É a partir dessa nova historiografia que tem se constituído no campo da HCT’s latino-americana e brasileira uma atitude revisionista, preocupada com uma contextualização mais profunda. Como se pode perceber, a concepção de “ciência como cultura” colocada pela HCT’s nos revela uma forte possibilidade de interlocução com o campo CTS e com outros campos das ciências humanas e sociais. Para Oliver:



“construir e narrar esse passado possibilita muito mais do que conhecimento histórico em si, possibilita um diálogo imediato com o presente. Permite revitalizar velhas lutas políticas, perante o domínio dos experts, e mostra os elementos culturais, sociais e econômicos presentes tanto no passado como possibilidades e alternativas da atualidade. Permite ainda que se aplique a mesma medida relativa porá os próprios “estudos sociais da cts”. Por sociais entende-se aqui os aspectos que compõem o coletivo dos humanos e não humanos (culturais, históricos, geográficos, econômicos, aqueles ditos como “naturais” e mais os “artificiais”)(OLIVER, 2012, p.15)

4. Visões CTS nas DCNEM's: breves resultados de uma análise de documento.

Na análise de documento que empreitamos em nossa dissertação de mestrado²⁴⁵ selecionamos especificamente os tópicos: “interdisciplinaridade”²⁴⁶, “Contextualização”²⁴⁷ e “Os saberes das áreas curriculares”²⁴⁸, por serem itens essencialmente atrelados às discussões CTS. Tal recorte se fez necessário devido ao alcance de nossa pesquisa. As concepções de “cidadania” e de “trabalho” impressas nas DCNEM's também foram exploradas, uma vez que também trazem elementos para nossa análise.

Dentre os tópicos escolhidos foram selecionados trinta e dois trechos (parágrafos) nos quais se visualizavam possíveis relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Não transcrevemos os trechos aqui e a análise de cada um deles, pois extrapolaríamos os limites dessa publicação²⁴⁹.

No âmbito das DCNEM's há um entendimento comumente explícito de ciência como uma atividade neutra e intrínseca a uma ideia de desenvolvimento linear (quanto mais ciência, “mais progresso”). Predomina também a concepção determinista de tecnologia, tida como ciência aplicada e eminentemente transformadora da realidade social por si só. A concepção de tecnociência, entendida como a retroalimentação entre ciência e tecnologia é ignorada.

²⁴⁵ BASTOS, M. F. Uma Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio na Perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). 2015. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC. Santo André, 2015.

²⁴⁶ Item 4.3 das DCNEM's

²⁴⁷ Item 4.4 das DCNEM's

²⁴⁸ Item 5.2 das DCNEM's

²⁴⁹ Essa análise meticolosa foi realizada em nossa dissertação de mestrado.



A Ciência é tida como universal, ahistórica, e como forma de conhecimento privilegiado, o que se mostra um obstáculo para uma efetiva contextualização e excluído do trato das áreas do conhecimento a atenção aos saberes tradicionais e à diversidade e contingências culturais da produção do saber tido como científico. Há uma total ausência de preocupação com a produção científica nacional passada e presente, o que poderia ser um mínimo contraponto a essa visão universalista e inquestionável da disseminação da ciência e tecnologia hegemônicas. Não sabemos e não somos instigados a saber, no trato escolar das diretrizes propostas, o que tem sido produzido em termos de pesquisa acadêmica e científica em nosso próprio país. Nossos currículos perdem a chance de serem divulgadores da produção tecnocientífica nacional o que acaba por contribuir com o caráter tecnocrático, corporativista e descontextualizado na gestão dos meios e fins dessa produção em nossa sociedade. Não há espaço para se refletir sobre uma possível reapropriação dos meios e fins tecnocientíficos.

Fica claro que as diretrizes tomam as Ciências Naturais como modelo privilegiado de “Ciência”. Por outro lado, da parte das diretrizes específicas para as Ciências Humanas, notamos uma falta de reflexividade sobre o conhecimento científico, inclusive aquele produzido por essa própria área do conhecimento. As diretrizes curriculares para a área de Ciências Humanas não trazem as relações CTS como via de compreensão da(s) sociedade(s) e deixam a desejar na consideração de “ciência como cultura”. As ciências e as tecnologias não são tratadas como caminho para se compreender o Humano e o Social, mas apenas como vetores de uma mudança social à qual devemos “entender” a fim de nos adaptar e de mitigar seus efeitos “indesejáveis”.

Por fim, as premissas por interdisciplinaridade e contextualização, tão presentes ao longo de todo o documento, apesar de terem sido importantes na operacionalização de maiores permeabilidades entre áreas e disciplinas e do deslocamento dos conteúdos científicos do currículo à “realidade objetiva” dos estudantes, ao considerarmos as contribuições mais recentes e críticas do campo CTS se mostram limitadas. A interdisciplinaridade, por exemplo, não contesta a construção contingencial das disciplinas e na maioria das vezes coloca-se como multidisciplinaridade. A



contextualização, por sua vez, não leva em conta outros saberes e colocando-se como via de mão única entre o “conteúdo pronto” e a “realidade objetiva” não abre espaço para se pensar que conhecimentos podem efetivamente serem desconstruídos e reconstruídos em cada contexto sociocultural.

5. Possíveis desdobramentos da investigação.

Um primeiro desdobramento que se coloca seria a continuidade de análises documentais abordando os documentos e parâmetros curriculares que se sucederam às DCNEM's, notadamente a Base Nacional Curricular Comum, presentemente em construção. Uma análise de processo no intuito de averiguar o aprofundamento ou não das visões CTS impressas nessas diretrizes posteriores àquela que aqui tratamos. Seria um percurso natural, no qual, inclusive, aperfeiçoaríamos nossos instrumentos de análise.

Outra linha também tem a ver com o entendimento revelado nesse trabalho de que o “currículo” constitui um “artefato”, uma “caixa-preta”²⁵⁰, um produto que pode ou não, dependendo do nosso trato, ser aberto, desconstruído e reconstruído: a possibilidade de aproximação com o conceito de tecnologia social e/ou de Adequação Sociotécnica (Dagnino, 2008). Cremos que nessa possível aproximação, um aprofundamento da discussão sobre contextualização do conhecimento *tecnocientífico* possa aflorar numa perspectiva de reapropriação “emancipada”, solidária e localmente situada e legitimada desse próprio conhecimento em consonância com outros saberes. Acreditamos que a “Escola”, através da construção e implementação de seu currículo, pode constituir-se em espaço de aprendizagem/construção de uma nova cultura de trabalho e de conhecimento que não aquela atrelada às demandas imediatas de uma reprodução social alienante e alienada, predominantemente presente nas diretrizes curriculares.

6. Bibliografia

BECK, U. **Sociedade de Risco**. São Paulo: 34, 2010.

²⁵⁰ Termo utilizado, dentre outros, por Latour (2012) ao referir-se a artefatos virtualmente “prontos”, como se não fossem gerados por uma rede sóciotécnica e não permanecessem susceptíveis a esta.



BELENS, A.; PORTO, C. Ciência e tecnologia: uma abordagem histórica na sociedade da informação. In: PORTO, C. org. **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: CNE/MEC, 1998.

DAGNINO, R. **Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico**. Campinas: Ed Unicamp, 2008.

_____. **A Construção do Espaço Iberoamericano do Conhecimento, os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade e a política científica e tecnológica**. In: Revista CTS, n. 12, v. 4, abril/2009.

DIAS, R. **A Trajetória da Política Científica e Tecnológica Brasileira**. Tese de Doutorado. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

HERRERA, A. Los Determinantes Sociales de la Política Científica em América Latina. In: **REDES**, v. 2, n. 5, 1995.

KHUN, T. **Estrutura das Revoluções Científicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: 34, 1994.

_____. **Políticas da Natureza**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **Reagregando o Social**. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LAW, J. **Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade**. Trad., Fernando Manso. 1992. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br>.

MOURA, M. A. Construção Social da Cidadania Científica. In: **Educação Científica e Cidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

NUNES, J. A. Para além das “duas culturas”: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 53, fev. 1999.

_____. **A “Viragem Normativa” e a Política dos Estudos Sobre a Ciência**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2007.

OLIVER, G. S. História das Ciências e das Tecnologias e o Campo CTS. In: **Contemporâneos**, n. 10, mai/out. 2012.

PECHULA, M. R. (et al.) **Abordagem CTS na educação brasileira: considerações teóricas e contextuais**. 2010. Disponível em: www.esocite2010.escyt.org/sesion_ampliada.php?id_Sesion=136

PESTRE, D. Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências. In: **Cadernos IG/Unicamp**, vol. 6, n. 1, 1996.



PIMENTEL, J. Que es la Historia Cultural de la Ciencia? In: **ARBOR: Ciencia, pensamiento y Cultura**, 743, mayo-junio, 2010.

SALDAÑA, J. J. Marcos Conceptuales de la Historia de las Ciencias em Latinoamerica: positivismo y economicismo. In: SALDAÑA, J. J. (org.) **El Perfil de la Ciencia en América**, Mexico: Sociedade Latinoamericana de História de las Ciencias y la tecnologia, 1987.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SHIN, T.; RAGOUET, P. **Controvérsias sobre a ciência**. São Paulo: 34. 2008.

SISMONDO, S. **An introduction to STS studies**. Oxford: Bleckwell, 2010. E-book.

SNOW, C. P. **As Duas Culturas e uma segunda leitura**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUSA SANTOS, B. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

VERGARA, M. Ciência e Modernidade no Brasil. In: **Revista da SBHC**. v. 2, n.1, 2004

GT 08: Debates epistemológicos e metodológicos nas Ciências Sociais

A crítica da racionalidade científica: aproximações entre Ulrich Beck e Boaventura de Sousa Santos

Marcelo Rodrigues Lemos²⁵¹

Resumo:

A compreensão do presente pelas Ciências Sociais deve considerar, invariavelmente, a revisão de suas regras metodológicas, através de uma crítica epistemológica dos limites do conhecimento social. Esta pesquisa propõe, com isso, debater a crise de representatividade da ciência, questionando suas noções de verdade. Nesse amplo universo de discussões, Ulrich Beck e Boaventura de Sousa Santos são referências destacáveis. Atualmente, para Beck, a ciência não é apenas entendida como fonte de

²⁵¹ Doutorando em Ciências Sociais, UNESP-Marília, bolsista CAPES.



resolução dos problemas, pois a expansão técnica também é, em alguns casos, a causa geradora de riscos. Santos, por sua vez, afirma que a racionalidade cognitiva-instrumental moderna colonizou e subjuguou outras formas de saber, sendo fundamental buscar novas reflexões que rompam com a tendência da ciência clássica de valorizar uma única plateia universal. Trabalhando com os pesquisadores em questão, é possível notar progressivas transformações na análise científica que reavivam a razão a partir do próprio conhecimento já construído.

Palavras-chave:

Ciência; Conhecimento; Sociedade de risco; Transição paradigmática

1. Teoria crítica: breves fundamentos

A *modernidade* pode ser compreendida como um estilo de vida, com gênese na Europa, a partir do fim do século XVII, e que, posteriormente, se tornou mundial em sua influência. Seu advento possibilitou o surgimento e o fortalecimento de vários princípios, tais como: a intensificação dos preceitos capitalistas e da sociedade industrial, determinantes para o crescimento acentuado dos centros urbanos; a secularização e o Estado laico, com a perda substancial da centralidade da Igreja enquanto instituição gerenciadora de códigos sociais; a racionalização da existência, que coloca a ciência em posição privilegiada como sistema explicativo; e, o estabelecimento de uma cultura de massas voltada para o consumo excessivo. (GIDDENS, 1991).

Para a tradição da teoria crítica normativa a crítica da sociedade capitalista moderna deve levar em conta dois princípios. O primeiro valoriza análises que não apenas descrevem as desigualdades, como também combatem as dominações, ao indicarem transformações práticas nos processos sociais. Já o segundo questiona e revisa as abordagens científicas clássicas, com apontamentos sobre a legitimidade de regras e convenções metodológicas tradicionais. Logo, esse tipo de teoria crítica torna-se uma espécie de guia para as ações humanas, com potencial empírico para a mudança política, o combate da alienação e a superação das contradições de toda ordem, além de



permitir a elaboração de conhecimentos libertários. (REPA, 2008; SCHUMACHER, 2008).

Um importante representante desse viés da teoria crítica é o alemão Jürgen Habermas. Imerso nas reflexões filosóficas e sociológicas, Habermas indica que a teoria crítica deve buscar a superação das situações e práticas de inferiorização, tornando o conhecimento em um posicionamento político transformador. Na perspectiva habermasiana, a racionalidade possui a potencialidade de resolver os conflitos e superar os problemas da sociedade moderna e capitalista, a qual se apresenta como alvo central das problematizações do autor. Seu conceito de racionalidade é bastante abrangente e envolve a intercompreensão linguística, fundamento de sua *Teoria da Ação Comunicativa*. (REPA, 2008; SCHUMACHER, 2008).

A linguagem, para Habermas, não é tomada como um simples mecanismo de transferência de ideias e argumentos, mas como um recurso de troca intersubjetiva entre os que dialogam entre si. Além disso, a posição entre o falante e o ouvinte não é fixa ou permanente, visto que ambos podem trocar experiências e demandas em suas falas. Nesse sentido, a linguagem realmente coerente deve ser caracterizada pela horizontalidade entre os falantes.

Em suas análises centradas na modernidade da sociedade capitalista, Habermas está preocupado com a violência sutil a que são submetidos certos grupos sociais. No interior dessa sociedade, para além daquelas violências estruturais típicas da esfera produtiva e classista, são encontradas violências “[...] nas relações sociais familiares e afetivas, na vida cultural, nos modos de exercer a cidadania, na maneira como cada um se relaciona com seu mundo subjetivo [...]” (REPA, p. 163).

Segundo Habermas, essas novas patologias e formas de violência derivam do crescimento desenfreado do capitalismo e da burocracia, os quais assumem, atualmente, âmbitos maiores do que tradicionalmente objetivava. Além disso, a ciência moderna tornou-se doutrinária e negligente quanto às outras formas de compreensão do mundo, limitando a validade do saber às máximas científicas.

Com isso, a proposta crítica de Habermas, pautada em sua ideia de *ação comunicativa*, almeja não só a solução dos problemas práticos da modernidade, como



também a intolerância de suas epistemologias típicas. Para isso, na ação comunicativa o que deve prevalecer não é sucesso ou a realização individuais, a racionalidade não está focada no uso eficiente de meios para a conquista de um fim, mas

[...] a racionalidade do entendimento recíproco, que se efetua através da linguagem, serve também de critério para verificar formas de [...] vida emancipada [...]. Isso significa, portanto, que a racionalidade do entendimento também dá a chave para um conceito determinado de emancipação, de vida emancipada. (REPA, 2008, p.165).

Essa ação é, antes de tudo, uma interação social, eminentemente coletiva, coordenada por acordos racionais e entendimentos mútuos, possíveis mediante o uso da linguagem dialogada.

Inspirando-se nessa breve síntese do modelo de teoria crítica de Habermas, este ensaio quer revisar parte da proposta crítica do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e das abordagens do autor alemão Ulrich Beck. Ambos, diferentemente de Habermas, acreditam que a teoria crítica contemporânea deve se inscrever em um contexto que supere a modernidade.

2. A Teoria crítica na transição paradigmática

Na perspectiva analítica de Santos (2000), é possível caracterizar a contemporaneidade segundo parâmetros relativos a uma *transição paradigmática*, que coloca em xeque o paradigma da modernidade ocidental. Para tanto, o autor propõe que a reflexão em torno de tal transição passe por novas epistemologias, teorias e questões analíticas, possibilitando, com isso, a definição do novo contexto social em emersão. A passagem entre paradigmas é sempre gradual e quase invisível. Somente após vários anos, ou mesmo séculos, é que se pode precisar e datar com segurança o fim do anterior e o nascimento do subsequente.

Vale ressaltar, entretanto, que esse debate não é consensual entre os autores das Ciências Sociais. O sociólogo britânico Anthony Giddens (1991) também tece suas análises aos moldes da elaboração de uma teoria social afinada com o mundo



contemporâneo. Para ele, é fundamental responder se há, de fato, a transição do período moderno mediante o nascimento de um novo tipo de sistema social. Contudo, o autor adverte ser crítico da expressão *pós-modernidade*, acreditando, antes, na atual desorientação humana causada pela não compreensão plena de um universo de eventos.

Assim, a dificuldade na obtenção de conhecimento sistemático sobre a organização social foi o que instigou Giddens (1991) a pensar a contemporaneidade. Porém, para refletir sobre como tal dificuldade começou a ocorrer, não basta criar novos termos e expressões. As Ciências Sociais devem, inicialmente, retomar a natureza da própria modernidade, revelando sua real abrangência. Para o autor, “Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.” (GIDDENS, 1991, p. 13).

De acordo com o autor, a delimitação do momento histórico passa pelo entendimento de que a organização e a transformação da história não envolvem princípios unificadores. É preciso romper com os preceitos do evolucionismo social, o qual determina o enredo histórico de modo ordenado, como uma marcha com fim já conhecido, pois a história é descontínua e não uma unidade com forma homogênea em seu desenvolvimento. Feito isso, não é possível dizer que os indivíduos atualmente estão situados em um período de nítida separação com o passado.

Nesse sentido, a modernidade não foi suplantada pela pós-modernidade, uma vez que as instituições sociais permanecem as mesmas do momento de seu “aparecimento” e, hoje, estão mais racionalizadas. “Não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas.” (GIDDENS, 1991, p. 58).

Giddens (1991) acredita na modernidade radicalizada ou em uma *alta modernidade*, na qual a contemporaneidade é um complexo ativo de reações aos sistemas sociais, envolvendo tanto apropriações como perdas.

Já para a matriz conceitual de Santos (2000, p. 15) a modernidade ocidental surgiu entre os séculos XVI e XVII como um “[...] ambicioso e revolucionário



paradigma sócio-cultural assente numa tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social.” Mas, em meados do século XIX, com a sólida convergência entre o capitalismo e o paradigma moderno, tal tensão se desgasta. O desgaste é identificado por uma tendência progressiva que transforma as forças emancipatórias em forças regulatórias, ocorrendo a ruína da emancipação na regulação.

É entre as ruínas do decadente paradigma moderno que se pode, segundo Santos (2000, p. 16), perceber sinais, por enquanto vagos e muitas vezes confusos, da emergência de um novo paradigma. Assim, “[...] deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante já que todas elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias.”

As principais dimensões da transição paradigmática são a epistemológica e a societal. No concernente à primeira, a mudança passa pela substituição gradativa do paradigma dominante da ciência moderna pelo paradigma em nascimento, designado por *paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*, que privilegia o convencimento em vez da persuasão, por meio de retóricas e conhecimentos voltados para relações equânimes entre razões e resultados, entre contemplação e ação.

Já a transição societal é menos visível e condena o paradigma dominante e seus preceitos da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo, do individualismo, das democracias autoritárias, do globalismo excludente, em favor de *vibrações ascendentes*. Tais vibrações estão ligadas aos princípios da comunidade e às suas noções de solidariedade e participação, bem como aos conteúdos estético-expressivos e às ideias de prazer e autoria, anunciando a dimensão ativa e criativa do sujeito.

Outro fator típico da transição paradigmática é a figura do excesso do tempo. A teoria crítica moderna, por meio da ideia de progresso, sempre buscou a união entre passado, presente e futuro, segundo continuidades e determinismos advindos do cientificismo. Hoje, observa-se uma verdadeira discrepância entre tais percepções teóricas e suas expectativas. Eventos de ruptura são constantes e a ocorrência do excesso do tempo presente remete à quebra com o passado e à indiferença com o futuro, que passa a ser visto, inevitavelmente, como catastrófico.



Tudo isso acarreta sensações de desassossego em relação ao tempo, pois os indivíduos estão “[...] entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. [...] A coexistência destes excessos confere ao nosso tempo um perfil especial, o tempo caótico onde ordem e desordem misturam em combinações turbulentas.” (SANTOS, 2000, p. 41).

Assim, a supressão do paradigma moderno sociocultural é um processo complexo no qual estão envolvidos superação e obsolescência. Na visão de Santos (2000, p. 49), a modernidade teria cumprido em demasia algumas de suas propostas e outras não conseguiram mais se efetivar. Logo,

[...] tanto o excesso como o déficit de cumprimento das promessas históricas explicam a nossa situação presente, que aparece, à superfície, como um período de crise, mas que, a nível mais profundo, é um período de transição paradigmática. Como todas as transições são simultaneamente semi-invisíveis e semicegas, é impossível nomear com exactidão a situação actual.

Como dito, a crise da modernidade é também uma crise epistemológica da ciência moderna, a qual privilegiou a racionalidade cognitivo-instrumental, reduzindo os mecanismos de emancipação, ou seja, com a hiper-cientificização, o paradigma dominante entra em uma crise resultante do avanço ocasionado por ele próprio em relação ao conhecimento. Com isso, nota-se uma passagem lenta da ciência moderna ao *novo senso comum*. Há a substituição da chamada *razão indolente* por uma nova teoria crítica, baseada no novo senso comum verdadeiramente emancipatório, o qual passa a ser possível pela autorreflexividade, entendida como a melhor maneira para se percorrer criticamente o caminho da crítica. “No paradigma emergente, o caráter autobiográfico conhecimento-emancipação é plenamente assumido: um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos une pessoalmente ao que estudamos.” (SANTOS, 2000, p. 84).

Santos (2000, p. 168) confere amplitude à concepção de transição paradigmática. Mais do que indicar a passagem entre modos de produção ou ressaltar a crise epistemológica da ciência moderna, a transição observada por ele aponta para alterações



“[...] entre formas de sociabilidade no sentido mais lato, incluindo as dimensões econômica, social, política e cultural.”

3. Princípios a criticar

Segundo Santos (2000, p. 23), várias situações visualizadas nos tempos atuais são passíveis de crítica, ainda assim, há uma dificuldade de construção de uma teoria crítica. Para ele, a teoria crítica adequada é aquela que trata o real como um campo amplo de alternativas, pensadas para além do que está posto ou além do empiricamente dado. Nesse sentido, as análises críticas devem visar a reflexão da existência avançando em relação à própria existência, visto a gama de possibilidades latentes. Cabe ressaltar, também, que é “O desconforto e o inconformismo ou a indignação perante o que existe [que] suscita impulso para teorizar a sua superação.”

Avaliando a extensão dos problemas contemporâneos, notam-se conteúdos que despertam inconformidade: a concentração da produção de bens e serviços em poucos países, considerados de capitalismo avançado; o descompasso salarial entre os trabalhadores do mesmo setor mundo afora; a ampliação do endividamento de diversos países em razão de empréstimos financeiros internacionais com regras abusivas; a produção agrícola monocultora em detrimento de itens de primeira necessidade; as falhas na promoção dos Direitos Humanos mesmo em nações com democracia formal; conflitos armados ameaçando a paz almejada; a degradação ambiental e o despertar de uma crise ecológica em nome do “desenvolvimento” material.

O sociólogo alemão Ulrich Beck (2010) é outro pensador interessado na questão do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas e no modo como elas se representam cientificamente. O autor aponta a necessidade da teorização social para a compreensão de mudanças no interior da modernidade e da sociedade industrial clássica, a qual adquire uma nova forma, caracterizada, por ele, de *sociedade de risco*. A investigação preocupada com esta temática deve ater-se para a dicotomia entre continuidade e cesura presente nesta época.



A sociedade de risco é caracterizada pela presença de riscos civilizacionais produzidos, contraditoriamente, pelo poder do progresso tecnológico-econômico. Eles, por sua vez, ameaçam a vida de plantas, animais e seres humanos, cruzando fronteiras nacionais e assumindo dimensões globais.

Assim, traço fundamental desta sociedade seria a desconstrução de tradições, hábitos e valores tidos como referenciais na sociedade industrial clássica. Atualmente, mudanças nas concepções tradicionais do casamento, da paternidade, da sexualidade e no amor são percebidas no seio da família nuclear, fato que desperta a curiosidade analítica dos cientistas sociais.

Segundo Beck (2010), as inúmeras modificações sofridas pela modernidade tendem a libertar os grupos humanos de padrões sociais presentes na clássica sociedade industrial. Desse modo, antigas referências ligadas à classe ou estrato, família e identidade de gênero passam a ser resignificadas e destradicionalizadas.

A tradição dos chamados Estados de Bem-Estar Social, fortemente construída após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) em especial na Europa, proporcionou um intenso isolamento social. A busca pelo sucesso pessoal e por elevados padrões econômicos de vida do agora “trabalhador livre assalariado” estimulou a competitividade e a desconexão com condicionantes familiares e de classe.

A colocação do indivíduo como referência central nos planos de vida desestabilizou a noção de sociedade como grande agrupamento coletivo. A perspectiva da classe e da estratificação, como circunstâncias fundamentais à formação das identidades, vai se deteriorando, tornando problemas estruturais e sistêmicos em fracassos atribuídos a cada pessoa em particular.

Novas posições de gênero também são postas em evidência, significativamente em relação às mulheres. Liberadas de uma tradição que as prendia ao casamento, agora é o divórcio que gera ambiguidades e desconfortos. Uma vez que as necessidades e suas correspondentes realizações se individualizaram, a família passa a ser inserida em um contexto de desgaste, pautado nas obrigações maçantes do trabalho doméstico, da educação dos filhos e da realização profissional. Assim, “[...] tanto dentro quanto fora da família, os indivíduos convertem-se em agentes que asseguram existencialmente sua



mediação pelo mercado e a organização e o planejamento biográficos com ela relacionados.” (BECK, 2010, p.110-111).

Embora esses novos arranjos sociais estejam ligados à individualização, eles não se parecem com uma emancipação bem-sucedida, pois estão presos à institucionalização e padronização dos estilos de vida. “Libertados”, os indivíduos são ainda reféns do mercado de trabalho, prisioneiros do consumo, de burocracias políticas e legais, e as posições individuais tornam-se institucionalmente dependentes.

Com isso, a formação social das identidades vai adquirindo contornos contraditórios. A socialização perde respaldos coletivos e aparece, agora, como uma atmosfera cada vez mais individualizada. Mas, incoerentemente, as buscas por um pouco de vida própria acabam se esbarrando em limites sociais e políticos.

Outras transformações, não menos sutis, são vistas nas relações de trabalho assalariadas, na universalização e simultânea desmistificação da ciência, nas formas de democracia parlamentar. Portanto, “O sistema de coordenadas ao qual a vida e o pensamento estão sujeitos na modernidade industrial [...] começa a cambalear, e surge um novo crepúsculo de oportunidades e riscos [...]” (BECK, 2010, p. 18).

Acerca da desmistificação da ciência, Beck (2010) ressalta que o projeto científico-tecnológico se reveste de contradição atualmente, pois a ciência é, simultaneamente, a causa, o expediente definidor e a fonte de soluções dos riscos. Quatro razões estão ligadas a esse complexo processo.

A primeira revela que o conhecimento produzido na contemporaneidade questiona suas próprias produções anteriores, a cientifização já não é mais incipiente e inicial como em fases civilizatórias passadas. Surge, como isso, uma crítica da ciência realizada pela ciência, possibilitada pelo crescimento dos estudos acadêmicos. Inaugura-se uma fase de autocrítica, através da desmistificação das ciências pelas novas experiências reflexivas em desenvolvimento.

A segunda razão está associada à queda do monopólio da ciência como fonte exclusiva de conhecimento. A busca pela verdade não é mais um prerrogativa científica e a noção de esclarecimento é ampliada pela possibilidade de revisão das regras e



convenções metodológicas, por meio de novas maneiras de verificação presentes no espaço público.

A terceira causa das atuais contradições da análise científica é a formação de tabus. Anteriormente a ciência violava tabus e desconstruía discursos místicos, agora ela mesma os elabora ao seu estilo. Ou seja, com o desenrolar do saber científico, surgem perigos e tabus oriundos do desenvolvimento técnico.

O quarto ponto, por sua vez, reforça a constante transformação da racionalidade científica, como elemento histórico, ela se sujeita a passar por mudanças que reanimam a razão a partir do próprio conhecimento já estabelecido.

Listar tantos problemas e idealizar respostas alternativas para todos eles faz parte da base da teoria crítica. Imerso em um contexto de produção do conhecimento, o cientista deve mensurar as atividades sociais que o rodeiam e objetivar a emancipação e a superação de vontades particulares em elementos coletivos e autoconscientes.

A tradição da teoria crítica, especialmente a marxista, avaliava a existência de um único princípio de transformação social, através do caminho inevitável do socialismo, o qual, por sua vez, eliminaria descompassos e desigualdades. Ainda de acordo com tal tradição, ficaria a cargo do agente histórico *classe* romper com o capitalismo, e a industrialização e seu progresso das forças produtivas, representaria a esteira do desenvolvimento. No entanto, conforme sugere Santos (2000, p.27):

[...] não há um princípio único de transformação social, e mesmo aqueles que continuam a acreditar num futuro socialista vêem-no como um futuro possível, em concorrência com outros futuros alternativos. Não há agentes históricos únicos nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas pela teoria crítica moderna, como por exemplo, a dominação patriarcal [...].

Além disso, cabe considerar que a industrialização não representa a forma fixa do desenvolvimento, visto que ela trata, majoritariamente, a natureza de modo degradante e não consegue equalizar as desigualdades entre ricos e pobres, mesmo com a distribuição da riqueza. Assim, “A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento



alternativo, seja tempo de começar a criar alternativas de desenvolvimento.” (SANTOS, 2000, p. 28).

4. Uma teoria crítica pós-moderna e a proposta dialógica da novíssima retórica

A teoria crítica moderna propôs um *conhecimento-emancipação*, ressaltando o colonialismo como ignorância e a solidariedade como sabedoria. Porém, o erro de tais construções teóricas reside na conversão do conhecimento-emancipação em *conhecimento-regulação*, pautado no saber como ordem e o caos como ignorância, visto que elas propunham fórmulas exatas para a superação das assimetrias, caminhos fixos que conduziriam à liberdade.

É preciso, portanto, para a perspectiva crítica pós-moderna, começar a criticar o próprio conhecimento, para avaliar um pensamento de alternativas e não uma alternativa de pensamento.

Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam. (SANTOS, 2000, p. 27).

No viés crítico pós-moderno proposto por Santos (2000), o conhecimento-emancipação rechaça a concepção do outro como simples objeto, elevando-o à condição de sujeito, um sujeito capaz de revelar o que quer ou deseja. Nessa matriz, o conhecimento como princípio de ordem só é possível quando guiado pela solidariedade e pela autorreflexão do outro.

A emancipação proveniente desse tipo de conhecimento é orientada por três diretrizes centrais. A primeira valoriza o multiculturalismo em contraposição ao monoculturalismo, reconhecendo o outro como produtor de conhecimento. Para isso, é preciso romper com os silêncios de populações que tiveram seus saberes, necessidades e



anseios destruídos pelo colonialismo histórico, mediante a imposição das ideias dominantes de uma “raça”, de um sexo e uma classe social.

A segunda diretriz busca um conhecimento edificante em oposição à peritagem heroica, destacando o desequilíbrio entre o conhecimento elaborado com a capacidade operacional e técnica de sua real aplicação. A descontextualização entre o domínio científico e sua aplicabilidade fez dos cientistas heróis e fez com que os conhecimentos acadêmicos se tornassem, potencialmente, absolutos. “A teoria crítica pós-moderna parte do pressuposto de que o conhecimento é sempre contextualizado pelas condições que o tornam possível e de que ele só progride na medida em que transforma em sentido progressista essas condições.” (SANTOS, 2000, p. 32).

Como terceira perspectiva do conhecimento-emancipação tem-se a superação da ação conformista pela ação rebelde. Com o correr acelerado da história, o determinismo se sobressaiu como ferramenta preguiçosa de pensamento da transformação social ou de sua impossibilidade. É necessário considerar que as estruturas sociais são dinâmicas, assim como as ações que essas estruturas moldam, as ações podem, assim, ser anuladas ou potencializadas. Logo, “As ações e as subjetividades são tanto produto como produtores dos processos sociais.” (SANTOS, 2000, p. 33).

A consolidação das determinações está ligada com o domínio das subjetividades em limites que as deixam conformadas, esses limites aparecem como naturais ou insuperáveis. Por outro lado, é possível desconstruir determinações sociais quando as subjetividades estão abertas a novas possibilidades do real.

Assim, é necessário que a teoria crítica pós-moderna verifique os mecanismos de socialização que gestam subjetividades rebeldes ou conformistas, para potencializar o processo de elaboração da rebeldia e de mentes inconformistas, capazes de se indignar.

Vale ressaltar que a emancipação, tal como sugere Santos (2000), não necessariamente possui, como alvo, um princípio geral de futuro global emancipado. Ela está, na verdade, associada à criação de campos novos e localizados de organização social em tempos e lugares alternativos, nos quais é viável a realização de uma vida digna e decente.



Desse modo, ao invés de uma busca da alternativa (no singular), a teoria crítica pós-moderna realmente consciente deve valorizar alternativas (no plural), tornando-as conhecidas além de seus locais de origem, incentivando “A criação de redes translocais entre alternativas locais [como] uma forma de globalização contra-hegemônica.” (SANTOS, 2000, p. 36).

Assim, a ação normativa proposta pela crítica de Santos (2000) sugere a ausência de vínculos com universalismos abstratos, sendo a opção do socialismo um futuro entre vários outros possíveis. É preciso tratar da normatividade desenvolvida nas lutas sociais, valorizando a participação coletiva dialogada.

Para Santos (2000, p. 103) a racionalidade cognitiva-instrumental, utilizada pela ciência moderna, colonizou e subjugou formas de conhecimento. Em sua visão, é essencial buscar uma nova via de conhecimento que rompa com a tendência da ciência moderna de valorizar apenas uma plateia universal. Sendo assim, “[...] é fundamental neste momento de transição paradigmática [...] relativizar as pretensões cognitivas da racionalidade cognitivo-instrumental.”

Apresentar os limites do conhecimento científico moderno, em busca de um conhecimento-emancipação, é valorizar tradições epistemológicas historicamente marginalizadas, estabelecendo um saber com caráter retórico prudente, a *novíssima retórica*.

Na proposta da novíssima retórica de Santos (2000), o convencimento é privilegiado em relação à persuasão, contribuindo para uma equalização entre razões e resultados. Além disso, o aspecto dialógico passa a ser central, rompendo com a velha dinâmica entre sujeito e objeto do conhecimento.

Essa reciprocidade discursiva promove um intercâmbio de argumentos que pode tornar o orador inicial em plateia e vice-versa. Nessa verdadeira batalha argumentativa, “Através da retórica dialógica, o conhecimento progride na medida em que progride o autoconhecimento.” (SANTOS, 2000, p.105).

Essa nova prática discursiva conduz a uma também nova forma de lidar com a oposição epistemológica clássica entre ciência e senso comum. A ciência moderna quase sempre avaliou o senso comum como falso e superficial. Contudo, no prisma do



conhecimento-emancipação, é importante tornar o conhecimento advindo da ciência em um novo senso comum, ligado aos aspectos do mundo prático e aos contextos de sua aplicação.

Como o senso comum está vinculado a certa visão de mundo criativa e às ações dos indivíduos, ele é prático e preso às experiências de vida dos grupos sociais. Seu lastro com o cotidiano pode garantir ao conhecimento-emancipação um saber realmente libertador assente na força argumentativa dos que dialogam, conduzindo ao autoconhecimento, formador de um *novo senso comum solidário, participativo e reencantado*.

O novo senso comum precisa avançar além de noções éticas antropocêntricas individualistas, que lidam com a subjetividade de maneira equivocada. É através da responsabilidade que pode emergir uma nova ética, que não está colonizada pela ciência moderna ou pela tecnologia. A preocupação, a solidariedade e a responsabilidade para com o outro (ser humano, grupo social, natureza) e sua existência no presente e manutenção futura passa a ser construída como um horizonte essencialmente ético.

A novíssima retórica, consolidada no novo senso comum, também associa a participação como um valor político central. Para que a regulação não prevaleça sobre a emancipação a política não pode ser restrita como conduta social setorial e especializada, tampouco deve a participação dos cidadãos nessa conduta ser rigidamente regulada. A despolitização da sociedade civil deve ser combatida, com a finalidade de superar monopólios, ampliando a visão restritiva da política atual.

O novo senso comum tem ainda no prazer uma marca estética fundante. Na concepção moderna da ciência, o desencantamento está presente como marca, associado à distância entre aquele que representa e o objeto representado. “O conhecimento-emancipação privilegia o próximo como forma de conceber e compreender o real, mesmo que o real seja o global ou o futuro. Só a ligação à proximidade, mesmo a uma proximidade nova e desconhecida, pode reconduzir ao reencantamento do mundo” (SANTOS, 2000, p. 115).

5. Considerações finais



Os preceitos debatidos até aqui mostraram que a contemporaneidade passa por transformações, quando comparada aos primeiros momentos da modernidade. Nota-se, portanto, que a atualidade é alimentada por rupturas e continuidades em relação à modernidade. Ou seja, a contemporaneidade traz, concomitantemente, um fluxo de assimilações, rupturas e transições ante os fenômenos sociais tipicamente modernos.

Diante desse quadro, a ciência precisa responder às inquietações, situar o debate acadêmico perante as transformações referidas. Só é possível contextualizar a contemporaneidade mediante a construção de novas referências, que delimitem, em especial, a posição das Ciências Sociais ante as assimilações e rupturas atualmente notadas, em comparação à modernidade e seus preceitos.

A transição paradigmática proposta por Santos (2000) é tanto uma fase histórica quanto uma mentalidade. Sua demarcação temporal é confusa e incerta, e seu aspecto idealístico está relacionado com inconsistências, com anseios desmedidos positiva e negativamente. Pensar essa fase requer revisar incertezas, complexidades e incongruências nas ações sociais e nas estruturas formais que fundamentam as falas científicas, as personalidades subjetivas e as representações coletivas.

Para a correta compreensão da contemporaneidade, a teoria crítica pós-moderna precisa problematizar acerca da regulação e da emancipação. Ambas são valores centrais na construção histórica dos grupos humanos e estão correlacionadas por mecanismos simultâneos de busca ou recusa de cada uma delas.

Outro ponto importante é a recusa dos privilégios explicativos da ciência moderna, vista, muitas vezes, como o único modo de conhecimento válido. Na nova perspectiva epistemológica, o poder do conhecimento não está só na ciência convencional, como também no senso comum, enquanto saber local, vinculado às experiências cotidianas e, portanto, rico em alternativas explicativas.

Nas orientações de Santos (2000) e Beck (2010) também é possível perceber uma preocupação com a superação de desigualdades em escalas locais ou globais. Para isso, os autores sugerem a efetivação de ações políticas transformadoras de realidades que constroem ou oprimem demandas variadas, mediante uma retórica baseada no



diálogo consensual e não no discurso único, e através da mensuração dos riscos produzidos pelo próprio desenvolvimento científico.

Referências Bibliográficas

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

REPA, L. Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica. In: Vários autores. **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008. p. 161-182.

SANTOS, B. S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

SCHUMACHER, A. A. Reconstrução Pragmático-Formal da Racionalidade Comunicativa: Origem e Dificuldades. In. MARTINS, Clélia Aparecida; POKER, José Geraldo (Orgs). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008. p. 117-154.

GT 08: Debates epistemológicos e metodológicos nas Ciências Sociais

Epistemologia e Modernidade: a produção do conhecimento entre a “mobilização copernicana” e o “desarmamento ptolomaico”.

José dos Anjos Júnior.

RESUMO

O presente trabalho é dedicado à análise da relação existente entre epistemologia e modernidade, a partir da reflexão provocada pelo pensador alemão Peter Sloterdijk (1947) em seu ensaio estético intitulado “Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico” (1987), em particular, no que se refere aos conceitos de (auto)evidência e exclusivismo, modernidade, pós-modernidade e pós-exclusivismo. Com efeito, a análise de Sloterdijk provoca uma reflexão epistemológica, na medida em que põe em questão a produção do saber científico no contexto da (pós)modernidade, razão pela qual o problema desta pesquisa poder ser formulado da seguinte forma: quais as possibilidades de produção do saber científico no contexto da ruptura epistemológica entre saber tradicional-pré-moderno e saber científico-moderno? Portanto, este



trabalho de pesquisa tem o objetivo de apresentar, desde as reflexões provocadas no ensaio em questão, a problematização levantada pelo autor em torno da produção do conhecimento no contexto da modernidade/pós-modernidade.

Palavras-chave: Epistemologia. Sociologia. Modernidade. (Auto)evidência. Exclusivismo. Pós-exclusivismo.

Epistemologia e Modernidade: a produção do conhecimento entre a “mobilização copernicana” e o “desarmamento ptolomaico”.

Considerações preliminares: um breve histórico do problema.

O tema aqui em questão, embora candente e contemporâneo, remete ao desenvolvimento e às conquistas da ciência grega antiga entre o século III e II antes de Cristo – cujas figuras de destaque são Aristarco de Samos (310-230), Hiparco de Niceia (190-120) – e o século II depois de Cristo, com Ptolomeu de Ptolomaida (90/100-168/170). Constitui-se parte das conquistas a hipótese astronômica grega do geocentrismo, segundo a qual em torno da terra, giram as estrelas, o sol, a lua e os planetas, com movimento circular perfeito.

Com efeito, já neste período, houve a primeira tentativa revolucionária – sem sucesso – de defesa da concepção heliocêntrica do mundo, oito séculos antes de Nicolau Copérnico (1473-1543). Aristarco, o “Copérnico antigo” como muitas vezes é denominado, representa uma exceção ao “cientificamente correto” do período, ao sustentar a tese do heliocentrismo diante no pensamento geocêntrico grego: “Como registra Arquimedes, ele supôs ‘que as estrelas fixas são imutáveis e que a Terra gira em torno do Sol, descrevendo um círculo’” (REALE, 1990, p. 295). Entretanto, esta tese não se tornou um paradigma. Seu insucesso e seu bloqueio como verdade paradigmática cedeu espaço para a reimposição do geocentrismo em ascensão. A derrocada do heliocentrismo do “Copérnico antigo” é devida, principalmente, a Hiparco de Niceia que lhe desfere o golpe fatal, por um lado afirmando a “hipótese dos epiciclos” e, por outro, sustentando a “tese do excêntrico”. Além disso, “as razões que obstaculizaram o sucesso da tese heliocêntrica são numerosas: a) a oposição religiosa; b) a oposição das



seitas filosóficas, inclusive as helenísticas; a deformidade em relação ao senso comum, que vê o geocentrismo como muito mais natural” (*Ibid.* p. 295-295).

Extirpada a hipótese heliocentrista, o geocentrismo é afirmado como paradigma desde Hiparco até ganhar maior sistematicidade com Ptolomeu. Este, sobrevalorizando a experiência, demonstra que o céu é esférico e move-se circularmente; prova que a Terra é redonda pelo fato de observar que o sol, a lua e as estrelas não surgem e não se põem ao mesmo tempo para os que estão em pontos diversos da terra; observa que a terra está imóvel no centro, pois admitir seu movimento – seja de rotação ou de translação – seria afirmar o caos ao invés do cosmo, da ordem.

Para esta apresentação, nos interessa mais o período de tempo durante o qual vigeu histórica e culturalmente a concepção de mundo geocentrista – desde sua afirmação entre os gregos do século segundo antes de Cristo – do que seus aspectos teórico-formais. Isto porque sua afirmação como verdade e, conseqüentemente, sua impregnação na cultura ocidental, não somente ultrapassaria, de início, os limites da *dóxa* grega, mas, sobretudo, ascenderia ao *status* de *epistéme*, ainda que ancorada fortemente, e em grande medida, nos fundamentos da experiência. Sendo assim, o geocentrismo carrega consigo uma história de mais de 1400 anos, não somente desempenhando o papel de uma hipótese científica que não ultrapassa os limites da *theoria* grega, mas, sobretudo, o papel de uma visão de mundo, que, por sua vez, tem implicações no modo de como se conceber o homem, a ciência, a religião e deus. Nesse sentido, o geocentrismo não pode ser reduzido a simples teoria epistemológica, porque enquanto visão de mundo, constitui o pano de fundo e os pressupostos (psicológico, intelectual, cultural, religioso etc.) a partir dos quais a ação individual e social se desenrola. Este cenário, por sua vez, deve sua construção, não somente a partir do pensamento grego pagão, mas também e, principalmente, da tradição religiosa judaico-cristã. Com efeito, no que se refere à concepção de mundo geocêntrica, Judaísmo, Cristianismo e o pensamento grego se coadunam. É neste cenário no qual surge o astrônomo polonês Nicolau Copérnico, aquele que causaria uma revolução sem precedentes na história do pensamento ocidental, cujas implicações englobam tanto a



esfera intelectual quanto as esferas do religioso, do científico, do cultural (da arte), enfim, do social de forma geral, o que leva inevitavelmente, a ruptura epistemológica.

Com a publicação do *De revolutionibus* (1543), obra na qual Copérnico expõe a tese do heliocentrismo, se inicia o período denominando pelos historiadores de revolução científica. A principal característica desse poderoso movimento de ideias é a ruptura epistemológica operada pela sobreposição da tese copernicana ao geocentrismo, cuja principal consequência foi a transformação da imagem de mundo. Entretanto, não é apenas a imagem de mundo que se transforma. Vinculada a essa transformação, dá-se também a mudança – que também foi lenta e tortuosa, mas decisiva – das ideias sobre o homem, sobre a ciência, sobre o homem de ciência, sobre o trabalho científico e as instituições científicas, sobre a cultura, sobre as relações entre ciência e sociedade, entre ciência e filosofia e entre saber científico e fé religiosa (*Ibid.* p. 186.).

O objetivo deste trabalho é demonstrar, desde as reflexões do pensador alemão Peter Sloterdijk (1947) em seu ensaio “Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico” (1987), a relação existente entre epistemologia e Sociologia e, a partir disso, apresentar a problematização levantada pelo autor que, por sua vez, pode ser formulada na forma da seguinte questão: como o saber científico pode ser produzido ou reproduzido diante da ruptura epistemológica operada pela transformação copernicana da imagem de mundo, desde dois sistemas epistemológicos tão distintos? Noutras palavras, que formas são possíveis de ser adotadas ao pensamento pós-moderno (entenda-se pós-copernicano) para a produção do conhecimento?

A obra “Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico” é composta pelas seguintes partes: uma “Apresentação” e um “Posfácio” e quatro ensaios, cujos títulos são: “Esgotamento do modernismo estético e crise da consciência histórica”, “A saturação filosófica da estética e o moralismo hermenêutico”, o ensaio que dá título à obra e “Tonalidade como nova síntese”. Em seu conjunto, os ensaios representam reflexões do autor sobre a controvérsia contemporânea (de 1987) entre modernismo e pós-modernismo. O título do ensaio, homônimo ao da obra, expressa o ponto de partida do autor, a revolução copernicana, momento histórico da ruptura epistemológica que marca o momento em que Copérnico desativou a chamada visão de mundo ptolomaica e



o choque copernicano afetou todas as esferas da cultura. A arte, sem dúvida, é a esfera à qual Sloterdijk dedica substancial atenção nas reflexões contidas na obra, inclusive trata-se “ensaios estéticos”. Percebe-se a acentuada atenção a esta esfera, também, pela terminologia do autor, ao usar os termos modernismo e pós-modernismo e, ainda pelo fato de o autor afirmar que: “a extensão do efeito de choque copernicano é mais facilmente imaginável quando relacionado com o modernismo estético” (SLOTERDIJK, 1992, p. 59). No entanto, para fins de delimitação e em vista de perseguir o objetivo proposto neste trabalho, nos limitaremos, apenas, à análise do ensaio que dá títulos à obra. Isto porque, neste ensaio, aparece mais fortemente o vínculo entre epistemologia e Sociologia, tema deste trabalho.

Para perseguir o objetivo proposto, será apresentada a relação entre o conceito de modernidade e as categorias evidência e exclusivismo (I); em seguida serão mostradas as principais esferas nas quais se plasman os efeitos da mobilização copernicana (II); por fim, será apresentada a problematização feita pela autor dos ensaios, tendo em vista o vínculo entre epistemologia e sociedade (III).

I

No ensaio em questão, Peter Sloterdijk sustenta repetidamente a seguinte tese: “pós-modernismo no fundo não significa outra coisa que pós-exclusivismo... Pós-modernismo é, portanto, pós-exclusivismo... o pós-modernismo é um pós-exclusivismo, e *basta*” (Ibid., p. 49-54). No entanto, o que esta assertiva significa?

A Revolução Científica, movimento cultural e intelectual, iniciado com a publicação do *De Revolutionibus*, de Copérnico, foi o estopim para o surgimento da modernidade, entendida como uma forma original de pensar o mundo, o homem, a ciência, a religião e deus. Neste contexto, a cultura europeia experimenta algo semelhante ao que fora experimentado pelos gregos antigos quando da passagem do mito ao logos. A experiência é, em certa medida, de ruptura epistemológica. Isto porque diz respeito à mudança de paradigma na forma de conceber o mundo: ocorre a passagem da cosmovisão mítica para cosmovisão filosófica. No cerne desta ruptura se encontra o método de acordo com o qual cada visão de mundo opera: a primeira, é fundamentada



na imaginação, na fantasia, na magia, no irracional; a segunda, por sua vez, se baseia na razão, a partir da qual busca formular respostas para questões primordiais a respeito da origem do mundo, do ser humano etc. *Mutatis mutandis*, com o advento da modernidade acontece algo semelhante, não somente com relação à existência de uma ruptura epistemológica, mas também, com a presença de um exclusivismo exigido por cosmovisões mais avançadas do que aquelas às quais estas se sobrepuseram. Assim como a filosofia se afirmou, cultural e intelectualmente, em detrimento do mito, a modernidade se sobrepôs às formas de pensar pré-modernas. O exclusivismo aparece como consequência desta sobreposição. Sendo assim, a modernidade constituiria a categoria que, ao se apresentar como “nova” forma de pensamento, se autoexclui de formas consciências pré-modernas ou arcaicas e, simultaneamente, advogando para si tanto o elemento da originalidade quanto o da exclusividade, por meio dos quais seria possível sua autocertificação e sua autolegitimação.

A tese copernicana do heliocentrismo não traz consigo apenas um acontecimento heurístico de valor histórico-científico extraordinário e vertiginoso, mas também consequências trágicas. A maior delas é a derrocada do evidente. Mas, o que isso significa? A evidência constituía a característica principal da cosmovisão grega do geocentrismo, sistematizada por Ptolomeu. Segundo essa visão de mundo, é evidente que o sol nasce e se põe diariamente, que as estações do ano obedecessem a uma ordem natural, enfim, que a terra é imutável e estática, em torno da qual se movem estrelas, o sol e a lua. Esta evidência se apresentava como verdade apodítica comprovada tanto pela observação empírica cotidiana (não sentimos a terra se mover, pelo contrário vemos o sol nascendo e se pondo), quanto pela tradição religiosa judaico-cristã e pelo pensamento ocidental, de origem grega e latina. Logo, a história cultural do ocidente é a história cujo pano de fundo, é a evidência do geocentrismo, inclusive em suas implicações religiosas: a terra é o centro do universo e, com ela, o homem; é o centro do universo criado por deus em função de um homem concebido como ponto mais alto da criação, em função do qual estaria todo universo. O heliocentrismo copernicano inicia a derrocada desta visão de mundo, ao passo que abre o caminho para uma nova concepção de mundo caracterizada pelo exclusivismo pela ruptura histórica e



epistemológica como a consciência pré-moderna, a modernidade: “A modernidade desencadeou uma dinâmica que poderíamos identificar como eliminação do evidente” (*Ibid.*, p. 49).

No centro da dinâmica encontra-se a relação intrínseca entre exclusivismo e evidência. Isto porque as evidências eram suprimidas à medida que a exigência por exclusivismo era crescente e, em certa medida, natural para a modernidade. A eliminação das evidências, não traz implicações puramente teóricas, mas significava na prática, uma forte rejeição ao arcaico.

Todo naturalismo normativo é recusado, títulos de hábitos perdem sua vigência incontestada, os conceitos de origem perdem valor e as antigas evidências passam por análises desconfiadas em vista da possibilidade de facilitar nova usurpação do poder natural. A modernidade caracteriza-se pelo afeto anti-ontológico e rejeita a origem (*Ibid.*, p. 50).

Entretanto, ao advogar para si o caráter exclusivista com a mesma força e intensidade com a qual se buscou romper com as evidências, a modernidade “encontra-se na posição do aprendiz do feiticeiro que invocou espíritos mais forte do que seu próprio espírito entende” (*Ibid.*, p. 51). Com efeito, na medida em que o exclusivismo moderno suplantava as evidências, criava a partir de si mesmo, um pós-exclusivismo. Isto porque, uma vez eliminadas as antigas evidências do mundo ptolomaico, não existem mais nenhuma evidência, exceto a transformação da exclusão da antiga evidência em nova evidência. De fato, a revolução desencadeada a partir copernicanismo, fundada na cosmovisão heliocêntrica, embora desmentida pela experiência, é demonstrada pela astrofísica, ou seja, é submetida ao crivo da ciência moderna, o que a torna, paulatinamente, um paradigma, uma evidência.

A nova evidência, moderna em sua essência, não é constituída apenas de um simples paradigma científico, o heliocentrismo, mas, sobretudo, de suas implicações antropológicas, religiosas, teológicas, sociológicas e também científicas. A ruptura entre as duas cosmovisões precisa ser colocada em questão. Questões do tipo – como a terra não é mais o lugar privilegiado da criação e se ela não é diferente dos outros corpos celestes, então não poderia haver outros homens também em outros planetas? E,



ocorrendo isso, como poderia resistir a verdade da narração bíblica sobre a descendência de todos homens de Adão e Eva? Como é que deus, que desceu nesta terra para redimir os homens, poderia ter redimido outros eventuais homens? – tornam relevantes, à medida que passam a fazer parte da situação vertiginosa proveniente do choque copernicano.

Por outro lado, neste contexto de vertigem, a modernidade, excluída do pensamento tradicional e da ontologia – não somente excluída, mas mobilizada contra –, torna reflexiva e ao mesmo tempo auto reflexiva, o que caracteriza seu reivindicado exclusivismo como pós-exclusivismo, como nota o autor:

A modernidade deve aceitar que suas próprias questões sejam recolocadas outra vez... A segunda reflexão, pós-exclusivista, se interessa pelas evidências após o término das evidências, o que corresponde à vontade do mundo moderno de entender as consequências de suas rupturas (*Ibid.*, p. 51).

Com efeito, neste sentido, o pós-exclusivismo refere-se ao estado da modernidade no qual a própria modernidade – por meio do seu caráter essencialmente reflexivo e auto reflexivo – se empenha em produzir, seja na esfera científica, filosófica ou estética, discursos ou teorias, cujo objetivo é explicar as consequências da própria modernidade, em seus diversos movimentos intelectuais e culturais, como no modernismo filosófico, no modernismo da psicologia e da medicina, no modernismo estético e no modernismo sociocultural. Portanto, a autoconsciência do caráter exclusivista da modernidade cria um estado pós-exclusivista, na medida em que esta mesma modernidade aparece como auto reflexão crítica. Neste contexto, a modernidade é também pós-modernidade ou pós-modernismo, pois se empenha em ser uma teoria crítica de si mesma. Este processo se dá de forma semelhante, com a categoria copernicanismo, que ao se afirmar dentro da modernidade e das esferas no modernismo, torna-se pós-copernicanismo. É nesse sentido que deve ser compreendida a tese de Sloterdijk de que: pós-modernismo é, portanto, pós-exclusivismo.

II



O fim da evidência antiga e o aparecimento da evidência moderna, modernismo e exclusivismo como pós-modernismo e pós-exclusivismo respectivamente, são, segundo a tese de Sloterdijk, o que caracteriza a cosmovisão na modernidade. Os desdobramentos destes elementos são examinados pelo autor desde as seguintes esferas modernas: a filosofia, a psicologia, a medicina, a estética e a sociocultural. Estas esferas desempenham, segundo ele, o modo pelo qual o pensamento pós-modernista e pós-exclusivista se plasmam.

O modernismo filosófico, representado pelo filósofo alemão Emanuel Kant (1724-1804), demonstra a necessidade da revolução epistemológica, semelhante à de Copérnico, na produção do conhecimento científico. A filosofia kantiana da subjetividade exprimiu que o conhecimento científico seguro não deve ser produzido, nem somente a partir do sujeito, como defendiam os racionalistas de inspiração cartesiana, nem somente do objeto como sustentavam os empiristas ingleses. A grande contribuição kantiana neste aspecto foi apresentar a tese dos juízos analíticos *a priori*. Para Kant, o conhecimento científico não deve derivar somente do sujeito porque desta forma, somente juízos analíticos *a priori* são possíveis; nem derivar somente do objeto, o que resultaria somente em juízos sintéticos *a posteriori*, mas deve derivar dos juízos sintéticos *a priori*. A tese kantiana causa uma revolução no âmbito epistemologia semelhante a de Copérnico no âmbito da cosmovisão: “Não foi sem razão que a filosofia kantiana da subjetividade foi chamada de mudança copernicana do pensamento” (*Ibid.*, p. 58). No mais, “a filosofia precisava, após a Crítica da Razão Pura abandonar suas ilusões ptolomaicas e começar a perceber com lentes copernicanas” (*Ibid.*, p. 58).

Na esfera no modernismo na psicologia, Sloterdijk cita a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud que, opera uma mudança na forma como o homem se auto-concebia pessoalmente e concebia-se em sociedade. Ele afirma que, com a tese do inconsciente, Freud inicia “uma mudança copernicana com respeito à ilusão ptolomaica da consciência autotransparente e mostrou como a realidade de mecanismos mentais inconscientes é subjacente às autoconsciências” (*Ibid.*, p. 58).



No entanto, segundo o autor, o efeito do choque copernicano é mais facilmente imaginável quando relacionado ao modernismo estético. Com efeito, ocorre uma reviravolta na forma de fazer arte, quando se compara o antes e o a partir da ruptura epistemológica. A arte do antes era caracterizada pelo naturalismo e pela perfeita reprodução mimética da natureza concebida tradicionalmente, e em perfeita harmonia. Inclusive com produções que descreviam uma visão de mundo geocêntrica. A arte do a partir da ruptura, “rompe com os dogmas da arte fundada sobre a imitação da natureza e sobre as chamadas harmonias naturais” e mais: “refuta a suposição da existência de uma natureza identificável que pudesse ser imitada ou seguida” (*Ibid.*, p. 59). A estética moderna, desta forma, se insurge contra a arte pré-moderna sob a alegação de que uma arte que imita a natureza é falsa pela simples constatação de aquela concepção de natureza também o é, pois o que parecia ser evidente durante séculos, era, na verdade, um simulacro. Sendo assim, a arte moderna não somente rompe esses dogmas falsos, mas reivindica originalidade: “É como se a história da arte se iniciasse outra vez, ou melhor, não apenas outra vez, mas como se nunca antes tivesse existido arte” (*Ibid.*, p. 59). Daí, Sloterdijk afirmar que a modernidade estética é essencialmente um copernicanismo radical: “Guerra às naturalidades não é só lema da filosofia crítica mas também lema da arte moderna” (*Ibid.*, p. 60). Mais uma vez se sobressai o exclusivismo.

No âmbito modernismo sociocultural entram em cena os dois conceitos que aparecem no título da obra, a saber, mobilização e desarmamento. Para o autor, “revolução copernicana corresponde à mobilização do mundo e das representações do mundo até o ponto em que tudo se torna possível. Este ponto pode ser traduzido pela vertigem total” (*Ibid.*, p. 62). Como entender esta mobilização? O choque copernicano demonstrou que não percebemos o mundo como é, mas que precisamos imaginar a sua realidade pela reflexão, contrariando a impressão dos sentidos para compreender como ela é. Eis o dilema: “quando o sol se levanta, o sol não se levanta. Não há correspondência entre a nossa visão e a razão informada pela astrofísica” (*Ibid.*, p.56). A mobilização refere-se ao empenho realizado pelo copernicanismo em vista da derrocada de uma visão de mundo que, a partir de então, perdeu sua evidência. O



objetivo desta mobilização era destronar cosmovisão ptolomaica vigente, e com isso, eliminar algumas de suas principais características.

O choque copernicano do descentramento mostra-se onipresente e afoga no mar agitado de tempestades descentradas o que pensava ser foco, pólo, evidência, e centro auto-referente... Dissolve irremediavelmente as culturas tradicionais do planeta; mistura todas as formas até então autóctonas... gera nas artes e nas técnicas potenciais construtivos tão milagrosamente complexos que mesmo copernicanos antigos audaciosos sentem vertigem” (*Ibid.*, p. 60).

Entretanto, esta mobilização traz consigo uma consequência lógica, a saber, a vertigem, em seu significado etimológico. Mas, não somente no sentido de um turbilhão, revolução ou movimento, e sim principalmente no sentido de perda momentânea de autocontrole, de tentação súbita e de desvario. Portanto, a vertigem corresponde à sensação mais típica da modernidade, porque aquele que a experimenta, sente ímpeto revolucionário, mas ao mesmo tempo, sente a instabilidade e a incerteza provenientes da ruptura epistemológica copernicana. “Tomados pela força dessa vertigem, sentimo-nos simultaneamente solidários e perturbados com essas condições explosivas; sentimo-nos penetrados e rejeitados” (*Ibid.*, p. 62). Esta vertigem, por sua vez, ao tempo que é uma consequência lógica da mobilização, é também a sensação que leva ao desarmamento ptolomaico. Afinal, “no sujeito copernicano contemporâneo sobrevive um ptolomeu eterno” (*Ibid.*, p. 62). Mas, em que consiste este desarmamento?

Chamo ‘desarmamento ptolomaico’ esta volta consciente da vertigem copernicana de representação para a nova consciência antiga. Também neste caso uso um termo da esfera militar porque o processo da modernidade em seu conjunto pode ser, sem dúvida alguma, entendido como espécie de guerra, armamento, manobra, exercício, mobilização em vista ‘concretização’ dos potenciais num Combate último (*Ibid.*, p. 63).

O desarmamento refere à posição na qual, por causa do sentimento de vertigem cognitiva, o sujeito moderno se percebe órfão das evidências antigas e, ao mesmo, sente o vazio epistemológico proveniente ruptura provocada pelo choque copernicano.



III

Peter Sloterdijk, ao analisar o problema da produção do conhecimento levando em consideração a distinção entre dois sistemas epistemológicos – o pré-moderno denominado ptolomaico e o moderno ou pós-moderno chamado por ele de copernicano – provoca a seguinte reflexão: que rosto ou forma assume a arte e a ciência (entenda-se o conhecimento artístico e o conhecimento científico) neste contexto de ruptura, embora estando os dois sistemas, segundo o autor, situados numa linha tênue. O autor recorre aos conceitos “mobilização” e “desarmamento”, próprios do âmbito militar que, neste contexto, denotam ações militares complexas e de grande intensidade. Desta forma, a mobilização copernicana é apresentada como uma figura de linguagem para expressar a força e intensidade típicas do aparato técnico-cognitivo da ciência moderna, em seu novo modo de enxergar a arte, a religião, a filosofia, a cultura e o mundo de forma geral. Portanto, o objetivo inerente à mobilização científico-copernicana é o elemento da técnica e da formalidade, a partir do qual a ação é pré-meditada, organizada, planejada e executada, em vista de sua própria eficácia e efetividade, de forma bem sucedida. Neste caso, quanto mais planejada teórica e tecnicamente for a ação, mais racional e com maior possibilidade de êxito ela será. É nisto em que consiste a ação da ciência moderna expressa pelo pensador alemão pela conceito de mobilização copernicana.

Em contrapartida, a categoria “desarmamento ptolomaico” se apresenta como o estado do pensamento anterior à mobilização e, em certa medida, como a condição potencializadora desta mesma mobilização. Logo, corresponderia àquela fase que deveria ser necessariamente superada pelo espírito do tempo moderno, técnico e racional. Porém, com a perda da racionalidade substantiva e, conseqüentemente, do referencial de orientação, típicas das imagens de mundo pré-modernas (a visão de mundo ptolomaica, por exemplo), o pensamento moderno (ou pós-moderno desde seu surgimento com a revolução copernicana, como sugere Sloterdijk) experimenta não somente o vazio de uma imagem de mundo desprovida de elementos orientadores



próprios das imagens de mundo arcaicas, mas também a necessidade de colocar sua ação no âmbito da linha tênue entre estas duas rupturas epistemológicas.

Segundo o autor, a prova disso é o debate, não muito recente (o ensaio é de 1987), porém, não menos importante e atual, em torno da produção científica, do contexto da descoberta, dos limites entre saberes científicos e não-científicos e da demarcação entre ciência e não-ciência, candentes desde do positivismo lógico do círculo de Viena e do racionalismo crítico de Karl Popper, até a relação entre a Ciência e o seu desenvolvimento na história, desenvolvida por Tomas Kuhn e Imre Lakatos. Portanto, o desarmamento que nunca poderá ser completo, não se trata de um retorno à época de Ptolomeu, pois o pensamento jamais conseguirá se recompor ignorando séculos de sua conformação copernicana. É exatamente nesse ponto – na mescla entre elementos da mobilização tremenda, mas repleta de um desarmamento – que surge a problematização proposta por Sloterdijk, que soa como um convite à reflexão: como o saber científico pode ser produzido ou reproduzido diante da ruptura epistemológica operada pela transformação copernicana da imagem de mundo, desde dois sistemas epistemológicos tão distintos? Noutras palavras, que formas são possíveis de serem adotadas ao pensamento pós-moderno (entenda-se pós-copernicano) para a produção do conhecimento? Como ultrapassar as dicotomias, levando em consideração que “o pensamento contemporâneo se encontra nesta fragmentação múltipla”? (*Ibid.*, p, 56).

REFERÊNCIAS

- ANTISERI, D.; REALE, G. **História da Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 1990. (3v.).
- SLOTERDIJK, P. **Mobilização copernicana e desarmamento ptolomaico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.



Documento, Verdade e Ficção na Historiografia

Victor de Vargas Giorgi

Resumo

Enquanto historiador que compreende a necessidade de manter diálogos com os cientistas sociais, pretendo, neste trabalho, discutir as transformações ocorridas na relação entre os historiadores e seus principais vínculos com o passado, os documentos, bem como a questão da verdade e da ficção na historiografia. Para tanto, analisarei os principais aspectos do paradigma historiográfico tradicional do século XIX e sua superação através dos *Annales*, para chegar, por fim, aos debates em torno do pretense conhecimento objetivo do passado por parte da ciência histórica, promovidos principalmente a partir de 1970, com clara influência de intelectuais das Ciências Sociais e com repercussões ainda visíveis nas instituições profissionais. Desta forma, busco ressaltar que reconhecer a dimensão retórica e narrativa de disciplinas como a História e as Ciências Sociais não significa negar-lhes sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles.

Palavras-chave: documento; ficção; historiografia; verdade.

Após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica (CARRERI, apud. In: BENATTI, 2000, p.87).

O oitocentos foi um século de profundas transformações técnico-científicas e sociais. Em tal cenário, a influência do cientificismo e o desenvolvimento das ciências naturais marcaram profundamente a escrita da história. De acordo com Allan Megill



(2013), autor do prefácio do livro *Lições de história*, organizado por Jurandir Malerba, o paradigma tradicional²⁵² pressupunha três exigências, a saber: toda a ciência deveria ser baseada em uma coleção de fatos reunidos de modo neutro e objetivo; toda a ciência deveria enfatizar generalizações que poderiam ser proclamadas na forma de leis; e as ciências não deveriam buscar recursos na “metafísica”. Tal prática historiográfica, chamada de positivista por muitos, promovia uma história majoritariamente política, priorizando fatos referentes à diplomacia, às guerras e aos governos em um contexto em que os Estados-nações estavam se formando e consolidando na Europa. A partir da minuciosa e exaustiva descrição dos acontecimentos, eram estabelecidas relações de causa e consequência, produzindo uma história linear. Com o propósito de garantir a cientificidade de seu saber, ao mesmo tempo em que promoviam um distanciamento em relação às demais áreas do conhecimento, os historiadores consideravam como fontes somente documentos escritos oficiais, os únicos considerados verdadeiros:

(...). Para esse tipo de história, fundada no estilo narrativo próprio do romance, os seus objetivos de estudos são exatamente aqueles que se referem à política enquanto manifestação das etapas de consolidação do Estado nacional e a expressão das liberdades humanas, confluindo para a exaltação dos grandes homens e suas ações conscientes. Por meio da noção de fato histórico e da crença no progresso contínuo, apreendido por meio da abordagem cronológica do tempo histórico, ao historiador caberia restituir o passado integralmente contido nos documentos escritos e oficiais, isto, é produzidos pelo próprio poder político, atribuindo ao relato histórico a dinâmica causal e a mecânica da história das origens (CORDEIRO JR, 2013, pp.468-469).

Ainda no século XIX tal forma de escrita do passado foi criticada por inúmeros pensadores. Todavia, somente no século seguinte é que o paradigma em questão viria a ser plenamente confrontado e superado. A história tradicional e sua razão metódica

²⁵² Por mais que a história política tenha sido hegemônica no século XIX, é importante destacar que ainda naquele século estudos com outros enfoques, como o cultural, nortearam pesquisas, planos de curso, entre outros, sendo uma dimensão de análise importante. Buscando olhares alternativos aos trabalhos de Leopold Von Ranke, bem como dos demais estudiosos tidos como positivistas, intelectuais como Jacob Burckhardt, Johann Gustav Droysen e Aby Warburg compreenderam a necessidade de interpretar o passado, não se furtando a uma mera descrição dos fatos históricos, utilizando em seus trabalhos fontes diversas, o que levava elementos da “alta cultura”, como obras artísticas, a emergirem como documentos passíveis de serem proficuamente explorados. Da mesma forma, não podemos nos esquecer das produções de Karl Marx, orientadas principalmente para as dimensões social e econômica da realidade.



entraram em colapso principalmente a partir da emergência, em 1929, dos *Annales* de História Econômica e Social, cujos fundadores foram os eminentes historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Estes criticaram inúmeras características da história tradicional, dentre elas a narratividade, a linearidade, o enfoque político, a pretensa neutralidade do pesquisador diante de seu objeto, a primazia dos fatos e a crítica somente externa dos documentos. Assim como salienta Carlos Aguirre Rojas (2013), ainda em *Lições de história*, Bloch e Febvre propuseram um novo paradigma de uma história que passou a ser interpretativa, comparativa, global e concebida como uma “história-problema” e como uma história em construção. Ademais, outros aspectos imprescindíveis dos *Annales* são o reconhecimento da influência do presente no ofício do historiador, a abertura do diálogo entre a história e as demais ciências humanas, o estudo do passado a partir de um enfoque socioeconômico e de longa duração e a flexibilidade da noção de “verdade histórica”, cujo caráter parcial e provisório foi reconhecido. Diante da dissolução do modelo metódico e com a emergência de uma nova prática historiográfica a relação entre os documentos e os historiadores foi alterada. Além da compreensão de que os textos estão impregnados com a subjetividade de seus produtores, a noção de documento deveria ser alargada, sendo considerados como testemunhos do passado documentos escritos de ordens diversas, além de outros vestígios. Como salienta Febvre (1985):

Os *textos*, sim: mas são textos *humanos*. E as próprias palavras que os homens formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história. soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes. Os textos sem dúvida: mas *todos os textos*. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro, um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – tido o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas também um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência... Os textos, evidentemente, mas *não apenas os textos*. Também os documentos, sejam de que natureza forem (...). A história que se edifica, sem exclusão, com tudo o que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento... (FEBVRE, 1985, p.24).



Esta rica ampliação de possibilidades de interação entre os historiadores e os documentos obteve crescente força ao longo das décadas, sendo hoje consideradas como fonte depoimentos orais, fotografias, diários, jornais, objetos do cotidiano, entre outros, indo além, portanto, não somente do documento de caráter oficial, mas também dos “grandes monumentos”. O estatuto científico da disciplina, no entanto, foi reforçado e obteve maior legitimidade, já que Bloch e Febvre procuraram refutar o caráter narrativo de sua prática em lugar de um saber crítico. É imprescindível também ressaltar, ainda que *en passant*, que a erroneamente chamada “Escola dos *Annales*”, quando analisada atentamente, apresenta uma grande semelhança com as teses centrais e com os preceitos metodológicos do projeto marxista, também original, fundador e extremamente influente na historiografia, como destaca enfaticamente Eric Hobsbawm.

Roger Chartier (2010), em sua obra *A história ou a leitura do tempo*, destaca que na década de 1970 os estudiosos Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau procuraram evidenciar a dimensão retórica e narrativa da história, fomentando intensos debates nas décadas seguintes que geraram o que muitos observaram ser uma crise da ciência histórica. De acordo com Veyne (1971), a história é antes de tudo um *relato*, e o que os historiadores concebem como explicação nada mais é que a maneira de organizar uma narrativa coerentemente, criando uma trama compreensiva. Por sua vez, White (1973) entende que as produções historiográficas possuem as mesmas fórmulas da retórica e da poesia clássicas, isto é, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, e que o discurso histórico, o mito e a ficção compartilham uma mesma ordem: “a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos” (WHITE, 2001, p.105). O estudioso ressalta que até a Revolução Francesa²⁵³ a historiografia, iniciada ainda na Antiguidade,

²⁵³ Analisando a combinação do “espaço de experiência” e do “horizonte de expectativa” das coletividades humanas ao longo da história, Reinhart Koselleck compreenderá que até meados do século XVIII, o termo história (*Historie*) era sempre usado no plural para designar narrativas particulares, descosidas entre si. A função dessas narrativas era prover exemplos de vida a serem seguidos pelos contemporâneos, sendo a história uma “mestra da vida”. Portanto, o presente era norteador pelo passado. Todavia, a partir da Revolução Francesa e de seus desdobramentos – que não poderiam ser encontrados em exemplos passados – e do Iluminismo, que irá propor o conceito *Geschichte* em lugar da *Historie*,



era considerada uma arte literária, mais precisamente um ramo da retórica, com sua parcela de ficcionalidade reconhecida e que, portanto, a ruptura entre a História e Literatura foi efetuada “recentemente”. Ademais, o autor relativiza a pretensão que muitos historiadores alimentam de alcançar um passado efetivo:

(...). “história” é o tema desse aprendizado que só é acessível por meio da linguagem; nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”; e essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. (WHITE, 1991, p 31).

Enfocando de forma mais detida os pensamentos de De Certeau (1975), percebemos que o intelectual, conhecido por atravessar sem receios as fronteiras entre os diversos saberes, observa que a escrita da história se encontra entre a ciência e a ficção, já que o passado representado pelos trabalhos dos historiadores oculta as condições (socioeconômica, política e cultural) reais de sua produção. Para o autor a historiografia possui uma historicidade que é camuflada, *recalcada*, enquanto o discurso histórico aparente é imperativo e eficaz. Esse discurso, elaborado nas instituições em etapas que nos remete às de uma usina, ao propor o acesso ao “real” acaba por fabricá-lo, garantindo credibilidade e podendo ser utilizado para múltiplos fins: “(...) a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber” (DE CERTEAU, 1975, p.111). Desta forma, o intelectual compreende que a historiografia “erudita” e a historiografia “cotidiana” estão dentro de um mesmo conjunto de textos que relatam e interpretam acontecimentos, e que não há, portanto, como definir qual discurso é mais válido. O que ocorre é que a parcela “erudita” da historiografia dispõe de técnicas particulares que a diferencia das demais modalidades de discurso. A diferença entre a ficção e a produção historiográfica “erudita” é que a primeira *informaria do real* sem ter a pretensão de

designando uma sequência unificada de eventos que passam a representar a marcha da humanidade, a relação do homem com o tempo mudará. Dessa forma, a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, e mais que uma alteração dos significados tradicionais, ela representa uma revolução nas maneiras de se conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar.



representa-lo ou garantir sua legitimidade nele. Isso não quer dizer que o intelectual francês se posicione de forma contrária às instituições nem que acredite que a história não possui sentido, e sim que é preciso elucidar as associações entre conhecimento e relato, prova e retórica e saber crítico e narração presentes na escrita da história.

A História não é científica, se por científico se entender o texto que explicita as regras da sua produção. É uma mistura, é ficção científica, em que a narrativa apenas tem a aparência do raciocínio, mas que também não é menos circunscrita por controles e possibilidades de falsificação. Assim se entendem as citações, as notas, a cronologia, todas as manhas que apelam para a credibilidade ou para as “autoridades” (DE CERTEAU, p.39).

Tais ideias vão ao encontro de determinados pensamentos foucaultianos contidos em *A ordem do discurso*, discurso proferido pelo filósofo francês em sua aula inaugural no *Collège de France*. Michel Foucault pretendeu apresentar a sua hipótese de que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos. Torna-se válido para o presente texto destacar o princípio de rejeição à mentira e o que o estudioso chama de “vontade de verdade”. De acordo com Foucault há séculos as sociedades ocidentais se preocupam em excluir o discurso falso em prol do verdadeiro. Tal vontade adquiriu maior força a partir da institucionalização dos saberes, passando a exercer uma coerção cada vez mais intensa aos discursos. É interessante ressaltar que essa “vontade de verdade” (continuamente fortalecida em nossa sociedade) não é rígida, pois se transforma de acordo com as indagações, pressupostos e técnicas de uma época. O autor lembra que apesar das ideias de Mendel terem sido posteriormente consideradas corretas, elas não foram aceitas em seu contexto de produção, pois não estavam inseridas no “verdadeiro” do discurso biológico de seu tempo. Diante de tais evidências, Foucault propõe aos seus alunos questionar essa “vontade de verdade”, restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento. Desta forma, embora a existência de uma verdade absoluta tenha sido refutada reiteradas vezes pelas mais diversas correntes historiográficas do século XX, verificamos que o desenvolvimento da História



enquanto disciplina é permeado pela intenção dos estudiosos de destacar o falso, o ficcional daquilo que é plausível e aceitável em termos históricos.

O questionamento da pretensa objetividade do conhecimento histórico levou determinados estudiosos a situarem as produções historiográficas no mesmo patamar das obras literárias e dos relatos míticos, relativizando de forma geral todos os trabalhos da disciplina em questão e esvaziando a cientificidade da história. O passado que os historiadores estudam seriam então constructos de suas mentes. Como explicita Chartier (2010), esta interpelação provocou uma profunda preocupação, posto que os historiadores haviam intentado retirar sua pertinência à classe dos relatos, apagando as figuras próprias de sua escritura. Diante desta “máquina de guerra cética” pós-modernista do “giro linguístico” (utilizando as palavras de Chartier), diversos historiadores reafirmaram a cientificidade de seu ofício, bem como sua importância para a sociedade, propondo, em muitos casos, métodos alternativos para uma refundação epistemológica do regime próprio da história.

Como primeiro exemplo, Carlo Ginzburg, um dos principais nomes da *microstoria* italiana, ressaltou que reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles e que, portanto, o conhecimento histórico é factível. A proposta de Ginzburg (1989) é o retorno a um paradigma alternativo, designado como *indiciário*, que apesar de amplamente utilizado, por muito tempo não foi teorizado explicitamente. Segundo o intelectual, tal paradigma surgiu de forma sistemática nas ciências a partir da segunda metade do século XIX, sendo utilizado por Morelli, Freud e Conan Doyle em seus diversos trabalhos, ainda que praticado pelos humanos desde o início dos tempos. Morelli procurou saber com precisão diferenciar pinturas originais e falsificações analisando detalhes que eram facilmente ignorados por outros estudiosos do assunto. Assim, a maneira singular como os artistas pintavam os lóbulos das orelhas, dedos e unhas dos personagens representados era, em determinados casos, mais importante de ser observada que os principais elementos das obras, já que os falsificadores poderiam incriminar-se nesses



pequenos detalhes. Por sua vez, Freud, que nutriu grande admiração pelas ideias de Morelli, lançou mão do paradigma indiciário em suas análises clínicas, procurando descobrir sintomas de transtornos psicológicos em suas pacientes histéricas a partir da análise de indícios como, por exemplo, atos falhos e repetições compulsivas. Por fim, Sherlock Holmes, consagrado personagem de Conan Doyle, concluía favoravelmente seus diversos casos atendo-se aos mínimos detalhes, como as cinzas de um cigarro, a marca de um batom ou de uma aliança. Tanto o psicanalista como o estudioso das artes e o escritor trabalharam a partir de um método de conhecimento cuja força está na observação do *pormenor relevador*. A micro-história se serve deste método indiciário, o que aproxima o historiador do detetive, que minuciosamente segue rastros para chegar a uma descoberta impactante, e, portanto, o instrumento analítico em questão possibilitou uma profícua ampliação de temas na história, a partir da análise de casos particulares que até então passavam despercebidos pelos historiadores mais atentos a estudos quantitativos e de longa duração.

Ratificando a opinião de Ginzburg, Eric Hobsbawm (1998), em sua obra *Sobre História*, defende vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real. Apelando para a “supremacia da evidência”, o historiador marxista inglês acredita ser possível separar o fato comprovável da ficção, construindo declarações históricas sujeitas a verificação a partir de uma metodologia própria:

Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu, mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão (HOBSBAWM, 1998, p.8).

É fundamental destacar que Hobsbawm, um dos mais influentes intelectuais marxistas do século XX, destaca a importância e a responsabilidade dos historiadores em evidenciar os abusos cometidos pelas ideologias de intolerância, que ao utilizarem e distorcerem os acontecimentos passados para obter legitimidade acabam por “colocar vendas” nas coletividades. Nesta perspectiva, o dever do historiador passa, portanto,



pela prática de expor o caráter construído da memória, revelando suas fraquezas e sua instrumentalização. Desta maneira, podemos afirmar que Hobsbawm responde às questões propostas pelo “giro linguístico” reafirmando a necessidade de uma escrita da história engajada, que esteja comprometida com a mudança social, e que não deve ser concebida como uma advocacia política, isto é, como uma forma de atuação cega destinada à comprovação das concepções particulares do estudioso. Na obra *Sobre História*, Hobsbawm (1998) ressalta que o desenvolvimento das Ciências Sociais foi inseparável do engajamento, e que este é positivo na medida em que provoca avanços, incentivando mudanças dos termos do debate científico, propondo novos tópicos, perguntas e modelos de resposta ao utilizar suas experiências enquanto pessoa, cidadão e sujeito de uma dada época.

Ao seu turno, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), em sua obra *A arte de inventar o passado*, afirma que existe um caráter artístico e poético na prática historiográfica e que a história e a literatura devem ser pensadas de forma articulada. Para o autor, a interpretação da história é a imaginação de uma intriga, de um enredo dos fragmentos de passado que o historiador possui em suas mãos. Todavia, e semelhantemente às perspectivas dos demais autores aqui referenciados, isto não significa esquecer o compromisso dos historiadores com a produção metódica de um saber, com o estabelecimento de uma pragmática institucional que ofereça regras para a produção deste conhecimento, pois não devemos abrir mão também da dimensão científica que o ofício possa ter.

Podemos concluir que se por um lado as aproximações entre história e ficção suscitaram uma profunda preocupação entre os historiadores, cujo saber já havia conseguido se desvencilhar de uma pertença à classe dos relatos, deixando de lado uma maior reflexão sobre determinados elementos da operação historiográfica e reivindicando seu cientificismo, por outro, as respostas dos historiadores aos levantamentos e críticas propostos pelo “giro linguístico” resultaram no fortalecimento e na reafirmação do saber historiográfico. Além do reconhecimento das dimensões retórica e narrativa inerentes ao ofício, a “crise” experimentada pelos historiadores foi



fundamental para que a operação historiográfica fosse repensada e impulsionou o estudo de novos temas por meio de abordagens até então negligenciadas ou pouco convencionais. Neste contexto, diversos estudiosos da História procuraram realizar interlocuções com a Literatura, a Antropologia (principalmente a Antropologia simbólica de Clifford Geertz e Marshall Sahlins), entre outras disciplinas:

Independentemente das avaliações que possamos fazer das polêmicas produzidas pelo Giro Linguístico, a historiografia que hoje praticamos foi profundamente afetada por ele. Uma melhor compreensão dos aspectos não representacionais da linguagem revelou ao historiador uma nova extensão da realidade. A forma como lemos os textos transformou-se, não estamos mais limitados aos seus conteúdos imediatos, aprendemos a perguntar por estruturas e fenômenos da linguagem, pela dimensão performativa dos discursos. Não apenas decifrar o sentido, mas descrever seus significados contextuais. A noção de contexto deixou de coincidir com o enquadramento dos objetos no estado-da-arte da história social; ele foi desnaturalizado, tornando-se um problema/objeto da pesquisa. No lugar do famigerado “contexto histórico”, aprendemos a desconstruir as imagens historiográficas e apontar novos problemas. Os diferentes campos da historiografia são afetados de modo distinto, mas na medida em que esse outro continente vai revelando sua extensão, os resultados dessas pesquisas afetam nossa compreensão da história (ARAUJO, 2010, p.13).

Permanece, em última análise, a importância do conhecimento histórico, a despeito da impossibilidade de se chegar a uma verdade absoluta dos acontecimentos, como um dos elos mantidos pelas sociedades no presente com o passado, os quais se encontram em permanente construção.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A arte de inventar o passado: ensaios de Teoria da História*. São Paulo: Edusc, 2007.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Dossiê: a historiografia em época de crise: 1750-1850. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, número 4, março. 2010.

CARRERI, Márcio. *Um poeta no front: Oswald de Andrade e sua produção literária*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Sérgio Augusto Queiroz Norte.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.



- CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. Lucien Febvre e Henri Berr, História. In: MALERBA, Jurandir (Org). *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.
- _____. A história: uma paixão nova. In: LE GOFF, Jacques *et al* (orgs.). *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 9-47.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MEGILL, Allan. Introdução. In: MALERBA, Jurandir (Org). *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

GT 09: Povos Indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação

ÍNDIOS CIDADINOS NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

PATRÍCIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO

Este artigo pretende discutir a construção da pessoa e a lógica da alteridade formulada pelos índios no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na atualidade e também apresentar a etnografia em andamento nestas regiões mineiras. Justifico ainda, que este trabalho é um patrimônio documental e ancestral em que todos os povos indígenas que estão participando desta pesquisa são os verdadeiros autores, por serem os índios sujeitos de sua própria história; o



antropólogo então, neste caso está retratando esta realidade indígena aqui nestas regiões mineiras.

Esta é uma vivência urbana de característica multiétnica, e multicultural em que muitas famílias indígenas estão buscando representação política através de movimentos sociais de luta por moradia na cidade ou pela terra, bem como, pela Associação Indígena Andaiá Araxá, como é o caso dos descendentes dos Katú-Awá-Arachás e de outras etnias . Assim, no trabalho de campo, percebe-se que há uma multiplicidade de constituição de vínculos de afinidade política, social e cultural que está em rede.

E a migração indígena para as cidades, é um fator importante na nova reconfiguração de organização social nestas situações multiétnicas, porque, os descendentes, as famílias e grupos indígenas buscam reconstruir identidades e lutam por reconhecimento oficial através da atuação cultural e política via movimentos sociais e associações indígenas.

Nas regiões em estudo, está sendo feito o mapeamento do parentesco, que está sendo muito importante para entender esta questão da migração, as origens étnicas, a composição social das famílias, o lugar social que os atores ocupam nesta nova organização social e o processo de transformação social, nas novas formações identitárias, que pode contribuir com os índios citadinos nestas regiões para um empoderamento político que os possibilita lutar em rede pelos seus direitos através do uso da sua autoimagem diante de instâncias diversas.

O processo migratório indígena para a cidade faz com que as relações estabelecidas entre índios e não-índios passem a ser constituídas assimetricamente e isso pode ser apreendido no âmbito simbólico tendo como um de seus efeitos a diluição da identidade étnica e naturalização da diferença étnica, o que pode contribuir para a atenuação dos estigmas.

Pensar a alteridade destes índios e descendentes indígenas na cidade, é também entender que a vivência urbana, influencia nos traços culturais originários ,porque esta impulsiona a adoção de novas maneiras de viver, por ser a cidade uma realidade muito diferente da que se refere às comunidades ,às aldeias.

Assim, esta etnografia tem sido realizada em cidades diferentes, assentamentos dos movimentos sociais de luta pela terra, em acampamentos de movimentos que lutam por moradia e em bairros diversos.



Porque no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não existe uma área urbana específica para as famílias indígenas que migram para a região e descendentes indígenas, e também terra indígena demarcada, talvez porque ainda não existe um reconhecimento oficial para que esta ocorrência. Contudo, nessas regiões mineiras, o uso da auto-imagem pode ser um instrumento de luta política e de afirmação de identidade étnica.

Assim, três questões foram formuladas : como pensar o índio na cidade ? Em que lugar situa esta construção no âmbito da historicidade dos índios urbanos ? E além disso, como pensar esta construção e esta lógica no plano do discurso?

Para Novaes (1993), no seu memorável trabalho entre os Bororos; a representação de si é relacionada com a que é realizada frente ao outro, e que há uma interdependência nesta representação de si diante dos demais outros que compartilham de determinados contextos. O que permite a reconfiguração da representação de si diante dos outros, bem como da autoimagem.

Considera também que a auto-imagem é constituída através do jogo de espelhos, uma forma metafórica é possível e viabilizada, porque segundo suas colocações, pensar o *espelho* como metáfora permite o entendimento da auto-imagem de uma sociedade . Para a autora,

“[...] a compreensão da auto-imagem de uma sociedade é procurar enveredar pelos processos de reflexão e especulação que ela elabora sobre si, a que o próprio espelho lhe induz. O jogo de espelhos é assim, uma metáfora que me parece bastante adequada para ilustrar, tanto o processo de formação, quanto o de transformações da auto-imagem de uma sociedade em contato com grupos sociais diferentes de si própria [...]”. (p.108)

Sendo assim, tem como objetivo elaborar uma análise relacionada com a discussão sobre a dinâmica da construção da pessoa e da lógica da alteridade por meio da representação de si, na perspectiva de compreender as relações do “*eu com o outro*”. Uma vez que, nestas relações , aparecem determinadas *diferenças* que tem características performáticas impressas na atuação.

De acordo com (SEEGER;DAMATTA, VIVEIROS DE CASTRO, 1979) , este conceito está unido aos papéis sociais que o indivíduo desempenha conforme a variação historicamente existente nas diferentes sociedades.O indivíduo, então aparece como pilar desta concepção de pessoa, o indivíduo com as suas prerrogativas ocidentais.



Tomemos, então de empréstimo, as considerações dos autores, as quais ;

“[...] Não há sociedade humana sem indivíduos. Isto porém, não significa que todos os grupos humanos se apropriem do mesmo modo infra-estrutural. Existem sociedades que constroem sistematicamente, uma noção de indivíduo onde a vertente interna é exaltada (no caso do Ocidente) e outras onde a ênfase recai na noção social de indivíduo, quando ele é tomado pelo seu lado coletivo: como instrumento de uma relação complementar com a realidade social . É isso que ocorre nas sociedades chamadas “tribais” e é aqui que nasce a noção básica de “pessoa” que queremos elaborar [...]”.

(P.04)

Assim, conforme explicado pelos autores, existem outras formas de pensar a formação do indivíduo em meio à estruturas sociais diferentes das ocidentais, que se baseiam não no indivíduo em si, “particularizado” no meio social, mas no indivíduo como parte integrante do coletivo. Mas, para discutir esta construção, no caso do movimento indígena, não entraremos na discussão sobre a constituição do corpo.

Para tanto, justifica-se que a noção desta elaboração sobre a concepção de pessoa aqui pensada, se difere da noção de pessoa que existe nas sociedades “tribais”, conforme analisadas pelos autores. Porque supõe-se que no caso dos índios urbanos, e mais especificamente os que compõe o movimento indígena mencionado anteriormente, esta ocorre através do discurso político, assim como a lógica da alteridade pautados na autodeterminação e representação de si.

O movimento indígena, proporciona esta construção, uma vez que, é um grupo difuso composto por etnias diferentes. (GONÇALVES; HEAD, 2009) ressaltam que a auto-imagem é, portanto, uma imagem que contém o devir; o “devir-imagético”.

O *devir-índio*, considerando a vivência urbana e a organização do grupo em torno do movimento social indígena ocorre diferentemente daquele propriamente existente nas aldeias, porque a construção da auto-imagem do índio citadino decorre em condições e aspectos específicos. Velho (2009) afirma que;

“[...] as relações entre as diferentes categorias sociais dão-se num processo dinâmico em que as variáveis econômicas, políticas e simbólicas geram novos significados continuamente[...]” . (p.13)



Este devir também proporciona uma forma de historicidade diferente, porque há a apropriação do modo de vida urbano neste deve ser consideradas também as circunstâncias sociais, políticas, espaciais e econômicas.

Levi-Strauss (1976), discute a importância de se entender a historicidade dentro do universo da diversidade, para o autor, a história dos homens, nunca foi o problema da Antropologia, pois, a historicidade representa os fenômenos culturais e sociais, aos quais contém o devir histórico.

Então, a história como modelo interpretativo corresponde a ordenação simbólica da historicidade. Contudo, uma questão central para a Antropologia, é pensar, é delimitar a historicidade dos homens, pensando na relação subjetiva e como é concebida a relação com o tempo e com a temporalidade, porque o homem pensa durante e no decorrer inevitável do tempo.

Refletindo então, sobre esta importante análise de Levi-Strauss, pensar sobre o lugar social do índio na cidade, permite também refletir sobre os desdobramentos sociais e políticos que o movimento indígena do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba vem desempenhando no decorrer de sua existência e o que isto implica nas construções identitárias, levando em conta a história deste grupo social, uma vez que estão diluídos em meio aos demais grupos urbanos, cabendo observar que, o índio está na história.

E o processo de colonização do território, que pode ser analisado a partir do séc. XVII e que desde seu início vem promovendo aos índios diversas situações desfavoráveis à sobrevivência e de preservação da identidade cultural.

Os índios citadinos estão também compartilhando do modo de vida urbano e se organizam sócio-espacialmente no espaço urbano em meio à dinâmica segregacionista. Os índios tem direito à cidade.

Novamente, pensar o índio na cidade, significa também analisar a remanescente indígena tanto enquanto fator de desdobramentos coloniais, quanto fatores derivados das migrações. A formação dos movimentos indígenas também cabem nestes dois aspectos. Assim, cabe uma ressalva às considerações estigmatizadas de que se o índio está na cidade, deixa então de ser índio. Isto porque existe a questão identitária relacionada à alteridade.



E, sobre o fator migração, no caso dos índios que habitam o meio urbano no Brasil, há a luta por reconhecimento oficial e por reconstrução da identidade étnica por meio do movimento indígena. O que pode também influenciar na formação de agrupamentos multiétnicos, ou seja, coletividades étnicas indígenas compostas por diversificadas etnias.

No caso do movimento indígena, mencionado neste artigo, conforme as primeiras imersões em campo, percebeu-se que parece haver uma construção da imagem de si relacionadas a questões políticas.

A migração indígena para a cidade pode ser considerada um fenômeno antigo devido a alguns fatores como: o político, o econômico e o social. Portanto tem sido uma realidade do Brasil contemporâneo. E neste aspecto migratório estão presentes características analisadas por Durhan (1980).

Ponderamos que a própria configuração do espaço urbano possui uma conotação de poder e que é perceptível na segregação econômica e sociocultural porque nas cidades existe, o fenômeno de criação de áreas urbanas em formatos que classificam os grupos sociais que as habitam pelo seu grupo social econômico específico, bem como pela organização étnica, pois, de acordo com Martins (1998), “[...] a sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo [...]”. (p.32).

Então, os índios citadinos, nos centros urbanos podem permanecer de certo modo “invisíveis” e marginalizados nessa configuração do meio urbano, por muitas vezes comporem a camada social dos “pobres urbanos”. Sendo que espaço urbano está composto por *enclaves fortificados*, que para Caldeira (1997), produzem a segregação espacial nas cidades influenciando na vida social no que é público.

Quanto à organização política que nele existe, em que o sistema de relações políticas parece ocorrer também através dos vínculos sociais e de parentesco, na finalidade de buscar determinada unidade de grupo, quanto ao pertencimento e manutenção ou luta pela reconstrução da identidade étnica entre os índios não-aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, pode-se exemplificar as análises de Pritchard (1993), sobre a organização política entre os Nuer que é um grande grupo étnico possuidor de uma organização social específica.

O autor apresentou na sua contundente análise sobre os Nuer, a importância de se entender o aspecto político para a compreensão acerca do parentesco e de como este promove a



organização social. Entre os índios não aldeados, é possível ser por meio do parentesco e dos vínculos sociais constituídos, que se estabelece a organização política. Argumentando que ;

“ Os limites da tribo não são, portanto, os limites do intercâmbio social, e existem muitos vínculos entre os membros de uma tribo e os membros de outra. Por meio da associação ao sistema de clãs e pela proximidade, os membros de uma tribo podem considerar-se mais próximos de uma segunda do que de uma terceira.(...) A estrutura política dos Nuer somente pode ser compreendida quando é colocada em relação a de seus vizinhos, com quem formam um único sistema político. Tribos Nuer e Dinka são segmentos dentro de uma estrutura comum, tanto quanto o são os segmentos de uma mesma tribo Nuer.”. (p. 137-138)

Oliveira (1999), defende a importância de uma etnologia dos índios “misturados”, e devido a esta heterogeneidade que existe nos grupos indígenas que se tornam difusos, e pensando naqueles que migram para a cidade esta constatação se torna ainda mais imprescindível. Uma vez que para o autor, ao se estudar estas sociedades indígenas, compostas por grupos sociais difusos, destaca que

“[...] Se, por mera necessidade de comunicação tivesse de agregar algum adjetivo ao exercício de investigação e reflexão que pesquisadores diversos realizaram no Nordeste, mas também na Amazônia e em outras regiões do mundo, talvez fosse oportuno destacar a preocupação de buscar caminhos para uma possível “Antropologia histórica [...]”. (P.69).

A mistura, a difusão dos grupos índios está para além das noções ideológicas, pois, decorrem de situações coloniais, sendo que é também um produto histórico das relações interétnicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964). Pois sendo descendentes indígenas, ou até mesmo se autodeterminando como indígenas, então, de qualquer forma são índios, do ponto de vista étnico e que passa a falar de si mesmos através do movimento social, buscando seus direitos, formulando seu ponto de vista sobre a realidade social e sobre a sociedade a qual estão imersos.

No movimento indígena, a identidade em si, pode ser enfraquecida devido aos condicionantes que proporcionam a sua formatação social, porque esta não aparece reforçada pela pertença à coletividade da sociedade de origem, pois, há na composição deste, uma diversidade de etnias indígenas. Mas, as formas de resistência múltiplas tem sido muito importante.



Entende-se, portanto, que a identidade no movimento indígena não dá conta de explicar alguns aspectos, pois, esta é histórica e cultural. Sendo assim, é na auto-representação e auto-determinação mediada pelo discurso político-simbólico²⁵⁴, na qual, a auto-determinação viabiliza que o reconhecimento de si, enquanto indígena. Entrando assim, no remonte histórico, baseado na auto imagem e na representação de si.

Assim, de acordo com as primeiras imersões em campo, constatou-se que o empoderamento, na busca por direitos, extrapola os limites do movimento indígena, pois, é reforçado por meio de alianças formuladas através de tipos de vínculos que extrapolam os limites do movimento indígena, o discurso de lideranças, aos vínculos de parentesco e vizinhança. Porque, na dinâmica, o poder público e os intelectuais, colaboram com o grupo de formas específicas.

E buscando tentar responder uma das questões que inicialmente se colocou neste artigo, sobre onde situa a construção da pessoa no âmbito da historicidade dos índios urbanos, no caso do movimento indígena discutido neste texto, o lugar da construção da pessoa e alteridade, está no plano do discurso, no lugar da fala.

Uma vez que, são agentes de sua própria história, mas, acontece a retirada deste lugar político, deste lugar principal da narrativa em função de diversos condicionantes advindos das consequências da colonização, Carneiro da Cunha (1996, p. 18), afirma que “[...] *os índios foram atores políticos importantes de sua própria história* [...]”.

Remontar as origens históricas destes índios não aldeados, representa uma tarefa etnográfica importante para aferir os limites e os avanços do discurso político-simbólico que é ao mesmo tempo uma performance, uma atuação. Este lugar da fala, então, possibilita reiterar que no caso das lideranças do movimento, contam a história a partir de sua condição de sujeito histórico, em que a coletividade não está envolvida. A etnohistória, portanto, possibilita o entendimento acerca do plano de representações socioculturais e simbólicas indígenas.

Shallins (2008), propõe discutir por meio da etnografia do contato entre os havaianos e o capitão Cook como a história é ordenada por “[...] *estruturas de significação* [...]” (p.27), pois, existe a relação com o evento ocorrido e a história. Está também pensando a história como um misto de interesse e signos de cultura, onde há o choque entre estruturas percebidas e estruturas recebidas.

²⁵⁴ Em julho de 2015, acontece em Uberlândia a Conferência Nacional de Política Indigenista.



Sendo que as estruturas de significação pré-existentes que se apropriam do evento. Então, o lugar social pode corresponder ou estar relacionado ao lugar simbólico em que o indivíduo se situa nas estruturas de significação; nas estruturas de cultura.

“[...] O sistema recebido de fato ingressou numa dialética com a prática. A forte reivindicação de uma compreensão estruturalista não consiste em ignorar essa dialética. Antes, a interação entre sistema e evento é ela mesma suscetível de explanação estrutural, isto é como um processo significativo. O meu objetivo, é demonstrar tais usos históricos da teoria estrutural. Examinando uma certa interação entre "estruturas da conjuntura" pragmáticas e a ordem cultural recebida, interação essa mediada pelos interesses constituídos dos atores históricos. [...]” (P.69)

E afirma que há o desafio para a Antropologia histórica e nos apresenta sua importante contribuição através da discussão em que nos mostra a diferença entre a língua e a fala em que a língua é sincrônica e a fala diacrônica. A história então é a concretização de uma dada estrutura. E a conjuntura desta estrutura corresponde à sua reprodução por meio do discurso, das narrativas.

“[...] É no nível da fala que a história é feita. Aqui os signos estão dispostos em relações variadas e contingentes de acordo com os propósitos instrumentais das pessoas- propósitos que com certeza são socialmente constituídos, mesmo que possam ser individualmente variáveis. Os signos, portanto, assumem valores funcionais e implicativos num projeto de ação; não meramente as determinações mútuas de um estado sincrônico. Eles estão sujeitos a análise e recombinação, das quais, emergem formas e significados sem precedentes (metáforas, por exemplo). Acima de tudo, na fala as pessoas colocam os signos em relações indexicais com os objetos de seus projetos, pois, estes objetos formam o contexto percebido, para a fala como atividade social. Tal contexto é referencialmente arbitrária e como fenômeno coletivo. [...]” (p.19-20)

Compreendendo essa análise, percebemos que está impresso, contudo, nesta representação de si, nesta autoimagem, neste devir de si perante os outros uma linguagem não-falada, presente simbolicamente no jogo das relações sociais estabelecidas, por intermédio do movimento indígena aqui destacado sob as diferentes perspectivas.

E que, na atuação/representação de si perante os outros e a forma de apresentação aos demais grupos sociais dos índios citadinos mencionados neste projeto, é presente o processo de comunicação política e simbólica, assim, o discurso de indianidade está presente nesta dinâmica.



Desta forma, a construção da pessoa no movimento indígena em estudo, também parece depender dos campos de significação simbólica, ideológica, e política que os indivíduos desempenham em seu papel social e presentes no discurso, nas formas narrativas e na auto-representação.

Assim, as narrativas incorporadas nesta performance ressignificam a temporalidade e a historicidade dos índios urbanos aqui analisados. Entendendo que esta construção não perpassa a fabricação do corpo, por se tratar dos remanescentes indígenas que habitam a cidade e não a aldeia em si. Mas, nesta construção estão impressos os padrões de subjetividade que são objetivados no discurso político-simbólico e no uso da autoimagem.

A linguagem é uma instituição cultural adquirida em sociedade, de ordem não inata, pois produz a comunicação, que por sua vez confere o significado daquilo que se objetiva exprimir (SAPIR, 2013). É também um elemento de dominação, estando relacionada com o que se pensa e como se formula a realidade, pois o significado é sempre relacional, já que varia de um grupo social para outro.

Não há, portanto, condição para se pensar as linguagens sem pensarmos as formas de relações de poder existentes nas sociedades humanas e que se utilizam de variadas formas narrativas, a esta, podemos entender que é também possuidora da conotação de poder.

Esta também compartilha dos processos de constituição política, histórica, social e identitária dos diferentes grupos étnicos que compõem as sociedades humanas, contendo assim o poder simbólico como uma das práticas de reprodução social de dominação e que aparece permeado nos mais diversos significados conferidos pela linguagem.

Cabendo a análise acerca das diferentes narrativas nesta dinâmica de empoderamento presente nesta construção simbólica, consideramos que tal construção, representação e uso da autoimagem por este grupo étnico-político também pode ser um de sistema de expressão identitária que perpassa a alteridade cultural, sendo também um tipo de signo social específico.

Na América Latina, desde o período colonial no qual, cada país teve sua particularidade histórico-política e social de colonização, os povos indígenas vêm sofrendo diversas formas de massacre, tais como, étnico, cultural, social e político pela sociedade ocidental em função dos interesses capitalistas.



Mires (1991), aponta então, na sua análise sobre as formas de autodescobrimento do índio que a constituição da práxis de indianidade vem ocorrendo também por meio de rebeliões por meio da política e resistência. Assim, desde a década de 1960, pelo continente afora, vem se fortalecendo os movimentos indígenas na qual, a luta pela preservação da identidade também vem sido empreendida nos mesmos.

Compreendendo a importância simbólica que os movimentos indígenas detêm, ponderamos que há também uma linguagem que produz formas diferentes de construção de identidade e alteridade entre os índios citadinos que formam grupos difusos e que estão mais agrupados em torno das questões políticas imputadas neste tipo movimento social.

Porém, trazem consigo sua trajetória histórica, mas, que por outro lado, proporciona um processo de representações de si e de constante comunicação imagética, sendo conseqüentemente passível de ser analisada. Para Batalla (1981), são variadas formas de entender o discurso do movimento indígena na atualidade e afirma que;

“[...] la movilización de población india es un recurso político potencial, al que se recurre eventualmente en función del juego de intereses dominantes“[...]”. (p. 36).

Para o autor, não se pode negar que a colonização ocidental, marcou profundamente a história das sociedades indígenas na América Latina, por outro lado, existe outra história: a não ocidental, a do índio. Mas existe também a questão em relação ao estigma de “ser índio”, ao passo que as sociedades indígenas já habitavam as Américas antes mesmo dos da vinda dos colonizadores. Viveiros de Castro (2006), afirmar “quem é índio e quem não é”, corresponde à uma pergunta jurídica e não uma pergunta antropológica.

Contudo, entender a utilização da autoimagem, o discurso político-simbólico pelas lideranças, por suas funções específicas entre os demais componentes do grupo tem sido instigante; também como formas de “acúmulo de prestígio” (CLASTRES, 1978) bem como, nas diferentes relações com outros grupos sociais e até mesmo internamente ao movimento social.

Isto porque, no decorrer do semestre, nas idas à campo, foi possível observar que o discurso político de lideranças, perante à coletividade, ao movimento, aparece sob uma forma de narrativa que muito se difere daquela adotada nos debates com o poder público. Então, a análise de Clastres de que;



“[...] As funções do chefe, tal como foram analisadas acima, mostram perfeitamente que não se trata de funções de autoridade. Essencialmente encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens etc. , ele só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do *prestígio* que lhe reconhece à sociedade. Mas evidentemente *prestígio* não significa poder, e os meios que o chefe detém para analisar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra : não para arbitrar entre as partes opostas, pois, o chefe não é um juiz e não pode se permitir tomar partido por um ou outro, mas, para armado apenas de sua eloquência, tentar persuadir as pessoas da necessidade de se apaziguar, de renunciar às injúrias, de imitar os ancestrais que sempre viveram no bom entendimento [...]”. (p.17)

Tal argumentação, possibilita refletir que este é um aspecto imprescindível à análise em curso, porque conforme mencionado anteriormente, sobre o lugar da fala, os dados não poderão possibilitar a tradução antropológica mais concreta, se for considerado somente a fala unilateral, não tendo outras perspectivas sobre o discurso de indianidade, representação de si e autodeterminação indígena.

A história e o processo de ação política e simbólica impressas na forma da construção da pessoa e na lógica de alteridade, mediadas pelo discurso, poderá ser melhor remontadas e apreendidas no decorrer desta análise em curso.

Cabendo observar que o trabalho etnográfico está em sua fase inicial, mas, que já houveram oportunidades de estabelecer alguns contatos com integrantes do movimento. A narrativa histórica que será apreendida no decorrer da etnografia, viabilizará a compreensão acerca a relação entre a estrutura e o evento existentes no movimento, pois, de acordo com Shallins (2003), argumenta a importância de que seja repensada a transformação da cultura a partir dos eventos, segundo o autor;

“[...] o caráter distintivo do saber antropológico está em que ele envolve uma unidade substancial do sujeito conhecedor com aquilo que é conhecido [...]”. (p.30)

O grupo de índios citadinos na cidade de Uberlândia, estão vivendo em regiões periféricas do espaço urbano, e no caso da realidade política dos que estão no Glória, estão sendo representados pelos movimentos de luta por moradia. A sede do movimento está localizada no Campus Glória, um espaço público pertencente à Universidade Federal de Uberlândia.



E que vem protagonizando uma intensa disputa territorial organizada pelo Movimento dos sem-Teto que reivindicam o direito à cidade e o acesso à moradia. E esta, que tem sido mediada pelo poder público. Segundo a mídia, a Universidade proporá a troca de terreno, junto à justiça. De acordo com a notícia publicada no canal G1 Triângulo Mineiro²⁵⁵;

“A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) levará à Justiça nesta terça-feira (23) uma proposta para trocar a área ocupada por famílias no Campus Glória por outro terreno, a ser escolhido pela Prefeitura e Governo de Minas Gerais. A proposta foi apresentada e discutida em reunião realizada nesta sexta-feira (19) entre representantes da UFU, da Assembleia Legislativa do Estado, Prefeitura, Governo Federal e representantes dos assentados. Até segunda-feira (22), as entidades presentes na mesa de negociação deverão entregar a proposta formalmente à universidade, para que então a UFU leve a documentação até o juiz federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia, José Humberto Ferreira. Após o encontro com o juiz, a proposta será apresentada para a apreciação e aprovação do Conselho Universitário da UFU (Consun).”

(Acesso em 21/06/2015) .

Nas regiões periféricas das cidades, vivem tanto grupos com descendência indígena direta, quanto remanescentes de etnias variadas, como Terena, Pankararu, Guarani, Tabajara, Timbira, Kayapó, dentre outras. Em Araxá, encontra-se uma realidade etnográfica diferenciada porque estão tendo uma atividade política melhor organizada em torno da Associação de Intercâmbio Indígena de Araxá, coordenada pelos remanescentes do povo Katú-Awá-Arachás, um povo que em 1776 sofreu a ação violentadora de extermínio por parte dos bandeirantes e milícias armadas financiadas pela política imperial com vistas a aumentar os territórios, e também o aprofundamento da colonização agrária.

Conforme discutido anteriormente, este deslocamento e a estruturação da vida no espaço urbano é algo complexo, mas, tem como prerrogativas centrais a busca por acesso à saúde, à educação, por trabalho, e outros direitos sociais.

Andarello (2006), analisa o processo de como vivenciar a cidade. Porque as cidades representam um contexto muito adverso daquele na aldeia, na comunidade. Mostra também como os índios percebem o antropólogo.

Um dos desafios enfrentados pelas populações indígenas na inserção ao espaço urbano, é a adequação ao modo de vida na cidade. Neste âmbito, as necessidades de elaborações de

²⁵⁵ Disponível em : <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/06/ufu-deveria-propor-troca-de-terreno-por-area-ocupada-no-campus-gloria.html>.



políticas públicas que atendam na concretude às demandas dos povos indígenas na cidade se acentuam.

Entretanto, o objetivo deste artigo desenvolver uma discussão sobre a dinâmica da construção da pessoa e da lógica da alteridade por meio da representação de si, na perspectiva de compreender o “*eu com o outro*”, enquanto noções elaboradas pelos índios urbanos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ; diante dos demais *outros*.

Visando analisar e refletir o que implica, portanto a representação de si perante o outro nas diferentes relações sociais impressas nesta dinâmica, tendo em vista que o empoderamento político-simbólico nas suas formas diversas de constituição e fortalecimento do movimento também está presente na representação de si considerando a construção e utilização da autoimagem.

Entretanto, esta análise não está finalizada, porque a discussão aqui abordada, está nos limites propostos a este texto. Mas, cabe uma ressalva de compreendeu-se que o discurso é importante, tanto para melhor apreender sobre o lugar do índio na cidade, quanto para entender que a construção da pessoa no movimento indígena parece ser ideológica.

Mas, o antropólogo, precisa compreender a relação que existe no âmbito político-simbólico e no que isso representa à lógica da alteridade do índio urbano, mesmo que seja remanescente. Pois, este é sujeito de sua própria história, conforme mencionado anteriormente e a Antropologia tem enfatizado esta constatação.

O que permite também dizer que o pesquisador, no trabalho de campo precisa realizar sua função que envolve a produção daquela linguagem e dos termos utilizados no grupo social sociedade em análise em outros termos que expressem aquilo que é original durante a etnografia para a sociedade para a qual o mesmo integra. Uma vez que o campo precisa ser transformador e também proporcionador de posições que não sejam etnocêntricas, ao passo que existe a intersubjetividade na relação dialógica do “*eu com o outro*”.



Na foto : O teto do Grande Hotel de Araxá retratando os Arachás, Cacique Katu-Awá-Arachás, Pagé Terena, Família Tupinambá, Pagé Sussuará-Aru, também dos índios Arachás.

Referências

ANDRELLO, G. **Cidade do índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: UNESP/ISA, 2006.

BONFIL BATALLA, Guillermo. "El pensamiento Político de los índios en América Latina. In: *Anuário Antropológico/79*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, p.11-54.



CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Jogo de espelhos**: Imagens da Representação de Si através dos Outros. São Paulo: Edusp. 1993.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996 [1964]. *O índio e o mundo dos brancos*.

(4ª edição) Campinas: Editora da Unicamp.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Cap. 2 (Troca e Poder: filosofia da chefia indígena). Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves. 1978 .

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Enclaves fortificados**: a nova segregação urbana. *Trad.* Almeida, Heloísa Buarque. Disponível em:

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/81/20080626_enclaves_fortificados.pdf. Acesso em 17 set. de 2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

EVANS-PRITCHARD; Edward. **Os Nuer (Cap. 3. Tempo e Espaço)**. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FILHO, Aurelino José Ferreira; PEDROSO, Leonardo Batista. **Famílias indígenas não-aldeadas urbanas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20528/10953>. Acesso em 08 set. de 2014.

GONÇALVES. Marco Antônio; HEAD, Scott. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. IN. **Devires Imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Organização: Marco Antônio Gonçalves, Scott Head. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. “**Raça e História**” in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

OLIVEIRA. Joao Pacheco. Uma Etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, 04 (1)- p.47-77, 1998.

LAZARIN, Marco Antônio. **A Descida do Rio Purus**: uma experiência de contato interétnico. 1981. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, [1981].

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: **O Fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998.

MIRES, Fernando. El discurso da la indianidad : la cuestión indígena em América Latina.

(Colección historia de la iglesia y de la teología). I ed. San José, Costa Rica, 1991.

PENTEADO, Yara Maria Brum. **A condição urbana**: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cotidiana. 1980. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1980.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Índios proletários em Manaus**: o caso dos Sateré-Mawé citadinos. 1982. 322 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1982.



SAPIR, Edward. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Trad. J. MATTOSO CAMARA JR. São Paulo: Perspectiva. 2013.

SEEGER, A. , DA MATTA, R. , VIVEIROS DE CASTRO. E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Série Antropologia, n. 32, p. 2-19. 1979.

SHALINS, Marshall David. **Metáforas Históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Tradução e apresentação: Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

_____. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

VELHO, G. ANTROPOLOGIA URBANA: Encontro de tradições e novas perspectivas . SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 59, 2009, pp.11-18.

GT 09: Povos Indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação
ITINERÁRIOS COLONIAIS: O CONTATO ENTRE ÍNDIOS E NEGROS NO
SÉCULO XVIII

Daniella Santos Alves²⁵⁶

Orientador: Dr. Marcel Mano²⁵⁷

Resumo:

O presente trabalho pretende estudar parte de uma bibliografia e da documentação histórica do século XVIII referente à região do atual Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás, com vistas a contribuir para a reconstituição do panorama histórico-etnográfico do contato entre índios e negros fugidos da escravidão. Objetivamos pôr em relevo uma intrincada teia de identidades e alteridades no âmago das coexistências e das sucessões espaço-temporais entre os Jê meridionais tratados na documentação como “Cayapó”, no estabelecimento de uma complexa rede de identidades e alteridades com os negros do Quilombo do Ambrósio. Além disso, munidos pela leitura antropológica almejamos abrir espaço para a constituição de uma nova perspectiva sobre as relações entre índios e negros em suas respectivas formas de representação e ação. Ao mesmo tempo, essa mesma leitura deve contribuir para o mapeamento de uma faceta de um complexo e rico sistema de encontros e intersecções culturais entre diferentes etnias e

²⁵⁶ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFU/CNPq) e atualmente é mestranda no PPGCS – UFU, e bolsista da CAPES. email: danielasantos.alves@hotmail.com.

²⁵⁷ Doutor em Antropologia (UNICAMP), é professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), email: marcelmano@incis.ufu.br.



sujeitos históricos e, assim, contribuir para preencher a lacuna sobre a etnologia e história das culturas na região.

Palavras chaves: Contato, Identidade, Relações Interétnicas, História, Antropologia.

Dos mitos a reconstrução histórica

O presente trabalho pretende apresentar parte de uma bibliografia e da documentação histórica do século XVIII referente à região do atual Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás, com vistas a contribuir para a reconstituição do panorama histórico-etnográfico do contato entre índios e negros fugidos da escravidão, notadamente as relações entre os Kayapó meridionais²⁵⁸ e os negros do Quilombo do Ambrósio.

Munidos por uma leitura antropológica almejamos abrir espaço para a constituição de uma nova perspectiva sobre as relações entre índios e negros em suas respectivas formas de representação e ação. Ao mesmo tempo, essa mesma leitura deve contribuir para o mapeamento de uma faceta de um complexo e rico sistema de encontros e intersecções culturais entre diferentes etnias e sujeitos históricos e, assim, contribuir para preencher a lacuna sobre a etnologia e história das culturas na região.

Pretende-se também contribuir para romper com estereótipos, estigmas e concepções, de certa maneira, errônea sobre a perspectiva na qual foi, e ainda são inseridos índios e negros. Essas etnias são tratadas pelas literaturas científicas como excludentes entre si, mesmo tendo historicamente, compartilhado experiências (CARVALHO; REESINK, 2011). A relevância científica desse estudo encontra-se nesse aspecto capital: aproximar pesquisas que, por muito tempo, estiveram afastadas, ignoradas, emudecidas e silenciadas por uma hegemonia política branca. Para isso, faz-se imprescindível um diálogo entre duas áreas do conhecimento, que ficaram por muito tempo apartadas: Antropologia e História.

Do ponto de vista teórico e metodológico, este trabalho apoia-se, sobretudo, no antropólogo Marshall Sahlins (2008) e no historiador Carlo Ginzburg (2006; 1989), haja vista, que ambos elucidam, substancialmente, esse diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História. O historiador analisa, por exemplo, em seu conhecido trabalho – *O queijo e os vermes* – um longo processo da inquisição contra um moleiro do Friuli na Itália do século XVI.

Por meio desses processos, ele reconstrói e reconstitui o modo de vida e a visão de mundo de um homem comum, portanto descobre nos documentos uma alteridade perdida que o processo inquisitório quis apagar (2006). Para empreender essa análise, Ginzburg salienta a

²⁵⁸ A nomenclatura Kayapó do sul ou meridionais inseri-se justamente na distinção deste com os seus homônimos designados como Kayapó do norte ou setentrionais. Segundo Nimuendajú em 1940, apesar das similaridades entre ambos os grupos há dessemelhanças em alguns aspectos e, portanto não podem ser inseridos como derivados de uns sobre os outros (NIMUENDAJÚ, 1949 apud GIRALDIN, 1997). O presente estudo, desse modo, ao considerar as semelhanças entre os grupos, mas antevendo também as disparidades, optou por analisar os contatos e relações dos Kayapó do sul ou meridionais.



necessidade de conhecer os resíduos factuais, indícios e pistas, num exercício que permite ir dos vestígios a quadros e mosaicos completos (1989). Com base nisso, por meio do paradigma indiciário que propõe esse autor, é possível compreender nos meandros, nos caminhos do dito ao não dito, uma leitura dos documentos oficiais para conhecer a perspectiva de índios e negros.

Por sua vez, Sahlins (2008), também com base numa documentação, a do capitão Cook e de sua tripulação quando aportaram no século XVIII no Havaí, observa e pondera mudanças históricas e estruturais nas relações de contato entre os havaianos. Sua primeira proposição é a de que a história é culturalmente ordenada, isto é, num primeiro momento “a história é organizada por estruturas de significação” (SAHLINS, 2008, p. 27). Porém, num segundo momento, o choque do contato instaura novos elementos que permitem a transformação das estruturas simbólicas. Assim, tal como a história é culturalmente ordenada, a cultura também é historicamente determinada.

Nesse sentido, o estudo sobre as relações históricas de contato entre índios e negros deve incorporar um misto de cultura e história. Há, de um lado, uma preocupação antropológica em entender como figuravam nas representações, nas lógicas de comparações e nos modos de ação dos Kayapó meridionais e dos negros fugidos da escravidão, as alteridades com as quais estavam em contato no século XVIII. Mas, coexiste uma preocupação histórica, afinal, se objetiva buscar pistas de como esses contatos afetaram suas lógicas e suas ações com seus diferentes outros.

O sertão: Fronteira entre civilidade e barbárie

As relações de contato entre índios Kayapó e negros fugidos da escravidão se iniciaram no século XVIII, segundo Odair Giraldin (1997), por conta do interesse na exploração das minas e na abertura de caminhos e picadas²⁵⁹ para as regiões do centrooeste brasileiro. O itinerário colonizador, definido como “Caminho de Goiás”, partia da cidade de Vila Boa, sul de Goiás até o norte de São Paulo, passando pelo Triângulo Mineiro. Nesse momento, a tônica colonial não mais se estendia sob a constante exploração da região litorânea, mas sobretudo em adentrar nessas terras definida por muitos como auspiciosas e de fácil ganho. Nesse intercurso, a frente expansionista se deparava com as etnias que cá faziam morada sendo necessário e de extrema urgência dar cabo aos empecilhos que profanavam os louros econômicos (GIRALDIN, 1997).

Para a presente pesquisa vale ressaltar uma particularidade do Triângulo Mineiro no que tange a morada dos índios Kayapó. Segundo Mori (2015) essa região em conjunto com parte do Alto Paranaíba e sul de Goiás até meados do século XIX, era nomeada como

“Sertão da Farinha podre”. Várias são as histórias que justificam essa nomenclatura. A principal delas conta que frequentemente ao percorrer caminhos e picadas, os homens do século XVIII, deixavam pelas estradas bruacas, isto é, bolsas de couro cru onde guardavam os alimentos que

²⁵⁹ As picadas eram caminhos no meio das matas utilizados como via de trânsito/transporte de pessoas e animais durante o período colonial. Ou seja, as picadas eram antigos trajetos indígenas que os paulistas utilizavam e “demarcavam” como caminhos coloniais, segundo Sérgio Buarque de Hollanda: “onde houvesse arvoredo grosso, os caminhos eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos” (1994, p. 20). Para mais informações, Cf.: HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



lhes forneciam energia para continuar as longas jornadas. A história aponta que, um viajante, em dado momento, abriu uma bruaca encontrando farinha podre, batizando a região com esse nome.

Do lado Kayapó, essa região é importante por ser considerada como o principal espaço de produção e reprodução de sua vida simbólica e material. Afinal, dentro dessa área geografia Aires de Casal (1976) definia a região como Caiapônia, denotando em primeira instância o grande aglomerado desses indígenas na região. Mas não só. O “sertão do gentio caiapó” segundo Turner (1972) abarca toda essa já mencionada região do norte de São Paulo, sul de Goiás, Triângulo Mineiro e parte do Mato Grosso, neste último, em específico, numa região designada como Camapuã. Abaixo o Registro de uma ordem que se mandou ao Ouvidor Geral para devassar o gentio do sertão que tem feito mortes, salienta essa área de perambulação desse indígenas.

o gentio bárbaro q` habita nos Certões desta Capp. nia de São Paulo, e infesta as povoações, e descobrimtos de ouro q` se tem feito nestes certões e me constar q`os q` habitão nas vezenhanças destas Minas depois de estarem com os brancos com bom tratamento, tornarão a fugir alguns para o certão matando aos brancos, q` os havião metido de pàs, e q`outras q` infestão o citio de camapoam²⁶⁰

O documento aponta para uma região tradicional de ocupação dos índios Kayapó. Essa ampla e imprecisa delimitação geográfica marcava a cena colonial que vivia sob a alcunha de sertão. Ali, ainda encontravam-se o Rio Grande que vinha do interior das Minas Gerais e o Rio Paranaíba que nascia do centro de Goiás, o encontro torrencial desses rios marcava a formação de um terceiro, o rio Paraná (AIRES DE CASAL, 1976). O rio Paranaíba e Grande, muito embora, fossem revestido por caudalosos cursos d’água doce e cristalina figurando um “lugar alegre e capaz de se fazer morada estável” (ANTONIL, p. 183, 1982), trazia em si o revés de sua morada. Isso porque as suas águas doces vão acompanhar o amargo confronto que perdurou por todo o segundo e terceiro quarto do século XVIII no sertão oeste das Minas Gerais, precisamente, na região do Campo Grande.

Ademais, todas estas regiões, para além da promessa econômica, guardava uma característica em comum, era área de habitação e preambulação dos negros fugidos e índios Kayapó presentes no sertão do Campo Grande, descrito na documentação como um lugar de “amenos rios e abundantes de exquesitos peixes [...] e de fertilíssimas terras de agricultura” habitado por “bárbaros gentios [...] e pelos negros fugidos”.²⁶¹ O interesse nessas terras foi um dos principais catalizadores para as contendas estabelecidas entre frente colonial e índios e negros. A carta de Ignácio Correa Pamplona ao Conde de Valadares é contundente para essa assertiva, pois além de apresentar o sertão como um lugar de grandes possibilidades, salientava também para os empicilhos causados pelos tumultos e infortúnios de seus habitantes.

²⁶⁰ Reg.o de hua ordem q’ se mandou ao Onv.or g.al p.a devaçar do gentio do Certão q’ tem feito mortes (10/02/1728). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 135-7.

²⁶¹ Carta da Camara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1897, p. 376.



não seçando de afirmar q o sertão tinha mostras de ser bom e capacidade de boas fazendas e ainda boas formações de ouro [...] porém esta altura he muita negraria e q tudo são quilombos e de certa altura por diante tudo de gentios q suposto senão em contrarao com elles q tinham topado os seus vestígios postes para penetrarem no sertão²⁶²

Para as autoridades mesmo o sertão sendo uma região de fuga de negros fugidos e de morada de muitos índios hostis, ainda assim, trazia a possibilidade de escravização de algumas etnias indígenas, favorecendo a povoação portuguesa e o descobrimento de novas terras. Segundo John Manuel Monteiro, (1994) a conquista do sertão contou de curtas a longas doses de aliança entre europeus e os nativos. Muitos indígenas considerados como aliados da Coroa serviram de guia para a incursão nos rios de difícil navegação como nas matas ignotas e de abstruso acesso (MONTEIRO, 1994). De fato, e conforme o historiador, com esse auxílio, colonos venceram a natureza inculca encontrada nos sertões e ainda dizimaram algumas populações por intermédio das alianças com os índios “amigos”. Obviamente que esses indígenas quando coligados aos interesses coloniais não o faziam de maneira amorfa e pusilânime. Muito pelo contrário. Eles certamente percebiam vantagens imediatas nas negociações, especialmente, nos itinerários de ação bélica contra seus inimigos mortais (MONTEIRO, 1994). Além dos índios aliados ainda se encontrava nesse auxílio quem beneficiava os interstícios da Coroa, os negros mansos (escravizados) e alguns mestiços livres que, vinham nessas empreitadas não só a possibilidade de ganho sobre o feito, mas também na ânsia de fazer morada e enriquecer. E foi justamente sob essa égide que as elites mineiras, goianas e paulistas empreenderam várias expedições aos Sertões visando reconhecer o território, dominar os habitantes, explorar suas riquezas e ampliar o controle da Coroa portuguesa no Brasil.

(AMANTINO, 2001).

Aproximando identidades: indícios das relações entre índios e negros

Como se tem mostrado, o cenário histórico do século XVIII caracterizado pelos processos de expansão colonial, apresenta uma guerra declarada contra os Kayapó e negros quilombolas. Na leitura dos documentos da região do Campo Grande, notamos uma pluralidade de formas para descrever os quilombos e as aldeias, mas em comum, transparece numa semelhança fulcral: índios e negros quilombolas são hostis, perigosos e bárbaros.

Segundo Mano, a divisão Tupi/Tapuia estaria relacionada às “alegorias da colonização” (MANO, 2011, p. 197) que serviram de justificativas para as guerras contra índios hostis, em especial, os gentio²⁶³ Cayapó. As expedições coloniais, por intermédio de “alianças” realizadas

²⁶² Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional – seção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7, p. 75-80.

²⁶³ Tal terminologia, muitas vezes, aparecem nos documentos históricos relacionando as imagens dos Tapuia, e em especial aos Kayapó. Segundo Carneiro da Cunha, a distinção do que era ser gentio e do que era ser índio é datada desde o século XVI, nos primeiros contatos entre colonizadores e índios. De maneira tal que os “gentio”, seriam os insubmissos e como “índios” e “negros da terra” os que trabalhavam.



com os Tupi, de certa forma incorporaram tal imagem e, por meio dela, legitimaram as guerras e dizimações dos índios bárbaros. Dessa maneira, “[...] é provável que negros e índios tenham se percebido, apesar das diversidades, iguais em suas relações com o outro e isso deve ter feito estreitarem relações” (MANO, 2010, p. 5).

Para Amantino (2001), os quilombos eram percebidos como refúgio de negros atrevidos e indolentes, associados, em larga medida, à truculência e desumanização que estabeleciam no trato corriqueiro com outras pessoas; pois..

[...] os danos q’ cauza os quilombos, sobre que me parece dizer a v. magestade que sem bem.º de que eu tenho procurado dar toda a possível providencia a este mal, como os negros fogidos são mtos, cada dia estão rebentando por diversas partes e confiadamente se atrevem não só a infestar as estradas e os que andao por ellas, mas aos q’ habitao nos sítios e rossas ainda visinhos as villas, levando-lhes de casa não so ouro e mantimentos mas couzas de menos importância e mais volume, por q’ para tudo toma lugar o seu atrevimento. [...] (ALMEYDA, 1898, p. 251).

Como se observa, os episódios são narrados de forma a legitimar o extermínio, dado que a proposta para a solução do problema era a dizimação dos quilombos. É relevante ressaltar que tais medidas seguiam uma ordem estrutural mais ampla, manter edificado o sistema escravocrata. Os negros, dessa maneira, são percebidos sem qualquer possibilidade de ação histórica consciente. Porém, ao nos atermos as *peça-fragmentos*, podemos [re]interpretar a narrativa. Nessa releitura, surgem então novas matizes que direcionam para uma lógica oposta à legitimada nos discursos oficiais: a de que quilombos e quilombolas estavam conscientemente organizados.

Alguns autores já indicaram como no interior dos quilombos havia uma organização que respondia a determinados postulados hierarquizantes, por “terem já os negros da Comarca do Rio das Mortes nomeado entre sy, Rey, Principe oficiais militares [...]” (ALMEYDA, 1898, p. 263). Além disso, as expedições dos quilombolas seguiam uma lógica estrutural interna, os negros “[...] juntando se em quadrilhas de vinte e trinta e quarenta armados e defendido das armas” (ALMEYDA, 1898, p. 251). Ao que tudo indica, essas expedições eram planejadas *a priori*, obedecendo a critérios objetivados e a posições e papéis sociais assumidos, realizados e propagados ao longo de sua experiência histórica.

A região do Campo Grande, situava-se mais ou menos dentre a Comarca do Rio das Mortes e a Comarca do Rio das Velhas, por outras palavras, o sertão oeste da Capitania de Minas Gerais (AMANTINO, 2001). Cenário de lutas diárias travadas por negros e índios, a região do Campo Grande abrigou um dos quilombos mais conhecidos na literatura historiográfica; o Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande. O imenso número de negros presentes nessa região e a recorrente fuga dos escravos para os quilombos causavam o temor na população local. “[...] No rio das mortes por ser Comarca menos povoada de gente branca andava os negros mais confiados, porq’ descaradamente falavao aos brancos ameaçando-os com o tempo da sobelevação. [...]” (ALMEYDA, 1898, p.263).

Nesse sentido, nas cartas aos dirigentes da Coroa Portuguesa figuravam os suplícios dos moradores das vilas que narravam os episódios de conflito e solicitavam medidas para acabar com esse suposto mal. A carta endereçada ao rei de Portugal, assinada pelo Conde de Assumar,



referia-se, por analogia, aos ocorridos da Comarca do Rio das Mortes a um quilombo historicamente conhecido “[...] temos aqui alguma semelhante aos Palmares de Pernambuco, (o q’Deos não queira) [...]” (ALMEYDA, 1898, p.252). Outro documento no qual se narra os infortúnios ocorridos no Campo Grande, menciona também a existência do Quilombo do Ambrósio “[...] Sam Joam de El Rey e Sam Jozé, Marchando com fieis guias o Esquadram e o Capitam Manoel de Souza

Portugal accometerão ao grande quilombo Ambrozio [...]” (SYLVA, 1897, p. 376). Articulados, esses fatos mostram que a região em foco era, no período colonial, um espaço de moradia, de hábitos, regras e de vivencia e convivência de uma diversidade de pessoas e etnias.

É notório acentuar que a imagem perpetuada por anos relacionava o quilombo como moradia e espaço de convivência, apenas, de negros. Contudo, não podemos cristalizar a diacronia delimitando esse espaço somente a composição de negros fugidos da escravidão. Parece-nos, a questão vai para além disso. Há fortes indícios que dentro dos quilombos, suas nuances eram expressas, sobretudo, pela presença de índios que habitavam a região. Há casos claros em que se pode dizer que os quilombos tinham forte influência indígena.

Em geral a localização dos quilombos era próxima a rios, as casas dispostas ao redor de uma praça central, e no espaço externo cultivavam a agricultura e praticavam a caça e coleta, denotando semelhanças óbvias com o modo de vida indígena (AMANTINO, 2001). Mais adiante, na batalhas com as frentes de expansão, os negros utilizaram tanto armas saqueadas nas vilas, como armadilhas nas matas, “ora com características africanas, ora com marcante presença indígena” (AMANTINO, 2001, p. 147). Denota-se, então, um panorama de cruzamentos em termos de técnicas de subsistência, de guerra e luta, dos quais negros quilombolas incorporam artefatos e conhecimentos indígenas. Assim, podemos evocar intersecção entre as técnicas, os conhecimentos e a identidade de negros e índios, imbricadas de tal maneira a construir uma complexa rede de alteridade e identidade.

Isto posto, uma questão se coloca na confluência do contato dos Kayapó com seus diferentes outros. Se a principal estratégia de contato desses índios com o mundo exterior foi a guerra, porque matavam escravos, brancos, outros grupos indígenas e não dizimavam os negros quilombolas? Qual o critério manifesto na predação? Refere-se a uma operação distintiva aleatória? Aliado aos dados históricos e às relações de alteridades estabelecidas pelos Kayapó com seus diferentes outros, notamos vestígios empíricos no trato com negros quilombolas que desvelam operações simbólicas mais amplas.

De fato, quando se tratavam de inimigos, categoria a qual não deviam pertencer os negros quilombolas, as estratégias de contato seguiam da morte aos espólios da guerra, como apropriação e incorporação de bens materiais do mundo exterior para o mundo interior. Ao que tudo indica, no século XVIII as estruturas de relação com o mundo exterior adotadas pelos Kayapó meridionais tinham um fundo simbólico. Por meio dela os Kayapó matavam e saqueavam seus inimigos, tal como no tempo mítico seus heróis fizeram com o mundo exterior da natureza.

No período colonial, tal como na dicotomia tupi-tapuia para a classificação dos grupos indígenas, era recorrente a classificação dos negros no imaginário social. Havia, por um lado, os negros que não eram submissos a lógica do colonizador e, muitas vezes, fugiam para os



quilombos e atacavam vilas e povoações, e havia, por outro, negros considerados condizentes aos objetivos de seus senhores e, portanto, vistos enquanto dóceis e de fácil domesticação. Era, como se disse, algo semelhante ao que ocorria no universo indígena. Índios Kayapó eram designados enquanto bárbaros hostis e violentos, ao passo que outros grupos indígenas eram considerados mansos e brandos frente aos interesses coloniais. Negros quilombolas eram considerados da mesma forma que os Kayapó, enquanto outros negros eram mansos.

Estes últimos são recorrentes na figura de capitães do mato nas expedições coloniais. O paradoxo é que a ponta de lança do poder colonial contra índios bravos e negros quilombolas eram categorias sociais que travestiam os interesses dos brancos num corpo não-branco. Isto é: o ofício de capitão de mato não era uma incumbência, somente dos brancos, mas antes atividade exercida empiricamente por índios, negros ou mulatos que agiam consoantes aos interesses da Coroa. Grandes conhecedores das matas, florestas e campos, forneciam seus serviços para a captura de negros fugidos por meio do ataque aos quilombos e aldeias de índios bárbaros. Talvez por isso e devido a essa conjuntura histórica, negros e índios realizavam alianças, dividiam moradas e se protegiam mutuamente e, certamente, teriam adstrito às relações frente a um inimigo comum.

Nesse sentido, aceitamos a proposição inscrita no pensamento de Franz Boas citado na obra de Roque de Barros Laraia, “os universos mitológicos são destinados a ser pulverizados mal acabam de se formar, para que novos universos nasçam de seus fragmentos” (LARAIA, 2006, p. 167) Com efeito, a dimensão aí sublinhada resgata uma tradição dinâmica, na qual o ato de constituição se imbrica com o de pulverização. Assim, parece que o ideal de bravura e guerra dos Kayapó em suas relações com o mundo exterior é pulverizado implicitamente na categorização dos negros quilombolas. Se muitos outros que povoam o universo não-kayapó são inimigos; negros fugidos parecem ser amigos e aliados.

Assim, é razoável supor que a bravura não advém de um mecanismo interno do universo Kayapó, manifesta-se justamente nas relações míticas e históricas entre o mundo interior e o mundo exterior. Projetados para o século XVIII, esse mundo exterior pode ser transfigurado nos agentes do poder colonial, nos negros escravos e índios domesticados, com ténues graus de categorização por parte dos Kayapó. As alianças étnicas com negros calhambolas, e não com negros escravos e índios domesticados tem a ver com a produção ontológica do sistema relacional Kayapó que enleia o parâmetro de bravura. Assim, Kayapó e negros fugidos estão lutando contra um mesmo inimigo. No contexto do século XVIII esses inimigos são as expedições coloniais e os capitães de mato com as investidas para a dizimação tanto de Kayapó quanto de negros fugidos e seus quilombos.

Portanto, o fato é que os encontros históricos dos Kayapó com os diferentes outros durante o século XVIII na região do Triângulo Mineiro apontam para diferentes estratégias de ação e para a coexistência de diferentes regimes relacionais e simbólicos, o que, efetivamente, nos leva a suposição de construção de uma identidade não fixa ou substancial, mas relacional, contextual, histórica e social, pois depende das circunstâncias e dos sujeitos sociais envolvidos.

Referências:



Fontes documentais:

ALMEYDA, Conde D. Pedro. “Cartas do Conde de Assumar ao Rei de Portugal”. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1898, p. 251-266.

CATÁLOGO DE MANUSCRITOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS. “Instrução que deve seguir o João Leme do Prado na expedição de que se acha encarregado”. *Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Villa Bella, 1769, p. 8-45.

SYLVA, Jozé Custódio da. “Carta da Camara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz”. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1897, p. 372-388.

Reg.o de hua ordem q’ se mandou ao Onv.or g.al p.a devaçar do gentio do Certão q’ tem feito mortes (10/02/1728). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 135-7.

Carta da Camara de Tamanduá à Rainha Maria 1ª a Cerca de Limites de Minas-Gerais com Goyaz. *Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 1897, p. 376.

Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional – secção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7, p. 75-80.

Fontes Bibliográficas:

AMANTINO, Márcia. “O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII”. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001. V, 426 f. Tese: Doutorado em História.

ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil. Ano 1649*. CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. “Negros e índios e índios e negros: introdução”. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; *et. al. Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRRN, 2011, p. 7-22.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Imagens de Índios do Brasil: O século XVI*. In: *Estud. av.*, São Paulo, v.4, n.10, set./dez. 1990.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989, p. 143-179.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará. Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. “Claude Lévi-Strauss, quatro décadas depois: As mitológicas” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, fevereiro. 2006*.



MANO, Marcel. “Relações Interétnicas e a História do Contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro” In: *CD Room VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*. Uberlândia, 2010.

_____. “Metáforas Históricas e Realidades Etnográficas: A construção de uma histórica do contato Kayapó no Triângulo Mineiro”. In: *Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia*, v.23, n.2, jul./dez.2010.

_____. “Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó”. In: *Tellus, Campo Grande*, ano 12, n. 22, jan./jun.2012, p.133-154.

_____. Contato, Guerra e Paz: Problemas de tempo, mito e história. *Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, Uberlândia, n.34, p.193-212, Abril de 2011.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra – índios e bandeirantes na formação de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MORI, Robert. Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goiazes: guerra, etnogenese no “sertão do Gentio Caiapó” (Sertão farinha podre) – século XVIII e XIX. 230 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história no reino das Ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311 – 338.

GT 09 - Povos Indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação

“A Temática Indígena na Escola e o Ensino de História Local/Regional: obstáculos, desafios e a (re)construção da práxis pedagógica”

Grasiela Lima

Resumo

Os desafios e obstáculos no que se refere à efetividade da temática indígena na escola ainda são muito grandes, levando em conta as deficiências na formação de professores, os materiais didáticos que não contemplam os conhecimentos necessários sobre a sociodiversidade dos povos originários, além da reprodução de estereótipos e concepções essencializadas das culturas indígenas. Sendo assim, as abordagens sobre



História Local/Regional tornam a práxis pedagógica ainda mais desafiadora porque os municípios brasileiros, na maioria, contam apenas com uma historiografia tradicional onde os indígenas não aparecem como sujeitos da história. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é, a partir de experiências em cursos de formação de docentes, assim como outras ações educativas em contextos escolares, tecer considerações sobre a necessidade de se superar essas dificuldades a partir da realização de pesquisas em outras fontes e de uma postura crítica em relação aos preconceitos, silêncios e lacunas sobre os indígenas na historiografia local.

Palavras-chave: Histórias e Culturas Indígenas; Educação; Práxis Pedagógica.

Introdução

A história recente do Brasil, marcada pelo processo de redemocratização pós-ditadura militar e tendo a promulgação da Constituição de 1988 como momento crucial, traz conquistas importantes no campo dos direitos humanos fundamentais, a partir da relevante atuação de diferentes movimentos sociais.

Uma questão que se destaca nesse processo é o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural da sociedade brasileira. Assim, a Nova Carta traz os direitos específicos dos grupos étnicos, em especial o direito à diferença, resultado das reivindicações e mobilização das organizações dos povos indígenas, no que se refere ao combate às formas de preconceito e discriminação relacionadas aos seus modos de vida, saberes e práticas culturais.

A partir daí, no âmbito das normas constitucionais, os povos indígenas conquistaram o que Souza Filho (2010) definiu como “o direito de ser índio, manter-se como índio”, com sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições²⁶⁴. Contudo, as dificuldades atuais na efetivação das leis, as ameaças de retrocessos como

²⁶⁴ Trata-se, especificamente, dos artigos 131 e 132 da Constituição Federal:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



no caso dos projetos de emenda constitucional (PECs) que violam os direitos conquistados, e a herança histórica marcada por desigualdades sociais, autoritarismo e racismo resultam em graves problemas de justiça social no país.

Diante deste cenário complexo e contraditório, a questão do respeito e valorização da diversidade cultural torna-se um grande desafio, levando em conta o quadro de ignorância, preconceito e o pouco ou fragmentado conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil, além da permanência de processos de genocídio e etnocídio em diferentes regiões do país.

Para enfrentar essa realidade, os indígenas têm buscado novas formas de mobilização e organização em escala nacional, fortalecendo as lutas, confrontando o Estado e outros setores da sociedade para fazer valer os seus direitos.

No contexto dessas lutas, a educação foi considerada um dos pontos fundamentais de pauta, a partir da necessidade de reconhecimento do direito a uma educação diferenciada: a educação escolar indígena. Dessa forma, os povos originários buscaram ressignificar a escola – historicamente identificada com processos de europeização e cristianização dos indígenas, assim como mecanismo de integração nacional –, e torna-la um espaço de afirmação da cultura e identidade étnica, uma forma de empoderamento dos povos indígenas para o diálogo intercultural.

Por outro lado, no que se refere às escolas não-indígenas, Grupioni (2012) ressalta que encontros de professores indígenas no final dos anos 80 e nos anos 90 do século passado, especialmente no Norte e Centro-Oeste do país, produziram alguns documentos onde aparecem reivindicações sobre a necessidade de uma ação nas escolas não-indígenas. Nesse sentido, o autor destaca duas passagens dos referidos textos: “a sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente nas suas relações com os povos indígenas”, e, “nas escolas dos não-índios, será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e racismo” (p.9).



Dessa forma, a Lei 11.645/08²⁶⁵ emerge num contexto de reivindicações de organizações indígenas, apoiadas por pesquisadores e estudiosos de instituições acadêmicas e indigenistas, promovendo a ideia de que a educação básica no Brasil deve contemplar o tratamento adequado à diversidade étnica e cultural, especialmente no que se refere à história e culturas indígenas.

Sendo assim, e aliada aos movimentos de democratização das escolas através da descolonização dos currículos, a temática indígena se insere no processo de construção de políticas educacionais voltadas para o respeito e valorização da diversidade sociocultural brasileira. Contudo, como aponta Lima (2009), a efetivação desses instrumentos legais trazem novos desafios para as escolas e universidades, no sentido de desconstruir uma estrutura curricular monocultural, de base eurocêntrica, e construir novos currículos e práticas pedagógicas multiculturais que valorizem e dialoguem com a diversidade de valores, saberes, crenças e costumes.

Além disso, no que se refere especificamente à temática indígena, os desafios são ainda maiores, pois “o conhecimento sobre a diversidade indígena no nosso país é especializado, restrito, circunscrito, pouco difundido e de difícil acesso” (GRUPIONI, 2012, p. 10). Neste contexto de desconhecimento e pouco interesse, as escolas de um modo geral têm reproduzido estereótipos, promovido preconceitos, onde os povos originários são retratados como expressão do folclore nacional ou como personagens do passado colonial, vistos como povo único e a partir de abordagens superficiais e generalizantes. Lembrados de forma pontual no dia 19 de Abril – Dia do Índio –, através de caricaturas de índios, as atividades escolares acabam por reforçar imagens distorcidas ou idealizadas e sem nenhuma reflexão sobre a realidade dos povos indígenas na atualidade.

Muito embora existam algumas experiências exitosas no sentido de tratar a temática indígena de forma a contemplar os objetivos voltados para conteúdos e práticas que abordem adequadamente a diversidade cultural, além de livros didáticos incluídos

²⁶⁵ A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.



no PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – cujos enfoques relacionados à temática indígena apresentam algum avanço, ainda prevalecem lacunas e problemas de conteúdo a serem superados.

A partir dessas considerações iniciais sobre os aspectos fundamentais da temática indígena na escola, o presente trabalho apresenta-se como fruto de um processo articulado de estudos relacionados à nossa atuação como professora no curso de Pedagogia numa instituição privada de ensino²⁶⁶, e como membro atuante numa organização não governamental²⁶⁷ voltada para ações no campo da promoção e valorização dos direitos e culturas dos povos indígenas, do patrimônio arqueológico, cultural e ambiental.

A articulação dessas iniciativas tem propiciado uma reflexão sobre a necessidade primordial de repensar a formação inicial e continuada de professores nas questões relacionadas à diversidade cultural, destacando-se a importância de uma formação multiculturalmente orientada, tendo em vista a interlocução das dimensões pedagógica, política e cultural e a atuação do educador como profissional reflexivo e comprometido em romper com práticas monoculturais presentes no cotidiano escolar.

Assim, no que se refere especificamente à temática indígena, buscamos destacar alguns dos desafios e obstáculos para a efetiva implantação dos conteúdos relacionados ao ensino de histórias e culturas indígenas nas escolas de educação básica, como prevê a

²⁶⁶ Trata-se de um trabalho desenvolvido há quatro anos nas aulas de História da Educação no primeiro ano do curso de Pedagogia, das Faculdades Integradas de Jaú/SP, tendo em vista as discussões teórico-metodológicas sobre História Tradicional e História Nova, onde é desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, com o seguinte tema “*História Local: levantamento das narrativas e estudos sobre o surgimento dos municípios da região de Jaú*”. Sendo assim, os alunos são instigados a buscar em diferentes fontes como os autores relatam a história do município em que vivem, especificamente em relação às origens do mesmo. O objetivo da atividade é, em primeiro lugar, verificar se as abordagens estão inseridas no contexto da História Tradicional ou da História Nova/História Social e, também, promover um olhar sobre a história local/regional na perspectiva dos conteúdos de História para o primeiro ciclo, cuja orientação consta dos PCNs de História e Geografia, destacando-se a presença dos povos indígenas na história.

²⁶⁷ Fundação Araporã – Araraquara/SP: <http://fundacaoarapora.org.br/>
Nesta instituição atuamos na coordenação do GEERERI (Grupo de Estudos “Educação e Relações Etnicorraciais na Temática Indígena”), onde temos realizado ações educativas junto às escolas da educação básica do município, tendo em vista a implantação da Lei 11.645/08 no que se refere à temática indígena. Promovemos dois concursos (redação e desenho) nos anos de 2014 e 2015, voltados para estudos e pesquisas sobre a história local/regional destacando os povos indígenas como sujeitos da história. Para maiores informações consultar: <http://fundacaoarapora.org.br/grupos/geereri/>



lei 11.645/08, problematizando especificamente os conteúdos de História abordados nos primeiros anos do ensino fundamental.

Tendo em vista a História Local/Regional, as dificuldades se apresentam a partir do fato de que a maioria dos municípios brasileiros possui como única fonte de pesquisa uma historiografia local de cunho tradicional-positivista, que não contempla os povos indígenas como sujeitos da história.

Dessa forma, no enfrentamento dessas dificuldades na escola, ressaltamos a necessidade de se investir na formação inicial e continuada de professores, a partir da construção de uma práxis pedagógica que leva em consideração a realização de pesquisas em outras fontes e de uma postura crítica no que se refere aos preconceitos, silêncios e lacunas sobre os indígenas na história local.

Do ponto de vista teórico, as discussões aqui empreendidas apresentam uma abordagem interdisciplinar, focadas em diálogos entre conteúdos de História, Antropologia, Sociologia e Educação. Tendo como elemento fulcral a questão da diversidade cultural, privilegamos o enfoque dado pelo multiculturalismo, entendido como movimento teórico-metodológico e político voltado para o reconhecimento e valorização das diferenças, para a contestação de preconceitos e discriminações, assim como espaço de possibilidades de construção de diálogos entre diferentes culturas.

Levando-se em consideração que o multiculturalismo traz abordagens distintas, pautamos nossa análise na visão do multiculturalismo emancipatório, de Boaventura Sousa Santos (2010), onde o referido autor ressalta que não basta o conhecimento e a aceitação da diversidade cultural, mas também é fundamental uma atitude de questionamento e de reflexão a respeito dos preconceitos, da desigualdade e da injustiça social presentes nas relações interculturais.

No que diz respeito aos estudos históricos, buscamos fundamentar nossas reflexões a partir da História Social, destacando-se abordagens da História Indígena²⁶⁸ que partem do pressuposto de que a história indígena não é temporalmente determinada

²⁶⁸ Segundo Cavalcante (2011) destaca a década de 90 como um marco na publicação de importantes trabalhos que trazem perspectivas da História Indígena como a coletânea “História dos Índios no Brasil”, de Manuela Carneiro da Cunha (1992), e os trabalhos “Negros da Terra”, de John Manuel Monteiro (1994) e “Ensaio em Antropologia Histórica”, de João Pacheco de Oliveira (1999).



pela história colonial, mas promove a descolonização do discurso histórico e toma os povos indígenas como sujeitos históricos plenos (CAVALCANTE, 2011).

Além disso, ressaltamos a visão dos indígenas em relação à própria história, levando em conta aspectos como a tradição oral e as identidades plurais, reconhecendo, assim, o protagonismo dos povos indígenas e as características específicas de suas diferentes culturas.

Por fim, no que se refere à educação, o foco são as concepções e práticas pedagógicas estão relacionadas às temáticas da inclusão²⁶⁹ e do currículo, a partir da perspectiva multicultural.

A Lei 11.645/08 e a Temática Indígena na Escola

Como vimos, o ensino de história e culturas indígenas nas escolas de ensino básico no Brasil, como determina a Lei 11.645/08, é resultado de uma luta pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural indígena, a necessidade de construção de um debate voltado para uma revisão da história do Brasil, buscando quebrar preconceitos, silêncios, lacunas e superar visões românticas ou folclorizadas, em que os indígenas são retratos como “sujeitos condenados não apenas ao passado, mas também à pobreza, à preguiça, ao isolamento e a uma pretensa inferioridade biológica e cultural”(BRITO, 2009, p. 68).

Muito embora diferentes estudiosos apontem para a importância da referida lei, como Bergamaschi (2012), Neves (2013), Penha (2012), Russo e Paladino (2014), no sentido da mesma constituir-se como instrumento de combate ao preconceito e discriminação contra indígenas e afro-brasileiros, os autores também realizam críticas ao próprio texto da lei que apresenta limitações e problemas conceituais.

[...] identificamos limitações no fato do conteúdo da lei não explicitar abertamente o caráter multicultural do país e se referir a negros e indígenas como “dois grupos étnicos” que caracterizam ‘a formação da população brasileira’. Essa última sempre apresentada no singular, sem

²⁶⁹ A questão da inclusão aqui proposta está vinculada às ideias desenvolvidas pelas autoras CANEN e XAVIER (2008), especialmente no que diz respeito à inclusão escolar a partir do olhar multicultural.



problematizações ou discussões relacionadas a processos de desigualdade e exclusão existentes.

Acreditamos ser outra limitação a ênfase “no resgate das contribuições (de negros e indígenas) nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”. Se por um lado, é uma orientação importantíssima para desvelar a invisibilidade destes grupos e destacar a relevância de sua atuação ao longo da história do Brasil, por outro, sem maiores esclarecimentos, pode-se subentender que sua relevância se associa apenas ao fato de que contribuíram para a mestiçagem desse país, apontando traços culturais isolados e folclorizados. Nesse sentido, consideramos que a Lei aponta poucos conteúdos de aprendizagem que podem ser trabalhados sobre o assunto. (RUSSO e PALADINO, 2014, p. 39, grifos das autoras).

Apesar dos problemas apontados, cabe ressaltar que a lei traz possibilidades para a efetiva implementação de seus dispositivos, a partir de uma postura dialógica em relação aos aspectos controversos do seu conteúdo. Trata-se de um processo contraditório em curso, mas que apresenta pontos positivos como a própria visibilidade dada à questão indígena na escola, a mudança de perspectiva adotada nos livros didáticos de História, o oferecimento de cursos de formação continuada para professores em vários locais do Brasil, o desenvolvimento de novos estudos nos campos da Educação, Antropologia e História, com surgimento de novos grupos de pesquisa em universidades e outras instituições.

Contudo, são considerados processos contraditórios exatamente porque trazem no seu bojo dificuldades e obstáculos, tendo em vista as deficiências nas políticas públicas voltadas para a plena efetividade da lei. Se levarmos em consideração apenas a questão do livro didático, ainda existem lacunas e imprecisões nos seus conteúdos. Segundo análise realizada por Russo e Paladino (2014) nos Guias PNLD divulgados pelo MEC em 2013, área de História, as análises dos avaliadores das coleções voltadas para os primeiros anos do Ensino Fundamental, apontam que a inclusão da temática indígena é um processo com importantes avanços, porém com desafios ainda maiores.

Há uma preocupação em cumprir a legislação com relação aos povos indígenas, mas suas contribuições e participação na História do Brasil, em muitas obras, aparecem bem menos do que a dos brancos e negros. Ao longo do corpo do texto, os indígenas só são considerados, muitas vezes, no período colonial. É como se eles tivessem desaparecido, para só surgirem com a Constituição de 1988, ou seja, nos dias atuais. Assim, termina-se por reproduzir uma história tradicional segundo a qual os índios desaparecem com o processo de colonização (BRASIL, 2012, p. 24, *apud* RUSSO e PALADINO, 2014).



Além dos problemas apresentados pelos livros didáticos, outra questão importante, e foco privilegiado das nossas análises, é a formação inicial e continuada de professores, levando em conta que estes sujeitos são mediadores no processo educativo, refletem e fazem escolhas sobre o que ensinam e tem saberes múltiplos. Nessa perspectiva, entende-se que o docente é um agente fundamental na construção do currículo. De nada serve uma proposta curricular diferenciada se o mediador não tiver uma formação adequada e um instrumental que favoreça sua eficácia.

A incorporação da diversidade no currículo deve ser entendida não como uma ilustração ou modismo. Antes, deve ser compreendida no campo político e tenso no qual as diferenças são produzidas. Portanto, deve ser vista como um direito garantido a todos e não somente àqueles que são considerados diferentes.

A diversidade indaga o currículo, a escola, as suas lógicas, a sua organização espacial e temporal. No entanto, é importante destacar que as indagações aqui apresentadas e discutidas não são produtos de uma discussão interna à escola. São frutos de uma inter-relação entre escola, sociedade e cultura e, mais precisamente da relação entre escola e movimentos sociais.

Assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É entender a educação como um direito social e o respeito à diversidade no interior de um campo político (GOMES, 2007).

Temos, assim, duas situações que se inter-relacionam: os problemas dos livros didáticos e as lacunas na formação inicial dos professores, pois poucos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas no Brasil apresentam conteúdos voltados para as relações etnicorraciais, especialmente no que se refere à temática indígena. Assim, dificilmente os docentes possuem condições teórico-pedagógicas adequadas para trabalhar esses conteúdos, identificar problemas conceituais ou históricos, posicionar-se criticamente diante destes fatos ou até mesmo defender a diversidade no currículo e a incorporação de novos saberes.

Como bem observou Grupioni (2012), ainda prevalecem ideias construídas historicamente, reproduzidas por diferentes veículos de comunicação e diversos contextos educativos, que dificilmente conseguem ultrapassar a imagem caricatural dos



índios nus, vivendo em harmonia com a natureza, cultuando Tupã e Jaci, pescando e caçando com arcos e flechas.

Os Povos Indígenas, o Ensino da História Local/Regional e a Práxis Pedagógica

Segundo os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) para o ensino de História, os conteúdos sobre a História Local/Regional estão previstos no eixo temático “História Local e do Cotidiano”, cujos objetivos conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço.

No que se refere aos povos indígenas (identificados no documento como “comunidade indígena”), constam as seguintes orientações para os professores:

- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico;
- o território que habitam e que já habitaram, organização das famílias e parentesco, a produção e distribuição de alimentos, a divisão do trabalho entre os sexos e as idades, as moradias e a organização do espaço, os rituais culturais e religiosos, as relações materiais e simbólicas com a natureza (os animais e a flora), a língua falada, as vestimentas, os hábitos cotidianos de higiene, a medicina, as técnicas de produção de artefatos, as técnicas de coleta ou produção de alimentos, a delimitação do território geográfico e de domínio da comunidade, os espaços que são públicos e os espaços considerados privados, as transformações sofridas pela cultura no contato com outros povos, as relações de amizade, trocas ou identidades com outras comunidades indígenas, as brincadeiras e as rotinas das mulheres, dos homens, das crianças e dos velhos, a mediação do tempo, o contar histórias, as crenças, lendas e mitos de origem, as manifestações artísticas, como músicas, desenhos, artesanato, danças.
- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade dos alunos e da cultura indígena (BRASIL, 200, pag. 55/56).

A partir daí, também existe a orientação para que os docentes trabalhem “os aspectos da coletividade dos alunos, diferenciando-os do modo de vida da comunidade indígena” e destacando a importância de não se realizar comparações que depreciem qualquer cultura.

Como observado anteriormente em relação ao texto da Lei 11.645/08, os documentos oficiais da Educação também apresentam alguns problemas conceituais e um conhecimento parcial ou distorcido da realidade dos povos indígenas no Brasil. Neste trecho destacado dos PCNs, em especial, não se leva em consideração a



diversidade dos povos indígenas que, segundo dados do IBGE 2010²⁷⁰, são 305 etnias identificadas, falantes de 274 línguas.

Assim, é importante ressaltar que podem existir mais de uma etnia indígena no entorno do município, que não estão mais na região por conta de processos históricos de expulsão ou genocídio, mas que antes da fundação da cidade, várias etnias circulavam na região, além de outros enfoques relevantes dos contextos relacionados à presença indígena na história local/regional.

Observa-se que são muitos os aspectos a serem conhecidos em relação às diferentes etnias, e nem sempre se encontra uma bibliografia disponível que dê conta dessa realidade. No que diz respeito à História Local/Regional, como assinalamos, boa parte da historiografia se relaciona à produção de memorialistas e/ou está baseada numa produção cujo enfoque é predominantemente de cunho tradicional/positivista, destacando somente figuras masculinas da classe dominante, das famílias tradicionais, enaltecendo as ações consideradas heroicas, privilegiando a história política e econômica.

A história de Jahu começa no momento em que os bandeirantes navegavam pelo rio Tietê e decidiram parar para pescar na foz de um ribeirão. Lá fílgaram um grande peixe chamado Jaú, que é considerado muito gorduroso, ideal para sustentar os bandeirantes que anteriormente passavam pelo território e tinham um grande gasto de energia. O local, desde então, ficou conhecido como Barra do Ribeirão do Jaú. (LEVORATO, 2003)

Muitas vezes os indígenas são apenas *mencionados* quando das explicações sobre as origens do nome da cidade, quando da chegada dos considerados “bravos pioneiros”, ou “desbravadores”, e que desaparecem no decorrer das narrativas.

[...] Os tropeiros, no ir e vir do litoral às minas para compra e venda de animais e outras mercadorias, definiram novos pontos de pouso. O esgotamento das minas de ouro provocou a migração para regiões de terras virgens.

Foi assim que as terras inicialmente habitadas por membros da Confederação dos Guaianazes e chamadas, então, de “sertões de Aracoara” tornaram-se a imensa sesmaria de Araraquara. Dentro dela, num lugar onde aventureiros buscavam terras sem dono para começarem vida nova, tropeiros descansavam para prosseguir viagem ao amanhecer e mineiros iam em busca de um novo sinhô, lá estava o embrião de uma cidade: o do Sítio do Salto ou Fazenda Velha.

²⁷⁰ Os dados completos podem ser visualizados no site da FUNAI <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>



(...) Teria, então, José Ribeiro da Silva Reis, acompanhado de seus oito filhos, construído sua casa em lugar da atual cidade de Brotas.
(RAMOS et al, 1996, p. 16/17)

Ressalta-se que a referida historiografia tradicional se constitui como uma das fontes de pesquisa mais conhecidas e requisitadas por professores, e comumente é indicada para os trabalhos escolares, constituindo-se também como referência para a memória e história local.

Por outro lado, outra referência que pode ser consultada, mas que não é amplamente difundida nas escolas, são os livros didáticos de História Regional indicados pelo PNLD. No caso do estado de São Paulo, temos o trabalho da historiadora Silvia Szterling, onde transcrevemos uma passagem do primeiro capítulo (O encontro do branco com o índio brasileiro nem terras paulistas), introduzindo a Unidade III, intitulada “Dominadores e dominados, senhores e escravos”. O referido capítulo, como os demais do mesmo livro, iniciam-se com uma seção denominada “O que você já estudou, o que você estudará agora”.

No capítulo anterior, você aprendeu a ordenar os acontecimentos da história de São Paulo, dos mais antigos aos mais recentes, e percebeu as mudanças que essa passagem do tempo imprimiu no modo de vida de seus habitantes. Que distância nos separa do paulista típico dos anos 1600 e 1700, aventureiro, desbravador de matas, homem rude, de modos simples e pouco estudo!

Esses primeiros paulistas adotaram de tal modo os usos e costumes dos índios – seu regime alimentar, suas técnicas de caça e pesca, sua arte de construir habitações – que, em 1925, um historiador afirmou:

(...) ao cabo de alguns anos de vida na América, o europeu se parecia mais com o selvagem do que com o homem civilizado.

Rocha Pombo. História de S. Paulo: resumo didactico. São Paulo: Melhoramentos (SZTERLING, 2011, p. 27. Grifos da autora).

A autora apresenta em sua obra, entre outros aspectos, a importância do conhecimento e ensino da História para a formação da identidade, em especial a construção da identidade do povo paulista, e destaca o encontro do “branco” com “índio” e os desdobramentos destes contatos.

A partir da leitura do trecho acima, é possível observar que, do ponto de vista da História Indígena e das orientações constantes nos documentos oficiais da Educação, ainda prevalecem aspectos da abordagem da História Tradicional, especialmente no que se refere à imagem do “índio selvagem” em contraposição ao “europeu civilizado”.



Outro ponto importante é a construção e reprodução de uma visão heroica dos bandeirantes, que ainda perdura na memória dos paulistas como Grandes Homens, destemidos aventureiros e desbravadores. Assim, nos exercícios propostos para os alunos, temos a seguinte atividade proposta por Sztterling (2011):

Será que os bandeirantes passaram pelo local onde está hoje a sua cidade? Será que eles descobriram ouro nessa região? Que grupos indígenas viviam nesse lugar?

Procure informações sobre esse momento da história de sua cidade, que se situa aproximadamente entre 1600 e 1750, pesquisando em livros e documentos.

- na Prefeitura;
- na Biblioteca Municipal;
- Na Internet;
- em entidades de proteção ao índio, como Cimi (Conselho Indigenista Missionário), a UNI (União das Nações Indígenas) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Leia o(s) texto(s) encontrados(s) com o auxílio do dicionário (para resolver dúvidas de vocabulário) e escreva no caderno, com suas palavras, o que você entendeu dessa(s) leitura(s).

Na classe, você lerá seu resumo para seus colegas. (p. 39/40).

A proposta da atividade vai ao encontro de orientações voltadas para o ensino de História, na perspectiva da História Social, orientando a pesquisa em diferentes fontes, favorecendo o desenvolvimento da consciência histórica, a aproximação dos alunos com os métodos de trabalho do historiador e promovendo a possibilidade de autonomia para leituras críticas da sociedade (BITTENCOURT, 2004).

Contudo, no que diz respeito à História Indígena ou a perspectiva da presença indígena na história do estado de São Paulo, temos a reprodução da imagem dos bandeirantes como sujeitos da história, e a questão indígena como fato secundário (*apenas* busca-se identificar quais “grupos indígenas” viviam no local) indicando a pesquisa em instituições consideradas *apenas* como “protetoras” dos índios. Se realizarmos, como indicado, uma pesquisa em dicionários, a palavra “protetor” apresenta os seguintes significados: que protege; indivíduo que ampara outrem; pai; favorecedor; patrono, que serve para proteger ou defender. Sendo assim, coloca os indígenas numa posição de quem precisa ser tutelado (que tem ou recebe proteção; amparado; defendido), questão que se coloca na contramão das lutas políticas dos povos indígenas na atualidade, especialmente após a Constituição de 1988, onde garantiram



sua autonomia e autodeterminação, através dos arts. 231 e 232 anteriormente mencionados.

Observamos claramente que os materiais didáticos, mesmo os aprovados pelo FNLD, ainda apresentam incongruências, contradições, lacunas e as visões enraizadas produzidas pela historiografia tradicional, que reproduzem imagens dos povos indígenas a partir de estereótipos, preconceitos, e ainda vinculadas ao passado colonial.

Portanto, para o estudo das histórias e culturas indígenas, a partir da Lei 11.645/08, e levando em conta as orientações dos PCNs de História no eixo História Local/Regional, é preciso enfrentar as dificuldades em relação às fontes que não privilegiam esse enfoque, ou o fazem de forma bastante deficitária. Sendo assim, o papel do professor reflexivo, que pauta sua práxis pedagógica pela visão histórico-crítica, é fundamental para a superação dessa realidade.

A operacionalização das atividades pedagógicas voltadas para o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas não-indígenas poderá ocorrer através de exercícios diversificados. Apenas para exemplificar, os professores poderão realizar com seus alunos reflexões sobre *os preconceitos e omissões* sobre os povos indígenas, expressos em livros didáticos utilizados pela própria escola em que estão alocados, assim como podem recorrer a noticiários veiculados na grande imprensa sobre a temática indígena, observando as *contradições*, as *tensões sociais*, e as *tendências políticas em conflito* no bojo do debate (BRITO, 2009, p. 69. Grifo nosso).

Nas atividades que empreendemos como professora do curso de Pedagogia, buscamos realizar junto aos alunos essas reflexões, a partir de pesquisas e análises em livros e outras publicações que versam sobre a história local/regional, assim como em livros didáticos dos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental, tendo em vista a construção de uma visão crítica desses materiais, contribuindo para uma formação inicial de professores que tenham condições de superar as limitações das fontes mais convencionais em relação aos estudos de História na educação básica.

Por outro lado, em relação à formação continuada de professores, como assinalado, temos pautado nossas ações com iniciativas junto às escolas que buscam incentivar a participação dos alunos, sob a orientação dos professores, em atividades voltadas para pesquisas sobre a história local/regional, destacando o protagonismo dos povos indígenas, e focando como um dos objetivos fundamentais do trabalho promover



reflexões sobre as deficiências da historiografia local e incentivar a pesquisa em outras fontes como Museus e Arquivos Históricos.

Um dos frutos dessas ações educativas foi a realização, em 2015, de um minicurso²⁷¹ sobre o ensino de histórias e culturas indígenas voltado para professores da rede básica de ensino de Araraquara/SP, resultado de uma demanda dos próprios docentes que encontraram dificuldades em orientar os trabalhos dos alunos, pois não possuíam formação adequada na temática indígena, especialmente nas questões locais/regionais, fato que impossibilitava o apoio pedagógico aos estudantes.

Assim, a questão da importância da formação inicial e continuada de professores em relação à temática indígena torna-se consenso entre especialistas e pesquisadores, mas também entre os próprios indígenas. Depois de oito anos da promulgação da Lei 11.645/08, ainda se avançou muito pouco na sua implementação e um dos aspectos fundamentais está relacionado às deficiências na formação docente. Contudo, não se pode esquecer que os indígenas são sujeitos da própria história e, portanto, devem ser protagonistas também nesse trabalho.

É importante ressaltar que as mudanças necessárias ao ensino da história e cultura indígena nas escolas não-indígenas serão efetivas somente através da formação dos professores, o que pressupõe que a realização de pesquisas bibliográficas é apenas uma das atividades urgentes. O estado, em parceria com instituições privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs), deverá promover cursos de formação dos professores da rede de educação básica, sendo que tal formação não poderá prescindir da participação de grupos indígenas entre os formadores. Ninguém poderá falar pelos indígenas sobre a diversidade, sobre as suas dificuldades e limites no relacionamento com os não-índios. Enfim, as “outras histórias” que a historiografia e o ensino de história têm omitido poderão ser contadas e ensinadas por seus legítimos representantes, os indígenas. (BRITO, 2009, pag. 69, grifo do autor).

Assim, a partir das reflexões aqui empreendidas, e por total coerência aos nossos propósitos e as perspectivas teórico-metodológicas que fundamentam nossa abordagem sobre o ensino de histórias e culturas indígenas nas escolas, destacamos a passagem acima no sentido de (re)afirmar que é fundamental a participação dos indígenas nas ações ou atividades que envolvam seus interesses, que lhes dizem respeito diretamente,

²⁷¹ O minicurso, intitulado “Diversidade Cultural e o Ensino de História dos Povos Indígenas nos Campos de Araraquara: desafios e possibilidades da implementação da Lei 11.645/08 na Educação Básica”, foi ministrado por mim e pelo Dr. Robson Rodrigues.



pois trata-se da sua própria história, dos elementos constitutivos de suas identidades, que se referem aos seus modos de vida e suas crenças. Sem esse protagonismo, as ações tornam-se ilegítimas. É preciso ouvir os sujeitos da história:

A história indígena se divide em duas partes. A primeira são os mitos, as histórias de antigamente. Cada povo explica de maneira diferente como foi que nasceu o mundo. Os homens, o sol e a lua, os nomes das coisas, os bichos, os legumes, as festas, os remédios da mata, o cipó e todas as ciências. A segunda parte explica o que aconteceu em diferentes momentos da vida de cada nação indígena: as mudanças na organização, no governo e na economia, os conflitos entre famílias, as guerras com outras nações. Estuda o tempo em que nossos povos não tinham contato com os brancos. É a história de antigamente que conta como vivíamos nas malocas, como eram os nossos costumes, a nossa cultura tradicional: as festas, a medicina da mata o artesanato, nossos vestuários e nosso governo. Também estuda o tempo em que sofremos as primeiras correrias, o tempo em que trabalhamos para os patrões e o tempo em que asseguramos as nossas terras, conquistamos nossos direitos e passamos a viver libertos de novo.

Edson Medeiros Ixã Kaxinawá, Isaac Pianko Asheninka, Geraldo Aiwa Apurinã, Fernando Luiz Kateyuve Yawanawá (KAXINAWÁ et al, 1996, pag. 7)

Considerações Finais

Quando pesquisamos os inúmeros trabalhos produzidos nos últimos anos sobre a temática indígena na escola, com foco na discussão da implementação da lei 11.645/08, as palavras mais utilizadas nos títulos das publicações são: “dificuldades”, “desafios” e “obstáculos”, ao lado de “reflexões” e “possibilidades”. Evidentemente, não se trata de simples coincidência, pois trabalhar com as histórias e culturas indígenas, no contexto da diversidade cultural brasileira, implica enfrentar uma série de desafios.

Na reflexão aqui empreendida, trouxemos alguns aspectos relacionados às discussões sobre a história local/regional, destacando os povos indígenas como primeiros habitantes e as ausências, lacunas e incongruências da historiografia local/regional que, na maioria dos municípios brasileiros, apresenta uma abordagem tradicional, destacando apenas os Grandes Homens, heróis desbravadores, empreendedores e poderosos.

A partir da discussão sobre a importância de se trabalhar a diversidade cultural na escola, no contexto das visões que buscam superar as perspectivas eurocêntricas do



currículo e construir propostas que realmente dialoguem com outras formas de conhecimento, de saberes e de práticas.

A formação inicial e continuada de professores coloca-se como fundamental para que os mesmos compreendam o conceito de inclusão de forma ampla, no sentido de (re)construção da práxis pedagógica, questionando os lugares de poder, que perceba a injustiça na ausência do outro no contexto da educação (FREIRE, 2003).

Assim, os obstáculos e dificuldades no que se refere ao estudo das histórias e culturas indígenas, especialmente no contexto da história local/regional possam ser superados, através da compreensão de que a diversidade cultural deve se constituir em fator impulsionador de novas formas de construir as aprendizagens e promover a cidadania.

Referências Bibliográficas

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. “Povos Indígenas e ensino de História: a Lei Nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade”. In BARRASO, Vera Lúcia Maciel et. al. (Orgs.) *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto alegre: Estação Exclamação/ANPUH-RS, 2010.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamento e métodos*. São Paulo: cortez, 2004.
- BRASIL, Guia de Livros Didáticos: PNLD 2013: história. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de educação Básica, 2012c.
- _____, *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. 2 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BRITO, Edson Machado. “O Ensino de História como Lugar Privilegiado para o Estabelecimento de um Novo Diálogo com a Cultura Indígena nas Escolas Brasileiras de Nível Básico”. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 59-72, jul./dez. 2009.
- CANEN, Ana; XAVIER, Gisele Pereli de Moura. “Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases e silêncios” In **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 48. Set.-Dez., 2011 (641-8140).
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Etno-História e a História Indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa”. In *História (São Paulo)*, v. 30, n. 1 p. 349-371, jan./jun. 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



GOMES, Nilma Limo. **Indagações sobre Currículo**. Diversidade e Currículo. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Estudos para Regularizar a Lei 11.645/08*. Documento Técnico Consolidado. UNESCO/CNE, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=34951-documento-tecnico-historia-cultura-povos-indigenas-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15/08/2016.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná et al. *História Indígena*. Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC, 1996. Disponível em http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/LEMAD-DH-USP_Hist%C3%B3ria_Ind%C3%ADgena.pdf Acesso em 28/08/16.

LEVORATO, Adão Valdemir. *O Jahu. Encontros, Cantos e Encantos. A cidade em cores*. São Paulo: Dom Bosco, 2003.

LIMA, Elmo de Souza. “Multiculturalismo, Currículo e Formação Docente: diálogos sobre os desafios contemporâneos” In *Anais do 5º Encontro de Pesquisas em Educação da UFPI*, 2009. Disponível em http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/5_Elmo%20de%20Souza%20Lima.pdf Acesso em 25/04/2014.

NEVES, Josélia Gomes. “Currículo Intercultural: o processo de aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas da Amazônia”. *Revista Partes*. V. 15, São Paulo, 2013.

PENHA, Maria da. “A Diversidade Étnico-Racial na Escola e a Temática Indígena em Questão: discutindo políticas públicas para a efetivação da Lei 11.645/08. In *IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco*. Caruaru, 13-14 de setembro de 2012.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. “Reflexões sobre a Lei 11.645/08 e a Inclusão da Temática Indígena na Escola” *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana. GEPIADDE, ano 8, Vol. 16, jul./dez. 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Reconhecer para Libertar*. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*. 1ª ed. (1998), 7ª reimpr./Curitiba: Juruá, 2010.

SZTERLING, Silvia. *Estado de São Paulo. História*. 4º/5º ano, volume único. 1 ed. – São Paulo: FTD, 2011.



GT 09 – Povos indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação

Arqueologia dos grupos Jê do Triângulo Mineiro e norte de São Paulo

Renan Pezzi Rasteiro

RESUMO: Essa comunicação tem como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir do levantamento de dados etno-históricos e arqueológicos da região da Bacia do Rio Grande, norte de São Paulo e Triângulo Mineiro, tendo como foco os grupos indígenas Jê, denominados nos documentos como Kayapó Meridionais (ou do sul). A partir da documentação relacionada a cronistas, naturalistas, viajantes, religiosos e exploradores que percorreram a área entre os séculos XVII e XIX, se evidenciaram os movimentos de resistência empreendidos pelos indígenas em relação às frentes de expansão sertanistas da época. Através da sistematização de dados a respeito dos sítios arqueológicos já identificados na área, fornecem-se elementos que complementam pesquisas de outras disciplinas e contribuem para uma projeção da história desses indivíduos, auxiliando na inserção do indígena no discurso de formação da história regional. Buscando colaborar com as futuras pesquisas sobre a Arqueologia, História e Antropologia dos grupos Jê na Bacia do Rio Grande.

Palavras-chave: Arqueologia, Grupos Jê, História Indígena, Bacia do Rio Grande, Kayapó Meridionais

Introdução

A Arqueologia pode ser compreendida como uma disciplina que possui um modo particular de entender as relações humanas e seus passados, através da análise das interações destes com os objetos e com a paisagem.

Atualmente nota-se uma constante dissolução das identidades nacionais fruto dos avanços da globalização. Nesse contexto, o passado como herança reforça a construção das identidades e o sentimento de pertencimento a algum lugar em relação à universalização dos espaços. A Arqueologia contribui, no momento em que se volta



para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos, para alcançar uma maior compreensão das pessoas no presente para, a partir disso, ampliar o conhecimento do passado (CORRÊA, 2013 p. 26). Porém o que se nota na arqueologia brasileira, de maneira geral, é um descompasso entre os estudos arqueológicos e a construção de uma história que insere os grupos indígenas na formação das identidades nacionais.

Com base nessa perspectiva o principal objetivo desse trabalho visa contribuir para o avanço das pesquisas arqueológicas sistemáticas nos contextos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e tem como foco os grupos indígenas pertencentes aos falantes da família linguística Jê, do tronco Macro-Jê, denominados nos documentos históricos regionais como Kayapó Meridionais²⁷².

A área analisada abarca parte da Bacia do Rio Grande, nas duas margens do rio, sendo a margem direita o estado de Minas Gerais e margem esquerda o estado de São Paulo. O trecho analisado parte desde a confluência do Rio Canoas onde se iniciam as divisas dos estados de SP e MG, até a junção Rio Grande com o Rio Paranaíba formando o Rio Paraná. Na região paulista a área abarca três unidades de Recursos Hídricos sendo elas a bacia do Turvo-Grande (UGRHI 15), a bacia do Baixo-Pardo/Grande (UGRHI 12) e a bacia Sapucaí-Grande (UGRHI 8), em uma área de cerca de 100 municípios. Já na margem mineira, a pesquisa se ateve somente aos municípios diretamente banhados pelo Rio Grande, mais especificamente o Baixo- Grande (GD8), totalizando 19 municípios (Figura 1).

²⁷² O nome Kayapó será aqui tratado com a letra “K”, segundo a convenção assinada em 1953, no âmbito da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, que buscava uniformizar os nomes das sociedades indígenas brasileiras nos textos de língua portuguesa. Porém, aqui ressalto que por vezes verão, ao longo do texto a grafia Cayapó ou Caiapó com “C”, que corresponde à grafia presente nos documentos históricos anteriores a convenção, e que optamos por manter nas citações. Vale lembrar também que esses Kayapó a que a comunicação se refere, a priori não possuem nenhuma relação direta com os Kayapó Setentrionais ou Mebengokre, que vivem nos estados do Mato Grosso e Pará.

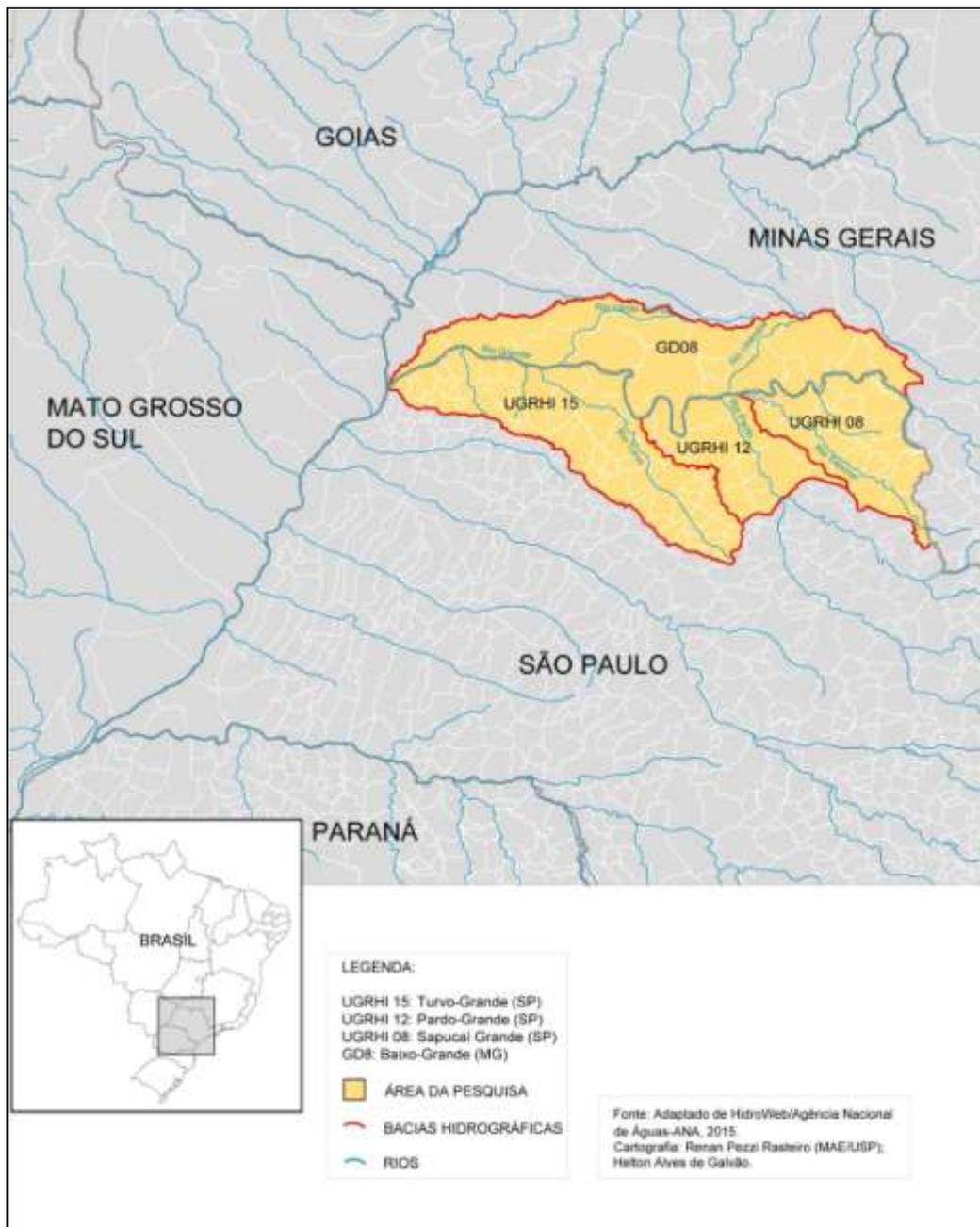


Figura 1 – Área da pesquisa

Nessa comunicação procura-se demonstrar a importância da Arqueologia para reconstrução de uma história indígena local. Essa ideia parte de uma constatação acerca



da irrelevância histórica dada para os grupos indígenas que ocuparam a área localizada na Bacia do Rio Grande.

O contexto histórico

O processo de ocupação, organização e povoamento português no Brasil se dá a partir de 1530, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, que possuíam a intenção de proteger as costas brasileiras contra as invasões de outras potências europeias, uma vez que estas terras já eram consideradas parte do patrimônio do Reino de Portugal. Esse período se estende até meados do século XIX, quando o Brasil é declarado Reino Unido de Portugal.

As primeiras incursões sertanistas provindas de São Paulo datam do início do século XVI e vão até o século XVIII, estas se caracterizavam pelo aprisionamento de índios e a busca de metais preciosos. Nos documentos da época eram tratadas como entrada, jornada, viagem ou descobrimento (TAUNAY, 1929 p.115). Como Glória Kok (2004) relata, o termo bandeira se divulga através da documentação somente no final do século XVI e adveio “do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra”.

As expedições bandeirantes eram empreendimentos lucrativos e abundantes, que reuniam indivíduos de classes sociais variadas, mas que geralmente já possuíam alguns bens na capitania de São Paulo. Apesar desses senhores geralmente serem os patrocinadores das entradas aos sertões, a grande maioria dos integrantes de uma bandeira paulista era constituída de escravos indígenas que formavam tropas auxiliares cuja função era a de guiar as viagens, além de combater e capturar os indígenas dos sertões (KOK, 2004, p. 47).

Durante o século XVII, colonos de São Paulo assaltaram inúmeras aldeias indígenas em diversas regiões da Capitania, trazendo grande número de índios como cativos e os colocando para trabalhar em suas lavouras na condição de “serviço obrigatório”. Com isso houve um visível aumento na mão-de-obra indígena no planalto paulista, o que por sua vez foi a engrenagem que possibilitou o desenvolvimento de um



circuito mercantil interno do país, fazendo com que São Paulo interagisse com outras regiões da colônia. No geral pode-se dizer que o “bandeirismo” sempre teve o mesmo motivo fundamental: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para a manutenção da agricultura paulista (MONTEIRO, 1994, p. 57).

No entanto, ao longo dos séculos as condições de apresamento desses grupos foram se alterando, devido principalmente às condições geográficas, às distâncias percorridas, às reações dos indígenas abordados e aos custos das expedições. Pode-se afirmar que até a primeira metade do século XVII, a Capitania de São Paulo preencheu suas necessidades de mão-de-obra cativa com grandes levas de índios guarani, contudo esse abastecimento é bruscamente interrompido nos anos de 1640. Essa interrupção no fornecimento de cativos repercutiu gravemente na estrutura econômica local. Diante de tal situação, os colonos tiveram que desenvolver novas estratégias de apresamento de indígenas. Na medida em que os escambos e assaltos do século XVI e início do XVII se deram nas imediações do Rio Tietê, agora as expedições teriam que se projetar mais além, ligando-se às emergentes rotas comerciais entre as capitanias.

Durante essa fase, diversos foram os tipos de relações coloniais estabelecidos entre os europeus e os povos indígenas. Essa dinâmica cultural gerou transformações em diversas escalas do cotidiano de grupos índios e não-índios, gerando a renovação das identidades dos grupos envolvidos.

No caso dos grupos indígenas da Bacia do Rio Grande esses processos coloniais só vão se iniciar a partir da segunda década do século XVIII, com a descoberta das minas de Goiás e Cuiabá.

Apesar de, desde a segunda metade do século XVII, notarem-se registros de solicitações de terras ao longo do sertão do Brasil Central, é somente em meados do século XVIII que são descobertas minas de ouro na área onde atualmente se encontra o estado de Minas Gerais, incitando ainda mais a expansão sertanista. Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira de Cabral, partindo de São Paulo, vai descobrir nas terras do Mato Grosso as minas de Cuiabá (ATAÍDES, 1998 p. 68). Posteriormente em 1725, foram descobertas as minas de Goiás. Na busca por percursos mais seguros, os paulistas partiam de São Paulo em direção a Jundiáí, direcionando-se depois para Mogi Mirim,



Mogi Guaçu e Casa Branca, em seguida tomavam rumo para noroeste chegando na área onde hoje se encontram os municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava. O Rio Grande era atravessado por Igarapava ou Miguelópolis (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 46), trajeto que ficou conhecido como “Estrada dos Goiazes”.

A partir da análise bibliográfica, o que se nota é a grande quantidade de relatos e documentos deixados por cronistas, naturalistas e viajantes que estiveram na região do século XVII até o século XX, apresentando um número considerável de informações para a história indígena.

Entre os povos Jê citados nas fontes históricas consultadas sobre a região da pesquisa, predomina a designação genérica Kayapó. De maneira geral pode-se dizer que esse é um termo que não corresponde a uma etnotaxonomia social. Longe disso, ele aponta justamente a construção de uma modalidade etnocêntrica do contato que se encontra no âmbito de uma classificação entre índios mansos e hostis, civilizados e selvagens, língua geral e língua travada. Como tantas outras palavras que surgem do tratamento da documentação, Kayapó é um termo construído pelos Tupi ou Guarani e ele significa, literalmente, “como macaco” (TURNER, 1992, p. 311). Podemos atribuir essas colocações a alguns fatos marcantes das bandeiras. Primeiro o de muitos intérpretes do contato terem sido índios Guarani tornados escravos pelos paulistas e, segundo, da língua geral ou nheengatú ter sido a língua oficial das cerca de 250 entradas e bandeiras do XVI ao XVIII, a denominação Kayapó pode ser vista como uma concepção nessa língua aplicada a uma série de grupos ou subgrupos que não compartilhavam características Tupi ou Guarani.

Por conta disso, uma das dificuldades de se tratar os termos constantes nas fontes documentais é saber que, muitas vezes, um mesmo termo poderia ser usado com referência a grupos diferentes ou que termos diferentes poderiam ser aplicados a um mesmo grupo. O caso Kayapó serve para ilustrar isso. De acordo com estudos linguísticos e etnográficos (NIMUENDAJU, 1982; TURNER, 1992; URBAN, 1992), atualmente são conhecidos vários dialetos ou subgrupos filiados à designação genérica Kayapó (Kubenkrakren, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotiré, Xikrin, Txukahamãe, Kren–Akarôre, Panará, Mebengokre). Na documentação referente à área



de estudo, somente um desses subgrupos é citado, os Panará, que aparecem em textos do início do século XX na região do Pontal do Triângulo Mineiro, como veremos adiante.

Em alguns casos existem as possibilidades de comparação entre as designações constantes nos documentos históricos e os grupos conhecidos pela moderna Etnologia, mas não há como retirar dos textos antigos a particularidade de subgrupos ou dialetos. O que de fato se nota ao tratar os documentos é a construção de termos homogeneizadores feitos por uma visão etnocentrista. Assim, ao invés das autodenominações grupais aparece quase que invariavelmente o termo genérico Kayapó.

Dessa maneira desde o século XVII esses grupos aparecem ocupando uma ampla área que se estende do norte e noroeste paulista, principalmente na altura onde o Rio Grande encontra o Paranaíba, formando o rio Paraná e próximo à foz do Rio Tietê, no Triângulo Mineiro, norte de Cuiabá e a leste e norte de Goiás (ATAÍDES, 1998. p. 64; KOK, 2004. p. 137).

A presença marcante desses grupos e a belicosidade dos mesmos condicionaram por todos os séculos XVII e XVIII o acesso luso-brasileiro às minas de Mato Grosso e Goiás (MANO, 2006), demonstrando ainda mais a sua importância no processo de formação da história regional.

Breve histórico das pesquisas arqueológicas na região

Os estados de Minas Gerais e São Paulo apresentam um quadro de ocupação humana pré-colonial relativamente bem conhecida. O contexto histórico evidencia inúmeros relatos e dados acerca das populações que aqui habitavam na época da chegada dos europeus.

A Universidade de São Paulo, através do Instituto de Pré-História e Museu Paulista (atualmente Museu de Arqueologia e Etnologia), teve uma atuação marcante nesta área a partir da segunda metade do século passado. Do mesmo modo, estudos desenvolvidos por intermédio de trabalhos arqueológicos em licenciamento ambiental



têm contribuído para a ampliação e identificação dos diferentes contextos humanos no que se refere ao entendimento dos processos de ocupação desse território.

Na região do Rio Grande, os primeiros estudos arqueológicos foram realizados por pesquisadores não filiados a quaisquer instituições. Nos municípios de Franca, Guairá e São Joaquim, no estado de São Paulo, José Anthero Pereira Júnior (1957) realizou coletas assistemáticas e descreveu um material, possivelmente ligados aos Jê, em uma área até então desconhecida pela Arqueologia brasileira. Segundo Mendonça de Souza (1991, p. 89), apesar de Pereira Jr ter debatido vários temas da Arqueologia, este havia se concentrado nos estudos de arte rupestre, e somente em 1941 é que começa a publicar seus dados e observações tendo chegado a quase 60 publicações.

Subsequentes a esses estudos, projetos arqueológicos sistemáticos surgiram, buscando mapear e conhecer melhor os contextos regionais relacionados a bacias de afluentes do Rio Grande. Isso se deu principalmente na década de 1980, tanto na margem paulista, por exemplo, com os trabalhos de Solange Caldarelli e Walter Neves (CALDARELLI; NEVES, 1981), como na margem mineira com Márcia Angelina Alves (ALVES, 1992).

Nas décadas seguintes diversos projetos relacionados aos processos de licenciamento ambiental vão delineando os contornos de um quadro arqueológico da bacia do Rio Grande (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007; RODRIGUES, 2008; SCIENTIA, 2014).

Apesar dessas pesquisas se que se nota é a falta de uma síntese arqueológica para a região do Rio Grande. Talvez, por conta da dinamicidade dos trabalhos que vêm sendo feitos e da transitoriedade dos dados, podemos afirmar, como aponta Afonso (2009), que *“a síntese é um produto datado, fragmentário e passível de modificações futuras com a incorporação de dados provenientes de novas pesquisas”* (AFONSO, 2009).

Com base nessa prerrogativa, dados foram levantados em diversos meios e instituições, procurando alinhar os documentos históricos, relatos orais e sítios arqueológicos registrados na região de maneira a contribuir com uma futura projeção



etnográfica da ocupação dos grupos Jê no Triângulo Mineiro e no norte do estado de São Paulo.

Caracterização dos sítios arqueológicos Jê na área pesquisada

Segundo Greg Urban (1992), o local onde teriam se originado os povos Jê estaria em algum lugar entre as nascentes do Araguaia e do São Francisco, próximo a área onde os Xacriabá habitavam. A partir desse ponto teriam ocorridos duas grandes cisões: uma a 3 mil anos onde os Jê meridionais teriam migrado para o sul e outra entorno de 1 e 2 mil anos entre os ramos central e setentrional, onde estes últimos teriam se dirigido à bacia amazônica e gradualmente para oeste. Porém, o autor também cita em seu texto o curioso dado de que historicamente há uma concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia, e que essa região, se confirmadas as análises, poderia ser a zona de origem do Macro-Jê que dali teria se dispersado a 5 ou 6 mil anos (URBAN, 1992 p. 91).

Novos estudos linguísticos (ADELAAR, 2005; RIBEIRO; van der VOORT, 2010), demonstram que as famílias Chiquitano (Bolívia e Mato Grosso) e Jabutí (Rondônia), devem ser incluídas dentro do tronco Macro-Jê. Esses dados iriam contra a hipótese levantada por Urban (1992), e afirmariam o local de surgimento desses grupos como a região oeste no atual estado do Mato Grosso e não a leste.

Duas linhas interpretativas sobre a origem desses povos Jê predominam na Arqueologia, sendo que ambas voltadas para o Brasil Central, local onde houve mais pesquisas relacionadas à Tradição Aratu. A primeira linha defende a ideia de que os grupos Jê e Cariri teriam vindos da Amazônia em levas migratórias ocasionadas por diversos motivos possíveis como mudanças ambientais, expansão, aumentos populacionais, entre outros (BROCHADO, 1990). Dessa forma teríamos as populações do tronco Macro-Jê como os portadores da cerâmica Aratu. Na segunda linha a ideia é de que essas grandes aldeias do Brasil Central sofreram processos históricos específicos, ocorridos no Centro Oeste, que os levaram a se diferenciar na produção cerâmica (WÜST; BARRETO, 1999).



Para Robrahn-González (1996a, 2001), uma hipótese de origem dos grupos seria uma combinação de fatores internos e externos dessas comunidades, ressaltando que o desenvolvimento das mesmas pode ter derivado tanto de processos locais, quanto de deslocamentos externos, envolvendo diferentes formas de contato cultural. Neste modelo a pesquisadora aponta diversos tipos de interações entre grupos ceramistas Tupi e Jê do Brasil Central. A autora coloca em questão a diversidade das indústrias cerâmicas do estado de São Paulo, através de cerca de 200 sítios conhecidos até então. A autora determina três grandes unidades classificatórias para o estado, sendo elas as Tradições Tupiguarani, Itararé e Aratu-Sapucaí. A primeira seria uma ocupação mais antiga e se distribuiria em todo estado, a segunda se concentraria na região sul e a terceira na região norte do estado, sendo essa última o foco desta pesquisa (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001).

A tradição arqueológica Aratu foi definida por Valentin Calderón (1972), em estudo realizado no Distrito de Aratu, localizado na Baía de Todos os Santos, sendo caracterizada inicialmente pelas inúmeras urnas funerárias piriformes. As pesquisas de Calderón (1969; 1972) consolidaram essa tradição ao localizar outros sítios no estado baiano, sendo 14 sítios no litoral norte e 12 na região ocidental do estado.

A cerâmica Aratu se distingue pela não decoração, a utilização de antiplástico mineral, vasilhas piriformes, vasos geminados, tigelas e bordas onduladas. André Prous (1992) ressalta, no entanto, a influência Tupiguarani em algumas regiões, notavelmente no litoral capixaba, onde algumas dessas vasilhas apresentam engobo, e decorações plásticas e pintadas.

Acerca da decoração na cerâmica Aratu, em um texto publicado por Jorge Eremites de Oliveira e Sibele Viana, intitulado a “Pré-História da região Centro-Oeste do Brasil” (2000), os autores já destacam o elemento decorativo não associado a influência Tupiguarani:

Na Tradição Aratu, grande parte dos recipientes é maior que os dos grupos anteriormente tratados. Foram confeccionadas vasilhas piriformes, esféricas ou elipsoides grandes. As bordas dos recipientes não apresentam reforço e as bases apresentavam-se arredondadas, côncavas ou furadas. São comuns as formas grandes que comportam



de dezenas a centenas de litros, embora sejam quase inexistentes os grandes pratos ou assadores. Uma outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado. Destacam-se ainda rodela de fuso, carimbos e cachimbos tubulares. As decorações são poucas: inciso, entalhe, unglado, pontado, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, banho vermelho e pintura preta. O antiplástico predominante é o mineral, que é substituído gradualmente pelo cariapé (Schmitz, 1976-1977; Schmitz e Barbosa, 1985). Segundo Mello et. al. (1996), esta relação temporal não está presente em toda a região Centro-Oeste, de modo que os aditivos cerâmicos devem ser utilizados com cautela na pesquisa arqueológica, podendo contribuir ocasionalmente para a identificação de grupos culturais, mas não necessariamente serem utilizados como parâmetro cronológico (EREMITES DE OLIVEIRA, J; VIANA, S. 2000, p. 15-16).

Já a Tradição Sapucaí foi definida por Dias Júnior, no estado de Minas Gerais, junto ao Rio Grande, caracterizando essa cerâmica pela presença de vasos grandes de paredes grossas, diferindo suas formas de piriformes para globulares. Apresenta por vezes o banho vermelho, e vasos menores com paredes finas perfuradas na lateral (PROUS, 1992, p. 351).

Diversos autores propõem a união dessas duas tradições, o que de fato faz sentido, pois as duas apresentam muitas semelhanças, como por exemplo, a não utilização de pratos assadores de mandioca (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996a, 1996b).

Entre as fases, se destaca para nosso estudo a fase Mossâmedes. Identificada por Schmitz entre as décadas de 1970 e 1980, no estado de Goiás, apresenta características comuns básicas das tradições Aratu e Sapucaí, porém expõe traços que indicam a influência da Tradição Uru do Brasil Central, como a utilização do antiplástico vegetal (cariapé), bases planas de 90° e grandes pratos possivelmente utilizados no preparo da mandioca (SCHMITZ et al., 1982).

A morfologia desses sítios da tradição Aratu-Sapucaí se assemelha às grandes aldeias Jê do Brasil Central, sendo formadas por casas dispostas em círculo ao redor de uma grande praça central, eventualmente com duas ou mais linhas concêntricas.

Quando voltamos nossa atenção aos sítios associados à Tradição Aratu-Sapucaí na região da Bacia do Rio Grande, a discussão se torna ainda mais complexa, por conta da variabilidade cerâmica e das interações culturais entre esses grupos Jê e desses com



os Tupi. Isso fica claro nas observações de Pereira Jr sobre seus dados coletados na região de Franca:

Devemos fazer notar, entretanto, que em dados casos, entre restos abundantes dessa cerâmica preciosa tida como de origem tupi-guarani, ocorre um ou outro fragmento de material que, pela sua apresentação sugere origem diferente, enquanto em outros locais ocorre o contrário, ou seja o encontro dessa cerâmica melhor entre os restos de outra mais grosseira acentuadamente diversa (PEREIRA JR, 1957, p. 314).

Em relação à morfologia dos sítios, estes apresentam a forma circular ou elíptica, com áreas organizadas e dispostas em até três concentrações. Baseado em alguns modelos interpretativos criados a partir de trabalhos etnográficos no Brasil Central, essa forma circular das atuais aldeias dessa região estaria ligada à ideia de igualdade e reciprocidade, visível através da equidistância entre as casas dispostas no círculo. Para alguns arqueólogos esses dados permitem uma identificação nos sítios arqueológicos da divisão da aldeia em metades (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2001, p. 42).

Ao mesmo tempo, podemos pensar na semelhança da localização desses sítios na paisagem. Tanto no Brasil Central quanto nesses sítios arqueológicos do Rio Grande, notamos que as aldeias se encontram implantadas longe do rio principal, geralmente em um de seus afluentes. Com exceção do sítio Água Vermelha 2, que se encontra no Rio Grande, próximo à confluência deste com os rios Paranaíba e Paraná.

Outro fato interessante é a presença de sepultamentos primários no sítio Água Limpa em Monte Alto. Essa não é uma característica comum a esses sítios Aratu/Uru que geralmente apresentam sepultamento secundário em urnas piriformes e em quantidade considerável. Além disso, alguns vasilhames apresentam formas carenadas e cilíndricas, podendo indicar uma interação desses povos com os grupos Tupi da região do Mogi-Guaçú e Pardo (AFONSO; MORAES, 2006).

Dados levantados na pesquisa

A coleta de dados teve início no ano de 2012, através do levantamento bibliográfico teórico e das documentações históricas sobre os povos Jê da região. De



fato essa pesquisa histórica já havia sido bem tratada por diversos autores (NEME, 1969; GIRALDIN, 1994; ATAÍDES, 1998; KOK, 2004; LOURENÇO, 2010; MORI, 2015), este trabalho, portanto, focou-se em organizar os dados da melhor maneira possível.

Em 2013 e 2015, se deram os levantamentos nos arquivos das Superintendências Regionais do IPHAN de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, onde foram reunidas as fichas de cadastro de sítios dos municípios da região da pesquisa. A análise das fichas de cadastro de sítios arqueológicos revelou que estas apresentam muitas lacunas.

O aumento significativo dos sítios, encontrados nos últimos anos, pode ser atribuído a edição da Resolução CONAMA 001 de 1986, que incluiu a pesquisa arqueológica no âmbito dos estudos de licenciamento ambiental. Essa situação gerou uma nova tendência de mercado para a arqueologia com características particulares, e que vem sendo discutida amplamente por diversos pesquisadores da área (DELFORGE, 2010 p. 71). No ano de 2009, a empresa Zanettini Arqueologia, demonstrou, através de um levantamento, que 90% das pesquisas arqueológicas no Brasil estão ligadas ao licenciamento ambiental (ZANETTINI et al., 2009). De fato dos 293 sítios levantados na área da pesquisa apenas 1% não fazem parte de pesquisas de licenciamento ambiental.

Ao final da coleta foram identificados o total de 293 sítios arqueológicos cadastrados na área que abarca 118 municípios, dos quais 19 destes se localizam no estado de Minas Gerais e os 99 restantes no estado de São Paulo.

Dentro das bacias paulistas pesquisadas, a Bacia do Pardo-Grande (UGRHI 12) apresentou 46 sítios, a Bacia do Turvo-Grande (UGRHI 15) apresentou 71 sítios e a bacia do Sapucaí-Grande (UGRHI 8) apresentou 87 sítios cadastrados. Enquanto na margem mineira, a Bacia do Baixo-Grande (GD8) apresentou um total de 89 sítios cadastrados.

Considerando o total de sítios levantados pela pesquisa, os tipos de sítios registrados na região variam de maneira significativa. A maioria dos sítios cadastrados, cerca de 107 sítios, são do tipo cerâmico, 99 lito-cerâmicos, 62 líticos, 16 históricos, 2



de arte rupestre, 1 multicomponencial e 6 sem informação, totalizam os 293 sítios cadastrados.

Do total de 293 sítios, 206 se caracterizam como sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos, foco da presente pesquisa, porém, apenas 170 apresentaram coordenadas geográficas válidas, cerca de 82% do total de sítios ceramistas. Como o principal interesse dessa pesquisa se volta para os povos Jê da bacia do rio Grande, a prioridade na análise das fichas de cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA), foi identificar quais destes sítios poderiam indicar alguma relação com esses grupos.

Cerca de 49 sítios ceramistas dos 206 foram classificados dentro da categoria Aratu, enquanto 10 estão associados a Tradição Tupiguarani e 1 sítio classificado como Tradição Uru. Outros sítios foram cadastrados com duas tradições ceramistas, sendo que 6 destes apresentam características Aratu e Uru e 2 que características Aratu e Tupi. O restante dos sítios não possui nenhuma categoria classificatória aparente, simplesmente foram identificados

O levantamento na margem paulista apresentou um total de 152 sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos, sendo que 26 destes não possuíam coordenadas geográficas. Destes sítios 25 foram considerados pertencentes à Tradição Aratu, 9 à Tradição Tupi, 1 à Tradição Uru, 2 Aratu/Tupi e 6 Aratu/Uru. A margem mineira apresentou um total de 54 sítios cerâmicos ou lito-cerâmicos dos quais 10 não possuem coordenadas geográficas. Destes 24 pertencem a Tradição Aratu e apenas 1 a Tradição Tupi, o restante não possui nenhuma categoria classificatória (ANEXO I).

Os vestígios cerâmicos da Bacia do Rio Grande apresentam uma variabilidade muito grande em comparação com Goiás e outros estados. As formas dos sítios não têm sido bem definidas nos relatórios de Arqueologia Preventiva, isso se dá inclusive por conta da agricultura intensiva da região, o que dificulta as comparações com os dados etnográficos. Poucos são os trabalhos acadêmicos sistemáticos na região que permitam alguma hipótese maior. A distribuição dos diversos sítios arqueológicos na bacia do Rio Grande evidenciam amplas áreas sem informação. Essas lacunas não significam a falta de uma ocupação indígena, mas sim a ausência de estudos sistemáticos na área.



Considerações finais

Com base nos dados arqueológicos e históricos levantados até o momento, podemos constatar que os sítios relacionados aos povos Jê no contexto da Bacia do Rio Grande representam fenômenos socioculturais específicos. A compreensão das ocupações indígenas no Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro é fundamental para esclarecer questões como as rotas de dispersão dos grupos Jê meridionais, dos Jê do Planalto Central, dos Tupi do norte e dos Guarani do sul, demonstrando, portanto, que a pesquisa arqueológica na região pode contribuir para um melhor entendimento do contexto espacial e temporal dos grupos ceramistas do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

A Arqueologia é o elemento essencial para formulação dos antigos modelos de ocupação da área, que juntamente com os documentos históricos fornecidos, tornará possível a construção de uma história indígena que demonstre os diversos universos culturais que habitaram o Rio Grande, contribuindo assim para o avanço da Arqueologia regional e com a inserção desses indivíduos na história local.

Agradecimentos

Essa comunicação faz parte de um levantamento maior realizado no âmbito da dissertação de mestrado intitulada “*Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande: história indígena no norte de São Paulo e no Triângulo Mineiro*”, defendida no Programa de Pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, no ano de 2015, pelo autor desse artigo. Portanto, gostaria de agradecer a todos os envolvidos, que auxiliaram para que essa pesquisa se desenvolvesse. Agradeço em especial a minha orientadora e amiga Marisa Coutinho Afonso e ao amigo Robson A. Rodrigues pelos longos debates sobre a questão indígena na arqueologia brasileira. Obrigado.

Referências Bibliográficas



- ADELAAR, W. Relações externas do Macro-Jê: O caso do Chiquitano. In: **Topicalizando Macro-Jê**, ed. Stella Telles and Aldir Santos de Paula, Recife: NECTAR 2008, p. 9-28.
- AFONSO, M.C. Um painel da Arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. **Especiaria**, UESC. 2009. p. 127-155.
- AFONSO, M.C.; MORAES, C.A., O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.15/16, MAE/USP, 2006.
- ALVES, M. A. Projeto Quebra Anzol: evidenciação de ocupações pré-coloniais no Vale do Paranaíba, Minas Gerais. Rio de Janeiro: **Anais da VIª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Univ. Estácio de Sá, v. 01, 1992, p. 118-126.
- ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência**: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Ed. UCG. 1998. 187 p.
- BACELLAR, C. A. P; BRIOSCHI, L. R (orgs). **Na Estrada do Anhangüera. Uma Visão Regional da História Paulista**. São Paulo, Humanitas, FFLCH/USP, 1999.
- BROCHADO, J.J. P. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro**, 4. Universidade Federal do Pernambuco, Clio, Recife. 1990. p. 85-88.
- CALDARELLI, S.B.; NEVES, W. A. Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo: 1981. **Revista de Pré-História, São Paulo**, IPH/USP, 3: 13-49, 1981.
- CALDERÓN, V. Contribuição para o conhecimento da Arqueologia do Recôncavo e do sul do Estado da Bahia. PRONAPA n.5, **Publicações Avulsas n.26**, Museu Emílio Goeldi, Belém, 1969/70.
- _____. A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte. **Dédalo n.15**, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1972.
- CORRÊA, Â. A. *Longue Durée*: História Indígena e Arqueologia. **Ciência e Cultura**, Vol.65, no.2, 2013 p.26-29.
- DELFORGE, A. H. **O Gerenciamento do patrimônio arqueológico em Minas Gerais utilizando-se Sistemas de Informação Geográfica**. Dissertação de mestrado Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUC MG, 2010.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J; VIANA, S. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP, São Paulo**, 44(1). 2000, p. 142-189.
- GIRALDIN, O. **Cayapó e Panara: Luta e sobrevivência de um povo**. Dissertação (Mestrado) – Campinas, UNICAMP-SP, 1994.
- KOK, G.P. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec. Fapesp, 2004, 278 p.
- LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das Minas: índios, escravos e homens livres numa fronteira oitocentista**. (1. ed.) Uberlândia: Edufu, 2005, 352 p.



MANO, M. **Os campos de Araraquara**: um estudo de História indígena no interior paulista / Marcel Mano. - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens da São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

MORI, R. **Os Aldeamentos Indígenas no Caminho dos Goiases: Guerra, Etnogênese e Identidade no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre). Goiás (1748 – 1816) e Minas Gerais (1816 – 1840)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. 2015.

NEME, M. Dados para a História dos índios Caiapós. **Anais do Museu Paulista**, 23, 1969, p. 101- 147.

NIMUENDAJÚ, C. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 251.

PEREIRA Jr., J.A. Contribuição para o estudo da Arqueologia do extremo norte paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 54: 313-357, 1957.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

RIBEIRO, E. R; van der VOORT, H. Nimuendaju was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. **International Journal of American Linguistics**, Vol. 76. University of Chicago. 2010 p. 517-570.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 6: 83-121. 1996a.

_____. **Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996b.

_____. As aldeias circulares do Brasil Central. IN: MAE/USP. **Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial**. MAE/USP. 2001. p. 35-43.

RODRIGUES, R. A. **Programa de prospecções arqueológicas na área de ampliação do plantio de cana-de-açúcar do empreendimento usina Bela Vista, região de Pontal, estado de São Paulo**. 2008.

SCHMITZ, P.I et. al. Arqueologia do Centro Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil **Pesquisas, Antropologia**, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 33: 49-102, 1982.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Prospecção Complementar e Salvamento Arqueológico na LT 600 kV Porto Velho/RO – Araraquara/SP – N2 – Relatório Parcial**. São Paulo, 2014.

TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Cantou, 1929.



TURNER, T. Os Mebengokre Kayapó: História e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp, 1992. p. 311-338.

URBAN, G. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 87-102.

WÜST, I.; BARRETO, C. Ring Villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, 10 (1). 1999. p. 03-22.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA Ltda. **Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico**. Área destinada à instalação de planta industrial, Usina Guarani S/A – Unidade Pedranópolis. Município de Pedranópolis, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2007.

ZANETTINI, P. et al. **Relatório preliminar de sistematização de fontes diversas e dados obtidos por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IPHAN (9aSR/SP) e a Empresa Zanettini Arqueologia em setembro de**. Boletim de 2009, São Paulo, 2009.

GT09 Povos indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação

Diálogos Interdisciplinares: Um Estudos Iconográficos da Cerâmica Tupi Pintada do Interior Paulista

Leticia Ribeiro

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo iconográfico das cerâmicas arqueológicas pintadas associadas a grupos indígenas Tupi do interior paulista.

Para tanto serão estudados vasilhames cerâmicos inteiros que apresentam pintura em bom estado de conservação e que se encontram atualmente sob a salvaguarda de museus e instituições de pesquisa do estado de São Paulo. Assim, pretende-se transcender as análises tecno-tipológicas que vem sendo realizadas pelos arqueólogos e investir em análises iconográficas que estabeleçam um diálogo com outras áreas das ciências humanas, sobretudo com a Antropologia.

Em relação à cerâmica pintada, é possível notar que a incidência de certos padrões (motivos) gráficos é recorrente entre elas. Acredita-se assim que estas cerâmicas, bem como os motivos que carregam, exerçam uma importante função social ligada à cosmologia destes



povos. Essa recorrência nos permite tomar tais desenhos não apenas como um padrão estilístico e estético, mas como um código visual que auxilia o grupo na função comunicativa.

Palavras-chave: Cerâmica Tupi, Iconografia, Antropologia da Arte

Introdução

“Ao visitar as coleções arqueológicas e etnográficas dos índios no Brasil, invariavelmente os observadores se impressionam com os grandes vasos cerâmicos usados como urnas mortuárias. E esses objetos de fato nos afetam. Tocam nossos sentidos e imaginação, de tal forma que, ante a presença física de um deles, é impossível a indiferença.” (MANO, 2009 p. 112 – grifo nosso)

O estudo de cerâmicas arqueológicas brasileiras sob uma perspectiva iconográfica se tornou muito popular no contexto amazônico, região onde a abundância de cerâmicas pintadas é muito grande e suas formas e motivos complexos chamam a atenção de pesquisadores de diversas áreas. Por outro lado, as cerâmicas das demais regiões brasileiras vêm sendo exploradas do ponto de vista técnico, tipológico e pela variabilidade artefactual, mas não da perspectiva iconográfica, salvo algumas exceções que serão citadas mais adiante.

Segundo André Prous (2009), “*sabe-se que as cerâmicas tupiguarani são caracterizadas pela presença de decoração plástica ou pintada, tratando-se da única tradição brasileira a usar policromia fora da Bacia Amazônica*” (p. 11 - grifo nosso), porém, mesmo tendo uma dispersão bem abrangente pelo território brasileiro, estudos que abordem a relação iconografia/cosmologia/sociedade continua em segundo plano, poucos estudiosos se dedicaram ao estudo pormenorizado dos grafismos presentes na cerâmica Tupi, entre os quais destacamos a relevância dos trabalhos de Maria Cristina M. Scatamacchia (1990) e Desidério Aytai (1991) como precursores nos estudos iconográficos da cerâmica arqueológica Tupi, ambos atuaram fortemente no estado de São Paulo (no litoral e no interior, respectivamente) gerando dados importantes sobre a ocupação Tupi no estado a partir do registro arqueológico e registraram .

Para o interior paulista, área de interesse neste artigo, aponto também para a relevância dos trabalhos de Manuel P. de Godoy (1946, 1974) e Camila Moraes (2007) na região que compreende a bacia do rio Mogi-Guaçu. Embora estes pesquisadores não tenham se debruçado sobre análises iconográficas e/ou estilísticas dos motivos presentes na cerâmica, registraram uma quantidade significativa de motivos pintados, chamando a atenção para a relação existente entre pintura, morfologia e função dos vasilhames.

Pretendo neste trabalho dar mais um passo na interpretação dos usos das vasilhas cerâmicas, tendo como foco o estudo iconográfico e estilístico dos motivos pintados na



cerâmica arqueológica Tupi, entendidos como expressão da cultura de povos indígenas do estado de São Paulo.

Para tanto, é necessário estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, mais especificamente a Antropologia da arte proposta por Alfred Gell (1998) que busca compreender a relação entre homem/mulher e objetos, e a etnohistória, tendo como base relatos de cronistas e indigenistas que produziram obras ricamente densas em descrições acerca dos povos indígenas que ocuparam o Brasil colônia, seus hábitos e objetos cotidianos.

A aproximação com a bibliografia etnográfica também se faz relevante, uma vez que os grupos indígenas atuais carregam consigo a memória de seu povo, passada adiante por meio da oralidade além da continuidade de aspectos tradicionais como os próprios grafismos que atualmente, segundo Neumann (2008), estão presentes nos trançados de cestarias e na pintura corporal.

Pressupostos Teórico-metodológicos

Entendo que a ciência arqueológica hoje se caracteriza pelas múltiplas abordagens teóricas e metodológicas que buscam compreender as sociedades humanas a partir de sua produção material, por isso ela pode e deve ser entendida enquanto uma ciência social, que busca compreender as relações de ruptura e continuidade entre passado e presente, visto que seu objeto de estudo, a materialidade, é produzida no passado, mas se manifesta na paisagem atual e estabelece relações com as pessoas a sua volta (SHANKS e TILLEY, 1987).

Neste tópico pretendo apresentar os principais referenciais teóricos e metodológicos que vem norteando minha pesquisa, a saber: a arqueologia que podemos chamar de “interpretativa”, associada aos movimentos pós-processualistas; a Antropologia da arte; e a etnohistória.

No campo da arqueologia me apoio na chamada arqueologia pós-processual, cuja principal característica é a pluralidade de abordagens teóricas, todas elas de caráter social e político que buscam dialogar com a realidade atual, como aponta Michael Shanks (2005):

It was clear from the beginning that post-processual archaeology had a very different overall agenda, often aiming less at knowledge of the past for its own sake than a knowledge that linked intimately with contemporary issues and interests, such as different values placed on the past. (Ibid p.134)

Esta abordagem nasce no final da década de 1970, na Europa, a partir da movimentação de alguns estudiosos que buscavam romper com os pressupostos teóricos e metodológicos de uma ciência arqueológica rígida e positivista proposta pelo movimento processualista. Nas palavras de Shanks (2005), “*Post-processual archaeology usually poses as a container for all sorts of trends in the discipline since the 1970s, many arising as a*



critique of the processual orthodoxy in Anglo-American archaeology, and of traditional culture-historical archaeology.” (p. 133).

Neste sentido, o que se espera com a nova corrente teórica é uma releitura da própria ideia de sociedade, até então, entendida pelos processualistas como um mecanismo extrassomático de adaptação ao meio. Para os pós-processualistas, a sociedade deve ser entendida como um meio de comunicação social, no qual os indivíduos são constituídos, ou “influenciados”, por fatores externos (ambientais e sociais), mas também atuam na formação da sociedade, alterando conseqüentemente, o meio social e ambiental a sua volta.

“Overall this matter of agency has been sometimes caricatured as a postprocessual search for the individual in prehistory. It is not actually about this at all, but rather about how we are to conceive of society in a way that allows its constituent people to be active and creative in reproducing and changing their society.” (SHANKS, 2005 p. 135).

Assim, ganham destaque pesquisas arqueológicas que considerem não apenas as características funcionais e práticas de cada sociedade, mas também o caráter simbólico²⁷³ presente nas ações humanas, pois este seria responsável pela agência dos indivíduos e está intrinsecamente ligado ao potencial criativo do ser humano, tornando-o capaz de realizar projetos a partir de um conhecimento subjetivo (SHANKS, 2005).

Outro diferencial importante deste movimento consiste na tentativa de construir uma ciência “multivocal” que busca, a partir de uma prática ativista e engajada, integrar os saberes tradicionais das pessoas que convivem diariamente com a cultura material ao discurso científico. Esta junção de saberes tem sido o foco dos trabalhos colaborativos, que buscam romper com o caráter colonialista e unilateral, tão marcantes na história da arqueologia no Brasil²⁷⁴. Segundo Silva et al (2011):

“Essa reflexão vem fundamentando as críticas sobre a natureza colonialista da disciplina, provocando transformações nas práticas arqueológicas. As críticas são pautadas nos questionamentos sobre os benefícios e os beneficiários das pesquisas arqueológicas, na relativização do direito e da capacidade dos arqueólogos de controlar o conhecimento sobre o passado e na eliminação da supremacia da interpretação científica em detrimento das interpretações êmicas sobre o passado.” (Ibid. p. 36-37).

No campo da Antropologia, me apoio na teoria antropológica da arte proposta por Gell na segunda metade do século XX. Segundo Lagrou (2007), foi nos anos de 1990 que a Antropologia da arte se firma como uma disciplina autônoma, buscando criar seus próprios preceitos teóricos. Neste contexto podemos destacar dois debates teóricos que vem movendo os estudos de Antropologia da arte, a saber: o debate norte-americano, voltado para o estudo

²⁷³ Segundo Shanks (2005), os primeiros estudos arqueológicos pós-processualistas se debruçaram sobre os aspectos simbólicos dos motivos decorativos das cerâmicas e registros rupestres.

²⁷⁴ No Brasil podemos citar os trabalhos de etnoarqueologia de Fabíola Silva e colaboradores na região amazônica (2011) e o trabalho de Robson Rodrigues (2007) para o interior paulista.



das práticas expositivas em museu e galerias de arte que integram aos seus acervos objetos etnográficos (e podemos dizer que objetos arqueológicos também circulam neste meio) como objetos de arte, atribuindo-lhes uma percepção estética supostamente universal; e o debate europeu, cujo representante é Gell, que se dedica à elaboração de uma teoria antropológica da arte independente da estética e com foco no estudo das relações homem/mulher e objeto.

Para o presente trabalho adoto a abordagem europeia, cujo principal representante é Alfred Gell, que em sua obra *Art and Agency* (1998) propõe um estudo de Antropologia da arte centrado no papel social dos objetos, entendidos aqui como agentes sociais, nas palavras do autor: “*An agent is defined as one who has the capacity to initiate causal events in his/her vicinity, which cannot be ascribed to the current state of the physical cosmos, but only to a special category of mental states.*” (Ibid., p. 19).

O que se espera da Antropologia da arte proposta pelo autor, é a compreensão da relação “ação/reação” existente entre pessoas e objetos. Para Gell (2009) “*Na medida em que é possível existir uma teoria antropológica da “estética”, uma tal teoria tentaria explicar por que motivo os agentes sociais, em determinados contextos, respondem do modo como respondem a obras de arte específicas.*” (p. 249).

Por fim, entramos no campo da etnohistória, definida por pesquisadores norteamericanos enquanto um método de estudos interdisciplinar que utiliza de fontes diversas como documentos, fotografias, cultura material e textos etnográficos para criar narrativas históricas que coloquem os grupos nativos enquanto agentes históricos. Para tanto, é preciso considerar que a história dos povos indígenas não começa com a colonização, tampouco é possível construir a história de um povo de maneira isolada. Neste sentido, a pesquisa etnohistórica deve fazer uma leitura crítica de suas fontes.

No Brasil, o interesse pela história indígena se intensifica com a redemocratização do país ao final da década de 1980 e se formaliza com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante uma série de direitos aos povos indígenas, entre eles o direito à terra, o que tem gerado uma série de estudos e laudos antropológicos que procuram garantir a permanência legal dos povos indígenas em territórios tradicionalmente ocupados por seus antepassados.

A cerâmica Tupi pintada do interior paulista: um estudo de caso

Muitas instituições em todo o estado de São Paulo possuem em suas reservastécnicas ou exposições uma ou mais vasilhas cerâmicas associadas ao elemento Tupi, cujos desenhos chamaram atenção e, conseqüentemente, ganharam destaque por seu aspecto estético.

Neste artigo pretendo apresentar algumas vasilhas salvaguardadas por instituições museais do interior paulista a fim de mostrar brevemente algumas variações de cerâmica Tupi no que compete à forma e estilo.



Embora algumas instituições tenham sido visitadas ao longo de meu mestrado, apresentarei neste artigo o acervo estudado do Museu Histórico Sorocabano e do Museu Santuário de Aparecida.

A escolha dessas instituições se justifica pelo bom estado de preservação dos motivos pintados e pela particularidade de seus contextos arqueológicos, pois tratam-se de coleções com quantidade significativa de peças inteiras²⁷⁵, resultados de pesquisas arqueológicas.

a) Cerâmicas do Museu Histórico Sorocabano

O município de Sorocaba é banhado por um dos maiores rios do estado de São Paulo, o Tietê, em seu médio curso. Alguns arqueólogos já apontam para a importância deste rio no cenário das ocupações Tupi em um período pré-colonial⁴, no entanto, não entrarei nesta discussão.

O Museu Histórico Sorocabano (MHS) se destaca pela sua atuação em pesquisas arqueológicas no início dos anos 1990 a partir do projeto “Genesis Sorocabana”. Na ocasião, com a colaboração do arqueólogo Wanderson Esquerdo Bernardo, a equipe do museu identificou diversos sítios arqueológicos no município. O MHS conta hoje com quantidade significativa de peças inteiras, em sua maioria vasilhas com decoração²⁷⁶ corrugada, provenientes de Sorocaba e região. Para minha pesquisa, selecionei 6 vasilhas pintadas para análise, como é possível ver na Prancha 1.

Alguns autores apontam para a relação entre forma/função/decoração (LA SALVIA E BROCHADO, 1989; BROCHADO E MONTICELLI, 1994; NOELLI, 1993), neste sentido, a partir de uma analogia enográfica, considerando o vocabulário dos Guarani históricos, o padre Antônio Ruiz de Montoya relata em seu Dicionário GuaraniEspanhol, levanta alguns usos para as vasilhas cerâmicas utilizadas por povos Tupi. Estes dados serviram de base para a classificação proposta por Gislene Monticelli e José P. Brochado (1994), que identificaram 6 classes de vasilhas cerâmicas:

- 1 - Panelas para cozinhar (*yapepó*);
- 2 - Caçarolas para cozinhar (*iiatá* ou *iaea*);
- 3 - Pratos para assar beiju (*iiamõpu* ou *iiampiu*)’
- 4 - Jarras para bebidas em geral, especialmente bebidas fermentadas alcoólicas (*cambuchí*);
- 5 - Pratos para comer (*iaembé* ou *teembirú*); 6 - Tigelas para beber (*cambuchí caguãba*).

²⁷⁵ Serão consideradas aqui peças inteiras àquelas que apresentam no mínimo 50% de integridade. ⁴ Scatamachia (2006) aponta para a relevância do Tietê como via de comunicação, uma vez que tem sua nascente na Serra do Mar e corta todo o estado até desaguar no rio Paraná. Já Brochado (1989), aponta para a região do Tietê como uma região limítrofe para a ocupação de grupos Tupi distintos, arqueologicamente reconhecidos nas subtradições Guarani e Tupinambá.

²⁷⁶ Vale ressaltar que optei aqui por chamar de decoração (na falta de um termo mais adequado) determinados tipos de acabamento que assumem, aos nossos olhos e, possivelmente, de suas produtoras, um certo teor estético, mas que costumam remeter a função social dos objetos.

Neste sentido, as vasilhas analisadas podem ser classificadas como: *cambuchí*, *iaembé* ou *teembirú* e *cambuchí caguãba* e estão associadas ao preparo e consumo coletivo de comidas e bebidas.

As peças associadas às categorias *cambuchí* e *cambuchí caguãba* apresentaram pinturas na face externa, acima dos ombros (carena), com motivos retilíneos na cor preta sobre engobo branco, e engobo vermelho abaixo dos ombros. Os *cambuchi* apresentaram mais de um campo gráfico (três ou dois), todos delimitados por faixas (bandas) vermelhas com cerca de 1 cm de espessura. Já os *cambuchí caguaba* apresentavam apenas um campo gráfico, também com motivos retilíneos.

A peça associada à categoria *iaembé* ou *teembirú* apresenta pintura na face interna, na parte central e periférica, sendo possível identificar três campos gráficos. O primeiro deles, denominado campo primário, localizado na área central da vasilha, é composto por motivos curvilíneos, realizados com linhas em vermelho escuro bem finas (espessura inferior a 1 mm), sobreposta por linhas pontilhadas na cor preta sobre engobo branco, como é possível notar na Figura 1.



Figura 1: motivos curvilíneos identificados em vasilha de forma aberta (*iaembé* ou *teembirú*)

Esta peça apresenta ainda dois campos gráficos na região periférica (próximo à borda), denominados campos secundários. Estes apresentam motivos retilíneos simples, realizados na cor preta sobre engobo branco. Assim como nas demais vasilhas, os campos seguem delimitados por faixas vermelhas.

b) Cerâmicas do Museu Santuário de Aparecida

O Museu Santuário de Aparecida está localizado no município de Aparecida, no Vale do Paraíba. A região conta com um rico contexto arqueológico, não muito explorado.

No entanto, o município de Aparecida ganha destaque pela atuação de Conceição Borges Ribeiro Camargo, uma entusiasta da arqueologia que, junto com a pesquisadora/arqueóloga Herta Scheuer, escavou uma quantidade significativa de material arqueológico associado à ocupação Tupi na região.

O material coletado por Conceição foi doado aos padres do município ainda na década de 1950, tornando possível a criação do museu em 1956.

Dentre o acervo arqueológico salvaguardado pelo Museu Santuário de Aparecida, é possível encontrar material lítico (lascado e polido) e material cerâmico, entre os quais selecionei quatro vasilhas cerâmicas inteiras de forma aberta, portanto, associadas à categoria *iiambé* ou *teembirú*, como é possível notar na Prancha 2.

Das peças analisadas, duas apresentaram apenas dois campos gráficos, e duas peças apresentaram três campos gráficos. O padrão de delimitação destes campos a partir de faixas vermelhas se repete em todas as vasilhas, sendo o campo primário sempre localizado na parte interna central, apresentando motivos mais complexos, com motivos curvilíneos e campos secundários na parte interna periférica, algumas vezes na borda ou rende a ela, com motivos retilíneos de menor complexidade, como é possível notar nas figuras 3 e 4.



Imagens 2 e 3: vasilhas do Museu Santuário de Aparecida. Foto arquivo da instituição

Algumas Considerações

A cerâmica Tupi é identificada principalmente por sua decoração, seja ela cromática ou plástica.

No que se refere aos motivos pintados, é possível notar determinados padrões no que se refere às cores e classe dos motivos.

No que compete às cores, Prous (2009) aponta para o papel importante desempenhado pela recorrência de três cores na cerâmica Tupi (preto, branco e vermelho). Estas, quando entendidas de acordo com os termos do vocabulário Tupiguarani, podem



revelar categorias de pensamento que expressam o desejo de apresentar cores muito escuras, escuras, intermediárias e claras. Assim, segundo Prous:

- o preto e o marrom escuro, frequentemente utilizados para a produção de desenhos ponteados, expressam a categoria de cores “muito escuras”;
- o vermelho e o preto, utilizado para traçar linhas, estão associados à categoria de cores “escuras”;
- o vermelho forte, utilizado para pintar o lábio e demarcar os limites entre os campos gráficos (bandas), deve ser entendido como a expressão de uma cor “intermediária”;
- o branco, bege claro, branco levemente rosado ou acinzentado, utilizados como pano de fundo para a produção dos grafismos, conferindo destaque a eles, devem ser entendidos como a expressão de cores “muito claras”.

No que diz respeito aos motivos, estes assumem o papel de linguagem visual, ou seja, assumem papel importante na comunicação destes grupos.

Segundo Tochetto (1996), esses motivos fazem referência a elementos míticos. A autora aponta alguns exemplos a partir da aproximação entre grafismos e narrativas míticas, entre eles, destaque aqui a figura da serpente, muito presente na mitologia dos Guarani históricos. Este elemento, segundo a autora é representado por motivos losangulares, como os que são insinuados na vasilha representada na figura 2.

Prous (2011), a partir de dados etnohistóricos, faz referências ao consumo de carne humana em rituais antropofágicos e associa os motivos curvilíneos com as vísceras do inimigo, tal como representa Hans Staden (Figura 4).



Figura 4: imagem de Hans Staden sobre as festividades Tupinambá no litoral, onde são representadas algumas vasilhas de formas diferentes

Neste artigo busquei trazer algumas (breves) interpretações sobre os usos da cerâmica pintada entre os grupos Tupi no período pré-colonial, no entanto, muitas são as possibilidades interpretativas. É necessário, porém maiores reflexões sobre o tema, considerando a rica e ampla bibliografia existente para grupos Tupi, seja segundo fontes arqueológicas, etnográficas e/ou etnohistóricas.

Referências

AYTAI, D. Um estilo de decoração tupi: ordem no caos. **Publicação do Museu Municipal de Paulínia** n. 48. Paulínia (SP), 1991. (P. 22-35).

BROCHADO, J. P. e MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero-Americanos**, 20:2. Porto Alegre, 1994.

DAVID, A. Baerreis. **The Ethnohistoric Approach and Archaeology**. *Ethnohistory*, Vol. 8, No. 1 (Winter, 1961), pp. 49-77



- GELL, A. **Art and Agency: an Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon, 1998.
- _____. **Definição do problema: a necessidade de uma Antropologia da arte**. Tradução Revista Poiésis, nº14. Niterói, 2009.
- GODOY, M. P. **Los extinguios paingú de la cascada de Emas (Estado de São Paulo – Brasil)**. Imprenta de La Universidad Cordoba, República Argentina, 1946.
- _____. **Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga**. Prefeitura municipal de Pirassununga, v. 1. 1974.
- GOODY, Jack. **O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente**. São Paulo: Contexto, 2008. Introdução, p. 11-20. Quem roubou o que? tempo e espaço, p. 23-36.
- LA SALVIA, F. BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 1989.
- MANO, M. **A cerâmica e os rituais funerários: Xamanismo, Antropofagia e Guerra entre os Tupi-guarani**. Interações - Cultura e Comunidade, v. 4 nº5. Uberlândia, 2009.
- MAROIS, R.; SCATAMACHIA, M.C.M.; SERRANO, E.D. **Ensaio sobre a composição das decorações**. Instituto Panamericano de Geografía e História. México, 1994.
- MORAES, C. A. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual. Dissertação de Mestrado**. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007
- NIMUENDAJU, C. U. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. HUCITEC-EDUSP. São Paulo, 1987.
- NOELLI, F. **Sem Tehohá não há Tekó** (em busca do modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí – RS). Dissertação de Mestrado. PUC – RS. Porto Alegre, 1993
- PROUS, A. A pintura tupiguarani em cerâmica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 8, 2009. (P. 11-20)
- _____. **Arte Pré-histórica do Brasil**. Editora com Arte. Belo Horizonte, 2011.
- RODRIGUES, R. A. **Os caçadores ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí**. Tese de Doutorado MAE/USP. São Paulo, 2007.
- SCATAMACHIA, M. C. M. **A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etnohistóricas**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP. São Paulo, 1990.
- SCHIAVETTO, S. N. O. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. FAPESP. Annablume. São Paulo, 2003.
- SHANKS, M. Post- Processual Archaeology and After. In: CHIPPINDALE, C.;
- MASCHNER, H. (Eds). **Handbook of Archaeological Methods and Theories**. New York, 2005. P. 133-144.
- SHANKS & TILLEY **Social Theory and Archaeology**. Oxford. Polity Press, 1987.
- _____. **Re-Constructing Archaeology**. Routledge. London, 1996.



SILVA, F. A. BESPÁLEZ, E. STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemo, Rio Xingu, Pará. **Revista Amazônica**, n.3, 2011.

STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil. Tradução de Angel Bojadsen. L&PM Pocket. Porto Alegre, 2011.

TOCHETTO, F. B. **Possibilidades de Interpretação do Conteúdo Simbólico da Arte Gráfica Guarani**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. N.6. São Paulo, 1996. (P. 34-45)

GT09 Povos indígenas: diálogos da Arqueologia, da Etnohistória e da Educação.

A história do contato e uma análise da Caça e Guerra como processos de construção de identidades e constituintes de uma economia simbólica da alteridade entre os Jês Meridionais

Gabriela Gonçalves Junqueira²⁷⁷

RESUMO

O presente trabalho apresenta parte de dados de pesquisa cujo objetivo é estabelecer algumas correlações entre a caça e a guerra no universo histórico do contato dos Jês meridionais, com vistas a contribuir para uma melhor compreensão da atuação do pensamento e ação desses índios em suas relações com o mundo exterior, a partir da relação desses índios com o mundo dos outros povos e com a natureza. O material básico da pesquisa é tanto uma documentação histórica dos séculos XVIII e XIX referentes à região dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo, quanto uma bibliografia etnográfica referente a esses indígenas. Assim, até agora foi possível entender que o mundo da natureza e o mundo dos outros povos estão numa relação de analogia; nesse sentido, a pesquisa se traduz como tentativa de compreender

²⁷⁷ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFU/FAPEMIG) e atualmente é mestranda no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista da CAPES e integrante do GEPAEHI - Grupo De Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena, que tem como um dos coordenadores o orientador deste trabalho, Marcel Mano.



os termos e as correspondências simbólicas de uma predação Kayapó na caça e na guerra. Nesse caminho, animais e outros povos são inimigos, mas detentores de certos poderes e bens, que controlados por xamãs sonhadores e guerreiros, são apropriados na caça e na guerra para a própria produção da máquina social Kayapó.

Palavras chaves: Jês Meridionais; Caça; Guerra; Predação e Apropriação.

O presente trabalho é resultado de discussões e reflexões de uma pesquisa de base documental e bibliográfica que procurou conjugar os interesses da Antropologia e da História na intenção de compreender os processos culturais presentes nas estratégias de contato dos Kayapó meridionais nos séculos XVIII e XIX. Para isso, analisa eventos históricos a respeito das guerras Kayapó por meio de um viés cultural, levando em consideração alguns aspectos internos à essa sociedade para a compreensão do pensamento e ação desse que sempre fez repercutir a cultura e o povo kayapó, como bárbaros e selvagens índios em suas relações de contato.

Este grupo, pertencente à família lingüística Jê, do tronco Macro-Jê, ocupava no passado um território que se estendia desde o norte do atual estado de São Paulo até as imediações do Distrito Federal e, no sentido leste – oeste, do atual Triângulo Mineiro até ao norte de Mato Grosso do Sul. Aí situados, durante os séculos XVIII e XIX os Kayapó meridionais empreenderam uma guerra incessante contra os não-índios (brancos, mestiços, homens livres pobres, negros escravos) que pode ser sem dúvida considerada uma das mais cruéis entre índios e não-índios em toda América colonial portuguesa. Ao narrar parte desses episódios, este trabalho visa apresentar uma história sobre os índios nessa região e, principalmente, na região do Triângulo Mineiro. Isso se torna algo importante quando pensamos na deficiência de informações nos documentos oficiais e históricos que tratam da região.

Assim, o trabalho poderá não só contribuir para preencher uma lacuna, mas, em consequência, para dar voz aos sujeitos históricos que sempre foram silenciados por um discurso cheio de ideologias e alegorias da colonização promovidas pelas frentes de



expansão coloniais, que desconsideravam completamente a possibilidade de compreensão da cultura destes povos.

Com base nisso, o objetivo do trabalho é apresentar uma discussão sobre as relações entre xamanismo, caça e guerra, a partir dos diferentes episódios bélicos que envolveram por mais de cem anos a história do contato dos Kayapó Meridionais com as frentes de expansão colonial que, nos séculos XVIII e XIX, se fixavam na região que compreende hoje o sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo.

Analiso aqui algumas correlações entre a caça e a guerra no universo histórico do contato dos Kayapó Meridionais, tendo como propósito mostrar, como no pensamento e na ação, caça e guerra estão numa relação de analogia. Se há, então, a preocupação com o papel da guerra no contexto histórico do contato, há também um esforço por isolar paralelos entre o mundo da guerra e o mundo da caça no pensamento simbólico e na ação desses índios.

Desde os trabalhos de Lévi-Strauss (1964), já está devidamente aceito que o pensamento “em estado selvagem” opera uma lógica associacionista segundo a qual, diante de um problema particular, ele se esforça por mostrar que o problema é formalmente análogo a outros. Desinteressado e intelectual, esse pensamento opera, assim, vários códigos simultaneamente. Com base nisso, caça e guerra estão numa relação de analogia, não só porque ambas são relações de predação do mundo exterior da alteridade, a primeira da natureza, a segunda dos inimigos; como porque as associações inimigo – fera:guerra – caça, estão, inclusive, em várias passagens da mitologia kayapó.

Com base numa bibliografia e documentação referentes ao xamanismo e às guerras kayapó, espera-se apresentar as diferentes estratégias históricas de contato desses índios, de modo a contribuir para o entendimento de suas ações como atualização e resignificação de uma lógica de pensamento que associa os processos da guerra (relações com o mundo dos inimigos), com os poderes invisíveis controlados no xamanismo.

Mundos perigosos, porque povoados de inimigos e de feras, mas mundos repletos de bens que são apropriados pelos Kayapó para a produção de sua própria



máquina social, porque inimigos e animais possibilitam a construção de corpos e de pessoas, a produção de riquezas e alianças entre parentes e aliados.

Por essa cadeia de associações, no xamanismo Kayapó, como expressão de um pensamento mágico-religioso em suas relações com o mundo exterior, a analogia é clara: na caça e na guerra os poderes dos outros são controlados por xamãs sonhadores e guerreiros e, por isso, xamanismo, guerra e caça são, portanto, operações de domesticação do mundo exterior para a produção do mundo interior.

Sobre essa perspectiva, o xamanismo Kayapó é útil para demonstrar o papel da atuação xamânica nas relações com o mundo exterior, servindo de mediação entre a sociedade e a natureza, entre seu mundo e o mundo dos outros, entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, entre este mundo e o mundo sobrenatural. Em seus discursos, o xamã efetivamente transita entre esses mundos e manipula diferentes domínios por ter uma visão cósmica do universo.

As suas experiências sobrenaturais permitem ao seu espírito compreender e receber os conhecimentos de que precisa, além de facilitar o contato permanente com essas forças com as quais intercede a favor de seu grupo, mediado entre as divindades e o homem. (PINAGÉ, 2003:44)

O sucesso dessa mediação entre diferentes mundos depende, em certa medida, das transformações do xamã. Constantes nas cosmologias das terras baixas sulamericanas, o papel da transformação, como mostrou Eduardo Viveiros de Castro (1993) é o de permitir que a cultura possa ser transformada em natureza e em sobrenatureza. No xamanismo, a metáfora da transformação é central. Os xamãs são simultaneamente humanos e animais. A transformação de seus corpos constitui a essência da sua atividade e de atuação de seu espírito auxiliar, constantemente presente como um duplo animal, que vive junto aos seus iguais e que é invisível aos seus diferentes e, portanto, invisível também aos seus inimigos.

Deste modo, o xamanismo envolve crenças místicas, transe, comportamentos caracterizados por êxtase, curas, práticas “mágicas”, e a domesticação do outro, se fazendo e refazendo numa relação dinâmica com a alteridade, com o mundo exterior não-kayapó, desde sempre existente na categoria de diferentes outros que povoam o mito e a história e que de forma alguma podem ser considerados lembranças do



passado.

Quanto aos métodos utilizados para desenvolvimento da pesquisa, é relevante destacar a combinação de aportes tomados de empréstimo da Antropologia e História, no qual temos Sahlins (1990) como autor representante desta relação, e que podemos indicar aqui, como responsável por um salto teórico nas teorias antropológicas que em sua maioria pensavam algumas sociedades como estáticas e/ou sem história.

Com a contribuição teórica de Sahlins (1990), podemos entender que cada cultura tem sua história, e que cada contexto histórico se propaga em uma circunstância cultural singular, no qual a cultura e a história se modificam simultaneamente e uma só pode existir em concomitância da outra, estabelecendo assim uma relação contínua e dialética de dependência, constituindo o que o autor chama de estrutura histórica.

O material básico da pesquisa foi tanto uma documentação histórica dos séculos XVIII e XIX referente à região dos atuais sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo, quanto uma bibliografia etnográfica e etnológica sobre os Kayapó. A essa documentação se imputaram na história diferentes alegorias da colonização e, contra isso, a leitura desses documentos - material de pesquisa da História - foi realizado a partir da perspectiva da alteridade - objeto da Antropologia -, e se quis entender a guerra a partir do sistema de ação e pensamento dos próprios Kayapó (MANO, 2010; 2011).

Em vista disso, conjugada à garimpagem de informações na documentação histórica básica feita pelo paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), houve também a leitura de uma bibliografia etnográfica que permitiu tanto o exercício de uma projeção etnográfica para lançar luz sobre as estruturas da guerra na história do contato kayapó, quanto permitiu, ainda, isolar paralelos entre as estruturas da guerra e o sistema de caça como categorias intercambiáveis para o pensamento e a ação.

O material utilizado, fontes documentais e bibliografia etnográfica, tal como tratados em combinação ao longo do desenvolvimento da pesquisa, permitiram interpretar a guerra na história do contato como categoria ontológica e social, e estudar a guerra e a caça, no pensamento mágico-religioso Kayapó, em suas relações predatórias e produtivas com o mundo exterior não Kayapó (natureza e inimigos).



O trabalho almeja, a partir de uma bibliografia e de documentação referentes ao xamanismo e às guerras kayapó, contribuir para o entendimento de suas ações como atualização e resignificação de uma lógica de pensamento que associa os processos de caça (relações com o mundo da natureza) com os da guerra (relações com o mundo dos inimigos), e esclarecer esta parte oculta da história acerca dessa etnia que tanto foi silenciada por distorções discursadas pelas “alegorias da colonização”.

Assim sendo, durante os séculos XVIII e XIX, como já dito, os Kayapó parecem ter ocupado um território contínuo desde o norte do atual estado de São Paulo até as imediações do Distrito Federal e, no sentido leste – oeste, do atual Triângulo Mineiro até ao norte de Mato Grosso do Sul. O gentio kayapó, desde sempre, povoava muita terra por se tratar de muita gente (CAMPOS, 1976) desta forma este povo representava um verdadeiro entrave ao processo de ocupação da região por parte da sociedade colonial.

Com a descoberta das minas de ouro, em meados do século XVIII, aconteceu uma súbita aceleração da migração para a região, no qual os garimpeiros interessados na exploração dessas minas entraram em contato com índios de várias etnias, como os Goiá, Xavante, Xerente, Kayapó, entre outros da família linguística Jê, ou Macro-Jê.

O primeiro relato considerável acerca dos Kayapó se deu em 1723, por Antonio Pires de Campos, um sertanista de Itu, que apesar de não ter sido recebido com nenhuma hostilidade por parte destes indígenas, revelou em suas descrições uma marca notória deste povo, a guerra.

Devido ao próprio esgotamento natural das minas, e a busca incessante de novas minas para exploração, o contato se tornou cada vez mais contínuo, abrangendo cada vez mais territórios e invadindo gradativamente os locais tradicionais de ocupação destes indígenas. Com a atividade econômica de explorações das minas, o comércio entre Vila Boa e São Paulo era feito por terra, por uma estrada que ficou conhecida como “caminho de Goiás”.

Este caminho atravessava parte da ocupação tradicional dos Kayapó Meridionais, e se tornou instável e perigoso, graças aos ataques dos índios; assim, com a desculpa de manter a segurança dos viajantes, mineradores, garimpeiros e moradores da



região e os manter a salvo dos ataques destes indígenas ditos selvagens e bárbaros, em 1742 D. Luiz de Mascarenhas dava instruções claras para a conquista, escravização e extermínio dos Kayapó.

Esses “ataques” realizados pelos indígenas muitas vezes vitimava alguma autoridade ilustre ou seus parentes, fazendo com que os governantes oferecessem recompensa a quem os contra-atacassem, premiando todo cidadão que combatesse suas aldeias, principalmente quando situadas próximas aos povoados que começavam a surgir em torno de minas promissoras (MATTOS, 2006).

Os colonizadores ressaltavam ainda a violência com que os Kayapó se lançavam contra os brancos para justificar a necessidade de se fazer guerra contra eles, pois o ataque às aldeias só era legítimo em casos de Guerra Justa, ou seja, guerra contra índios que se configurariam como índios hostis e, portanto, inimigos passíveis de serem escravizados (MARTINI, 2008).

Os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubo q'. Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.'infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goiaz desde o tempo em que ellas se descobrirão emthe o prezente tem sido tão excessivos, e lamentáveis [...] matando e roubando aos Viajantes que vão, e vem, e aos roceyros [...] (D.I.²⁷⁸, vol. 22, p. 185 – apud, MANO, 2011, p. 5)

Antonio Pires de Campos, apesar de sua influência e experiência foi morto por flechada dos índios Kayapó em 1751, e a missão de extermínio só foi se tornar menos conflituosa com a política de aldeamento, política essa que foi configurada com o primeiro aldeamento, concretizado somente em 1780 (GIRALDIN, 2001).

Todavia, com os garimpos quase todos esgotados, a economia entra em declínio, crescendo assim atividades como agricultura e a pecuária, sendo agora não mais importante aldear estes Kayapós em locais distantes das minas, e sim expulsá-los de vez das terras que agora seriam ocupados por rebanhos de gado.

²⁷⁸ Abreviatura aqui e doravante utilizada para a série de Documentos Interessantes para a História e Cultura de São Paulo. Coletânea de documentos históricos publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Podemos ver assim, que as guerras Kayapó, e as várias descrições destes indígenas como guerreiros temíveis, serviram na verdade como pretexto para justificar as campanhas de extermínio contra este povo, que foi eliminado através de terríveis atos de atrocidades, podendo ser considerado um dos mais violentos cometidos contra índios já registrados na história.

Quando os documentos históricos dos séculos XVIII e XIX narram os ataques dos Kayapó na região é possível sempre detectar uma mesma estrutura de ação, e bem como foi possível constatar, as expedições guerreiras empreendidas por eles têm uma gama de motivos que não se esgotam simplesmente no ato da batalha, como já explanou Mano (2010; 2011), devido ao fundo mítico presente na guerra, pois é por meio delas que estes indígenas atualizam as ações de seus heróis civilizadores e reivindicam a sua cultura, atuando tanto no pensamento Kayapó, como em suas ações.

Seus ataques eram botes rápidos e certos, e apesar dos não-índios serem considerados inimigos - *hi'pe* ou *kahen* - categoria que era definida como hostil, estes *hi'pe* são para os Kayapó criaturas revoltantes e guerreiras, mas fontes de certos poderes e bens. A eles está associada a conquista de bens simbólicos como a bravura e bens materiais que apropriados pelos Kayapó nas suas expedições guerreiras, tais como plantas, armas de fogo e objetos exóticos, circulam internamente entre parentes e aliados.

Esta temática da guerra foi discutida por vários autores, mas o primeiro autor a tratar de forma acadêmica o problema das guerras nas sociedades indígenas do Brasil, foi Florestan Fernandes (1970). Por influência do funcionalismo, esse autor interpretou a guerra na sociedade Tupinambá com base nas noções de função, mostrando como que o seu objetivo mais manifesto, a vingança, deveria ser agregado a outros intuitos, como os econômicos, territoriais e sociais; vendo assim a guerra como uma função social que a todo o momento orienta as ações coletivas e também a socialização dos indivíduos dessas sociedades.

A partir da noção de função como relação, ele passa a uma descrição de dentro para fora. Elegendo um foco institucional – a guerra - vai mostrando as relações funcionais que essa instância mantém com as outras esferas da sociedade tupinambá. A



guerra estaria aí em relação com outros aspectos da vida social, tais como a educação das crianças, os atributos das faixas etárias e dos gêneros, os rituais de passagem, e tantos outros aspectos que permeiam a vida social destes indígenas, concluindo também que a guerra é considerada até mesmo um instrumento da religião.

Essa visão funcional despreza então a dimensão temporal da guerra entre as sociedades indígenas em geral e a Tupinambá em particular, que mais tarde outros autores iriam retomar (CARNEIRO DA CUNHA & VIVEIROS DE CASTRO, 1985). Vale ressaltar aqui, que apesar de sua visão funcionalista ter sido superada, e a noção de guerra revisitada, Florestan deixou uma grande contribuição para uma teoria geral da guerra.

Mais tarde, Lévi-Strauss (1976) nos oferece dentro também de uma visão espacial e não histórica, sua interpretação da guerra ameríndia. Fundado na ideia básica de reciprocidade que sempre orientou seus trabalhos, ele entende a guerra e o comércio como “dois aspectos opostos e indissolúveis de um mesmo processo social” (LEVIS-STRAUSS, 1976, p. 338). Tal como esse autor apresenta os dados etnográficos sobre os Nambikuára, a hostilidade pode ceder lugar à cordialidade, assim como a agressão pode ceder lugar à colaboração.

Para ele, as guerras só intervêm quando falham todos os esforços para impor alianças pacíficas, assim como relações hostis podem evoluir para relações pacíficas. Segundo suas próprias palavras: “[...]. As trocas comerciais representam guerras potenciais, pacificamente resolvidas; e as guerras são resultados de transações mal sucedidas.” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 337). Portanto, guerra e comércio são trocas animosas ou amistosamente resolvidas.

Embora coloque a reciprocidade e a troca no lugar da função, a leitura estrutural da guerra, tal como a leitura funcional, abandona a história e a historicidade em favor de uma visão espacialmente determinada. Mas se por sua inspiração inicial, funcionalista e estruturalista, as teorias da guerra nas sociedades indígenas das terras baixas sul-americanas desprezaram a historicidade, a partir dos anos 1980 novas abordagens vieram mostrar os índios como sujeitos históricos conscientes. A guerra estaria aí associada à temporalidade e a um projeto de futuro, em vida ou no *post mortem*.



Para isso, teve-se que colocar, tal como reforçado pela visão de Carlos Fausto (2001), a hipótese da guerra na formação da pessoa, de identidades e de corpos, como predação do mundo exterior para a produção do mundo interior. A guerra seria assim, considerada parte de um consumo produtivo, seja pela necessidade de uma redução ao discurso da reciprocidade, seja pela integração da guerra ao tema da produção ontológica, que é um fenômeno da esfera produtiva, e não do consumo propriamente dito. A guerra estaria aí associada não somente a atos bárbaros, como se fez crer nos discursos oficiais, e nem à espacialidade de seu tratamento teórico como função (FERNANDES, 1970) ou reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1976) como já dito anteriormente.

Com base nessa última perspectiva - ontológica -, ao se analisar o caso dos Kayapó Meridionais não se trata de pensar ou elucidar a guerra como negativo da troca ou como integração. Para além disso, a motivação e a ação de guerra é a de predar o exterior para produzir o interior (aquisição de almas, virtualidade de pessoas, nominação, existência etc).

Conforme os termos empregados por Carlos Fausto em “*Inimigos Fiéis*” (2001), a cultura do outro fornece conhecimentos e objetos que apropriados pelo indivíduo permite a ele se produzir como pessoa e (re)produzir sua própria máquina social; ou seja, mediante a posse dos bens simbólicos e materiais dos outros é que se produz e reproduz o nós.

Desta forma, vale lembrar que foi a partir do entendimento da guerra como predação para a produção, que foram entendidas não só a guerra, mas suas analogias com a caça (relação com o mundo exterior da natureza) e com o xamanismo Kayapó.

Partindo então desta apreciação das guerras Kayapó, passarei a estabelecer algumas analogias entre caça e guerra, a partir do pressuposto de que ambas são resultados de uma associação entre o mundo da natureza que fornece a fera e a caça - e o mundo humano não kayapó que fornece o inimigo e a guerra. Em ambas coloca-se em jogo a apropriação de bens materiais e simbólicos, pois consoante a sua mentalidade antropocêntrica, os índios idealizam o animal como sendo semelhante ao homem (LUKESCH, 1976).



O ataque a um ninho de marimbondo simboliza o ataque a uma aldeia inimiga. Aliás, os marimbondos e os índios inimigos são classificados sob uma mesma denominação: *mêkurê-djuoy*, o que os índios traduzem por “inimigos”. (VIDAL, 1977:126)

Classifico como evento guerreiro todo e qualquer encontro entre grupos indígenas que se percebam como inimigos e que resulte em violência física, independente da dimensão desses grupos ou da amplitude da violência. Nessa categoria inclui tanto um ataque de monta a uma aldeia inimiga como uma escaramuça entre grupos de caça no meio da floresta. (FAUSTO, 2001:271)

Revisitada, portanto, a guerra ameríndia estaria então associada à temporalidade, e relacionada - como reforçou Carlos Fausto (2001) - com a formação de pessoas, de identidades e de corpos, passando agora a ser tratada como um fenômeno da esfera produtiva, do consumo de bens e poderes do exterior para a produção do mundo interior.

Neste caso, é possível sugerir que, assim como as outras categorias não-Kayapó ou não-Jê (“Mekakrit” ou “povo sem importância” – TURNER, 1992, p. 329), os não-índios que se interpunham nos caminhos das minas foram definidos pelos Kayapó como *hi’pe* ou *kahen*, inimigo, o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto, deveria ser morta” (GIRALDIN, 1997, p. 50). Estes *hi’pe* são para os Kayapó criaturas revoltantes e guerreiras, porém, fontes de certos poderes e bens.

Bens estes que são responsáveis pela integração e interação de todos no grupo, por isso acho interessante apresentar aqui as duas formas de transmissão presentes entre eles. Estas riquezas kayapós (*nêkrêjx*), como os adornos e os nomes bonitos, são transmitidos verticalmente, como uma herança própria de cada clã, o que faz com que haja uma integração social vertical, no qual estes bens circulam verticalmente entre parentes e amigos formais; enquanto que há também transmissões horizontais, sendo estas, transmissões de bens coletivos, que são de todos, como a pintura corporal, por exemplo, que é transmitida como um bem inato, algo de direito, que geralmente é difundido em locais públicos, onde todos têm acesso.

Assim, toda essa estrutura de relação com o mundo exterior que é adotado historicamente pelos kayapós, reproduzia a estrutura de relações que seus heróis



alimentaram no tempo mítico com o mundo exterior da natureza, ou seja, as guerras atualizavam as caçadas mitológicas, só que no mito há a predação da natureza, e na história a predação de outros homens (inimigos). Desta forma, toda a história Kayapó e suas intermináveis guerras ao longo do contato podem ser vistas como resultado de sua visão sóciocosmológica.

Podemos perceber, portanto, que na guerra preda-se o inimigo, que é na verdade componente de um mundo exterior necessário para a manutenção da cultura, o que nos permite entender que os Kayapós são centrados numa estrutura centrífuga, fugindo da regra de que os Jê são centrípetos (VIDAL, 1977) (FAUSTO, 2001), povos no qual

[...]predomina a idéia de uma fundação em que as condições de reprodução são dadas de uma vez por todas, ao contrário dos sistemas centrífugos em que ela depende necessariamente da reposição contínua de novos elementos adquiridos no exterior. (FAUSTO, 2001)

Sendo assim, podem ser entendidos como povos que vivem num regime centrífugo, e por isso, sendo exceção à regra de que Jês são povos centrípetos, como discutem Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro (1985), e também mais tarde Carlos Fausto (2001), eles necessitavam do contato com o exterior para garantir a sobrevivência de sua própria cultura.

Por esse motivo, as guerras, entendidas aqui então como predação do mundo exterior para produção do mundo interior, são oportunidades para apropriação de bens materiais e simbólicos de seus diferentes inimigos, no qual seus ataques que se configuram como botes rápidos e certos, têm como motivação predação ontologicamente a cultura do outro, caracterizando assim um comportamento e conduta que vai muito além da ação bélica.

Nesse mesmo sentido, portanto, podem ser entendidas as expedições de caça, só que aqui, a apropriação para produção de sua identidade e cultura se dá através do contato com o mundo exterior da natureza.

Este processo de contato com a natureza - caça -, assim como a guerra, provoca um grande mal-estar na sociedade como um todo, pois o processo de caça além de muito complexo envolve muitas suspeitas e ataques que são perigosos, pois estes



indígenas lidam com vários elementos críticos, tais como o sangue, que para eles é visto como uma substância simultaneamente perigosa e ameaçadora.

Assim sendo, este contato exige um amplo conhecimento acerca da natureza no qual o xamã, conhecedor dos segredos deste mundo sobrenatural e responsável pela comunicação com animais e espíritos da natureza, atua para amenizar todo o mal-estar causado na caça e na guerra. Seus conhecimentos são tão vastos que é até mesmo utilizado para guiar as caçadas realizadas, uma das atribuições relevantes do xamã.

Em vista disso, a floresta é considerada como um espaço “anti-social”, e por isso perigos são associados a ela, já que a natureza é indiretamente fonte de enfermidades. Por toda essa gama de motivos existe o receio por parte dos indígenas da apropriação inversa, ou seja, deles serem apropriados por essa natureza tão temida, um episódio que, caso acontecesse fugiria de seu controle humano, por isso eles se apropriam dela, instaurando assim uma troca constante entre o homem e o mundo exterior da natureza.

Ainda neste cenário da natureza, vale ressaltar que o animal de caça, ainda que parceiro é inimigo em relação à caçada, e quanto mais forte o oponente melhor a vitória; o que talvez explique as ritualísticas caças ao jaguar, um dos animais mais fortes, bravos e apreciados da natureza.

No que se refere à relação entre homem e animal, para o índio, a caçada representa uma luta até as últimas consequências, com o objetivo da matança. O animal é inimigo apenas em relação à caçada, à luta que traz a morte. (LUKESCH, 1976: 89)

Percebe-se então a seguinte estrutura, na guerra, predá-se o inimigo, e na caça, o animal, ambos componentes de um mundo exterior necessário para a manutenção da cultura e construção da identidade Kayapó, agindo a guerra e caça assim como verdadeiros processos de construções sociais.

Isto posto, vale ressaltar que caça e guerra parecem estar em estreita analogia, na qual a associação inimigo – fera – caça – guerra é também reforçada e comprovada na mitologia Kayapó, como já vimos.

Essa analogia ainda se fixa clara e objetivamente, quando comprovada em uma das inúmeras narrativas míticas recolhidas por Lukesch (1976), em uma das quais, após uma expedição de guerra, na qual os Kayapó mataram seus inimigos, eles também



Retalharam seus corpos, partindo-os ao meio. Depois, cortaram na floresta troncos delgados nos quais amarraram os cadáveres pelas mãos e pés, a fim de levá-los para casa, como costumavam levar a caça abatida no mato. [...]Depois alçaram nos ombros os troncos com os horripilantes **troféus de caça** iniciaram a marcha de volta. (Grifo meu). (LUKESCH, 1976: 188)

Desta forma, vemos que eles agem em relação ao inimigo da mesma forma que agem com seus animais de caça, retalhando seus corpos, partindo-os ao meio e os amarrando em troncos, exatamente da mesma maneira que faziam com suas caças abatidas.

Portanto, é uma produção de pessoas que colocam a economia selvagem no plano da ontologia (FAUSTO, 2001), colocando caça e guerra numa mesma lógica de pensamento, percebidas não só num contexto histórico como num plano mitológico, na qual, no mito o pensamento esforça-se por mostrar analogias formais entre diferentes domínios.

Assim, podemos concluir que na guerra e na caça estão em jogo os mesmos processos de predação, e a importância do xamanismo e do pensamento mágico-religioso nas situações de conflito pode ser averiguada pela série de associações já apresentadas. Com todas essas sustentações foi possível entender que a natureza e os inimigos são relacionáveis para o pensamento e, em consequência, para a ação histórica dos Kayapó, o que permitiu uma melhor compreensão da lógica de pensamento e de ação dos Kayapó nas guerras empreendidas na região nos séculos XVIII e XIX, e da atuação do pensamento simbólico na atualização histórica das ações durante o contato dos Kayapó.

Todas estas afirmações percorridas durante todo o trabalho, também nos auxiliou a desmistificar em parte a historiografia local, dando voz a estes indígenas que antes foram calados pelos discursos oficiais - que sempre fez repercutir a cultura e o povo kayapó como bárbaros e selvagens - e os mostrando agora como agentes conscientes e ativos da história, apresentando a guerra sob um novo olhar, um olhar para além do âmbito da batalha, como modalidade particular de contato e relação dos Kayapó com o mundo exterior.



Com isso, percebemos que o sistema classificatório Kayapó entende por comparação, que o mundo da natureza e o mundo dos outros povos estão numa relação análoga. Animais e outros povos seriam inimigos, porém detentores de certos poderes e bens apropriados na caça e na guerra para a própria produção da máquina social Kayapó. E dentro desse vasto escopo sóciocosmológico, nas guerras históricas os Kayapó meridionais atualizaram e reproduziram as suas estruturas culturais tradicionais de representação e ação (SAHLINS, 1990); e por meio da predação do mundo exterior, tal como na caça, continuaram a engendrar a produção do seu mundo interior, criando guerreiros belos, fortes e bravos.

Nesse sentido, assim como no tempo mítico, as danças, nomes e objetos dos outros seres que povoam o universo Kayapó foram, literalmente, apropriados, incorporados e domesticados para a produção de sua própria máquina social; no tempo histórico objetos exóticos, plantas e bravura foram apropriados dos não-indios.

Importante destacar não só as relações visíveis, como também as invisíveis com o mundo dos espíritos - o mundo normalmente invisível -, e isto só reforça a ambivalência que envolve o xamã, pois simultaneamente ele pode ser dominado pelos espíritos ou pode dominá-los, ou seja, são dois corpos que muitas vezes se confundem. Uma vez que, como já explicado no transcórre da pesquisa, o xamã se envolve numa relação intensa e dialética com este mundo exterior, que na maioria das vezes ele se apropria do animal/inimigo, porém sempre correndo riscos e perigos de também ser apropriados por estes, se tornando assim inimigo de seu próprio povo.

Como um agente único destes povos, o xamã, consegue enxergar o que não é visível a todos os homens, como afirma Carlos Fausto: “Só o olhar microscópico é capaz de perceber detalhes e pequenas transformações, de ver a diferença naquilo que surge idêntico para a visão panorâmica, e localizar inimigos jamais é uma tarefa fácil [...]” (FAUSTO, 2001:277), ele ainda tem uma atribuição muito importante a ser destacada, a capacidade por excelência de manipular doenças, devido ao alto grau de conhecimento das ervas e raízes medicinais (*cuté pidjô mary*).

O xamanismo se realiza e se legitima, portanto, quando espíritos e outros seres não só partilham o mesmo universo, mas interagem e interferem continuamente uns



com os outros, a um ponto tal que se possa afirmar que a verdadeira estrutura, no sentido lévi-straussiano, do universo é esta relação (BRUNELLI, 1996: 238), tendo como principais características a capacidade de se transformar em animais (xerimbabos), suas relevantes artes mágicas da cura e a preservação da tradição e do equilíbrio psíquico e físico da comunidade.

Podemos entender por fim, que o xamã possui um papel social positivo, formando parte de um padrão lógico de representações dentro de uma determinada cultura, no qual sua liderança nos rituais coletivos públicos é essencial à visão cosmológica do mundo.

REFERÊNCIAS

ATAÍDES, J. M. **Documenta indígena do Brasil Central**. Ed. UCG, Goiânia-GO, 2001.

BRUNELLI, Gilio. "Do xamanismo aos xamãs: estratégias Tupi-Mondé frente à sociedade envolvente", in J. Langdon (ed.), **Xamanismo no Brasil: novas perspectivas**, Florianópolis, UFSC, 1996.

CAMPOS, Antonio Pires de. "Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos [...]" In: TAUNAY, Afonso d'E. (org). **Relatos sertanistas**. 2a ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. p. 181-200.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. **Journal de la société des américanistes**. LXXI, Musée L'Homme, Paris, 1985. p. 191 – 208.

D.I. – **Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo**, vols. 3 e 22. Publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª edição, 1913.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: EDUSP, 2a. edição, 1970.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará – luta e sobrevivência de um povo Jê do Brasil central**. Campinas: UNICAMP, 1997.



GIRALDIN, Odair. **Fazendo Guerra; Criando Imagens; Estabelecendo Identidades. a ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII.** História Revista, 6 (1): 55 - 74, jan. jun. 2001.

GORDON, Cesar. **Economia selvagem** – ritual e mercadoria entre os Xikrin – Mebêngôkre. São Paulo: ed. da UNESP/ Instituto sócio ambiental, 2006.

LANGDON, E. Jean. Introdução: Xamanismo – velhas e novas perspectivas. In **Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas.** (E. Jean Matteson Langdon, orga). Florianópolis, Editora UFSC, 1996. p. 9-39.

LEA, Vanessa R. **Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mebengokre (Kayapó) do Brasil Central** / Vanessa R. Lea. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do sul. In: SCHADEN, Egon (org) **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Nacional, 1976. p. 325-339

_____ **El pensamiento salvaje.** México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

_____ **Totemismo hoje.** Petrópolis: Vozes, 1975.

LUKESCH, Anton. **Mito e vida dos índios Cayapós.** São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1976.

MANO, Marcel. Metáforas Históricas e Realidades Etnográficas: A construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. **Caderno de Pesquisa CDHIS**, v. 23, n.2. Uberlândia jul – dez. 2010. p. 325 – 347.

MANO, Marcel. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. **Trabalho & Política**, ano 29, n. 34, p. 193 – 212, UFPB - João Pessoa, jan. - jun 2011.

MARTINI, Daniel Moretto. **Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas.** Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História. Campinas: Unicamp, 2008.

MATTOS, Izabel Missagia de. **O litígio dos Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847-1880).** *Dimensões*, vol. 18, 2006. p. 139-148.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. In: **Sociologia e Antropologia**, v. 1. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974. p. 37-172.

PINAGÉ, Paulo. **Caiapó Metutire: os guerreiros pintados de negro/ texto / text** Paulo Pinagé; fotos/ fotos Vito D'Alessio; [tradução e revisão inglês/ translations and English revision Dorothy Jansson Moretti]. São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2003.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. Tabu. In: **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**, Petrópolis: Editora Vozes, 1973.



RODRIGUES, Álvaro Almeida. **Por uma etnohistória do Triângulo Mineiro: contato e Guerra, o Kayapó e não-índio no século XIX**. 2011, 65 p. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia, UFU.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1990.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311 – 338.

TURNER, Terence. Da cosmologia à ideologia: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. SP, 1993.p. 43-66.

VIDAL, Lux Boelitz. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1977.

GT 09: Estudos e pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena.

Perfil biológico dos remanescentes osteológicos Kaingang do Museu Índia Vanuíre
(Tupã, São Paulo)

Daniel Fidalgo

Robson Rodrigues

Ricardo Bonfante

Resumo

A análise dos remanescentes ósseos indígenas presentes no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre revelou a presença de dois indivíduos adultos (>25 anos) do sexo masculino. Com base na documentação e cultura material associada, é possível confirmar que estes pertenceriam ao grupo indígena Kaingang e que foram possivelmente sepultados entre finais do século XIX e inícios do século XX. Entre os resultados obtidos, o estudo morfológico permitiu a estimativa da estatura e esta se aproxima de valores já registrados durante pesquisas realizadas em meados do século



XX e de outros relatos históricos feitos na época. Através da análise da morfologia dentária foram também identificados em ambos os indivíduos traços semelhantes aos identificados em populações asiáticas e ameríndias. Foram ainda identificados dois casos de estudo no âmbito paleopatológico, um esqueleto encontra-se com um canino superior esquerdo em posição ectópica e um fêmur esquerdo apresenta uma forma atípica cuja inferência da sua etiologia deve ser avançada com grandes reservas. Além dos ossos, documentos históricos do Museu e associados a esta coleção estão contribuindo para a localização e registro do seu contexto arqueológico, além de estarem contribuindo para a transmissão da história e da memória do grupo étnico Kaingang.

Palavras Chave: Arqueologia; História Indígena; Kaingang; Remanescentes ósseos humanos; Coleção museológica.

Introdução

A Arqueologia, de uma forma sucinta, procura a identificação e caracterização de antigos grupos humanos a partir da recuperação e análise de evidências materiais que tenham prevalecido no registro estratigráfico, assim como pelo estudo do contexto em que estas se enquadram. Para isso, a pesquisa arqueológica necessita extrair o máximo de informação possível de quaisquer elementos que prevaleçam nestes contextos, sejam estes artefatos relacionados com a cultura material destes povos, ou mesmo remanescentes orgânicos que ainda estejam preservados no momento da intervenção arqueológica. Entre os vários elementos biológicos que podemos encontrar em contextos arqueológicos, os remanescentes osteológicos e odontológicos humanos ocupam um lugar de destaque, pois ainda que frequentemente não permitam uma identificação pessoal do indivíduo, ainda assim representam a evidência biológica mais próxima que possuímos do mesmo.

A anatomia de um esqueleto resguarda a morfologia de um indivíduo, podendo manter inclusive a impressão dos antigos tecidos moles que lhe estavam associados



durante a vida (WHITE *et al.*, 2011). Afetado por fatores tanto genéticos como ambientais, é também um dos melhores indicadores para a estimativa de parâmetros paleodemográficos (sexo e idade quando de sua morte) e morfológicos (estatura e robustez, entre outros). O esqueleto humano tem ainda um papel fundamental no estudo de doenças do passado, não apenas pelo registro de doenças crônicas infecciosas que têm sido documentadas em antigos esqueletos, mas também de outras condições anômalas (AUFDERHEIDE; RODRÍGUEZ-MARTÍN, 1998). Por sua vez, o perfil baseado nos elementos dentários pode ser usado tanto como suplemento às informações geradas a partir de material ósseo, quanto podem ser usados de forma independente, caso sejam encontrados elementos isolados do resto do esqueleto ou quando o esqueleto está gravemente danificado (IRISH; NELSON, 2008). Enquanto o esqueleto humano é o molde da estrutura do corpo, os dentes representam a interface direta entre o organismo e o meio ambiente (WHITE *et al.*, 2011). Através da análise do desgaste dos elementos dentais, processos cariogênicos e outras patologias associadas às estruturas do sistema estomatognático, é possível obter informações de grande valor na interpretação e compreensão do comportamento humano.

Nos dias de hoje, o ascendente interesse acadêmico pelos restos ósseos humanos exumados em contextos arqueológicos tem vindo a aumentar exponencialmente, conduzindo várias instituições, algumas das quais nacionais, a formarem importantes coleções osteológicas (LESSA, 2011, p.4), estas são por sua vez usadas e manipuladas sistematicamente, quer para fins de investigação ou de formação acadêmica. Não obstante, os acervos destas instituições representam apenas parte dos remanescentes osteológicos humanos recuperados destes contextos, sendo que existem vários acervos osteológicos dispersos por instituições de menores dimensões e que, frequentemente, pela difícil acessibilidade ou mesmo desconhecimento por parte dos investigadores, acabam por ficar incógnitas ao meio acadêmico.

A verdade é que se desconhece, no estado atual da arte, a amplitude de acervos osteológicos existentes em instituições museais no território nacional. Como causas podem ser apontadas uma vasta multiplicidade de fatores, tais como: a falta de inventários por parte de algumas instituições; a possível existência de coleções privadas



não monitoradas; a falta de curadoria de bens arqueológicos; a ausência de informação acerca do contexto do qual as ossadas são provenientes. Frequentemente, mais do que um destes fatores pode ocorrer em simultâneo, tornando a tarefa de mapeamento de acervos osteológicos uma tarefa difícil.

Porém é possível mitigar parcialmente os danos causados por estes problemas, ainda que muitas vezes a ausência de informações de campo juntamente com um manuseamento inadequado das ossadas cause uma perda substancial de informação que nunca mais pode vir a ser recuperada. Aqui expomos o exemplo do trabalho de análise desenvolvido no acervo osteológico do *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, localizado no município de Tupã, Estado de São Paulo. Apesar de se tratar de um acervo de pequenas dimensões, exumado por um antigo agricultor rural na década de 60 do século XX e com pouca informação acerca do seu contexto original de deposição, através de um trabalho de análise e investigação da documentação do museu e com o auxílio do corpo técnico do mesmo, foi possível recuperar uma quantidade significativa de informações, muitas das quais os autores esperam que venham a contribuir para o desenvolvimento de estudos futuros na região em causa.

Contexto Histórico e Arqueológico

Em 21 de Outubro de 1969, Pedro Del Valle Fernandes, proprietário rural de ascendência espanhola, realiza uma doação ao *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre* composta por uma série de remanescentes ósseos humanos e outros artefatos associados, que foram encontrados em sua propriedade durante o trabalho de aragem do solo para plantio. Os documentos de doação da época indicam que estes foram exumados da sua propriedade de família, de nome “Sítio Canaã”, localizado no então município de Tupã, já na época próximo à Terra Indígena *Índia Vanuíre* e que atualmente pertence à área administrativa do município de Arco-Íris.



Recentemente²⁷⁹ foi possível identificar alguns dos descendentes da família de Pedro Del Valle Fernandes ainda residentes nas proximidades. Uma vez feito o contato com estes, os mesmos revelaram a sua relação de parentesco com o doador, assim como com a referida propriedade rural que, no passado, seria da família. Pedro Del Valle Neto (neto do doador) também comenta que nasceu no referido local em 1958 e que morou na propriedade durante 27 anos até se mudar para a cidade de Tupã, em 1985. O entrevistado relembra que quando preparavam as terras para o plantio, era comum encontrar ossos e objetos indígenas. Destes objetos, menciona que além de muitos ossos, encontravam também pratinhos de ferro, ferro retorcido e pedaços de madeira.

Fontes bibliográficas também atestam a presença de material indígena na região, principalmente associado a enterramentos. De acordo os livros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), denominado “*Diário do Posto Indígena Vanuíre*”, presente no acervo do *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, existem relatos de uma pressuposta “*tumba dos Kaingang mortos*” nas adjacências entre a propriedade rural de Pedro Del Valle Fernandes e a própria terra indígena.

Foi hasteada a bandeira nacional, havendo romaria à tumba onde se encontram os despojos dos Kaingang mortos, ato este que despertou muita admiração da população vizinha, que declarou ser este o primeiro ano em que se fez visita ao referido cemitério, onde, além de inúmeras flores naturais, foram também depositadas diversas coroas, bem como cruzeiros de madeira, tendo tomado parte no ato a auxiliar de ensino deste P.I. e a quase totalidade dos índios, que reunidos neste posto às 12 horas, partiram logo depois formando um conjunto bem numeroso... (SPI/DPIV, página 5: 2/11/1943).

Efetivamente, a forte presença de antigos grupos Kaingang tampouco é surpreendente na história recente do Oeste Paulista. São vários os relatos de resistência destes grupos ao avanço da construção da *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, durante os primeiros anos do século XX e que em muitas instâncias se materializavam em assaltos violentos com severas perdas humanas de ambas as partes. Neste período os Kaingang do sertão paulista ainda ocupavam as regiões mais altas dos campos de

²⁷⁹ A partir do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “*Perfil biológico, paleopatológico e prospecção arqueológica dos remanescentes ósseos humanos Kaingang a partir do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã, São Paulo)*”, executado pelos pesquisadores da Fundação Araporã, com subsídio da Associação Cultural de apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura - ACAMPorinari, no corrente ano.



cerrado, dos vales e espigões do interior, margeando os rios Tietê, Peixe, Feio/Aguapeí, Paranapanema, entre outros cursos menores (RODRIGUES, 2007, p. 74 – 75).

Foi durante este clima de hostilidades que em finais de 1910 intervém o Serviço de Proteção ao Índio e Liberação dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), por ordem do Coronel Rondon, que destaca o Tenente Rabello para levar a cabo a pacificação dos grupos indígenas Kaingang, tomando como auxiliares para esta tarefa os tenentes Candido Sobrinho e Sampaio (HORTA BARBOZA, 1913, p. 15). Para levar a cabo esta tarefa, os responsáveis contaram com o auxílio de indígenas Kaingang do Paraná, que na época já haviam sido “pacificados” e entre estes estaria Vanuíre, indígena que viria a ter um papel crucial no sucesso desta missão. Em 19 de Março de 1912, após dois anos de diversos eventos de tensão entre ambas as partes, oficializou-se o sucesso do movimento de pacificação dos Kaingang do sertão paulista, com o primeiro contato não hostil feito por parte dos índios Kaingang que desarmados visitaram o acampamento dos Patos²⁸⁰ a fim de travar relações com o grupo de agentes do SPILTN e com os Kaingang do Paraná.

Em 19 de Novembro de 1913, Horta Barboza, o Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios em São Paulo realizou no Salão da Biblioteca Nacional uma conferência intitulada “*A Pacificação dos Caingangs Paulistas. Habitros, Costumes e Instituições desses Índios*”. O autor destaca que depois de seguradas as hostilidades, procederam-se várias expedições de reconhecimento de assentamentos indígenas Kaingang e concluiu-se que a sua população neste estado não deveria exceder as 500 pessoas (HORTA BARBOZA, 1913, p. 23-24).

Também as práticas de enterramento foram documentadas de forma detalhada por Horta Barboza (1913) e H.H. Manizer (2006). Quando um Kaingang morre, este é inumado em uma cova cujo fundo é forrado com folhas e onde ao lado do seu corpo são colocados todos os seus objetos, utensílios e enfeites próprios, além de outros que são oferecidos nesse momento por parentes e amigos. Os bens que não o poderão seguir para a sepultura como animais, colheitas ou mesmo objetos que no momento não se

²⁸⁰ O acampamento dos Patos, localizando onde atualmente se encontra o município de Promissão, foi o primeiro posto de atração organizado pelo SPILTN para iniciar o contato com os Kaingang.



encontravam por quaisquer motivos próximos ao lugar onde se deu a morte, são totalmente queimados e destruídos. Na boca da sepultura é construído um estrado de madeira onde sobre este é acumulada a terra removida quando da escavação da sepultura, além de mais terra que é retirada do perímetro próximo ao enterramento. Estas ações permitem que um enterramento Kaingang da época assuma a aparência de um montículo semiesférico, com a presença de uma vala escavada no seu entorno, cuja terra deva ter sido usada para aumentar as dimensões do túmulo.

Estas informações são particularmente interessantes para o registro arqueológico, pois fornecem a indicação de que não só os enterramentos Kaingang geram uma estrutura em quota positiva, facilmente identificável na apreciação de uma paisagem, assim como o fato de eles serem enterrados com a maioria dos seus pertences gera uma abundância de cultura material que pode ser analisada e usada para caracterizar o indivíduo em causa. Além disso, segundo o modelo de aldeamento Kaingang, os cemitérios encontram-se sempre significativamente próximos das aldeias, o que permite facilmente identificar possíveis antigas aldeias indígenas (RODRIGUES, 2007).

O fato é que esta facilidade na identificação de cemitérios Kaingang provou ser um tema bastante complexo e polêmico nos anos que se seguiriam. Com o avanço latifundiário, a intensificação da lavoura e o inevitável avanço da *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, começam a surgir múltiplos relatos de exumações indevidamente fundamentadas de enterramentos indígenas Kaingang (REYES, s/d ; GODOY, 1947; DRUMOND; PHILIPSON, 1947). Os relatos destes achados são dispersos, muitas vezes deficientes em contextualização geográfica e os paradeiros dos acervos provenientes destas exumações frequentemente desconhecidos. Não obstante, a pouca informação disponível ainda assim permite associar estes casos a enterramentos Kaingang, quer seja pela descrição morfológica do túmulo, ou mesmo pela cultura material associada. Destas generalizações devemos isentar os trabalhos documentados por Kiju Sakai, que durante meados do século XX realizou uma série de escavações arqueológicas sistemáticas a vários montículos dispersos pelo interior paulista, tendo documentado todos os procedimentos e achados decorrentes desses trabalhos, tornando-



se até o presente momento a descrição mais precisa que possuímos de uma escavação de um enterramento Kaingang.

É então neste contexto que tendo conhecimento da existência de remanescentes osteológicos humanos presentes no *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, nasce o projeto “*Perfil biológico, paleopatológico e prospecção arqueológica dos remanescentes ósseos humanos Kaingang a partir do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã, São Paulo)*”. Trata-se de uma tentativa de recuperar o máximo de informação possível acerca do contexto destes antigos enterramentos e dos seus indivíduos, assim como, com base na documentação histórica e etnográfica da época, aproximar-nos do contexto geográfico destes antigos túmulos indígenas e realizar uma análise arqueológica e bioantropológica.

Materiais e métodos

Após a doação realizada por Pedro Del Valle Fernandes, partes dos remanescentes osteológicos foram expostos no *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, enquanto os restantes permaneceram em sacos plásticos selados até ao momento de análise laboratorial do projeto supracitado. Atualmente, nenhum dos remanescentes se encontra exposto e todos eles permanecem na reserva técnica da mesma instituição.

A amostra osteológica é composta por 66 fragmentos, totalizando 54 ossos humanos. Como nem todos pertencem a um mesmo indivíduo foi necessário proceder à estimativa do número de indivíduos (NMI). Em seguida procedeu-se à diagnose sexual dos diferentes esqueletos, seguindo as recomendações de Buikstra e Ubelaker (1994) e Ferembach *et al.* (1980), o método de Bruzek (2002) e de Sauter e Privat (1955). Atendendo ao estado de preservação da amostra, a estimativa da idade à morte dos indivíduos foi realizada somente pela análise do desenvolvimento e erupção dentária, para isso foi seguido o método de AlQahtani *et al.* (2010).

A estimativa da estatura seguiu o método de Genovés *apud* Bass (1995) e os índices usados para a estimativa de achatamento e robustez os de Martín e Saller (1957).



A presença de caracteres não métricos cranianos foi classificado segundo Hauser e DeStefano (1989) e os pós-cranianos segundo Finnegan (1978). A morfologia dentária foi avaliada segundo o *Arizona State University Dental Anthropology System* (ASUDAS) de Turner II *et al.* (1991).

A avaliação de possíveis alterações degenerativas e articulares foi classificada segundo as recomendações de Buikstra e Ubelaker (1994). O desgaste dentário foi registrado segundo Smith (1984), e a classificação de lesões cariogênicas foi avaliada segundo Hillson (2001).

Resultados

Na análise do NMI foram identificados dois crânios, duas mandíbulas e dois rádios direitos, sugerindo assim a presença de pelo menos dois indivíduos. Procurou-se realizar a associação entre os ossos e os diferentes indivíduos presentes, mas uma vez que a manipulação dos ossos humanos quando da realização do referido projeto já tinha sido bastante severa e ambos os indivíduos possuem uma estimativa de idade e sexo semelhantes, nem todos os ossos foram possíveis de ser associados a um esqueleto de forma tão precisa quanto seria esperado. Dessa forma todas as associações com exceção de crânios - mandíbulas devem ser consideradas com alguma cautela.

O Indivíduo 1, além de sabermos que se trata de um esqueleto adulto (>25 anos) do sexo masculino, a análise da sua morfologia dentária revelou a presença de *Shoveling* no canino inferior esquerdo e *Double Shoveling* no incisivo lateral inferior esquerdo. O desgaste dentário da dentição recuperada aponta para uma média de desgaste oclusal de 3,5 (n=4). No terceiro molar inferior esquerdo, foi identificada uma lesão cariogênica na sua superfície oclusal, além de uma segunda lesão cariogênica no primeiro molar inferior esquerdo, na superfície distal da junção cimento-esmalte.

O Indivíduo 2 remete a outro adulto (>25 anos) do sexo masculino. Dos caracteres morfológicos dentários analisados, destaca-se a presença de *Shoveling* no canino superior direito, *Double Shoveling* no incisivo lateral superior esquerdo, crista distal acessória em ambos os caninos superiores e a presença de três cúspides no



segundo pré-molar superior direito. Quanto ao desgaste dentário, os valores são de 2,78 para a dentição superior (n=10) e 2,3 para a dentição inferior (n=10), resultando em uma média geral de 2,54 (n=20). Os graus de desgaste mais acentuados verificam-se nos primeiros molares tanto superiores como inferiores. No âmbito paleopatológico, registra-se a posição ectópica do canino superior esquerdo, que se encontra incluso na maxila esquerda, imediatamente abaixo do forâmen infraorbital esquerdo. O alvéolo do canino decidual esquerdo permanece aberto na arcada maxilar, porém o dente em si parece ter sido perdido *post-mortem*.

A análise morfométrica do fêmur direito e da tíbia direita sugere que estes não apresentam sinais de achatamento ou robustez significativos. A estatura estimada com base no mesmo fêmur é de $161,977 \pm 3,417$ cm, já com base na tíbia direita a estimativa sobe para $166,468 \pm 2,815$ cm. No que diz respeito à análise morfológica, foi identificada a presença do terceiro trocânter no mesmo fêmur direito.

Resta destacar por fim a morfologia atípica do único fêmur esquerdo presente, o qual também não foi possível associar de forma precisa a um dos dois indivíduos. A diáfise e a extremidade distal encontram-se rotacionadas aproximadamente 90° no sentido lateral. Ambas as epífises encontram-se severamente afetadas por fatores tafonômicos, o que dificulta o diagnóstico desta lesão. Realizadas radiografias, não foram identificados quaisquer sinais associados a uma possível fratura.

Discussão

Levando-se em consideração o espólio votivo e o contexto geográfico da amostra, alguns dados permitem inferir que estes enterramentos tenham ocorrido a partir da segunda metade do século XIX ou inícios do século XX. Entre a cultura material associada a estes esqueletos, foram identificados vários objetos de ferro, entre os quais algumas pontas de flecha e um prato de metal (Ágata). A introdução de materiais desta liga está geralmente associada à intensificação dos contatos entre os Kaingang e os grupos de colonização europeus que gradualmente vieram a ocupar o interior durante



este período histórico contemporâneo às ações de “pacificação” do SPI no Oeste paulista.

A presença das pontas de flecha merece especial destaque, pois de acordo com os relatos históricos, parecem estar intrinsecamente associadas com enterramentos do sexo masculino. Durante a visita de H.H Manizer, entre 1914 e 1915, à “Vila Kaingang” e “Vila Sophia”, ele menciona que as pontas de flecha em ferro eram usadas entre os homens Kaingang para a caça de animais de grande porte (antas e onças) ou para a guerra. O mesmo autor testemunhou ainda um enterramento Kaingang, no qual descreve que do lado do corpo de um homem foi colocado um estojo de flechas que lhe pertenceriam em vida (MANIZER, 2006). Infelizmente, no nosso caso dada a ausência de contexto arqueológico, não podemos atualmente saber a qual dos indivíduos, ou se mesmo a ambos, estariam associados estes artefatos. Porém, as evidências da cultura material corroboram o sexo estimado para os indivíduos analisados.

A estatura que foi estimada com base no fêmur ($161,977 \pm 3,417$ cm) e tibia ($166,468 \pm 2,815$ cm) aproxima-se dos dados publicados por Pourchet (1983), que, durante a década de 70, a autora mediu a estatura de nove indivíduos Kaingang provenientes da região de Tupã e definiu para o grupo uma estatura média de 163,4cm (mínimo 159,8cm e máximo 168,0cm) com base na sua amostra.

Tanto Pourchet (1983) como Manizer (2006) classificam a estatura dos Kaingang como média ou pequena, porém destacam sempre a sua envergadura ou musculatura desenvolvida. No nosso caso de estudo, a presença do terceiro trocânter no fêmur direito pode ser um indicador sugestivo que se cruza com estas últimas descrições, pelo menos do que diz respeito à musculatura dos membros inferiores. O terceiro trocânter é uma proeminência que se manifesta na extremidade superior da tuberosidade gluteal, cuja sua função está possivelmente associada à inserção muscular do músculo *gluteus maximus*. Entre os fatores ambientais que possam influenciar a manifestação deste traço morfológico, a forte musculatura ou alteração da direção do tendão do músculo *gluteus maximus* parecem ser as interpretações mais aceitas pela maioria dos autores (BOLANOWSKI, 2005).



A despeito de ser uma amostra reduzida, na análise da morfologia dentária foi registrada a presença de *Shoveling* e *Double Shoveling* em ambos os indivíduos, traços frequentemente associados a grupos populacionais ameríndios ou asiáticos (SCOTT; TURNER, 1997). Também o pré-molar superior com três cúspides, traço considerado como raro por alguns autores, foi observado em grupos indígenas norte-americanos, e consequentemente associado a grupos de ascendência asiática (TURNER II *et al.* 1991). A mesma inferência de associar os traços morfológicos Kaingang a outros grupos de ascendência asiática foi já igualmente realizada por Pourchet (1983), porém, a autora baseou-se somente em valores antropométricos. Do que temos conhecimento, este caso apresenta a primeira associação fundamentada somente com base na morfologia dentária dos indivíduos deste grupo étnico.

Já no que diz respeito ao desgaste dentário, Manizer (2006) comenta que observou em muitos Kaingang a ausência dos incisivos na arcada superior e em indivíduos mais jovens um desgaste bastante acentuado nos mesmos. Do que podemos comentar do nosso caso de estudo, apenas foi possível analisar o maxilar superior de um indivíduo, este por sua vez apresenta uma perda acentuada *post-mortem* da dentição anterior superior, sugerindo que até à sua morte, este não sofrera qualquer perda dentária dos incisivos superiores. Além disso, dos dentes analisados da dentição superior, todos apontam para um desgaste dentário pouco acentuado. Não obstante, destacamos que pelo fato da amostra ser composta apenas por um indivíduo, não deve ser parâmetro suficiente para contestar as observações de Manizer (2006). Deve sim constar como evidência que são necessárias mais análises semelhantes a outras amostras osteológicas Kaingang antes de retirarmos quaisquer novas conclusões.

Resta-nos ainda comentar sobre o canino superior esquerdo em posição ectópica do segundo indivíduo. Dada a sua proximidade ao seio maxilar esquerdo é possível que esta obstrução pudesse causar complicações como dor facial, inchaço, epistaxe ou rinorréia (KARACAYLI, 2015). Também o alvéolo correspondente ao canino superior esquerdo decíduo encontra-se ainda aberto, ainda que o dente em causa tenha sido perdido *post-mortem*. Dada a posição ectópica do dente permanente e o alvéolo aberto do canino decidual, a hipótese mais provável é que este último tenha prevalecido até à



idade adulta, uma vez que não houve pressão do dente permanente sobre o decidual. Geralmente, a oclusão do canino permanente deveria ocorrer entre os 11.5 e os 12.5 anos de idade (ALQAHTANI *et al.* 2010).

Por último, em relação à morfologia atípica verificada em um fêmur esquerdo da amostra, até à data ainda não temos informações concretas sobre a sua possível etiologia. A hipótese de fratura foi excluída, uma vez que na radiografia não foram encontradas quaisquer evidências que sugerissem a mesma. Podemos argumentar que possivelmente se trata de uma anomalia que ocorreu durante o desenvolvimento do indivíduo, porém acreditamos que ainda é muito cedo para entrar em discussões até que este caso de estudo seja estudado de uma forma mais aprofundada.

Considerações Finais

No estado da arte atual, este trabalho representa o primeiro esforço interdisciplinar na investigação de evidências osteológicas humanas Kaingang identificadas em contextos arqueológicos no Estado de São Paulo e presente em uma instituição museal. Entre os seus principais objetivos está aprofundar o nosso conhecimento atual sobre possíveis práticas funerárias dos antigos grupos Kaingang da região e a partir da análise osteológica atestar com dados empíricos alguns dos relatos etnográficos e históricos em relação a este grupo, ao mesmo tempo em que procuramos avaliar novos parâmetros que até então nunca foram alvo de estudos em amostras indígenas históricas.

Esperamos também que este seja um ponto de partida para promover a realização de estudos futuros de caráter semelhante. Como referido anteriormente, existem ainda diversas referências a exumações de remanescentes osteológicos Kaingang realizadas ao longo de todo o século XX, mas que até hoje não foram alvo de um estudo mais aprofundado. A análise destes esqueletos poderá dar-nos uma melhor perspectiva sobre a demografia, estilo de vida e estado de saúde deste grupo indígena no decorrer da expansão capitalista no processo de colonização do sertão paulista,



contribuindo assim para um conhecimento mais amplo do que até agora obtemos através dos dados históricos e arqueológicos.

Agradecimentos

A presente investigação foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa “*Perfil biológico, paleopatológico e prospecção arqueológica dos remanescentes ósseos humanos Kaingang a partir do acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre (Tupã, São Paulo)*” subsidiado pela *Associação Cultural de apoio ao Museu Casa de Portinari – Organização Social de Cultura*. Os autores gostariam de agradecer a todos os colaboradores e direção do *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuüre*, nomeadamente a Odete, Viviani, Raquel, Andressa e Tamimi, assim como aos residentes da Aldeia indígena Índia Vanuüre, especialmente a Dirce, Lucilene e Susilene, respetivas representantes Kaingang. Por último gostaríamos de agradecer à professora doutora Marília Xavier Cury (MAE-USP), particularmente pelo seu papel de mediadora entre os pesquisadores e todos os outros agentes envolvidos no decorrer desta investigação.

Referências Bibliográficas

ALQAHTANI, S.J.; HECTOR, M.P.; LIVERSIDGE, H.M. Brief communication: the London atlas of human tooth development and eruption. **American Journal of Physical Anthropology**, volume 142, nº 3, 2010, p. 481-490.

AUFDERHEIDE, A.C.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. **The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology**. Cambridge University Press, 1998.

BASS, W. **Human Osteology: A laboratory and Field method**. Springfield, IL, Charles C. Thomas, 1995.

BOLANOWSKI, W.; ŚMISZKIEWICZ-SKWARSKA, A.; POLGUJ, M.; JĘDRZEJEWSKI, K.S. The occurrence of the third trochanter and its correlation to certain anthropometric parameters of the human femur. **Folia Morphologica**, volume 64, nº 3, 2005, p. 168-175.

BRUZEK, J. A method for visual determination of sex, using the human hip bone. **American Journal of Physical Anthropology**, volume 117, nº 2, 2002, p. 157-168.



BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. **Standards for data collection from human skeletal remains. Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History** (Arkansas Archaeology Research Series 44). Fayetteville Arkansas Archaeological Survey, 1994.

DRUMOND, C.; PHILIPSON, J. Os túmulos Kaingang de Parapuã. **Sociologia: Revista Didática e Científica**. São Paulo, volume IX. nº 4, 1947.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. 1980. Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons. **Journal of Human Evolution**, volume 9, 1980, p. 517-549.

FINNEGAN, M. Non-metric variation of the infracranial skeleton. **Journal of Anatomy**, volume 125, nº 1, 1978, p. 23-37.

GODOY, O. R. Esqueletos e utensílios de índios encontrados no Estado de São Paulo. In: **Separata dos Arquivos da Polícia Civil de São Paulo**, São Paulo, volume XIII, 1947.

HAUSER, G.; DE STEFANO, G.F. **Epigenetic variants of the human skull**. Stuttgart, E. Schweizerbartsche Verlagsbuchhandlung, 1989.

HILLSON, S. Recording dental caries in archaeological human remains. **International Journal of Osteoarchaeology**, volume 11, nº4, 2001, p. 249-289.

IRISH, J.D.; NELSON, G.C. (Editores). **Technique and application in dental anthropology**. Volume 53, Cambridge University Press, 2008.

KARACAYLI, U.; DAG, M.; AVESEVER, H. Ectopic tooth in the maxillary sinus adjacent to infraorbital foramen. **International Journal of Oral and Maxillofacial Surgery**, volume 44, 2015, p.e 239.

LESSA, A. Conceitos e métodos em curadoria de coleções osteológicas humanas. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, volume 68, nº1-2, 2011, p. 3-16.

MANIZER, H. H. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

MARTIN, R.; SALLER, K. **Lehrbuch der Anthropologie**. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag, 1957.

POURCHET, M.J. **Ensaio e Pesquisas Kaingang**. São Paulo, Editora Ática, 1983.

REYES, M. R. A. **Promissão: sua história e sua gente**. São Paulo, Promissão, s/d.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do Sertão Paulista: Um estudo Etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Iguapeí**. Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAUTER, M.R.; PRIVAT, F. Sur un nouveau procédé métrique de détermination sexuelle du bassin osseuse. **Bull Soc Suisse d'Anthrop d'Ethno**, volume 31, 1955, p. 60-84.



SCOTT, G.R.; TURNER, C.G. **The Anthropology of Modern Human Teeth: Dental Morphology and its Variation in Recent Human Populations.** Cambridge University Press, 1997.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI). **Diário do Posto Indígena Vanuíre.** Tupã. SP. Página 5. 2/11/1943.

SMITH, B. H. Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists. **American Journal of Physical Anthropology**, volume 63, nº1, 1984, p. 39-56.

TURNER II, C.; NICHOL, C.; SCOTT, G.R. Scoring Procedures for Key Morphological Traits of the Permanent Dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System. *In*: Kelly, M. & Larsen, C. (Coord.). **Advances in Dental Anthropology.** New York. Wiley-Liss, Inc., 1991, p. 13-31.

WHITE, T.D.; BLACK, M.T.; FOLKENS, P.A. **Human Osteology.** Academic press, 2011.

GT 10: Pesquisa de campo, alteridade e escrita.

Análise Etnográfica da Roda de Capoeira Angola: perspectivas a partir da Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss

Carine Costa Alves

Resumo: o presente artigo tem como pressuposto discorrer sobre os sistemas simbólicos presentes na roda de Capoeira Angola a partir de uma análise etnográfica que tem como fio condutor de minha aventura epistemológica o Centro Esportivo de Capoeira Angola – Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha localizado no município de Salvador, estado da Bahia. Nesse tradicional centro de prática da Capoeira Angola os sistemas simbólicos nele observados conduzem e dão sentido a roda, momento ritual da Capoeira Angola. Nesse sentido, busco identificar esses sistemas que formam a estrutura da roda, considerada como um conjunto de associações, inversões e correspondências entre símbolos e o sentido a eles empregado durante o ritual. Com base no método etnográfico apresento descrições e reflexões sobre esse conjunto de significados que se encontram em movimento nos sistemas de circularidade, na musicalidade, nos golpes/movimentos, na linguagem e na linhagem de transmissão dos saberes da arte. Mobilizo partindo desse universo simbólico da Capoeira Angola as noções de estrutura no sentido atribuído por Lévi-Strauss. Como parte do método etnográfico, incluo minha experiência enquanto capoeirista através da vivência nesse universo da capoeiragem. Para finalizar ressalto que o objetivo deste é propor uma



análise estruturalista utilizando da etnografia da roda e a partir dessa delimitar os sistemas simbólicos identificados.

Palavras chave: Capoeira Angola, etnografia, estrutura.

Introdução

Bahia, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, agosto, mês de chuvas. À esquerda da entrada do Forte, uma pequena porta e uma placa com os dizeres "Centro Esportivo de Capoeira Angola - Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha". No seu interior, visitantes nos compridos bancos de madeira observam ao ritual com atenção. No centro os jogadores e suas performances formam a roda de Capoeira Angola com todos os seus significados do jogo, luta, dança da circularidade. Do lado esquerdo de quem ali se aproxima está Mestre João Pequeno de Pastinha, de pernas cruzadas, baqueta na mão e seu chapeuzinho branco característico. O ritual é por ele comandado. E o território é cheio de significados. Um ar de respeito por aquela figura, ali se faz presente (Caderno de Campo, 2010).²⁸¹

A Capoeira²⁸² Angola é uma expressão cultural afro-brasileira, que envolve tanto a luta, quanto a dança e o jogo. As raízes de sua existência, seus significados mais profundos estão representados e são constantemente reconstruídos no momento ritual ao longo de sua história possibilitando nos dias de hoje através da observação de sua prática a identificação de determinados símbolos e a compreensão de significados, que em uma relação dialógica envolve os conhecedores dessa arte e seus aprendizes.

A Capoeira Angola é uma prática complexa, cuja dimensão simbólica confere-lhe caráter místico-ritualístico-estrutural. E nesse sentido, ela, enquanto manifestação cultural tem a roda como principal expressão, momento em que culmina luta, jogo, dança, musicalização, ancestralidade, religiosidade e que permite uma diversidade de diálogos de corpos, de olhares, de gestos e experimentações.

Nesse momento faz-se necessário ressaltar que analiso a roda de Capoeira Angola no presente momento, não entrando aqui nos acirrados debates sobre sua origem e as diversas metamorfoses pela qual essa manifestação cultural passou.

²⁸¹Caderno de Campo do período de observação participante ocorrido em agosto de 2010 para desenvolvimento da Monografia intitulada "Mestre Pastinha, Mestre João Pequeno de Pastinha e o Centro Esportivo de Capoeira Angola: etnografia e reflexões" defendida com êxito em março de 2011.

²⁸²Termo que define prática de agilidade e destreza em que indivíduos fazem de seu corpo meio de defesa e ataque, utilizando ginga, esquivas, golpes com os pés e cabeça para se safar ou ferir seu oponente. REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola:** ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Editora Itapuã, 1968. p. 17-29.



Nesse diálogo proposto aqui, pretendo seguir a tradição ou corrente teórica da Antropologia estrutural enquanto ferramenta para se problematizar, contextualizar e analisar a roda de Capoeira Angola enquanto uma prática estrutural ritual.

Traço como eixo de sustentação para este trabalho a roda, enquanto elemento que constitui sentido para a prática da Capoeira Angola, pois é na roda que estão inscritos vários elementos que dão sentido à manifestação cultural como uma prática ritualística. É nela que conseguimos visualizar o conjunto de sistemas simbólicos que a constitui.

Trago a discussão sobre estrutura encontrada na teoria de Lévi-Strauss no sentido de que a ritualística da roda é encontrada em todos os grupos de Capoeira Angola – dos quais tenho conhecimento – como demonstração de um padrão estrutural que existe nos grupos das diversas linhagens. Estrutura ritual essa com sistemas simbólicos representados pelo corpo dos capoeiristas em movimento, através do “sistema de golpes/movimentos”; “sistema de musicalidade”, através dos toques e cantigas; “sistema de linguagem”, através da oralidade presente nas falas e nos gestos; “sistema de circularidade” que é ao mesmo tempo diametral e concêntrica; e por fim presente no “sistema de linhagem” baseado na ancestralidade e na hierarquia.

Neste artigo discutirei sobre a Capoeira Angola, buscando algo fundamental que é o concreto significante e como os sujeitos que desse universo simbólico pertencem, organizam esse concreto. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha “as estruturas são formadas com coisas concretas, é a lógica do concreto” (FILHO, 2014). E é justamente dessa lógica que envolve a estrutura da roda de Capoeira Angola que irei abordar. E para conhecer esse concreto que aqui irei me deter, utilizarei da etnografia desenvolvida na cidade de Salvador, no Centro Esportivo de Capoeira Angola – Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha no ano de 2010.

Pra finalizar esse momento introdutório é necessário ressaltar que minha pretensão jamais seria a tentativa de transcrever a roda de Capoeira Angola para aprisioná-la nessas palavras. Muito menos de que essa defesa seja sua própria verdade, pois sabemos o quão ampla e significativa é essa arte, permitindo assimilações e



análises em várias correntes da teoria Antropológica. Mas no momento, essa me parece um tanto quanto oportuna.

Mesmo assim é necessário frisar que a capoeira fala por si só, e que eu enquanto pesquisadora e capoeirista busco através da etnografia e da Antropologia estruturalista informações e teorias que sejam relevantes para compreensão do universo da roda de Capoeira Angola e sua simbologia.

Dentro dessa perspectiva partirei nesse breve artigo da razão analítica, a qual esquarteja a realidade, fazendo o mesmo com o universo estrutural da Capoeira Angola, trabalhando dentro de uma lógica formal, estrutural. Sendo a estrutura o inconsciente²⁸³ da atividade humana, ou seja, uma estrutura do pensamento, na qual é a atividade humana que dá sentido ao mundo.

Enfim, friso que recorri à etnografia justamente porque ela permite identificar esse contexto cultural, dando relevância aos símbolos, significados e dinâmicas contidas na roda de Capoeira Angola. Pois, como bem afirma Manuela Carneiro da Cunha, “se você não tem etnografia você não conhece o concreto” (FILHO, 2014).

Aportes teóricos: o início de uma discussão estruturalista

A Capoeira exige um certo misticismo, lealdade com os companheiros de “jogo” e obediência absoluta às regras que o presidem. Acreditamos que estas recomendações sintetizem os fundamentos da Capoeira Angola (Mestre Pastinha, p. 32, 1964).

Mestre Pastinha em 1964 já afirmava sobre os aspectos estruturais da Capoeira Angola, manifestação cultural com regras que a presidem, além dos fundamentos²⁸⁴, que estão articulados dentro do sistema de linhagem que compreende outros sistemas, como

²⁸³Enquanto metáfora relacionada à linguagem, o conceito de estrutura refere-se a modelos construídos através de conexões semânticas entre termos opostos encontrados empiricamente. Nessa concepção a estrutura corresponderia a um modelo inconsciente que se constrói a partir de elementos empiricamente verificados em determinada sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1996 apud BRITO, 2010, p. 57-58).

²⁸⁴Entende-se que os “fundamentos” sejam divididos em dimensões e que em uma dimensão mais geral todos os grupos de Capoeira Angola devam partilhar dos mesmos fundamentos (para que sejam considerados legitimamente tradicionais) e que, em dimensões mais específicas, haja uma margem para certa autonomia, suficiente para que seja construída a subjetividade de cada grupo no interior do universo da Capoeira Angola, formando um sistema onde os grupos de Capoeira Angola se organizam entre si (BRITO, 2010, p. 32).



o da musicalidade e de golpes/movimentos os quais delimitarei no decorrer desta análise.

Como afirmei anteriormente, minha escolha teórica está embasada na estrutura como definida por Lévi-Strauss (2008), sendo ela um modelo²⁸⁵ teórico para se compreender determinadas sociedades. Modelos explicativos que requerem abstração. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 299-346). Em contraposição à corrente teórica defendida por Radcliffe-Brown na qual “toda a sua obra reduz a estrutura social ao conjunto das relações sociais existentes numa dada sociedade”. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 330).

Ou seja, “a noção de estrutura social não remete à realidade empírica, e sim aos modelos construídos a partir dela”. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 301).

Analiso aqui uma estrutura a partir de um modelo por mim construído pensando nos aspectos formais da roda de Capoeira Angola, ou seja, me distanciando nesse momento da descrição etnográfica – mas dela partindo – para considerar e analisar aspectos e elementos que são universais, que são identificados, senão em todas, mas na maioria das rodas de Capoeira Angola, independente do universo social que ela se encontre.

A tentativa de construção desse modelo para analisar a estrutura da roda de Capoeira Angola é principalmente devida ao fato de que “quanto mais clara for a estrutura aparente, mais difícil será captar a estrutura profunda, devido aos modelos conscientes e deformados que se interpõem como obstáculos entre o observador e seu objeto” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 304). O que se potencializa pelo fato da observadora, ser ela mesma, parte de seu objeto. Sendo assim, se torna necessário “captar essa noção de estrutura antes de tudo, se não quisermos ser tragados por um fastidioso inventário [...]” (Idem, 2008, p. 301). Ou seja, essa sistematização de um modelo parte da realidade empírica para análise estrutural da roda de Capoeira Angola.

²⁸⁵ Consideramos que, para merecerem o nome de estrutura, modelos devem exclusivamente satisfazer a quatro condições. Em primeiro lugar, uma estrutura apresenta um caráter de sistema. Consiste em elementos tais que uma modificação de qualquer um deles acarreta uma modificação de todos os demais. Em segundo lugar, todos os modelos pertencem a um grupo de transformações, cada uma das quais correspondendo a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto dessas transformações constitui um grupo de modelos. Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo em caso de modificação de um de seus elementos. Finalmente, o modelo deve ser de tal modo construído que seu funcionamento possa dar conta de todos os fatos observados. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 302)



Modelo criado devido ao fato de que a realidade empírica não fornece a estrutura, devendo a estrutura ser encontrada no inconsciente.

Para Lévi-Strauss cultura é um conjunto de sistemas simbólicos. Partindo desse pressuposto para construir um modelo e para melhor compreender o funcionamento estrutural da roda foi necessário primeiramente delimitar esses sistemas que tem uma estrutura em comum, a qual é um conjunto de associações, correspondências e inversões simbólicas, realizadas pelo pensamento.

Partirei, como afirmei acima, da etnografia desenvolvida no Centro Esportivo de Capoeira Angola através de trabalho de campo para criação de um modelo de análise, no qual se investiga os sistemas simbólicos para descrever a forma que permanece, a estrutura encontrada nas rodas de Capoeira Angola que permanece num diálogo entre os sistemas simbólicos, inovando e dialogando no interior dos sistemas, mas sem alterar a forma, a estrutura, o inconsciente.

Lévi-Strauss afirma que o etnógrafo “para inventariar e avaliar os elementos de uma situação complexa, ele deve lançar mão de qualidades delicadas: sensibilidade, faro e bom gosto” (1996, p. 55). E são essas qualidades que tentarei utilizar para analisar a roda de Capoeira Angola diante da teoria estrutural.

Essas qualidades citadas por Lévi-Strauss fazem parte do universo etnográfico e podem ser associadas ao universo da capoeiragem. Sensibilidade para entender o jogo e as intenções entre os adversários, faro para fazer cada golpe/movimento em momento oportuno e bom gosto para o desenvolvimento de um bom ou necessário jogo.

Construção etnográfica: a roda estrutural

Bahia, cidade de Salvador, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA) – Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha²⁸⁶. Os jogadores aí se preparam para o ritual da roda, alguns organizam os

²⁸⁶É importante ressaltar que essa etnografia foi desenvolvida no Centro Esportivo de Capoeira Angola – Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha no ano de 2010. Local escolhido para desenvolvimento do trabalho de campo no qual se registrou diversos jogos em diversas rodas, inclusive os que aqui descrevo, tendo como produto de minha autoria a monografia intitulada “Mestre Pastinha, Mestre João Pequeno de Pastinha e o Centro Esportivo de Capoeira Angola: etnografia e reflexões”.



bancos, outros trocam de roupa, têm quem arme os berimbaus, quem posicione cada instrumento em seu local, alguns apenas conversam e aguardam. Tanto homens quanto mulheres participam desse momento de preparação.

Agora os instrumentos musicais se encontram devidamente posicionados. São eles, os berimbaus Gunga, Médio e Viola, o pandeiro, o agogô, o reco-reco e o atabaque²⁸⁷.

Inicia-se o ritual, todos já se encontram sentados, como de costume, formando uma roda, essa sendo formada pelos capoeiristas numa espécie de fila dupla, na qual os capoeiristas que chegam ao encontro dos instrumentos entram para jogar. Fila dupla essa que tem seu fim justamente no eixo (Norte-Sul) que podemos traçar dividindo-a em duas metades iguais, e na qual os jogadores vão se aproximando a cada jogo que termina.

O berimbau Gunga é o responsável por conduzir a roda, por isso, muitas das vezes é o mestre ou algum de seus discípulos já preparados que nessa posição de

²⁸⁷ Provavelmente, o berimbau foi uma das primeiras criações de objetos musicais que emitem som por meio da vibração de uma corda. A parte mais importante do berimbau utilizado nas rodas de capoeira é a vara ou verga da árvore conhecida como biriba (*Eschweilera ovata*), comumente encontrada ao longo da mata atlântica do estado da Bahia. Afixado às duas extremidades da verga vem um arame. Na ponta superior do berimbau, um pedaço circular de couro de sola pregado servirá de polia para se envergar o instrumento. A cabaça, com uma abertura ou boca, que pode variar de tamanho, deverá ser presa na parte de baixo da verga, a uma distância de aproximadamente um palmo acima da sua extremidade inferior. Completando a composição do berimbau, há ainda um dobrão de cobre que, ao entrar em contato com o arame, altera a tonalidade do som que ressoa da cabaça. A baqueta ou vaqueta é uma vareta de madeira fina que não deverá passar da medida convencional de dois palmos e não inferior a um palmo e meio de mão. Por fim, o último artigo corresponde a um instrumento musical à parte que o acompanha – o caxixi –, chocalho que produz um som agudo. Confeccionado em palha de vime trançada num pedaço circular de cabaça, funciona como a base na qual a semente conhecida como Lágrima de Nossa Senhora vai vibrar para emitir um som semelhante ao da chuva caindo nas folhas das árvores. O atabaque da capoeira tem a mesma forma do n'goma, de origem angolana, e seus tamanhos variam dentro da configuração encontrada nos atabaques rum, rumpi e lé. O mais adotado, porém, na capoeira é o rum, devido a seu tamanho maior e, conseqüentemente, por emitir um som mais grave. Existem diversos tipos de pandeiro, mas o ideal para a orquestra da roda de capoeira deve ser encourado com couro de cabra e sua carcaça, ou moldura, feita em madeira resistente e ao mesmo tempo flexível. As platinelas, pequenos pratos de latão, completam o instrumento, dando-lhe o som agudo tão importante para o equilíbrio entre os timbres grave e abafado do pandeiro. Esse som é emitido continuamente durante a percussão do instrumento e lhe confere uma sonoridade que, de longe, pode ser percebida. O agogô empregado na capoeira tem duas campânulas de ferro e deve ser percutido com uma baqueta, preferivelmente feita em madeira para amenizar o som metálico produzido pelo agogô. O instrumento chamado reco-reco normalmente é feito a partir de algumas espécies de bambu ou da própria cabaça, quando esta apresenta uma forma mais alongada. O som do reco-reco é produzido quando se desliza uma baqueta de madeira por sobre uma área entrecortada de sulcos transversais. A fricção da baqueta sobre a superfície da peça de bambu ou cabaça produz o som característico desse instrumento. (IPHAN, 2014, p. 104-111).



tocador se encontra. Dá início a ladainha²⁸⁸, momento de muita atenção na mensagem que ali é transmitida, e de concentração, pois em breve o jogo/luta/dança da Capoeira Angola iniciará. Ou seja, a luta/movimento na qual perceberemos mais nitidamente a dualidade inscrita entre os jogadores e entre as duas metades da estrutura da roda, e as oposições binárias entre alto/baixo, ataque/defesa, dentro/fora, parceiros/adversários, dentre outras que aqui será explicitado.

Depois da ladainha vem à louvação, momento que o coro composto pelos tocadores, pelos capoeiristas que formam a grande roda e quem mais queira cantar podem participar e serem ouvidos. Em seguida à louvação inicia-se o corrido²⁸⁹, momento em que os capoeiristas que estão acorados aos pés dos berimbaus para jogar se cumprimentam apertando as mãos e em seguida fazem um movimento denominado na Capoeira Angola de queda de rim, encolhendo as pernas e colocando todo o peso do corpo sobre o cotovelo que se encontra colado ao corpo, próximo ao rim, daí o nome.

A partir daí os jogadores continuam o diálogo iniciado já aos pés dos berimbaus, onde podemos perceber olhares e gestos e agora movimentos de pergunta e resposta, demonstrados nos ataques e defesas feitas com destreza e agilidade. E são a partir dessas escolhas de certas combinações, dentro de um repertório definido de golpes/movimentos que agora reconstituiremos esse sistema simbólico enunciado através das expressões corporais dos capoeiristas em jogo. São das escolhas feitas pelos capoeiristas em movimento, que se configuram as representações de jogo, de luta e de dança.

Os jogadores “se limitam a escolher certas combinações num repertório ideal que seria possível reconstituir” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 167). Seria possível, como afirma Lévi-Strauss (1996), formar uma espécie de quadro periódico como nos elementos químicos nos quais todos os movimentos da capoeira estariam descritos e

²⁸⁸ As ladainhas são cantigas que precedem o jogo da Capoeira. Elas narram feitos e qualidades de capoeiristas e transmitem mensagens de diversos conteúdos aos jogadores prestes a iniciar o jogo e aos demais presentes na roda. Nesse momento não há jogo de Capoeira, os capoeiristas se posicionam acorados ao pé do berimbau e ouvem atentamente o que a cantiga tem a lhes informar. REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador, Itapuã, 1968, p. 47-48.

²⁸⁹ Os corridos são cantigas entoadas após o enunciado da ladainha e da chula ou louvação e estão voltadas para o jogo. Possuem um ritmo mais acelerado para proporcionar dinâmica a movimentação dos jogadores no centro do círculo. REGO, Waldeloir, **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador, Itapuã, 1968, p. 47-57.



reunidos em famílias – ou no caso da capoeira, em linhagens –, e no qual nos restaria identificar aqueles que cada grupo ou linhagem de capoeiristas de fato adotaram. O que os capoeiristas denominariam de fundamento.

Os jogadores se olham nos olhos, sorriem e tentam fazer com que o adversário entre naquele jogo de olhares, conduzindo dessa forma o jogo. Ludibriam seu adversário quando acham necessário, sem para isso ter que lhe encostar o pé, mas algumas vezes levando-o ao chão. E nesse momento o jogador abre os braços, formando uma espécie de cruz, ou seja, ele faz uma chamada²⁹⁰. Seu adversário vem de encontro, colocando palmas das mãos com palmas das mãos e ficando bem próximos, e quem faz a chamada é que mostra o local e o momento em que a chamada se encerra.

Aos poucos o ritmo vai se tornando mais rápido e os jogadores que estão no interior da roda precisam se movimentar de acordo com o berimbau, pois quem comanda a roda é ele. E assim a intensidade dos movimentos aumenta e os jogadores se portam de maneira cada vez mais inesperada, cabeçadas e negativas precisam ser cada vez mais rápidas para que os movimentos não se encontrem de maneira mais violenta. De repente um rabo-de-arraia mais aberto se depara com uma cabeçada inesperada que empurra o adversário de forma não violenta, mas ágil, para longe. E ao fundo risadas. Sem violência o jogo continua até que a berimbau interrompe, avisando seu final.

Inicia-se outro jogo, agora sem a ladainha e a louvação, apenas a continuação do corrido. Nesse instante, os capoeiristas, que nesse jogo eram um rapaz e uma moça, se cumprimentam pegando nas mãos, ainda agachados, se benzem e fazem a queda de rim, colocando a cabeça aos pés dos berimbaus. Iniciam o jogo de forma cadenciada, ao ritmo da bateria. Fazem na maior parte do jogo movimentos da sequência de base de Mestre João Pequeno: rabo-de-arraia, negativa, tesoura, aú, meia lua de frente e de costas, chapa de frente e de costas, e por aí em diante. Algumas rasteiras, mas ninguém vai ao chão. O berimbau chama, os dois se despedem com um abraço e em seguida

²⁹⁰ A chamada é quando os oponentes paralisam o jogo num desafio de intensa representação simbólica. Uma peculiaridade do jogo de Capoeira Angola [...] momento em que um dos jogadores deixa de dar continuidade [ao jogo/luta/dança] e para em posições diversas, chamando o outro para tocar as suas mãos. Quando isto acontece, dão alguns passos, como numa dança, para depois retornar [ao jogo]. Ainda que seja de difícil explicação, a “chamada de Angola” é um artifício usado para muitos fins, como por exemplo, quando o capoeirista quer armar uma cilada para o outro, podendo inclusive não fazer nada, apenas dar três passos para um lado e três para o outro (IPHAN, 2014, p. 96).



entram mais dois jogadores, dois homens, sendo um mais novo e outro já mais velho. Fazem o mesmo ritual, se cumprimentam, se benzem e fazem a queda de rim. O jogo inicia mais lento, de forma mais cadenciada, mas aos poucos o berimbau vai acelerando, e o jogo continua o diálogo com a bateria, ficando um pouco mais acelerado. O berimbau chama novamente, os dois se abraçam e os que estão na bateria aproveitam para trocar os instrumentos, dando oportunidade para quem ainda não tocou.

Há na roda uma repetição de ações, que sugere continuidade, como o ato de se cumprimentar dos jogadores ao pé do berimbau²⁹¹, os movimentos de base, a entrada, sendo cada um de uma ponta da bateria, as chamadas, o berimbau avisando para recomporem as roupas ou avisando o fim do jogo. Mas ao mesmo tempo essa constância é interrompida por movimentos inesperados dos jogadores, que inovam incorporando suas próprias características ao ritual do jogo, o que sugere descontinuidade. E isso faz com que, num piscar de olhos, venha uma rasteira que arranca do chão o corpo do adversário.

Esse processo de repetições, essas continuidades e descontinuidades perpassam pela maioria, senão por todos os grupos de Capoeira Angola. São sistemas simbólicos integrantes da estrutura da Capoeira Angola. Ou seja, há nesse universo uma estrutura que é “universal” ou “constante”. Uma manifestação cultural, na qual está presente o diálogo entre corpo, mente, musicalidade, circularidade. Da qual participam homens e mulheres, sendo os primeiros em maior quantidade, na maioria das vezes. Participam crianças, adolescentes, adultos e idosos.

E sobre essa estrutura percebida nas rodas da Capoeira Angola, a qual é objeto de estudo neste artigo, o etnógrafo Waldeloir Rego narra que:

Depois de várias e demoradas observações, consegui captar uma maneira quase que geral entre os mais antigos e mais famosos capoeiras. Sentados ou em pé, tocadores de berimbau, pandeiro e caxixi, formando um grupo; adiante capoeiras em outro agrupamento, seguido do coro e o público em volta, vêm dois capoeiras, agacham-se em frente dos tocadores e escutam atentamente o hino da capoeira ou a ladainha como chamam outros, que é a

²⁹¹ Local em frente aos tocadores de berimbau que formam a “orquestra” da Capoeira Angola. É um lugar onde os jogos começam e terminam, é considerado um lugar sagrado, a entrada e a saída da Roda. Segundo mestre João Grande, é ali que se concentra toda a energia da Roda de Capoeira Angola (FARIA, 2004).



louvação dos feitos ou qualidades de capoeiristas famosos ou herói qualquer (REGO, 1968, p. 47 - 48).

Ou seja, existe uma estrutura inconsciente, que nos permite verificar maneiras gerais de comportamento, dentro da qual estão os sistemas simbólicos. Sendo que no interior desses sistemas simbólicos que encontramos os diferentes diálogos permitidos pelo jogo da Capoeira Angola, com escolhas, combinações e inovações que partem dos próprios indivíduos enquanto capoeiristas.

Possibilidades teóricas: diálogo e reflexões sobre os sistemas simbólicos da roda

A Capoeira enquanto manifestação cultural afro-brasileira permite diversas análises, utilizando de diversas teorias. Mas, na tentativa de mostrar algo que pode ser observado em todas as suas manifestações, o que a identifica, algo para além do que é vivido, algo concreto e inconsciente, sua estrutura.

As diferenças que observamos de um grupo para outro ou de forma macro de uma linhagem para outra – mas presentes em vários grupos – são diferenças que fazem parte de um sistema. São continuidades e descontinuidades através dos sujeitos, mas que falam umas com as outras.

Para Lévi-Strauss cultura é um conjunto de sistemas simbólicos, como já afirmei acima. Diante do fato de que a Capoeira Angola é uma manifestação cultural, e que a cultura seria esse conjunto de sistemas simbólicos, necessito primeiramente sistematizar os sistemas simbólicos presentes na Capoeira Angola, sendo eles: circularidade, linguagem, musicalidade (toques e melodias), golpes/movimentos, e linhagem, sistema esse baseado na ancestralidade e hierarquia. E é no jogo de possibilidades permitido pelo jogo/luta/dança durante o ritual da roda de Capoeira Angola, momento de culminância dos sistemas simbólicos que analisaremos essa estrutura.

Ressaltando que

Para a corrente estruturalista clássica fundada por Lévi-Strauss, estrutura se trata de um esforço intelectual de compreensão de dado fenômeno humano. Trata-se, portanto, de uma hipótese e, como tal, pode ser elaborada de maneira diferente de acordo com o sistema social a ser analisado. Para assumirmos sua existência, é preciso realizar um esforço lógico-racional e gnosiológico, ou seja, adotando uma postura que reconheça os limites da faculdade humana de conhecimento e os critérios que condicionam a realidade deste conhecimento (TADVALD, 2007, p. 33).



A circularidade é um dos sistemas simbólicos desse universo. A própria palavra roda já nos remete a algo que é, acima de tudo, circular. As rodas da Capoeira Angola seguem esse padrão circular, pela própria estrutura visual que se tem, assim como pela circularidade que representa a vida, o “jogo da vida”, no qual precisamos saber o momento de atacar, de avançar e o momento de se defender, de recuar, num eterno círculo que não se encerra nem com a morte, pois o ancestral está ali, toda vez que se coloca a cabeça aos pés do berimbau, faz circular essa energia. Circular pelo movimento horário e anti-horário da fila, que desemboca aos pés dos instrumentos, no polo norte do eixo norte-sul das duas metades que ali se formam.

Fila essa que tem seu fim ou seu início no polo sul do eixo norte-sul da estrutura circular da roda. Percebida e visualizada, não apenas, mas principalmente quando os jogadores se despedem e fazem – quando não pegam algum instrumento para tocar – todo o semicírculo – cada um por uma das metades, saindo por onde entraram, ali de um dos lados do semicírculo de instrumentos – e voltam a formá-lo, só que agora no polo sul do eixo norte-sul.

É interessante que na ilustração da roda de Capoeira Angola encontramos a coexistência da estrutura diametral e concêntrica, assim como Lévi-Strauss trabalha nas discussões sobre a existência ou não das organizações dualistas em sua obra *Antropologia Estrutural*, lançada originalmente em 1958. Podemos no caso da roda de Capoeira Angola identificar a coexistência das duas estruturas – diametral e concêntrica – havendo entre elas uma relação funcional. Pois a estrutura concêntrica presente pelo próprio formato da roda permite constituir em seu interior a dualidade entre os dois jogadores, que são “nessa ocasião dispostos segundo uma estrutura diametral” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 153).

A estrutura diametral seria identificada pelo formato circular com um “diâmetro teórico”, no caso da roda de Capoeira Angola Norte-Sul, no qual se configura a fila circular no sentido horário e anti-horário, na qual os jogadores vão se aproximando para jogar enquanto os que finalizam seu jogo vão justamente para o final da fila que se configura pelo eixo norte-sul citado acima, além das dualidades, entre jogo de



dentro/jogo de fora, ataque/defesa, jogo alto/jogo baixo, jogo/luta presentes nos jogos de oposições entre os dois jogadores.

A estrutura concêntrica seria uma aproximação com o modelo descrito por Lévi-Strauss (2008), pelo formato circular o qual coadunam um círculo maior e outro menor internamente, além disso, o fato da existência dos três termos, o que para Lévi-Strauss seria terreno limpo/círculo central, terreno baldio/círculo periférico e terreno inculto/mata ou floresta. E que trazendo esse modelo para a realidade da roda da Capoeira Angola seria um círculo central no qual se desenvolve o jogo/luta/dança entre os capoeiristas, o círculo periférico no qual se encontra tanto a bateria dos instrumentos e cantadores como os capoeiristas na fila aguardando o momento para adentrar no círculo menor e por fim o terreno inculto ou o elemento triádico presente na roda que seria para os capoeiristas a ancestralidade, ou seja, a hierarquia explicitada na linhagem seguida.

E nesse sentido é importante ressaltar que

[...] esse dualismo seja ele mesmo duplo, ora concebido, ao que parece, como resultante de uma dicotomia simétrica e equilibrada entre grupos sociais, aspectos do mundo físico e atributos morais ou metafísicos, isto é [...] uma estrutura de tipo diametral, ora concebido, ao contrário, numa perspectiva concêntrica, nesse caso com a diferença de que os dois termos da oposição são necessariamente desiguais, do ponto de vista do prestígio social ou religioso, ou de ambos ao mesmo tempo (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 154).

Nessa circularidade, se observo o interior da roda, o jogo/luta/dança da Capoeira Angola, percebo uma estrutura diametral. E se observo a estrutura como um todo me deparo com uma estrutura concêntrica, que “coexiste, porém, com várias outras, de tipo diametral” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 157).

Um segundo sistema simbólico presente na estrutura da roda de Capoeira Angola é a linguagem. Dentro da Capoeira Angola existe uma linguagem simbólica percebida não só quanto às palavras utilizadas (faladas e cantadas), mas principalmente quanto à linguagem que o corpo permite. Ou seja, uma articulação da linguagem do corpo – gestos, movimentos e malícia. Digo linguagem, pois há um diálogo de corpos enquanto paralelo a linguagem das cantigas entoadas pelos cantadores durante a roda de Capoeira Angola. Linguagem corporal e oral essa que caracterizam um dos sistemas simbólicos presentes na roda de Capoeira Angola.



O sistema da linguagem está presente, assim como os outros, em todo o universo da Capoeira Angola, pois como afirmei, há nesse sistema a linguagem expressa pelas palavras, pelo corpo e pela música. Pelas palavras cantadas, entoadas e ditas através das cantigas e também pelos ensinamentos através da oralidade, tão importante ao universo da Capoeira Angola. E pelo corpo, através dos gestos, dos movimentos, da prática corporal executada em treinos e rodas.

A musicalidade (instrumentos, toques e cantigas) é um sistema simbólico definido aqui como uma das formas de comunicação, que insere sentido e significado à roda de Capoeira Angola. Segundo Braga a musicalidade pode ser percebida como “o passaporte para um universo de símbolos e significados” (2009, p. 69) diante “[d]a musicalidade como mecanismo sensível, que caracteriza e identifica a produção musical de determinada cultura” (Idem, p. 32).

Sistema simbólico esse dentro do universo da Capoeira Angola, o qual foi observado e descrito quanto às suas características gerais por Rego.

Há no acompanhamento musical, toques que se poderia chamar de gerais, porque são comuns a todos os capoeiras [...]. Como se vê, em todos eles [mestres] há uma constância nos toques [...]. Como já tive oportunidade de dizer, os toques divergentes dos comuns raramente constituem um toque totalmente diferente dos demais. Via de regra, é um já existente, apenas com outro rótulo ou então uma ligeira inovação, introduzida pelo tocador, fazendo com que se de um nome novo (REGO, 1968, p. 59 e 62).

E nesse contexto poderíamos descrever toques e cantigas tradicionais, bem como seus aspectos de inovação. Porém não só o sistema da musicalidade, bem como cada um dos sistemas aqui delimitados e apresentados requer um estudo aprofundado, detalhado, o que não é permitido nesse momento.

O sistema de golpes/movimentos, que dialoga com todos os outros e de maneira direta com o da linguagem, visto que a linguagem corporal se expressa justamente, mas não somente, nos fundamentos da movimentação, da prática física, corporal é um dos mais atrativos e pesquisados. É nesse sistema que podemos observar um “sistema complexo de oposições” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 152), ou seja, as descontinuidades presentes no jogo/luta/dança da Capoeira Angola, sendo elas, ataque/defesa, pé/mão, jogo de dentro/jogo de fora, jogo alto/jogo baixo, corpo/mente, homem/mulher, adulto/criança, jogo/luta, brincadeira/seriedade, amizade/falsidade.



Esse sistema pode ser observado estruturalmente quando Rego afirma que

O jogo da capoeira é algo difícil, complicado e requer uma atenção extraordinária [...]. O capoeira tem que [...] gingar o tempo todo durante o jogo. A ginga é o elemento fundamental. Da ginga é que saem os golpes de defesa e de ataque, [...]. Durante o jogo uma coisa importante a ser observada é o comportamento do capoeira, onde os mesmos não se ligam uns aos outros e nem se arreiam no chão. Apenas tocam o chão e a si mutuamente (REGO, 1968, p. 56 - 57).

Há elementos observáveis no jogo/luta/dança da Capoeira Angola durante a roda. Esses elementos podem ser observados estruturalmente, pois seguem um padrão de ataque e defesa.

Um quinto e último sistema simbólico aqui delimitado dentro do universo da roda da Capoeira Angola é o sistema de linhagem. Muito importante e já profundamente estudado por Brito (2010). No entanto em um estudo embasado no sentido de estrutura atribuído por Radcliffe-Brown. No qual “a estrutura seria visível, empiricamente, através das relações sociais concretas propriamente ditas, de forma que contenha séries de unidades sociais articuladas a essas relações” (RADCLIFFE-BROWN, 1973 apud BRITO, 2010, p. 58). O que contrapõe a concepção de Lévi-Strauss aqui defendida, na qual a estrutura seria um modelo inconsciente, ou seja, um esforço intelectual de compreensão de determinado fenômeno humano (TADVALLD, 2007, p. 33).

Os capoeiristas estão inseridos num sistema de linhagem que se baseia na ideia de ancestralidade e hierarquia. É um sistema extremamente importante para o universo da Capoeira Angola enquanto manifestação cultural. A linhagem está ligada a um processo de legitimação. Esse sistema de linhagem interliga capoeiristas no mundo todo pertencentes a uma mesma linhagem, muita das vezes relacionada a Mestre Pastinha, mas não somente.

O sistema de linhagem se baseia na ancestralidade quando incorpora referências rituais presentes na roda de Capoeira Angola. Essa sendo assumida no imaginário dos grupos. No caso do grupo por mim etnografado, seguem a linhagem de Mestre Pastinha e a partir deste a linhagem de Mestre João Pequeno de Pastinha, pois a linhagem de Pastinha deu origem a duas outras, tidas como principais, a de Mestre João Pequeno e a de Mestre João Grande.



A linhagem está presente em todo e qualquer grupo. Não há quem no mundo da capoeiragem que não faça menção, que não respeite, que não se oriente pelos conhecimentos advindos de um mestre. Linhagem que se baseia na hierarquia como estruturante. Como afirma Braga “hierarquia não [como] condição para seu bom desenvolvimento, mas, sim, o domínio de seus indivíduos sobre os elementos que compõem o ritual” (2009, p. 33).

E tratando-se de hierarquia, na Capoeira Angola a estrutura se configura pelo mestre no topo, com todo o poder que essa figura representa e com todo o respeito que todos a ela demonstra, em seguida o contra-mestre, seu braço direito, discípulo mais antigo, treinado pelo próprio mestre para substituí-lo após sua passagem e manter a linhagem viva. É o primeiro na sucessão ao título maior na hierarquia, obrigado a transmitir e expressar valores e comportamentos que o mestre ensinou. O treinel é o discípulo preparado para puxar os treinos para os alunos sobre a supervisão do mestre e/ou do contra-mestre, muitas vezes, quando estes estão puxando o treino é a figura responsável por simular determinadas situações de jogo para que os demais alunos possam compreender o movimento e sua intencionalidade. Por fim o aluno, muitas vezes levado ao local de treinamento por outro capoeirista ou pelo próprio interesse pelo jogo/luta/dança da Capoeira Angola.

Foram aqui explicitados, de maneira ainda inicial, os sistemas simbólicos identificados na roda de Capoeira Angola – que requerem ainda um maior aprofundamento, devido ao caráter complexo que essa manifestação cultural requer – tendo como fio condutor de análise as teorias da corrente estruturalista, na tentativa de construção de um modelo teórico que pudesse nos orientar na compreensão da estrutura e dos sistemas simbólicos que em conjunto formam a roda de Capoeira Angola. Ressaltando que essa análise inicial foi permitida, incitada e conduzida pela teoria estruturalista de Lévi-Strauss, na qual a estrutura não está no plano empírico, mas seria um modelo subjacente.

Por fim, ressaltamos que

Na ausência de influências externas, essa máquina funcionaria indefinidamente, e a estrutura social conservaria um caráter estático. Mas não é isso que ocorre. Devemos, conseqüentemente, introduzir no modelo teórico novos elementos, cuja intervenção seja capaz de explicar as transformações



diacrônicas da estrutura e, ao mesmo tempo, as razões pelas quais uma estrutura social jamais se reduz a um sistema [...]. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 337).

Podemos nesse sentido buscar correlações entre a estrutura que é universal e os elementos interiores aos sistemas simbólicos, como os comportamentos dinâmicos correspondentes, nesse caso individuais e do grupo diante da tradição e das inovações e ressignificações da mesma. Correlações entre o modelo mecânico construído e a etnografia que traz além dos aspectos estruturais, os particulares já inovados pelos indivíduos. Esses expressando direitos, deveres e obrigações impostos pela estrutura e também criações, rupturas e resistências por parte do comportamento dinâmico dos elementos dentro dos sistemas.

Considerações Finais

Fizemos aqui um esforço intelectual para compreender a Capoeira Angola através da corrente estruturalista que nos permite analisa-la enquanto um modelo, com regras gerais, até mesmo universais.

Buscamos, através do processo cognitivo da indução, utilizar da etnografia da roda do Centro Esportivo de Capoeira Angola – Academia de Mestre João Pequeno de Pastinha para se pensar num modelo universal, num conjunto denominado de roda de Capoeira Angola.

Coube a mim, nesse presente estudo, articular esses diversos sistemas simbólicos num exercício lógico de compreensão da roda de Capoeira Angola, sem a pretensão de aqui delimitar ou excluir qualquer análise. Tentando descrever e analisar a estrutura da roda de Capoeira Angola e sua existência como algo concreto. Sem a pretensão de demonstrar tudo que a ela pertence, pois o próprio olhar antropológico deve se comprometer a encarar essa imensidão de perspectivas epistemológicas possíveis com coerência, utilizando das diversas aberturas que ela permite.

“Além disso, ainda que os modelos sejam tendenciosos e inexatos, a tendência e o tipo de erro que contêm fazem parte dos fatos a serem estudados; talvez estejam inclusive entre os mais significativos”. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 305)



Referências

- ALVES, Carine Costa. **Mestre Pastinha, Mestre João Pequeno de Pastinha e o Centro Esportivo de Capoeira Angola: etnografia e reflexões.** Monografia em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.
- BRAGA, Pedro Paulo de Freitas. **Capoeira Angola: mandingas de criação e representações de luta.** Monografia em História. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2009.
- BRITO, Celso de. **A Roda do mundo: os fundamentos da Capoeira Angola “glocalizada”.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- FILHO, Edson Tosta Matarezio. **O que Lévi-Strauss deve aos Ameríndios.** Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP), 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/123957494> Acesso em: 20 mai. 2016.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira. In **Dossiê IPHAN 12.** Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Antropologia Estrutural.** São Paulo, Cosac Naify, 2008.
- PASTINHA, Vicente Ferreira (Mestre Pastinha). **Capoeira Angola.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- _____. **Capoeira Angola.** (3ª ed.) Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
- REGO, Waldeloir. **Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico.** Salvador, Itapuã, 1968.
- TADVALD, Marcelo. Apontamentos e Perspectivas Teóricas Sobre o Pensamento de Claude Lévi-Strauss. **Pensamento Plural.** Pelotas, n. 1, dez. 2007.

GT 10 - Pesquisa de campo, alteridade e escrita

ETNOGRAFIA DA CIBERCULTURA: Caminhos e desafios para uma análise etnográfica das redes sociais



Érico Rodrigo Brasileiro
er_brasis@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa discutir os aspectos principais da incursão etnográfica na cibercultura, buscando relacionar as definições de cultura e etnografia defendidas por Clifford Geertz, no livro *A Interpretação das Culturas*, com as definições e características das culturas contemporâneas manifestadas na internet. Relacionando os domínios da vida real e material, off-line, à dimensão do mundo virtual, on-line, lançaremos mão da hipótese de continuidade, complementaridade e expansão que a cibercultura representa à dimensão off-line, possibilitando assim a inserção da etnografia como um dos métodos viáveis para uma Antropologia no ciberespaço.

Palavras-chave: etnografia, cibercultura, ciberespaço.

Introdução

As novas configurações sociais e culturais que surgem com o desenvolvimento rápido e dinâmico das tecnologias de comunicação, contempladas principalmente na *internet* e nas redes sociais que se constroem no *ciberespaço*, demandam das Ciências Sociais novas técnicas e métodos suficientemente hábeis para observar, analisar e compreender todo o dinamismo de funcionamento e conseqüentes interações sociais que se inauguram nesse contexto.

O *ciberespaço* através do fluxo de informações e das relações sociais que são estabelecidas pelas trocas que movimentam sua existência, possibilita o surgimento de uma cultura virtual, a *cibercultura*, geralmente percebida por seus traços mais genéricos, pela fluidez das relações e identidades circulantes em suas conexões. De imediato, esses aspectos componentes da *cibercultura* - sua fluidez - podem criar para o ramo da Antropologia, em especial para a etnografia, um imperativo intransponível para a pesquisa do *ciberespaço*. Se apreendido por esses aspectos mais genéricos, na qualidade de um não-espço transitado por não-nativos desprovidos de uma identidade geograficamente estabelecida, podemos incorrer ao distanciamento da etnografia como



um recurso viável para a pesquisa. Mas essa visão genérica e ainda sob os efeitos e vislumbre causados pelas luzes desse novo terreno de relações e interações sociais, aos poucos cede lugar para interpretações mais detalhadas e atentas aos significados e representações contidos no *ciberespaço*.

Assim, para se arriscar na análise antropológica da *cibercultura*, passaremos primeiro por uma leitura das bases teóricas que alimentaram o conceito de cultura e seu significado, buscando compreender as ligações que se estabelecem entre o que compreendemos por cultura e como esse conceito pode se desdobrar dando significado à essa cultura virtualizada. Clifford Geertz (1989) nos fornece essa base teórica para compreensão do conceito de cultura e, não obstante, obter o sentido tomado pela Antropologia na tentativa de definir seu significado.

Analisando o *ciberespaço* enquanto um território para se empreender uma aventura antropológica e, dentro desse espaço virtual vislumbrar uma cultura ativa e dinâmica para compreender seus meandros, a etnografia desponta de imediato como o caminho menos tortuoso para a tarefa. Entretanto há que se considerar as delimitações que podem se instaurarem na pesquisa de campo, uma vez que o *ciberespaço* consiste de virtualidades e, a etnografia, habituada à observação e narração de fatos concretos, pode de imediato tentar se esvaír da tarefa. No entanto, o surgimento do *ciberespaço* provoca profundas mudanças antropológicas, altera a vida social das pessoas na cultura contemporânea e exige releituras sobre os métodos e teorias que apreendem a vida em sociedade.

O presente trabalho visa discutir os aspectos principais da incursão etnográfica na cibercultura, buscando relacionar as definições de cultura e etnografia defendidas por Clifford Geertz, no livro *A Interpretação das Culturas*, com as definições e características das culturas contemporâneas manifestadas na internet. Relacionando os domínios da vida real e material, off-line, à dimensão do mundo virtual, on-line, lançaremos mão da hipótese de continuidade, complementaridade e expansão que a cibercultura representa à dimensão off-line, possibilitando assim a inserção da etnografia como um dos métodos viáveis para uma Antropologia no ciberespaço.



Sobre o debate e delimitação do conceito de Cultura

Clifford Geertz em sua clássica obra “A Interpretação das Culturas”, remetendo à Max Weber, irá considerar a cultura como uma teia de significados, essencialmente semiótica, em que sua análise deve se pautar não na formulação de leis, mas sim na busca de seus significados. É sob este aspecto que buscaremos estabelecer os elementos que nos possibilitem visualizar na cultura, não uma quebra ou rompimento da *cibercultura* com os significados da cultura anterior às tecnologias da informação, mas sim as continuidades e conexões que fazem da *cibercultura* um produto de expansão e dinamização da ação e significação dos fenômenos sociais e culturais do homem.

Assim como podemos observar hoje em relação ao conceito de *Cibercultura*, a compreensão e delimitação também do conceito de Cultura passou por diversos debates e profundas mudanças desde seu surgimento.

Entretanto, ao nos familiarizarmos com a nova ideia, após ela se tornar parte do nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto às suas reais utilizações, e termina a sua popularidade excessiva. Alguns fanáticos persistem em sua opinião anterior sobre ela, a “chave para o universo”, mas pensadores menos bitolados, depois de algum tempo, fixam-se nos problemas que a ideia gerou efetivamente. Tentam aplicá-la e ampliá-la onde ela realmente se aplica e onde é possível expandi-la, desistindo quando ela não pode ser aplicada ou ampliada. (Geertz, C. A Interpretação das Culturas – p 13)

A *cibercultura* estaria atualmente em seus primórdios, caso consideremos seu surgimento como efeito inequívoco das novas tecnologias da informação, como um resultado técnico de mecanismo digitais. Entretanto essa visão pode ser ampliada se apreendermos a *cibercultura* não como ruptura, mas parte de um processo contínuo e dinâmico, inerente ao desenvolvimento e transformações das culturas humanas. Podemos desse modo perceber nela a forma ampliada e complexa dos mecanismos de controle de outrora, intensificando e acelerando o tráfego público de símbolos significantes de modo a exteriorizar as experiências humanas e as instruções e regras para o comportamento social.

Nesse entrelaçamento de signos, a cultura desponta como um contexto o qual permite ao antropólogo uma descrição inteligível dos significados da vida de



determinados grupos humanos. Esse contexto pode ser ressignificado no *ciberespaço*, permitindo assim a expansão da cultura em termos de *cibercultura*.

A etnografia da *cibercultura*

Na incursão para definir o que faz um etnógrafo, Geertz (1989, p. 15) dirá:

Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”...

A etnografia é, então, um caminho árduo que implica em uma superposição de inferências e implicações de estruturas significantes. E é por esse caminho que buscaremos o direcionamento para uma etnografia da *cibercultura*, enquanto uma descrição densa dos fenômenos sociais da internet e em especial das redes sociais.

O filósofo e sociólogo francês, Pierre Levy (1999) demonstra como as inovações técnicas contribuíram para a formação de novos planos de existência, que culminam no que podemos chamar de *Cibercultura* do *Ciberespaço*, o que complexifica os espaços sociais, dando-lhe novos contornos e novos significados.

Tão logo se complexifica o espaço social, os meios utilizados para sua apreensão e compreensão também deverão movimentar-se de modo a acompanhar as mudanças. No *ciberespaço* os homens projetam suas existências de modo a agregar esse espaço ao seu universo social, expandindo também o escopo de atuação do antropólogo. O descrédito ao empreendimento etnográfico na *cibercultura*, por esta se valer de um espaço virtual onde os indivíduos não se pronunciam e ou se identificam fidedignamente como o são na vida real, se deve primeiramente ao não reconhecimento dos aspectos simbólicos e significantes imbricados nas redes sociais, nas comunidades virtuais, nos *blogs* e publicações no geral que a todo instante surgem na internet.

A etnografia como descrição densa, demanda do etnógrafo para além da coleta de dados rotineira e automatizada o enfrentamento de “...uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às



outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. “ (Geertz, 1989, p. 20).

Ora, a própria estrutura do *ciberespaço* é composta por uma multiplicidade de dados, informações e conexões possíveis que de uma forma não linear são estabelecidas e movimentadas pelos usuários da internet, constituindo o que Levy (1993) chamará de Hipertexto, sugerindo um processo de leitura e escrita não-linear que permite o acesso a diversos outros textos. O *ciberespaço* então se configura enquanto essa multiplicidade de leituras e leitores, uma sobreposição de significados entrelaçados que darão movimento e vida à *cibercultura*. Geertz (1989) nos dará os caminhos para uma interpretação antropológica da *cibercultura*, uma vez que para ele

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (Geert, 1989, p. 20)

Netnografia ou etnografia virtual, como também pode ser encontrado nas pesquisas da área da comunicação e *marketing*, demonstra o esforço de diversas áreas do conhecimento na tentativa de compreender esse ambiente complexo e multifacetado do *ciberespaço*. Em Antropologia, acredito que o termo etnografia já contempla amplamente esse anseio, bastando para isso apreender na *cibercultura* não simplesmente seus aspectos imediatos e transitórios, mas sim os significados lançados e representados em seu hipertexto.

A movimentação de informações que causa as redes sociais, a exposição e troca de fotos e vídeos, o ativismo político, a apropriação das redes por movimentos sociais, o fortalecimento de ideologias e até mesmo os processos e tentativas de desinformações e desconstruções de ideias e fatos, que somados e articulados formarão o conteúdo do *ciberespaço*, são as representações expandidas da vida *off-line*. A cultura que se inicia na vida real, na dimensão *off-line*, se ampliará através da internet formando sua dimensão *on-line*, a *cibercultura*. Assim, como um sistema entrelaçado de signos interpretáveis, Geertz (1989, p. 24) dirá:



...a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

A etnografia da *cibercultura* deverá se atentar para o fluxo de comportamento que é estabelecido em suas redes, articulando assim um sistema de símbolos que possibilitarão, através da análise da sucessão de acontecimentos, manifestações e representações virtuais, uma descrição densa da correlação entre as dimensões *on e off-line*.

Caminhos e desafios para uma etnografia da *cibercultura*

O contexto da cultura contemporânea permitiu uma apropriação das tecnologias da informação de modo a desterritorializar os espaços das interações sociais. Essa apropriação se dá tanto na esfera da técnica, uma vez que as pessoas precisam desenvolver as habilidades necessárias para a utilização das máquinas e mecanismos; como nas dimensões do simbólico, onde se encontram descarregados os aspectos subjetivos e imaginários do homem (Fragoso, 2011).

Transpor o método etnográfico, habituado com as viagens à campo e a relação direta com os atores sociais, para um contexto extremamente novo e fora dos padrões usuais da etnografia, tem gerado diversos debates e discussões em torno da validade ou não desse método antropológico para os espaços *off-line*. Inquestionável o fato de que as transformações nas dimensões de espaço e tempo demandam uma releitura e adaptação dos métodos tradicionais de observação e análise cultural.

Substancialmente, a percepção científica da importância e representatividade recíproca das dimensões *on e off-line* da vida social, se torna o fator primordial para se iniciar uma empreitada etnográfica no *ciberespaço*, constituindo aqui nosso primeiro passo para considerar a etnografia um método viável para a análise das culturas contemporâneas.



O contraste que buscaremos entre as duas dimensões, *on e off-line*, será pautado no elemento técnico - os computadores - das tecnologias da informação. Assim, a comunicação mediada pela Internet será classificada como a comunicação *on-line*, ao tempo em que as formas de interação social que não utilizam essa mediação virtual, serão classificadas como *off-line*, ou seja, desligada da rede de computadores. Isto não significa dizer que as interações que ocorrem no ambiente *off-line* sejam, necessariamente, desagregadas ou não influenciadas pela interação *on-line*, e vice-versa. Assim, a partir de vários estudos coletados por Castells, podemos perceber que:

Em contraste com as afirmações de que a Internet é uma fonte de comunidade renovada ou, pelo contrário, constitui uma causa de alienação e fuga do mundo real, a interação social na rede não parece ter, na generalidade, um efeito direto sobre a configuração da vida quotidiana, para além de acrescentar a interação *on-line* às relações sociais previamente existentes. (CASTELLS, 2001: 149)

Neste sentido, a etnografia do *ciberespaço* não pode se desvincular do *off-line*, devendo com este estabelecer constantes conexões e interfaces de comunicação e trocas de sentidos e significados. A visão de que o *on-line* se constitui enquanto apropriação e expansão do *of-line* nos permite ater na etnografia, assim como descrita por Geertz (1989), o método mais apropriado para a descrição das culturas complexas.

Uma definição bastante distinta encontrada em Levy, nos fornecerá uma visão mais definida de *cibercultura* como:

...a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns... (LEVY, 1999: 130)

Assim, a partir das inovações tecnológicas da comunicação, inaugura-se um novo espaço social, diferenciado e disponível para a comunicação humana: a Internet. Esta, diferentemente de todas as outras formas de sociabilidades até então conhecidas,



possibilita um espaço de interação e socialização que desconsidera as condições geográficas de espaço para efetuarem-se. A comunicação contemporânea desprende-se das exigências de espaço física, colocando em contato indivíduos que até então dependiam de deslocamentos no tempo e no espaço para firmarem uma comunicação direta e global, mas que no entanto, não se desvincula dos sentidos e significados oriundos de suas raízes culturais constituídas *off-line*.

A aglutinação de pessoas por interesses comuns torna possível o surgimento das comunidades virtuais, das redes sociais e *blogs*. É na busca motivada por esses interesses comuns que redes sociais como o Facebook terão tanta visibilidade e disseminação. Não nos ateremos aqui especificamente ao Facebook, pois o foco deste trabalho é a etnográfica como método de análise da *cibercultura*, mas cabe ressaltar aquele como um elemento fundamental para se pensar os processos de representação e significação da dimensão *off-line*, projetados e ampliados na dimensão *on-line*.

O Facebook surge inicialmente como o aperfeiçoamento digital, de um livro que circulava de mãos em mãos entre os calouros da Universidade de Havard, contendo fotos e informações dos alunos. Passado pelos processos iniciais de sua criação, o Facebook exhibe hoje em sua página a seguinte definição:

Estamos desenvolvendo o Facebook para criar um mundo mais aberto e transparente, o qual acreditamos que criará mais entendimento e conexão. O Facebook promove a franqueza e transparência fornecendo às pessoas mais poder para compartilhar e se conectar, e alguns princípios guiam o Facebook para atingir essas metas. O alcance desses princípios deve ser controlado apenas por limitações de lei, tecnologia e normas de desenvolvimento social. Portanto, estabelecemos tais princípios como a base de direitos e responsabilidades daqueles dentro do serviço do Facebook.
(<https://www.facebook.com/principles.php>)

A conexão entre as pessoas é o fator primordial e substancial dessa ferramenta digital de sociabilidade. De antemão as pessoas possuem a liberdade de compartilhar o que desejarem, entretanto, a conexão com outro, ou seja, o ato de receber essas



informações, só se efetivará se for da vontade da outra pessoa. As conexões assim são estabelecidas pelo princípio do interesse, onde há interesse recíproco, há conexão.

Com este exemplo do Facebook tentamos aqui demonstrar minimamente os elementos que demonstram os processos de continuidade que há entre as dimensões *on e off-line*, uma vez que esse representa por si só uma tentativa, com sucesso, de aperfeiçoamento e expansão de costumes que se estabeleciam unicamente na vida real de um grupo específico de pessoas. Hoje, uma rede social que possui conexão com o mundo todo, ampliando as possibilidades de interações sociais para as milhares de pessoas que fazem parte dessa *cibercultura*.

Considerações finais

Não podemos perder de vista, o caráter mutável e dinâmico que possui os mecanismos virtuais de interação social. Possuem um aspecto fortemente mutável, que pode ser atribuído também ao próprio desenvolvimento das tecnologias, que por sua vez atendem às demandas de mercado. Estão em constante transformação, como também podem deixar de existir repentinamente, a exemplo o Orkut. Trata-se de uma área de conhecimento bastante nova, ainda com poucos estudos dedicados à sua compreensão, mas que, no entanto, atrai inúmeras especulações a seu respeito. No grande montante das obras etnográficas, basicamente ainda não possuem estudos precisos e conclusivos sobre as *ciberculturas*.

O esforço do presente trabalho foi no sentido de refletir sobre esse novo campo de conhecimento, fazendo apontamentos que permitam perceber a simultaneidade de influências e relações que são estabelecidas entre as culturas que emergem da contemporaneidade, marcadas pelas comunicações digitais, e o próprio florescimento da cibercultura enquanto expansão dos limites culturais e geográficos.

Geertz (1989) construindo uma definição do conceito de cultura, nos dá o aval para pensar a cibercultura como mais um aspecto simbólico e representativo da vida humana nas culturas contemporâneas. Também, em sua distinção do trabalho



etnográfico, podemos nos ancorar e levantar a hipótese de que este “fazer etnografia”, defendido por ele, pode facilmente ser aplicado na análise e compreensão do ciberespaço.

Diante desse panorama que tomamos emprestado em Geertz, tentamos estabelecer um contraponto com as ideias e definições de Pierre Lévy e Manuel Castells, ambos possuindo um extenso e referencial trabalho sobre as novas tecnologias da informação e seus efeitos nas sociedades modernas.

As definições de Geertz sobre cultura e o fazer etnográfico foram aqui corroborados pelas proposições que Lévy faz sobre cibercultura e, em Castells com a relação entre real e virtual, ou off e online. A elaboração de uma visão do ciberespaço como uma extensão da vida real, permite-nos perceber na cibercultura, o equivalente à amplificação e complexificação da dimensão off-line da vida social.

Ante isso, a Antropologia pode então dedicar seus esforços em lançar mão da etnografia como um método para apreender a cultura contemporânea no ciberespaço. Muito ainda há a ser feito e não pretendíamos aqui chegar a estágios conclusivos, a sociedade encontra-se inserida em um processo acelerado de transformação causado pelos seus próprios anseios e aspirações. A Antropologia respira cultura e, não é diante dos desafios da cultura contemporânea que rompe com os limites territoriais, dos grupos e das comunidades, que ela se furtará da missão de se conectar ao ciberespaço.

Referencial Bibliográfico

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

_____. A Galáxia Internet - Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa, Gulbenkian, 2004.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.



LÉVY, Pierre. O que é o virtual. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Referencial Eletrônico

Facebook. <https://www.facebook.com/principles.php>

GT 10 - PESQUISA DE CAMPO, ALTERIDADE E ESCRITA

ETNOGRAFIA E SAÚDE MENTAL: ALTERIDADE E (CO) CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS.

QUERINO, Rosimár Alves²⁹²; ARAGÃO, Ailton de Souza¹; ASSUNÇÃO, Luiza Maria de.²⁹³

RESUMO:

O movimento pela reforma psiquiátrica (MRP) traz reflexões profundas sobre o cuidado em saúde mental alicerçado na defesa de direitos e da autonomia dos sujeitos. Imbuída do arcabouço teórico-metodológico das Ciências Sociais e da construção do MRP, equipe de docentes e alunos de Psicologia, Enfermagem e Terapia Ocupacional desenvolve, desde 2014, atividades de extensão - show de talentos, festa de aniversariantes do mês, artesanato, oficinas de carta, jogos com bola, xadrez e dominó - em hospital psiquiátrico. Tais ações articulam-se com pesquisa sobre formação de acadêmicos na rede de saúde mental. Nesta comunicação são exploradas as contribuições da etnografia para a compreensão da dinâmica institucional e a formação de acadêmicos. Os registros de campo de 27 alunos são fontes do estudo. A imersão em campo permitiu a descrição densa do cotidiano institucional. A construção dos registros ensejou reflexões sobre alteridade, construção social da loucura e o desvelamento do sofrimento psíquico e das singularidades dos sujeitos.

²⁹² Docentes do Departamento de Medicina Social/Instituto de Ciências da Saúde/Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e integrantes do Núcleo de Pesquisa em Saúde e Sociedade (NUPESS).

²⁹³ Pós-Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde da UFTM.



Palavras-chave: etnografia; saúde mental; alteridade; reforma psiquiátrica.

1. INTRODUÇÃO

"Sou doido? Não. Na nossa casa, a palavra doido não se falava, nunca mais se falou, os anos todos, não se condenava ninguém de doido. Ninguém é doido. Ou, então, todos."
Guimarães Rosa, *A Terceira Margem do Rio*.

O presente artigo explora as experiências de inserção em hospital psiquiátrico por meio de atividades de extensão²⁹⁴ e pesquisa²⁹⁵ e, a partir das contribuições das Ciências Sociais, problematiza as potencialidades da etnografia no campo da Saúde Mental e no processo de formação de acadêmicos.

O hospital psiquiátrico (HP) no qual desenvolvemos as atividades compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e corporifica a história da saúde mental brasileira e seus desafios contemporâneos. Fundado na década de 1930 por um grupo de religiosos espíritas, o hospital apresenta as singularidades do processo de institucionalização marcado pelo isolamento e estigmatização da pessoa com transtornos mentais e os dilemas postos aos familiares, profissionais, gestores e demais integrantes da sociedade civil envolvidos na concretização dos objetivos da Reforma Psiquiátrica.

O HP possui 120 leitos credenciados ao Sistema Único de Saúde (SUS), situa-se em Minas Gerais e atende usuários de cerca de oitenta municípios. A RAPS municipal conta com instituições de diferentes níveis de serviço: unidades de atenção básica, centros do nível secundário – CAPS –AD (Centro de Apoio Psicossocial para Alcoolistas e Dependentes Químicos), dois CAPS Adulto (um mantido pelo governo municipal e outro por instituição filantrópica), urgências psiquiátricas atendidas em duas Unidades de Prontoatendimento terceirizadas, Consultório na Rua, Serviço de Residências Terapêuticas (cinco residências – três municipais e duas filantrópicas) e o hospital psiquiátrico foco do estudo.

²⁹⁴ "(Inter) Faces da (Inter) Ação: visões e práticas em saúde mental" e "(Con) Viver com Arte: espaços de co-construção de sujeitos na Saúde Mental".

²⁹⁵ "Rede de atenção psicossocial: espaços de construção de atenção integral e humanizada e formação profissional", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.



Os projetos foram estruturados a partir de uma leitura crítica do processo de formação dos cursos de graduação de universidade federal, da compreensão sobre a composição e funcionamento da RAPS, de experiências de extensão de membros da equipe e de referencial teórico sobre redes de atenção e atenção à saúde mental.

As reflexões foram organizadas em quatro itens. No item 2, intitulado “*(De) Marcando os passos do caminho*” discorremos sobre a trajetória do projeto de extensão e a emergência do trabalho da equipe na seara da saúde mental. O item 3 expõe o modo como a etnografia é entendida pela equipe e suas contribuições para que o encontro entre extensionistas, trabalhadores e usuários do hospital psiquiátrico seja uma relação profunda entre sujeitos. O quarto item explora a Co-construção de sujeitos e as potencialidades desta perspectiva no contexto de uma instituição total. Ao final, apresentamos considerações sobre os aprendizados oportunizados pelo uso da etnografia no hospital psiquiátrico.

2. (DE) MARCANDO OS PASSOS DO CAMINHO

A equipe extensionista desenvolve atividades de extensão no HP desde o segundo semestre de 2014. A motivação inicial para a criação de projeto nasceu de visitas técnicas realizadas por alunos de graduação como parte das atividades das disciplinas Políticas de Saúde; Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas de cursos da área da Saúde. No primeiro contato com o HP os acadêmicos ficaram sensibilizados com a condição da instituição e, de modo geral, com os desafios para a atenção integral e humanizada às pessoas com sofrimento psíquico. Uma das acadêmicas assim registrou o “desconforto” causado pelo primeiro contato com o hospital:

Depois passamos pelo pátio, e nessa hora me senti completamente desconfortável, pois havia várias pessoas deitadas no chão enquanto falavam sozinhas [...] Devido à grande demanda de serviço dentro da instituição não é possível disponibilizar tantas atividades [...] para os pacientes. O que se torna um problema, pois além da distração, a atividade é um recurso utilizado dentro do tratamento. (Relatório técnico, aluna do curso de Psicologia, 1º semestre de 2014).

Esse "incômodo" e sensibilidade nutriram o desejo de contribuir para a mudança e, assim, nasceu o projeto desenvolvido desde então e que mobiliza alunos do



curso de Psicologia, de Enfermagem, do doutorado em Atenção à Saúde e envolve docentes de dois departamentos didático-científicos (Deptº de Medicina Social e Deptº de Enfermagem em Educação e Saúde Comunitária) e com áreas de formação diversas.

Naquele momento, houve uma discussão ampliada com os alunos sobre o Movimento da Reforma Psiquiátrica com ênfase na proposta de desinstitucionalização e ampliação dos serviços abertos e na defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais consolidados na Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001 (BRASIL, 2001).

Com a apropriação paulatina dos dispositivos jurídicos e da política de saúde mental, docentes e alunos definiram as ações a serem desenvolvidas. As ações foram sugeridas pelos próprios alunos nas "Cartas de Interesse" entregues no momento de composição da equipe. O trecho abaixo é uma das sugestões:

[...] seria pertinente se com esse projeto nós pudéssemos realizar algumas atividades interativas, como artes ou algum esporte, para que os pacientes possam desenvolver tanto o seu lado cognitivo, quanto o físico e poderem, a partir disso, aproveitar melhor o tempo com algo que lhes agregue conhecimento enquanto permanecem no local. (Carta de Interesse, aluna do curso de Psicologia, 22/09/2014)

Consideramos que o elemento primordial para o êxito do projeto são a disponibilidade, disposição e engajamento dos acadêmicos, docentes e profissionais do HP, pois as diversas visões e práticas em saúde mental precisam dialogar, interagir. A dissociação entre a academia e o serviço (re) produz históricos problemas na organização do cuidado em saúde mental e, também, no processo de formação dos alunos.

Norteadas pelo tripé da universidade e pelas diretrizes da extensão, a equipe se aproximou da realidade do hospital. Longe de apresentar uma forma pronta e acabada de conduzir as ações, se abriu ao diálogo com os profissionais e pessoas com transtornos mentais e foi, passo a passo, construindo um caminho para a extensão. Como disse Manoel de Barros, "*Quem anda no trilho é trem de ferro. Sou [somos] água que corre entre pedras - liberdade caça jeito.*"

Assim, a experiência acumulada pela equipe é riquíssima para entender os desafios da instituição; compreender a organização dos serviços de saúde mental;



discutir o referencial teórico da reforma psiquiátrica e, sobretudo, contribuir com a qualidade de vida das pessoas atendidas no HP.

Quanto à interdisciplinaridade, a essência da Saúde Mental é a interação de diferentes campos de saber/fazer. Na equipe estão docentes com diferentes áreas de formação irmanados pelo tema da Saúde Coletiva e da Saúde Mental, o que tem enriquecido os debates, as práticas e nossa formação (AMARANTE, 2015).

A expressão nossa é proposital, pois entendemos que profissionais das instituições, acadêmicos (docentes e alunos), pessoas com transtornos mentais, familiares e/ou responsáveis possuem diferentes saberes que precisam dialogar de modo a construir novas/nossas possibilidades de (re) invenção do cotidiano e ensejar novos devires.

Reconhecer o outro como sujeito, eis um aprendizado essencial da extensão! O aprender com o outro e a valorização de sua história permeia as diversas ações. Selecionamos um trecho de diário de campo de uma aluna que expressa de modo lapidar o autoreconhecimento e o (re) conhecimento do outro como sujeito, inaugurando uma relação de coeducação concretizada na extensão:

Já na segunda semana, ficou distribuído que metade da turma iria jogar queimada e o restante iria para a sala de terapia ocupacional. Eu fui uma das que foi para a T.O.. Esse dia marcou a minha vida, não sei nem por onde começar... [...] Eu visualizei uma mulher sentada escrevendo uma poesia, e eu, como amante do português, perguntei-a se ela poderia me dar o prazer de ler o poema.

[...] Em seguida, visualizei um senhor que estava fazendo pulseiras com tamanha habilidade. [...] Ao perceber minha curiosidade, ele veio gentilmente para meu lado tentar me ensinar a fazer aquelas pulseirinhas tão delicadas que estava confeccionando. Ele começou fazendo uma, me ensinou passo a passo, e disse para eu fazer o restante daquela. Admito que foi difícil, exige tremenda atenção. Depois que ficou pronta, ele a me deu e eu me senti lisonjeada com aquele gesto. E ainda mais, ele me entregou todo o equipamento para eu elaborar outra sozinha! Ao conseguir fazer, senti-me tão útil e ao mesmo tempo anestesiada por ter tamanho ensinamento em tão pouco tempo. Foi definitivamente um dia maravilhoso, que me trouxe paz e boas energias! (Gérbera)

Aprendizados significativos como esses demandaram outras elaborações - teórico-metodológicas e subjetivas - da equipe e contribuíram para a definição dos rumos a serem seguidos no projeto de pesquisa: atenção integral e humanizada e



formação de profissionais na RAPS. Tal recorte reconhece que o enfrentamento dos desafios postos na/pela institucionalização de pessoas com transtornos mentais só pode ocorrer com o envolvimento de todos os sujeitos e instituições (ROTELLI, 2015).

Como disse Jorge Bichueti, diretor clínico do CAPS Maria Boneca de Uberaba-MG, estamos imersos num cotidiano que "impede a utopia". Assim, "*Cada loucura provoca um desejo de reinventar. Eu enxergo hoje o medo da loucura como uma pedra no caminho. Esse medo é o medo de amar e criar. A vida impede a utopia.*" Esperamos que na caminhada coletiva da extensão possamos reinventar a utopia posto que as experiências reafirmam o compromisso da luta antimanicomial de construção de "*uma clínica comprometida com a vida, com uma subjetividade livre e com uma maneira de viver e de existir orientada para a justiça, para a liberdade, para a multiplicidade [...]*" (LANCETTI e AMARANTE, 2006, p. 633).

Assim, a experiência acumulada pela equipe de extensão desde agosto de 2014, tem se revelado riquíssima para entender os desafios da instituição; compreender a organização dos serviços de saúde mental na região e discutir os avanços e desafios da reforma psiquiátrica.

3. ETNOGRAFIA NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

Atualmente, a equipe extensionista é composta por vinte e sete alunos dos cursos de graduação em Biomedicina (1), Enfermagem (7), Medicina (1), Nutrição (1), Psicologia (16), Terapia Ocupacional (1) e seis docentes com diferentes formações.²⁹⁶

O método empregado no registro sistemático das atividades é o etnográfico que consiste numa descrição densa dos aspectos socioculturais de um grupo, fenômeno ou evento social, tendo como parâmetro a coleta de dados e informações feitas através de observação direta. A finalidade é captar o 'ponto de vista nativo'. As técnicas podem ser entrevistas em profundidade bem como observação participante na qual há convívio direto, sem intermediações, com o cotidiano do grupo social estudado. Nessa direção, os

²⁹⁶ Três cientistas sociais, uma psicóloga, uma enfermeira e uma terapeuta ocupacional.



instrumentos são diversos: diário ou caderno de campo; fotografias; filmagens. (LOUGON, 2006)

Malinowski (1976) lembra que existem fenômenos socioculturais que não podem ser apreendidos por questionários, formulários ou documentos estatísticos. Esses fenômenos são chamados de “imponderáveis da vida real”. No caso aqui em tela, os projetos de extensão realizados em hospital psiquiátrico, o instrumento utilizado para contemplar tais imponderáveis foram a pesquisa etnográfica e o caderno de campo. Este é um diário no qual registra-se a experiência de estar em campo, ou seja, o que se observa, o que se diz e as impressões advindas disso. A etnografia “*tem como pressuposto o contato com o Outro, nos termos - espaço, temporalidade, códigos - deles; é uma experiência-limite, que transforma uns e outros*” (MAGNANI, 1997, p. 02).

Como será possível perceber ao longo dos trechos citados neste artigo²⁹⁷, há, nos cadernos de campo construídos pelos alunos, impressões pessoais, desabafos, indignações e um intenso repensar da relação com o outro no seu processo de adoecimento/sofrimento.

Roberto Da Matta (1978) ao comentar os momentos da pesquisa etnográfica nos lembra que há a fase teórico-intelectual, a do período prático e a pessoal e existencial. Na primeira o pesquisador se defronta com a produção acadêmica e se cerca de referenciais que permitem construir seu tema e projeto. Nela os sujeitos e a comunidade ou grupo social a ser estudado são “abstratos”. Por sua vez, o plano prático traz demandas imediatas ao pesquisador que deve pensar e planejar sua inserção no campo. Na fase pessoal e existencial há que se ter uma visão globalizadora e integradora, capaz de “sintetizar a biografia com a teoria, e a prática de mundo com a de ofício.”.

Ao enunciar o sentido de *Antropological Blues*, DA MATTA (1978, p. 7) afirma que “Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção.”. Um dos extensionistas retratou este momento singular do seguinte modo:

²⁹⁷ Os nomes dos alunos foram substituídos por nomes de flores.



Fui tomado o tempo todo pela vontade quase incontrolável de descer aquelas escadas e estar face a face com a loucura. Para o meu espanto, a loucura tinha voz, rosto, olhos, brilho onde estes estavam, vontades, desejos, fome, abraços, cantava, pedia cigarro, bebia muito café e queria roubar-me um par de tênis. P., P., J., F., J.. Muita vida, muita carência, muita vontade de me entregar, necessitava voltar a cada semana – minha eletiva nunca mais teria minha presença, minha vida não seria a mesma. Diversas conversas – minutos que pareciam horas, horas que se confundiam - e diversos encontros. (Dente de Leão)

O caderno de campo ultrapassa uma função catártica, posto que é um instrumento de pesquisa. Resgatando as reflexões realizadas por Geertz (1983), o que define etnografia é um risco elaborado para se fazer uma descrição densa e o fato de que o lugar não é o objeto de estudo, pois os “antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias” (GEERTZ, 1978, p. 16).

Assim, é possível afirmar que os extensionistas não fazem ponderações **do** hospital psiquiátrico, fazem ponderações **no** hospital. Ainda que provisoriamente, a partir do momento que lá estão levam consigo a sua cultura ao mesmo tempo em que se apoderam da cultura do outro. Igualmente os internos que ali estão tem consigo a sua cultura e se apoderam da cultura desse outro.

Nessa direção, tal como afirma Viveiros de Castro (2002; 2010), “a questão não é somos todos nativos, mas somos todos antropólogos”. Nós examinamos e somos examinados pelo outro. Ter a presunção da objetividade e da análise fria dos dados é ilusório e nenhum pouco construtivo, visto que o trabalho etnográfico é um labor recíproco: antropólogo e “nativo” o realizam a seu modo. No hospital psiquiátrico, extensionistas e internos se examinam o tempo todo, de modo a fazer etnografia uns dos outros como pode ser apreendido no trecho abaixo:

Fomos para uma sala que tem tintas, artesanatos, miçangas, recortes, destinada a atividades de TO [terapia ocupacional]. Ajudei um paciente a confeccionar um colar. Esse paciente havia ficado próximo de mim há algumas semanas e ficamos conversando muito tempo. Na verdade, ele quis que ao invés de eu ajudar fazer o colar, era para eu fazer e ele ficaria responsável por supervisionar meu trabalho. Achei engraçado esse pedido, mas “acatei” seu pedido. No fim das atividades, acabei o colar e ele quis que ficasse comigo, me dando de presente. Fiquei muito feliz com o presente e percebi que ele também havia ficado feliz. (Chuva de prata)



Na pesquisa etnográfica, ao contrário do que muitas vezes é apresentado, não apenas quem observa busca dar sentido a cultura do outro, este também busca dar significado a presença do pesquisador com sua cultura diversa. Ou seja, o sentido atribuído ao que cada um faz, observador e observado, é construído por cada uma dessas partes. Desse modo, a prática da Antropologia acontece, a despeito da postura muitas vezes monopolizadora de detenção do lugar de pesquisador, de ambos os lados. Wagner (2010) denomina essa Antropologia realizada pelo “nativo” de “Antropologia reversa” e ao concebê-la caminha na direção da ultrapassagem do binômio nós/eles presente na prática etnográfica.

O mérito desse exercício teórico está na proposta de que “todos somos antropólogos”. Esse seria um recurso adequado para colocar em sintonia pontos de vista distintos como o do observador e o do observado, ambos praticantes de Antropologia. O que passa a ser colocado em pauta não é o aparecimento do ponto de vista do “nativo”, mas o admitir que a descrição do antropólogo é consequência, segundo Viveiros de Castro, do ponto de vista da sua relação com o ponto de vista do “nativo”.

O momento mais bonito foi quando eles começaram a cantar um rap. Parecia que a letra passava uma mensagem importante, para eles aquela música tinha um significado importante. Gostaria muito de lembrar para poder escrever um pedaço aqui. Tenho a impressão que o rap toca os marginalizados, excluídos, segredados, rotulados de uma maneira especial. Talvez para me colocar no lugar deles seria interessante conhecer a arte que os representa. Dessa forma, creio que os entenderia melhor... a empatia com certeza seria outra. (Primavera)
Conversei, também, com uma senhora que estava fazendo vasos [...] Ela perguntou se eu queria experimentar fazer, então ela falou para eu pegar um pouco de massa com a mão e passar no vaso para fazer as texturas. Ela me ensinou como fazer algumas texturas e fiz, e disse que agora deixaria para ela fazer. Mas ela disse para eu terminar o vaso, porque estava ficando bonito. E, então, continuei, ela fazia questão de me ensinar a fazer. (Gloriosa)

Experiências como as relatadas nos trechos acima referem-se ao deixar-se afetar pela cultura do outro, seja quem for esse outro. É necessário que o “fazer antropológico” se abra para que a perspectiva nativa aja no seu interior. Aí está a criatividade da invenção cultural proposta por Wagner (2010).



4. CO-CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS

Numa instituição total²⁹⁸ prevalece, geralmente, um modo de ver os “internos” que se restringe à sinais e sintomas, diagnóstico e medicalização. Ocorre um desrespeito em relação à figura dos internos que se veem privados de escuta. Assim, ao analisar a situação de internos de hospital psiquiátrico, Basaglia (1985, p. 107, 108) afirma tratar-se de “um homem sem direitos, submetido ao poder da instituição, à mercê, portanto, dos delegados da sociedade (os médicos) que o afastou e excluiu”. Ao contrário, como reflete Good (2003, p. 156) o sujeito do sofrimento deve ser apresentado, para além da enfermidade, como um agente narrativo.

Os internos apresentam necessidades a serem respondidas, vontades a serem satisfeitas. Eles, normalmente, vivenciam uma perda de identidade, a partir do momento em que se veem destituídos de seus objetos pessoais, da companhia daqueles que ama, do poder de ir e vir, da possibilidade de definir suas rotinas, dentre outros. Nesse sentido, a oficina de cartas, a produção de artesanato e a festa dos aniversariantes do mês podem ser formas de resgatar a identidade perdida, de valorizar a singularidade dos sujeitos adoecidos. Isso pode acontecer a partir do momento em que, para além do diagnóstico, o aluno pergunta o nome e engata uma conversa.

A entrada no hospital se dá mediante total perda de identidade, onde nada mais pertence ao sujeito, nem a posse de si mesmo. Apesar da necessidade que o indivíduo tem de um “‘estojo de identidade’ para o controle de sua aparência pessoal” (GOFFMAN, 2005, p. 28), ao ser admitido numa instituição total ele é “despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém” (ibidem), provocando dessa maneira a sua desfiguração pessoal.

Como já havia lembrado Goffman, a instituição total é um espaço de mortificação do eu no sentido de que nela, além do sujeito perder sua identidade, pode ser vítima de “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do

²⁹⁸ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2005, p. 11).



eu. Este é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 2005, p. 24).

Supostamente considerado incapaz para saber o que é melhor, o “doente mental” recebe cuidados que muitas vezes lhe são impostos contra sua vontade (SZASZ, 1978, p.15). Por isso, qualquer oferta vinda de fora, como a dos projetos de extensão, que se pretenda humanizadora deve levar em conta a vontade desses sujeitos. Os desafios para o resgate e incentivo da autonomia das pessoas com transtornos mentais foram indicados em diversos trechos dos cadernos, como o abaixo que sintetiza de modo lapidar o sentido dessa mortificação do eu:

Quando perguntei se ele preferia escrever ou se eu escrevesse [a carta] o interno disse: “Não, eu não escolho. Eu não sou ninguém, escolhe pra mim”. Essa frase naquele momento me fez lembrar da mortificação do eu e do estigma de incapaz que a nossa sociedade coloca para aqueles que não se encaixam nos moldes produtivistas. (Hortênsia)

O paciente tratado como um número, como algo que necessita ser classificado e identificado é resultado, lembra Foucault (2013), das técnicas de poder disciplinar e médica de intervenção sobre o meio. Estas possuem como uma de suas características um sistema de registro permanente e exaustivo. Este sujeito é o mesmo que deve assumir o papel de doente e a passividade que a ele está associada (COOPER, 1989, p. 45).

De modo emblemático, o aluno Dente de Leão recuperou em suas anotações de campo as discussões sobre Foucault e Goffman e se posicionou sobre a realidade institucional:

A questão da identidade que o sujeito emprega a si e que dentro de instituições totais são suprimidos, modificados, mastigados e cuspidos, nos afetou como uma bofetada, e instigou o pensamento de todos, a transformação das condições que ali estavam expostas. As mentes começaram a trabalhar, como poderíamos mudar tal condição do hospital psiquiátrico? **Como devolver a individualidade e potencializar o poder dos encontros e da produção de diversas subjetividades**, em um lugar no qual as pessoas vão parar lá, justamente pela sua inadequação a uma sociedade profundamente doente, segregacionista, produtivista, intolerante, que não aceita uma produção subjetiva divergente nem como alteração natural do processo social e histórico, e o que dizer de uma produção subjetiva divergente como potência de vida, transformação e criação – e era isso



que me inquietava há tanto tempo. Estávamos em uma jaula, leões estavam de fora, todos assustados, e precisávamos fazer algo. (Dente de Leão, grifos nossos)

Em todos os momentos da extensão estamos atentos para a necessidade de compreensão e superação desses estigmas e a criação de espaços de interação e escuta que promovam encontros entre os sujeitos. A equipe está sensibilizada quanto à importância dessa abertura ao outro e valorização de suas experiências e tem percebido que o espaço de produção de artesanato nas oficinas de terapia ocupacional²⁹⁹ e de interação por meio da música tem sido estratégias vigorosas para tal feito.

Em um dos karaokês promovidos houve inúmeros problemas com os equipamentos e o que tinha tudo para ser um reticente fracasso resultou em comoção e envolvimento de toda a equipe, trabalhadores e usuários do HP. O extensionista Antúrio assim descreveu o ocorrido:

Fomos ao refeitório ligar a aparelhagem para começar o Karaokê. Tivemos alguns probleminhas técnicos e ainda bem que tivemos. O show foi maravilhoso, graças ao cabo VGA de som que não estava funcionando. Os usuários do HP puderam se expressar de maneira livre, cantando, declamando poemas, orando, cantaram até Sepultura, uma banda de rock pesado! No fim, sempre saio com a sensação de que se aquilo que fazemos não é humanização em saúde mental, estaria longe de ser uma prática manicomial. Foi um desafio ser o apresentador do show, mais valeu cada sorriso, cada salva de palmas, valeu perceber que aquelas pessoas têm tanto potencial descartado pela instituição. (Antúrio).

A arte de um modo geral é vista como uma forma de superação, de reconstrução e reelaboração do humano que existe em cada um. Possibilita encontros singulares, como pode ser visualizado na seguinte fala:

O dia começou com um encontro. Logo ao entrar fui surpreendido com um usuário que me ofereceu essa boneca, que na verdade era uma garrafa de água personalizada. Eu não sabia se era um presente, se teria que pagar (e pagaria se estivesse com dinheiro). Então, me fiz de desentendido, mesmo sem entender por vergonha de perguntar. Começamos a conversar, falamos sobre aquele trabalho maravilhoso, sobre suas peças de gesso, as pulseiras que fazia e sobre o quanto se sentia útil ao vender aquelas pequenas peças de arte para os outros.

²⁹⁹ As práticas de produção de artesanato são conduzidas pelas profissionais do hospital (instrutora de artes e duas terapeutas ocupacionais). A equipe de extensão participa ativamente destas atividades às quintas-feiras, no período da tarde.



Jogamos uma partida de xadrez e outra de dama. As regras não eram as de costume, mas, para mim, foi bem interessante jogar o jogo com as regras de alguém, que não as regras instituídas. Essa foto da garrafa me atravessou e, no final, me afetou intensamente. Senti que estar ali, naquele lugar de paredes altas, não era suficiente para impedir as pessoas de voarem, se desprenderem de regras de jogos sem sentido e usarem a criatividade para a arte, para novas amizades. Só é preciso estar lá por eles, meus amigos usuários do hospital. (Antúrio)

A garrafa personalizada foi produzida durante as atividades na sala da terapia ocupacional. Tais atividades proporcionam a interação, a troca, o trabalho em equipe, a expressão dos desejos e preferências de cada um. É dado espaço a criação e a criatividade que habita, de alguma forma, todos que estão ali (internos e extensionistas).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Em vez de conscientizar, proponho inconscientizar. [...] O mesmo caminho sugerido por Zarathustra. Usava palavras-martelo e palavras-riso para ir quebrando e derretendo os saberes-gaiola dentro dos quais o corpo e a sua sabedoria se encontravam presos."
Rubem Alves, *Variações sobre o prazer*

Neste complexo contexto de questionamento da produção social da loucura e das práticas psiquiátricas e normalizadoras e na busca por evidências dos avanços da reforma psiquiátrica no RAPS, as atividades são nutridas e convidam os participantes a compreender a tortuosa história da saúde mental no Brasil (AMARANTE, 1998).

A co-construção de sujeitos, mote para a elaboração desse texto, perpassa a educação como possibilidade de emancipação humana e de Ser Mais como propugnado por Paulo Freire (2001). Nesta seara, evocamos a profunda reflexão de Campos e Campos:

Há de se estar muito vivo e em contato com aquilo que – no outro – nos desestabiliza e interroga. Há de se manter aberto a todas as perguntas. [...] há de se poder sonhar amanhã, às oito horas da manhã, que faremos diferente, uma possibilidade, uma aposta em aberto. (CAMPOS e CAMPOS, 2006, p. 686.).

Longe de respondidas, as questões sobre a normalização e medicalização da vida social, a permanência de instituições totais e a reprodução de estigmas permanecem atuais e necessitam de engajamento ético e político dos acadêmicos, trabalhadores, familiares e pessoas com transtornos mentais posto que tocam



diretamente na forma como entendemos os direitos humanos e estamos dispostos a efetivá-los (HUNT, 2009). Num momento de claro retrocesso em relação aos direitos conquistados a partir da década de 1980, há que se retomar os princípios lançados pelos movimentos sociais, especialmente o da Reforma Sanitária e o da Reforma Psiquiátrica.

Emoldurados pela conjuntura política e social brasileira e pela configuração da RAPS no município mineiro no qual atuamos, os projetos de extensão desenvolvidos no hospital psiquiátrico têm fornecido campo fértil para (re) pensar o processo de nossa formação na Saúde Mental posto que, como disse Paulo Freire, a relação ética implica no reconhecimento do outro e se desdobra numa análise crítica e problematizadora da realidade que aponta e se compromete com sua transformação, pois

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.

[...] É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como 'coisas'. É precisamente porque reduzidos a quase "coisas", na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. **Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase "coisas"**. (FREIRE, 1994, p. 29-31, grifos nossos)

“Quando pessoas viram coisas, cabeças viram degraus”³⁰⁰ e ultrapassar o estado de quase “coisas” é tarefa árdua, intensa, que requer o (re) pensar e (re) construir de sujeitos e ensejar bons encontros, pois como disse Jorge Bichuetti, no poema Encantamento, “Vivemos e a maior riqueza se dá na multiplicidade dos bons encontros que nos vitalizam e colorem o horizonte.”

A etnografia - e todos os impactos do método na relação entre sujeitos, na descrição densa dos fenômenos observados/vivenciados, na valorização da escuta e na incorporação da subjetividade na construção do conhecimento, dentre outros desdobramentos – permitiu que o processo de inserção na instituição psiquiátrica fosse nutrido pela experiência da alteridade envolvendo “múltiplos sentidos na compreensão dos fenômenos e atenção flutuante para se deixar abordar pelo inesperado.” (NUNES e TORRENTE, 2013, p. 2862).

Nos parece salutar destacar que sua incorporação indica, também, a coerência e sinergia entre o método oriundo da Antropologia e a perspectiva de cuidado propalada

³⁰⁰ Música “Passarinhos”, de Emicida.



pela luta antimanicomial que convoca os sujeitos a “Descentrar-se de si e apreender o outro nos seus próprios termos”. (NUNES e TORRENTE, 2013, p. 2862).

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. (org.). **Loucos pela vida**. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- AMARANTE, P. Cultura da formação: reflexões para a inovação no campo da saúde mental. In: AMARANTE, Paulo e CRUZ, Leandra Brasil da. **Saúde Mental, formação e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: LAPS, 2015, p. 65-79.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BRASIL. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001**, Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 18 mar. 2015
- BRASIL. **Portaria/GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**, Estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/39_Portaria_336_de_19_02_2002.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- BRASIL. **Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- CAMPOS, R. T. O.; CAMPOS, G. W. S. Co-construção da autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS; G. W. de Sousa; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de. (orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.669-688.
- COOPER, D. **Psiquiatria e Antipsiquiatria**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**. Antropologia. n. 27. Rio de Janeiro, 1978. 12p.
- FOUCAULT, M. **A história da loucura**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GEERTZ, C. **Local Knowledge**. Basic Books, New York, 1983.
- GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 278-321.



- GOFFMAN, E. _____. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOOD, B. J. **Medicina, racionalidad y experiência: una perspectiva antropológica**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.
- HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LANCETTI, Antonio e AMARANTE, Paulo. Saúde mental e Saúde Coletiva. In. CAMPOS; G. W. de Sousa; MINAYO, M. C. de Souza; AKERMAN, M.; DRUMOND JUNIOR, M.; CARVALHO, Y. M. de. (orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 615-687.
- LAING, R. **O eu e os outros**. Petrópolis, Vozes, 1972.
- LOUGON, M. A instituição observada: uma descrição etnográfica. In: _____. **Psiquiatria institucional**. Do hospício à reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 25-50.
- MAGNANI, J.G.C. O (velho e bom) caderno de campo. **Revista Sexta-feira**, 1997, São Paulo. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/o%20velho%20e%20bom%20caderno_de_campo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- NUNES, M. O. e TORRENTE, M.. Abordagem etnográfica na pesquisa e intervenção em saúde mental. **Ciência e saúde coletiva**, 2013, vol.18, n.10, p. 2859-2868. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n10/v18n10a10.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- OLIVEIRA, W. V.. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, 2011, vol.18, n.1, pp. 141- 154. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/09.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- ROTELLI, F. Formação e construção de novas instituições em saúde mental. In: AMARANTE, P. e CRUZ, L. B.. **Saúde Mental, formação e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: LAPS, 2015, p. 37-50.
- SZASZ, T. S.. **O mito da doença mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SZASZ, T. S. **A fabricação da loucura**: um estudo comparativo entre a inquisição e o movimento de saúde mental. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: CosacNaify, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**. 2002, vol.8, n.1, p. 113-148. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9643.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- WAGNER, R. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2010.



GT 10: Pesquisa de campo, alteridade e escrita

Análise situacional e os desafios do trabalho etnográfico: uma experiência vivida em Macuane

Dulcídio M. Albuquerque Cossa

Resumo

Este artigo é uma “tentativa” de levantar alguns pontos que se mostram relevantes no campo antropológico, em particular, e nas Ciências Sociais, em geral. Pretendo, a partir de certos aspectos levantados por Max Gluckman e outros teóricos antropólogos incitar uma discussão concernente à análise situacional; as formas de lidar com o campo de pesquisa, desde os obstáculos às estratégias no trabalho de campo. O artigo propõe olhar para os obstáculos não como dificuldades a serem ultrapassadas mas sim, a serem pensadas no sentido de aprimorar o fazer antropológico. Portanto, através de eventos ocorridos na minha entrada ao campo de pesquisa, procurarei refletir como é que de situações não programadas, ou seja, espontâneas, o campo pode se revelar ao pesquisador, nos remetendo assim à análise situacional. Nos meandros dessa discussão procurarei trazer também um enfoque em torno da relação entre pesquisador e informantes, que nos sugere refletir nos limites dessa relação.

Palavras-chave: Situação social; Estrutura social; Relações sociais; Conflito.

Impulsionado pela reflexão de Gluckman e por esta estar muito próxima dos eventos por mim vividos no trabalho de campo de mestrado, que recentemente desenvolvi em Macuane, um posto administrativo do distrito de Bilene em



Moçambique³⁰¹, pretendo neste artigo, fazer uma análise situacional, tomando como conceitos de referência *situação social, estrutura social e conflito*, por achar que são conceitos que podem contribuir para a compreensão das relações sociais e da vida em comunidade.

Assim, para a empreitada que proponho, começarei por apresentar de forma sintética alguns pontos levantados por Max Gluckman no seu estudo na Zululândia, que acho importantes para o que se pretende discutir e na sequência apresentarei a discussão proposta neste artigo, relativa ao meu trabalho de campo em Macuane.

Análise de uma situação social na Zululândia moderna é um ensaio no qual Max Gluckman procura fazer análise de diversas situações sociais vividas que nos remetem a certas reflexões do campo antropológico. O autor analisa as relações entre africanos e brancos do norte da Zululândia, baseiando-se em dados coletados durante sua pesquisa de campo, realizada entre 1936 e 1938. No norte da Zululândia, Gluckman (1995) pesquisou uma seção territorial do sistema social da África do Sul, especificando suas relações com o sistema enquanto um todo. E começa a análise descrevendo uma série de eventos conforme foram registrados por si num único dia, e denomina tais eventos de *situações sociais*, pois procura analisá-los em suas relações com outras situações no sistema social da Zululândia. Tal como aponta o autor:

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações [...] Quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social (GLUCKMAN, 1995, p. 228).

Assim, adota o método de estudo de caso detalhado que o próprio Max Gluckman denominou *extended-case method*, tentando delinear a estrutura social da Zululândia moderna.

³⁰¹ Moçambique, oficialmente designado como República de Moçambique, é um país localizado no sudeste do continente Africano, banhado pelo Oceano Índico a leste e que faz fronteira com a Tanzânia ao norte; Malawi e Zâmbia a noroeste; Zimbábue a oeste e Suazilândia e África do Sul a sudoeste. A capital e a maior cidade do país é Maputo.

Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>. Acesso em: 05 set. 2016.



Portanto, para Gluckman (1995) uma situação social é entendida como o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, sua análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida cotidiana dos membros da comunidade.

A análise de Gluckman e os eventos por si narrados estão em torno de um evento maior ou situação social principal que era a inauguração de uma ponte no distrito de Mahlabatini. Assim, para o autor, o fato dos zulus e dos europeus poderem cooperar na inauguração da ponte mostra que formam conjuntamente uma única comunidade com modos específicos de comportamento. Apesar dos zulus e europeus estarem organizados em dois grupos na ponte, seu comparecimento ao evento implica para Gluckman (1995), estarem unidos na celebração de um assunto de interesse comum. Mesmo assim, o comportamento de um grupo em relação ao outro é desajeitado, o mesmo não ocorrendo no interior de cada grupo racial. De fato, as relações entre os grupos são muito frequentemente marcadas por hostilidade e conflito (GLUCKMAN, 1995).

Assim, para Gluckman (1995) os dois grupos (pretos e brancos / zulus e europeus) diferenciam-se em suas inter-relações na estrutura social da comunidade da África do sul, da qual a Zululândia constitui uma parte, e através dessas inter-relações podem-se delinear separação, conflito e cooperação em modos de comportamento socialmente definidos.

Portanto, importa ressaltar que, o que mais me interessa repisar é o fato de que Gluckman faz uma análise na qual parte de uma situação social central, contudo, os contornos de sua análise vão se assentando também em torno de alguns eventos espontâneos que decorrem, ora por via de seus informantes, ora por via de outros intervenientes que também de forma espontânea aparecem no seu percurso até ao evento que ia presenciar em Mahlabatini. Assim, é por aí que pretendo desenvolver minha análise, na ideia de como algumas situações sociais e eventos espontâneos nos aparecem a nós como pesquisadores como matéria de estudo, o quanto os eventos



espontâneos e situações sociais nos podem dizer sobre a estrutura social de um determinado contexto, e aí, o conceito de estrutura social mostra-se fundamental nesta análise. Tal como sugere Gluckman (1995, p. 228):

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade.

Deste modo, não pretendo fazer concretamente uma análise comparativa de situações sociais tal como fez Max Gluckman, mas a partir de eventos (aparentemente isolados entre si), situações sociais por mim vividas no decorrer do meu trabalho de campo de mestrado em Macuane, um posto administrativo do distrito de Bilene em Moçambique, refletir em como tais situações podem revelar-nos muito sobre a estrutura social de um contexto e pensar em como tais situações nos remetem aos desafios do trabalho de campo (desde a relação pesquisador-informantes até aos mais diversificados desafios), e como eles devem ser pensados no campo da Antropologia, do fazer etnográfico.

Nos meandros do trabalho de campo em Macuane

Cinco horas da manhã, dia 12 de Janeiro de 2016. O despertador tocava incessantemente, o ouvido escutava, mas o corpo se negava a levantar, contudo a mão erguia-se para desligar o som do despertador que perturbava o sono. Era hora de ir ao campo de pesquisa, pois o trabalho de campo me esperava. Era hora de enfrentar os desafios do trabalho etnográfico, hora de usar a “máscara do antropólogo”, momento de desativar e ativar certos elementos identitários na “pessoa” do pesquisador.

12 km por percorrer me esperavam até a comunidade de Macuane e o meio de transporte era a garupa de uma motocicleta. Mas antes da partida certifico-me se estou munido de todos os meus instrumentos de trabalho, sobretudo os que eu precisaria no dia, assim, lanço na mochila o meu diário de campo, caneta, lápis, gravador, câmera fotográfica, computador, tablet, etc. Tal como um soldado deve ir a batalha munido de toda sua artilharia de guerra, o antropólogo também deve estar “armado até aos dentes”, pois o campo de pesquisa é um território imprevisível, ainda que não desconhecido, e



este já me era “familiar”. Primeiro porque Macuane é terra natal dos meus pais e meu pai é o superior líder tradicional de Macuane na estrutura hierárquica de liderança, contudo, é um lugar que pouco frequento por razões de diversas ordens que não cabe aqui mencionar, e por isso em algum momento eu me parecia estranho a certas pessoas daquele espaço. Segundo porque é onde desenvolvi o trabalho de campo da minha monografia de licenciatura. Portanto, embora desconhecido aos olhos de alguns, eu não era tão estranho naquela área, ou seja, eu não era estranho e ao mesmo tempo era estranho.

A missão a cumprir nesta viagem ao campo era presenciar o ritual “*kuhawula mindzeko*³⁰²” ou “*kuphahla nguva ya ukanhy*³⁰³”, que é o ritual de abertura da época de *ukanhy*, época em que se realiza o *ritual de ukanhy – mhamba ya ukanhy*³⁰⁴ (meu objeto de estudo). Importa ressaltar em poucas linhas o meu objeto de estudo. O *ritual de ukanhy* é parte integrante de uma série de rituais da época de *ukanhy (nguva ya Ukanhy*³⁰⁵) que comporta três rituais afins: *kuhawula mindzeko*³⁰⁶, *xikuwha*³⁰⁷, e *kuhayeka mindzeko*³⁰⁸. E segundo Valoi (2010), durante este período de festa popular, as leis sociais normais são mais ou menos suspensas, incluindo a actividade agrícola, por forma a se responder ao grande momento da festa comunitária. O *ritual de ukanhy*, é um momento festivo em que o líder comunitário fica mais próximo da população sob a sua jurisdição (VALOI, 2010).

O *ukanhy*³⁰⁹ é uma bebida produzida a partir dos frutos do canhoeiro, cientificamente conhecido como *Sclerocarya birrea*, uma árvore fruteira que ocorre em alguns países do continente africano tais como Moçambique, África do Sul, Namíbia, Swazilândia, Zimbabwe, Botswana, na África Equatorial (entre a Etiópia e o Sudão, a

³⁰² Em *xi-Changana*, língua local de Macuane, mais frequentemente falada no Sul de Moçambique, sobretudo na província de Gaza, *kuhawula mindzeko* é o nome atribuído ao ritual de abertura da época de *ukanhy (uma bebida tradicional)*.

³⁰³ Em *xi changana*, língua local de Macuane, *kuphahla nguva ya ukanhy* é relativo a abençoar a época de *ukanhy*.

³⁰⁴ Em *xi changana*, língua local de Macuane, *mhamba ya ukanhy* é relativo a ritual de *ukanhy*.

³⁰⁵ Nome em *xi changana*, língua local, que significa época da bebida de canhú.

³⁰⁶ Nome atribuído a este ritual em língua local (*xi changana*).

³⁰⁷ Nome atribuído ao ritual de *ukanhy* em língua local (*xi changana*).

³⁰⁸ Nome atribuído a este ritual em língua local (*xi changana*).

³⁰⁹ Nome em língua local (*xi changana*).



Norte), entre outros. Segundo Valoi (2010) *ukanhy* é uma bebida que é dotada de um grande valor sociocultural em Moçambique, concretamente na região sul do país. Assim, o *ritual de ukanhy* é organizado com a finalidade de celebrar e consumir a bebida tradicional-sagrada *ukanhy*, assim como a sua época.

Portanto, lá fui na garupa da motocicleta, o trajecto era “Macia – Macuane” (12 km como me referí anteriormente), estrada “terra-batida”, com arreial, uma picada de mata meio serrada. Ainda de partida na vila da Macia, eis que recebo um telefonema, estando na motocicleta em movimento ignorei o telefonema, mas meu celular continuava tocando incessantemente, e achando que se tratasse de um caso de “vida ou morte” decidí atender. Para minha surpresa, era um de meus informantes de Macuane que vou tratá-lo por Mussotxuwa, ele me pedia que levasse da vila algumas bebidas alcólicas como brinde para ele, pão e farinha de milho para a comunidade, pois a comunidade matara/sacrificara um cabrito para a cerimônia. Então recordei-me no momento que um dia antes Mussotxuwa me tinha abordado o assunto quando me ligara para avisar-me da realização do ritual, contudo, eu me havia esquecido do assunto. Assim, Mussotxuwa me ligava para assegurar que eu levasse os brindes.

Tratei de dar uma parada nas lojas, e de bom modo e com agrado perguntei ao Mussotxuwa que bebida ele preferia e ele respondeu-me que bebia “diversos”, então o tipo de bebida dependia de mim, mas de seguida ele frisou: “*tem que ser uma bebida bem forte, bebida para soldado*”. Percebi imediatamente a “deixa” (dica) e já sabia de que se tratava. Providenciei as bebidas e o resto dos produtos solicitados, logo de seguida proceguí com a viagem.

Ciente do debate da Antropologia sobre “brindes para informantes”, no qual não há um consenso sobre o ser ou não ser correcto ou ético, durante a viagem eu me questionava se tinha tomado a atitude correcta levando aqueles brindes. Será que era aquele um meio para garantir informações fidedignas no campo? Será que estava sendo posto à prova a minha fidelidade junto a meus informantes? Quais eram as expectativas de meu informante? Esperava de mim uma reação de amigo, de um conhecido, ou de um pesquisador? E quais eram minhas expectativas como pesquisador?



As interrogações eram tantas, mas o certo é que eu precisava garantir informações e estar profundamente e se calhar, intimamente mergulhado no meu campo de pesquisa e relacionar-me bem com a comunidade e demais informantes. Logo, tinha que garantir que não frustrasse as expectativas de meu/s informante/s.

Minutos depois de viagem, contemplando verdes campos e ouvindo o som dos pássaros, eis que chego à Macuane e dirigi-me direto à casa de meu informante Mussotxuwa, que ouvindo o som da motocicleta logo tratou de posicionar-se para receber-me em sua casa. E antes que eu saltasse da motocicleta uma mulher veio em minha direção para me receber, ou seria para receber as trouxas que eu trazia, pois me parecia mais preocupada com as trouxas do que comigo (o visitante) como se já soubesse de antemão o que eu levava nas trouxas.

Tratamos então de desamarar as referidas bagagens da motocicleta. Saudei a família, um abraço ao Mussotxuwa e ele no meu ouvido bem baixinho perguntou-me: “*que tal, não te esqueceste das bebidas do soldado né?*” E eu com cara de desapontado respondi que não tinha conseguido comprar as bebidas pois as lojas estavam encerradas. Naquele momento sentí os batimentos cardíacos de Mussotxuwa a desacelerarem e vislumbrei no seu rosto um semblante melancólico. Com receio de que apanhasse um “ataque cardíaco”, rindo eu disse-o que estava a brincar, e aí num impulso voltei a sentir os batimentos cardíacos de Mussotxuwa a acelerarem e seus lábios rasgavam uma gargalhada (acho que era emoção), o ambiente voltou a se tranquilizar e a emoção era contagiante.

Imediatamente Mussotxuwa ordenou as mulheres da casa que providenciassem a refeição. Enquanto esperávamos a refeição trocamos uma conversa e falamos de vários assuntos, da seca e da fome que assolavam a região, da colheita que não era a desejada, falou-me de suas aventuras e de outras intempéries e eu falei-lhe da minha viagem de motocicleta e do andamento do meu trabalho e também das minhas aventuras e conquistas. E de seguida tomamos a refeição. Era carne de cabrito ao molho, acompanhado de “*xima*” (massa de farinha de milho – prato frequente naquele espaço). E Mussotxuwa segredou-me que aquela carne era do cabrito de que me falara que tinha



sido sacrificado (diga-se de passagem “a carne tava muito deliciosa”). Enquanto isso, Mussotxuwa abriu uma das bebidas que eu o tinha ofertado, para brindarmos.

Como eu estava ciente do trabalho de campo que ia lá fazer, recusei-me a beber, pois não podia consumir álcool visto que, precisava manter o “juízo no lugar” para enfrentar as entrevistas, conversas com as pessoas, enfim, precisava manter-me sóbrio e lúcido, sob risco de ter todo o trabalho etnográfico deturpado.

Mussotxuwa insistiu e eu recusei, mais uma vez insistiu e eu recusei uma vez mais. Então voltei a ver mais um momento melancólico e a decepção aos olhos de Mussotxuwa se instalava.

Então, de seguida, por iniciativa própria decidí pedir um cálice da bebida e Mussotxuwa sorrindo disse: “*toma logo dois*”, tomei e continuamos conversando.

Naquele momento percebi que tomar a bebida com meu informante era muito mais do que tentativa de nos embriagarmos e muito mais do que o belo prazer do álcool, era sim um meio através do qual eu compartilhava algo que fazia parte do dia-a-dia dele. E ao aceitar a bebida era aceitar seu modo de vida, era aceitá-lo tal como ele é, e mais do que isso, era eu sendo reconhecido não só como “pesquisador”, como “antropólogo”, mas também como “integrante daquele espaço social”, pois abunda naquele meio uma bebida tradicional e bem forte, destilada artesanalmente de nome “*sope*” que faz parte do cotidiano de Macuane e é compartilhada pelos demais membros daquele espaço rural.

No ato de aceitar a bebida pesava mais o ato de “aceitação”, não necessariamente da bebida, mas aceitação do outro, e negar a bebida seria visto como um ato de negação do outro, inclusive de inferiorização do outro. Pois, naquele espaço o que é oferecido por alguém não se pode regeitar, sob risco de ser visto como um ato de estranhamento, sobretudo quando quem é ofertado é estrangeiro naquele meio ou visitante.

Portanto, negar ou regeitar a bebida seria negar a “cultura” de Mussotxuwa e negar a cultura de Macuane. Assim, em parte, a estrutura social de Macuane se entrelaça nas relações sociais de seus membros, que envolvem a troca e aceitação de oferendas entre os membros da comunidade e entre os membros e visitantes.



O convite “relâmpago”

No exato momento em que eu estava com Mussotxuwa fui convidado a participar dum encontro, uma reunião da comunidade com os líderes locais, de entre os quais, líderes tradicionais e representantes da administração formal do estado. O encontro visava reunir a comunidade e seus líderes para o balanço do ano 2015 e transição para 2016 e discutir ainda os planos do futuro da comunidade de Macuane. Contudo, esse encontro não fazia parte da minha agenda e muito menos tinha a ver com o meu trabalho de campo naquele dia, visto que o que me levava a Macuane era o ritual “*kuhawula mindzeko*” que se realizaria naquele dia. O convite foi relâmpago, ou seja, pegou-me de surpresa.

Decidí ir ao encontro, mas meio desapontado, pois eu queria começar logo com o trabalho de campo propriamente dito, e para mim o relógio contava rápido e seria tempo perdido.

Chegados ao encontro, faltavam ainda algumas personalidades sem as quais o encontro não poderia começar, e tivemos que esperar, o que frustrava mais a minha paciência. Passado um tempo o encontro finalmente iniciou. E antes de mais fui posto junto aos líderes e eu insistindo em estar junto aos demais populares, fui “coagido” a estar com os líderes diante da comunidade, por um lado, porque eu era filho do líder de Macuane e por outro lado, porque era pesquisador. Ora, tudo isso criou-me um certo constrangimento. Mas ao mesmo tempo, esse ato era uma forma de indicar-me o “lugar” que eu merecia tomar na comunidade, tanto como pesquisador, bem como filho.

Doravante, na reunião, a comunidade estava dividida em dois grupos: homens sentados de um lado e mulheres sentadas do outro lado, prática comum naquele espaço, naquele contexto e sobretudo em contextos rurais em diversas regiões de Moçambique. Iniciada a reunião, vários membros se apresentaram e por fim fui apresentado à comunidade e me foi dada a palavra para que eu falasse pessoalmente, me apresentasse e explicasse a comunidade a minha presença em Macuane e o “viés” do meu trabalho. E diante de tamanha oportunidade usei de todas as minhas artimanhas de expressão para me apresentar como antropólogo, pesquisador e explicar o cerne do meu trabalho.



A minha apresentação na comunidade ora como filho de uma família daquela comunidade (tal como referi anteriormente, Macuane era terra natal de meus pais), ora como pesquisador se formando no Brasil (diáspora), significava pelo menos três coisas para a comunidade de Macuane. Primeiro, era visto como pesquisador - antropólogo através do qual a cultura de Macuane, seu modo de vida, seus valores, práticas, costumes, podiam ser levados e reconhecidos além fronteiras. Segundo, era visto também como um exemplo a ser seguido na comunidade, visto que eu seria uma das poucas pessoas, senão a única com origens naquela comunidade e que alcançara o grau de estudos que eu frequentava (mestrado) e que voltara para a comunidade para se empenhar em estudar sua cultura e difundí-la pelo “mundo fora”. Terceiro, eu representava esperança para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que se acreditava que aquele estudo de certa forma traria benefícios à comunidade e também que, com o meu nível de formação eu poderia corroborar para catapultar o desenvolvimento.

Contudo, estes fatos eram para mim como indivíduo e cidadão motivos de orgulho, mas também, tantas expectativas depositadas em mim, significavam constrangimento para mim como pesquisador, uma vez que poderiam ter implicações na pesquisa, ou seja, esta situação simbolizava ao mesmo tempo, por um lado, orgulho, e por outro, constrangimento.

Como pesquisadores e fazendo parte da rede de relações do grupo pesquisado procuramos não frustrar as expectativas do grupo, e por sua vez, o grupo estudado também procura satisfazer as nossas expectativas. Ora, isto pode de certa forma minar o rigor científico da nossa pesquisa. Assim como nota Da Costa (2003), a proximidade pode por um lado facilitar a entrada no campo, por outro lado pode dificultar o trabalho. Daí que, como pesquisadores precisamos fazer uma vigilância constante e contínua na relação que estabelecemos com o nosso grupo ou campo de pesquisa e nossos informantes.

Na reunião, dentre vários aspetos discutidos um me despertou especial atenção. Um dos líderes comunitários levantou-se para narrar um acontecimento, o fato é que segundo ele, tinha achado durante a sua atividade de caça no mato, um embrulho



composto de cueca, lâminas, agulhas, algumas raízes e fios de diversas cores que envolviam os objetos. Ao achar, tratou de chamar membros da comunidade para que em conjunto avaliassem o embrulho, estes que por fim decidiram queimar o referido embrulho, pois concluíram em consenso que tratava-se de um trabalho de feitiçaria, de ordem supersticioso feito para alguém da comunidade ou para a comunidade, e tal ato de feitiçaria estaria por detrás de certos infortúnios, males e insucessos naquela comunidade, tal como relataram alguns membros da comunidade, contudo, a tentativa de queimar resultou em fracasso, fracasso esse que a comunidade acreditava que se devia ao forte poder do “feitiço” feito.

O fato de os membros da comunidade concordarem de forma consensual em queimar o embrulho da feitiçaria remete-nos à partilha de valores em comum tais como a “não prática de atos de feitiçaria” e à solidariedade entre os membros que caracteriza a comunidade de Macuane, solidariedade essa que pressupõe à um dado momento certo equilíbrio temporário da estrutura social de Macuane, se entendermos o “equilíbrio como as relações interdependentes entre partes diferentes da estrutura social de uma comunidade em um período particular” (GLUCKMAN, 1995, p. 260). Contudo, pode-se notar que, para além do equilíbrio temporário e tranquilidade, as relações sociais dos macuanêses são caracterizadas também por tensões e conflitos devido às diferenças, não raciais como constatou Gluckman (1995) ao analisar a estrutura social da Zululândia, mas às diferenças de crenças e valores dos membros de Macuane.

Portanto, este fato ilustra o sistema de crenças que envolve as relações sociais dos macuanêses e reflete conseqüentemente parte da estrutura social de Macuane. Deste modo, pode se dizer que a estrutura social de Macuane é caracterizada em parte também por conflitos decorrentes da existência no mesmo contexto social de um sistema de valores e crenças compartilhado por toda uma coletividade e de um sistema de valores e crenças que não é compartilhado por todos, neste caso, a feitiçaria.

Entretanto, importa salientar que, a forma como os indivíduos estavam dispostos ou distribuídos naquela reunião, onde cada um dos participantes estava sentado, os líderes e eu sentados a frente dos demais membros da comunidade, as mulheres e homens sentados de forma separada, fez-me perceber como é que a estrutura social de



Macuane se organiza no que concerne ao “lugar” ou “posição social” de cada membro no seio da comunidade. Assim, com isso passei a perceber também o “lugar” de indivíduos visitantes da comunidade como era o meu caso como “visitante-pesquisador-antropólogo”.

Mais ainda, a reunião possibilitou-me entender que a estrutura social de Macuane se configura num sistema de valores, costumes e crenças que perfazem as relações sociais estabelecidas entre os membros da comunidade e que, a estrutura social de Macuane é também constituída pelo que Gluckman (1995) chamou de “situações de conflito”.

Portanto, certos aspectos importa frisar nestes fatos narrados. Primeiro é que, de um encontro fora da agenda e aparentemente distante do meu objeto de pesquisa fui introduzido à comunidade de Macuane em geral, por um lado, eu como “indivíduo” e por outro lado, eu como “pesquisador/antropólogo”. Ou seja, dali passei a ser “reconhecido” pela comunidade como “pesquisador” e como “membro”, familiar à comunidade, o que facilitaria e fortaleceria o meu relacionamento com os demais membros da comunidade de Macuane. Reconhecimento esse que veio a intensificar-se quando, num dos *rituais de ukanhy* decidí espontaneamente e de forma esporádica entrar na roda de dança cantando e dançando uma canção em *xi-Changana* (língua local “dialeto” de Macuane), ato que “pegou” todos de surpresa e valeu-me muitos aplausos, pois não se esperava que “o antropólogo” que ali estava em missão de pesquisa dançasse e cantasse tão bem (acho) algo tradicional quanto o fez.

Portanto, naquele momento o respeito e o reconhecimento por mim se fortificava, e eu me tornara “membro por reconhecimento”, se entendermos a noção de membro na visão de Garfinkel (1967), como aquele que compartilha da mesma “linguagem” do contexto social em que está inserido, assim, a noção de membro transcende a pertença ao grupo social. Ademais, a dança e o canto tradicional formavam parte da linguagem da comunidade de Macuane, ou seja, ao dançar e cantar em língua local *xi-Changana* eu estabelecia uma comunicação, de âmbito corporal e verbal que constitui o sistema de interação naquele contexto social. E mais ainda, o conteúdo da canção retratava em parte, fatos do cotidiano de Macuane, o que implicava que, retratar



fatos do cotidiano de Macuane por via da canção significava para a comunidade a partilha de certos valores da coletividade que constituem a estrutura social.

Segundo, naquele encontro o campo revelou-me sujeitos que viriam a ser objetos ou sujeitos de pesquisa e informantes para o meu trabalho de campo, importantes para a compreensão do *ritual de ukanhy*; o campo revelou-se a mim e mostrou-me os contornos que configuram a estrutura social de Macuane.

Assim, tal como propõe Geertz (1989) na observação da briga de galos balinesa, presenciar o encontro, a reunião, foi para mim como pesquisador, de certa forma, “ler” uma parte do universo sociocultural e político de Macuane, visto que pude ficar sabendo de vários problemas, valores, hábitos, costumes, enfim, parte do *modus* de vida daquela comunidade, uma vez que a reunião era do balanço do dia-a-dia da comunidade. Não quero com isso sugerir que a vida de Macuane se resume naquela reunião, mas sim, que parte dos fatos levantados no encontro refletem parte do cotidiano dos macuanêses e conseqüentemente a estrutura social de Macuane.

Portanto, estes fatos narrados sugerem-nos que, por vezes o campo se revela a nós por via de algumas situações, alguns acontecimentos ou eventos não programados, acontecimentos espontâneos que surgem como dados fundamentais para nossa pesquisa.

Mais ainda, estas situações sociais presenciadas, narradas, nos remetem à questão da autoridade etnográfica levantada por Clifford (1998), sobre como é que o antropólogo legitima a autoridade dos dados que nos revela, como ele nos garante que “*esteve lá*” tal como aponta Geertz (2002), e penso que os fatos aqui narrados em sim são reveladores dessa autoridade, e nesse caso, a “*descrição densa*” de Geertz (1989) é e deve ser fundamental para sustentar essa autoridade etnográfica. E a nossa “*tentativa*” aqui foi trazer a descrição densa à superfície.

Considerações Finais

Em suma, algumas notas finais importa ressaltar, portanto, os desafios do trabalho de campo convidam-nos a rever a relação entre pesquisador e informantes, ou seja, no trabalho de campo tem que se ter em conta as expectativas tanto do pesquisador bem como do grupo pesquisado.



Assim, os fatos narrados sugerem-nos que, por vezes o campo se revela a nós por via de algumas situações sociais não programados que surgem como dados fundamentais à nossa pesquisa, o que nos sugere que, os obstáculos do trabalho de campo se calhar nem sejam para serem ultrapassados, mas para serem pensados, ou seja, mais do que superá-los, os obstáculos do trabalho de campo devem nos remeter à uma reflexão profunda sobre os desafios do trabalho de campo, bem como sobre o objeto em questão, e provavelmente este seja um dos maiores desafios do trabalho etnográfico. .

Os eventos de Macuane que apresentei e discutí demonstram o quão a análise situacional se apresenta como um método eficaz para a compreensão das relações sociais e da estrutura social de grupos, comunidades e a sociedade no geral. Deste modo, a observação participante é uma actividade ou “arte” que exige do pesquisador um olhar muito atento e uma vigilância constante. E tal como a observação participante, o trabalho etnográfico é ou deve ser também um trabalho de vigilância contínua.

Referências bibliográficas

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José. R. (Org.) *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1998.

DA COSTA, Sandra Soares. “Uma experiência com autoridades: pequena etnografia de contato com o hip-hop e a polícia num morro carioca”. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a Antropologia e o cenário da escrita. In: _____. *Obras e vidas – o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

_____. Notas sobre a briga de galos balinesa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLUCKMAN, Max. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Blackwell, 1995.

VALOI, Alberto. *Ukanhy Festival: N’kuvu wa wukanhy*. 2010. Disponível em <<<http://www.dekhanaproducoes.com/news/ukanhy%20festival%20-%20n%C2%B4kuvu%20wa%20wukanhy/>>> Acessado em: 2 Mar. 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.